










Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Calendário de Carnaval DOM/SC

Domingo	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
31	01  Ed. nº 1924	02  Ed. nº 1925	03  Ed. nº 1926	04  Ed. nº 1927	05  Ed. nº 1928	06
07	08	09	10  Ed. nº 1929*	11  Ed. nº 1930*	12  Ed. nº 1931*	

As publicações do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina terão alteração agora no carnaval.

Nos dias **08 e 09 de fevereiro** não haverá edição.

Não deixe para a última hora, cadastre antecipadamente, com data de publicação futura. Nossa equipe está à disposição para ajudá-los!

Observação:

1929 a 1931* = Possível numeração, caso não ocorra edição extra.

Conforme Portaria 14, de 28 de Dezembro de 2015.



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1927

Quinta-feira - 04 de Fevereiro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	4	Grão Pará.....	200	Passo de Torres.....	524
Anchieta.....	6	Guaraciaba.....	204	Passos Maia.....	525
Antônio Carlos.....	7	Guaramirim.....	206	Penha.....	526
Arabutã.....	8	Guarujá do Sul.....	208	Petrolândia.....	534
Arroio Trinta.....	10	Herval d'Oeste.....	212	Pinheiro Preto.....	535
Ascurra.....	12	Ibiam.....	214	Pomerode.....	550
Atalanta.....	13	Ilhota.....	217	Ponte Serrada.....	553
Balneário Piçarras.....	14	Imarui.....	241	Porto União.....	554
Balneário Rincão.....	16	Imbituba.....	244	Presidente Castello Branco.....	591
Barra Bonita.....	17	Indaial.....	246	Presidente Nereu.....	592
Barra Velha.....	18	Iomerê.....	249	Rio das Antas.....	600
Benedito Novo.....	19	Ipumirim.....	251	Rio dos Cedros.....	615
Biguaçu.....	20	Irineópolis.....	255	Rio do Sul.....	601
Blumenau.....	23	Itá.....	256	Romelândia.....	616
Bom Jesus do Oeste.....	40	Itaiópolis.....	260	Salto Veloso.....	618
Bom Retiro.....	42	Itapema.....	261	Santa Cecília.....	619
Botuvera.....	59	Itapiranga.....	262	São Bento do Sul.....	620
Brunópolis.....	61	Itapoá.....	265	São Carlos.....	624
Brusque.....	62	Jaraguá do Sul.....	277	São Domingos.....	626
Caçador.....	66	Joaçaba.....	281	São João do Sul.....	629
Camboriú.....	79	Lacerdópolis.....	288	São Joaquim.....	630
Campo Alegre.....	81	Lages.....	289	São José.....	646
Campo Erê.....	87	Laguna.....	291	São José do Cedro.....	654
Campos Novos.....	88	Lauro Muller.....	292	São Miguel do Oeste.....	659
Canelinha.....	89	Leoberto Leal.....	293	São Pedro de Alcântara.....	660
Capinzal.....	91	Luzerna.....	296	Schroeder.....	665
Catanduvas.....	92	Macieira.....	300	Seara.....	669
Caxambu do Sul.....	96	Mafra.....	309	Serra Alta.....	673
Celso Ramos.....	97	Maracajá.....	310	Siderópolis.....	674
Chapadão do Lageado.....	98	Maravilha.....	311	Sul Brasil.....	675
Cocal do Sul.....	99	Marema.....	313	Timbé do Sul.....	676
Concórdia.....	124	Massaranduba.....	363	Timbó.....	679
Cordilheira Alta.....	125	Modelo.....	365	Três Barras.....	681
Coronel Freitas.....	133	Mondaí.....	366	Treze Tílias.....	682
Coronel Martins.....	138	Monte Carlo.....	367	Tunápolis.....	685
Correia Pinto.....	143	Morro da Fumaça.....	403	Turvo.....	688
Corupá.....	166	Navegantes.....	404	Urussanga.....	689
Curitibanos.....	167	Nova Trento.....	408	Vargeão.....	690
Dionísio Cerqueira.....	180	Novo Horizonte.....	410	Vargem Bonita.....	691
Ermo.....	181	Orleans.....	414	Vidal Ramos.....	694
Faxinal dos Guedes.....	182	Otacílio Costa.....	416	Videira.....	696
Flor do Sertão.....	186	Ouro.....	417	Vitor Meireles.....	699
Fraiburgo.....	187	Ouro Verde.....	418	Xanxerê.....	702
Garopaba.....	194	Palhoça.....	419	Xavantina.....	703
Garuva.....	195	Palmitos.....	517	Xaxim.....	707
Gaspar.....	196	Papanduva.....	522		
Governador Celso Ramos.....	199	Paraíso.....	523		

Associações

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1927

Quinta-feira - 04 de Fevereiro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

AMAVI.....	732	AMPLANORTE	735
AMFRI	733	EGEM	740

Consórcios

AGIR	771
ARIS	771
CIGA	777
CIMCATARINA.....	780
CIS Nordeste	783
CIS/AMARP	791
CIS/AMFRI.....	791
CIS/AMUREL	793
CITMAR.....	794
CODEPLAN.....	796
CIGAMERIOS	827

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO N 014 2016

DECRETO Nº 014/2016 - DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

CRIA A COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO, PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 206, inciso V, da Constituição Federal, Artigo 67 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Resolução nº 3, de 10 de outubro de 1997, do Conselho Nacional de Educação, bem como a lei complementar nº 098/2015, art.3º, item IX, de 23.06.2015, que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão de Estudos para a Reformulação do Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, no Município de Água Doce, composta pelas seguintes representatividades:

- Dirigente Municipal de Educação;
- 01 membro do Conselho Municipal de Educação;
- 01 membro do Conselho do FUNDEB;
- 01 membro de cada Conselho Escolar das Escolas Municipais;
- Dois representantes da Câmara Municipal de Vereadores;
- 01 Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- 01 Representante do Setor de Contabilidade;
- 01 Representante do Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal;
- 01 Representante do Sindicato dos Professores;
- Cinco representantes dos Professores Efetivos da Rede Municipal de Ensino (Educação Infantil – Modalidade Creche e Pré-Escola, Fundamental Anos Iniciais e Finais e Educação de Adultos)
- 01 Representante da categoria de Especialistas do Magistério Público Municipal

Art. 2º - As representatividades cujos membros terão de ser indicados por seus pares deverão oficializar seu (s) representante (s) por meio de Ata de Nomeação e no quantitativo previsto no presente Decreto.

Art. 3º - Depois de oficializadas as indicações de representantes para o objetivo a que se destina o presente Decreto, dever-se-á emitir Portaria Municipal de Nomeação dos membros da referida Comissão.

Art. 4º - A Comissão será presidida pela Dirigente Municipal de Educação.

Art. 5º - Caberá à Comissão acompanhar os trabalhos de elaboração do Plano, sugerir alterações e discuti-lo com os demais professores.

Art. 6º - Os trabalhos da comissão encerrar-se-ão com a aprovação do projeto de lei pelo Poder Legislativo e sua sanção e publicação pelo Poder Executivo.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Água Doce, 03 de Fevereiro de 2016.

Valter Valentin Rampazzo
Prefeito Municipal em Exercício

ATA DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE(S) PARA A COMISSÃO DE ESTUDOS E REFORMULAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA

E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

Em conformidade com o Decreto Municipal nº 014, de 03 Fevereiro de 2016, a entidade/representatividade:

_____,
oficializa a nomeação de seu(s) representante(s) para a Comissão de Estudos e Reformulação do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Nome do representante indicado	Assinatura do indicado

Água Doce (SC), ____ de _____ de _____.

Nome do responsável pela indicação: _____

Assinatura: _____

PORTARIA 034/2016

PORTARIA Nº 034/2016 de 03 de fevereiro de 2016

"EXONERAR DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito em Exercício de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar o servidor ANTONIO DARCI BANDEIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob Nº 445.640.829-49, ocupante do cargo de Diretor do Departamento Cultura, a partir de 01/02/2016.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de fevereiro de 2016
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito em Exercício

PORTARIA 035/2016

PORTARIA Nº 035/2016 de 03 de fevereiro de 2016

"EXONERAR DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito em Exercício de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a servidora CARMEN GUISENI DA FONSECA, brasileira, inscrita no CPF sob Nº 483.324.539-68, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Ensino Fundamental, a partir de 03/02/2016.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de fevereiro de 2016

Valter Valentin Rampazzo

Prefeito em Exercício

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 006_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 006/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Registro de Preço visando a aquisição de Material Escolar/Didático para ser utilizado pelas Escolas Municipais do Ensino Fundamental e Infantil, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 23/03/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 04 de fevereiro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****70 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2014**

70º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 03/02/2016 a 04/03/2016 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 03 de fevereiro de 2016.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MOTORISTA (CATEGORIA d)

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
19º	GENILDE GISELE CATHARINELLI MARQUES	0454

CÂMARA MUNICIPAL**LEI LEGISLATIVA 207/2015**

LEI LEGISLATIVA Nº 207/2015

Denomina "RUA 1º DE JANEIRO" e dá outras providências.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA 1º DE JANEIRO, o logradouro com início no lado par da Rua VI de Novembro (coordenadas 27º31'44.47"S e 48º45'58.43"O), tendo 170,00 (cento e setenta) metros de extensão, até as (coordenadas 27º31'46.87"S e 48º46'05.95"O) e 12,00 (doze) metros de largura, na Localidade de Canudos neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 08 de dezembro de 2015.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT

Presidente

Lei sancionada e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, no dia 10 de dezembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

ANEXO I

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO RUA 1º DE JANEIRO

Arabutã

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 005/2016 SEQUÊNCIA 004

ATA 004

Processo Licitatório nº. 005/2016 – Tomada de Preços nº 001/2016
Objeto: Contratação da execução de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para construção/reconstrução de pontes em concreto pré-moldado, nos locais abaixo identificados, em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente Edital:

- a) Ponte em concreto pré-moldado sobre o leito do Rio Lajeado Pipoca, no Loteamento Nicolau Petry; e
- b) Ponte em concreto pré-moldado sobre o leito do Rio Caçador, na comunidade de Linha Beira Rio.

Em vista dos termos da ata lavrada em data de 22 de janeiro de 2016, a concorrente SOBERANA CONSTRUTORA LTDA ingressou com recurso administrativo pleiteando a reforma da decisão proferida por esta Comissão, no entanto, visualiza-se que protocolou a desistência do recurso interposto, o que restou deferido. Ainda, dentro do prazo estabelecido para apresentação da nova documentação nenhuma das concorrentes se manifestou e/ou encaminhou os documentos que se entendia faltantes. Todavia, dentro do princípio da possibilidade de revisão dos próprios atos, esta Comissão pretende registrar que da análise da documentação trazida primitivamente pela empresa SOBERANA CONSTRUTORA LTDA, mais precisamente o Atestado de Capacidade Técnica firmado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Campos Novos, onde consta o registro de edificação de ponte com o vão de 18,00 metros, podendo assim se concluir que aludida informação culmina por atender a exigência editalícia fixada no item 8.6, letra "a" do ato convocatório - 6 metros, acrescendo-se a tal aspecto a manifestação da própria Engenheira do Município mencionando que atendida tecnicamente tal condição. Em vista de tal quadro, esta Comissão opina pela habilitação da licitante SOBERANA CONSTRUTORA LTDA, sendo mantidas inabilitadas as concorrentes MATEUS SPRICIGO EPP e KERBERMIX - SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA. Do teor de tal posicionamento todas as concorrentes deverão ser intimadas para, querendo, no prazo legal de 5(cinco) dias úteis, interpor os recursos que entenderem cabíveis, prosseguindo-se após o procedimento em suas etapas posteriores.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Arabutã, 03 de fevereiro de 2016.

Presidente da Comissão de Licitações - LEANDRA CHRISTINA COL-DEBELLA

Presidente da Comissão de Licitações Suplente: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

Membros: DULCI DRIEMEIER
FELIPE PATZLAFF
DELSI DRIEMEIER

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 10/2016 SEQUÊNCIA 001 ATA 001

Processo Licitatório nº. 010/2016 – Pregão Presencial nº 006/2016
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de peças e mão de obra para recuperação do trator de esteiras D-51, ano 2011, em conformidade com as especificações do Formulário Proposta, anexo I do Edital.

Os Credenciados/Representantes Legais das empresas MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA, VIEIRA & COSTA LTDA – EPP, CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, JULIANO RODRIGUES FERREIRA - ME compareceram na sessão pública.

As empresas apresentaram documentação comprobatória de enquadramento como microempresa e/ou empresa de pequeno porte, com exceção da empresa MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA.

Ato contínuo foram abertos os envelopes nº. 1 - Propostas Comerciais, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio, Credenciados e Representantes Legais.

Iniciada a fase de lances verbais, estes foram apresentados de acordo com o anexo da ata da sessão, sendo considerada vencedora a empresa CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME.

Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº. 2 - Documentação de Habilitação da empresa vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio, Credenciados e Representantes Legais.

Os credenciados das empresas MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA, VIEIRA & COSTA LTDA – EPP e JULIANO RODRIGUES FERREIRA - ME impugnaram a empresa CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME nos seguintes pontos:

- a) Por apresentar preço inexequível, haja visto que sua proposta foi cotada muito abaixo das demais propostas apresentadas, correspondendo aproximadamente a 48% menor que o valor proposto no edital, ou seja, quase metade do preço;
- b) O atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa, se refere a manutenção e fornecimento de peças de motoniveladora, rolo compactador e retroescavadeira, ou seja, diferente do objeto da licitação que trata-se de trator de esteira, conforme item 1.2 do edital;
- c) Na documentação apresentada, mais especificamente no contrato social e CNPJ, não consta a atividade de manutenção de tratores, constando apenas a manutenção de veículos automotores, dessa forma também não atendeu ao item 1.6 do edital, o qual impede empresas com ramo de atividade incompatível com o objeto da licitação;
- d) A empresa MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA, além das demais situações, solicita que seja comprovado, conforme solicitação do anexo I-formulário proposta, que as peças utilizadas sejam originais conforme especificação da norma ABNT nº 15296, que trata do assunto relacionado a peças de reposição, tanto para a empresa vencedora quanto para os demais recorrentes, também que seja respeitado o item 5.2 e o item 12.5 do edital.
- e) As empresas MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA, VIEIRA & COSTA LTDA – EPP e JULIANO RODRIGUES FERREIRA – ME, deixam claro que tem interesse em ofertar lances, no entanto, diante da proposta apresentada com preço muito abaixo do valor

do edital, ficou impossível efetuar qualquer lance. Sendo assim, reiteram, que caso se já decidido pela desclassificação da proposta da empresa CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME, as mesmas tem interesse em efetuar lances compatíveis com as exigências do edital.

O credenciado da empresa CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME, declarou o que segue:

a) O objetivo do pregão presencial é a aquisição de produtos com o menor preço;

b) No contrato social consta máquinas industriais e atende como máquinas pesadas, que a empresa fornece peças para máquinas pesadas para o Município;

c) A empresa atende toda a linha de máquinas industriais e pesadas tais como consta como exemplo no atestado de capacidade.

Em vista de ser declarada vencedora a empresa antes referida, os demais licitantes manifestaram a intenção de recursos, sendo-lhes concedido o prazo de três dias para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentação das contrarrazões em igual número de dias, tudo de acordo com o artigo 4º, XVII da Lei nº 10.520/2002.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitações e credenciados. Arabutã, 03 de fevereiro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI
DULCI DRIEMEIER
FELIPE PATZLAFF
DELSI DRIEMEIER

PORTARIA 043/2016

PORTARIA Nº 43/2016

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar as servidoras abaixo mencionadas para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº. 02/2016, no qual o Município de Arabutã é o órgão gerenciador:

a) LISE MARA AREND, inscrita no CPF nº. 597.548.349-20, ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação e Cultura;

Art. 2º. Determinar que as fiscais designadas deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento das atas, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada ao objeto das atas, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra

em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 01 de fevereiro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Dulci Driemeier

Responsável pela publicação

PORTARIA 044/2016

PORTARIA Nº 44/2016

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar as servidoras abaixo mencionadas para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº. 03/2016, no qual o Município de Arabutã é o órgão gerenciador:

a) LISE MARA AREND, inscrita no CPF nº. 597.548.349-20, ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação e Cultura;

b) ADRIANE DAL AGNOL MULLER, inscrita no CPF sob nº. 033.583.389-67, ocupante do cargo de confiança FG 03– Diretora de Escola.

Art. 2º. Determinar que as fiscais designadas deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento das atas, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada ao objeto das atas, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de fevereiro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Dulci Driemeier

Responsável pela publicação

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0007/2016

TERMO DE CONTRATO Nº0007/2016, CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE PARA ADMINISTRAR O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES VILSON PEDRO KLEINUBING E MÓDULO ESPORTIVO ALBANO GEMELI DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA – SC E A SALETE ANA SERIGHELLI MEZZARI.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito publico interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº518.040.009-06, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro em Arroio Trinta – Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE e SALETE ANA SERIGHELLI MEZZARI, brasileira, casada, comerciante, Portadora do CPF sob nº 023.895.409-96 e CI sob nº 4.443.637, com endereço na Rua Tereza Mózena Rovaris, s/n, Centro do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, que se regerá pela Lei n 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94 e alterações posteriores que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira – CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE PARA ADMINISTRAR O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES VILSON PEDRO KLEINUBING E MÓDULO ESPORTIVO ALBANO GEMELI DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Cláusula Segunda – A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo fará o acompanhamento e fiscalização referente a Prestação de serviços contratados.

Cláusula Terceira – Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$7.700,00(Sete mil e setecentos reais), divididos em 11(onze) parcelas de R\$700,00(setecentos reais). § 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

Cláusula Quarta – O prazo para a prestação dos serviços será de fevereiro de 2016 a dezembro de 2016, mediante Assinatura do Contrato. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

Cláusula Quinta – A Despesa deste Contrato correrá a conta de elementos de despesas da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, do orçamento relativo ao exercício de 2016.

Parágrafo único – O pagamento será feito mensalmente, por transferência bancária, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, mediante nota fiscal, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

Cláusula Sexta – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos

os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e às suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, serviços de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 10% (dez por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira – A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes com a prestação dos serviços, assim como, os aparelhos e equipamentos necessários ao bom e perfeito resultado dos mesmos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos à Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda – Da responsabilidade da Contratada:

1 - Na realização dos eventos se responsabilizar pela organização dos lanches, jantares, almoços, etc.;

2 - Responsabilizar-se pela limpeza diária de todos os espaços do Ginásio e Módulo Esportivo, tais como: banheiros, vestiários, quadra, arquibancadas, palco, cozinha, depósitos, etc;

3 - Responsabilizar-se pela contratação de funcionários se necessário, sendo que o pagamento dos salários e recolhimentos de impostos por sua conta.

4 - Aquisição de todos os Gêneros alimentícios para a realização de refeições para atletas, visitantes e outros eventos.

5 - Responsabilizar-se pelo conserto de canos, chuveiros, vasos sanitários, pias e toda a parte elétrica e hidráulica.

6 - Responsabilizar-se pela lavagem dos uniformes das equipes esportivas do município.

7- O prazo para a prestação dos serviços será imediato, após a emissão do Contrato e da Autorização de Fornecimento, expedidos por esta Prefeitura.

8 - Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da Contratada.

Cláusula Décima Terceira – Da responsabilidade da Contratante:

1. Pagamento do valor pactuado;
2. Pagamento de luz, água e telefone;
3. Reformas e benfeitorias necessárias;
4. Aquisição e pagamento dos produtos de limpeza;
5. Fornecer mediante prévio orçamento a autorização, materiais para a manutenção, tais como, peças, móveis, material de copa e cozinha, etc....

Cláusula Décima Quarta – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Quinta - O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e consolidadas, que institui normas para licitações e contratos, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

Cláusula Décima Sesta - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Videira, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente Contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arroio Trinta – SC, 02 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

ALCIDIR FELCHILCHER

CNPJ 82.826.462.0001/27

Prefeito Municipal

Contratante

SALETE ANA SERIGHELLI MEZZARI

CPF nº 023.895.409-96

Contratada

TESTEMUNHAS:

JULIAR LUIZ MANENTI

CPF: 036.215.649-26

TARCÍSIO LIDANI

CPF: 613.139.909-78

CONTRATO Nº 0007/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE PARA ADMINISTRAR O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES

CONTRATADA: SALETE ANA SERIGHELLI MEZZARI

VALOR GLOBAL: R\$7.700,00

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 7-2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de dispensa de licitação 7/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: COLÉGIO SÃO PAULO

Objeto: Locação de prédio para abrigar uma extensão do Centro de Educação Infantil Professora Onorata Zonta Dalfovo.

Valor: R\$ R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais.

Vigência: até 1/2/2018.

Ascurra, 3 de fevereiro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO N. 3/2016 FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 3/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 17/2/2016 às 10 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a Contratação de empresa para a prestação de serviços de fisioterapia para atender a população acometida de lesões nervosas e físicas, conforme prescrito nas ações de atenção básica em Saúde Pública, através do Fundo Municipal de Saúde, vinculada a Secretaria de Saúde deste Município de Ascurra (SC), conforme Edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br.

Ascurra, 4 de fevereiro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO N. 4/2016 FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 4/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 18/2/2016 às 8h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a AQUISICAO DE COMBUSTIVEIS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, conforme Edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br.

Ascurra, 4 de fevereiro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

LEI Nº 1459/2015

LEI Nº 1459/2015

“Autoriza a Câmara Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, a Filiar e a Contribuir Mensalmente com a União de Câmaras de Vereadores do Alto Vale do Itajaí – UCAVI e dá Outras Providências”.

Tarcísio Edegar Hillesheim, Prefeito Municipal em Exercício de Atalanta – SC, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Câmara Municipal de Atalanta, autorizada a filiar e a contribuir mensalmente em favor da UNIÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ – UCAVI, o repasse mensal, a título de contribuição, será no máximo a quantia correspondente a 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) do FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

Parágrafo Único - Quando os valores referidos da contribuição se modificarem, fica o Presidente da Câmara Municipal, autorizado por ato próprio a ajustá-los de conformidade com o que a UCAVI estabelecer.

Art. 2º - A contribuição referida, terá cunho exclusivamente para as atividades da Entidade, conforme prescrito em seu Estatuto, não podendo haver desvio de finalidade.

Parágrafo Único - A Entidade prestará contas à Câmara Municipal de Vereadores, através de seus balanços, comprovando a aplicação dos recursos objeto do presente ato.

Art. 3º - A contribuição cessará pela dissolução da Entidade ou por outro meio Estatutário, bem como por revogação da Lei Autorizativa que venha determinar sua condição de desfiliação, o que será comunicado por escrito a UCAVI.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a data de filiação da Câmara Municipal à UCAVI.

Atalanta – SC, 23 de dezembro de 2015.

TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM

Prefeito Municipal em Exercício

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 001/2016 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contrato 001/2016

Objeto: O objeto deste caracteriza-se pela obrigação do CONTRATADO, em prestar à CONTRATANTE serviços técnicos especializados de gestão contábil aplicada ao setor público, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da Prefeitura Municipal, incluindo suporte aos sistemas de contabilidade, compras, e-Sfinge, Lei de Responsabilidade Fiscal, diligências do Tribunal de Contas e de outros órgãos.

CONTRATADO: Conar Consultoria Assessoria e Representações Ltda

VALOR: R\$ 7.920,00 VIGENCIA: 12 meses

Balneário Piçarras(SC), 04 de janeiro de 2016.

Ana Paula Ribeiro Stiebler – Gestora do Fundo Municipal de Assistencia Social

CONTRATO 001/2016 FMDR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Contrato 001/2016

Objeto: O objeto deste caracteriza-se pela obrigação do CONTRATADO, em prestar à CONTRATANTE serviços técnicos especializados de gestão contábil aplicada ao setor público, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da Prefeitura Municipal, incluindo suporte aos sistemas de contabilidade, compras, e-Sfinge, Lei de Responsabilidade Fiscal, diligências do Tribunal de Contas e de outros órgãos.

CONTRATADO: Conar Consultoria Assessoria e Representações Ltda

VALOR: R\$ 7.920,00 VIGENCIA: 12 meses

Balneário Piçarras(SC), 04 de janeiro de 2016.

Osmar Fidelis – Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

CONTRATO 001/2016 FMH

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Contrato 001/2016

Objeto: O objeto deste caracteriza-se pela obrigação do CONTRATADO, em prestar à CONTRATANTE serviços técnicos especializados de gestão contábil aplicada ao setor público, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da Prefeitura Municipal, incluindo suporte aos sistemas de contabilidade, compras, e-Sfinge, Lei de Responsabilidade Fiscal, diligências do Tribunal de Contas e de outros órgãos.

CONTRATADO: Conar Consultoria Assessoria e Representações Ltda

VALOR: R\$ 7.920,00 VIGENCIA: 12 meses

Balneário Piçarras(SC), 04 de janeiro de 2016.

Osmar Fidelis – Gestora do Fundo Municipal de Habitação

CONTRATO 001/2016 FPBEA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL

Contrato 001/2016

Objeto: O objeto deste caracteriza-se pela obrigação do CONTRATADO, em prestar à CONTRATANTE serviços técnicos especializados de gestão contábil aplicada ao setor público, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da Prefeitura Municipal, incluindo suporte aos sistemas de contabilidade, compras, e-Sfinge, Lei de Responsabilidade Fiscal, diligências do Tribunal de Contas e de outros órgãos.

CONTRATADO: Conar Consultoria Assessoria e Representações Ltda

VALOR: R\$ 7.920,00 VIGENCIA: 12 meses

Balneário Piçarras(SC), 04 de janeiro de 2016.

Ricardo de Souza Paula – Gestor do FMPBEA

CONTRATO 001/2016 FUNSAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Contrato 001/2016

Objeto: O objeto deste caracteriza-se pela obrigação do CONTRATADO, em prestar à CONTRATANTE serviços técnicos especializados de gestão contábil aplicada ao setor público, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da Prefeitura Municipal, incluindo suporte aos sistemas de contabilidade, compras, e-Sfinge, Lei de Responsabilidade Fiscal, diligências do Tribunal de Contas e de outros órgãos.

CONTRATADO: Conar Consultoria Assessoria e Representações Ltda

VALOR: R\$ 7.920,00 VIGENCIA: 12 meses

Balneário Piçarras(SC), 04 de janeiro de 2016.

Osmar Fidelis – Gestora do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

PROCESSO LICITATÓRIO 001/2016 - FMAS/PREGÃO PRESENCIAL 001/2016 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 – PMBP

Sistema de Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço Global, para fornecimento de CESTAS BÁSICAS para repasse à famílias em situação de vulnerabilidade social/econômica devidamente cadastradas no centro de referência de assistência social- CRAS ou Secretaria de Assistência Social em consonância com a lei orgânica de Assistência Social - LOAS e lei municipal nº 419/2014. Recebimento dos Envelopes até: 25/02/2016 às 09:00 horas. Data da Sessão Pública: 25/02/2016 às 09:00 horas na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, no horário das 13:30 às 17:30 horas, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 02 de fevereiro de 2016. Leonel José Martins – Prefeito Municipal

REQUILIBRIO ATA 14/2015 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Aditivo: Fica acatado pela Secretaria de Administração e Fazenda o reequilíbrio econômico – financeiro do Item 1 – gasolina comum no valor de R\$ 3,2186 e ainda o item 3 – Diesel S 10 no valor de R\$ 2,9181 conforme solicitado e comprovado pela empresa fornecedora da presente Ata de Registro de Preços.

Balneário Piçarras, 13 de janeiro de 2016.

Leonel José Martins– Prefeito Municipal

REQUILIBRIO ATA 30/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Aditivo: Fica acatado pela Secretaria de Administração e Fazenda o reequilíbrio econômico – financeiro de todos os itens do Lote 1 -gasolina comum no valor de R\$ 3,3279 e conforme solicitado e comprovado pela empresa fornecedora da presente Ata de Registro de Preços.

Balneário Piçarras, 19 de janeiro de 2016.

Leonel José Martins– Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO 003/2016 FME/ PROCESSO LICITATÓRIO 012/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Processo Licitatório nº 012/2016 -FME

TOMADA DE PREÇOS para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2016-FME

O Fundo Municipal de Educação, através da Secretaria de Administração e Fazenda, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, TORNA PÚBLICO que fará realizar TOMADA DE PREÇOS para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para AMPLIAÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DE CONSTRUÇÃO CIVIL MODULAR. Data/horário recebimento envelopes: 24/02/2016 até 14h. Data/horário abertura envelopes: 24/02/2016 até 14h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Bairro Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 03 de fevereiro de 2016. Laureci Bernadete Schneider Pereira - Secretária de Educação

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO Nº.016/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 016/PMBR/2016

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação a contratação de empresas para realização de Shows Artísticos Musicais para o Carnarincão, que será realizado nos dias 05, 06, 07 e 08 de fevereiro de 2016, no município de Balneário Rincão/SC, com os seguintes artistas: "DJ FABIO DE SOUZA", "ELTON & EVERTON", "SAMBAMIL", "BANDA CLASSE A", "BANDA CARTÃO POSTAL" E O "GRUPO TOK MUSICAL" através das respectivas empresas FABIO SILVA DE SOUZA, ELTON AMARO MONSANI, ULISSES RICARDO DOS SANTOS, VERA REGINA GIESMANN, PAM PRODUÇÕES LTDA – ME e SOMVERIO SONORIZAÇÕES E EVENTOS LTDA – ME.

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão - SC, através da Secretaria de Cultura Esporte e Turismo.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 01/02/2016, por Valberto Berkenbrock– Secretário de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: em 01/02/2016, por Décio Gomes Góes - Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Balneário Rincão, 01 de Fevereiro de 2016.

Valberto Berkenbrock

Presidente da Comissão de Licitações

AVISO DE PRORROGAÇÃO PP Nº. 008/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/PMBR/2016

Considerando a imperiosa necessidade de aquisição pelo Município dos equipamentos estipulados na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações;

Considerando que não acudiram interessados na competição em voga.

A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/PMBR/2016, cujo objeto é contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de equipamentos para equipar o Centro de Castração do Município de Balneário Rincão/SC, com abertura programada para o dia 03/02/2016, às 14h00min horas, SERÁ REABERTA NO DIA 18/02/2016, 14h00min, até às 13h45min, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.

2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 03 de Fevereiro de 2016.

GISELE FERREIRA

PREGOEIRA

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO Nº14/2016

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº 014/2016

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando Escavadeira Hidraulica nova, ano 2016, fabricação nacional, com peso operacional de no mínimo 17.000 kg e máximo de 18.500 kg equipada com as seguintes especificações técnicas: Motor: diesel de no mínimo 4 cilindros, turbo alimentado, com potência mínima bruta de 111HP- Direção: Hidrostática; Sistema elétrico de tensão: de no mínimo 24 volts; Chassi: com construção robusta e todas as estruturas soldadas projetadas para suportar tensões extremas; Dimensão: largura máxima do equipamento de 2,80m; Esteiras: sapatas de garra tripla com no mínimo 600 mm de largura, no mínimo 07 roletes inferiores; Força de operação: lança de no mínimo 5m e braço mínimo de 2,50 m de comprimento, capacidade da caçamba para serviços severos de no mínimo 0,75 m³. Cabine do operador: fechada, com ar condicionado de fábrica, banco com suspensão, cabine FOPS ; Com rádio AM, FM Com entrada USB. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 14:30 horas do dia 22 de fevereiro de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura.

Barra Bonita, em 03 de fevereiro de 2016.
DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito

Barra Velha

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO TP 003/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO

Processo Administrativo nº 011/2016

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2016

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para reforma e ampliação da Escola Maria Tusnelda Bernstorff, e complemento da Obra da Quadra coberta da Escola Básica Municipal Profº Antonia Gasino de Freitas em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo.

Barra Velha, 03 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 1/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2016
Contratada: ALCIDES SCHMIDT
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENCAO E LIMPEZA DO GINASIO DE ESPORTES JOAO ALBERTO PIZZOLATI
Valor Total Contratado: R\$ 7.200,00
Vigência: 18/01/2016 a 31/12/2016
Data Assinatura: 18/01/2016
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS 11/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015
PREGÃO PRESENCIAL nº. 84/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, ADITIVOS E FLUIDOS PARA VEICULOS E MÁQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.
EMPRESA FORNECEDORA: DYSPEF COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 01, 09 e 13, totalizando a quantia de R\$ 27.225,00 (vinte e sete mil e duzentos e vinte e cinco reais).
EMPRESA FORNECEDORA: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 02, 04, 07, 08, 014 e 015, totalizando a quantia de R\$ 28.599,80 (vinte e oito mil e quinhentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).
EMPRESA FORNECEDORA: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 03, 05, 06 e 10, totalizando a quantia de R\$ 29.764,00 (vinte e nove mil e setecentos e sessenta e quatro reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 27/01/2016 a 27/01/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses
Benedito Novo (SC), 27/01/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL 126/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL
Rescisão do Primeiro Aditivo ao Contrato nº 126/2015, assinado em 14/12/2015
Contratada: INTELLIBR SISTEMAS LTDA
Objeto: Contratação de serviço especializado na área de informática,

para licença de uso de softwares para gestão escolar integrado, compreendendo sistemas de: cadastro de unidades escolar; matriz curricular; fórmulas de avaliação; calendário escolar; ensino infantil; ensino regular; gestão de recursos humanos; consulta, estatístico e gerencial (web); e portal do aluno (web), bem como serviços de implantação e treinamento nos referidos sistemas.
Finalidade do Aditivo: RESCISÃO DE CONTRATO
Fundamento legal: Art. 79, inciso II da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.
Data Assinatura: 13/01/2016
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL 94/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL
Rescisão do Contrato nº 94/2015, assinado em 1º de maio de 2015.
Contratada: ALVINA GROSCH
Objeto: LOCACAO DE UM IMOVEL PARA ABRIGAMENTO DE PESSOA COM VINCULOS FAMILIARES ROMPIDOS
Finalidade do Aditivo: RESCISÃO DO CONTRATO DE LOCACAO DE UM IMOVEL PARA ABRIGAMENTO DE PESSOA COM VINCULOS FAMILIARES ROMPIDOS
Data Assinatura: 30/01/2016
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2015
EXTRATO DO (PRIMEIRO) ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2015
Referente: Processo Licitatório nº 17/2015
Contratada: VILAND HENSCHEL
Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA HOLANDA, LADO DIREITO, ALTO BENEDITO NOVO, NO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO, DE PROPRIEDADE DE VILAND HENSCHEL, COM PERMISSÃO PARA A EXTRAÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA (SAIBRO E GNAISSE) PARA UTILIZACAO NO REVESTIMENTO PRIMARIO DE ESTRADAS NAO PAVIMENTADAS NESTE MUNICIPIO
Finalidade do Aditivo: PRORROGA VIGÊNCIA DO CONTRATO
Valor Total Contratado: R\$ 13.420,00
Vigência: 02/01/2016 a 30/11/2016
Data Assinatura: 15/12/2015
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PP 266-2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PP 266/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 266/2015 PMB, que tem como objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFIS-SIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS", que houve alteração no capítulo V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA no item 2- DA HABILITAÇÃO TÉCNICA e que houve alteração do Anexo nº 01 – Especificação, de modo que as empresas deverão retira-lo novamente no site do Município de Biguaçu.

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 15:15 horas, do dia 24/02/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 15:30 horas, do dia 24/02/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 01 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

DL277/2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 277/2015-PMB

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviço de desratização para manutenção de controle de raticidas nas Instituições de Ensino.

CONTRATADA: Rosiani Alcides da Silva

VALOR: R\$ 7.965,01

VIGÊNCIA: 31/12/2016

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

07.01.2.011.33.90.39.78.00.00.00

07.01.2.026.33.90.39.78.00.00.00

07.01.2.089.33.90.39.78.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Tal solicitação está sendo feita tendo a necessidade da manutenção de controle de raticidas nas instituições de ensino do Município. Tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2015 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art. 24, II da Lei 8.666/93. II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria de Educação apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 03 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 001/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 001/2016

CONTRIBUINTE:	AUGUSTINHO PEIXER ME		
ENDEREÇO:	RUA DOUTOR HOMERO DE MIRANDA GOMES, Nº 3084 – BOM VIVER – BIGUAÇU/SC		
Inscrição no CMC:	2901	CPF/CNPJ:	00.379.787/0001-44
Processo Fiscal:	3261/2014	IF/AI/NL:	AI 683

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, que em 8 de outubro de 2014, foi constatado que o mesmo cometeu a(s) seguinte(s) infração(ões) à legislação tributária municipal:

1) Solicitação de baixa após o prazo estabelecido em Lei (30 dias).

Informações:

- a. Dispositivo(s) Legal(is) violado(s): art. 183, I e II
- b. Base legal: Art. 349,II da LC 03/2007
- c. Multa Aplicada: R\$ 139,20 (centro e trinta e nove reais e vinte centavos).

Prazo:

Conforme disposto no art. 277, IX, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do valor da multa aplicada neste Auto de Infração, ou para apresentação de Defesa. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Isolete Schlemper Walter
FISCAL DE TRIBUTOS
Matrícula nº 9219

RETIFICAÇÃO PP 250-2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO PP 250/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 250/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA USO DE DIVERSAS SECRETARIAS.", que de vido a solicitação de esclarecimento da empresa "Modelo Pneus" houve alteração nas especificações de alguns itens do Anexo nº 01 passando a ter a seguinte redação:

Item	Quantidade	Unid.	Valor referência	Especificação
15	20,00	UN	1.530,00	PNEU 275/80R 22.5 (CAMINHÕES CARGO) BORRACHUDO, TUBE LESS;
16	16,00	UN	1.450,00	PNEU 275/80R 22.5 (CAMINHÕES CARGO) LISO, TUBE LESS;
21	12,00	UN	180,00	PNEU 185R14 100R (KOMBI);
23	2,00	UN	1.710,00	PNEU 12,5/80/18 (RETROESCAVADEIRA JCB), BORRACHUDO, DIANTEIRO, TUBE LESS, 12 LONAS OU SUPERIOR.
24	6,00	UN	3.788,00	PNEU 19,5/24 (RETROESCAVADEIRA RANDOM), BORRACHUDO, TRASEIRO, TUBE LESS, 12 LONAS OU SUPERIOR.
25	6,00	UN	1.200,00	PNEU 12-16.5 (RETROESCAVADEIRA RANDOM), BORRACHUDO, DIANTEIRO TUBE LESS, 12 LONAS OU SUPERIOR.
28	4,00	UN	2.155,00	PNEU TRASEIRO RETRO CASE 17.5L 24, NOVOS COM CÂMARA DE AR, 12 LONAS.
29	8,00	UN	1.610,00	PNEU DIANTEIRO PARA TRATOR AGRÍCOLA 12/04/24 R1, 12 LONAS, NOVOS, COM CÂMARA DE AR.

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:
Até às 13:45 horas, do dia 19/02/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 19/02/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura
As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 03 de fevereiro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 060/2016

PORTARIA Nº 060/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU, utilizando-se das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, item III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara e art. 54, item VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e, nos termos da Lei Municipal nº 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, GABRIEL BOUSON, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 068.671.819-45, para exercer o cargo em provimento efetivo de SERVIÇOS GERAIS, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Biguaçu.

Art. 2º - O nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta, sob pena de perda do efeito da nomeação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU, EM 03/02/2016.

VILSON NORBERTO ALVES
Presidente

Registrada e publicada em 04/02/2016.

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 19.381/2016

PORTARIA Nº 19.381, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DE QUE TRATA A PORTARIA N.19.250, DE 18/11/2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e conforme solicitação efetuada através do Memorando nº 057/16, de 28/01/16, subscrito pelo Diretor de Compras e Licitações, resolve:

ALTERAR a composição da Comissão Especial de Licitação de que trata a Portaria nº 19.250, de 18/11/2015, da seguinte forma:

JULIAN PLAUTZ, passando a atuar na qualidade de presidente, em substituição a ANDREIA LINA MAUL RAUCH, que passa a atuar como membro na referida comissão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.382/2016

PORTARIA Nº 19.382, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD Nº 004/2014, QUE TRAMITOU PERANTE A 3ª CPASD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos do PAD nº 004/2014, resolve:

DETERMINAR

o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 004/2014, instaurado por meio da Portaria nº 17.680, de 31/03/2014, para apurar a responsabilidade disciplinar do servidor público municipal W.K., matrícula 9984-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, que tramitou perante a 3ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, sem julgamento do mérito, pela impossibilidade de punição, por força do art. 107, I, do Código Penal, aplicável subsidiariamente ao processo administrativo disciplinar, conforme dispõe o art. 261, da LC 660/07.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de fevereiro 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.384/2016

PORTARIA Nº 19.384, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXONERA ANELIZE TERMANN SCHLOSSER DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE PROGRAMAS DE SAÚDE ESCOLAR, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

ANELIZE TERMANN SCHLOSSER, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Programas de Saúde Escolar, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, nomeada pela Portaria nº 16.639, de 05 de fevereiro de 2013, no dia 18 de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.386/2016

PORTARIA Nº 19.386, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

TAUANA PATRÍCIA BOMSENHOR, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Programas de Saúde Escolar, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no dia 19 de janeiro de 2016;

DAVID TRIBESS, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Informações Educacionais, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no dia 04 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO Nº 020/2016 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 020/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
 e
 Latina Comercial Eireli ME

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de materiais elétricos destinados à manutenção e ampliação dos ambientes da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 183/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 157/2015 firmado em 04 de janeiro de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 17: lâmpadas e reatores							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	33091	1000	Peça	Lâmpada fluorescente trifósforo 28 W, T5. Fluxo luminoso igual ou superior a 2900lm (lumens). Vida útil mínima de 20.000 horas. Temperatura de cor de 4000k. Índice de reprodução de cor (IRC) superior a 80. Eficiência luminosa de no mínimo 100lm/W. Própria para soquetes G5. Comprimento 1163mm.	Philips	6,30	6.300,00
2	33092	600	Peça	Reator eletrônico de alto FP e baixo THD / 2 x 28W. Para lâmpadas fluorescente tubulares tipo T5, com as seguintes características: Fator de potência maior que 0,96. Taxa de distorção harmônica <= 10%. Fator de fluxo luminoso de no mínimo 0,95. Frequência de operação superior a 25Khz. Perdas internas máximas de 5W. Tensão de alimentação de 220V que aceite uma variação de 5% para mais e 10% para menos. Vida útil mínima de 25.000 horas.. Produzido em conformidade com as normas: ABNT NBR 14417 (Segurança), NBR 14418 (Desempenho) e ISO 9000 (Padronização de Produção). Produzido com materiais que permitam a reciclagem Garantia mínima de dois (02) anos.	Philips	38,83	23.298,00
3	13676	10000	Peça	Lâmpada fluorescente trifósforo 32 W, T8, com fluxo luminoso igual ou superior a 2700lm (lumens); Vida útil mínima de 12000 horas; Temperatura de cor de 4000k; índice de reprodução de cor (IRC) superior a 80; eficiência luminosa de no mínimo 84W/lm; própria para soquetes G13; comprimento 1200mm..	Philips	7,59	75.900,00
4	15555	2000	Peça	Reator eletrônico 2 x 32W para lâmpadas fluorescente tubulares tipo T8, com as seguintes características: Fator de potência maior que 0.96. Taxa de distorção harmônica menor que 16%. Fator de fluxo luminoso de no mínimo 0,95. Frequência de operação superior a 25Khz. Perdas internas máximas de 5W. Suportar temperatura na carcaça de ate 60°C. Produzido em conformidade com as normas: ABNT NBR 14417 (Segurança), NBR 14418 (Desempenho) e ISO 9000 (Padronização de Produção). Produzido com materiais que permitam a reciclagem. Garantia mínima de dois (02) anos.	Philips	33,98	67.960,00
5	15556	400	Peça	Lâmpada fluorescente trifósforo 16 W, T8, com fluxo luminoso igual ou superior a 1200lm (lumens); Vida útil mínima de 12000 horas; Temperatura de cor de 4000k; índice de reprodução de cor (IRC) superior a 80; eficiência luminosa de no mínimo 75W/lm; própria para soquetes G13; comprimento 590mm.	Philips	7,59	3.036,00
6	15554	50	Peça	Reator eletrônico 2 x 16W para lâmpadas fluorescente tubulares tipo T8, com as seguintes características: Fator de potência maior que 0.96. Taxa de distorção harmônica menor que 16%. Fator de fluxo luminoso de no mínimo 0,95. Frequência de operação superior a 25Khz. Perdas internas máximas de 5W. Tensão de alimentação de 220 que aceite uma variação de 5% para mais e 10% para menos. Suportar temperatura na carcaça de ate 60°C.: ABNT NBR 14417 (Segurança), NBR 14418 (Desempenho) e ISO 9000 (Padronização de Produção). Produzido com materiais que permitam a reciclagem. Garantia mínima de dois (02) anos.	Philips	35,16	1.758,00

7	16744	10	Peça	Lâmpada de vapor de sódio de 250 W ovóide, rosca E40, fluxo luminoso de no mínimo 30000 lumens, vida útil mínima de 23000 horas de funcionamento em condições normais.	Osram	36,78	367,80
8	2848	10	Peça	Lâmpada de vapor de mercúrio 250W ovóide E40, fluxo luminoso de no mínimo 12500 lumens, eficiência luminosa mínima de 50 lm/W, vida útil mínima de 15000 horas de funcionamento em condições normais.	Philips	29,40	294,00
9	20951	15	Peça	Lâmpada de vapor de sódio de 400 W ovóide, rosca E40, fluxo luminoso de no mínimo 47000 lumens, vida útil mínima de 23000 horas de funcionamento em condições normais.	Philips	41,13	616,95
10	16415	50	Peça	Lâmpada de vapor metálico de 400 W ovóide leitosa, rosca E40, garantia de fluxo luminoso de no mínimo 36000 lumens, vida útil mínima de 19000 horas de funcionamento em condições normais. Ref. Philips.	Philips	70,08	3.504,00
11	26195	50	Peça	Lâmpada de vapor metálico de 400 W tubular, rosca E40, garantia de fluxo luminoso de no mínimo 38000 lumens, vida útil mínima de 19000 horas de funcionamento em condições normais. Ref. Philips.	Philips	66,60	3.330,00
12	26228	10	Peça	Lâmpada de vapor metálico de 1000 W tubular, rosca E40, garantia de fluxo luminoso de no mínimo 82000 lumens, vida útil mínima de 9000 horas de funcionamento em condições normais. Ref. Philips.	Philips	384,15	3.841,50
13	26227	5	Peça	Reator para lâmpada vapor de metálico de 1000W - 220 V, próprio para uso integrado interno, com ignitor e capacitor. Alto fator de potência (superior a 0,92). Em conformidade com a norma ABNT NBR 13593. Ref. Philips.	Philips	368,01	1.840,05
14	24946	30	Peça	Reator para lâmpada vapor de metálico de 400W - 220 V, próprio para uso integrado interno, ignitor e capacitor. Rendimento mínimo de 89%. Garantia mínima de cinco (05) anos. Em conformidade com a norma ABNT NBR 13593. Ref. Philips.	Philips	95,19	2.855,70
15	16416	30	Peça	Reator para lâmpada vapor metálico de 400W - 220 V, próprio para uso externo em poste, com ignitor e capacitor incorporados. Perdas internas máximas de 50 Watts. Em conformidade com a norma ABNT NBR 13593. Garantia mínima de cinco (05) anos. Ref. Philips.	Philips	99,30	2.979,00
16	2841	100	Peça	Lâmpada incandescente clara de bulbo transparente 40W 220V, temperatura de cor 2700 K, fluxo luminoso superior a 410 lumens, rosca tipo E27, tempo de vida útil mínimo de 1000 horas.	Philips	2,23	223,00
17	2963	300	Peça	Lâmpada incandescente clara de bulbo transparente 25W 220V, temperatura de cor 2700 K, fluxo luminoso superior a 215 lumens, rosca tipo E27, tempo de vida útil mínimo de 1000 horas.	Osram	2,23	669,00
18	2502	800	Peça	Soquete de policarbonato para lâmpada fluorescente tubular dos tipos T8, T10 e T12, de base G13. Corpo em policarbonato. Contatos em bronze fosforoso e latão. Rotor central giratório. Engate rápido para os fios e fixação através de encaixe. Altura do centro da lâmpada ate a luminária de 295mm.. Estar em conformidade com as normas da UL(EUA), CE (Europa), ENEC (Europa) e IRAM (Argentina). Corpo na cor branca com rotor giratório verde.	Lucchi	0,82	656,00
19	2850	70	Peça	Lâmpada Fluorescente compacta com reator integrado, tipo espiral de 15W, com as seguintes características: Conexão por rosca E27. Tensão de alimentação de 220V 60HZ.. IRC igual ou superior a 78.Vida útil média de 8000horas	Osram	13,43	940,10
20	2953	100	Peça	Lâmpada Fluorescente compacta com reator integrado, tipo espiral de 20W, com as seguintes características: Conexão por rosca E27. Tensão de alimentação de 220V 60HZ. IRC igual ou superior a 78.Vida útil média de 8000 horas	Osram	14,67	1.467,00
21	3007	200	Peça	Lâmpada Fluorescente compacta com reator integrado, tipo espiral de 23W, com as seguintes características: Conexão por rosca E27. Tensão de alimentação de 220V 60HZ.. IRC igual ou superior a 78.Vida útil média de 8000horas	Osram	15,23	3.046,00
22	24586	20	Peça	Lâmpada Fluorescente compacta com reator integrado, tipo espiral de 45W, com as seguintes características: Conexão por rosca E27. Tensão de alimentação de 220V 60HZ. IRC igual ou superior a 80.Vida útil média de 10000horas. Sistema de ventilação tipo "air pump".	Osram	47,63	952,60

23	30497	10	Peça	Lâmpada Fluorescente compacta com reator integrado, tipo espiral de 65W, com as seguintes características: Conexão por rosca E27. Tensão de alimentação de 220V 60HZIRC igual ou superior a 80.Vida útil média de 10000 horas. Sistema de ventilação tipo "air pump".	Osram	61,92	619,20
24	2942	30	Peça	Lâmpada luz mista de 250W, tensão 220V, base E27, bulbo elipsoidal, corrente de 1,2A. IRC igual ou superior a 58, temperatura de cor 3800K, fluxo luminoso 5600 Lúmen e eficiência luminosa de 21W. Vida útil média de 10000 horas.	Osram	21,04	631,20
25	4305	20	Peça	Base para relé fotoelétrica, corrente nominal de 10A, homologado pela CELESC.	Takt	10,96	219,20
26	3586	60	Peça	Relé fotoelétrico, 198 a 242V, de 1000W/1800VA, 5A, NA IP64, contatos elétricos em latão estanhado. Homologados pela CELESC	Takt	20,54	1.232,40
27	35444	300	Peça	Lâmpada tubular de LED, com fluxo luminoso igual ou superior a 1550lm (lumens); Eficiência luminosa de no mínimo 85 lm/W; Vida útil mínima de 40.000 horas;. Própria para substituição direta de lâmpadas fluorescentes.	Golden	54,01	16.203,00
28	35445	5	Peça	Projeto de LED com fecho assimétrico, estrutura em alumínio, IP 65, com fluxo luminoso igual ou superior a 12.000 lm (lumens), Eficiência luminosa de no mínimo 95 lm/W. Própria para substituição projetor com lâmpada HPI de 250W.	Philips	2010,43	10.052,15
29	35446	5	Peça	Projeto de LED com fecho simétrico, estrutura em alumínio, IP 65, com fluxo luminoso igual ou superior a 12.000 lm (lumens)Eficiência luminosa de no mínimo 95 lm/W. Própria para substituição projetor com lâmpada HPI de 250W.	Philips	2041,63	10.208,15
Preço Total do Lote (em R\$)				245.000,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Duzentos e quarenta e cinco mil reais			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 01/02/2016.

EXTRATO Nº 021/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 021/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e
MWV Web Site Comércio de Produtos Eletroeletrônicos Ltda. ME

OBJETO: Aquisição de licenças Adobe® Creative Cloud® for Education, para uso em diversos laboratórios da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 89/2015 e Contrato nº. 13/2015 firmado em 28 de janeiro de 2016.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço o preço unitário de R\$ 4.333,34 (quatro mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	P/N (Part Number)	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	36258	30	Licença	65230995BB01A1	Pacote Adobe® Creative Cloud for Teams Device MT Academic Monthly Subscription, durante o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, para múltiplas plataformas (PC e Mac) (VIP-ACAD LEVEL 1 SUB All Multiplataforms), com suporte em Português (PT-Br).	4.333,34
Preço Total do Item (em R\$)				130.000,00		

Preço Total do Item (em reais, por extenso)

Cento e trinta mil reais

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após o efetivo fornecimento das licenças, desde que as mesmos sejam aprovadas pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhadas da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com duração limitada a 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, IV da Lei nº. 8.666/93.

DATA: 01/02/2016.

EXTRATO Nº 022/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 022/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Prevenção Extintores LTDA

OBJETO: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de ensaios hidrostáticos, reparos, reempatação, limpeza e secagem para as mangueiras de combate a incêndios de propriedade da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 207/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 17/2015 firmado em 01 de fevereiro de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	32592	280	Peça	Teste hidrostático em mangueira de combate a incêndio tipo predial/residencial, de acordo com NBR 12779 / mangueira com medidas 1½" x 15m.	7,70	2.156,00
2	32593	45	Peça	Teste hidrostático em mangueira de combate a incêndio tipo predial/residencial, de acordo com NBR 12779 / mangueira com medidas 2½" x 15m.	9,65	434,25
Preço Global (em R\$)			2.590,25			
Preço Global (em reais, por extenso)			Dois mil quinhentos e noventa reais e vinte e cinco centavos			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva prestação dos serviços, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e) e Certificado(s) de Inspeção e Manutenção da(s) Mangueira(s), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 01/02/2016.

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 291/2016

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 291

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
29.938/2016	20.01.2016	DEISE JANAINA BORBA	De 20 horas para 40 horas	18.01.2016
29.939/2016	20.01.2016	BARBARA FRAGA CARNEIRO	De 30 horas para 40 horas	18.01.2016
29.963/2016	27.01.2016	SHIRLEY DAY KLEINE	De 30 horas para 40 horas	25.01.2016

Blumenau, 29 de janeiro de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 299/2016

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 299

RONALDO ROGERIO WAL-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
29987/2016	ADRIANA FERREIRA LEITE DA ROCHA BLOEDORN	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	25/10/2015
29987/2016	ALICE CABRAL E SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	15/10/2015
29987/2016	ALINE EMA ALBERT	AGENTE ADMINISTRATIVO	11/08/2015
29987/2016	ANA CARLA MIGUEL FIGUEREDO	PROFESSOR - 40H (QP)	30/12/2015
29987/2016	ANA KARLA PAGNOCELLI BLOEDORN	EDUCADOR SOCIAL	25/11/2015
29987/2016	ANA MARIA DE CAMPOS LIMA GARCIA	AGENTE ADMINISTRATIVO	13/10/2015
29987/2016	ANA MIRIAM BECKER	PROFESSOR - 40H (QP)	08/01/2016
29987/2016	ANDRÉ RICARDO GONÇALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO	05/11/2015
29987/2016	ANDREA REGINA TIBURCIO CAMARGO	AGENTE ADMINISTRATIVO	20/10/2015
29987/2016	ANGELITA ANA LARGURA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	17/10/2015
29987/2016	ASSONIPO DOS SANTOS	AGENTE DE VIGILÂNCIA	01/10/2015
29987/2016	ASTA GODOZ	PROFESSOR - 40H (QP)	09/01/2016
29987/2016	BIANCA HAMMES KLEIN	PROFESSOR - 40H (QP)	18/10/2015
29987/2016	CARLOS ALBERTO TOSI PRATIS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	23/09/2015
29987/2016	CINTIA RAQUEL SIEMANN	PROFESSOR - 40H (QP)	03/01/2016
29987/2016	CLACI FALCOSKI	EDUCADOR SOCIAL	11/12/2015
29987/2016	CRISTINA DA SILVA MARCELINO	PROFESSOR - 40H (QP)	15/01/2016
29987/2016	DAIANA LUZIA DOS SANTOS	PROFESSOR - 40H (QP)	19/01/2016
29987/2016	DANIEL TRIBESS	PROFESSOR - 20H (QP)	20/01/2016
29987/2016	DANIELA BARCELLOS OLIVEIRA MULLER	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	06/11/2015
29987/2016	DAYSE VOLTOLINI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	07/11/2015
29987/2016	DEBORA ROEDEL	PROFESSOR - 20H (QP)	27/01/2016
29987/2016	DEORILDO MARIA	EDUCADOR SOCIAL	30/10/2015
29987/2016	EDSON MACHADO SOUSA	EDUCADOR SOCIAL	29/11/2015
29987/2016	ELAINE BAUMAYER RIBEIRO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	21/10/2015
29987/2016	ELISA BENVENUTTI	CIRURGIÃO DENTISTA - 20H	16/10/2015
29987/2016	ELIZANE GARCIA	PROFESSOR - 40H (QP)	05/01/2016
29987/2016	GABRIELA COMIN	PROFESSOR - 20H (QP)	20/01/2016
29987/2016	GISELE PISKE PINHEIRO	PROFESSOR - 40H (QP)	01/11/2015
29987/2016	GISELE LUCIANI	EDUCADOR SOCIAL	16/12/2015
29987/2016	GIZELLE VICENTINI DE SOUZA	PROFESSOR - 40H (QP)	17/01/2016
29987/2016	GRACIELA SCHART ONEDA	PROFESSOR - 40H (QP)	09/01/2016
29987/2016	GUSTAVO BRANCO HAERTEL	CIRURGIÃO DENTISTA - 20H	01/10/2015
Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
29987/2016	HINGRIDI CARDOSO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	17/09/2015
29987/2016	HONORINA DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	17/10/2015
29987/2016	ISABEL CESCION	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	19/09/2015
29987/2016	JARDEL MANDEL CARDOSO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	04/12/2015

29987/2016	JEAN RICARDO PEIXER	CADASTRADOR IMOBILIÁRIO	25/12/2015
29987/2016	JOELMA FERNANDES	PROFESSOR - 40H (QP)	02/01/2016
29987/2016	JOELMA HASKEL FLORIANI	ASSISTENTE SOCIAL	08/10/2015
29987/2016	JOSLAINE RAFAELA MENEGAZZO	ENFERMEIRO	05/12/2015
29987/2016	JULIA CRISTINA FELISBERTO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	04/10/2015
29987/2016	JULIANA MUELLER MARCULINO	PROFESSOR - 40H (QP)	13/01/2016
29987/2016	LARISSA DA SILVA BRESSANINI	PROFESSOR - 40H (QP)	06/01/2016
29987/2016	LAURENA APARECIDA MALLMANN	PROFESSOR - 40H (QP)	05/01/2016
29987/2016	LEANDRO JONAS FROELICH	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	11/11/2015
29987/2016	LEONARDO CIM	AGENTE ADMINISTRATIVO	17/11/2015
29987/2016	LILIANE LELIS GONÇALVES MACHADO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	18/11/2015
29987/2016	LUANA MARIA TREGA DE OLIVEIRA	EDUCADOR SOCIAL	02/11/2015
29987/2016	LUCIANA WEISE	COORDENADOR PEDAGÓGICO - 40H (QP)	13/11/2015
29987/2016	MARCIA CRISTINA KRACKE	AGENTE ADMINISTRATIVO	20/10/2015
29987/2016	MARIA DA LUZ POLICENO EFFTING	PROFESSOR - 40H (QP)	08/01/2016
29987/2016	MARIA JOSE HALATEN	PROFESSOR - 40H (QP)	17/01/2016
29987/2016	MARIA LUIZA SCHMITZ	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	04/10/2015
29987/2016	MARJORE KATINE CARDOSO BABITONGA	ASSISTENTE SOCIAL	01/01/2016
29987/2016	MARLUCE VOLPI	PROFESSOR - 40H (QP)	12/01/2016
29987/2016	MARTIELA BISPO EILERT	EDUCADOR SOCIAL	09/10/2015
29987/2016	MAURINA DE OLIVEIRA	AGENTE DE VIGILÂNCIA	08/10/2015
29987/2016	MERI REGINA DE SOUZA LUCHETTA	PROFESSOR - 40H (QP)	02/01/2016
29987/2016	NANCY AMALIA GESKE MARTINS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/10/2015
29987/2016	NEUSA MARIA FIDELIX DE MORAES	PROFESSOR - 40H (QP)	19/10/2015
29987/2016	REGINALDO BENTO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24/12/2015
29987/2016	RODRIGO FERRACIN DE SOUZA	MÉDICO - 15H	18/12/2015
29987/2016	RODRIGO ULIANO	PROFESSOR - 20H (QP)	15/11/2015
29987/2016	RONALDO WEINGARTNER	PSICÓLOGO	27/06/2011
29987/2016	ROSELI KORMANN OKAMOTO	PROFESSOR - 40H (QP)	06/01/2016
29987/2016	ROSEMARI ANDREIA CARLINI	PROFESSOR - 40H (QP)	05/12/2015
29987/2016	ROZANGELA TEREZINHA MATIOLA	PROFESSOR - 40H (QP)	06/10/2015
29987/2016	SANDRA DANIELA SOUZA DOS SANTOS	PROFESSOR - 40H (QP)	13/01/2016
29987/2016	SANDRA MARIA MUELLER	COORDENADOR PEDAGÓGICO - 40H (QP)	28/01/2016
29987/2016	SANDRA MULLER PASOLD	PROFESSOR - 40H (QP)	29/01/2016
29987/2016	SANDRA REGINA MARQUES SECCHI	TERAPEUTA OCUPACIONAL	03/11/2015
29987/2016	SELMY TEIXEIRA DA SILVA PEDREIRA	PROFESSOR - 40H (QP)	30/12/2015
29987/2016	SILVANA APARECIDA RODRIGUES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	06/09/2015
29987/2016	SHIRLEY FÁRIA	PSICÓLOGO	14/11/2015
29987/2016	SIRLEY NEIS GAULKE	PROFESSOR - 40H (QP)	30/12/2015
29987/2016	SORAYA DAMBROSO CAIGAR DE MEDEIROS	ASSISTENTE SOCIAL	30/12/2015
29987/2016	STELA FERNANDA LIESENBERG	EDUCADOR SOCIAL	03/01/2016
29987/2016	TANIA MARISA CORDOVA	PROFESSOR - 40H (QP)	11/01/2016
29987/2016	TARCÍSIO JOSÉ DA SILVA	ENFERMEIRO	16/10/2015
29987/2016	TATIANA CRUZ MACHADO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	05/10/2015
29987/2016	TATIANA FURLAN SALA BIANCHINI	MÉDICO - 20H	24/01/2016
29987/2016	TATIANE FURTADO RIBEIRO GERVASONI	PROFESSOR - 40H (QP)	20/01/2016
29987/2016	THYARA BECKER	ENFERMEIRO	10/11/2015
29987/2016	ZENAIDE LUCHETTA MOREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	04/10/2015

Blumenau, 01 de fevereiro de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 294/2016

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 294

ROANLDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
				INÍCIO	TÉRMINO
29948	2016	22.01.2016	2016/01/000515	ANDRESSA KAER PINHEIRO	05/05/2016 03/07/2016
29943	2016	22.01.2016	2016/01/000468	CATARINA IMIANOVSKI DUARTE	12/04/2016 10/06/2016
29952	2016	25.01.2016	2016/01/000585	FABIANA SCHMITT CORREA	21/05/2016 20/07/2016
29932	2016	19.01.2016	2016/01/000176	GABRIELE DE FREITAS	19/04/2016 17/06/2016
29936	2016	19.01.2016	2016/01/000255	JULIANA KOFAHL CORNELIUS	04/05/2016 02/07/2016
29922	2016	18.01.2016	2016/01/000101	MIRIA DIAS BIBOW	29/03/2016 27/05/2016
29940	2016	20.01.2016	2016/01/000303	TAISE BARBARA LICHTENFELZ	23/02/2016 23/04/2016

Blumenau, 29 de janeiro de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 295/2016

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 295

RONALDO ROGERIO WAN DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA PARCIAL PARA 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
				INÍCIO	TÉRMINO
29935	2016	19.01.2016	2016/01/000244	AMELIA TAVARES	16.11.2001 16.11.2011

Blumenau, 29 de janeiro de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 296/2016

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 296

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA TOTAL PARA LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
				INÍCIO	TÉRMINO
29957	2016	26.01.2016	2016/01/000614	FLAVIO APARECIDO OTHERO LOPES	09.09.2001 09.09.2011

Blumenau, 29 de janeiro de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 297/2016

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 297

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
29923	2016	19.01.2016	2016/01/000143	VANDERLI DUTRA	26.12.2005	26.12.2015
29937	2016	19.01.2016	2016/01/000265	DULCINEIA MARIA TRIANOTTI MAR- CHIORI	07.11.2005 a	07.11.2015
29945	2016	22.01.2016	2016/01/000483	FRANCINE SILVIA DE MIRANDA	01.12.2005	01.12.2015
29946	2016	22.01.2016	2016/01/000507	LEORI TOSCANINO BINELLO	29.09.1998	29.09.2008
29949	2016	22.01.2016	2016/01/000518	LUIZ ANTONIO FABENI	28.09.2004	28.09.2014
29950	2016	25.01.2016	2016/01/000543	ADILSON DE JESUS	24.01.2006	24.01.2016
29961	2016	26.01.2016	2016/01/000627	ADRIANA REGINA ARAUJO ROCHA	26.01.2006	26.01.2016

Blumenau, 29 de janeiro de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 298/2016

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 298

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
29933/2016	19.01.2016	2016/01/000209	MARIZA AMARAL DE OLIVEIRA	12.09.2005 a 12.09.2015
29934/2016	19.01.2016	2016/01/000228	ELIANE SCHMIDT	19.12.2005 a 19.12.2015
29941/2016	20.01.2016	2016/01/000386	DIRCE RODERS CHAGAS	12.10.2005 a 12.10.2015
29947/2016	22.01.2016	2016/01/000508	ROLF GESKE	16.03.1997 a 16.03.2007
29951/2016	25.01.2016	2016/01/000548	NEIDE ROSI HECK DE CARVALHO	03.07.2004 a 03.07.2014
29954/2016	26.01.2016	2016/01/000579	ELIS REGINA NOTARI	22.07.2003 a 22.07.2013
29965/2016	28.01.2016	2016/01/000678	FATIMA JUNCHES DICKMANN	07.04.1997 a 07.04.2007

Blumenau, 29 de janeiro de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 293/2016

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 293

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 27, 28 e 29, combinado com os artigos 61, 62 e 63, ambos da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 74, 75 e 76, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL

Aos servidores públicos municipais de Blumenau, integrantes do Grupo Ocupacional Especialista:

PORTARIA	NÚMERO DE	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO		A PARTIR
	PROCESSO			FAIXA	PADRÃO	DE
29960/2016	2015/8359	ALESSANDRA DANIELLA R. SCHIESSER	Enfermeiro	II	B	01/01/2016
29960/2016	2016/55	ANA CARLA MIGUEL FIGUEREDO	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	18/01/2016
29960/2016	2016/271	ANA MARIA ERN	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/13	ARIANE JANAINA BARTEL DICKMANN	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/298	BRUNA CRISTINA GAMBA	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/31	CELIA NUNES DE OLIVEIRA FILHO	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/428	CILENE MARIA FUCK	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	14/01/2016
29960/2016	2016/152	CLAUDETE DE FATIMA MATHIONI	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	05/01/2016
29960/2016	2016/69	CRISTIANE APARECIDA ESSER	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/235	DAYANE ANTUNES DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/251	DEISE REGINA PAUL EXEL	Fonoaudiólogo	II	B	19/01/2016
29960/2016	2016/206	DIESICA RODRIGUES DOS S. AZEVEDO	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	09/01/2016
29960/2016	2016/25	EDIVALMA WEBER	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/53	ENELI HILLESHEIM SCHELL	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	01/01/2016
29960/2016	2015/8300	FABIANE DOS SANTOS GONCALVES	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/01/2016
29960/2016	2016/67	FERNANDA DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/377	FRANCIELI KIRCHNER	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	17/01/2016
29960/2016	2016/62	GREICE KLABUNDE	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/269	GREICE RECKELBERG MOHR	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	01/01/2016
29960/2016	2016/119	IVANIR CIRICO ELIAS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2015/7732	JOSIANE BOLL	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	14/01/2016
29960/2016	2016/112	JOSIANE JENNY HOSTIM LOES	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	16/01/2016
29960/2016	2016/282	JOSLAINE RAFAELA MENEGAZZO	Enfermeiro	II	B	19/01/2016
29960/2016	2016/416	JUSCELENE MARIA ROSSONI	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	14/01/2016
29960/2016	2015/8517	KATIA HOLTRUP WEIERS	Professor - 20 Horas (QP)	II	I	01/01/2016
29960/2016	2016/419	KIRIA REGINA HOSTINS LUCIANO	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	14/01/2016
29960/2016	2016/177	LARISSA JARDIM DA SILVA DONAN	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	15/01/2016
29960/2016	2016/99	LAURITA PROCHNOW DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	07/01/2016
29960/2016	2016/157	LECI RIBEIRO DOS ANJOS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/270	LENICE FERREIRA GOMES	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	08/01/2016
29960/2016	2015/8515	LEONARDO SILVEIRA ALVES	Enfermeiro	II	B	01/01/2016
PORTARIA	NÚMERO DE	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO		A PARTIR
	PROCESSO			FAIXA	PADRÃO	DE
29960/2016	2016/63	LETICIA CIDRAL SILVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	19/01/2016
29960/2016	2016/54	LETICIA HENSEL	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/318	LILIAN PEREIRA UESSLER	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/100	MARCELO CARNASCIALI CAVICHIOLO	Técnico Desportivo B	II	G	18/01/2016
29960/2016	2016/28	MARCIA MARIA DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/43	MARIA DA LUZ POLICENO EFFTING	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/441	MARIA LUCIA RUSSI FELISBINO	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2015/8584	MARJORE KATINE C. BABITONGA	Assistente Social	II	B	01/01/2016
29960/2016	2016/188	MARLI FERMINO KRUEGER	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/11	MARLUCE VOLPI	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/122	MERI REGINA DE SOUZA LUCHETTA	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	02/01/2016
29960/2016	2015/8399	MONIQUE NEIS	Nutricionista	II	B	01/01/2016

29960/2016	2016/426	MYLENE ARAUJO DE OLIVEIRA	Engenheiro Civil	II	B	21/01/2016
29960/2016	2016/74	NELCI RIBEIRO	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	10/01/2016
29960/2016	2015/8345	NEUSA MARIA FIDELIX DE MORAES	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/01/2016
29960/2016	2016/266	NICIA AZEVEDO MARCOS	Coordenador Pedagógico (40H)	II	B	19/01/2016
29960/2016	2016/205	PATRICIA DE ANDRADE	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2015/8477	PATRICIA JANAINA SIMON REINERT	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/01/2016
29960/2016	2016/273	REJANE WILWERT	Assistente Social	II	F	19/01/2016
29960/2016	2016/455	ROSANA REIS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/29	ROSEANE APARECIDA RAMTHUM	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	05/01/2016
29960/2016	2016/294	ROSELENE PRADELA PEIXER	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	20/01/2016
29960/2016	2016/30	ROSELI KORMANN OKAMOTO	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	06/01/2016
29960/2016	2016/49	ROSELIA MAY LOFFI DA ROCHA	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/01/2016
29960/2016	2016/71	ROSILENE MARA CARL	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2015/8501	SALETE KOGLER	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/01/2016
29960/2016	2016/305	SHIRLEY APARECIDA BORGES PERING	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/20	SHIRLEY SEEFELD	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	18/01/2016
29960/2016	2015/8512	SOLANGE ADRIANE SEHNEM FELLER	Professor - 40 Horas (QP)	II	J	01/01/2016
29960/2016	2016/140	SOLANGE FEUSER	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	14/01/2016
29960/2016	2016/440	SOLANGE RUSSI	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	16/01/2016
29960/2016	2015/8521	SORAIA DE OLIVEIRA DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	05/01/2016
29960/2016	2016/179	SUSANE KRAMER	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/111	SUSIANE DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	01/01/2016
29960/2016	2016/186	TALITA DALVA DOS ANJOS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/181	TERESINHA ALZIRA CUCCO	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016
29960/2016	2016/253	VANESSA ZIETEK	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/01/2016

Blumenau, 29 de janeiro de 2016.

RONALDO REGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 292/2016

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 292

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 71, 72 e 73, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

Aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes dos Grupos Ocupacionais Especialista, Técnico, Funcional e Operacional:

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
29959/2016	ADNA FELIX	Motorista	D	GO	01/01/2016
29959/2016	AGASIANA SUELEN SCHMITZ	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	AGUIDA ELSA CORREA	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/01/2016
29959/2016	ALBERTINA APARECIDA SIMAS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	ALEILA ANAIR BONA	Agente Comunitário de Saúde	D	GF	01/01/2016
29959/2016	ALEXANDRE BALEN	Engenheiro Civil	C	GE	01/01/2016
29959/2016	ALINE IARA FEUSTEL FRANCO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	ALMERINDA FIGUEIREDO DUTRA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	ANA CARLA MIGUEL FIGUEREDO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/01/2016
29959/2016	ANA LUCIA SANTOS DUARTE	Educador Social	B	GF	15/01/2016
29959/2016	ANA MARIA ERN	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016

29959/2016	ANA MIRIAM BECKER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	ANA PAULA SEMANN	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	08/01/2016
29959/2016	ANA PAULA DESCHAMPS SCHAPPO	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/12/2015
29959/2016	ANGELA MARIA ALVES DE LIMA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	24/01/2016
29959/2016	ARACI BAGATOLI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	ARIANE JANAINA BARTEL DICKMANN	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	ARLENE DIAS CALDAS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	ASTA GODOZ	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	BARBARA KRUEGER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	BRUNA CRISTINA GAMBA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	CARINA DOS SANTOS PAZ	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	CELIA NUNES DE OLIVEIRA FILHO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	CILENE MARIA FUCH	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	CINTIA CARNEIRO SIMOES	Cirurgião Dentista - 20 Horas	C	GE	01/01/2016
29959/2016	CINTIA RAQUEL SIEMANN	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	04/01/2016
29959/2016	CLAUDETE DE FATIMA MATHIONI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	05/01/2016
29959/2016	CLAUDETE PATRICIA KAYSER MACHADO	Enfermeiro	E	GE	01/01/2016
29959/2016	CLEIDE TERESINHA MACHADO DE JESUS	Coordenador Pedagógico (40H)	C	GE	01/01/2016
29959/2016	CLEONISE PATRICIO BORGES	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	20/01/2016
29959/2016	CLESIA MARLEI PAMPLONA REINERT	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	21/01/2016
29959/2016	CLEUNI GEMINIANO ALVES IKERT	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	CRISTIANE APARECIDA ESSER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
29959/2016	CRISTINA DA SILVA MARCELINO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	15/01/2016
29959/2016	DALILA VIEIRA DE MELO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	15/01/2016
29959/2016	DANIEL ALEXANDRE EVARISTO BERNDT	Cirurgião Dentista - 15 Horas	B	GE	01/01/2016
29959/2016	DANIEL DENARDIN	Médico - 20 Horas	C	GE	01/01/2016
29959/2016	DANIELA FERREIRA LEITE	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	20/01/2016
29959/2016	DANIELA RUSCH	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	DANIELA WOICIECHOWSKI BUETTGEN	Assistente Social	C	GE	01/01/2016
29959/2016	DAYANE ANTUNES DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	DEBORA GOMES SENS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	19/01/2016
29959/2016	DENIS ROBERTO BERTOLDI	Motorista	B	GO	01/01/2016
29959/2016	DILMARA APARECIDA DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem	B	GT	15/01/2016
29959/2016	EDIVALMA WEBER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	EDNA TERESINHA SPECK MATEUS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	15/01/2016
29959/2016	ELIANE MAFRA SEUBERT	Professor - 20 Horas (QP)	H	GE	01/01/2016
29959/2016	ELIANE SILVA FREDERICO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	11/01/2016
29959/2016	ELIZANE GARCIA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	ELIZETE REINHOLD ZECH	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	25/01/2016
29959/2016	EMERSON LUIS MONDINI	Motorista	D	GO	01/01/2016
29959/2016	ENELI HILLESHEIM SCHELL	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/01/2016
29959/2016	FABIANA BUTZKE	Agente Administrativo	D	GF	01/01/2016
29959/2016	FABIANE MADRUGA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/01/2016
29959/2016	FABIO WEIDGENANT	Agente Administrativo	D	GF	20/01/2016
29959/2016	FABRICIA BAEHR DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	FATIMA DE LUCCA DOS SANTOS	Educador - Magist./Pedagogia	D	GF	01/01/2016
29959/2016	FERNANDA DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	FLAVIA REGINA DA SILVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	18/01/2016
29959/2016	FRANCISMARY PEREIRA FURTADO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	19/01/2016
29959/2016	GABRIELLE SENS BARNI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	GILBERTO VALDEMIRO PONCIO	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	01/01/2016
29959/2016	GILMAR SANTOS DA SILVA	Motorista	D	GO	01/01/2016
29959/2016	GISLIANE SARDO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	17/01/2016
29959/2016	GIZELLE VICENTINI DE SOUZA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	17/01/2016
29959/2016	GREICE KLABUNDE	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	GREICE RECKELBERG MOHR	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	GRESIANE GISCELA BATISTI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	24/01/2016
29959/2016	GUSTAVO BRANCO HAERTEL	Cirurgião Dentista - 20 Horas	C	GE	01/01/2016

29959/2016	HELOISA POLI REBELO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	IVANIR CIRICO ELIAS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	IVETE PADILHA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	24/01/2016
29959/2016	IVETE TONETTO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	JANAINA BURGONOV	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/01/2016
29959/2016	JANETE DA SILVA JACOB	Motorista	C	GO	01/01/2016
29959/2016	JANETE SAVI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	JAQUELINE CRISTINA T. GERMANO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	JOAO DA ROCHA BORGES	Agente de Manutenção	D	GO	01/01/2016
29959/2016	JOELMA FERNANDES	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	JOICE SCABURRI ANACLETO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	21/01/2016
29959/2016	JOSIANE APARECIDA BUSARELLO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	JOSIANE BOLL	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	JOSIANE JENNY HOSTIM LOES	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	16/01/2016
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
29959/2016	JOSINEIDE MARIA DA SILVA ALVES	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	JOYCE HELENA DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	19/01/2016
29959/2016	JULIANA MUELLER MARCULINO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	KATIA KARINA FARIAS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	24/01/2016
29959/2016	LARISSA DA SILVA BRESSANINI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	LARISSA JARDIM DA SILVA DONAN	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	15/01/2016
29959/2016	LAURITA PROCHNOW DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	07/01/2016
29959/2016	LECI RIBEIRO DOS ANJOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	LEILA GUIMARAES PEREIRA DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	LENICE FERREIRA GOMES	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	08/01/2016
29959/2016	LEONARDO CIM	Agente Administrativo	B	GF	01/01/2016
29959/2016	LEONIR GALDINO STIHLER	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/01/2016
29959/2016	LETICIA CIDRAL SILVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	19/01/2016
29959/2016	LETICIA HENSEL	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	LIANE BENVENUTTI EING	Cirurgião Dentista - 20 Horas	C	GE	01/01/2016
29959/2016	LILIAN PEREIRA UESSLER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	LIOMARA MARIA MARTINS ESPINDOLA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	LOURDES REVERS	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/01/2016
29959/2016	LUANA CAVILHA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	LUCIANA SCHRAMM CORREIA	Assistente Social	D	GE	20/01/2016
29959/2016	LUCIMAR RAUL SANCHES DA SILVA	Motorista	D	GO	01/01/2016
29959/2016	LUIZ ANTONIO FABENI	Motorista	B	GO	01/01/2016
29959/2016	LUZIA DA SILVA SOARES	Professor - 20 Horas (QP)	G	GE	01/01/2016
29959/2016	LUZIA NEUZITA DE OLIVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	15/01/2016
29959/2016	MAIKE RAQUEL ULLRICH	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	MARCIA BARCELOS	Agente Comunitário de Saúde	D	GF	01/01/2016
29959/2016	MARCIA BENTO ULLER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	MARCIA HOLLER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	MARCIA KLITZKE	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	MARCIA MARIA DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	MARCO AURELIO TOBIAS	Motorista	D	GO	01/01/2016
29959/2016	MARIA DA LUZ POLICENO EFFTING	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	MARIA ELEUSA ZABEL MORAES	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	17/01/2016
29959/2016	MARIA JOSE HALATEN	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	17/01/2016
29959/2016	MARIA LUCIA RUSSI FELISBINO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	MARIA SALETE LEHMANN	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	19/01/2016
29959/2016	MARILI ALAIDE SCHNAIDER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	MARJORE KATINE CARDOSO BABITONGA	Assistente Social	B	GE	01/01/2016
29959/2016	MARLENE PIASSA DA SILVA DE AZEVEDO	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	20/01/2016
29959/2016	MARLI FERMINO KRUEGER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	MARLUCE VOLPI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	MARTA PAPKE DA SILVA PASOLD	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/01/2016
29959/2016	MARY NADIA KOFFKE	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/01/2016
29959/2016	MAURI FELIPPS	Motorista	D	GO	01/01/2016

29959/2016	MAURICIO CESAR DA SILVA	Motorista	D	GO	01/01/2016
29959/2016	MAURINA DE OLIVEIRA	Agente de Vigilância	B	GO	08/10/2015
29959/2016	MAYARA FERNANDA DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	MAYARA SCHRAMM	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	MELISSA HORVATH DE LIMA	Médico - 20 Horas	B	GE	20/01/2016
29959/2016	MERI REGINA DE SOUZA LUCHETTA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	02/01/2016
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
29959/2016	MILTON SCHRAMM	Motorista	C	GO	01/01/2016
29959/2016	MIRIAM TERESA THEWIS	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	23/01/2016
29959/2016	MONIQUE FRAGA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	21/01/2016
29959/2016	NADIR BAUMGAERTNER FERREIRA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	NEIVA PERUCCI GARCIA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	18/01/2016
29959/2016	NELCI RIBEIRO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	10/01/2016
29959/2016	NICIA AZEVEDO MARCOS	Coordenador Pedagógico (40H)	B	GE	01/01/2016
29959/2016	NICOLE SIEWERT C. SCHIOCCHET	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	23/01/2016
29959/2016	NIVALDO TINTEL RAMOS	Motorista	D	GO	01/01/2016
29959/2016	OLINDA HEIDEN	Educador - Magist./Pedagogia	D	GF	01/01/2016
29959/2016	PATRICIA AGUIAR DA COSTA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	PATRICIA CARLA SOARES GIESELER	Auxiliar de Consult. Dentário	C	GF	01/01/2016
29959/2016	PATRICIA DE ANDRADE	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	PATRICIA LEONOR H. LEUTHAUSER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	20/01/2016
29959/2016	PAULO CESAR FELIPE	Motorista	D	GO	01/01/2016
29959/2016	RAFAELA ZANONI ANDRIONI BUCHINSKI	Médico - 40 Horas	B	GE	25/01/2016
29959/2016	RAQUEL GONCALVES CORREIA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	25/01/2016
29959/2016	REGINA MARIA ZIMMER	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/01/2016
29959/2016	RITA SOLANGE ZANELLA KOERICH	Professor - 40 Horas (QP)	D	GE	01/01/2016
29959/2016	ROMULO RENE STUPP	Educador Social	B	GF	01/01/2016
29959/2016	ROSANA REIS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	ROSANE MANSKE	Professor - 20 Horas (QP)	B	GE	01/02/2014
29959/2016	ROSEANE APARECIDA RAMTHUM	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	05/01/2016
29959/2016	ROSELI KORMANN OKAMOTO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	06/01/2016
29959/2016	ROSELIA MAY LOFFI DA ROCHA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/01/2016
29959/2016	ROSENARA TEIXEIRA PINHEIRO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	ROSILENE MARA CARL	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	SANDRA DANIELA SOUZA DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	24/01/2016
29959/2016	SANDRA DE FATIMA ALVES XAVIER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	SANDRA REGINA VITORINO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	SERGIO KOEHLER	Agente Administrativo	D	GF	10/01/2016
29959/2016	SHAIANNE DANIELE DE OLIVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	SHEILA FROELICH DE ARAUJO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	SHEILA MARA MOJE DE OLIVEIRA	Agente Administrativo	D	GF	23/01/2016
29959/2016	SHIRLEY APARECIDA BORGES PERING	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	SHIRLEY SEEFELD	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	SILVANA SILVA BULEGON	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	SILVIA KARINA PEREGUDA LUCIANI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	03/01/2016
29959/2016	SIRLEY NEIS GAULKE	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	SOLANGE FEUSER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	SOLANGE GORETTI ROVEDDER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	19/01/2016
29959/2016	SOLANGE RUSSI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	SOLANGE SCHMITT COELHO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	23/01/2016
29959/2016	SONIA REGINA ZAVAGLIO RAWIETSCH	Agente Administrativo	D	GF	01/01/2016
29959/2016	SONIA WESTARB BORGONOVO	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/01/2016
29959/2016	SORAIA DE OLIVEIRA DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	SORAYA DAMBROSO C. DE MEDEIROS	Assistente Social	B	GE	01/01/2016
29959/2016	STELA FERNANDA LIESENBERG	Educador Social	B	GF	03/01/2016
29959/2016	SUSANE KRAMER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	SUSANI SILVA SIMAS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
29959/2016	SUSIANE DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/01/2016

29959/2016	TALITA DALVA DOS ANJOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	TANIA ALICE DA ROSA COSTA	Cozinheiro	D	GO	01/01/2016
29959/2016	TATIANA FURLAN SALA BIANCHINI	Médico - 20 Horas	B	GE	24/01/2016
29959/2016	TERESINHA ALZIRA CUCCO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	VALDETE FREIBERGER ROSA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/01/2016
29959/2016	VANESSA ZIETEK	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	05/01/2016
29959/2016	VILDETE RECH BORTOLI	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/01/2016
28949/2015	ADRIANA DANIELEVIG	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	22/01/2015
28949/2015	ADRIANA LUIZA BAHR	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	10/01/2015
28949/2015	ALBERTO CIM	Agente de Vigilância	C	GO	01/01/2015
28949/2015	ANA MARIA MACHADO BARCELOS GOLLE	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	06/01/2015
28949/2015	ANA PAULA DIAS	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/01/2015
28949/2015	ANDREI PRESA DOS SANTOS	Analista de Informática	B	GE	01/01/2015
28949/2015	ANDREIA GONCALVES NUNES	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	16/01/2015
28949/2015	ANELIZE BAUMGARTNER DE OLIVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	02/01/2015
28949/2015	ANGELA Mª FREITAS DE JESUS CAMARGO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	11/01/2015
28949/2015	ANIZIO SEEMANN	Agente de Vigilância	B	GO	10/01/2015
28949/2015	CARIM SUELY BIZ	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	16/01/2015
28949/2015	CARLA BERNHARDT	Enfermeiro	B	GE	01/01/2015
28949/2015	CAROLINE SUELEN NICOSELLI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	07/01/2015
28949/2015	CINTIA LIVIA GIRARDI HUBER	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	19/01/2015
28949/2015	CLARICE BRUGNAGO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	06/01/2015
28949/2015	CLAYTON DE SOUZA GOMES	Médico - 40 Horas	B	GE	01/01/2015
28949/2015	CLECI FATIMA DA SILVA	Técnico em Enfermagem	C	GT	11/01/2015
28949/2015	DARCI DE ALMEIDA RIBAS	Agente de Serviços Especiais	B	GO	01/01/2015
28949/2015	DEBORA ADRIANA BARTHEL	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	07/01/2015
28949/2015	DEBORA APARECIDA CUSTODIO DA LUZ	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/01/2015
28949/2015	DENISE HORT	Professor 40H Quadro Especial	C	GE	01/01/2015
28949/2015	DENISE MARIA NETO ROSA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	06/01/2015
28949/2015	DENISE OTTO	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	15/01/2015
28949/2015	ELIANE APARECIDA HERAT KRAUZER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	19/01/2015
28949/2015	ELIANE CASAS SABEL	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	16/01/2015
28949/2015	ELIANE TERESINHA HEIDEN	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	12/01/2015
28949/2015	ELIETE VINOTTI WALDRICH	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	17/01/2015
28949/2015	ELPIDIO MARCOS	Médico - 20 Horas	C	GE	01/01/2015
28949/2015	ELZA MEDEIROS GONCALVES SPERB	Médico - 20 Horas	B	GE	01/01/2015
28949/2015	EVA APARECIDA NUNES PEREIRA	Professor - 20 Horas (QP)	B	GE	12/01/2015
28949/2015	FABIANO UESLER	Educador Social	B	GF	22/01/2015
28949/2015	FANNY BIANCA METTE DE FAVERI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	22/01/2015
28949/2015	FERNANDA APARECIDA DE MELO SIMAO	Fonoaudiólogo	B	GE	01/01/2015
28949/2015	FERNANDA ERBESDOBLER	Enfermeiro	B	GE	01/01/2015
28949/2015	FERNANDA GAITOLINI HOEPERS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	09/01/2015
28949/2015	GENI BUENO CARDOSO SCHMITT	Educador (Quadro Permanente)	B	GF	16/01/2015
28949/2015	GREICE SENEM DE OLIVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	15/01/2015
28949/2015	ISOLETE DE SOUZA THOM	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	10/01/2015
28949/2015	IVONE BORNHAUSEN DA COSTA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	07/01/2015
28949/2015	IVONI MARIA LUCAS CONTI	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	02/01/2015
28949/2015	IZABEL CRISTINA DOS SANTOS RIBEIRO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	07/01/2015
28949/2015	JAMILE JAROUJ RAHAL	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	06/01/2015
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
28949/2015	JANAINA PLAUTZ WENDORF	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	21/01/2015
28949/2015	JANICE HELENA GRUENDLING	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	19/01/2015
28949/2015	JANINE MARIA PEDRON	Balconista	F	GO	01/01/2015
28949/2015	JEANDERSON DOS SANTOS	Fiscal de Obras e Posturas	C	GF	09/01/2015
28949/2015	JOAO BATISTA MARCOS	Motorista	C	GO	01/01/2015
28949/2015	JOAO FRANCISCO FARIAS DE SOUZA	Agente de Vigilância	C	GO	05/01/2015
28949/2015	JOSIANE REITER OECHSLER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	26/01/2015
28949/2015	JOSIMERI THEIS	Professor - 40 Horas (QP)	G	GE	01/01/2015
28949/2015	JULIANA CARLA DE OLIVEIRA PEREGUDA	Auxiliar de Consult. Dentário	B	GF	03/01/2015

28949/2015	JULIANA FREIBERG	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	10/01/2015
28949/2015	JULIANA MULLER ABBATI	Auxiliar de Consult. Dentário	B	GF	01/01/2015
28949/2015	KATIA PEREIRA	Agente Administrativo	B	GF	01/01/2015
28949/2015	KATIA REGINA BRESSANINI MORAIS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	11/01/2015
28949/2015	LETICIA BENITES COLVARA	Médico - 10 Horas	B	GE	01/01/2015
28949/2015	LIGIA KNISS DE SOUZA	Agente Administrativo	B	GF	01/01/2015
28949/2015	LILIAN BAMPI DA FONSECA	Psicólogo	B	GE	01/01/2015
28949/2015	LUCIANE FERRO	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/01/2015
28949/2015	LUCIANE LUBOW	Coordenador Pedagógico (40H)	B	GE	10/01/2015
28949/2015	MARA LUCIA DA SILVA MAFRA	Médico - 40 Horas	B	GE	12/01/2015
28949/2015	MARCELA BERTO SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	16/01/2015
28949/2015	MARCELA CAROLINA DE ALMEIDA RESENDE	Técnico em Enfermagem	B	GT	05/01/2015
28949/2015	MARCIA LEITZKE	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	19/01/2015
28949/2015	MARCO AURELIO SAADE LAUX	Agente Administrativo	B	GF	01/01/2015
28949/2015	MARCOS FERNANDO RADUENZ	Motorista	C	GO	01/01/2015
28949/2015	MARGARETE VIEIRA BUGMANN	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	24/01/2015
28949/2015	MARIA DE FATIMA CAMPOS	Enfermeiro	E	GE	01/01/2015
28949/2015	MARIA DO CARMO DE ALCANTARA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	06/01/2015
28949/2015	MARINELA GRAHL PASQUAL	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	06/01/2015
28949/2015	MARINES PAZINATTO	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	13/01/2015
28949/2015	MARIZA APARECIDA LEITE STANKE	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	10/01/2015
28949/2015	MARLENE VEZARO DE LIMA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	10/01/2015
28949/2015	MARLI TEREZINHA HOSTIN DA CRUZ	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	05/01/2015
28949/2015	MICHELE FEY MENEGILDO	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	22/01/2015
28949/2015	MICHELE TROMBELL	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	06/01/2015
28949/2015	MIRIAN WULF MICHELMANN	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	06/01/2015
28949/2015	MONICA PURIN RAMOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	16/01/2015
28949/2015	MORGANI HELLMANN GEORG	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	13/01/2015
28949/2015	NELZA DORACI DE SOUZA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	06/01/2015
28949/2015	NEUSA BOLL	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	21/01/2015
28949/2015	NILCEIA APARECIDA PEREIRA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	15/01/2015
28949/2015	NOELI APARECIDA RIBEIRO VIEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	19/01/2015
28949/2015	PATRICIA CIAVAGLIA DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	12/01/2015
28949/2015	PAULA MICHELINE HEIDORN LEICHT	Farmacêutico	C	GE	01/01/2015
28949/2015	PERLA TORRENS FELSKY SILVEIRA	Assistente Social	C	GE	10/01/2015
28949/2015	RENILDES SILVA KREUSCH	Servente de Serviços Gerais	C	GO	01/01/2015
28949/2015	RICARDO DANTAS LOPES	Médico - 40 Horas	B	GE	01/01/2015
28949/2015	RITA GRACIELI MARTINS	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/01/2015
28949/2015	RITA ZILLI DE FREITAS	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/01/2015
28949/2015	ROBERTO CARLOS JOST	Agente de Vigilância	B	GO	05/01/2015
28949/2015	ROSA MARIA DEOLA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	17/01/2015
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
28949/2015	ROSELI LUDWINSKY DE SOUZA	Psicólogo	B	GE	01/01/2015
28949/2015	ROSEMARI FACCHINI KESTRING	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	07/01/2015
28949/2015	ROSEMERI FARIAS DE SOUZA	Agente Administrativo	H	GF	16/01/2015
28949/2015	ROSEMERI MATIAS BORGES DE JESUS	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	22/01/2015
28949/2015	ROZIDETE DOMINGUES DOS ANJOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	07/01/2015
28949/2015	SHIRLEY MEINECKE	Professor - 20 Horas (QP)	E	GE	12/01/2015
28949/2015	SILVANA DOS SANTOS SOUZA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/01/2015
28949/2015	SIMONE PASSOLD FREITAS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	20/01/2015
28949/2015	SOLANGE APARECIDA DA CUNHA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	23/01/2015
28949/2015	STELAMARIS CLAUMANN DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/01/2015
28949/2015	SUSANA MONTEIRO BERING	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	04/01/2015
28949/2015	TAISA CAROLINE PRUNER	Fiscal de Obras e Posturas	C	GF	01/01/2015
28949/2015	TANIA REGINA MORAES	Assistente Social	B	GE	08/01/2015
28949/2015	TERESA CRISTINA BECKER	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	06/01/2015
28949/2015	VANESSA KRAUSE	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	06/01/2015
28949/2015	VERA LUCIA DEBARBA HOSTERT	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/01/2015
28949/2015	ZULEIDE KNOT	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	07/01/2015

Blumenau, 29 de janeiro de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA DA RESOLUÇÃO MD Nº 2.434.**ERRATA**

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nº 1895, de 21 de dezembro de 2015, Resolução da Mesa Diretora nº 2.434/2015.

No Art. 1º.

Onde se lê:

“Art. 1º É nomeada, em 7 de dezembro de 2015, Aline de Almeida Santos, no cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Célio Dias – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.”

Leia-se:

“Art. 1º É nomeada, em 7 de dezembro de 2015, Aline de Almeida Santos, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Célio Dias – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.”

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4813/2016

DECRETO Nº 4813/2016, DE 02 de fevereiro de 2016
DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica,

CONSIDERANDO: A realização do feriado de carnaval no dia 09 de fevereiro de 2016;

CONSIDERANDO: Que outros órgãos da Administração Pública das demais esferas governamentais adotam como ponto facultativo o dia que antecede a data supracitada;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica Decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 08 de fevereiro de 2016 preservando os serviços essenciais na forma plantão.

Art. 2º - Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste (SC), em 02 de fevereiro de 2016

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 201/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 201 /2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2016

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:00 horas do dia 18 de Fevereiro de 2016, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a contratação de assessoria e planejamento educacional com atuação na secretaria de educação no exercício de 2016.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 04 de Fevereiro de 2016.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 202/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 202 /2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2016

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 15:15 horas do dia 18 de Fevereiro de 2016, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de material escolar, de escritório e materiais diversos para manutenção de atividades do departamento do CRAS no exercício de 2016.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 04 de Fevereiro de 2016.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 203/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 203/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2016

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 13:15 horas do dia 18 de Fevereiro de 2016, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de gêneros de alimentação para manutenção dos programas do CRAS e PETI no exercício de 2016.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 04 de Fevereiro de 2016.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 204/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 204/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2016

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 09:00 horas do dia 18 de Fevereiro de 2016, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de material escolar, didático de escritório para uso de professores e alunos da rede municipal de ensino no exercício de 2016.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesus-dooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 04 de Fevereiro de 2016.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

04.16 DEC. DESDOBR.RECEITAS METAS BIM.ARRECADAÇÃO.2016

Decreto nº 04/16 de 12 de janeiro de 2016.

DISPÕE SOBRE O DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal

DECRETA:

Art. 1º - Fica a receita prevista no orçamento de 2016 desdobrada em metas bimestrais de arrecadação, demonstrada em anexo, conforme determina o art. 13 da L.R.F. e art. 47 da Lei 4.320/64, objetivando à administração, a disponibilidade financeira para cada bimestre, de forma a auxiliar a programação financeira e preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

05.16 DEC. CRONOGRAMA MENSAL DESEMBOLSO.2016

Decreto nº 05/16 de 12 de janeiro de 2016.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o cronograma de execução mensal de desembolso às diversas unidades Administrativas referente as despesas prevista no orçamento de 2016, demonstrada em anexo, conforme determina o art. 8 da L.R.F. e art. 47 da Lei 4.320/64, objetivando à administração, manter o equilíbrio entre a receita e despesa para reduzir a insuficiência de caixa (Art. 48º da Lei 4.320/64).

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

06.16 DEC. SUPL. SUPERÁVIT.AÇÕES MÉDIA COMPL.HOSPITALAR

Decreto N.º 06/16 de 25 de janeiro de 2016.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2299/15 de 15 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementada a seguinte dotação orçamentária:

12.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2201 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE

3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.65.02 (Ações Média Complexidade - Hospitalar – Exercício Anterior) R\$ 2.428,20

Sub TotalR\$ 2.428,20

Total Geral da SuplementaçãoR\$ 2.428,20

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior da respectiva fonte de recurso apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 25 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

ERICLÉIA FAUSTINO DA MOTA

Resp.Sec. Mun. de Administração e Fazenda

07.16 - DEC. LICI

DECRETO N.º 07/16 de 02.02.16.

Constitui Nova Comissão de Julgamento de Licitação

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Nova Comissão de Julgamento de Licitações composta dos Senhores Servidores Municipais: Presidente: Jocemar da Silva – Assistente Administrativo Membros: Jeferson Ulisses Nunes – Assessor Gabinete do Prefeito; Jucelene Goedert Santos de Abreu – Assistente Administrativo e Joelma Menegaz – Professora que substituirá sempre que houver ausência de um componente da comissão.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, especialmente o 042/15 de 22 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. HEMKMAIER FERNANDES

Prefeita em Exercício

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA

Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

117.01.16 - P. EXON. MAICON D. B. CHIQUETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 117/16 de 29.01.16

Exonera Servidor

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº

06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar o servidor Maicon Douglas Bath Chiquetti, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Ensino Infantil, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeado através da Portaria n.º 417/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

118.01.16 - P. EXON. THAYSE T. SERAFIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 118/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Tayse Trento Serafim Gerber, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Ensino Infantil, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 418/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

119.01.16 - P. EXON. JANETE AP. P. JESUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 119/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque

deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Janete Aparecida Paim de Jesus, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Ensino Infantil, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 419/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

120.01.16 - P. EXON. ROSEMARI AP. POGGERE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 120/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Rosemari Aparecida Pôggere, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Ensino Infantil, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 420/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

121.01.16 - P. EXON. FABIANA A. NETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 121/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Fabiana Andrieza Neto, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Ensino Infantil, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 421/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

122.01.16 - P. EXON. MARIANA DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 122/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Mariana Deucher do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Ensino Infantil, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 422/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

123.01.16 - P. EXON. IARA DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 123/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Iara Deucher, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Ensino Infantil, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 423/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a

contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

124.01.16 - P. EXON. TATIANI D. BERNIERI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 124/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Tatiani Deucher Bernieri, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Ensino Infantil, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 424/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

125.01.16 - P. EXON. PATRICIA M. HOFFMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 125/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Patrícia Michels Hoffmann, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Ensino Infantil, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 425/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

126.01.16 - P. EXON. VANDERLI KRAUSS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 126/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Vanderli Kraus, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Ensino Infantil, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 426/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

127.01.16 - P. EXON. IVONETE AP. XAVIER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 127/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Ivonete Aparecida Xavier, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Ensino Infantil, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 427/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

128.01.16 - P. EXON. FERNANDA R. GORGES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 128/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Fernanda Rosa Gorges, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Ensino Infantil, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 428/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

129.01.16 - P. EXON. DALISE B. VAZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 129/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Dalise Buratto Vaz, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Ensino Infantil, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 429/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

130.01.16 - P. EXON. JACKELINE S. ABREU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 130/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Jackeline Santos de Abreu, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Artes, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 430/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

131.01.16 - P. EXON. JULIANO CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 131/16 de 29.01.16

Exonera Servidor

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar o servidor Juliano da Cruz, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Educação Física, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeado através da Portaria n.º 431/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

132.01.16 - P. EXON. VANDERLEI C. LIZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 132/16 de 29.01.16

Exonera Servidor

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar o servidor Vanderlei Córdova de Liz, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Educação Física, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeado através da Portaria n.º 432/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

133.01.16 - P. EXON. MAGDALENA M. AP. TAVARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 133/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Magdalena Magali Aparecida Tavares Deucher, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Ensino Fundamental, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 434/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

134.01.16 - P. EXON. LUCIANA M. HOFFMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 134/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Luciana Moretti Hoffmann, do Cargo de Professor I – 3 - Padrão I – Nível – 22 – Ensino Fundamental, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 435/15 de 04.05.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

135.01.16 - P. EXON. PATRICIA DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 135/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Patrícia da Cruz, do Cargo de Farmacêutica/Bioquímica - Padrão I – Nível – 09, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 390/15 de 22.04.15, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

136.01.16 - P. EXON. IRES K. BOSQUETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 136/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Ires Kapitula Bosquetti, do Cargo de Assistente Administrativo - Padrão I – Nível – 06, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 918/15 de 23.11.15, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

137.01.16 - P. EXON. ANA P. CHINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 137/16 de 29.01.16

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Considerando o MANDADO DE SEGURANÇA Autos nº 0300314-23.2015.8.24.0009 com a decisão proferida pela Comarca de Bom Retiro, a qual requer a anulação das provas realizadas para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental e Técnico em Contabilidade, bem como anulação dos atos derivados, ou seja, anulação das nomeações dos candidatos aos cargos descritos acima.

Considerando a RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente ao Inquérito Civil nº 06.2015.00002218-5, por intermédio da Promotoria de Justiça de Bom Retiro, recomendando a anulação das demais provas das quais continham questões idênticas as do Município de Porto Belo, bem como anulação das nomeações dos demais cargos com questões idênticas. Considerando a Súmula 473 na qual a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Exonerar a servidora Ana Paula Chini, do Cargo de Assistente Administrativo - Padrão I – Nível – 06, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, Nomeada através da Portaria n.º 941/15 de 01.12.15, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a contar do dia 29 de janeiro de 2016. Motivo: Anulação das Provas do Concurso Público 01/2016, conforme Edital 01/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

138.02.16 - P. EXON. ANTONIO C. FARIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 138/16 de 01.02.16

Exonera Servidor a Pedido

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração ao servidor Antonio Carlos Farias, do Cargo de Assessor de Assuntos Sociais – Padrão I - Nível – 32, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeado através da Portaria n.º 108/13 de 21.01.2013, com exercício na Secretaria do Bem Estar Social, a contar do dia 01 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

139.02.16 - P. NOM. IRIS K. BOSQUETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 139/16 de 02.02.16

Nomeia em Comissão

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear Iris Kapitula Bosquetti brasileira, casada, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessora de Assuntos Sociais – Nível 32, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a contar do dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

140.02.16 - P. NOM. ANA P. CHINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 140/16 de 02.02.16

Nomeia em Comissão

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear Ana Paula Chini brasileira, solteira, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora – Nível 32, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a contar do dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

141.02.16 - P. NOMEIA COMISSÃO PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 141/16 de 02.02.16

Nomeia Pregoeiro e Nova Equipe de Apoio

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e na Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Jocemar da Silva – Assistente Administrativo para ser Pregoeiro Oficial do Município de Bom Retiro para realização de pregões.

Art. 2º - A Nova equipe de apoio será composta por Ana Paula Chini – Diretora, Jucelene Goedert Santos de Abreu – Assistente Administrativo, e Iris Kapitula Bosquetti – Assessora de Assuntos Sociais como suplente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 101/16 de 13 de janeiro de 2016.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 02.16

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2016

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro, Santa Catarina, Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, juntamente com a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, senhora Elizabete Werlich Mateus, cm obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, bem como pela existência temporária de uma vaga para o cargo de PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL 20 HORAS SEMANAIS, PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS SEMANAIS E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 20 HORAS SEMANAIS, uma vez que, mesmo após a chamada de todos os profissionais classificados no Processo Seletivo 05/2015 já realizado no final do ano passado, não foram supridas as necessidades do Município, tornam público, pelo presente Edital, as normas para CHAMADA PUBLICA, nos itens a seguir:

1. DAS VAGAS:**Educação Física**

Local	Nº de vagas	Carga horária
Escola do Campo Paraíso da Serra e Pré Escolar Capistrano	01	20 horas
Escola do Campo Canoas e Cambará	01	20 horas

Ensino Infantil

Local	Nº de vagas	Carga horária
Creche Patrícia Deucher	01	20 horas

Ensino Fundamental

Local	Nº de vagas	Carga horária
Escola do Campo Barbaquá	01	20 horas
Escola do Campo Sapato	01	20 horas

2. Pelo presente edital, ficam convocados os interessados em assumir a vaga temporária existente de PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL 20 HORAS SEMANAIS, PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS SEMANAIS E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 20 HORAS SEMANAIS, até 31/12/2016, a comparecerem junto à Secretaria de Administração c Fazenda, na A v. Major Generoso. 19, centro Bom Retiro/SC, no dia 17/02/2016 das 9h às 11h, munidos da documentação exigida nos itens que seguem, a fim de participarem da prova de títulos, prova de tempo de serviço e prova de horas de curso, devendo para tanto cumprirem as normas abaixo descritas.

3. Considerando que não há tempo hábil para aplicação de provas objetivas, serão classificados os candidatos inscritos pela avaliação de títulos, tempo de serviço e horas de curso no magistério, nos seguintes termos:

3.1 DA PROVA DE TÍTULOS:

2.0.1 A Prova de Títulos Acadêmicos é constituída pela análise e pontuação de documentos apresentados pelos candidatos comprovando a conclusão, ou estar cursando curso de graduação ou pós-graduação, que serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	
Pós-Graduação na área da Educação	1,50 pontos
Diploma de Licenciatura Plena com Habilitação na Educação	1,20 pontos
Diploma de Habilitação para Magistério (Ensino Médio) e Atestado de Frequência Cursando Licenciatura Específica a partir da 5ª fase	1,00 pontos
Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura Específica na Educação a partir da 5ª fase	0,70 pontos
Diploma de Habilitação Magistério	0,30 pontos
Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura Específica na Educação até a 5ª fase	0,20 pontos

3.1.2 O título deve ser apresentado original e cópia, ou cópia autenticada e ser regularmente emitido por estabelecimento de ensino, reconhecido pelo MEC ou por órgãos públicos dos governos federal, estadual ou municipal.

3.1.3. Os títulos de cursos de pós-graduação não serão avaliados cumulativamente, sendo computado, caso o candidato entregue mais de um diploma ou certificado, o de maior valor acadêmico.

3.1 DA PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO

3.1.1. A Prova de tempo de serviço é constituída pela análise e pontuação de documentos apresentados pelos candidatos comprobatórios do tempo de serviço no Magistério no ensino público ou particular, que serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO	PONTUAÇÃO
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração mínima de 1 ano	0,10
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 1 ano e 1 dia a 2 anos	0,20
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 2 anos e 1 dia a 3 anos	0,30
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 3 anos e 1 dia a 4 anos	0,40
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 4 anos e 1 dia a 5 anos	0,50
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 5 anos e 1 dia a 6 anos	0,60
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 6 anos e 1 dia a 7 anos	0,70
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 7 anos e 1 dia a 8 anos	0,80
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 8 anos e 1 dia a 9 anos	0,90
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com duração superior a 9 anos e 1 dia.	1,00

3.2.2 Poderão ser apresentados para comprovação do tempo de serviço:

a) Certidão e/ou atestado de tempo de serviço emitida por órgão público dos poderes Municipal. Estadual ou Federal, em que conste a identificação do servidor e ter o beneficiário exercido o Magistério pelo tempo especificado em ANOS, MESES E DIAS: e/ou

b) Declaração e/ou atestado emitida pela Direção e ou Setor de Recursos Humanos de estabelecimento de ensino particular, constando a identificação do candidato e o tempo de serviço em ANOS, MESES E DIAS.

3.2.3. Não serão pontuados os documentos que não atenderem estritamente o disposto nos itens 3.1, 3.2.1 e 3.3.1, não entregues no prazo e locais determinados, borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível ou ainda não entregues pelo próprio candidato.

3.2 DA PROVA DE HORAS DE APERFEIÇOAMENTO

3.3.1 A pontuação decorrente da contagem de cursos de aperfeiçoamento obedecerá aos critérios constantes da tabela abaixo.

NÚMERO DE HORAS	PONTUAÇÃO
81 A 120 HORAS	0,50
41 A 80 HORAS	0,30
40 HORAS	0,10

3.3.2 Frequência em Cursos de Formação Continuada: somente serão aceitos Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento que estejam devidamente registrados no órgão competente, relativo ao ano de 2014 a 2016. A carga horária dos Cursos a ser computada não excederá a 120 horas.

3.4. A nota da prova de títulos acadêmicos, tempo de serviço e horas de curso será o somatório dos pontos obtidos na prova de títulos acadêmicos + na prova de tempo de serviço + horas de cursos.

3.5. A nota final das provas será a soma final da pontuação obtida na prova de títulos acadêmicos + pontuação da prova de tempo de serviço + horas de cursos obtendo assim a nota final.

3.6. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota final obtida.

3.7. Ocorrendo empate na pontuação obtida na nota final, terá preferência, para fins de desempate, o candidato que, sucessivamente:

a) tiver maior idade;

b) tiver maior número de filhos.

3.8. Os candidatos deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no dia 17/02/2016, das 9h às 11h, munidos da seguinte documentação para efetivação de sua inscrição:

- a) Carteira de identidade (cópia);
- b) CPF (cópia);
- c) Título de Eleitor (cópia);
- d) Comprovante de habilitação mediante apresentação de certificado/Comprovante de Frequência ou histórico escolar, expedidos por órgãos competentes (original e cópia ou cópia autenticada);
- e) Documento comprobatório de participação em programas de formação continuada, aperfeiçoamento e atualização, expedidos e registrados por órgão competente, realizados em 2014 a 2016 (original e cópia ou cópia autenticada).
- f) Atestado de tempo de serviço no magistério expresso por períodos de contratação, em ANOS, MESES E DIAS, expedido por órgão competente, (considerados até 17/02/2016) (original ou cópia autenticada);

4 - DA ESCOLHA DE VAGA

4.1 A escolha da vaga ocorrerá no dia 18/02/2016, às 10:00 h, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

5 - DA CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação do candidato aprovado obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação final.

5.2. O candidato deverá comparecer no dia 18/02/2016 no Departamento de Pessoal na Secretaria Administração e Fazenda, munidos da seguinte documentação:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia).
- b) Certidão de nascimento "se solteiro" ou Certidão de casamento (cópia).
- c) CPF (cópia).
- d) Título de Eleitor (cópia).
- e) Comprovante da última votação (cópia).
- f) PIS ou PASEP (cópia).
- g) Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o cargo.
- h) Comprovante de quitação militar-Certificado de Reservista "se do sexo masculino" (cópia).
- i) Atestado médico oficial admissional de boa saúde física e mental.
- j) Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público e/ou Declaração de Acumulação para Cargo de Professor,
- k) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- l) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- m) Atestado de frequência escolar dos filhos acima de 7 anos. n) Uma fotografia colorida 3x4 atual.

5.3 Os documentos solicitados nos incisos "k", "l", e "m" do item anterior (5.2) são necessários somente para, se for o caso, cadastramento do salário-família, não sendo obrigatórios para a contratação.

5.4. Toda a documentação deverá ser entregue de forma reunida, não sendo aceito protocolo de parte dos documentos. O comparecimento dos candidatos sem as documentações legalmente exigidas neste edital e fora do prazo previsto ou o não comparecimento até a data prevista, implicará na desclassificação automática do candidato ora convocado, passando-se a convocação dos demais sucessivamente, sempre respeitando a ordem de classificação.

Bom Retiro (SC), 02 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

ELIZABETE W. MATEUS
Sec. De Educação Cult. E Esporte

Anexo 1

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO		Nº DE INSCRIÇÃO	
CHAMADA PÚBLICA EDUCAÇÃO Nº 02/2016			
CARGO:			
NOME DO (A) CANDIDATO(A):			
NOME DO PAI:			
NOME DA MÃE:			
DATA DE NASCIMENTO	SEXO:	() MASC () FEM	NATURAL DE: U.F.
//			
ESTADO CIVIL:	Nº DE FILHOS:	FONE:	
END. RESIDENCIAL:			

BAIRRO:		CIDADE:	U.F.
RG.:		DATA DE EMISSÃO:	CPF:
TÍTULO ELEITORAL:		ZONA:	SEÇÃO:
DEFICIENTE:	() SIM () NÃO	TIPO DE DEFICIÊNCIA:	
E-mail:			
Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamento estabelecidos no Edital de Processo Simplificado de Seleção N° 05/2015 e todas as disposições nele contidas.			
HABILITAÇÃO		PONTUAÇÃO	
TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICOS NA REFERIDA ÁREA		PONTUAÇÃO	
CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA (2014 a 2016)		PONTUAÇÃO	
TOTAL GERAL (habilitação + tempo de serviço + horas de curso)			

BOM RETIRO, 17 de fevereiro de 2016.

Assinatura do (a) Candidato (a)

Assinatura do recebedor / responsável

EXTRATO TA CONTRATO 22/2014 E 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Quarto Termo Aditivo do Contrato 22/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: JK Transportes e Turismo Ltda. ME

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração na Cláusula Terceira (Do Preço), sendo concedido reajuste de 11,27%, com base no INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR referente ao ano de 2015, conforme prevê o item 7.2- a), do contrato primitivo e legislação vigente, passando o valor do Km rodado de R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos) para R\$ 3,07 (três reais e sete centavos). Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº22/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Terceiro Termo Aditivo do Contrato 03/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: JK Transportes e Turismo Ltda. ME

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração na Cláusula Terceira (Do Preço), sendo concedido reajuste de 11,27%, com base no INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR referente ao ano de 2015, conforme prevê o item 7.2- a), do contrato primitivo e legislação vigente, passando o valor do Km rodado de R\$ 2,55 (dois reais e cinquenta e cinco centavos) para R\$ 2,83 (dois reais e oitenta e três centavos). Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº03/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Cessão de Uso

Cedente: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Cessionário: Marines da Silva

Objeto: Cessão de Uso de uma sala comercial na Rodoviária de Bom Retiro, sendo uma para uso de uma Lanchonete.

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Bom Retiro, 04 de fevereiro de 2016.

Marcia Mariza H. Fernandes

Prefeita Municipal em Exercício

Botuvera

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2016- CIGA

Extrato de Contrato nº 11/2016

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA Valor: R\$ 8160,00 (oito mil, cento e sessenta reais)

Objeto: O Objeto do presente contrato é a prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação.

Fund.Legal: A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 2009, de 12/04/2013.

PL09/2016-PP04/2016-GENEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 09/2016 na Modalidade Pregão Presencial Nº 04/2016, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 19/02/2016. Abertura da sessão: dia 19/02/2016 às 14:30 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao2@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br. Botuverá-SC, 04 de Fevereiro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PL10/2016-PP05/2016-SRP-SERVIÇOS DE CALCETEIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº10/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2016-SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para contratação de serviços de CALCETEIRO, para manutenção das vias em paralelepípedo do município de Botuverá. Recebimento da documentação Até 18/02/2016, as 14:00hrs. Abertura das propostas dia 18/02/2016, ÀS 14:30hrs. Local na Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170. Site: www.botuvera.sc.gov.br - e-mail: licitacao@botuvera.sc.gov.br Botuverá-SC, 03 de Fevereiro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PL12/2016-PP07/2016-SRP-RECAPAGENS DE PNEUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº12/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2016-SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para contratação de serviços de RECAPAGENS DE PNEUS diversos, para manutenção da frota de veículos e máquinas do município de Botuverá. Recebimento da documentação Até 18/02/2016, as 8:30hrs. Abertura das propostas dia 18/02/2016, ÀS 9:00hrs. Local na Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170. Site: www.botuvera.sc.gov.br - e-mail: licitacao@botuvera.sc.gov.br Botuverá-SC, 03 de Fevereiro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 014/2016

PORTARIA Nº 014/2016

"NOMEIA SERVIDOR PARA O CARGO DE AGENTE SOCIAL PARA O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal e na Lei nº 1.197/2013 e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º- Nomear o (a) Sr (a). LUCIA SUBTIL DOS SANTOS SEXTARI, brasileiro (a), para o cargo de AGENTE SOCIAL, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2016.

Botuverá (SC), 01 de fevereiro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 015/2016

PORTARIA Nº 015/2016

"Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Das Outras Providências"

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1197/2013 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 04/2015;

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). SHAIANI CLERICE, brasileira, para o cargo temporário de Monitor Escolar, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Educação do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 01 de Fevereiro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 016/2016

PORTARIA Nº 016/2016

“Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Das Outras Providências”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1197//2013 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 01/2015;

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). NICOLAU ALEXANDRE, brasileiro, para o cargo temporário de Servente de Obras, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Obras do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 01 de Fevereiro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 017/2016

PORTARIA Nº 017/2016

“Aumenta carga horária de Servidor Público Municipal da Secretaria de Saúde do Poder Executivo do Município de Botuverá.”

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal e no Art. 29 § 2º da Lei 1073/2009,

Considerando:

1- O aumento na demanda de atendimentos odontológicos no Município.

Resolve:

Art. 1º- Aumentar para 40 horas semanais, a carga horária do empregado municipal Sr. EVERTON LUIZ DE LUCA, ocupante do cargo de odontólogo.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 01/02/2016.

Botuverá (SC), 02 de fevereiro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 018/2016

PORTARIA Nº 018/2016

“Aumenta carga horária de Servidor Público Municipal da Secretaria de Saúde do Poder Executivo do Município de Botuverá.”

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal e no Art. 29 § 2º da Lei 1073/2009,

Considerando:

1- O aumento na demanda de atendimentos odontológicos no Município.

Resolve:

Art. 1º- Aumentar para 40 horas semanais, a carga horária da empregada municipal Sra. BRUNA LAIS BUSCHIROLLI, ocupante do cargo de Auxiliar do Consultório Dentário.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 01/02/2016.

Botuverá (SC), 02 de fevereiro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 12/2016

DECRETO Nº 12/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO E RESTABELECE HORÁRIO NORMAL DE EXPEDIENTE

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis; e

Considerando o disposto no Decreto nº 90 de 2014;

RESOLVE

Art. 1º. Não haverá expediente nos dias 08 e 09 de fevereiro de 2016 nas repartições públicas municipais, considerando-se ponto facultativo.

Art. 2º. Os serviços essenciais, assim considerados aqueles relacionados à saúde, à educação, à vigilância de bens públicos e às tarefas administrativas que tem prazos legais específicos de execução, serão mantidos, ainda que em regime de plantão, cuja organização e escala será atribuição de cada órgão ou secretaria.

Art. 3º. No dia 10 de fevereiro de 2016, o expediente nas repartições públicas municipais iniciará às 13h30min. findando às 16h30min.

Art. 4º. A partir do dia 11 de fevereiro de 2016, o expediente em todas as repartições públicas municipais voltará a ser realizado das 08h30min às 12h. e das 13h30min às 16h30min.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis, 03 de fevereiro de 2016.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro
Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 073/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 073/2015.

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 073/2015, entre o Município de Brusque e a TWIST-TUR VIAGENS EIRELI ME. Objeto: Acréscimo quantitativo do contrato, cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ATENDER AOS ALUNOS DA ESCOLA EEF PE. CARLOS FUZÃO E EEF. PROF. JOSÉ VIEIRA CORTE.. Valor Quantitativo R\$ 11.250,00 Fundamento legal: Art. 65, §1º da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 016/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ivonor de Mendonça e José Wanderlei Somensi.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 042/2013 (FMS)

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 042/2013 (FMS).

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 042/2013, entre o Município de Brusque e a empresa INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA em 22/01/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste LOTE 02: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES INTEGRADAS DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA (SOFTWARE PARA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE) e reajuste no valor de R\$ 250.345,68 Fundamento legal: artigo 57, inciso II c/c art. 55, III, ambos da Lei 8.666/93 Origem: Pregão nº 087/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: IVONIR ZANATTA WEBSTER E CELSO ANTÔNIO BEVILAQUA.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 119/2013

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 119/2013.

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 119/2013, entre o Município de Brusque e a empresa TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONEXÃO DE INTERNET, de 05/12/2015 a 04/12/2016. Fundamento legal: Artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 138/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Secretário Orçamento e Gestão Cristiano Bittencourt e representante da empresa Fabiano Busnardo.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2013. (FUMMREBOM)

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2013. (FUMMREBOM)

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 002/2013, entre o Município de Brusque e a empresa CARLOS HENRIQUE BERNARDI. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO PROFISSIONAL DE ENGENHARIA PARA EMISSÃO DE PARECER DOS PROJETOS PREVENTIVOS CONTRA INCÊNDIOS JUNTO A SEÇÃO DE ATIVIDADES TÉCNICAS – SAT, DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BRUSQUE, DE ACORDO COM AS NORMAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DECRETO 4.909/94), INSTRUÇÕES NORMATIVAS E REGULAMENTADORAS DO COMANDO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS (BMSC) E DEMAIS NORMAS SOBRE A MATÉRIA. Fundamento legal: Artigo 57 da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 001/2013 (FUMMREBOM). Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: HUGO MANFRIN DALOSSI e CARLOS HENRIQUE BERNARDI.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2013 (FUMREBOM)

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2013 (FUMREBOM).

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 003/2013, entre o Município de Brusque VILSON DITTRICH. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTROLE INTERNO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS (FUMREBOM). Fundamento legal: Artigo 57 da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 002/2013 (FUMREBOM) . Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: HUGO MANFRIN e VILSON DITTRICH

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO À ATA 053/2015

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO À ATA 053/2015

Espécie: 3º Termo Aditivo, Ata nº 053/2015, entre o Município de Brusque e a empresa Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda, em 19/01/2016. Objeto: Realinhamento de preços para aquisição de óleo diesel. Valor: R\$ 2,747. Fundamento legal: 65, inciso II, alínea "d", c/c § 5º da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 065/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Contador da Secretaria de Orçamento e Gestão Cristiano Bittencourt e por representante empresa Salvio Inácio.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 113/2010

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 113/2010.

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 113/2010, entre o Município de Brusque e a empresa Zero Hora Editora S/A. Objeto: Prorrogação de prazos, cujo objeto consiste na Publicação de atos oficiais do Município de Brusque em jornal diário de circulação estadual. Fundamento legal: Artigo 57 da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 096/2010. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Secretário de Orçamento e Gestão Cristiano Bittencourt e representante da empresa Norton Fabrizio Faria Sandri.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2011 (FUMREBOM).

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2011 (FUMREBOM).

Espécie: 6º Termo Aditivo, Contrato nº 001/2011, entre o Município de Brusque e a empresa MINISTER SERVIÇOS LTDA, em 15/12/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA E SERVIÇOS DE COZINHA. Fundamento legal: Artigo 57 da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 001/2011 (FUMREBOM). Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: HUGO MANFRIN e SERGIO LUCIANO KUEHL.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 369/2009

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 369/2009

Espécie: 6º Termo Aditivo, Contrato nº 369/2009, entre o Município de Brusque e a empresa ANÍRIO NATAL FUGAZZA, em 17/12/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na locação do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Brusque, matrícula 3.296, livro nº 2 A, com área de 238,98 m², localizado na Rua Nereu Ramos, Jardim Maluche, 660, Bairro Azambuja, na cidade de Brusque/SC, cuja finalidade é implantação de Centro Educacional Infantil, de 01/01/2016 a 31/12/2016 e reajuste no valor de R\$ 3.766,90 mensais. Valor Global: R\$ 45.202,80 Fundamento legal: artigo 57, inciso II c/c art. 62, § 3º, inciso I ambos da Lei 8.666/93. Acompanha o Prejulgado nº 318 do TCE/SC. Origem: Dispensa nº 059/2009. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Secretário Educação Ivanor de Mendonça e Anírio Natal Fugazza.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 374/2009

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 374/2009

Espécie: 6º Termo Aditivo, Contrato nº 374/2009, entre o Município de Brusque e SALVADOR BIZARRI, em 08/12/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na locação de um imóvel que será usado para instalação de um Centro de Educação Infantil, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Brusque, matrícula 2.962, livro nº 2-a, com área de 840,00 m², localizado na rua Pedro Noldin, 199, Bairro Primeiro de Maio, na cidade de Brusque/SC, pelo período de 12 (doze) meses, de 01/01/2016 a 31/12/2016 e reajuste no valor de R\$ 3.306,27 mensais. Valor Global: R\$ 39.675,24 Fundamento legal: artigo 57, inciso II c/c art. 62, § 3º, inciso I ambos da Lei 8.666/93. Acompanha o Prejulgado nº 318 do TCE/SC. Origem: Dispensa nº 060/2009. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Secretário Educação Ivanor de Mendonça e Salvador Bizarri.

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 099/2012

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 099/2012.

Espécie: 8º Termo Aditivo, Contrato nº 099/2012, entre o Município de Brusque e a empresa Terraplenagem e Transporte Zabel LTDA, em 10/12/2015. Objeto: Supressão dos serviços que compõe a planilha orçamentária do contrato nº 099/2012, cujo objeto consiste na Execução das obras de terraplanagem, drenagem e revegetação do Loteamento Cyro Gevaerd, Município de Brusque Fundamento

legal: art. 65, §1º (quantitativo) e art. 58, I (qualitativo) todos da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 007/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Secretário de Educação Ivanor de Mendonça e representante da empresa Felipe Zabel.

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013.

Espécie: 9º Termo Aditivo, Contrato nº 109/2013, entre o Município de Brusque e a empresa Construtora WDF LTDA. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na a Execução das obras de construção do Centro de Educação Infantil Hilda Anna Eccel, Município de Brusque Fundamento legal: Artigo 57 da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 029/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Secretário de Educação Ivanor de Mendonça e representante da empresa Wilson José de Franceschi.

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2015 (FUMMPOM)

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2015 (FUMMPOM)

Espécie: Contrato nº 001/2015 (FUMMPOM), entre o Município de Brusque e BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI EPP, em 18/12/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NO 18º BATALHÃO DE PLÍCIA MILITAR. Valor R\$ 88.000,00. Fundamento legal: artigo 54 e seguintes da Lei 8666/93. Origem: Tomada de Preços nº 001/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Moacir Gomes Ribeiro e João Cesar Guerreiro.

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2016

Espécie: Contrato nº 001/2016, entre o Município de Brusque e a empresa RIVEL VEÍCULOS LTDA, em 25/01/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Valor R\$ 46.500,00. Fundamento legal: artigo 54 e seguintes da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 091/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Contador da Secretaria de Orçamento e Gestão CRISTIANO BITTENCOURT e representante da empresa CLEYTON ZEOLLA CAXIADO.

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2016 - FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2016 - FMS

Espécie: Contrato nº 001/2016, entre o Município de Brusque e a empresa, em 26/10/2015. Objeto: ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA Valor R\$ 208.900,00. Fundamento legal: artigo 54 e seguintes da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 016/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Secretária de Saúde Ivonir Zanatta Webster.

EXTRATO CONTRATO Nº 002/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 002/2016

Espécie: Contrato nº 002/2016, entre o Município de Brusque e a empresa UVEL COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, em 26/01/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Valor R\$ 72.600,00. Fundamento legal: artigo 54 e seguintes da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 091/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Secretaria de Orçamento e Gestão CRISTIANO BITTENCOURT e representante da empresa THIAGO DE OLIVEIRA OUTEIRO OSÓRIO.

EXTRATO CONTRATO Nº 006/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 006/2016

Espécie: Contrato nº 006/2016, entre o Município de Brusque e a empresa CENTRO DE TECNOLOGIA ARMAZEM DATACENTER LTDA, em 25/01/2016. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE VPS (SERVIDOR VIRTUAL PRIVADO) EM ESTRUTURAS DE DATA CENTER, INCLUINDO A LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE ALTA DISPONIBILIDADE E ESPAÇO FÍSICO PARA ARMAZENAMENTO, "BACKUP" E PROCESSAMENTO DE DADOS, CONECTIVIDADE E INTERNET, CONFORME AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, do edital Pregão n. 090/2015 e proposta comercial apresentada pela Contratada, parte integrante do presente contrato. Valor R\$ 721.440,00. Fundamento legal: artigo 54 e seguintes da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 090/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Secretário de Orçamento e Gestão Cristiano Bittencourt e Adalberto da Silva.

EXTRATO CONTRATO Nº 086/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 086/2015

Espécie: Contrato nº 086/2015, entre o Município de Brusque e a empresa DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP, em 16/11/2015. Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA, PADRÃO FNDE, NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL AYRES GEVAERD, LOCALIZADA NA RUA ALBERTO MICHEL, N. 67, BAIRRO BATEAS, MUNICÍPIO DE BRUSQUE. Valor R\$ 319.361,91. Fundamento legal: artigo 54 e seguintes da Lei 8.666/93. Origem: TP nº 003/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: de 12 meses. Signatários: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO IVANOR DE MENDONÇA E FÁBIO BARNI.

EXTRATO CONTRATO Nº 089/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 089/2015

Espécie: Contrato nº 089/2015, entre o Município de Brusque e a empresa GERMANN CONSTRUTORA LTDA - ME, em 16/12/2015. Objeto: EXECUÇÃO DO REMANESCENTE/CONCLUSÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO PRÓ INFÂNCIA DO SANTA LUZIA NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE. Valor R\$ 549.705,16. Fundamento legal: artigo 54 e seguintes da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 089/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Secretário de Educação Ivanor de Mendonça.

EXTRATO CONTRATO Nº 091/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 091/2015 – DISPENSA Nº 022/2015

Espécie: Contrato nº 091/2015, entre o Município de Brusque e a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E CONSTRUTORA JEREMIAS LTDA ME. Objeto: fornecimento e instalação de forros de pvc nas Unidades EEF Carlos Fusão, EEF Paquetá e EEF Carlos Moritz. Valor R\$ 24.408,31. Fundamento legal: artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa/ratificação nº 022/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Secretário de Educação Ivanor de Mendonça e Antônio Carlos Jeremias.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2016

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 001/2016, em 20/01/2016. Objeto: aquisição de estojos e mochilas escolares atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino Valor: R\$ 712.900,00. Origem: Pregão nº 098/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Prefeito Municipal Roberto Pedro Prudêncio Neto.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2016

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 002/2016, em 29/01/2016. Objeto: aquisição de uniforme escolar Valor: R\$ 2.239.250,00. Origem: Pregão nº 101/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Secretária de Saúde Ivonir Zanatta Webster.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2016

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 003/2016, em 25/01/2016. Objeto: locação de sanitários químicos, para atender a Administração Pública Valor: R\$ 39.200,00. Origem: Pregão nº 093/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Secretária de Orçamento e Gestão Cristiano Bittencourt.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2015 - FMS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2015 - FMS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 012/2015, em 11/12/2015. Objeto: aquisição de medicamentos Valor: R\$ 4.028.592,19. Origem: Pregão nº 010/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Secretária de Saúde Ivonir Zanatta Webster.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2015 - FMS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2015 - FMS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 014/2015, em 14/01/2016.
Objeto: aquisição de fraldas descartáveis geriátricas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde Valor: R\$ 336.200,00.
Origem: Pregão nº 014/2015FMS. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Prefeito Municipal Roberto Pedro Prudêncio Neto.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 001/2015, CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE E A SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE, TENDO POR OBJETIVO PRORROGAÇÃO DO TERMO DE VIGÊNCIA. Objeto: prorrogar o prazo de vigência do convênio nº 001/2015, previsto na cláusula quinta, por mais 02(dois) meses, a contar de 01 de janeiro de 2016. Pela Fundação Cultural de Brusque, Marcos Fumaggalli, Superintendente. Pela Sociedade Amigos de Brusque: Ricardo Vianna Hoffmann, Presidente. Data: 18 de dezembro de 2015.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 03/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 03/2015, CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE E O INSTITUTO ALDO KRIEGER, TENDO POR OBJETIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA. Objeto: prorrogação de vigência do convênio 03/2015, previsto na cláusula quinta, por mais 02 (dois) meses, a contar de 01 de janeiro de 2016. Pela Fundação Cultural de Brusque, Marcos Fumaggalli, Superintendente. Pelo Instituto Aldo Krieger, Carmelo Krieger - Presidente. Data: 18 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº 001/2016 FCB

PORTARIA Nº 001, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia os membros da Comissão de Análise do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, criado pela Lei Municipal nº 2842/05.

O SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, conforme o § 1º do Art. 9º da Lei nº 2.842/05,

RESOLVE:

1. Art 1º Nomear os membros da Comissão de Análise do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, conforme abaixo:

1. Álisson Sousa Castro – Historiador
 2. Dorinel Fortunato Reis – Agente Administrativo
 3. Elanir do Nascimento Giancesini – Agente Administrativo
- 1.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de Fevereiro de 2016.

Israel Luiz Pereira

Coordenador Fundação Cultural de Brusque

Caçador

PREFEITURA

PORTARIA Nº 26.330

PORTARIA Nº 26.330, de 23 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas Secretarias Municipais da Saúde e de Infraestrutura, férias regulamentares acrescidas do adicional de férias, especificando código, período de aquisição, nome dos servidores e período de fruição, conforme segue:

I – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE			
Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
11728	Alessandra Heberle	19/03/2014 a 18/03/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
13973	Ada Belli de Lima	04/08/2015 a 02/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
12772	Adair das Graças M. Cardoso	26/08/2014 a 25/08/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
1836	Aldecir Barp	31/01/2009 a 30/01/2010	21/12/2015 a 09/01/2016
11932	Aline Cristina Telles de Lima	04/06/2015 a 03/06/2016	21/12/2015 a 04/01/2016
3267	Alvaro Prieto Junior	09/07/2014 a 08/07/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
984	Ana Cristina Hagemann	01/12/2013 a 30/11/2014	21/12/2015 a 30/12/2015
984	Ana Cristina Hagemann	01/12/2014 a 30/11/2015	31/12/2015 a 09/01/2016
11854	Ana Paula Petrovich	21/05/2014 a 20/05/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
620	Ana Lucia Abdalla Ricardo	01/01/2015 a 31/12/2015	28/12/2015 a 26/01/2016
13375	Andre Eduardo Lemos	05/05/2014 a 04/05/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
11207	Any Luiz Rodrigues de Lima	01/08/2014 a 31/07/2015	21/12/2015 a 30/12/2015
11207	Any Luiz Rodrigues de Lima	01/08/2015 a 31/07/2016	31/12/2015 a 09/01/2016
1771	Andre Luiz Arrabar	19/04/2014 a 18/04/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
12038	Camila Domingues de Souza	09/07/2014 a 08/07/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
13373	Carla Siqueira de Santana	08/05/2014 a 07/05/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
8549	Carmen Silvia Battistela	12/06/2014 a 11/06/2015	21/12/2015 a 30/12/2015
8549	Carmen Silvia Battistela	12/06/2015 a 11/06/2016	31/12/2015 a 09/01/2016
13967	Caroline Tramontini	04/08/2015 a 03/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
1992	Catarina Stankevicz	01/01/2014 a 31/12/2014	21/12/2015 a 09/01/2016
11940	Classir Terezinha Fenili	18/06/2013 a 17/06/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
1073	Claudenir Leidens	31/10/2014 a 30/10/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
8413	Claudete Maria Bento Corrente	01/04/2012 a 31/03/2013	21/12/2015 a 30/12/2015
8413	Claudete Maria Bento Corrente	01/04/2013 a 31/03/2014	31/12/2015 a 19/01/2016
4596	Claudia Sampaio Sacenti	01/03/2014 a 28/02/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
9697	Clayton Luiz Gorny	13/01/2013 a 12/01/2014	21/12/2015 a 09/01/2016
3512	Clotilde G. Souza de Oliveira	20/01/2014 a 19/01/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
13570	Cristiane Aline de Santi	03/11/2014 a 02/11/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
13450	Cristiane Zonin	07/07/2014 a 06/07/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
13983	Cibelli A. Ribeiro dos Santos	10/08/2015 a 09/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
13927	Daniela Fraga	29/05/2015 a 28/05/2016	21/12/2015 a 04/01/2016
9701	Daniela Kist Busnardo	06/01/2013 a 05/01/2014	21/12/2015 a 09/01/2016
10773	Danielle Thaize Zimini	01/03/2014 a 28/02/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
10551	Dayana Holz	16/02/2013 a 15/02/2014	21/12/2015 a 09/01/2016
11969	Debora Cristina Muller	18/06/2014 a 17/06/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
7708	Deise C. Ferreira Bourcsheidt	14/07/2014 a 13/07/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
11957	Dejanira Linhares da Silva	18/06/2014 a 17/06/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
7743	Dilva Rejane N. F. De Mattos	01/08/2013 a 31/07/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
11937	Dirce Terezinha Mantovani	18/06/2014 a 17/06/2015	15/12/2015 a 13/01/2016
11860	Edemir Januário da Costa	21/05/2015 a 20/05/2016	21/12/2015 a 09/01/2016
2027	Edézio Recalcatti	01/01/2011 a 31/12/2011	21/12/2015 a 09/01/2016

12738	Edilaine Casaletti	26/06/2014 a 25/06/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
12859	Eduardo Barbosa Lopes	02/12/2014 a 01/12/2015	07/12/2015 a 21/12/2015
13943	Eduardo Barbosa Lopes	04/08/2014 a 03/08/2015	07/12/2015 a 21/12/2015
14015	Elaine Aparecida Chaves	17/08/2015 a 16/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
11855	Elaine de Fatima Voitach	21/05/2012 a 20/05/2013	21/12/2015 a 09/01/2016
12762	Eliane A. dos Santos Correa	20/08/2014 a 19/08/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
12021	Eliane Gouveia	06/07/2014 a 05/07/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
11935	Eliete Aparecida Kutcher Ferlin	18/06/2013 a 17/06/2014	14/12/2015 a 12/01/2016
11057	Elisa Regina Kruguer Possenti	01/06/2014 a 31/05/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
7744	Elizandra Diedrich	01/08/2012 a 31/07/2013	21/12/2015 a 19/01/2016
13845	Eliziane Simas	09/04/2015 a 08/04/2016	21/12/2015 a 09/01/2016
830	Eloir do Carmo Correia Antunes	20/12/2013 a 19/12/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
103	Eltes Francisco Sinhorin	01/01/2015 a 31/12/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
13986	Erica Brustolin	10/08/2015 a 09/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
11971	Evanice Bernardina Lara Amorim	18/06/2014 a 17/06/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
12016	Fabiola Linhares Gonçalves Bueno	05/07/2014 a 04/07/2015	21/12/2015 a 05/01/2016
837	Fatima Aparecida Castro Michielin	04/09/2014 a 03/09/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
141	Fernando Antonio Barbosa Oliveira	31/03/2014 a 30/03/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
14014	Flavia Alessandra Carlos da Silva	17/08/2015 a 16/08/2016	21/12/2015 a 09/01/2016
4256	Flavia Morona Maffessoni	02/02/2014 a 01/02/2015	21/01/2015 a 19/01/2016
13981	Francieli Cavichioli Tasca	05/08/2015 a 04/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
3278	Frenez de Oliveira	09/08/2013 a 08/08/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
769	Geni Aparecida dos Santos	01/01/2014 a 31/12/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
13982	Gessica Costa Antunes	05/08/2015 a 04/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
15	Giovani Ernandes Teles de Oliveira	12/03/2014 a 11/03/2015	01/12/2015 a 30/12/2015
11865	Gislaine Lemes da Silva	21/05/2015 a 20/05/2016	21/12/2015 a 04/01/2016
12873	Giuliano Metelski	21/01/2014 a 20/01/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
10509	Gracieli Favero	14/02/2013 a 13/02/2014	21/12/2015 a 09/01/2016
10509	Gracieli Favero	14/02/2014 a 13/02/2015	10/01/2016 a 19/01/2016
12614	Graziele Avila de Oliveira	15/04/2014 a 14/04/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
4116	Graziela Debarba	03/11/2014 a 02/11/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
11879	Hortencia T. Girardi Ramos	21/05/2013 a 20/05/2014	21/12/2015 a 30/12/2015
11879	Hortencia T. Girardi Ramos	21/05/2014 a 20/05/2015	31/12/2015 a 19/01/2016
200	Ilse Maria Schmidt Driessen	03/02/2015 a 02/02/2016	21/12/2015 a 09/01/2016
11959	Iracema França dos Santos	18/06/2014 a 17/06/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
10949	Iseline Correia de Souza do Valle	02/05/2014 a 01/05/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
11936	Ionice Aparecida Alves da Cruz	18/06/2015 a 17/06/2016	21/12/2015 a 04/01/2016
13970	Ivone Geraldina Almeida	04/08/2015 a 03/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
11864	Ivone Ribeiro dos Santos Couto	21/05/2013 a 20/05/2014	21/12/2015 a 09/01/2016
3510	Ivone Vaccari	16/01/2015 a 15/01/2016	21/12/2015 a 09/01/2016
13196	Ivone Weigantner	12/02/2014 a 11/02/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
11882	Ivonete Aparecida Sebem	21/05/2014 a 20/05/2015	21/12/2015 a 19/10/2016
7742	Ivonete Zolner Lara	06/08/2013 a 05/08/2014	21/12/2015 a 09/01/2016
11858	Izaira Castanheira Mezomo	21/05/2015 a 19/05/2016	21/12/2015 a 04/01/2016
13975	Karine Aparecida Santos Bataglion	04/08/2015 a 03/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2016
13971	Janaina Ester de Oliveira	04/08/2015 a 03/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2016
11031	Janaina Menegazzo	01/06/2014 a 31/05/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
8075	Jane Schneider	11/02/2012 a 10/02/2013	21/12/2015 a 30/12/2015
8075	Jane Schneider	11/02/2013 a 10/02/2014	21/12/2015 a 09/01/2016
11853	Jane Terezinha ede Souza Didone	21/05/2014 a 20/05/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
11953	Janete Aparecida Gabardo	18/06/2014 a 17/06/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
4418	Janete de Fatima Pereira	19/02/2012 a 18/02/2013	21/12/2015 a 09/01/2016
1770	Jefferson Nascimento Ribeiro	12/04/2011 a 11/04/2012	21/04/2015 a 04/01/2016
1770	Jefferson Nascimento Ribeiro	12/04/2012 a 11/04/2013	06/01/2016 a 20/01/2016
12058	Jessica Coradi	15/08/2014 a 14/08/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
13977	Jessica Padilha	04/08/2015 a 03/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
13985	Jessica Luana da Silva Lopes	04/08/2015 a 03/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
13776	Johny Maicou Damião da Silva	02/03/2015 a 29/02/2016	21/12/2015 a 09/01/2016
621	José Roberto Queiroz	22/03/2013 a 21/03/2014	21/12/2015 a 09/01/2016

10491	José Serrão Cesar	01/02/2014 a 31/01/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
12017	Josiane Domingues Camargo	05/07/2014 a 04/07/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	15/03/2014 a 14/03/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
865	Jussara Ap. Hirsch Pereira	18/10/2012 a 17/10/2013	21/12/2015 a 19/01/2016
10457	Katia Cilene Bronner	06/01/2014 a 05/01/2016	21/12/2015 a 19/01/2016
1307	Laura Henrique Andrade	01/01/2012 a 31/12/2012	21/12/2015 a 09/01/2016
7704	Leonice Candiago	23/07/2011 a 21/07/2012	21/12/2015 a 09/01/2016
11851	Leticia Maria Rostirolla	21/05/2014 a 20/05/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	02/06/2014 a 01/06/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
13984	Luciane Xavier dos Santos	10/08/2015 a 09/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
5635	Luciano Caregnato	22/02/013 a 22/02/2014	21/12/2015 a 09/01/2016
10620	Luciano Fernandes Valota	18/02/2013 a 17/02/2014	23/11/2015 a 12/12/2015
10620	Luciano Fernandes Valota	18/02/2014 a 17/02/2015	13/12/2015 a 11/01/2016
11967	Lucimar dos Santos	18/06/2013 a 17/06/2014	15/12/2015 a 24/12/2015
11967	Lucimar dos Santos	18/06/2014 a 17/06/2015	25/12/2015 a 13/01/2016
3834	Luiz Armando Cereza	23/04/2014 a 22/04/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
1140	Luiz Fernando dos Santos	01/02/2014 a 31/01/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
3751	Luiz Henrique Grando Padilha	18/03/2014 a 17/03/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
10796	Lurdes dos Santos	15/03/2014 a 14/03/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
7784	Mara Rubia Cordeiro	15/08/2014 a 14/08/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
11873	Maria Salete Moraes dos Santos	21/05/2012 a 20/05/2013	21/12/2015 a 09/01/2016
13317	Marcelo de Carvalho Taveira	05/03/2014 a 04/03/2015	21/12/2015 a 04/01/2016
3852	Marcia de Araujo Mattia	15/05/2013 a 14/05/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
2609	Marcia Elaine Bonfanti	10/05/2014 a 09/05/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
11974	Maria Aparecida Alves	18/06/2014 a 17/06/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
11954	Maria Bernadete Piacentini	18/06/2014 a 17/06/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
11961	Maria Derli Braz	18/06/2012 a 17/06/2013	21/12/2015 a 09/01/2016
1855	Maria Ivonete Bento Rodrigues	01/09/2014 a 31/08/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
11216	Maria Lurdes Khum Amancio	01/08/2013 a 31/07/2014	21/12/2015 a 09/01/2016
4741	Mariane Rafaela Seidel	26/04/2014 a 25/04/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
378	Maricelda Rita Tonieto	01/02/2013 a 31/01/2014	14/12/2015 a 12/01/2016
11965	Marilene de Cássia Favero	18/06/2015 a 17/06/2016	21/12/2015 a 04/01/2016
13974	Marissol de Santana Neves	04/08/2015 a 03/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
11948	Marines Motta Proencio	18/06/2014 a 17/06/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
12983	Marlene Aparecida dos Anjos	30/01/2015 a 29/01/2016	21/12/2015 a 09/01/2016
7676	Marlene Aparecida Ribeiro	12/07/2014 a 11/07/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
14006	Marli Bonfim de Quadros	24/01/2015 a 23/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
3	Mauricio Zini	21/01/2014 a 20/01/2015	31/12/2015 a 09/01/2016
13891	Meghi Cristine Nizer	28/04/2015 a 26/04/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
632	Miguelangelo Cury	01/01/2013 a 31/12/2013	14/12/2015 a 12/01/2016
13846	Miriam Germano de Gois	17/04/2015 a 15/04/2016	21/12/2015 a 09/01/2016
11868	Miriam Olizete Almeida Fucks	21/05/2014 a 20/05/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
1271	Neide Teresinha Oliveira Brochier	01/05/2014 a 30/04/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
13890	Neiva de Lurdes Pires	28/04/2015 a 26/04/2016	21/12/2015 a 04/01/2016
11033	Nelci Aparecida Cordeiro Bauerle	01/06/2012 a 31/05/2013	21/12/2015 a 19/01/2016
11956	Neusa Tedesco Bressan	18/06/2014 a 17/06/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
11332	Northon Andre Felipe Knoblauch	01/01/2014 a 31/12/2014	21/12/2015 a 09/01/2016
731	Odete Crivilatti	01/06/2010 a 31/05/2011	21/12/2015 a 09/01/2016
11856	Oneide G. Dias Wandscheer	21/05/2014 a 20/05/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
12860	Oscar Armando Puin Manrique	01/10/2013 a 30/09/2014	21/12/2015 a 09/01/2016
1366	Osvaldo Vedana Junior	31/05/2014 a 30/05/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
10514	Osvaldo Vedana Junior	02/02/2014 a 01/02/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
7674	Patricia Kirschner	12/07/2014 a 11/07/2015	16/12/2015 a 14/01/2016
693	Paula Brustolin Xavier	01/04/2014 a 31/03/2015	21/12/2015 a 04/01/2016
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	23/05/2013 a 22/05/2014	03/02/2015 a 02/12/2015
10456	Paula Rafaeli Santin	20/01/2014 a 19/01/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
11885	Paulina Voleinik	21/05/2014 a 20/05/2015	02/12/2015 a 31/12/2015
856	Paulo Cesar Jarschel	02/04/2014 a 01/04/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
1074	Pedro Roman Ross	01/03/2013 a 28/02/2014	21/12/2015 a 09/01/2016

9901	Pedro Roman Ross	01/02/2014 a 31/01/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
13364	Raysa Yumi Tonegawa	14/04/2015 a 12/04/2016	21/12/2015 a 09/01/2016
12761	Regis Fabiano de Oliveira	19/08/2014 a 18/08/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	03/05/2013 a 02/05/2014	28/12/2015 a 11/01/2016
1101	Rejane Mara Sorgatto	10/10/2012 a 09/10/2013	21/12/2015 a 19/01/2016
13316	Ricardo Rigo Burkle	05/03/2014 a 04/03/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
12059	Rodolfo Lourenço da Rosa	15/08/2014 a 14/08/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
7735	Rosane Boff	01/08/2013 a 31/07/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
3262	Rosangela Cristina Malat	01/08/2013 a 31/07/2014	03/11/2015 a 02/12/2016
13980	Rosangela Aparecida Bueno	04/08/2015 a 03/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
3266	Roselaine A. Roesener Bottini	01/12/2013 a 30/11/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
13926	Rosemari Santos Oliveira	07/05/2015 a 06/05/2016	21/12/2015 a 04/01/2016
11808	Rosilei Teresinha Poloni	04/05/2014 a 03/05/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
1133	Rubens Reis da Silva	04/10/2012 a 03/10/2013	21/12/2015 a 19/01/2016
12727	Rudyr Fausto Buba	01/07/2014 a 30/06/2015	30/11/2015 a 09/12/2015
12727	Rudyr Fausto Buba	01/07/2014 a 30/06/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
11869	Sandra de Fátima Ribeiro	21/05/2015 a 20/05/2016	21/12/2015 a 09/01/2016
11955	Sandra Regina Jarschel	18/06/2014 a 17/06/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
10541	Sara Nadiesa Velasques	07/02/2013 a 06/02/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
11942	Sarita de Oliveira Zanoto	18/06/2014 a 17/06/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
11976	Scheila Couto	18/06/2012 a 17/06/2013	21/12/2015 a 09/01/2016
229	Selia de Fatima Pandini	01/01/2014 a 31/12/2014	21/12/2015 a 09/01/2016
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	18/06/2015 a 17/06/2016	21/12/2015 a 04/01/2016
11951	Silvana Maria Cristaldo	18/06/2015 a 17/06/2016	21/12/2015 a 04/01/2016
10218	Silvia Linhares Martello	14/06/2014 a 13/06/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
12887	Simone Angela Scolaro	27/01/2014 a 26/01/2015	21/12/2015 a 30/12/2015
12887	Simone Angela Scolaro	27/01/2015 a 26/01/2016	31/12/2015 a 09/01/2016
10224	Simone do Nascimento Cardoso	01/07/2013 a 30/06/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
11972	Sinara Salete Ribeiro Coelho	18/06/2014 a 17/06/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
12015	Sirlei Judite Sgarbi	02/07/2013 a 01/07/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
111348	Sonia Mara Almeida	03/01/2014 a 02/01/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
13585	Susileide Daniela Rodrigues Putti	05/01/2015 a 04/01/2016	17/12/2015 a 15/01/2016
11861	Suzana Fernandes Garipuna	21/05/2014 a 20/05/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
13976	Tanally Antunes de Lima	04/08/2015 a 03/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
11871	Tatiana Moraes	21/05/2014 a 20/05/2015	14/12/2015 a 28/12/2015
11871	Tatiana Moraes	21/05/2015 a 20/05/2016	03/01/2016 a 12/01/2016
847	Tereza Dias dos Santos	13/06/2013 a 12/06/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
7678	Terezinha Dobler Huçulak	16/07/2012 a 15/07/2013	21/12/2015 a 09/01/2016
13374	Thais Malakoski	06/05/2014 a 05/05/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
749	Valdecir José Pereira da Silva	01/08/2010 a 31/07/2011	21/12/2015 a 09/01/2016
7673	Valeria da Silva	16/07/2014 a 15/07/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
11058	Valquiria Granemann S. Perazzoli	09/06/2013 a 08/06/2014	21/12/2015 a 30/12/2015
11859	Vanira Santos de Moraes	21/05/2014 a 20/05/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
1106	Venturino José Zardo	03/01/2014 a 02/01/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
13969	Vilma de Fátima Souza	04/08/2015 a 03/08/2016	21/12/2015 a 30/12/2015
1179	Vilma de Souza Melo Jarschel	01/11/2013 a 31/10/2014	21/12/2015 a 09/01/2016
1535	Vilmar Miguel Dobner	21/09/2014 a 20/09/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
10641	Viviane Suzamar Chavala	21/02/2014 a 20/02/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
10477	Viviane Kuster	03/01/2014 a 02/01/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
1065	Waltraud Warken Zardo	31/10/2014 a 30/10/2015	28/12/2015 a 16/01/2016
10790	Willian Cardoso Ribeiro	17/03/2014 a 16/03/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
10455	Willian Castilho Pinto	17/01/2012 a 16/01/2013	21/12/2015 a 09/01/2016

II – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
836	Adelmir Pontes Fernandes	12/10/2012 a 11/10/2013	14/12/2015 a 12/01/2016
10916	Anderson Santos	07/04/2013 a 06/04/2014	14/12/2015 a 12/01/2016
5063	André Augusto Carneiro	02/12/2012 a 01/12/2013	14/12/2015 a 12/01/2016
1003	Antonio Medeiros de Oliveira	01/01/2013 a 31/12/2013	14/12/2015 a 12/01/2016
314	Antonio Valmiro Alves Weber	03/10/2010 a 02/10/2011	14/12/2015 a 12/01/2016

2635	Argemiro Zotto	01/01/2012 a 31/12/2012	14/12/2015 a 12/01/2016
1794	Camilo Baseggio	12/05/2011 a 11/05/2012	14/12/2015 a 12/01/2016
286	Claudio Sobieski	07/02/2012 a 06/02/2013	14/12/2015 a 12/01/2016
775	Daniel Rodrigo de Freitas	01/01/2014 a 31/12/2014	14/12/2015 a 12/01/2016
8	Darci Alves	01/01/2014 a 31/12/2014	14/12/2015 a 12/01/2016
3396	Domingos Spader	01/08/2013 a 31/07/2014	14/12/2015 a 12/01/2016
8552	Fernando Luiz da Silva Oliveira	02/06/2011 a 01/06/2012	14/12/2015 a 12/01/2016
3411	Gustavo Alves Weber	02/09/2010 a 01/09/2011	14/12/2015 a 12/01/2016
1121	João Gonçalves	02/03/2012 a 01/03/2014	14/12/2015 a 12/01/2016
198	José Valdir Peretti	01/01/2012 a 31/12/2012	14/12/2015 a 12/01/2016
3174	Julio Cezar Petrikowski	15/05/2015 a 14/05/2016	14/12/2015 a 12/01/2016
428	Luiz Gonçalves	07/11/2010 a 06/11/2011	14/12/2015 a 12/01/2016
2522	Marcos Cordeiro	16/10/2013 a 15/10/2014	14/12/2015 a 12/01/2016
3517	Mario da Silva Medeiros	01/02/2011 a 31/01/2012	14/12/2015 a 12/01/2016
310	Moacir Pascoal de Lima	01/01/2015 a 31/12/2015	14/12/2015 a 12/01/2016
1141	Nelson Hornburg	02/01/2013 a 01/01/2014	14/12/2015 a 12/01/2016
1846	Nery Franklin da Silva Junior	01/01/2013 a 31/12/2013	14/12/2015 a 12/01/2016
9487	Nilson José Godinho	03/11/2013 a 02/11/2014	14/12/2015 a 12/01/2016
247	Orlando Nivaldo da Silva	01/01/2013 a 31/12/2013	14/12/2015 a 12/01/2016
884	Paulo Norberto Combin	01/12/2013 a 30/11/2014	14/12/2015 a 12/01/2016
10099	Paulo Voleinik	03/03/2013 a 02/03/2014	14/12/2015 a 12/01/2016
538	Sebastião Hornburg	01/01/2012 a 31/12/2012	14/12/2015 a 12/01/2016
123	Valdemar de Lima Ribeiro	01/01/2015 a 31/12/2015	14/12/2015 a 12/01/2016
627	Valdir Medeiros de Oliveira	01/01/2014 a 31/12/2014	14/12/2015 a 12/01/2016
5065	Adão Ortiz de Goes	01/12/2014 a 30/11/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
10947	Altamiro Figueroa	02/05/2012 a 01/05/2013	21/12/2015 a 19/01/2016
576	Daniel Pires de Camargo	25/05/2014 a 24/05/2015	07/12/2015 a 05/01/2016
1301	Edson Iaroch	22/04/2012 a 21/04/2013	21/12/2015 a 19/01/2016
1899	Itamar Abreu do Nascimento	01/01/2014 a 31/12/2014	01/12/2015 a 30/12/2015
478	Joacir Antunes de Oliveira	01/12/2012 a 30/11/2013	21/12/2015 a 19/01/2016
1279	João José do Prado	24/03/2014 a 23/03/2015	03/12/2015 a 01/01/2016
1405	Jorge Luiz Antunes de Oliveira	01/01/2013 a 31/12/2013	23/12/2015 a 21/01/2016
916	José Odelir Telles de Oliveira	01/01/2014 a 31/12/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
888	José Osni Batista	01/01/2015 a 31/12/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
881	José Volni Arruda Palhano	01/01/2010 a 31/12/2010	21/12/2015 a 19/01/2016
10806	Joseleia Ribeiro	01/03/2014 a 28/02/2015	02/12/2015 a 31/12/2015
1157	Julio Cezar de Assis	01/01/2014 a 31/12/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
1216	Luiz Alves da Silva	01/01/2012 a 30/12/2012	21/12/2015 a 19/01/2016
10777	Marcio Gonçalves Cordeiro	14/03/2012 a 13/03/2013	21/12/2015 a 19/01/2016
567	Maria Ivanir Serafim	11/03/2014 a 10/03/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
1446	Otacílio Jesus do Amaral	01/12/2012 a 30/11/2013	21/12/2015 a 19/01/2016
1264	Sebastião Moraes	07/08/2011 a 05/08/2012	21/12/2015 a 19/01/2016
1448	Valdeci Salete Ribeiro	03/08/2014 a 02/08/2015	21/12/2015 a 19/01/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.332

PORTARIA Nº 26.332, de 23 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias e Órgãos Municipais, férias regulamentares acrescidas do adicional de férias, especificando código, período de aquisição, nome dos servidores e período de fruição, conforme segue:

I – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
9008	Anderson Fabricio Pereira	02/01/2015 a 01/01/2016	24/12/2015 a 22/01/2016
9492	Edinéia Aparecida Gallo	11/11/2013 a 10/11/2014	24/12/2015 a 22/01/2016
9484	Filomena Lazaris	01/01/2014 a 31/12/2014	24/12/2015 a 22/01/2016
1083	Julio Cezar Corrente	01/12/2011 a 30/11/2012	24/12/2015 a 22/01/2016
8457	Laura Fátima Jesus do Nascimento	08/04/2012 a 07/04/2013	24/12/2015 a 22/01/2016
7668	Lilian Eger Pontes	01/01/2015 a 31/12/2015	24/12/2015 a 22/01/2016
11373	Lisiane Souza Alves	24/01/2015 a 23/01/2016	24/12/2015 a 22/01/2016
1043	Lucimar dos Santos	01/01/2015 a 31/12/2015	24/12/2015 a 22/01/2016
3860	Lucinei Xavier Paes	01/01/2015 a 31/12/2015	24/12/2015 a 22/01/2016
9014	Ricardo Roberto Cavalett	11/03/2014 a 10/03/2015	24/12/2015 a 22/01/2016
654	Vera Lúcia Braun Berardi	01/01/2015 a 31/12/2015	24/12/2015 a 22/01/2016

II – SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	05/07/2013 a 04/07/2014	01/12/2015 a 30/12/2015
7983	Alcides Correa de Almeida	07/01/2013 a 06/01/2014	01/12/2015 a 30/12/2015
10501	Antonio Carlos Buller	14/02/2013 a 13/02/2014	01/12/2015 a 30/12/2015
1833	Jair Ramos	01/01/2014 a 31/12/2014	01/12/2015 a 30/12/2015
12831	Kamila de Andrade Mroz	05/11/2014 a 04/11/2015	01/12/2015 a 30/12/2015
963	Luiz Ronaldo Tortatto	01/06/2012 a 31/05/2013	01/12/2015 a 30/12/2015
10449	Michele Adriana Baseggio	16/01/2014 a 15/01/2015	01/12/2015 a 30/12/2015
7686	Neiva Teixeira da Rosa	16/07/2014 a 15/07/2015	01/12/2015 a 30/12/2015
891	Nilton Antonio de Lima	01/01/2013 a 31/12/2013	01/12/2015 a 30/12/2015
855	Osvaldir Costa Schaphauser	01/04/2011 a 30/03/2012	01/12/2015 a 30/12/2015

III – FUNDEMA

51	Adair Ferreira da Luz	01/01/2012 a 31/12/2012	01/12/2015 a 30/12/2015
476	Altair Jorge Machado	01/01/2012 a 31/12/2012	01/12/2015 a 30/12/2015
53	Antonio Galvão Varela	01/02/2010 a 31/01/2011	01/12/2015 a 30/12/2015
10179	Carlos Alberto Machado	03/05/2012 a 02/05/2013	01/12/2015 a 30/12/2015
1793	Cícero Brasil Moreira	14/07/2012 a 13/07/2013	01/12/2015 a 30/12/2015
1	Evandro José Martins	01/10/2014 a 30/09/2015	01/12/2015 a 30/12/2015
2504	Ezio Ferreira dos Santos	01/03/2015 a 28/02/2016	16/12/2015 a 14/01/2016
68	Françoize Arndt dos Santos	01/07/2014 a 30/06/2015	21/12/2015 a 04/01/2016
10486	Hemerson Bach Castilho	01/02/2014 a 31/01/2015	07/12/2015 a 05/01/2016
58	Monica Galvão Varella	09/05/2011 a 08/05/2012	07/12/2015 a 05/01/2016
9464	Solange Vieira da Silva	01/09/2013 a 31/08/2014	01/12/2015 a 31/12/2015
3416	Valcyr Nedival Vasconcelos	09/09/2014 a 08/09/2015	07/12/2015 a 05/01/2016
795	Vilmar José Carneiro	03/04/2011 a 02/04/2012	07/12/2015 a 05/01/2016

IV – SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO/ DA FAZENDA/ DO GOVERNO

565	Carlinho José Bazzei	01/01/2011 a 31/12/2011	01/12/2015 a 30/12/2015
587	Elizabeth Aparecida Lusa	11/01/2014 a 10/01/2015	21/12/2015 a 09/01/2016
10047	Gilmar Alves	02/02/2015 a 01/02/2016	17/12/2015 a 26/12/2015
2513	Julio Cesar Ferreira	01/10/2013 a 31/12/2013	21/12/2015 a 19/01/2016
10774	Karin Rech dos Santos	01/03/2013 a 28/02/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
1086	Larissa Fleck Savaris	13/06/2012 a 12/06/2013	02/01/2016 a 11/01/2016
1086	Larissa Fleck Savaris	13/06/2013 a 12/06/2014	13/01/2016 a 11/02/2016
1086	Larissa Fleck Savaris	13/06/2014 a 12/06/2015	12/02/2016 a 12/03/2016
12577	Mara do Amaral e Silva	01/03/2014 a 28/02/2015	28/12/2015 a 11/01/2016
801	Nedival Rodrigues da Cruz	01/02/2012 a 31/01/2013	10/12/2015 a 29/12/2015
1293	Rosani de Fatima Sabini	20/08/2012 a 19/08/2013	05/12/2015 a 03/01/2016
726	Roseli Aparecida Costenaro	03/06/2014 a 02/06/2015	09/12/2015 a 18/12/2015
9905	Valquiria Aparecida Alves Ribeiro	10/02/2013 a 09/02/2014	17/12/2015 a 26/12/2015
2497	Vilmar Goes	01/01/2012 a 31/12/2012	05/12/2015 a 03/01/2016

V – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA HABITAÇÃO

2512	Altino Inacio Carneiro	02/05/2013 a 01/05/2014	07/12/2015 a 26/12/2015
2512	Altino Inacio Carneiro	02/05/2014 a 01/05/2015	28/12/2015 a 05/01/2016
11139	Eunice Misayo	06/07/2014 a 05/07/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
402	Nilson Donizete Medeiros	01/01/2014 a 31/12/2014	07/12/2015 a 05/01/2016
10465	Paulo Eduardo Estanislowski	19/01/2014 a 18/01/2015	03/12/2015 a 01/01/2016
10510	Schayana Zmijevski Simas	18/02/2013 a 17/02/2014	04/12/2015 a 02/01/2016
10219	Teresinha Ap. Wames C. de Souza	15/06/2014 a 14/06/2015	28/12/2015 a 26/01/2016
12740	Pamela Maccari Trindade	01/07/2013 a 31/07/2014	14/12/2015 a 23/12/2015

12740	Pamela Maccari Trindade	01/07/2014 a 31/07/2015	24/12/2015 a 22/01/2016
VI – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES			
31	Aginaldo Pelegrini de Souza	02/03/2015 a 29/02/2016	02/01/2016 a 31/01/2016
30	Everton Luiz Correa	02/03/2015 a 29/02/2015	02/01/2016 a 31/01/2016
25	Carine Marla Bosetti	03/02/2015 a 02/02/2016	02/01/2016 a 31/01/2016
24	Teresinha Aparecida Martins da Silva	15/10/2014 a 14/10/2015	02/01/2016 a 31/01/2016
18	Lais Souza de Moraes	01/03/2015 a 28/02/2016	02/01/2016 a 31/01/2016
15	Juliano Graciano Vaz	01/02/2015 a 31/01/2016	02/01/2016 a 31/01/2016
14	João Darci Coelho	01/01/2013 a 31/12/2013	02/01/2016 a 31/01/2016
VII – IPPUC			
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	10/04/2013 a 09/04/2014	02/12/2015 a 11/12/2015
15	Emerson Schmidt	24/03/2013 a 23/03/2014	01/12/2015 a 20/12/2015
18	Maria Karla Faoro Graeff	01/04/2014 a 31/03/2015	28/12/2015 a 16/01/2016
10378	Vivian de Lemos Estrowispy	01/01/2015 a 31/12/2015	28/12/2015 a 26/01/2016
8	Walmir Rigo	07/04/2014 a 06/04/2015	28/12/2015 a 06/01/2016
VIII – DITTESC			
10302	Cristiano R. Rodrigues Fernandes	01/09/2013 a 31/08/2014	15/12/2015 a 13/01/2016
10292	Edgar Aimi	13/08/2012 a 12/08/2013	05/11/2015 a 04/12/2015
13313	Eliziane Grassmann	25/03/2014 a 24/03/2015	01/12/2015 a 30/12/2015
7984	Ezequiel Marcio Colaço	14/01/2014 a 13/01/2015	21/12/2015 a 19/01/2016
9200	Fabio de Lima Garcia	10/03/2014 a 09/03/2015	31/12/2015 a 08/01/2016
8336	Fernando Antonio Sinhorin	12/03/2014 a 11/03/2015	22/12/2015 a 20/01/2016
1439	Issac Alves de Mello	01/01/2014 a 31/12/2014	21/12/2015 a 19/01/2016
1391	Ivanir José Pagotto	01/01/2013 a 31/12/2013	15/12/2015 a 13/01/2016
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	11/03/2014 a 10/03/2015	24/12/2015 a 22/01/2016
8335	Marcio Faccione de Mello	13/03/2013 a 12/03/2014	07/12/2015 a 05/01/2016
12602	Mauricio Bolduan	01/04/2013 a 31/03/2014	20/12/2015 a 29/12/2015
12602	Mauricio Bolduan	01/04/2014 a 31/03/2015	30/12/2015 a 08/01/2016
3767	Nelson Carlin Navroski	01/01/2014 a 31/12/2014	10/11/2015 a 09/12/2015
10296	Viviane Domingos Muller Wosgrau	18/08/2014 a 17/08/2015	22/12/2015 a 20/01/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.461

PORTARIA Nº 26.461, de 29 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos e dá outras providências, e ainda na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato do Servidor Público Municipal, abaixo especificado, contratado pela Portaria nº 25.358, de 02/03/2015, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente, especificando código, nome, cargo e carga horária semanal, com efeitos a contar de 31 de janeiro de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.
98	Luan Fernando Varella	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	44

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de janeiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.462

PORTARIA Nº 26.462, de 01 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA Nº 26.409, de 21 de janeiro de 2016, que convoca Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para comporem ESCALA para prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, durante o mês de fevereiro de 2016, em razão das festividades do Carnaval, na forma que segue:

Data	Dia da semana	Período	Nº Horas	Servidora em Sobreaviso
08	Segunda-feira - Carnaval	17h00 -17h00	24hs	Neiva Vieceli
09	Terça-feira – Carnaval	17h00 – 08h00	15hs	Elizete Farias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.463

PORTARIA Nº 26.463, de 01 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal MONICA GALVÃO VARELLA, Matrícula 10946, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas, Referência 01, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente - Fundema, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.464

PORTARIA Nº 26.464, de 01 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal JOÃO RODRIGO DE SOUZA, Matrícula 10067, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas, Referência 01, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.465

PORTARIA Nº 26.465, de 01 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal ROSINEI APARECIDA PEREIRA CARDOZO, Matrícula 10487, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais, Referência 01, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de fevereiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.466

PORTARIA Nº 26.466, de 01 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA dos cargos de provimento efetivo, do Quadro de Servidores do Poder Executivo Municipal de Caçador, especificando código, nome do Servidor titular do cargo, nome do cargo, carga horária, Secretaria/Órgão de lotação, motivo e data da vacância, na forma que segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Carga horária	Secretaria/Órgão	Motivo da vacância	Data da vacância
10946	Monica Galvão Varella	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	44hs	Fundema	Exoneração	01/02/2016
10067	João Rodrigo de Souza	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	44hs	003	Exoneração	01/02/2016
10487	Rosinei Aparecida Pereira Cardozo	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	44hs	007	Exoneração	01/02/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de fevereiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.467

PORTARIA Nº 26.467, de 01 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão LUAN FERNANDO VARELLA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Especiais, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, Referência 08, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 01 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de fevereiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.468

PORTARIA Nº 26.468, de 01 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, a cidadã MONICA GALVÃO VARELLA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Especiais, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, Referência 08, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 01 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de fevereiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.469

PORTARIA Nº 26.469, de 01 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão FERNANDO DOMINGOS MULLER, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Especiais, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, Referência 08, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 01 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de fevereiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.470

PORTARIA Nº 26.470, de 01 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, a cidadã ROSINEI APARECIDA PEREIRA CARDOZO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Especiais, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, Referência 08, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 01 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.471

PORTARIA Nº 26.471, de 01 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão JOÃO RODRIGO DE SOUZA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Especiais, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, Referência 08, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 01 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.472

PORTARIA Nº 26.472, de 01 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão TAYLOR JONATHA VOELZ, para ocupar o cargo de Psicólogo, do Grupo Ocupacional – Superior do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Referência 37, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 01 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.473

PORTARIA Nº 26.473, de 01 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, a cidadã LAIS SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Educador Social, do Grupo Ocupacional – Administrativo do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Referência 18, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 01 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.474

PORTARIA Nº 26.474, de 01 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, da Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, especificando código, nome, cargo, carga horária, referência, lotação e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Data Fim - Prorrogar até:	Sec.
72	David Rodrigues Rocha	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	01	44h	De 01/02/2016 a 01/03/2016	Fundema
73	Izaltino Fernandes	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	01	44h	De 01/02/2016 a 01/03/2016	Fundema
74	Maria Aparecida de Lima	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	01	44h	De 01/02/2016 a 01/03/2016	Fundema
70	Marcio Silveira Pinto	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	01	44h	De 01/02/2016 a 01/03/2016	Fundema
93	Jocelim Gonçalves de Freitas	Auxiliar de Serviços Gerais	01	44h	De 01/02/2016 a 01/03/2016	Fundema

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.477

PORTARIA Nº 26.477, de 01 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal CARLOS VENANCIO DOS SANTOS, Matrícula 10300, ocupante do cargo efetivo de Agente Municipal de Segurança e Trânsito, Referência 16, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de fevereiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**PORTARIA Nº 880, DE 25 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA nº 880, de 25 de janeiro de 2016.

Nomeia comissão especial.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os Servidores Públicos Municipais FERNANDA FIORELLI, KAREN FERNANDA RIBEIRO e JEAN GUSTAVO BRUSCO, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial de análise e julgamento do Processo Licitatório nº 02/2016, Dispensa nº 02/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para locação de software e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de gestão pública, para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 25 de janeiro de 2016.

Alcedir Ferlin - DIRETOR PRESIDENTE.

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO PR 107/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 107/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 148/2015 cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO E SEU PROCESSAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, DESTINADOS PARA O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDES".

RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 03 de Fevereiro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

CV 001/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº. 001/2016- FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL PARA DIVERSOS LOCAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 17:00 horas do dia 16 (Dezesseis) de Fevereiro de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 03 de Fevereiro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

CHAMAMENTO PÚBLICO 01/16 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2016 - FME

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA PROCESSO DE SELEÇÃO DE GRUPOS FORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA MERENDA ESCOLAR, EMBASADA NO ART. 14 DA LEI 11.947/09, QUE DETERMINA SEJA UTILIZADO O MÍNIMO DE 30% DA VERBA DO FNDE DESTINADA AO PNAE, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTI - FRUTI) PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 8.666/1993, Lei 11.947/2009, Resolução 38/2009 do FNDE e as respectivas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 23 (Vinte e Três) de Fevereiro de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 03 de Fevereiro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 005/16 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2016-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO IMPRESSO, PARA SER UTILIZADOS NOS ATENDIMENTOS DOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações e a Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:30 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Fevereiro de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 03 de Fevereiro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 006/16 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2016-FME – LICITAÇÃO DIFERENCIADA – COM COTA RESERVADA AO ITEM 01

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES PARA REPOSIÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 01 (Um) de Março de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 03 de Fevereiro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RETIFICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N.º 2.893/2016

RETIFICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N.º 2.893/2016

Considerando o erro de digitação ocorrido na redação do artigo 6º da Lei Municipal n.º 2.893/2016, publicada no dia 28/01/2016, edição n.º 1.921, pág. 152, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, retifica-se o artigo 6º da Lei Municipal n.º 2.893/2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

Art. 6º É vedada a recontração de profissional, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos 12 (doze) meses do encerramento de seu contrato anterior com o Município de Camboriú.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de fevereiro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 3/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CHAMADA PÚBLICA 03/2016

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e/ou do empreendedor familiar rural do município de Campo Alegre - SC, para atender os alunos matriculados na rede municipal de ensino deste Município (Infantil e Fundamental), no ano letivo de 2016. Data de abertura: 24/02/2016, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal. O edital está disponível no site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Chamada Pública" / "Chamada Pública 03/2016"

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

CHAMADA PÚBLICA 4/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CHAMADA PÚBLICA 04/2016

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e/ou do empreendedor familiar rural DA REGIÃO, para atender os alunos matriculados na rede municipal de ensino deste Município (Infantil e Fundamental), no ano letivo de 2016. Data de abertura: 24/02/2016, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal. O edital está disponível no site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Chamada Pública" / "Chamada Pública 04/2016"

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 013/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 013/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: JUSSARA PAIVA PAULA, no Cargo Público de Professor I exercendo a Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais – Não Habilitado, portadora do CPF/MF nº 035.688.189-08, residente e domiciliada na Rua General Carneiro, snº, Bairro Tricolândia, Município de Piên/PR.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 04 de Fevereiro de 2016;
Término: 21 de Dezembro de 2016.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.917,78 (Hum mil novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 04 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	JUSSARA PAIVA PAULA Contratada
--	-----------------------------------

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 014/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 014/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: ROSILANE HIRT, no Cargo Público de Professor I exercendo a Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais – Não Habilitado, portadora do CPF/MF nº 056.544.289-93, residente e domiciliada na Estrada Cruzeiro, nº 3666, Bairro Cruzeiro, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 04 de Fevereiro de 2016;
Término: 21 de Dezembro de 2016.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.917,78 (Hum mil novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 04 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ROSILANE HIRT Contratada
--	-----------------------------

Testemunhas:

1. _____
2. _____

DECRETO Nº 9.614 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.614 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, Artigo 300 em seu VII e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. SOENI CARODOS BORGES, para exercer o Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Registro no Sistema sob nº 955583, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e desenvolvimento Social, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 755,33 (setecentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos) mensais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. SOENI CARDOSO BORGES, aprovada em 6º lugar no Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto nº 9.058 de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Fevereiro de 2016.

Art.5º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 9.592 de 01 de Fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
03 de Fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.615 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.615 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de Dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

92.00 -	Fundo Municipal de Saúde.	
92.04 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia.	
10.303.0056.2.117 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 35.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

92.00 -	Fundo Municipal de Saúde.	
92.04 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia.	
10.303.0056.2.117 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339039.00.124 -	Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 35.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
03 de Fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.616 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.616 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar JUSSARA PAIVA PAULA, para exercer o Cargo Público de Professor I, "Não Habilitado", na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955586, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Piso Nacional no valor de R\$ 1.917,78 (um mil novecentos e dezessete reais, setenta e oito centavos) mensais, em cumprimento a Lei Federal nº 11.738/08 e Lei Municipal nº 3.534 de 14 de Dezembro de 2009, pelo período de 04 de Fevereiro de 2016 a 21 de Dezembro de 2016, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 6º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
04 de Fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.617 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.617 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar ROSILANE HIRT, para exercer o Cargo Público de Professor I, "Não Habilitado", na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955587, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Piso Nacional no valor de R\$ 1.917,78 (um mil novecentos e dezessete reais, setenta e oito centavos) mensais, em cumprimento a Lei Federal nº 11.738/08 e Lei Municipal nº 3.534 de 14 de Dezembro de 2009, pelo período de 04 de Fevereiro de 2016 a 21 de Dezembro de 2016, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 5º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
04 de Fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: JUSSARA PAIVA PAULA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 04 de Fevereiro de 2016 a 21 de Dezembro de 2016

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$1.917,78 (Hum mil novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos)

CAMPO ALEGRE/SC., 04 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: ROSILANE HIRT

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 04 de Fevereiro de 2016 a 21 de Dezembro de 2016

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$1.917,78 (Hum mil novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos)

CAMPO ALEGRE/SC., 04 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.764 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.764 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, LUCIANE PRESTES DE SOUZA CRUZ, Registro no Sistema sob nº 955474, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Julho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Julho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

03 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.765 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.765 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, EDSON AUGUSTO DE JESUS, Matrícula Funcional nº 000084, Registro no Sistema sob nº 955255, ocupante do Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 08 de Fevereiro de 2016 à 08 de Março de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
03 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.766 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.766 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS AO DIRETOR DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Diretor de Planejamento, Transportes e Obras, ALAÉRCIO LUIS CORDEIRO, Registro no Sistema sob nº 955221, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O Diretor gozará as férias no período de 18 de Dezembro de 2015 à 01 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
03 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.767 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.767 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DE OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, FRANCISCO OSNI DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000696, Registro no Sistema sob nº 955136, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 13 de Outubro de 2014 a 12 de Outubro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo de 13 de Outubro de 2014 a 12 de Outubro de 2015.

Art.2º) O Chefe do Serviço de Obras gozará as férias no período de 04 de Janeiro de 2016 à 23 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 04 de Janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
03 de Fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

OFÍCIO 73/2015

Ofício nº 073/2015

Campo Erê (SC) 08 de Outubro de 2015.

A sua Excelência,
Daniele Sander
Gerente De Relacionamento UN
Campo Erê - SC

Prezada Senhora,
Após cumprimentá-la cordialmente, venho através deste solicitar a abertura de conta corrente em nome do CRESIM - CONSÓRCIO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL, no CNPJ 23.279.570/0001-68 e delegar poderes para efetuar as transações bancárias em nome de: RUDIMAR BORCIONI, Prefeito Municipal de Campo Erê e Presidente do CRESIM, CPF: 621.359.109-53 e IVO JOSÉ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino e Tesoureiro do CRESIM, CPF: 627.208.729-20, nas seguintes transações:

ASSINAR CERTIFICADOS DE ORIGEM E DOCUMENTO;
ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO
ABRIR CONTA DE DEPOSITO
ASSINAR INSTR CRÉDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/AS
ASSINAR INSTR DE CRÉDITO
ASSINAR INSTR CONVÊNIO E CONTRATOS PREST. SERVI
ASSINAR MANDATO ELETRÔNICO DEPOSITO JUDICIAL
ASSINAR MENCAO ADICIONAL
ASSINAR ORÇAMENTO
ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANCEIRO
AUTORIZAR ADESÃO E MOTIVAMENTAÇÃO DE PONTOS
BAIXAR CHEQUES
BLOQUEIO/DESBLOQUEIO DE DEPOSITO JUDICIAL
CADASTRAR, ALTERAR E DEBLOQUEAR SENHA
CANCELAR CHEQUES
CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMA REPASSE RECU
CONSULTAR DEPOSITO JUDICIAIS VIA INTERNET
CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZ
CONSULTAR RELATÓRIO DE SERVIÇO DE AMINISTR
CONSULTAR SALDO/EXTRATO DE DEPOSITO JUDICIAIS
EFETUAR ACORDOS
EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG
EFETUAR PAGAMENTO POR MEIO ELETRONICO
EFETUAR RESGATE/APLICAÇÕES FINANCEIRAS
EFETUAR TRASNFERENCIA P/MESMA TITULARIDADE
EFETUAR TRANSFERENCIA POR MEIO ELETRONICO
EMITIR CHEQUES
EMITIR COMPROVANTES
ENCERAR CONTAS DE DEPOSITO
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTO NO GERENCIADOR FINAN-
CEIRO
RECEBER GRATIFICAÇÕES/DIARIAS, PENSÕES, SALÁRIOS
RECEBER ORDEM DE PAGAMENTO
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO
RECEBER/QUITAR, PELO VENDEDOR CRÉDITO DE FIM
REINVIDICAR DIREITOS
REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
SOLICITAR SALDO, ESTRATOS E COMPROVANTES
SOLICITAR SALDO/EXTRATO DE CONTA JUDICIAL
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
SOLICITAR SALDO/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

SOLICITAR/BAIXAR RELATÓRIO DEPOSITO JUDICIAIS
SUSTAR/CONTRA-ORDEM CHEQUES

Sem mais para o momento e na certeza de sermos atendidos, re-
teramos nosso protesto de consideração e apreço.

Respeitosamente

RUDIMAR BORCIONI Prefeito Municipal e Presidente do CRESIM	IVO JOSE LUDWIG Prefeito Municipal e Tesoureiro do CRESIM
--	---

Registrado e Publicado em data supra: 08/10/2015.

LUIZ DE PARIS
Secretário do CRESIM

PREGÃO PRESENCIAL 04/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2016
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC, representado por se prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até as 08horas do dia 22 de Fevereiro de 2016, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Edital acima, cujo objeto é a Contratação de serviços de técnicos profissionais para avaliação dos bens móveis e imóveis que compõe a estrutura do hospital Santo Antônio Ltda, na cidade de Campo Erê – SC, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Decreto nº 5.504 de 05/08/2005 e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Ere-SC, de segunda a sexta-feira no horário das 07hs às 13hs, telefone 3655-3035, e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê, SC 02 de fevereiro de 2016 - RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

PREGÃO 06_16

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 22 de fevereiro de 2016 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por lote, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, SÉRIES INICIAIS E FINAIS NA FORMA DE KITS INDIVIDUAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30 às 18h30, diariamente.

Campos Novos, 04 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

REPUBLICADO DECRETO Nº. 7.466/2016 DE 26/01/2016 DECRETA PONTO FACULTATIVO

REPUBLICADO EM 03/02/2016
DECRETO Nº 7.466/2016 DE 26/01/2016
DECRETA PONTO FACULTATIVO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 08/02/2016 (segunda-feira), na Prefeitura Municipal, Secretarias, Fundações e Autarquia, permanecendo em funcionamento os serviços essenciais, retornando as atividades no dia 10/02/2016 (quarta-feira) a partir das 13h.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 26 de janeiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS

EXT. CONT. TEMP. 006/2016

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

TERMO DE CONTRATO CNO - 006/2016

DATA DE ASSINATURA: 03 de Fevereiro de 2016
OBJETO: Contratação Temporária de funcionário para ocupar o cargo de Auxiliar Administrativo.
CONTRATADO: Vinicius Maciel Kunen
VALOR: R\$ 1.503,88 (Um mil, quinhentos e três reais, e oitenta e oito centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.
PRAZO: 31.12.2016 ...

Campos Novos – SC, 03 de Fevereiro de 2016.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

PORTARIA 026/2016

PORTARIA SAMAE CNO 026/2016, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, VINICIUS MACIEL KUNEN, para o cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão 04, Nível – 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 025/2016

PORTARIA SAMAE CNO 025/2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR o servidor LUIS JOSÉ BORELLA, Assistente Administrativo, Padrão 6.3.F para exercer a Função de Coordenador das Atividades Administrativas.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 02/2016 - SEMAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 002/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS. CONTRATANTE: SEMAIS – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADO: BUSCHLE & LEPPER S.A. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de produtos químicos visando à desinfecção e tratamento da água distribuída aos munícipes, para uso na estação de tratamento de água (ETA), conforme quantidades e especificações no anexo II do Edital de Processo de Licitação nº. 01/2016, Pregão Presencial nº 01/2016. VALOR: R\$ 34.410,00 (trinta e quatro mil quatrocentos e dez reais). FONTE DO RECURSO: 8 13.01 2.035 3.3.90.30.11. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha, em 04 de fevereiro de 2016. GILBERTO ROSA. DIRETOR DO SEMAIS.

EXTRATO CONTRATOS Nº 054/2016 A 061/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº. 054/2016. TERMO ADITIVO Nº. 005 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 025/2011. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: ZENI DE SOUSA. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 025/2011 por um período de 11 (onze) meses, iniciando-se em 04/02/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 28 de janeiro de 2016. Permanecem inalteradas todas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. ANTONIO DA SILVA – PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 055/2016. TERMO ADITIVO Nº. 005 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 024/2011. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: TRANSPORTE COLETIVO MOURA LTDA. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 024/2011 por um período de 11 (onze) meses, iniciando-se em 04/02/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 28 de janeiro de 2016. Permanecem inalteradas todas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. ANTONIO DA SILVA – PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 056/2016. TERMO ADITIVO Nº. 005 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 023/2011. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: RAITZ TUR LTDA – ME. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 023/2011 por um período de 11 (onze) meses, iniciando-se em 04/02/2016, com término em 31/12/2016. Permanecem inalteradas todas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. Canelinha (SC), 28 de janeiro de 2016. ANTONIO DA SILVA – PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 057/2016. TERMO ADITIVO Nº. 005 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 021/2011. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MÁRIO CESAR REIS. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 021/2011 por um período de 11 (onze) meses, iniciando-se em 04/02/2016, com término em 31/12/2016. Permanecem inalteradas todas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. Canelinha (SC), 28 de janeiro de 2016. ANTONIO DA SILVA – PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 058/2016. TERMO ADITIVO Nº. 005 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 020/2011. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: EVANDRO SOARES. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 020/2011 por mais um período de 11 (onze) meses, iniciando-se em 04/02/2016, com término em 31/12/2016. Permanecem inalteradas todas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. Canelinha (SC), 28 de janeiro de 2016. ANTONIO DA SILVA – PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 059/2016. TERMO ADITIVO Nº. 006 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 019/2011. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: CARLOS GARCIA. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 019/2011 por mais um período de 11 (onze) meses, iniciando-se em 04/02/2016, com término em 31/12/2016. Permanecem inalteradas todas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante. Canelinha (SC), 28 de janeiro de 2016. ANTONIO DA SILVA – PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 060/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MANOEL SPERANDIO – ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de ferramentas e materiais para manutenções diversas das atividades executadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme quantidades e especificações constantes no anexo II do Processo de Licitação nº. 05/2016, Pregão Presencial nº 04/2016 (processo administrativo nº 05/2016, licitação 04/2016-PR), que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-82.360,40 (oitenta e dois mil trezentos e sessenta reais e quarenta centavos). FONTE DO RECURSO: 85 06.01 2.031 3.3.90.30.42,85 06.01 2.031 3.3.90.30.51,98 06.02 2.040 3.3.90.30.42,98 06.02 2.040 3.3.90.30.51. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha, em 05 de fevereiro de 2016. ANTONIO DA SILVA – PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 061/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ENCARGO. CONCESSIONÁRIO: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONCESSIONÁRIO: DOB COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. - ME. OBJETO: O contrato tem por objeto a concessão de uso de espaço para instalação de 01 (um) relógio digital do tipo painel, contendo data, hora e temperatura, com exploração publicitária pelo prazo de 05 (cinco) anos, espaço público este indicado pela Administração Municipal na PRAÇA PREFEITO BERTOLDO MANOEL CIRILO, localizada em frente da Igreja Matriz, de domínio público, tudo de acordo com o memorial

descritivo e croqui com as medidas do painel, anexo VIII edital nº 068/2015, concorrência pública nº 007/2015, tendo como objetivo proporcionar facilidade em conseguir informações atuais como: hora, mês, ano, temperatura e mensagens. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato de concessão iniciará a partir da assinatura e terá vigência de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado o direito de utilização do espaço a juízo da municipalidade por igual período. Canelinha (SC), 10 de fevereiro de 2016. ANTONIO DA SILVA – PREFEITO DO MUNICÍPIO.

EXTRATO EDITAL 04/2016 - FHC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 04/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 04/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de soro hospitalar, destinados à manutenção das atividades da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, conforme Anexo II, parte integrante deste Edital. DATA DE ABERTURA: 18 de fevereiro de 2016, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 03 de fevereiro de 2016. MARILITA MICHELI GONÇALVES - Diretora Administrativa

EXTRATO EDITAL 15/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 15/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 12/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de laminas, parafusos, porcas e peças diversas, para manutenção corretiva e preventiva da frota mecanizada do Município, conforme descrição detalhada no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 18 de fevereiro de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 03 de fevereiro de 2016. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município

Capinzal

PREFEITURA

009/2016

DECRETO No 009, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

Estabelece horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 09 de fevereiro de 2016, em comemoração alusiva as festividades carnavalescas.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais, como atendimento à Saúde, Coleta de Lixo, Transporte Coletivo de Passageiros e outros serviços que vierem a se fazer necessários para suprir as necessidades de excepcional interesse público, permanecerão sendo praticados normalmente.

Parágrafo único. O atendimento à saúde será prestado através do Sistema de Plantão 24 horas no Hospital Nossa Senhora das Dores durante todo o período do ponto facultativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 02 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças

FMS TERMO DE CREDENCIAMENTO 003/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2016
PARA SERVIÇOS MÉDICOS EM OFTALMOLOGIA

O Município de Capinzal, através da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento.

I – DO OBJETO

O presente Edital tem como objeto:

1 - Credenciamento de Empresa para realização de consultas médicas especializadas em Oftalmologia e teste do olhinho, para os pacientes da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

O presente edital estará aberto para credenciamento de interessados durante todo o ano de 2016.

O prazo de entrega dos documentos para credenciamento terá início no dia 10/02/2016 até 31/12/2016, no horário de expediente em vigor, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Secretaria da Saúde, sala diretoria administrativa, RUA ALEXANDRE THOMAZONI, 120

– andar térreo da câmara de vereadores.

HORÁRIO: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.
TELEFONE Nº 3555-8787.

Capinzal – SC, 04 de fevereiro de 2016

ORLANDO THOLL
Secretária da Saúde e Desenvolvimento Social

RESULTADO FINAL CHAMADA PÚBLICA EDITAL 003/2016

RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA
EDITAL Nº 003/2016

TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
1º	Dalva Luiza Dalcortivo
2º	Beatris de Lima
3º	Marli Teresinha Surdi

Catanduvás

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2016 - PREGÃO Nº 0016/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2016

PREGÃO Nº 0016/2016

Objeto: Aquisição de passagens para transporte individual de pacientes, usuários fora de domicílio e pessoas em trânsito, visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Saúde e ações do Fundo Municipal de Assistência Social.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 23 de fevereiro de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 03 de fevereiro de 2016, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvás.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvás – SC, 03 de fevereiro de 2016.

Alberto Broll

Prefeito Municipal em exercício

LEI COMPLEMENTAR Nº 121/2016, DE 22 DE JANEIRO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR 121, de 22 de janeiro de 2016.

“CRIA CARGOS, E ABRE VAGAS NO QUADRO DE PESSOAL DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALBERTO BROLL, Prefeito em exercício do Município de Catanduvás/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar os Cargos de:

I - Técnico Esportivo - Judô, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Estrutura Administrativa Municipal, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com as atribuições, vencimentos, especificações e respectivas vagas, conforme o quadro abaixo:

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	PADRÃO/NÍVEL	REFE-RÊNCIA	VENCIMENTO	VAGAS
TÉCNICO ESPORTIVO – JUDÔ 40h semanais	Técnico esportivo - judô – Compete a execução de tarefas inerentes à sua capacitação profissional; organizar turmas e inscrever interessados para aulas de judô; auxiliar no desenvolvimento das atividades esportivas do Município; desenvolver atividades e ministrar aulas de judô com as crianças, adolescentes e demais participantes do projeto de judô; organizar e acompanhar seletivas de troca de faixa dos alunos; acompanhar os participantes em competições esportivas de judô, quando o Município participar; e desenvolver outras atividades pertinentes e necessárias ao desempenho das funções do cargo	CE – 81-A	A – F	R\$ 2.370,04	01

II - Merendeiro, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Estrutura Administrativa Municipal, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com as atribuições, vencimentos, especificações e respectivas vagas, conforme o quadro abaixo:

IDENTIFI- CAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	PADRÃO/ NÍVEL	REFE- -RÊNCIA	VENCIMENTO	VAGAS
MERENDEI- RO - 40h sema- nais	Merendeiro – Compete a verificar a ordem e a limpeza do local de trabalho antes de iniciar o serviço, bem como a existência dos utensílios necessários; consultar o cardápio diário, verificando se os gêneros alimentícios necessários a sua confecção estão devidamente separados; orientar e ajudar os auxiliares, se houver, sobre o pré-preparo dos gêneros; preparar refeições nas cozinhas da municipalidade, quando necessário; fazer o pré-preparo de carnes; fazer o preparo de arroz, feijão, grelhados, assados e/ou frituras; preparar merendas nas cozinhas municipais, preparando previamente os ingredientes nas quantidades adequadas, com base em cardápios indicados pelo nutricionista ou em dietas pré-estabelecidas, cozinhando, temperando e controlando tempo de cozimento e dosagem de ingredientes, para posterior distribuição aos comensais; colocar à disposição dos usuários talheres, bandejas, pratos, copos e outros; observar e manter as condições de higiene da cozinha e utensílios, bem como sua fiscalização e conservação; receber e conferir alimentos para preparo das refeições e merendas, verificando sua quantidade e qualidade; efetuar registros e controles relativos a merendas e refeições distribuídas, consumo de gêneros alimentícios e materiais de limpeza, solicitando sua requisição quando necessário; executar outras tarefas afins e correlatas quando determinadas pelo superior hierárquico, e desenvolver outras atividades pertinentes e necessárias ao desempenho das funções do cargo.	CE – 06-A	A – F	R\$ 853,71	03

III – Educador Social, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Estrutura Administrativa Municipal, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, com as atribuições, vencimentos, especificações e respectivas vagas, conforme o quadro abaixo:

IDENTIFI- CAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	PADRÃO/ NÍVEL	REFE- -RÊNCIA	VENCIMENTO	VAGAS
EDUCADOR SOCIAL - 40h sema- nais	Educador social – desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família; desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social; apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa; atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora; apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; apoiar e participar no planejamento das ações; organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade; apoiar no processo de mobilização e campanhas intersectoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais; apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações; apoiar os demais membros da equipe de referência em todas etapas do processo de trabalho; apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar; apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados; apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas; participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos; apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas.	CE – 81-A	A – F	R\$ 2.370,04	03

IV – Profissional de Educação Física, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Estrutura Administrativa Municipal, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, com as atribuições, vencimentos, especificações e respectivas vagas, conforme o quadro abaixo:

IDENTIFI- CAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	PADRÃO/ NÍVEL	REFE-RÊNCIA	VENCIMENTO	VAGAS
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40h semanais	Profissional de Educação Física – Reger turmas em atividades de educação física, desportivas e de lazer; atuando com estas atividades para crianças, adolescentes, adultos e idosos; Reger atividades esportivas e de lazer; Atuar na prática esportiva com público especificado; Elaborar programas e plano de trabalho, controle e avaliação de rendimento; Organizar e acompanhar turmas de competições e excursões ainda que fora do Município; Ministras aulas práticas, realizar caminhadas monitoradas, grupos de corrida, ginástica localizada, aeróbica, alongamentos, dentre outros; Manter disciplina; organizar e participar de reuniões; Colaborar na conservação da ordem do ambiente de trabalho; Desempenhar tarefas afins.	CE – 81-A	A – F	R\$ 2.370,04	01

§1º São requisitos básicos para o preenchimento do cargo de que trata o inciso I, possuir ensino médio completo, no mínimo Faixa preta 5º DAN, nos termos da Confederação Brasileira de Judô, Curso de Credenciamento na Federação Catarinense de Judô, registro no CREF – Conselho Regional de Educação Física.

§ 2º São requisitos básicos para o preenchimento do cargo de que trata o inciso II, possuir ensino fundamental completo.

§ 3º São requisitos básicos para o preenchimento do cargo de que trata o inciso III, possuir ensino superior completo na área de Pedagogia, Magistério, Assistência Social, Psicologia ou Sociologia.

§ 4º São requisitos básicos para o preenchimento do cargo de que trata o inciso IV, possuir ensino superior completo na área de Educação Física, e Registro no CREF – Conselho Regional de Educação Física.

§ 5º Aos cargos de que trata o presente artigo não se aplicam as disposições das Leis municipais nº 1.716, de 04 de janeiro de 2002 e 2.173, de 10 de junho de 2008, ou outra Lei que discipline o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal que venha substituir referidas Leis.

Art. 2º As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 22 de janeiro de 2016.

Alberto Broll

Prefeito em exercício

Davi Pecinato

Responsável pela Secretaria de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data.

ANEXO I

I – Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro no exercício em que a Lei entrará em vigor e nos dois subsequentes:

a) Quadro Demonstrativo de Custeio dos Cargos a serem criados: (11).

Procedimentos:	Ano/2016 – R\$	Ano/2017 – R\$	Ano/2018 – R\$
3190 – Pessoal e Encargos Sociais: CARGOS: 1. Técnico Esportivo JUDO = 01; 2. Merendeiro = 03; 3. Educador Social = 03; 4. Profissional de Educação Física = 01	330.514,05	364.191,80	397.459,30
TOTAL	330.514,05	364.191,80	397.459,30

b) As despesas correrão à conta do orçamento geral do Município em cada exercício financeiro.

II – Compensação dos efeitos financeiros da criação da despesa com caráter continuado.

Os efeitos da despesa criada com a presente Lei serão compensados com o incremento da receita do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – (ICMS) que vem crescendo anualmente em parâmetros simétricos, conforme segue:

Quadro Demonstrativo – Receitas do FPM e do ICMS

Transferências da União e do Estado

Ano	Total Arrecadada R\$	Crescimento %
2011	9.573.122,82	Parâmetro
2012	9.735.822,13	1,07%

2013	10.851.763,22	11,46%
2014	11.754.864,65	8,29%
Total dos 4 exercícios e média do crescimento da receita (%)	41.915.572,82	20,82%
Média anual de crescimento (2011-2014)		6,94%

III - Projeção de incremento da receita para os exercícios de 2016, 2017 e 2018:

Para os exercícios vindouros, projeta-se um incremento na receita do FPM e do ICMS, através de Transferências da União e do Estado, no índice de 6,94% (seis vírgula noventa e quatro por cento), percentual este que assegurará a cobertura da despesa de caráter continuado criada por esta Lei.

Catanduvas (SC), 22 de janeiro de 2016.

Alberto Broll

Prefeito em exercício

Davi Pecinato

Res. Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 03/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 03/2016
Edital: Pregão Presencial Nº.: 02/2016
Tipo: Menor Preço/Por Item.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR PARA UTILIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS REALIZADOS JUNTO À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MUNICIPAL NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.
Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 19 de fevereiro de 2016.
Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 19 de fevereiro de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 04-2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 04/2016
Edital: Pregão Presencial Nº.: 03/2016
Tipo: Menor Preço/Por Item.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.
Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 22 de fevereiro de 2016.
Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 22 de fevereiro de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Celso Ramos

PREFEITURA

CONTRATO 30 AO 34/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
298	31/2016	05/02/2016	31/12/2016	8/2016	Não	1.968,00		AQ DE PROD AGRICULTURA F/ CELIO FRANCISCO DE OLIVEIRA	
	Objeto:	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADO A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE 2016							
299	32/2016	05/02/2016	31/12/2016	8/2016	Não	11.495,00		AQ DE PROD AGRICULTURA F/ CLAUDINEI PINHEIRO	
	Objeto:	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADO A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE 2016							
300	33/2016	05/02/2016	31/12/2016	12/2016	Não	110.620,00		SERVIÇO DE RECAPAGEM E V GRANDO PNEUS LTDA	
	Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, CONFORME DEMANDA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS							
301	34/2016	05/02/2016	31/12/2016	12/2016	Não	56.075,00		SERVIÇO DE RECAPAGEM E V FM PNEUS LTDA	
	Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, CONFORME DEMANDA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS							
302	35/2016	05/02/2016	31/12/2016	12/2016	Não	57.205,00		SERVIÇO DE RECAPAGEM E V RECAUCHUTADORA RODA LTDA	
	Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, CONFORME DEMANDA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS							
Total: 5									

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 17 de fevereiro de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para a contratação de Serviços Especializados de Arbitragem para os Eventos Esportivos de Futsal, Futebol Suíço e Futebol de Campo a serem realizados no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência – Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 03 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 17 de fevereiro de 2016, às 10:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de dois veículos 0 (zero) km, ano/modelo no mínimo 2016, sendo um para atender as necessidades da Estrutura do Gabinete do Prefeito e outro para o transporte de pacientes para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão de Lageado/SC a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações contidas no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 04 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA QUINTA LEGISLATURA. Aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2016, às 17h:00min, na sala das Comissões da câmara municipal, realizou-se a escolha do presidente da Comissão, que por aclamação, restou eleito o Vereador Sr. Alcides Francisco Montibeller. Nada mais havendo a tratar, o presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA QUINTA LEGISLATURA. Aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2016, às 17h:18min, na sala das Comissões da câmara municipal, realizou-se a escolha do presidente da Comissão, que por aclamação, restou eleito a Vereadora Sra. Cleusa Francisco Schneider. Nada mais havendo a tratar, o presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA QUINTA LEGISLATURA. Aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2016, às 17h:36min, na sala das Comissões da câmara

municipal, realizou-se a escolha do Presidente da Comissão, que por aclamação, restou eleito o Vereador Sr. Amilton Carlos Westphal. Nada mais havendo a tratar, o presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA QUINTA LEGISLATURA. Aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2016, às 17h:54min, na sala das Comissões da câmara municipal, realizou-se a escolha do presidente da Comissão, que por aclamação, restou eleito o Vereador Sr. Marcelo Leandro Marquez. Nada mais havendo a tratar, o presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E MEIO AMBIENTE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA QUINTA LEGISLATURA. Aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2016, às 18h:12min, na sala das Comissões da câmara municipal, realizou-se a escolha do presidente da Comissão, que por aclamação, restou eleito o Vereador Sr. Maurício de Andrade. Nada mais havendo a tratar, o presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/FMS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de sistema completo de geração distribuída de energia fotovoltaica para o prédio da Estratégia Saúde da Família (ESF), no bairro Horizonte, no Município de Cocal do Sul, por meio da Proposta nº 10423151000113001, firmado entre o Município de Cocal do Sul e a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 11h00min do dia 19/02/2016.

Abertura: Dia 19/02/2016, às 11h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 03 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 20.16

DECRETO SAF/Nº. 20/16, de 14 de janeiro de 2016.

DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO INCRA - U.M.C EM COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

DESIGNAR

Art. 1º Fica designada KAUANNY CRISTINA FRANCISCO, Adjunto Administrativo, portadora do CPF nº. 090.405.279-62, do quadro permanente de pessoal do Poder Executivo, para atuar como responsável pelas atividades desenvolvidas pelo INCRA, na Unidade Municipal de Cadastramento do Município de Cocal do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 21.16

DECRETO SAF/Nº. 21/16, de 28 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de ser estabelecido o calendário de feriados e dias de ponto facultativo às repartições do Município a fim de que o munícipe dele tenha prévio conhecimento.

DECRETA:

Art. 1º. No município de Cocal do Sul são feriados municipais e dias considerados de ponto facultativo às repartições municipais no ano de 2016:

MÊS	DIA	COMEMORAÇÃO	EVENTO
Fevereiro	08	Véspera de Carnaval	Ponto Facultativo
Fevereiro	09	Carnaval	Ponto Facultativo

Maço	24	Quinta-feira Santa	Ponto Facultativo somente no período vespertino
Março	25	Sexta-feira Santa	Feriado Nacional
Abril	21	Tiradentes	Feriado Nacional
Mai	26	Corpus Christi	Feriado Municipal
Setembro	07	Independência do Brasil	Feriado Nacional
Setembro	08	Padroeira do Município	Feriado Municipal
Setembro	26	Emancipação do Município	Feriado Municipal
Outubro	12	Nossa Senhora Aparecida	Feriado Nacional
Outubro	28	Dia do Servidor Público	Ponto Facultativo
Novembro	02	Finados	Feriado Nacional
Novembro	15	Proclamação da República	Feriado Nacional

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 28 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 23.16

DECRETO SAF/Nº. 23/16, de 28 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERA A PEDIDO

MARIA DAS DORES ROMAGNA, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 70/2003, de 06 de março de 2003, a partir de 18 de janeiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 28 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 24.16

DECRETO SAF/Nº. 24/16, de 28 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

MURILO ZOMER FRASSON, portador do CPF nº. 079.810.579-81 Médico Clínico Geral ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 327/15, de 06 de julho de 2015, a partir de 18 de janeiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 28 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 25.16

DECRETO SAF/Nº. 25/16, de 01 de fevereiro de 2016.
ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de NADIR RONCONI NANDI, nomeada pelo Decreto SAF/N. 130/03, de 06 de março de 2003, para 40 horas semanais, na Instituição de Educação Infantil Maria Nunes Trichês, conforme Edital 03/2015 do Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 26.16

DECRETO SAF/Nº. 26/16, de 01 de fevereiro de 2016.
ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de BARBARA LÍBIA STACKOSKI, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 99/03, de 06 de março de 2003, para 40 horas semanais, na Instituição de Educação Infantil Fernando de Fávéri, conforme Edital 03/2015 do Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 27.16

DECRETO SAF/Nº. 27/16, de 01 de fevereiro de 2016.
ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de KÊNIA DA SILVA, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 113/03, de 06 de março de 2003, para 40 horas semanais, na Instituição de Educação Infantil Fernando de Fávéri, conforme Edital 03/2015 do Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 28.16

DECRETO SAF/Nº. 28/16, de 01 de fevereiro de 2016.
ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de ELAINE CORRÊA, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 102/03, de 06 de março de 2003, para 40 horas semanais, na Instituição de Educação Infantil Maximiliano Gaidzinski, conforme Edital 03/2015 do Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 29.16

DECRETO SAF/Nº. 29/16, de 01 de fevereiro de 2016.
ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de ROSANE BEATRIZ OLIVO CITTADIN, Professor, nomeada pelo Decreto nº. 47/88, de 29 de fevereiro de 1988, para 40 horas semanais, na Instituição de Educação Infantil Fernando de Fávéri, conforme Edital 03/2015 do Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 30.16

DECRETO SAF/Nº. 30/16, de 01 de fevereiro de 2016.
ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de ELAINE JUST, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. nº. 106/03, de 06 de março de 2003, para 40 horas semanais, na Instituição de Educação Infantil Cantinho Alegre, conforme Edital 03/2015 do Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 31.16

DECRETO SAF/Nº. 31/16, de 01 de fevereiro de 2016.
ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de JANAINA APARECIDA PARREIRA LEANDRO, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. nº. 96/03, de 06 de março de 2003, para 40 horas semanais, na Instituição de Educação Infantil Cantinho Alegre, conforme Edital 03/2015 do Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 32.16

DECRETO SAF/Nº. 32/16, de 01 de fevereiro de 2016.
ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de EDIANA HOFFMAN MAXIMIANO, Professor, portadora do CPF n. 987.650.359-68, admitida em 12 de abril de 1995, para 40 horas semanais, na Escola de Educação Básica Cristo Rei, conforme Edital 03/2015 do Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 33.16

DECRETO SAF/Nº. 33/16, de 01 de fevereiro de 2016.
ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de MIRIAM ELIZA FELTRIN RAFAEL, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 87/03, de 06 de março de 2003, para 40 horas semanais, na Escola de Educação Básica Cristo Rei, conforme Edital 03/2015 do Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 34.16

DECRETO SAF/Nº. 34/16, de 01 de fevereiro de 2016.
ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de ADRIANA APARECIDA DA SOLER GARCIA, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 84/03, de 06 de março de 2003, para 40 horas semanais, na Escola de Educação Básica Cristo Rei, conforme Edital 03/2015 do Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 35.16

DECRETO SAF/Nº. 35/16, de 01 de fevereiro de 2016.
ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de GEORGEA OSELLAME, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 355/03, de 15 de abril de 2003, para 40 horas semanais, na Escola de Educação Básica Cristo Rei, conforme Edital 03/2015 do Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 36.16

DECRETO SAF/Nº. 36/16, de 01 de fevereiro de 2016.
ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de MIRELA ZACCARON, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 54/03, de 06 de março de 2003, para 40 horas semanais, na Instituição de Educação Infantil Cantinho Alegre, conforme Edital 03/2015 do Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 37.16

DECRETO SAF/Nº. 37/16, de 01 de fevereiro de 2016.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de PRISCILLA PUCCINI FERNANDES, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 40/03, de 06 de março de 2003 , para 40 horas semanais, na Escola de Educação Básica Demétrio Bettiol, conforme Edital 03/2015 do Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 38.16

DECRETO SAF/Nº. 38/16, de 01 de fevereiro de 2016.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de LUCIANO ANTUNES, Professor, nomeado pelo Decreto SAF/N. 39/03, de 06 de março de 2003 , para 30 horas semanais, na Escola de Educação Básica Cristo Rei, conforme Edital 03/2015 do Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 39.16

DECRETO SAF/Nº. 39/16, de 01 de fevereiro de 2016.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de VERÔNICA PIOVESAN KESTERING, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 55/03, de 06 de março de 2003 , para 30 horas semanais, na Instituição de Educação Infantil Maria Nunes Trichês (Recanto Feliz), conforme Edital 03/2015 do Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 40.16

DECRETO SAF/Nº. 40/16, de 01 de fevereiro de 2016.

LOTA SERVIDOR MARLENE CANCELIER NUNES, NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR JOSÉ PERUCHI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

LOTAR

MARLENE CANCELIER NUNES, Professor, nomeada pelo Decreto nº. 33/88, de 29 de fevereiro de 1988, na Escola de Educação Básica Professor José Peruchi, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 50.16

DECRETO SAF/Nº. 50/16, de 02 de fevereiro de 2016.

HOMOLOGA O RESULTADO E RESPECTIVAS NOTAS REFERENTES AOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL DE Nº. 001/2015 – ADMINISTRAÇÃO GERAL.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologados os resultados e respectivas notas referentes aos candidatos aprovados e classificados no Concurso Público Edital 001/2015 da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul; destinado para o provimento de vagas dos cargos vagos e que se vagarem ou forem criados durante o prazo de validade deste, bem como cadastro reserva para possível provimento, constantes do Quadro de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, instituídos pela LEI COMPLEMENTAR Nº. 61, de 03 de setembro de 2015.

Art. 2º. Relação dos Inscritos aprovados e Classificados com suas respectivas notas e ordem de classificação, conforme ANEXOS I e II, parte integrante deste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de fevereiro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO I**CLASSIFICAÇÃO FINAL GERAL****Legenda:**

CG=Conhecimentos Gerais; CE=Conhecimentos Específicos;

NPP=Nota da Prova Prática; NPT=Nota Pontos de Títulos; NF=Nota Final

Agente Epidemiológico Ensino Médio											
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO Acertos Nota	CG		CE		NPE	Situação		
				Acertos	Nota						
1	239080	23/12/1996	Maria Bernadete Da Silva Vitali	15	3,00	16	4,80	7,80	Aprovado		
2	265153	25/01/1981	Pablo Souza Alves	13	2,60	16	4,80	7,40	Aprovado		
3	249375	17/04/1980	Thiago Villafane Almeida	12	2,40	13	3,90	6,30	Aprovado		
4	238025	24/02/1986	Luiz Henrique Nascimento Michels	10	2,00	14	4,20	6,20	Aprovado		
5	262471	17/11/1987	Crysthian Crema Zomer	11	2,20	12	3,60	5,80	Aprovado		
6	261549	29/03/1961	Leonel Kramel	12	2,40	10	3,00	5,40	Aprovado		
7	264497	20/03/1962	Nelson Silva Da Conceicao	8	1,60	12	3,60	5,20	Aprovado		
Assistente Administrativo Ensino Médio											
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO Acertos Nota	CG		CE		NPE	Situação		
				Acertos	Nota						
1	259879	10/09/1980	Jane Do Carmo Jose Kafcka	16	3,20	15	4,50	7,70	Aprovado		
2	254190	10/08/1983	Rafael Lenzi	16	3,20	15	4,50	7,70	Aprovado		
3	260548	26/04/1973	Emerson Lodetti	15	3,00	13	3,90	6,90	Aprovado		
4	238087	26/09/1991	Liliana Sudre Marques	15	3,00	13	3,90	6,90	Aprovado		
5	252710	07/11/1985	Maicon Guidarini Imilanez	13	2,60	14	4,20	6,80	Aprovado		
6	262773	17/10/1990	Bruna Zatta Rovaris	14	2,80	13	3,90	6,70	Aprovado		
7	264405	17/01/1991	Joanna Marcos De Bem	12	2,40	14	4,20	6,60	Aprovado		
8	247832	10/10/1994	Taiane Olivo Pandini	12	2,40	14	4,20	6,60	Aprovado		
9	261023	07/09/1995	Samanta Bernardo Duarte	13	2,60	13	3,90	6,50	Aprovado		
10	264047	24/09/1987	Amanda Caroline Cologni	12	2,40	13	3,90	6,30	Aprovado		

11	247027	11/07/1992	Daniela Fontana Dos Santos	10	2,00	14	4,20	6,20	Aprovado		
12	264282	07/03/1967	Neiva Maria Redivo Vieira	16	3,20	10	3,00	6,20	Aprovado		
13	261927	20/11/1990	Pamela Eduarda Dos Santos	16	3,20	10	3,00	6,20	Aprovado		
14	238584	09/03/1982	Flavia Luciano Concer	11	2,20	13	3,90	6,10	Aprovado		
15	262028	01/02/1986	Renata Martins Cacador	14	2,80	11	3,30	6,10	Aprovado		
16	236278	12/06/1972	Jorge Ambroso	12	2,40	12	3,60	6,00	Aprovado		
17	261786	14/07/1992	Rodrigo Messaggi	13	2,60	11	3,30	5,90	Aprovado		
18	263731	17/05/1994	Karina Garcia De Souza	13	2,60	11	3,30	5,90	Aprovado		
19	257833	30/03/1997	Victor Augusto Nesi	13	2,60	11	3,30	5,90	Aprovado		
20	257013	06/08/1982	Priscila Moraes Dos Santos	11	2,20	12	3,60	5,80	Aprovado		
21	242330	11/08/1990	Aline Pignatel	11	2,20	12	3,60	5,80	Aprovado		
22	235395	13/01/1983	Marcio Wessler Roque	14	2,80	10	3,00	5,80	Aprovado		
23	263067	20/10/1990	Elvis De Souza Vieira	9	1,80	13	3,90	5,70	Aprovado		
24	260699	27/12/1993	Raquel Tramontin	12	2,40	11	3,30	5,70	Aprovado		
25	264000	15/08/1976	Jefferson Lima Sombrio	13	2,60	10	3,00	5,60	Aprovado		
26	241512	23/07/1977	Danielle Regina Szyndrowski	13	2,60	10	3,00	5,60	Aprovado		
27	260498	09/02/1988	Sabrina Damiani Luiz	13	2,60	10	3,00	5,60	Aprovado		
28	235367	30/08/1997	Bruna Trombim	11	2,20	11	3,30	5,50	Aprovado		
29	235480	05/09/1964	Jose Ivanor Zanette	9	1,80	12	3,60	5,40	Aprovado		
30	245050	12/08/1994	Mariana Coan Salvaro	9	1,80	12	3,60	5,40	Aprovado		
31	259281	30/09/1992	Jessica Maccarini	10	2,00	11	3,30	5,30	Aprovado		
32	238776	09/05/1993	Wellington Gustavo Grisa	8	1,60	12	3,60	5,20	Aprovado		
33	255952	25/10/1990	Fernando Canonica	11	2,20	10	3,00	5,20	Aprovado		
34	264482	06/02/1992	Felipe Carradore	11	2,20	10	3,00	5,20	Aprovado		
35	258523	21/05/1997	Isabelle Cardoso Ricardo	14	2,80	8	2,40	5,20	Aprovado		
36	236219	04/04/1997	Matheus Cardoso Valentim	12	2,40	9	2,70	5,10	Aprovado		
37	248034	04/03/1988	Caroline Fernandes Mendes	10	2,00	10	3,00	5,00	Aprovado		
38	254892	16/03/1990	Paulo Henrique Esmeraldino Serafim	10	2,00	10	3,00	5,00	Aprovado		
39	238672	06/08/1992	Mateus De Mello	10	2,00	10	3,00	5,00	Aprovado		
40	257921	26/02/1996	Lucas Maccari	13	2,60	8	2,40	5,00	Aprovado		

Assistente Social | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO Acertos Nota	CG		CE		NPE	Situação		
				Acertos	Nota						
1	254365	09/02/1971	Rosilea Dassoler Da Silva Felisberto	16	3,20	18	5,40	8,60	Aprovado		
2	262283	09/04/1983	Debora Jordana Flores Sanz Miranda	15	3,00	18	5,40	8,40	Aprovado		
3	262276	19/09/1968	Marizete De Fatima Rodrigues	12	2,40	18	5,40	7,80	Aprovado		
4	258685	06/02/1989	Ana Carolina Dos Santos	10	2,00	19	5,70	7,70	Aprovado		
5	237938	11/04/1988	Luciana Da Cruz Moraes Magarao Alves	13	2,60	17	5,10	7,70	Aprovado		
6	259930	19/03/1974	Patricia Maria Siqueira	12	2,40	17	5,10	7,50	Aprovado		
7	242535	14/08/1989	Ana Claudia Figueiredo	10	2,00	18	5,40	7,40	Aprovado		
8	260868	29/05/1981	Rosemeri Savaris Vieira	11	2,20	17	5,10	7,30	Aprovado		
9	235039	02/01/1984	Priscila Schacht Cardozo	11	2,20	17	5,10	7,30	Aprovado		
10	261212	28/09/1978	Ione Anhaia Dos Santos	12	2,40	16	4,80	7,20	Aprovado		
11	264136	15/01/1979	Jaison Feltrin	15	3,00	14	4,20	7,20	Aprovado		
12	254648	01/07/1989	Patricia Da Costa Oliveira	12	2,40	15	4,50	6,90	Aprovado		
13	242996	10/04/1968	Leila Cristina Rezende Ferrari	10	2,00	16	4,80	6,80	Aprovado		
14	265028	09/07/1972	Severina Inacia De Sousa	10	2,00	16	4,80	6,80	Aprovado		

15	257121	10/05/1990	Evelize Zanatta Da Rosa Serafim	10	2,00	16	4,80	6,80	Aprovado		
16	262481	15/09/1990	Renata Bet Rodrigues	10	2,00	16	4,80	6,80	Aprovado		
17	261868	11/03/1989	Karla Francisco	13	2,60	14	4,20	6,80	Aprovado		
18	256341	26/03/1982	Poliana Ghizoni Schmitz	8	1,60	17	5,10	6,70	Aprovado		
19	234736	26/01/1990	Maira Dos Santos Costa	11	2,20	15	4,50	6,70	Aprovado		
20	257360	09/07/1983	Daiane Bento Dos Santos	9	1,80	16	4,80	6,60	Aprovado		
21	249598	18/03/1984	Vanessa Wanderlind Madalena	9	1,80	16	4,80	6,60	Aprovado		
22	254405	04/06/1983	Pauline Da Silva Paulo	7	1,40	17	5,10	6,50	Aprovado		
23	252257	27/12/1977	Patricia Souza Munhos	10	2,00	15	4,50	6,50	Aprovado		
24	261715	03/08/1983	Caroline Bitencourt Goularte	8	1,60	16	4,80	6,40	Aprovado		
25	262822	13/03/1971	Sandra De Souza Urbano Jacques	11	2,20	14	4,20	6,40	Aprovado		
26	239025	04/12/1973	Rosineia Manoel Borges	12	2,40	13	3,90	6,30	Aprovado		
27	264261	26/01/1985	Fabio Carneiro	12	2,40	13	3,90	6,30	Aprovado		
28	236913	22/08/1962	Joana Darc Motta Gomes Mca-lister	10	2,00	14	4,20	6,20	Aprovado		
29	236240	24/07/1987	Sirlene Dos Santos Francisco	10	2,00	14	4,20	6,20	Aprovado		
30	250872	23/05/1979	Marilaine Scheffer Trajano	8	1,60	15	4,50	6,10	Aprovado		
31	263580	28/07/1991	Cristine Schmidt	11	2,20	13	3,90	6,10	Aprovado		
32	249033	07/10/1961	Marcia Regina Da Silva	7	1,40	15	4,50	5,90	Aprovado		
33	235285	15/01/1983	Denise Da Silva Laurindo	7	1,40	15	4,50	5,90	Aprovado		
34	261798	03/06/1983	Luana Diwie Thomaz Da Silva	7	1,40	15	4,50	5,90	Aprovado		
35	252030	11/11/1988	Silvia Passos Marinho	5	1,00	16	4,80	5,80	Aprovado		
36	251920	14/11/1969	Marcelita Catanio	8	1,60	14	4,20	5,80	Aprovado		
37	236164	19/02/1979	Gabriela Belloli	8	1,60	14	4,20	5,80	Aprovado		
38	236811	23/07/1990	Fernanda Beatriz Dias Vargas	11	2,20	12	3,60	5,80	Aprovado		
39	237682	07/07/1983	Mary Lanne Lopes Lucio	8	1,60	13	3,90	5,50	Aprovado		
40	258542	22/03/1980	Robson Rodrigo Coelho	4	0,80	15	4,50	5,30	Aprovado		
41	265174	11/07/1966	Eronilde Texeira Alessio	7	1,40	13	3,90	5,30	Aprovado		
42	265055	11/09/1964	Izolete Righetto	8	1,60	12	3,60	5,20	Aprovado		

Auditor Técnico | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO Acertos Nota	CG		CE		NPE	Situação		
				Acertos	Nota						
1	261991	28/09/1990	Deise Citadin	10	2,00	14	4,20	6,20	Aprovado		
2	257491	15/02/1974	Roseane Roberta Horr Raupp Correa	12	2,40	11	3,30	5,70	Aprovado		
3	235919	13/06/1991	Haline Amorim Dos Santos	7	1,40	12	3,60	5,00	Aprovado		
4	261292	09/06/1990	Suellen Pereira Marques	10	2,00	10	3,00	5,00	Aprovado		

Farmacêutico | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO Acertos Nota	CG		CE		NPE	Situação		
				Acertos	Nota						
1	235574	28/06/1986	Fernanda Biscaro De Oliveira	14	2,80	16	4,80	7,60	Aprovado		
2	260380	24/01/1988	Livia Caroline Feltrin	13	2,60	12	3,60	6,20	Aprovado		
3	249119	09/01/1982	Janice Koenig	14	2,80	11	3,30	6,10	Aprovado		
4	258993	03/08/1981	Mariana De Faveri Da Rolt	10	2,00	13	3,90	5,90	Aprovado		
5	264421	23/02/1983	Camila Ruzza Geremias	8	1,60	13	3,90	5,50	Aprovado		
6	254587	13/11/1971	Simone Rossi Fermo	9	1,80	12	3,60	5,40	Aprovado		
7	264792	14/11/1991	Juliete Doraci Manuel	9	1,80	12	3,60	5,40	Aprovado		
8	261127	19/10/1977	Fernando Dal Pont Lapolli	13	2,60	9	2,70	5,30	Aprovado		

9	262373	04/11/1988	Joao Carlos Savi	8	1,60	12	3,60	5,20	Aprovado		
10	260284	08/10/1984	Mariele Borges Motter	11	2,20	10	3,00	5,20	Aprovado		
11	258828	08/01/1990	Camila Pires Mendes	12	2,40	9	2,70	5,10	Aprovado		
12	235269	22/03/1991	Luana Da Rosa Souza	10	2,00	10	3,00	5,00	Aprovado		
Gari Ensino Fundamental – Não houve aprovados											
Gari I Ensino Fundamental											
Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO Acertos Nota	CG		CE		NPE	Situação		
				Acertos	Nota						
1	261391	10/06/1980	Eduardo Engels Nilsen	6	1,80	9	4,95	6,75	Aprovado		
2	251550	04/06/1980	Juliano Honorato	9	2,70	7	3,85	6,55	Aprovado		
Médico Cardiologista Ensino Superior											
Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO Acertos Nota	CG		CE		NPE	Situação		
				Acertos	Nota						
1	251514	15/02/1985	Joao Galato Junior	11	2,20	17	5,10	7,30	Aprovado		
2	252591	14/04/1982	Pericles Pretto	13	2,60	12	3,60	6,20	Aprovado		
Médico Ortopedista Ensino Superior											
Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO Acertos Nota	CG		CE		NPE	Situação		
				Acertos	Nota						
1	264376	21/04/1988	Murilo Romancini Daleffe	16	3,20	16	4,80	8,00	Aprovado		
2	254425	05/02/1969	Evandro Marcelino	11	2,20	13	3,90	6,10	Aprovado		
Médico Pediatra Ensino Superior											
Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO Acertos Nota	CG		CE		NPE	Situação		
				Acertos	Nota						
1	242969	15/12/1974	Mauricio Elberico Valente Mala-guido	13	2,60	14	4,20	6,80	Aprovado		
2	256452	22/09/1987	Lucila Helena Da Silva E Silva	11	2,20	15	4,50	6,70	Aprovado		
Merendeira Ensino Fundamental											
Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO Acertos Nota	CG		CE		NPE	Situação		
				Acertos	Nota						
1	235322	04/03/1978	Daniela De Oliveira	12	3,60	10	5,50	9,10	Aprovado		
2	254427	16/08/1967	Noeli Goncalves Tonet	10	3,00	10	5,50	8,50	Aprovado		
3	263624	17/12/1954	Cleusa Maria Neves Nazario	13	3,90	8	4,40	8,30	Aprovado		
4	254242	09/11/1986	Marilei De Bittencourt Fiori	11	3,30	8	4,40	7,70	Aprovado		
5	262264	23/07/1960	Cleusa De Oliveira	9	2,70	9	4,95	7,65	Aprovado		
6	236365	20/06/1975	Fabiana Cardoso Morona Rosa	7	2,10	10	5,50	7,60	Aprovado		
7	254271	17/03/1990	Bruna Luciano Adriano Lenzi	10	3,00	8	4,40	7,40	Aprovado		
8	264472	26/08/1995	Rafaela Ramos Freitas	10	3,00	8	4,40	7,40	Aprovado		
9	242799	10/05/1977	Kelly Cristine Cardoso	11	3,30	7	3,85	7,15	Aprovado		
10	255669	26/01/1961	Maria Silveira Camargo	10	3,00	6	3,30	6,30	Aprovado		
11	236081	18/12/1966	Margarete Flauzino	10	3,00	6	3,30	6,30	Aprovado		
12	259112	24/08/1982	Doroteia Camelli Soth	8	2,40	7	3,85	6,25	Aprovado		
13	262519	16/03/1973	Zerilda Goulart	6	1,80	8	4,40	6,20	Aprovado		
14	243761	07/05/1980	Maria Aparecida Alves De Moraes	6	1,80	7	3,85	5,65	Aprovado		

15	263685	07/07/1986	Glaucia Rosario Bitencourt	8	2,40	5	2,75	5,15	Aprovado		
Monitor Grupo de Mães Ensino Fundamental											
Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO Acertos Nota	CG		CE		NPE	Situação		
				Acertos	Nota						
1	251792	02/05/1990	Camila Porto De Medeiros	13	3,90	8	4,40	8,30	Aprovado		
2	262812	18/12/1979	Aldria Pereira Mendes	12	3,60	8	4,40	8,00	Aprovado		
3	261854	19/01/1976	Alessandra Augusto De Souza	13	3,90	7	3,85	7,75	Aprovado		
4	263005	14/06/1985	Adriana De Luca Pieini	13	3,90	7	3,85	7,75	Aprovado		
5	264420	10/11/1973	Beatriz Aparecida Z. Da Rosa	11	3,30	8	4,40	7,70	Aprovado		
6	263518	06/12/1988	Leandro Serafim	11	3,30	8	4,40	7,70	Aprovado		
7	236015	04/09/1970	Aleksandra Izidoro Cardoso Costa	13	3,90	6	3,30	7,20	Aprovado		
8	239057	30/11/1980	Simone Caetano Fernandes	11	3,30	7	3,85	7,15	Aprovado		
9	261053	06/11/1981	Silvia Torres Luppi Querino	11	3,30	7	3,85	7,15	Aprovado		
10	262602	25/07/1967	Janete Macalossi	9	2,70	8	4,40	7,10	Aprovado		
11	261874	11/03/1969	Miriam Isabel Neves Goulart Chaucoski	10	3,00	7	3,85	6,85	Aprovado		
12	237723	06/08/1967	Liliane Da Silveira	8	2,40	8	4,40	6,80	Aprovado		
13	250587	01/02/1957	Rosangela Da Costa	11	3,30	5	2,75	6,05	Aprovado		
14	243959	10/02/1996	Luan Francisco Varnier	11	3,30	5	2,75	6,05	Aprovado		
15	235997	17/12/1960	Maria Lucia Marcelo Da Silva	12	3,60	4	2,20	5,80	Aprovado		
16	262828	30/01/1994	Andrieli Goulart Da Rosa	8	2,40	6	3,30	5,70	Aprovado		
Motorista de Ambulância Ensino Fundamental											
Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO Acertos Nota	CG		CE		NPE	Situação		
				Acertos	Nota						
1	259821	20/01/1984	Douglas Amandio	14	4,20	8	4,40	8,60	Aprovado		
2	258245	25/08/1965	Edson Matias	13	3,90	7	3,85	7,75	Aprovado		
3	258414	30/05/1978	Carlos Eduardo Schug	12	3,60	7	3,85	7,45	Aprovado		
4	244447	30/06/1968	Silvio Trento Dagostin	13	3,90	6	3,30	7,20	Aprovado		
5	262911	05/06/1982	Geisiane Joaquinaalbino	11	3,30	6	3,30	6,60	Aprovado		
6	253643	15/07/1992	Josiel De Souza	11	3,30	6	3,30	6,60	Aprovado		
7	239345	11/06/1988	Alessandro Neto Silveira	9	2,70	7	3,85	6,55	Aprovado		
8	259724	19/10/1989	William Ferreira Dos Santos	9	2,70	7	3,85	6,55	Aprovado		
9	237708	09/05/1977	Gardel Machado	12	3,60	5	2,75	6,35	Aprovado		
10	259845	06/11/1967	Silvio Bueno Dos Santos	11	3,30	5	2,75	6,05	Aprovado		
11	235804	12/11/1993	Luis Eduardo Vitorio	10	3,00	5	2,75	5,75	Aprovado		
12	236842	10/12/1986	Silvio Daros Inacio	8	2,40	6	3,30	5,70	Aprovado		
13	258871	11/05/1990	Carlos Custodio	11	3,30	4	2,20	5,50	Aprovado		
Motorista de Ônibus Ensino Fundamental											
Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO Acertos Nota	CG		CE		NPE	NPP	NF	Situação
				Acertos	Nota						
1	264611	11/05/1971	Antonio Carlos Pacheco	14	4,20	8	4,40	8,60	9,50	9,14	Aprovado
2	260107	10/03/1973	Emerson Roger Fagundes	12	3,60	7	3,85	7,45	9,75	8,83	Aprovado
3	260723	24/10/1984	Henrique Alves Da Silva	11	3,30	7	3,85	7,15	9,75	8,71	Aprovado
4	235326	05/04/1985	Ismael Alves	13	3,90	5	2,75	6,65	10,00	8,66	Aprovado
5	242506	30/12/1977	Jose Daniel Farias	11	3,30	7	3,85	7,15	9,50	8,56	Aprovado
6	238546	10/07/1971	Amauri Moraes Da Rosa	12	3,60	5	2,75	6,35	9,75	8,39	Aprovado
7	237193	30/11/1962	Evaldo Jose Americo	10	3,00	5	2,75	5,75	10,00	8,30	Aprovado
8	261061	16/11/1970	Aldair Nandi	12	3,60	7	3,85	7,45	8,75	8,23	Aprovado

9	246414	30/10/1972	Carlos Gomes	14	4,20	5	2,75	6,95	9,00	8,18	Aprovado
10	262955	30/12/1976	Carlos Jose Blasius Moreira	10	3,00	4	2,20	5,20	10,00	8,08	Aprovado
11	263205	29/09/1986	Paulo Ricardo De Souza	10	3,00	4	2,20	5,20	10,00	8,08	Aprovado
12	242638	10/09/1983	Jonas Francisco Dos Santos	11	3,30	6	3,30	6,60	9,00	8,04	Aprovado
13	258998	18/06/1973	Elieser Pereira	10	3,00	5	2,75	5,75	9,50	8,00	Aprovado
14	241938	29/03/1989	Felipe Do Carmo Jose	8	2,40	6	3,30	5,70	9,25	7,83	Aprovado
15	249885	17/11/1991	Tiago Kaspchak	9	2,70	4	2,20	4,90	9,75	7,81	Aprovado
16	246747	21/03/1977	Edson Da Silva	13	3,90	5	2,75	6,65	8,50	7,76	Aprovado
17	242739	29/09/1966	Joao Carlos Martins	10	3,00	5	2,75	5,75	9,00	7,70	Aprovado
18	237609	25/01/1979	Luiz Fabiano Sandrini	13	3,90	4	2,20	6,10	8,75	7,69	Aprovado
19	258922	21/05/1982	Ramires Duarte Alves De Albuquerque	8	2,40	4	2,20	4,60	9,75	7,69	Aprovado
20	261331	26/12/1980	Fabiano Alves Tomaz	11	3,30	5	2,75	6,05	8,75	7,67	Aprovado
21	242680	11/11/1966	Joilson Martinelli Furlan	8	2,40	5	2,75	5,15	8,75	7,31	Aprovado
22	262702	26/05/1963	Jose Carlos De Noni	10	3,00	2	1,10	4,10	8,75	6,89	Aprovado
23	249101	01/10/1947	Jose Ademar Cesconetto	8	2,40	3	1,65	4,05	7,75	6,27	Aprovado
24	256880	12/08/1964	Valdir Colossi Americo	9	2,70	3	1,65	4,35	6,25	5,49	Aprovado

Motorista de Caminhão Ensino Fundamental				CG		CE		NPE	Situação
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	241741	22/11/1991	Gustavo Bif	15	4,50	8	4,40	8,90	Aprovado
2	238292	14/01/1995	Igor Cleiton De Pieri	13	3,90	9	4,95	8,85	Aprovado
3	261451	04/09/1984	Maxwel De Andrade Lima	12	3,60	9	4,95	8,55	Aprovado
4	245930	12/09/1978	Luiz Fernando Verginio	12	3,60	8	4,40	8,00	Aprovado
5	261899	28/05/1956	Marcos Pereira Minsky	15	4,50	6	3,30	7,80	Aprovado
6	260644	10/01/1988	Adriano Scherer	13	3,90	7	3,85	7,75	Aprovado
7	262014	04/06/1991	Gabriel Strachoski	11	3,30	8	4,40	7,70	Aprovado
8	256502	17/08/1965	Moacir Dordetti Nazario	14	4,20	6	3,30	7,50	Aprovado
9	253737	23/02/1984	Marcelo De Souza	12	3,60	7	3,85	7,45	Aprovado
10	263719	02/07/1985	Moises Mariano Silva	10	3,00	8	4,40	7,40	Aprovado
11	261628	09/10/1988	Diego Luciano	11	3,30	7	3,85	7,15	Aprovado
12	248712	05/09/1979	Leandro Raupp	11	3,30	6	3,30	6,60	Aprovado
13	263797	21/04/1987	Israel Esau Medeiros	14	4,20	4	2,20	6,40	Aprovado
14	264107	08/08/1973	Itamar Fellippe	12	3,60	5	2,75	6,35	Aprovado
15	249226	09/03/1975	Emerson De Souza Espindola	12	3,60	5	2,75	6,35	Aprovado
16	236410	13/12/1991	Felipe De Bona De Oliveira	9	2,70	6	3,30	6,00	Aprovado
17	264555	03/10/1977	Alexandre Machado De Aguiar	8	2,40	6	3,30	5,70	Aprovado
18	235502	16/05/1979	Celio Pereira	8	2,40	6	3,30	5,70	Aprovado
19	236431	08/01/1990	Felipe Julio Felizardo Silveira	8	2,40	6	3,30	5,70	Aprovado
20	260983	26/02/1973	Valdecir Pereira Da Silva	11	3,30	4	2,20	5,50	Aprovado
21	255280	09/05/1977	Anderson Cardoso	10	3,00	4	2,20	5,20	Aprovado
22	243493	14/01/1979	Ariel Aurelio Bertan	10	3,00	4	2,20	5,20	Aprovado

Operador Pá-Carregadeira Ensino Fundamental				CG		CE		NPE	NPP	NF	Situação
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	254593	23/07/1977	Fabio Honorio	11	3,30	6	3,30	6,60	10,00	8,64	Aprovado
2	260615	18/01/1979	Ederson Ferreira	11	3,30	5	2,75	6,05	6,25	6,17	Aprovado
3	247088	06/10/1991	Francione Neitzke Nubres	10	3,00	4	2,20	5,20	5,75	5,53	Aprovado
Pedreiro I Ensino Fundamental											

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		NPE	NPP	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	248741	04/02/1986	Leandro Alberto De Sa	14	4,20	9	4,95	9,15	10,00	9,66	Aprovado
2	264871	29/03/1965	Lorival Fretta	10	3,00	5	2,75	5,75	10,00	8,30	Aprovado
Professor AEE Ensino Superior											
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	241991	14/10/1989	Morgana Silva Da Cruz	9	1,80	19	5,70	7,50	0,50	8,00	Aprovado
2	242382	10/07/1975	Gloria Silvana Tonetto Velho	7	1,40	19	5,70	7,10	0,50	7,60	Aprovado
3	263107	12/03/1970	Sonia Da Cunha Viana	5	1,00	17	5,10	6,10	0,50	6,60	Aprovado
4	238302	27/12/1952	Vanda Maria Galli De Noni	8	1,60	12	3,60	5,20	0,50	5,70	Aprovado
Professor Ciências Ensino Superior											
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	263840	06/11/1985	Selma Bonetti Carara	12	2,40	17	5,10	7,50	0,50	8,00	Aprovado
2	247731	10/08/1986	Adriana Giongo Fernandes	9	1,80	18	5,40	7,20	0,50	7,70	Aprovado
3	245876	08/11/1967	Kelly Cristina Minotto Bom	8	1,60	17	5,10	6,70	0,50	7,20	Aprovado
4	262170	31/10/1984	Lisete De Oliveira Costa De Souza	12	2,40	16	4,80	7,20	0,00	7,20	Aprovado
5	263981	19/12/1980	Joel De Souza Joaquim	12	2,40	14	4,20	6,60	0,50	7,10	Aprovado
6	237454	07/09/1993	Aline Possamai Della	11	2,20	16	4,80	7,00	0,00	7,00	Aprovado
7	239988	03/11/1987	Franciele Consenso Tonetto	9	1,80	15	4,50	6,30	0,50	6,80	Aprovado
8	252424	11/08/1983	Renata Biehl Pescador	11	2,20	15	4,50	6,70	0,00	6,70	Aprovado
9	259073	18/11/1974	Ana Elisa Lopes Da Silveira	10	2,00	13	3,90	5,90	0,50	6,40	Aprovado
10	247902	18/10/1983	Daiane Galvao Alexandre Fernandes	8	1,60	15	4,50	6,10	0,00	6,10	Aprovado
11	263760	09/05/1983	Marcel Madeira De Costa	10	2,00	12	3,60	5,60	0,50	6,10	Aprovado
12	253743	21/01/1962	Janete Silvano Cardozo	5	1,00	16	4,80	5,80	0,00	5,80	Aprovado
Professor Educação Infantil Ensino Superior											
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	237397	10/09/1973	Geni Bieger Rodrigues	16	3,20	19	5,70	8,90	0,00	8,90	Aprovado
2	243617	09/09/1974	Jadna Da Silva Linhares Pereira	15	3,00	18	5,40	8,40	0,50	8,90	Aprovado
3	255899	06/02/1985	Karla Serafim De Souza	11	2,20	20	6,00	8,20	0,50	8,70	Aprovado
4	261381	12/04/1990	Marina Franca Alves	12	2,40	19	5,70	8,10	0,50	8,60	Aprovado
5	238016	02/11/1982	Rudilane Coelho Accordi Soares	10	2,00	20	6,00	8,00	0,50	8,50	Aprovado
6	247347	02/03/1985	Josiane Custodio De Souza	11	2,20	19	5,70	7,90	0,50	8,40	Aprovado
7	254859	23/10/1982	Juliana Cechinel Zanette	12	2,40	18	5,40	7,80	0,50	8,30	Aprovado
8	241692	25/01/1988	Luana Spilere Teixeira	12	2,40	19	5,70	8,10	0,00	8,10	Aprovado
9	263640	30/07/1991	Jessica Ramos	11	2,20	18	5,40	7,60	0,50	8,10	Aprovado
10	257079	03/10/1963	Tania Meri Scarpatto Ramos	9	1,80	19	5,70	7,50	0,50	8,00	Aprovado
11	249163	06/01/1978	Giseli Leal	9	1,80	19	5,70	7,50	0,50	8,00	Aprovado
12	246632	13/06/1981	Aline Glaci Wurdig Maximo	10	2,00	18	5,40	7,40	0,50	7,90	Aprovado
13	259240	08/10/1984	Vanessa Possamai Carara	10	2,00	18	5,40	7,40	0,50	7,90	Aprovado
14	239813	25/09/1967	Rosane Cristina Teixeira Nunes	11	2,20	17	5,10	7,30	0,50	7,80	Aprovado
15	242540	26/05/1987	Juliana Muchalowski Borges	10	2,00	19	5,70	7,70	0,00	7,70	Aprovado
16	258571	10/03/1972	Lucimara Costa Varnier	9	1,80	18	5,40	7,20	0,50	7,70	Aprovado
17	235138	15/01/1980	Monica Belloli	9	1,80	18	5,40	7,20	0,50	7,70	Aprovado
18	258995	19/01/1983	Ana Paula Teixeira Cechinel	9	1,80	18	5,40	7,20	0,50	7,70	Aprovado

19	256417	04/10/1978	Rosilda Ribeiro Goulart	8	1,60	20	6,00	7,60	0,00	7,60	Aprovado
20	260708	03/11/1972	Viviane Helena Guetner	7	1,40	19	5,70	7,10	0,50	7,60	Aprovado
21	251346	06/10/1974	Renata Maria Da Silva Santos	10	2,00	17	5,10	7,10	0,50	7,60	Aprovado
22	259474	13/11/1974	Roberta Da Silva Feijo Fernandes	10	2,00	17	5,10	7,10	0,50	7,60	Aprovado
23	238470	25/01/1986	Josiane Da Silveira Dos Santos	9	1,80	19	5,70	7,50	0,00	7,50	Aprovado
24	252118	22/10/1989	Michele Bortolatto Custodio	9	1,80	19	5,70	7,50	0,00	7,50	Aprovado
25	258975	21/11/1978	Istela Mary Andrade Maciel	8	1,60	18	5,40	7,00	0,50	7,50	Aprovado
26	259178	02/07/1988	Rosana Possamai Guollo	8	1,60	18	5,40	7,00	0,50	7,50	Aprovado
27	264578	17/05/1990	Barbara Elen Netto	8	1,60	18	5,40	7,00	0,50	7,50	Aprovado
28	252547	23/08/1983	Daiane Teixeira Justino Limas	11	2,20	16	4,80	7,00	0,50	7,50	Aprovado
29	263843	22/02/1985	Fabiana Amaral Santosguimaraes	11	2,20	16	4,80	7,00	0,50	7,50	Aprovado
30	263543	13/04/1993	Juliana Machado	7	1,40	20	6,00	7,40	0,00	7,40	Aprovado
31	261447	15/10/1979	Monalisa Da Silva	10	2,00	18	5,40	7,40	0,00	7,40	Aprovado
32	257685	11/02/1968	Vanilde Frasson Debiasi	9	1,80	17	5,10	6,90	0,50	7,40	Aprovado
33	259569	27/09/1977	Fabiani Tartari	9	1,80	17	5,10	6,90	0,50	7,40	Aprovado
34	261134	18/03/1987	Jillian Meneghel	9	1,80	17	5,10	6,90	0,50	7,40	Aprovado
35	238404	01/11/1978	Maria Eduarda De Oliveira Souza	7	1,40	18	5,40	6,80	0,50	7,30	Aprovado
36	258673	18/01/1980	Dilvania Catea Fretta Macalossi	7	1,40	18	5,40	6,80	0,50	7,30	Aprovado
37	235376	13/05/1981	Cledia Regina Poletto	7	1,40	18	5,40	6,80	0,50	7,30	Aprovado
38	246108	12/11/1990	Helen Trevisol Cardoso	9	1,80	18	5,40	7,20	0,00	7,20	Aprovado
39	237491	20/03/1992	Tamiris Fancisco	9	1,80	18	5,40	7,20	0,00	7,20	Aprovado
40	252270	26/11/1979	Sandra Mariot Padoin	8	1,60	17	5,10	6,70	0,50	7,20	Aprovado
41	246660	20/07/1986	Carla Madeira Ribeiro Masiero	8	1,60	17	5,10	6,70	0,50	7,20	Aprovado
42	255321	17/05/1988	Priscila Miranda	8	1,60	17	5,10	6,70	0,50	7,20	Aprovado
43	257511	01/06/1965	Ana Marisa Piva Americo	6	1,20	18	5,40	6,60	0,50	7,10	Aprovado
44	259799	05/12/1981	Fabiane De Faveri	6	1,20	18	5,40	6,60	0,50	7,10	Aprovado
45	250960	26/10/1990	Carolina Fernandes	6	1,20	18	5,40	6,60	0,50	7,10	Aprovado
46	261695	04/11/1981	Sonia Beluco Goulart Rodrigues Madalena	10	2,00	17	5,10	7,10	0,00	7,10	Aprovado
47	261402	15/10/1986	Alexandra Possamai Della	10	2,00	17	5,10	7,10	0,00	7,10	Aprovado
48	236271	14/05/1974	Mirttiz Guglielmi Bez Fontana	9	1,80	16	4,80	6,60	0,50	7,10	Aprovado
49	260553	23/03/1977	Cristiane De Medeiros Pizoni Camilo	9	1,80	16	4,80	6,60	0,50	7,10	Aprovado
50	234776	20/10/1979	Luciana Galli Ribeiro Simplicio	9	1,80	16	4,80	6,60	0,50	7,10	Aprovado
51	259939	19/10/1990	Erica Cruz Ferreira	9	1,80	16	4,80	6,60	0,50	7,10	Aprovado
52	258818	25/10/1981	Cleicemar Fernandes Antunes Jose	13	2,60	15	4,50	7,10	0,00	7,10	Aprovado
53	239947	25/08/1981	Jucicleia Da Silva Cardoso Dos Santos	8	1,60	18	5,40	7,00	0,00	7,00	Aprovado
54	235870	11/05/1972	Joelma Medeiros Da Silva	7	1,40	17	5,10	6,50	0,50	7,00	Aprovado
55	258113	18/10/1972	Andreia Bez Fontana Molon Guarezi	7	1,40	17	5,10	6,50	0,50	7,00	Aprovado
56	261865	29/05/1973	Debora Bittencourt	7	1,40	17	5,10	6,50	0,50	7,00	Aprovado
57	261787	10/04/1977	Daniela Dal Pont Vier	7	1,40	17	5,10	6,50	0,50	7,00	Aprovado
58	260522	20/07/1989	Glauca Toret Ghisi Debiasi	7	1,40	17	5,10	6,50	0,50	7,00	Aprovado
59	244927	22/12/1979	Solange Aparecida Da Silva Cardozo	11	2,20	16	4,80	7,00	0,00	7,00	Aprovado
60	256292	09/03/1973	Giovana Possamai Magnus	10	2,00	15	4,50	6,50	0,50	7,00	Aprovado
61	251871	10/12/1976	Cheila Cristina Dussioni Jung	9	1,80	17	5,10	6,90	0,00	6,90	Aprovado
62	245110	06/04/1967	Maria Silveira Borges	8	1,60	16	4,80	6,40	0,50	6,90	Aprovado
63	259871	03/11/1984	Elizane Generoso Rodrigues	8	1,60	16	4,80	6,40	0,50	6,90	Aprovado
64	263080	10/02/1984	Kenia Custodio	4	0,80	20	6,00	6,80	0,00	6,80	Aprovado
65	251910	10/06/1989	Tamires Inocente	6	1,20	17	5,10	6,30	0,50	6,80	Aprovado
66	235281	17/10/1980	Jamile Ramos Bonetti	9	1,80	15	4,50	6,30	0,50	6,80	Aprovado
67	263117	10/11/1983	Joice Cipriano Crestani	9	1,80	15	4,50	6,30	0,50	6,80	Aprovado

68	261596	23/10/1985	Ana Cristina Alves	9	1,80	15	4,50	6,30	0,50	6,80	Aprovado
69	257283	11/01/1981	Janaina Gabriel Machado Morona	4	0,80	18	5,40	6,20	0,50	6,70	Aprovado
70	262789	31/08/1971	Magna Lopes	8	1,60	17	5,10	6,70	0,00	6,70	Aprovado
71	256607	19/08/1976	Sandra Flor Goulart	8	1,60	17	5,10	6,70	0,00	6,70	Aprovado
72	254532	07/11/1992	Mariele Lopes Dos Passos Bez Birolo	8	1,60	17	5,10	6,70	0,00	6,70	Aprovado
73	260542	18/09/1980	Fabricia De Bem	7	1,40	16	4,80	6,20	0,50	6,70	Aprovado
74	235633	02/12/1982	Melodi Goncalves Dos Santos Francisconi	7	1,40	16	4,80	6,20	0,50	6,70	Aprovado
75	259881	02/05/1987	Estela De Oliveira Dalla Vedova	10	2,00	14	4,20	6,20	0,50	6,70	Aprovado
76	235960	19/09/1981	Adna Cristinni Flores	13	2,60	12	3,60	6,20	0,50	6,70	Aprovado
77	251334	16/11/1969	Salute Zanelato Paulino	6	1,20	18	5,40	6,60	0,00	6,60	Aprovado
78	262371	20/10/1984	Cacia Maria Gava	6	1,20	18	5,40	6,60	0,00	6,60	Aprovado
79	262026	01/01/1966	Loecir Pereira Jung	5	1,00	17	5,10	6,10	0,50	6,60	Aprovado
80	263631	09/07/1972	Marta Luciana Carvalho	5	1,00	17	5,10	6,10	0,50	6,60	Aprovado
81	260239	01/02/1985	Luciana Copetti Da Silva	5	1,00	17	5,10	6,10	0,50	6,60	Aprovado
82	259160	01/10/1964	Queila Jaqueline Nazari	9	1,80	16	4,80	6,60	0,00	6,60	Aprovado
83	242718	04/10/1973	Marilia Pereira Souza	8	1,60	15	4,50	6,10	0,50	6,60	Aprovado
84	260567	21/01/1974	Edna Burigo	8	1,60	15	4,50	6,10	0,50	6,60	Aprovado
85	260202	25/04/1979	Senilde Mendes Vital	8	1,60	15	4,50	6,10	0,50	6,60	Aprovado
86	246267	21/07/1991	Thairini Teixeira Fernandes	4	0,80	19	5,70	6,50	0,00	6,50	Aprovado
87	261559	28/10/1973	Andreia Batista	7	1,40	17	5,10	6,50	0,00	6,50	Aprovado
88	262354	02/07/1980	Rosana Alves De Costa	7	1,40	17	5,10	6,50	0,00	6,50	Aprovado
89	263312	03/11/1990	Suelen Polla	7	1,40	17	5,10	6,50	0,00	6,50	Aprovado
90	235607	05/11/1975	Carla Rejane Cascaes Mazzucco	6	1,20	16	4,80	6,00	0,50	6,50	Aprovado
91	260735	04/09/1978	Rosilene Aparecida Matos	6	1,20	16	4,80	6,00	0,50	6,50	Aprovado
92	258614	23/03/1984	Janaina Zaccaron	6	1,20	16	4,80	6,00	0,50	6,50	Aprovado
93	261966	05/10/1984	Josilane Nagildo	6	1,20	16	4,80	6,00	0,50	6,50	Aprovado
94	263585	23/02/1987	Carina De Mederos Pizoni De Souza	6	1,20	16	4,80	6,00	0,50	6,50	Aprovado
95	261772	25/03/1988	Aliny Furlan Goulart	6	1,20	16	4,80	6,00	0,50	6,50	Aprovado
96	236354	06/10/1993	Renata Savi	10	2,00	15	4,50	6,50	0,00	6,50	Aprovado
97	235514	21/01/1968	Susana Fernandes Calegari	9	1,80	14	4,20	6,00	0,50	6,50	Aprovado
98	249155	26/10/1979	Luci De Costa	9	1,80	14	4,20	6,00	0,50	6,50	Aprovado
99	259684	24/02/1980	Karina Da Silva Gregorio (conf ato 015)	9	1,80	14	4,20	6,00	0,50	6,50	Aprovado
100	251348	27/03/1983	Vanessa Aparecida Joaquim Geremias	9	1,80	14	4,20	6,00	0,50	6,50	Aprovado
101	259437	21/03/1983	Anne Meiry Da Silva	4	0,80	17	5,10	5,90	0,50	6,40	Aprovado
102	261642	18/11/1982	Elaine Cipriani Celso	8	1,60	16	4,80	6,40	0,00	6,40	Aprovado
103	259541	22/07/1976	Rubia Zaccaron Recco Magagnin	7	1,40	15	4,50	5,90	0,50	6,40	Aprovado
104	246795	20/02/1984	Tatiana Bussulo Martins Nunes	6	1,20	17	5,10	6,30	0,00	6,30	Aprovado
105	236286	03/04/1969	Maura Lucia Chaveiro Ramos	5	1,00	16	4,80	5,80	0,50	6,30	Aprovado
106	248654	08/04/1972	Edmaris Sorato Matiola	9	1,80	15	4,50	6,30	0,00	6,30	Aprovado
107	235762	23/03/1977	Neiva Correa Feltrin	7	1,40	16	4,80	6,20	0,00	6,20	Aprovado
108	265014	13/01/1988	Camila Maximiano	7	1,40	16	4,80	6,20	0,00	6,20	Aprovado
109	235272	18/01/1989	Samira Teixeira	7	1,40	16	4,80	6,20	0,00	6,20	Aprovado
110	262672	12/10/1968	Katia Aparecida Duarte Machado Niero	6	1,20	15	4,50	5,70	0,50	6,20	Aprovado
111	261143	06/04/1973	Marciana Dalmolin Bialescki Scarpatto	6	1,20	15	4,50	5,70	0,50	6,20	Aprovado
112	236458	03/01/1974	Carmen Lucia Dos Santos Ortolan	9	1,80	13	3,90	5,70	0,50	6,20	Aprovado
113	259634	28/07/1975	Sandra Mara Maccari	9	1,80	13	3,90	5,70	0,50	6,20	Aprovado
114	258505	19/10/1978	Patricia Cittadin Gregorio	9	1,80	13	3,90	5,70	0,50	6,20	Aprovado
115	258600	17/07/1970	Lurdete Raldi	5	1,00	17	5,10	6,10	0,00	6,10	Aprovado
116	256648	30/04/1973	Fabia Cristina De Quadra	4	0,80	16	4,80	5,60	0,50	6,10	Aprovado

117	263969	08/06/1974	Angelina Aparecida De Melo Manarin	4	0,80	16	4,80	5,60	0,50	6,10	Aprovado
118	234767	03/07/1992	Luana Vieira	4	0,80	16	4,80	5,60	0,50	6,10	Aprovado
119	261914	20/06/1960	Maria De Fatima De Souza	8	1,60	15	4,50	6,10	0,00	6,10	Aprovado
120	242727	02/03/1967	Nadya Zabote	7	1,40	14	4,20	5,60	0,50	6,10	Aprovado
121	261823	20/09/1974	Loumax Cristiane Machado	7	1,40	14	4,20	5,60	0,50	6,10	Aprovado
122	235533	24/03/1976	Geci Fatima Da Rosa	7	1,40	14	4,20	5,60	0,50	6,10	Aprovado
123	250585	22/04/1963	Eva Maria Teixeira Alves	5	1,00	15	4,50	5,50	0,50	6,00	Aprovado
124	261616	29/05/1973	Jackeline Regina Dalponte Serafim	5	1,00	15	4,50	5,50	0,50	6,00	Aprovado
125	236156	08/05/1974	Adriana De Figueredo Rosso	5	1,00	15	4,50	5,50	0,50	6,00	Aprovado
126	257999	22/02/1969	Maria Das Gracias Cardoso Justino De Medeiros	9	1,80	14	4,20	6,00	0,00	6,00	Aprovado
127	260064	02/10/1969	Rosimari Espindola	9	1,80	14	4,20	6,00	0,00	6,00	Aprovado
128	251858	19/06/1976	Solange Mendes Alves Dagostim	8	1,60	13	3,90	5,50	0,50	6,00	Aprovado
129	262351	22/03/1986	Luana Mendes Da Silva	3	0,60	16	4,80	5,40	0,50	5,90	Aprovado
130	261118	10/02/1979	Gisele Silveira Fernandes Ghizzo	7	1,40	15	4,50	5,90	0,00	5,90	Aprovado
131	264556	08/03/1973	Soraia Dos Santos Cordova	6	1,20	14	4,20	5,40	0,50	5,90	Aprovado
132	263578	06/08/1981	Sandra Fontanela	8	1,60	14	4,20	5,80	0,00	5,80	Aprovado
133	253064	02/01/1959	Neura Silveira Bez Fontana	7	1,40	13	3,90	5,30	0,50	5,80	Aprovado
134	243606	18/10/1964	Maria Terezinha Pinheiro	7	1,40	13	3,90	5,30	0,50	5,80	Aprovado
135	243520	10/06/1971	Andrea Cristiane Fidelis Gregorio	7	1,40	13	3,90	5,30	0,50	5,80	Aprovado
136	251517	10/06/1978	Lislaine Bertan Pacheco	7	1,40	13	3,90	5,30	0,50	5,80	Aprovado
137	254888	23/02/1984	Talita Cechinel Zanette	7	1,40	13	3,90	5,30	0,50	5,80	Aprovado
138	256280	22/11/1970	Rosimeri Loch Belmiro	2	0,40	16	4,80	5,20	0,50	5,70	Aprovado
139	258977	10/07/1977	Josiane Zacaron Redivo	6	1,20	15	4,50	5,70	0,00	5,70	Aprovado
140	263173	21/10/1978	Tatiana Salgado Vieira De Vicente	6	1,20	15	4,50	5,70	0,00	5,70	Aprovado
141	257694	20/05/1990	Vanessa Zanelatto	5	1,00	14	4,20	5,20	0,50	5,70	Aprovado
142	257699	20/02/1983	Andreza Cypriano	8	1,60	12	3,60	5,20	0,50	5,70	Aprovado
143	262052	01/04/1985	Sibeli Martins	8	1,60	12	3,60	5,20	0,50	5,70	Aprovado
144	261641	22/03/1980	Monica Gomes Marcos	7	1,40	14	4,20	5,60	0,00	5,60	Aprovado
145	262298	24/05/1987	Flavia Rosso	5	1,00	15	4,50	5,50	0,00	5,50	Aprovado
146	262633	07/07/1975	Helga Gisele Bittencourt Francisco	8	1,60	13	3,90	5,50	0,00	5,50	Aprovado
147	236368	19/05/1967	Silvia Albino Custodio	6	1,20	14	4,20	5,40	0,00	5,40	Aprovado
148	260766	10/02/1974	Miranda Cascaes Pereira	6	1,20	14	4,20	5,40	0,00	5,40	Aprovado
149	242000	13/05/1988	Sabrina Padilha Da Rosa	4	0,80	15	4,50	5,30	0,00	5,30	Aprovado
150	243963	04/12/1972	Barbara Tavares Dagostin	7	1,40	13	3,90	5,30	0,00	5,30	Aprovado
151	259069	03/07/1976	Cintia Silva Da Silva	7	1,40	13	3,90	5,30	0,00	5,30	Aprovado
152	263983	18/02/1966	Rosimeri Cachoeira Marcelino	5	1,00	14	4,20	5,20	0,00	5,20	Aprovado
153	263573	29/03/1978	Milena Belmiro Candido	5	1,00	14	4,20	5,20	0,00	5,20	Aprovado
154	264093	15/08/1985	Aline Maria Acacio	5	1,00	14	4,20	5,20	0,00	5,20	Aprovado

Professor História | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	258579	26/03/1982	Julio Cesar Alves Da Luz (conf ato 015)	16	3,20	19	5,70	8,90	1,00	9,90	Aprovado
2	250273	02/10/1967	Joao Jose Domingos	12	2,40	18	5,40	7,80	0,50	8,30	Aprovado
3	261231	22/11/1981	Varli Lucidonio Das Chagas	10	2,00	19	5,70	7,70	0,50	8,20	Aprovado
4	254350	09/12/1982	Lisiane Potrikus Borges Martinello	13	2,60	17	5,10	7,70	0,50	8,20	Aprovado
5	256461	13/02/1980	Charlene Cardoso	10	2,00	18	5,40	7,40	0,50	7,90	Aprovado
6	262109	05/06/1972	Eliane Florencio Salvador	13	2,60	16	4,80	7,40	0,50	7,90	Aprovado
7	263848	20/09/1992	Morgana Vieira Modolon	9	1,80	17	5,10	6,90	0,50	7,40	Aprovado

8	234786	02/06/1979	Elenita Fachim Tomasi Brognoli	10	2,00	16	4,80	6,80	0,50	7,30	Aprovado
9	254345	14/05/1984	Samira Rousseng De Farias	10	2,00	16	4,80	6,80	0,50	7,30	Aprovado
10	262981	17/09/1985	Diogo Zomer Perin	9	1,80	18	5,40	7,20	0,00	7,20	Aprovado
11	255153	06/09/1974	Jucelia Da Silva Dos Santos Vieira	8	1,60	17	5,10	6,70	0,50	7,20	Aprovado
12	263406	16/03/1985	Harone Maestri Mattos	12	2,40	14	4,20	6,60	0,00	6,60	Aprovado
13	250371	13/06/1989	Daniel Arino Soares Vieira	9	1,80	15	4,50	6,30	0,00	6,30	Aprovado
14	245858	01/02/1971	Sonia Amaro	7	1,40	13	3,90	5,30	0,00	5,30	Aprovado

Professor Inglês | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	238115	20/07/1989	Aline Casagrande Rosso Cardoso	9	1,80	15	4,50	6,30	1,00	7,30	Aprovado
2	262853	22/09/1989	Alice Perico	7	1,40	16	4,80	6,20	0,50	6,70	Aprovado
3	264222	26/09/1982	Kezia Fernandes Americo	9	1,80	14	4,20	6,00	0,00	6,00	Aprovado
4	249189	14/08/1982	Suziane De Souza	5	1,00	16	4,80	5,80	0,00	5,80	Aprovado

Professor Língua Portuguesa | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	259195	12/07/1990	Guilherme Medeiros Honorato	16	3,20	16	4,80	8,00	0,50	8,50	Aprovado
2	239131	21/04/1975	Mabel Pessoa Spindola	10	2,00	15	4,50	6,50	1,00	7,50	Aprovado
3	264500	19/10/1985	Cristiane Cechinel De Villa (conf ato 015)	16	3,20	10	3,00	6,20	1,00	7,20	Aprovado
4	236723	16/03/1992	Julia Maccari Espindula	13	2,60	13	3,90	6,50	0,00	6,50	Aprovado
5	263762	24/06/1976	Joana Koscianski Dos Santos	12	2,40	12	3,60	6,00	0,50	6,50	Aprovado
6	257016	02/08/1979	Susimary Teresinha Do Amaral Galatto	7	1,40	15	4,50	5,90	0,50	6,40	Aprovado
7	246085	28/07/1980	Edneia Machado Dos Santos Trevisol	7	1,40	14	4,20	5,60	0,50	6,10	Aprovado
8	261494	30/11/1955	Tania Lorena Sandins Bez Batti	11	2,20	11	3,30	5,50	0,50	6,00	Aprovado
9	262122	28/09/1989	Suelen Dos Santos	11	2,20	12	3,60	5,80	0,00	5,80	Aprovado

Professor Matemática | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	234741	28/04/1990	Lucas Marcelino Dos Anjos	16	3,20	18	5,40	8,60	0,00	8,60	Aprovado
2	253988	05/08/1982	Sinara Felisbino	9	1,80	20	6,00	7,80	0,50	8,30	Aprovado
3	249689	28/08/1989	Gizele Paz Cipriano	11	2,20	18	5,40	7,60	0,50	8,10	Aprovado
4	261932	22/01/1984	Thiago Menegaz Zaccaron	12	2,40	17	5,10	7,50	0,50	8,00	Aprovado
5	239597	01/03/1988	Cristiane Cypriano Da Silva	11	2,20	17	5,10	7,30	0,50	7,80	Aprovado
6	249540	11/04/1980	Tatiane E. Serafim Antunes	15	3,00	16	4,80	7,80	0,00	7,80	Aprovado
7	257534	16/08/1989	Rosiani Consoni	14	2,80	16	4,80	7,60	0,00	7,60	Aprovado
8	236397	12/12/1979	Simone Quarezemin	8	1,60	18	5,40	7,00	0,50	7,50	Aprovado
9	234680	29/01/1979	Diana Morona	14	2,80	14	4,20	7,00	0,50	7,50	Aprovado
10	235881	27/08/1984	Cristiane Manganelli Pinto Da Soler	12	2,40	15	4,50	6,90	0,50	7,40	Aprovado
11	250802	18/07/1992	Juliana Bernardes Mezari	14	2,80	14	4,20	7,00	0,00	7,00	Aprovado
12	244038	18/02/1987	Carla Medeiros Milanez	10	2,00	13	3,90	5,90	0,50	6,40	Aprovado
13	257955	12/10/1968	Maria Albertina Guizzo	10	2,00	11	3,30	5,30	0,50	5,80	Aprovado

Psicólogo | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		NPE	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	248929	04/12/1982	Daniel Do Amaral Denardi	13	2,60	16	4,80	7,40	Aprovado

2	234747	20/02/1981	Pedro De Azevedo Zicca	16	3,20	14	4,20	7,40	Aprovado
3	234882	20/10/1990	Pamela Roque Venson	16	3,20	14	4,20	7,40	Aprovado
4	261612	30/09/1984	Fabio Cossa De Souza	14	2,80	14	4,20	7,00	Aprovado
5	235642	01/02/1991	Mariana Rodrigues Pereira	12	2,40	15	4,50	6,90	Aprovado
6	236199	07/10/1985	Wilson	10	2,00	16	4,80	6,80	Aprovado
7	261587	02/07/1992	Thayse Liany De Souza	10	2,00	16	4,80	6,80	Aprovado
8	257176	28/12/1987	Kelly Daiane Savariz Bolla	12	2,40	14	4,20	6,60	Aprovado
9	260641	25/09/1989	Deivid Douglas Carvalho Da Rosa	12	2,40	14	4,20	6,60	Aprovado
10	264388	03/07/1992	Artur Cipriani Da Silva	12	2,40	14	4,20	6,60	Aprovado
11	257967	18/10/1993	Jessica Freitas Dos Santos	12	2,40	14	4,20	6,60	Aprovado
12	263294	20/05/1992	Alessandra Solonyinka Mendes	15	3,00	12	3,60	6,60	Aprovado
13	250553	03/07/1980	Mariangela De Mattia Cardoso	10	2,00	15	4,50	6,50	Aprovado
14	262175	29/05/1988	Taina Perucchi Cavaler	13	2,60	13	3,90	6,50	Aprovado
15	244351	23/09/1991	Jessica Kucera	11	2,20	14	4,20	6,40	Aprovado
16	247305	10/12/1965	Hugo Daniel Da Silva	9	1,80	15	4,50	6,30	Aprovado
17	238536	13/12/1975	Andreia Sharon Salomao Netto	10	2,00	14	4,20	6,20	Aprovado
18	263151	04/11/1993	Fernanda Lidorio Maria	10	2,00	14	4,20	6,20	Aprovado
19	235698	25/01/1992	Andressa Santos Vieira	8	1,60	15	4,50	6,10	Aprovado
20	246142	25/09/1993	Marielen Correa Da Silva	8	1,60	15	4,50	6,10	Aprovado
21	263000	02/06/1992	Jessica Gislon Sazan	11	2,20	13	3,90	6,10	Aprovado
22	236203	17/03/1993	Amanda Costa Teixeira	9	1,80	14	4,20	6,00	Aprovado
23	261259	10/03/1988	Elisangela Pereira	12	2,40	12	3,60	6,00	Aprovado
24	251419	26/09/1984	Larissa Maria Machado Da Cruz Tancredo	10	2,00	13	3,90	5,90	Aprovado
25	258444	16/02/1988	Clarissa Zapparoli	13	2,60	11	3,30	5,90	Aprovado
26	237529	04/08/1989	Bruna Vencato Alexandre	11	2,20	12	3,60	5,80	Aprovado
27	264360	27/05/1967	Jalila Musa Rahman	9	1,80	13	3,90	5,70	Aprovado
28	262365	24/06/1984	Suzamara Vieira	9	1,80	13	3,90	5,70	Aprovado
29	259415	19/12/1980	Thiago Dallo Daminelli	12	2,40	11	3,30	5,70	Aprovado
30	260705	02/05/1982	Vanessa Cardoso	12	2,40	11	3,30	5,70	Aprovado
31	236270	15/08/1992	Indianara De Bem Sousa	12	2,40	11	3,30	5,70	Aprovado
32	261502	28/05/1983	Robson Freitas Da Rocha	15	3,00	9	2,70	5,70	Aprovado
33	257862	08/02/1990	Daiani Sangaletti	7	1,40	14	4,20	5,60	Aprovado
34	250036	17/04/1974	Jaqueline Izabel Pereira	10	2,00	12	3,60	5,60	Aprovado
35	263479	14/07/1987	Carla Fernanda Medeiros Febel	10	2,00	12	3,60	5,60	Aprovado
36	237474	07/07/1988	Beatriz Galatto Nesi	10	2,00	12	3,60	5,60	Aprovado
37	257166	19/12/1988	Daniela Vicente Bavaresco	10	2,00	12	3,60	5,60	Aprovado
38	261300	28/06/1986	Daniela Da Silva	8	1,60	13	3,90	5,50	Aprovado
39	246443	09/06/1970	Silvana Cesca Salvan	9	1,80	12	3,60	5,40	Aprovado
40	258786	16/09/1989	Fernanda De Oliveira	9	1,80	12	3,60	5,40	Aprovado
41	254823	14/10/1989	Amanda Guedes Costa	9	1,80	12	3,60	5,40	Aprovado
42	234841	11/08/1992	Erica Da Silva Inacio	9	1,80	12	3,60	5,40	Aprovado
43	235237	18/11/1993	Ana Carolina Cardoso Alves Rodrigues	9	1,80	12	3,60	5,40	Aprovado
44	246713	27/01/1994	Patila Francy Kulkamp Da Silva	9	1,80	12	3,60	5,40	Aprovado
45	264891	01/08/1975	Michele Valeska Mendez	12	2,40	10	3,00	5,40	Aprovado
46	240579	23/08/1987	Geison Antunes Joao	12	2,40	10	3,00	5,40	Aprovado
47	254051	11/05/1991	Ana Paula Alexandre Costa	7	1,40	13	3,90	5,30	Aprovado
48	263446	17/01/1976	Andrea Izabel De Souza Rocha	10	2,00	11	3,30	5,30	Aprovado
49	264993	17/08/1987	Priscila De Bem Serafim	10	2,00	11	3,30	5,30	Aprovado
50	261355	06/11/1990	Thainara Da Silva Frassan	10	2,00	11	3,30	5,30	Aprovado
51	257974	08/08/1976	Analice Warmling Guidarini Cechinel	5	1,00	14	4,20	5,20	Aprovado

52	242504	08/09/1980	Fabio Borges	8	1,60	12	3,60	5,20	Aprovado
53	235910	26/12/1989	Marina Vieira	8	1,60	12	3,60	5,20	Aprovado
54	235927	02/06/1992	Camila Santa Helena	8	1,60	12	3,60	5,20	Aprovado
55	235527	07/06/1986	Luana Dos Santos	11	2,20	10	3,00	5,20	Aprovado
56	253102	28/07/1994	Dalvana Vieira	11	2,20	10	3,00	5,20	Aprovado
57	257665	10/07/1983	Indicara Tramontin Mazzucco	14	2,80	8	2,40	5,20	Aprovado
58	261491	05/03/1987	Renata Alexandre Severino	6	1,20	13	3,90	5,10	Aprovado
59	248192	23/09/1992	Janini Da Silva Martins	6	1,20	13	3,90	5,10	Aprovado
60	242904	03/11/1979	Fernanda Placido Reinaldo	9	1,80	11	3,30	5,10	Aprovado
61	250239	29/08/1980	Andreia De Costa Pereira Geronimo	9	1,80	11	3,30	5,10	Aprovado
62	235788	10/04/1984	Manuela Da Rocha Correa	9	1,80	11	3,30	5,10	Aprovado
63	262940	02/04/1987	Susana Waterkemper Strappazon	9	1,80	11	3,30	5,10	Aprovado
64	260884	01/06/1989	Aniely Kristine Da Luz Nazario	9	1,80	11	3,30	5,10	Aprovado
65	248491	22/05/1990	Fernanda Raldi Jacinto	9	1,80	11	3,30	5,10	Aprovado
66	237868	10/07/1993	Elessa Bonetti	9	1,80	11	3,30	5,10	Aprovado
67	234540	27/10/1993	Thais Rosso	9	1,80	11	3,30	5,10	Aprovado
68	246808	08/03/1980	Rollandy Vieira Rodrigues	12	2,40	9	2,70	5,10	Aprovado
69	244445	17/02/1981	Ana Lice Goulart	12	2,40	9	2,70	5,10	Aprovado
70	262339	11/10/1991	Elaine Cristina Coelho Dias	12	2,40	9	2,70	5,10	Aprovado
71	254596	26/12/1973	Fabiana Cristine Silva Guse	7	1,40	12	3,60	5,00	Aprovado
72	258493	02/08/1977	Michele Martins Madeira Bagio	7	1,40	12	3,60	5,00	Aprovado
73	235435	06/11/1985	Fernanda Ferreira	10	2,00	10	3,00	5,00	Aprovado
74	237514	19/11/1991	Vanessa Perin Rohling	10	2,00	10	3,00	5,00	Aprovado
75	234891	05/10/1972	Maria Philippi Cardoso	13	2,60	8	2,40	5,00	Aprovado

Servente de Limpeza | Ensino Fundamental

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		NPE	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	247096	28/07/1963	Rita Alves	12	3,60	9	4,95	8,55	Aprovado
2	256296	29/07/1962	Marta Regina Jung	12	3,60	8	4,40	8,00	Aprovado
3	263868	28/08/1975	Adriana Gomes Castanon	13	3,90	7	3,85	7,75	Aprovado
4	254397	24/07/1968	Marisete Vieira	9	2,70	9	4,95	7,65	Aprovado
5	253391	18/09/1953	Isonia De Oliveira Souza	12	3,60	7	3,85	7,45	Aprovado
6	248508	03/11/1993	Monique Piuco	12	3,60	7	3,85	7,45	Aprovado
7	236291	28/04/1988	Jessica Marcello	10	3,00	8	4,40	7,40	Aprovado
8	246421	16/08/1965	Aderbal De Abreu	13	3,90	6	3,30	7,20	Aprovado
9	254583	25/03/1983	Gisela Souza Martinhago	11	3,30	7	3,85	7,15	Aprovado
10	245822	18/06/1991	Naiara Melo Zanatta	9	2,70	8	4,40	7,10	Aprovado
11	263412	11/06/1969	Maristela Martinhago	6	1,80	8	4,40	6,20	Aprovado
12	237142	12/06/1970	Tania Mara Martins Niero	8	2,40	5	2,75	5,15	Aprovado
13	263714	01/08/1961	Rosa Garcia De Freitas	6	1,80	6	3,30	5,10	Aprovado

Servente de Obras | Ensino Fundamental

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		NPE	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	260894	24/04/1996	Jhonatan Medeiros Gabriel	8	2,40	10	5,50	7,90	Aprovado
2	235608	26/08/1993	Richard Rodrigues De Mello	9	2,70	8	4,40	7,10	Aprovado
3	264372	28/06/1993	Vagner Ribeiro Borges	9	2,70	7	3,85	6,55	Aprovado
4	262635	11/11/1997	Felipe Damasio Apolinario	7	2,10	8	4,40	6,50	Aprovado

Técnico em Segurança do Trabalho Ensino Médio				CG		CE		NPE	Situação
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	265168	01/10/1995	Gabriela Texeira Alessio	12	2,40	15	4,50	6,90	Aprovado
2	235961	04/08/1979	Nazareno Da Silva Borges	11	2,20	15	4,50	6,70	Aprovado
3	264076	20/10/1986	Roberta Albino Machado	9	1,80	16	4,80	6,60	Aprovado
4	245113	10/01/1982	Cristian Dagostim De Rocchi	7	1,40	17	5,10	6,50	Aprovado
5	238653	18/05/1995	Janaina Fernandes	6	1,20	16	4,80	6,00	Aprovado
6	253262	12/12/1991	Marcos Crotti Zanini	8	1,60	14	4,20	5,80	Aprovado
7	238522	07/01/1992	Flavia Lima Bombazaro	7	1,40	14	4,20	5,60	Aprovado
8	263231	21/01/1995	Jefferson Beloli De Oliveira	7	1,40	14	4,20	5,60	Aprovado
9	263220	11/11/1981	Katiuscia Melquiades Macedo	13	2,60	10	3,00	5,60	Aprovado
10	248246	31/07/1980	Nei Alan Martins	9	1,80	12	3,60	5,40	Aprovado
11	238458	20/01/1984	Josimeire Minervino Marcelino	12	2,40	10	3,00	5,40	Aprovado
12	237100	16/07/1993	Natali Luciano	10	2,00	11	3,30	5,30	Aprovado
13	263931	23/01/1990	Rafael Cruz Cardoso	9	1,80	11	3,30	5,10	Aprovado

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO FINAL VAGA DEFICIENTE

Cargo: Professor História

Seq.	Inscrição	Candidato	Data Nasc.	NF	Classificação Geral	Classificação Deficiente
1	256461	Charlene Cardoso	13/02/1980	7,90	5ª	20ª vaga que abrir

· Candidato logrou êxito na classificação geral

Cargo: Professor Educação Infantil

Seq.	Inscrição	Candidato	Data Nasc.	NF	Classificação Geral	Classificação Deficiente
1	2236458	Carmen Lucia dos Santos	03/01/1974	6,20	111ª	20ª vaga que abrir

DECRETO SAF/N. 51/2016

DECRETO SAF/Nº. 51/16, de 02 de fevereiro de 2016.

HOMOLOGA O RESULTADO E RESPECTIVAS NOTAS REFERENTES AOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL DE Nº. 002/2015 – EMPREGO PÚBLICO – E.S.F.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologados os resultados e respectivas notas referentes aos candidatos aprovados e classificados no Concurso Público Edital 002/2015 da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul – Emprego Público – E.S.F (Estratégia Saúde da Família); destinado para o provimento de vagas dos cargos vagos e que se vagarem ou forem criados durante o prazo de validade deste, bem como cadastro reserva para possível provimento, constantes do Quadro de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, instituídos pela LEI COMPLEMENTAR Nº. 60, de 15 de julho de 2015.

Art. 2º. Relação dos Inscritos aprovados e Classificados com suas respectivas notas e ordem de classificação, conforme ANEXOS I e II, parte integrante deste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de fevereiro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO FINAL GERAL

Legenda:

CG=Conhecimentos Gerais; CE=Conhecimentos Específicos;

NF=Nota Final

Auxiliar de Serviços Gerais Ensino Fundamental				CG		CE		Nota final	Situação
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	264510	17/01/1984	Simone Da Silva	10	3,00	10	5,50	8,50	Aprovado
2	237282	10/04/1980	Jussamara Franciele Michelin	13	3,90	8	4,40	8,30	Aprovado
3	242922	14/02/1969	Cateri Barbosa Amaral	12	3,60	8	4,40	8,00	Aprovado
4	258323	08/06/1953	Flavio Teixeira	11	3,30	8	4,40	7,70	Aprovado
5	235530	11/04/1978	Andreza Furtado	11	3,30	8	4,40	7,70	Aprovado
6	244832	31/01/1984	Luiz Carlos Lopes Cardoso	10	3,00	7	3,85	6,85	Aprovado
7	234981	02/11/1969	Marlei Teresinha Martinhago Benedet	9	2,70	7	3,85	6,55	Aprovado
8	255469	13/10/1970	Maria Aparecida Da Silva	8	2,40	7	3,85	6,25	Aprovado
9	254565	28/09/1959	Maristela Maccari Gerhardt	8	2,40	6	3,30	5,70	Aprovado
10	241050	06/12/1974	Elesiane Bortolato Guollo	8	2,40	6	3,30	5,70	Aprovado
Cirurgião Dentista Ensino Superior				CG		CE		Nota final	Situação
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	235553	25/03/1976	Sergio Henrique Moreira Franco	16	3,20	17	5,10	8,30	Aprovado
2	262288	16/02/1977	Eduardo Oliveira Campos De Farias	15	3,00	17	5,10	8,10	Aprovado
3	235534	22/01/1976	Diego Anselmi Pires	18	3,60	15	4,50	8,10	Aprovado
4	257816	01/11/1974	Graciela Jaques	12	2,40	18	5,40	7,80	Aprovado
5	235407	14/07/1994	Isabela Juliani Felipe	15	3,00	16	4,80	7,80	Aprovado
6	238161	09/07/1990	Guilherme Baschiroto Milanez	13	2,60	17	5,10	7,70	Aprovado
7	265220	27/10/1985	Tiago Mucelin	13	2,60	16	4,80	7,40	Aprovado
8	258092	05/03/1993	Francieli De Souza Tomasi Dos Santos	11	2,20	17	5,10	7,30	Aprovado
9	259300	16/11/1978	Giovani Martins Tonelli	14	2,80	15	4,50	7,30	Aprovado
10	262148	22/11/1990	Julia Niero Zanatta	14	2,80	15	4,50	7,30	Aprovado
11	251966	01/07/1976	Juliana Nunes De Sousa	12	2,40	16	4,80	7,20	Aprovado
12	235856	25/10/1991	Kerli Macari	12	2,40	16	4,80	7,20	Aprovado
13	258508	14/07/1987	Rafaela Moraes	13	2,60	15	4,50	7,10	Aprovado
14	254591	20/06/1981	Felipe Lorenzoni Da Silva	16	3,20	13	3,90	7,10	Aprovado
15	262162	19/07/1986	Eliza Alberton	11	2,20	16	4,80	7,00	Aprovado
16	248655	01/03/1992	Bruna Berto Fritzen	11	2,20	16	4,80	7,00	Aprovado
17	260745	24/10/1992	Rafael Farioli Bertoni	11	2,20	16	4,80	7,00	Aprovado
18	236296	02/11/1985	Mariana Vieira Geri	12	2,40	15	4,50	6,90	Aprovado
19	253087	03/09/1987	Maria Claudia Sampaio Balsini	12	2,40	15	4,50	6,90	Aprovado
20	235599	22/10/1990	Camila Fontanella Possamai	10	2,00	16	4,80	6,80	Aprovado
21	235338	14/03/1994	Julio Gustavo Ribeiro Neto	10	2,00	16	4,80	6,80	Aprovado
22	256580	08/10/1982	Beatriz Goulart Scheidt De Souza	13	2,60	14	4,20	6,80	Aprovado
23	259046	16/10/1988	Jaqueline Bez Birolo	13	2,60	14	4,20	6,80	Aprovado
24	261782	10/01/1988	Rafaela Macedo Dias	11	2,20	15	4,50	6,70	Aprovado
25	262336	05/09/1982	Roberta Pereira	14	2,80	13	3,90	6,70	Aprovado
26	235038	25/01/1993	Karla Macalossi Nunes	9	1,80	16	4,80	6,60	Aprovado
27	264067	22/11/1993	Karoline Rossi	9	1,80	16	4,80	6,60	Aprovado

28	263121	12/03/1981	Fernando Gustavo Schneider	12	2,40	14	4,20	6,60	Aprovado
29	262903	29/04/1992	Israel Bez Birolo	12	2,40	14	4,20	6,60	Aprovado
30	236539	09/09/1992	Isabel Lemkuhl	15	3,00	12	3,60	6,60	Aprovado
31	259928	07/08/1992	Maria Thereza Burigo Furlaneto	7	1,40	17	5,10	6,50	Aprovado
32	262209	24/09/1990	Tamiris Da Silva Teixeira	13	2,60	13	3,90	6,50	Aprovado
33	260563	31/01/1992	Emily Cardoso Marcelino Felipe	8	1,60	16	4,80	6,40	Aprovado
34	262782	07/12/1991	Victor Marcio Dos Santos	11	2,20	14	4,20	6,40	Aprovado
35	256655	03/12/1987	Camila Vieira Eliseu	9	1,80	15	4,50	6,30	Aprovado
36	235541	31/07/1992	Caise Martins Campos	7	1,40	16	4,80	6,20	Aprovado
37	237341	22/07/1985	Benito Mondardo	13	2,60	12	3,60	6,20	Aprovado
38	262289	23/01/1991	Guilherme Walter Biezus	13	2,60	12	3,60	6,20	Aprovado
39	236253	12/10/1977	Viviane Aparecida Da Silva Vitali	8	1,60	15	4,50	6,10	Aprovado
40	262998	02/03/1993	Paulo Henrique Bechtold Bett	12	2,40	12	3,60	6,00	Aprovado
41	241601	20/06/1992	Aline Maria Rohr	10	2,00	13	3,90	5,90	Aprovado
42	237378	28/08/1993	Djuli Kulkamp Gil	8	1,60	14	4,20	5,80	Aprovado
43	257669	03/10/1989	Erik Possamai Della	6	1,20	15	4,50	5,70	Aprovado
44	259636	09/05/1993	Carolina Vicencia Lalau	9	1,80	13	3,90	5,70	Aprovado
45	262941	14/09/1994	Samara Cardoso Teixeira	9	1,80	13	3,90	5,70	Aprovado
46	248556	04/09/1992	Vanessa Bruning	7	1,40	14	4,20	5,60	Aprovado
47	263308	28/09/1993	Leticia Werner Correa	10	2,00	12	3,60	5,60	Aprovado
48	257084	11/06/1994	Larissa Alano Bratti	5	1,00	15	4,50	5,50	Aprovado
49	235415	31/01/1989	Fernando Daminelli Dallo	8	1,60	13	3,90	5,50	Aprovado
50	234825	19/08/1994	Karoline Figueiredo De Souza	8	1,60	13	3,90	5,50	Aprovado
51	261976	07/12/1982	Diego De Freitas Marques	9	1,80	12	3,60	5,40	Aprovado
52	247627	12/10/1986	Mayara Brito De Souza	7	1,40	13	3,90	5,30	Aprovado
53	236215	25/04/1988	Marieli Souza	7	1,40	13	3,90	5,30	Aprovado
54	240702	15/05/1991	Henrique Peruchi Madalena	7	1,40	13	3,90	5,30	Aprovado
55	235184	27/01/1991	Luis Gustavo Mafioletti Rosso	9	1,80	11	3,30	5,10	Aprovado
56	264827	16/06/1983	Miuriel Vieira Medeiros	7	1,40	12	3,60	5,00	Aprovado

Enfermeiro | Ensino Superior

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	243994	09/05/1986	Daniela Maccari	13	2,60	16	4,80	7,40	Aprovado
2	235931	23/04/1988	Bruna Savio	14	2,80	15	4,50	7,30	Aprovado
3	263381	16/03/1987	Emanuele Cristina Girelli Ceccato	10	2,00	16	4,80	6,80	Aprovado
4	255719	31/12/1980	Morgana Bosa Maccari	11	2,20	15	4,50	6,70	Aprovado
5	237532	26/01/1989	Filipe Gislon Crescencio	11	2,20	15	4,50	6,70	Aprovado
6	263737	01/11/1983	Viviane Soares	11	2,20	14	4,20	6,40	Aprovado
7	263765	08/07/1982	Marilesia Borges Delfino Silverio	11	2,20	13	3,90	6,10	Aprovado
8	251761	17/02/1984	Aline Brogni Vieira	11	2,20	13	3,90	6,10	Aprovado
9	246818	29/03/1989	Lais Righetto Mafra	14	2,80	11	3,30	6,10	Aprovado
10	244050	01/06/1987	Suhaila Hoffmann Rahim	12	2,40	12	3,60	6,00	Aprovado
11	261691	23/04/1992	Jaine Rodrigues Da Luz	12	2,40	12	3,60	6,00	Aprovado
12	244501	11/07/1993	Renata Casagrande Goncalves	10	2,00	13	3,90	5,90	Aprovado
13	253014	20/07/1985	Mariana Dussioni Napolini	13	2,60	11	3,30	5,90	Aprovado
14	255017	10/03/1989	Fernanda Medeiros Nunes Gobbi	5	1,00	16	4,80	5,80	Aprovado
15	235487	06/05/1974	Vera Lourdes Comin Lourenco	8	1,60	14	4,20	5,80	Aprovado
16	234979	14/04/1982	Renata Elias Leal	8	1,60	14	4,20	5,80	Aprovado
17	235875	29/07/1986	Franciele Teza Costa	8	1,60	14	4,20	5,80	Aprovado

18	252854	02/09/1982	Afonso Paulo Morona	11	2,20	12	3,60	5,80	Aprovado
19	258198	05/11/1985	Thayse Graziely Dos Santos	11	2,20	12	3,60	5,80	Aprovado
20	262267	04/09/1981	Patricia Bez Birolo Pedroso	14	2,80	10	3,00	5,80	Aprovado
21	242778	24/09/1972	Sandra Dominguni Darolt	9	1,80	13	3,90	5,70	Aprovado
22	248645	21/06/1989	Sabrina Ronconi Benedet	12	2,40	11	3,30	5,70	Aprovado
23	262002	02/10/1992	Suzana Tanquella Da Rosa	12	2,40	11	3,30	5,70	Aprovado
24	245884	17/02/1982	Sinara Antunes Miguel	10	2,00	12	3,60	5,60	Aprovado
25	264855	16/06/1988	Juliana Alexandre Fernandes	10	2,00	12	3,60	5,60	Aprovado
26	252930	09/10/1986	Suellen Da Silva Barreto	13	2,60	10	3,00	5,60	Aprovado
27	260328	31/03/1979	Andreia Alexandre Torres	8	1,60	13	3,90	5,50	Aprovado
28	237905	27/12/1982	Graziela Rodrigues Gaspar	8	1,60	13	3,90	5,50	Aprovado
29	263804	14/08/1988	Karina Costa Colombo	11	2,20	11	3,30	5,50	Aprovado
30	262253	28/01/1983	Aline Pereira Da Rosa	9	1,80	12	3,60	5,40	Aprovado
31	264684	04/11/1977	Shirley Gazola Cardoso Gualtieri	12	2,40	10	3,00	5,40	Aprovado
32	250605	02/09/1983	Elizangela Silva Guimaraes	12	2,40	10	3,00	5,40	Aprovado
33	257664	02/04/1987	Renata Cristine Leite	12	2,40	10	3,00	5,40	Aprovado
34	238173	07/02/1990	Marcela Caetano Alves Pacheco	12	2,40	10	3,00	5,40	Aprovado
35	263232	22/07/1977	Angeli Correa	10	2,00	11	3,30	5,30	Aprovado
36	251877	20/06/1984	Larissa Zaccaron Bertan Talamini	10	2,00	11	3,30	5,30	Aprovado
37	264204	16/03/1987	Elida Da Silva Claudino Zilli	10	2,00	11	3,30	5,30	Aprovado
38	246923	23/08/1989	Monica Dal Pont Bonfanti	10	2,00	11	3,30	5,30	Aprovado
39	246892	21/05/1993	Bruna Leandro Da Rosa	10	2,00	11	3,30	5,30	Aprovado
40	252013	13/01/1982	Vanessa De Lima	13	2,60	9	2,70	5,30	Aprovado
41	234949	01/08/1986	Rosana Tasca Massiroli	13	2,60	9	2,70	5,30	Aprovado
42	250042	02/03/1988	Francieli Bortolotto	11	2,20	10	3,00	5,20	Aprovado
43	259079	26/08/1992	Liana Kuhlkamp	11	2,20	10	3,00	5,20	Aprovado
44	257381	28/11/1967	Robertina Goulart Nunes	9	1,80	11	3,30	5,10	Aprovado
45	263845	09/09/1982	Angelica Medeiros Sabino	9	1,80	11	3,30	5,10	Aprovado
46	264393	03/12/1985	Sianna Cordova Nunes	9	1,80	11	3,30	5,10	Aprovado
47	260437	04/06/1988	Sara Pavei	9	1,80	11	3,30	5,10	Aprovado
48	249262	08/05/1977	Patricia Maria Carboni Correa De Toledo	12	2,40	9	2,70	5,10	Aprovado
49	235839	05/09/1981	Franciane Spader	12	2,40	9	2,70	5,10	Aprovado
50	235394	03/11/1986	Julia Fontana Tasca	12	2,40	9	2,70	5,10	Aprovado
51	263702	14/05/1987	Morgana Maria Michels Zanoni	7	1,40	12	3,60	5,00	Aprovado
52	260640	09/09/1988	Viviane Vargas Lopes	10	2,00	10	3,00	5,00	Aprovado

Médico Clínico Geral | Ensino Superior

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	255842	23/03/1977	Rodrigo Jacques Zarpellon	17	3,40	16	4,80	8,20	Aprovado
2	263884	08/12/1989	Schaiane Neotti Citadin	15	3,00	14	4,20	7,20	Aprovado
3	262003	20/12/1989	Iron Pedro Giacomelli	15	3,00	14	4,20	7,20	Aprovado
4	252644	19/07/1989	Lara Hahn Da Silva	14	2,80	14	4,20	7,00	Aprovado
5	243572	30/01/1978	Jean De Oliveira Krauss	17	3,40	12	3,60	7,00	Aprovado
6	255132	19/11/1982	Bruna Silva Cesconetto	13	2,60	14	4,20	6,80	Aprovado
7	248624	12/07/1991	William Mazzucco Nesi	14	2,80	13	3,90	6,70	Aprovado
8	235896	21/09/1989	Felipe Sella	12	2,40	14	4,20	6,60	Aprovado
9	260227	11/10/1976	Renan Boeira Rocha	13	2,60	13	3,90	6,50	Aprovado
10	262785	26/08/1983	Maria Fernanda Araujo	14	2,80	12	3,60	6,40	Aprovado
11	238290	10/05/1990	Brunella Flores Pupo	14	2,80	12	3,60	6,40	Aprovado

12	264979	30/05/1990	Lohana Ribeiro Da Silva	13	2,60	12	3,60	6,20	Aprovado
13	250885	24/08/1990	Bruna Ugioni Godoy	9	1,80	14	4,20	6,00	Aprovado
14	259510	01/08/1979	Gustavo Leandro Dalmoro	12	2,40	12	3,60	6,00	Aprovado
15	257017	17/06/1976	Demian Knabben	10	2,00	13	3,90	5,90	Aprovado
16	253131	03/07/1989	Mariana Jesuina Romao	13	2,60	11	3,30	5,90	Aprovado
17	242289	04/08/1986	Marie Piazza Pagnan	11	2,20	11	3,30	5,50	Aprovado
18	242933	06/06/1989	Maria Fernanda Anselmo Cizeski	10	2,00	11	3,30	5,30	Aprovado

Técnico em Enfermagem | Ensino Médio

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	262344	20/12/1967	Marilza Fernandes	10	2,00	13	3,90	5,90	Aprovado
2	260842	15/04/1958	Beatriz Pacheco	11	2,20	12	3,60	5,80	Aprovado
3	234896	19/11/1987	Paula Orlandi Evangelista	11	2,20	12	3,60	5,80	Aprovado
4	234630	20/10/1980	Rita De Cassia Carvalho	9	1,80	13	3,90	5,70	Aprovado
5	238339	24/06/1997	Jaqueline Demetrio Silvestri	9	1,80	13	3,90	5,70	Aprovado
6	251972	29/09/1985	Andreia Da Silva Borsato	8	1,60	13	3,90	5,50	Aprovado
7	236469	01/01/1995	Lilliane Martins Antonio Lole	8	1,60	13	3,90	5,50	Aprovado
8	243326	01/01/1979	Rosiane De Oliveira Silvano Botelho	8	1,60	12	3,60	5,20	Aprovado
9	243015	30/12/1983	Daniela Beatriz Lourenco	8	1,60	12	3,60	5,20	Aprovado
10	235873	30/07/1983	Claudete Rodrigues Querino	7	1,40	12	3,60	5,00	Aprovado

Técnico em Saúde Bucal | Ensino Médio

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	236091	16/09/1989	Pamela Da Rosa Graciano	13	2,60	15	4,50	7,10	Aprovado
2	237155	12/04/1984	Andreia Silva De Jesus	7	1,40	16	4,80	6,20	Aprovado
3	251242	02/03/1987	Diana Cristina Quagliotto Rosso	8	1,60	15	4,50	6,10	Aprovado
4	263144	14/03/1979	Karina Dos Santos Vieira	6	1,20	16	4,80	6,00	Aprovado
5	239669	11/06/1984	Ludmila Amboni Vitorino Possamai Della	10	2,00	13	3,90	5,90	Aprovado
6	238148	03/03/1989	Cristiane Marcelino Ghizi	8	1,60	14	4,20	5,80	Aprovado
7	257770	12/07/1987	Daiane Aparecida Possamai	7	1,40	14	4,20	5,60	Aprovado

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO FINAL VAGA DEFICIENTE

Cargo: Médico Clínico Geral

Seq.	Inscrição	Candidato	Data Nasc.	NF	Classificação Geral	Classificação Deficiente
1	255842	Rodrigo Jacques Zarpellon	23/03/1977	8,20	1ª	20ª vaga que abrir

· Candidato logrou êxito na classificação geral

DECRETO SAF/N. 52.16

DECRETO SAF/Nº. 52/16, de 03 de fevereiro de 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 61, de 03 de setembro de 2015, e CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/ Nº 50/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- comprovação da idade mínima de 18 anos;
- prova de quitação das obrigações eleitorais;
- prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- declaração negativa de acumulação de cargo público;
- atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO**PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	237397	Geni Bieger Rodrigues
2	243617	Jadna Da Silva Linhares Pereira

3	255899	Karla Serafim De Souza
4	261381	Marina Franca Alves
5	238016	Rudilane Coelho Accordi Soares
6	247347	Josiane Custodio De Souza
7	254859	Juliana Cechinel Zanette
8	241692	Luana Spilere Teixeira
9	263640	Jessica Ramos
10	257079	Tania Meri Scarpato Ramos
11	249163	Giseli Leal
12	246632	Aline Glaci Wurdig Maximo
13	259240	Vanessa Possamai Carara
14	239813	Rosane Cristina Teixeira Nunes
15	242540	Juliana Muchalowski Borges
16	258571	Lucimara Costa Varnier
17	235138	Monica Belloli
18	258995	Ana Paula Teixeira Cechinel
19	256417	Rosilda Ribeiro Goulart

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

EXTRATO DO CONTRATO 01/FMS/2016

CONTRATO Nº: 01/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/FMS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMS/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

Assinatura: 26/01/2016

Vigência: Início: 29/01/2016 Término: 26/01/2017

Valor: R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais)

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da atividade
11.01.2.027.3.3.90.00.0 0.00.00.00	33	Manutenção do Programa Piso Atenção Básica Fixo

EXTRATO DO CONTRATO 01/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 01/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: G.A. TOP APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/PMCS//2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/PMCS/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na área de segurança, medicina e higiene do trabalho.

Assinatura: 26/01/2016

Vigência: Início: 26/01/2016 Término: 26/01/2017

Valor: R\$ 49.176,00 (quarenta e nove mil cento e setenta e seis reais)

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da atividade
05.01.2.006.3.3.90.00.00.00.00	19	Manutenção dos Serviços Administrativos

EXTRATO DO CONTRATO 02/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 02/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: IDR CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA - ME.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/PMCS/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/PMCS/2016

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de consultoria técnica, treinamento e apoio administrativo no setor de fiscalização tributária.

Assinatura: 26/01/2016

Vigência: Início: 01/02/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da atividade
05.01.2.007.3.3.90	22	Manutenção dos serviços contábeis, financeiros e administrativos.

EXTRATO DO CONTRATO 04/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 04/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: CANCELIER IND. DE METAIS E ARTEFATOS DE CIMENTO - EPP.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/PMCS/2016

CONVITE Nº 01/PMCS/2016

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviços para reforma do telhado da instituição de Educação Infantil Helena Savi.

Assinatura: 29/01/2016

Vigência: Início: 29/01/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)

Dotação Orçamentária: 07.01.2.011.3.3.90.39. 16 (50)

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2016 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, SC, por intermédio do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Aquisição de veículo novo para Central de Rede de Frios, através de proposta 10455.823000/1140-09 do Fundo Nacional de Saúde – FNS, conforme descrições constantes nos anexos “A” e “B” do edital, sofreu alterações.

Em face ao acima informado e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo o prazo de apresentação das propostas, fica alterada para dia 18 de janeiro 2016, até as 08:15 horas, sendo que a sessão de abertura da licitação, fica para o dia 18 de janeiro de 2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link “Licitações”. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3444-0627

Concórdia, SC, 03 de fevereiro de 2016.

Alessandro Vernize

Gestor do FMS

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2016

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, torna público que ratificou o ato do Senhor, José Antônio Saretta, Diretor de Indústria, Comércio e Turismo, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 02 de fevereiro de 2016, referente a contratação de empresa para prestação de limpeza dos banheiros durante a realização do Carnaval nos dias 07 e 08 de fevereiro de 2016, em favor da empresa PÁTRIA SERVIÇOS LTDA EPP, no valor total de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais).

CLÉLIO IVO DAL PIAZ

Secretario Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2016-FMC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2016

O Diretor Superintendente da Fundação Municipal de Cultura torna público que ratificou o ato do Senhor José Alberto Mazocco, Chefe de Departamento, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 03 de fevereiro de 2016, para Premiação referente à participação das Escolas de Samba no Desfile de Rua - Carnaval de Concórdia 2016, a ser realizado nos dias 07 e 08

de fevereiro, no Parque de Exposições, neste Município, a favor da LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA DE CONCÓRDIA SC - LIESC, no valor total de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Superintendente

Fundação Municipal de Cultura

PORTARIA Nº 07/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 07/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando solicitação do servidor;

RESOLVE :

Art. 1º Fixar a partir do dia 03 de fevereiro de 2016, horário especial de trabalho ao servidor ITAMAR FRANCISCO FORNARI, ocupante do cargo de Encarregado de Seção, na forma abaixo:

I – Segundas e Quartas-feiras: Das 07h30 às 10h e das 13h15 às 16h45;

II – Terças e Quintas-feiras: Das 07h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h;

III – Sextas-feiras: Das 07h30 às 11h30 e das 13h15 às 16h45.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 03 de fevereiro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA

Fundação Municipal de Esportes

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 094/2016

DECRETO Nº094/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016
"FIXA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício, de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado ponto facultativo aos Servidores Públicos do Município de Cordilheira Alta no dia 08/02/2016 e no período matutino do dia 10/02/2016, sendo o expediente, neste dia, das 13h15min às 17h15min.

Art. 2º Nas datas fixadas no artigo 1º deste Decreto os serviços públicos considerados essenciais devem garantir o atendimento por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de Fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

EDITAL PROCESSO SELETIVO 002/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

"ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESTINADO À CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO".

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que se encontram abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, destinado à contratação de profissionais para atuar no Programa "Educação, Arte, Esporte e Cidadania", de acordo com a Lei Municipal Nº 858/2009, de 20 de maio de 2009.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O PPS - Processo Seletivo Simplificado - será regido por este edital, e coordenado pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Cordilheira Alta/SC.

1.2 O PSS terá validade de 1 (um) ano, a partir da homologação do resultado final.

1.3 Este PSS destina-se a selecionar candidatos às vagas de Professores para atuar no programa Educação, Arte, Esporte e Cidadania (admitidos em Caráter Temporário), conforme vagas estabelecidas no Quadro I deste Edital, para o exercício de 2016.

1.4 O número de vagas, bem como a carga horária será determinado conforme a necessidade do Município, no decorrer do ano de 2016, sendo chamados os candidatos de acordo com a ordem de classificação.

1.5 A Seleção de que trata este Edital será realizada mediante avaliação curricular (avaliação de títulos e experiência profissional) de caráter exclusivamente classificatório.

1.6 O horário de trabalho será definido em conformidade com as necessidades do Município.

1.7 Os candidatos não classificados dentro do quadro de vagas poderão ser convocados de acordo com o interesse do Município, na medida em que forem surgindo vagas no limite do prazo de validade do PPS.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1 A inscrição deverá ser efetuada pelo candidato ou procurador, por meio de entrega da Ficha de Inscrição (Anexo I) do currículo padrão preenchido (Anexo II) e das cópias dos documentos indicados no item 2.3, deste Edital, no período compreendido entre 04/02/2016 a 18/02/2016, na Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, sita a Rua Celso Tozzo, 27 em Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, na Secretaria Municipal de Cultura e Esportes, observando-se rigorosamente os termos do presente Edital.

2.2 A inscrição indica a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais o candidato (ou seu representante legal) não poderá, em hipótese alguma, alegar desconhecimento.

2.3 Para a efetivação da inscrição é imprescindível a entrega de cópia dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

- c) Título de Eleitor;
- d) Comprovante de Quitação com a Justiça Militar;
- e) Comprovante de Tempo de Serviço;
- f) Diploma e/ou Certificado na área afim;
- g) Comprovante de experiência na área;
- h) Cursos de aperfeiçoamento;

2.4 Os documentos deverão ser entregues no local indicado acima, dentro de envelope (tamanho aproximado de 30 cm x 22 cm).

a) Os títulos deverão ser apresentados em 1 (uma) via, através de cópias reprográficas que poderão ser autenticadas em Cartório ou pelo servidor responsável pela inscrição desde que apresentados os originais para conferência.

b) Os títulos deverão ser encaminhados pelo candidato em envelope devidamente identificado.

c) Não serão aceitos documentos originais.

2.5 As inscrições deverão ser entregues pelo próprio candidato ou por procuração simples, com firma reconhecida em cartório.

2.6 O procurador deverá se identificar por meio de cédula de identidade, entregando uma fotocópia da mesma, juntamente com a procuração.

2.7 É vedada a inscrição condicional ou extemporânea.

2.8 É vedada a efetivação de mais de uma inscrição em nome do mesmo candidato.

2.9 Não será aceitas inscrições via fax, via postal e/ou via e-mail.

2.10 Na entrega do currículo e da ficha de inscrição e demais documentos o candidato receberá o comprovante de sua inscrição;

2.11 Não será permitida a entrega de documentos após o período de inscrição.

2.12 As informações do currículo deverão estar devidamente comprovadas no momento da inscrição.

2.13 As informações prestadas na ficha de inscrição e no currículo padrão são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão Especial do Processo Seletivo - CEPSS - do direito de excluir do Processo Seletivo Simplificado aquele candidato cuja ficha de inscrição e currículo foram preenchidos em desacordo ao Edital.

2.14 Não será cobrado qualquer valor a título de inscrição;

3. DAS VAGAS

3.1 Os cargos, função, número de vagas e vencimentos estão descritos no Quadro I, abaixo:

QUADRO I

MODALIDADE	N. DE VAGAS	R\$/hora	Horas
Música (instrumentos e coral)	01	27,29	16
Artes Visuais (desenho e pintura)	01	27,29	12
Dança Educação - Ballet	01	27,29	14
Esporte - Futsal	01	27,29	20

4 - DA PROVA ESCRITA E DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

Este Processo Seletivo constará de:

4.1 – Prova Escrita a ser aplicada a todos os candidatos às vagas dos cargos desta seleção pública, com caráter classificatório.

4.2 – Avaliação de Títulos para todos os concorrentes que apresentarem os documentos e comprovantes necessários à mesma.

4.3 – Da Prova Escrita:

4.3.1 – A prova escrita terá caráter classificatório para todos os cargos, independentemente da nota auferida na mesma.

4.3.2 – A prova escrita será aplicada, a todos os concorrentes às vagas das habilitações contempladas neste Processo Seletivo, no dia 24 de fevereiro de 2016 no auditório da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Celso Tozzo, 27, centro, na cidade de Cordilheira Alta/SC, com início às 8h e término às 11h.

4.3.3 – A prova escrita, com duração de 03 (três) horas, constituída de questões objetivas, do tipo múltipla escolha, subdivididas em 4 (quatro) alternativas, sabendo-se que somente uma poderá ser assinalada no cartão-respostas, sob pena de ser considerada como errada.

4.3.4 – As provas escritas, por cargo/habilitação, estão distribuídas conforme o quadro seguinte:

Prova	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos
Conhecimentos específicos	20	0,20	4,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	05	0,20	1,00
Total de Pontos			5,00

4.3.5 – O Caderno da prova identificará, pela impressão original, o cargo ao qual se destina, orientações objetivas aos candidatos, as questões, em ordem numérica crescente, observadas as disposições do item "4.3.4" e seu quadro, com divisão clara e acentuada para cada parte e para cada disciplina da prova.

4.3.6 – A identificação do candidato, no caderno da prova, far-se-á, exclusivamente, com o número da respectiva inscrição, e do número documento de identidade do candidato, devendo ser o mesmo informado no Formulário de Inscrição.

4.3.7 – As questões da prova escrita serão respondidas em cartão-resposta, fornecido aos candidatos junto com o caderno de prova. Os candidatos utilizar-se-ão, para nele indicar suas respostas, exclusivamente de uma caneta esferográfica de escrita na cor azul ou preta.

4.3.8 – À prova escrita será atribuída nota, equivalente a peso 5 (cinco), nos termos detalhados no quadro do item "4.3.4", acima.

4.3.9 – Será(ão) considerada(s) errada(s), com atribuição de nota 0 (zero), a(s) questão(ões) que no cartão-resposta:

a) contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s);

b) apresente mais de uma opção de resposta assinalada;

c) estiver em branco, sem nenhuma alternativa assinalada;

d) estiverem assinalada(s) com lápis, de qualquer espécie, caneta não esferográfica, ou com escrita em cores que não sejam preta ou azul.

As respostas serão assinaladas, exclusivamente, na forma orientada em impressão no próprio cartão-resposta, consideradas como se erradas fossem as que não atenderem à referida orientação e às disposições deste Capítulo.

4.3.10 – O cartão-resposta preenchido fora das especificações contidas no mesmo ou detalhadas especificamente neste Edital, ou seja, preenchido com a identificação nominal do candidato, ou com a marcação das respostas com caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta, não será corrigido e ao candidato será atribuída nota 0 (zero).

4.3.11 – Os candidatos devem comparecer, para a prova escrita, na data e local determinado nos item “4.3.2.”, com a antecedência de 30 (trinta) minutos, munidos da comprovação da inscrição, de documento de identidade (aquele informado na inscrição) e de, pelo menos, uma caneta esferográfica, de escrita azul ou preta. A presença antecipada dos candidatos visa possibilitar-lhes que se orientem e localizem a sala em que prestarão prova, façam sua identificação e que se acomodem adequadamente até o horário estabelecido para o início das provas.

4.3.12 – Para fins de identificação, dos candidatos, será somente aceito o Documento de Identidade. - Para fins de inscrição neste Processo Seletivo, consideram-se documento de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Estado da Segurança Pública, pelos órgãos fiscalizadores do exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc) e carteira nacional de habilitação, conforme modelo estabelecido no art. 159, do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

4.3.13 – Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova (até o horário estabelecido para o seu início), documento original de identidade, por motivo de perda ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

4.3.14 – O candidato que não comparecer ao local da prova no horário previsto nos itens “4.3.2”, ou não se identificar, nos termos descritos nos itens “4.3.11”, “4.3.12” e “4.3.13”, acima, será eliminado do processo desta seleção pública, sendo excluído, inclusive, da avaliação de títulos.

4.3.15 – Não haverá segunda chamada, estando automaticamente excluído do certame o candidato que se apresentar no local da prova escrita, sem a observância ao horário e às condições estabelecidas nos itens anteriores.

4.3.16 – Cada candidato, juntamente com o caderno de prova, receberá um cartão-resposta, que não poderá ser substituído, em hipótese alguma, salvo constatados erros, informalidades ou irregularidades de impressão.

4.3.17 – O cartão-resposta conterá orientações objetivas acerca de seu preenchimento, a ordem crescente das questões, com as colunas verticais contendo as opções para as respostas e, ainda:

a) o local para o candidato identificar-se, exclusivamente, através do número de inscrição e do número do documento de identidade informado no ato da inscrição;

b) as alternativas identificadas pelas primeiras letras do alfabeto, dispostas em quadrículas próprias, para cada uma das questões e estas em ordem crescente;

c) Quadro demonstrativo da valoração das questões, com espaços destinados à apuração do resultado decorrente da correção.

d) no verso do cartão-resposta, constará:

1) local para o visto dos três últimos candidatos que concluírem a prova escrita;

2) local para o visto dos membros da Comissão do Processo Seletivo presentes no encerramento dos trabalhos em cada uma das salas de aplicação das provas escritas;

3) local para o visto do(s) Fiscal(is) de Provas.

4.3.18 – Para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada, aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, assinalada a lápis ou com caneta esferográfica de cor diferente de azul ou preta, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada. Também será considerada errada a resposta apontada em alternativa que não atenda à forma identificada no próprio cartão-resposta.

4.3.19 – O conteúdo programático para a prova escrita, observadas sua divisão por área de conhecimento, nos termos do quadro do item “4.3.4” acima, está estabelecido no ANEXO III deste Edital.

4.3.20 – Durante a realização das provas é vedada a consulta a pessoas alheias ao processo, ou a outros candidatos, a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como, a utilização de máquinas ou aparelhos de calcular ou de outros aparelhos eletrônicos, inclusive de comunicação, sob pena de eliminação do candidato do processo. Antes da entrega, aos candidatos, do caderno de prova e do cartão-resposta, os candidatos depositarão em local apropriado materiais, pastas, bolsas, aparelhos de telefone celular, ou quaisquer outros pertences que não lhe sejam necessários no decorrer da prova. A negativa na atenção ao disposto neste item importará na eliminação do concorrente.

4.3.21 – Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

a) se apresentar após o horário estabelecido (08h), não se admitindo qualquer tolerância;

b) não comparecer às provas escritas, qualquer que seja o motivo alegado;

c) não apresentar documento que bem o identifique, de acordo com o item “4.3.12” deste Capítulo;

d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal, ou antes, de decorrida uma hora do início da prova;

e) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta e/ou o Caderno de Provas ou outros materiais relacionados à prova ou não permitidos, sem autorização;

f) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte, ou mesmo que sejam consideradas “armas de brinquedo”;

g) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;

h) não devolver integralmente o material recebido;

i) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como utilizando-se de quaisquer dos recursos mencionados no item “4.3.20” deste Capítulo.

j) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

k) tratar incorretamente ou agir com descortesia em relação a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

4.3.22 – O candidato, ao encerrar a prova, e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao(s) fiscal(ais), o cartão-resposta e aguardará sua conferência (para verificar a identificação através do número de inscrição e do documento de identidade). Caso não o faça, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

4.3.23 – O candidato não poderá sair da sala, pela conclusão da prova, antes de transcorrida uma hora do seu início, sob pena de exclusão deste processo seletivo.

4.3.24 – O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova, a qualquer tempo, ou pretexto, portando material de prova (caderno de prova e/ou cartão-resposta). Havendo necessidade de ausentar-se da sala de prova, durante sua realização, somente poderá fazê-lo por motivo justificável e se acompanhado de um fiscal.

4.3.25 – Não permanecerão, na sala de provas, menos de três candidatos. Os últimos três candidatos a entregar o cartão-resposta e o caderno de provas, assinarão a ata, a confirmação de presença dos candidatos daquela sala e rubricarão, no verso, todos os cartões-resposta, dos candidatos que prestaram prova na respectiva sala.

4.3.26 – Concluídos os serviços relativos à prova escrita, em cada uma das salas, será lavrada ata circunstanciada, que será subscrita pelos três últimos candidatos, pelo(s) respectivo(s) fiscal(ais) de provas e pelos membros presentes, da Comissão Especial do Processo Seletivo. Nesta ata deverá constar, dentre outras informações, as ocorrências havidas e o registro se há cartões de respostas totalmente em branco ou com qualquer questão em branco, ou preenchidos a lápis de qualquer espécie, ou com canetas não esferográficas ou de cores diferentes de preta ou azul, devendo constar na ata a identificação do cartão, pelo número de inscrição do concorrente e mencionar as questões em branco ou assinaladas a lápis, ou ainda, assinaladas em desacordo com as demais orientações, além de outras ocorrências que mereçam destaque, a critério dos subscritores de cada uma das atas.

4.3.27 – Até o dia seguinte ao da realização das provas escritas, haverá a publicação dos gabaritos e dos cadernos de prova através da internet, no site www.pmcordi.sc.gov.br.

4.3.28 – Um exemplar de cada um dos cadernos da prova escrita (um para cada cargo em seleção), os cartões-respostas de cada candidato e os respectivos gabaritos, as listas com a confirmação de presença e as atas tomarão parte, como peças indivisíveis, do processo administrativo desta seleção pública.

4.3.29 – No dia 26 de fevereiro de 2016 será divulgada através de edital a listagem com as notas desta prova de todos os candidatos. A divulgação se dará através edital afixado no Mural Público Municipal e na internet, no endereço www.pmcordi.sc.gov.br. A publicação de que trata este item fica condicionada à resolução de todos os recursos, eventualmente interpostos em face das provas escritas e dos gabaritos.

4.3.30 – Outras disposições relativas às provas escritas:

a) O candidato não portador de necessidades especiais (sem deficiência) que necessitar de condição especial para realização da prova deverá solicitá-la por meio de requerimento protocolado junto à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, no mínimo 5 (cinco) dias antes da realização da prova, no qual declarará a causa da solicitação e informará os recursos especiais necessários à prestação da prova.

b) O atendimento às condições solicitadas, nos termos da alínea anterior, ficará sujeito à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.

c) A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova escrita poderá fazê-lo em sala especialmente reservada e adequada para tanto, desde que o requeira, observando os procedimentos constantes da alínea "a", deste item, acima, para adoção das providências necessárias.

d) Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

e) A criança deverá permanecer no ambiente reservado para amamentação, acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

f) Para amamentar, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

g) Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e um fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

h) Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de prova.

i) Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

4.3.32. A prova escrita desta seleção terá valor apenas para a classificação geral do Processo Seletivo.

4.4 Da Avaliação de Títulos

4.4.1 O Processo Seletivo constará da avaliação curricular (avaliação de títulos e Experiência profissional) de caráter exclusivamente classificatório.

4.4.2 A avaliação dar-se-á mediante somatório dos pontos obtidos na análise conjunta dos itens abaixo, os quais deverão constar no currículo de forma detalhada:

a) Formação escolar ou acadêmica, devidamente comprovada, com identificação dos títulos, certificados e a carga horária dos cursos;

b) Experiência profissional, devidamente comprovada nos moldes do item 4.4.4.

4.4.3 Para pontuação da formação escolar ou acadêmica e experiência profissional comprovada na área de atuação serão considerados os critérios descritos nos quadros abaixo:

Especificação	Quantidades Máximas	Valor Unitário (pontos)	Valor Máximo (pontos)
Curso de graduação em nível superior em áreas afins	1	1,0	1,00
Plano de Ensino com definição da metodologia regular de ensino	1	0,5	0,5
Comprovante de Experiência na área de atuação	1	0,5	0,5
Curso de atualização na área de atuação	200 h	0,01 p/h	2,00
Tempo de serviço prestado na área afim.	20 anos	0,05 p/a	1,00
Total de Pontos			5,00

4.4.4 Para receber a pontuação relativa à experiência profissional o candidato deverá apresentar uma das seguintes opções:

a) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), páginas da foto, verso e as que comprovem a experiência profissional no cargo/função a qual concorre;

b) Declaração/certidão de tempo de serviço, no caso de servidor público, em papel timbrado e com o CNPJ, que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a função, com a descrição das atividades desenvolvidas;

c) Atestado ou declaração, no caso de profissional autônomo, informando o período e a espécie do serviço realizado, assinada pelo profissional, acompanhada da cópia dos comprovantes de pagamento da previdência social ou, de pagamento de ISS ou da Guia de pagamento autônomo (RPA);

4.4.5 Cada título será considerado uma única vez.

4.4.6 Os cursos deverão ser preenchidos no currículo no campo específico da carga horária informada.

4.4.7 Caso a documentação apresentada não cumpra as exigências estabelecidas neste edital, os pontos não serão apurados.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A pontuação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos alcançados na prova escrita e na avaliação de títulos.

5.2 A classificação para o cargo/função respeitará a ordem decrescente de pontuação.

5.3. Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- a) idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso (sempre o candidato que tiver maior idade);
- b) Maior pontuação na prova de títulos;
- c) Maior pontuação na experiência profissional;

6. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

6.1 O resultado final de todo o processo seletivo simplificado será divulgado no mural e no site oficial da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC.

6.2 A convocação para contratação obedecerá à rigorosa ordem de classificação dos candidatos.

6.3 A convocação para contratação ocorrerá por meio de publicação no Mural da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC e comunicação pessoal ao candidato e acontecerá conforme a necessidade da Secretaria.

6.4 A partir da publicação referente no item 6.3 o candidato tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se apresentar na Secretaria Municipal de Cultura e Esportes, à Rua Celso Tozzo, nº 27, em Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, fornecendo a documentação descrita no item 6,5 deste Edital.

6.5 São condições para a contratação:

- a) Ter sido classificado no PSS 02/2016 e convocado;
- b) Apresentar a seguinte documentação original e cópia:
 - CPF
 - Título Eleitoral, com comprovante da última votação ou certidão de quitação eleitoral emitida pela justiça eleitoral;
 - Certificado de reservista no caso de candidato do sexo masculino;
 - Certificado de conclusão de escolaridade para o cargo;
 - Comprovante de endereço;
 - Comprovante do PIS/PASEP;
 - Apresentar número da conta e agência no Banco do Brasil;
 - Apresentar declaração informando que não exerce outra função pública, no caso das exceções constitucionais, descrever o local e carga horária semana e mensal.
- c) Ter idade mínima de 18 anos da data da contratação;
- d) Ter nacionalidade brasileira
- e) Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, no último caso quando sexo masculino;
- f) Não estar aposentado do serviço público, salvo o disposto na exceção do art. 37, § 10 da constituição Federal;
- g) Ter aptidão física e mental para o exercício de suas atribuições;
- h) Não ser ocupante de cargo público que não admita acumulação nos termos da Constituição Federal;
- i) Possuir o nível de escolaridade e a formação exigida para o exercício do cargo;

6.6 Será automaticamente desclassificado do PSS o candidato que:

- a) Não atender à convocação no prazo estipulado;
- b) Não aceitar as condições estabelecidas para a contratação e o exercício das funções;
- c) Recusar a contratação.

7. DO CRONOGRAMA

7.1. A divulgação do presente Processo Seletivo, seguirá o seguinte cronograma:

CRONOGRAMA	DATA
Recebimento das Inscrições	04/02/2016 a 18/02/2016
Divulgação Preliminar das Inscrições	19/02/2016
Recurso das Inscrições	22/02/2016
Homologação das Inscrições	23/02/2016
Prova Escrita	24/02/2016
Análise dos Títulos	24/02/2016
Divulgação do Gabarito Preliminar e Provas	25/02/2016
Recurso da Prova Escrita e de Títulos	26/02/2016
Divulgação do Gabarito Definitivo	29/02/2016
Resultado Preliminar de classificação	29/02/2016
Recurso do Resultado Preliminar de classificação	01/03/2016
Resultado Final de Classificação	02/03/2016
Homologação	02/03/2016

7.2. Eventuais alterações deste cronograma serão publicadas em Edital, ou por comunicação pessoal aos candidatos, regularmente inscritos.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Os recursos deverão ser interpostos nos moldes dos formulários específicos - ANEXOS IV e V – nas datas previstas na cronograma – ITEM 7.1 - e deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, junto a Secretaria Municipal de Cultura e Esportes, situada na Rua Celso Tozzo, nº 27, em Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina. Os resultados dos recursos serão publicados no site oficial e mural da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.2 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação, valendo para tal fim o resultado final do Processo Seletivo Simplificado.

8.3 A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito de contratação, mas a expectativa de direito, ficando a concretização deste ato condicionada à observância das normas legais pertinentes, da ordem de classificação, do prazo de validade e das necessidades do Município de Cordilheira Alta

8.4 O candidato habilitado no Processo Seletivo Simplificado a ser contratado temporariamente, deverá manter atualizado o seu endereço e telefone.

8.5 A jornada de trabalho poderá ocorrer durante o turno diurno e/ou noturno, de acordo com a necessidade do Município de Cordilheira Alta.

8.6 Não serão devolvidos os documentos apresentados para a seleção.

8.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado.

Cordilheira Alta, SC, 03 de fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Nome do candidato: _____

Cargo/Função pleiteada: _____

RG: _____

CPF: _____

INSCRIÇÃO Nº _____ (este campo será preenchido pela Comissão)

Declaro verdadeira as informações acima e conheço e estou de acordo com todas as exigências e condições estabelecidas no Edital 002/2016.

Ass. Do candidato

_____, ____ de _____ de 2016.

Responsável pela inscrição

ANEXO II

CURRÍCULO PADRÃO

1 – IDENTIFICAÇÃO

INSCRIÇÃO: _____ (este campo será preenchido pela Comissão)

NOME: _____

ENDEREÇO RESIDENCIAL: _____

TELEFONE: _____

TELEFONE CELULAR: _____

CPF _____

CARGO/FUNÇÃO PLEITEADA _____

2 - FORMAÇÃO ESCOLAR OU ACADÊMICA

Curso	Instituição	Término

2.1 – CURSOS NA ÁREA QUE CONCORRE

Curso	Instituição	Carga horária	Pontuação*
Pontuação Total*			

*Uso exclusivo da Comissão

Obs.: para cada questão contraditada apresentar um recurso, nos termos deste modelo.

ANEXO V

MODELO DE RECURSO EM FACE DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, DO RESULTADO (revisão) DA PROVA ESCRITA, DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS OU DO RESULTADO FINAL OU DA CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA/SC.

Recurso em face do(a)

() Inscrições

() Classificação Preliminar

() Avaliação de Títulos

Identificação do Candidato

Nome: _____

Nº Inscrição: _____

Cargo: _____

Razões que fundamentam e justificam o recurso:

_____, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Recorrente

RATIFICAÇÃO DISPENSA 17/2016 - ALÔ BRASIL PESQUISAS E CONSULTORIA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2016

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta torna público que ratificou o ato do Sr. Ademir Tressoldi, Diretor Geral de Administração, Fazenda e Planejamento, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 26 de Janeiro de 2016, para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de pesquisas de opinião pública para avaliação institucional de todos os setores do governo municipal; a favor de ALO BRASIL PESQUISAS CONSULTORIA E MARKETING LTDA – ME, no valor total de R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).

Cordilheira Alta, 26 de Janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 09/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2016

Contratado: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

Valor: Valor global de R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais), divididos em 8 (oito) parcelas iguais e sucessivas no valor de R\$ 3.250,00 (Três mil, duzentos e cinquenta reais), repassadas no período de março a outubro de 2016

Vigência: 31/12/2016

CÂMARA MUNICIPAL

Nº 2/2016 CIGA

CONTRATO N.º 02/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS, ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, a Câmara Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.561.874/0001-71, com sede à Rua Rio Grande do Norte, 740 - Térreo, CEP 89840-000, na cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Senhora Isaura Cândida Provin, brasileira, casada, vereadora, inscrita no CPF sob o nº 027.579.939-50, doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1.885, Centro Executivo Imperatriz, sala 1.307, Bairro Estreito, CEP 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 1909, de 20/02/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA, notadamente o Programa Gestão das Câmaras de Vereadores, que envolve as seguintes atividades:

- I –promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina;
- II –inclusão digital das Câmaras de Vereadores;
- III –disponibilização de informações e serviços ao cidadão;
- IV –acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores;
- V –divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios;
- VI –promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal;
- VII –economia dos recursos públicos.

Parágrafo único.

O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no “Caderno de Serviços” do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 2.808,00(dois mil e oitocentos e oito reais), para os serviços previstos na Cláusula Primeira e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL EXERCÍCIO 2016	TOTAL ANUAL EXERCÍCIO 2016
1	Gestão das Câmaras de Vereadores	R\$ 260,00	R\$ 2.808,00
VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2016			R\$ 2.808,00

Parágrafo primeiro.

Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2016, para a Administração Pública, aprovada pela Assembleia Geral do CIGA e constante de Resolução expedida pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo segundo.

A Tabela de Preços da CONTRATADA, de que trata esta Cláusula, será corrigida anualmente, com efeitos a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembleia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo terceiro.

Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,80/Km) e hora técnica (R\$ 160,00).

Parágrafo quarto.

A customização do sistema contratado pela CONTRATANTE, em aspectos não previstos no presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica (R\$ 160,00).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 2.808,00(dois mil e oitocentos e oito reais), em 1 (UMA) parcela, no valor de R\$ 2.808,00(dois mil e oitocentos e oito reais) efetuada por meio de boleto de pagamento referente aos serviços prestados, com vencimento até o último dia útil do mês da assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93:

- Ocorrerem fatos imprevisíveis;
- Ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- Em caso de força maior ou caso fortuito e
- Ocorrendo fato do príncipe.

Parágrafo único.

É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária de manutenção da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, orçamento vigente 2016 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2016.

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Parágrafo primeiro.

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;
- b) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, com pena de rescisão contratual, após prévia suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA;
- c) A rescisão contratual não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;
- d) Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;
- e) Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;
- f) Programar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela CONTRATADA;
- g) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas; e
- h) A CONTRATANTE declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados.

Parágrafo segundo.

Das responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança será objeto de acordo específico entre as partes;
- e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
- f) Disponibilizar as novas versões do sistema contratado pela CONTRATANTE sem custo adicional;
- g) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93; e
- i) Disponibilizar à CONTRATANTE as informações contábeis e demonstrações financeiras exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Parágrafo terceiro.

Da Força Maior

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo único.

Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiro, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelo direito autoral, direito de propriedade industrial, pelo direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e rescisão do presente contrato.

Parágrafo primeiro.

Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA até a regularização da dívida.

Parágrafo segundo.

Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato.

Parágrafo terceiro.

As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

Parágrafo primeiro.

Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;

b) Pagamentos do custo da desmobilização.

Parágrafo segundo.

Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será (ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

Parágrafo terceiro.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo quarto.

A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo único.

No âmbito dos programas de computador, aplicam-se, à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

Parágrafo primeiro.

Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

Parágrafo segundo.

Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando-a na sequência.

Parágrafo terceiro.

A CONTRATADA manterá armazenados os dados existentes em seu servidor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

Parágrafo quarto.

O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Florianópolis – SC, 1º de janeiro de 2016.

ISAURA CANDIDA PROVIN
Presidente da Câmara Municipal de Coronel Freitas
CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

SEDIANE LUNARDI MARAFON
Secretária

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI
Gerente Administrativa do CIGA

ANEXO I**TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE**

A Câmara Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, constitui a Senhorita Gabriela Lidia da Luz, brasileira, solteira, Assessora Jurídica, inscrita no CPF sob o n.º 066.554.399-90, como seu representante no Contrato n.º 02/2016, celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Florianópolis – SC, 1º de janeiro de 2016.

ISAURA CANDIDA PROVIN
Presidente da Câmara Municipal de Coronel Freitas
CONTRATANTE

ANEXO II**TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constitui a Gerente Administrativa como sua representante para fiscalizar a execução do Contrato n.º 02/2016, celebrado com o Município de Coronel Freitas Estado de Santa Catarina.

Florianópolis – SC, 1º de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATADA

Coronel Martins

PREFEITURA

AVISO PÚBLICO Nº 001/2016 ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA ATUAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO PÚBLICO Nº 001/2016

ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA ATUAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação do Município de Coronel Martins/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Dirceu Favretto, no uso das suas atribuições, emite aviso público aos acadêmicos que desejarem inscreverem-se para atuação perante a Secretaria Municipal de Educação do Município de Coronel Martins, para o ano letivo de 2016/2017 podendo haver a rescisão antecipada do contrato. O presente Aviso Público tem prazo de validade de até 02 (dois) anos.

1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1. As inscrições estarão abertas dos dias 03 de Fevereiro a 11 de fevereiro de 2016, das 07h45m às 11h45m, junto ao setor de Recursos Humanos no Centro Administrativo Municipal.

1.2. Os candidatos deverão anexar à ficha de inscrição:

- a) Cópia dos documentos de identificação pessoal (CPF, RG e Quitação Eleitoral);
- b) Histórico escolar ou declaração de frequência de Ensino Superior ou tecnólogo.
- c) Documentos comprobatórios dos seguintes critérios de avaliação: tempo de serviço profissional no magistério e participação em cursos na área de atuação;
- d) Comprovante de que reside no Município de Coronel Martins;
- e) Cópia da certidão de nascimento dos filhos.

Parágrafo Único: O não atendimento das alíneas "b" e "c" afetará na pontuação dos candidatos.

2. DAS VAGAS

2.1. O processo de seleção de que trata este Aviso Público visa à contratação de estagiários para o ano letivo de 2016, podendo haver a rescisão antecipada do contrato.

2.2. Quadro de vagas:

Função	Vagas	Carga Horária	Vencimento	Habilitação
Estagiário	06	30 horas semanais	R\$ 689,17	Acadêmico cursando Ensino Superior em Pedagogia ou matérias específicas.
Estagiário	Cadastro de reserva	30 horas semanais	R\$ 482,09	Acadêmico cursando magistério.

3. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

3.1. O processo de seleção será coordenado por uma comissão nomeada através de ato do Prefeito Municipal;

3.2. A Comissão de Seleção será composta por um funcionário interno do Setor de Recursos Humanos e por dois profissionais nomeados pela administração.

4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A classificação será feita de forma objetiva mediante a aplicação de pontos em relação à escolaridade, tempo de serviço e conclusão de cursos de aperfeiçoamento/atualização, conforme tabela abaixo:

Cargos	Título	Pontuação
Acadêmico cursando Ensino Superior em Pedagogia ou Matérias Específicas e Informática	1º fase	02 pontos
	2º fase	03 pontos
	3º fase	04 pontos
	4º fase	05 pontos
	5º fase	06 pontos
	6º fase	07 pontos
	7º fase	08 pontos
	8º fase	09 pontos
	Tempo de Serviço no Magistério	0,25 pontos a cada mês, desconsiderando-se frações inferiores.
	Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento	0,25 pontos a cada 10hs (dez horas), desconsiderando-se frações inferiores.

Acadêmico cursando magistério.	1º Ano	02 pontos
	2º Ano	03 pontos
	3º Ano	04 pontos
	4º Ano	05 pontos
	Tempo de Serviço no Magistério	0,25 pontos a cada mês, desconsiderando-se frações inferiores.
	Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento	0,25 pontos a cada 10hs (dez horas), desconsiderando-se frações inferiores.

5. DA CLASSIFICAÇÃO:

- 5.1. Os candidatos serão classificados utilizando-se da somatória dos pontos conforme critérios do item 4;
 5.2. Em caso de empate, terá preferência o candidato com maior número de filhos;
 5.3. Persistindo o empate, terá preferência o candidato com maior idade e, por fim, sorteio.

6. DOS PRAZOS:

- a. Inscrição: 03 de Fevereiro a 11 de Fevereiro de 2016.
 b. Divulgação do resultado final: 15 de fevereiro de 2016.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

O resultado será afixado em Mural na Prefeitura Municipal de Coronel Martins-SC e divulgado no site www.coronelmartins.sc.gov.br, 15 de fevereiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

FICHA DE INSCRIÇÃO
 AVISO PÚBLICO N° 001/2016

(n.º _____)

Nome do Candidato (a): _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____

Telefone: _____

RG: _____ CPF: _____

E-mail: _____

Cargo

Estagiário - 30 horas semanais Documentos anexos:

() RG () CPF () Comprovante de quitação eleitoral () Comprovante de Escolaridade - Histórico escolar () Tempo de serviço () Comprovante de cursos de aperfeiçoamentos () certidão de nascimento dos filhos - caso possua.

Abaixo assinado, declaro conhecer e aceitar todas as normas Aviso Público 001/2016 da Secretaria Municipal de Educação.

Coronel Martins/SC, ____ de fevereiro de 2016.

Assinatura do Candidato (a)

FICHA DE INSCRIÇÃO (via do candidato)

AVISO PÚBLICO N° 001/2016

(n.º _____)

Nome do Candidato (a): _____

RG: _____ CPF: _____

Cargo

Estagiário - 30 horas semanais Visto do Responsável

DECRETO Nº. 014 DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 014 DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

AUTORIZA SERVIDOR PÚBLICO A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública e da legalidade, resolve;

AUTORIZAR:

Art. 1º O Servidor Público Municipal, abaixo nominado, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Vinicius Smaniotto	Auxiliar Administrativo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
29 de janeiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 19 de Fevereiro de 2016, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para aquisição de combustíveis para manutenção da frota do município durante o exercício de 2016, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 09:30 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011, ou através do e-mail compras@coronelmartins.sc.gov.br.

Coronel Martins (SC), 04 de Fevereiro de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 19 de fevereiro de 2016, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para aquisição de material de expediente para o exercício de 2015, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 13:15 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011.

Coronel Martins (SC), 04 de Fevereiro de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

LEI Nº 669, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 669, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE OS INVESTIMENTOS PARA AS FESTIVIDADES DA FEXPOCEL – VI FESTA E EXPOSIÇÃO FEIRA AGROINDUSTRIAL E COMERCIAL E A COMEMORAÇÃO DO 24º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE CORONEL MARTINS.

DIRCEU FAVRETTO, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o investimento de um montante máximo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para promover as festividades da VI FEXPOCEL - FESTA E EXPOSIÇÃO FEIRA AGROINDUSTRIAL E COMERCIAL DE CORONEL MARTINS, bem como a comemoração do 24º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO a serem realizados nos dias 04, 05 e 06 de março de 2016.

Parágrafo único: Os valores referidos serão utilizados para as despesas referentes à sonorização, estrutura, iluminação, contratação de shows, divulgação, segurança, alimentação, entre outros.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias previstas no orçamento anual deste exercício de 2016.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 03 de fevereiro de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 018 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 018 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

AMPLIA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público,
Considerando que para o Custeio do Polo no Programa Academia da Saúde o município necessita ter um profissional habilitado com carga horária de 40 horas semanais atuando na Academia de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Fica ampliada, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária do Servidor Público Municipal Sr. Abel Debasiani, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Desportivo, admitido pelo Concurso Público nº001/2013, até 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de fevereiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 019 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº. 019 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/02/2016 à 02/03/2016.

Nome	Cargo	Referência
Ilso Antonio Mores	Mecânico	01/04/2014 31/03/2015

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de fevereiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 020 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº. 020 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DE SERVIDORA QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

REQUISITA:

Art. 1º O retorno da Servidora, Sr.^a Geneci da Costa Pertussatti, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, a partir do dia 29 de janeiro de 2016, em virtude da falta de profissional Junto a Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único – Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 29 de janeiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de fevereiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 021 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº. 021 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DE SERVIDORA QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

Considerando que a servidora é responsável pela liberação de pareceres de Benefícios Eventuais da Secretaria Municipal de Assistência Social;

REQUISITA:

Art. 1º O retorno da Servidora, Sr.^a Sandra Aparecida Scudélla, ocupante do Cargo de Assistente Social, no dia 05 de fevereiro de 2016, o dia todo, em virtude da liberação de pareceres de Benefícios Eventuais a serem encaminhados ao setor de contabilidade do

município com urgência.

Parágrafo único – Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de fevereiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 022 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 022 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 03 de fevereiro a 03 de março de 2016.

Nome	Cargo	Referências
Marcio Pozzer	Motorista	08/2012 á 08/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 01 de fevereiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS ESTADO DE SANTA CATARINA AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO PM N. 004/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PM N. 004/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO PM N. 004/2016
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PM N. 004/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial PM n. 005/2014, até às 10:30 horas do dia de 19 de Fevereiro de 2016, e farão abertura das mesmas às 10:45 horas do mesmo dia. Constitui-se do objeto da presente licitação seleção de propostas para prestação de serviços de segurança para eventos organizados pela administração municipal para o exercício de 2016. tipo menor preço por item, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos pessoalmente junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 04 de fevereiro de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO D PREÇOS - PROCESSO 07/2015 FHMCP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL 07/2015 FHMCP

No dia 12 do mês de novembro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VÂNIO FORSTER, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 07/2015, Processo Licitatório nº. 07/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, COM EXECUÇÃO INDIRETA E FORNECIMENTO PARCELADO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da Empresa Itens

Laboratório de Análises Clínicas Martins LTDA ME 01 à 156

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas CNPJ / CPF Nome do Representante .

Laboratório de Análises Clínicas Martins LTDA ME Adriana Martins
CNPJ: 95.878.138/0001-02 CPF: 736.523.009-63

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, COM EXECUÇÃO INDIRETA E FORNECIMENTO PARCELADO. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de

fornecimento em relação ao item pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades

usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a

entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em

data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, sendo que o material a ser analisado deverá ser coletado no Hospital Faustino Riscarolli até 15 minutos após a solicitação, e a empresa vencedora deverá entregar os resultados dos exames:

a) Exames de rotina considerados não urgentes no prazo máximo de 24 horas

b) Exames urgentes no prazo Máximo de até 2 (duas) horas.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da

rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Criciúma para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 12 de novembro de 2015.

VÂNIO FORSTER

PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

Laboratório de Análises Clínicas Martins LTDA ME

CNPJ: 95.878.138/0001-02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 07/2015 FMS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL 07/2015 FMS**

No dia 27 do mês de novembro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569 , bairro CENTRO , CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VÂNIO FORSTER, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 07/2015, Processo Licitatório nº. 07/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS QUE NÃO COMPÕEM A LISTA DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO, CONFORME TABELA ABCFARMA E O DISPOSTO NESTE EDITAL, PARA O ANO DE 2016. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da Empresa Itens

SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA 01 à 03

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTDE	DESCONTO
1	MEDICAMENTOS DE REFERÊNCIA	UN	1	11,0000
2	MEDICAMENTOS GENÉRICOS	UN	1	22,0000
3	MEDICAMENTOS SIMILARES	UN	1	21,0000

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas CNPJ / CPF .

SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

CNPJ: 03.777.341/0031-81

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS QUE NÃO COMPÕEM A LISTA DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO, CONFORME TABELA ABCFARMA E O DISPOSTO NESTE EDITAL, PARA O ANO DE 2016. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.
- 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:
- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
- b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
- b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.
- 2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.
- 2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, sendo que o material a ser analisado deverá ser coletado no Hospital Faustino Riscarolli até 15 minutos após a solicitação, e a empresa vencedora deverá entregar os resultados dos exames:
- a) Exames de rotina considerados não urgentes no prazo máximo de 24 horas
- b) Exames urgentes no prazo Máximo de até 2 (duas) horas.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da

primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar

documentação falsa, não manter a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Criciúma para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 27 de novembro de 2015.

VÂNIO FORSTER

PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

CNPJ: 03.777.341/0031-81

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO - PROCESSO 29/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 29/2015

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0584/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA TANCREDO NEVES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa RAMALUZ LTDA ME

CNPJ: 08.962.222/0001-05

Valor total da obra: 112.150,04 (Cento e doze mil cento e cinquenta reais e quatro centavos)

Vigência: 31/12/2015 à 31/03/2016

Correia Pinto/SC 04 de fevereiro de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 24/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 24/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NA ÁREA DE PSICOPEDAGOGIA, PARA A REALIZAÇÃO DE SESSÕES PSICOPEDAGÓGICAS COM ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORREIA PINTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e:

GERCILEY APARECIDA STEIN

CPF: 016.866.539-56

Instrumento: Contrato nº 0585/2015 PMCP

ITEM	Quantidade	Características	Preço Unitário	Preço Total
1	1.106	Sessões psicopedagógicas com alunos da rede municipal de ensino	26,66	29.485.96

Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016

Correia Pinto/SC 04 de fevereiro de 2016

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 01/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 – PREFEITURA

Objeto: TRANSPORTE DIÁRIO, DE ÔNIBUS, PARA PROFESSORES - LINHA BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA. TOTAL DE KILOMETRAGEM - 25 KM POR PERCURSO, VEZES 4 PERCURSOS POR DIA, VEZES 22 DIAS POR MÊS = 2.200 KM POR MÊS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço GLOBAL. Abertura dos envelopes: 18/02/2016 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 04 de fevereiro de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 47/2015 PMCP**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 1/6

Processo Nº.: 47/2015**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2015**

No dia 30 do mês de Novembro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Vario Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 47/2015, Processo Licitatório nº. 47/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10517	PEDRO PAULO DA SILVA	1, 2, 3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PEDRO PAULO DA SILVA	11.549.365/0001-96	PEDRO PAULO DA SILVA	018.974.079-55

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10517 - PEDRO PAULO DA SILVA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LAVACAO CARROS PEQUENOS (menos motor)	UN		1.980,000	31,0000	61.380,00
2	LAVACAO CARROS PEQUENOS (com motor)	UN		554,000	41,0000	22.714,00
3	LAVACAO Kombi, Micro Ônibus, Toyota, C 10, Van, Ambulância (menos motor)	UN		2.988,000	65,0000	194.220,00
4	LAVACAO Kombi, Micro Ônibus, Toyota, C 10, Van, Ambulância (com motor)	UN		344,000	70,0000	24.080,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTOPágina: 2/6
Processo Nº.: 47/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº.: 47/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2015

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/6
Processo Nº.: 47/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2015

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº.: 47/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2015

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
 - b) cancelamento do preço registrado;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
 - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/6
Processo Nº.: 47/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2015

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 30 de Novembro de 2015.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

PEDRO PAULO DA SILVA

CNPJ: 11.549.365/0001-96 _____

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 07/2015 FHMCP

Página: 1/7

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 13/11/2015 Fornecedor: 6106 - LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS MARTINS LTDA ME									
1	2655	Análise de Caracteres Físicos, elementos e sedimentos na urí	UN		3,000,000	0,0000	8,7200	26.160,00	Venceu
2	2656	Antibiograma - Código 02.02.08.001-3	UN		3,000,000	0,0000	19,5000	58.500,00	Venceu
3	2657	Bactioscopia direta para BAAR - Código 02.02.08.004-8	UN		400,000	0,0000	8,0000	3.200,00	Venceu
4	2658	Bactioscopia direta para BAAR (Tuberculose) - Código 02.02.0	UN		400,000	0,0000	8,0000	3.200,00	Venceu
5	2659	Bacteriologia (GRAM) - Código 02.02.08.007-2	UN		400,000	0,0000	8,0000	3.200,00	Venceu
6	2660	Clearance de Creatinina - Código 02.02.05.002-5	UN		3,000,000	0,0000	11,0000	33.000,00	Venceu
7	2661	Contagem de Plaquetas - Código 02.02.02.002-9	UN		3,000,000	0,0000	8,4700	25.410,00	Venceu
8	2662	Contagem de Reticulócitos - Código 02.02.02.003-7	UN		1,500,000	0,0000	8,4700	12.705,00	Venceu
9	2663	Cultura de Bactérias para Identificação - Código 02.02.08.00	UN		3,000,000	0,0000	44,5000	133.500,00	Venceu
10	2664	Cultura para BAAR - Código 02.02.08.011-0	UN		400,000	0,0000	44,2000	17.680,00	Venceu
11	2665	Determinação de Capacidade de Fixação do Ferro - Código 02.0	UN		500,000	0,0000	11,4400	5.720,00	Venceu
12	2666	Determinação de Curva Glicêmica (2 dosagens) - Código 02.02.	UN		500,000	0,0000	11,8600	5.930,00	Venceu
13	2667	Determinação de Curva Glicêmica Clássica (5 dosagens) - Cód	UN		500,000	0,0000	27,6400	13.820,00	Venceu
14	2668	Determinação de Fator Reumatóide - Código 02.02.03.007-5	UN		3,000,000	0,0000	8,6900	26.070,00	Venceu
15	2669	Determinação de Tempo de Coagulação - Código 02.02.02.007-0	UN		1,000,000	0,0000	6,4800	6.480,00	Venceu
16	2670	Determinação de Tempo de Sangramento - DUKE - Código 02.02.0	UN		500,000	0,0000	6,4800	3.240,00	Venceu
17	2671	Determinação de Tempo de Sobrevida de Hemácias - Código 02.0	UN		500,000	0,0000	11,6800	5.840,00	Venceu
18	2672	Determinação de Tempo e Atividade da Protrombina (TAP) - Cód	UN		500,000	0,0000	8,5400	4.270,00	Venceu
19	2673	Determinação de Velocidade de Hemossedimentação (VHS) - Cód	UN		3,000,000	0,0000	8,5400	25.620,00	Venceu
20	2674	Determinação Direta e Reversa de Grupos ABO - Código 02.02.1	UN		500,000	0,0000	12,2400	6.120,00	Venceu
21	2675	Determinação do Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada (TPP)	UN		1,500,000	0,0000	12,2400	18.360,00	Venceu
22	2676	Determinação Quantitativa de Proteína C Reativa - Código 02.	UN		3,000,000	0,0000	19,0000	57.000,00	Venceu
23	2677	Dosagem de Ácido Úrico - Código 02.02.01.012-0	UN		500,000	0,0000	7,2000	3.600,00	Venceu
24	2678	Dosagem de Ácido Valproico - Código 02.02.07.005-0	UN		200,000	0,0000	61,1000	12.220,00	Venceu
25	2679	Dosagem de Aldolase - Código 02.02.01.014-7	UN		200,000	0,0000	24,1000	4.820,00	Venceu
26	2680	Dosagem de Alfa-1-Glicoproteína Ácida - Código 02.02.01.016-	UN		200,000	0,0000	35,0500	7.010,00	Venceu

Página: 277

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 13/11/2015 Fornecedor: 6106 - LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS MARTINS LTDA ME									
27	2681	Dosagem Alfa-Fetoproteína - Código 02.02.03.009-1		UN	100,000	0,0000	46,1400	4.614,00	Vencou
28	2682	Dosagem de Amilase - Código 02.02.01.018-0		UN	1,500,000	0,0000	6,2000	9.300,00	Vencou
29	2683	Dosagem de Androstenediona - Código 02.02.06.011-0		UN	200,000	0,0000	49,7900	9.958,00	Vencou
30	2684	Dosagem de Antidepressivos Tricíclicos - Código 02.02.07.011		UN	200,000	0,0000	91,6200	18.324,00	Vencou
31	2685	Dosagem de Antígeno Prostático Específico (PSA) - Código 02.		UN	1,000,000	0,0000	39,0800	39.080,00	Vencou
32	2686	Dosagem de Barbituratos - Código 02.02.07.012-3		UN	200,000	0,0000	138,9500	27.790,00	Vencou
33	2687	Dosagem de Beta-2-Microglobulina - Código 02.02.03.011-3		UN	200,000	0,0000	49,3200	9.864,00	Vencou
34	2688	Dosagem de Bilirrubina Total e Frações - Código 02.02.01.020		UN	1,000,000	0,0000	6,5400	6.540,00	Vencou
35	2689	Dosagem de Cálcio - Código 02.02.01.021-0		UN	200,000	0,0000	5,7600	1.152,00	Vencou
36	2690	Dosagem de Cálcio Ionizável - Código 02.02.01.022-8		UN	200,000	0,0000	25,8000	5.160,00	Vencou
37	2691	Dosagem de Carbamazepina - Código 02.02.07.015-8		UN	200,000	0,0000	48,2000	9.640,00	Vencou
38	2692	Dosagem de Citrato - Código 02.02.05.008-4		UN	200,000	0,0000	46,1900	9.238,00	Vencou
39	2693	Dosagem de Cloroeto - Código 02.02.01.026-0		UN	500,000	0,0000	12,8200	6.410,00	Vencou
40	2694	Dosagem de Colesterol HDL - Código 02.02.01.027-9		UN	1,500,000	0,0000	10,5800	15.870,00	Vencou
41	2695	Dosagem de Colesterol LDL - Código 02.02.01.028-7		UN	1,500,000	0,0000	10,5800	15.870,00	Vencou
42	2696	Dosagem de Colesterol Total - Código 02.02.01.029-5		UN	1,500,000	0,0000	6,2000	9.300,00	Vencou
43	2697	Dosagem de Colinesterase - Código 02.02.01.030-9		UN	200,000	0,0000	8,8700	1.774,00	Vencou
44	2698	Dosagem de Complemento C3 - Código 02.02.03.012-1		UN	200,000	0,0000	28,6700	5.734,00	Vencou
45	2699	Dosagem de Complemento C4 - Código 02.02.03.013-0		UN	200,000	0,0000	28,6700	5.734,00	Vencou
46	2700	Dosagem de Cortisol - Código 02.02.06.013-6		UN	200,000	0,0000	35,7100	7.142,00	Vencou
47	2701	Dosagem de Creatinina - Código 02.02.01.031-7		UN	3,000,000	0,0000	6,2000	18.600,00	Vencou
48	2702	Dosagem de Creatinofosfoquinase (CPK) - Código 02.02.01.03		UN	3,000,000	0,0000	12,1700	36.510,00	Vencou
49	2703	Dosagem de Creatinofosfoquinase Fração MB - Código 02.02.01.		UN	3,000,000	0,0000	12,0100	36.030,00	Vencou
50	2704	Dosagem de Desidrogenase Lática - Código 02.02.01.036-8		UN	400,000	0,0000	11,8300	4.732,00	Vencou
51	2705	Dosagem de Estradiol - Código 02.02.06.016-0		UN	100,000	0,0000	34,7800	3.478,00	Vencou
52	2706	Dosagem de Fenitoina - Código 02.02.07.022-0		UN	100,000	0,0000	42,1800	4.218,00	Vencou
53	2707	Dosagem de Ferritina - Código 02.02.01.038-4		UN	500,000	0,0000	45,6600	22.830,00	Vencou
54	2708	Dosagem de Ferro Sérico - Código 02.02.01.039-2		UN	500,000	0,0000	12,8700	6.435,00	Vencou
55	2709	Dosagem de Folato - Código 02.02.01.040-6		UN	100,000	0,0000	15,1000	1.510,00	Vencou
56	2710	Dosagem de Fosfatase Alcalina - Código 02.02.01.042-2		UN	100,000	0,0000	7,6000	760,00	Vencou

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2015 - PR Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 13/11/2015 Fornecedor: 6106 - LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS MARTINS LTDA ME									
57	2711	Dosagem de Fósforo - Código 02.02.01.043-0		UN	100,000	0,0000	9,4200	942,00	Vencou
58	2712	Dosagem de Glicose - Código 02.02.01.047-3		UN	1,500,000	0,0000	6,2000	9.300,00	Vencou
59	2713	Dosagem de Glicose-6-Fosfato Desidrogenase - Código 02.02.01		UN	200,000	0,0000	40,0300	8.006,00	Vencou
60	2714	Dosagem de Gonadotrofina Corfônica Humana (HCG, BETA HCG) -		UN	1,500,000	0,0000	25,1200	37.680,00	Vencou
61	2715	Dosagem de Haptoglobina - Código 02.02.01.049-0		UN	200,000	0,0000	37,4000	7.480,00	Vencou
62	2716	Dosagem de Hemoglobina Glicosilada - Código 02.02.01.050-3		UN	500,000	0,0000	40,4800	20.240,00	Vencou
63	2717	Dosagem de Hormônio Folículo-Estimulante (FSH) - Código 02.		UN	1,000,000	0,0000	22,2000	22.200,00	Vencou
64	2718	Dosagem de Hormônio Luteinizante (LH) - Código 02.02.06.024-		UN	500,000	0,0000	22,2000	11.100,00	Vencou
65	2719	Dosagem de Hormônios Tireostimulante (TSH) - Código 02.02.0		UN	1,500,000	0,0000	26,1600	39.240,00	Vencou
66	2720	Dosagem de Imunoglobulina E (IGE) - Código 02.02.03.016-4		UN	500,000	0,0000	23,4600	11.730,00	Vencou
67	2721	Dosagem de Insulina - Código 02.02.06.026-8		UN	500,000	0,0000	23,4600	11.730,00	Vencou
68	2722	Dosagem de Lipase - Código 02.02.01.055-4		UN	500,000	0,0000	7,0000	3.500,00	Vencou
69	2723	Dosagem de Magnésio - Código 02.02.01.056-2		UN	500,000	0,0000	5,9600	2.980,00	Vencou
70	2724	Dosagem de Microalbumina na Urina - Código 02.02.05.009-2		UN	500,000	0,0000	38,7900	19.395,00	Vencou
71	2725	Dosagem de Muco-proteínas - Código 02.02.01.057-0		UN	500,000	0,0000	6,4300	3.215,00	Vencou
72	2726	Dosagem de Oxalato - Código 02.02.05.010-6		UN	200,000	0,0000	40,0000	8.000,00	Vencou
73	2727	Dosagem de Paratormônio - Código 02.02.06.027-6		UN	20,000	0,0000	54,5000	1.090,00	Vencou
74	2728	Dosagem de Potássio - Código 02.02.01.060-0		UN	3,000,000	0,0000	6,1600	18.480,00	Vencou
75	2729	Dosagem de Progesterona - Código 02.02.06.029-2		UN	100,000	0,0000	37,1500	3.715,00	Vencou
76	2730	Dosagem de Prolactina - Código 02.02.06.030-6		UN	100,000	0,0000	34,4600	3.446,00	Vencou
77	2731	Dosagem de Proteína C Reativa - Código 02.02.03.020-2		UN	1,500,000	0,0000	9,0900	13.635,00	Vencou
78	2732	Dosagem de Proteínas (Urina de 24 horas) - Código 02.02.05.0		UN	1,500,000	0,0000	8,5700	12.855,00	Vencou
79	2733	Dosagem de Proteínas Totais - Código 02.02.01.061-9		UN	1,500,000	0,0000	6,2000	9.300,00	Vencou
80	2734	Dosagem de Proteínas Totais e Frações - Código 02.02.01.062-		UN	1,500,000	0,0000	8,0300	12.045,00	Vencou
81	2735	Dosagem de Sódio - Código 02.02.01.063-5		UN	1,300,000	0,0000	6,2000	8.060,00	Vencou
82	2736	Dosagem de Somatomedina C (IGF1) - Código 02.02.06.032-2		UN	100,000	0,0000	68,5900	6.859,00	Vencou
83	2737	Dosagem de Sulfato de Hidroepiandrosterona (DHEAS) - Código		UN	100,000	0,0000	36,5900	3.659,00	Vencou
84	2738	Dosagem de Testosterona - Código 02.02.06.034-9		UN	100,000	0,0000	30,6800	3.068,00	Vencou

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 13/11/2015									
Fornecedor: 6106 - LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS MARTINS LTDA ME									
85	2739	Dosagem de Testosterona Livre - Código 02.02.06.039-7		UN	100,000	0,0000	37,2500	3.725,00	Venceu
86	2740	Dosagem de Tiroxina (T4) - Código 02.02.02.06.037-3		UN	500,000	0,0000	21,9200	10.960,00	Venceu
87	2741	Dosagem de Tiroxina Livre (T4 Livre) - Código 02.02.06.038-1		UN	500,000	0,0000	21,9200	10.960,00	Venceu
88	2742	Dosagem de Transaminase Glutâmico Pirúvica (TGP) - Código 02		UN	1.300,000	0,0000	6,3800	8.294,00	Venceu
89	2743	Dosagem de Transaminase Glutâmico-Oxalacética (TGO) - Código		UN	1.500,000	0,0000	6,3800	9.570,00	Venceu
90	2744	Dosagem de Transferrina - Código 02.02.01.066-0		UN	500,000	0,0000	33,6300	16.815,00	Venceu
91	2745	Dosagem de Triglicérideos - Código 02.02.01.067-8		UN	1.500,000	0,0000	8,3700	12.555,00	Venceu
92	2746	Dosagem de Triiodotironina (T3) - Código 02.02.06.039-0		UN	500,000	0,0000	22,4800	11.240,00	Venceu
93	2747	Dosagem de Uréia - Código 02.02.01.069-4		UN	1.500,000	0,0000	6,2300	9.345,00	Venceu
94	2748	Dosagem de Vitamina B12 - Código 02.02.01.070-8		UN	200,000	0,0000	31,1300	6.226,00	Venceu
95	2749	Dosagem de Zinco - Código 02.02.07.035-2		UN	200,000	0,0000	80,9500	16.190,00	Venceu
96	2750	Dosagem Gama-Glutamil- Transferase (GAMA GT) - Código 02.02.0		UN	1.500,000	0,0000	7,9300	11.895,00	Venceu
97	2751	Eletroforese de Proteínas - Código 02.02.01.072-4		UN	200,000	0,0000	35,6500	7.130,00	Venceu
98	2752	Eritrograma (Eritrócitos, Hemoglobina, Hematócrito) - Código		UN	3.000,000	0,0000	12,0400	36.120,00	Venceu
99	2753	Gasometria (PH, PCO2 PO2 BICARBONATO AS2) - Exceto Base - Co		UN	100,000	0,0000	56,4000	5.640,00	Venceu
100	2754	Hemograma Completo - Código 02.02.02.038-0		UN	7.000,000	0,0000	12,0400	84.280,00	Venceu
101	2755	Intradermoreação com Derivado Proteico Purificado (PPD) - C		UN	200,000	0,0000	21,9500	4.390,00	Venceu
102	2756	Leucograma - Código 02.02.02.039-8		UN	7.000,000	0,0000	12,0400	84.280,00	Venceu
103	2757	Pesquisa de Anticorpo IGG Anticardiolipina - Código 02.02.03		UN	200,000	0,0000	81,0900	16.218,00	Venceu
104	2758	Pesquisa de Anticorpo IGM Anticardiolipina Código 02.02.03.0		UN	200,000	0,0000	81,0900	16.218,00	Venceu
105	2759	Pesquisa de Anticorpos ANTI-DNA - Código 02.02.03.027-0		UN	200,000	0,0000	38,4500	7.690,00	Venceu
106	2760	Pesquisa de Anticorpos Antiescleroderma (SCL 70) - Código 02		UN	200,000	0,0000	55,4900	11.098,00	Venceu
107	2761	Pesquisa de Anticorpos Antistreptolisina O (ASLO) - Código		UN	1.500,000	0,0000	8,7800	13.170,00	Venceu
108	2762	Pesquisa de Anticorpos Anti-Helicobacter Pylori - Código 02		UN	200,000	0,0000	61,1900	12.238,00	Venceu
109	2763	Pesquisa de Anticorpos ANTI-HIV 1 (Western-Blot) - Código 02		UN	500,000	0,0000	462,5900	231.295,00	Venceu
110	2764	Pesquisa de Anticorpos ANTI-HIV1+HIV2 (ELISA) - Código 02.02		UN	500,000	0,0000	41,6000	20.800,00	Venceu

Página: 5/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2015 - PR Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 13/11/2015 Fornecedor: 6106 - LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS MARTINS LTDA ME									
111	2765	Pesquisa de Anticorpos ANTH-HTLV1+HTLV2 - Código 02.02.03.0		UN	500,000	0,0000	89,8300	44.915,00	Venceu
112	2766	Pesquisa de Anticorpos ANTH-IGG Contra Antígeno Central do V		UN	200,000	0,0000	62,8600	12.572,00	Venceu
113	2767	Pesquisa de Anticorpos Antimicrossomas - Código 02.02.03.055		UN	100,000	0,0000	44,5900	4.459,00	Venceu
114	2768	Pesquisa de Anticorpos Antinúcleo - Código 02.02.03.059-8		UN	100,000	0,0000	24,7600	2.476,00	Venceu
115	2769	Pesquisa de Anticorpos Anti-Ribonucleoproteína (RNP) - Código		UN	100,000	0,0000	59,3600	5.936,00	Venceu
116	2770	Pesquisa de Anticorpos Anti-Shistosomas - Código 02.02.03.03		UN	100,000	0,0000	81,3300	8.133,00	Venceu
117	2771	Pesquisa de Anticorpos ANTI-SM - Código		UN	100,000	0,0000	59,3600	5.936,00	Venceu
118	2772	02.02.03.034-2		UN	100,000	0,0000	59,2400	5.924,00	Venceu
119	2773	Pesquisa de Anticorpos ANTI-SS-A (RO) - Código 02.02.03.035-		UN	100,000	0,0000	59,2400	5.924,00	Venceu
120	2774	Pesquisa de Anticorpos ANTI-SS-B (LA) - Código 02.02.03.036-		UN	100,000	0,0000	54,9700	5.497,00	Venceu
121	2775	Pesquisa de Anticorpos Antitireoglobulina - Código 02.02.03.		UN	100,000	0,0000	33,1400	3.314,00	Venceu
122	2776	Pesquisa de Anticorpos Antitypanosoma Cruzi - Código 02.02.		UN	500,000	0,0000	44,9400	22.470,00	Venceu
123	2777	Pesquisa de Anticorpos Contra Antígeno de Superfície do Víru		UN	100,000	0,0000	79,1700	7.917,00	Venceu
124	2778	Pesquisa de Anticorpos Heterofilos Contra o Vírus Epstein-Ba		UN	100,000	0,0000	41,3400	4.134,00	Venceu
125	2779	Pesquisa de Anticorpos IGG Anticidomegalovírus - Código 02.0		UN	100,000	0,0000	26,6600	2.666,00	Venceu
126	2780	02.02.03.		UN	100,000	0,0000	76,5900	7.659,00	Venceu
127	2781	Pesquisa de Anticorpos IGG Contra Arbovírus (Dengue e Febre		UN	100,000	0,0000	50,9200	5.092,00	Venceu
128	2782	Pesquisa de Anticorpos IGG Contra o Vírus da Hepatite A (HAV		UN	100,000	0,0000	45,2700	4.527,00	Venceu
129	2783	Pesquisa de Anticorpos IGG Contra o Vírus da Rubéola		UN	100,000	0,0000	41,3400	4.134,00	Venceu
130	2784	Pesquisa de Anticorpos IGM Anti-Citomegalovírus - Código 02.		UN	100,000	0,0000	49,0800	4.908,00	Venceu
131	2785	02.02.03		UN	100,000	0,0000	26,6600	2.666,00	Venceu
132	2786	Pesquisa de Anticorpos IGM Antitoxoplasma - Código 02.02.03.		UN	100,000	0,0000	61,8900	6.189,00	Venceu
		Pesquisa de Anticorpos IGM Contra Antígeno Central do Vírus		UN	100,000	0,0000			

Página: 67

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 772015 - PR Licitação: 772015 - PR Fornecedor: 6106 - LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS MARTINS LTDA ME Data da Homologação: 13/11/2015									
133	2787	Pesquisa de Anticorpos IGM Contra o Vírus da Hepatite A (HAV)		UN	100,000	0,0000	50,9200	5.092,00	Venceu
134	2788	Pesquisa de Anticorpos IGM Contra o Vírus da Rubéola		UN	100,000	0,0000	45,2600	4.526,00	Venceu
135	2789	Pesquisa de Anticorpos Séricos Irregulares 37OC - Código 02.		UN	100,000	0,0000	150,7300	15.073,00	Venceu
136	2790	Pesquisa de Antígeno Carcinoembrionário (CEA) - Código 02.02		UN	100,000	0,0000	59,9000	5.990,00	Venceu
137	2791	Pesquisa de Antígeno de Superfície do Vírus da Hepatite B (H)		UN	500,000	0,0000	30,7200	15.360,00	Venceu
138	2792	Pesquisa de Antígeno E do Vírus da Hepatite B (HBEAG) - Códii		UN	500,000	0,0000	49,0200	24.510,00	Venceu
139	2793	Pesquisa de Espermatozoides (Após Vasectomia) - Código 02.02		UN	100,000	0,0000	13,3400	1.334,00	Venceu
140	2794	Pesquisa de Fator Reumatoide (Waaler-Rose) - Código 02.02.03		UN	100,000	0,0000	12,2000	1.220,00	Venceu
141	2795	Pesquisa de Fator RH (Inclui D Fraco) - Código 02.02.12.008-		UN	100,000	0,0000	12,2000	1.220,00	Venceu
142	2796	Pesquisa de Gonadotrofina Coriônica (Teste de Gravidez) - Cód		UN	500,000	0,0000	25,1300	12.565,00	Venceu
143	2797	Pesquisa de Hemoglobina S - Código 02.02.02.044-4		UN	200,000	0,0000	64,9200	12.984,00	Venceu
144	2798	Pesquisa de Ovos e Cistos de Parasitas - Código 02.02.04.012		UN	200,000	0,0000	6,8300	1.366,00	Venceu
145	2799	Pesquisa de Sangue Oculto nas Fezes - Código 02.02.04.014-3		UN	200,000	0,0000	12,8700	2.574,00	Venceu
146	2800	Pesquisa de Tripanossoma - Código 02.02.02.046-0		UN	200,000	0,0000	33,1400	6.628,00	Venceu
147	2801	Pesquisa de Trofozoítas nas Fezes - Código 02.02.04.017-8		UN	200,000	0,0000	6,8300	1.366,00	Venceu
148	2802	Pesquisa de Trypanosoma Cruzi (Por Imunofluorescência)		UN	200,000	0,0000	33,1400	6.628,00	Venceu
149	2803	Pesquisa para Dosagem de Aminoácidos (Por Cromatografia)		UN	200,000	0,0000	68,9200	13.784,00	Venceu
150	2804	Prova do Latex para Pesquisa do Fator Reumatoide - Código		UN	200,000	0,0000	7,1200	1.424,00	Venceu
151	2805	Teste de VDRL para Detecção de Sífilis - Código 02.02.03.111		UN	500,000	0,0000	7,1200	3.560,00	Venceu
152	2806	Teste Direto de Anticorpo Humano - Código 02.02.02.054-1		UN	200,000	0,0000	6,9800	1.396,00	Venceu
153	2807	Teste FTA-ABS IGM para Diagnóstico de Sífilis - Código 02.02		UN	500,000	0,0000	39,1800	19.590,00	Venceu
154	2808	Teste Indireto de Anticorpo Humano (TIA) - Código 02.02		UN	100,000	0,0000	6,9800	698,00	Venceu
155	2809	VDRL para Detecção de Sífilis em Gestante - Código 02.02.03.		UN	1,300,000	0,0000	7,1200	9.256,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDACAO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2015			Licitação: 7/2015 - PR		Data da Homologação: 13/11/2015				
Fornecedor: 6106			- LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS MARTINS LTDA ME						
156	2812	Troponina cardíaca 1		UN	3.000,000	0,0000	82,4900	247.470,00	Venceu
				Total do Fornecedor →		120.320,000		2.460.626,00	

Correia Pinto, 3 de Fevereiro de 2016.

Corupá

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 015/2016

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO 001/2016
REGISTRO DE PREÇOS 01/2016
CONTRATO 015/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12 e Inscrição Estadual nº 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, bairro Figueirinha – CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de 8.200 horas máquinas para atendimento das necessidades da Secretaria de Infra Estrutura do Município de Corupá-SC na execução dos serviços de desassoreamento de trecho do Rio Novo (1.750,00m) e trecho do Rio Itapocu (500,00m próximo a Cohab João Tozzini.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 76.000,00 (Setenta e Seis Mil Reais).

Data da Assinatura: 03/02/2016

Data da Vigência: 02/08/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 016/2016

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO 001/2016
REGISTRO DE PREÇOS 01/2016
CONTRATO 015/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa PARISI TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 80.443.427/0001-01 e inscrição Estadual nº. 20132420988, estabelecida na Rua Germano Wagner, 184, Bairro Centenário - CEP 89256-800, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de 8.200 horas máquinas para atendimento das necessidades da Secretaria de Infra Estrutura do Município de Corupá-SC na execução dos serviços de desassoreamento de trecho do Rio Novo (1.750,00m) e trecho do Rio Itapocu (500,00m próximo a Cohab João Tozzini.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 711.400,00 (Setecentos e Onze Mil e Quatrocentos Reais).

Data da Assinatura: 03/02/2016

Data da Vigência: 02/08/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇOS 01/2016

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO
Modalidade Tomada de Preço nº 001/16

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, Drenagem Pluvial, Terraplanagem, Sinalização Viária, e Obras Complementares da Rua 04 - Roberto Seidel - Trecho 01, (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), no Município de Corupá, conforme memorial descritivo, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 04/02/2016 às 09 horas do dia 22/02/2016.

INICIO DA SESSÃO: 09h30min do dia 22/02/2016.

TIPO: Menor Preço global.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Fica estipulada a data máxima do dia 17/02/2016 para que as empresas interessadas realizem a visita técnica e o Cadastramento Prévio junto a Prefeitura Municipal e retirem o Edital com todos os seus anexos. As empresas que já se encontram cadastradas devem atualizar o Certificado de Regularidade Cadastral também até a data já mencionada.

Corupá, 04 de Fevereiro de 2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 18/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 18/2015

Contrato Nº.: 18/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS
Contratada...: DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME
Valor : 10.893,32 (dez mil oitocentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos)
Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 03/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015
Recursos : Dotação: 2.074.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 26.098,82
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO DE NATAL PARA O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 19/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 19/2015

Contrato Nº.: 19/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS
Contratada...: GUILHERME KAOE DE DOMENICO PASSOS
Valor : 4.490,00 (quatro mil quatrocentos e noventa reais)
Vigência : Início: 04/12/2015 Término: 04/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015
Recursos : Dotação: 2.074.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 15.132,42
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO MÓVEL QUE SERÁ UTILIZADO NO DESFILE DE ABERTURA DO NATAL NO DIA 8/12/2015, ONDE O TRAJETO DAR-SE-Á NA AV. SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, RETORNANDO PELA AV. CEL VIDAL RAMOS ATÉ O PARQUE CENTENÁRIO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 46/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 46/2015

Contrato Nº.: 46/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: JOSE CARLOS ROSA DA SILVA 81423179900
Valor : 480,00 (quatrocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 03/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 195/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 47/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 47/2015

Contrato Nº.: 47/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor : 335,74 (trezentos e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 10/12/2015 Término: 10/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 194/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 48/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 48/2015

Contrato Nº.: 48/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada...: CELIA REGINA W. SANI ME
Valor : 54,32 (cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos)
Vigência : Início: 10/12/2015 Término: 10/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 194/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 49/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 49/2015

Contrato Nº.: 49/2015
Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda
Valor : 127,70 (cento e vinte e sete reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 10/12/2015 Término: 10/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 194/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 50/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 50/2015

Contrato Nº.: 50/2015
Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI ME
Valor : 157,22 (cento e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos)
Vigência : Início: 10/12/2015 Término: 10/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 194/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,

EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 51/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 51/2015

Contrato Nº.: 51/2015
Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Valor : 20,80 (vinte reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 10/12/2015 Término: 10/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 194/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 52/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 52/2015

Contrato Nº.: 52/2015
Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME
Valor : 35,56 (trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos)
Vigência : Início: 10/12/2015 Término: 10/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 194/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 53/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 53/2015

Contrato Nº.: 53/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: SC CÓPIAS LTDA
Valor : 600,00 (seiscentos reais)
Vigência : Início: 11/12/2015 Término: 05/05/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 54/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 54/2015

Contrato Nº.: 54/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: DA CAZ AUTO PECAS LTDA
Valor : 1.134,00 (um mil cento e trinta e quatro reais)
Vigência : Início: 16/12/2015 Término: 16/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 226/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 55/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 55/2015

Contrato Nº.: 55/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA
Valor : 990,00 (novecentos e noventa reais)
Vigência : Início: 16/12/2015 Término: 16/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 202/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 56/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 56/2015

Contrato Nº.: 56/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: FERREIRA E SERAFINI AUTO ELÉTRICA LTDA
Valor : 1.434,00 (um mil quatrocentos e trinta e quatro reais)
Vigência : Início: 16/12/2015 Término: 16/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 202/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 57/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 57/2015

Contrato Nº.: 57/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA
Valor : 436,32 (quatrocentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos)
Vigência : Início: 16/12/2015 Término: 16/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 58/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 58/2015

Contrato Nº.: 58/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: CELIA REGINA W. SANI ME
Valor : 28,76 (vinte e oito reais e setenta e seis centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 221/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 59/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 59/2015

Contrato Nº.: 59/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda
Valor : 630,74 (seiscentos e trinta reais e setenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 221/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 60/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 60/2015

Contrato Nº.: 60/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME
Valor : 35,52 (trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 221/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 61/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 61/2015

Contrato Nº.: 61/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
Valor : 666,66 (seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 221/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 62/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 62/2015

Contrato Nº.: 62/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: SUPERMERCADOS CEREAL LTDA
Valor : 313,50 (trezentos e treze reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 225/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 63/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 63/2015

Contrato Nº.: 63/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor : 355,68 (trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 225/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 64/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 64/2015

Contrato Nº.: 64/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME
Valor : 86,70 (oitenta e seis reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 225/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 65/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 65/2015

Contrato Nº.: 65/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor : 248,75 (duzentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 66/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 66/2015

Contrato Nº.: 66/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Valor : 80,65 (oitenta reais e sessenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 67/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 67/2015

Contrato Nº.: 67/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME
Valor : 71,25 (setenta e um reais e vinte e cinco centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 68/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 68/2015

Contrato Nº.: 68/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME.
Valor : 43,62 (quarenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 69/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 69/2015

Contrato Nº.: 69/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: SUPERMERCADOS CEREAL LTDA
Valor : 411,30 (quatrocentos e onze reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 70/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 70/2015

Contrato Nº.: 70/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda
Valor : 160,87 (cento e sessenta reais e oitenta e sete centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 193/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 71/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 71/2015

Contrato Nº.: 71/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: DIPAR DISTRIB. DE PAPEIS E REV. LTDA
Valor : 246,08 (duzentos e quarenta e seis reais e oito centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 193/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 72/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 72/2015

Contrato Nº.: 72/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
Valor : 135,78 (cento e trinta e cinco reais e setenta e oito centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 193/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 73/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 73/2015

Contrato Nº.: 73/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI ME
Valor : 15,26 (quinze reais e vinte e seis centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 193/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 74/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 74/2015

Contrato Nº.: 74/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: KLEBER MACHADO & CIA LTDA
Valor : 552,15 (quinhentos e cinquenta e dois reais e quinze centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 193/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 75/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 75/2015

Contrato Nº.: 75/2015
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
Valor : 200,45 (duzentos reais e quarenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 193/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 21/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

IPESMUC

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 21/2015

Contrato Nº.: 21/2015

Contratante.: IPESMUC

Contratada.: KLEBER MACHADO & CIA LTDA

Valor : 48,60 (quarenta e oito reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 193/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 22/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

IPESMUC

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 22/2015

Contrato Nº.: 22/2015

Contratante.: IPESMUC

Contratada.: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP

Valor : 11,88 (onze reais e oitenta e oito centavos)

Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 193/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 743/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 743/2015

Contrato Nº.: 743/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.

Valor : 6.177,50 (seis mil cento e setenta e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 05/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2014

Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (82), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (87), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (113)

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 1/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 240/2015 - PR
	Processo Administrativo: 240/2015 Processo de Licitação: 240/2015 Data do Processo: 15/12/2015

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 1/2016 (Sequência: 5)

Ao(s) 3 de Fevereiro de 2016, às 16:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 240/2015, Licitação nº. 240/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME (334628), AUTO VIAÇÃO MACHADO LTDA - ME (335717), VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA (337026), REUNIDAS TURISMO S/A (337269), MARCO ANTONIO ALVES 91054656991 (337753), IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME (337777), IONE APARECIDA CORREIA - ME (337778).

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- A EMPRESA IVONEI GONÇALES TURISMO - ME FOI INABILITADA POR NÃO APRESENTAR A DECLARAÇÃO EXIGIDA NO ITEM 6.6 ALÍNEA C) DO EDITAL. A EMPRESA MARCO ANTONIO ALVES APRESENTOU A DECLARAÇÃO SE COMPROMETENDO EM APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO EM 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS REFERENTE AO ITEM 6.7 ALÍNEA B), C), D) E E), SOB PENA DE INABILITAÇÃO E PENALIZAÇÃO CONFORME LEI 8.666/93. A EMPRESA VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA - ME APRESENTOU A DECLARAÇÃO SE COMPROMETENDO EM APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO EM 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS REFERENTE AO ITEM 6.7 ALÍNEA B), C), D), E) E F), SOB PENA DE INABILITAÇÃO E PENALIZAÇÃO CONFORME LEI 8.666/93. A EMPRESA DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME APRESENTOU A DECLARAÇÃO SE COMPROMETENDO EM APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO EM 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS REFERENTE AO ITEM 6.7 ALÍNEA B), C), D), E) E F), SOB PENA DE INABILITAÇÃO E PENALIZAÇÃO CONFORME LEI 8.666/93. A EMPRESA AUTO VIAÇÃO MACHADO LTDA - ME APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL, SENDO CONSIDERADA HABILITADA.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitiba, 3 de Fevereiro de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL

- - Pregoeiro(a)

ATA DE REUNIAO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA NR. 1/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 240/2015 - PR Processo Administrativo: 240/2015 Processo de Licitação: 240/2015 Data do Processo: 15/12/2015
	Folha: 1/4

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 1/2016 (Sequência: 5)

Ao(s) 3 de Fevereiro de 2016, às 16:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 240/2015, Licitação nº 240/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: NA HORA APRAZADA FOI ABERTA PARA A ETAPA DE LANCES O ITEM Nº 01 PARA AS EMPRESAS CLASSIFICADAS.

Participante: 334628 - DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 40 LUGARES, BANCOS RECLINAVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	KM	15.500,00	VOLKSWAGEN	0,0000	4,15	64.325,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 27 LUGARES, BANCOS RECLINAVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	KM	15.000,00	AGRALE VOLARE	0,0000	2,90	43.500,00
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UMA VAN COM CAPACIDADE MINIMA DE 16 LUGARES, BANCOS RECLINAVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	KM	13.000,00	FIAT DUCATO	0,0000	1,90	24.700,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 240/2015 - PR Processo Administrativo: 240/2015 Processo de Licitação: 240/2015 Data do Processo: 15/12/2015
	Folha: 2/4

Participante: 334628 - DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	CONTRATAÇÃO DE MICROONIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 LUGARES, PARA TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO; COM SAÍDA DE CURITIBANOS, COM CAPTAÇÃO DE PASSAGEIROS EM 6 PONTOS DE EMBARQUE, SEMPRE DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, COM DESTINO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS ONDE FORAM AGENDADOS OS TRATAMENTOS DOS PACIENTES; SENDO QUE NO RETORNO A CURITIBANOS OS PACIENTES DEVERÃO SER CONDUZIDOS A DESEMBARCAR NOS MESMOS PONTOS ONDE OCORREU O EMBARQUE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ DISPONIBILIZAR ALÉM DO MOTORISTA UM FUNCIONÁRIO ÀS SUAS CUSTAS, ÁRA O ACOMPANHAMENTO NO EMBARQUE, ACESSO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS E DESEMBARQUE DOS PACIENTES, ALÉM DE RESPONSABILIZAR-SE POR RETIRAR E LEBAR CORRESPONDÊNCIAS E MATERIAIS DESTINADOS E ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. OS VEÍCULOS DEVEÃO CUMPRIR TODAS AS NORMAS TÉCNICAS E LEGAIS, ESTAREM DEVIDAMENTE AUTORIZADOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS. OS VEÍCULOS DEVERÃO POSSUIR INTERIOR ADEQUADO AO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, ALÉM DA DISPONIBILIDADE DE ÁGUA MINERAL ACONDIONADA EM EMBALAGENS DE ATÉ 500ML, COM LACRE. A EMPRESA PARTICIPANTE DEVERÁ POSSUIR EM SUA FROTA PELO MENOS DOIS VEÍCULOS QUE ATENDA A TODAS AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS POR ESTE EDITAL, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO SERVIÇO QUANDO DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.	KM	252.000,00	AGRALE VOLARE	0,0000	2,10	529.200,00

Total do Participante ———> 661.725,00

Participante: 335717 - AUTO VIACAO MACHADO LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DETENTOS - PENITENCIÁRIA SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/CURITIBANOS - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, DE SEGUNDA A SEXTA DA SEGUINTE FORMA: PENITENCIÁRIA (VINDA DETENTOS) - CURITIBANOS (SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS); A DISTÂNCIA TOTAL POR VIAGEM SERÁ DE 50 KM. VEÍCULO COM SEGUINTE DESCRIÇÃO: CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LUGARES, BANCOS RECLINÁVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE DE SEGUNDA A SEXTA, A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	SERV	240,00	NEOBUS AGRALE	0,0000	277,00	66.480,00

Total do Participante ———> 66.480,00

Participante: 337026 - VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	TRANSPORTE ALUNOS CEDUP - COLÉGIO AGRÍCOLA CAETANO COSTA/ SÃO JOSÉ DO CERRITO, LIMITADO A UMA IDA E UMA VOLTA DOS ALUNOS, 1 VÉZ AO MÊS, COM RETORNO DO VEÍCULO VAZIO, DA SEGUINTE FORMA: CURITIBANOS - SÃO JOSÉ (IDA COM ALUNOS); SÃO JOSÉ DO CERRITO - CURITIBANOS (RETORNO VAZIO); CURITIBANOS - SÃO JOSÉ DO CERRITO (IDA VAZIO); SÃO JOSÉ DO CERRITO - CURITIBANOS (RETORNO COM ALUNOS); A DISTÂNCIA TOTAL POR VIAGEM SERÁ DE 140 KM NA SEXTA FEIRA (BUSCAR ALUNOS) E 140 KM NA SEGUNDA RETORNO DOS ALUNOS, TOTALIZANDO 280 KM AO MÊS.	KM	2.800,00	MERCEDES BENZ	0,0000	1,85	5.180,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 240/2015 - PR

Processo Administrativo: 240/2015
 Processo de Licitação: 240/2015
 Data do Processo: 15/12/2015

Folha: 3/4

Participante: 337026 - VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	CONTRATAÇÃO DE VAN, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LUGARES, PARA TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO; COM SAÍDA DE CURITIBANOS, COM CAPTAÇÃO DE PASSAGEIROS EM 6 PONTOS DE EMBARQUE, SEMPRE DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, COM DESTINO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS ONDE FORAM AGENDADOS OS TRATAMENTOS DOS PACIENTES; SENDO QUE NO RETORNO A CURITIBANOS OS PACIENTES DEVERÃO SER CONDUZIDOS A DESEMBARCAR NOS MESMOS PONTOS ONDE OCORREU O EMBARQUE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ DISPONIBILIZAR ALÉM DO MOTORISTA UM FUNCIONÁRIO ÀS SUAS CUSTAS, ÀRÁ O ACOMPANHAMENTO NO EMBARQUE, ACESSO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS E DESEMBARQUE DOS PACIENTES, ALÉM DE RESPONSABILIZAR-SE POR RETIRAR E LEBAR CORRESPONDÊNCIAS E MATERIAIS DESTINADOS E ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. OS VEÍCULOS DEVEÃO CUMPRIR TODAS AS NORMAS TÉCNICAS E LEGAIS, ESTAREM DEVIDAMENTE AUTORIZADOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS. OS VEÍCULOS DEVERÃO POSSUIR INTERIOR ADEQUADO AO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, ALÉM DA DISPONIBILIDADE DE ÁGUA MINERAL ACONDIONADA EM EMBALAGENS DE ATÉ 500ML, COM LACRE. A EMPRESA PARTICIPANTE DEVERÁ POSSUIR EM SUA FROTA PELO MENOS DOIS VEÍCULOS QUE ATENDA A TODAS AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS POR ESTE EDITAL, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO SERVIÇO QUANDO DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.	KM	200.000,00	RENAULT	0,0000	1,45	290.000,00

Total do Participante ———> 295.180,00

Participante: 337753 - MARCO ANTONIO ALVES 91054656991

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS DO PROJETO TERCEIRA IDADE E CRAS, PARA DESLOCAMENTO DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, O MOTORISTA DEVERÁ TER CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	KM	21.000,00	MERCEDES BENZ	0,0000	4,84	101.640,00

Total do Participante ———> 101.640,00

Total Geral ———> 1.125.025,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**CNPJ:** 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 240/2015 - PR****Processo Administrativo:** 240/2015
Processo de Licitação: 240/2015
Data do Processo: 15/12/2015

Folha: 4/4

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 3 de Fevereiro de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL

- - Pregoeiro(a)

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 012/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal
Contratado: Inviolável Três Fronteiras Ltda.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de monitoramento de sistema de alarmes e câmeras na prefeitura municipal e Fundos Municipal de Saúde e Fundo Municipal de assistência Social.- Valor R\$ 51.854,00 – Origem; CV 014-2015 vigência: 03/02/16 à 01/01/2017. Dionísio Cerqueira -- 01/02/2016
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que está aberta a Licitação Tipo Tomada de preço nº 015/2016, Processo 015/2016, Objeto: Contratação de empresa para construção de muro de contenção e trabalhos em terra para alicerce de quadra poliesportiva (29x16)M, na escola Municipal Jacob Maran. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 22/02/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413,. Dionísio. Cerqueira, 03/02/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que está aberta a Licitação Tipo Tomada de preço nº 016/2016, Processo 016/2016, Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia civil para acompanhamento e fiscalização de obras do Plano de ações articuladas da Educação. Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 22/02/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413,. Dionísio. Cerqueira, 03/02/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que está aberta a Licitação Pregão nº 017/2016, Processo 017/2016, Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria e assessoria para formação continuada dos professores da Rede Municipal de Ensino. Entrega da documentação e propostas até as 11:30 horas do dia 19/02/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413,. Dionísio. Cerqueira, 03/02/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 008/2016. Objeto: Contratação de laboratório protético para confecção de próteses dentárias totais (superior e inferior) e próteses dentária parcial removível

(superior e inferior), destinada aos pacientes do Fundo Municipal de Saúde. Entrega da documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 19/02/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 03/02/2016

João Stahl – Gestor do FMS

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 001/2016 Modalidade: PREGÃO nº 001/2016, Objeto Aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do Município Dionísio Cerqueira. Vencedores Altermed. Mat. Médicos e Hospit.Ltda. - Valor R\$ 17.616,61 - Dimaster Com. E Serv. Hospit. Ltda - Valor R\$ 51.103,50 - Dimeva Distr. De Med. .Ltda. - Valor R\$ 4.272,00 – AG. Kienen Cia .Ltda. - Valor R\$ 28.583,68 – Med. De AZ .Ltda. - Valor R\$ 50.268,80 – Com. Cirúrgica Rio Clarense .Ltda. - Valor R\$ 30.548,00 – Andrômeda Distr. De Medic..Ltda. - Valor R\$ 17.874,00 Agil Distr. De Medic..Ltda. - Valor R\$ 15.056,50 – BR Sul Distrib. De Medicam.EIRELLI.-ME- Valor R\$ 1.846,30 - AR Fiorenzano Distr. De Medic. .Ltda. - Valor R\$ 21.562,00

Dionísio Cerqueira 01/02/2016

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 002/2016 Modalidade: PREGÃO nº 002/2016, Objeto Aquisição de materiais odontológicos destinados a utilização pelas equipes de saúde bucal do município.. Vencedores Amarildo do Baséggio Cia Ltda.Ltda. - Valor R\$ 5.389,50 Dental Oeste Eirelli. Ltda - Valor R\$ 5.517,75 – Vanusa Dias Eirelli. .Ltda. - Valor R\$ 4.741,35 – Odontosul .Ltda - EPP. Valor R\$ 9.546,30 – Fusão Com. de Prod Odontolog..Ltda.-ME Valor R\$ 6.707,91 - Althris Com. de Medicam. E Materiais Médicos . Valor R\$ 1.683,38 - Possato & Marcello Ltda. .-ME. - Valor R\$ 6.460,14Dental Show Com. de Prod. Odontolog .Ltda. - Valor R\$ 6.426,78 Dionísio Cerqueira 01/02/2016

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 001/2016 Modalidade: PREGÃO nº 001/2016, Objeto Aquisição de medicamentos para a Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. Vencedores .AG Kienen Cia Ltda – Valor R\$ 13.868,60 – Agil Distr. De Medic. Ltda Valor R\$ 9.911,50 - Altermed. Mat. Médicos e Hospit.Ltda. - Valor R\$ 12.071,58 – Amarildo Baseggio Ltda –ME – Valor R\$ 49.030,80 AR Fiorenzano Distr. De Medic. .Ltda. - Valor R\$ 6.108,00 – Damedi Dambros Com. de Med. Ltda –EPP – Valor R\$ 22.012,87 –Dental Oeste Eirelli – Valor R\$ 8.044,70 – Fufa Distr. Hospitaar Ltda- Valor R\$ 1.007,90 – Litoral M Com. de Prod. Médicos – Valor R\$ 7.149,60 – Med. De AZ .Ltda. - Valor R\$ 27.636,15 – Odontomedi – Prod. Odontol. E Hosp. Ltda – Valor R\$ 15.393,99

Dionísio Cerqueira 01/02/2016

Bruna Dalo – Coordenadora do HMDC

Ermo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N° 33/2016

EXTRATO DO CONTRATO n° 33/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Ibanes Triches EPP

OBJETO: Aquisição de pneus, câmaras e protetores para serem utilizados nas máquinas e veículos da frota municipal, durante o exercício de 2016.

VIGÊNCIA: 02/02/2015 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 77.900,00 (setenta e sete mil e novecentos reais)

Data da assinatura: 02/02/2016.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONTRATOS_1DIVERSOS MAT. HIG E LIMPEZA SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0009/2016

Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Adeval Bike Papelaria E Bazar Ltda Epp

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene e limpeza destinado as unidades de saúde da secretaria municipal.

Valor: R\$ 73.200,00 (setenta e três mil e duzentos reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0005/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0001/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de fevereiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0010/2016

Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e Cia Ltda Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene e limpeza destinado as unidades de saúde da secretaria municipal.

Valor: R\$ 35.295,00 (trinta e cinco mil duzentos e noventa e cinco reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0005/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0001/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de fevereiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0011/2016

Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Marcelo Canello Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene e limpeza destinado as unidades de saúde da secretaria municipal.

Valor: R\$ 18.843,00 (dezoito mil oitocentos e quarenta e três reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0005/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0001/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de fevereiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0012/2016

Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Mercado Kaeka Ltda Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene e limpeza destinado as unidades de saúde da secretaria municipal.

Valor: R\$ 12.309,75 (doze mil trezentos e nove reais e setenta e cinco centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0005/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0001/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de fevereiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0013/2016

Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene e limpeza destinado as unidades de saúde da secretaria municipal.

Valor: R\$ 26.503,00 (vinte e seis mil quinhentos e três reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0005/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0001/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de fevereiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0014/2016

Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Roberto Mistura Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene e limpeza destinado as unidades de saúde da secretaria municipal.

Valor: R\$ 27.100,00 (vinte e sete mil e cem reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0005/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0001/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de fevereiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0015/2016

Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: SCS Comércio Ltda Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene e limpeza destinado as unidades de saúde da secretaria municipal.

Valor: R\$ 25.278,00 (vinte e cinco mil duzentos e setenta e oito reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0005/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0001/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de fevereiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0016/2016

Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Terezinha de Oliveira Luz Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene e limpeza destinado as unidades de saúde da secretaria municipal.

Valor: R\$ 13.417,50 (treze mil quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0005/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0001/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de fevereiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

CONVENIO 003

TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2016

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, através da Gabinete do Prefeito, com sede à Av. Rio Grande do Sul, nº 458, centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.910/0001-62 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. GENARO COSTA KESKE, doravante denominado de CONVENIENTE, e de outro lado:

AAFACE – Associação dos Acadêmicos Faxinalenses da Celer, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.469.012/0001-71, localizada na Av. São João, 302, centro da cidade de Faxinal dos Guedes, SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. EDELAR ANTONIO SIQUEIRA, portador do CPF nº 833.322.359-15, doravante denominado de CONVENIADO, que de comum acordo resolvem celebrar o presente convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio é o repasse de recursos financeiros ao CONVENIADO, para auxiliar no transporte dos acadêmicos para frequência do ensino superior no município de Xaxim, SC, e em conformidade com as cláusula e condições deste convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamentação legal na Lei nº 2.325/2014, correndo as despesas de sua execução por conta de dotações próprias do orçamento do corrente exercício e com previsão nos subsequentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do Presente convênio o CONVENIENTE repassará ao CONVENIADO, a importância mensal de até R\$-1.100,00(um mil e cem reais) do período de fevereiro a dezembro de 2016.

CLÁUSULA QUARTA - DO CONVENIENTE

Ao Município Conveniente, compete:

1. Efetuar o repasse dos recursos financeiros;
2. Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

1. Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente convênio;
2. Prestar contas dos recursos recebidos na forma de estabelecido na Lei 4.320/64;
3. Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;
4. Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente convênio;
5. Excluir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto da cláusula primeira;

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira deverá ser apresentada no prazo de 30 (trinta) dias e

na forma da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único - Para a Prestação de Contas, a CONVENIENTE deverá encaminhar ao MUNICÍPIO:

- a) - Ofício de Encaminhamento ao Prefeito Municipal;
- b) - Balancete de Prestação de Contas - Anexo TC-28 do Tribunal de Contas de SC;
- c) - Documentos comprobatórios da realização da despesa, especificando e qualificando, sem emendas, rasuras ou ressalvas, com o atestado de recebimento da mercadoria ou serviços, devidamente datado e assinado;
- d) - Extrato bancário da conta específica, com a movimentação completa do período;
- e) - Conciliação Bancária, se for o caso;
- f) - Guia de recolhimento de saldo não aplicado, em nome do Município de Faxinal dos Guedes;
- g) - Cópia do Convênio;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao CONVENIENTE decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidade que impliquem descumprimento de quaisquer deste instrumento pela CONVENIADA, poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo CONVENIENTE, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê, SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente em 02 (duas) vias, na presença de testemunhas.

Faxinal dos Guedes, SC, 01 de Fevereiro de 2016

GENARO COSTA KESKE Município Conveniente	AAFACE
---	--------

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONVENIO 004**TERMO DE CONVÊNIO 004/2016**

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI) E O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, VISANDO A reforma e ampliação da sede administrativa da amai.

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, sediado à Av. Rio Grande do Sul, 458, centro da cidade de Faxinal dos Guedes, Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob 83.009.910/0001-62, doravante denominado de CONVENIENTE neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor GENARO COSTA KESKE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 677.738.930-04, portador da Cédula de Identidade nº 1005485551.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 83.678.086/0001-33, situada à Rua Floriano Peixoto N 100, Centro de Xanxerê, Santa Catarina, doravante denominado de CONVENIADO neste ato representada pelo seu Presidente Ivandre Bocalon, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Passos Maia, inscrito no CPF sob o nº 625.625.769-34, portador da Cédula de Identidade nº 1.510.345, SSP/SC, residente e domiciliado na Av: Angelo Tireli, Nº 245, Centro, na cidade de Passos Maia, Santa Catarina, CEP 89687-000, que de comum acordo resolvem celebrar o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio o repasse de recursos financeiros ao CONVENIADO, destinados a reforma e ampliação da sede administrativa da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), de acordo com cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico devidamente aprovados em Assembleia de Prefeitos, que passa a fazer parte integrante deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O objeto deste Termo está fundamentado legalmente na Lei 2.380 de 16 de dezembro de 2015, correndo as despesas de sua execução por conta de dotações próprias do orçamento do corrente exercício.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Para execução do Presente convênio o CONVENIENTE reterá da conta do CONVENIADO, a importância de até R\$ 25.075,61 (vinte e cinco mil, setenta e cinco reais e sessenta e um centavos), que serão debitados em 10 (dez) parcelas juntamente com a contribuição mensal no dia 10 (dez) de cada mês, iniciando-se em 10 de Fevereiro de 2016 e findando em 10 de Novembro do mesmo ano.
II – As despesas mencionadas no § 1º correrão por conta de dotações orçamentárias vigentes.

III – A CONVENIADA se compromete a transferir para a conta corrente do convênio a importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), relativos à sua contrapartida conforme deliberação constada na Ata da Assembleia de Prefeitos, Nº 341 de 19 de novembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**1. São obrigações do Município CONVENIENTE:**

- a) Disponibilizar os recursos financeiros correspondentes à sua participação nas despesas objeto deste Convênio, obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante na Cláusula Terceira;
- b) Apresentar a CONVENIADA cópia do empenho global referente aos recursos objeto do presente Convênio;
- c) Aprovar, excepcionalmente, a alteração da programação da

execução deste Convênio, mediante proposta da CONVENIADA, fundamentada em razões concretas que a justifique;

- d) Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio.

- e) Analisar e aprovar a prestação de contas final dos recursos aplicados na consecução do objeto deste Convênio; e

- f) Prorrogar “de ofício” a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado.

2. São obrigações da CONVENIADA:

- a) Executar o objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA, de acordo com o Orçamento e Projeto Arquitetônico aprovados em Assembleia de Prefeitos, realizada em 19/11/2015 e, aplicar os recursos financeiros exclusivamente no cumprimento do seu objeto;

- b) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros a cargo do CONVENIENTE, transferidos de acordo com o Cronograma de Desembolso;

- c) Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado e, manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;

- d) Prestar contas dos recursos recebidos;

- e) Excluir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto da cláusula primeira;

- f) Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de Dezembro de 2016.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - A vigência deste Convênio poderá ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação da CONVENIENTE, fundamentada em razões concretas que justifiquem.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas Final dos recursos financeiros transferidos pelo CONVENIENTE, dos recursos de contrapartida e os de rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, será apresentada em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste instrumento sendo constituída das seguintes peças:

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Para a Prestação de Contas, a CONVENIADA deverá encaminhar ao MUNICÍPIO:

- a) Ofício de Encaminhamento ao Prefeito Municipal;

- b) Prestação de Contas;

- c) Documentos comprobatórios da realização da despesa, especificando e qualificando, sem emendas, rasuras ou ressalvas, com o atestado de recebimento da mercadoria ou serviços, devidamente datado e assinado;

- d) Extrato bancário da conta específica, com a movimentação completa do período;

- e) Conciliação Bancária, se for o caso;

- f) Guia de recolhimento de saldo não aplicado, em nome do Município;

- h) Fotos da obra;

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DOCUMENTOS DE DESPESA

As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo os recibos e notas fiscais a serem emitidos em nome da CONVENIADA e devidamente identificados com referência ao título.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data de aprovação da prestação de contas pelo CONVENIENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao CONVENIENTE decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidade que impliquem descumprimento de quaisquer deste instrumento pela CONVENIADA, poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo CONVENIENTE, independente de procedimentos judiciais.

Este Convênio poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-se-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Constitui motivo para rescisão deste Convênio, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Cronograma Físico - Financeiro;
- b) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto na CLÁUSULA SEXTA;
- c) constatação de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de Dezembro de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê, SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente em 02 (duas) vias, na presença de testemunhas.

Faxinal dos Guedes, SC, 01 de fevereiro de 2016.

GENARO COSTA KESKE MUNICÍPIO CONVENIENTE	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI)
---	---

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

EDITAL 00042016 MEDICAMENTOS PRONTA ENTREGA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Presencial nº 0004/2016

Processo licitatório nº: 0012/2016

Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos a pronta entrega, de farmácias locais com entrega imediata.

Data do recebimento: 22/02/2016 as 09h00min.

Data da Abertura: 22/02/2016 as 09h 15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de fevereiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 067/2016

PORTARIA Nº 067/2016

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por cursos de aperfeiçoamento ao servidor municipal CARLINHO FALKOSKI na ordem de 1% (um por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, CONFORME lei municipal 497/2011 em seu artigo 93.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 068/2016

PORTARIA Nº 068/2016

INTERROMPE FÉRIAS REGULAMENTAR CONCEDIDA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria INTERROMPIDO O PERÍODO DE FÉRIAS REGULAMENTAR concedido à servidora Municipal ROSANGELA BERGONSI, conforme solicitação do Secretário Municipal de Assistência Social, retornando as atividades em 04/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 069/2016

PORTARIA Nº 069/2016

CONCEDE AUMENTO DE CARGA HORÁRIA A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO AUMENTO DE CARGA HORÁRIA E VENCIMENTO SALARIAL em caráter temporário e de excepcional interesse público até a data de 30/12/2016 a servidora Municipal JANETE SCHWERTZ, ocupante do cargo de Professora com Licenciatura Específica, de 20 horas semanais para 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio.

Art. 2º - Fica também concedido Função Gratificada na ordem de 5% (cinco por cento) calculada sobre o vencimento base para exercer a função de Coordenadora Pedagógica junto ao Centro Educacional Padre Luis Muhl.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007_2016 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0027/2016 – PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007/2016 – PMF

Objeto: Inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25 caput Referente palestra para os professores, funcionários e colaboradores da Educação do Ensino Fundamental e Infantil, no dia 04 de fevereiro de 2016, no Centro de Eventos Flor da Maçã. Contratada: JOÃO PAULO FADEL EVENTOS – ME no CNPJ sob Nº 14.526.126/0001-09 Valor e pagamento: R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) até 04.02.2016. Fundamento Legal: Art. 25 “CAPUT” da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 03 de fevereiro de 2016.

Ivo Biazzolo

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007_2016-PMF RP 0004

Aviso do Pregão Presencial nº 0007/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0004/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de sêmens bovinos para uso veterinário, para atendimento ao Programa de Inseminação Artificial, que faz parte do PISA – Programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Microbacias Hidrográficas. Validade da Ata de Registro de Preços: fevereiro a maio de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM, Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 18.02.2016. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 03 de fevereiro de 2016.

Ivo Biazzolo

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008_2016-PMF RP 0005

Aviso do Pregão Presencial nº 0008/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0005/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de tubos e canaletas de concreto, para uso do órgão gerenciador (Município de Fraiburgo) e do órgão participante (SANEFRAI). Validade da Ata de Registro de Preços: fevereiro a junho de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:00 horas do dia 18.02.2016. Abertura: às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 03 de fevereiro de 2016.

Ivo Biazzolo

Prefeito

DECRETO Nº 023/2015

DECRETO Nº 023, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

11.00 – Secretaria de Ação social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0200 (263)	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

11.00 – Secretaria de Ação social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0200 (259)	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 024/2016

DECRETO Nº 024, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

FIXA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o artigo 35, da Lei Complementar Municipal n. 109/2010 e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado o horário de funcionamento de expediente da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, conforme estabelecido abaixo:

I - Geral – 08:00 horas diárias – Segunda a Sexta-Feira, no período matutino das 08:00 às 12:00 horas e período vespertino das 13:30 às 17:30 horas, as seguintes Secretarias, Autarquias, Fundações e Repartições:

- a) Assessoria do Gabinete do Prefeito;
- b) Procuradoria Geral do Município;
- c) Controladoria Interna;
- d) Secretaria de Administração e Planejamento;
- e) Secretaria de Finanças;
- f) Secretaria de Educação, Cultura e Esportes - Administração;
- g) Secretaria de Saúde;
- h) Secretaria de Ação Social;
- i) Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- j) Fundação Municipal de Esportes;
- k) Sanefrai;
- l) Departamento de Cultura;
- m) PROCON;
- n) SINE;
- o) ORTFRAI;
- p) Conselho Tutelar;
- q) CREAS;
- r) CAPS.

II - Geral – 08:00 horas diárias – Segunda a Sexta-Feira, no período matutino das 07:30 às 11:30 horas e período vespertino das 13:30 às 17:30 horas, as seguintes Secretarias:

- a) Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente;
- b) Secretaria de Infraestrutura Urbana

Art. 2º. Estão sujeitos ao horário de funcionamento diferenciado as seguintes repartições, órgãos e setores:

I - Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

- a) Creches – Segunda a Sexta-Feira, nos períodos matutino e vespertino das 6:30 às 18:30 horas.

- b) Escolas Ensino Fundamental – Segunda a Sexta-Feira, no período matutino das 07:45 às 11:45 horas e no período vespertino das 13:15 às 17:15 horas.

II – Da Secretaria Municipal de Ação Social:

- a) - CRAS – Segunda a Sexta-Feira, no período matutino das 07:45 às 11:45 horas e no período vespertino das 13:15 às 17:15 horas.

III - Da Secretaria Municipal de Saúde:

- a) – Todas as Unidades Básicas de Saúde (São Miguel, São José, Santo Antonio, Macieira, São Sebastião, Vila Salete) – Segunda a Sexta-Feira, no período matutino das 07:30 às 12:00 horas e no período vespertino das 13:00 às 17:30 horas.

IV – Junta do Serviço Militar:

- a) de Segunda a Sexta-Feira, no período vespertino das 13:00 às 19:00 horas.

V- Da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo:

- a) Estação de Tratamento de Água e Estação de Tratamento de Esgoto - Segunda a Sexta-Feira, no período matutino das 07:30 às 11:30 horas e no período vespertino das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, operando os seus efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2016, revogados as disposições em contrário, em especial os decretos n. 0250, de 04 de dezembro de 2008 e n. 0190, de 31 de agosto de 2015.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC., 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DE EDITAL DE ACT Nº 009-2016

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0009 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação de Professores em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área da educação do Município de Fraiburgo, nas funções públicas de PROFESSOR nas seguintes áreas de atuação e disciplina Secretaria de Educação, Cultura e Esportes: Geografia, Filosofia ou Teologia e Língua Inglesa quadro geral e quadros especiais de inscrições. O preenchimento de vagas será para o ano de 2016, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 05 de fevereiro a 30 de novembro de 2016, das 12:30 às 17:30 horas, em dia de expediente (excetuados sábado e domingo), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 03 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0257/2016

PORTARIA Nº 0257, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
Nomeia Coordenadora Municipal de Saúde Bucal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o ofício da Secretaria de Saúde de 02 de fevereiro de 2016;

Considerando a portaria nº 2488 de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde;

Considerando Caderno de Atenção Básica nº 17 – Saúde Bucal;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FRANCIANE GOMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 049.105.969-84, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, como COORDENADORA MUNICIPAL DE SAÚDE BUCAL, a partir de 03 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0258/2016

PORTARIA Nº 0258, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0024 de 08 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARILDA APARECIDA BACH DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 039.905.209-70, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 08 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0259/2016

PORTARIA Nº 0259, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0024 de 08 de outubro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DAIANE CRISTINA DE OLIVEIRA, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 069.230.279-42, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de fevereiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0260/2016

PORTARIA Nº 0260, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 19 de janeiro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEUNICE APARECIDA CARLIM DIAS, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 966.533.299-68, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de fevereiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0261/2016

PORTARIA Nº 0261, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FABIANA DE LARA, brasileiro(a), união estável, inscrito(a) no CPF sob o n.º 079.982.569-74, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de fevereiro de 2016 até 01 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0262/2016

PORTARIA Nº 0262, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARINES ZONTA RAMALHO, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 016.978.529-71, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de fevereiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0263/2016

PORTARIA Nº 0263, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034 de 01 de setembro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISLANE MUSSOLIN PEREIRA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 041.264.609-93, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de fevereiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0264/2016

PORTARIA Nº 0264, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 02 de janeiro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELAINE CRISTINA DE CÓRDOWAS ANDRÉ, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 068.198.759-67, contratado(a) em caráter temporário na função de TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de fevereiro de 2016 até 20 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0265/2016

PORTARIA Nº 0265, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0021/2016, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Concede a servidora JACQUELINE GISELE FARINA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.383.599-07, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Função Gratificada Nível 2, por ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos administrativos e das atas de registro de preços, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Fraiburgo, 03 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0266/2016

PORTARIA Nº 0266, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 0181/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 15 (quinze) para 23 (vinte e três) horas semanais a carga horária da servidora DELAIR DA COSTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 601.279.539-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0267/2016

PORTARIA Nº 0267, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0183/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARICLEIA PIROLA, brasileira, união estável, inscrita no CPF sob o n.º 051.357.689-47, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 15 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0268/2016

PORTARIA Nº 0268, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0182/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VIVIANE MOHR, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 054.069.989-60, na função de PROFESSOR – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 11 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0269/2016

PORTARIA Nº 0269, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 0182/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora VIVIANE MOHR, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 054.069.989-60, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE, no período de 11 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0270/2016

PORTARIA Nº 0270, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 017/2016, da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária do servidor JAN MARCEL GOMES MARTINS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 062.957.309-30, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 01.02.2016

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
01.02.2016	CONVÊNIO UNIÃO	Cobertura de Quadra do Bairro São Miguel.	73.931,60

Secretaria de Finanças

RECURSOS FEDERAIS 04.02.2016

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
29.01.2016	FNS	FARMÁCIA BÁSICA	15.499,33
29.01.2016	FNS	DST/AIDS	2.500,00

Secretaria de Finanças

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0003_2016-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0003/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação com pedras basálticas irregulares nas Ruas 11, 12, 13 e 14, no Bairro São Cristóvão, nesta cidade, com extensões de 158,70 metros, 139,27 metros, 123,34 metros e 116,16 metros, respectivamente, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), vinculado ao Contrato de Empréstimo entre a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A – BADESC e o Município de Fraiburgo n. 201501260, houve a participação da empresa MATERBRAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA – ME enquadrada como Empresa de Pequeno Porte, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93, e alterações.

Fraiburgo (SC), 03 de fevereiro de 2016.

Ivo Biazolo

Prefeito

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0003_2016-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0003/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação com pedras basálticas irregulares nas Ruas 11, 12, 13 e 14, no Bairro São Cristóvão, nesta cidade, com extensões de 158,70 metros, 139,27 metros, 123,34 metros e 116,16 metros, respectivamente, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), vinculado ao Contrato de Empréstimo entre a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A – BADESC e o Município de Fraiburgo n. 2015012601, quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: MATERBRAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA – ME Apresentou o valor total e global de R\$ 295.407,38 (duzentos e noventa e cinco mil quatrocentos e sete reais com trinta e oito centavos), sendo:

– Rua 11 – R\$ 92.626,14 (noventa e dois mil, seiscentos e vinte e seis reais e catorze centavos).

– Rua 12 – R\$ 74.824,46 (setenta e quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quarenta e seis centavos).

– Rua 13 – R\$ 58.714,41 (cinquenta e oito mil, setecentos e catorze reais e quarenta e um centavos).

– Rua 14 – R\$ 69.242,37 (sessenta e nove mil, duzentos e quarenta e dois reais e trinta e sete centavos). Ficando estes valores abaixo do valor máximo e global, estipulado pelo Município no item 1.3 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 03 de fevereiro de 2016.

Ivo Biazolo

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 01/2016**

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DO CARGO DE 2º SECRETÁRIO DA MESA DA CÂMARA, PARA O PERÍODO LEGISLATIVO DE 01/02 A 31/12/2016.

ORACIR FERREIRA DE DEUS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, na forma que dispõe o art. 24, "caput", da Lei Orgânica Municipal e art. 17, "caput", do Regimento Interno, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. O Vereador GERSON DE MATIA, eleito na Sessão Ordinária do dia 01/02/2016, assume o cargo de 2º Secretário da Mesa Diretora, para o período legislativo de 01/02 a 31/12/2016.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 02 de fevereiro de 2016.

ORACIR FERREIRA DE DEUS
Presidente da Mesa
ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

RESOLUÇÃO Nº 02/2016

RESOLUÇÃO Nº 02/2016

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE: LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL e SERVIÇOS PÚBLICOS.

ORACIR FERREIRA DE DEUS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial, as previstas no artigo 59 do Regimento Interno, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. O Vereador JOSIEL DA SILVA, eleito na Sessão Ordinária do dia 01/02/2016 assume a função de membro na Comissão Permanente de LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, pelo período de 01/02/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º. O Vereador GERSON DE MATIA, eleito na mesma Sessão, assume a função de membro na Comissão Permanente de SERVIÇOS PÚBLICOS, pelo período de 01/02/2016 a 31/12/2016.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 02 de fevereiro de 2016.

ORACIR FERREIRA DE DEUS
Presidente da Mesa
ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

RESOLUÇÃO Nº 03/2016

RESOLUÇÃO Nº 03/2016

DISPÕE SOBRE COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO.

ORACIR FERREIRA DE DEUS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o artigo 32, II, VI da LOM, e artigos 45 e 49 do Regimento Interno, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. O Vereador PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS, foi eleito na Sessão Ordinária do dia 01/02/2016, para assumir a função de membro da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº 01/2015, até o período de sua vigência.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 02 de fevereiro de 2016.

ORACIR FERREIRA DE DEUS
Presidente da Mesa
ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2016
PMG

Ata nº. 008/2016; Processo nº.159/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: ISMAEL DA SILVA - ARBITRAGEM -ME; Objeto: Registro de Preço para Contratação de empresa para prestar o serviço de arbitragem em diversas competições organizadas pela Prefeitura Municipal de Garopaba. Valor: R\$ 110.000,00; Data da Assinatura: 03/02/2016.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 09 AO CONTRATO Nº 23/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

9º Termo Aditivo; Contrato nº 23/2010; Processo nº. 25/2010; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: RESAMB RECICLAGEM E LIMPEZA AMBIENTAL LTDA - EPP. CNPJ: 07.349.957/0001-97. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 23/2010 por 60(sessenta) dias, que vigorará a partir de 03/02/2016 á 03/04/2016; Data da Assinatura: 03/02/2016.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 10 AO CONTRATO Nº 009/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

10º Termo Aditivo; Contrato nº 009/2010; Processo nº. 111/2009; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA. CNPJ: 50.668.722/0019-16. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato até o dia 03/04/2016, tendo validade a partir do dia 04/02/2016; Data da Assinatura: 03/02/2016.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 10 AO CONTRATO Nº 17/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

10º Termo Aditivo; Contrato nº 17/2010; Processo nº. 111/2009; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA. CNPJ: 50.668.722/0019-16. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato até o dia 03/04/2016, tendo validade a partir do dia 04/02/2016; Data da Assinatura: 03/02/2016.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 08/2016

DECRETO Nº. 08, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

“Decreta Feriados e Pontos Facultativos do ano de 2016, no âmbito da administração pública municipal, e dá outras providências”.

JOSE CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 9093, de 12 de setembro de 1995, que dispõe sobre a fixação dos feriados,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1605, de 31 de maio de 2012, que dispõe sobre os feriados municipais,

DECRETA:

Art. 1º. – Divulgação dos feriados nacionais, feriados municipais e pontos facultativos a partir de 08 de fevereiro do ano de 2016, nas repartições públicas, resguardados os serviços essenciais, de acordo com as escalas definidas por cada unidade administrativa.

I. 08 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (Ponto Facultativo)

II. 09 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (Ponto Facultativo)

III. 10 de fevereiro, quarta-feira, Carnaval (Ponto Facultativo)

IV. 24 de março, quinta-feira, Paixão (Ponto Facultativo)

V. 25 de março, sexta-feira, sexta-feira Santa (Feriado Municipal)

VI. 21 de abril, quinta-feira, Tiradentes (Feriado Nacional)

VII. 22 de abril, sexta-feira (Ponto facultativo)

VIII. 01 de maio, domingo, Dia do Trabalhador (Feriado Nacional)

IX. 26 de maio, quinta-feira, Corpus Christi (Feriado Municipal)

X. 27 de maio, sexta-feira (Ponto Facultativo)

XI. 24 de Junho, sexta-feira, Dia do Padroeiro do Município (Feriado Municipal)

XII. 07 de Setembro, quarta-feira, Independência do Brasil (Feriado Nacional)

XIII. 12 de Outubro, quarta-feira, Dia da Padroeira do Brasil (Feriado Nacional)

XIV. 28 de Outubro, sexta-feira, Dia do Servidor Público (Ponto facultativo)

XV. 02 de Novembro, quarta, Finados (Feriado Nacional)

XVI. 15 de Novembro, terça-feira, Proclamação da República (Feriado Nacional)

XVII. 20 de Dezembro, terça-feira, Aniversário de Garuva (Feriado Municipal)

XVIII. 25 de Dezembro, domingo, Natal (Feriado Nacional)

Art. 2º - Fica vedado o pagamento de horas extras, decorrentes do artigo acima.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR/SC
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016

OBJETO: Credenciamento de restaurantes que cumpram os requisitos indicados no Edital, para a prestação de serviços de fornecimento de refeições no evento: "II FESTIVAL GASTRONÔMICO DA TILÁPIA DO MUNICÍPIO DE GASPAR/SC". O evento acontecerá de 11 a 13 de março de 2016 na Arena Multiuso de Gaspar. Os interessados em se Credenciar poderão apresentar a documentação exigida no Edital, até às 17h (dezessete horas) do dia 19 de fevereiro de 2016, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Praça Getúlio Vargas, Gaspar/SC. Os interessados poderão obter a íntegra do EDITAL através do site: www.gaspar.sc.gov.br, sem custo, ou no Depto. de Compras do Paço Municipal. Dúvidas: (47) 3331-6309 . BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações.

Gaspar, 03 de fevereiro de 2016.

MARCELO FONTES SCHRAMM – Diretor Presidente da FME.

PORTARIA RH 03/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 03/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) VALCY MAY GRACIOLO, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 05/10/2003 a 10/10/2008, devendo folgar a partir de 04/02/2016 a 03/05/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 04/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 04/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) NEIVALDO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Supervisor Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 05/10/1993 a 04/10/1998, devendo folgar a partir de 04/02/2016 a 03/05/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 05/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 05/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) JOSÉ FELTRIN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 06/02/2006 a 10/02/2011, devendo folgar a partir de 07/02/2016 a 06/05/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 06/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 06/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) GRAZIELE BONETTI MANERICH, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/04/2003 a 07/04/2008, devendo folgar a partir de 11/02/2016 a 10/05/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de fevereiro de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 07/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 07/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) GIANA DA COSTA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/02/2006 a 31/01/2011, devendo folgar

a partir de 10/02/2016 a 09/05/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de fevereiro de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

TOMADA DE PREÇOS Nº 31/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Tomada de Preços Nº 31/2016

OBJETO: construção da cancha de bocha coberta no centro de convivência da terceira idade. ENTREGA DOS ENVELOPES: até 09h de 26/02/2016. ABERTURA: 26/02/2016 às 09h30min. A íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal, R: Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 03 de fevereiro de 2016.

MARCELO FONTES SCHRAMM – Presidente da FME

SAMAE - GASPAR

PORTARIA N. 11 DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA N. 11 DE 29 DE JANEIRO DE 2016

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR PEDRO SPARDOTTO

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado a pedido, a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, o servidor PEDRO SPARDOTTO, portador do CPF nº 777.100.709-06 e da CI nº. 2.642.447-9 do cargo em comissão Coordenador de Esgotamento Sanitário do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 50, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 29 de janeiro de 2016.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

PORTARIA N. 12 DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA N. 12 DE 29 DE JANEIRO DE 2016

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE A SERVIDORA FERNANDA GELATTI

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerada a pedido, a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, a servidora FERNANDA GELATTI, portadora do CPF nº. 004.037.820-90 e da CI nº. 6.754.083 do cargo em comissão de Gerente de Resíduos Sólidos, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 52, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 29 de janeiro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

PORTARIA N. 17 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. 17 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE FATURAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR JOSÉ LANA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado a pedido, a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, o servidor JOSÉ LANA, portador do CPF nº 463.336.229-15 e da CI nº. 650.972-0 do cargo em comissão de Diretor de Faturamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 01 de fevereiro de 2016.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

PORTARIA N. 18 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. 18 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016
NOMEIA SUPERVISOR DE REDE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- SAMAE O SERVIDOR MARCOS ERNESTO ALVES

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeado, a partir do dia 03 de fevereiro de 2016, o servidor MARCOS ERNESTO ALVES, portador do CPF nº 091.316.709-62 e da CI nº. 5.482.688 para o cargo de Supervisor de Rede do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 26, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 01 de fevereiro de 2016.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

PORTARIA N.10 DE 29 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA N. 10 DE 29 DE JANEIRO DE 2016
EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE ARRECADAÇÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE A SERVIDORA INDIANARA CRISTIANE ZORRER SPENGLER

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerada a pedido, a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, a servidora INDIANARA CRISTIANE ZORRER SPENGLER, portadora do CPF nº 051.418.179-62 e da CI nº. 4.772.671-7 do cargo em comissão de Chefe de Arrecadação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 44, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 29 de janeiro de 2016.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

PORTARIA N.13 DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA N. 13 DE 29 DE JANEIRO DE 2016
EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE SANEAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR JOÃO CARLOS CAMPOS.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado a pedido, a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, o servidor JOÃO CARLOS CAMPOS, portador do CPF nº 482.295.129-49 e da CI nº. 3R/ 1634.409 do cargo em comissão de Diretor de Saneamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 29 de janeiro de 2016.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

PORTARIA N.15 DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA N. 15 DE 29 DE JANEIRO DE 2016
EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE SERVIÇOS EXTERNOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR EDSON LINDOMAR DA SILVA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado a pedido, a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, o servidor EDSON LINDOMAR DA SILVA, portador do CPF nº 607.686.309-91 e da CI nº. 3R/2026.614 do cargo em comissão de Diretor de Serviços Externos, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 29 de janeiro de 2016.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 01/2016

Extrato de Contrato Nº 01/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 01/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, que disponibiliza:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

2. Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

3. Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

4. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

5. Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.810,00 (Nove Mil e Oitocentos e Dez Reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 04/01/2016

Governador Celso Ramos, 03 de Fevereiro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 02/2016

Extrato de Contrato Nº 02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 107/2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA- EPP

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO A INTERNET, TELEFONIA VOIP, VIDEOMONITORAMENTO E CENTRAL DE ALARMES PARA USO DAS SECRETARIAS INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ACESSO PÚBLICO À INTERNET, VIA WIRELESS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM REGIME DE COMODATO

VALOR DO CONTRATO: R\$ 350.000,00 (Trezentos e Cinquenta mil reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será de 12 meses.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 04/01/2016

Governador Celso Ramos, 03 de Fevereiro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 03/2016

Extrato de Contrato Nº 03/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 107/2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA- EPP

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO A INTERNET, TELEFONIA VOIP, VIDEOMONITORAMENTO E CENTRAL DE ALARMES PARA USO DAS SECRETARIAS INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ACESSO PÚBLICO À INTERNET, VIA WIRELESS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM REGIME DE COMODATO

VALOR DO CONTRATO: R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será de 12 meses.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 04/01/2016

Governador Celso Ramos, 03 de Fevereiro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 003/2016 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 003, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2.026, de 17 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

04.00	SECRETARIA DE PLAN IND COM E DESENVOLV URBANO		
04.03	DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO		
2.008	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0317	Aplicações Diretas	R\$	915,34
2.009	SEGURANÇA DE TRANSITO		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0354	Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0355	Aplicações Diretas	R\$	4.392,91
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0356	Aplicações Diretas	R\$	7.625,00
4.4.90.00. 00. 00. 00. 00.0354	Aplicações Diretas	R\$	3.698,43
06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.013	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03109	Aplicações Diretas	R\$	2.078,96
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03113	Aplicações Diretas	R\$	916,35
2.014	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLA		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03110	Aplicações Diretas	R\$	2.258,32
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0360	Aplicações Diretas	R\$	71,31
2.015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03111	Aplicações Diretas	R\$	1.659,07
2.017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL		
3.1.90.00. 00. 00. 00. 00.0319	Aplicações Diretas	R\$	1.593,70
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0358	Aplicações Diretas	R\$	1.036,08
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03115	Aplicações Diretas	R\$	421,48
2.022	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO - FUNDAMENTAL		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03112	Aplicações Diretas	R\$	127,87
2.023	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO - MÉDIO		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03204	Aplicações Diretas	R\$	330,75
10.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		

10.01	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS		
2.029	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0344	Aplicações Diretas	R\$	230,43
15.00	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		
15.02	DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
2.010	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS AO IDOSO		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03203	Aplicações Diretas	R\$	10.727,92
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03205	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
4.4.90.00. 00. 00. 00. 00.03205	Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
2.031	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03201	Aplicações Diretas	R\$	4.715,91
4.4.90.00. 00. 00. 00. 00.0363	Aplicações Diretas	R\$	18.275,48
4.4.90.00. 00. 00. 00. 00.0352	Aplicações Diretas	R\$	1.323,92
2.032	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - PETI		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03203	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03205	Aplicações Diretas	R\$	6.271,25
4.4.90.00. 00. 00. 00. 00.03205	Aplicações Diretas	R\$	9.089,36
2.044	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONCEÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS		
4.4.90.00. 00. 00. 00. 00.03202	Aplicações Diretas	R\$	3.454,65
15.03	DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE		
2.031	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS		
3.3.50.00. 00. 00. 00. 00.0349	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	R\$	486,40

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente ao seguinte recurso:

Cód.	Descrição do Recurso	Valor
0317	Contribuição p/Custeio Iluminação Pública (COSIP) - Superávit Financeiro	R\$ 915,34
0354	Convênio Trânsito - Militar - Superávit Financeiro	R\$ 7.698,43
0355	Convênio Trânsito - Civil - Superávit Financeiro	R\$ 4.392,91
0356	Convênio Trânsito - Prefeitura - Superávit Financeiro	R\$ 7.625,00
3109	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Creche - Superávit Fin.	R\$ 2.078,96
3113	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - AEE - Superávit Fin.	R\$ 916,35
3110	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Pré-Escola - Superávit F.	R\$ 2.258,32
0360	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE – Superávit	R\$ 71,31
3111	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Fundamental - Superávit	R\$ 1.659,07
0319	Transferências do Fundeb - 40% - Superávit Financeiro	R\$ 1.593,70
0358	Salário Educação - Superávit Financeiro	R\$ 1.036,08
3115	Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar (PNATE) - Fundamental – Super.	R\$ 421,48
3112	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - EJA - Superávit	R\$ 127,87
3204	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Médio - Superávit	R\$ 330,75
0344	Fundo Especial do Petróleo - FEP - Superávit Financeiro	R\$ 230,43
3203	SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Superávit	R\$ 30.727,92
3205	Transferências de Convênios - Estado - SCFV - Superávit Financeiro	R\$ 22.360,61
3201	Programa de Atenção Integral a Família - Piso Básico Fixo (PBF) - Superávit	R\$ 4.715,91
0363	Bolsa Família - Superávit Financeiro	R\$ 18.275,48

0352	Outras Transferências do FNAS - Superávit Financeiro	R\$	1.323,92
3202	Índice de Gestão Descentralizada do SUAS - IGD-SUAS - Superávit Financeiro	R\$	3.454,65
0349	Programa Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) - Superávit Financeiro	R\$	486,40

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
02 de Fevereiro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito de Grão-Pará

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 02 de Fevereiro de 2016.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO DF 004/2016 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 004, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2.026, de 17 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

14.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE - FMS		
14.02	DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA		
2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0364	Aplicações Diretas	R\$	900,00
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03156	Aplicações Diretas	R\$	3.175,16
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03161	Aplicações Diretas	R\$	6.209,58
2.035	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - SF		
3.1.90.00. 00. 00. 00. 00.03155	Aplicações Diretas	R\$	149,90
2.036	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS		
3.1.90.00. 00. 00. 00. 00.03152	Aplicações Diretas	R\$	708,29
2.037	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL - SB		
3.1.90.00. 00. 00. 00. 00.03157	Aplicações Diretas	R\$	695,14
2.038	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE - NASF		
3.1.90.00. 00. 00. 00. 00.03158	Aplicações Diretas	R\$	46.480,49
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03159	Aplicações Diretas	R\$	6.507,92
4.4.90.00. 00. 00. 00. 00.03159	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
14.03	DEP ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		
2.039	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0365	Aplicações Diretas	R\$	4.114,75
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.03165	Aplicações Diretas	R\$	5.505,46
14.04	DEPARTAMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE		

2.040	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
3.1.90.00. 00. 00. 00. 00.0366	Aplicações Diretas	R\$	16.123,10
14.05	DEPARTAMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
2.040	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.3160	Aplicações Diretas	R\$	63,24

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente aos seguintes recursos:

0364	Atenção Básica - Superávit Financeiro	R\$	900,00
3156	Atenção Básica - Programa Saúde na Escola - PSE - Superávit Financeiro	R\$	3.175,16
3161	Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Co-Financiamento - Superávit Financeiro	R\$	6.209,58
3155	Atenção Básica - ESF - Estratégia Saúde da Família - Superávit Financeiro	R\$	149,90
3152	Atenção Básica - Agentes Comunitários de Saúde - ACS - Superávit Financeiro	R\$	708,29
3157	Atenção Básica - Saúde Bucal - SB - Superávit Financeiro	R\$	695,14
3158	Atenção Básica - Núcleo Apoio da Família - NASF - Superávit Financeiro	R\$	46.480,49
3159	Transf. de Convênios - Saúde - Estado - NASF - Superávit Financeiro	R\$	16.507,92
0365	Atenção de Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar - Superávit Financeiro	R\$	4.114,75
3165	Transf. Estado - At. Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar - Estadual – Super.	R\$	5.505,46
0366	Vigilância em Saúde - Superávit Financeiro	R\$	16.123,10
3160	Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Farmácia Básica - Superávit Financeiro	R\$	63,24

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
03 de Fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito de Grão-Pará

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 03 de Fevereiro de 2016.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA PROCESSO 18.2016 PMGBA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC

CNPJ: 82.821.216/0001-82

RUA ADEMAR DE BARROS, 85

C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC

Número da ATA: 30/2016 (Sequência: 2)

PREGÃO PRESENCIAL 13/2016

Processo Administrativo: 18/2016

Processo de Licitação: 18/2016

Data do Processo: 08/01/2016

Ao(s) 3 de Fevereiro de 2016, às 08:30 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE GUARACIABA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 418/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 18/2016, Licitação nº 13/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE SEMEN BOVINO, QUE SERÁ DISTRIBUIDO AOS PECUARISTAS DO MUNICÍPIO ATENDENDO AO PROGRAMA LEITE É VIDA, VISANDO O MELHORAMENTO GENÉTICO DO PLANTEL DE ANIMAIS.

Realizadas as diligências com os profissionais da área Veterinários da Prefeitura Sr. Marciano Luiz Pigosso e Celso Bregalda, para verificar a conformidade dos itens: Verificada a prova apresentada para o item 01 da empresa OURO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS EIRELI ME a comissão resolve desclassificar a mesma por apresentar registro da empresa junto ao Ministério da Agricultura e comprovante de estar associado a Associação Brasileira de Inseminação artificial em nome de outra empresa e não da OURO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS EIRELI ME. Já a empresa DNA GENÉTICA DO BRASIL COMÉRCIO LTDA foram verificadas as provas do touro apresentada e estando estas em conformidade com o solicitado no edital e ainda apresentou registro da empresa junto ao Ministério da Agricultura e comprovante de estar associado a Associação Brasileira de Inseminação artificial em nome da empresa DNA GENÉTICA DO BRASIL COMÉRCIO LTDA, portanto classificada e julgada vencedora com o preço de 10,30 (dez reais e trinta centavos) a dose, último preço ofertado pela mesma. Aberto o envelope contendo a documentação da empresa DNA GENÉTICA DO BRASIL COMÉRCIO LTDA verificada a regularidade dos documentos de habilitação a comissão resolve habilitar a mesma. No item 02 a comissão já havia verificado a conformidade da proposta e da habilitação da empresa LUCINÉIA DE FRANÇA EIRELI, como vencedora e habilitada com o preço de 15,30 (quinze reais e trinta centavos) a dose. No item 03 verificada a prova apresentada pela empresa OURO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS EIRELI ME foram constatados os seguintes desacordos: LIBRAS EM PROTEÍNAS MAIOR OU IGUAL A 35 LIBRAS, prova apresentada LIBRAS EM PROTEÍNAS MAIOR OU IGUAL A 26,3 LIBRAS; ESTATURA MAIOR OU IGUAL A 1.0 prova apresentada não foi apresentada prova e ainda apresentou registro da empresa junto ao Ministério da Agricultura e comprovante de estar associado a Associação Brasileira de Inseminação artificial em nome de outra empresa, portanto a empresa OURO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS EIRELI ME foi desclassificada.

Já a empresa GENUTRI COMÉRCIO DE SEMEN LTDA segunda colocada no item também não foi classificada tendo em vista que a mesma apresentou a seguinte prova: LEITE MAIOR OU IGUAL A 1000 LIBRAS apresentando a prova de 301; CÉLULAS SOMÁTICAS MENOR OU IGUAL A 2,8 apresentando a prova de 3,03; LIBRAS EM GORDURA MAIOR OU IGUAL A 50 LIBRAS apresentando a prova de 38; LIBRAS EM PROTEÍNAS MAIOR OU IGUAL A 35 LIBRAS apresentando a prova de 11; PROVA DO TOURO A PARTIR DE DEZEMBRO DE 2015 apresentando a prova de dezembro de 2014, não sendo classificada e por isso seu envelope contendo a documentação não foi aberto. Como para o item 03 apenas duas empresa apresentaram cotação e ambas foram desclassificadas o item fica deserto. Diante das considerações apresentadas a comissão resolve declarar vencedoras as empresas LUCINÉIA DE FRANÇA EIRELI ME e DNA GENÉTICA DO BRASIL COMÉRCIO LTDA nos itens com os valores conforme segue. O item 03 não teve proposta válida. Publique-se. Notifique-se as empresas por email conforme acordado na ata nº21/2016 de 27 de janeiro de 2016. Os autos do Processo estão com vistas franqueadas aos participantes.

Publique-se

COMISSÃO:

Guaraciaba, 03 de fevereiro de 2016

ALDO JUSTINI SALVI – PREGOEIRO

TALITA GUERINI – EQUIPE DE APOIO

KATIANE LÚCIA SANTIN ARPINI BENCKE - EQUIPE DE APOIO/SUPLENTE

MARCIANO LUIZ PIGOSSO - VETERINÁRIO DO MUNICÍPIO

CELSON BREGALDA - VETERINÁRIO DO MUNICÍPIO

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 34.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016

PROCESSO Nº 34/2016 HOMOLOGAÇÃO: 03/02/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA A FROTA DE VEÍCULOS, MAQUINAS E CAMINHÕES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSPORTES E DEPTO DE AGRICULTURA E PATRULHA AGRÍCOLA, PARA O ANO DE 2016. DEVEM SER INCLuíDOS POR CADA ITEM ATÉ 2 CONSERTOS POR RECAPAGEM E A MONTAGEM E DESMONTAGEM DA RODA, SENDO SERVIÇOS ORIUNDOS ÀS RECAPAGENS.

CONTRATADO: JUNGBLUTH & JUNGBULTH LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.304,00 (onze mil trezentos e quatro reais)

CONTRATADO: A.R. PNEUS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 46.700,00 (quarenta e seis mil e setecentos reais)

CONTRATADO: R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.416,00 (vinte mil quatrocentos e dezesseis reais)

CONTRATADO: RECAPADORA MARREAS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 39.590,00 (trinta e nove mil quinhentos e noventa reais)

CONTRATADO: ROTA & SUTILI RECAPADORA DE PNEUS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.520,00 (dezessete mil quinhentos e vinte reais)

REVOGAÇÃO PROCESSO 09.2016 PP 01.2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA/SC
CNPJ: 11.355.924/00001-27
RUA PRESIDENTE KENNEDY, Nº455
CEP: 89920-000 GUARACIABA - SC
Pregão Presencial Nº01/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nr.: 09/2016

Objeto: Elaboração e fornecimento de almoço, bufê livre, com cardápio diversificado, servido em estabelecimento, destinado a equipe de profissionais que exerce suas funções na Unidade Básica de Saúde de Linha Ouro Verde, interior do Município de Guaraciaba SC. Estimativo para o exercício de 2016..

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 02/2016

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde do Município de Guaraciaba/SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com amparo no Art. 49 da Lei 8.666/93, e tendo em vista que não acudiu interessados em fornecer os serviços para Elaboração e fornecimento de almoço, bufê livre, resolve: "Revogar" o Processo Licitatório instaurado pelo município de Guaraciaba-SC através do Fundo Municipal de Saúde, sob o nº 09/2016 – Pregão Presencial nº 01/2016, tendo em vista que não acudiu interessados.

PUBLIQUE-SE.

GUARACIABA, 03 de fevereiro de 2016.

DAIANE DORIGON,
GESTORA DO FMS

**REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 07.2016
PREGÃO 02.2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
CNPJ: 82.821.216/00001-82
RUA ADEMAR DE BARROS, Nº85
CEP: 89920-000 GUARACIABA - SC
Pregão Nº02/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nr.: 07/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALMOÇO PARA FUNCIONÁRIOS A SERVIÇO DA MUNICIPALIDADE QUE PRESTAM SERVIÇOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO EM COMUNIDADES DISTANTES DA CIDADE PRÓXIMAS A LINHA OURO VERDE E LINHA GUATAPAREMA A SER SERVIDO NAS MESMAS COMUNIDADES, POR SEREM CENTRAIS AS COMUNIDADES DA REGIÃO.

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 03/2016

O prefeito Municipal, Senhor Roque Luiz Meneghini no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com amparo no Art. 49 da Lei 8.666/93, e tendo em vista que não acudiu interessados na prestação de serviços para servir ALMOÇOS PARA FUNCIONÁRIOS NA LINHA OURO VERDE E LINHA GUATAPAREMA, resolve: "Revogar o Processo Licitatório instaurado pelo município de Guaraciaba-SC, sob o nº 07/2016 - Modalidade Pregão nº 02/2016, tendo em vista que não acudiu interessados..

PUBLIQUE-SE.

GUARACIABA, 03 de fevereiro de 2016.

ROQUE LUIZ MENEGHINI,
PREFEITO MUNICIPAL

Guaramirim

PREFEITURA

DECISÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2011 PMG

Processo Licitatório nº 008/2011 PMG

Decisão

Trata-se de contrato de empresa de vigilância e segurança patrimonial com monitoramento eletrônico e alarme. A contratada pede reajuste do valor do contrato pelo INPC.

Acolho os termos do parecer jurídico acima para denegar o pedido de reajuste do contrato pelo índice INPC.

Guaramirim, 22-01-2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito de Guaramirim

ERRATA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCO DO BRASIL 01/2016

A Secretaria de Administração e Finanças torna publico o que segue:

Retificar o Contrato de Prestação de Serviços Banco do Brasil 01/2016, publicado no DOM/SC, edição nº. 1925, em 02/02/2016, página 227-229.

Onde se lê:
"Guaramirim-SC, 04/01/2015.
Local e Data"

Leia-se:
"Guaramirim-SC, 01/02/2016."

Guaramirim, SC, 03 de fevereiro de 2016.
Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 162/2015 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 162/2015 – PMG.
Contrato nº 35/2015

Objeto: Contrato de Rateio celebrado entre o município de Guaramirim e o consórcio de informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), para as publicações oficiais do Município conforme lei nº 3.684/2010 e para o Programa de Gestão Tributário, para o Exercício de 2016.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 2º, § 1º, III da Lei nº 11.107/05 e no art. 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

(CIGA), inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Estreito, Florianópolis/SC.

Valor: R\$ 22.980,00 (vinte e dois mil, novecentos e oitenta reais).

Guaramirim (SC), 22 de dezembro de 2015.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 17/2015- PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 17/2015-PMG
Processo de Licitação: 42/2015 - PMG

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para realização de cobertura aerofotogramétrica, perfilamento a laser aerotransportado e geração de ortofotocartas ao município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: AEROSAT – Engenharia e Aerolevantamentos Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 82.238.718/0001-85, com sede na Rua Dr. Manoel Pedro, n.º 785, Bairro Cabral, município de Curitiba/PR.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:
a) prorrogar o prazo de execução dos serviços até 23/01/2016;
b) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 13/03/2016.

Data da Assinatura: 18/01/2016 Vigência 13/03/2016.

GUARAMIRIM (SC), 18/01/2015
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 022/2013- PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 022/2013- PMG
Processo Licitatório nº: 62/2012

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE FOTOCOPIADORAS

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratado: REINKJET TINTAS E TONERS E INFORMÁTICA LTDA., inscrita no CNPJ nº 03.504.465/0001-16, situada na Rua Uruguaia,

147, Ponta Aguda, Blumenau (SC).

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência até 30/03/2016.

As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta do exercício fiscal de 2016.

Data da Assinatura: 21/12/2015 Vigência 30/03/2016.

GUARAMIRIM (SC), 03/02/2016

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 06/2016

PORTARIA Nº. 006/2016

Aprova Luis Claudio Dalpra no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Luis Claudio Dalpra, na função de Professor de Educação Física, 20 horas semanais, vinculado à Secretaria de Esporte e Lazer, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 08 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 01/2016 CIS AMEOSC

CONTRATO nº 01/2016

Fundo Municipal da Saúde, Estado de Santa Catarina e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC-CIS/AMEOSC.

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio que celebram entre si o Município de GUARUJÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.027.045/0001-87, com sede à Rua Paraná, 338, integrante da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de SC - AMEOSC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Jose carlos foiatto, inscrito no CPF nº 492.002.919-53 e pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, Sra. Rossmeri Kaiber Vergutz, inscrito no CPF nº 788.086.269-20 e CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO EXTREMO OESTE DE SC – CIS/AMEOSC, entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, consórcio público, inscrito no CNPJ nº 02.311.972/0001-22, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro, na cidade de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. MILTON SIMON, Prefeito Municipal de Itapiranga, inscrito no CPF nº 728.504.939-53, CI nº 1.850.419, resolvem firmar o presente Contrato de Rateio com o objetivo de utilizar os serviços médicos especializados oferecidos pelo CIS/AMEOSC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, Lei Federal nº 8.666/93, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIS/AMEOSC, Lei Municipal nº 1.001 de 05 de Junho de 2007, bem como, as cláusulas do Contrato de Programa nº 10/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS NORMAS LEGAIS - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO – O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina CIS-AMEOSC, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05.

Parágrafo Único. Consideram-se despesas do Consórcio entre outras que vierem a ser regulamente constituídas:

- Despesas de instalação, aquisição de equipamentos, mobiliário e manutenção da estrutura existente, inclusive reposição.
- Despesas de execução do objeto e das finalidades do Consórcio previstos no contrato de consórcio público, contratos de programa e convênios.
- Despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas previstas em lei.
- Despesas relativas à prestação de serviços, aquisição de materiais de uso e consumo, necessários para o desempenho das atividades administrativas e financeiras do Consórcio.

CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO - Para a execução do objeto deste Contrato, conforme disposto no Contrato de Rateio, e pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o Município de guarujá do sul repassará mensalmente ao Consórcio a importância de R\$ 806,41(oitocentos e seis reais e quarenta e um centavos) mensais, correspondendo ao objeto deste contrato do CIS/AMEOSC, depositando em conta específica: Banco: 001 – Banco Brasil, agência 0599-1, conta corrente 46.858-4.

CLÁUSULA QUINTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta da rubrica orçamentária de acordo com a Lei Orçamentária Anual sob nº 2.455/2015 de 26/11/2015 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Rubrica	Especificação	Valor (R\$)	(%)
3.1.71.70	Transferência a Consórcios Públicos	5.806,14	60
3.3.71.70	Transferência a Consórcios Públicos	2.903,07	30
4.4.71.70	Transferência a Consórcios Públicos	967,69	10
Total Geral		9.676,90	100,00

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA– DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO - São obrigações do CIS/AMEOSC:

- Acompanhar e controlar a qualidade técnica durante todo o processo, através de relatórios das atividades;
- Colocar a disposição do Município os serviços credenciados;
- Fornecer todos os impressos necessários ao encaminhamento dos usuários aos serviços;
- Colocar a disposição do Município sistema informatizado para agendamento de consultas, exames e/ou procedimentos;
- Orientar as Secretarias Municipais de Saúde em relação aos procedimentos de encaminhamento de usuários;
- Fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo Município;

- Encaminhar, após processamento, fichas de consultas e exames de usuários ao Município, acompanhado de relatório analítico dos procedimentos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO - São obrigações do Município:

- Acompanhar os encaminhamentos de pacientes usuários dos serviços oferecidos pelo Consórcio;
- Auxiliar o Consórcio a ampliar o número de profissionais credenciados na região da AMEOSC;
- Definir conjuntamente com o Consórcio a necessidade de novos serviços.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA - O presente contrato de rateio terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31/12/2016, podendo ser prorrogado no final do ano, por um período de até 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de São José do Cedro SC., para dirimir as questões e/ou procedimentos decorrentes ao cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - As demais questões serão resolvidas consoante às disposições do Estatuto Social do CIS/AMEOSC e das normas da Lei Federal nº 11.107/2005, bem como pelas deliberações tomadas em Assembleia Geral.

E por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato de Rateio em 02(duas) vias de igual teor e forma.

Guarujá do Sul - SC, 04 de janeiro de 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

MILTON SIMON
Representante CIS-AMEOSC

Rossméri Kaiber vergutz
Gestor do Fundo Munic. da Saúde
Contratante

TESTEMUNHAS:

CONTRATO 02/2016 CIS AMEOSC

CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2016

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de GUARUJÁ DO SUL, Estado de Santa Catarina e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC-CIS/AMEOSC, para o exercício de 2016.

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio que celebram entre si o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC – CIS/AMEOSC, entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, consórcio público, inscrito no CNPJ nº 02.311.972/0001-22, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro, na cidade de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. MILTON SIMON, Prefeito Municipal de Itapiranga, inscrito no CPF nº 728.504.939-53, e o Município de GUARUJÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.027.045/0001-87, com sede à Rua Paraná, 338, Centro, integrante da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de SC - AMEOSC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. JOSÉ CARLOS FOIATTO, inscrito no CPF nº 492.002.919-53, resolvem firmar o presente Contrato de Rateio com o objetivo de utilizar os serviços médicos especializados oferecidos pelo CIS/AMEOSC.

Cláusula Primeira – Das Disposições Gerais

Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, Lei Federal nº 8.666/93, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIS/AMEOSC, Leis Municipais nº 2.242/2013 bem como, as cláusulas do Contrato de Programa.

Cláusula Segunda – Das Normas Legais

É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula Terceira – Do Objeto

Este Contrato de Rateio tem por objetivo assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de GUARUJÁ DO SUL, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência.

Cláusula Quarta – Da Execução dos Serviços

Os serviços previstos na cláusula anterior serão prestados pelo CIS/AMEOSC na forma de credenciamento, conforme relação de credenciados.

Cláusula Quinta – Da Verificação da Prestação dos Serviços Prestados

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação da Secretaria Municipal de Saúde de cada Município.

Cláusula Sexta – Do Rateio

Para a execução do objeto deste Contrato, conforme disposto no Contrato de Programa, e pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o Município de GUARUJÁ DO SUL repassará mensalmente ao Consórcio a importância de R\$ 4.101,59 (quatro mil, cento e um reais e cinquenta e nove centavos) mensais, correspondendo a serviços médicos especializados e demais ações do CIS/AMEOSC, depositado em conta específica: Banco: 001 – Banco do Brasil, agência 0599-1, conta corrente 1.300-5.

I. O Município de Guarujá do Sul utilizará os valores repassados, descontada a taxa de administração do consórcio de 10 a 12% aprovada pela Assembleia Geral, em serviços médicos especializados a nível ambulatorial, de acordo com sua necessidade e nas condições operacionais do Consórcio, sendo estes valores constantes em contrato separado.

II. Caso ocorra a utilização de serviços além do estabelecido na contribuição será cobrado do Município em forma de serviços excedentes, a serem repassados nas mesmas condições da contribuição mensal, após faturamento.

III. Os valores não utilizados ficarão como crédito disponível para utilização do Município; e dos valores praticados pela tabela do CIS/AMEOSC, incidem quando se tratar de prestadores pessoa física o percentual de 20% (vinte por cento) sobre os valores dos credenciados a título de encargos previdenciários.

Cláusula Sétima – Da Rubrica Orçamentária

As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta da rubrica orçamentária de acordo com a Lei Orçamentária Anual sob nº 2.455/2015, de 26/11/2015 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Rubrica	Especificação	Valor (R\$)	(%)
3.3.93.99	Rateio pela Participação em Consórcio Público	49.219,08	100
TOTAL		49.219,08	100

Parágrafo Único: Será excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de Contrato de Rateio.

Cláusula Oitava – Da Prestação de Contas

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Cláusula Nona – Das Penalidades

O consorciado inadimplente com o CIS/AMEOSC, será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

I. Uma vez notificado da inadimplência, suspender-se-ão os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

II. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 90 (noventa) dias, o ente consorciado será excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembleia Geral, conforme artigo 43 do Estatuto Social.

III. A exclusão prevista na cláusula nona, não exime o participante do pagamento de débitos decorrentes referente ao período em que permaneceu inadimplente e como ativo participante, devendo o CIS/AMEOSC proceder a execução dos direitos.

Cláusula Décima – Das Obrigações do Consórcio

São obrigações do CIS/AMEOSC:

I. acompanhar e controlar a qualidade técnica durante todo o processo, através de relatórios das atividades;

II. colocar a disposição do Município os serviços credenciados;

III. fornecer todos os impressos necessários ao encaminhamento dos usuários aos serviços;

IV. colocar a disposição do Município sistema informatizado para agendamento de consultas, exames e/ou procedimentos;

V. orientar as Secretarias Municipais de Saúde em relação aos procedimentos de encaminhamento de usuários;

VI. fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo Município;

VII. encaminhar, após processamento, fichas de consultas e exames de usuários ao Município, acompanhado de relatório analítico dos procedimentos.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações do Município

São obrigações do Município:

I. acompanhar os encaminhamentos de pacientes usuários dos serviços oferecidos pelo Consórcio;

II. auxiliar o Consórcio a ampliar o número de profissionais credenciados na região da AMEOSC;

III. definir conjuntamente com o Consórcio a necessidade de novos serviços.

Cláusula Décima Segunda – Da Vigência

O presente contrato de rateio terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de Dezembro de 2016, podendo ser prorrogado.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões e/ou procedimentos decorrentes ao cumprimento deste contrato.

Cláusula Décima Quarta – Das Disposições Finais

As demais questões serão resolvidas consoante as disposições do Estatuto Social do CIS/AMEOSC e das normas da Lei Federal nº 11.107/2005, bem como pelas deliberações tomadas em Assembléia Geral.

E por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato de Rateio em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Guarujá do Sul - SC, 04 de janeiro de 2016.

Milton Simon Presidente do CIS/AMEOSC Prefeito de Itapiranga	José Carlos Foiatto Prefeito Municipal CPF: 492.002.919-53
--	--

Testemunhas

Advogado do Município de
OAB/SC

TERMO ADITIVO CONSAD 01/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº01/2016

CONTRATO DE RATEIO CUSTEIO ADMINISTRATIVO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO/PADRONIZAÇÃO DO S.I.M - TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL – SC E O CONSÓRCIO INTERESTADUALEINTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL. E em conformidade com a Cláusula Terceira do Contrato em questão, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de acordo com a cláusula e condições seguintes:

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS:

3.1 - Para a execução do presente Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO até o dia 30 de cada mês os valores abaixo:

Rubrica	Especificação	Janeiro a Dezembro	Mensal (R\$)
3.1.71.70	Aplicações Diretas (salários/encargos)	R\$ 14.352,00	R\$ 1.196,00
3.3.71.70	Aplicações Diretas (outros)	R\$ 4.591,20	R\$ 382,60
	Total	R\$ 18.943,20	R\$ 1.578,60

Guarujá do Sul, em 03 de fevereiro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO Presidente do CONSAD	JOSÉ CARLOS FOIATTO Prefeito Municipal de Guarujá do Sul
Testemunhas: SABRINA DILLMANN RODRIGUES CPF nº 060.910.369-55	CLAUDIO WESCHNFELDER CPF nº 401273200997

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 002/2016

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

Processo Licitatório nº 007/2016
Dispensa de Licitação nº 002/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2016 DE 26 DE JANEIRO DE 2016
CONTRATANTE:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CONTRATADA:

Brandalise & Padilha Assessoria, Consultoria em Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho Ltda. – ME.

OBJETO:

Prestação de Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, para a elaboração do PPRA, LTCAT e PCMSO durante o ano de 2016 de acordo com as características específicas.

VALOR:

R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3126/2015 de 07/12/2015. Função Programática: 04.01.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00

Herval d'Oeste, em 26 de janeiro de 2016.

NELSON GUIDANI	SIDNEI PADILHA
Prefeito Municipal	Sócio Administrador

DECRETO Nº. 3.495/2016 - "FIXA DATA DE VENCIMENTO PARA PAGAMENTO DO IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXA DE COLETA DE LIXO A ELE AGREGADA PARA O EXERCÍCIO DE 2016".

DECRETO Nº. 3.495/2016.

"FIXA DATA DE VENCIMENTO PARA PAGAMENTO DO IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXA DE COLETA DE LIXO A ELE AGREGADA PARA O EXERCÍCIO DE 2016".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxa de Coleta de Lixo a ele agregada, no exercício de 2016, será lançado e arrecadado em Parcela Única com 10,00% (Dez por cento) de desconto somente sobre o Imposto, ou em até 06 (seis) parcelas mensais, sem desconto, com os seguintes vencimentos:

Parcela Única com vencimento em 11 de abril de 2016.

- a) – 1ª Parcela com vencimento em 11 de abril de 2016.
- b) – 2ª Parcela com vencimento em 10 de maio de 2016.
- c) – 3ª Parcela com vencimento em 10 de junho de 2016.
- d) – 4ª Parcela com vencimento em 11 de julho de 2016.

- e) – 5ª Parcela com vencimento em 10 de agosto de 2016.
- f) – 6ª Parcela com vencimento em 12 de setembro de 2016.

Art. 2º. A emissão dos carnês de IPTU será feita via internet no site da Administração Municipal (www.hervaldoeste.sc.gov.br), sendo de responsabilidade do contribuinte a emissão do mesmo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de fevereiro de 2016.
NELSON GUINDANI
Prefeito

PORTARIA Nº 119/2016

PORTARIA Nº 119/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MARISTELA PEDROSO DOS SANTOS (Matr. 2684), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10 de março de 2010 e 24 de março de 2011, para serem gozadas a partir de 01 de fevereiro de 2016 a 01 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Fevereiro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 120/2016

PORTARIA Nº 120/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora KÁTIA FÁTIMA GIACOMELLI HACK (Matr. 1392), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Procurador, Nível – 12/2, Referência "F", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2014 a 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a contar de 03 de fevereiro de 2016 a 14 de fevereiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 121/2016

PORTARIA Nº 121/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor PAULO CÉZAR DO-LEJAL BERTÉ (Matr. 516), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Administrador, Nível – 12/1, Referência "F", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de abril de 2014 e 01 de abril de 2015, para serem gozadas a partir de 03 de fevereiro de 2016 a 03 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 122/2016

PORTARIA Nº 122/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora YASMIN LAIS RIBAS (Matr. 3626), a contar de 03 de fevereiro de 2016, a qual ocupava o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador da Junta do Serviço Militar, Nível – DAS-3, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o que preceitua a Lei Complementar Nº 281/2011, e, conforme Ofício Nº 001-5ª RM/16CSM. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 123/2016

PORTARIA Nº 123/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido conforme requerimento anexo, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora AROVANA CRISTINA MARCON (Matr. 4003), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 03 de fevereiro de 2016, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

CONTRATO 002/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2016

Contrato de Prestação de Serviços relativo ao Programa de Gestão Tributária celebrado entre o Município de Ibiam e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Ibiam, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 01.612.745/0001-74, com sede administrativa na Trav. Leoniza Carvalho Agostini, 20, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. GILMAR FONTANA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF:422.402.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 1.300.506 e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de prestação de serviços as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal nº 463, de 29/04/2011.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; no artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07; e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:

I - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais;

II – Simples Nacional: gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010, permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional. Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Capacitação e orientações dos procedimentos a serem adotados em relação a cada um dos programas, inclusive quanto às adaptações legislativas e procedimentais necessárias à correta implantação dos programas;

II - Definição e implementação de procedimentos para a operacionalização de tarefas relacionadas ao ambiente computacional,

especificamente aqueles relacionados aos programas contratados; III – Prestação de suporte técnico e operacional, em especial o atendimento às dúvidas sobre as características e a utilização dos programas;

IV – Intermediação entre o MUNICÍPIO e a(s) empresa(s) que prestem serviços ao CIGA em relação aos programas, no âmbito da solicitação de melhorias e evoluções tecnológicas;

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CONSÓRCIO as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - transmitir os dados e informações necessárias ao funcionamento adequado dos aplicativos envolvidos, restando autorizado ao CONSÓRCIO a transmissão de tais dados e informações a terceiros, desde que preservado o sigilo fiscal;

III - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

IV - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

V - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO:

I - executar os serviços nas condições estipuladas neste contrato; II - garantir a integridade e consistência do banco de dados em processos de atualização do sistema e ações executadas automaticamente pelo mesmo;

III - manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte ao MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - preservar o sigilo fiscal de informações de contribuintes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

V - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

VI - disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pelo MUNICÍPIO sem custo adicional.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 285,00, que no decorrer dos doze meses representam um valor total de R\$ 3.420,00 (Três mil e quatrocentos e vinte reais).

Parágrafo primeiro. Quando solicitado pelo MUNICÍPIO, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte do MUNICÍPIO, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,60/Km) e diárias (R\$ 210,00/diária) do(s) técnico(s).

Parágrafo segundo. A customização dos programas contratados pelo MUNICÍPIO, em aspectos não previstos na cláusula sexta do presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica no valor de R\$ 106,00 por hora.

Cláusula oitava. Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da seguinte conta bancária – agência nº 0737-4 e conta corrente nº 612.163-2 o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIGA deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de prestação

de serviços correrá de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2016, nos termos da Lei Municipal nº 0581 de 01 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual).

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima primeira. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda. Este contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2016, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DO FORO

Cláusula décima terceira. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Ibiom, 02/ de janeiro 2016.

GILMAR FONTANA Prefeito Municipal em exercício	Gilsoni Lunardi Albino Diretor Executivo do CIGA
---	---

TESTEMUNHAS:

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.709-30

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

Henrique Grassi Rossato
Procurador Geral – OAB/SC 34.173

CONTRATO 003/2016 PMI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2016

Contrato de Prestação de Serviços relativo ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina celebrado entre o Município de Ibiom e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para o exercício de 2016.

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Ibiom, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, com sede administrativa na Trav. Leoniza Carvalho Agostini, 20, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. GILMAR FONTANA Residente e domiciliado em Ibiom - SC, inscrito no CPF: 422.402.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 1.300.506 e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

Das disposições gerais

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de prestação de serviços as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da Lei Municipal nº 463 de 29/04/2011.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e no artigo 2º, inciso III, da Lei nº 11.107/05.

Do objeto

Cláusula terceira – Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Ibiom no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

Parágrafo primeiro – A publicação no DOM/SC substituirá a

publicação impressa e será veiculada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Parágrafo segundo - A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil).

Da prestação do serviço

Cláusula quarta – O CIGA será responsável pela execução do objeto deste contrato, cuja prestação do serviço observará:

1. A disponibilização de sistema de gerenciamento das publicações do Município;
2. A implantação e capacitação sobre os sistemas;
3. A manutenção e suporte técnico;
4. A pesquisa em novas tecnologias da informação e comunicação e sua aplicação ao sistema do DOM/SC;
5. A aquisição dos bens e serviços complementares à execução do objeto; e
6. A autenticidade, integridade, validade jurídica das publicações e a interoperabilidade do sistema, de acordo com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil).

Dos direitos e deveres dos entes consorciados

Cláusula quinta – São direitos do ente consorciado:

1. Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações conforme a cláusula quinta;
2. Receber capacitação para utilização dos sistemas desenvolvidos pelo consórcio;
3. Receber suporte técnico;
4. Requisitar correções e ajustes, cuja execução será atendida após aprovação dos técnicos do consórcio;

Cláusula sexta – São deveres do ente consorciado:

1. Prestar as informações solicitadas pelo CIGA;
2. Zelar pela correta execução dos serviços;
3. Autorizar o fornecimento de senhas, de uso pessoal e intransferível, de acesso ao sistema de publicações no DOM/SC;
4. Responsabilizar-se pelos atos oficiais publicados pelos servidores por meio das senhas fornecidas pelo CIGA;
5. Manter os recursos financeiros necessários à execução do objeto deste contrato.

Da transparência da gestão econômica e financeira

Cláusula sétima – A fim de garantir a transparência da gestão administrativa, econômica e financeira dos objetivos e metas previstos neste contrato, serão observadas as disposições constantes no Contrato de Consórcio Público, sendo que o CIGA deverá, especialmente:

1. elaborar e encaminhar ao Município a Prestação de Contas anual quanto aos serviços contratados, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e valores;
2. disponibilizar ao Município as informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Do preço e do pagamento

Cláusula oitava – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 325,00, totalizando o valor de R\$ 3.900,00 (três mil novecentos reais).

Cláusula nona – Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

Da rubrica orçamentária

Cláusula décima – A despesa decorrente deste contrato de prestação de serviços correrá de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2016, nos termos da Lei Municipal 0581 de 01 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual).

Da prestação de contas

Cláusula décima primeira – Poderá ser excluído do consórcio

público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio do presente contrato.

Cláusula décima segunda – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente contrato, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Das penalidades

Cláusula décima terceira – O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima quarta – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima quinta – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração. Da vigência

Cláusula décima sexta – O presente contrato de prestação de serviços entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

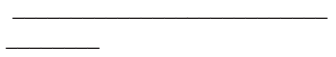
Do foro

Cláusula décima sétima – Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

Das disposições finais

Cláusula décima oitava – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Ibiam, 02 de janeiro de 2016.

 GILMAR FONTANA Prefeito Municipal em exercício	Gilsoni Lunardi Albino Diretor Executivo do CIGA
--	--

TESTEMUNHAS:

Henrique Grassi Rossato
Procurador Geral – OAB/SC 34.173

RESCISÃO CONTRATO 50/2015

TERMO DE RESCISÃO

O Município de Ibiam, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, centro em Ibiam – SC, representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, GILMAR FONTANA, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, na qualidade de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.580.176/0001-08, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 68, casa fundos, centro, Ipomirim- SC, CEP 89790-000, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. Moacir Bonissoni, CPF nº 291.955.190-68, na qualidade de CONTRATADO, têm justo e firmado entre si o presente Termo de Rescisão Contratual, do contrato nº 050/2015, processo licitatório nº 055/2015, carta convite nº 002/2015, em conformidade com a cláusula 7.6 do contrato, e artigo 79, II, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão amigável do contrato nº 050/2015, processo licitatório nº 055/2015, carta convite nº

002/2015, firmado em 08 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da comarca de Tangará - SC para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente instrumento de contrato.

Assim, justos e contratados, assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Ibiam – SC, 01 de dezembro de 2016.

Município de Ibiam
Gilmar Fontana
Prefeito em Exercício

LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
Moacir Bonissoni
Sócio Administrador

Henrique Grassi Rossato
Procurador Municipal
OAB/SC 34.173

Testemunhas:

Rosinei Ceron
CPF nº 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF nº 490.157.709-30

RESOLUÇÃO Nº 026/16 - CODEMI

RESOLUÇÃO Nº026/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação “in loco” e análise dos documentos do dia 28 de Agosto de 2015.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Orildo Paulinho Dalazen constituído 45(quarenta e cinco) horas de Escavadeira Hidráulica, 20(vinte) horas de Retroescavadeira, 70(setenta) horas de Trator de Esteira e 100(cem) km de Caçamba.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 01 de Fevereiro de 2016.
Elcir Antonio Barth da Costa
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: ..01../.02./2016.

Gilmar Fontana
Prefeito Municipal em Exercício

Ilhota

PREFEITURA

103 2016

DECRETO Nº 103, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

Altera o inciso I, do art.1º do Decreto nº 98/2016, que estabelece diretrizes e adota medidas visando a redução e otimização das despesas de custeio e de pessoal, no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O inciso I, do artigo 1º do Decreto nº 98/2016, passa a ter a seguinte redação:

“ Art. 1º [...]

I – Fica proibido o labor extraordinário, com exceção aos motoristas lotados na Secretaria Municipal de Saúde, motoristas de ônibus escolar, lotados na Secretaria Municipal de Educação, motoristas da Secretaria de Assistência Social em plantão e sobreaviso, operadores de máquinas, e operadores da balsa e equipe do Conselho Tutelar. “

Art. 2º Permanecem inalterados os demais artigos e dispositivos do referido Decreto.

Art. 3º Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal Ilhota (SC), 02 de fevereiro de 2016.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal de Ilhota

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 003-2016 PRG 057 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇOS - MATERIAL DE COPA E COZINHA - OLIVEIRA

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 003/2016

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 339/2015

Pregão Presencial: 057/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA.

Fornecedor: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA ME.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	14	1	COPO PLÁSTICO 180ml, CAIXA COM 25 TIRAS DE 100 UNIDADES CADA	75,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME
1	15	1	COPO PLÁSTICO 50ml (CAFÉZINHO), CAIXA COM 25 TIRAS DE 100 UNIDADES CADA	45,00	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME	22.620,00	vinte e dois mil seiscentos e vinte reais

Valor: R\$ 22.620,00 (vinte e dois mil seiscentos e vinte reais)

Assinatura: 03/02/2016

Vigência: até 03/02/2017.

Tatiana R. Reichert

Secretária de Administração

LEI ORDINARIA 1805 2016

Lei Ordinária 1805 de 02 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2016 e dá outras providências.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art.165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e Lei Orgânica do Município de Ilhota, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2016, compreendendo:

I	- as prioridades e metas da administração pública municipal;
II	- a estrutura e organização dos orçamentos;
III	- as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
IV	- as disposições relativas à dívida pública municipal;
V	- as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VI	- as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
VII	- as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2016 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art.4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I	- Demonstrativo I – Metas Anuais;
II	- Demonstrativo II – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
III	- Demonstrativo III - das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três Exercícios anteriores;
IV	- Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
V	- Demonstrativo V – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
VI	- Demonstrativo VII – Estimativa e compensação da renúncia de receita;
VII	- Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
VIII	Anexo I – Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para as receitas – total das receitas;
IX	Anexo II – Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para as despesas – total das despesas;
X	Anexo III – Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para o resultado primário;
XI	Anexo IV – Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para o resultado nominal;
XII	Anexo V – Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para o montante da dívida;
XIII	Anexo VI – Demonstrativo da receita Corrente Líquida;
XIV	Anexo VII – Demonstrativo de riscos fiscais e providências;

XV	Anexo VIII – Demonstrativo da origem e destinação dos recursos;
XVI	Anexo IX – Relatório sobre projetos em execução e despesas com conservação do patrimônio público;
XVII	Anexo X – Demonstrativo das metas fiscais e fiscais por ações;e
XVIII	Anexo XI – Relatório das metas e prioridades das despesas por programas.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, são as constantes do Anexo de prioridades e metas desta Lei, as quais terão precedências na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2016 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

II – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
 II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
 III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
 IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
 V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
 VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
 VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
 VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
 IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
 X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º - O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/2017.

§ 5º - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulos e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º - A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Instituto de Previdência Municipal de Ilhota, seus Fundos e Fundações, será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus Fundos, e ao Orçamento Fiscal, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, na forma dos seguintes Anexos:

I	- Receita e despesa, segundo as categorias econômicas, conforme o Anexo I, da Lei Federal nº 4.320 de 1.964;
II	- Receita por categoria econômica, conforme o anexo 2, da Lei Federal nº 4.320 de 1.964;
III	- Natureza da despesa por categoria econômica, conforme o anexo 2, da Lei Federal nº 4.320 de 1.964;
IV	- Funções e subfunções de governo, conforme o anexo 5, da Lei Federal nº 4.320 de 1.964;
V	- Programa de trabalho de governo, conforme o anexo 6, da Lei Federal nº 4.320 de 1.964;
VI	- Programa de trabalho de governo – demonstrativo de funções, subfunções e programas, por projetos, atividades e operações especiais, conforme o anexo 7, da Lei Federal nº 4.320 de 1.964;
VII	- Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo com os recursos, conforme o anexo 8, da Lei Federal nº 4.320 de 1.964;
VIII	- Demonstrativo da despesa por órgãos e funções, conforme o anexo 9, da Lei Federal nº 4.320 de 1.964;
IX	- Demonstrativo da evolução da receita, conforme art.22, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1.964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
X	- Demonstrativo da evolução da despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 1.964;
XI	- Planilha de identificação dos projetos, atividades e operações especiais por categoria de programação;
XII	- Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da lei Federal nº 9.394, de 1996;
XIII	- Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;
XIV	- Demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
XV	- Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000;e

XVI - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que tratam a Emenda Constitucional nº 29.

§ 1º O Orçamento das Autarquias, caso instituídas, acompanhará o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I – exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II – Justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

III – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundações e o Instituto de Previdência Municipal de Ilhota. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10 Os Fundos Municipais, Fundações e Instituto de Previdência Municipal de Ilhota terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais, as fundações e o Instituto de Previdência Municipal de Ilhota, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais, fundações e Instituto de Previdência Municipal de Ilhota, deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Centrais.

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Art. 12 Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo,

de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF).

I – Investimentos em geral, desde que ainda não iniciada a contratação;

II – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades; e

III – Dotação para horas extras, gratificações e vantagens.

§ 1º - Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida (§ 2º, Art.9º da LRF);

§ 2º – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação, ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão

prevista no Anexo I.11, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 15 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - ANEXO VII desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal através de Lei autorizativa, poderá anular recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 O orçamento para o exercício de 2016 destinará recursos para a Reserva de Contingência, até o máximo de 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

Art. 17 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços

Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 19 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único e art.50, I da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 20 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 21 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas e sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, cultural, médico, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para quais receberam os recursos, sendo que deverão prestar contas na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade (Art. 70, Parágrafo único da CF), ficando estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias a partir do recebimento para utilização dos recursos e devida prestação de contas.

§ 2º Suas atividades deverão ser de natureza continuada de atendimento direto ao público, de forma gratuita.

§ 3º Para habilitar-se ao recebimento de contribuições, auxílios e subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2016, por autoridades locais, e comprovantes de regularidades com a União, Estado e Município sede.

Art. 22 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 23 As obras em andamento, a conservação e levantamento

do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e despesas com conservação do Patrimônio Público - ANEXO IX, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001.

Art. 24 Os projetos de investimentos de pavimentação orçados com recursos próprios poderão ser cobrados a título de contribuição de melhoria dos contribuintes beneficiados, conforme código tributário municipal.

Art. 25 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Art. 26 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 27 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 28 Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei.

Art. 29 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Relatório das Metas e prioridades das despesas por programas – ANEXO XI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas semestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de agosto do ano corrente e fevereiro do ano seguinte, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 30 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Art. 31. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, podendo modificar as destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, dentro do mesmo projeto/atividade, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

IV – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32 A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente

anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Arts 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 33 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 34 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

V– DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei específica que autorize poderá em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, realizar concurso público para admissão de servidores, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 169, § 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 36 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III e Art. 22, parágrafo único, V da LRF.

Art. 37 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF):

I	- eliminação de vantagens concedidas a servidores;
II	- eliminação das despesas com horas extras;
III	- exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV	- demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 38 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Ilhota/SC, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF).

Art. 40 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não

se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF).

Art. 41 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 42 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até três dias após a aprovação desta Lei, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do exercício.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal, Estadual e com entidades sem fins lucrativos, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, durante o exercício de 2016.

Art. 46 Esta lei entra em vigora a partir de 1º de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Ilhota/SC, 03 de fevereiro de 2016.
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 090/2016

PORTARIA Nº 090/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. MARIA DA GLÓRIA EMILIO DE SOUZA, do cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 091/2016

PORTARIA Nº 091/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, a Srª. MICHELLE APARECIDA VECHI, do cargo de PROFESSOR II, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 092/2016

PORTARIA Nº 092/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, a Srª. CAMILA KUIAVA, do cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 093/2016

PORTARIA Nº 093/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. SUELI TERESINHA BARBOSA FERNANDES, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 094/2016

PORTARIA Nº 094/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. PRISCILA REICHERT, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 095/2016

PORTARIA Nº 095/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. LIDIA MARQUES RAMOS, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 096/2016

PORTARIA Nº 096/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. MARIA ROSELI SABINO MACHADO, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 097/2016

PORTARIA Nº 097/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. MÔNICA MAÇANEIRO, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 098/2016

PORTARIA Nº 098/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. MARIA MADALENA SCHWATZ, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 099/2016

PORTARIA Nº 099/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. IRINEIA ARNDT TOLARDO, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas

mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 100/2016

PORTARIA Nº 100/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. DIRCE FERNANDES PEREIRA, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 101/2016

PORTARIA Nº 101/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. IVONETE BAPTISTA, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 102/2016

PORTARIA Nº 102/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. LUCIA TESSARI PADILHA, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico

estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 103/2016

PORTARIA Nº 103/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. ARLINDO RENGEL, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 104/2016

PORTARIA Nº 104/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. ELIANE DE SOUZA PEREIRA, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 105/2016

PORTARIA Nº 105/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. JAQUELINE CUSTODIO, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 106/2016

PORTARIA Nº 106/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. LORENI BACHMANN ZIMMERMANN, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 107/2016

PORTARIA Nº 107/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. RUTE VEIGA FERREIRA, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 108/2016

PORTARIA Nº 108/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. CLEBER UDSON DA COSTA, no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 109/2016

PORTARIA Nº 109/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. JOÃO DE LIMA, no cargo de CARPINTEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 110/2016

PORTARIA Nº 110/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. ALCIDES OLEGÁRIO TEIXEIRA, no cargo de CARPINTEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de

01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 111/2016
PORTARIA Nº 111/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. LAURINDA FERREIRA MULLER, no cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 112/2016
PORTARIA Nº 112/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. MÁRCIA ALEXANDRA PINTO CUSTÓDIO, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 113/2016
PORTARIA Nº 113/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. MAURINA FELICIO PFLEGER, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 114/2016
PORTARIA Nº 114/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. ELAINE ARAUJO MACHADO, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 115/2016
PORTARIA Nº 115/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, a Srª. JEANNE ALESSANDRA SANTANA, no cargo de FARMACÊUTICO, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 100 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 116/2016

PORTARIA Nº 116/2016

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, a Sr^a. RAFAELA CRISTINA TEIXEIRA, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 117/2016

PORTARIA Nº 117/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, a Sr^a. MARIA DA GLORIA EMILIO DE SOUZA, no cargo de SERVENTE, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 118/2016

PORTARIA Nº 118/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, o Sr. THIAGO JOVANE NASCIMENTO, no cargo de PROFESSOR II, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e

regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 100 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 119/2016

PORTARIA Nº 119/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

CONCEDER, 55% de função gratificada ao Sr. PAULO EDUARDO PEREIRA, no cargo de SUPERVISOR DE ESPORTE, com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 122/2016

PORTARIA Nº 122/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. IDA DE AZEVEDO NASCIMENTO, no cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 123/2016

PORTARIA Nº 123/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o Sr. JANIEL OLIVEIRA JAGUSZEWSKI, do cargo de DENTISTA DO PSF, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

ANEXO LEI ORDINARIA 1805 2016

Página: 1 de 12
03/02/2016 16:46Prefeitura Municipal de Ilhota - SC
LDO2016 - 2016/0 - Alteração Legal 1
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados Enviados ao Legislativo

Exercício: 2016		Fundamento Legal : 15		Data: 28/08/2015		Tipo: Projeto de Lei	
Situação: Em Elaboração							
Unidade Gestora: CONSOLIDADO							
Unidade: 01.01 - CÂMARA DOS VEREADORES DE ILHOTA							
Programa: 0001 - PROCESSO LEGISLATIVO							
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)	
2.001 - Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	CÂMARA DOS VEREADORES DE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	1.500.000,00	
TOTAL NO EXERCÍCIO					1.500.000,00		

Exercício: 2016		Fundamento Legal: 15		Data: 28/08/2015		Tipo: Projeto de Lei	
Situação: Em Elaboração							
Unidade Gestora: CONSOLIDADO							
Unidade: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL							
Programa: 0002 - GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO							
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)	
2.002 - Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	A	Unidade	UND	100,00	500.000,00	
TOTAL NO EXERCÍCIO					500.000,00		

Exercício: 2016		Fundamento Legal: 15		Data: 28/08/2015		Tipo: Projeto de Lei	
Situação: Em Elaboração							
Unidade Gestora: CONSOLIDADO							
Unidade: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL							
Programa: 0003 - PROCURADORIA JURÍDICA							
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)	
2.003 - Manutenção e Funcionamento da Assessoria Jurídica	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	A	Unidade	UND	100,00	280.000,00	
TOTAL NO EXERCÍCIO					280.000,00		

Exercício: 2016	Fundamento Legal: 15		Data: 28/08/2015	Tipo: Projeto de Lei
Situação: Em Elaboração				
Unidade Gestora: CONSOLIDADO				
Unidade: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL				
Programa: 0004 - CONTROLE INTERNO				

Página: 2 de 12
03/02/2016 16:46Prefeitura Municipal de Ilhota - SC
LDO2016 - 2016/0 - Alteração Legal 1
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados Enviados ao Legislativo

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.004 - Manutenção e Funcionamento do Controle Interno	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	A	Unidade	UND	100,00	120.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						120.000,00

Exercício: 2016

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Fundamento Legal: 15

Data: 28/08/2015

Tipo: Projeto de Lei

Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Programa: 0006 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
0.001 - Amortizacao e Encargos da Dívida	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	O	Unidade	UND	100,00	560.000,00
0.002 - Contribuição ao Pasp	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	O	Unidade	UND	100,00	300.000,00
0.003 - Precatórios Judiciais	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	O	Unidade	UND	100,00	100.000,00
2.006 - Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	A	Unidade	UND	1.000,00	2.510.000,00
2.022 - Consorcio de Informatica na Gestao Publica Municipal - CIGA	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	A	Unidade	UND	100,00	15.000,00
2.073 - Manutenção e Funcionamento do Departamento de Águas e Saneamento	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	A	Unidade	UND	100.000,00	100.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						3.585.000,00

Exercício: 2016

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Fundamento Legal: 15

Data: 28/08/2015

Tipo: Projeto de Lei

Unidade: 05.01 - DEPARTAMENTO, CONTABILIDADE, CADASTRO, T

Programa: 0005 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.005 - Manutenção e Funcionamento do Departamento de Contabilidade, Tesouraria e Tributos	DEPARTAMENTO, CONTABILIDADE, CADASTRO, T	A	Unidade	UND	100,00	1.850.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						1.850.000,00

Exercício: 2016

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Fundamento Legal: 15

Data: 28/08/2015

Tipo: Projeto de Lei

Unidade: 07.01 - DEPT. DE ESTRADA DE RODAGEM - DMER

Página: 3 de 12
03/02/2016 16:46

Prefeitura Municipal de Ilhota - SC
LDO2016 - 2016/0 - Alteração Legal 1
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados Enviados ao Legislativo

Programa: 0007 - SECRETARIA DE TRANSPORTE						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.005 - Pavimentação e Drenagem de Ruas, Reurbanização e Revitalização	DEPT. DE ESTRADA DE RODAGEM - DMER	P	Unidade	UND	100,00	3.320.000,00
2.007 - Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Transportes	DEPT. DE ESTRADA DE RODAGEM - DMER	A	Unidade	UND	1.350.000,00	1.735.000,00
2.023 - Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública	DEPT. DE ESTRADA DE RODAGEM - DMER	A	Unidade	UND	100,00	1.100.000,00
2.024 - Manutenção do Convênio de Trânsito	DEPT. DE ESTRADA DE RODAGEM - DMER	A	Unidade	UND	100,00	240.000,00
2.025 - Manutenção do Convênio do Bombeiro Militar	DEPT. DE ESTRADA DE RODAGEM - DMER	A	Unidade	UND	100,00	30.000,00
2.076 - Manutenção do Convênio Prefeitura M. e Rádio Patrulha	DEPT. DE ESTRADA DE RODAGEM - DMER	A	Convênio	mes	21.000,00	25.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						6.450.000,00

Exercício: 2016

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 15

Data: 28/08/2015

Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 08.01 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

Programa: 0010 - SECRETARIA DE OBRAS

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.010 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	A	Unidade	UND	100,00	1.385.000,00
2.026 - Manutenção da Coleta de Lixo	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	A	Unidade	UND	100,00	1.300.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						2.685.000,00

Exercício: 2016

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 15

Data: 28/08/2015

Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 09.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Programa: 0008 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.002 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	P	Unidade	UND	310.000,00	310.000,00
2.008 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	A	Unidade	UND	100,00	615.000,00
2.027 - Manutenção do Departamento de Meio Ambiente	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	A	Unidade	UND	100,00	145.000,00

Página: 4 de 12
03/02/2016 16:46Prefeitura Municipal de Ilhota - SC
LDO2016 - 2016/0 - Alteração Legal 1
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados Enviados ao Legislativo

2.077 - CONVENIO EPAGRI/PREFEITURA MUNICIPAL	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	A	ASSISTENCIA RURAL	ANO	31.000,00	31.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO					1.101.000,00	1.101.000,00

Exercício: 2016

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Data: 28/08/2015

Fundamento Legal: 15

Tipo: Projeto de Lei

Unidade: 10.01 - DEPT. DE INDUSTRIA COM. ESPOR E TURISMO

Programa: 0011 - SECRETARIA DE TURISMO

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.011 - Manutencao do Departamento de Turismo	DEPT. DE INDUSTRIA COM. ESPOR E TURISMO	A	Unidade	UND	100,00	134.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO					100,00	134.000,00

Exercício: 2016

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Data: 28/08/2015

Fundamento Legal: 15

Tipo: Projeto de Lei

Unidade: 10.01 - DEPT. DE INDUSTRIA COM. ESPOR E TURISMO

Programa: 0012 - SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.029 - TRANSFERENCIA RECURSOS AO SEBRAE	DEPT. DE INDUSTRIA COM. ESPOR E TURISMO	P	ANO	ANO	100.000,00	100.000,00
2.012 - Manutencao da Secretaria de Industria e Comercio	DEPT. DE INDUSTRIA COM. ESPOR E TURISMO	A	Unidade	UND	100,00	100.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO					100,00	200.000,00

Exercício: 2016

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Data: 28/08/2015

Fundamento Legal: 15

Tipo: Projeto de Lei

Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO

Programa: 0011 - SECRETARIA DE TURISMO

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.001 - FESTIVIDADES, FEIRAS E EVENTOS	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	P	Unidade	UND	100,00	230.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO					100,00	230.000,00

Exercício: 2016

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 15

Data: 28/08/2015

Tipo: Projeto de Lei

Página: 5 de 12
03/02/2016 16:46

Prefeitura Municipal de Ilhota - SC
LDO2016 - 2016/0 - Alteração Legal 1
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados Enviados ao Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
Programa: 0015 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
0.004 - Amortizacao de Encargos da Dívida	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	O	Unidade	UND	100,00	50.000,00
1.008 - Aquisicao de Veículo Transporte Escolar	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	P	Unidade	UND	100,00	800.000,00
1.016 - Aquisicao de Brinquedos de Playgrounds	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	P	Unidade	UND	1.000,00	100.000,00
1.017 - Aquisicao de Equipamentos de Informatica	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	P	Unidade	UND	100,00	100.000,00
1.018 - Aquisicao de Moveis e Equipamentos Ensino Infantil	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	P	Unidade	UND	100,00	500.000,00
1.019 - Aquisicao de Moveis e Equipamentos Ensino Fundamental	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	P	Unidade	UND	100,00	330.000,00
1.021 - Construcão de Unidades Escolares Ensino Infantil	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	P	Unidade	UND	100,00	640.000,00
1.022 - Construcão de Unidades Escolares Ensino Fundamental	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	P	Unidade	UND	100,00	570.400,00
1.023 - Reforma e Ampliacao de Unidades Escolares de Ensino Infantil	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	P	Unidade	UND	100,00	1.080.000,00
1.024 - Reforma e Ampliacao de Unidades Escolares de Ensino Fundamental	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	P	Unidade	UND	100,00	210.000,00
2.014 - Manutencao do Fundo Municipal de Educação	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	A	Unidade	UND	100,00	1.000.000,00
2.040 - Manutencao do Transporte Escolar - Infantil	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	A	Unidade	UND	100,00	35.000,00
2.041 - Manutencao Transporte Escolar - Fundamental	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	A	Unidade	UND	100,00	300.000,00
2.042 - Manutencao do Transporte Escolar - Medio	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	A	Unidade	UND	100,00	210.000,00
2.043 - Manutencao da Merenda Escolar - Creche	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	A	Unidade	UND	100,00	400.000,00
2.044 - Manutencao da Merenda Escolar - Pre-Escolar	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	A	Unidade	UND	100,00	120.000,00
2.045 - Manutencao da Merenda Escolar - Fundamental	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	A	Unidade	UND	100,00	330.000,00
2.046 - Manutencao do Ensino Fundamental	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	A	Unidade	UND	100,00	4.665.000,00
2.047 - Manutencao do Ensino Infantil	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	A	Unidade	UND	100,00	2.025.000,00
2.048 - Aquisicao de Brinquedos Didaticos	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	A	Unidade	UND	100,00	100.000,00
2.049 - Aquisicao de Equipamentos e Utensilios para Cozinha de Creches	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	A	Unidade	UND	100,00	165.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						14.330.400,00

Exercício: 2016

Página: 6 de 12
03/02/2016 16:46Prefeitura Municipal de Ilhota - SC
LDO2016 - 2016/0 - Alteração Legal 1
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração				Fundamento Legal: 15		Data: 28/08/2015		Tipo: Projeto de Lei	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO									
Unidade: 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									
Programa: 0029 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									
Descrição da Ação-Subação		Unid. Responsável		Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)	
2.069 - PROGRAMA DINHEIRO NA ESCOLA - PDDE		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		A	Unidade	UND	100,00	1.500,00	
							TOTAL NO EXERCÍCIO		1.500,00

Exercício: 2016									
Situação: Em Elaboração									
Unidade Gestora: CONSOLIDADO									
Unidade: 12.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA									
Programa: 0014 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE									
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)			
1.007 - Construção de Unidade Básica de Saúde	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	P	Unidade	UND	100,00	188.000,00			
1.025 - Reforma e Ampliação de Unidade de Saúde Básica	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	P	Unidade	UND	100,00	90.000,00			
1.026 - Aquisição de Ambulância	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	P	Unidade	UND	100,00	270.000,00			
2.013 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	1.088.000,00			
2.050 - Manutenção de Atendimento Básico - PAB	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	1.428.224,00			
2.051 - Manutenção da Saúde Bucal - ESB	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	464.000,00			
2.052 - Manutenção da Saúde da Família - ESF	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	835.000,00			
2.053 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	461.000,00			
2.054 - Manutenção do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	181.200,00			
2.055 - Manutenção do Programa Saúde Escola - PSE	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	6.000,00			
2.056 - Manutenção do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	277.000,00			
2.057 - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS - AMFRI	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	123.300,00			
2.058 - Manutenção do Programa Média Complexidade	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	4.800,00			
2.059 - Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	77.000,00			

Página: 7 de 12
03/02/2016 16:46

Prefeitura Municipal de Ilhota - SC
LDO2016 - 2016/0 - Alteração Legal 1
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados Enviados ao Legislativo

2.060 - Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	103.500,00
2.061 - Manutenção do Programa de Farmácia Básica - BLAFB	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	286.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						5.883.024,00

Exercício: 2016

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 15

Data: 28/08/2015

Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa: 0016 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.015 - Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	Unidade	UND	100,00	897.300,00
2.029 - Manutenção e Funcionamento do Programa Proteção Atendimento da Família PAIF	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	Unidade	UND	100,00	75.000,00
2.030 - Manutenção e Funcionamento Programa SUAS Bolsa	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	Unidade	UND	100,00	11.000,00
2.031 - Manutenção e Funcionamento do Programa SUAS	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	Unidade	UND	100,00	9.000,00
2.033 - Manutenção e Funcionamento de Alta Complexidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	Unidade	UND	100,00	700,00
2.034 - Manutenção das Ações Através de Transferência de Recursos Sem Fim Lucrativos	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	Unidade	UND	100,00	685.000,00
2.075 - Manutenção e Funcionamento do Serviço de Proteção Social Básica - Cofinanciamento Estado	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	Unidade	UND	100,00	60.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						1.738.000,00

Exercício: 2016

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 15

Data: 28/08/2015

Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa: 0023 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.063 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	Unidade	UND	100,00	107.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						107.000,00

Exercício: 2016

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 15

Data: 28/08/2015

Tipo: Projeto de Lei

Página: 8 de 12
03/02/2016 16:46Prefeitura Municipal de Ilhota - SC
LDO2016 - 2016/0 - Alteração Legal 1
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados Enviados ao Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Programa: 0024 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.064 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA BCP NA ESCOLA - QUESTIONARIO A SER APLICADO	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	A	Unidade	UND	100,00	1.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO					100,00	1.000,00

Exercício: 2016						
Situação: Em Elaboração						
Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Programa: 0025 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.065 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	A	Unidade	UND	100,00	4.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO					100,00	4.000,00

Exercício: 2016						
Situação: Em Elaboração						
Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Programa: 0026 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.066 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	A	Unidade	UND	100,00	50.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO					100,00	50.000,00

Exercício: 2016						
Situação: Em Elaboração						
Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Programa: 0027 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto	Unidade	Metas	Valores

Página: 9 de 12
03/02/2016 16:46

Prefeitura Municipal de Ilhota - SC
LDO2016 - 2016/0 - Alteração Legal 1
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados Enviados ao Legislativo

Descrição da Ação-Subação	Unid.	(Bem ou Serviço)	Medida	Físicas	(R\$ 1)
2.067 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSO	A	Unidade	UND	100,00	35.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO				100,00	35.000,00

Exercício: 2016

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 15

Data: 28/08/2015

Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa: 0028 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.068 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS SUAS / ESTADO	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	A	Unidade	UND	100,00	65.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO				100,00	65.000,00	65.000,00

Exercício: 2016

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 15

Data: 28/08/2015

Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 14.01 - FUNDO MUN. DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOL

Programa: 0017 - FUNDA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.016 - Manutenção e Funcionamento do Fundo da Criança e Adolescência	FUNDO MUN. DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOL	A	Unidade	UND	100,00	100.000,00
2.032 - Manutenção e Funcionamento Programa Proteção ao Adolescente	FUNDO MUN. DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOL	A	Unidade	UND	100,00	90.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO				100,00	100,00	190.000,00

Exercício: 2016

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 15

Data: 28/08/2015

Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 15.01 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUN. DE ILHOTA

Programa: 0022 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO ILHOTAPREV

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
9.002 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO ILHOTAPREV	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUN. DE ILHOTA	P	Unidade	UND	100,00	58.720,00
TOTAL NO EXERCÍCIO				100,00	100,00	58.720,00

Página: 10 de 12
03/02/2016 16:46Prefeitura Municipal de Ilhota - SC
LDO2016 - 2016/0 - Alteração Legal 1
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados Enviados ao Legislativo

Exercício: 2016		Fundamento Legal: 15		Data: 28/08/2015		Tipo: Projeto de Lei	
Situação: Em Elaboração							
Unidade Gestora: CONSOLIDADO							
Unidade: 15.01 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUN. DE ILHOTA							
Programa: 0031 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ILHOTA							
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)	
2.071 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ILHOTA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUN. DE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	2.727.000,00	
TOTAL NO EXERCÍCIO						2.727.000,00	

Exercício: 2016		Fundamento Legal: 15		Data: 28/08/2015		Tipo: Projeto de Lei	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO							
Unidade: 15.01 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUN. DE ILHOTA							
Programa: 0032 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ILHOTA							
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)	
2.072 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ILHOTA - ADM	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUN. DE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	150.280,00	
TOTAL NO EXERCÍCIO						150.280,00	

Exercício: 2016		Fundamento Legal: 15		Data: 28/08/2015		Tipo: Projeto de Lei	
Situação: Em Elaboração							
Unidade Gestora: CONSOLIDADO							
Unidade: 16.01 - FUNDO MUN.DE HABITAÇÃO POPULAR DE ILHOTA							
Programa: 0018 - FUNDO HABITACIONAL							
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)	
1.011 - Fundo Municipal Habitacional	FUNDO MUN.DE HABITAÇÃO POPULAR DE ILHOTA	P	Unidade	UND	100,00	280.000,00	
TOTAL NO EXERCÍCIO					280.000,00		

Exercício: 2016		Fundamento Legal: 15		Data: 28/08/2015		Tipo: Projeto de Lei	
Situação: Em Elaboração		Unidade Gestora: CONSOLIDADO					
Unidade: 18.01 - DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL							

Página: 11 de 12
03/02/2016 16:46

Prefeitura Municipal de Ilhota - SC
LDO2016 - 2016/0 - Alteração Legal 1
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados Enviados ao Legislativo

Programa: 0009 - DEFESA CIVIL						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.004 - Alteração de Estradas Vicinais - Defesa Civil	DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL	P	Unidade	UND	100,00	1.090.000,00
1.015 - Construção de Obras de Arte (Pontes)	DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL	P	Unidade	UND	100,00	330.000,00
2.009 - Manutenção da Defesa Civil	DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL	A	Unidade	UND	100,00	215.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						1.635.000,00

Exercício: 2016			Fundamento Legal: 15		Data: 28/08/2015		Tipo: Projeto de Lei	
Situação: Em Elaboração								
Unidade Gestora: CONSOLIDADO								
Unidade: 19.01 - DEPARTAMENTO DE CULTURA								
Programa: 0019 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA CULTURA								
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)		
1.010 - Construção de Biblioteca Pública	DEPARTAMENTO DE CULTURA	P	Unidade	UND	100,00	11.000,00		
2.018 - Fundação Municipal da Cultura	DEPARTAMENTO DE CULTURA	A	Unidade	UND	100,00	130.000,00		
2.036 - Manutenção das Atividades Culturais, Eventos e Conferências	DEPARTAMENTO DE CULTURA	A	Unidade	UND	100,00	20.000,00		
2.037 - Reforma e Ampliação de Predios Historicos	DEPARTAMENTO DE CULTURA	A	Unidade	UND	100,00	20.000,00		
TOTAL NO EXERCÍCIO					181.000,00			

Exercício: 2016			Fundamento Legal: 15		Data: 28/08/2015		Tipo: Projeto de Lei	
Situação: Em Elaboração								
Unidade Gestora: CONSOLIDADO								
Unidade: 20.01 - FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE ILHOTA								
Programa: 0020 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE								
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)		
2.019 - Fundação Municipal de Esporte	FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	82.000,00		
2.038 - Promocao das Atividades Esportivas	FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	70.000,00		
2.039 - Reforma e Ampliacao de Espacos Esportivos	FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	60.000,00		
2.070 - CONSTRUÇÃO DE PISTA DE SKATE	FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE ILHOTA	A	Unidade	UND	100,00	60.000,00		
TOTAL NO EXERCÍCIO						272.000,00		

Exercício: 2016

Página: 12 de 12
03/02/2016 16:46

Prefeitura Municipal de Ilhota - SC
LDO2016 - 2016/0 - Alteração Legal 1
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração		Fundamento Legal: 15		Data: 28/08/2015		Tipo: Projeto de Lei	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO							
Unidade: 98.98 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
Programa: 0013 - RESERVA DE CONTINGENCIA							
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)	
9.099 - Reservas de Contingências	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	P	Unidade	UND	100,00	1.456.076,00	1.456.076,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						1.456.076,00	1.456.076,00

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 003, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 003, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado ponto facultativo aos funcionários e servidores públicos municipal. nas Repartições Públicas do Município de Imaruí, em virtude das comemorações do Carnaval de 2016, nos seguintes dias:

- Dia 08 de fevereiro de 2016 – ponto facultativo;
- Dia 09 de fevereiro de 2016; - feriado nacional; e
- Dia 10 de fevereiro de 2016, até as 13h – ponto facultativo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 02 de fevereiro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO FMS 018/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO FMS 018/2015

Contratado: João Galdino dos Passos

Objeto: Fica alterada a cláusula terceira que trata da execução e vigência do contrato, no que passa para a seguinte redação: "O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato e terminará 60 (sessenta) dias após o término do prazo de execução".

Fica alterada a cláusula quarta que trata de preço, que passa a seguinte redação: "O valor do aluguel mensal será de R\$ 1.000,00 (mil reais)".

Fica alterada a cláusula décima primeira que trata da dotação orçamentária, que passa a seguinte redação: As Despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, referente ao exercício de 2016:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 02 - Atenção Básica

Proj. Ativ.: - Manutenção do NASF

Elemento Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Data da Assinatura: 21/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO FMS 019/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO FMS 019/2015

Contratado: FAEPESUL - Fundação de Apoio a Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul.

Objeto: Fica alterada a Cláusula Décima Sétima que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo contratual fica prorrogado até o dia 03/06/2016".

Data da Assinatura: 30/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 039/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 039/2015

Contratado: Auto Posto de Combustível Celso & Alcy LTDA (03.634.560/0001-96)

Objeto: Fica alterada a Cláusula Décima Sétima que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo da vigência do Contrato será aditado em mais 06 (seis) meses, estendendo-se até 22/06/2016, a contar da assinatura do termo aditivo".

Data da Assinatura: 22/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 040/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 040/2015

Contratado: Pedro Giovane Mondini - EPP (02.742.713/0001-56)

Objeto: Fica alterada a Cláusula Décima Sétima que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo da vigência do Contrato será aditado em mais 06 (seis) meses, estendendo-se até 22/06/2016, a contar da assinatura do termo aditivo".

Data da Assinatura: 22/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 041/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 041/2015

Contratado: Auto Posto Imaruí LTDA (78.527.959/0001-25)

Objeto: Fica alterada a Cláusula Décima Sétima que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo da vigência do Contrato será aditado em mais 06 (seis) meses, estendendo-se até 22/06/2016, a contar da assinatura do termo aditivo".

Data da Assinatura: 22/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 042/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 042/2015

Contratado: Brasil Leasing Locação e Prestação de Serviço EIRELI - ME (17.153.227/0001-70)

Objeto: Fica alterada a Cláusula Décima Sexta que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo da vigência do Contrato será aditado em mais 06 (seis) meses, estendendo-se até 22/06/2016, a contar da assinatura do termo aditivo".

Data da Assinatura: 22/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 043/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 043/2015

Contratado: Passe de Mágica Roussenq LTDA - ME (20.886.154/0001-30)

Objeto: Fica alterada a Cláusula Décima Sexta que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo da vigência do Contrato será aditado em mais 06 (seis) meses, estendendo-se até 22/06/2016, a contar da assinatura do termo aditivo".

Data da Assinatura: 22/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 044/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 044/2015

Contratado: Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e de Toda Santa Catarina - COOPERFAMÍLIA (09.263.339/0001-55)

Objeto: Fica alterada a Cláusula Décima Sexta que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo da vigência do Contrato será aditado em mais 06 (seis) meses, estendendo-se até 22/06/2016, a contar da assinatura do termo aditivo".

Data da Assinatura: 22/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 045/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 045/2015

Contratado: Auto Posto Imaruí LTDA (78.527.959/0001-25)

Objeto: Fica alterada a Cláusula Décima Sexta que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo da vigência do Contrato será aditado em mais 06 (seis) meses, estendendo-se até 22/06/2016, a contar da assinatura do termo aditivo".

Data da Assinatura: 22/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 046/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 046/2015

Contratado: Passe de Mágica Roussenq LTDA - ME (20.886.154/0001-30)

Objeto: Fica alterada a Cláusula Décima Sexta que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo da vigência do Contrato será aditado em mais 06 (seis) meses, estendendo-se até 22/06/2016, a contar da assinatura do termo aditivo".

Data da Assinatura: 22/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 047/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 047/2015

Contratado: Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e de Toda Santa Catarina - COOPERFAMÍLIA (09.263.339/0001-55)

Objeto: Fica alterada a Cláusula Décima Sexta que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo da vigência do Contrato será aditado em mais 06 (seis) meses, estendendo-se até 22/06/2016, a contar da assinatura do termo aditivo".

Data da Assinatura: 22/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 051/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 051/2015

Contratado: Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e de Toda Santa Catarina - COOPERFAMÍLIA (09.263.339/0001-55)

Objeto: Fica alterada a Cláusula Décima Sétima que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo da vigência do Contrato será aditado em mais 06 (seis) meses, estendendo-se até 22/06/2016, a contar da assinatura do termo aditivo".

Data da Assinatura: 22/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015
Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 054/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 054/2015

Contratado: Copar Máquinas e Equipamentos LTDA - EPP (10.841.444/0001-03)

Objeto: Fica alterada a Cláusula Décima Sétima que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo da vigência do Contrato será aditado em mais 90 (noventa) dias, estendendo-se até 21/03/2016, a contar da assinatura do termo aditivo".

Data da Assinatura: 23/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015
Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 036/2013

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 036/2013

Contratado: Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE - SC

Objeto: Fica alterada a Cláusula Quinta que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 31/12/2016".

Data da Assinatura: 21/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015
Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 059/2013

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 059/2013

Contratado: Sul Card Administradora de Cartões S/A

Objeto: Fica alterada a Cláusula Terceira que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 31/12/2016".

Data da Assinatura: 21/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015
Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 092/2013

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PMI 092/2013

Contratado: Serrana Engenharia LTDA

Objeto: Fica alterada a Cláusula Quarta que se trata da vigência, que passa a ter a seguinte redação: "O prazo contratual fica prorrogado por mais 02 (dois) meses, com término em 28/02/2016, podendo ser prorrogado, caso haja interesse da Administração, por iguais e sucessivos períodos, até o máximo de 60 (sessenta) meses".

Data da Assinatura: 21/12/2015

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015
Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 017/2016

EDITAL SEAGP Nº 017/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 04 de Fevereiro a 03 de Março de 2016, no horário das 08:00h às 13:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 03 de fevereiro de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 017/2016
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira
Islene Tomé
Claudia Lemos de Souza Florentino

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2016 (PM)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 09:00 horas, do dia 18 de fevereiro de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "aquisição de kits de tecnologia móvel para utilização das viaturas da Polícia Militar".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 04 de fevereiro de 2016.

Marcello da Silva Klingelfus

Tem Cel PM – Comandante da Guarnição Especial de Imbituba

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2016 (PM)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público, o fim da suspensão do processo licitatório nº 01/2016, que tem como objeto a "contratação de empresa especializada na prestação de serviços de revisão, manutenção mecânica, chapeação, pintura, funilaria, fornecimento e reposição de peças originais de primeira linha ou genuínas para a frota de veículos da guarnição especial de Imbituba/SC".

A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 18 de Fevereiro de 2016, às 08:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 04 de janeiro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE SUSPENÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 01/2016 (FUREBOM)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 10:00 horas, do dia 18 de fevereiro de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "aquisição de materiais de expediente para o corpo de bombeiros de Imbituba-SC".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 7:00 às

13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.
Imbituba, 04 de fevereiro de 2016.
Rafael Fortunato Camilo
Comandante da 2ª/8ª BBM

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/115 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/115 A02
Contratada: J.L CONSTRUTORA LTDA ME.
CNPJ 12.587.530/0001-67
Objeto: É OBJETO DESTES TERMOS ADITIVO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA ATÉ 05 DE ABRIL DE 2016
Prazo: 05/04/2016
Fundamento: Processo nº54/2015 Tomada de Preços 02/2015
Imbituba, 01 de Fevereiro de 2016

Rui Geraldo Rodrigues
Secretário municipal de
agricultura, pesca e infraestrutura-
SEAPI- Contratante

J.L Construtora Ltda Me.
Representante legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2015/72 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 2015/72 A02
Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS E CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ 08.397.388/0001-18

Objeto: É OBJETO DESTES TERMOS ADITIVO O ACRÉSCIMO DE 46,3283 (QUARENTA E SEIS INTEIROS, TRÊS MIL DUZENTOS E OITENTA E TRÊS DÉCIMOS DE MILÉSIMOS PERCENTUAIS) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 62.144,84 Prazo: 31/12/2016
Fundamento: Processo nº. 23/2015 Tomada de Preço 01/2015
Imbituba, 02 de Fevereiro de 2016.

Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Contratante

Itapiruba Comercio de Materiais de Construção Ltda
Representante legal
Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2016/03 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2016/03 A00
Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE
CNPJ: 83.291.807/0001-58
Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA AREA AMBULATORIAL, PARA ATENDER A DEMANDA NO MUNICIPIO DE IMBITUBA-SC DE PACIENTES DO SUS NO PROCEDIMENTO 03.01.07.007-5
Prazo: 31/12/2016 Valor: O VALOR A SER PAGO REFERENTE A

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, SERÁ AQUELE CONSTANTE NA TABELA UNIFICADA DE PROCEDIMENTOS SUS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, BEM COMO SEUS REAJUSTES
Fundamento: Processo nº. 02/2016 Inexigibilidade 01/2016
Imbituba, 26 de Janeiro de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de Saúde
Credenciante

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE
Representante legal
Credenciada

PORTARIA PMI/GGP Nº 50/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 50, de 02 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora EDINETE AMÉRICO, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 042.291.149-66, admitida em 17 de fevereiro de 2011, contrato nº 5705, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2011 a 2016	17.02.2016 a 16.05.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de fevereiro de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Indaial

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2016 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE
Câmara Municipal de Indaial
SECRETARIA REQUISITANTE
Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial
Processo Licitatório: 001/2016
Objeto: Horas de manutenção elétrica.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Fica através deste, adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 001/2016 – Termo de Dispensa nº 001/2016 consoante termo anexo.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 25 de janeiro de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2016 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE
Câmara Municipal de Indaial
SECRETARIA REQUISITANTE
Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial
Processo Licitatório: 001/2016
Objeto: Horas de manutenção elétrica.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o Termo de Dispensa, em anexo,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante do documento anexado, considerando o objeto do Processo Licitatório nº 001/2016 – Termo de Dispensa nº 001/2016: FABRICIO CARVALHO 97370460991, com o valor de R\$49,00 (quarenta e nove reais), para a contratação de até 150 horas de serviços de manutenção elétrica para a Câmara Municipal de Indaial.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 25 de janeiro de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO 02/2016 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE
Câmara Municipal de Indaial
SECRETARIA REQUISITANTE
Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial
Processo Licitatório: 002/2016
Objeto: Medicina e Segurança do Trabalho

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Fica através deste, adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 002/2016 – Termo de Dispensa nº 002/2016 consoante

termo anexo.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 28 de janeiro de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO 02/2016 - TERMO DE DISPENSA 02/2016

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE
Câmara Municipal de Indaial
SECRETARIA REQUISITANTE
Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial
Processo Licitatório: 002/2016
Objeto: Medicina e Segurança do Trabalho

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2016
TERMO DE DISPENSA 002/2016

DATA DE EMISSÃO: 28/01/2016

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Lei 10.520/02;

Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93;

OBJETO:

Contratação de empresa para elaboração e acompanhamento do Programa de controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO); emissão dos ASOS – Atestados de saúde Ocupacional, nas situações de admissão, demissão, periódicos, mudança de função, retorno ao trabalho, e elaborar o Relatório Anual do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, de acordo com a norma Regulamentadora nº7 (NR7):

a) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Laudo Pericial (LTCAT);

b) Programa de controle médico e saúde ocupacional (PCMSO);

c) Atestado de saúde ocupacional;

UNIDADE REQUISITANTE:

Câmara Municipal de Indaial.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Dúvidas ou Informações serão esclarecidas na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial, nos horários: das 08h30 às 20h30 ou através do Telefone: (47) 33806900; ou através do e-mail: secretaria@camaraindaial.sc.gov.br.

O Edital na íntegra poderá ser adquirido no mesmo local e horário, ou através do site: www.camaraindaial.sc.gov.br.

Vereador Anderson Luz dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 28 de janeiro de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO 02/2016 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE
Câmara Municipal de Indaial
SECRETARIA REQUISITANTE
Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial
Processo Licitatório: 003/2016
Objeto: Aluguel de máquina fotocopadora

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o Termo de Dispensa, em anexo,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante do documento anexado, considerando o objeto do Processo Licitatório nº 003/2016 – Termo de Dispensa nº 003/2016: REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA - EPP, com CNPJ nº 04.398.513/0001-53, com sede na Rua Bernardo Dornbusch, 589, piso superior, sala 01, Bairro Baependi – CEP 89256-100 – município de Jaraguá do Sul/SC., com o valor de R\$650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais, para o aluguel de 01 (uma) máquina fotocopadora, laser, color, com scanner/fax, impressora, alimentador automático com duplex; duas bandejas de papel A3 e A4, Bypass lateral para folhas com gramatura de papel de até 256gr, Marca RICOH MP C2003/MP C2503, para utilização de serviços de fotocópias e digitalização de documentos da Câmara Municipal de Indaial, com franquia de 6.000 cópias preto e branco e 1.000 cópias coloridas ao mês.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 27 de janeiro de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO 03/2016 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE
Câmara Municipal de Indaial
SECRETARIA REQUISITANTE
Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial
Processo Licitatório: 003/2016
Objeto: Aluguel de reprografia

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Fica através deste, adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 003/2016 – Termo de Dispensa nº 003/2016 consoante termo anexo.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 28 de janeiro de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO 03/2016 - TERMO DE DISPENSA 03/2016

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE
Câmara Municipal de Indaial
SECRETARIA REQUISITANTE
Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial
Processo Licitatório: 003/2016
Objeto: Aluguel de máquina fotocopadora

PROCESSO LICITATÓRIO 003/2016
TERMO DE DISPENSA 003/2016

DATA DE EMISSÃO: 28/01/2016

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Lei 10.520/02;

Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93;

OBJETO:

Contratação de empresa para elaboração e acompanhamento do Programa de controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO); emissão dos ASOS – Atestados de saúde Ocupacional, nas situações de admissão, demissão, periódicos, mudança de função, retorno ao trabalho, e elaborar o Relatório Anual do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, de acordo com a norma Regulamentadora nº7 (NR7).

UNIDADE REQUISITANTE:

Câmara Municipal de Indaial.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Dúvidas ou Informações serão esclarecidas na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial, nos horários: das 08h30 às 20h30 ou através do Telefone: (47) 33806900; ou através do e-mail: secretaria@camaraindaial.sc.gov.br.

O Edital na íntegra poderá ser adquirido no mesmo local e horário, ou através do site: www.camaraindaial.sc.gov.br.

Vereador Anderson Luz dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 28 de janeiro de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO 03/2016 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE
Câmara Municipal de Indaial
SECRETARIA REQUISITANTE
Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial
Processo Licitatório: 003/2016
Objeto: Aluguel de máquina fotocopadora

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o Termo de Dispensa, em anexo,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante do documento anexado, considerando o objeto do Processo Licitatório nº 002/2016 – Termo de Dispensa nº 002/2016: REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA - EPP, com CNPJ nº 04.398.513/0001-53, estabelecida na Rua Bernardo Dornbusch, 589, piso superior, sala 01, Bairro Baependi, CEP 89256-100 - município de Jaraguá do Sul/SC, neste ato representada pelo sócio Almir Deufenbach, inscrito no CPF sob nº 637.139.509-20, carteira de identidade nº 1.896.738-8, residente à Rua Wolfgang Weege, nº 1.661, bairro Parque Malwee, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89262-000, para contrato o aluguel de 01 (uma) máquina fotocopadora, laser color, nova, com scanner/fax, impressora, alimentador automático com duplex; duas bandejas para papel A3 e A4, Bypass lateral para folhas com gramatura de papel até 256gr, Marca RICOH MP C2003/MP C2503, para utilização de serviços de fotocópias e digitalização de documentos da Câmara Municipal de Indaial; o valor mensal do aluguel será de R\$ 300,00 (trezentos reais), mês, com limite de 6.000 cópias/páginas – preto e branco; e, R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), mês, com limite de 1000 cópias/página – colorido. Havendo excedente, a CONTRATANTE pagará R\$ 0,05 (cinco centavos), por página/cópia - preto e branco; e, R\$ 0,35 (trinta e cinco centavos), por cópia/página - colorido.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 28 de janeiro de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO 04/2016 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE
Câmara Municipal de Indaial
SECRETARIA REQUISITANTE
Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial
Processo Licitatório: 004/2016
Objeto: Combustíveis

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Fica através deste, adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 004/2016 – Termo de Dispensa nº 004/2016 consoante termo anexo.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 04 de fevereiro de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO 04/2016 - TERMO DE DISPENSA 04/2016

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE
Câmara Municipal de Indaial
SECRETARIA REQUISITANTE
Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial
Processo Licitatório: 004/2016
Objeto: Combustíveis

PROCESSO LICITATÓRIO 004/2016
TERMO DE DISPENSA 004/2016

DATA DE EMISSÃO: 04/02/2016
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 10.520/02; Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93;
OBJETO: Combustíveis, sendo gasolina comum, gasolina aditivada e etanol para abastecimento da frota própria da Câmara Municipal de Indaial;
UNIDADE REQUISITANTE: Câmara Municipal de Indaial.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Dúvidas ou Informações serão esclarecidas na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial, nos horários: das 08h30 às 20h30 ou através do Telefone: (47) 33806900; ou através do e-mail: secretaria@camaraindaial.sc.gov.br. O Edital na íntegra poderá ser adquirido no mesmo local e horário, ou através do site: www.camaraindaial.sc.gov.br .

Vereador Anderson Luz dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 04 de fevereiro de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO 04/2016 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE
Câmara Municipal de Indaial
SECRETARIA REQUISITANTE
Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial
Processo Licitatório: 004/2016
Objeto: Combustíveis

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o Termo de Dispensa, em anexo,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante do documento anexado, considerando o objeto do Processo Licitatório nº 004/2016 – Termo de Dispensa nº 004/2016: POSTO MIEHE LTDA, com CNPJ nº 83.177.295/0001-01, com sede na Rua Dr. Blumenau, 14, bairro Centro – CEP 89130-000 – município de Indaial/SC., para aquisição de combustíveis, sendo gasolina comum, gasolina aditivada e etanol para abastecimento da frota própria da Câmara Municipal de Indaial; ;

ANDERSON LUZ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 04 de fevereiro de 2016.

Iomerê

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra. DEBORA FERREIRA DE SOUZA, para o cargo de faxineira e, que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015. O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- i)Avaliação Cardiológica;
- j)Avaliação Neurológica;
- l)RX Tórax;
- k)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- m) Hemograma;
- n)VDRL;
- o)ABO RH;
- p)Glicemia
- q)Ex. Quat. Urina
- r)EPF;
- s)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 03 de fevereiro de 2016

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra. TATIELI EVANGELISTA CAMPHJOST MARIANO, para o cargo de faxineira e, que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015.

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;

- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- i)Avaliação Cardiológica;
- j)Avaliação Neurológica;
- l)RX Tórax;
- k)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- m) Hemograma;
- n)VDRL;
- o)ABO RH;
- p)Glicemia
- q)Ex. Quat. Urina
- r)EPF;
- s)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 03 de fevereiro de 2016

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra. FABIANE SOVRANI FERNANDES, para o cargo de Professor Ed. Infantil e Séries Iniciais – 20hs e que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015.

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- i)Avaliação Cardiológica;
- j)Avaliação Neurológica;
- l)RX Tórax;
- k)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- m) Hemograma;
- n)VDRL;
- o)ABO RH;
- p)Glicemia

- q)Ex. Quat. Urina
- r)EPF;
- s)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 02 de fevereiro de 2016

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra. EVA LUCIANE ANSILIERO PAGNO, para o cargo de Merendeira e, que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015. O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- i)Avaliação Cardiológica;
- j)Avaliação Neurológica;
- l)RX Tórax;
- k)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- m) Hemograma;
- n)VDRL;
- o)ABO RH;
- p)Glicemia
- q)Ex. Quat. Urina
- r)EPF;
- s)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 03 de fevereiro de 2016

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra. IVA PEROSA PELLE, para o cargo de faxineira e, que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015.

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- i)Avaliação Cardiológica;
- j)Avaliação Neurológica;
- l)RX Tórax;
- k)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- m) Hemograma;
- n)VDRL;
- o)ABO RH;
- p)Glicemia
- q)Ex. Quat. Urina
- r)EPF;
- s)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 03 de fevereiro de 2016

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 07/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2015, Processo de Licitação nº 4/2015, homologado em 22 de janeiro de 2015.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 04/2015, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA IMOBILIARIA MERTINS LTDA ME.

Valor: R\$ 14.424,00 (Quatorze Mil Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais)

Assinatura: 27/01/2016 Vigência: 01/01/2016 À 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: IMOBILIARIA MERTINS LTDA ME, situada na AVENIDA RIO BRANCO Nº 38, Bairro: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.600.724/0001-40.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 08/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016, Processo de Licitação nº 4/2016, homologado em 28 de janeiro de 2016.

Objeto: aquisição de peças e serviço conserto escavadeira Hidráulica Volvo MOD. EC 140, destinado as atividades do Dmer.

Valor: R\$ 68.000,00 (Sessenta e Oito Mil Reais)

Assinatura: 28/01/2016 Vigência: 28/01/2016 À 28/01/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MARAVIMÁQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-E, situada na ROD.BR 282 KM 606, Bairro: INDUSTRIAL, cidade de MARAVILHA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.704.079/0001-02.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 09/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2016, Processo de Licitação nº 6/2016, homologado em 28 de janeiro de 2016.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, Conforme Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e FNDE/CD 038/2009, objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 04/2015, para o exercício de 2016.

Valor: R\$ 72.750,00 (Setenta e Dois Mil Setecentos e Cinquenta Reais)

Assinatura: 29/01/2016 Vigência: 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: COOPERATIVA PROD. AGROIND. ART FAMILIAR DE IPUMIRIM, situada na LAGEADO LAMBEDOR, Bairro RURAL, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.441.335/0001-94.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 10/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2016, Processo de Licitação nº 7/2016, homologado em 01 de fevereiro de 2016.

Objeto: O CREDENCIADO, do presente Edital destina-se a: contratação de empresa credenciada através do Edital de Chamamento Publico nº 02/2016, para a realização de inseminação artificial em bovinos.

Valor: R\$ 5,00 (Cinco Reais)

Assinatura: 02/02/2016 Vigência: 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: AGROGEN IPUMIRIM LTDA ME, situada na LINHA BOM SUCESSO, S/N, Bairro: INTERIOR, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.598.538/0001-01.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 11/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2016, Processo de Licitação nº 8/2016, homologado em 01 de fevereiro de 2016.

Objeto: O CREDENCIADO, do presente Edital destina-se a: contratação de empresa credenciada através do Edital de Chamamento Publico nº 02/2016, para a realização de inseminação artificial em bovinos.

Valor: R\$ 5,00 (Cinco Reais)

Assinatura: 02/02/2016 Vigência: 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ISMAEL FELIPE COSTA ME, situada na AVENIDA BRASIL, Nº 545, Bairro: CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.853.866/0001-52.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 12/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2014, Processo de Licitação nº 64/2014, homologado em 01 de dezembro de 2014.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 80/2014, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA FORMATTO ENGENHARIA LTDA.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 02/02/2016 Vigência: 02/08/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: FORMATTO ENGENHARIA LTDA, situada na RUA DAS CEREJEIRAS Nº 25 SALA 01, Bairro: FLORESTA, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.310.204/0001-80.

PORTARIA Nº. 033/2016 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.016.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A ILSE NICOLAO SERAFIN, matrícula 053, Licença Prêmio de 60 dias, relativa ao período aquisitivo de 2011 a 2016, e gozo de 11/02/2016 a 10/04/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produz efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2016.

Ipumirim - SC, 03 de Fevereiro de 2.016.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 034/2016 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.016.

COLOCA A DISPOSIÇÃO DA CIDASC SERVIDORA CONTRATADA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º - Colocar a Disposição da COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, a servidora contratada em caráter temporário MARIANA CANTON, brasileira, solteira, residente e domiciliado nesta cidade de Ipumirim – SC, contratada pela Portaria nº. 003/2016, no cargo de Médica Veterinária Inspeção Sanitária, inscrito no CIC-MF sob o nº. 04183 VP para o fim específico de prestação de serviço de defesa e sanidade animal, para a prestação de serviço de inspeção animal.

Art. 2º - As atividades relacionadas anteriormente serão desenvolvidas de forma concomitante com as atribuições inerentes ao cargo efetivo.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produz efeitos a partir de 03 de Fevereiro de 2016.

Ipumirim - SC, 03 de Fevereiro de 2.016.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 035/2016 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.016.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A JUCILENE GOLDONI CALIARI, matrícula 492, Licença Prêmio de 15 dias, relativa ao período aquisitivo de 2008 a 2013, e gozo de 10/02/2016 a 24/02/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produz efeitos a partir de 10 de Fevereiro de 2016.

Ipumirim - SC, 03 de Fevereiro de 2.016.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 032/2016 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONTRATA EM CARATER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

ROSI MARIA PUTTON MOSCON, sob a Matrícula 2473-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6876487 e do CPF 056.666.499-22, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 03/02/2016 a 30/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03/02/2016.

Ipumirim - SC, 03 de fevereiro de 2016.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski
Auxiliar Administrativo

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 9/2016,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2016/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2016
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 9/2016

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: aquisição de lixeiras, destinadas a Secretaria Municipal de Urbanismo, Indústria, Comércio e Serviço. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 03/02/2016
VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 9, DL 4-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2016 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 9/2016 Data do Processo: 03/02/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 9/2016
b) Licitação Nr.: 4/2016-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 03/02/2016
e) Objeto da Licitação Aquisição de lixeiras, destinadas a Secretaria Municipal de Urbanismo, Indústria, Comércio e Serviço.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

DISBRAPLAC LTDA (9610)

1 CONJUNTO COM DOIS RECIPIENTES, 80 L CADA EM PLÁSTICO REFORÇADO RESISTENTE AO SOL E CHUVA, E TUBO GALVANIZADO A FIGO 1,20M3.	conj	20,00	0,0000	330,00	6.600,00
2 CONE, 0,75CM NAS CORES LARANJA E BRANCO.	UN	8,00	0,0000	80,00	640,00
				Total do Fornecedor:	7.240,00
				Total Geral:	7.240,00

Ipumirim, 3 de Fevereiro de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 2942/2016

Decreto nº 2.942/2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar, suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal – Fundo de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 3.788,30 (Três mil setecentos e oitenta e oito reais e trinta centavos), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
3.3.90.00.00.00.00.00. 3281 (80)	Aplicações Diretas	R\$ 3.788,30

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2015 na fonte 3281 – Saldo ano anterior - Saúde na Escola.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 28 de janeiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 029/2016

PORTARIA Nº 029/2016.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR, até a data de 20/02/2016, os efeitos da Portaria nº 372/2015 de 02/12/2015, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário do servidor WILSON ROGÉRIO KONKEL, nascido em 14/11/1973, portador do CPF nº 827.860.629-34, RG. nº 2.7383153-6, SSP/SC, para exercer as atividades de Motorista (44h/sem), conforme Contrato de Trabalho Temporário nº 15/2015, em substituição ao servidor efetivo Marcelo Renato Popia, em Licença para tratamento de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 26 de Janeiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

DECRETO N. 008/2016

DECRETO Nº 008, 01 de Fevereiro de 2016.

“Fixa escala de sobreaviso dos profissionais médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Fevereiro de 2016 e dá outras providências.”

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de fixar a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Fevereiro de 2016;

Considerando que é necessária a publicação para que os munícipes tenham conhecimento antecipado da escala;

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada para o mês de Fevereiro de 2016, a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem na forma do anexo único deste decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 01 de Fevereiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM 2016

Período: 01 a 29 de Fevereiro de 2016

Andréia-88323299

Andreza -9902 -4788/91517372 Clarice – 99219901 Eni- 8829 4457

Edite-88270415 Nêvio-99842500

Isabel-8878 1090 Nádia - 99824018

Data	Plantão	Horário do meio dia	Suporte	Para os Eventos
1/ Fevereiro - Segunda	Andreza	Isabel	Edite	
2/ Fevereiro - Terça	Eni		Nádia	
3/ Fevereiro - Quarta	Isabel		Andréia	
4/ Fevereiro - Quinta	Clarice		Edite	
5/ Fevereiro - Sexta	Andreza	Isabel	Nádia	
6/ Fevereiro - Sábado	Eni		Andréia	Andreza
7/ Fevereiro - Domingo	Isabel		Edite	Clarice
8/ Fevereiro - Segunda	Andreza		Nádia	Eni
9/ Fevereiro - Terça	Andreza		Andréia	Isabel
10/ Fevereiro - Quarta	Eni (07:00 as 13:00)		Edite	
11/ Fevereiro - Quinta	Isabel		Nádia	
12/ Fevereiro - Sexta	Clarice		Andréia	
13/ Fevereiro - Sábado	Andreza		Edite	
14/ Fevereiro - Domingo	Eni		Nádia	
15/ Fevereiro - Segunda	Isabel		Andréia	
16/ Fevereiro - Terça	Clarice		Edite	
17/ Fevereiro - Quarta	Andreza	Isabel	Nádia	
18/ Fevereiro - Quinta	Eni		Andréia	
19/ Fevereiro - Sexta	Isabel		Edite	
20/ Fevereiro - Sábado	Clarice		Nádia	
21/ Fevereiro - Domingo	Andreza		Andréia	
22/ Fevereiro - Segunda	Eni		Edite	
23/ Fevereiro - Terça	Isabel		Nádia	

24/ Fevereiro - Quarta	Clarice		Andréia	
25/ Fevereiro - Quinta	Andreza	Isabel	Edite	
26/ Fevereiro - Sexta	Eni		Nádia	
27/ Fevereiro - Sábado	Isabel		Andréia	
28/ Fevereiro - Domingo	Clarice		Edite	
29/ Fevereiro - Segunda	Andreza	Isabel	Nádia	

ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM HORÁRIO DE ESF FEVEREIRO 2016

Período: 01 DE FEVEREIRO A 29 DE FEVEREIRO

HORÁRIO: 07:30 HS AS 11:30 HS

13:00 HS AS 17:00 HS

ISABEL: 8878-1090 ANDREZA: 9902-4788

Data	MANHÃ	TARDE
1/ Fevereiro - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
2/ Fevereiro - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
3/ Fevereiro - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
4/ Fevereiro - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
5/ Fevereiro - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
6/ Fevereiro - Sábado		
7/ Fevereiro - Domingo		
8/ Fevereiro - Segunda		
9/ Fevereiro - Terça		
10/ Fevereiro - Quarta		ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
11/ Fevereiro - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
12/ Fevereiro - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
13/ Fevereiro - Sábado		
14/ Fevereiro - Domingo		
15/ Fevereiro - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
16/ Fevereiro - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
17/ Fevereiro - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
18/ Fevereiro - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
19/ Fevereiro - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
20/ Fevereiro - Sábado		
21/ Fevereiro - Domingo		
22/ Fevereiro - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
23/ Fevereiro - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
24/ Fevereiro - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
25/ Fevereiro - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
26/ Fevereiro - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
27/ Fevereiro - Sábado		
28/ Fevereiro - Domingo		
29/ Fevereiro - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)

ESCALA SOBREAVISO MÉDICO 2016

Período: 01 a 29 de Fevereiro de 2016

Médicos: Márcio Stumpf – 88339570

Izabel P. Dalcin – 99892162

Arlindo Barzotto - 99891413

Gustavo Andreis - 99951585

Guilherme Dos Santos – 91777944 Renata Pacheco = 34581497 – (54) 96556535

Data	Clínica Médica Responsável
1/ Fevereiro - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
2/ Fevereiro - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
3/ Fevereiro - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00)GUSTAVO ANDREIS (17:00 as 07:30 hs)
4/ Fevereiro - Quinta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
5/ Fevereiro - Sexta	RENATA PACHECO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
6/ Fevereiro - Sábado	RENATA PACHECO / ARLINDO BARZOTTO (07:30 as 07:30 hs)
7/ Fevereiro - Domingo	Izabel Dalcin (07:30 as 07:30 hs)
8/ Fevereiro - Segunda	Izabel Dalcin / ARLINDO BARZOTTO (07:30 as 07:30 hs)
9/ Fevereiro - Terça	RENATA PACHECO (07:30 as 19:30) MÁRCIO STUMPF (19:30 as 07:30)
10/ Fevereiro - Quarta	RENATA PACHECO (07:30 as 13:00)GUSTAVO ANDREIS (17:00 as 07:30 hs)
11/ Fevereiro - Quinta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 hrs e das 17:00 as 07:30 hs)

12/ Fevereiro - Sexta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00) Guilherme dos Santos (17:00 as 07:30 hs)
13/ Fevereiro - Sábado	Guilherme dos Santos (07:30 as 07:30 hs)
14/ Fevereiro - Domingo	Guilherme dos Santos (07:30 as 07:30 hs)
15/ Fevereiro - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
16/ Fevereiro - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
17/ Fevereiro - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00) GUSTAVO ANDREIS (17:00 as 07:30hs)
18/ Fevereiro - Quinta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
19/ Fevereiro - Sexta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00) Guilherme dos Santos (17:00 as 07:30 hs)
20/ Fevereiro - Sábado	ARLINDO BARZOTTO (07:30 as 19:30 hs) MÁRCIO STUMPF (19:30 as 07:30 hs)
21/ Fevereiro - Domingo	Izabel Dalcin (07:30 as 07:30 hs)
22/ Fevereiro - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
23/ Fevereiro - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
24/ Fevereiro - Quarta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00) GUSTAVO ANDREIS (17:00 as 07:30 hs)
25/ Fevereiro - Quinta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
26/ Fevereiro - Sexta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00)GUSTAVO ANDREIS (17:00 as 07:30 hs)
27/ Fevereiro - Sábado	GUSTAVO ANDREIS (07:30 as 07:30 hs)
28/ Fevereiro - Domingo	GUSTAVO ANDREIS (07:30 as 07:30 hs)
29/ Fevereiro - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 hs e das 17:00 as 07:30 hs)

DECRETO N. 009/2016

DECRETO Nº 009, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

“Designa Comissão Especial para conduzir Sindicância Administrativa e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Administrativo, com a incumbência de realizar a apuração dos seguintes fatos:

Instruir e ao final elaborar parecer conclusivo referente aos fatos relatados pelo Secretário Municipal de Saúde, no que diz respeito à servidora Rosangela Pelizza.

Art. 2º - Ficam nomeados para compor a Comissão Especial de Sindicância Administrativa, os servidores públicos municipais a seguir relacionados:

Presidente: Felipe Uba Chupel
 Secretário : Ronei Trevisol
 Membro: Juliano Alves da Silva
 Membro: Julcimar Zotti
 Membro: Franciele Maria Sutil da Trindade

Art. 3º - O prazo para a conclusão do processo administrativo será de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação, prazo este que poderá ser prorrogado caso necessário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá/SC, 03 de Fevereiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER
 Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI
 Secretária de Administração e Fazenda

EDITAL 013 - PS 001/2015 - CONVOCAÇÃO

EDITAL013 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
Nº 001/2015 - 9º CHAMADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 001/2015, homologado pelo Decreto 024/2015 de 09 de abril de 2015, para comparecerem no dia 04 de fevereiro de 2016, às 8h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 – Vila Gerasul, Itá/SC.

Auxiliar de Classe

FERNANDA ANA BIANCHI
SIMONE PATRICIA SALVI KLEIN
CLARICE DREXLER
ADRIANA MARTIORI
AMANDA PAULA ROY PEREIRA DA SILVA
SILIZANE PADILHA DOS SANTOS
SIRLEI MARIA STRINGUI
TATIANE MARCOLINO DE OLIVEIRA GOMES
CLARICE KOCH COVATTI
KELIN REGINA BRUSAMARELLO

Itá, 03 de fevereiro de 2016
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal de Itá

EDITAL 021 - PS 002/2015

EDITAL021 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
Nº 002/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 002/2015, homologado pelo Decreto 027/2015 de 28 de abril de 2015, para comparecerem no dia 05 de fevereiro 2016, às 13 h na Secretaria Municipal de Administração, Itá/SC.

Estagiários

016	Claudia Regina Buche
020	Janieli Canal

Itá, 03 de fevereiro de 2016
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato Nº 15/2014. Objeto: Contratação de Serviços referente ao custeio de consultas para usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, para os procedimentos cirúrgicos Oftálmicos de Campanha, conforme previsto na Deliberação 535/CIB/13, a serem realizados no Hospital de Olhos Freitag – Ltda. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula Sexta – DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para mais 12 (doze) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 31 de dezembro de 2016. Itaiópolis, 03/02/2016. Eliseu Alexandre Gabardo – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 5 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.003.2016 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 5 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.003.2016

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 18/02/2016.

Abertura do Pregão: 18/02/2016 às 13:00 (treze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.003.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 3 de fevereiro de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Contratos e Licitações

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 12, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 12, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016.

Homologa a Resolução nº 01/2016 do Conselho Municipal de Educação de Itapiranga - SC, que dispõe sobre hora atividade dos Professores da Rede Municipal de Ensino.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as alíneas "a", "g" e "o" do inciso I do art. 75 da Lei Orgânica Municipal;

Decreta:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 01/2016 de 27 de janeiro de 2016, do Conselho Municipal de Educação de Itapiranga - SC, que dispõe sobre a hora atividade dos Professores da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. A Resolução mencionada no caput deste artigo passa a fazer parte integrante deste Decreto como anexo único.

Art. 2º Este Decreto entrará a partir de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 2 de fevereiro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Artemio Antonio Scalón

Secretaria Municipal de Administração.

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI 2016

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI 2016

Estabelece o Plano Anual de Atividades e Auditoria Interna – PAAI 2016, do Município de Itapiranga, definindo os procedimentos metodológicos e cronológicos.

A Coordenadoria do Sistema de Controle Interno do Município de Itapiranga, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 047/2012, bem como o Decreto Municipal nº. 87/2013 e Instrução Normativa SCI n. 01/2015 e;

Considerando, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64, Lei Complementar Federal nº. 101/2000, no art. 39 da Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/SC;

Considerando o disposto na Instrução Normativa TC-0020/2015, de 31 de agosto de 2015, que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à guarda de dados, informações e demonstrativos e dá outras providências;

Considerando que o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, a auditoria;

Considerando que a auditoria visa avaliar a gestão pública, pelos

processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

Considerando que as atividades de competência da Controladoria Municipal terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles.

RESOLVE:

Art. 1º. Apresentar o Plano Anual de Atividades da Controladoria Interna, para o exercício de 2016, da Prefeitura Municipal de Itapiranga que consiste na análise e verificação sistemática dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais, e da existência e adequação dos controles internos, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Art. 2º. Os principais objetivos pretendidos com a execução do Plano Anual Auditoria Interna – PAAI 2016 são os seguintes:

- avaliar a eficiência e o grau de segurança dos controles internos existentes;
- verificar a aplicação das normas internas, da legislação vigente e das diretrizes orçamentárias traçadas pela Administração;
- avaliar a eficiência, a eficácia e a economia na aplicação e utilização dos recursos públicos;
- verificar e acompanhar o cumprimento das orientações/determinações do TCE/SC;
- apresentar sugestões de melhoria após a execução dos trabalhos de auditoria, visando à racionalização dos procedimentos e aprimoramento dos controles existentes e, em não havendo implantá-los.

Art.3º O Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) em 2016, será executado no período de janeiro a dezembro de acordo com programação constante do Anexo Único.

Parágrafo único. O cronograma de execução de trabalhos de auditoria não é fixo, podendo ele ser alterado, suprimido em parte ou ampliado em função de fatores externos ou internos que venham a prejudicar ou influenciar sua execução.

Art.4º. Os resultados das atividades de auditoria serão levados ao conhecimento do Prefeito Municipal e dos responsáveis pelas áreas envolvidas para que tomem conhecimento e adotem as providências que se fizerem necessárias. As constatações, recomendações, pendências, farão parte do relatório de auditoria.

Art. 5º A Controladoria Interna poderá a qualquer tempo requisitar informações as unidades executoras, independente do cronograma previsto no PAAI 2016.

Parágrafo único. A recusa de informações ou o embaraço dos trabalhos da Controladoria Interna será comunicada oficialmente ao Prefeito e citada nos relatórios produzidos, podendo ainda o servidor causador do embaraço ou recusa ser responsabilizado na forma da lei.

Art. 6º. A Controladoria Interna do Município será responsável pela execução dos trabalhos a serem realizados no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna.

Itapiranga(SC), 30 de dezembro de 2015.

Nadir Teresinha Etges
Coordenadora de Controle Interno
CPF: 831.973.899-72
Matrícula n. 1455/05

Aprovado:

Milton Simon
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO – PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA 2016

ATIVIDADES MENSAIS	Acompanhar a aplicação pelo Município do mínimo Constitucional de 25% dos recursos recebidos no decorrer do exercício de 2016, provenientes de Impostos e demais transferências em despesas com a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino.
	Acompanhar a aplicação pelo Município do mínimo Constitucional de 15% dos recursos recebidos no decorrer do exercício de 2016 provenientes de Impostos e demais transferências, em despesas com ações e serviços públicos, efetivamente realizadas com Saúde.
	Acompanhar a situação do Município no Subsistema CAUC, integrado no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), verificando pendências e orientando os Departamentos competentes para a sua regularização.
	Conferir a documentação apresentada no momento de admissão de pessoal e emitir pareceres.
	Conferir a documentação apresentada nos processos de adiantamento e emitir pareceres.
	Verificar a inserção dos dados no sistema E-Sfinge Obras do TCE/SC das obras e serviços de engenharia pelo Setor de Engenharia.
	Analisar as despesas empenhadas mensalmente na saúde, na educação e Fia para verificar possíveis despesas irregulares.
	Acompanhar a execução orçamentária e financeira pelas diversas secretarias e Fundos Municipais.
	Acompanhar mensalmente por amostragem a posição dos empenhos, visando seu controle, com verificação das fontes de recursos e históricos.
	Analisar as prestações de contas de convênios e elaborar pareceres.
	Assessorar a administração mediante a realização de orientações verbais, bem como emissão de relatórios, orientações e pareceres por escrito quando solicitados, ou ainda, quando identificadas irregularidades ou ineficiências.
	Acompanhar mensalmente a evolução do percentual de gastos com a folha de pagamento do Executivo e do Legislativo, conforme a LRF n. 101/00.
	Acompanhar as finanças públicas no que tange à adequação aos limites impostos pela LRF, bem como acompanhar limites impostos por outros dispositivos constitucionais e legais.
	Participar da reunião mensal dos Secretários.
ATIVIDADES BIMESTRAIS	Encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado de SC os dados via sistema E-Sfinge.
	Acompanhar a publicação bimestral dos demonstrativos relativos ao RREO do Exercício de 2016

ATIVIDADES DE APOIO	Acompanhar auditorias realizadas no município pelo controle externo.
	Acompanhar a execução do inventário anual dos bens de propriedade do Município.
	Auditorias especiais, quando surgirem casos específicos ou denúncias em que haja a necessidade de verificação por parte da Unidade Central de Controle Interno
	Acompanhamento do processamento das tomadas de contas especiais (quando houver), com a manifestação da UCCI ao final da respectiva instrução.
Meses	Atividades
Janeiro	Acompanhar a Contabilidade no fechamento do exercício de 2015 e abertura do exercício de 2016.
	Elaborar regulamentação local sobre a Instrução Normativa TCE/SC n. 20/2015 que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico a partir de 2016.
Fevereiro	Elaborar Parecer para fins de prestação de contas anual do Prefeito exercício de 2015.
	Reformular e reeditar a Instrução Normativa SCI n. 02/2013 que dispõe sobre os procedimentos para preenchimento do Diário de Bordo de máquinas, veículos e equipamentos em geral do Município de Itapiranga(SC).
	Acompanhar a Audiência Pública do cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2015 conforme disposto no §4º do artigo 9º da LRF
	Verificar, por amostragem, se os bens imóveis e bens duráveis móveis adquiridos no período de agosto a dezembro de 2015 foram devidamente registrados e inventariados no sistema de patrimônio conforme disposto na Instrução Normativa SCI n. 02/2015.
	Encaminhar os relatórios relativo as contas do Prefeito Municipal referente ao ano de 2015 para o TCE/SC.
	Continuar a auditoria proposta pelo Plano de Trabalho n. 07/2015.
Março	Continuar na elaboração de Instruções Normativas para os diversos setores da administração.
	Iniciar a inspeção da folha de pagamento dos servidores de no mínimo uma secretaria.
Abril	Iniciar a verificação dos diversos programas implantados na Secretaria da Agricultura, com base na legislação existente, avaliando os controles existentes.
	Continuar na elaboração de Instruções Normativas para os diversos setores da administração.
Maio	Acompanhar a Audiência Pública do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2016 conforme disposto no §4º do artigo 9º da LRF.
	Continuar a elaboração de Instruções Normativas para os diversos setores da administração.
	Inspecionar e verificar por amostragem o estoque da Merenda escolar e do material de higiene e limpeza da Secretaria da Educação.
Junho	Continuar a elaboração de Instruções Normativas para os diversos setores da administração.
	Iniciar a análise dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades realizadas a partir de dezembro de 2015 até abril de 2016. Por uma amostragem mínima de 10%.

Julho	Continuar a elaboração de Instruções Normativas para os diversos setores da administração.
	Acompanhar a publicação dos demonstrativos relativos ao RFG (1º Semestre do Exercício de 2016)
	Continuar na análise dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades realizadas a partir de dezembro de 2015 até abril de 2016. Por uma amostragem mínima de 10%.
Agosto	Inspeccionar e verificar por amostragem o estoque de medicamentos do almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde. Será levada em conta uma amostragem de 10% dos itens da relação de medicamentos da farmácia básica e materiais médico hospitalares.
Setembro	Acompanhar a elaboração da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.
	Acompanhar a Audiência Pública do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2016 conforme disposto no § 4º do artigo 9º da LRF
	Auditoria referente ao controle e acompanhamento dos bens patrimoniais: verificar a realização de inventário anual de bens patrimoniais do Poder Executivo e confrontar com a demonstração contábil do patrimônio.
Outubro	Acompanhar a elaboração da LOA – Lei do Orçamento Anual
	Continuar a elaboração de Instruções Normativas para os diversos setores da administração.
	Analisar a despesa paga no setor de contabilidade do ano de 2016, por uma amostragem de 02 meses a serem escolhidos de forma aleatória. Sendo um mês da Prefeitura e outro do Fundo Municipal de Saúde.
Novembro	Considerando o disposto na Instrução Normativa TC-0020/2015, de 31 de agosto de 2015 e na Instrução Normativa do SCI verificar e analisar os documentos entregues por cada setor ao Secretário de Fazenda e Planejamento e Setor de Controle Interno.
Dezembro	Acompanhar o fechamento contábil do exercício.
	Elaborar e aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para 2017.

Itapoá

PREFEITURA

CMAS: ATA 01-2016

Ata: 001/2016

Reunião: ORDINÁRIA

Data: 03/02/2016

Horário: 09h00

Local: CENTRO DE CONVIVÊNCIA

Aos três dias do mês de fevereiro de 2016, no Centro de Convivência, situado na Av. das Nações Unidas, número 349, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h15 foi efetuada a contagem dos presentes, havendo quórum, estando presentes os conselheiros MILTON KLINKERFUS FILHO – USUÁRIOS, LANA ROSÉLIA QUADROS BEVILAQUA - ENT. S/ FINS LUCRATIVOS, YOLANDA GAMBARINI DA SILVA - GRUPOS RELIGIOSOS (PASTORAL), ELAINE CRISTINA ALVES - DEFESA DE DIREITOS (OAB), JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA – SMS, ANDRÉIA NUNES DE JESUS – SAF, DANTE PUCHTA – SMTMAC, ALEXANDRE RIBEIRO DA SILVA - TRABALHADORES ASSIST. SOCIAL, CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR – SMTMAC e MARISTELA DE SOUZA – SMAS, MARGARIDA HAAS - TRABALHADORES ASSIST. SOCIAL e MARLENE AMÂNCIO – ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS. A Presidente abre a reunião com a leitura dos ofícios: - OF 001/2016 - Cronograma de Regularização Cadastral do Programa Bolsa Família, - OF 004/2016 da APAE indicando as Sras. Lana Bevilaqua e Marlene Amâncio como titular e suplente no CMAS, respectivamente, OF. 002/2016 alterando o DM 2565/2015 (APAE), DM 2637/2016 alterando o DM 2565/2015 (APAE), - DM 2620/2016 nomeando Flávia Jordana Sanches como coordenadora do CRAS de Itapoá e OF. CI 003/2016 Solicitando parecer das contas anuais do CMAS. Na sequência, na pauta deliberativa, deu-se continuidade na análise das leis da assistência, projetando em tela a lei que “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” tendo o mesmo sido aprovado pelo conselho. Na continuidade, o conselho analisou a lei que “DEFINE E REGULA OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”, tendo sido aprovado por todos. A Sra. Elaine questionou o conselho para a marcação de uma extraordinária para a aprovação da lei que dispõe sobre a “CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, tendo sido definida a data como sendo 12/02/2012. Não havendo mais nada a se tratar, a presidente, Sra. Elaine Alves encerrou a assembleia às 11:37, conforme lista de presença. Justificou a ausência, a Sra. IRAÍDE GALDÉLIA LOVATEL DE LEMOS, representante dos usuários. Assinam a presente os conselheiros abaixo:

Milton Klinkerfus Filho
Lana Rosélia Quadros Bevilaqua
Marlene Amancio
Yolanda Gambarini da Silva
Margarida A. G. Haas
Alexandre Ribeiro da Silva
Elaine Cristina Alves
Maristela de Souza Speck
Joseane Maria Soares de Lima
Andréia Nunes de Jesus
Dante Luiz Puchta

CMAS: PORTARIA Nº 001/2016

PORTARIA Nº 001/2016.

De: 25 de janeiro de 2016.

Institui e nomeia comissão para análise da solicitação de inscrição da Associação Du Projetus junto ao CMAS de Itapoá.

Elaine Cristina Alves, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º. Fica instituída comissão para condução dos trabalhos de análise do Requerimento de Inscrição da Associação Du Projetus, que será constituída pelos seguintes conselheiros:

1. Margarida Aparecida Gonçalves Haas Presidente
2. Yolanda Gambarini da Silva Membro
3. Joseane Maria Soares de Lima Membro

Art. 2º. Caberá a Comissão analisar a solicitação de Requerimento de Inscrição da Associação Du Projetus, apresentando relatório nas assembleias ordinárias mensais, para votação do colegiado.

Art. 3º A comissão deverá entregar o relatório final até a assembleia ordinária de MAIO de 2016.

Art. 4º A comissão encontra-se em funcionamento desde sua nomeação advinda da ata de número 008 de 03/12/2015 em Assembleia Ordinária do CMAS.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 25 de janeiro de 2016.

Elaine Cristina Alves

Presidente CMAS

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

CMDCA: ATA ORDINÁRIA Nº 003/2016

Ata: 003/2016

Reunião: Ordinária

Data: 27/01/2016

Horário: 09h00

Local: Centro de Convivência

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de 2016, no Centro de Convivência, situado na avenida das Nações Unidas número 349, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h01 foi realizada a contagem dos presentes pela presidente do CMDCA, Sra. Yolanda Gambarini da Silva, não havendo quórum. Em nova contagem realizada às 09H04 houve quórum, conforme lista de presença. A Sra. Yolanda iniciou a assembleia lendo as correspondências, a conselheira Elaine solicitou que o secretário encaminhe a cópia das correspondências por e-mail para os conselheiros. A senhora Yolanda leu o Ofício 010/2016 da SMAS, encaminhado pela Contabilidade sobre os pagamentos dos recursos do FIA e solicitou que o funcionário da SMAS Alexandre Ribeiro explanasse sobre o assunto, o mesmo explicou que a conta estava vinculada ao CNPJ da Prefeitura, porém desde o mês de setembro o processo está

no banco para ser aberta uma conta própria para o FIA, Alessandra relata que o Banco do Brasil não sabe explicar o porque de tanto transtorno para a abertura da conta. Elaine sugere que seja solicitado ao Ministério Público que oficie o banco para que agilize o processo de abertura da conta bancária. Alessandra relata que é necessário que o CMDCA precisa decidir se este ano vai ser descontado da conta do FIA de repasse de recurso próprio o pagamento para IPM Informática, pois hoje é a data limite para a prefeitura finalizar o contrato. A convidada e chefe da divisão de orçamento do município Wilmara Jaqueline Madeira Pitta explicou que a conta bancária é única mas que os repasses encaminhados a esta conta são controlados através de fontes de recursos específicos, e que todos os pagamentos de manutenção do fundo de forma integral, são efetuados com recursos próprios do município constantes nesta conta. Explica também que esta metodologia orçamentária esta descrita nas normas de contabilidade pública editadas pelo tesouro nacional. Senhora Yolanda colocou em votação a aprovação do pagamento da empresa IPM Informática. Por unanimidade do plenário foi aprovado. A senhora Yolanda relata que possui um ofício pronto para prefeitura solicitando informações sobre o repasse de multas provenientes do fórum, solicita a aprovação da plenária para o encaminhamento. Posto em votação, foi aprovado por unanimidade pelo plenário. Exposto a respeito do Plano Decenal dos Direitos Da Criança e do Adolescente, Bruna relata a preocupação em não possuir informações, sobre prazos, Alessandra orienta em entrar em contato com o Estado para buscar as informações. Elaine sugere que a Secretaria de Assistência Social faça três orçamentos de empresas que realizem diagnósticos para possuir uma base de gasto e posterior realizar reunião entre secretários para verificar a possibilidade de recursos para licitação. Em discussão o item aprovação do documento de inscrição de entidade. A conselheira Elaine pontuou várias considerações sobre o documento que estabelece critérios sobre as entidades governamentais e não-governamentais. Como a conselheira Déborah pediu afastamento, a plenária convidou a conselheira Elaine para compor a Comissão, a mesma aceitou prontamente. Ainda a comissão comprometeu-se em apresentar o documento que estabelece critérios sobre as entidades governamentais e não-governamentais até a próxima reunião ordinária que acontecerá na data de 24 de fevereiro de 2016. Em discussão a formação da Comissão de Processo de Eleição de Suplentes de Conselheiros Tutelares que será composta por: Yolanda Gambarini da Silva (Pastoral da Criança), Elisa Corso (OAB), Cenita Schizzi Dani (Secretaria de Educação) e Bruna Daniele Piacentini (Secretaria de Assistência Social). A conselheira Elaine explana sobre plano de ação do Conselho, pois a mesma relata que houve várias reclamações a respeito da situação das creches no município, vagas e até alimentação e que faz parte do CMDCA fiscalizar esta situação no município. Pois as comissões precisam ser formadas dentro do conselho, para verificar a regulamentação das políticas que atendem as crianças e adolescentes em nosso município. Elaine relata que CMDCA está sendo omissa com relação ao TAC das vagas da creche, pois o mesmo não se posicionou, visto que este esta interferindo na organização familiar da população. Elaine sugere que crie-se duas comissões: Comissão de Legislação e Políticas Públicas, e outra Comissão de Planejamento de Ações do Conselho. Posto em votação a criação das comissões foi aprovado por unanimidade pela Plenária. Criada a Comissão de Legislação e Políticas Públicas: Elaine Alves (APAE), Cenita chizzi Dani (Secretaria de Educação), Alessandra Silveira Oliveira (Secretaria de Assistência Social), Lincoln Paul Pradal (Adolescentes). Fica designado como presidente da comissão Elaine Alves e Comissão de Planejamento de Ações do Conselho: Bruna Daniele Piacentini (Secretaria Municipal de Assistência Social), Sonia Maria de Mira Farias (Secretaria Administração e Finanças), Yolanda Gambarini da Silva (Pastoral da Criança), e um membro da Secretaria de Saúde que será indicado posteriormente. Será emitido pela presidente portaria designando e oficializando as comissões criadas. Em pauta foi exposto pela Presidente a sugestão de se fazer reunião conjunta entre os conselhos de direitos representados por seus presidentes

(Assistência, Idoso, CMDCA, Saúde, Educação e Conselho Tutelar). Em um primeiro momento apenas com os presidentes que diante das trocas de informações sobre o desenvolvimento das políticas públicas municipais poderão vir a convidar secretários para um debate aprofundado a solução dos problemas levantados. As reuniões ocorrerão. Seja oficiado o presidente de cada conselho sobre o convite, sendo que em conjunto definirão a data de cada reunião.

. Não havendo mais nada a se tratar, a Sra. Yolanda Gambarini da Silva encerrou a assembleia às 10h27, marcando a data da próxima assembleia como sendo 24/01/2016. Não houve formalmente comunicação de ausências por parte dos conselheiros. Assinam a presente abaixo.

LINCOLN PAUL PRADAL
ELISA GONZALEZ CORSO
YOLANDA GAMBARINI DA SILVA
ELAINE CRISTINA ALVES
JOSÉ LUIS REIS SOUZA
BRUNA DANIELE PIACENTINI
CENITA S. DANI
DALVANIR C. ALMEIDA
ALAN JOSE R. DA SILVA
SONIA MARIA MIRA FARIAS
SUELEN DE LUCCA
CLAIR J. B. CAMARGO
MARLENE AMANCIO
JULIO CESAR ABREU
STEFANY DE LUCAS
PATRICIA LARA S.C. FRANCISCO
MARCELA DIUNÍSIO OLKOSKI
DEBORAH KARIM SALLES OLIVEIRA
WALTER GOMES DE ALMEIDA
FABRICIO LIMA

CMDCA: PORTARIA 003/2016

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PORTARIA Nº 003/2016.

De: 02 de fevereiro de 2016.

Institui e nomeia Comissão Eleitoral de Conselheiros Tutelares Suplentes.

Yolanda Gambarini da Silva, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do adolescente, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º. Fica instituída comissão para condução dos trabalhos desta comissão os seguintes conselheiros:

1. Yolanda Gambarini da Silva Presidente
2. Elisa Gonzales Corso Membro
3. Cenita Schizzi Dani Membro
4. Bruna Danieli Piacentini Membro

Art. 2º. Caberá a Comissão planejar e executar as ações necessárias frente a legislação vigente para condução qualitativa e quantitativa de membros suplentes ao Conselho Tutelar do município de Itapoá SC, apresentando relatórios nas assembleias ordinárias

mensais, para votação do colegiado.

Art. 3º A comissão deverá entregar os relatórios parciais a cada assembleia ordinária cuja versão digital, acompanhada do cronograma de trabalhos Planejado x Realizado, deverá ser encaminhada a Secretaria Executiva do CMDCA para envio aos demais conselheiros em conjunto com a pauta das assembleias ordinárias.

Art. 4º A comissão encontra-se em funcionamento desde sua nomeação advinda da ata de número 003 de 27/01/2016 em Assembleia Ordinária do CMAS e será extinta após o atendimento do número legal de suplentes, prevendo ainda, fila de espera de, pelo menos, três nomes.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de fevereiro de 2016.

Yolanda Gambarini da Silva

Presidente CMDCA

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

CMDCA: PORTARIA Nº 001/2016.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PORTARIA Nº 001/2016.

De: 02 de fevereiro de 2016.

Institui e nomeia Comissão de Legislação e Políticas Públicas do CMDCA de Itapoá SC.

Yolanda Gambarini da Silva, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do adolescente, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º. Fica instituída comissão para condução dos trabalhos desta comissão os seguintes conselheiros:

1. Elaine Cristina Alves Presidente
2. Cenita S. Dani Membro
3. Alessandra Silveira de Oliveira Membro
4. Lincoln Paul Pradal Membro

Art. 2º. Caberá a Comissão analisar a legislação vigente, propondo melhorias e correções, se necessárias bem como avaliar a atual estruturação das políticas públicas municipais no âmbito do CMDCA, planejando ações de curto e médio prazo, propondo aperfeiçoamentos e apresentando relatórios nas assembleias ordinárias mensais, para votação do colegiado.

Art. 3º A comissão deverá entregar o relatório parciais a cada assembleia ordinária cuja versão digital, acompanhada do cronograma de trabalhos Planejado x Realizado, deverá ser encaminhada a Secretaria Executiva do CMDCA para envio aos demais conselheiros em conjunto com a pauta das assembleias ordinárias.

Art. 4º A comissão encontra-se em funcionamento desde sua nomeação advinda da ata de número 003 de 27/01/2016 em Assembleia Ordinária do CMAS, tendo caráter permanente durante a presente gestão.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de fevereiro de 2016.

Yolanda Gambarini da Silva

Presidente CMDCA

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

CMI - ATA ORDINÁRIA Nº 001/2016

Ata: 001/2016

Reunião: ORDINÁRIA

Data: 03/02/2016

Horário: 09h00

Local: CENTRO DE CONVIVÊNCIA

Aos três dias do mês de fevereiro de 2016, no Centro de Convivência, situado na Av. das Nações Unidas, número 349, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h15 foi efetuada a contagem dos presentes, havendo quórum, estando presentes os conselheiros MILTON KLINKERFUS FILHO – USUÁRIOS, LANA ROSÉLIA QUADROS BEVILAQUA - ENT. S/ FINS LUCRATIVOS, YOLANDA GAMBARINI DA SILVA - GRUPOS RELIGIOSOS (PASTORAL), ELAINE CRISTINA ALVES - DEFESA DE DIREITOS (OAB), JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA – SMS, ANDRÉIA NUNES DE JESUS – SAF, DANTE PUCHTA – SMTMAC, ALEXANDRE RIBEIRO DA SILVA - TRABALHADORES ASSIST. SOCIAL, CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR – SMTMAC e MARISTELA DE SOUZA – SMAS, MARGARIDA HAAS - TRABALHADORES ASSIST. SOCIAL e MARLENE AMÂNCIO – ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS. A Presidente abre a reunião com a leitura dos ofícios: - OF 001/2016 - Cronograma de Regularização Cadastral do Programa Bolsa Família, - OF 004/2016 da APAE indicando as Sras. Lana Bevilaqua e Marlene Amâncio como titular e suplente no CMAS, respectivamente, OF. 002/2016 alterando o DM 2565/2015 (APAE), DM 2637/2016 alterando o DM 2565/2015 (APAE), - DM 2620/2016 nomeando Flávia Jordana Sanches como coordenadora do CRAS de Itapoá e OF. CI 003/2016 Solicitando parecer das contas anuais do CMAS. Na sequência, na pauta deliberativa, deu-se continuidade na análise das leis da assistência, projetando em tela a lei que “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” tendo o mesmo sido aprovado pelo conselho. Na continuidade, o conselho analisou a lei que “DEFINE E REGULA OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”, tendo sido aprovado por todos. A Sra. Elaine questionou o conselho para a marcação de uma extraordinária para a aprovação da lei que dispõe sobre a “CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, tendo sido definida a data como sendo 12/02/2012. Não havendo mais nada a se tratar, a presidente, Sra. Elaine Alves encerrou a assembleia às 11:37, conforme lista de presença. Justificou a ausência, a Sra. IRAÍDE GALDÉLIA LOVATEL DE LEMOS, representante dos usuários. Assinam a presente os conselheiros abaixo:

Milton Klinkerfus Filho
Lana Rosélia Quadros Bevilaqua
Marlene Amancio
Yolanda Gambarini da Silva
Margarida A. G. Haas
Alexandre Ribeiro da Silva
Elaine Cristina Alves
Maristela de Souza Speck
Joseane Maria Soares de Lima
Andréia Nunes de Jesus
Dante Luiz Puchta

CMI - PORTARIA Nº 001/2016

Conselho Municipal do Idoso de Itapoá - SC

PORTARIA Nº 001/2016.

De: 29 de janeiro de 2016.

Institui e nomeia comissão para análise da Requisição de Inscrição da ILPI Fantin & Gonçalves Residencial Sênior junto ao CMI de Itapoá.

Milton Klinkerfus Filho, Presidente do Conselho Municipal do Idoso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º. Fica instituída comissão para condução dos trabalhos de análise do Requerimento de Inscrição da ILPI Fantin & Gonçalves, que será constituída pelos seguintes conselheiros:

1. Ana Luiza Valente de Oliveira Membro
2. Elisa Gonzalez Corso Membro
3. Carlos Roberto Martini Presidente

Art. 2º. Caberá a Comissão analisar a solicitação de Requerimento de Inscrição da entidade Fantin & Gonçalves, apresentando relatório nas assembleias ordinárias mensais, para votação do colegiado.

Art. 3º A comissão deverá entregar o relatório final 60 dias após a nomeação da mesma.

Art. 4º A comissão encontra-se em funcionamento desde sua nomeação advinda da ata de número 009 de 27/11/2015 em Assembleia Ordinária do CMI.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 29 de janeiro de 2016.

Milton Klinkerfus Filho

Presidente CMI

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

CMI - PORTARIA Nº 002/2016

Conselho Municipal do Idoso de Itapoá - SC

PORTARIA Nº 002/2016.

De: 29 de janeiro de 2016.

Institui e nomeia comissão para análise do Regimento Interno e Lei Municipal do CMI de Itapoá.

Milton Klinkerfus Filho, Presidente do Conselho Municipal do Idoso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º. Fica instituída comissão para condução dos trabalhos de análise e revisão do Regimento Interno e alterações na Lei de criação do CMI de Itapoá, que será constituída pelos seguintes conselheiros:

1. Elaine Cristina Alves Membro
2. Alessandra Silveira Oliveira Membro
3. Dante Luiz Puchta Presidente

Art. 2º. Caberá a Comissão analisar e revisar o Regimento Interno vigente bem como Leis Municipais correlatas, apresentando

relatório nas assembleias ordinárias mensais, para votação do colegiado.

Art. 3º A comissão deverá entregar o relatório final 60 dias após a nomeação da mesma.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 29 de janeiro de 2016.

Milton Klinkerfus Filho

Presidente CMI

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

DECRETO MUNICIPAL Nº 2653/2016 DISPÕE SOBRE O ESTABELECIMENTO DO DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS ANUAIS DE RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL APROVADAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 607/2015 - LDO 2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 2653/2016

Data: 22 de janeiro de 2016

DISPÕE SOBRE O ESTABELECIMENTO DO DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS ANUAIS DE RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL APROVADAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 607/2015 – LDO 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica estabelecido o desdobramento das metas fiscais anuais de resultado primário e nominal aprovadas pela Lei Municipal nº 607/2015 – LDO 2016, em metas bimestrais, em cumprimento ao disposto no art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000, conforme abaixo:

I- Resultado Primário

RESULTADO PRIMÁRIO	
1º BIMESTRE	4.467.049
2º BIMESTRE	4.643.413
3º BIMESTRE	5.206.185
4º BIMESTRE	5.484.291
5º BIMESTRE	5.811.900
6º BIMESTRE	-5.815.000

II - Resultado Nominal

RESULTADO NOMINAL	
1º BIMESTRE	-5.705.752
2º BIMESTRE	-1.264.606
3º BIMESTRE	-1.724.253
4º BIMESTRE	-863.343
5º BIMESTRE	-1.472.160
6º BIMESTRE	-80.000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de janeiro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2654/2016 DISPÕE SOBRE O ESTABELECIMENTO DO DESDOBRAMENTO DAS METAS DE RECEITA, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 2654/2016

Data: 22 de janeiro de 2016

DISPÕE SOBRE O ESTABELECIMENTO DO DESDOBRAMENTO DAS METAS DE RECEITA, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido os Demonstrativos de Programação Financeira, do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso por Destinação de Recursos e do Desdobramento das Receitas Previstas em Metas Bimestrais de Arrecadação por Destinação de Recursos, em conformidade com os artigos 8º e 13, da Lei Complementar 101/2000 – LRF, conforme os anexos 1, 2 e 3, partes integrantes do presente Decreto.

Parágrafo único – Os anexos de que trata o caput têm a seguinte nomenclatura:

I – Anexo 1 – Desdobramento das Receitas por Destinação de Recursos em Metas Bimestrais de Arrecadação – Exercício 2016 (LRF art. 13);

II – Anexo 2 – Demonstrativo do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso por Destinação de Recurso - Exercício 2016 (LRF art. 8º);

III – Anexo 3 – Demonstrativo da Programação Financeira – Exercício 2016 (LRF art. 8º).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de janeiro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

ANEXO 1

Código	Especificação da Destinação de Recurso	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre	
		Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
10000	Recursos ordinários	2.465.000	3.535.000	1.995.000	1.855.000	2.145.000	1.780.000
10025	FUNREBOM	11.000	11.000	11.000	11.000	12.000	12.000
10026	Saneamento Básico	45.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000
10028	Honorários Sucumbên.	7.500	7.500	7.500	7.500	7.500	7.500
10100	Rec Imp. Trans. - Educ.	1.072.000	1.540.000	870.000	810.000	935.000	775.000
10201	Rec Imp Trans. Saúde	1.180.000	1.700.000	960.000	890.000	1.030.000	855.000
10202	Vigil Sanit Municipal	5.583	5.583	5.583	5.583	5.583	5.583
10300	Contribuição para RPPS	1.310.000	660.000	560.000	1.090.000	1.175.000	685.000
10700	CIDE	83	83	83	83	83	83
10800	COSIP	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000
10900	FIA Imposto de Renda		2.000				
11000	Conv. Trânsito - Militar	3.791	3.791	3.791	3.791	3.791	3.791
11100	Convênio Trânsito - Civil	3.791	3.791	3.791	3.791	3.791	3.791
11200	Conv. Trânsito – Pref.	3.250	3.250	3.250	3.250	3.250	3.250
13900	FEP	12.916	12.916	12.916	12.916	12.916	12.916
18900	Alien Bens D. O. Progr.					15.000	
21800	FUNDEB	1.150.000	1.070.000	1.050.000	1.130.000	1.145.000	1.095.000
23501	PBF - Piso Básico Fixo	6.500	6.500	6.500	6.500	6.500	6.500
23502	Serv Cov Fort Víncul	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000
23503	Apoio à Pessoa Idosa	366	366	366	366	367	367
23504	Bolsa Família	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300
23505	IGD - SUAS	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500
23600	Salário Educação	135.000	130.000	125.000	130.000	140.000	130.000
23701	Prog. N. A. Esc. - Fund.			35.006	11.666	11.666	11.666
23702	Prog N Alim Esc - PNAP			12.000	4.000	4.000	4.000
23703	Prog N Alim Esc. - PNAC			22.500	7.500	7.500	7.500
23704	Prog Nac Alim Esc - EJA			2.006	666	666	666
23705	Prog N. Tran Esc. - Fed			3.700	3.700	3.700	3.700

23801	NASF/SC - Cof At. Bás.	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
23802	Aten Básica PAB FIXO	34.000	34.000	34.000	34.000	34.000	34.000
23803	Atenção Básica - PSF	35.666	35.666	35.666	35.666	35.666	35.666
23804	Atenção Básica - PACS	38.447	38.447	38.447	38.447	38.447	38.447
23805	Atenção Básica - PSE	2.833	2.833	2.833	2.833	2.833	2.833
23806	Atenç. Bás. - PMAQ/AB	32.300	32.300	32.300	32.300	32.300	32.300
23807	MAC/SAMU	21.919	21.919	21.919	21.919	21.919	21.919
23808	MAC/SE	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000
23809	Vig. Saúde - Epidemiol.	4.309	4.309	4.309	4.309	4.309	4.309
23810	Vig. Saúde - Sanitária	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
23811	Assist Farm. Bás- Feder	6.500	6.500	6.500	6.500	6.500	6.500
26501	FEAS-Fun Est Ass. Soc	1.733	1.733	1.733	1.733	1.733	1.733
26502	Benefícios Eventuais	288	288	288	288	288	288
26503	Proteção Soc Básica	2.225	2.225	2.225	2.225	2.225	2.225
26601	Prog N. Tran Esc. - Esta	55.000	27.500	27.500	27.500	27.500	27.500
26701	Cof.. Atenção Básica	8.250	8.250	8.250	8.250	8.250	8.250
26702	MAC/Estadual	4.083	4.083	4.083	4.083	4.083	4.083
26703	Assist Farm. Bás.Estad	5.583	5.583	5.583	5.583	5.583	5.583
26705	NASF Estadual	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000
	Total das Receitas	7.820.716	9.190.716	6.161.428	6.458.748	7.139.749	5.874.749

4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Total
Julho	Agosto	Set.	Out	Nov	Dez	
2.040.000	1.905.000	1.990.000	1.760.000	1.985.000	2.066.003,35	25.521.003,35
12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	140.000,00
35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	430.000,00
7.500	7.500	7.500	7.500	7.500	7.500	90.000,00
890.000	830.000	870.000	765.000	865.000	894.890,90	11.116.890,90
980.000	915.000	955.000	845.000	950.000	990.605,75	12.250.605,75
5.583	5.583	5.583	5.583	5.583	5.587	67.000,00
516.000	660.000	815.000	1.290.000	975.000	1.425.000	11.161.000,00
83	83	84	84	84	84	1.000,00
150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	1.800.000,00
						2.000,00
3.791	3.791	3.791	3.791	3.791	3.799	45.500,00
3.791	3.791	3.791	3.791	3.791	3.799	45.500,00
3.250	3.250	3.250	3.250	3.250	3.250	39.000,00
12.916	12.916	12.916	12.916	12.916	12.924	155.000,00
						15.000,00
1.040.000	1.070.000	1.025.000	1.075.000	1.060.000	1.090.000	13.000.000,00
6.500	6.500	6.500	6.500	6.500	6.500	78.000,00
9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	108.000,00
367	367	367	367	367	367	4.400,00
1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	15.600,00
1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	18.000,00
130.000	130.000	130.000	135.000	145.000	140.000,00	1.600.000,00
11.666	11.666	11.666	11.666	11.666	11.666	140.000,00
4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	48.000,00
7.500	7.500	7.500	7.500	7.500	7.500	90.000,00
666	666	666	666	666	666	8.000,00

3.700	3.700	3.700	3.700	3.700	3.700	37.000,00
20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	240.000,00
34.000	34.000	34.000	34.000	34.000	34.000	408.000,00
35.666	35.666	35.666	35.666	35.666	35.674	428.000,00
38.447	38.447	38.447	38.447	38.447	38.453	461.370,00
2.833	2.833	2.833	2.833	2.833	2.837	34.000,00
32.300	32.300	32.300	32.300	32.300	32.300	387.600,00
21.919	21.919	21.919	21.919	21.919	21.921	263.030,00
25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	300.000,00
4.309	4.309	4.309	4.309	4.309	4.311	51.710,00
1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	12.000,00
6.500	6.500	6.500	6.500	6.500	6.500	78.000,00
1.733	1.733	1.733	1.733	1.733	1.737	20.800,00
288	288	288	288	288	292	3.460,00
2.225	2.225	2.225	2.225	2.225	2.225	26.700,00
27.500	27.500	27.500	27.500	27.500	27.500	330.000,00
8.250	8.250	8.250	8.250	8.250	8.250	99.000,00
4.083	4.083	4.083	4.083	4.083	4.087	49.000,00
5.583	5.583	5.583	5.583	5.583	5.587	67.000,00
3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	36.000,00
6.150.749	6.064.749	6.339.750	6.424.750	6.534.750	7.161.316	81.322.170,00

Itapoá, 22 de janeiro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR		MARIA IZABEL BLANSKI
Prefeito Municipal		Secretária de Administração e Finanças

ANEXO 2

Código	Especificação da Destinação de Recurso	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre	
		Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
10000	Recursos ordinários	1.948.000	1.948.000	1.948.000	1.948.000	1.948.000	1.948.000
10025	FUNREBOM	9.000	11.000	12.000	14.000	10.500	11.000
10026	Saneamento Básico	30.000	35.000	37.000	36.000	35.000	38.000
10028	Honorários Sucumbên.	7.500	7.500	7.500	7.500	7.500	7.500
10100	Rec Imp. Trans. - Educ.	750.000	790.000	850.000	845.000	840.000	830.000
10201	Rec Imp Trans. Saúde	1.100.000	1.130.000	930.000	945.000	940.000	930.000
10202	Vigil Sanit Municipal	3.000	4.000	5.000	3.800	4.500	4.900
10300	Contribuição para RPPS	247.300	247.300	247.300	247.300	247.300	247.300
10700	CIDE						
10800	COSIP	135.000	130.000	140.000	135.000	130.000	125.000
10900	FIA Imposto de Renda			500	700	600	200
11000	Conv. Trânsito - Militar	1.500	3.000	3.500	3.450	3.750	3.700
11100	Convênio Trânsito - Civil	1.500	3.000	3.500	3.450	3.750	3.700
11200	Conv. Trânsito – Pref.	1.000	1.100	2.000	4.500	4.300	3.250
13900	FEP	10.000	12.000	13.000	12.500	13.100	12.900
18900	Alien Bens D. O. Progr.						15.000
21800	FUNDEB	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
23501	PBF - Piso Básico Fixo	5.000	6.500	6.000	7.000	6.400	6.600
23502	Serv Cov Fort Víncul	8.000	8.500	8.900	9.000	9.100	9.200

23503	Apoio à Pessoa Idosa	250	350	300	300	295	350
23504	Bolsa Família	1.000	1.150	1.300	1.200	1.250	1.300
23505	IGD - SUAS	1.400	1.300	1.350	1.450	1.500	1.200
23600	Salário Educação	100.000	120.000	130.000	135.000	140.000	130.000
23701	Prog. N. A. Esc. - Fund.			35.000	11.600	11.650	11.600
23702	Prog N Alim Esc - PNAP			10.000	4.000	4.500	4.350
23703	Prog N Alim Esc. - PNAC			20.000	7.000	7.300	7.500
23704	Prog Nac Alim Esc - EJA			1.500	670	650	680
23705	Prog N. Tran Esc. - Fed			3.500	3.700	3.750	3.700
23801	NASF/SC - Cof At. Bás.	15.000	17.000	19.000	20.000	21.000	22.000
23802	Aten Básica PAB FIXO	30.000	34.000	34.500	35.000	34.000	34.500
23803	Atenção Básica - PSF	34.000	33.000	35.000	35.500	36.000	34.000
23804	Atenção Básica - PACS	35.000	37.000	38.000	36.500	38.000	39.000
23805	Atenção Básica - PSE	2.000	2.800	2.750	2.700	2.750	2.800
23806	Atenç. Bás. - PMAQ/AB	32.000	32.300	32.100	32.400	32.500	32.450
23807	MAC/SAMU	21.000	21.900	21.850	21.700	22.000	21.900
23808	MAC/SE	24.000	24.500	24.600	24.900	25.000	25.100
23809	Vig. Saúde - Epidemiol.	4.000	4.200	4.250	4.300	4.250	4.200
23810	Vig. Saúde - Sanitária	900	950	960	950	970	980
23811	Assist Farm. Bás- Feder	6.100	6.250	6.150	6.300	6.500	6.650
26501	FEAS-Fun Est Ass. Soc	1.600	1.650	1.700	1.680	1.730	1.700
26502	Benefícios Eventuais	100	200	250	260	280	290
26503	Proteção Soc Básica	2.000	2.200	2.250	2.150	2.200	2.300
26601	Prog N. Tran Esc. - Esta		20.000	31.000	31.000	31.000	31.000
26701	Cof. Atenção Básica	8.000	8.100	8.150	8.250	8.200	8.300
26702	MAC/Estadual	3.900	3.950	4.000	4.150	4.100	4.050
26703	Assist Farm. Bás. Estad	5.500	5.580	5.560	5.500	5.490	5.480
26705	NASF Estadual	2.900	2.950	3.000	2.990	2.970	2.980
	Total das Receitas	5.587.450	5.718.230	5.692.220	5.663.350	5.653.635	5.636.610

4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Total
Julho	Agosto	Set.	Out	Nov	Dez	
1.948.000	1.948.000	1.948.000	1.948.000	1.948.000	3.893.003	25.321.003,35
12.500	11.000	12.500	12.500	12.000	12.000	140.000,00
35.000	36.000	35.000	38.000	35.000	40.000	430.000,00
7.500	7.500	7.500	7.500	7.500	7.500	90.000,00
900.000	820.000	835.000	840.000	865.000	1.951.890,90	11.116.890,90
935.000	945.000	940.000	935.000	950.000	1.570.605,75	12.250.605,75
5.500	5.600	5.400	5.500	5.450	14.350	67.000,00
247.300	247.300	247.300	247.300	247.300	494.700	3.215.000,00
					1.000	1.000,00
130.000	135.000	140.000	130.000	320.000	150.000	1.800.000,00
						2.000,00
3.800	3.900	3.650	3.600	7.850	3.800	45.500,00
3.800	3.900	3.650	3.600	7.850	3.800	45.500,00
3.150	3.000	3.450	4.100	5.900	3.250	39.000,00
12.700	12.800	13.000	12.950	17.000	13.050	155.000,00
						15.000,00
1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000	13.000.000,00
6.700	6.300	6.550	6.450	6.700	7.800	78.000,00

8.900	9.100	9.000	9.300	9.000	10.000	108.000,00
330	315	370	380	400	760	4.400,00
1.350	1.150	1.500	1.300	1.350	1.750	15.600,00
1.500	1.450	1.350	1.500	1.600	2.400	18.000,00
135.000	140.000	125.000	130.000	150.000	165.000,00	1.600.000,00
11.630	11.670	11.600	11.650	11.670	11.930	140.000,00
4.400	4.250	4.300	4.200	4.000	4.000	48.000,00
7.600	7.700	8.000	8.100	9.300	7.500	90.000,00
700	750	800	670	910	670	8.000,00
3.600	3.700	3.800	3.800	3.750	3.700	37.000,00
20.000	21.000	21.500	21.000	22.000	20.500	240.000,00
35.000	34.500	34.500	34.000	34.000	34.000	408.000,00
35.000	36.000	35.000	37.000	39.000	38.500	428.000,00
40.000	39.000	38.000	39.000	40.000	41.870	461.370,00
2.850	2.900	2.830	2.800	3.820	3.000	34.000,00
32.300	32.250	32.300	32.200	32.300	32.500	387.600,00
21.850	21.900	21.700	22.000	21.900	23.330	263.030,00
25.150	25.000	24.950	25.000	24.900	26.900	300.000,00
4.300	4.400	4.450	4.300	4.250	4.810	51.710,00
1.000	1.050	1.000	1.030	1.050	1.160	12.000,00
6.700	6.500	6.550	6.600	6.800	6.900	78.000,00
1.750	1.690	1.680	1.750	2.070	1.800	20.800,00
280	290	300	350	400	460	3.460,00
2.100	2.150	2.200	2.400	2.450	2.300	26.700,00
31.000	31.000	31.000	31.000	31.000	31.000	330.000,00
8.250	8.200	8.300	8.250	8.350	8.650	99.000,00
4.100	4.250	4.050	4.100	4.100	4.250	49.000,00
5.500	5.550	5.600	5.590	5.600	6.050	67.000,00
3.000	3.050	2.950	2.990	3.100	3.120	36.000,00
5.706.090	5.646.065	5.645.580	5.646.760	5.914.620	10.665.560	73.176.170,00

NOTA EXPLICATIVA: A diferença resultante do confronto da Receita Estimada e da Despesa Fixada no valor de R\$ 8.146.000,00, é correspondente à Reserva de Contingência, que se houver necessidade, será utilizada conforme o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências da Lei Municipal nº 607/2015 - LDO para 2016.

Itapoá, 22 de janeiro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR				MARIA IZABEL BLANSKI				
Prefeito Municipal				Secretária de Administração e Finanças				

ANEXO 3

ESPECIFICAÇÃO	Jan	Fev.	Março	Abril	Mai	Junho	Julho
RECURSOS(I+II)	7.820.716	11.423.982	11.867.180	12.633.708	14.110.107	14.331.221	14.845.360
Metas de Receita(I)	7.820.716	9.190.716	6.161.428	6.458.748	7.139.749	5.874.749	6.150.749
Saldo Mês Anterior(II) (I-III)		2.233.266	5.705.752	6.174.960	6.970.358	8.456.472	8.694.611
DESPESAS(III)	5.587.450	5.718.230	5.692.220	5.663.350	5.653.635	5.636.610	5.706.090
Agosto	Set	Outub.	Nov.	Dez.	Total		

15.204.019	15.897.704	16.676.874	17.564.864	18.811.560	
6.064.749	6.339.750	6.424.750	6.534.750	7.161.316	81.322.170
9.139.270	9.557.954	10.252.124	11.030.114	11.650.244	8.146.000
5.646.065	5.645.580	5.646.760	5.914.620	10.665.560	73.176.170

NOTA EXPLICATIVA: O valor do saldo financeiro (saldo do mês anterior) de R\$ 8.146.000,00 é referente à Reserva de Contingência, que se houver necessidade, será utilizada conforme o Anexo de Riscos Fiscais da Lei Municipal nº 607/2015 - LDO para 2016.

Itapoá, 22 de janeiro de 2016.

	SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR	MARIA IZABEL BLANSKI						
	Prefeito Municipal	Secretária de Administração e Finanças						

DECRETO MUNICIPAL Nº 2659/2016 EXONERA DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL FREI VALENTIM

DECRETO MUNICIPAL Nº 2659/2016

Data: 29 de janeiro de 2016

EXONERA DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL FREI VALENTIM.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando CI nº 007/2016, de 14 de janeiro de 2016, da Secretaria Municipal de Educação,

DECRETA

Art.1º Fica exonerado o Sr. Carlos Alberto Osga Junior, do cargo de Diretor da Escola Municipal Frei Valentim.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2660/2016 EXONERA DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO

DECRETO MUNICIPAL Nº 2660/2016

Data: 29 de janeiro de 2016

EXONERA DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando CI nº 007/2016, de 14 de janeiro de 2016, da Secretaria Municipal de Educação,

DECRETA

Art.1º Fica exonerada a Sra. SOLANGE MARIA ROSA, do cargo de Diretora da Escola Municipal Monteiro Lobato.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2661/2016 EXONERA DIRETORA DA PRÉ ESCOLA GENTE FELIZ

DECRETO MUNICIPAL Nº 2661/2016

Data: 29 de janeiro de 2016

EXONERA DIRETORA DA PRÉ ESCOLA GENTE FELIZ

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando CI nº 007/2016, de 14 de janeiro de 2016, da Secretaria Municipal de Educação,

DECRETA

Art.1º Fica exonerada a Sra. Elaine Machado de Freitas, do cargo de Diretora da Pré Escola Gente Feliz.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2662/2016 EXONERA DIRETORA DA CRECHE MUNDO ENCANTADO

DECRETO MUNICIPAL Nº 2662/2016

Data: 29 de janeiro de 2016

EXONERA DIRETORA DA CRECHE MUNDO ENCANTADO

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando CI nº 007/2016, de 14 de janeiro de 2016, da Secretaria Municipal de Educação,

DECRETA

Art.1º Fica exonerada a Sra. Marizélia Franz Perrony, do cargo de Diretora da Creche Mundo Encantado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2663/2016 NOMEIA DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL FREI VALENTIM

DECRETO MUNICIPAL Nº 2663/2016

Data: 01 de fevereiro de 2016.

NOMEIA DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL FREI VALENTIM.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando CI nº 007/2016, de 14 de janeiro de 2016, da Secretaria Municipal de Educação,

DECRETA

Art.1º Fica nomeada a Sra. Fabiana Bestel Pawlina, no cargo de Diretora da Escola Municipal Frei Valentim.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2664/2016 NOMEIA DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO

DECRETO MUNICIPAL Nº 2664/2016

Data: 01 fevereiro de 2016

NOMEIA DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando CI nº 007/2016, de 14 de janeiro de 2016, da Secretaria Municipal de Educação,

DECRETA

Art.1º Fica nomeada a Sra. Juliana Roeder, do cargo de Diretora da Escola Municipal Monteiro Lobato.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2665/2016 NOMEIA DIRETORA DA PRÉ ESCOLA GENTE FELIZ

DECRETO MUNICIPAL Nº 2665/2016

Data: 01 de fevereiro de 2016

NOMEIA DIRETORA DA PRÉ ESCOLA GENTE FELIZ

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando CI nº 007/2016, de 14 de janeiro de 2016, da Secretaria Municipal de Educação,

DECRETA

Art.1º Fica nomeada a Sra. Vanessa Dibax, no cargo de Diretora da Pré Escola Gente Feliz.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2666/2016 EXONERA CHEFIA DA DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS, DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DECRETO MUNICIPAL Nº 2666/2016

Data: 01 de fevereiro de 2016

EXONERA CHEFIA DA DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS, DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art 1º Fica exonerado o Sr.VALDIR MARTINS GONÇALVES, no cargo de Chefe da Divisão de Obras Públicas, da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº2667/2016 NOMEIA CHEFIADA DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS, DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DECRETO MUNICIPAL Nº 2667/2016

Data: 02 de fevereiro de 2016

NOMEIA CHEFIA DA DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS, DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art 1º Fica nomeado o Sr. JAIR APARECIDO DA CUNHA, no cargo de Chefe da Divisão de Obras Públicas, da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO DO CMS Nº23/2016, DE 22 DE JANEIRO DE 2016

RESOLUÇÃO CMS Nº 023/2016, de 22 de Janeiro de 2016.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 007/2001 de 18 de abril de 2001, em sua Centésima Sexagésima sexta Reunião Ordinária, realizada no dia 22 de janeiro de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

RESOLVE:

Aprovar o Relatório de Gestão do ano de 2014, após considerações do plenário

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 01 de Fevereiro de 2016

Lana Rosélia Quadros Bevilaqua

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Cristian Ângelo Grassi

Secretário Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº 023, de 22 de Janeiro de 2016, nos termos da Lei Municipal nº 007/2001, de 18 de Abril de 2001, artigo 7º inciso V.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 37-2016 DO EDITAL Nº 46-2016

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 37/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 04/02/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
11	40	Anos Iniciais 1º a 3º	Eloisa Boechat Carmargo	11/02/2016	13/03/2016

Itapoá, 03 de fevereiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CMJS - PORTARIA Nº 33/2016

PORTARIA Nº 33/2016

Exonera Chefe de Gabinete.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE, a SRA. SANDRA GONÇALVES DE JESUS MACHADO. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 18/2015 de 02 de Fevereiro de 2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 02 de fevereiro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente

CMJS - PORTARIA Nº 34/2016

PORTARIA Nº 34/2016

Nomeia Chefe de Gabinete.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, a SRA. ALAIS OLSKA, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 02 de fevereiro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente

CMJS - PORTARIA Nº 35/2016

PORTARIA Nº 35/2016

Exonera Assessor Parlamentar e nomeia para o cargo de Chefe de Gabinete.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade ao disposto no inciso XV do Art. 22 da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, o SR. IDULINO LUIS DA SILVA. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 17/2015, de 02 de Fevereiro

de 2015.

Artigo 2º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015, de 13 de Julho de 2015, o SR. IDULINO LUIS DA SILVA para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 02 de fevereiro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente

CMJS - PORTARIA Nº 36/2016

PORTARIA Nº 36/2016

Nomeia Assessor Parlamentar.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, o SR. PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA, para o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 02 de fevereiro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente

CMJS - PORTARIA Nº 37/2016

PORTARIA Nº 37/2016

Nomeia Assessor Parlamentar.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, o SR. SAMUEL DE MELLO, para o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 02 de fevereiro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente

PMJS - EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 411/2015 AO CONTRATO Nº 187/2012

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 411/2015 AO CONTRATO Nº 187/2012

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2012.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Contratação de serviços de engenharia com fornecimento do material e mão de obra para pavimentação asfáltica de diversas ruas no Bairro Santo Antônio – Rua 870–Antero Corrêa, Rua 877–Ermelino Souza dos Santos, Rua 876–Hilda Friedel Lafin, Rua 878–José Vicenzi, Rua 879–Maximino Beber, Rua 839–Sizino Garcia e Rua 872–Sem nome, com extensão total de 4.198,99m (quatro mil cento e noventa e oito virgula noventa e nove metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária/Quantitativa.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93, o prazo de vigência do contrato original, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 463/2012, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 58/2013, prorrogado pelo item 3.2 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 274/2013, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 370/2013, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 462/2013, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Sexto Termo Aditivo nº 210/2014, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Sétimo Termo Aditivo nº 422/2014, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Nono Termo Aditivo nº 296/2015, fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias a contar de 17/12/2015 com término em 14/04/2016. As demais cláusulas permanecem inalteradas

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2015.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Maurício Vogelsanger.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

PMJS - PORTARIA Nº 015/2016

PORTARIANº 015/2016

Designa os Conselheiros do Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (Cmhjs).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 001/2016/CMHJS/JS, de 27/01/2016;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR os conselheiros que integrarão o Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (Cmhjs), a seguir relacionados:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Titular: Adrieli Bubinski Linhares

Suplente: Julia Napoleão

Titular: Janice Maria Anacleto

Suplente: Márcio Renato Steilein

SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

Titular: Roberto Luis Zehnder

Suplente: Dalton Uhlendorf

SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Titular: Tânia Aparecida Furtado de Sousa

Suplente: Bruna Tonello de Oliveira

FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE (FUJAMA)

Titular: Patrícia Fernandes Góes D'Ávila

Suplente: César Humberto Rocha

SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL

Titular: Maicon Leandro da Costa

Suplente: Wolnei Krüger

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Titular: Robin Henrique Pasold

Suplente: Márcio Bylaardt

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE)

Titular: India Nara Pelliz Milbratz

Suplente: Barbara Fendrich

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DO MUNICÍPIO

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COM CURSOS AFETOS À ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO OU SERVIÇO SOCIAL

Titular: Déborah Jorge

Suplente: Helena Ravache Samy Pereira

ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE JARAGUÁ DO SUL (AEAJS)

Titular: Alexandre May

Suplente: Darlan Cesar Bona

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JARAGUÁ DO SUL

Titular: Marcos Antonio Borges

Suplente: Marilene Ribeiro Mertens

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JARAGUÁ DO SUL

Titular: Raul Grubba

Suplente: Vilson Rodrigues Silveira Junior

UNIÃO JARAGUAENSE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES (UJAM)

Titular: Valmir Cristovão

Suplente: Carliane Aparecida Borti

Titular: Benvindo Mota

Suplente: Eneias Valdir de Medeiros

ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE JARAGUÁ

DO SUL (BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS)

Titular: Jaqueline Fernanda de Moura

Suplente: Danielle de Freitas

ENTIDADES RELIGIOSAS

Titular: Ana Elisa Moretti Pavanello

Suplente: Cícero Dittrich

ENTIDADES DE DEFESA OU DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Titular: Iara Maria Rossoni

Suplente: Cristiane Hiendelmayer

Art.2º O mandato encerrar-se-á em 18/02/2018.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 016/2016

PORTARIANº 016/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 080/2016/Cogem, de 26/01/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 13/01/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 011/2015, instaurado pela Portaria Nº 167/2015, de 12/02/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/01/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 017/2016

PORTARIANº 017/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 081/2016/Cogem, de 26/01/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 24/10/2015, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 008/2015, instaurado pela Portaria Nº 032/2015, de 23/01/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/10/2015.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 018/2016

PORTARIANº 018/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 082/2016/Cogem, de 26/01/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 30/11/2015, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 010/2015, instaurado pela Portaria Nº 166/2015, de 12/02/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/11/2015.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 019/2016

PORTARIANº 019/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 1135/2016;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER LICENÇA, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, ao servidor público municipal IRINEU DERETTI, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 11/02/2016 a 10/02/2018, podendo ser prorrogado por igual período, vedada sua renovação antes de 02 (dois) anos de eventual prorrogação.

Art.2º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a

pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 020/2016

PORTARIANº 020/2016

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (Cmdijs).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor dos Memorandos Nºs 001/2016/Semascr e 002/2016/Semascr, de 1º/02/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 28/01/2016, JOEL LUIS CORRÊA, como conselheiro titular, em substituição à Mariza Kopelke, para representar a Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, na qualidade de Representante Governamental, no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (Cmdijs).

Art.2º DESIGNAR, a partir de 02/12/2015, RONALDO DE LIMA, como conselheiro titular, para representar o Instituto Jourdan de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Urbano e Econômico Sustentável de Jaraguá do Sul, na qualidade de Representante Governamental, no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (Cmdijs).

Art.3º Em consequência, fica parcialmente revogado o artigo 1º, da Portaria Nº 558/2014, de 26/03/2014, no que se refere a designação de Mariza Kopelke.

Art.4º O mandato encerrar-se-á em 31/03/2016.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.903 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.903 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 269.000,00 (Duzentos e sessenta e nove mil reais) destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
(43) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619
Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
(44) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0620
Valor: R\$ 180.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.124 - BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
(37) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619
Valor: R\$ 59.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 02 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

DECRETO Nº 4.904 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.904 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
"DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA, EM CARÁTER PROVISÓRIO, DE PONTO DE TÁXI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido, temporariamente, o PONTO DE TÁXI N.º 01, localizado na Avenida XV de Novembro - Praça Adolfo Konder, para a Rua Sete de Setembro, em frente a Caixa Econômica Federal, e para o início da Rua Duque de Caxias, ao lado da Catedral Santa Teresinha, por ocasião dos Festejos Carnavalescos do ano de 2016 que perdurarão até 09 de fevereiro do corrente ano.
Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), 03 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

EXTRATO CONTRATO 301/2016/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 301/2016/PMJ
PROVENIENTE DO PL 01/2016/PMJ – IN 01/2016/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
OBJETO: Fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes para estudantes das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2016.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 115.050,00 (cento e quinze mil e cinquenta reais)
VIGÊNCIA: 12 meses
DATA DE ASSINATURA: 03/02/2016

Joaçaba – SC, 03 de fevereiro de 2016
Rafael Laske
Prefeito

EXTRATO CONTRATO 302/2016/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 302/2016/PMJ
PROVENIENTE DO PL 01/2016/PMJ – IN 01/2016/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA
OBJETO: Fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes para estudantes das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2016.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 444.475,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: 12 meses
DATA DE ASSINATURA: 03/02/2016

Joaçaba – SC, 03 de fevereiro de 2016
Rafael Laske
Prefeito

EXTRATO CONTRATO 38/2016/FMAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2016/FMAS
PROVENIENTE DO PL 1/2016/FMAS – IN 1/2016/FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA
OBJETO: Fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas aos atendimentos do Programa Liberdade Assistida e aos benefícios eventuais, bem como, ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Ação Social do Município durante o exercício financeiro de 2016.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 22.425,00 (vinte e dois mil quatrocentos e vinte e cinco reais)
VIGÊNCIA: 12 meses
DATA DE ASSINATURA: 03/02/2016

Joaçaba – SC, 03 de fevereiro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MÁRIO WOLFART - Secretário

EXTRATO CONTRATO 39/2016/FMAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2016/FMAS

PROVENIENTE DO PL 1/2016/FMAS – IN 1/2016/FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

OBJETO: Fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas aos atendimentos do Programa Liberdade Assistida e aos benefícios eventuais, bem como, ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Ação Social do Município durante o exercício financeiro de 2016.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 8.170,00 (oito mil cento e setenta reais)

VIGÊNCIA: 12 meses

DATA DE ASSINATURA: 03/02/2016

Joaçaba – SC, 03 de fevereiro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MÁRIO WOLFART - Secretário

EXTRATO CONTRATO 88/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/2016/FMS

PROVENIENTE DO PL 02/2016/FMS – IN 02/2016/FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA

OBJETO: Fornecimento pela CONTRATADA de passagens aos pacientes atendidos pelo CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, pelo programa de gestantes, bem como, destinadas ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde durante o exercício financeiro de 2016.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 133.139,00 (cento e trinta e três mil cento e trinta e nove reais)

VIGÊNCIA: 12 meses

DATA DE ASSINATURA: 03/02/2016

Joaçaba – SC, 03 de fevereiro de 2016.

PAULA GIOVANA KLEBER

Secretária Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - FMS

EXTRATO CONTRATO 89/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/2016/FMS

PROVENIENTE DO PL 02/2016/FMS – IN 02/2016/FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

OBJETO: Fornecimento pela CONTRATADA de passagens aos pacientes atendidos pelo CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, pelo programa de gestantes, bem como, destinadas ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde durante o exercício financeiro de 2016.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 43.464,60 (quarenta e três mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos)

VIGÊNCIA: 12 meses

DATA DE ASSINATURA: 03/02/2016

Joaçaba – SC, 03 de fevereiro de 2016.

PAULA GIOVANA KLEBER

Secretária Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - FMS

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 1/2016/FMAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2016 – FMAS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2016 – FMAS

1 – DO OBJETO

Contratação de empresas de transporte coletivo, detentoras de linhas exclusivas (Concessão Pública – DETER), para o fornecimento de passagens destinadas aos atendimentos do Programa Liberdade Assistida e aos benefícios eventuais, bem como, ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social durante o exercício financeiro de 2016.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por serem as empresas contratadas as únicas prestadoras de serviço autorizadas a promover o transporte coletivo nestas linhas intermunicipais.

3 – DAS EMPRESAS CONTRATADAS

☐ EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.411.843/0001-08, estabelecida na Rua Dário Fontana, nº 349, centro, no município de Luzerna – SC.

☐ ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont nº 520 – centro, no município de Herval d'Oeste – SC.

4 – DO VALOR CONTRATADO

De acordo com a estimativa e as propostas apresentadas, os quantitativos e os respectivos valores contratados ficam assim definidos:

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - EPP				
1.200	un	Passagens Mínimas – Vale Transporte	3,60	4.320,00
1.000	un	Passagens Máximas – Vale Transporte	3,85	3.850,00
Total do Fornecedor				8.170,00
ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA.				
5.400	un	Passagens – Vale Transporte	3,25	17.550,00
1.500	un	Passagens – Liberdade Assistida – Benefícios Eventuais	3,25	4.875,00
Total do Fornecedor				22.425,00
TOTAL DA CONTRATAÇÃO				30.595,00

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Do total previsto para o vale transporte nesta inexigibilidade, R\$ 22.879,00 (sendo, R\$ 18.004,00 correspondentes às passagens dos servidores e R\$ 4.875,00 correspondentes às passagens destinadas aos atendimentos do Programa Liberdade Assistida e aos benefícios eventuais), referem-se à despesa orçamentária a seguir discriminada e, o saldo de R\$ 7.716,00, referem-se à despesa extra orçamentária.

2.071 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - CREAS	
6 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000	– Aplicações Diretas.
7 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0612	– Aplicações Diretas.
2.073 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CRAS/PAIF/IDB/SCFV	
13 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000	– Aplicações Diretas
2.076 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ABRIGO	
22 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000	– Aplicações Diretas
2.100 – MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
27 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000	– Aplicações Diretas
2.119 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
37 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000	– Aplicações Diretas

6 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25, inciso I.

Joaçaba (SC), em 03 de fevereiro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MÁRIO WOLFART – Secretário

RATIFICAÇÃO

Verificado o atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, ratifico o presente processo licitatório.

Joaçaba (SC), em 03 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 1/2016/PMJ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2016/PMJ

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2016/PMJ

1 – DO OBJETO

Contratação de empresas de transporte coletivo, detentoras de linhas exclusivas (Concessão Pública – DETER), para o fornecimento de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes para estudantes das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2016.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por serem as empresas contratadas as únicas prestadoras de serviço autorizadas a promover o transporte coletivo nestas linhas intermunicipais.

3 – DAS EMPRESAS CONTRATADAS

☐ EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.411.843/0001-08, estabelecida na Rua Dário Fontana, nº 349, centro, no município de Luzerna –SC.

☐ ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont nº 520 – centro, no município de Herval d'Oeste – SC.

4 – DO VALOR CONTRATADO

De acordo com a estimativa e as propostas apresentadas, os quantitativos e os respectivos valores contratados ficam assim definidos:

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA – EPP				
12.300	un	Passagens Mínimas – Vale Transporte	3,60	44.280,00
10.200	un	Passagens Máximas – Vale Transporte	3,85	39.270,00
18.000	un	Passes Escolares	1,75	31.500,00
Total do Fornecedor				115.050,00
ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA				
43.000	un	Passagens - Vale Transporte	3,25	139.750,00
80.500	un	Passes Escolares	1,75	140.875,00
56.500	un	Passes Escolares (Distrito de Nova Petrópolis)	2,90	163.850,00
Total do Fornecedor				444.475,00
TOTAL DA CONTRATAÇÃO				559.525,00

5 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25, inciso I.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Do total previsto nesta inexigibilidade para o custeio das passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais (R\$ 223.300,00), R\$ 156.310,00 referem-se à despesa orçamentária, custeada pelas dotações orçamentárias abaixo e o saldo restante, de R\$ 66.990,00 refere-se à despesa extra orçamentária.

2.030 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
62 - 3.3.90.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	
2.047 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
101 - 3.3.90.00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas	
2.048 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL	
120 - 3.3.90.00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas	

As despesas provenientes do fornecimento dos passes escolares (R\$ 336.225,00) serão custeadas pelas dotações orçamentárias abaixo.

2.049 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
91 - 3.3.90.00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas	
93 - 3.3.90.00.00.00.00.0605 – Aplicações Diretas	
2.050 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO MÉDIO	
108 - 3.3.90.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	
110 - 3.3.90.00.00.00.00.0605 – Aplicações Diretas	
2.051 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL	
111 - 3.3.90.00.00.00.00.0115 – Aplicações Diretas	

Joaçaba (SC), em 03 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 2/2016/FMS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 2/2016/FMS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2016/FMS

1 – DO OBJETO

Contratação de empresas de transporte coletivo, detentoras de linhas exclusivas (Concessão Pública – DETER), para o fornecimento de passagens destinadas aos pacientes atendidos pelo CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, pelo programa de gestantes, bem como, destinadas ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde durante o exercício financeiro de 2016.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por serem as empresas contratadas, as únicas prestadoras de serviços autorizadas a promover o transporte coletivo nestas linhas intermunicipais.

3 – DAS EMPRESAS CONTRATADAS

- EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.411.843/0001-08, localizada na Rua Dário Fontana, nº 349, centro, no município de Luzerna –SC.

- ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.823.65/0001-95, localizada na Rua Santos Dumont nº 520 – centro, no município de Herval d'Oeste – SC.

4 – DO VALOR CONTRATADO

De acordo com a estimativa e as propostas apresentadas, os quantitativos e os respectivos valores contratados ficam assim definidos:

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - EPP				
7.800	un	Passagens Mínimas – Vale transporte	3,60	28.080,00
3.000	un	Passagens Máximas – Vale transporte	3,85	11.550,00
996	un	Passagens Máximas – CAPS	3,85	3.834,60
Total do Fornecedor				43.464,60
ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA.				
32.000	un	Passagens - Vale Transporte	3,25	104.000,00
7.992	un	Passagens - CAPS	3,25	25.974,00
540	un	Passagens – Programa gestantes	3,25	1.755,00
300	un	Passagens CAPS – Nova Petrópolis	4,70	1.410,00
Total do Fornecedor				133.139,00
TOTAL DA CONTRATAÇÃO				176.603,50

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Do total previsto para o vale transporte dos servidores nesta inexigibilidade (R\$ 143.630,00), R\$ 100.541,00 referem-se à despesa orçamentária, custeada pela dotação orçamentária abaixo e o saldo restante de R\$ 43.089,00 referem-se à despesa extra orçamentária.

2.122 - BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
13 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas	143.630,00

As despesas provenientes do fornecimento das passagens destinadas aos pacientes (R\$ 32.973,60) serão custeadas pelas dotações orçamentárias abaixo.

2.122 - BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
14 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações Diretas	1.755,00
2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
23 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações Diretas	31.218,60

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25, inciso I.

Joaçaba (SC), em 03 de fevereiro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER – Secretária

RATIFICAÇÃO

Verificado o atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, ratifico o presente processo licitatório.

Joaçaba (SC), em 03 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**APOSTILAMENTO NR. 001 CONTRATO NR. 001/2014 RADIO****APOSTILA PARA REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

Apostilamento Nº 001 ao Contrato Nº 001/2014.

Reajustamento de preços com previsão contratual

1 – Objeto do Contrato n. 001/2014: a prestação, pela CONTRATADA, de serviços radiofônicos com frequência modulada (FM) e abrangência comprovada no Município de Joaçaba, visando à transmissão integral das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Vereadores de Joaçaba; a veiculação semanal, às sextas-feiras, de um programa de 10 (dez) minutos produzido pela jornalista da Casa, com 3 (três) chamadas durante o dia da programação normal da emissora e, ainda, 200 (duzentas) inserções produzidas pela emissora e veiculadas nos dias de realização de sessão na Câmara de Vereadores de Joaçaba.

2 – Contratada: Rádio Sociedade Catarinense Ltda - EPP.

3 – Percentual de reajuste utilizado: 9,7105% - IGPM/FGV.

4 – Período a que se refere o reajuste: 01/02/2015 (data do último reajuste) a 31/01/2016.

5 – Valores:

Especificação	Quant.	Valor unitário atualizado	Valor total atualizado
200 (duzentas) inserções produzidas pela contratada e veiculadas nos dias de realização de sessão na Câmara de Vereadores de Joaçaba.	200	R\$ 27,26	R\$ 5.452,00
Um programa semanal de no mínimo (10) dez minutos produzido pela Jornalista da Câmara de Vereadores de Joaçaba, com 3 (três) chamadas durante o dia da programação normal da emissora.	46	R\$ 661,54	R\$ 30,430,84
Transmissão das sessões ordinárias e sessões extraordinárias da Câmara de Vereadores em emissora de rádio difusão local com frequência modulada (FM) e abrangência comprovada na região de Joaçaba, estimadas de fevereiro a março de 2014.	63	R\$ 1.539,80	R\$ 97.007,40

6 – Fundamentação legal: Art. 40, XI, da Lei nº 8.666/93, e cláusula 3.4 do Contrato nº 001/2014.

7 – Cópias: Da presente Apostila são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma para a Câmara de Vereadores de Joaçaba e;
- b) uma para a CONTRATADA.

Joaçaba (SC), 03 de fevereiro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

APOSTILAMENTO NR. 001 CONTRATO NR. 015/2014 ONSERV COPEIRA**APOSTILA PARA REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

Apostilamento Nº 001 ao Contrato Nº 015/2014.

Reajustamento de preços com previsão contratual

1 – Objeto do Contrato n. 015/2014: contratação de serviços de copa nas dependências da nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba.

2 – Contratada: Onserv Serviços Terceirizados Ltda.

3 – Percentual de reajuste utilizado: 9,7105% - IGPM/FGV.

4 – Período a que se refere o reajuste: 01/02/2015 (data do início da vigência do contrato) a 31/01/2016.

5 – Valor mensal atual: R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais).

6 – Valor mensal após a aplicação o reajuste: R\$ 3.017,04 (três mil, dezessete reais e quatro centavos).

7 - Valor a maior decorrente do reajuste: R\$ 267,04 (duzentos e sessenta e sete reais e quatro centavos) por mês, correspondendo ao total de R\$ 2.937,44 (dois mil, novecentos e trinta e sete reais e quarenta e quatro centavos) de fevereiro a dezembro de 2016.

8 – Fundamentação legal: Art. 40, XI, da Lei nº 8.666/93, e cláusula 4.9 do Contrato nº 015/2014.

9 – Cópias: Da presente Apostila são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma para a Câmara de Vereadores de Joaçaba e;
- b) uma para a CONTRATADA.

Joaçaba (SC), 03 de fevereiro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO 0001/2015 - SIMAE**

Protocolo 3283/2015

Processo JHL 0074/2015

Inexigibilidade de Licitação JHL 0004/2015

Credenciamento Nº 0001/2015

Objeto: Credenciamento de Leiloeiro Oficial para realização de Leilão Público dos bens inservíveis, de propriedade do SIMAE.

DESPACHO:

O Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarada pela Comissão de Licitações resolve:

1) HOMOLOGAR E ADJUDICAR a seguinte relação numerada dos Leiloeiros Oficiais credenciados, por ordem de sorteio:

- 1º Credenciado: Leiloeiro Sr. Marcus Rogério Araújo Samoel;
- 2º Credenciado: Leiloeiro Sr. Paulo Roberto Worm;
- 3º Credenciado: Leiloeiro Sr. Júlio Ramos Luz;
- 4º Credenciado: Leiloeiro Sr. Valmir Antonio Claudino;
- 5º Credenciado: Leiloeiro Sra. Taísa Raquel Pereira Carvalho;
- 6º Credenciado: Leiloeiro Sr. Anderson Luchtenberg;
- 7º Credenciado: Leiloeiro Sra. Simone Wenning.

2) Comunique-se.

Joaçaba-SC, 03 de fevereiro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente do SIMAE

PORTARIA JHL 35/2016

PORTARIA SIMAE JHL – 35/16 DE 03/02/2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir o Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria SIMAE, 376/2015 DE 17/12/2015, Sr: Vinicius Viecei Melo, pelo servidor João Carlos Ungericht, com fins exclusivos para presidir o PREGÃO PRESENCIAL 0001/2016, com base no artigo 7º do Decreto nº 2879/2006, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 2900/2007, tendo como objeto para a aquisição de Produtos Químicos para tratamento da água no exercício de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 03 de Fevereiro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

Lacerdópolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 02/2016

Aviso de Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço Nº 02/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LACERDÓPOLIS estará realizando sessão de pregão presencial para Registro de Preço no dia 18/02/2016 as 08:30 horas, para aquisição de medicamentos, conforme especificações constantes no edital. Cópia integral do edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, na Rua 31 de Março, 1050, centro, Lacerdópolis-SC. Demais informações, pelo telefone (49)3552-0188.

Solange de Assis

Responsável pela Secretaria Municipal de Saúde

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 302/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 302/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: BURIGO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 95.762.027/0001-28, estabelecida a Rua Ricardo Pagani, 50 - CEP 88.509-530 - Lages/SC..

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 155/2015, correlato a Tomada de Preço nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Ampliação da EMEB Profº Osni de Medeiros Régis, nesta cidade, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado até 31/12/2016, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica Prorrogado até 31/12/2016, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

Lages, 22 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 89/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 89/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: W10 LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EIRELI inscrita no CNPJ n.º 21.382.303/0001-96, com sede Av. Atlântica, 256 – Florianópolis/SC - CEP: 88.095-700.

Contrato, em decorrência do Processo 42/2015, Correlato ao Pregão Presencial 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação Mensal de Veículo Executivo para uso do Gabinete de Prefeito, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado até 30/06/2016;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica Prorrogado até 30/06/2016, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas

Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 22 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 69/2014 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES SC, TORNA PUBLICO:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: CONSÓRCIO ÁGUAS DO PLANALTO, inscrito no CNPJ sob n.º 23.190.281/0001-98, com sede à Rua Natal Cecone, 145 – Bairro Mossunguê, 3º andar – Curitiba/PR, composto pelas empresas ITAJUÍ ENGENHARIA DE OBRAS LTDA e AGS ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE S.A DO BRASIL.

Termo Aditivo ao Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº22/2013, correlato a Concorrência nº 01/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento a Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços Técnicos Especializados em "Operação da Gestão Comercial, Operação das Estações de Tratamento de Água, Esgoto, Controle Laboratorial, Operação Controle e Manutenção Hidráulico-Sanitária dos Sistemas de Água e Esgoto, Manutenção Eletromecânica do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto e Crescimento Vegetativo do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto", da Cidade de Lages/SC e do Distrito de Santa Terezinha do Salto.

A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente os termos do Edital correlato e seus Anexos, a proposta técnica da Licitante, bem como a regulamentações municipais, estaduais e federais e ainda as normas técnicas da ABNT, aplicáveis independente de transcrição.

Conforme prevê a Cláusula Quarta, item 4.9, do contrato 69/2014, será concedido o Equilíbrio Econômico Financeiro, reajustando assim o contrato em 9,29%, referente ao período de 13/11/2014 à 13/11/2015, com anuência da Secretaria da Fazenda ofício 10/2016 e com parecer jurídico PROGEM nº 77/2016 favorável.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 01 de fevereiro de 2015.

Benjamin Schultz – Secretário SEMASA

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 31/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 31/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: MBC SERVIÇOS DE SANEAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 15.357.495/0001-88, com sede a Rua Vergílio Godinho, 496 – Bairro Brusque, CEP 88503-010 – Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 15/2015, correlato a Tomada de Preços nº 03/2015, aberto em 25/03/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia com Fornecimento de Material para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Bairro Promorar, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

Conforme Solicitação da Secretaria, ofício nº 01/2016, e com anuência da Secretaria da fazenda nº 11/2015 e com Parecer Jurídico PROGEM nº 80/2016, ADITA-SE ao valor inicial do contrato a quantia de R\$ 56.519,58 (cinquenta e seis mil quinhentos e dezenove reais e cinquenta e oito centavos), correspondendo a um percentual de 16,17%.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 02 de fevereiro de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

RERRATIFICAÇÃO PP 03-2016 SEMASA

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016-SEMASA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ESGOTO

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a solicitação da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que se fizeram necessárias algumas alterações no Edital em comento, referente ao item 35 do termo de referencia.

As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

Lages, 03 de fevereiro de 2016.

Benjamin Schultz

Secretário da SEMASA

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.573/16

DECRETO Nº 4.573 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Lagunense de Cultura, no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura

Projeto/Atividade: 1.302 – Apoio ao Evento "Carnaval"

Elemento de Despesa - 23 - 3.3.50.43.00.00.00.00.01 – Subvenções Sociais
..... R\$ 75.000,00

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura

Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura

Elemento de Despesa - 6 - 3.3.50.43.00.00.00.00.01 – Subvenções Sociais
..... R\$ 160.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos da seguinte dotação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura

Projeto/Atividade: 1.302 – Apoio ao Evento "Carnaval"

Elemento de Despesa - 28 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
..... R\$ 75.000,00

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura

Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura

Elemento de Despesa - 11 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
..... R\$ 160.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO N° 007/2016**

DECRETO N° 007/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - É considerado Ponto Facultativo, nos órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, os dias 08 de Fevereiro de 2016, segunda-feira de carnaval e 09 de Fevereiro de 2016, terça-feira de carnaval.

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais será garantido, por intermédio de escalas de serviço ou plantão, especialmente os relacionados à área da Saúde, como também a coleta lixo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08/02/2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO N°06 /2016 PMLM

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO N°06 /2016 PMLM

PROCESSO N°06/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o fornecimento de vidro é para todas as escolas do município e não apenas para a Escola Ligia Chaves Cabral, o edital na íntegra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 03 de fevereiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO Nº 005/2016 - FMS

CONTRATO Nº 005/2016

Contrato de prestação de serviço para alimentar, acompanhar e capacitar um servidor municipal nos Programas da Secretaria Municipal da Saúde junto ao Ministério da Saúde e Secretaria Estadual da Saúde.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhora IRENE MARIA DA CUNHA OTTO, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa MEIRE KARIANE AMARAL, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rodovia João Gualberto Soares, nº 9067, Bairro: São João do Rio Vermelho, CEP: 88.060-000, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 17.981.360/0001-14, neste ato representada pela Senhorita MEIRE KARIANE AMARAL, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço para alimentar, acompanhar e capacitar um servidor municipal nos Programas da Secretaria Municipal da Saúde junto ao Ministério da Saúde e Secretaria Estadual da Saúde, conforme descrição das atividades relacionadas no Anexo I deste contrato.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Serviços, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO – Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2016, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO – Pelo objeto descrito na cláusula primeira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) mensais, totalizando R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais), sendo o pagamento realizado em 11 (onze) parcelas.

I - O pagamento será efetuado de acordo com a apresentação das Notas Fiscais, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, após prestação dos serviços, através de depósito em conta bancária do fornecedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

II – As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 10 (dez) dias após a data de sua reapresentação.

III - O pagamento poderá ser suspenso pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS - As despesas provenientes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, e recursos alocados no orçamento: 05.01.10.301.0006.2.034.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0064.72 (14) – Cofinanciamento da Atenção Básica - Estado

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I – A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Refazer os serviços caso não ocorra à aprovação da remessa dos dados;
- 4) Comparecer in-loco a Secretaria Municipal da Saúde, uma vez por mês, ou conforme a necessidade;
- 5) Realizar serviço através do acesso remoto, durante a execução do contrato;
- 6) Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação.

II – O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;
- 2) Realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;
- 3) Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO – Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MULTA – Estipular-se-á multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA NONA – DA HABILITAÇÃO – A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a prestar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO – Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus efeitos legais.

Leoberto Leal/SC, 01 de fevereiro de 2016.

IRENE MARIA DA CUNHA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	MEIRE KARIANE AMARAL Meire Kariane Amaral Contratada
--	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	--

ANEXO I

Descrição das atividades para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal:

- Serviço remoto de manutenção, configuração e demais tarefas que possam surgir referentes aos sistemas SIA (produção ambulatorial enviada ao Ministério da Saúde), SCNES (cadastros dos profissionais de saúde junto ao Ministério da Saúde), BPAMAG (registros de procedimentos), SISCAN (sistemas de câncer de colo de útero e mama), HIPERDIA (sistema de hipertensos), SISPRENATAL (sistema para acompanhamento do pré-natal), FPO (orçamento), APAC (registro de procedimentos de alta complexidade), RAAS (registro de procedimentos na área Psicossocial), SISRCAA (captação de informação), TABWIN (tabulador de informações), SIAB (sistema da atenção básica de saúde), TELESÁUDE (diagnóstico médico via internet), PMAQ (Programa de Melhoria da Atenção Básica), SISMOB (Programa de proposta de construção de novas unidades), FNS FUNDO.
- FUNDO (Propostas gerais ao Ministério da Saúde), SARGSUS (Sistema de Relatório anual de gestão) e outros que possam ser solicitados pela municipalidade;
- Serviço remoto de manutenção, configuração e demais tarefas que possam surgir referentes ao sistema de nacional de regulação - SISREG. Com capacitação de usuários do referido sistema em cada unidade de saúde do município, trazendo para o gestor uma proposta de planejamento com educação permanente, visando a melhor utilização do software e consequentemente trazendo resultados melhores nas buscas por acessos a consultas e exames de média e alta complexidade;
- Serviço remoto de manutenção, configuração e demais tarefas que possam surgir referentes ao sistema E-SUS da Atenção Básica. Com atuação tanto no CDS (Cadastro de Dados Simplificado), quanto no PEC (Prontuário Eletrônico do Cidadão);
- Avaliação mensal sobre o quadro da Maxppi e Sisppi, apontando para o gestor municipal de saúde possíveis soluções para aumento do recurso financeiro mensal do município, além da viabilização de aumento da oferta de vagas em consultas e exames de média e alta complexidade;
- Adequação da estrutura municipal para implantação do sistema SISRCAA, apontando necessidades estruturais que irão impactar no cumprimento das exigências impostas pelo Ministério da Saúde;
- Serviço remoto de manutenção, configuração e demais tarefas que possam surgir referentes aos sistemas de Prontuários Eletrônicos

existentes no município, com sugestões de implantação dos mesmos, e elaboração de planos operativos que tornem eficazes as ferramentas sejam sistemas vindos de órgãos públicos ou privados.

Leoberto Leal/SC, 01 de fevereiro de 2016.

IRENE MARIA DA CUNHA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	MEIRE KARIANE AMARAL Meire Kariane Amaral Contratada
--	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	--

DECRETO N.º 008/2016

DECRETO N.º 008, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

"CONVOCA OS SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS E AGRICULTURA PARA JORNADA NORMAL DE TRABALHO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSÉ JAIR ALEXANDRE, Prefeito Municipal em Exercício de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica,

Considerando, a continuidade dos serviços da Secretaria Municipal de Agropecuária, Turismo e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, em especial à recuperação das estradas do interior do município para restabelecer o trânsito de pessoas, veículos, máquinas, transporte escolar, etc., em virtude das chuvas ocorridas, do Decreto Nº 106 de 19 de Setembro de 2015 e Decreto Nº 129 de 09 de Novembro de 2015, em que o Município declarou Situação de Emergência decorrente às fortes chuvas ocorridas;

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os servidores lotados na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, e Secretaria Municipal de Agropecuária, Turismo e Meio Ambiente, que realizam trabalhos externos, para retornarem à sua jornada normal de trabalho, a partir de 04/02/2016 - quinta-feira, no horário matutino das 07:30 às 11:30 e vespertino das 13:30 às 17:30, para trabalhar na recuperação das estradas do interior do município e acesso as propriedades rurais, em razão das fortes e constates chuvas que ocorreram nas últimas semanas.

Art. 2º Este horário será cumprido pelos servidores convocados por tempo indeterminado, em virtude dos serviços a serem realizados, podendo ser alterado justificado por interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Leoberto Leal, 03 de fevereiro de 2016.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE
Prefeito Municipal e.e

EXTRATO DA IL Nº 001/2016 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

RESUMO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016, com data de 03 de fevereiro de 2016, onde O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, torna PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que está contratando a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, CNPJ nº 83.052.191/0027-00, com fulcro no artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93, para disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano Anual de Trabalho – PAT, viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais, disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no PAT, fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município, acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao PAT no Município, implementar os trabalhos de interesse do Município e os que lhe couberem no PAT, participar de reuniões quando solicitadas e responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal, o valor para a contratação é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sendo pago em 10 (dez) parcelas. Leoberto Leal/SC, 03 de fevereiro de 2016. JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN – Presidente da Comissão Permanente de Licitações. Ratifico, nos termos do art. 26 da Lei 8.666, de 21/06/93 a justificativa de Inexigibilidade de Licitação e ordeno a sua publicação no prazo legal. Leoberto Leal/SC, 03 de fevereiro de 2016. JOSÉ JAIR ALEXANDRE - Prefeito Municipal e.e.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de brindes para ser distribuído as mulheres por ocasião do 16º Encontro Municipal da Mulher, que será realizado no dia 20 de março de 2016, às 13:00 (treze) horas no Centro Comunitário Independente de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 006/2016. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 17:00 (dezesete horas), do dia 18 de fevereiro de 2016. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 03/02/2016. JOSÉ JAIR ALEXANDRE - Prefeito Municipal e.e.

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO PML Nº 001.16

CONTRATO PML Nº 001/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2016

CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, PORTADORA DOS DIREITOS DO DOMÍNIO WWW.LEISMUNICIPAIS.COM.BR, PARA CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE TENDO POR OBJETO A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO, GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E ACESSO A PESQUISA A BANCO DE DADOS DISPOSTOS NO SITE WWW.LEISMUNICIPAIS.COM.BR COM LINK DIRECIONADO A PÁGINA ELETRÔNICA DO MUNICÍPIO, EM MENU ESPECÍFICO DENOMINADO "LEIS MUNICIPAIS".

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE e LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 220, nº 200, Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio www.leismunicipais.com.br, neste ato representado por seu sócio-administrador, Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, ajustam entre si o abaixo discriminado:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a cessão de uso de software da CONTRATADA à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Decretos) por este fornecidos, dispostos no site www.LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica do Município, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao setor técnico da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a apresentar toda sua legislação em arquivos digitais nos formatos "doc" ou "txt", utilizando o endereço de e-mail fornecido pela CONTRATADA como meio de transmissão de dados de que trata o presente contrato, incluindo a atualização da legislação. Os dados deverão observar o limite máximo de 10MB por e-mail encaminhado, por razões de ordem técnica.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- A CONTRATADA obriga-se a publicar até o prazo de 1(um) dia útil após o recebimento do material, no caso de atualização.
- Obriga-se, ainda, a manter a íntegra dos textos legais, pela forma disposta na cláusula anterior, no site mencionado na cláusula primeira, disponibilizando a legislação municipal de forma

consolidada por indexação e por dentro do texto. A consolidação por dentro do texto somente ocorrerá após a integralização dos dados.

c) O usuário terá acesso sem qualquer ônus e independentemente de cadastramento, e, inclusive com acessibilidade à versão aberta a deficientes visuais (totais ou parciais).

d) Até o dia útil seguinte à celebração deste instrumento a CONTRATADA fornecerá senha de acesso com sistema de administração própria a ser gerenciado pela CONTRATANTE visando distribuir senhas individuais para tantos membros o corpo técnico quantos forem indicados, expressamente, pela CONTRATANTE, visando possibilitar acesso a pesquisa integrada do banco de dados contendo os atos oficiais relativos às demais pessoas jurídicas de direito público que aderiram ou vierem a aderir ao sistema. O sistema de administração, pela senha, deverá permitir à CONTRATANTE a emissão de relatórios que qualifique e quantifique dados estatísticos relativos às leis faltantes (quando geradas em sequência numeral ininterrupta), relatórios mensais do número de acessos e consultas à legislação, o número de atos publicados no exercício corrente, a emissão de relatório mensal dos atos publicados, quantificando-os separadamente e discriminando data, tipo, nº do ato, e horário de sua publicação online, além da geração e gerenciamento dos logins e senhas a serem disponibilizados ao pessoal técnico da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DO CONTRATO

O presente contrato é válido por 12 (doze) meses, contados da data de 07/03/2016, podendo ser prorrogado, de acordo com o art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, e alterações.

CLÁUSULA QUINTA DO PAGAMENTO, ENCARGOS E REAJUSTES

- Pela instalação e ativação do sistema não haverá ônus à CONTRATANTE.
- Pela manutenção do sistema, pagará a CONTRATANTE o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) que serão reajustadas anualmente de acordo com o INPC ou, na impossibilidade de aplicá-lo, conforme o índice que vier oficialmente substituí-lo.
- O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias mediante apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente.
- A falta de pagamento por período superior a 90 (noventa) dias da Nota Fiscal emitida autorizará a CONTRATADA a suspender a cessão de uso do software, sem prejuízo de cobrar o período contratual previsto neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA DAS RESPONSABILIDADES E SEGURANÇA

- A CONTRATADA não será responsável pela fidelidade dos atos oficiais disponibilizados até o momento do fornecimento dos dados pelo Município, podendo manter sob sua custódia os textos originais enviados para prova do seu encaminhamento e teor.
- A CONTRATANTE manterá constante vigilância sobre os produtos finais gerados e encaminhados, ficando a CONTRATADA obrigada a tomar as medidas corretivas aos textos das leis que se fizerem necessárias tão logo seja certificada de qualquer anormalidade constatada pela CONTRATANTE.

3. Em razão de a legislação ser de domínio público, a CONTRATADA não se responsabilizará por danos ou prejuízos decorrentes de decisões administrativas, gerenciais ou comerciais tomadas com suporte nas informações fornecidas pelo site, assim como não se responsabilizará por danos ou prejuízos decorrentes de falhas de operação por pessoa não habilitada.
4. A CONTRATADA se obriga a fornecer orientação, em seu horário comercial, por suporte de telecomunicação, ao pessoal técnico da CONTRATANTE e/ou ao público em geral interessado nas informações.
5. A CONTRATADA é desobrigada a abrir as informações de seu banco de dados para qualquer outra Pessoa Jurídica de Direito Público que não tenha vínculo contratual com esta.

CLÁUSULA SÉTIMA DO DISTRATO

As partes poderão, a qualquer momento, rescindir o presente contrato mediante prévio aviso, expresso e com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, período em que serão inteiramente válidas todas as cláusulas contratuais.

CLÁUSULA OITAVA DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato e para assegurar a sua fiel execução.

Assim, ajustadas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Luzerna, 02 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA

CARLITO MELLO DE LIZ
LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

1. TESTEMUNHAS:

2. TESTEMUNHAS:

DECRETO 2172

DECRETO Nº 2172 de 29 de janeiro de 2016.

"FIXA O VALOR DA BOLSA-AUXÍLIO MENSAL E AUXÍLIO TRANSPORTE A SER PAGO AOS ESTAGIÁRIOS NÃO OBRIGATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 777 de 20 de março de 2008 alterada pela Lei nº 841 de 09 de junho de 2009,

DECRETA:

Art.1º- Fica fixado o valor da bolsa-auxílio mensal a ser pago aos estagiários não obrigatórios que atuam no MUNICÍPIO DE LUZERNA, conforme descrito na Tabela I:

TABELA I

Nível de Ensino	Jornada de Atividade em Estágio	Bolsa-Auxílio mensal
Estagiário Ensino Médio	04 horas/dia	R\$ 474,66
Estagiário Ensino Técnico	06 horas/dia	R\$ 611,78
Estagiário Ensino Superior	06 horas/dia	R\$ 738,36

Art.2º - Para jornadas de atividade em estágio inferiores às fixadas na Tabela I, o valor da bolsa será proporcional às horas de atividade realizadas.

Art.3º - Fica fixado o valor de R\$ 90,00 (noventa reais) para subsídio do Auxílio Transporte a ser pago aos estagiários não obrigatórios, que atuam no Município de Luzerna, repassado em espécie, juntamente com o pagamento das bolsas auxílio.

Art.4º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Luzerna(SC), 29 de janeiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA 009/16

PORTARIA Nº 009/16 de 27 de janeiro de 2016.

"PROMOVE SERVIDORES QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 035/04 de 18 de março de 2004,

RESOLVE:

Art.1º - PROMOVER, por mérito, os servidores abaixo especificados para a classe imediatamente superior no mesmo Nível e Grupo que ocupam, por terem cumprido os requisitos dos arts nºs 26, 27 e 55, da Lei Complementar Municipal nº 035, de 18 de março de 2004, que instituiu o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna(SC):

Servidor	Emprego público	Classe atual	Classe nova	Período
Aldomar Guilherme Pascotto	Agente de Serviços Gerais	B	C	10/01/2014 a 09/01/2016
Carolina Kirsch	Auxiliar de Contabilidade	D	E	15/01/2014 a 14/01/2016
Eloi Krug	Motorista II	E	F	04/01/2014 a 03/01/2016
Jairo Cassol	Motorista II	G	H	04/01/2014 a 03/01/2016
Jane E. O. Brandalise	Técnica Administrativa	H	I	04/01/2014 a 03/01/2016
Julio Cesar dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	B	C	01/02/2014 a 31/01/2016
Leila Raquel Klotz	Técnica Administrativa	H	I	04/01/2014 a 03/01/2016
Mirton José Diehl	Motorista I	H	I	04/01/2014 a 03/01/2016
Monica Regina de Matos	Auxiliar de Sala	B	C	01/02/2014 a 31/01/2016
Nilda Pereira da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	H	I	04/01/2014 a 03/01/2016
Paulo Mattes	Operador de Máquinas II	H	I	04/01/2014 a 03/01/2016
Régis Valter Weiser	Engenheiro Agrônomo	H	I	04/01/2014 a 03/01/2016
Sandra Aparecida Alberguini	Auxiliar de Sala	B	C	01/02/2014 a 31/01/2016
Sandra M. F. de Souza	Auxiliar de Enfermagem	H	I	04/01/2014 a 03/01/2016

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Luzerna(SC), 27 de janeiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA 010/16

PORTARIA Nº 010/16 de 03 de fevereiro de 2016.

"ACATA PEDIDO DE DISPENSA DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ACATAR O PEDIDO DE DISPENSA da servidora NEUSA DA SILVA SCHUMARCHER, ocupante do emprego público de Agente Comunitária de Saúde no Programa Agentes Comunitários de Saúde/PACS, 40 horas semanais, em conformidade com a Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 03 de fevereiro de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a 03 de fevereiro de 2016.

Luzerna(SC), 03 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 011/16

PORTARIA Nº 011/16 de 03 de fevereiro de 2016.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO para a servidora ELIANE NOELI SPIER VANIN, Professora III, Classe “E”, 20 horas semanais, na Educação Infantil, do Quadro de Cargos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 033 de 08/12/2003 e alterações posteriores, com fulcro no inciso IV, do art.29 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003, pelo prazo de 01 (hum) ano, 05 (cinco) meses e 27 (vinte e sete) dias, a contar de 03 de fevereiro de 2016, podendo ser interrompida a qualquer tempo à bem do serviço público, sendo convocada a servidora para reassumir suas atividades.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2016.

Luzerna(SC), 03 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

RELATÓRIO COMPRAS MÊS 01/2016 - FMAS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRARelação das Compras Efetuadas no Mês de: Janeiro/2015
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.668/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MG DE OLIVEIRA SERVIÇOS LTDA	Conserto de cadeiras	15	1,000	85,0000	85,00
Total Geral do Mês ---->					85,00

RELATÓRIO COMPRAS MÊS 01/2016 - FMS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2015**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	AGENDA	105	4,000	26,5000	106,00
AUTO ELITE LTDA	Ajuste Farol	106	1,000	89,0000	89,00
AUTO ELITE LTDA	Lâmpada pingo de água pequena 12v	106	1,000	6,0000	6,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Correia Dentada	68	1,000	49,0000	49,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Filtro Motor	112	1,000	20,0000	20,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Óleo lubrificante multiviscosidade à base sintética SAE 15W40, classificação API SN (frio)	112	4,000	23,0000	92,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	Recarga de cartucho 21 Preto	80	3,000	8,0000	24,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	Recarga de Cartucho colorido	80	1,000	10,0000	10,00
BASEGGIO E LEMES COM. E SERVIÇOS LTDA	Recarga de Toner 450/420	80	1,000	43,5000	43,50
FARMÁCIA GEREMIAS LTDA ME	Fluconazol 50mg	104	3,000	56,1600	168,48
FARMÁCIA GEREMIAS LTDA ME	Xarope	104	1,000	27,8800	27,88
G & C CONSTRUÇÃO DECORAÇÃO & ACABAMEN	Perdanas com 05 Laminas de PVC	81	3,000	310,0000	930,00
JK PNEUS LTDA	BALANCEAMENTO/GEOMETRIA	79	4,000	17,5000	70,00
JK PNEUS LTDA	MONTAGEM DE PNEU	79	4,000	5,0000	20,00
JOAÇABA PNEUS	Balaceamento	59	4,000	10,0000	40,00
JOAÇABA PNEUS	Balaceamento	60	4,000	10,0000	40,00
JOAÇABA PNEUS	Geometria / Alinhamento	59	1,000	40,0000	40,00
JOAÇABA PNEUS	Geometria / Alinhamento	60	1,000	40,0000	40,00
JOAÇABA PNEUS	MONTAGEM DE PNEU	59	2,000	5,0000	10,00
JOAÇABA PNEUS	MONTAGEM DE PNEU	60	4,000	5,0000	20,00
MEDILAR IMPORT E DIST. DE PROD. MEDICO HO	Tacrolimo 1 mg	96	210,000	1,9300	405,30
Pegoraro Malharita	Aplicação de logomarcas em materiais diversos	107	100,000	5,0000	500,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	77	68,000	3,6500	248,20
Total Geral do Mês —>					2.999,36

RELATÓRIO DE COMPRAS - MÊS 01/2016

Página: 1/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Oleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.		5,000	2,7000	13,50
ATELIER WERNER THALER LTDA ME	Escultura de Santo Antônio em resina com fibra de vidro, 02 metros de altura, com pintura e verniz resistente ao sol e chuva, com concomitante de materiais necessários, a ser fixada em base acima da cascata no Parque Ecológico situado na Rua Rodolfo Nickel ao lado do Campo de futebol, conforme Projeto e Plano de Trabalho. Incluindo entrega (frete) e instalação.		1,000	17.300,0000	17.300,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Balde de óleo 15w40 20 lts	112	4,000	220,0000	880,00
CASA CONFORTO	Climatizador de ar 9.000 BTU's, com climatização quente/frio, com 02 (dois) anos de garantia.		1,000	1.389,0000	1.389,00
CASA CONFORTO	Serviços de instalação de climatizador 9.000 BTU's, com assistência técnica.	94	1,000	390,0000	390,00
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Bolo de chocolate com cobertura, tipo nega maluca	103	4,500	15,9000	71,55
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Mini-sanduíche natural, feito com pão integral, recheio de peito de frango, alface picada, cenoura ralada e queijo ralado. Deverá conter aproximadamente 50 gramas, devendo ser feito no data da entrega	103	1,288	24,5000	31,56
COMPE INFORMATICA LTDA	Cartucho de Tinta 662 Black,	108	2,000	39,0000	78,00
COMPE INFORMATICA LTDA	Cartucho de Tinta 662 Colorido	108	2,000	35,0000	70,00
DESINSETIZADORA PRISUL LTDA	Limpeza de caixas d'água	134	3,000	120,0000	360,00
DESINSETIZADORA PRISUL LTDA	Serviços de desinsetização de cozinhas com fornecimento de material necessário.	134	2,000	126,0000	252,00
DRESCH & CIA LTDA	Rocadeira FS220 com lâmina 03 pontas		1,000	1.800,0000	1.800,00
ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	Tubo de concreto de 30 cm	177	22,000	30,5195	671,43
FM PNEUS LTDA	CONSERVO DE PNEU	166	2,000	57,0000	114,00
FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM 900R 20 BORR	117	2,000	479,0000	958,00
FM PNEUS LTDA	RECAUCHUTAGEM PNEU 18.4/34	105	2,000	1.724,0000	3.448,00
Hangtech Refrigeração Ltda	CLIMATIZADOR DE AR 18.000 BTU's, quente/frio, entrega em 15 dias, garantia de 12 meses.	122	1,000	1.950,0000	1.950,00
Hangtech Refrigeração Ltda	CLIMATIZADOR DE AR 18.000 BTU's, quente/frio, entrega em 15 dias, garantia de 12 meses.	122	1,000	1.950,0000	1.950,00
Hangtech Refrigeração Ltda	Instalação de ar condicionado, quente/frio, com garantia de 06 meses.	122	2,000	300,0000	600,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de nylon composta de material sintético, pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	82	1,000	10,9000	10,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de nylon composta de material sintético, pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	84	4,000	10,9000	43,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de nylon composta de material sintético, pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	100	1,000	10,9000	10,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral- 20 l.	100	2,000	10,4000	20,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Balde - 20 l.	82	1,000	13,9000	13,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	82	10,000	2,1500	21,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	84	25,000	2,1500	53,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml		20,000	2,1500	43,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	100	2,000	2,1500	4,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg		6,000	10,9000	65,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg		6,000	10,9000	65,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	82	12,000	10,9000	130,80

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Página: 277

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg		6,000	10,9000	65,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	100	3,000	10,9000	32,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ bomba de chimarrão c/ 2 unid	82	8,000	3,4000	27,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ bomba de chimarrão c/ 2 unid	100	2,000	3,4000	6,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro e conforme descrições do anexo I do Edital.	79	24,000	2,1700	52,08
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro e conforme descrições do anexo I do Edital.		24,000	2,1700	52,08
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lixeira plástico c/ tampa 30 litros	84	2,000	37,9000	75,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lustra móveis-100 ml	82	2,000	6,4000	12,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano de prato pronto.	82	6,000	3,4000	20,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano de prato pronto.	84	10,000	3,4000	34,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano de prato pronto.		10,000	3,4000	34,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano de prato pronto.	100	3,000	3,4000	10,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	84	3,000	64,4000	193,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos		1,000	64,4000	64,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	100	1,000	64,4000	64,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha pct com 02 rolos	82	4,000	3,1500	12,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha pct com 02 rolos		12,000	3,1500	37,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rodo de borracha 40 cm	84	4,000	9,9000	39,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rodo de espuma 30 cm.	84	4,000	9,9000	39,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco para lixo 100 litros - pacote com 5 unidades	82	10,000	2,6000	26,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco para lixo 100 litros - pacote com 5 unidades	84	30,000	2,6000	78,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco para lixo 100 litros - pacote com 5 unidades		10,000	2,6000	26,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saponáceo pó 300 gs	84	15,000	4,4000	66,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saponáceo pó 300 gs		2,000	4,4000	8,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de banho.	82	4,000	6,9000	27,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de banho.	84	10,000	6,9000	69,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de banho.		5,000	6,9000	34,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de banho.	100	3,000	6,9000	20,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme	84	4,000	9,4000	37,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme		10,000	9,4000	94,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	CARTUCHO DE TINTA Nº.22 (ORIGINAL) PARA IMPRESSORA HP.		3,000	51,0000	153,00
IVANIR ZILIO	CONCERTO DE PNEU	169	1,000	10,0000	10,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	167	2,000	30,0000	60,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	170	1,000	30,0000	30,00
Jair Antonio Miryglod	MONTAGEM DE PNEU	167	4,000	5,0000	20,00
JOACABA PNEUS LTDA	Penru 215/75 R 17.5, 12 lonas	126	2,000	820,0000	1,640,00
LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO	CARTUCHO DE TINTA Nº. 21 (ORIGINAL) PARA IMPRESSORA HP ORIGINAL.		4,000	30,0000	120,00
LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO	TONER 285 A	104	4,000	31,0000	124,00
LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO	TONER 505 A	104	4,000	46,0000	184,00
LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO	TONER TN 420 PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 7360N		2,000	46,0000	92,00

Página: 377

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO	TONNER PARA IMPRESSORA SAMSUNG 4623				
Maria Sirlene Marim	Conserto de roçadeira com colocação de peças	125	2,000	34,0000	68,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Filtro combustível - onibus ORE	179	1,000	782,0000	782,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Filtro combustível - Onibus Power	180	3,000	100,0000	300,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Filtro lubrificante - onibus ORE	179	1,000	100,0000	100,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Filtro lubrificante - onibus power	179	3,000	125,0000	375,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Filtro principal de ar - onibus ORE	180	1,000	110,0000	110,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Filtro principal de ar - onibus power	179	3,000	130,0000	390,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Filtro separador de água - onibus ORE	180	1,000	130,0000	130,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Filtro separador de água - onibus power	179	3,000	120,0000	360,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Filtro separador de água - onibus power	180	1,000	100,0000	100,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Revisão e reparos da parte elétrica de veículos leves pertencentes a frota municipal. (Gol, Voyage, Saveiro, Corsa classic, HB20S, Civic, Fiat dobro, Ford transit, Fiat Ducato)	178	1,000	52,3450	52,35
NITROGEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA	Nitrogênio líquido	173	126,000	4,5000	567,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	81	4,000	8,1000	32,40
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	102	4,000	8,1000	32,40
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses		1,000	8,1000	8,10
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses		3,000	8,1000	24,30
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses		3,000	8,4500	25,35
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses		5,000	4,3000	21,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	81	12,000	5,7500	69,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses		8,000	5,7500	46,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	102	3,000	5,7500	17,25
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.		4,000	5,7500	23,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Chá de cidreira, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos e conforme descrições do anexo I do Edital.	81	2,000	1,6500	3,30
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Chá de cidreira, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos e conforme descrições do anexo I do Edital.	102	5,000	1,6500	8,25
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Chá de maçã acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos e conforme descrições do anexo I do Edital.	81	2,000	1,9000	3,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Chá de maçã acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos e conforme descrições do anexo I do Edital.	102	5,000	1,9000	9,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Farinha de milho (fubá de milho amarelo,). Pacotes de 5 Kg. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 4 meses, informação nutricional, ingredientes e registro no Ministério da Saúde.		3,000	6,4000	19,20
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Farinha de trigo especial, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Pacotes de 5 kg. Cada 100g deve fornecer no mínimo 4,2 mg de ferro e 150 mg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto. A rotulagem deverá apresentar registro no Ministério da Saúde.		3,000	7,8500	23,55
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Feijão preto, tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.		3,000	3,0000	9,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Sal refinado e iodado, pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes		3,000	0,8300	2,49
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Abraçadeira tipo D, com chave 11/2	164	2,000	1,6000	3,20
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Alça pré formada 16mm	164	1,000	2,5000	2,50
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Cabeçote de alumínio 11/2	164	1,000	4,6000	4,60
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Conector cunha tipo 3 com capa	164	2,000	4,5000	9,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Fio sólido 10mm	164	2,000	4,9400	9,88
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Haste terra 5/8 x 1m	164	1,000	26,0000	26,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Mão de obra colocação de padrão de luz	164	5,000	50,0000	250,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Multiplexado cabo duplex 10mm	164	1,000	4,5000	67,50
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Presilha com haste terra 5/8 "	164	1,000	3,2000	3,20
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Terminal mecânico (sapata) 50 mm	164	1,000	6,3000	6,30
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Tubo galvanizado 1 x 1/2	164	2,000	45,0000	90,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Anel HW 6100048	87	1,000	5,9500	5,95
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Engrenagem motoriveladora HW 6200029	87	1,000	345,9000	345,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Garfo HW 6200013	87	1,000	149,1000	149,10
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Rolamento HW 414981	87	1,000	199,7900	199,79
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Rolamento HW 414982/1	87	1,000	181,4400	181,44
PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP	Pedra brita mista	109	35,000	64,8399	2.269,40
PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP	Pedra Brita nº2	109	30,000	65,8374	1.975,12
R.N. LOGÍSTICAS & SOLUÇÕES TRANSPORTES F	Prestação de serviços de motoniveladora, com lâmina e escarificador dianteiro, peso mínimo de 12.350 kg, potência de 140 HP (horímetro), com operador qualificado, conforme especificações do edital.	176	25,800	175,0000	4.515,00
Radio Vale Do Oritestado Ltda	Taxa de inscrição referente à Copa Regional dos Campeões, realizada pela empresa contratada, com participação da equipe municipal, a ser realizada no período de fevereiro à abril, com início dia 21.02.2016, sendo incluídos arbitragem e equipe técnica, materiais, tabela, sorteios divulgados pelos meios de comunicação acessíveis, transmissão ao vivo pela Rádio Vitória de todos os jogos, premiação e demais despesas (exceto transporte para atletas).	121	1,000	3,900,0000	3.900,00
RECAUCHUTADORA RODA LTDA EPP	Recapagem de Pneus 295/80R22,5	107	8,000	408,0000	3.264,00
RECAUCHUTADORA RODA LTDA EPP	Recauchutagem pneu 12 - 4 x 24	106	2,000	850,0000	1.700,00
RODRIGO VARGAS 04594825990	Serviço de Pintura bens Públicos	168	6,000	260,0000	1.560,00
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel S10	98	1,800,000	3,0600	5.508,00
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel S10	99	1,200,000	3,0600	3.672,00
SELARIA BORG LTDA ME	Lona 6x4, com argolas	89	2,000	365,0000	730,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 5 litro	85	1,000	14,6500	14,65
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 5 litro		3,000	14,6500	43,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool 01 litro 46°, para limpeza.	83	4,000	4,8500	19,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool 01 litro 46°, para limpeza.	85	15,000	4,8500	72,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Anies estrelado pacote c/ 20 gr	83	2,000	3,0500	6,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	133	3,000	55,9000	167,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico pl/ café c/100 unidades	83	8,000	2,0500	16,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	83	8,000	4,0500	32,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	85	5,000	4,0500	20,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	101	2,000	4,0500	8,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante -5 litros	83	3,000	17,3500	52,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante -5 litros	85	6,000	17,3500	104,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante -5 litros		3,000	17,3500	52,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante -5 litros	101	1,000	17,3500	17,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desodorizador de ambiente spray	83	2,000	9,6500	19,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Escova pequena pa/ higienização de alimentos		4,000	4,1600	16,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja de aço 100% ecológica pacote c/ 8 unidades	83	1,000	2,0500	2,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja de aço 100% ecológica pacote c/ 8 unidades		2,000	2,0500	4,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	83	3,000	1,8500	5,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	85	25,000	1,8500	46,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.		10,000	1,8500	18,50

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espuma de espuma e manita abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	101	2,000	1,8500	3,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades	83	2,000	4,0000	8,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fósforo maço c/ 10 caixas	83	1,000	2,4000	2,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fósforo maço c/ 10 caixas		1,000	2,4000	2,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral. Lata de 400g e conforme descrições do anexo I do Edital.	80	6,000	5,3500	32,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.	83	2,000	6,3500	12,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.	85	3,000	6,3500	19,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.		3,000	6,3500	19,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macaráo com ovos tipo espagueti reto. Pacotes de 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.		7,000	2,2500	15,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multiuso composto álcool benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	85	4,000	20,4000	81,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multiuso limpeza pesada, composto de dodecil benzeno sulfonato de sódio, tenso ativos não iônicos, coadjuvantes, solubilizantes, sequestrante, éter glicólico, álcool, corante, água, perfume e conservantes -500 ml	85	4,000	20,4000	81,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pedra p/ vaso sanitário.	83	8,000	1,3500	10,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	85	10,000	1,3500	13,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	85	2,000	7,3500	14,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.		2,000	7,3500	14,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	85	3,000	7,3500	22,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 lt pacote c/ 10		4,000	7,3500	29,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 lt pacote c/ 10	83	10,000	2,5500	25,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 lt pacote c/ 10	85	20,000	2,5500	51,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 lt pacote c/ 10		10,000	2,5500	25,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 lt pacote c/ 10	101	3,000	2,5500	7,65
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 lt pacote c/ 10		5,000	2,5500	12,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 lt pacote c/ 10	85	20,000	2,5500	51,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 lt pacote c/ 10		10,000	2,5500	25,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 lt pacote c/ 10		5,000	2,5500	12,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco plástico transparente 28X40 c/ 100 unidades	85	1,000	7,4000	7,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido - frasco de 300 gramas	83	12,000	5,2000	62,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido - frasco de 300 gramas	85	10,000	5,2000	52,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido - frasco de 300 gramas		10,000	5,2000	52,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido - frasco de 300 gramas		3,000	5,2000	15,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor branco	85	5,000	11,3500	56,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de rosto.	83	4,000	7,4000	29,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de rosto.	85	10,000	7,4000	74,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de rosto.	101	2,000	7,4000	14,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mesa para escritório, modelo 1170, na cor cinza, em "L", com gaveteiro, garantia de 01 (um) ano.	111	1,000	520,0000	520,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cubo de roda traseira pálio		1,000	215,0000	215,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Filtro cabine	159	1,000	32,0000	32,00

Página: 7/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
WEGNER AUTO MECANICA LTDA	Filtro Combustível	159	1,000	23,0000	23,00
WEGNER AUTO MECANICA LTDA	FILTRO DE AR	159	1,000	45,0000	45,00
WEGNER AUTO MECANICA LTDA	Filtro de óleo	159	1,000	36,0000	36,00
WEGNER AUTO MECANICA LTDA	Higienizador de ar condicionado	159	1,000	18,0000	18,00
WEGNER AUTO MECANICA LTDA	Óleo lubrificante 10w40 SM1	159	4,000	34,0000	136,00
WEGNER AUTO MECANICA LTDA	Pastilha de freio dianteira/traseira	159	1,000	67,0000	67,00
WEGNER AUTO MECANICA LTDA	Serviços de mão de obra de revisão em veículo pálio MLG4108, conforme peças descritas em anexo.	159	3,000	60,0000	180,00
Total Geral do Mês ---->					73.739,47

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 11.258.607/0001-92

Nota Fiscal nº. 1262 R\$ 3.895,00

Nota Fiscal nº. 1355 R\$ 3.895,00

VALOR TOTAL: R\$ 7.790,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelos softwares gerenciais da Secretaria Municipal da Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 04 de fevereiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 09/2016 - PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 09/2016

Pregão Presencial - menor preço Item

Objeto: Aquisição parcelada de materiais elétricos para suprir o sistema de iluminação pública do município de Maracajá, para o ano de 2016, conforme descrições e quantitativos do Anexo I deste edital

Entrega dos envelopes: até as 13:45 horas do dia 17/02/2016

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 17/02/2016

Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 13h as 18h, em dias úteis ou no site www.maracaja.sc.gov.br . Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 03 de fevereiro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 14/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 14/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratado: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA

Objeto: Aquisição para entrega fracionada em 2016 da quantia estimada de 1.300m³ (um mil e trezentos metros cúbicos) de oxigênio medicinal para atender o serviço de oxigenoterapia domiciliar, o CEMASAS e a Unidade de Saúde da Vila Beatriz.

Valor: R\$ 17.940,00 (dezessete mil novecentos e quarenta reais)

Vigência: 01/02/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 01 de fevereiro de 2016.

Vilmar Leandro
Contratante.

Carlos Emilio Fuhro
Contratado.

RESULTADO FINAL DA CAHADA PUBLICA Nº 01/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

RESULTADO DA CHAMADA PUBLICA Nº 01/2016

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino do município de Maracajá para o ano de 2016

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Maracajá torna público que a Chamada Pública nº 01/2016, gerou o credenciamento das seguintes cooperativas; Cooperativa da Agricultura Familiar Maracajá Nova Esperança.

Maracajá, 03 de fevereiro de 2016.

Karine dos Santos Marques
Presidente da Comissão de Licitação

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 107/2016

DECRETO Nº 107, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerada a pedido a servidora pública VANESSA STEIN, matrícula nº 518901, ocupante do cargo de Agente de Combate a Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 109/2016

DECRETO Nº 109, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitida a pedido a servidora pública LURDES SECCHI, matrícula nº 162101, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 110/2016

DECRETO Nº 110, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.694, de 7 de outubro de 2013,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social,

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº002/2014, para o cargo de Pedagogo, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 1º de fevereiro de 2016 a 1º de fevereiro de 2017, LEANDRA LEONICE DE JESUS NUNES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 027.403.579-07, para ocupar o cargo de Pedagoga, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 111/2016

DECRETO Nº 111, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.694, de 7 de outubro de 2013,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social,

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº002/2014, para o cargo de Educador Social, tendo em vista os princípios da economicidade e

razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 1º de fevereiro de 2016 a 1º de fevereiro de 2017, JANE CIRA DETTONI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 019.719.069-30, para ocupar o cargo de educadora Social, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 149/2016

DECRETO Nº 149, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.694, de 7 de outubro de 2013,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 002/2014, para o cargo de Assistente Social (CAPS), tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 2 de fevereiro de 2016 a 1º de fevereiro de 2017, SOLANGE BALLESTRERI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 344.539.201-30, para ocupar o cargo de Assistente Social, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 158/2016

DECRETO Nº 158, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre complementação de aposentadoria e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, conforme art. 185, da Lei Complementar Municipal nº 003, de 19 de novembro de 2002, alterado pelo art. 8º da Lei Complementar nº 16, de 30 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto concedida complementação de aposentaria a servidora municipal aposentada CARMEN DALLACOSTA, ocupante do cargo de Farmacêutico Bioquímico, conforme artigo art. 185, da Lei Complementar Municipal nº 003, de 19 de novembro de 2002, alterado pelo art. 8º da Lei Complementar nº 16, de 30 de dezembro de 2005.

Art. 2º O Município de Maravilha complementarará o benefício da aposentadoria concedida pelo INSS sob nº 164.255.650-2.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal do Município autorizado a incluir os direitos da servidora de que trata o presente Decreto em folha de pagamento complementar, até a integridade dos vencimentos.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N. 003/2016

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 004/2016 - Pregão Presencial n. 003/2016 para fornecimento de Internet. Este processo licitatório será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 22/02/2016, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 22/02/2016 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da íntegra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h00min às 13h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 02 de fevereiro de 2016

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 5º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RRFO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA AGROPECUÁRIA OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSF. DE CONV. OUTRAS RECEITAS CORRENTES MULTAS E JUROS DE MORA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	12.370.787,00 12.370.770,00 310.750,00 266.200,00 22.550,00 22.000,00 37.400,00 37.400,00 69.800,00 69.800,00 11.000,00 11.000,00 200.200,00 11.642.510,00 11.550.510,00 92.000,00 99.110,00 17.710,00 22.000,00 23.100,00 36.300,00	12.370.787,00 12.370.770,00 310.750,00 266.200,00 22.550,00 22.000,00 37.400,00 37.400,00 69.800,00 69.800,00 11.000,00 11.000,00 200.200,00 11.642.510,00 11.550.510,00 92.000,00 99.110,00 17.710,00 22.000,00 23.100,00 36.300,00	1.764.423,64 1.715.125,04 51.192,63 50.889,31 303,32 0,00 4.807,12 4.807,12 23.492,20 23.492,20 820,80 820,80 25.350,19 1.597.689,30 1.560.676,97 37.012,33 11.772,80 1.202,20 0,00 0,00 10.570,60	14,26 13,86 16,47 19,12 1,35 0,00 12,85 12,85 33,66 33,66 7,46 7,46 13,72 13,51 40,23 11,88 6,79 0,00 0,00 29,12	9.553.735,96 9.379.267,13 308.209,46 289.048,17 19.161,29 0,00 25.527,05 25.527,05 127.284,47 127.284,47 6.116,95 6.116,95 135.950,47 8.660.584,80 8.559.359,72 101.225,08 115.593,93 12.731,12 0,00 8.639,97 94.222,84	77,23 75,82 99,18 108,58 84,97 0,00 68,25 68,25 182,36 182,36 55,61 55,61 67,91 74,39 74,10 110,03 116,63 71,89 0,00 37,40 259,57	
	289.991,76 174.468,83 289.991,76 289.991,76 174.468,83 17,00 17,00 17,00	1.026.287,24 1.026.287,24 1.026.287,24 1.026.287,24	—				
	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.370.787,00	12.370.787,00	1.764.423,64	14,26	9.553.735,96	2.817.051,04
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		12.370.787,00	1.764.423,64	14,26	9.553.735,96	2.817.051,04
DÉFICIT (VI)		—	—	—	216.864,00	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.370.787,00	12.370.787,00	1.764.423,64	14,26	9.770.599,96	2.600.187,04
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		—	—	—	875.250,06	—
Superávit Financeiro	—	1.422.004,57	—	—	768.000,06	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	1.314.754,57	—	—	107.250,00	—
		107.250,00	—	—	107.250,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.356.707,00	14.065.799,69	1.507.014,55	11.105.242,67	2.960.557,02	1.922.959,56	9.770.599,96	4.295.199,73	9.770.599,96
DESPESAS CORRENTES	11.612.560,00	12.438.104,54	1.403.793,23	10.037.465,43	2.400.639,11	1.655.697,81	8.949.367,16	3.488.737,38	8.949.367,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.485.146,00	6.647.737,68	933.680,03	5.111.086,94	1.536.670,74	910.186,83	4.878.340,70	1.769.396,98	4.878.340,70
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	42.000,00	42.000,00	5.237,91	37.623,34	4.376,66	5.883,89	36.961,90	5.038,10	36.961,90
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.085.414,00	5.748.366,86	464.875,29	4.888.775,15	859.591,71	739.647,09	4.034.064,56	1.714.302,30	4.034.064,56
DESPESAS DE CAPITAL	722.147,00	1.605.695,15	103.221,32	1.067.777,24	537.917,91	267.261,75	821.232,80	784.462,35	821.232,80
INVESTIMENTOS	486.147,00	1.369.695,15	64.111,40	872.227,61	497.467,54	228.151,83	625.683,17	744.011,98	625.683,17
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	235.000,00	235.000,00	39.109,92	195.549,63	39.450,37	39.109,92	195.549,63	39.450,37	195.549,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.356.707,00	14.065.799,69	1.507.014,55	11.105.242,67	2.960.557,02	1.922.959,56	9.770.599,96	4.295.199,73	9.770.599,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.356.707,00	14.065.799,69	1.507.014,55	11.105.242,67	2.960.557,02	1.922.959,56	9.770.599,96	4.295.199,73	9.770.599,96
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.356.707,00	14.065.799,69	1.507.014,55	11.105.242,67	—	1.922.959,56	9.770.599,96	—	9.770.599,96

FONTE:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 6º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

PREÇO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)	RECEITAS	R\$ 1,00						
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO A REALIZAR (a - c)		
				No Bimestre (b)	% (b/a)		Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	RECEITAS CORRENTES	12.356.707,00	12.356.707,00	2.218.317,81	17,95	11.759.543,89	95,17	597.163,11
	RECEITA TRIBUTÁRIA	12.356.690,00	12.356.690,00	2.196.568,05	17,78	11.563.325,30	93,58	793.364,70
	IMPOSTOS	310.750,00	310.750,00	87.178,94	28,05	395.388,40	127,24	-84.638,40
	TAXAS	266.200,00	266.200,00	87.178,94	32,75	376.227,11	141,33	-110.027,11
	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	22.550,00	22.550,00	0,00	0,00	19.161,29	84,97	3.388,71
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	37.400,00	37.400,00	6.439,42	17,22	31.966,47	85,47	5.433,53
	RECEITA PATRIMONIAL	37.400,00	37.400,00	6.439,42	17,22	31.966,47	85,47	5.433,53
	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	69.800,00	69.800,00	19.784,38	28,34	147.068,85	210,70	-77.268,85
	RECEITA AGROPECUÁRIA	69.800,00	69.800,00	19.784,38	28,34	147.068,85	210,70	-77.268,85
	OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	11.000,00	11.000,00	174,61	1,59	6.291,56	57,20	4.708,44
	RECEITA DE SERVIÇOS	11.000,00	11.000,00	174,61	1,59	6.291,56	57,20	4.708,44
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	200.200,00	200.200,00	22.436,64	11,21	158.387,11	79,11	41.812,89
	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.628.430,00	11.628.430,00	2.055.381,92	17,68	10.703.456,84	92,05	924.973,16
	TRANSF. DE CONV.	11.536.430,00	11.536.430,00	2.020.156,37	17,51	10.567.006,21	91,60	969.423,79
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	92.000,00	92.000,00	35.225,55	38,29	136.450,63	148,32	-44.450,63
	MULTAS E JUROS DE MORA	99.110,00	99.110,00	5.172,14	5,22	120.766,07	121,85	-21.696,07
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17.710,00	17.710,00	4.051,97	22,88	16.783,09	94,77	926,91
	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
	RECEITAS DIVERSAS	23.100,00	23.100,00	645,96	2,80	9.285,93	40,20	13.814,07
	RECEITAS DE CAPITAL	36.300,00	36.300,00	474,21	1,31	94.697,05	260,87	-58.397,05
	ALIENAÇÃO DE BENS	17,00	17,00	21.749,76	127.939,76	196.218,59	1.154.227,00	-196.201,59
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	27.500,00	0,00	27.500,00	0,00	-27.500,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	27.500,00	0,00	27.500,00	0,00	-27.500,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	17,00	17,00	-5.750,24	0,00	168.718,59	992.462,29	-168.701,59	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	17,00	17,00	-5.750,24	0,00	168.718,59	992.462,29	-168.701,59	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.356.707,00	12.356.707,00	2.218.317,81	17,95	11.759.543,89	95,17	597.163,11	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.356.707,00	12.356.707,00	2.218.317,81	17,95	11.759.543,89	597.163,11
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	486.287,21	—
TOTAL VII = (V + VI)						
			2.218.317,81	17,95	12.245.811,10	110.895,90
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro	—	1.422.004,57	—	—	1.015.089,96	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	1.314.754,57	—	—	907.839,96	—
	—	107.250,00	—	—	107.250,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.356.707,00	14.091.974,13	1.140.568,43	12.245.811,10	1.846.163,03	2.468.499,66	12.239.099,62	1.852.874,51	12.239.099,62	6.711,48
DESPESAS CORRENTES	11.612.560,00	12.678.501,69	1.201.629,26	11.239.094,69	1.439.407,00	2.283.016,05	11.232.383,21	1.446.118,48	11.232.383,21	6.711,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.485.146,00	6.629.178,41	1.141.630,69	6.252.697,63	376.480,78	1.374.356,93	6.252.697,63	376.480,78	6.252.697,63	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	42.000,00	42.048,35	4.411,46	42.034,80	13,55	5.072,90	42.034,80	13,55	42.034,80	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.085.414,00	6.007.274,93	55.587,11	4.944.362,26	1.062.912,67	903.586,22	4.937.650,78	1.069.624,15	4.937.650,78	6.711,48
DESPESAS DE CAPITAL	722.147,00	1.391.472,44	-61.060,83	1.006.716,41	384.756,03	185.483,61	1.006.716,41	384.756,03	1.006.716,41	0,00
INVESTIMENTOS	486.147,00	1.156.472,44	-100.170,75	772.066,86	384.415,58	146.373,69	772.066,86	384.415,58	772.066,86	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	235.000,00	235.000,00	39.109,92	234.659,55	340,45	39.109,92	234.659,55	340,45	234.659,55	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	0,00	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.356.707,00	14.091.974,13	1.140.568,43	12.245.811,10	1.846.163,03	2.468.499,66	12.239.099,62	1.852.874,51	12.239.099,62	6.711,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.356.707,00	14.091.974,13	1.140.568,43	12.245.811,10	1.846.163,03	2.468.499,66	12.239.099,62	1.852.874,51	0,00	6.711,48
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.356.707,00	14.091.974,13	1.140.568,43	12.245.811,10	—	2.468.499,66	12.239.099,62	—	12.239.099,62	6.711,48

FONTE:

Marema, 08/01/2016

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO 5º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RRRO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)											RS 1,0
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%(b/Total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		%(d/Total d)	SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	Legislativa	12.356.707,00	14.065.799,69	1.507.014,55	11.105.242,67	100,00	2.960.557,02	1.922.959,56	9.770.599,96	100,00	4.256.199,73
	Ação Legislativa	750.000,00	750.000,00	92.328,40	531.867,53	4,79	218.132,47	105.878,10	522.401,25	5,35	227.598,75
	Administração	2.140.000,00	2.332.799,00	242.208,67	1.898.432,08	17,09	434.366,92	333.499,63	1.773.305,96	18,15	559.493,04
	Administração Geral	2.033.000,00	2.218.200,00	235.458,67	1.786.345,51	16,09	431.854,49	315.036,98	1.673.807,39	17,13	544.392,61
	Administração Financeira	107.000,00	114.599,00	6.750,00	112.086,57	1,01	2.512,43	18.452,65	98.498,57	1,02	15.100,43
	Segurança Pública	15.290,00	50.997,95	33.480,00	40.155,67	0,36	10.842,28	7.258,71	12.935,38	0,13	38.062,57
	Policimento	15.290,00	50.997,95	33.480,00	40.155,67	0,36	10.842,28	7.258,71	12.935,38	0,13	38.062,57
	Assistência Social	814.471,00	1.045.742,82	153.867,60	766.355,62	6,90	279.387,20	122.426,32	682.564,58	6,99	363.178,24
	Assistência ao Idoso	15.000,00	15.000,00	2.300,00	7.250,00	0,07	7.750,00	2.300,00	7.250,00	0,07	7.750,00
	Assistência à Criança e ao Adolescente	17.600,00	17.600,00	1.445,00	1.445,00	0,01	16.155,00	1.445,00	1.445,00	0,01	16.155,00
	Assistência Comunitária	781.871,00	1.013.142,82	150.122,60	757.660,62	6,82	255.482,20	118.681,32	673.869,58	6,90	338.273,24
	Saúde	2.895.019,50	3.259.656,04	374.315,97	2.628.627,81	23,67	631.028,23	485.995,71	2.072.934,15	21,22	1.186.721,89
	Atenção Básica	2.740.298,50	2.995.656,83	372.715,97	2.485.914,50	22,39	509.742,33	442.211,81	1.985.363,31	20,32	1.010.293,52
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	81.950,00	145.735,95	0,00	73.180,00	0,66	72.555,95	10.650,00	39.310,00	0,40	106.425,95
	Vigilância Sanitária	11.000,00	27.359,00	600,00	3.442,41	0,03	23.916,59	600,00	3.442,41	0,04	23.916,59
	Vigilância Epidemiológica	16.550,00	25.683,26	1.000,00	11.774,10	0,11	13.909,16	1.172,50	11.774,10	0,12	13.909,16
	Alimentação e Nutrição	42.220,00	62.220,00	0,00	54.316,80	0,49	7.903,20	11.361,40	33.044,33	0,34	28.175,67
	Abastecimento	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00
	Educação	1.898.086,50	2.116.793,62	272.081,62	1.490.425,99	13,42	626.367,63	293.380,81	1.399.044,17	14,32	717.749,45
	Ensino Fundamental	1.562.845,50	1.698.780,29	169.954,20	1.226.299,92	11,04	442.480,37	183.557,36	1.158.847,54	11,86	508.932,75
	Ensino Médio	3.300,00	3.300,00	1.740,00	1.740,00	0,02	1.560,00	1.740,00	1.740,00	0,02	1.560,00
	Ensino Superior	30.000,00	40.000,00	10.160,00	38.590,00	0,35	1.410,00	8.800,00	33.210,00	0,34	6.790,00
	Educação Infantil	301.941,00	404.713,33	90.227,42	223.796,07	2,02	180.917,26	99.283,45	205.246,63	2,10	199.466,70
	Cultura	73.000,00	83.000,00	1.800,00	79.953,67	0,72	3.046,33	4.700,00	75.603,67	0,77	7.396,33
	Difusão Cultural	73.000,00	83.000,00	1.800,00	79.953,67	0,72	3.046,33	4.700,00	75.603,67	0,77	7.396,33
	Urbanismo	185.693,00	788.023,58	0,00	666.527,40	6,00	121.496,18	213.167,43	463.247,63	4,74	324.775,95
Infra-Estrutura Urbana	179.623,00	781.953,58	0,00	664.027,40	5,98	117.926,18	213.025,64	461.324,84	4,72	320.628,74	
Serviços Urbanos	6.070,00	6.070,00	0,00	2.500,00	0,02	3.570,00	141,79	1.922,79	0,02	4.147,21	
Habituação	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00	
Habituação Urbana	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00	
Saneamento	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	2.001,00	
Saneamento Básico Urbano	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	2.001,00	
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	12.356.707,00	14.065.799,69	1.507.014,55	11.105.242,67	100,00	1.922.959,56	9.770.599,96	4.295.199,73
Promoção da Produção Vegetal	1.288.802,00	1.277.441,68	150.536,00	1.062.910,96	9,57	130.466,38	973.004,98	304.436,70
Extensão Rural	712.800,00	592.800,00	60.470,58	495.107,31	4,46	48.031,88	412.832,26	179.967,74
Promoção da Produção Agropecuária	560.000,00	560.000,00	90.065,42	459.157,06	4,13	82.434,50	451.526,14	108.473,86
Indústria	16.002,00	124.641,68	0,00	108.646,58	0,98	0,00	108.646,58	15.995,10
Promoção Industrial	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Comércio e Serviços	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Turismo	3.300,00	3.300,00	2.122,75	2.122,75	0,02	73,75	73,75	3.226,25
Transporte	3.300,00	3.300,00	2.122,75	2.122,75	0,02	73,75	73,75	3.226,25
Transporte Rodoviário	1.754.042,00	1.819.042,00	136.038,05	1.504.110,25	13,54	170.049,71	1.388.131,63	430.910,37
Desporto e Lazer	1.754.042,00	1.819.042,00	136.038,05	1.504.110,25	13,54	170.049,71	1.388.131,63	430.910,37
Desporto Comunitário	69.000,00	69.000,00	1.100,00	66.082,11	0,60	9.469,59	61.224,85	7.775,15
Encargos Especiais	69.000,00	69.000,00	1.100,00	66.082,11	0,60	9.469,59	61.224,85	7.775,15
Outros Encargos Especiais	433.000,00	433.000,00	47.135,49	367.670,84	3,31	66.603,42	346.127,96	86.872,04
RESERVA DE CONTINGENCIA	433.000,00	433.000,00	47.135,49	367.670,84	3,31	66.603,42	346.127,96	86.872,04
	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	12.356.707,00	14.065.799,69	1.507.014,55	11.105.242,67	100,00	1.922.959,56	9.770.599,96	4.295.199,73

FONTE:

Marema, 06/11/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO 6º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
				% (b/Total b)			% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)	12.356.707,00	14.091.974,13	1.140.588,43	12,245,811,10	100,00	2.468.469,66	12,239,099,62	1.852,874,51	6,711,48
Legislativa	750.000,00	750.000,00	50.498,62	592,396,35	4,76	53,253,62	575,654,37	174,345,13	6,711,48
Ação Legislativa	750.000,00	750.000,00	50.498,62	592,396,35	4,76	53,253,62	575,654,37	174,345,13	6,711,48
Administração	2.140.000,00	2.292.696,15	348,027,13	2,246,459,21	18,34	473,153,25	2,246,459,21	46,236,94	0,00
Administração Geral	2.033.000,00	2.176,097,15	345,723,07	2,132,068,98	17,41	46,028,57	2,132,068,98	46,028,57	0,00
Administração Financeira	107.000,00	114,599,00	2,304,06	114,390,63	0,93	14,892,06	114,390,63	208,37	0,00
Segurança Pública	15.290,00	50,997,95	0,00	40,155,67	0,33	10,842,28	27,220,29	10,842,28	0,00
Policimento	15.290,00	50,997,95	0,00	40,155,67	0,33	10,842,28	27,220,29	10,842,28	0,00
Assistência Social	814,471,00	1,133,742,82	121,425,17	887,780,79	7,25	245,962,03	205,216,21	245,962,03	0,00
Assistência ao Idoso	15.000,00	15.000,00	0,00	7,250,00	0,06	7,750,00	0,00	7,750,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	17.600,00	17,600,00	0,00	1,445,00	0,01	16,155,00	0,00	16,155,00	0,00
Assistência Comunitária	781,871,00	1,101,142,82	121,425,17	879,085,79	7,18	222,057,03	879,085,79	222,057,03	0,00
Saúde	2.895,019,50	3,305,696,04	61,462,27	2,890,090,08	21,97	615,865,96	2,890,090,08	615,865,96	0,00
Atenção Básica	2.740,298,50	3,041,696,83	75,291,25	2,591,205,75	20,91	575,842,44	2,591,205,75	480,451,08	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	81.950,00	145,735,95	-4,945,00	68,235,00	0,56	77,500,95	28,925,00	77,500,95	0,00
Vigilância Sanitária	11.000,00	27,359,00	0,00	3,442,41	0,03	0,00	0,00	23,916,59	0,00
Vigilância Epidemiológica	16.550,00	25,683,26	0,00	11,774,10	0,10	0,00	11,774,10	13,909,16	0,00
Alimentação e Nutrição	42,220,00	62,220,00	-8,883,98	45,432,82	0,37	12,388,49	45,432,82	16,787,18	0,00
Absorcimento	3,001,00	3,001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,001,00	0,00
Educação	1.896,096,50	2,064,233,62	266,332,30	1,786,758,29	14,59	387,714,12	1,786,758,29	277,535,33	0,00
Educação Fundamental	1,562,845,50	1,828,780,29	166,337,17	1,392,637,09	11,37	233,789,55	1,392,637,09	236,143,20	0,00
Educação Infantil	3.300,00	3,300,00	0,00	1,740,00	0,01	0,00	1,740,00	1,560,00	0,00
Educação Superior	30.000,00	40.000,00	780,00	39,370,00	0,32	6,160,00	39,370,00	630,00	0,00
Educação Infantil	301,941,00	392,213,33	129,215,13	353,011,20	2,88	147,764,57	353,011,20	38,202,13	0,00
Cultura	73.000,00	98.000,00	8.990,00	88,913,67	0,73	13,310,00	88,913,67	9,086,33	0,00
Distúrbio Cultural	73.000,00	98.000,00	8.990,00	88,913,67	0,73	13,310,00	88,913,67	9,086,33	0,00
Urbanismo	185,693,00	764,280,87	-114,593,32	551,944,08	4,51	88,686,45	551,944,08	212,346,79	0,00
Infra-Estrutura Urbana	179,623,00	758,220,87	-114,190,51	549,836,89	4,49	208,383,98	549,836,89	208,383,98	0,00
Serviços Urbanos	6,070,00	6,070,00	-392,81	2,107,19	0,02	184,40	2,107,19	3,982,81	0,00
Habituação	5,001,00	5,001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,001,00	0,00
Habituação Urbana	5,001,00	5,001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,001,00	0,00
Saneamento	2,001,00	2,001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,001,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	2,001,00	2,001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,001,00	0,00
Gestão Ambiental	3,000,00	3,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3,000,00	3,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,000,00	0,00
Agricultura	1,288,802,00	1,290,451,68	126,033,08	1,188,944,03	9,71	215,939,05	1,188,944,03	104,507,65	0,00
Promoção da Produção Vegetal	712,800,00	594,800,00	13,103,43	508,210,74	4,15	95,378,48	508,210,74	86,598,26	0,00
Extensão Rural	560.000,00	590.000,00	112,929,65	572,066,71	4,67	120,560,57	572,066,71	17,913,29	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	16.002,00	106,651,68	0,00	106,646,58	0,89	0,00	106,646,58	5,10	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a+d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.356.707,00	14.091.974,13	1.140.588,43	12.245.811,10	1.846.163,03	2.488.499,66	12.239.099,62	1.852.874,51	6.711,48
Indústria	5.001,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Promoção Industrial	5.001,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Comércio e Serviços	3.300,00	3.300,00	0,00	2.122,75	1.177,25	2.049,00	2.122,75	1.177,25	0,00
Turismo	3.300,00	3.300,00	0,00	2.122,75	1.177,25	2.049,00	2.122,75	1.177,25	0,00
Transporte	1.754.042,00	1.793.042,00	179.435,05	1.683.545,30	109.496,70	295.413,67	1.683.545,30	109.496,70	0,00
Transporte Rodoviário	1.754.042,00	1.793.042,00	179.435,05	1.683.545,30	109.496,70	295.413,67	1.683.545,30	109.496,70	0,00
Desporto e Lazer	690.000,00	750.000,00	8.458,83	74.540,94	459,06	13.316,09	74.540,94	459,06	0,00
Desporto Comunitário	690.000,00	750.000,00	8.458,83	74.540,94	459,06	13.316,09	74.540,94	459,06	0,00
Encargos Especiais	433.000,00	435.500,00	54.519,10	422.189,94	13.310,06	76.061,98	422.189,94	13.310,06	0,00
Outros Encargos Especiais	433.000,00	435.500,00	54.519,10	422.189,94	13.310,06	76.061,98	422.189,94	13.310,06	0,00
Reserva de Contingência	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00
Reserva de Contingência	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	12.356.707,00	14.091.974,13	1.140.588,43	12.245.811,10	1.846.163,03	2.488.499,66	12.239.099,62	1.852.874,51	6.711,48

FONTE:

Marema, 08/01/2016

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORIA CRC-SC 023004/O-8

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 5º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2014 A OUTUBRO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.137.373,30	1.599.892,89	1.273.043,14	1.147.774,70	1.077.851,27	1.114.620,29	1.208.619,43	1.214.336,99	1.077.349,48	1.038.094,87	990.129,90	1.050.275,07	13.929.351,53
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.480,74	185.711,77	21.185,98	27.425,36	80.445,05	28.274,32	30.705,65	26.899,60	25.082,68	19.027,18	29.493,09	21.699,54	310.750,00
IPT.U.	711,05	358,02	0,00	4.423,15	32.208,10	0,00	3.029,95	900,48	35,40	356,09	0,00	329,41	42.357,56
I.R.R.F.	1.148,12	180.703,22	12.878,43	15.307,54	14.298,08	13.699,65	13.890,51	14.113,60	13.696,63	11.842,86	13.294,35	12.987,88	90.200,00
I.S.S.	5.720,21	22.083,77	4.514,72	6.468,67	10.663,63	4.994,21	7.518,86	7.289,07	11.416,91	6.728,23	9.893,96	5.055,43	102.315,97
I.T.B.U.	3.860,00	3.090,00	3.792,83	8.700,00	14.270,00	912,35	3.812,00	4.440,00	0,00	0,00	6.301,78	3.023,40	35.200,00
Outras Receitas Tributárias	41,36	501,76	0,00	350,00	9.094,24	6.868,11	2.465,43	146,45	33,74	100,00	0,00	303,32	18.704,41
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.429,02	2.149,02	2.795,71	2.212,09	2.591,76	2.886,76	2.591,30	2.606,47	2.392,12	2.916,72	2.575,91	2.231,21	30.106,09
RECEITA PATRIMONIAL	9.500,28	11.185,01	11.284,29	12.333,26	13.859,71	14.088,24	14.603,80	12.468,25	12.290,38	12.854,33	13.922,90	9.999,30	147.889,76
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.935,58	929,51	0,00	1.431,06	820,90	0,00	6.116,95
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	28.929,12	25.242,00	11.736,84	16.750,75	14.185,53	16.982,25	9.009,61	15.968,11	14.872,07	11.168,12	11.465,89	13.894,30	190.121,59
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.084.593,34	1.372.895,20	1.226.067,32	1.086.167,34	959.619,37	1.051.772,98	1.133.881,57	1.101.109,29	1.003.790,48	988.035,23	920.792,01	1.002.176,92	12.930.874,05
Cota-Parte do FPM	491.732,86	540.132,51	599.335,67	611.805,61	445.610,32	480.931,82	591.411,98	514.598,39	391.036,57	445.948,92	371.540,26	422.874,40	5.896.949,51
Cota-Parte do ICMS	453.251,44	438.591,41	442.808,09	394.551,27	396.247,01	425.945,97	403.053,38	395.254,30	389.933,52	376.258,11	390.956,04	404.244,25	4.900.084,79
Cota-Parte do IRVA	9.100,83	6.021,52	10.268,70	9.144,55	16.043,96	19.978,91	18.574,88	17.885,39	30.893,39	17.707,37	15.879,88	14.532,24	185.625,06
Outras Transferências Correntes	162,19	83,28	0,00	30,80	20,48	75,62	20,48	75,62	34,00	70,56	701,94	2.488,22	3.677,48
Transferências de LC 61/1989	75.695,96	334.295,47	121.952,10	25.710,50	57.442,82	70.853,83	70.741,52	134.622,56	156.595,32	103.106,76	95.339,89	110.190,28	1.357.507,91
Transferências de LC 87/1996	7.178,88	7.083,60	9.237,18	5.495,55	5.390,00	5.946,13	6.398,39	6.096,86	5.988,63	5.946,87	5.930,00	6.878,27	76.810,66
Transferências do FUNDEC	1.853,99	3.317,98	0,00	0,00	0,00	6.744,10	1.895,02	1.895,02	1.895,02	0,00	1.895,02	1.895,02	20.151,17
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	45.813,29	45.390,43	42.465,58	39.459,86	38.895,06	41.641,42	42.024,92	39.929,71	39.229,73	39.296,25	37.857,98	38.283,24	480.367,47
DEDUÇÕES (II)	192.616,72	193.643,81	212.229,73	204.199,24	172.698,04	187.855,31	204.221,92	185.312,69	161.792,87	169.126,24	157.293,61	170.542,94	2.216.596,12
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	192.616,72	193.643,81	212.229,73	204.199,24	172.698,04	187.855,31	204.221,92	185.312,69	161.792,87	169.126,24	157.293,61	170.542,94	2.216.596,12
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	944.757,08	1.401.239,08	1.060.713,41	943.575,46	905.153,23	926.764,98	1.004.397,51	1.029.024,30	915.556,61	868.968,63	832.836,99	879.732,13	11.712.753,41
FONTE:													
Marema, 05/11/2015													

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 0230040-8

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 6º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Jan/2015	Feb/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.273.043,14	1.141.774,70	1.077.851,27	1.114.620,29	1.208.619,43	1.214.336,99	1.077.349,48	1.038.094,87	990.129,60	1.050.275,07	1.113.763,18	1.455.549,65	13.751.407,67
RECEITA TRIBUTÁRIA	21.185,98	27.425,36	80.445,05	26.274,32	30.706,66	26.889,60	25.082,68	19.027,18	29.493,09	21.693,54	9.004,44	78.174,50	310.750,00
IPT.U.	0,00	4.429,15	32.208,10	0,00	3.029,86	900,48	35,40	356,09	0,00	329,41	144,58	318,51	30.800,00
I.R.R.F.	12.878,43	15.307,54	14.239,08	13.699,66	13.890,51	14.113,60	13.996,63	11.842,86	13.294,35	12.887,98	2.885,10	65.478,85	203.874,58
I.S.S.	4.514,72	6.468,67	10.963,63	4.994,21	7.518,86	7.269,07	11.418,91	6.728,23	9.886,96	5.055,43	1.310,96	10.957,24	86.794,99
I.T.B.U.	3.792,83	870,00	14.270,00	912,35	3.812,00	4.440,00	0,00	0,00	6.301,78	3.023,40	4.993,80	1.420,00	35.200,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	350,00	9.064,24	6.663,11	2.495,43	146,45	33,74	100,00	0,00	303,32	0,00	0,00	44.550,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	27.687,71	2.212,09	2.851,76	2.685,76	2.591,30	2.808,47	2.392,12	2.918,72	2.575,91	2.231,21	27.541,61	3.694,81	31.666,47
RECEITA PATRIMONIAL	11.294,29	12.333,26	13.859,71	14.088,24	14.603,80	12.468,25	12.290,39	12.854,33	13.922,90	9.569,30	7.257,32	12.527,06	147.088,85
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	2.935,58	929,51	0,00	1.431,06	820,80	0,00	124,61	50,00	6.291,59
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	11.795,84	16.750,75	14.185,53	16.982,25	9.036,61	15.893,11	14.872,07	11.188,12	11.465,89	13.894,58	10.344,98	12.091,66	188.387,11
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.226.067,32	1.065.167,24	959.619,37	1.051.772,98	1.133.881,57	1.101.109,29	1.003.790,48	988.035,23	920.782,01	1.002.176,92	1.080.834,40	1.347.292,30	12.901.539,21
Cota-Parte do FPM	599.335,67	611.805,61	445.610,52	480.593,82	591.411,98	514.388,39	381.036,57	445.648,92	371.540,26	422.871,40	477.458,38	549.022,26	5.891.294,88
Cota-Parte do ICMS	442.808,09	394.551,27	396.247,01	425.945,97	403.053,38	386.254,30	388.893,52	376.258,11	390.956,04	404.244,25	406.670,58	397.002,32	4.813.324,84
Cota-Parte do IRPA	10.263,70	9.144,55	16.043,96	19.579,91	18.574,88	17.895,83	30.696,39	17.707,37	15.679,88	14.532,24	9.771,62	7.873,51	188.147,84
Outras Transferências Correntes	121.952,10	25.710,90	57.442,82	70.652,83	70.741,52	134.622,59	155.956,32	103.106,76	96.339,89	110.180,28	136.634,84	345.059,63	1.432.240,05
Transferências de LC 61/1989	9.237,18	5.495,55	5.390,00	5.646,13	6.368,39	6.066,86	5.698,93	5.946,87	5.930,00	6.878,27	6.265,72	6.188,03	75.002,93
Transferências de LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	6.744,10	1.896,02	1.896,02	1.896,02	0,00	1.896,02	1.896,02	1.896,02	1.896,02	18.546,24
Transferências do FUNDEC	42.465,58	38.459,86	33.885,06	41.641,42	42.024,92	39.529,71	38.229,73	36.236,25	37.957,88	39.283,24	39.275,26	40.441,96	478.880,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	2.895,90	7.189,85	2.815,74	14.893,91	54.483,76	18.921,74	2.660,23	11.059,00	713,80	3.442,82	1.729,32	120.766,07
DEDUÇÕES (II)	212.329,73	204.199,24	172.688,04	187.855,31	204.221,92	185.312,69	161.792,87	165.126,24	167.288,61	170.542,94	180.386,78	192.358,00	2.188.082,37
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	212.329,73	204.199,24	172.688,04	187.855,31	204.221,92	185.312,69	161.792,87	165.126,24	167.288,61	170.542,94	180.386,78	192.358,00	2.188.082,37
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.060.713,41	943.575,46	905.163,23	926.764,98	1.004.397,51	1.029.024,30	915.556,61	868.968,63	832.830,99	879.732,13	933.376,40	1.263.191,65	12.563.690,00

FONTE:

Marema, 08/01/2016

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADOR CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS 5º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	NADA A DECLARAR										

FONTE:

Marema, 06/11/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS 6º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

Marema, 08/01/2016

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL 5º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAREMA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	1.312.681,39	1.009.448,54	812.708,00	0,00	303.232,85
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.312.681,39	1.009.448,54	812.708,00	0,00	303.232,85
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.312.681,39	-1.009.448,54	-	-	-303.232,85

FONTE:

Marema, 06/11/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDJANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL 6º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAREMA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	1.226.458,68	945.065,71	945.065,71	0,00	281.392,97
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.226.458,68	945.065,71	945.065,71	0,00	281.392,97
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.226.458,68	-945.065,71	-	-	-281.392,97

FONTE:

Notas:

1 Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Marema, 08/01/2016

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPALSIDJANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 5º BIMESTRE 2015

Município de Mafreia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	270.160,00	270.160,00	292.439,22	108,25		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	30.800,00	30.800,00	41.288,49	134,05		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	35.200,00	35.200,00	37.422,36	106,31		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	110.000,00	110.000,00	74.526,69	67,75		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	90.200,00	90.200,00	135.810,63	150,57		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00		
Dívida Ativa dos Impostos	550,00	550,00	3.374,51	613,55		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.210,00	1.210,00	16,54	1,37		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.096.100,00	12.096.100,00	9.126.693,18	75,45		
Cota-Parte FPM	6.820.000,00	6.820.000,00	4.864.784,14	71,33		
Cota-Parte ITR	3.300,00	3.300,00	3.432,01	104,00		
Cota-Parte IPVA	176.000,00	176.000,00	170.502,71	96,88		
Cota-Parte ICMS	5.000.000,00	5.000.000,00	4.010.251,94	80,21		
Cota-Parte IPI-Exportação	70.400,00	70.400,00	62.548,18	88,85		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	26.400,00	26.400,00	15.174,20	57,48		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	26.400,00	26.400,00	15.174,20	57,48		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.366.260,00	12.366.260,00	9.419.132,40	76,17		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	646.570,00	646.570,00	537.850,15	83,19		
Provenientes da União	646.570,00	646.570,00	537.850,15	83,19		
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	647.672,00	647.672,00	537.850,15	83,04		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.676.546,50	2.993.491,28	2.438.958,01	81,48	1.976.406,05	66,02
Pessoal e Encargos Sociais	1.533.600,00	1.680.154,38	1.415.533,14	84,25	1.245.182,05	74,11
Outras Despesas Correntes	1.142.946,50	1.313.336,90	1.023.424,87	77,93	731.224,00	55,68
DESPESAS DE CAPITAL	84.402,00	102.093,76	39.053,00	38,25	7.276,00	7,13
Investimentos	84.402,00	102.093,76	39.053,00	38,25	7.276,00	7,13

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	84.402,00	102.093,76	39.053,00	38,25	7.276,00	7,13
	84.402,00	102.093,76	39.053,00	38,25	7.276,00	7,13
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.760.948,50	3.095.585,04	2.478.011,01	80,05	1.983.682,05	64,08
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/iv)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/iv)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	647.672,00	742.672,00	532.291,06	21,48	454.574,73	22,92
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	646.570,00	741.570,00	532.291,06	21,48	454.574,73	22,92
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.102,00	1.102,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	647.672,00	742.672,00	532.291,06	21,48	454.574,73	22,92
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.113.276,50	2.352.913,04	1.945.719,95	78,52	1.529.107,32	77,08
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						16,23
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						116.237,46

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANteriores PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.736.448,50	2.991.806,83	2.482.114,50	96,56	1.982.339,31	97,32
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	81.950,00	145.735,95	73.180,00	2,85	39.310,00	1,93
Vigilância Sanitária	11.000,00	27.359,00	3.442,41	0,13	3.442,41	0,17
Vigilância Epidemiológica	16.550,00	25.683,26	11.774,10	0,46	11.774,10	0,58
TOTAL	2.845.948,50	3.190.585,04	2.570.511,01	100,00	2.036.865,82	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Marema, 06/11/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPALSIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE 5º BIMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	278.410,00	278.410,00	294.089,78	105,62
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	42.240,00	42.240,00	42.935,59	101,65
1.1.1- IPTU	30.800,00	30.800,00	41.288,49	134,05
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.800,00	8.800,00	1.630,55	18,53
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	440,00	440,00	16,54	3,76
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	35.200,00	35.200,00	37.422,36	106,31
1.2.1- ITBI	35.200,00	35.200,00	37.422,36	106,31
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	110.770,00	110.770,00	77.901,20	70,33
1.3.1- ISS	110.000,00	110.000,00	74.526,69	67,75
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	550,00	550,00	3.374,51	613,55
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	220,00	220,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	90.200,00	90.200,00	135.810,63	150,57
1.4.1- IRRF	90.200,00	90.200,00	135.810,63	150,57
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.096.100,00	12.096.100,00	9.126.693,18	75,45
2.1- Cota-Parte FPM	6.820.000,00	6.820.000,00	4.864.784,14	71,33
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.820.000,00	6.820.000,00	4.864.784,14	71,33
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.000.000,00	5.000.000,00	4.010.251,94	80,21
2.3- ICMS-Desoneração – LC. nº87/1996	26.400,00	26.400,00	15.174,20	57,48
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	70.400,00	70.400,00	62.548,18	88,85
2.5- Cota-Parte ITR	3.300,00	3.300,00	3.432,01	104,00
2.6- Cota-Parte IPVA	176.000,00	176.000,00	170.502,71	96,88
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.374.510,00	12.374.510,00	9.420.762,96	76,13
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	130.190,00	130.190,00	89.318,58	68,61
5.1- Transferências do Salário-Educação	68.200,00	68.200,00	54.801,96	80,35
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.200,00	2.200,00	740,00	33,64
5.3- Transferências Diretas - PNAE	17.000,00	17.000,00	9.810,00	57,71
5.4- Transferências Diretas - PNATE	41.800,00	41.800,00	22.919,77	54,83
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	990,00	990,00	1.046,85	105,74
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60.003,00	60.003,00	41.825,08	69,70
6.1- Transferências de Convênios	60.003,00	60.003,00	41.825,08	69,70
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	268.400,00	268.400,00	99.465,29	37,06
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	458.593,00	458.593,00	230.608,95	50,29
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.419.220,00	2.419.220,00	1.825.337,59	75,45
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.364.000,00	1.364.000,00	972.958,55	71,33
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.000.000,00	1.000.000,00	802.049,44	80,20
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.280,00	5.280,00	3.034,82	57,48
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	14.080,00	14.080,00	12.509,88	88,85
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	660,00	660,00	686,40	104,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	35.200,00	35.200,00	34.100,50	96,88
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	554.400,00	554.400,00	401.044,05	72,34
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	550.000,00	550.000,00	399.173,75	72,58
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.400,00	4.400,00	1.870,31	42,51
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.869.220,00	-1.869.220,00	-1.426.163,94	76,30
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	497.640,00	497.640,00	396.096,97	79,60	390.062,35	78,38
13.1- Com Educação Infantil	147.640,00	147.640,00	68.962,88	46,71	62.928,26	42,62
13.2- Com Ensino Fundamental	350.000,00	350.000,00	327.134,09	93,47	327.134,09	93,47
14- OUTRAS DESPESAS	56.760,00	56.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	56.760,00	56.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	554.400,00	554.400,00	396.096,97	71,45	390.062,35	70,36
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						390.062,35
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						97,26
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						2,74
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³		3.093.627,50	3.093.627,50	2.355.190,74	76,13	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	286.540,00	297.540,00	132.295,62	44,46	122.791,52	41,27
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.267.267,50	1.289.382,50	1.088.154,97	84,39	1.034.629,63	80,24
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	406.760,00	406.760,00	327.134,09	80,42	327.134,09	80,42
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	860.507,50	882.622,50	761.020,88	86,22	707.495,54	80,16
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.553.807,50	1.586.922,50	1.220.450,59	76,91	1.157.421,15	72,93
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-1.426.163,84
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						1.870,31
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-1.424.293,53
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						2.581.714,68
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						27,40
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	68.750,00	68.750,00	50.773,00	73,85	49.644,36	72,21
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	122.543,00	311.250,12	189.382,67	60,85	160.815,08	51,67
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	191.293,00	380.000,12	240.155,67	63,20	210.459,44	55,38
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.745.100,50	1.966.922,62	1.460.606,26	74,26	1.367.880,59	69,54

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		399.173,75	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.870,31	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		401.044,06	0,00

Marema, 06/11/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE 6º BIMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	278.410,00	278.410,00	381.425,93	137,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	42.240,00	42.240,00	43.575,89	103,16
1.1.1- IPTU	30.800,00	30.800,00	41.751,38	135,56
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.800,00	8.800,00	1.807,77	20,54
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	440,00	440,00	16,54	3,76
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	35.200,00	35.200,00	43.806,16	124,45
1.2.1- ITBI	35.200,00	35.200,00	43.806,16	124,45
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	110.770,00	110.770,00	90.169,50	81,40
1.3.1- ISS	110.000,00	110.000,00	86.794,99	78,90
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	550,00	550,00	3.374,51	613,55
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	220,00	220,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	90.200,00	90.200,00	203.874,58	226,03
1.4.1- IRRF	90.200,00	90.200,00	203.874,58	226,03
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.096.100,00	12.096.100,00	10.990.408,19	90,86
2.1- Cota-Parte FPM	6.820.000,00	6.820.000,00	5.891.284,88	86,38
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.820.000,00	6.820.000,00	5.891.284,88	86,38
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.000.000,00	5.000.000,00	4.813.924,84	96,28
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	26.400,00	26.400,00	18.546,24	70,25
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	70.400,00	70.400,00	75.002,93	106,54
2.5- Cota-Parte ITR	3.300,00	3.300,00	3.521,46	106,71
2.6- Cota-Parte IPVA	176.000,00	176.000,00	188.147,84	106,90
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.374.510,00	12.374.510,00	11.371.834,12	91,90
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FUNDE	130.190,00	130.190,00	102.689,54	78,88
5.1- Transferências do Salário-Educação	68.200,00	68.200,00	63.973,57	93,80
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.200,00	2.200,00	740,00	33,64
5.3- Transferências Diretas - PNAE	17.000,00	17.000,00	10.894,00	64,08
5.4- Transferências Diretas - PNATE	41.800,00	41.800,00	25.747,99	61,60
5.5- Outras Transferências do FUNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDE	990,00	990,00	1.333,98	134,75
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60.003,00	60.003,00	50.976,97	84,96
6.1- Transferências de Convênios	60.003,00	60.003,00	50.976,97	84,96
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	268.400,00	268.400,00	358.411,03	133,54
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	458.593,00	458.593,00	512.077,54	111,66
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.419.220,00	2.419.220,00	2.198.082,37	90,86
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.364.000,00	1.364.000,00	1.178.252,86	86,38
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.000.000,00	1.000.000,00	962.785,96	96,28
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.280,00	5.280,00	3.709,22	70,25
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	14.080,00	14.080,00	15.000,80	106,54
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	660,00	660,00	704,28	106,71
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	35.200,00	35.200,00	37.629,45	106,90
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	554.400,00	554.400,00	481.005,06	86,76
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	550.000,00	550.000,00	478.890,97	87,07
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.400,00	4.400,00	2.114,09	48,05
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.869.220,00	-1.869.220,00	-1.719.191,40	91,97
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	497.640,00	497.640,00	475.583,25	95,57	475.583,25	95,57	0,00
13.1- Com Educação Infantil	147.640,00	147.640,00	135.577,20	91,83	135.577,20	91,83	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	350.000,00	350.000,00	340.006,05	97,14	340.006,05	97,14	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	56.760,00	56.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	56.760,00	56.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	554.400,00	554.400,00	475.583,25	85,78	475.583,25	85,78	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							475.583,25
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							98,87
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,13
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.093.627,50		3.093.627,50		2.842.958,53	91,90	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	286.540,00	285.040,00	270.556,09	94,92	270.556,09	94,92	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.267.267,50	1.319.382,50	1.237.067,24	93,76	1.237.067,24	93,76	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	406.760,00	406.760,00	340.006,05	83,59	340.006,05	83,59	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	860.507,50	912.622,50	897.061,19	98,29	897.061,19	98,29	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.553.807,50	1.604.422,50	1.507.623,33	93,97	1.507.623,33	93,97	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-1.719.191,40
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							2.114,09
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-1.717.077,31
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)							3.224.700,64
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							28,36
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	68.750,00	68.750,00	49.644,36	72,21	49.644,36	72,21	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	122.543,00	311.250,12	184.436,59	59,26	184.436,59	59,26	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	191.293,00	380.000,12	234.080,95	61,60	234.080,95	61,60	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.745.100,50	1.984.422,62	1.741.704,28	87,77	1.741.704,28	87,77	0,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		478.890,97	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.114,09	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		481.005,06	0,00

Marema, 08/01/2016

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

FONTE:

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³Caput do art. 212 da CF/1988⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 5º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00

APORTES REALIZADOS

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		0,00
Plano Financeiro		0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00
Plano Previdenciário		0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Valor		0,00
-------	--	------

BENS E DIREITOS DO RPPS

PERÍODO DE REFERÊNCIA

	2015	2014
Caixa	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2015		2014
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2015
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			Até o Bimestre/2014
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (MII)	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)			

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Marema, 06/11/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL	SIDIANE FÁTIMA PERIM
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC-SC 023004/O-3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 6º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-
APORTES REALIZADOS								
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
RESERVA ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2015		2014
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre/2015 Até o Bimestre/2014
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de Marema - SC
 Continuação 4/4
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-						
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Marema, 08/01/2016

MARCOS PEDRO BATISTEL PREFEITO MUNICIPAL	SIDIANE FATIMA PERIM CONTADORA CRC-SC 023004/O-4
---	---

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL 5º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Ago 2015 (B)	Em 31 Out 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	399.615,60	243.175,89	204.065,97
DEDUÇÕES (II)	1.589.916,93	1.444.175,74	1.320.798,84
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.594.531,71	1.444.175,74	1.320.798,84
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.614,78	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.190.301,33	-1.200.999,85	-1.116.732,87
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.190.301,33	-1.200.999,85	-1.116.732,87

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2015 (C - A)
VALOR	84.266,98	73.568,46

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Ago 2015 (B)	Em 31 Out 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Marema, 06/11/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL 6º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	399.615,60	204.065,97	164.956,05
DEDUÇÕES (II)	1.589.916,93	1.320.798,84	1.000.419,94
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.594.531,71	1.320.798,84	1.000.419,94
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.614,78	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.190.301,33	-1.116.732,87	-835.463,89
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.190.301,33	-1.116.732,87	-835.463,89

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
VALOR	281.268,98	354.837,44

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Marema, 08/01/2016

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO 5º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.286.890,00	9.239.472,78	8.827.658,75
Receita Tributária	310.750,00	308.209,46	178.090,27
I.P.T.U.	30.800,00	41.288,49	35.482,40
I.S.S.	110.000,00	74.526,69	73.405,22
I.T.B.I.	35.200,00	37.422,36	26.993,99
I.R.R.F.	90.200,00	135.810,63	29.995,11
Outras Receitas Tributárias	44.550,00	19.161,29	12.213,55
Receita de Contribuição	37.400,00	25.527,05	22.630,69
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	37.400,00	25.527,05	22.630,69
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	69.800,00	127.284,47	90.089,24
(-) Aplicações Financeiras	69.800,00	127.284,47	90.089,24
Transferências Correntes	11.642.510,00	8.660.584,80	8.432.256,27
F.P.M.	5.456.000,00	3.891.827,59	3.697.498,15
I.P.V.A	140.800,00	136.402,21	119.780,60
I.C.M.S.	4.000.000,00	3.208.202,50	3.045.315,68
Convênios	92.000,00	101.225,08	87.301,02
Outras Transferências Correntes	1.953.710,00	1.322.927,42	1.482.360,82
Demais Receitas Correntes	296.230,00	245.151,47	194.681,52
Dívida Ativa	23.100,00	8.639,97	19.457,08
Diversas Receitas Correntes	273.130,00	236.511,50	175.224,44
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17,00	174.468,83	1.719.745,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	178.800,00
Transferências de Capital	17,00	174.468,83	1.540.945,00
Convênios	17,00	174.468,83	1.540.945,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17,00	174.468,83	1.540.945,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.286.907,00	9.413.941,61	10.368.603,75

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.438.104,54	10.037.465,43	9.306.862,03	8.949.367,16	8.312.855,34
Pessoal e Encargos Sociais	6.647.737,68	5.111.066,94	4.645.456,23	4.878.340,70	4.598.427,83
Juros e Encargos da Dívida (IX)	42.000,00	37.623,34	60.523,89	36.961,90	60.129,63
Outras Despesas Correntes	5.748.366,86	4.888.775,15	4.600.881,91	4.034.064,56	3.654.297,88
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.396.104,54	9.999.842,09	9.246.338,14	8.912.405,26	8.252.725,71
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.605.695,15	1.067.777,24	2.402.921,18	821.232,80	1.815.991,55
Investimentos	1.369.695,15	872.227,61	2.207.471,98	625.683,17	1.620.542,35
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	235.000,00	195.549,63	195.449,20	195.549,63	195.449,20
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.370.695,15	872.227,61	2.207.471,98	625.683,17	1.620.542,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	22.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.788.799,69	10.872.069,70	11.453.810,12	9.538.088,43	9.873.268,06

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.501.892,69	-1.458.128,09	-1.085.206,37	-124.146,82	495.335,69
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

Marema, 06/11/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO 6º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.286.890,00	11.416.256,45	11.152.969,62		
Receita Tributária	310.750,00	395.388,40	376.282,78		
I.P.T.U.	30.800,00	41.751,38	36.551,47		
I.S.S.	110.000,00	86.794,99	101.194,20		
I.T.B.I.	35.200,00	43.806,16	33.933,99		
I.R.R.F.	90.200,00	203.874,58	191.846,45		
Outras Receitas Tributárias	44.550,00	19.161,29	12.756,67		
Receita de Contribuição	37.400,00	31.966,47	27.208,73		
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00		
Outras Contribuições	37.400,00	31.966,47	27.208,73		
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	69.800,00	147.068,85	110.774,53		
(-) Aplicações Financeiras	69.800,00	147.068,85	110.774,53		
Transferências Correntes	11.642.510,00	10.718.457,64	10.498.457,28		
F.P.M.	5.456.000,00	4.713.012,22	4.522.990,49		
I.C.M.S.	4.000.000,00	3.851.138,88	3.757.182,13		
Convênios	92.000,00	136.450,63	100.580,45		
Outras Transferências Correntes	2.094.510,00	2.017.855,91	2.117.704,21		
Demais Receitas Correntes	296.230,00	270.443,94	251.020,83		
Dívida Ativa	23.100,00	9.285,93	20.599,11		
Diversas Receitas Correntes	273.130,00	261.158,01	230.421,72		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17,00	196.218,59	1.822.094,06		
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Ativos (V)	0,00	27.500,00	178.800,00		
Transferências de Capital	17,00	168.718,59	1.643.294,06		
Convênios	17,00	168.718,59	1.643.294,06		
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17,00	168.718,59	1.643.294,06		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.286.907,00	11.584.975,04	12.796.263,68		
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.678.501,69	11.239.094,69	10.391.122,76	11.232.383,21	7.075,60
Pessoal e Encargos Sociais	6.629.178,41	6.252.697,63	5.842.458,14	6.252.697,63	0,00

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.678.501,69	11.239.094,69	10.391.122,76	11.232.383,21	10.384.047,16	6.711,48	7.075,60
Juros e Encargos da Dívida (IX)	42.048,35	42.034,80	69.669,99	42.034,80	69.669,99	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.007.274,93	4.944.362,26	4.478.994,63	4.937.650,78	4.471.919,03	6.711,48	7.075,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.636.453,34	11.197.059,89	10.321.452,77	11.190.348,41	10.314.377,17	6.711,48	7.075,60
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.391.472,44	1.006.716,41	2.274.553,12	1.006.716,41	2.176.257,13	0,00	98.295,99
Investimentos	1.156.472,44	772.056,86	2.039.994,00	772.056,86	1.941.698,01	0,00	98.295,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	235.000,00	234.659,55	234.559,12	234.659,55	234.559,12	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.156.472,44	772.056,86	2.039.994,00	772.056,86	1.941.698,01	0,00	98.295,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	22.000,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.814.925,78	11.969.116,75	12.361.446,77	11.962.405,27	12.256.075,18	6.711,48	105.371,59
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.528.018,78	-384.141,71	434.816,91	-377.430,23	540.188,50	11.578.263,56	12.690.892,09
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	1.015.089,96	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	907.839,96	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	107.250,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA							0,00

FONTE:

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Marema, 08/01/2016

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO 5º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

REO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00
		PODER/ÓRGÃO															
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidadas	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)				
Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014														
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	EXECUTIVO	-	4.614,78	4.614,78	-	-	-	105.371,59	97.459,92	-	7.911,67	7.911,67					
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	4.614,78	4.614,78	0,00	0,00	0,00	105.371,59	97.459,92	0,00	7.911,67	7.911,67					
	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	0,00	4.614,78	4.614,78	0,00	0,00	0,00	105.371,59	97.459,92	0,00	7.911,67	7.911,67					
	DEPTO. DE DESENV. COMUNITARIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.490,00	21.490,00	0,00	0,00	0,00					
	DEPTO. DE INFRAESTRUTURA	0,00	4.614,78	4.614,78	0,00	0,00	0,00	75.799,46	75.799,46	0,00	0,00	0,00					
	FUNDO MUN. DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.006,53	0,00	0,00	1.006,53	1.006,53					
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171,00	0,00	0,00	171,00	171,00					
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.904,60	170,46	0,00	6.734,14	6.734,14					
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	4.614,78	4.614,78	0,00	0,00	0,00	105.371,59	97.459,92	0,00	7.911,67	7.911,67					

FONTE:

Marema, 06/11/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPALSIDJANE FATIMA PERIM
CONTADOR ORÇ-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO 6º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014			Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA										
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	0,00	4.614,78	0,00	0,00	0,00	105.371,59	97.459,92	7.911,67	0,00	0,00
DEPTO. DE DESENV. COMUNITARIO	0,00	4.614,78	0,00	0,00	0,00	105.371,59	97.459,92	7.911,67	0,00	0,00
DEPTO. DE INFRAESTRUTURA	0,00	4.614,78	0,00	0,00	0,00	21.490,00	21.490,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.799,46	75.799,46	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.006,53	0,00	1.006,53	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171,00	0,00	171,00	0,00	0,00
	-	-	-	-	-	6.734,14	170,46	6.734,14	-	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	4.614,78	0,00	0,00	0,00	105.371,59	97.459,92	7.911,67	0,00	0,00

FONTE:

Marema, 08/01/2016

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		12.370.787,00	
Previsão Atualizada		12.370.787,00	
Receitas Realizadas		9.553.735,96	
Déficit Orçamentário		216.864,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		875.250,06	
DESPESAS			
Dotação Inicial		12.356.707,00	
Créditos Adicionais		1.709.092,69	
Dotação Atualizada		14.065.799,69	
Despesas Empenhadas		11.105.242,67	
Despesas Liquidadas		9.770.599,96	
Despesas pagas		9.770.599,96	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		11.105.242,67	
Despesas Liquidadas		9.770.599,96	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		11.712.753,41	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	73.568,46
Resultado Primário		0,00	-124.146,82
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	105.371,59	0,00	97.459,92
EXECUTIVO	105.371,59	0,00	97.459,92
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.614,78	0,00	4.614,78
EXECUTIVO	4.614,78	0,00	4.614,78
TOTAL:	109.986,37	0,00	102.074,70
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.581.714,68	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		390.062,35	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		821.232,80	784.462,35

Continua 1/2

Município de Marema - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00		110,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.529.107,32	15,00		16,23
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Marema, 06/11/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 6º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		12.356.707,00		
Previsão Atualizada		12.356.707,00		
Receitas Realizadas		11.759.543,89		
Déficit Orçamentário		486.267,21		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.015.089,96		
DESPESAS				
Dotação Inicial		12.356.707,00		
Créditos Adicionais		1.735.267,13		
Dotação Atualizada		14.091.974,13		
Despesas Empenhadas		12.245.811,10		
Despesas Liquidadas		12.239.099,62		
Despesas pagas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		6.711,48		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		12.245.811,10		
Liquidadas		12.239.099,62		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		6.711,48		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		11.563.325,30		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	354.837,44	0,00
Resultado Primário		0,00	-384.141,71	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	105.371,59	7.911,67	97.459,92	0,00
EXECUTIVO	105.371,59	7.911,67	97.459,92	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.614,78	0,00	4.614,78	0,00
EXECUTIVO	4.614,78	0,00	4.614,78	0,00
TOTAL:	109.986,37	7.911,67	102.074,70	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.224.700,64	25%	28,36
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		475.583,25	60%	98,87
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.006.716,41	384.756,03	

Continua 1/2

Município de Marema - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		27.500,00		-27.500,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00		110,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre		
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.949.791,85	15,00		
		17,15			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Marema, 08/01/2016

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS 5º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/MÊS OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREVISO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R\$ 1,00				
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)				
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	110,00	13.208,07	-13.098,07				
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00				
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00				
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	110,00	13.208,07	-13.098,07				
TOTAL	110,00	13.208,07	-13.098,07				
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,00
Investimentos	110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,00
TOTAL	110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)	
	0,00		13.208,07				13.208,07
FONTE:							

Marema, 06/11/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS 6º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				R\$ 1,00	
RECEITA DE CAPITAL								
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		110,00		43.209,97			-43.099,97	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00		0,00			0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00		27.500,00			-27.500,00	
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA		110,00		15.709,97			-15.599,97	
TOTAL		110,00		43.209,97			-43.099,97	
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital		110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,00
Investimentos		110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,00
TOTAL		110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)	
		0,00					43.209,97	
FONTE:								

Marema, 08/01/2016

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

Massaranduba

PREFEITURA

CO 06.2016 (FMS) - ANDRÉ ISOLANI DE SOUZA MOSER

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 06/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA E ANDRÉ ISOLANI DE SOUZA MOSER.

Por este instrumento particular de locação de prestação de serviço em que celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 11.231.203/0001-05, com sede a Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela gestora, Sra. SUZANE E. F. REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339.87, e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, doravante denominados CONTRATANTES, e de outro lado, Sr. ANDRÉ ISOLANI DE SOUZA MOSER, inscrito no CPF sob o nº 050.697.569-07, doravante denominada CONTRATADO, conforme edital de CREDENCIAMENTO Nº 02/2015, onde as partes de comum acordo tem justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente edital tem por finalidade o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas interessadas na prestação de serviços médicos de baixa e média complexidade no Hospital Municipal deste município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

2.1. Responsabiliza-se por quaisquer danos pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros.

2.2. Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais, encargos sociais, transporte e alimentação, manutenção em geral.

2.3. Obriga-se a exercer seus serviços com zelo e dedicação, atendendo bem e com presteza a clientela que lhe procurar, devendo levar ao conhecimento do responsável Do Fundo Municipal de Saúde, eventuais falhas, sugestões ou irregularidades verificadas no local do serviço.

2.4. Atender os agendamentos e convocações que lhe forem comunicados pelo Hospital Municipal.

2.5. Prestar os serviços dentro das normas, procedimentos, parâmetros e rotinas estabelecidos pelos órgãos fiscalizadores e legislação vigente.

2.6. Manter meios de contato atualizados para que o Hospital possa realizar os agendamentos e convocações.

2.7. Emitir a nota fiscal/fatura dos serviços prestados, a qual deverá ser apresentada juntamente com a relação dos serviços realizados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

3.1. Pela locação dos serviços prestados, a contratante pagará ao contratado mediante apresentação da nota fiscal do serviço, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da locação da prestação dos serviços.

3.2. Receber a documentação do interessado no credenciamento e,

se homologado, realizar o cadastramento do mesmo.

3.3. Agendar os procedimentos médicos e comunicar ao credenciado.

3.4. Notificar o credenciado de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços ou descumprimento de obrigação.

3.5. Fiscalizar a execução dos serviços objeto do credenciamento.

3.6. Facilitar todos seus meios para a prestação dos serviços, inclusive dando acesso aos médicos credenciados às suas instalações onde serão realizados os procedimentos.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O preço da cirurgia será de acordo com a tabela do SUS.

4.2. O preço da consulta (oftalmologista) será de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) conforme exposto no edital.

4.3. O valor da consulta será devido apenas para o médico que irá proceder à cirurgia.

4.4. É vedado ao credenciado cobrar diretamente do paciente do Hospital qualquer importância a título de honorários ou serviços prestados concernentes aos procedimentos objeto do termo de credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1. O valor da consulta/cirurgia será reajustado conforme reajuste do SUS.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Pela locação dos serviços prestados, a contratante pagará ao contratado mediante apresentação da nota fiscal do serviço, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da locação da prestação dos serviços, através de depósito em conta bancária do credenciado.

6.2. Para efetivação do pagamento, o credenciado deverá estar em situação regular no cumprimento dos encargos sociais e tributários instituídos por lei.

6.3. A entrega tardia da documentação de cobrança e/ou de sua correção, não gera direito à atualização monetária do preço dos serviços prestados.

6.4. Nenhum pagamento será realizado ao contratado sem o devido atesto da regularidade da prestação do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

7.1. O presente contrato terá validade a partir da data de sua assinatura, expirando-se em 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovado mediante concordância das partes, de acordo com o previsto no art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação:

06.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.02 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

2103 – Manutenção do Hospital Municipal

33903630 – SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS
10200 – Receita de Impostos e Transf. Imp. Saúde

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nos seguintes casos:

9.1.1. Pelo inadimplemento de quaisquer das partes.

9.1.2. Transferir o contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da contratante.

9.1.3. Interromper o fornecimento da locação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a contratante.

9.1.4. Por aviso escrito e assinado, com prazo mínimo de trinta dias, ou de comum acordo, reduzindo o prazo acima, sem que isso venha a trazer prejuízo ao objeto do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Este contrato, o edital de CREDENCIAMENTO Nº 02/2015 e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado válido.

10.2. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 04 de janeiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
SUZANE E. F. REINKE		MARIO FERNANDO REINKE
CONTRATANTE		CONTRATANTE
ANDRÉ ISOLANI DE SOUZA MOSER		
CONTRATADO		
TESTEMUNHAS:		
CÍRIO MARTINI	MAYARA R. MARTINA	
CPF: 452.293.509-97	CPF: 92.860.619-86	

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 035/2016

DECRETO Nº 035/2016 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CRISTIANE FUZINATO, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO DE MODELO, EDITAL Nº 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em Exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.198/2015 em especial o Edital de Concurso Público nº 001/2015, do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 110/2015 em 06.04.2015, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando a abertura de vagas pelo Departamento Municipal de Educação e necessidade de provimento,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir desta data, a Sra. CRISTIANE FUZINATO, portadora do CPF nº 040.079.799-28, RG nº 4.910.750-0, aprovada no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC, Edital nº 001/2015, para o cargo de PROFESSOR ENSINO SUPERIOR, Habilitação: Educação Infantil, nível 4 referência "A" da Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, carga horária de 20 horas semanais, com lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC, percebendo a remuneração do quadro conforme estabelecido em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 03 de fevereiro de 2016.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

TERMO DE POSSE Nº 002/2016 – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2015

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 035/2016

CARGO: Professor Ensino Superior

Aos três de fevereiro de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC compareceu a Sra. CRISTIANE FUZINATO, portadora do CPF nº 040.079.799-28, RG nº 4.910.750-0, nomeada a fim de tomar posse no cargo de PROFESSOR ENSINO SUPERIOR, com lotação no Departamento Municipal de Educação, conforme especificado pelo Decreto nº 035/2016.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional competente onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão,

disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo/SC, aos 03 de fevereiro de 2016.
CRISTIANE FUZINATO
Servidora

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 004/2015 AO CONTRATO ADM Nº 013/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 004/2015 AO CONTRATO ADM Nº 013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
CONTRATADO: SERGIO MIGUEL FERNANDES

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aditado o contrato nº 013/2014, constante da Cláusula Quarta, nos termos do parágrafo primeiro do art. 65 da Lei 8.666/93, o prazo de vigência do contrato de prestação de serviços para o ano letivo de 2016, por conveniência administrativa e de comum acordo entre as partes.

Modelo (SC), 03 de fevereiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 041/2016

PORTARIA Nº 041/2016 de 01.02.2016

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CARINE DE ASSIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em Exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído à Servidora Pública Municipal CARINE DE ASSIS, nomeada pelo Decreto nº 030/2016, o exercício das funções do cargo efetivo de Psicólogo (a), carga horária de 30 horas semanais, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), ao 01 de fevereiro de 2016.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESAS REGISTRADAS: PEARSON EDUCATION DO BRASIL S.A. - VALOR REGISTRADO R\$ 56.724,00.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de material pedagógico para o 6º e 7º ano do Ensino Fundamental da Rede de Ensino Fundamental no Município de Mondaí – SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 002/2016

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 27 de janeiro de 2017.

Mondaí – SC, 28 de janeiro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO Nº. 006/2016 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: CLÍNICA DE MARCO EIRELI

OBJETO: Contratação, para o exercício de 2016 e/ou subsequentes, de Pessoas Jurídicas para realização de cirúrgicos de ortopedia para atendimento de usuários do SUS, em consultório particular, para atender a questões específicas de pacientes encaminhados pelo MUNICÍPIO DE MONDAÍ.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 001/2016.

VALOR: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 29 de janeiro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO Nº. 008/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: TRANSPORTES SERNI LTDA

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para recolhimento, transporte e deposição final de lixo (feragens, louças e alumínio, móveis e eletrodomésticos sucateados, embalagens e resíduos em agricultura, sacos plásticos e outros materiais têxteis), coletados/recolhidos no Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 15/2015.

VALOR: Até R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 28 de janeiro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em Exercício

Monte Carlo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N 09/2016 FS INDUSTRIA

PREGAO PRESENCIAL 04/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2016

Aos tres dias do mes e ano corrente, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: FS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA ,pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de VIDEIRA-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.434.746/0001-52, neste ato representada por: EDSON FRANCISCO RITTER, cpf nº 776.580.869-91, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO NA FORMA PARCELADA DE UNIFORMES E OUTROS conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	R\$/UND	R\$/TOTAL
14	1.000,00	UN	Boné, cor e logo conforme campanha a ser divulgada.	10,99	10.990,00
15	6.000,00	UND	Sacolas porta lixo para carro em TNT cor e logo conforme campanha a ser divulgada	2,34	14.040,00
23	1.000,00	UND	CAMISETAS INFANTIL- Camiseta, manga curta, 50% algodão e 50% polivisco- se, logo e cor conforme campanha a ser divulgada,tama- nho:06,08,10,12,14,16,P,M e G	13,45	13.450,00

24	200,00	UND	JALECOS- feminino - Em tecido com aproximadamente 50% poliéster e 50% algodão, na cor branca, aberto na frente com 5 botões e 5 caseados no sentido horizontal, com mangas curtas, com gola, com dois bolsos chapados na parte inferior (frente direita e frente esquerda).Com Bordado do brasão do Município de Monte Carlo na lateral direita do peito. Tamanho adulto: P, M, G e GG.	38,45	7.690,00
TOTAL : 46.170,00					

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

5.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6 CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a);ALCIONE ROBERTO BUYNO portador do cpf nº 543.529.679-04 como fiscal do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e

verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

7.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

8 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
 - c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - d) Tiver presentes razões de interesse público;
 - e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- § 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- § 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 04/2016, Pregão Presencial nº 04/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 03/FEVEREIRO/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 03 de Fevereiro de 2016
MUNICIPIO DE MONTE CARLO
MARCOS N. C. SIQUEIRA

FS I.C.UNIFORMES LTDA
EDSON F. RITTER

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:ALCIONE ROBERTO BUYNO-543.529.679-04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2016 LUAN BRANCO BORSATO

PREGAO PRESENCIAL 3/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2016

Aos vinte e oito dias do mes e ano correntes, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: LUAN BRANCO BORSATO, pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 97.549.299/0001-70, neste ato representada por: LUAN BRANCO BORSATO, cpf nº 075.426.939-64, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIÇOS DE BALANCEAMENTO E GEOMETRIA EM VEICULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO

conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	R\$/UND	R\$/TOTAL
01	150,00	SER	SERVIÇOS DE GEOMETRIA EM VEICULOS LEVES E ME-DIOS(37928)	53,00	7.950,00
02	250,00	SER	SERVIÇOS DE BALANCEAMENTO DE RODAS EM VEICULOS LEVES E MEDIOS(37927)	8,50	2.125,00
TOTAL GERAL : 10.075,00					

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

5.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6 CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.
- 6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.
- 7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.
- 6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.
- 6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.
- 6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.
- 6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.
- 6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
- 6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.
- 6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.
- 6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- 6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
- 7.13.1 – FICA definida a pessoa do Sr (a); AELTON GOMES DE CAMPOS portador do cpf nº 866.022.099-49 Como fiscal do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e Verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.
- 7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 7.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.
- 7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.
- 7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
- 7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
- 7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes

4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

8 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 3/2016, Pregão Presencial nº 3/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/outubro/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.
duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 03 de Fevereiro de 2016

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

LUAN BRANCO BORSATO

LUAN B. BORSATO

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: AELTON GOMES DE CAMPOS -866.022.099-49

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016 FRAIVEST

PREGAO PRESENCIAL 04/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2016

Aos tres dias do mes e ano corrente, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: FRAI VEST INSDÚSTRIA E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA- ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de FRAIBURGO-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 09.250.167/0001-85, neste ato representada por: FIORELO ADILSON MAZUTTI, cpf nº 560.703.149-72, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO NA FORMA PARCELADA DE UNIFORMES E OUTROS conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens

abaixo descritos:

ITEM	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	R\$/UND	R\$/TOTAL
13	4.000,00	UN	Camiseta, manga curta, 50% algodão e 50% poliviscose, logo e cor conforme campanha a ser divulgada, tamanho:PP,P,M,G e GG.	13,78	55.120,00
TOTAL : 55.120,00					

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

5.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6 CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a);ALCIONE ROBERTO BUYNO portador do cpf nº 543.529.679-04 como fiscal do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

7.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

8 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às

disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 04/2016, Pregão Presencial nº 04/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 03/FEVEREIRO/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 03 de Fevereiro de 2016
MUNICIPIO DE MONTE CARLO
MARCOS N. C. SIQUEIRA

FRAIVEST UNIFORMES
FIORELO A MAZUTTI

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:ALCIONE ROBERTO BUYNO-543.529.679-04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016 SUPERA

PREGAO PRESENCIAL 04/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2016

Aos tres dias do mes e ano corrente, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: SUPERA UNIFORMES IND. COM. TEXTIL LTDA –EPP,pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de CAÇADOR-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 82.112.475/0001-34, neste ato representada por: GEAN DA SILVA MENA, cpf nº 019.511.60-080, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO NA FORMA PARCELADA DE UNIFORMES E OUTROS conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados

parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	R\$/UND	R\$/TOTAL
01	100,00	UN	Calça em tadel forrada, na cor cinza, com listra na lateral branca e vermelha, com bolso, nos tamanhos: PP,P,M,G,GG.	42,65	4.265,00
02	100,00	UN	Jaqueta em tadel forrada, na cor cinza, com bordado na frente: Renascer 3ª idade Monte Carlo, nas costas: Município de Monte Carlo; Desenho coração com o rosto de idosos, mais abaixo bordado Secretaria de Assistência Social, nos tamanhos : PP,P,M,G,GG.	69,00	6.900,00
03	100,00	UND	Camiseta gola polo, manga curta, na cor branca, com mangas e gola cinza, com serigrafia nas costas, nos tamanhos: PP,P,M,-G,GG	34,70	3.470,00
5	10,00	UND	Jaquetas tadel forrada, bordado na frente o símbolo da secretaria assistência social, na cor a combinar nos tamanhos PP,P,M,G E GG.	71,60	716,00

8	6,00	UN	Jaquetas tactel forrada, bordado na frente o símbolo do cadastro único, na cor a combinar nos tamanhos PP,P,M,G E GG.	72,00	432,00
11	15,00	UN	Jaquetas tactel forrada, bordado na frente o símbolo do CRAS, na cor a combinar nos tamanhos PP,P,M,G E GG.	72,00	1.080,00
16	100,00	UN	Calça colegial em malha adidas marrom, duas listras laranja nas laterais, com bolsos e elástico. Tamanho: 06,08,10,12,14,16,P,M e G.	30,50	3.050,00
17	100,00	UN	Calça marrom bailarina cós largo, mais fechada embaixo, malha adidas uma listra laranja nas laterais. Tamanhos: 06,08,10,12,14 e 16, P, M E G	31,00	3.100,00
18	100,00	UN	Bermuda em malha adidas marrom, duas listras laranjas nas laterais, bolso com elástico. Tamanhos: 06,08,10,12,14,16,P,M e G.	20,80	2.080,00
19	100,00	UND	Camiseta PA laranja, com gola e ribana das mangas em marrom, na frente serigrafado: Secretaria Municipal de Assistência Social-Monte Carlo/SC,com medidas 8.5cmx4cm, nas costas serigrafado: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-Luz da Sabedoria, com medidas 27cmx15cm,abaixo o logotipo na medida 25cmx16cm. Tamanhos:06,08,10,12,14,16,P,M e G.	15,50	1.550,00

20	100,00	UND	Jaqueta colegial adidas marrom, com bolso convencional, zíper até acima da gola, listras laranjas nas mangas, na frente serigrafia em branco: Secretaria Municipal de Assistência Social-Monte Carlo/SC, medindo 8.5cmx4cm, nas costas serigrafia em branco: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-Luz da Sabedoria, medida 27cmx15cm e logotipo na medida 25cmx16cm. Tamanhos: 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G	40,00	4.000,00
21	15,00	UND	Colete, tecido poliéster, com dois bolsos na frente, com bordado nas costas ESCRITO (Conselho Tutelar Monte Carlo), brasão do município bordado na frente, no lado esquerdo e logo abaixo a escrita em bordado (Conselheiro Tutelar), fechamento frontal com zíper, colete na cor azul marinho. Letras bordadas em branco. Detalhes em branco conforme foto. Tamanho P, M, G	39,75	596,25
22	10,00	UND	Colete, tecido poliéster, com dois bolsos na frente, com bordado nas costas ESCRITO (CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – Monte Carlo), de acordo com modelo em anexo. Brasão do município bordado na frente, no lado esquerdo e logo abaixo a escrita em bordado (CMDCA), fechamento frontal com zíper, colete na cor VERDE ESCURO. Letras bordadas em branco. Detalhes em branco conforme foto em anexo. Tamanho P, M, G	40,00	400,00

25	100,00	UND	CAMISSETAS INFANTIL- Camiseta, manga curta, 50% algodão e 50% poliviscose, logo e cor conforme campanha a ser divulgada, tamanho:06,08,10,12,14,16,P,M e G	29,75	2.975,00
26	100,00	UND	UNIFORME COMPLETO PARA JOGO, MASCULINO COM CAMISA, CALÇÃO E MEIA COM SERIGRAFIA DE NUMERAÇÃO E TIMBRE DO MUNICÍPIO	50,00	5.000,00
27	250,00	UND	UNIFORME PARA TREINO COM LOGO DA PREFEITURA SENDO CALÇÃO E CAMISETA EM TAMANHOS 08/10/12/14/16 P/M/G	35,00	8.750,00
28	12,00	UND	UNIFORMES PARA PROFESSORAS E PARTE ADMINISTRATIVA CALÇÃO E CAMISETA	55,00	660,00
29	60,00	UND	COLETES PARA TREINO	16,80	1.008,00
32	30,00	UND	CAMISETA VERMELHA(PADRAO DE BOMBEIRO COMUNITARIO SC)	18,90	567,00
TOTAL : 50.599,25					

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

5.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6 CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização

das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a);ALCIONE ROBERTO BUYNO portador do cpf nº 543.529.679-04 como fiscal do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e

verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

7.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento

8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

8 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 04/2016, Pregão Presencial nº 04/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 03/FEVEREIRO/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.
duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 03 de Fevereiro de 2016
MUNICIPIO DE MONTE CARLO
MARCOS N. C. SIQUEIRA

SUPERA U.I.C.TLTD-EPP
GEAN DA SILVA MENA

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: ALCIONE ROBERTO BUYNO-543.529.679-04

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CONFORME LEI 11.947/2009, PARA COMPOR MERENDA ESCOLAR NO ANO LETIVO DE 2016.

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública para Aquisição de Alimentação Escolar, em cumprimento do estabelecido pela Lei 11.947/2009, Resolução nº. 38/2009 do Ministério da Educação, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013; para o ano de 2016. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preço, a partir das 12:00 horas do dia 03/fevereiro/2016 até às 13:20 horas do dia 19/fevereiro/2016, com abertura da sessão no dia 19/fevereiro/2016 as 13:30 horas na sala de reunião na Prefeitura Municipal, situada à Rodovia SC 452, Km 24 – centro.

1. OBJETO

O objeto da presente é a Aquisição de Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar, para ano letivo de 2016, conforme especificações do Anexo V desta Chamada Pública, pelo menor preço unitário.

2. DATA, LOCAL E HORA PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES.

Até o dia, hora, e local mencionados no preâmbulo deste Edital, os interessados entregarão dois envelopes distintos, sendo um de documentação

– HABILITAÇÃO e outro de PROPOSTA DE PREÇOS.

3. ENVELOPE Nº. 01 – HABILITAÇÃO – GRUPO FORMAL DE AGRICULTORES FAMILIARES.

3.1 – Os proponentes deverão apresentar no Envelope nº 01 – HABILITAÇÃO

– GRUPO FORMAL,

os documentos abaixo enumerados, sob pena de inabilitação:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica para associações e cooperativas;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal

d) Prova de Regularidade com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);

e) Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

f) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;

g) Para produtos de origem animal, apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, podendo ser municipal, estadual ou federal.

4. ENVELOPE Nº. 01 – HABILITAÇÃO – GRUPO INFORMAL DE AGRICULTORES FAMILIARES

4.1 – Os proponentes deverão apresentar no Envelope nº 01 – HABILITAÇÃO

– GRUPO INFORMAL, os documentos abaixo enumerados, sob pena de inabilitação:

- a) Cópia e original de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF), ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação escolar (Anexo V, Resolução nº. 38/2009) elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes;
- d) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

5. ENVELOPE Nº. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 – No Envelope nº. 02 deverá conter a Proposta de Preços, ao que se segue:

- a) Ser formulada em 01 (uma) via, contendo a identificação do GRUPO INFORMAL ou FORMAL, datada, assinada por seu representante legal;
- b) Discriminação completa dos gêneros alimentícios ofertados, conforme especificações e condições do Anexo I;
- c) Preço unitário de cada item (algarismo), devendo ser cotado em Real e com até duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).

6- CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 - Serão consideradas as propostas classificadas, que preencham as condições fixadas nesta Chamada Pública.

6.2 - Cada grupo de fornecedores (forma e/ou informal) deverá obrigatoriamente, ofertar sua quantidade de alimentos, com preço unitário, observando as condições fixadas nesta Chamada Pública.

6.3 - A Comissão Permanente de Licitação classificará as propostas, considerando-se a ordenação crescente dos valores.

7. LOCAL DE ENTREGA E PERIODICIDADE

7.1 - Os produtos deverão ser entregues semanalmente nas escolas de acordo com o cronograma expedido pelo Setor de Merenda Escolar, durante o ano de 2016, na qual se atestará o seu recebimento.

7.2 - A pontualidade na entrega das mercadorias para as escolas está vinculada ao cumprimento do Cardápio Nutricional. A não pontualidade na entrega das mercadorias implicará no prejuízo da execução do cardápio e consequentes transtornos no balanceamento nutricional.

8 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1 - As mercadorias serão devolvidas no ato da entrega se não

corresponderem à quantidade exigida no Edital. De acordo com a Lei nº 8135/1990 "é configurado como crime misturar gêneros de qualidade desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os de mais alto custo ou entregar materiais impróprios ao consumo" (artigo 7º, incisos III e IX).

8.2 - As verduras e legumes deverão ser de boa qualidade, com tamanho médio padronizado.

8.3 - As hortaliças deverão estar frescas, inteiras e sãs, no ponto de maturação adequado para consumo.

8.4 - As folhas deverão se apresentar intactas e firmes.

8.5 - Deverão estar isentas de:

8.5.1- Substâncias terrosas,

8.5.2-Sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa.

8.5.3-Sem parasitos, larvas ou outros animais nos produtos e embalagens.

8.5.4- Sem umidade externa anormal. 8.5.5- Isentas de odor e sabor estranhos. 8.5.6- Isenta de enfermidades.

8.5.7- Não deverão estar danificadas por lesões que afetem a sua aparência e utilização.

8.6 - Os grãos de cereais deverão ser PRÉ-ESCOLHIDOS, sem sujeiras como grãos estragados, pedras, torrões de barro, ciscos e outros corpos estranhos.

8.7 - As embalagens de suco deverão ser em embalagem plástica hermeticamente fechadas.

8.7.1 – Para o suco, deverá ser apresentada cópia autenticada do registro do produto no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial e a ficha técnica do produto assinada pelo responsável técnico.

8.8- Para a bebida láctea, a embalagem deve ser em sacos plásticos atóxicos com capacidade de 900 ml, rotulado conforme legislação vigente.

8.9- Para as bolachas caseiras, crostoli sequinho e massa caseira, deverá ser entregue em embalagens tipo pacotes de polietileno com capacidade de 1 kg.

9- RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES

9.1 - Os fornecedores que aderirem a este Processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da Legislação Civil e Penal aplicáveis.

9.2 - O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no padrão de identidade e qualidade estabelecida na Legislação Vigente e as especificação técnicas elaboradas pelo Setor de Merenda Escolar.

9.3 - O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios para as escolas conforme cronograma de entrega definido pela Secretaria Municipal de Educação.

9.4 – O fornecedor somente entregará os produtos constantes na Ordem de Compra emitida única e exclusivamente pelo Departamento de Compras juntamente com a referida Nota Fiscal dos produtos solicitados.

10 – CONTRATAÇÃO

10.1 - Uma vez declarado vencedor, o Proponente vendedor deverá assinar o contrato de compra e venda de gêneros alimentícios, de acordo com o modelo apresentado no anexo III.

10.2 - O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural deve respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF(DAP)/ano

10.3 - Os contratos que resultarão da presente Chamada Pública terão prazo de duração de 12 (doze) meses.

11. PAGAMENTO

11.1 – O pagamento será realizado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da entrega, através de depósito em conta mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento, dos quais os recursos orçamentários de 2016 a serem utilizados serão os seguintes:

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2012

69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2013

71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2014

73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

11.2 – Os gêneros alimentícios da agricultura familiar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF).

11.3 – O preço de compra será o menor preço apresentado pelos proponentes.

11.4 – Para composição de preço de referência, será considerada a média de preços praticado no mercado nos últimos 12 (doze) meses.

11.5 – O valor pago anualmente a cada agricultor não poderá exceder a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – A presente Chamada Pública poderá ser obtida no Departamento de Compras e Licitações, sito à Rodovia SC 452, Km 24, - Centro – no horário de 12:00 às 18:00 de segunda a sexta-feira, ou através do site www.montecarlo.sc.gov.br.

12.2 – Faz parte integrante do presente expediente: Anexo I- Modelo de Projeto

Anexo II – Especificação do Pedido

Anexo III- Relação das Unidades Escolares. Anexo IV - Minuta do Contrato

Monte Carlo - SC, 03 de fevereiro de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO I – Modelo de Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar

Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			
Identificação da proposta de atendimento ao edital/Chamada Pública nº 01/2016			
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES			
A – Grupo Formal			
1. Nome do Proponente		2. CNPJ	
3. Endereço	4. Município	5. CEP	
6. Nome do representante legal		7. CPF	8. DDD/Fone
9. Banco	10. Nº Agência	11. Nº da Conta Corrente	
B – Grupo Informal			
1. Nome do Proponente:			
3. Endereço	4. Município	5. CEP	

6. Nome da Entidade Articuladora		7.CPF	8.DDD/Fone	
C – Fornecedores participantes (Grupo Formal e Informal)				
1. Nome	2. CPF	3. DAP	4. Nº. da Agência	5. Nº.Conta Corrente

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO	2. CNPJ 95.996.104/0001-04	3 .Município MONTE CARLO
4. Endereço Rodovia SC 452 Km 24, nº1551		5. DDD/Fone 049/3546.0194
6. Nome do representante e e-mail Mariana Fernandes dos Santos		7 .CPF nutricionista@montecarlo.sc.gov.br

III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS

1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Und	4.Qtdade	5.R\$/Und	6.Valor Total
					Total agricul- tor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Und	4.Qtdade	5.R\$/Und	6.Valor Total
					Total agricul- tor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Und	4.Qtdade	5.R\$/Und	6.Valor Total
					Total agricul- tor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Und	4.Qtdade	5.R\$/Und	6.Valor Total

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Und	4.Qtdade	5.R\$/Und	6.Valor Total
					Total agri- cultor
Total do projeto					

IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1. Produto	2.Und	3.Qtdade	4.R\$/Und	5.Valor Total por Produto



				Total do projeto:	

IV – DESCREVER OS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS DOS PRODUTOS

--

--

V – CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE (breve histórico, número de sócios, missão, área de abrangência)

--

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Representante do Grupo Formal	Fone/E-mail: CPF:
---------------	---	-------------------

	Agricultores Fornecedores do Grupo Informal	Assinatura
Local e Data:		

Aquisição de Gêneros Alimentícios (Alimentação Escolar)

Quant	UND.	Produto	Vlr Unitário R\$	Vlr Total R\$

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO III - RELAÇÃO DA UNIDADES ESCOLARES

Escola	Endereço	Telefone
--------	----------	----------

FITA BISOL	Vila Imasa	9969 4341
OLGA FORTES	Rua Carlos de Oliveira Prates	3546 1248
SONHO INFANTIL	Av. Enio L. de Albuquerque	3546 0756
HARRY HASLINGER	Rua Domingos Rigo	3546 0744
MARIA DO ROSÁRIO FISCHER	Rua das Araucárias	3546 0698
CRIANÇA FELIZ	Av. Enio L. de Albuquerque	3546 1249
ERCI DICK	Av. Enio L. de Albuquerque	3546 1251
LINHA MORAES	Butiazinho	8809 7025
CARLOS PISANI	Av Enio L. de Albuquerque	3546.1247

CONTRATO N.º: xx/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado (nome do grupo formal ou informal), com sede à Av. , n.º , em (município), inscrita no CNPJ sob n.º , (para grupo formal), doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ (), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor:				
CNPJ/CPF:		DAP Nº:		
Produto	Und	Qtidade	R\$/Und	R\$/Total

Total do Produtor R\$:	
------------------------	--

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2012

69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2013

71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2014

73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-

realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC xx de xxxxxx de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

CONTRATANTE

CONTRATADAS

(agricultores no caso de grupo informal)

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

ITEM	PRODUTOS	QTDADE TOTAL	COTAS		UND	R\$/UND
			Nº	QTDADE		
	AGRIÃO- O AGRIÃO É UMA PLANTA DE PORTE HERBÁCEO, AQUÁTICA, QUE PODE ATINGIR CERCA DE 60 CENTÍMETROS DE ALTURA. AS FOLHAS SÃO INCOMPLETAS, INTEIRAS, COMPOSTAS E ALTERNAS. AS FLORES SÃO PEQUENAS, AGRUPADAS EM INFLORESCÊNCIAS DO TIPO RACEMO. AS SÉPALAS E PÉTALAS SÃO DISPOSTAS EM FORMA DE CRUZ. O ANDROCEU CONTÉM 6 ESTAMES E O OVÁRIO PRODUZ VÁRIOS ÓVULOS. O FRUTO É SECO, DO TIPO SÍLIQUA, DEISCENTE, E AS SEMENTES TÊM ENDOSPERMA SECO E CONSISTENTE. O AGRIÃO DESENVOLVE BEM EM TERRENOS HÚMIDOS E ALAGADIÇOS.	3000	01		MÇ	3,49

	ABOBORA MORANGA-CABUTIA: PESO MÉDIO DE 470g, FRUTOS SADIOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, APRESENTAR UNIFORMIDADE QUANTO AO TAMANHO, COR, SABOR E AROMA, CARACTERÍSTICOS DA VARIEDADE, ASSIM COMO MANter SUA FORMA E APARENCIA. APRESENTAR O GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL PARA CONSUMO HUMANO. ESTAR ISENTOS DE LESÕES PROVOCADAS MECANICAMENTE E POR INSETOS OU DOENÇAS FOTOPATOLÓGICAS, NÃO CONTEREM TERRA OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A CASCA, NÃO APRESENTAR UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHO. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVEM OBEDECER A LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE. DEVEM ESTAR ISENTAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	800	01 02	500 300	KG	2,72
	ABOBRINHA: FRUTO SADIO, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, APRESENTAR UNIFORMIDADE QUANTO AO TAMANHO, COR, SABOR E AROMA, CARACTERÍSTICOS DA VARIEDADE, ASSIM COMO MANter SUA FORMA E APARÊNCIA. APRESENTAR O GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL PARA O CONSUMO HUMANO. ESTAR ISENTO DE LESÕES PROVOCADAS MECANICAMENTE E POR INSETOS OU DOENÇAS FOTOPATOLÓGICAS. NÃO CONTEREM TERRA OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À CASCA. (4019)	800	01 02	400 400	KG	3,39
	AIPIM-MANDIOCA-"IN NATURA": RAIZ LIMPA DE ELEVADA QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS, AROMA, SABOR E COR TÍPICA DA VARIEDADE, COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES PROVOCADOS MECANICAMENTE. PRÓPRIOS PARA O CONSUMO DEVENDO SER ORIUNDOS DE VEGETAIS SADIOS, COM COLHEITA RECENTE, LIVRES DE TERRA ADERENTE À CASCA.	1500	01 02 03 04	500 500 200 300	KG	4,15
01	ACELGADE 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELES PROVOCADOS, ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	3000	01 02 03	400 400 2200	UND	3,99
02	ALFACE (LISA/CRESPA): PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. NADA QUE ALTERE A SUA CONFORMAÇÃO E APARÊNCIA TÍPICA. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVEM SER PROCEDENTES DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃO, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, ESTAREM LIVRES DE INSETOS E ENFERMIDADES ASSIM COMO DE DANOS POR ELES PROVOCADOS; ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS E DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS. (40641 – 40642 –141214)	6000	01 02 03 04 05 06	1000 1000 1000 1000 1000 1000	Und	1,71

03	ALHO – DE BOA QUALIDADE, INTACTOS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES OU CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS VENTILADOS CONTENDO: 1,0 QUILOGRAMA. (3650 –4020)	500	01	100	Kg	23,40
	AMENDOIM PRODUTO DE ELEVADA QUALIDADE, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS, AROMA, SABOR E COR TÍPICA DA VARIEDADE, COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SERÃO PERMITIDOS GRÃOS CHOCHOS OU BROTADOS. DEVERÁ ESTAR LIVRES DE INSETOS, ENFERMIDADES, UMIDADE, TERRA OU RESÍDUOS DE FERTILIZANTES.	600	01 02 03	100 100 400	KG	7,95
	BRÓCOLIS – DE PRIMEIRA QUALIDADE, COLHIDO RECENTEMENTE, COM APARÊNCIA E CARACTERÍSTICAS EM INDÍCIOS DE FLORRESCÊNCIA. SEM LESÕES E COM COLORAÇÃO E TAMANHO MÉDIO, POR UNIDADE.(38803)	500	01 02	300 200	Und	3,82
	BETERRABA TUBÉRCULO DE ELEVADA QUALIDADE E DE CLASSIFICAÇÃO EXTRA E SEM DEFEITOS. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTOS E AROMA TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. OS TUBÉRCULOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E SATISFAZER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS: SEREM DE COLHEITAS RECENTES, SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE.	600	01 02	200 400	KG	3,34
	BATATA INGLESA: PRODUTO ARMAZENADO EM BOLSAS DE 50 KG. TUBÉRCULO DE QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTO, AROMA E SABOR TÍPICOS DA VARIEDADE, BENEFICIADA E CLASSIFICADA COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR, SER DE COLHEITA RECENTE. ISENTAS DE RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES OU LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR PRAGAS OU DOENÇAS. DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, TERRA E RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ADERENTES À CASCA, NÃO PODENDO APRESENTAR ODORES E SABORES ESTRANHOS. SUA POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E NA COR CARACTERÍSTICA. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. (806 -36992)	3500	01 02	3000 500	KG	2,82
	BATATA SALSA TUBÉRCULO DE QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTO, AROMA E SABOR TÍPICOS DA VARIEDADE, BENEFICIADA E CLASSIFICADA COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR, SER DE COLHEITA RECENTE. ISENTAS DE RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES OU LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR PRAGAS OU DOENÇAS. DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, TERRA E RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ADERENTES À CASCA, NÃO PODENDO APRESENTAR ODORES E SABORES ESTRANHOS. SUA POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E NA COR CARACTERÍSTICA. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. (806 -36992)	3000	01 02	2000 1000	KG	6,49

	BATATA DOCE- PRODUTO DE QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTO, AROMA E SABOR TÍPICOS DA VARIEDADE, BENEFICIADA E CLASSIFICADA COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR, SER DE COLHEITA RECENTE. ISENTAS DE RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES OU LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR PRAGAS OU DOENÇAS. DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, TERRA E RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ADERENTES À CASCA, NÃO PODENDO APRESENTAR ODORES E SABORES ESTRANHOS. SUA POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E NA COR CARACTERÍSTICA. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. (280 - 4023 - 36215 - 39395)	2000	01 02 03 04	500 500 500 500	KG	3,02
	BOLACHA CASEIRA ROTULADA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE ORIUNDA DE ESTABELECIMENTO LICENCIADO.	2000	01 02	1000 1000	KG	12,94
	CENOURA TUBÉRCULO DE ELEVADA QUALIDADE E DE CLASSIFICAÇÃO EXTRA E SEM DEFEITOS. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTOS E AROMA TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. OS TUBÉRCULOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E SATISFAZER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS: SEREM DE COLHEITAS RECENTES, SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE.	500	01 02	400 100	KG	3,79
	CHUCHU FIRME E INTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, CORTES, RACHADURAS E COM FORMAÇÃO UNIFORME.	600	01	600	KG	3,24
	COUVE MANTEIGA DE 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELES PROVOCADOS, ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	2500	01 02 03 04 05	500 500 500 500 500	MÇ	2,49
	COUVE-FLOR DE PRIMEIRA QUALIDADE, COLHIDO RECENTEMENTE, COM APARÊNCIA E CARACTERÍSTICAS EM INDÍCIOS DE FLORRESCÊNCIA. SEM LESÕES E COM COLORAÇÃO E TAMANHO MÉDIO, POR UNIDADE.(38803)	500	01	500	UND	4,32
	CUCA CASEIRA EM EMBALAGEM PLÁSTICA, NÃO TÓXICA, NÃO APRESENTAR BOLORES, DATA DE VALIDADE DEVE ESTAR CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	1000	01	1000	UND	5,29

	CEBOLA DE CABEÇA: PRODUTO ARMAZENADO EM EMBALAGENS DE 10 KG. SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS E SABOR TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SERÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. CARACTERÍSTICAS GERAIS: DEVERÁ ESTAR LIVRES DE ENFERMIDADES, DE UMIDADE, EXTERNA. (800 - 276 - 3662)	1500	01 02	750 750	KG	3,49
	CAQUIIN NATURA PRODUTO PROCEDENTE DE PLANTA SADIA DESTINADO AO CONSUMO "IN NATURA",DEVENDO SE APRESENTAR FRESCA,TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO AROMA COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUAL LHE PERMITA SUPOSTAR A MANIPULAÇÃO. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA TERROSA SUJIDADES PRODUTOS QUIMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES Á SUPERFICIE DA CASCA ESTAREM ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL AROMA E SABOR ESTRANHOS TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	2400	01 02	1200 1200	KG	4,24
	DOCE DE FRUTAS(GELEIA)DOCE TIPO GELEIA ARMAZENADOS EM EMBALAGEM PLÁSTICA, RESISTENTE, ATÓXICA, TRANSPARENTE. PRODUTO COM PESO TOTAL DE 900 G.	1000	01	1000	KG	11,49
	ERVA PARA CHAS PRODUTOS DESIDRATADOS E EMBALADOS HERMETICAMENTE EM PACOTES, COM DATA DE VALIDADE, DEVERÁ APRESENTAR ODOR CARACTERÍSTICO, CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS, COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA E FUNGOS	200	01	200	KG	19,99
	FEIJAO PRETO: LEGUMINOSA DE ELEVADA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, COMPACTAS E FIRMES. DEVE SER PROCEDENTE DE PLANTAS SADIAS, SEREM DE COLHEITA RECENTE, APRESENTAR UM ESTÁGIO IDEAL DE DESENVOLVIMENTO QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR, SABOR. NÃO SERÃO PERMITIDOS RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ODORES OU SABORES ESTRANHOS, ALÉM DE UMIDADE E DEVEM ESTAR LIVRES DE SUJIDADES, COMO TERRA, INSETOS OU PARASITAS.	2500	01 02 03 04 05 06	500 500 500 500 500 500	KG	3,99
	LARANJA BAIA PESO MÉDIO 200g, PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA, DEVENDO SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE, GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPOSTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU POR INSETOS QUE AFETEM SUAS CARACTERÍSTICAS, NÃO CONTER SUBSTÂNCIA TERROSA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES, SEM AROMA E SABOR ESTRANHO, TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	1200	01	1200	KG	2,52

	LARANJA VALENCIA PESO MÉDIO 200g, PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA, DEVENDO SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE, GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPOSTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU POR INSETOS QUE AFETEM SUAS CARACTERÍSTICAS, NÃO CONTER SUBSTÂNCIA TERROSA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES, SEM AROMA E SABOR ESTRANHO, TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	2500	01 02	1200 1300	KG	2,49
	MACARRAO CASEIRO COM OVOS, PRODUTO NÃO FERMENTADO OBTIDO PELO AMASSAMENTO MECÂNICO DE FARINHA DE TRIGO. FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS E LARVAS.	2000	01 02	1000 1000	KG	10,49
	MAÇAIN NATURA: DA VARIEDADE ROYAL GALA E FUJI, TAMANHO ACIMA DE 75 MM, PRODUTO PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO "IN NATURA", DEVENDO SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE, APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUAL LHE PERMITA SUPOSTAR A MANIPULAÇÃO. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, TERROSA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA, ESTAREM ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS. (1910)	3000	01	3000	KG	5,29
	MELANCIA MELANCIA FRESCA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE INFERMIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	600	01 02	300 300	UND	17,70
	MELAO FRESCO COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE INFERMIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	600	01 02	300 300	und	6,63
	MILHO DE PIPOCA BEM DESENVOLVIDA, COMPACTAS E FIRMES. DEVE SER PROCEDENTE DE PLANTAS SADIAS, SEREM DE COLHEITA RECENTE, APRESENTAR UM ESTÁGIO IDEAL DE DESENVOLVIMENTO QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR, SABOR. NÃO SERÃO PERMITIDOS RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ODORES OU SABORES ESTRANHOS, ALÉM DE UMIDADE E DEVEM ESTAR LIVRES DE SUJIDADES, COMO TERRA, INSETOS OU PARASITAS.	200	01 02	100 100	KG	3,55

	<p>PESSEGOIN NATURA</p> <p>PESO MÉDIO DE 200G PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA, DEVENDO-SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGINDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIO DA VARIEDADE. GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU POR INSETOS QUE AFETEM SUAS CARACTERÍSTICAS. SEM AROMA E SABORES ESTRANHOS.</p>	1000	01 02	500 500	KG	4,24
	<p>PAO DE MILHO DE BOA QUALIDADE COM MIOLO BRANCO, E CASCA DE COR DOURADA BRILHANTE E HOMOGÊNEA. SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS E ACHATADOS E EMBATUMADOS ASPECTO MASSA PESADA, E DE CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS ANORMAIS.</p>	1000	01	1000	UND	5,74
	<p>PAO CASEIRO DE BOA QUALIDADE COM MIOLO BRANCO, E CASCA DE COR DOURADA BRILHANTE E HOMOGÊNEA. SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS E ACHATADOS E EMBATUMADOS ASPECTO MASSA PESADA, E DE CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS ANORMAIS.</p>	1000	01	1000	UND	5,25
	<p>PEPINOIN NATURA: PRODUTO DE ELEVADA QUALIDADE, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS. PRÓPRIOS PARA O CONSUMO, PROCEDENTES DE PLANTAS GENUÍNAS E SADIAS, APRESENTAREM GRAU IDEAL DE UNIFORMIDADE E DESENVOLVIMENTO QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR QUE SÃO PRÓPRIOS DA VARIEDADE. ESTAREM LIVRES DE ENFERMIDADES E LESÃO DE ORIGEM MECÂNICA OU PRODUZIDAS POR INSETOS OU DOENÇAS. ISENTOS DE TERRA, PRODUTOS QUÍMICOS E CORPOS ESTRANHOS ADERENTES NA CASCA. SEM UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. ESTAREM ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.</p>	500	01	500	KG	3,97
	<p>PINHAO: PRODUTO DE ELEVADA QUALIDADE, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS, AROMA, SABOR E COR TÍPICA DA VARIEDADE, COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SERÃO PERMITIDOS GRÃOS CHOCHOS OU BROTADOS. DEVERÁ ESTAR LIVRES DE INSETOS, ENFERMIDADES, UMIDADE, TERRA OU RESÍDUOS DE FERTILIZANTES.</p>	300	01 02	150 150	KG	4,99
	<p>PAO INTEGRAL DE BOA QUALIDADE COM MIOLO BRANCO, E CASCA DE COR DOURADA BRILHANTE E HOMOGÊNEA. SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS E ACHATADOS E EMBATUMADOS ASPECTO MASSA PESADA, E DE CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS ANORMAIS.</p>	1000	01	1000	UND	5,25

	REPOLHO ROXO/BRANCO DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DO CULTIVAR BEM DEFINIDAS ESTAR BEM FORMADA, LIMPA COM COLORAÇÃO PRÓPRIA SUPERFÍCIE PRATICAMENTE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES EM MATURAÇÃO, ISENTA DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS PARA A SAÚDE.	3000	01 02 03 04	500 1000 1000 500	KG	3,22
	RUCULA 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELAS PROVOCADOS, ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	3000	01 02	1500 1500	KG	2,74
	TANGERINA POKAN FRESCA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE INFERNIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	3000	01	3000	KG	4,24
	TOMATEPRIMEIRA QUALIDADE FRUTO PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA OU COMO INGREDIENTE NA CULINÁRIA, DEVENDO ESTAR FRESCO, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL DE TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DE CADA VARIEDADE, APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E CONSERVAR AS CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. ESTAR LIVRE DE QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU CAUSADAS POR INSETOS E DOENÇAS. NÃO CONTER TERRA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS E CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA, ESTAREM ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS, ESTAREM LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES. ISENTO DE PARASITAS E LARVAS. TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	2000	01 02 03 04	500 500 500 500	KG	5,99
	TEMPERO VERDE (CEBOLINHA, SALSINHA): PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. DEVEM APRESENTAR COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORME E TÍPICOS DA VARIEDADE. VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO SER PROCEDENTES DE PLANTAS SADIAS, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, APRESENTAREM GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR QUE SÃO PRÓPRIAS DA VARIEDADE; ESTAREM LIVRES DE INSETOS E DOENÇAS, ASSIM COMO DE SEUS DANOS. ISENTAS DE TERRA ADERENTE, UMIDADE ANORMAL, ODORES E SABORES ESTRANHOS. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. (141219)	3500	01 02 03 04 05	1000 1000 500 500 500	MÇ	2,74

	SUCO UVA INTEGRAL SUCO CONCENTRADO DE UVA PASTEURIZADO SEM CORANTE E CONSERVANTES, LIQUIDO, CONCENTRADO, 68º GRAU BRIX, COM DILUIÇÃO MÍNIMA PARA OBTER REFRESCO DE 1:10 (1 PARTE DE SUCO PARA 10 PARTES DE ÁGUA), EMBALAGEM PLÁSTICA E HERMETICAMENTE FECHADA CONTÉM NO 6,4 KG DO PRODUTO. INGREDIENTES: SUCO CONCENTRADO DE UVA. DEVERÁ APRESENTAR CÓPIA AUTENTICADA DO REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL E A FICHA TÉCNICA DO PRODUTO ASSINADA PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO.	800	01	800	L	10,94
	UVA MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO TEXTURA E CONSISTENCIA DE FRUTA FRESCA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTA DE INFERMIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FISICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	1000	01 02	500 500	KG	5,39
	RABANETE TUBÉRCULO DE ELEVADA QUALIDADE E DE CLASSIFICAÇÃO EXTRA E SEM DEFEITOS. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTOS E AROMA TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. OS TUBÉRCULOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E SATISFAZER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS: SEREM DE COLHEITAS RECENTES, SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE.	300	01 02	200 100	MÇ	2,87

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2016 SERVIOESTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Nº 03/2016 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA RESÍDUOS DE SAÚDE

Das partes, presentes de um lado;

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro lado a empresa: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de CHAPECÓ-SC, inscrita no cnpj sob o nº 03.392.348/0001-60, neste ato representada pelo Sr(a).EDSON OLDEMAR BRUGNEROTTO SOC-COL, portador do cpf nº 067.741.859-08, doravante denominado FORNECEDOR; para entrega dos serviços descritos a seguir, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados neste contrato.

0.1 – A contratada por força do presente instrumento obriga-se junto ao MUNICÍPIO

DE MONTE CARLO a prestação dos serviços de: SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE

SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS), conforme especificações a quantitativos a seguir elencados.

0.2 – A CONTRATADA deverá estar atenta às recomendações técnicas expressas no Edital bem como qualquer alteração.

1.1 – As quantidades de unidades individuais do objeto do presente termo, serão contratados parcial ou totalmente durante o período contratual.

1.2 – Os serviços de que trata este contrato são aquelas previstas no Anexo VII do edital.

1.3 – O FORNECEDOR iniciará os serviços mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

1.4 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

1.5 - O não fornecimento dos serviços dentro do prazo fixados neste termo, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

3.1 – Pela prestação do objeto o FORNECEDOR receberá a importância abaixo descrita, pelos itens a seguir:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	R\$/UND	R\$/TOTAL
		SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE-RSS (LIXO HOSPITALAR)		
a) Para a quantidade de até 180 (cento e oitenta) quilos mês de resíduos dos grupos "A" e "E"				
b) Para quantidade excedente dos grupos "A" e "E" valor a ser pago por quilo, R\$: 5,80 (cinco reais e oitenta centavos).				
c) Para resíduos do grupo "B" valor a ser pago por quilo, R\$: 6,75 (seis reais e setenta e cinco centavos).				

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência contratual, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

5.1 - O pagamento pelos serviços contratados, será realizado até o 10 (dez) dia do mês seguinte da emissão das notas fiscais.

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Prestar os serviços nas condições e formas previstas no presente Contrato, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 - Realizar os serviços na sede do município, diretamente nos locais a que for autorizado o serviços;

5.3 - Iniciar os serviços solicitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

5.4 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.5 - Entregar os serviços licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.6 - Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, do Contrato e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr(a) SIMÃO PEDRO SARTOR portador(a) do cpf nº 250.029.709-82 como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e

verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

7.3 – A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação

judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

10.1 – O Contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme Edital de origem.

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições contratuais;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

11.1 - As despesas decorrentes da entrega/realização do objeto do presente certame

correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

11.2 – Dispensada a indicação de dotação orçamentária conforme capítulo V artigo 7º parágrafo 2º do Decreto Federal nº 7892 de 23/ janeiro/2013.

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 07/2016, Pregão

Presencial nº 07/2016 e Registro de Preços.

14.1 - O prazo de vigência do contrato será da data de assinatura até a data de

31/dezembro/2016.

15.1 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa

técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas,

porventura, oriundas da presente contratação.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente termo contratual em duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo – SC, 03 de Fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

Marcos Nei Correa Siqueira

SERVIOESTE S.A.LTDA

Edson O. B. Soccol

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: SIMÃO PEDRO SARTOR-250.029.709-82

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMMF 3,4

Município de Morro da Fumaça. Edital de Dispensa de Licitação 003/2016. Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, 02 (duas) salas comerciais(Nº 25, 27) no Centro Comercial San Valentin, sito a Avenida Inocente Pagnan, nº 21, centro, neste Município de Morro da Fumaça/SC, funcionamento do SINE - Sistema Nacional de Empregos, conforme anexo. Data: 28/01/2016 às 09:15. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Município de Morro da Fumaça. Edital de Dispensa de Licitação 004/2016. Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel para abrigo sito a Rua Genoveva Guglielmi Bortolatto, s/n, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, para o almoxarifado da prefeitura. Data: 28/01/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Município de Morro da Fumaça. Edital de Dispensa de Licitação 005/2016. Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, dois imóveis comerciais (salas) sito a Rua Cônego João Dominoni, nº 13, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, para uso da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e uso da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.-E-pagri.. Data: 26/01/2016 às 09:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Município de Morro da Fumaça. Edital de Dispensa de Licitação 004/2016. Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel comercial (sala) sito a Travessa Zeferino Cesca, nº 10, no Distrito de Estação Cocal, no Município de Morro da Fumaça/SC, para uso da agência de correios comunitária. Data: 28/01/2016 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Município de Morro da Fumaça. Edital de Dispensa de Licitação 007/2016. Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel para abrigo de maquinas pesadas e veículos, sito a Rua Genoveva Guglielmi Bortolatto, s/n, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, para uso da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Data: 28/01/2016 às 10:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Município de Morro da Fumaça. Edital de Dispensa de Licitação 025/2016. Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, imóveis para A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC com as seguintes Matrículas: Nº 21.773 Livro Nº2 Fls 1 ano 2003 e Nº 21.772 Livro Nº2 Fls 001 ano 2003. Data: 29/01/2016 às 10:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

ERRATA DO REGISTRO DE PREÇO 001/2016 FMS

Município de Morro da Fumaça FMS. ERRATA do Registro de Preço 001/2016. OBJETO: contratação de empresa especializada em Gestão Pública para locação de Sistema Integrado de Gestão Saúde Pública para a Secretaria de Saúde do Município de morro da fumaça/SC, compreendendo conversão, customização, instalação, implantação, treinamento de usuários e locação com manutenção e suporte técnico operacional, a ser executado de forma continuada, necessários à modernização da prestação de serviços públicos à população conforme anexo. DATA DE ABERTURA PARA 17/02/2016 AS 09:00 Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D Teixeira – Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA ABERTURA PROPOSTAS 167/2015 PMN

Ata Concorrência 167/2015 PMN – Abertura Propostas

Aberta a sessão conforme agendado anteriormente, para abertura das propostas dos licitantes habilitados, na ocasião estavam presentes apenas os representantes dos licitantes baltt e multiplos ja credenciados na primeira sessão, apos as considerações de praxe foram abertos os envelopes sendo constatado que o vencedor da licitação foi o licitante CR ARTEFATOS com o valor global R\$ 6.445.042,84, apos a assinatura dos presentes nas propostas foi encerrada a presente e encaminhado os autos a autoridade competente.

Douglas Lemos – Presidente Comissão de Licitação

ATA PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 PMN ---DESERTO---

Prefeitura Municipal de Navegantes.

EXTRATO ATA: PREGÃO Nº 01/2016 FMS – DESERTA

OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM DE CASA DE MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA SER UTILIZADA COMO SALA DE AULA (COMPLEMENTARES) NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFº JOSE DOS PASSOS LEMOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC..

RESULTADO – LICITAÇÃO FOI DESERTA.

Navegantes, 3 de janeiro de 2016.

Roberto Carlos de Souza – Prefeito.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 185/2015 PMN

Ata Pregão Presencial 185/2015 PMN

ABERTA A SESSÃO CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, AS 09 HORAS, DEU-SE INICIO AO CREDENCIAMENTO COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES, ABI, COMERCIAL ROPAGI, LB DE CAMPOS, ADBX, TÊXTIL BRASIL, NAYR CONFECÇÕES, FOOT COMERCIAL, AKON, FORNECEDORA COM TÊXTIL, TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS, NÃO FOI CREDENCIADO O LICITANTE E.M .S SEQUINEL CONFECÇÕES POIS NÃO APRESENTOU OS DOCUMENTOS REFERENTE O CREDENCIAMENTO E NÃO POSSUÍA REPRESENTANTE PRESENTE (DESTA FORMA O LICITANTE FOI DESCLASSIFICADO) NÃO POSSUÍAM O BENEFICIO DE ME/EPP TÊXTIL BRASIL, NAYR CONFECÇÕES, FORNECEDORA CO.TEXTIL, AS DEMAIS TODAS ERAM ME OU EPP, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE E ASSINATURA DOS LICITANTES SEM APONTAMENTOS, FORAM ABERTAS AS PROPOSTAS; FOI CONSTATADO A DESCLASSIFICAÇÃO DOS LICITANTES COM.ROPAGI, ABI, AKON, ADBX, LB CAMPOS (POR NÃO APRESENTAREM SEPARADAMENTE MATERIAL E MÃO DE OBRA ITEM 5.2.2.2 DO EDITAL), O LICITANTE NAYR FOI DESCLASSIFICADO POR TER COTADO (O ITEM 3 COM VALOR SUPERIOR AO ESTIMADO NO EDITAL SENDO QUE A LICITAÇÃO ERA FORMA DE JULGAMENTO MENOR VALOR GLOBAL), EM SEGUIDA FOI ABERTA A ETAPA DE LANCES ONDE FOI VENCEDORA A LICITANTE TEXTILBRASIL, APÓS FOI ABERTO SEU ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE A LICITANTE ATENDEU COM TODAS AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, MOMENTO E QUE ENCERRA

A PRESENTE E ENCAMINHA OS AUTOS A AUTORIDADE COMPETENTE.

NÃO HOUVE MENÇÕES DE RECURSO.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 159/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (CAMINHÕES, TRATORES, MICROTRATORES E EQUIPAMENTOS) COM OPERADORES E MOTORISTAS PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 18/02/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 18/02/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 3 de fevereiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 01/2016 PMN ---REPUBLICADO---

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2016 PMN

---REPUBLICADO---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM DE CASA DE MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA SER UTILIZADA COMO SALA DE AULA (COMPLEMENTAR) NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFº JOSÉ DOS PASSOS LEMOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 19/02/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 19/02/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 3 de fevereiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

CONVOCAÇÕES SECRETARIA DE SAÚDE

Navegantes, 29 de janeiro de 2016

Ilma Sra

JOANINE PLUCENIO ARAUJO (CANDIDATO)

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA no setor de RECURSOS HUMANOS da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas para tratar da nomeação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determina-
do implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.
Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 29 de janeiro de 2016

Ilma Sra
CATIANE ALVES (CANDIDATO)

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para com-
parecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA no
setor de RECURSOS HUMANOS da Prefeitura de Navegantes, no
prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas para tratar da
nomeação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de
RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determina-
do implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.
Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 29 de janeiro de 2016

Ilm Sr
CAROLINE FERREIRA DE MATTOS (CANDIDATO)

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para com-
parecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA no
setor de RECURSOS HUMANOS da Prefeitura de Navegantes, no
prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas para tratar da
nomeação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de
ODONTÓLOGO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determina-
do implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.
Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria de Administração e Logística

DECRETO 7 REVISÃO DE LANÇAMENTO DO IPTU

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 7 DE 29 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE O REQUERIMENTO DE REVISÃO DE LANÇAMENTO
DO IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – EXER-
CÍCIO DE 2016 – E PRAZO PARA PAGAMENTO COM DESCONTO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe con-
fere o artigo 60, inciso III, da Lei Orgânica do Município, combina-
do com o art. 237 da Lei Complementar nº 6 de 31/12/2002,
DECRETA:

Art. 1 º O contribuinte que discordar do valor do lançamento do
Imposto Predial e Territorial Urbano, exercício 2016, poderá solici-
tar revisão mediante requerimento, devidamente fundamentado e
protocolizado no Setor de IPTU.

Art. 2 º Para os requerimentos de revisão de lançamento do IPTU
protocolizados até 29/01/2016, fica, o Poder Executivo Municipal,
autorizado a conceder o desconto de 20% (vinte por cento), pre-
visto no artigo 1º, inciso I do Decreto nº 504 19 de novembro de
2015.

Art. 3 º Para os requerimentos de revisão de lançamento do IPTU
protocolizados até 28/02/2014, fica, o Poder Executivo Municipal,
autorizado a conceder o desconto de 15% (quinze por cento), pre-
visto no artigo 1º, inciso II do Decreto nº 504 19 de novembro de
2015.

Art. 4 º Para os requerimentos de revisão de lançamento do IPTU
protocolizados até 31/03/2014, fica, o Poder Executivo Municipal,
autorizado a conceder o desconto de 10% (dez por cento), previsto
no artigo 1º, inciso III do Decreto nº 504 19 de novembro de 2015.

Art. 5 º Para fazer jus ao desconto previsto nos artigos 2º, 3º e 4º
deste Decreto, o pagamento do IPTU deverá ser efetuado em até
10 (dez) dias contados da resposta do requerimento de revisão de
lançamento.

Art. 6 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JANEIRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 8 ADIANTAMENTO LEONARDO VIANNA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 8 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016

PROCEDE A ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO A SERVIDOR QUE
ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe con-
fere a Lei Orgânica do município e de conformidade com as leis
municipais 2568 de 05/08/2011 e 2622 de 10/08/2012,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder
adiantamento de numerário ao servidor Leonardo Silva Vianna –
Secretário da Saúde Adjunto - no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil
reais), dentro dos limites estabelecidos na lei municipal n º 1674 de
27/05/2003 e de acordo com o disposto na lei federal n º 4320/64
e Resolução n º 016/94 do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 2º O referido adiantamento é feito com a finalidade de custear despesas da referida Secretaria, de acordo com o que dispõe a lei municipal nº 1674/2003.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 3 de fevereiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

LEI 3072 ALTERA LEI 2796 AUXÍLIO-MORADIA MAIS MÉDICOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88375-000 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 3072 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016

ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 2796 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013, QUE TRATA DO VALOR DO AUXÍLIO-MORADIA, CONCEDIDO AOS MÉDICOS DO PROGRAMA "MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Parágrafo Primeiro do artigo primeiro da lei nº 2796 de 5 de novembro de 2013, que trata do valor do auxílio-moradia, concedido aos médicos do Programa "Mais Médicos para o Brasil", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º
§ 1º O valor a título de auxílio-moradia será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), considerando o Anexo I da tabela referencial do item 2.1, alínea "2.1.b" do Manual Orientador ao Distrito Federal e Municípios, com fundamento na Portaria Interministerial 1369/2013 de 8 de julho de 2013/MS/MEC.
§ 2º
..."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de fevereiro de 2016.
Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 171 COMISSÃO DAÇÃO EM PAGAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA Nº 171 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016
INSTITUI COMISSÃO PARA RECEBIMENTO DE IMÓVEIS POR DAÇÃO EM PAGAMENTO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão para recebimento de imóveis por dação em pagamento, cujos nomes são os seguintes:

- a) Anna Cláudia Gaya Costa – Presidente;
- b) Cassiano Ricardo Weiss – Membro;
- c) Renata Dione Neves – Membro;
- d) Natália Ferreira Costa – Membro;
- e) Célio de Oliveira – Membro;
- f) Márcio Butzke – Membro.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de fevereiro de 2016.
Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 172 REVOGA PORTARIA 2971

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA Nº 172 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016

REVOGA PORTARIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III,

RESOLVE:

I REVOGAR, na íntegra, a Portaria nº 2971 de 24 de novembro de 2015, a qual instituiu Comissão de Processo Administrativo para apurar possível irregularidade e responsabilidade pelo suposto cálculo indevido no pagamento das Vantagens Pecuniárias Nominalmente Identificáveis – VPNI.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de fevereiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 006/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 6/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2015

HOMOLOGAÇÃO: 03/02/2016

CONTRATADO: SMI PRIME – Consultoria de Investimentos Ltda.

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA, COM A FINALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA JUNTO AO MERCADO FINANCEIRO PARA O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES-NAVEGANTESPREV.

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais)

DATA: 04/02/2016 - JAN ULLRICH - Diretor Presidente.

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 047/2016

PORTARIA Nº 047/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocada conforme Decreto nº 007/2016, KARLA ARMELINI, matrícula nº 6981, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Município de Nova Trento, a contar de 25 de janeiro de 2016 a 22 de julho de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora KARLA ARMELINI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Jose Battisti Archer, s/nº, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 018.951.909-67, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 25 de janeiro de 2016 a 22 de julho de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 25 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Karla Armelini

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 25 de janeiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

em 24/05/2015, ELENICE FERRARI, matrícula nº 6982, no Cargo de Provento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 25 de janeiro de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, a partir de 25/01/2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 048/2016

PORTARIA Nº 048/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 017/2016, de 25 de janeiro de 2016 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

SAMAE - Nova Trento

CONTRATO Nº 000016/2016 - LASKE & FEYH SOCIEDADE SIMPLES DE ADVOCACIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356

C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLO-

GAÇÃO E CONTRATO JANEIRO/2016

Contrato: LASKE & FEYH SOCIEDADE DIMPLES DE ADVOCACIA

CNPJ:00.532.330/0001-28

Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM

Número do Contrato: Nº 00016/2016

Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: Prestação dos seguintes Serviços Técnicos Profissionais de Advocacia e Consultoria Jurídica Especializada na Área de Saneamento Básico, para atender no mínimo o descrito a seguir: Exercer o mandato para o foro e extra foro, outorgado pelo SAMAE, obrigando-se especificamente, durante a vigência do contrato, a patrocinar os interesses do SAMAE perante todas as instância judiciais, em qualquer juízo ou tribunal, em ações que figure como autor, réu, assistente ou opoente,

Data da Assinatura:11/01/2016

Data da Publicação no Diário Oficial:05/02/2016

Vigência:11/01/2016 a 31/12/2016

Dotação Orçamentária 2.034.3.3.90.00.00.00.00

Número do Empenho: 36/2016

Valor: 18.000,00 (Dezoito mil reais)

Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI

DIRETOR DO SAMAE

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DO RESULTADO DO PL Nº 005/16-PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 002/2016 – tem como objeto a O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual Contratação de profissionais habilitados para ministrar oficinas dos cursos de: “Manicure e Pedicure”, “Pintura em Tecido, Vidros, Telas e Decoração Copagem” e “Costura e Bordados” a serem oferecidos aos usuários do CRAS do Município de Novo Horizonte/SC, conforme Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital. Que na data de sua realização: Dia 03/02/2016 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes : MARILIZA CATANEO DREI (2486), CARLINA ALVES DA SILVA FERNADES 02519472979 (2571), sendo que a empresa MARILIZA CATANEO DREI (2486), foi vencedora dos itens 02 e 03 com valor total de R\$ 28.500,00 (Vinte e oito mil e quinhentos reais) e a empresa CARLINA ALVES DA SILVA FERNADES 02519472979 (2571), foi vencedora do item 01, com valor total de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedora do Pregão Presencial Nº 003/2016

Novo Horizonte/SC, em 03 de Fevereiro de 2.016.

ARNO GOLDSCHMIDT
Pregoeiro

EXTRATO CONTRATUAL Nº 025-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 025/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: COOPERAL-COOP.DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE N.H.

Valor : 49.296,56 (quarenta e nove mil duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos)

Vigência : Início: 03/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016

Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (22) Saldo: 63.400,85

Objeto : É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede de Ensino Municipal, com autorização da verba FNDE/PNAE, a partir do 1º semestre de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Segunda, parágrafo único, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA Nº 001/16, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Novo Horizonte/SC, em 03 de Fevereiro de 2016 – ELI MARIOTT

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 002-16 - CP Nº 001/16

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 03/02/2016

CONTRATADO: COOPERAL-COOP.DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE N.H.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: A presente CHAMADA PÚBLICA visa o credenciamento de proposta para futura aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do programa nacional de alimentação escolar, das escolas municipais do município de Novo Horizonte, para 1º Semestre de 2.016, discriminados no ANEXO I deste edital.

VALOR DA DESPESA: R\$ 49.296,56 (quarenta e nove mil duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos)

FUNDAMENTO: Lei 11.947/2009 - ART.14 §, Decreto nº 6319/207, Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Resolução CD/FNDE Nº 004/2015.

DATA: 03/02/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 048/2015 - PR Nº 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DIA: 03-02-2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: IRMÃOS FLACH LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.902,00 (Onze mil novecentos e dois reais)

CONTRATADO: ROTA & SUTILI RECAPADORA DE PNEUS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.040,00 (Três mil e quarenta reais)

DATA: 03-02-2016 – ELI MARIOTT – Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001-2016

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 03/02/2016 Válido até: 03/02/2017

Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA MINISTRAR OFICINAS DOS CURSOS DE: "MANICURE E PEDICURE", "PINTURA EM TECIDO, VIDROS, TELAS E DECORAÇÃO COPAGEM" E "COSTURA E BORDADOS" A SEREM OFERECIDOS AOS USUÁRIOS DO CRAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de 01 (um) Profissional especializado para ministrar aulas para o curso de "Manicure e Pedicure", conforme Cronograma a ser definido pelo CRAS (01-01-22499)	H	CARLINA ALVES DA SILVA FERNANDES 02519472879 (2571)		0	30,0000	1
2	Contratação de 01 (um) Profissional especializado para ministrar aulas para o curso de "Pintura em Tecido, Vidros, Telas e Decoração Copagem" conforme Cronograma a ser definido pelo CRAS (01-01-22500)	H	MARILZA CATANEO DREI (2486)		0	30,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 03/02/2016		Válido até: 03/02/2017				
Objeto da Compra:		CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA MINISTRAR OFICINAS DOS CURSOS DE: "MANICURE E PEDICURE", "PINTURA EM TECIDO, VIDROS, TELAS E DECORAÇÃO COPAGEM" E "COSTURA E BORDADOS" A SEREM OFERECIDOS AOS USUÁRIOS DO CRAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Contratação de 01 (um) Profissional especializado para ministrar aulas para o curso de "Costura e Bordados" conforme Cronograma a ser definido pelo CRAS (01-01-22501)	H	MARILIZA CATANEO DREI (2486)			0	30.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 03/02/2016		Válido até: 03/02/2017			
Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA MINISTRAR OFICINAS DOS CURSOS DE: "MANICURE E PEDICURE", "PINTURA EM TECIDO, VIDROS, TELAS E DECORAÇÃO COPAGEM" E "COSTURA E BORDADOS" A SEREM OFERECIDOS AOS USUÁRIOS DO CRAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2016
PROCESSO Nº 5/2016

(2486) - MARILIZA CATANEO DREI
(2571) - CARLINA ALVES DA SILVA FERNANDES 02519472979

Novo Horizonte, 3 de Fevereiro de 2016.

Orleans

PREFEITURA

CHAMAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, mediante o qual fica CONVOCADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2015, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h00min, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2015 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
CAROLINA FARACO PERUCHI	MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	40 h

Orleans, 03 de fevereiro de 2016.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

CHAMAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº006/2015, mediante o qual fica CONVOCADO, para nomeação, o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 006/2015, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 05 dias, munido de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº006/2015 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 006/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
ELIANA DALMAGRO	TECNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA	12 horas (doze) ininterruptas por 36 de descanso

Orleans, 03 de fevereiro de 2016.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

CONTRATO 01/2016 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 01/2016
Contratante.: SAMAE DE ORLEANS
Contratada.: POSTO ORLEANS LTDA
Valor : 110.200,00 (cento e dez mil e duzentos reais) anual.
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Pregão Presencial 20/2016
Objeto : aquisição de combustível para frota do SAMAE

Orleans-SC., 02/02/2016

CONTRATO 02/2016 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 02/2016
Contratante.: SAMAE DE ORLEANS
Contratada : MAZZAROLLO INDUSTRIA QUIMICA LTDA
Valor : 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais) anual.
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Pregão Presencial 21/2015
Objeto : aquisição de produtos químicos para tratamento de água SAMAE

Orleans-SC., 02/02/2016

CONTRATO 03/2016 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 03/2016
Contratante.: SAMAE DE ORLEANS
Contratada : BUSCHLE & LEPPERS S/A
Valor : 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais) anual.
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Pregão Presencial 21/2015
Objeto : aquisição de produtos químicos para tratamento de água SAMAE

Orleans-SC., 02/02/2016

CONTRATO 04/2016 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 04/2016

Contratante.: SAMAE DE ORLEANS

Contratada : PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA

Valor : 56.400,00 (Cinquenta e seis mil e quatrocentos reais) anual.

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Pregão Presencial 21/2015

Objeto : aquisição de produtos químicos para tratamento de água SAMAE

Orleans-SC., 02/02/2016

CONTRATO 06/2016 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 06/2016

Contratante.: SAMAE DE ORLEANS

Contratada : ESGOTEX – SERV.DE LIMPEZA DE FOSSAS SEPTICAS LTDA

Valor : 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais) anual.

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Pregão Presencial 21/2015

Objeto : aquisição de produtos químicos para tratamento de água SAMAE

Orleans-SC., 02/02/2016

CONTRATO 05/2016 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 05/2016

Contratante.: SAMAE DE ORLEANS

Contratada : HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA

Valor : 24.750,00 (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta reais) anual.

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Pregão Presencial 21/2015

Objeto : aquisição de produtos químicos para tratamento de água SAMAE

Orleans-SC., 02/02/2016

CONTRATO 07/2016 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 07/2016

Contratante.: SAMAE DE ORLEANS

Contratada : JAYME BALDIN VERGINIO

Valor : 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) anual.

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Objeto : aluguel de uma sala para deposito de bens móveis do SAMAE

Orleans-SC., 02/02/2016

Otacílio Costa

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 113/2015 - INTELECTUS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

O Prefeito de Otacílio Costa, Sr. LUIZ CARLOS XAVIER, no uso de suas atribuições e na forma do art. 61 da Lei 8.666/93, torna público o EXTRATO DA CONTRATAÇÃO, com INTELECTUS – INSTITUTIVO DE DESENVOLVIMENTO EIRELI de acordo com o Contrato nº 133/2015, que tem por Finalidade/Objeto: A contratação de empresa especializada para a capacitação do quadro de funcionários das áreas de administração geral, financeira, tributária. A autorização para a lavratura do contrato decorre do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2015; em conformidade com a Lei 8.666/93.

O Valor total da contratação é de R\$77.000,00. E a vigência do contrato a partir de 13/11/2015 até 31/12/2015.

O contrato encontra-se arquivado no Setor de Licitações, podendo ser consultado por qualquer interessado, na forma da Lei Orgânica. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014.
Otacílio Costa – 24/11/2015

LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

Ouro

PREFEITURA

CONTRATOS E ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2016

Processo Licitatório n. 0008/2016

Pregão Presencial n. 0005/2016

CONTRATO Nº 007/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - EPP

Objeto: Aquisição Nitrogênio Líquido.

Vigência: 01/02/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 18.830,00 (dezoito mil oitocentos e trinta reais)

Data de assinatura: 01/02/2016

Processo Licitatório n. 0004/2016

Pregão Presencial n. 0001/2016

CONTRATO Nº 009/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: BRUNO MICHEL FAVERO PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI - EPP

Objeto: Aquisição de medicamentos éticos constantes na tabela da Revista ABC Farma

Vigência: 01/02/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Data de assinatura: 01/02/2016

Processo Licitatório n. 0004/2016

Pregão Presencial n. 0001/2016

CONTRATO Nº 010/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: NOSSA FARMÁCIA OURO LTDA - ME

Objeto: Aquisição de medicamentos similares e genéricos, constantes na tabela da Revista ABC Farma.

Vigência: 01/02/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Data de assinatura: 01/02/2016

Processo Licitatório n. 0053/2015,

Modalidade Tomada de Preço para Obras e Serviços n. 0002/2015

CONTRATO Nº 011/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ENGHEVIA SERVIÇOS E OBRAS LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços com fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica em CAUQ.

Vigência: 01/02/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 886.698,19 (oitocentos e oitenta e seis mil seiscientos e noventa e oito reais e dezenove centavos).

Data de assinatura: 01/02/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N 0006/2016

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 0003/2016

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 0003/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUCOES ELÉTRICOS LTDA - EPP

Objeto: Aquisição de Material Elétrico para manutenção da rede de iluminação pública

Vigência: 01/02/2016 até 31/12/2016

Valor total: R\$ 33.668,14 (trinta e três mil seiscientos e sessenta e oito reais e quatorze centavos)

Data de assinatura: 01/02/2016.

PREGÃO PRESENCIAL E CHAMADA PÚBLICA 2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE OURO - SC, através do Prefeito Municipal Senhor Vitor João Faccin, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao estabelecido pela Lei 11.947/2009 e pela Resolução nº. 38/2009 do Ministério da Educação vem através deste tornar público que está realizando Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o ano de 2016. Os grupos formais e informais deverão apresentar o envelope contendo a documentação de habilitação e o envelope contendo a Proposta de Preços e o Projeto de Venda até o dia 01 de março de 2016, as 17hs, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro – SC, situada na Rua Governador Jorge Lacerda, 1209, Centro, Ouro/SC, sendo que a abertura dos mesmos será no dia 02 de março de 2016, as 09hs. Pedidos de edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br. Ouro, Santa Catarina, 25/01/2016. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0007/2016

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 19/02/2016, às 10h30min, o Processo Licitatório nº. 0010/2016, na modalidade Pregão Presencial nº. 0007/2016, tipo menor preço por item, sob regime de registro de preços. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recapagem de pneus. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 20/01/2016. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0008/2016

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 19/02/2016, às 14hs, o Processo Licitatório nº. 0011/2016, na modalidade Pregão Presencial nº. 0008/2016, tipo menor preço por item, sob regime de entrega imediata. Objeto: Aquisição de material escolar destinado às Escolas de Ensino Fundamental e Pré-escola da Rede Municipal de Ensino e aos Centros Municipais de Educação Infantil. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 20/01/2016. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2726

DECRETO N.º 2726/2016

“NOMEIA FUNCIONARIO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Leis Complementares 022/2005 e 023/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada para o Serviço Público Municipal a Sra. Marcia Veloso dos Santos, para exercer o Cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, enquadrado no Anexo III, da Lei Complementar 023/2005, Nível 01.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 03 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário Municipal de Adm. e Gestão

Palhoça

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº006/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº 006/2016, no dia 08 de março de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto da presente Licitação consiste na outorga de CONCESSÃO DE USO ONEROSA para exploração comercial de LANCHONETE/CANTINA, nas dependências da Faculdade Municipal de Palhoça, localizada na Rua João Pereira dos Santos, 305, Ponte do Imaruim – Palhoça SC. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 03 de fevereiro de 2016. COMISSÃO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 07/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº007/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº 007/2016, no dia 08 de março de 2016, às 16h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto da presente Licitação consiste na outorga de CONCESSÃO DE USO ONEROSA para exploração comercial, única e exclusivamente de Serviços referentes à impressão, reprodução, encadernação e afins, no espaço reservado da Faculdade Municipal, localizado na Rua João Pereira dos Santos, 305, Ponte do Imaruim – Palhoça SC. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 03 de fevereiro de 2016. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

CONVÊNIO Nº 004, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONVÊNIO Nº 004, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário São Sebastião para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICIPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE

EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 76.554.989/0001-47 com sede Rua David José dos Santos s/n, bairro São Sebastião, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal Marcio Lucio dos Santos, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 3780246, e, inscrita no CPF sob o nº 022.035.669-65 residente e domiciliado na Rua Candido dos Santos – s/n, São Sebastião, Palhoça- SC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparado no que dispõe a Lei Municipal nº 4.337, de 01 de fevereiro de 2016, e Decreto Legislativo nº 400/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o MUNICÍPIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 277.080,00 (duzentos e setenta e sete mil e oitenta reais), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 23.090,00 cada, e uma parcela no valor de R\$ 46.180,00 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Fundeb.

II – O número de crianças atendidas será de 85 (oitenta e cinco) conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 23.090,00
02	15/03/2016	R\$ 23.090,00
03	15/04/2016	R\$ 23.090,00
04	15/05/2016	R\$ 23.090,00
05	15/06/2016	R\$ 23.090,00
06	15/07/2016	R\$ 23.090,00
07	15/08/2016	R\$ 23.090,00
08	15/09/2016	R\$ 23.090,00
09	15/10/2016	R\$ 23.090,00
10	15/11/2016	R\$ 23.090,00
11	15/12/2016	R\$ 46.180,00

IV – As datas dos pagamentos poderão ser alteradas, através de Termo Aditivo, para atender o cumprimento do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou

famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser

aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;
- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria.

Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominiais aos credores;

9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do

presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Shirley Nobre Scharf

CONSELHO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO
Marcio Lucio dos Santos

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 005, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016. CONVÊNIO Nº 005, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a AEBAS - Associação Beneficente de Assistência Social para atendimento de Jornada Ampliada no Ensino Fundamental.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICIPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição AEBAS – ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 83.932.608.0004-24, com sede na Rua Ricardo Schlemper s/nº, bairro Frei Damião, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal ABGAIL MACIEL, brasileira, solteira, religiosa, portador da cédula de identidade n.º 1.572.346-1, inscrito no CPF sob o nº 501.632.729-72 residente e domiciliada na Rua Plácido de Castro, 130 Centro, Florianópolis - SC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº 4.338, de 01 de fevereiro de 2016 e Decreto Legislativo nº 392/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o MUNICÍPIO e a INSTITUIÇÃO, para atendimento na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica – a crianças e adolescentes de 06 (seis) a 16 (dezesesseis) anos de idade, completos

ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03), em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 128.887,20 (cento e vinte e oito mil, oitocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 10.740,60 cada, e uma parcela no valor de R\$ 21.481,20 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso próprio.

II – O número de crianças atendidas será de 110 (cento e dez) conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 10.740,60
02	15/03/2016	R\$ 10.740,60
03	15/04/2016	R\$ 10.740,60
04	15/05/2016	R\$ 10.740,60
05	15/06/2016	R\$ 10.740,60
06	15/07/2016	R\$ 10.740,60
07	15/08/2016	R\$ 10.740,60
08	15/09/2016	R\$ 10.740,60
09	15/10/2016	R\$ 10.740,60
10	15/11/2016	R\$ 10.740,60
11	15/12/2016	R\$ 21.481,20

IV – As datas dos pagamentos poderão ser alteradas, através de Termo Aditivo, para atender o cumprimento do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos

atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução

de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

a) remuneração de pessoal e encargos sociais;

b) aquisição de material de consumo;

c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;

d) aquisição de material didático-pedagógico;

e) aquisição de material de expediente;

f) aquisição de materiais para pequenos reparos;

g) manutenção de equipamentos;

h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.
11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;
12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;
13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos

os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
- b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com

devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Shirley Nobre Scharf

AEBAS - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Abgail Maciel

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 006, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONVÊNIO Nº 006, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Conselho Comunitário Pachecos para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICIPIO, com intervenção da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO PACHECOS entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 19.324.812/0001-10 com sede Rua Natalino Campos Schaimann s/nº, bairro Pachecos, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal MARCILEI APARECIDA MATOS, brasileira, solteira, professora, portador da cédula de identidade nº 3.218.497, e, inscrita no CPF sob o nº 026.132.539-67 residente e domiciliada na Rua Januário Pereira de Lima n.96, Pachecos, Palhoça- SC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº 4.339, de 01 de fevereiro de 2016, e Decreto Legislativo nº 398/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 453.780,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e setecentos e oitenta reais), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 37.815,00 cada, e uma parcela no valor de R\$ 75.630,00 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Fundeb.

II – O número de crianças atendidas será de 210 (duzentos e dez) conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 37.815,00
02	15/03/2016	R\$ 37.815,00
03	15/04/2016	R\$ 37.815,00
04	15/05/2016	R\$ 37.815,00
05	15/06/2016	R\$ 37.815,00
06	15/07/2016	R\$ 37.815,00
07	15/08/2016	R\$ 37.815,00
08	15/09/2016	R\$ 37.815,00

09	15/10/2016	R\$ 37.815,00
10	15/11/2016	R\$ 37.815,00
11	15/12/2016	R\$ 75.630,00

IV – As datas dos pagamentos poderão ser alteradas, através de Termo Aditivo, para atender o cumprimento do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados

referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;
- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta

bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;

8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
- b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do

Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Shirley Nobre Scharf

CONSELHO COMUNITÁRIO PACHECOS

Marcilei Aparecida Matos

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 007, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONVÊNIO Nº 007, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário do Furadinho atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO DO FURADINHO, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 79.655.379/0001-28, com sede na Rua Domingos de Souza Filho, nº 774, bairro Furadinho, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal RENATA JAQUELINE MARTINS, brasileira, casada, religiosa, portador da cédula de identidade n.º 2.732.653-5, inscrito no CPF sob o nº 904,703,979-34 residente e domiciliada na Rua Cambirela, nº 98, Praia do Pontal, Palhoça - SC, resolvem celebrar o

presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº 4.340, de 01 de fevereiro de 2016, e Decreto Legislativo nº 403/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 266.310,00 (duzentos e sessenta e seis mil e trezentos e dez reais), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 22.192,50 cada, e uma parcela no valor de R\$ 44.385,00 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Fundeb.

II – O número de crianças atendidas será de 112 (cento e doze) conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 22.192,50
02	15/03/2016	R\$ 22.192,50
03	15/04/2016	R\$ 22.192,50
04	15/05/2016	R\$ 22.192,50
05	15/06/2016	R\$ 22.192,50
06	15/07/2016	R\$ 22.192,50
07	15/08/2016	R\$ 22.192,50
08	15/09/2016	R\$ 22.192,50
09	15/10/2016	R\$ 22.192,50
10	15/11/2016	R\$ 22.192,50
11	15/12/2016	R\$ 44.385,00

IV – As datas dos pagamentos poderão ser alteradas, através de Termo Aditivo, para atender o cumprimento do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer

momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes

e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;
- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.
11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de

serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em/...../.....

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Shirley Nobre Scharf

CONSELHO COMUNITÁRIO DO FURADINHO
Renata Jaqueline Martins

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 008, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016. CONVÊNIO Nº 008, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Ponte do Imaruim - CCPI para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr.CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICIPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO PONTE DO IMARUIM - CPPI entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 83.720.631/0001-02, com sede na Rua Trinta e Um de Março s/nº, bairro Ponte do Imaruim, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal Mario Seolin, brasileiro, supervisor, casado, portador da cédula de identidade n.º 986978, e, inscrita no CPF sob o nº 417.626.229-04 residente e domiciliada na Rua Arlindo Alcebiades de Andrade, nº 364, Ponte do Imaruim, Palhoça- SC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº 4.341, de 01 de fevereiro de 2016, e Decreto Legislativo nº 395/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – a crianças de dois a seis anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 353.658,60 (trezentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 29.471,55 cada, e uma parcela no valor de R\$ 58.943,10 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Fundeb.

II – O número de crianças atendidas será de 120 (cento e vinte) conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 29.471,55
02	15/03/2016	R\$ 29.471,55
03	15/04/2016	R\$ 29.471,55
04	15/05/2016	R\$ 29.471,55
05	15/06/2016	R\$ 29.471,55
06	15/07/2016	R\$ 29.471,55
07	15/08/2016	R\$ 29.471,55
08	15/09/2016	R\$ 29.471,55
09	15/10/2016	R\$ 29.471,55
10	15/11/2016	R\$ 29.471,55
11	15/12/2016	R\$ 58.943,10

IV – As datas dos pagamentos poderão ser alteradas, através de Termo Aditivo, para atender o cumprimento do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao

desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste

instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos

na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

a) remuneração de pessoal e encargos sociais;

b) aquisição de material de consumo;

c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;

d) aquisição de material didático-pedagógico;

e) aquisição de material de expediente;

f) aquisição de materiais para pequenos reparos;

g) manutenção de equipamentos;

h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;

2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;

3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;

5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;

8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal,

ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

- a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;
- b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;
- c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;
- d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;
- e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;
- f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Shirley Nobre Scharf

CONSELHO COMUNITÁRIO PONTE DO IMARUIM - CCPI
Mario Seolin

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 009, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONVÊNIO Nº 009, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Santa Clara para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO

MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO SANTA CLARA, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 80.152.317/0001-82, com sede na Rua Salézio Beltrame s/nº, bairro Caminho Novo, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal EDUARDO SOUZA KREMER DOS SANTOS, brasileiro, casado, religioso, portador da cédula de identidade nº 3.323.255, inscrito no CPF sob o nº 940.385.207-78 residente e domiciliada na Rua José de Anchieta s/nº, Santa Clara, Florianópolis - SC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº 4.342, de 01 de fevereiro de 2016, e Decreto Legislativo nº 407/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 30.000,00 cada, e uma parcela no valor de R\$ 60.000,00 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Fundeb.

II – O número de crianças atendidas será de 169 (cento e sessenta e nove) conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 30.000,00
02	15/03/2016	R\$ 30.000,00
03	15/04/2016	R\$ 30.000,00
04	15/05/2016	R\$ 30.000,00
05	15/06/2016	R\$ 30.000,00
06	15/07/2016	R\$ 30.000,00
07	15/08/2016	R\$ 30.000,00
08	15/09/2016	R\$ 30.000,00
09	15/10/2016	R\$ 30.000,00
10	15/11/2016	R\$ 30.000,00
11	15/12/2016	R\$ 60.000,00

IV – As datas dos pagamentos poderão ser alteradas, através de Termo Aditivo, para atender o cumprimento do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito

de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/

estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;
- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas

de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
- b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

- a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras

apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denúncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação

em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Shirley Nobre Scharf

CONSELHO COMUNITÁRIO SANTA CLARA
Eduardo Souza Kremer dos Santos

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 010, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016. CONVÊNIO Nº 010, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Associação Conselho Comunitário de Aririú da Formiga para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICIPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO DE ARIRIÚ DA FORMIGA, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 78.531.985/0001-79, com na sede Rua Antônio da Silva, s/nº, bairro Aririú da Formiga, CEP 88132-770, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal MAURO CESAR DA SILVA GOULART, brasileiro, solteiro, religioso, portador da cédula de identidade n.º 104.169-0, inscrita no CPF sob o nº 070.712.649-53 residente e domiciliado à Rua Aurélia Maria Maia, nº 55, Aririú da Formiga/Palhoça-SC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº 4.343, de 01 de fevereiro de 2016, e Decreto Legislativo nº 405/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – a crianças de três a cinco anos de idade, completos ou a completar

até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 184.330,80 (centro e oitenta e quatro mil, trezentos e trinta reais e oitenta centavos), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 15.360,90 cada, e uma parcela no valor de R\$ 30.721,80 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Fundeb.

II – O número de crianças atendidas será de 76 (setenta e seis) conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 15.360,90
02	15/03/2016	R\$ 15.360,90
03	15/04/2016	R\$ 15.360,90
04	15/05/2016	R\$ 15.360,90
05	15/06/2016	R\$ 15.360,90
06	15/07/2016	R\$ 15.360,90
07	15/08/2016	R\$ 15.360,90
08	15/09/2016	R\$ 15.360,90
09	15/10/2016	R\$ 15.360,90
10	15/11/2016	R\$ 15.360,90
11	15/12/2016	R\$ 30.721,80

IV – As datas dos pagamentos poderão ser alteradas, através de Termo Aditivo, para atender o cumprimento do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento

especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários,

securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;
- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominiais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.
11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;
12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;
13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço,

folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
- b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Shirley Nobre Scharf

CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIÚ DA FORMIGA
Mauro Cesar da Silva Goulart

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 011, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016. CONVÊNIO Nº 011, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Centro Comunitário Bela Vista – C.C.B.V. para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 004.573.569-79, doravante denominado MUNICIPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no CPF sob o nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição CENTRO COMUNITÁRIO BELA VISTA – C.C.B.V, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 22.218.345/0001-59, com sede na Rua Duílio José Pizani s/n, bairro Bela Vista, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sr. ANDERSON RODRIGO PATRICIO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 036.797.099-60, portador do RG n. 4177384 – SSP/SC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº 4.344, de 01 de fevereiro de 2016, e Decreto Legislativo nº 396/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – a crianças de dois a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 291.595,20 (duzentos e noventa e um mil e quinhentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 24.299,60 cada, e uma parcela no valor de R\$ 48.599,20 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Fundeb.

II – O número de crianças atendidas será de 150 (cento e cinquenta) conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 24.299,60
02	15/03/2016	R\$ 24.299,60

03	15/04/2016	R\$ 24.299,60
04	15/05/2016	R\$ 24.299,60
05	15/06/2016	R\$ 24.299,60
06	15/07/2016	R\$ 24.299,60
07	15/08/2016	R\$ 24.299,60
08	15/09/2016	R\$ 24.299,60
09	15/10/2016	R\$ 24.299,60
10	15/11/2016	R\$ 24.299,60
11	15/12/2016	R\$ 48.599,20

IV – As datas dos pagamentos poderão ser alteradas, através de Termo Aditivo, para atender o cumprimento do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do

SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a

utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

a) remuneração de pessoal e encargos sociais;

b) aquisição de material de consumo;

c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;

d) aquisição de material didático-pedagógico;

e) aquisição de material de expediente;

f) aquisição de materiais para pequenos reparos;

g) manutenção de equipamentos;

h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria.

Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento de cada parcela do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;

2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;

3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e

Tesoureiro;

5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;

8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material

foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em/...../.....

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades

ocorrentes quando:

- a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;
- b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;
- c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;
- d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;
- e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;
- f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta)

dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Shirley Nobre Scharf

CENTRO COMUNITÁRIO BELA VISTA – C.C.B.V.
Anderson Rodrigo Patricio

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 012, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016. CONVÊNIO Nº 012, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Associação João Paulo II para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICIPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição ASSOCIAÇÃO JOÃO

PAULO II, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 75.398.966/0001-28, com sede na Rua João Gonçalves nº 128, bairro Ponte do Imaruim, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal GERVÁSIO MANOEL DE SOUZA brasileira, religioso, portador da cédula de identidade n.º 54677-56e, inscrita no CPF sob o nº 533.407.449-04 residente e domiciliada na Rua Antônio Federal, nº 380, Ponte do Imaruim, Palhoça- SC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparado no que dispõe a Lei Municipal nº 4.345, de 01 de fevereiro de 2016, e Decreto Legislativo nº 401/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – a crianças de dois a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 269.539,20 (duzentos e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta e nove reais e vinte centavos), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 22.461,60 cada, e uma parcela no valor de R\$ 44.923,20 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso próprio.

II – O número de crianças atendidas será de 85 (oitenta e cinco) conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 22.461,60
02	15/03/2016	R\$ 22.461,60
03	15/04/2016	R\$ 22.461,60
04	15/05/2016	R\$ 22.461,60
05	15/06/2016	R\$ 22.461,60
06	15/07/2016	R\$ 22.461,60
07	15/08/2016	R\$ 22.461,60
08	15/09/2016	R\$ 22.461,60
09	15/10/2016	R\$ 22.461,60
10	15/11/2016	R\$ 22.461,60
11	15/12/2016	R\$ 44.923,20

IV – As datas dos pagamentos poderão ser alteradas, através de Termo Aditivo, para atender o cumprimento do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

- 2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;
- 3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;
- 4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;
- 5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;
- 6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;
- 7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;
- 8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

- a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;
- b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;
- c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;
- d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;
- e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;
- f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;
- g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;
- h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes,

coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;

e) aquisição de material de expediente;

f) aquisição de materiais para pequenos reparos;

g) manutenção de equipamentos;

h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor

unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
- b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta

Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados às crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denúncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade,

devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Shirley Nobre Scharf

ASSOCIAÇÃO JOÃO PAULO II
Gervásio Manoel de Souza

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 013, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONVÊNIO Nº 013, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e o Conselho Comunitário Padre Réus para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO PADRE RÉUS, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF 76.875.764/0001-92, com sede Rua na Germano Spriggo, bairro Caminho Novo, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal MARIA DO CARMO DE LIMA, brasileira, solteira, religiosa, portador da cédula de identidade n.º 2.308.367, inscrito no CPF sob o nº 716.339.609-00 residente e domiciliada na Rua Plácido de Osvaldo Lamim, 342, LOT: 22 – QD 19 – Apto 102 Pachecos, Palhoça - SC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº 4.346, de 01 de fevereiro de 2016, e Decreto Legislativo nº 397/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – a crianças de um a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 514.992,00 (quinhentos e quatorze mil e novecentos e noventa e dois reais), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 42.916,00 cada, e uma parcela no valor de R\$ 85.832,00 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Fundeb.

II – O número de crianças atendidas será de 230 (duzentos e trinta) conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 42.916,00
02	15/03/2016	R\$ 42.916,00
03	15/04/2016	R\$ 42.916,00
04	15/05/2016	R\$ 42.916,00
05	15/06/2016	R\$ 42.916,00
06	15/07/2016	R\$ 42.916,00
07	15/08/2016	R\$ 42.916,00
08	15/09/2016	R\$ 42.916,00
09	15/10/2016	R\$ 42.916,00
10	15/11/2016	R\$ 42.916,00
11	15/12/2016	R\$ 85.832,00

IV – As datas dos pagamentos poderão ser alteradas, através de Termo Aditivo, para atender o cumprimento do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação

de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de

alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;
- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.
11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;
12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;
13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;
14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados

pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GENÊROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto,

sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Shirley Nobre Scharf

CONSELHO COMUNITÁRIO PADRE RÉUS
Maria do Carmo de Lima

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 014, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONVÊNIO Nº 014, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Associação Pró-Brejaru para atendimento de Jornada Ampliada no Ensino Fundamental.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79, doravante denominado MUNICIPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição ASSOCIAÇÃO PRÓ-BREJARU, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 07.104.903/0001-61, com sede na Rua Pascoal Mazili, nº 10, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal CARLA PATRICIA HEIDERSCHIEDT, brasileira, solteira, portador da cédula de identidade nº 3.218.282, inscrita no CPF sob o nº 896.406.839-49 residente e domiciliada em Palhoça, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.347, de 01 de fevereiro de 2016 e Decreto Legislativo nº 408/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o MUNICÍPIO e a INSTITUIÇÃO, para atendimento na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica – a crianças e adolescentes de 06 (seis) a 16 (dezesesseis) anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03), em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 262.978,80 (duzentos e sessenta e dois mil, novecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 21.914,90 cada, e uma parcela no valor de R\$ 43.829,80 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso próprio.

II – O número de crianças atendidas será de 124 (cento e vinte e quatro) conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 21.914,90
02	15/03/2016	R\$ 21.914,90
03	15/04/2016	R\$ 21.914,90
04	15/05/2016	R\$ 21.914,90
05	15/06/2016	R\$ 21.914,90
06	15/07/2016	R\$ 21.914,90
07	15/08/2016	R\$ 21.914,90
08	15/09/2016	R\$ 21.914,90
09	15/10/2016	R\$ 21.914,90
10	15/11/2016	R\$ 21.914,90

11	15/12/2016	R\$ 43.829,80
----	------------	---------------

IV – As datas dos pagamentos poderão ser alteradas, através de Termo Aditivo, para atender o cumprimento do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os

pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

- g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;
- h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao

Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;
- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;

8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em/...../.....

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que

incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes

atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do

Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Shirley Nobre Scharf

ASSOCIAÇÃO PRÓ-BREJARU
Carla Patrícia Heiderscheidt

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 015, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONVÊNIO Nº 015, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebrem o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário de Jardim Eldorado para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO JARDIM ELDORADO entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 76.277.003/0001-39 com sede na Rua Vitor Meireles, nº 527, bairro Jardim Eldorado, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal ISAURA BET, brasileira, solteira, portador da cédula de identidade nº 213.809, e, inscrita no CPF sob o nº 251.306.179-91 residente e domiciliado na Rua Vitor Meireles, nº 527, Jardim Eldorado,

Palhoça- SC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.348, de 01 de fevereiro de 2016, e Decreto Legislativo nº 391/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – a crianças de três a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 255.063,48 (duzentos e cinquenta e cinco mil, sessenta e três reais e quarenta e oito centavos), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 21.255,29 cada, e uma parcela no valor de R\$ 42.510,58 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Fundeb.

II – O número de crianças atendidas será de 90 (noventa) conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 21.255,29
02	15/03/2016	R\$ 21.255,29
03	15/04/2016	R\$ 21.255,29
04	15/05/2016	R\$ 21.255,29
05	15/06/2016	R\$ 21.255,29
06	15/07/2016	R\$ 21.255,29
07	15/08/2016	R\$ 21.255,29
08	15/09/2016	R\$ 21.255,29
09	15/10/2016	R\$ 21.255,29
10	15/11/2016	R\$ 21.255,29
11	15/12/2016	R\$ 42.510,58

IV – As datas dos pagamentos poderão ser alteradas, através de Termo Aditivo, para atender o cumprimento do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer

momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes

e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

a) remuneração de pessoal e encargos sociais;

b) aquisição de material de consumo;

c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;

d) aquisição de material didático-pedagógico;

e) aquisição de material de expediente;

f) aquisição de materiais para pequenos reparos;

g) manutenção de equipamentos;

h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.
11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de

serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
- b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denúncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Schirley Nobre Scharf

CONSELHO COMUNITÁRIO JARDIM ELDORADO
Isaura Bet

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONVÊNIO Nº 016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE para atendimento de Jornada Ampliada no Ensino Básico.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICÍPIO, com intervenção da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, e, de outro lado, a instituição ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 75.398.966/0001-28 com sede Rua Manoel Cantalício Vidal s/n, bairro Centro, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal Leonita Maria de Oliveira, brasileira, divorciada, portador da cédula de identidade n.º 1R/ 1.175.423, e, inscrita no CPF sob o nº 950.869.949-34 residente e domiciliado na Rua Miguel João Jacinto, n.171, Bela Vista, Palhoça- SC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.349, de 01 de fevereiro de 2016, e Decreto Legislativo nº 406/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para suprir as demandas provenientes e referentes ao atendimento adequado de pessoas com deficiência da Rede Municipal de Ensino e da Escola Especial Caminho da Esperança, mantida pela instituição conveniada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 867.886,80 (oitocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 72.323,90 cada, e uma parcela no valor de R\$ 144.647,80 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso próprio.

II – O número de crianças atendidas será de 295 (duzentos e noventa e cinco) conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 72.323,90
02	15/03/2016	R\$ 72.323,90
03	15/04/2016	R\$ 72.323,90
04	15/05/2016	R\$ 72.323,90
05	15/06/2016	R\$ 72.323,90
06	15/07/2016	R\$ 72.323,90
07	15/08/2016	R\$ 72.323,90
08	15/09/2016	R\$ 72.323,90
09	15/10/2016	R\$ 72.323,90
10	15/11/2016	R\$ 72.323,90
11	15/12/2016	R\$ 144.647,80

IV – As datas dos pagamentos poderão ser alteradas, através de Termo Aditivo, para atender o cumprimento do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprir o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO,

referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;
- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;

5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;

8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
- b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades

3.3.50.00.00.00.00.00.00.0.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse

público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Shirley Nobre Scharf

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
Leonita Maria de Oliveira

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 017, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016. CONVÊNIO Nº 017, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Associação Esportiva, Recreativa, Cultural, Beneficente Social e Educacional "Doce Mar" para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4, e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY

NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RECREATIVA, CULTURAL, BENEFICENTE SOCIAL E EDUCACIONAL DOCE MAR, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 08.960.082/0001-28 com sede na Rua Ieda Moreira nº 137, bairro Praia de Fora, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal BRUNO HELENO DE SOUSA GARCIA, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 4698839, e inscrita no CPF sob o nº 081.604.419-83 residente e domiciliado em Palhoça, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.350, de 01 de fevereiro de 2016, e Decreto Legislativo nº 402/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – a crianças de um a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 301.982,40 (trezentos e um mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 25.165,20 cada, e uma parcela no valor de R\$ 50.330,40 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso próprio.

II – O número de crianças atendidas será de 124 (cento e vinte e quatro) conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 25.165,20
02	15/03/2016	R\$ 25.165,20
03	15/04/2016	R\$ 25.165,20
04	15/05/2016	R\$ 25.165,20
05	15/06/2016	R\$ 25.165,20
06	15/07/2016	R\$ 25.165,20
07	15/08/2016	R\$ 25.165,20
08	15/09/2016	R\$ 25.165,20
09	15/10/2016	R\$ 25.165,20
10	15/11/2016	R\$ 25.165,20
11	15/12/2016	R\$ 50.330,40

IV – As datas dos pagamentos poderão ser alteradas, através de Termo Aditivo, para atender o cumprimento do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

- a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;
- b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;
- c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;
- d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;
- e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;
- f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;
- g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;
- h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;
- i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;
- j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;
- l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.
- m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;
- n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;
- o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;
- p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

- 1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;
- 2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;
- 3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;
- 4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;
- 5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;
- 6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;
- 7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;
- 8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

- a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;
- b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;
- c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;
- d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;
- e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;
- f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;
- g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;
- h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta

político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;

c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;

d) aquisição de material didático-pedagógico;

e) aquisição de material de expediente;

f) aquisição de materiais para pequenos reparos;

g) manutenção de equipamentos;

h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominiais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão

aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do

atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Shirley Nobre Scharf

Associação Esportiva, Recreativa, Cultural, Beneficente Social e Educacional Doce Mar

Bruno Heleno de Sousa Garcia

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 018, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONVÊNIO Nº 018, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Fundação Fé e Alegria, para atendimento da Educação Infantil e de Jornada Ampliada no Ensino Fundamental.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICIPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição FÉ E ALEGRIA SANTA CATARINA, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 46.250.411/0008-02, com sede na Rua Américo Vespúcio, 350, Loteamento Laranjeiras – Barra do Aririú, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal ÁLVARO AUGUSTO MONTENEGRO PEREIRA, brasileiro, solteiro, religioso, portador da cédula de identidade nº 3.683.230, inscrito no CPF sob nº 652.844.614-87 residente e domiciliado na Rua Montezuma, nº 25, Jardim das Bandeiras – São Paulo, SP, neste ato representado por seu procurador CÉLIA R. M. BERTIOLO brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 871.571.609-00 e RG n.2.817.623, residente e domiciliada na Servidão José Carlos de Oliveira, n.711, bairro Centro, Florianópolis – SC, doravante denominada INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.351, de 01 de fevereiro de 2016, e Decreto Legislativo nº 404/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – à crianças de quatro a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

E ainda, para atendimento na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica – a crianças e adolescentes de 06 (seis) a 16 (dezesesseis) anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03), em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 426.000,00 (quatrocentos e vinte e seis mil reais), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 35.500,00 cada, e uma parcela no valor de R\$ 71.000,00 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso próprio.

II – O número de crianças atendidas será de 234 (duzentos e trinta e quatro), sendo 84 crianças na Educação Infantil e 150 infante-juvenis para a Jornada Ampliada conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 35.500,00
02	15/03/2016	R\$ 35.500,00
03	15/04/2016	R\$ 35.500,00
04	15/05/2016	R\$ 35.500,00
05	15/06/2016	R\$ 35.500,00
06	15/07/2016	R\$ 35.500,00
07	15/08/2016	R\$ 35.500,00
08	15/09/2016	R\$ 35.500,00
09	15/10/2016	R\$ 35.500,00
10	15/11/2016	R\$ 35.500,00
11	15/12/2016	R\$ 71.000,00

IV – As datas dos pagamentos poderão ser alteradas, através de Termo Aditivo, para atender o cumprimento do Orçamento Municipal de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do

presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de

Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada

pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

a) remuneração de pessoal e encargos sociais;

b) aquisição de material de consumo;

c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;

d) aquisição de material didático-pedagógico;

e) aquisição de material de expediente;

f) aquisição de materiais para pequenos reparos;

g) manutenção de equipamentos;

h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em/...../.....

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo

estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades 3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Shirley Nobre Scharf

FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL
Célia R. M. Betiolo por procuração

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 019, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONVÊNIO Nº 019, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Aririú para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIU entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 78.883.618/0001-34 com sede na Rua São Francisco de Assis nº 468, bairro Aririú, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal Carmelino da Silva, brasileiro, viúvo, aposentado, portador da cédula de identidade nº 1/R 1.169.906, e, inscrita no CPF sob o nº 342.080.496-53 residente e domiciliado na Rua Av. João José da Silva, n.1114, Aririú, Palhoça- SC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.352, de 01 de fevereiro de 2016, e Decreto Legislativo nº 394/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I – Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 604.777,20 (seiscentos e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e vinte centavos), sendo: R\$ 582.873,60 com recursos do FUNDEB e R\$ 21.903,60 com recursos próprios, divididos em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 48.572,80 e 01 (uma) no valor de R\$ 97.145,60 com recursos do FUNDEB e 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 1.825,30 e 01 (uma) no valor de R\$ 3.650,60 com recursos próprios, referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO.

II – O número de crianças atendidas será de 269 (duzentos e sessenta e nove) conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	15/02/2016	R\$ 48.572,80 + R\$ 1.825,30
02	15/03/2016	R\$ 48.572,80 + R\$ 1.825,30
03	15/04/2016	R\$ 48.572,80 + R\$ 1.825,30
04	15/05/2016	R\$ 48.572,80 + R\$ 1.825,30
05	15/06/2016	R\$ 48.572,80 + R\$ 1.825,30
06	15/07/2016	R\$ 48.572,80 + R\$ 1.825,30
07	15/08/2016	R\$ 48.572,80 + R\$ 1.825,30
08	15/09/2016	R\$ 48.572,80 + R\$ 1.825,30
09	15/10/2016	R\$ 48.572,80 + R\$ 1.825,30
10	15/11/2016	R\$ 48.572,80 + R\$ 1.825,30
11	15/12/2016	R\$ 97.145,60 + R\$ 3.650,60

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as

Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e

perceíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;
- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria.

Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominiais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.
11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;
12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;
13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;
14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
 - b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denúncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Recursos do FUNDEB:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas em fins lucrativos

Recursos Próprios:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades

3.3.50.00.00.00.00.00.00.00.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo

Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Shirley Nobre Scharf

CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIÚ
Carmelino da Silva

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 020, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016. CONVÊNIO Nº 020, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário do Alto Aririú para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4, e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICIPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO DO ALTO ARIRIÚ, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 76.276.591/0001-96, com sede na Rua Cesar Rene Wagner, s/nº, bairro Alto Aririú, CEP 88135-720, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal Nivaldo Martinho, brasileiro, casado, marceneiro, portador da cédula de identidade nº 1.255.837, residente e domiciliado na Rua João Manoel da Rosa, 236, Alto Aririú, Palhoça - SC, doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº 4.353, de 01 de fevereiro de 2016, e Decreto Legislativo nº 399/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

E ainda, para atendimento na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica – a crianças e adolescentes de 06 (seis) a 16 (dezesesseis) anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03), em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 664.808,40 (seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e quarenta centavos), sendo R\$ 644.809,20 com recursos do FUNDEB e R\$ 19.999,20 (atendimento de crianças de 06 a 14 anos) com recursos próprios, divididos em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 53.734,10 cada, e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 107.468,20 com recursos do FUNDEB e 10 (dez) parcelas de R\$ 1.666,60 e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 3.333,20 referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO.

II – O número de crianças atendidas será de 272 (duzentos e setenta e dois) na Educação Infantil e 50 (cinquenta) na Educação Básica, conforme apresentado no plano de trabalho.

III – Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
-------------------	--------------------	-------

01	15/02/2016	R\$ 53.734,10 + R\$ 1.666,60
02	15/03/2016	R\$ 53.734,10 + R\$ 1.666,60
03	15/04/2016	R\$ 53.734,10 + R\$ 1.666,60
04	15/05/2016	R\$ 53.734,10 + R\$ 1.666,60
05	15/06/2016	R\$ 53.734,10 + R\$ 1.666,60
06	15/07/2016	R\$ 53.734,10 + R\$ 1.666,60
07	15/08/2016	R\$ 53.734,10 + R\$ 1.666,60
08	15/09/2016	R\$ 53.734,10 + R\$ 1.666,60
09	15/10/2016	R\$ 53.734,10 + R\$ 1.666,60
10	15/11/2016	R\$ 53.734,10 + R\$ 1.666,60
11	15/12/2016	R\$ 107.468,20 + R\$ 3.333,20

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução

compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no

quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de

julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

a) remuneração de pessoal e encargos sociais;

b) aquisição de material de consumo;

c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;

d) aquisição de material didático-pedagógico;

e) aquisição de material de expediente;

f) aquisição de materiais para pequenos reparos;

g) manutenção de equipamentos;

h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;

2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.
11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;
12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;
13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;
14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
 - b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
 - c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do

respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Recursos do FUNDEB:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas em fins lucrativos

Recursos Próprios:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo

Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Shirley Nobre Scharf

CONSELHO COMUNITÁRIO DO ALTO ARIRIÚ

Nivaldo Martinho

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

DECISÃO ADMINISTRATIVA RECURSAL

DECISÃO ADMINISTRATIVA RECURSAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22241-2010

INTERESSADOS: A Administração Pública, a empresa Paulotur Transportes e Turismo Ltda. e a coletividade

OBJETO: Apuração de irregularidades na prestação de serviços de transporte coletivo na Região Sul do Município de Palhoça pela empresa Paulotur Transportes e Turismo Ltda.

I. RELATÓRIO:

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa Paulotur Transportes e Turismo Ltda. em face da decisão administrativa proferida pelo Senhor Prefeito Municipal às 700-723 do presente processo, que assim determinou:

[...] Ante todo o exposto, em atenção ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, adotando como razão de decidir os fundamentos constantes no relatório final elaborado pela Comissão Processante às fls. 452-477, que é parte integrante deste ato nos moldes do §1º do artigo 50 da Lei Federal nº 9.784/99, declaro, nos termos dos artigos 35, inciso III, e 38 da Lei Federal nº 8.987/95, em combinação com o artigo 16, inciso III, da Lei Municipal nº 1.296/2001, a CADUCIDADE DA CONCESSÃO PÚBLICA e, em consequência, determino a EXTIÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS celebrado entre o Município de Palhoça e a empresa Paulotur Transportes e Turismo Ltda., retomando imediatamente ao poder concedente a prestação dos serviços públicos de transporte coletivo na Região Sul do Município. Nos termos do §4º do artigo 38 da Lei Federal nº 8.987/95 a declaração de caducidade e a extinção do contrato de concessão somente terão validade após a expedição de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal específico para tal fim, que também disciplinará a retomada dos serviços públicos e especificará o modo de prestação dos serviços após a extinção da concessão, ao qual será dado ampla publicidade.

Nos termos do § 6º do artigo 38 da Lei Federal nº 8.987/95 não resultará ao poder concedente, ou seja, ao Município de Palhoça e seus órgãos, qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da empresa concessionária.

Ainda, nos termos da Cláusula 15ª do contrato de concessão, uma vez extinta a concessão, deverão retornar imediatamente ao poder concedente todos os bens reversíveis, independentemente de indenização, extinguindo-se todos os direitos e obrigações a que se reporta o contrato.

Ademais, deverão os órgãos municipais competentes proceder à cobrança administrativa ou judicial de todos os débitos tributários e contratuais devidos pela empresa, conforme apurado.

Intime-se o representante legal da empresa Paulotur Transportes e Turismo Ltda. acerca da presente decisão para que, querendo, apresente recurso administrativo (artigo 56 da Lei Federal nº 9.784/99). Caso apresentado recurso cabível e tempestivo, face a gravidade apresentada e urgência em ser normalizado o serviço público essencial, deve o mesmo ser recebido apenas em seu efeito devolutivo, conforme preceito contido no artigo 61 da Lei Federal nº 9.784/99.

Informe-se com urgência todos os órgãos da Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores do Município, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o Ministério Público do Trabalho, o DETER, o Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Urbano – SINTRATURB e a comunidade da Região Sul do Município acerca da presente decisão, dando-se, ainda, ampla publicidade e divulgação do seu conteúdo, inclusive em rádios e jornais de circulação regional.

Junte-se, por ofício, cópia da presente decisão administrativa aos autos das ações judiciais nº 0021043-63.2010.8.24.0045 e nº 0001679-71.2011.8.24.0045, em trâmite na 3ª Vara Cível desta

Comarca.

Publique-se cópia da presente decisão no Diário Oficial do Município e no mural da Prefeitura Municipal.

Eventuais dúvidas ou esclarecimentos acerca do conteúdo desta decisão serão dirimidos com base na Lei Federal nº 8.987/95, na Lei Federal nº 9.784/99, na Lei Municipal nº 1.296/2001 e nas disposições expressas no contrato de concessão firmado entre as partes, segundo o grau de especialização das normas.

Em suas razões recursais, alega a empresa recorrente, em síntese, que a decisão administrativa proferida pelo Senhor Prefeito Municipal foi inadequada e ilegal frente aos fatos efetivamente ocorridos, merecendo urgente reforma.

Assevera que o Decreto Municipal nº 1.865/2015, expedido em razão da referida decisão, é igualmente irregular e ilegal, merecendo ser desconstituído e ter seus efeitos cassados.

Aduz, ainda, que tanto a decisão quanto o decreto ofenderam diversos dispositivos constitucionais e legais, principalmente insertos na Lei Municipal nº 1.596/01, Lei Federal nº 9.784/99, Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 8.987/95. Além disso, não houve o devido respeito aos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo administrativo, eivando de vícios o processo e a decisão proferida.

Por outro lado, informa que a decisão recorrida impôs à empresa danos irreparáveis e de elevada monta, inclusive a seus empregados, e que possui todas as condições técnicas, operacionais, financeiras e legais para dar continuidade aos serviços de transporte público urbano objeto do contrato de concessão, que foi ilegalmente extinto.

Ao final, requereu: (i) o recebimento do recurso interposto no efeito suspensivo; (ii) seja observado o juízo de retratação disposto no §1º do artigo 56 da Lei nº 9.784/99; (iii) a revogação da decisão administrativa proferida às fls. 700-723 dos autos, bem como do Decreto Municipal nº 1.865/2015, por absoluta ilegalidade; e (iv) a possibilidade prosseguir executando, com exclusividade, os serviços públicos a que diz respeito o contrato de concessão extinto, até que seja concluído o certame licitatório necessário para a contratação de nova empresa concessionária dos referidos serviços. É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO:

Preliminarmente, impende destacar que o recurso administrativo interposto é cabível, preenche os requisitos legais dispostos na Lei Federal nº 9.784/99 (artigos 56 e seguintes) e é tempestivo, razão pela qual dele se conhece.

Ainda preliminarmente, importa consignar que o recurso interposto não deve ser recebido no efeito suspensivo.

Primeiro porque o artigo 61 da Lei Federal nº 9.784/99 é claro ao afirmar que, em regra, “o recurso não tem efeito suspensivo”.

Segundo porque a empresa recorrente não logrou comprovar inequivocamente o “justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação” em decorrência da execução da decisão recorrida, o que era seu dever a teor do §1º do artigo 61 da sobredita Lei Federal nº 9.784/99.

Terceiro porque não faria o menor sentido declarar a caducidade da concessão pública e determinar a extinção do contrato de concessão de serviços públicos - tudo isso por evidente descumprimento de cláusulas básicas do contrato de prestação de serviços - e ao mesmo tempo permitir que a empresa continue a prestar seus serviços defeituosos causando prejuízos irreparáveis tanto à população quanto ao Poder Público.

E quarto porque a própria decisão recorrida dispôs textualmente que “[...] apresentado recurso cabível e tempestivo, face a gravidade apresentada e urgência em ser normalizado o serviço público essencial, deve o mesmo ser recebido apenas em seu efeito devolutivo, conforme preceito contido no artigo 61 da Lei Federal nº

9.784/99”.

Pois bem. Analisando o presente processo observa-se com clareza que a empresa recorrente descumpriu, reiteradamente e por longo período, diversas cláusulas básicas do contrato de concessão de serviços de transporte público firmado com o Município de Palhoça, causando prejuízos irreparáveis tanto à população quanto ao Poder Público.

Restou configurado, assim, a inexecução parcial do contrato de concessão de serviços públicos celebrado com o Município de Palhoça, na forma dos artigos 35 e 38 da Lei Federal nº 8.987/95, em combinação com o artigo 16 da Lei Municipal nº 1.296/2001, não restando alternativa ao poder concedente que não fosse a declaração de caducidade da concessão pública e a consequente extinção do contrato de concessão de serviços públicos, a bem do interesse público.

Todos os procedimentos realizados no presente processo, bem como todas as medidas determinadas na decisão administrativa e no respectivo decreto municipal, respeitaram as regras legais e administrativas aplicáveis à espécie.

Tanto é assim que o Poder Judiciário confirmou a legalidade e a regularidade do presente processo, da decisão administrativa, do decreto municipal e da contratação emergencial realizada pelo Município de Palhoça a fim de normalizar a prestação de serviços de transporte público na Região Sul do Município, dando ainda mais legitimidade e credibilidade a todos estes atos.

As decisões judiciais anexadas a presente decisão recursal, proferidas pelo Juízo da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Palhoça nos autos da Ação Cautelar nº 0304573-05.2015.8.24.0045 e da Ação Ordinária nº 0305322-2015.8.24.8.24.0045, assim como a decisão judicial exarada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina nos autos do Agravo de Instrumento nº 2015.049969-8, afastaram um a um todos os argumentos lançados pela recorrente no recurso ora em análise, confirmando a legalidade dos atos realizados pelo Município de Palhoça em prol do interesse público.

Em outras palavras, reconheceu o Poder Judiciário que não houve violação por parte do Poder Público Municipal a qualquer dispositivo constantes na Lei Municipal nº 1.596/01, na Lei Federal nº 9.784/99, na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 8.987/95. Muito menos houve vulneração aos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo administrativo. Todos os atos levados a efeito pelo Município de Palhoça respeitaram a Constituição Federal, a legislação infraconstitucional, as normas administrativas e foram tomados em prol do interesse público, não havendo que se falar em ilegalidade ou nulidade.

De mais a mais, não há que se falar em graves danos impostos à recorrente ou a seus empregados, pois sequer há comprovação fática ou documental dos mesmos. No caso em concreto, há que se prestigiar o interesse público em detrimento do interesse privado da empresa, isso sim.

Os limites da análise recursal são aqueles traçados pelo recurso interposto, e, no caso, este basicamente versa sobre os mesmos argumentos já dispostos pela recorrente em outras oportunidades no processo e nas ações manejadas perante o Poder Judiciário, não sendo capazes de alterar o mérito e a higidez da decisão proferida no presente processo.

Desta forma, nos termos do §1º do artigo 50 da Lei Federal nº 9.784/99, e, considerando todos os argumentos, justificativas, documentos e decisões constantes nos autos, que constituem parte integrante deste ato decisório, não se verificam circunstâncias suscetíveis a justificar o provimento do recurso interposto, devendo ser confirmada a decisão administrativa proferida às fls. 700-723 deste processo.

III. DISPOSITIVO:

Ante todo o exposto, NEGA-SE PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa recorrente às fls. 775-795 do processo, confirmando-se integralmente a decisão administrativa proferida às fls. 700-723 e todos os atos administrativos dela decorrentes, inclusive o

Decreto Municipal nº 1.865/2015, para que continuem a surtir seus jurídicos e legais efeitos.

Intime-se o representante legal da empresa Paulotur Transportes e Turismo Ltda. acerca da presente decisão, comunicando que dela não cabe mais recurso na esfera administrativa.

Informe-se a Procuradoria Geral do Município sobre a presente decisão, para que encaminhe cópia a todos os órgãos devidos, inclusive ao Poder Judiciário, onde tramitam ações judiciais que discutem a regularidade do presente processo.

Publique-se cópia da presente decisão no Diário Oficial do Município e no mural da Prefeitura Municipal.

Após, com os registros devidos, dê-se baixa ao presente processo e encaminhe-o a Secretaria Municipal de Administração para arquivamento.

Palhoça/SC, 04 de dezembro de 2015.

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura

CRISTINA SCHWINDEM

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça

JOSÉ LEONEL PEREIRA

Secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão

OSVALDO BOSSOLAN NETO

Representante da Secretaria de Governo

DECRETO Nº 1.969, DE 21 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 1.969, DE 21 DE JANEIRO DE 2016.

Regulamenta o Programa de Desenvolvimento da Empresa Palhocense – PALHOÇA INVESTE e institui o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Inovação no Município de Palhoça – FA-DEP e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições e o disposto na Lei nº 4.292, de 29 de setembro de 2015, resolve

DECRETAR:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

Art. 1º O PALHOÇA INVESTE, vinculado à Secretaria de Municipal do Desenvolvimento Econômico e Planejamento, tem como objetivo promover o desenvolvimento sócio-econômico palhocense, por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação ou da participação no capital de empresas instaladas em Palhoça.

Art. 2º A concessão de incentivos dar-se-á a empreendimentos prestadores de serviço que atendam pelo menos a um dos seguintes requisitos:

I – gerem emprego e renda à sociedade palhocense;

II – incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia do município;

III – contribuam para o desenvolvimento sustentado do meio ambiente, para a desconcentração econômica e espacial das atividades

produtivas e para o desenvolvimento local;

IV – sejam direcionados a obras de infraestrutura no município de Palhoça.

V – integrem as cadeias produtivas em nível local e regional, caracterizadas como Arranjos Produtivos Locais (APLs).

§ 1º Os incentivos concedidos pela PALHOÇA INVESTE terão redução de 50% (cinquenta por cento) no índice de atualização da moeda adotado pelo município para atualização dos tributos nos seguintes casos:

I – quando se tratar de empreendimento:

a) Localizado em região deprimida economicamente no Município ou em área considerada “Parque Tecnológico” nos termos da Lei n. 3.762 de 20 de dezembro de 2012;

b) dos setores considerados estratégicos pelo município nos termos da legislação em vigor, especialmente no art. 3 da Lei 4.293 de 29 de setembro de 2015; e

II – quando se tratar de empreendimentos que venha a prestar serviços inexistentes na cadeia produtiva municipal;

§ 2º Os incentivos concedidos pelo PALHOÇA INVESTE terão ampliação de 50% (cinquenta por cento) no prazo de fruição nos seguintes casos:

I – quando se tratar de empreendimento:

a) localizado em região deprimida economicamente no Município ou em área considerada “Parque Tecnológico” nos termos da Lei n. 3.762 de 20 de dezembro de 2012;

b) de um dos setores considerados estratégicos pelo município nos termos do art. 3º da Lei Municipal n. 4.293 de 29 de setembro de 2015;

II – quando se tratar de empreendimentos que venham a prestar serviço inexistente na cadeia produtiva no município, independente do local que venha a se instalar.

§ 3º A inexistência de empresa prestadora de determinado serviço no município, para os fins do que dispõe este Decreto bem como a Lei 4.292 de 29 de setembro de 2015 poderá ser atestada pelas seguintes entidades:

I – Associação Comercial e Industrial de Palhoça - ACIP;

II – Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL;

III – Instituto de Apoio a Inovação, Ciência e Tecnologia – INAITEC

CAPÍTULO II

Da Administração do PALHOÇA INVESTE

SEÇÃO I

Dos Órgãos de Deliberação e de Execução

Art. 3º A administração do PALHOÇA INVESTE será exercida pelas seguintes esferas de competência:

I – órgão de deliberação superior: Conselho Deliberativo;

II – órgãos de execução:

a) Secretaria Executiva, unidade de apoio administrativo e técnico;

b) FADEP, estrutura financeira do PALHOÇA INVESTE;

c) Agentes Financeiros, unidades de fomento estabelecidas no Estado;

SEÇÃO II

Do Conselho Deliberativo do PALHOÇA INVESTE, Composição e Competência

Art. 4º O Conselho Deliberativo do PALHOÇA INVESTE, como instância máxima e decisória, expressa pela deliberação da maioria simples de seu colegiado, é composto pelos seguintes membros:

I – pelo Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico e Planejamento, seu Presidente;

II – pelo Secretário Municipal da Receita, seu Vice-Presidente;

III – pelo Procurador-Geral do Município;

IV – por um representante da Associação Comercial e Industrial de Palhoça;

V – por um representante do Instituto de Apoio a Inovação, Ciência e Tecnologia – INAITEC;

§ 1º A participação no Conselho Deliberativo do PALHOÇA INVESTE será considerada função pública relevante, não-remunerada, exercida por representante formal da instituição nominada.

§ 2º Em caso de empate, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 5º Ao Conselho Deliberativo compete:

I – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

II – decidir sobre o enquadramento dos projetos e os incentivos que poderão ser concedidos, fixando as suas características;

III – emitir resoluções que definam as diretrizes e normas operacionais do PALHOÇA INVESTE e os parâmetros do incentivo;

IV – supervisionar a administração do FADEP;

V – credenciar agências e bancos de fomento como agente financeiro do PALHOÇA INVESTE, delegando, inclusive, atribuições de estruturar os serviços operacionais dos projetos que lhes forem encaminhados, na forma disposta em convênio; e

VI – conhecer, avaliar e julgar as demais matérias que lhe forem submetidas.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Presidente

Art. 6º São atribuições específicas do Presidente do Conselho Deliberativo:

I – convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

II – encaminhar as proposições, submetê-las a deliberação, colher os votos, proclamar o resultado e assinar as resoluções e decisões;

III – representar o Conselho ou delegar a sua representação;

IV – celebrar, em conjunto com o Vice-Presidente, convênios, acordos e contratos, em nome do Município, relacionados com os

objetivos do PALHOÇA INVESTE e do FADEP, após aprovação pelo Conselho Deliberativo;

V – supervisionar as atividades dos órgãos de execução; e

VI – exercer outras atribuições definidas em lei, em decreto e no regimento interno ou outorgadas pelo Conselho Deliberativo;

VII – deliberar sobre casos omissos e os relativos a procedimentos necessários ao enquadramento no programa de que trata este Decreto;

VIII – autorizar e criar formulários e documentos padronizados, necessários à consecução dos objetivos do programa.

SEÇÃO III

Dos Órgãos de Execução e da Secretaria Executiva

Art. 7º A Secretaria Executiva será exercida por indicação da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Planejamento, à qual compete:

I – prestar apoio administrativo e técnico ao Conselho Deliberativo como, preparar, secretariar e registrar em atas as reuniões, realizar diligências, fornecer informações técnicas e administrar correspondências;

II – manter registros de acompanhamento e avaliação do PALHOÇA INVESTE;

III – coordenar os trabalhos e apresentar os pareceres os agentes financeiros ao Conselho Deliberativo;

IV – interagir com os agentes financeiros em busca da eficaz gestão dos contratos;

V – publicar as decisões do Conselho Deliberativo e os extratos dos contratos firmados pelo PALHOÇA INVESTE; e

VI – desenvolver outras atividades relativas aos serviços de apoio administrativo e técnico em geral.

SEÇÃO IV

Dos Órgãos de Execução e do FADEP

Art. 8º O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Inovação no Município de Palhoça – FADEP, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, constitui-se na estrutura financeira do PALHOÇA INVESTE, cujos recursos serão aplicados na promoção do desenvolvimento sócio-econômico palhocense, por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação ou da participação no capital de empresas instaladas em Palhoça.

Art. 9º O FADEP será administrado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a quem compete estabelecer:

I – as normas de utilização dos valores;

II – as formas de operação dos contratos;

III – os planos de financiamento;

IV – todas as demais ações relacionadas à gestão do fundo.

Art. 10. A administração contábil e financeira do FADEP será exercida pela Secretaria Municipal de Finanças, à qual compete:

I – realizar a contabilidade, bem como organizar e expedir, nos prazos e prazos determinados, os balancetes, os balanços e outras

demonstrações contábeis;

II – emitir empenhos, subempenhos, guias de recolhimento, ordens de pagamento e cheques;

III – efetuar pagamentos;

IV – efetuar cobrança de valores de empréstimos a título de incentivo do PALHOÇA INVESTE;

V – movimentar e aplicar os recursos financeiros conforme estabelecido pelo Secretário do Desenvolvimento Econômico e Planejamento;

VI – colaborar na elaboração da proposta orçamentária anual;

VII – desenvolver outras atividades relacionadas à administração financeira e contábil do fundo.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Finanças prestará contas da gestão financeira e patrimonial dos recursos do FADEP ao Conselho Deliberativo do PALHOÇA INVESTE, semestralmente ou a qualquer tempo por solicitação do seu presidente.

Art. 11. Constituem recursos do FADEP:

I – as dotações consignadas no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais abertos em seu favor;

II – os rendimentos provenientes de depósitos bancários e aplicações financeiras do FADEP;

III – as doações, os auxílios, as contribuições e os legados destinados ao FADEP;

IV – os valores provenientes de operações de crédito internas e externas;

V – os valores provenientes da União, diretamente ou através de seus órgãos;

VI – o produto relativo a amortizações e encargos financeiros de suas aplicações, assim como o volume da venda, do resgate e da recompra de participações acionárias e de debêntures, conforme definido em regulamento, de acordo com a Resolução do Conselho Deliberativo do PALHOÇA INVESTE;

VII – os dividendos e juros sobre o capital próprio provenientes das participações societárias;

VIII – os valores excedentes dos índices máximos de faturamento atribuídos aos contratos de concessão e permissão de serviço ou obra pública, no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas de que trata a Lei nº 4.193 de 12 de fevereiro de 2015; e

IX – outros recursos ou valores que lhe forem atribuídos.

§ 1º As empresas beneficiárias do PALHOÇA INVESTE recolherão os valores das parcelas devidas diretamente ao FADEP através de instituição financeira oficial devidamente designada como agente financeiro.

§ 2º O FADEP recolherá ao Tesouro Municipal, e este registrará sob a rubrica de Receitas Correntes Tributárias - ISSQN após a quitação integral do contrato de mútuo, o valor nominal correspondente ao somatório das parcelas pagas pela empresa beneficiária do PRO-DEP.

§ 3º Na hipótese dos §§ 4º ou 9º do art. 7º, não ocorrendo o

recolhimento das parcelas liberadas no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de seu vencimento, os valores passarão a ser exigidos na forma prevista na legislação tributária, não se aplicando o disposto no § 1º.

§ 4º Na hipótese do § 3º, incidirão sobre os valores devidos, a partir do vencimento da parcela, multa, juros e atualização previstos na legislação tributária.

Art. 12. Os recursos financeiros do FADEP, visando sua segregação, serão depositados em conta especial em instituição financeira oficial devidamente designada como agente financeiro.

§ 1º A remuneração do agente financeiro, a que se refere este artigo, será pactuada através de uma porcentagem não excedente a 3% (três por cento), incidente sobre o patrimônio do FADEP, mantido em depósito no agente financeiro;

§ 2º Os valores mantidos em depósito deverão ser aplicados pelo agente financeiro, preferencialmente, em títulos e créditos securitizados de emissão do Tesouro Nacional, com boa liquidez no mercado financeiro;

§ 3º Os rendimentos decorrentes de aplicações de recursos do FADEP serão a este creditados;

§ 4º Fica desde já designado a Secretaria Municipal de Finanças como responsável por movimentar os recursos do FADEP, exclusivamente em contas especiais próprias, obedecendo as decisões tomadas pelo Conselho Deliberativo, podendo ser designado agente financeiro por ato do Prefeito Municipal;

§ 5º O registro, o controle contábil e financeiro do FADEP será realizado pela Secretaria Municipal de Finanças ou por agente financeiro designado.

Art. 13. Poderão ser cedidos ao FADEP:

I – ativos de propriedade do município, em montante e condições definidos por ato do Prefeito Municipal observada a legislação em vigor; e

II – bens móveis, imóveis, direitos creditórios, participações acionárias, na forma definida em regulamento.

§ 1º Os recursos excedentes às necessidades financeiras do FADEP, decorrentes de alienação ou recebimento dos ativos de que tratam os incisos I e II, poderão ser transferidos ao Tesouro Municipal, com as finalidades de capitalizar fundo de previdência de servidores municipais e para pagamento do serviço da dívida pública.

§ 2º A não-utilização dos recursos nas finalidades previstas no parágrafo anterior, dentro do prazo de sessenta dias de seu recebimento pelo Tesouro municipal, implicará em devolução ao FADEP.

Art. 14. O FADEP, na condição de Fundo para a operacionalização das Parcerias Público-Privadas do município, de forma não excludente, poderá liberar recursos para os parceiros contratados ou oferecer garantias que lhes assegurem a viabilidade financeira da obra ou serviço.

§ 1º As condições para a liberação de recursos e a concessão de garantias pelo FADEP serão estabelecidas em contrato próprio, observadas as normas regulamentares.

§ 2º O pagamento a que faz jus o parceiro privado dependerá deste haver realizado os investimentos e de ter cumprido com as demais obrigações, nas condições e qualidade previstas em contrato, devidamente atestadas por órgão de fiscalização previamente designado.

§ 3º As garantias contratuais de que trata o caput deste artigo poderão ser oferecidas com os ativos de que trata o art. 11 ou, adicionalmente, através de um fundo fiduciário ou garantidor, especialmente criado e administrado pela instituição financeira selecionada para este fim.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a, diretamente ou por intermédio do FADEP, com o propósito de viabilizar projetos estruturados no município de Palhoça, na área de desenvolvimento urbano em infra-estrutura, habitação, comércio e serviços, a constituir e integralizar cotas de Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Investimento em Participações e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, estes lastreados em recebíveis originados de contratos de mútuo, de compromisso de compra e de venda, de aluguéis, de taxas ou tarifas de serviços, de créditos tributários constituídos, inscritos ou não em dívida ativa.

§ 1º A integralização de cotas por investidores nos fundos de investimentos de que trata o caput poderá ser feita com títulos e direitos de créditos transferíveis que contenham, de forma expressa, poder liberatório para pagamento de tributos do município.

§ 2º Aplicar-se-ão aos fundos constituídos na forma do caput deste artigo as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Art. 16. Fica o FADEP autorizado a integralizar, inclusive com os ativos não-financeiros de sua propriedade, cotas de sociedades de propósito específico, instituídas com a finalidade de viabilizar projetos estruturados no território do município de Palhoça para o desenvolvimento econômico, social, ambiental, turístico, tecnológico e urbano, nos segmentos de saneamento básico, infra-estrutura, energia elétrica, gás, telecomunicações, rodovias, sistemas de irrigação e drenagem, portos e serviços de transporte em geral, habitação, comércio e serviços.

§ 1º As sociedades constituídas sob a forma deste artigo poderão associar-se a outras empresas para o cumprimento do seu objeto social, e com as quais poderão partilhar tarifas, taxas ou preços relativos à exploração do projeto ou serviço concedido à exploração, nas modalidades admitidas em lei.

§ 2º As cotas integralizadas ou as participações societárias poderão ser alienadas, a qualquer tempo, em processo de leilão conduzido em ambiente de bolsa de valores, sempre que houver interesse público em diminuir ou retirar a participação do Município no empreendimento, visando a entrada de sócio ou parceiro estratégico.

Art. 17. Os recursos do FADEP poderão ser utilizados para constituir "Fundo de Aval" ou "Fundo para Equalização de Taxa de Juros" para empréstimos concedidos por instituições financeiras oficiais, bancos de desenvolvimento ou agências de fomento, a empresas e microempreendedores que possuam domicílio fiscal no município de Palhoça, ou projetos de investimento neste município.

SEÇÃO V

Dos Órgãos de Execução e do Agente Financeiro

Art. 18. Fica designado o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE como agente operacional do PALHOÇA INVESTE e do FADEP, para fins de análise econômica, financeira, cadastral e de viabilidade técnica dos projetos enquadrados no PALHOÇA INVESTE, segundo as condições estabelecidas em convênio.

CAPÍTULO III

DO APOIO FINANCEIRO

Art. 19. Os incentivos concedidos pelo PALHOÇA INVESTE

obedecerão os seguintes limites:

I – montante equivalente a até setenta e cinco por cento do valor do incremento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN gerado pelo empreendimento incentivado;

II – até cento e vinte meses para fruição dos incentivos, contados a partir do início das operações do empreendimento incentivado; e

III – até quarenta e oito meses de carência para o início da amortização, contados a partir do início da fruição dos benefícios, devendo cada parcela liberada ser quitada ao final do prazo de carência.

§ 1º Os valores liberados serão atualizados pelo mesmo índice adotado para atualização de tributos municipais, sobre eles incidindo juros de no máximo:

I – 6% (seis por cento) ao ano, quando se tratar de empreendimento relacionado no § 9º deste artigo; e

II – 12% (doze por cento) ao ano, nos demais casos.

III – 0% (zero por cento) ao ano, quando se tratar de empreendimento:

a) Localizado em região deprimida economicamente no Município ou em área considerada “Parque Tecnológico” nos termos da Lei n. 3.762 de 20 de dezembro de 2012;

b) zero por cento ao ano, quando se tratar de empreendimentos que venham a prestar serviço inexistente na cadeia produtiva de Palhoça.

§ 2º A definição da taxa de juros a ser aplicada nos termos do que dispõe os incisos I e II do §1º será definida por ato do Conselho Deliberativo, observado no que couber, o seu regulamento.

§ 3º Respeitados os limites previstos neste artigo, o montante do incentivo não poderá ultrapassar o equivalente ao somatório das seguintes parcelas:

I – valor do investimento fixo do projeto incentivado realizado pela empresa;

II – valor do investimento em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, processos e modelos de negócio, incluindo gastos com equipe própria, registro da marca e patentes, contratação de serviços de consultoria, despesas com a comercialização inicial do produto ou serviços, despesas de marketing e publicidade e de demais itens desde que relacionados ao projeto incentivado;

III – valor dos produtos fabricados ou adquiridos para fins de demonstração relacionados ao projeto incentivado.

IV – equivalente a 50% (cinquenta por cento) do contrato de locação da sede e/ou instalações da empresa ou projeto incentivado no município de Palhoça, desde que o referido contrato de locação seja firmado pelo prazo mínimo de 48 (quarenta e oito meses) e máximo de 120 (cento e vinte) meses.

§ 4º Para fins de cálculo dos limites de que trata o § 3º acima, serão considerados além dos investimentos futuros previstos no projeto, aqueles realizados pela empresa incentivada ou por terceiros vinculados ao projeto de investimento, nos últimos 12 (doze) meses contados da data de solicitação do benefício.

§ 5º Para fins de apuração dos limites de que trata o inciso IV do § 3º deste artigo, serão considerados contratos de locação iniciados até 12 (doze) meses antes da data de solicitação do benefício.

§ 6º Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de que trata o inciso II do § 3º deste artigo, deverão ser realizados no prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados da data de assinatura do contrato que concede o enquadramento neste programa Palhoça Investe.

§ 7º O valor mínimo para enquadramento no programa Palhoça Investe, decorrente do somatório das parcelas de que trata o § 3º do artigo 19º acima, será de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

§ 8º Alternativamente à liberação mensal do financiamento, poderá ser concedido prazo especial de até quarenta e oito meses para o recolhimento da parte do ISSQN devido no período de apuração respectivo equivalente ao valor da parcela mensal do incentivo, na forma como dispuser o regulamento.

§ 9º Na hipótese do parágrafo anterior, considera-se data da liberação das parcelas, para efeito de aplicação do disposto no § 1º deste artigo, a data normal do encerramento do período de apuração do imposto.

§ 10 O investimento fixo de que trata o inciso I do §3º acima, deverá iniciar em até 24 (vinte e quatro) meses contados da data de assinatura do contrato que concede o enquadramento neste programa Palhoça Investe.

§ 11 O investimento em pesquisa e desenvolvimento de que trata o inciso II do §3º acima, deverá iniciar em até 24 (vinte e quatro) meses contados da data de assinatura do contrato que concede o enquadramento neste programa Palhoça Investe.

§ 12 O contrato de locação de que trata o inciso IV do §3º acima, deverá iniciar em até 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato que concede o enquadramento neste programa Palhoça Investe.

§ 13 O prazo para a fruição dos incentivos poderá ser de até 200 (duzentos) meses quando se tratar de empreendimentos dos setores:

I – semicondutores;

II – cooperativa de trabalho médico ou centro médico hospitalar

III – centro de serviços compartilhados;

IV – centro de inovação, pesquisa e desenvolvimento;

V – microeletrônica;

VI – biomassa e energia alternativa;

VII – biotecnologia;

VIII – nanotecnologia;

IX – serviços de micro e mini geração distribuída de energia elétrica;

X – serviços de eficiência energética;

XI – tecnologia da informação e comunicação – TIC;

XII – central de televendas ou de teleatendimento, denominado “call center”;

XIII – locação de máquinas e equipamentos;

§ 14 O rol do parágrafo acima é meramente exemplificativo, podendo abranger outros setores econômicos relevantes a serem reconhecidos por ato discricionário do Chefe do Poder Executivo Municipal ou do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Planejamento.

§ 15 Quando a liberação da parcela mensal do financiamento não ocorrer, será autorizada a compensação da mesma com o ISSQN devido pela empresa beneficiária, no período de apuração respectivo, conforme se dispuser em regulamento.

§ 16 Salvo deliberação em contrário do Conselho Deliberativo, o início da fruição dos benefícios dependerá da conclusão da implantação do projeto ou da primeira fase do projeto, desde que apresente incremento na geração de ISSQN.

§ 17 Fica autorizada a inclusão de ampliação de investimentos em projetos já liberados e contratados, após reexame e aprovação do Conselho Deliberativo, por meio de aditamento contratual, acrescentando ao limite originalmente concedido o valor aditivo.

SEÇÃO I

Do Desconto

Art. 20. A critério do Conselho Deliberativo, observado o disposto em regulamento, poderá ser concedido desconto de até 40% (quarenta por cento) no pagamento da parcela mensal do incentivo a empreendimentos:

I – Localizado em região deprimida economicamente no Município ou em área considerada “Parque Tecnológico” nos termos da Lei n. 3.762 de 20 de dezembro de 2012;

II – que venham a prestar serviços inexistentes na cadeia produtiva do município de Palhoça;

§ 1º O desconto:

I – será aplicado sobre o valor efetivamente recolhido até a data de seu vencimento, a título de amortização;

II – incidirá, na hipótese do Art. 7, § 4º, sobre o valor do ISSQN equivalente ao valor da parcela mensal do incentivo, observado o disposto no inciso I deste parágrafo; e

§ 1º Para efeitos de definição de região deprimida economicamente no Município, conforme inciso I do “caput” será adotado o IDH, calculado por intermédio do PNUD, vigente na data de aprovação do financiamento pelo Conselho Deliberativo.

§ 2º Na hipótese de inexistência dos dados descritos acima, considerar-se-á região deprimida economicamente, aquela assim considerada conforme parecer da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 21. Caberá ao Conselho Deliberativo estabelecer, por Resolução, os critérios de avaliação para efeito de fixação dos parâmetros de que tratam os arts. 19 e 20, levando em consideração os princípios de incentivo previstos no PALHOÇA INVESTE priorizando:

I – empreendimentos que se caracterizem por apresentar elevado impacto econômico, inclusive com relação à perspectiva de alavancagem da economia do município;

II – empreendimentos com maior índice de absorção de mão-de-obra;

III – a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas;

IV – o incremento nos níveis tecnológicos das atividades produtivas; e

V – empreendimentos industriais não-poluentes ou voltados à preservação do meio ambiente.

VI – empreendimentos com remuneração dos funcionários superior a última média salarial apurada no município.

VII – empreendimentos localizados em região deprimida economicamente no Município ou em área considerada “Parque Tecnológico” nos termos da Lei n. 3.762 de 20 de dezembro de 2012;

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

SEÇÃO I

Do Enquadramento dos Projetos

Art. 22. O pedido de enquadramento deverá ser apresentado em formulário próprio diretamente na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento do Município, que deverá:

I – conferir a documentação apresentada, organizando-a na forma de autos forenses;

II – depois de adotados os procedimentos de verificação da aderência da proposta às normas do programa, encaminhar os autos ao Conselho Deliberativo para a apreciação da proposta de enquadramento.

§ 1º Serão também apreciados, para efeito de possível enquadramento, os projetos cuja implantação tenha sido iniciada até 12 (doze) meses antes da data da protocolização do pedido.

§ 2º Não poderão ser enquadrados no PALHOÇA INVESTE empreendimentos pertencentes a empresas inadimplentes com a Fazenda Pública Municipal.

§ 3º Não perdem a condição de enquadramento as empresas que, mesmo inscritas em dívida ativa, ofereçam as garantias determinadas pelo art. 9º da Lei federal 6.830, de 22 de setembro de 1980.

§ 4º No caso de o projeto contemplar investimentos em mais de uma localidade ou bairro, será levado em consideração, para efeitos de enquadramento no PALHOÇA INVESTE, o menor IDH apurado entre eles.

Art. 23. Para efeito de enquadramento no PALHOÇA INVESTE, considera-se:

I – implantação, a instalação de empresa nova no Município ou a aquisição, por empresa que ainda não tenha realizado, no Município, operações e prestações de serviços sujeitas ao ISSQN ou de ramo diverso daquele adquirido, dos ativos da unidade instalada no Município, cujas operações estejam paralisadas há mais de 2 (dois) anos;

II – expansão ou modernização, a ampliação de unidade já existente no Município ou novo estabelecimento de empresa instalada e em operação no Município;

III – realocização, a mudança no endereço da unidade da empresa já existente no Município para outro endereço na mesma cidade;

IV – reativação, retomada das atividades de empreendimento paralisado há mais de 2 (dois) anos ou em decorrência de acidentes fortuitos causados por incêndios, enchentes e outras intempéries,

devidamente comprovados; e

V – revitalização: o incremento às atividades existentes, sem investimentos fixos, dando vitalidade à empresa.

Parágrafo Único. Para efeito de enquadramento no PALHOÇA INVESTE, considerar-se-á ainda, a aquisição de empresa ou dos ativos que compõem a unidade de empresa instalada e em operação no Município.

Art. 24. O enquadramento se dará a projetos de empresas que, cumulativamente, proporcionem:

I – aumento no volume de vendas ou serviços prestados; e

II – incremento do ISSQN gerado em pelo menos 10% (dez por cento) em relação à média dos últimos 12 (doze) meses anteriores ao início da implantação do projeto.

§ 1º Na hipótese de empresa que esteja se instalando no município e que, portanto não tenha histórico de arrecadação de tributos no município, considerar-se-á R\$ 0,00 (zero) como base de cálculo para fins do que trata o inciso II acima.

SEÇÃO II

Da Análise dos Projetos

Art. 25. A análise dos projetos observará os aspectos cadastrais, técnicos, econômicos, financeiros, gerenciais e jurídicos, cujo relatório será encaminhado para apreciação do Conselho Deliberativo.

SEÇÃO III

Da Deliberação sobre os Financiamentos

Art. 26. Para deliberar sobre o incentivo cabível a cada projeto, o Conselho Deliberativo levará em consideração:

I – o relatório de análise;

II – os aspectos cadastrais, técnicos, econômicos, financeiros, gerencial e jurídicos da empresa;

III – as prioridades econômicas do projeto;

IV – as garantias da operação; e

V – outros elementos de avaliação, a seu critério.

Art. 27. Caberá ao Conselho Deliberativo decidir sobre a melhor formalização da operação, de acordo com a importância do projeto para o desenvolvimento do Município.

SEÇÃO IV

Da Formalização das Operações

Art. 28. A formalização das operações dar-se-á por contrato, através de cláusulas adequadas, constantes de instrumento autônomo, para cada modalidade de operação, de acordo com as normas usuais para financiamento de longo prazo, lastreado por garantias reais ou fidejussórias.

Parágrafo Único. São garantias reais, para os fins do que trata o “caput” deste artigo:

I – a hipoteca;

II – o penhor;

III – a caução de título; e

IV – a alienação fiduciária, que poderão ser gravadas, isoladamente, numa única modalidade, ou em conjunto, envolvendo diversas modalidades.

SEÇÃO V

Do Cálculo da Parcela do Incentivo

Art. 29. A base de cálculo para a utilização da parcela referente ao incentivo do programa PALHOÇA INVESTE é o incremento real do imposto a ser recolhido a título de “ISSQN”, ocorrido no mês, decorrente do investimento incentivado, sobre o qual será aplicado o percentual de incentivo definido em Resolução do Conselho Deliberativo, observado o seguinte:

I – para projetos de implantação será aplicado o percentual do incentivo sobre o montante do imposto a ser recolhido a título de “ISSQN”, pelo empreendimento beneficiado;

II – para projetos de expansão ou modernização, realocização, reativação, revitalização e aquisição de empresa em operação ou de ativos de empresa em operação, será aplicado o percentual do incentivo sobre o incremento do imposto a ser recolhido a título de “ISSQN”, pelo estabelecimento beneficiado, o qual corresponderá à diferença entre o ocorrido no mês e a média dos 12 (doze) meses anteriores ao início da implantação do projeto.

SEÇÃO VI

Da Liberação e Amortização de Recursos

Art. 30. A utilização do incentivo na forma prevista dependerá de regime especial concedido pelo Secretário Municipal da Receita, à vista de requerimento do interessado, obedecidos os critérios aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Art. 31. Cada parcela utilizada ou liberada a título de incentivo, atualizada monetariamente e acrescida dos juros definidos por Resolução do Conselho Deliberativo, será integralmente amortizada pela empresa incentivada até o 10º (décimo) dia do último mês do período de carência, observando-se que o valor de cada parcela a ser amortizada deverá ser equivalente ao valor da correspondente parcela utilizada ou liberada, até a liquidação total da dívida resultante do crédito aberto pelo financiamento do incentivo do PALHOÇA INVESTE.

Art. 32. O valor mensal a amortizar, a partir da opção, é resultante da divisão do saldo devedor de cada mês, atualizado monetariamente e acrescido de juros, calculados “pro rata/mês”, de acordo com os índices definidos e aprovados pelo Conselho Deliberativo do PALHOÇA INVESTE, pelo número de meses restantes, até a data final do contrato.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 33. O descumprimento do disposto neste Decreto e em legislação superveniente acarretará:

I – cobrança de encargos de inadimplência estabelecidos em contrato;

II – desqualificação imediata aos incentivos concedidos pelo PALHOÇA INVESTE, quando ocorrer:

a) inadimplemento contratual;

b) não recolhimento, nos prazos legais, dos tributos devidos em função da realização de operações tributadas;

c) constatação da prática de infração tributária de natureza material, na forma da Lei legislação em vigor, confirmada, em caso de impugnação, por decisão definitiva na esfera administrativa, o que implicará a anulação e devolução do financiamento; e

d) apresentação dos dados de apuração do ISSQN em desacordo com as disposições contidas na legislação tributária, mediante procedimento que configure dolo, fraude ou simulação.

Art. 34. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 21 de janeiro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.971, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.
DECRETO Nº 1.971, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Suplementa e anula dotação orçamentária do fundo municipal de assistência social.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.330, de 23 de dezembro de 2015, resolve

DECRETAR

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 175.000,00, (cento e setenta e cinco mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2,039 - Functio e Manutenção do Fundo - FMAS R\$ 175.000,00
113 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000152 - Aplicações Diretas R\$ 175.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações abaixo relacionadas:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1.166 - Abrigo Institucional P/Pessoa Idosa R\$ 50.000,00
104 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000152 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
1.158 - Construção de Abrigo R\$ 125.000,00
106 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000152 - Aplicações Diretas R\$ 125.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.337, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.
LEI Nº 4.337, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário São Sebastião.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário São Sebastião, inscrito no CNPJ/MF nº 76.554.989/0001-47, com sede Rua David José dos Santos, nº 90, bairro São Sebastião, CEP 88.136-260, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 277.080,00 (duzentos e setenta e sete mil e oitenta reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.0.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.338, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.
LEI Nº 4.338, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONVÊNIO. Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS, inscrita no CNPJ/MF nº 83.932.608/0004-24, com sede na Rua Ricardo Schlemper s/n, bairro Brejaru, CEP 88.133-652, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 128.887,20 (cento e vinte e oito mil, oitocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Básica, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.0.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.339, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 4.339, de 01 de FEVEREIRO de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário do Pachecos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Pachecos, inscrito no CNPJ/MF nº 19.324.812/0001-10 com sede Rua Natalino Campos Schaimann, s/n, bairro Pachecos, CEP 88.131-000, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 453.780,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e setecentos e oitenta reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.340, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 4.340, de 01 de FEVEREIRO de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário do Furadinho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Furadinho, inscrito no CNPJ/MF nº 79.655.379/0001-28, com sede Rua Domingos de Souza Filho, nº 774, bairro Furadinho, CEP 88.138-100, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 266.310,00 (duzentos e sessenta e seis mil e trezentos e dez reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.341, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 4.341, de 01 de FEVEREIRO de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Ponte do Imaruim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, inscrito no CNPJ/MF nº 83.720.631/0001-02, com sede Rua Trinta e Um de Março, s/n, bairro Ponte Imaruim, CEP 88.130-350, Palhoça/SC, no valor de global de R\$ 353.658,60 (trezentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.342, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 4.342, de 01 de FEVEREIRO de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Santa Clara.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Santa Clara, inscrito no CNPJ/MF nº 80.152.317/0001-82, com sede Rua Salézio Beltrame, s/n, bairro Caminho Novo, CEP 88.132-598, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros

deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.343, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 4.343, de 01 de FEVEREIRO de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Aririú da Formiga.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Aririú da Formiga, inscrito no CNPJ/MF nº 78.531.985/0001-79, com sede Rua Antonio da Silva, s/nº, bairro Aririú da Formiga, CEP 88.134-770, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 184.330,80 (cento e oitenta e quatro mil, trezentos e trinta reais e oitenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.344, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 4.344, de 01 de FEVEREIRO de 2016.

CONVÊNIO. Centro Comunitário Bela Vista – C.C.B.V.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Centro Comunitário Bela Vista – C.C.B.V., inscrito no CNPJ/MF 22.218.345/0001-59 com sede na Rua Duílio José Pizzani s/n, bairro Bela Vista, neste Município, Palhoça/SC, no valor de global de R\$ 291.595,20 (duzentos e noventa e um mil e quinhentos e noventa e cinco reais e vinte centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.345, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 4.345, de 01 de FEVEREIRO de 2016.

CONVÊNIO. Associação João Paulo II.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação João Paulo II, inscrita no CNPJ/MF nº 76.276.500/0001-12, com sede Rua João Gonçalves, nº 128, bairro Ponte do Imaruim, CEP 88.130-330, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 269.539,20 (duzentos e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta e nove reais e vinte centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 – Transferência a Instituições

Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.346, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 4.346, de 01 de FEVEREIRO de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Padre Réus.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Padre Réus, inscrito no CNPJ/MF nº 76.875.764/0001-92, com sede Rua Germano Spriggo, s/n, bairro Caminho Novo, CEP 88.130-000, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 514.992,00 (quinhentos e quatorze mil e novecentos e noventa e dois reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.347, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 4.347, de 01 de FEVEREIRO de 2016.

CONVÊNIO. Associação Pró-Brejarú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Pró-Brejarú, inscrita no CNPJ/MF nº 07.104.903/0001-61, com sede Rua Pascoal Mazili, nº 10,

bairro Brejarú, CEP 88.133-600, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 262.978,80 (duzentos e sessenta e dois mil, novecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Básica, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.348, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 4.348, de 01 de FEVEREIRO de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Jardim Eldorado.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Jardim Eldorado, inscrito no CNPJ/MF nº 76.277.003/0001-39, com sede Rua Victor Meirelles, nº 527, bairro Jardim Eldorado, CEP 88.133-370, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 255.063,48 (duzentos e cinquenta e cinco mil, sessenta e três reais e quarenta e oito centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.349, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 4.349, de 01 de FEVEReiro de 2016.

CONVÊNIO. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrito no CNPJ/MF nº 75.398.966/0001-28, com sede na Rua Manoel Cantalício Vidal, s/n, bairro Centro, neste Município, no valor de R\$ 867.886,80 (oitocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para o atendimento adequado de pessoas com deficiência da Rede Municipal de Ensino e da Escola Especial Caminho da Esperança, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades 3.3.50.00.00.00.00.00.00.0.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.350, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 4.350, de 01 de FEVEReiro de 2016.

CONVÊNIO. Associação Esportiva, Recreativa, Cultural, Beneficente Social e Educacional “Doce Mar”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Esportiva, Recreativa, Cultural, Beneficente Social e Educacional “Doce Mar”, inscrita no CNPJ/MF nº 08.960.082/0001-28 com sede na Rua Ieda Moreira nº 137, bairro Praia de Fora, CEP 88.138-506, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 301.982,40 (trezentos e um mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades 3.3.50.00.00.00.00.00.0.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.351, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 4.351, de 01 de FEVEReiro de 2016.

CONVÊNIO. Fundação Fé e Alegria do Brasil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Fundação Fé e Alegria do Brasil, inscrita no CNPJ/MF nº 46.250.411/0008-02, com sede Rua Américo Vespúcio, s/n, bairro Barra do Aririú, CEP 88.134-420, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 426.000,00 (quatrocentos e vinte e seis mil reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil e Educação Básica, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades 3.3.50.00.00.00.00.00.0.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.352, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 4.352, de 01 de FEVEReiro de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Aririú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Aririú, inscrito no CNPJ/MF nº 78.883.618/0001-34, com sede à Rua São Francisco, n. 468, bairro Aririú, CEP 88.135-160, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 604.777,20 (seiscentos e quatro mil, setecentos e setenta e sete

reais e vinte centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio e do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

I – Recursos do FUNDEB:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.0.01190207 – Transferência a Instituições Privadas em fins lucrativos

II – Recursos Próprios:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.0.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.
Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.353, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 4.353, de 01 de FEVEREIRO de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário do Alto Aririú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Alto Aririú, inscrito no CNPJ/MF nº 76.276.591/0001-96, com sede Rua Cesar Rene Wagner, s/n, bairro Alto Aririú, no valor global de R\$ 664.808,40 (seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e quarenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil e Educação Básica, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio e do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

I – Recursos do FUNDEB:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.0.01190207 – Transferência a Instituições Privadas em fins lucrativos

II – Recursos Próprios:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.0.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO - RP Nº 004/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N. 004/2016

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO N. 004/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - RP, que consiste na contratação de empresa para prestação de serviços, fornecimento de materiais e locação de estruturas, incluindo montagem e desmontagem, para eventos realizados por este Município.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

HDR SERV COM & TRANSP LTDA – ME, CNPJ n. 14.086.061/0001-67, ficou classificada nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil reais).

Palhoça, 03 de fevereiro de 2016.

SANDRA PEREIRA DE ABREU OLIVEIRA
Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL**ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO Nº 022/2015**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 022/2015, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A EMPRESA EDSON WILSON ESPINDOLA JUNIOR - ME.

Pelo instrumento de Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 022/2015, que entre si celebram, a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Martins, 101 – Loteamento Parque Residencial Pagani – Passa Vinte – Palhoça/SC – CEP 88132-282, neste ato representada por seu Presidente, Senhor OTAVIO MARCELINO MARTINS FILHO, doravante denominada CMP ou CONTRATANTE, e de outro lado a EMPRESA EDSON WILSON ESPINDOLA JUNIOR – ME, com sede à Rua Papa João Paulo I, Nº 98, Palhoça, Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 17.970.420/0001-05, neste ato representado pelo Sr. Edson Wilson Espindola Junior, doravante designada CONTRATADA, em decorrência ao Contrato n. 022/2015, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato acima citado, firmado em 06/11/2015, tem justo e convencionado a seguinte mudança contratual:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 022/2015, que tem em seu objeto reforma do Prédio Sede da Câmara Municipal de Palhoça.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente termo aditivo passa a fazer parte integrante ao Contrato nº 022/2015, ficando aditivado para fornecimento de materiais e serviços no valor total de R\$ 93.712,45 (noventa e três mil setecentos e doze reais e quarenta e cinco centavos) representando um acréscimo de 49,53%.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas pactuadas no contrato permanecem inalteradas.

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palhoça, 01 de fevereiro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Contratante

EMPRESA EDSON WILSON ESPINDOLA JUNIOR – ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 022/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 022/2015, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A EMPRESA EDSON WILSON ESPINDOLA JUNIOR – ME.

Pelo instrumento de Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 022/2015, que entre si celebram, a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Martins, 101 – Loteamento Parque Residencial Pagani – Passa Vinte – Palhoça/SC – CEP 88132-282, neste ato representada por seu Presidente, Senhor OTAVIO MARCELINO MARTINS FILHO, doravante denominada CMP ou CONTRATANTE, e de outro lado a empresa EDSON WILSON ESPINDOLA JUNIOR - ME , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.970.420 /0001-01 , com sede na Rua Papa João Paulo I, nº98, bairro Centro, SC , CEP: 88.131.170, neste ato representada pela Senhor, EDSON WILSON ESPINDOLA JUNIOR -ME, portador do CPF n.º 084.834.629-74, doravante denominada CONTRATADA, fica justo e contratado, perante as duas testemunhas , abaixo assinadas e nomeadas, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo para entrega do objeto, disposto na cláusula 2.1 do Contrato nº 22/2015, por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 07/02/2016 a 22/03/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente Segundo Termo Aditivo passa a fazer parte integrante do Contrato nº 022/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas pactuadas no contrato permanecem inalteradas.

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palhoça, 03 de fevereiro de 2016.
CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Contratante

EDSON WILSON ESPINDOLA JUNIOR - ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

PROJETO DE PROJETO LEI Nº. 648/2015

(com Emendas)

PROJETO DE PROJETO LEI Nº. 648/2015

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA PARA O EXERCÍCIO DE 2016

LOA. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Palhoça para o Exercício de 2016

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Palhoça para o Exercício Financeiro de 2016 na forma apresentada nos anexo, em R\$ 595.748.000,00 (Quinhentos e noventa e cinco milhões, setecentos e quarenta e oito mil reais), nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição Federal, Lei Complementar nº. 101 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO, Lei No.xxxxxxxx, para o exercício de 2016 - e do PPA, Lei nº 3923/2013, Quadriênio 2013 a 2017, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Palhoça, referente aos Poderes, Legislativo e Executivo, incluídos os das Fundações, dos Fundos, e das Autarquias.

Parágrafo Único: A importância correspondente a 15% (quinze por cento) do total previsto no "caput" deste artigo, fica disponível para Abertura de Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, a que se refere o artigo 18, em atendimento às necessidades da Prefeitura, dos Fundos, Autarquias e Fundações, em até 15% (Quinze por cento), da receita estimada consolidada do Município.

Art. 2º - A receita total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social consolidado é de R\$ 595.748.000,00 (Quinhentos e noventa e cinco milhões, setecentos e quarenta e oito mil reais) e decorrerá da arrecadação dos tributos, demais receitas correntes, das transferências correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, além das receitas auferidas pelas Fundações, Autarquias e Fundos, e terá a seguinte composição:

II - DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 - RECEITAS DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO - CONSOLIDADO - TODAS AS FONTES	
1.1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 516.180.000,00
- Receitas Tributárias	R\$ 111.750.000,00
- Receitas de Contribuições	R\$ 29.720.000,00
- Receitas Patrimoniais	R\$ 13.760.000,00
- Receitas de Serviços	R\$ 52.408.000,00
- Transferências Correntes	R\$ 271.777.000,00
- Outras Receitas Correntes	R\$ 36.765.000,00
- DEDUÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDEB	R\$ - 30.980.000,00
- RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 20.000.000,00
- Receitas de Contribuições Patronais	R\$ 20.000.000,00
2.1 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 90.548.000,00
- Operações de Crédito	R\$ 32.900.000,00
- Alienações de Bens	R\$ 100.000,00
- Transferências de Capital	R\$ 57.548.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 595.748.000,00

Art. 3º A Despesa total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social consolidado é de R\$ R\$ 595.748.000,0 (Quinhentos e noventa e cinco milhões, setecentos e quarenta e oito mil reais), e será realizada de acordo com as discriminações das modalidades de aplicação diretas, constantes dos Anexos de Despesas desta Lei, à conta de recursos próprios e vinculados, da Administração Direta e Indireta, Fundações, Fundos, e Autarquias:

2 - DESPESAS DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO - TODAS AS FONTES	
2.1 - POR ÓRGÃO/UNIDADE - RECURSOS TOTAIS	
I - PODER LEGISLATIVO	R\$ 16.145.000,00
03.00 - Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 16.145.000,00
II - PODER EXECUTIVO	R\$ 579.603.000,00
04.00 -- Gabinete do Prefeito	R\$ 5.010.000,00
05.01 -- Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP	R\$ 31.847.000,00
06.01 -- Secretaria Municipal de Habitação	R\$ 12.780.000,00
07.01 -- Procuradoria Geral do Município	R\$ 6.375.000,00
08.01 -- Secretaria Municipal de Governo	R\$ 1.140.000,00

09.01 – Secretaria Municipal de Receita	R\$ 13.885.000,00
10.01 – Secretaria Municipal de Finanças	R\$ 6.129.000,00
12.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e da Pesca	R\$ 3.825.000,00
13.01 – Secretaria Municipal de Educação	R\$ 121.105.750,00
14.01 – Secretaria. de Planejamento e Infraestrutura	R\$ 70.073.500,00
15.01 – Secretaria de Assistência Social	R\$ 490.000,00
16.01 - Encargos Gerais do Município	R\$ 16.418.000,00
17.01 – Fundo Municipal de Saúde	R\$ 91.481.750,00
18.01 – Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 23.957.000,00
19.01 – Instituto de Previdência Social – IPPA	R\$ 51.170.000,00
20.01 – Fundação Municipal do Meio Ambiente	R\$ 2.577.500,00
21.01 – Fundo Municipal do corpo de Bombeiro- FUNREBOM	R\$ 1.830.000,00
22.01 – Faculdade Municipal de Palhoça	R\$ 8.670.000,00
23.01 – Fundo Municipal da Infância e do Adolescente	R\$ 1.100.000,00
26.01 _ SAMAE	R\$ 72.880.000,00
27.01 – Secretaria Municipal de Administração	R\$ 15.450.000,00
28.01 – Secretaria de Segurança Pub e Def do Cidadão	R\$ 9.936.500,00
30.01 - Secretaria de Gestão e Comunicação	R\$ 3.709.000,00
31.01 – Secretaria Munic. De Desenv. Economico e Planejamento	R\$ 1.475.000,00
33.01 – Secretaria Municipal de Turismo	R\$ 1.316.000,00
34.01 _ Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça	R\$ 3.356.000,00
99.99 – Reserva de Contingência	R\$ 1.616.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 595.748.000,00
3 - POR FUNÇÃO DE GOVERNO – CONSOLIDADO - RECURSOS TOTAIS	
01 – Legislativa	R\$ 16.145.000,00
02 – Judiciária	R\$ 4.175.000,00
04 – Administração	R\$ 74.612.000,00
06 - Segurança Pública	R\$ 11.616.500,00
08 - Assistência Social	R\$ 26.397.000,00
09 - Previdência Social	R\$ 24.455.000,00
10 – Saúde	R\$ 91.481.750,00
12 – Educação	R\$ 129.775.750,00
13 - Cultura	R\$ 1.511.000,00
15 – Urbanismo	R\$ 73.500.500,00
16 – Habitação	R\$ 6.260.000,00
17 – Saneamento	R\$ 77.705.000,00
18 - Gestão Ambiental	R\$ 2.577.500,00
20 - Agricultura	R\$ 3.825.000,00
23- Comércio e Serviços	R\$ 1.960.000,00
25 – Energia	R\$ 17.180.000,00
26 - Desporto e Lazer	R\$ 1.075.000,00
27 - Encargos Especiais	R\$ 3.165.000,00
77 - Reserva de Contingência – IPPA	R\$ 26.715.000,00
99 - Reserva de Contingência –Administração Direta	R\$ 1.616.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 595.748.000,00
4 - POR CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA –CONSOLIDADO - RECURSOS TOTAIS	
1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 407.199.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 218.735.250,00
1.2 JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	R\$ 1.728.000,00
1.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 186.735.750,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 160.218.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 155.193.000,00
2.2 _ AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	R\$ 5.025.000,00
3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 28.331.000,00
3.1 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA –IPPA	R\$ 26.715.000,00
3.2 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Administração Direta	R\$ 1.616.000,00

TOTAL GERAL	R\$ 595.748.000,00
-------------	--------------------

DOS ORÇAMENTOS FISCAIS

Art. 4º O Orçamento da Câmara Municipal de Palhoça, para o exercício de 2016, fixa a despesa em R\$ 16.145.000,00 (Dezesseis milhões, cento e quarenta e cinco mil reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Câmara Municipal de Palhoça será realizada mediante Transferências Financeiras Concedidas.

1 - DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 16.145.000,00
1 – Suprimento	R\$ 16.145.000,00
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 16.145.000,00

§ 2º A despesa da Câmara Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 15.595.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 11.350.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 4.245.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 550.000,00
2.1 _ INVESTIMENTOS	R\$ 550.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 16.145.000,00

2 – DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Art. 5º O Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça para o Exercício de 2016, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 409.160.000,00 (Quatrocentos e nove milhões, cento e sessenta mil reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça será realizada mediante receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, transferências, de alienação de bens imóveis e de operações de crédito de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 376.015.000,00
1.1 - Receita Tributária	R\$ 95.050.000,00
1.2 - Receita de Contribuições	R\$ 19.100.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	R\$ 1.245.000,00
1.4 – Receitas de Serviços	R\$ 5.028.000,00
1.5 - Transferências Correntes	R\$ 224.157.000,00
1.6 Outras Receitas Correntes	R\$ 31.435.000,00
DEDUÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDEB	R\$ - 30.980.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 64.125.000,00
2.1- Operações de Crédito	R\$ 32.900.000,00
2.2 - Alienação de Bens	R\$ 50.000,00
2.3 - Transferências de Capital	R\$ 31.175.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 409.160.000,00

§ 2º A Despesa do Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 213.190.750,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 116.145.250,00
1.2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 1.728.000,00
1.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 95.317.500,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 107.774.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 102.749.000,00
2.2 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 5.025.000,00
3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 1.616.000,00
3.1- Reserva De Contingência	R\$ 1.616.000,00
4 - + TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	R\$ 86.579.250,00
TOTAL GERAL	R\$ 409.160.000,00

3 – DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL DE PALHOÇA-IPPA.

Art. 6º O Orçamento do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça - IPPA, para o Exercício de 2016, estima à Receita e fixa a Despesa em R\$ 51.170.000,00 (Cinquenta e um milhões, cento e setenta mil reais)

§ 1º A Receita do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça-IPPA, será realizada como segue:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 26.920.000,00
1.1 – Receitas de Contribuições do Servidor	R\$ 10.620.000,00
1.2 - Receita Patrimonial	R\$ 11.300.000,00
1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$ 5.000.000,00
2 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 20.000.000,00
2.1 – Receitas de Contribuições Patronais	R\$ 20.000.000,00
+Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 4.250.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 51.170.000,00

§ 2º A Despesa do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça-IPPA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 23.055.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 21.955.000,00
2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.100.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.400.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 1.400.000,00
(+) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 26.715.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 51.170.000,00

4 – DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 7º O Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente, para o exercício de 2016, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 2.577.500,00 (Dois milhões quinhentos e setenta e sete mil e quinhentos reais)

§ 1º A Receita da Fundação Municipal do Meio Ambiente, será realizada mediante Transferências Financeiras de recursos da Prefeitura, de receita tributária, patrimonial e de outras receitas correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 810.000,00
1.1 - Receita Tributária	R\$ 300.000,00
1.2 – Outras Receitas Correntes	R\$ 180.000,00
1.3 – Receita Patrimonial	R\$ 330.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 1.767.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 2.577.500,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal do Meio Ambiente, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.445.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 1.786.250,00
1.2- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 658.750,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 132.500,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 132.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 2.577.500,00

5 – DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 8º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o Exercício de 2016, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 91.481.750,00 (Noventa e um milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, setecentos e cinquenta reais).

§ 1º A receita do Fundo Municipal de Saúde, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas Tributária, Patrimoniais e de outras transferências correntes e de capital, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 39.580.000,00
1.1 – Receitas Tributárias	R\$ 400.000,00
1.2 - Transferências Correntes	R\$ 39.120.000,00
1.3 - Outras Receitas Correntes	R\$ 60.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 10.253.000,00
2.1 – Alienação de Bens	R\$ 50.000,00
2.2 – Transferências de Capital	R\$ 10.203.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 41.648.750,00
TOTAL GERAL	R\$ 91.481.750,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 75.691.250,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 48.968.750,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 26.722.500,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 15.790.500,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 15.790.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 91.481.750,00

6 - DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 9º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2016, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 23.957.000,00 (Vinte e três milhões, novecentos e cinquenta e sete mil reais)

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Assistência Social, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, receitas tributárias, patrimoniais e de outras receitas correntes e de capital, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 7.440.000,00
1.1 – Receita Patrimonial	R\$ 45.000,00
1.2 – Transferências Correntes	R\$ 7.375.000,00
1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$ 20.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 12.297.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 4.220.000,00
2.1 – Transferências de Capital	R\$ 4.220.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 23.957.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 16.488.000,00
- PESSOAL 1.1 E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 9.766.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 6.722.000,00
2- DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 7.469.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 7.469.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 23.957,000,00

7 – DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE – FIA

Art. 10 O Orçamento do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente – FIA, para o Exercício de 2016, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.100.000,00 (Hum milhão e cem mil reais).

§ 1º A Receita Fundo Municipal da Infância e do Adolescente – FIA, será realizada mediante transferências de recursos da Prefeitura e de receitas patrimoniais, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 600.000,00
1.2 – Transferências Correntes	R\$ 600.000,00

(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 500.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.100.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.035.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.035.000,00
2- DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 65.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 65.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.100.000,00

8 - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO - FUNREBOM

Art. 11 O Orçamento Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro - Funrebom, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 1.830.000,00 (Hum milhão, oitocentos e trinta mil reais).

§ 1º A Receita Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro - FUNREBOM, será realizada mediante transferências de recursos da Prefeitura, receitas patrimoniais e de outras receitas correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.460.000,00
1.1 – Receita de Serviços	R\$ 1.400.000,00
1.2 – Receita Patrimonial	R\$ 40.000,00
1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$ 20.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 70.000,00
2 - RECEITA DE CAPITAL	R\$ 300.000,00
2.1 - Transferências de Capital	R\$ 300.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.830.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro- FUNREBOM, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 978.000,00
1.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 120.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 858.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 852.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 852.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.830.000,00

9 – DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

Art. 12 O Orçamento da Faculdade Municipal de Palhoça, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 8.670.000,00 (Oito milhões, seiscentos e setenta mil reais).

§ 1º A Receita da Faculdade Municipal de Palhoça, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas, patrimoniais e de outras transferências correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 50.000,00
1.2 – Outras Receitas Correntes	R\$ 50.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.550.000,00
2.1 – Transferências de Capital	R\$ 1.550.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 7.070.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 8.670.000,00

§ 2º A Despesa da Faculdade Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo

à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 6.870.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 5.320.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.550.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.800.000,00
2.1 - INVESTIMENTO	R\$ 1.800.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 8.670.000,00

10 – DA SAMAE

Art. 13 O Orçamento da SAMAE, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 72.880.000,00 (Setenta e dois milhões, oitocentos e oitenta mil reais)

§ 1º Receita da SAMAE, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas, de serviços, receita tributária, receitas patrimoniais e de outras transferências correntes e de capital, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 62.780.000,00
1.1 – Receita Tributária	R\$ 16.000.000,00
1.2 – Receita Patrimonial	R\$ 800.000,00
1.3 – Receitas de Serviços	R\$ 45.980.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 10.100.000,00
2.1 – Transferências de Capital	R\$ 10.100.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 72.880.000,00

§ 2º A Despesa da SAMAE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 48.540.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 2.240.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 46.300.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 24.340.000,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 24.340.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 72.880.000,00
11 – DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA	

Art. 14 O Orçamento da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 3.356.000,00 (Três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil reais)

§ 1º Receita da Fundação Municipal de Esportes e Cultura, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas, de serviços, receita tributária, receitas patrimoniais e de outras transferências correntes e de capital, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 525.000,00
1.1 – Transferências Correntes	R\$ 525.000,00
(+) Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 2.831.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 3.356.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Esportes, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 3.311.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 1.084.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.227.000,00

2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 45.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 45.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 3.356.000,00

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 15 - O Poder Executivo é autorizado a contratar Operações de Crédito, nos limites e prazos estabelecidos nas legislações vigentes.

Art. 16 - Na realização do Orçamento referente as Despesas de Capital, os investimentos em execução terão prioridades sobre novos projetos.

Art. 17 - É vedada a redução de recursos, destinados à execução de investimentos já iniciados, para acorrer despesas resultantes de novos projetos

Art. 18 Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, mediante Decreto, a suplementar/remanejar dotações Orçamentárias, criar elementos de despesas, transferir de uma categoria econômica para outra, de um projeto/atividade para outro, de uma unidade/entidade para outra, abrir Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, em atendimento às necessidades de suplementações e anulações do orçamento da Prefeitura, dos Fundos, Fundações, autarquias e Legislativo, em até 15% (quinze por cento), do total da receita estimada consolidada do Município, aprovada no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para o exercício de 2016.

Parágrafo único. São recursos hábeis para atendimento às autorizações de aberturas de Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, contidas na presente Lei, as anulações totais ou parciais de dotações não mais utilizáveis; o superávit financeiro do exercício anterior; o provável excesso de arrecadação, resultante de operações de créditos e outros próprios e vinculados, da Prefeitura Municipal de Palhoça, Fundos, fundações e Autarquias.”

Art. 19 - Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 20 - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a cobertura dos riscos e eventos fiscais, caso não se concretizem até o dia 28 de dezembro de 2016, poderão ser usados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com saldos insuficientes.

Art. 21 As ações, de obras, serviços, equipamentos, projetos/atividades de manutenção e demais investimentos e os programas de manutenção e conservação da máquina administrativa pública da administração direta e indireta, ora inseridos no Orçamento do Município de Palhoça, para o exercício de 2016, ainda não contemplados, passam a integrar a LDO/2016 e o Plano Plurianual, Quadriênio de 2013 a 2017.

Art. 22 - Esta Lei entrará em vigência em

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

Exposição de motivos

LOA- LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PROPOSTA PARA O EXERCÍCIO DE 2016

Exposição de motivos referente ao Projeto de Lei que dispõe sobre a estimativa da Receita e a fixação da Despesa do Município de Palhoça para o Exercício de 2016.

Conforme Lei Orgânica do Município, a proposta de Lei Orçamentária Anual compreende todas as receitas e despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social dos Poderes do Município, Executivo, Legislativo, incluindo suas Autarquias, Fundações e Fundos.

O Projeto de Lei do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, ora apresentado está estruturado de acordo com o PPA Quadriênio 2013 a 2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentária _LDO, PARA 2016

Como é de conhecimento de Vossas Excelências, o processo orçamentário é composto pelos seguintes instrumentos de planejamento público:

1. Plano Plurianual - PPA, elaborado com base no Programa apresentado à população durante as eleições, com duração de quatro anos;
2. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que define para um exercício financeiro as normas que nortearão a elaboração e a execução do orçamento, bem como as prioridades e metas da Administração entre os diversos Programas e Ações constantes do PPA; e

3. Lei Orçamentária Anual - LOA, elaborada em harmonia com o PPA e a LDO, concretiza o planejamento estratégico do Município idealizado no PPA, na magnitude estabelecida pela LDO, mediante alocação de recursos orçamentários nos diversos Programas de Trabalho da Administração Pública.

A Administração adotará medidas administrativas rigorosas para conter os gastos públicos de tal sorte que as despesas limitem-se às receitas efetivamente arrecadadas.

A Prefeitura tem como pressuposto básico a retomada dos investimentos públicos que possam responder às imensas demandas reprimidas da nossa cidade, com projetos e atividades relacionadas na anexa proposta orçamentária.

As prioridades políticas e aspirações sociais estão bem refletidas em nosso Plano de Gestão ora apresentado e que deverá contar com todos os segmentos da sociedade, para cumprimento das metas de arrecadação e captação de recursos municipais, estaduais e federais para dar cumprimento a nossa responsabilidade de gestão.

São essas as considerações que nos enseja o envio da proposta da Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, com o qual partilhamos a responsabilidade conjunta de dotar nossa Cidade de uma Lei de Meios que de fato reflita suas necessidades de investimentos, limitadas apenas em suas disponibilidades financeiras.

Daniel Broering Harger
Secretário de FINANÇAS

Ismênia Iria Carmisini
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.87

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 155/2015

DECRETO Nº 155/2015. De 08 de dezembro de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.832/2014, de 19 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.
--	--

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 168.000,00 (Cento e sessenta e oito mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2.009 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0003.0(42)
R\$ 26.000,00
TOTAL R\$ 26.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2.010 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0095.0(219)
R\$ 132.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0003.0(54)
R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 142.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 168.000,00 (Cento e sessenta e oito mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, fica autorizada a utilização dos recursos do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0095– recursos ordinários de rendimentos bancários no valor de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), o provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0003 – recursos vinculados ao salário educação no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 08 de dezembro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 156/2015

DECRETO Nº 156/2015. De 08 de dezembro de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.832/2014, de 19 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.
--	---

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de R\$ 18.227,26 (dezoitos mil, duzentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2.009 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0(223)
R\$ 4.000,00
TOTAL R\$ 4.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DO TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.01 – Departamento de Transportes e Serviços Viários
Projeto: 2.032 – Manutenção do Departamento de Transportes
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0013(174) R\$ 5.191,18
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0013(171) R\$ 4.036,08
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0044(222) R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 14.227,26

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º deste Decreto no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0000 – recursos ordinários, o valor de R\$ 9.227,26 (nove mil, duzentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos) são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0013 – recursos vinculados ao Estado e o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0044 – recursos vinculados ao FEP, termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETO Nº 156/2015.

De 08 de dezembro de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 08 de dezembro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DECRETO 161/2015

DECRETO Nº 161/2015. De 17 de dezembro de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO PELA REDUÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.832/2014, de 19 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.
--	---

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 79.400,00 (setenta e nove mil e quatrocentos reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICÊ-PREFEITO

Unidade: 02.01 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Projeto: 2.003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(1) R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.01 – Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

Projeto: 2.005 – Manutenção das Atividades da Administração Geral

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(8) R\$ 7.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(10) R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 9.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação

Projeto: 2.009 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0(37) R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 25.000,00

DECRETO Nº 161/2015.

De 17 de dezembro de 2015.

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação

Projeto: 2.011 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0(58) R\$ 13.000,00

TOTAL R\$ 13.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DO TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.02 – Departamento de Transportes e Serviços Viários

Projeto: 2.032 – Manutenção do Departamento de Transportes

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0013(156) R\$ 3.500,00

TOTAL R\$ 3.500,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação

Projeto: 2.010 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(49) R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 6.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.02 – Departamento de Cultura e Esporte

Projeto: 2.017 – Manutenção das Atividades do Esporte

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(84) R\$ 12.500,00

TOTAL R\$ 12.500,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.02 – Departamento de Cultura e Esporte

Projeto: 2.016 – Manutenção das Atividades Culturais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(82) R\$ 3.400,00

TOTAL R\$ 3.400,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 82.200,00

(oitenta e dois mil e duzentos reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.036 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública Municipal

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 (22) R\$ 55.000,00

TOTAL R\$ 55.000,00

DECRETO Nº 161/2015.

De 17 de dezembro de 2015.

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.037 – Manutenção dos Programas ESF/ACS/Saúde Bucal

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 (36) R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.038 – Manutenção do CAPS

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 (48) R\$ 8.000,00

TOTAL R\$ 8.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.035 – Manutenção das Atividades do SAMU

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0030 (17) R\$ 4.200,00

TOTAL R\$ 4.200,00

Art. 3º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 79.400,00 (setenta e nove mil e quatrocentos reais), de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme

discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICÊ-PREFEITO

Unidade: 02.01 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Projeto: 2.003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(2) R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.01 – Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

Projeto: 2.005 – Manutenção das Atividades da Administração Geral

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(12) R\$ 2.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(10) R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 9.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação

Projeto: 2.009 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0(41) R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 25.000,00

DECRETO Nº 161/2015.

De 17 de dezembro de 2015.

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação

Projeto: 2.011 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0(60) R\$ 13.000,00

TOTAL R\$ 13.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DO TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.02 – Departamento de Transportes e Serviços Viários

Projeto: 2.032 – Manutenção do Departamento de Transportes

Modalidade de Aplicação: 4.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0013(213) R\$ 3.500,00

TOTAL R\$ 3.500,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação

Projeto: 2.010 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(53) R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 6.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.02 – Departamento de Cultura e Esporte

Projeto: 2.017 – Manutenção das Atividades do Esporte

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(86) R\$ 12.500,00

TOTAL R\$ 12.500,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.02 – Departamento de Cultura e Esporte

Projeto: 2.016 – Manutenção das Atividades Culturais

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(80) R\$ 3.400,00

TOTAL R\$ 3.400,00

Art. 4º Para dar cobertura ao valor de até 82.200,00 (oitenta e dois mil e duzentos reais), de que trata o art. 2º deste Decreto, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.036 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública Municipal

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 (28) R\$ 55.000,00

TOTAL R\$ 55.000,00

DECRETO Nº 161/2015.

De 17 de dezembro de 2015.

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.037 – Manutenção dos Programas ESF/ACS/Saúde Bucal

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 (40) R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.038 – Manutenção do CAPS

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 (50) R\$ 8.000,00

TOTAL R\$ 8.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.035 – Manutenção das Atividades do SAMU

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0030 (19) R\$ 4.200,00

TOTAL R\$ 4.200,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 17 de dezembro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças

DECRETO 162/2015

<p>DECRETO Nº 162/2015. De 17 de dezembro de 2015.</p>	<p>AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.832/2014, de 19 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.</p>
--	--

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 53.906,26

(cinquenta e três mil, novecentos e seis reais e vinte e seis centavos), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2.009 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0096.0(221) R\$ 22.300,00
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0097.0(40) R\$ 3.125,02
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0099.0(45) R\$ 781,24
TOTAL R\$ 26.206,26

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2.010 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0096.0(220) R\$ 27.700,00
TOTAL R\$ 27.700,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 43.858,58 (quarenta e três mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 2035 – Manutenção das Atividades do Samu
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0030 (17) R\$ 8.000,00
TOTAL R\$ 8.000,00

DECRETO Nº 162/2015.
De 17 de dezembro de 2015.

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 2036 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública Municipal
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0041 (25) R\$ 16.400,00
TOTAL R\$ 16.400,00

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 2037 – Manutenção do Programa ESF/ACS/Saúde Bucal
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037 (43) R\$ 4.600,00
TOTAL R\$ 4.600,00

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 2040 – Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0098 (58) R\$ 14.858,58
TOTAL R\$ 14.858,58

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 9.823,29 (nove mil, oitocentos e vinte e três reais e vinte e nove centavos), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de

Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMITOS
Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Palmitos
Projeto: 2048 – Apoio Financeiro a APAE de Palmitos
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0022 (27) R\$ 1.040,00
TOTAL R\$ 1.040,00

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMITOS
Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Palmitos
Projeto: 2046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0082 (43) R\$ 8.783,29
TOTAL R\$ 8.783,29

Art. 4º Para dar cobertura ao valor de R\$ 53.906,26 (cinquenta e três mil, novecentos e seis reais e vinte e seis centavos) de que trata o art. 1º desta Lei, fica autorizada a utilização dos recursos do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0096 – recursos vinculados a alienação de bens no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), o provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0097 – recursos vinculados ao rendimentos fundeb 60% no valor de R\$ 3.125,02 (três mil, cento e vinte e cinco reais e dois centavos), e o provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0099 – recursos vinculados ao rendimentos fundeb 40% no valor

DECRETO Nº 162/2015.
De 17 de dezembro de 2015.

de R\$ 781,24 (setecentos e oitenta e um reais e vinte e quatro centavos) nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 5º Para dar cobertura ao valor de R\$ 43.858,58 (quarenta e três mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) de que trata o art. 2º desta Lei, fica autorizada a utilização dos recursos do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0030 – recursos vinculados ao Samu no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), o provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0041 – recursos vinculados a MAC APAE no valor de R\$ 16.400,00 (dezesseis mil e quatrocentos reais), o provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0037 – recursos vinculados ao Nasf no valor de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) e o provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0098 – recursos vinculados a Vigilância Sanitária no valor de R\$ 14.858,58 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 6º Para dar cobertura ao valor de R\$ 9.823,29 (nove mil, oitocentos e vinte e três reais e vinte e nove centavos), de que trata o art. 3º desta Lei, fica autorizada a utilização dos recursos do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0022 – recursos vinculados a APAE no valor de R\$ 1.040,00 um mil e quarenta reais), e o provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0082 – recursos vinculados ao Social do Governo Federal no valor de R\$ 8.783,29 (oito mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte e nove centavos) nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 17 de dezembro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DECRETO 164/2015

DECRETO Nº 164/2015. De 23 de dezembro de 2015	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO PELA REDUÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.832/2014, de 19 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.
--	---

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 11.953,00 (onze mil, novecentos e cinquenta e três reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 2.036 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública Municipal
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002 (28) R\$ 6.453,00
TOTAL R\$ 6.453,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 2.037 – Manutenção dos Programas ESF/ACS/Saúde Bucal
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0037 (43) R\$ 1.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0018 (42) R\$ 4.500,00
TOTAL R\$ 5.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 11.953,00 (onze mil, novecentos e cinquenta e três reais), de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 2.036 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública Municipal
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002 (22) R\$ 4.379,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0002 (24) R\$ 1.138,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.0.1.0002 (90) R\$ 936,00
TOTAL R\$ 6.453,00

DECRETO Nº 164/2015.
De 23 de dezembro de 2015

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 2.037 – Manutenção dos Programas ESF/ACS/Saúde Bucal
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0037 (38) R\$ 1.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0018 (46) R\$ 4.500,00
TOTAL R\$ 5.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 23 de dezembro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016. Objeto: Registro de preços para aquisição de combustíveis destinados aos veículos da frota municipal. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 22 de fevereiro de 2016; Início da Sessão Pública: As 08:45hs do dia 22/02/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 04 de fevereiro de 2016

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Paraíso

PREFEITURA

CT RATEIO 01-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAISO

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2016 FMS

DO OBJETO TERMO ADITIVO: O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina CIS-AMEOSC, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05

DO VALOR: R\$ R\$ 9.958,08(Nove mil, novecentos e cinquenta e oito reais e oito centavos)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/Fundo Municipal de Saúde de Paraíso

DO CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC – CIS/AMEOSC

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente convênio será contado a partir da data de assinatura até 31 de Dezembro de 2016

DO FUNDAMENTO: É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 01 de Fevereiro de 2016.

ELIZETE ROGGIA

GESTORA MUNICIPAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO

CT RATEIO 02-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAISO

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2016 FMS

DO OBJETO TERMO ADITIVO: Este Contrato de Rateio tem por objetivo assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de PARAÍSO SC, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência.

DO VALOR R\$ 38.999,95 (trinta e oito mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/Fundo Municipal de Saúde de Paraíso

DO CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC – CIS/AMEOSC

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente convênio será contado a partir da data de assinatura até 31 de Dezembro de 2016

DO FUNDAMENTO: É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 01 de Fevereiro de 2016.

ELIZETE ROGGIA

GESTORA MUNICIPAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO

DECRETO 1787-2016

DECRETO Nº 1787/2016

"Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1418 de 28 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 13.030,84 (treze mil, trinta reais e oitenta e quatro centavos), no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

09.00 – SECR.MUN.DA AGRIC.E EMIO AMBIENTE

09.03 – DIV.DE AGROP.MEIO AMB.REC.NAT.RENOVAVEIS

09.03.20.606.1100.2.120 – MANUT.E FUNC.DO PROGR.PEQUENO AGRIC.C/BENEF.

3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.0200 – Transf.a Consócio Públicos(107) R\$ 8.051,80

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01.10.301.1071.2.098 – Transf.Finan.-CIS/AMEOSC/SAMU/UPA

3.1.71.00.00.00.00.0.1.203 – Transferência a Consorcio Público(39) R\$ 4.979,04

Total das Adições R\$ 13.030,84

(treze mil, trinta reais e oitenta e quatro centavos)

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de de R\$ 13.030,84 (treze mil, trinta reais e oitenta e quatro centavos), fica anulado parcial ou totalmente os saldos orçamentários da ação discriminadas abaixo e constante do orçamento vigente, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1418 de 28 de novembro de 2015 e o inciso III, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

09.00 – SECR.MUN.DA AGRIC.E EMIO AMBIENTE

09.03 – DIV.DE AGROP.MEIO AMB.REC.NAT.RENOVAVEIS

09.03.20.606.1100.2.120 – MANUT.E FUNC.DO PROGR.PEQUENO AGRIC.C/BENEF.

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200 – Transf.a Consócio Públicos(111) R\$ 8.051,80

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01.10.301.1071.2.098 – Transf.Finan.-CIS/AMEOSC/SAMU/UPA

3.3.71.00.00.00.00.0.1.203 – Transferência a Consorcio Público(18) R\$ 4.979,04

Total das Subtrações R\$ 13.030,84

(treze mil, trinta reais e oitenta e quatro centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 01 de fevereiro de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido de Togni

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra

Paraíso (SC) 01 de fevereiro de 2016

Servidor Responsável

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2016

Contratante: CAMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Contratado: ADRIANA ROSPA XAVIER - MEI - CNPJ: 18.980.117/0001-44

Modalidade: Dispensa - ART. 24, II DA LEI DE LICITAÇÕES.

Objeto: contratação de empresa para prestar serviço de filmagem e gravação de áudio para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Vereadores para o exercício de 2016.

Valor : R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

Dotação: 3.3.90.39.59

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Dispensa de Licitação

Objeto: filmagem e gravação de áudio para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Vereadores de Passo de Torres/SC, para o exercício de 2016.

Contratado: Adriana Rospa Xavier - Mei CNPJ: 18.980.117/0001-44

Processo Administrativo: 01/2016

Base Legal: art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93

Passo de Torres, 29 de janeiro de 2016.

Ademilson Batista da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Dispensa de Licitação

Objeto: Contratação de empresa para realizar a reforma de 45 cadeiras de escritório do plenário deste Poder Legislativo.

Contratado: JOÃO BATISTA CARLOS NUNES ME CNPJ: 02.707.696/0001-16

Processo Administrativo: 03/2016

Base Legal: art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93

Passo de Torres, 03 de fevereiro de 2016.

Ademilson Batista da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Passos Maia

PREFEITURA

EDITAL N. 0009/2016

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0009/2016
PREGÃO PRESENCIAL N. 0004/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0004/2016 – Objeto – contratação de empresa especializada em Gestão Pública, para locação de Sistema Integrado de Gestão Saúde Pública destinado a Secretaria de Saúde do Município de Passos Maia - SC, compreendendo conversão, customização, instalação, implantação, treinamento de usuários e locação, com manutenção e suporte técnico operacional, a ser executado de forma continuada. Necessários à modernização da prestação de serviços públicos à população do município para o exercício de 2016. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até 14:00 horas do dia 19 de fevereiro de 2016, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 08:00hs às 17:30hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010 e/ou pelo e-mail licitacao@passosmaia.sc.gov.br.

Passos Maia, 03 de fevereiro de 2016.
IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO N. 0013/2016

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
EXTRATO DE CONTRATO N.0013/2016
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0007/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0004/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
CONTRATADO: LUIZ ZOTTI

OBJETO: O presente instrumento contratual tem como objeto a locação de um poço sumidouro para depósito de dejetos cloacal urbano, localizado na propriedade do CONTRATADO. VALOR: R\$ 7.975,00 (sete mil reais novecentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016. Amparo Legal: Art.24, inciso II e X, da Lei 8.666/93 e suas alterações e demais normas vigentes.

Passos Maia, 03 de fevereiro de 2016.
IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO N. 0014/2016

EXTRATO DE CONTRATO N. 0014/2016
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0008/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0005/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA.
CONTRATADA: INTELLIBR SISTEMAS LTDA ME.

Objeto: Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrado, compreendendo sistemas de: cadastro de unidades escolar; matriz curricular; fórmulas de avaliação; calendário escolar; ensino

infantil; ensino regular; gestão de recursos humanos; consulta, estatístico e gerencial (web); e portal do aluno (web), bem como serviços de implantação e treinamento nos referidos sistemas.

Valor: R\$ 5.350,20 (cinco trezentos e cinquenta reais e vinte centavos).

Vigência: O prazo de vigência do presente contrato é da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Passos Maia - SC, 03 de fevereiro de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N. 0015/2016

EXTRATO CONTRATO n. 0015/2016
PROCESSO LICITATORIO n. 0006/2016
PREGÃO PRESENCIAL n. 0003/2016
ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: JOAÇABA PNEUS LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de pneus novos, destinados aos veículos da frota municipal.

Valor: Pelos pneus novos a serem prestados, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R\$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 03 de fevereiro de 2017.

Passos Maia, SC, 03 de fevereiro de 2016.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N. 0016/2016

EXTRATO CONTRATO n. 0016/2016
PROCESSO LICITATORIO n. 0006/2016
PREGÃO PRESENCIAL n. 0003/2016
ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de pneus novos, destinados aos veículos da frota municipal.

Valor: Pelos pneus novos a serem prestados, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R\$ 8.560,00 (oito mil quinhentos e sessenta reais).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 03 de fevereiro de 2017.

Passos Maia, SC, 03 de fevereiro de 2016.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

DECRETO 2500

DECRETO 2500/2016

ALTERA REDAÇÃO DO DECRETO Nº 2464/2015 NA QUAL AUTORIZA REAJUSTE DE TARIFAS DE LIXO NO MUNICÍPIO DE PENHA

Art. 1º O Decreto nº 2464/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CONSIDERANDO que a lei 8.666/93, em seu art. 55, III, dispõe que são cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam "o preço e as condições de pagamento, os critérios, datas-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento",

CONSIDERANDO que no respectivo Contrato de Concessão (nº 14/2007) firmado pelo Município com a empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., a cláusula sexta prevê a garantia do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste,

CONSIDERANDO que o regime jurídico da remuneração dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos domiciliares prestados pela concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. Através do referido Contrato de Concessão é tarifário,

CONSIDERANDO que o ato de alteração dos valores das tarifas de serviços públicos é privativo do Chefe do Poder Executivo,

CONSIDERANDO a Deliberação nº 021/2015, proferida em 30 de novembro de 2015 pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS e o Parecer Técnico nº 072/2015 da Diretoria de Regulação da ARIS;

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º -Fica reajustada a tarifa relativa à remuneração dos serviços públicos de coleta, transporte e disposição final do lixo residencial, comercial e hospitalar de Penha pelo índice IGP-Di, conforme previsão contida na cláusula sexta do Contrato de Concessão 014/2007, cuja variação, até outubro de 2015, deu-se em 10,55 %

Art. 2º - Em conformidade com o índice especificado no artigo 1º passará, a Concessionária, a cobrar dos munícipes, a partir de 1º/01/2016, os seguintes valores pelos serviços prestados, indicados no Contrato de Concessão 014/2007:

TARIFAS RESIDENCIAIS	
Valor por coleta	R\$ 2,05
Para 2 coletas semanais	R\$ 18,45
Para 3 coletas semanais	R\$ 26,65
TARIFAS COMERCIAIS/INDUSTRIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
Locais com três coletas semanais	
Estabelecimentos comerciais até 100 litros resíduos e três coletas semanais (cláusula 1.3.1 do Contrato 014/2007).	R\$ 53,30
Até 200	106,07
Até 300	159,11
Até 400	212,14
Até 500	265,18
Até 600	318,22
Até 700	371,25

Até 800	424,29
Até 900	477,33
Até 1000	530,36
Até 1100	583,40
Até 1200	636,44
Até 1300	689,47
Até 1400	742,51
Até 1500	795,55
Até 1600	848,58
Até 1700	901,62
Até 1800	954,66
Até 1900	1007,69
Até 2000	1060,73

Locais com duas coletas semanais

Estabelecimentos comerciais até 100 litros resíduos e duas coletas semanais (cláusula 1.3.1 do Contrato 014/2007).	R\$ 36,90
Até 200	73,43
Até 300	110,15
Até 400	146,87
Até 500	183,59
Até 600	220,30
Até 700	257,02
Até 800	293,74
Até 900	330,46
Até 1000	367,18
Até 1100	403,89
Até 1200	440,61
Até 1300	477,33
Até 1400	514,05
Até 1500	550,76
Até 1600	587,48
Até 1700	624,20
Até 1800	660,92
Até 1900	697,63
Até 2000	734,35

RESÍDUOS DE SAÚDE

R\$ 21,98 o Kilo

- Para quantidade de resíduos superior ao desta tabela e/ou serviços diferenciados, o gerador deverá negociar diretamente com a concessionária os valores.
- Para caracterização das quantidades, a concessionária fará o levantamento da quantidade produzida pelo período aproximado de 1 mês para fins de enquadramento na respectiva faixa de produção de resíduos. Após o levantamento informará ao usuário a quantidade obtida e os valores tarifários.
- A periodicidade da prestação dos serviços seguirá o plano de rotas da concessionária e praticado no município.

Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2016."

Art. 2º Revoga-se disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha/Sc, 01 de fevereiro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil

e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016 - PMP

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais publica a Homologação das Inscrições do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº. 01/2016, destinado ao preenchimento de vagas de PROFESSORES, conforme segue:

Educação Infantil	
Número	Inscrição
422	ACRISLAINNY ESTEPHANY RIBEIRO VALENTIM
664	ADRIANA MARIA MEDEIROS DA SILVA
251	ADRIELLY ANDRÉA DA SILVA
322	ALESSANDRA DE SOUZA AMARO WERMUTH
364	ALEXANDRA CARLA PAVAN
377	ALEXANDRA DARCI FRANCISCO
15	ALEXANDRA LUCIA A. CORDEIRO
496	ALIANE BORDALO DOS SANTOS VOOS
337	ALINE CORDOVA FORTE
127	ALINE CRISTINA DOMECIANO ROPELATTO
609	AMANDA BORBA COUTO
316	ANA CLAUDIA COSTA MOURA
490	ANA ISABEL DE SOUZA
298	ANA LÚCIA VIEIRA MAIA
589	ANDREIA BITTENCOURT DOS SANTOS
427	ANDREIA CRISTINA DA SILVA SOUZA
279	ANDRESA ADELAIDE CORRÊA DOS SANTOS
371	ANGELA CRISTINA WOLFF ALVES
583	ANGELA MARIA ANACLETO
209	ANGELITIA MARIA DUARTE PEREIRA
554	ARIANE IRENE DE SANTANA
214	AUREA ISABEL CHILANTE DEON
259	BÁRBARA SOCORRO GUIMARÃES TOMÉ
99	BENTA KELLER
586	BIANCA RODRIGUES DOS SANTOS
160	CAMILA CAROLL BENTO
292	CAMILA CORDEIRO MACIEL
224	CARINA MARIA SEVERINO
404	CARLA CRISTINA BORBA
317	CARLA CRISTINE DA SILVA ANGÉLICA
309	CARMEN LÚCIA DOS SANTOS
376	CAROLINE CASAGRANDE BENTO
409	CATARINA APARECIDA FLORIANO
146	CÁTIA MARIA LEITE
466	CHEILA CATIANE GONÇALVES
199	CHIRLANE TAÍSSE GOMES
284	CHRISTIANE SOUZA ROMÃO DE SOUZA
85	CIBELE MARIA DE CARVALHO
598	CINTIA DA CRUZ
141	CISILANE DA SILVA FISCHER

516	CLADECI MARIA KUZMA BORGES
475	CLAUDIA CORREA
238	CLÁUDIA REGINA DE SOUZA VIEIRA
299	CLAUDIA ROSANE TRICHES TULIO
606	CLEIDE DAS NEVES SILVA
569	CRISTIANE MACHADO
196	DAGMAR MARIA GONZAGA KALBUSCH
526	DAIANE DE SOUZA RAULINO
307	DAIANE REIS
16	DAIANE SARMENTO
247	DANIELLI CRISTINI PEREIRA VIEIRA
617	DANIELY COSTA LINDOZO
642	DAYANE FABIOLA BLEYER
582	DENIELLE PATÍCIO DOS ANJOS
265	DEOCONDINA MARIA RAISER
325	DEYSE REGINA DOS SANTOS
441	DILMARA FRANCISCO
150	DILZA DE FATIMA NODA SERRANO
332	DJÉSSICA SIEDSCHLAG
9	EDIANI BENTO
310	EDINARA BENTO
67	EDNÉIA DE SOUZA
276	ELAINE CRISTINA DE JESUS
32	ELAINE SANTOS DA CRUZ SILVA
411	ELIANE DOS SANTOS CELESTINO
217	ELIANE SANTOS NUNES
27	ELISANE ZILMAR ARAGÃO
454	ELISANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA WEIMER
212	ÉRICA HELENA DE SOUZA
433	ÉRICA LEITE DE ARAÚJO MATEUS
597	ERIKA MICHELLE GRANJA BARRETO
629	EUNIDIO LUIS RANNOV
442	EVELIN APARECIDA DA LUZ
44	FABIANA OLIVEIRA SILVA BERNARDO
55	FABIOLA ANLI DA SILVA ASSIS
190	FABÍOLA CARLA M. S. LUNARDELLI
90	FABRÍCIA EGER ANACLETO
527	FABRICIA INOCÊNCIO
86	FLÁVIA MARCELINO PORTO
123	FRANCIELI FORTES RIBEIRO
560	FRANCIELI RAQUEL HICKMANN
33	GABRIELA ANA DOMINGOS
280	GABRIELA CORRADI DE PAULA
452	GEOVANA CARDOSO FLORIANO
393	GIOVANA CLÉIA PEREIRA
500	GIZELI DA SILVA DOMINGUES
351	GRAZIELA DA SILVA PEREIRA
355	HALINE FERREIRA BEBER
239	INDIANARA MENDES
154	INGRAÇA CIROSE ARAGÃO DA SILVA
191	ISIDORO AUGUSTO LUNARDELLI
87	IVÂNIA ONÉLIA PINTO
365	IVETE TARNOWSKI
344	JANAINA BEATRIZ ROCHA DA LUZ
47	JANAINA FERNANDA VIEIRA DIAS
145	JANE MARIA LEITE TEODORO
329	JANE SANTANA MACIEL
167	JAQUELINE LACERDA MOREIRA HENKE
414	JENIFER DE SOUZA

89	JERUSA MONSINI BENTO
162	JERUZA QUEIZA DA CRUZ
639	JÉSSICA FERNANDA DAMÁSIO
381	JOICE CRISTINE TEIXEIRA DOS SANTOS
410	JOSIANE D'AVILA
267	JOSIANE DE BORBA BENTO
115	JOSIMERE DE BORBA
403	JOZE LURDES REINERT
418	JUCÉLIA APARECIDA AGOSTINHO BENTO
648	JUCILEIDE GALINDO SOUZA DE PAULA
614	JULIANA CRISTINA ANACLETO OLIVEIRA
474	JULIANA DONATILIA GOMES
494	JULIANA VILICZINSKI
401	JULIANE CRISTINA GOMES
559	JULIETA SOARES
204	KEILA RAQUEL BRITTES DE OLIVEIRA
348	KETTNY DE ASSUNÇÃO DOS SANTOS
225	LAIZA CARDOSO
605	LEIDE DAS NEVES SILVA
21	LEILA MARIA DO NASCIMENTO FERREIRA
48	LEONELA DE SUZA NASCIMENTO
164	LETÍCIA IVANI JORGE
255	LILIAN REGINA DIAS
69	LUANA MARIA ROBERTTI
288	LÚCIA DE SANTANA DA SILVA
165	LUCIANA FAGUNDES DO NASCIMENTO
153	LUCIANA NATIARA ROSA
335	MAGNA CABRAL DO COUTO
451	MAIARA CRISTINA VIEIRA
107	MARCIA MOTA VITORINO VICENTE
234	MARI ISABEL DOS PASSOS DA ROSA
382	MARIA AMÁLIA DE ABREU
300	MARIA APARECIDA DOS SANTOS LACAVA
305	MARIA APARECIDA DOS SANTOS PEREIRA
197	MARIA APARECIDA SILVA VIANNA
635	MARIA CLARICE PEREIRA
3	MARIA DAS GRANÇAS DA SILVA
473	MARIA DE FÁTIMA FERREIRA DO NASCIMENTO
223	MARIA DE LOURDES GOMES VIEIRA
161	MARIA EDUARDA CORDEIRO
135	MARIA ELIETE DA COSTA CELESTINO
287	MARIA ESMERALDINA MARTINS
343	MARIA EVERAILDES OLIVEIRA BREGANTIN
331	MARIA ISABEL T. DE PONTES
341	MARIA MARLISI DE AZEVEDO DAS NEVES
482	MARIA TEREZA BENTO
483	MARIANA CRISTINA BENTO
130	MARILENE MELLO DA SILVA
22	MARILURDES LEITE CUNHA
144	MARINA DANIELA DE SOUZA TASCA
270	MARISTELA APARECIDA DUARTE
437	MARIZETE MARIA DOS PASSOS LACAVA
306	MARLI PIRES DOS SANTOS
488	MAURILIA CASAGRANDE
425	MAYARA LOURDES FRANCISCO
312	MAYARA REGINA DA SILVA CRUZ
455	MERIELI DA COSTA
350	MIRIAN LETICIA DO PILLAR MELLO
42	MÔNICA BASSANI PINTO

379	MÔNICA MARIA DOS SANTOS
601	MURIEL SAIBEL NERES CORDEIROS
548	MYRCEA HELOISA WAGNER
522	NAIARA JÚLIA DA SILVA
384	NEIDE MARIA BENTO PEREIRA
119	NELIR MOSER
468	NELYANA KOTTWITZ
543	NEVEMAR INACIO DIAS ARRUDA
520	NOELI APARECIDA DE ARAGÃO
203	ODIVANIA ELISA SCARIOT
13	PAMELA PAULINA WISENTAENER
77	PAOLA BUSS DE SANTANA
540	PATRICIA MARIA INOCÊNCIO DOS SANTOS
611	PAULA PRICILA DA SILVA KORB
374	PEDRO JOSÉ VICENTE JÚNIOR
541	PRISCILA RENATA EMMERICH
136	RAQUEL ENGRACIA DE SOUZA FRANCISCO
58	REGIANE RODRIGUES TEIXEIRA
469	RENATA TEREZINHA DA SILVA
41	RITA DE CÁSSIA NASCIMENTO
616	ROSALVA MARIA ANHAIA NUSDA
109	ROSANA GAMBA DE AGUIAR
139	ROSANE DA SILVA
142	ROSE APARECIDA HANK
517	ROSELI HANCK DOS SANTOS
40	ROSELI HELENA ADRIANO GONÇALVES
62	ROSELI VALTRICH PONICK
113	ROSENEIDE FÁTIMA FRANÇA FLOHR
402	ROSENILDA NUNES RAMOS
273	ROSILENE DE ALMEIDA
248	ROSIMERI DOS SANTOS SANTANA
272	ROSIMERI RAMOS GODOY
70	SABRINA DEITOS DA SILVA
487	SALETE HANCK VIEIRA
450	SANDRA MARA FERREIRA TORRES
318	SANDRA REGINA GONÇALVES
230	SCARLET LOUISE POTT LEMOS
354	SCHEILA MARIA DE MELO BEZERRA
336	SILVANA DO NASCIMENTO
176	SILVIA MISSFELD
158	SIMONE DE PAULA MARTINS
603	SOLANGE CRISTINA DIOGO MOREIRA
159	STEPHANY AMORIM DOS SANTOS
178	SUANE SIMONE DE SOUZA
263	SUÉLEN APARECIDA DE PAULA
321	SUELI LIMA PEREIRA
91	SUELLEN CORREIA DA SILVEIRA
97	SUZANA VITORINO CARDOSO
5	TATIANA SOUZA KURECKI
147	TATIANE DE ASSIS CASTILHO FERREIRA
226	TATIANE GADOTTI
659	TATIANE MIRA DA SILVA
202	TATIANI MARIA SILVA
256	TEREZA JAZINSKI
356	THALITA NAIR PEREIRA
2	THAYNARA DE CÁSSIA SANTOS COELHO
168	THAYSE DA COSTA SOUZA
415	VALMIRA MARIA LEITE DE SOUZA
172	VALQUIRIA ALBINO

571	VANESSA LACI DA SILVA
323	VÂNIA LÚCIA VICENTE
8	VERA LUCIA DE SOUZA SINESTRI
29	VIVIAN GRAZIELA SERPA SANTOS
424	VIVIAN PRUST GADOTTI
440	VIVIANE BATHEKE INOCENCIO
82	WALQUÍRIA JACINTA GERMANO GOMES
Anos Iniciais	
Número	
Inscrição	Professor
581	ADELINA DIAS PEREIRA
408	ADERLITA ANACLETO
112	ADRIANA DA SILVA
240	ADRIANA PAULINO PEREIRA
175	ADRIANA RIBEIRO DE CAMPOS
76	ALESSANDRA PEREIRA DUTRA RODRIGUES
51	ANA OLÍVIA TEODORO PIRES FIGUEREDO
419	ANDRÉA ZIEHLSORFF
285	ARIANE SCOLARI DOS SANTOS
367	ARIELE VIÉGAS LUIZA
183	AUREA MARIA CAMPESTRINI CRISTELLI
508	BRUNA ALESSANDRA DO NASCIMENTO VIEIRA
613	CLAUDEMIRIA NOVAIS ALVES
26	CLAUDETE FATIMA DALMAGRO
593	CLAUDIA CORRADI
192	CREUSA EDIT VERISSIMO
95	CRISTIANE MÉRI FELÍCIO
73	DANIELA COELHO FERREIRA DA ROSA
138	DEISE DOS SANTOS CAMILO
151	DENISE SPIESS
45	DORACI CAROLINO
383	DULCINÉIA PEREIRA DUTRA
241	EDILENE IRIS CALDEIRA LOURENÇO
380	EDINEIA GONÇALVES DE AZEVEDO MUNIZ
169	ELAINE DA LUZ
100	ELIANA CRISTINA GAMA DA SILVA
104	ELIANA LEMOS QUEIROZ MACEDO
118	ELISANDRA MATOZO
291	ELISANE ANGIOLETT ALTINI
428	ELIZANE MARISE CALDEIRA DA SILVA
536	ELYSE FERNANDA SANT'ANNA TRAVASSOS
405	FÁBIA TRAMONTIN MACHADO
110	FLÁVIA DE LOURDES ALVES CORDAZZO
446	FLÁVIA KARINE FEITOSA DE SOUZA
152	FLÁVIA SPIESS
182	GISELI GEORGETE BORGES
385	ISABELA CUSTÓDIO
447	ISABELA MONTIBELLER DE SOUZA KUEHN
201	IVELISE LUZIA SOARES DA COSTA
83	JANAINA NEIDE DE SOUZA
185	JAQUELINE DO NASCIMENTO DE BORBA
643	JEFERSON ADRIANO ODELI
588	JESSÉ RIBAS CARDOSO
352	JÉSSICA DOS SANTOS
626	JÓICE MARIA DUARTE XAVIER
378	JÔNATA JOSUE SCHULZE
290	JUCIANE ISABEL DE SOUZA

193	JUCIMARA PERPETUA AGOSTINHO DE MORAES
461	JULIANA BORSARI
124	JULIANA JACINTO
370	JULIANA KOVACS LACERDA
417	JULIANA MENDES
457	JUREMA BLOMER
228	KATIUSCIA LEITE FRANCISCO ALVES
464	LEADAR LENZI CRISTOFOLINI
479	LETÍCIA CLEDINÉIA BENTO
334	LIDIA ROSA DOS NAVEGANTES SANTOS
550	LILIANNE RIBEIRO BURLIER DA SILVEIRA
561	LINDOMAR SILVA DE JESUS
453	LORENI TEREZINHA DE LIMA
301	LUCILÉA MARIA BENTO MIGUEL
264	MAITE CLEIDE PINHEIRO
622	MARI LÚCIA HEIDEN
308	MARIA DA PENHA SANTOS DA SILVA
662	MARIA ROSALINA DA SILVA
170	MARILENE CLAUDINO
25	MARINA DA SILVA
599	MARLENE MARIA DOS SANTOS
368	MARLIZETE MARIA DUARTE
43	MARTA PACHECO OLIVEIRA SILVA
627	MAYRA ANNE DUARTE
148	MÉRCIA REGINA HONÓRIO
358	MIRIAN FATIMA SANTANA DA SILVA
213	MIRTA SUELI DA SILVA CORRÊA
6	NEUZA MARIA DE SOUZA
342	NILSON DILO DE SOUZA
657	NISIA MARIA PINTO
511	PATRICIA APARECIDA KINAK
72	PATRÍCIA APARECIDA SOUZA
157	PATRICIA BITTENCOURT
37	PATRICIA NUNES PEREIRA ANTÔNIO
28	PRISCILA CASSOL MARIÑO
274	PRISCILA ROEMERS
549	RAQUEL PALOMA DA SILVA
653	REGINA DOS SANTOS
512	REJANE AMÉLIA DE SOUZA RODRIGUES
293	REJANE MARA LEIRIA
580	RENATA LUIZ
81	RENATA RAIMON PEREIRA DA SILVA
120	ROBERTO ANTÔNIO LEITE
128	ROSANA ANTÔNIA DA SILVA
602	SÂMIA HASSAN RESLAN
392	SAMILA SIMÕES
177	SANDRA BERNADETE DE SOUZA AZEVEDO
166	SANDRA MARIA FERREIRA DE FREITAS
640	SELMA REGINA PINHEIRO
353	SILEIDE MARIA DE SOUZA CALDEIRA
134	SIMONE PENILLO DE SOUZA SANTOS
398	SIMONE PEREIRA DE LIMA BELTRAMINI
36	SONIA MARA SCHULER
18	SUSANA CELISTA POLICARPO
339	SUZANA ZIMAR SOUZA
254	TATHIANY SHARON ROCHA FACCIO
235	TEREZA DOS SANTOS INACIO
129	VANESSA LILIAN DE FREITAS
345	VANESSA RHENIUS THREISS

133	VANESSA RIBEIRO
467	VANJA REBELLO DOS SANTOS DE SOUZA
638	ZENILDE AZEVEDO MAFRA
Anos Finais - Língua Portuguesa	
Número	
Inscrição	Professor
518	ADIR BOEIRA
14	ADRIANA ERBS LIVINALLI
553	ALEXNDRA RODRIGUES DE PAULA
623	CAMYLLA EMANUELLY PRINCIPE DE MORAES
12	GIOVANNA CAMMARATA
647	GISLAINE KAREN DE ALMEIDA RITA
303	IARA JOSIANE PAIANO FELICIO
78	JEANE CAROLINE THEISS
521	JOSIANI BENTO
156	LUCIANA MARA DA SILVA
534	LUIS GUSTAVO VARELA
296	PATRÍCIA HELENA PEREIRA
282	ROSYNARA EYNG
338	SUELI MARIA DA VEIGA
108	TATIANA PAWLENKO
314	THULLAV BATISTA DE CARVALHO
600	VILMA FLORENCIANO FERREIRA DE BRITO
386	WAGNER LUIZ DE MENEZES
Anos Finais - História	
Número	
Inscrição	Professor
137	CLÉO JUVENAL GONÇALVES
20	DENIS PORTELA PEREIRA
346	ELINE PIFFER PAVÃO DE ARAUJO
362	FRANCISCO ALEXANDRE COSTA DA SILVA
471	GABRIELE FEITOSA DA SILVA
253	HENRIQUE COSTA MARTINEZ
93	IVANILDO QUADROS
579	JEFERSON WILLIAM MUELLER
578	JORGE BARGORDAKIS JUNIOR
630	JULIANE DE SOUZA RAMOS
641	LEILA MORAES DE SOUZA
103	LUCIANA DA SILVA DANTAS SOARES
105	LUIZ ARTHUR DA SILVA
531	MAICON LENON PEREIRA
489	MARCIO ROBERTO DE OLIVEIRA
658	MARCOS ROBERTO DOS SANTOS
312	MATHEUS FRANCISCO DA SILVA
246	PAULO ROBERTO VALADARES
445	RAFAEL GIOVANE CUNHA
506	RENAN DA SILVA DO VALE
96	ROSA MARIA NUNES
327	THYRCIANE FEITOSA DE SANTANA DA COSTA
443	VANESSA DE OLIVEIRA T. CRUZ
30	WILSON DE OLIVEIRA NETO
Anos Finais - Ensino Religioso	
Número	

Inscrição	Professor
619	ANGÉICA DO AMARAL PEREIRA
396	BRUNA GIOVANA BORGES
576	DIMAS CARLOS PIMENTEL
538	GISELE CRISTINA MACIEL
577	IVAN DOMINGOS GUAREZI
277	LILIA PAULINO DA SILVA
333	LÚCIA HELENA DE FREITAS WUST
584	MAILDO FERREIRA
592	MARIA ISABEL DA COSTA GARDIOLI DE CARVALHO
502	PATRICIA SIMONE SIEWERT
509	PRISCILA VILICZINSKI
515	RANIERI SOARES DE ARAUJO
54	ROMÁRIO JOÃO BENTO
Anos Finais - Matemática	
Número	
Inscrição	Professor
668	ALBERT CRYSTIAN CONCEIÇÃO
35	CRISTIANE MARILENA DA SILVA
634	DÂMARIS CORRÊA
363	DELAYNE CRISTINA ESPINDOLA DA SILVA
74	EDUARDO CORDEIRO NORONHA
612	LIGIA MARA EVARISTO
413	PATRÍCIA SARAIVA CORRÊA BENITES
188	ROSILMA DE JESUS THOMASZECKI
297	SANDRA MARIA PEREIRA
Educação Física	
Número	
Inscrição	Professor
465	ABELARDO PEREIRA DOS SANTOS NETO
242	ADELLY CRISTINE BENTO DE BORBA
50	ALAN ABREU DE CAMPOS
244	ALBERTO ALAGO ADRIANO ROMÃO
122	ALESSANDRO ROBERTO FERNANDES
140	ALEX SANDRO DOS SANTOS
568	ALEXSANDRO DE NOVAIS
513	AMÁBILE LAÍS FELICIANO
652	BRUNO ASSUNÇÃO SOUZA VEDOVATO
57	BRUNO FERNANDES DE SOUZA
421	BRUNO HUBERT
195	BRUNO JACOB COUTO
49	CARLOS HENRIQUE REGIS
117	CAROLINE DA COSTA ALVES
423	CASSIO ADELINO SIMÕES
189	CELIA LUCIA MIRANDA LINDNER
406	CLEBER MARCIEL NEUMANN
426	CRISTIANO NASCIMENTO LIMA
281	DAIANE ZORRER
266	DAVID DANIEL BATISTA
667	DENISE DOS SANTOS LOPES
486	EDUARDO FERREIRA FILHO
412	EVANDRO MICHELMANN
375	FERNANDA NASCIMENTO
610	GABRIELA BRAZ LINHARES
315	GILLIARD DOS SANTOS GREGORIO

570	GIORGIA DE SOUZA SELL
389	GIOVANA DA COSTA DE SOUZA RIBEIRO
143	HENRIQUE DE ALMEIDA MACHADO
155	INALVA LILIAN ANDRADE LOES
269	INDIANARA DOS PASSOS
537	JACKSON WILLIAM DOS REIS BARROS
595	JARDEL CELSO SEVERINO
397	JEAN CARLOS DA SILVA
655	JEAN CARLOS FRANÇA
347	JENIFER HERBER
88	JENIFFER KRUEGER
221	JOÃO LUIZ ABEN-ATHAR DE ALENCAR JUNIOR
470	JOAQUIM EDUARDO DE OLIVEIRA
498	JOICE CARDOSO
590	JOSÉ ALFREDO MACHADO E OLIVEIRA
480	JULIOMAR JOÃO BENTO JUNIOR
572	LEANDRO FERREIRA DOS SANTOS
666	LUIZ ALBERTO CUNHA DE OLIVEIRA
53	MARCELO CORREA CATARINA
456	MARCELO DE BORBA PAULO
210	MARCIA NOEMIA DAMBROWSKI
434	MARIA ISABEL RODRIGUES
163	MARILDA PORONHAK
551	MARINA ANDRÉIA SEIDEL
126	MARINA ELIS DOMECIANO
444	MARLLON RAFAEL GLIXINSKI
407	MATHEUS EDILTON CUNHA
620	MATHEUS VIÉGAS FRANCISCO
328	MICHAEL DAVID DA COSTA
618	MURIEL FERNANDO KRAISCH
79	MURILO DOS SANTOS
633	MURILO THIAGO SOUZA FIGUEREDO
524	PALOMA EDUARDA DE AGUIAR
519	PAMELA CAROLINE VITORINO
532	PAMELA DECKER
529	PRISCILA KELM VILAS BOAS
211	RAFAEL DOS SANTOS
646	RALF RAUL FISCHER NETO
656	RICKY JHONATAN FLORÊNCIO
186	ROBERTO ANTÔNIO LEITE JÚNIOR
539	ROBERTO CARLOS BARRERA GARCIA
215	RONALDO IDALGO
544	ROSANGELA CARLA PAULINI
320	ROSELI DOS SANTOS DE JESUS PERES
98	SABRINA APARECIDA ONEDA
206	THIAGO FERNANDES DE SOUZA
449	TIAGO ANDRÉ STEPHAN
575	WAGNER WALMOR CORDEIRO
395	WILSON ROBERTO CESARIO PEREIRA
Anos Finais - Inglês	
Número	
Inscrição	Professor
125	ANA MARIA BATISTA
587	BRUNA FERNANDA DARGA DE OLIVEIRA
31	CARLA CHAIANA KNOP
391	CARLOS JOSÉ SERPA FILHO
369	EDSON DE FREITAS COUTO

231	JACKSON LUIZ SEVERIANO DOS SANTOS
566	JAQUELINE WANDERLEY FALBO
565	NICOLE FALBO CAMPASSO
472	OSVALDINA FEITOSA DA SILVA
34	OSVALDO CORRÊA DE MELLO JUNIOR
71	RENATE PARNO
116	TEREZINHA APARECIDA DA COSTA ALVES
Anos Finais - Ciências	
Número	
Inscrição	Professor
289	CRISTIANE ALMEIDA NASCIMENTO MONTEIRO
654	EDUARDO CAETANO DIOMÁRIO
184	FABIO FRANCISCO DE BORBA
7	JACKSON REINICKE
131	JULIANE APARECIDA XAVIER BARBOSA
644	LISIANE ALVES GUADAIM RIBEIRO
523	MATHEUS CAMARGO MARTINS
625	PERLA GADENS STANISZEWSKI
624	VANESSA ANGEICA COSTA SOUZA
Anos Finais - Geografia	
Número	
Inscrição	Professor
102	BRUNO DE SOUSA ABREU
106	CARMELITA BRAATZ DA SILVA
243	FERNANDA DE OLIVEIRA OLEGÁRIO PETZOLD
283	LETÍCIA DA COSTA FERREIRA EYNG
180	MICHELLE APARECIDA PORTO NEUMANN
632	NAIARA THAIS NICOLAU
208	PATRICIA ALEXANDRA MARTINEZ
252	SHARLENE MARIA KRÜGER
Arte	
Número	
Inscrição	Professor
459	ALESSANDRA BOBINSKI MONTEIRO
361	ALINE DOMICIANO
275	ALINE FERNANDA CAVACO
563	ALINE MARILICE KRÜEGER
311	ANA CAROLINA YAGI DOS SANTOS
61	ANA PAULA RANGUETTI
439	ANDRESSA DO NASCIMENTO
438	ANDRESSA KELLER
387	ANDRESSA RAFAELA VIEIRA BONATO
326	ANELIZE AGOSTINHO
366	ARIANE VIEGAS LUIZA
390	BARBARA BRENDA PEREIRA
665	BÁRBARA DOMECIANO PARRADO
179	BEATRIZ VANZUITA
463	BIANCA GRAUPPE PEREIRA
436	BRUNA SUELLEN LESKE
636	CAMILA BEATRIZ STEIL
481	CAMILA CRISTINA MANGORRA
400	CARLA IRENE CARLOS
435	CAROLINE LEITE DE OLIVEIRA NUNES

628	CHAINED DIAS
394	CLAUDIA MEHLER BOT
573	CRISLAINNY MERY FISCHER
357	CRISTIANE AMABÍLE FLORES
4	CRISTIANE DE BORBA
101	CRISTINA MARIA ROSA
52	DAIANE FEGER
1	DAIANE VOIGT COSTA
493	DAIELLY WIPPEL
56	DANUZA SARUZA DOS SANTOS
39	EDILENI ERONDINA ANACLETO
359	EDINÉIA WACHHOLZ BORGES
38	EDUARDA DE LOURDES CELISTA
24	EDUARDO GONÇALVES DE AGUIAR
258	ELISABET RODRIGUES
507	ELISABETE SCHINEIDER
637	ELVIRA CRISTIANE DE OLIVEIRA
661	EMANUELA DE SOUZA
198	ERINÉIA ANACLETO
448	EVELIN CAVALCANTE CONCEIÇÃO
349	EVELYN DO CARMO MACIEL VITORINO CAMILO
111	FABILENE GUERREIRO COSTA
80	FERNANDA ALVES DANELESKI
663	FRANCIELI NOGUEIRA DA SILVA
233	FRANCIELLY MATOSO DE SOUZA
660	GABRIELA DOS REIS
257	GISELE MORETON CORDEIRO
330	GIZELE DA SILVA
64	GREICE PÂMELA BAADE
608	HARNON AURÉLIO DE SOUZA
173	HÉRICA TODESCATTO WAGNER
304	JANAINNA DOS SANTOS
458	JANINE MOHR
432	JESSICA CAROLINE DOS SANTOS
220	JÉSSICA GRANGEIRO SAMPAIO SOARES
216	JOELLY CENIRA RACHAKOSKI
505	JOSÉ SABINO DE SANTANA
631	JOSIANE DE SOUZA
484	JUCÉLIA TEREZINHA MARTINS DA SILVA
621	JULIANA ENNES AMARO DA SILVA
567	LETICIA ANDRESSA AMBRÓZIO
373	LUANA MONTAGNA
249	LUCIANA DUTRA SILVA THOMSEN
84	LUCIANE BANISKI
10	LUCIANE PEREIRA
236	MAGNUM LADEIRA DOS SANTOS
651	MAIARA CELISTA
324	MANUELA VICENTE
547	MARCIA HELENA WAGNER
286	MARIA ALICE ZIMMERMANN
268	MARIA DE FÁTIMA DA COSTA FERREIRA
92	MARIA EUNICE GOMES DA COSTA
360	MARIA NEUCIOLI BORBA MEDEIROS
372	MARIO MANASSES BARCZAK CAPELETTI
181	MARION ISETE MATTOS DA SILVA
478	MARLUCI DOS NAVEGANTES SIMÕES
501	MICHELE DA SILVA DOMINGUES
497	MILENA SÔNIA FERREIRA
222	NÁDIA APARECIDA DE CARVALHO

530	ODETE KELM
187	PALOMA MAIARA PEREIRA
594	PAMELA PRISCILA P. DA SILVA
171	PATRICIA ONDINA COELHO
462	RAFAELA FABRÍCIA GRAUPPE PEREIRA
207	RAFAELA ROSA INÁCIO DE SOUZA
399	REGINA MARIA DA SILVA
340	RENATA H. DA ROCHA
525	RITA DE CÁSSIA FAGUNDES
60	ROSENI DE ANDRADE SIQUEIRA MATUZAKI
200	ROSIMÉRI LIMA PALOMBO
564	SABRINA LEMOS VIANA
149	SABRINA REGINA DOMECEANO
499	SAMARA REGINA DE MELLO
585	SANDRA ADAM FERREIRO
17	SANDRA MARA CORNELSEN DA SILVA
19	SANDRA REGINA BOEHRINGER SIEBERT
546	SCHEILA SALETE DO NASCIMENTO
545	SCHEILA SOARES PINHEIRO
388	SHEILA REGINA MAFRA
555	TAIANE NILSA LEITE
562	TAISA EDUARDA STEIL
556	TALITTA ANNY LEITE CELISTA
114	TAYSE LAUDÁRIO SCHNAIDER
557	VALDIRENE ESPÍNDOLA
552	VANDERLÉIA ESPÍNDOLA
460	VITÓRIA GABRIELA PEREIRA

Atendimento Educacional Especial (AEE)

Número	
Inscrição	Professor
429	AMANDA DA SILVA
245	ANDREIA LÚCIA SANTANA
68	CLAUDIA MARIA SATO DELGADO
227	DANIELLE ABRAVANEL
218	DEISI DE FÁTIMA DOMINGUES
533	EDNA ANACLETO
645	ELENICE GOMES FISCHER
591	ELIANE DE SOUZA PEREIRA
302	GABRIEL MATEUS BENTO MIGUEL
94	GISELLY TABORDA LIMA QUADROS
476	IVONETE IRACEMA DA SILVA
295	JANAÍNA REGINA BENTO DE SIQUEIRA
294	JUSLEY ROSA DE FREITAS
558	KELLI FERNANDA BAUER
535	LUANA CRISTINA FONSECA
237	LUIZIANE VENTURINI GONÇALVES FREITAS
219	MANOEL FREDERICO DOS PASSOS
271	MARA REGINA DA ROCHA COUTINHO
430	MARIA VITÓRIA MAFRA FERREIRA
11	MICHELLE DE JESUS PEREIRA
596	MÔNICA SASSO COUTO
485	NAYARA BEATRIZ DA SILVA FELICIO
574	NEUSA MARINA VOGEL CUNHA
260	REJANE BITTENCOURT
121	ROSIANE CIPRIANO BRUNNER LEITE
491	SIMONI VALERIA ROMÃO MARKOSKI
416	SOELI APARECIDA RAMALHO ALVES

132	TÂNIA UHLMANN FRANZOI
278	VALÉRIA DOS SANTOS SCHELL
65	VIVIAN CRISTINA FERREIRA DE MORAIS
250	VIVIANE CARLOTTO
477	VIVIANE SCHAEFER
542	YANDRA ALINE CALDEIRA
Educação de Jovens e Adultos	
Língua Portuguesa	
Número	
Inscrição	Professor
671	CÍNTIA D'AVILA DORNELLAS (EJA)
66	GREICI DE ALMEIDA GOMES CHAVES (EJA)
670	JANAINA MANISCALCO FELICIO DE SOUZA (EJA)
História	
Número	
Inscrição	Professor
23	CLAUDEMIR CERCAL
431	OLIANE DE ALMEIDA (EJA)
Matemática	
Número	
Inscrição	Professor
607	ANA LUISA PITTELKOW (EJA)
174	JOSEANE PATRICIA CHEGATTI (EJA)
262	NEIDE RITA ROMÃO (EJA)
495	SANDRA GORETI VILICZINSKI (EJA)
Ciências	
Número	
Inscrição	Professor
492	ALESSANDRA DANIELA KOSTANTIUK (EJA)
232	DAIANE RAMOS CAPPUA LUGO PEREIRA (EJA)
194	DJAIANE ARAUJO RODRIGUES (EJA)
604	SIMONE ALVES DA SILVA (EJA)
Geografia	
Número	
Inscrição	Professor
510	IANDRA BORGES (EJA)
261	JACKSON CARDOSO NOVAIS (EJA)
504	JUSCELINO OLIVEIRA (EJA)
Arte	
Número	
Inscrição	Professor
669	ELISANDRA PAULINA (EJA)
615	JANINI PINHEIRO (EJA)

Penha/Sc, 03 de fevereiro de 2016.
 EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
 Prefeito Municipal

IL02/2016 - FUMTUR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2016 – FUMTUR

LICITAÇÃO: Processo Administrativo 03/2016 FUMTUR – Inexigibilidade 02/2016 - FUMTUR

CONTRATADA MM PRODUÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL LTDA

OBJETO: Contratação de show para a 20ª Festa do Marisco com os artistas Munhoz e Mariano no dia 07 de fevereiro de 2016.

VALOR TOTAL: R\$ 126.250,00 (cento e vinte e seis mil e duzentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 28.02.2016

Penha, 03 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - PELA PREFEITURA

PORTARIA 19

PORTARIA Nº 19/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

NOMEAR: membros para compor a COMISSÃO FISCALIZADORA DA 20ª FESTA NACIONAL DO MARISCO, compostas dos funcionários descritos abaixo:

- Wagner Borges Figueiredo
- Rafael Celestino
- Dorval Carvalho Gonçalves

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 29 de janeiro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

PORTARIA Nº 21/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 21/2016

EXONERA: a pedido a Sra. VILMA LUCIA CORREA, do cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data. Revogando a Portaria nº 07/2003.

Penha/SC, 03 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 04 2016 - COMBUSTÍVEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 04/2016 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL B S-10) PARA CONSUMO DAS VIATURAS E MOTOCICLETAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:30h no dia 19/02/2016, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 04 de fevereiro de 2016. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL 08 2016 - COMBUSTÍVEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 10/2016 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016 – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL B S-10 PARA CONSUMO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 08:30h no dia 19/02/2016, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 04 de fevereiro de 2016. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal em Exercício

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº 058, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 058, DE 01 DE fevereiro DE 2016.

Concede Licença prêmio A Servidora Pública ROSANGELA LIDVINA GALLAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública ROSANGELA LIDVINA GALLAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de professora pós Graduada, 02 (dois) meses de LICENÇA PRÊMIO, referentes ao período aquisitivo de 01/04/1998 a 01/04/2006, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 01 de fevereiro de 2016 a 01 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 01 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 22/02/2016, licitação modalidade Pregão Presencial n. 005/2016, visando à aquisição de óleo lubrificante para os veículos das Secretarias do Município.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 22/02/2016, cujo credenciamento ocorrerá das 14:30hs, às 14:45 horas, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:45hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 008/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 008/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 22/02/2016, licitação modalidade Pregão Presencial n. 017/2016 tendo como objeto, a contratação de serviços de radiodifusão – Radio AM.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 22/02/2016, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS N.º 013/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS N.º 013/2016

Contrato de FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa AUTO POSTO DOM DOMÊNICO LTDA, autorizado através do Processo nº 293/2015, Licitação nº 058/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: AUTO POSTO DOM DOMÊNICO LTDA

CNPJ-MF n.º. 14.563.006/0001-81

Endereço: Rua XV de novembro, nº 1168 – centro, Videira - SC

Representada por: Ceres Regina Perondi.

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 058/2015, datado de 21 de dezembro de 2015, e homologado em data de 22 de janeiro de 2015, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o Fornecimento de: 41.700 litros de combustível tipo Gasolina Comum, de acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2015, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Pelo Fornecimento do Combustível, a Administração pagará a contratada o valor de:

a) R\$ 3,69 (três reais e sessenta e nove centavos), por litro combustível tipo gasolina comum, meio de depósito na conta bancária

da contratada, até o 5º (quinto) dia da entrega do documento fiscal, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal e do comprovante de entrega, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. No caso de o combustível ser entregue à granel, o preço contato deverá ser dado posto no parque de máquinas do Município, sem qualquer custo adicional.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O contrato vigorará pelo prazo de 31 de dezembro, com início contado da data da assinatura, e ou em data anterior, no caso de a quantidade ser totalmente entregue.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
4. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho das compras contratadas.

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

Parágrafo Segundo. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização, o acompanhamento a execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no

presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Efetuar as vendas em conformidade com o Edital e este contrato;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III. Relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
- IV. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- V. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- VI. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;
- VII. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- VIII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLAUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLAUSULA SÉTIMA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 058/2015 obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3 A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes dos móveis e da confecção dos itens acima descritos, necessários à boa e perfeita entrega dos mesmos, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

7.4 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

7.5 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA: DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 22 de janeiro de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

AUTO POSTO DOM DOMÊNICO LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS N.º 014/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS N.º 014/2016.

Contrato de FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, autorizado através do Processo nº 293/2015, Licitação nº 058/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111 Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: SAFRA DIESEL LTDA

CNPJ-MF n.º. 76.578.202/0001-87

Endereço: Rod. Acesso asc 480, nº 941 – Chapecó – SC – CEP: 89.801-970

Representada por: RENI PERIZZOLO

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 058/2015, datado de 21 de dezembro de 2015, e homologado em data de 22 de janeiro de 2015, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o Fornecimento de: 1.000 litros de combustível tipo Arla32, 108.000 litros de combustível tipo Óleo S10 e 125.500 litros de combustível tipo Óleo Diesel Comum de

acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2015, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Pelo Fornecimento do Combustível, a Administração pagará a contratada o valor de:

a) R\$ 2,68 (dois reais e sessenta e oito centavos), por litro combustível tipo óleo diesel comum;

b) R\$ 2,83 (dois reais e oitenta e três centavos), por litro combustível tipo óleo S10;

c) R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos), por litro combustível tipo arla 32, meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do entrega do documento fiscal, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal e do comprovante de entrega, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. No caso de o combustível ser entregue à granel, o preço contato deverá ser dado posto no parque de máquinas do Município, sem qualquer custo adicional.

O combustível deverá ser entregue na garagem municipal (diretamente na bomba ou a granel, no caso de TRR).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O contrato vigorará pelo prazo de 31 de dezembro, com início contado da data da assinatura, e ou em data anterior, no caso de a quantidade ser totalmente entregue.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
4. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários

para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho das compras contratadas.

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

Parágrafo Segundo. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização, o acompanhamento a execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Efetuar as vendas em conformidade com o Edital e este contrato;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III. Relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
- IV. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- V. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- VI. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;
- VII. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- VIII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLAUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLAUSULA SÉTIMA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 058/2015 obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3 A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes dos móveis e da confecção dos itens acima descritos, necessários à boa e perfeita entrega dos mesmos, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou

subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

7.4 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

7.5 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA: DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 22 de janeiro de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

SAFRA DIESEL LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 010/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 010/2016.

Termo de Contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE CAPAS PARA BLOCO DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa GRÁFICA CRUZEIRO LTDA, autorizado através do Processo nº 010/2016, Dispensa de Licitação nº. 003/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: GRÁFICA CRUZEIRO LTDA

CNPJ n.º 84.583.954/0001-64

Endereço: Rua Getúlio Vargas, 281

JOAÇABA-SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE CAPAS PARA BLOCO DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços no valor de R\$ 1.970,00 (um mil novecentos e setenta reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade....: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Mod. Aplicação....: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura

da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 20 de janeiro de 2016.
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
GRÁFICA CRUZEIRO LTDA.

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 011/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 011/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A COMPRA DE BOLAS DE FUTSAL; BOLAS DE FUTEBOL DE CAMPO; BOLAS DE VOLEI; KIT DE BANDEIRAS E REDE DE FUTEBOL DE CAMPO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa COMERCIAL DIRLEI LTDA, autorizado através do Processo nº 011/2016, Dispensa de Licitação nº. 004/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: COMERCIAL DIRLEI LTDA.

CNPJ n.º 76.868.975/0001-06
Endereço: Rua Saul Brandalise, 467
SALTO VELOSO-SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A COMPRA DE BOLAS DE FUTSAL; BOLAS DE FUTEBOL DE CAMPO; BOLAS DE VOLEI; KIT DE BANDEIRAS E REDE DE FUTEBOL DE CAMPO, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens no valor de R\$ 7.254,00 (sete mil duzentos e cinquenta e quatro reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO
Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE
Proj/Atividade....: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA
Mod. Aplicação....: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois

(02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 20 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

COMERCIAL DIRLEI LTDA.

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 017/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 017/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A SERVIÇO REALIZADO EM RETROSCAVADEIRA RANDON DA SECRETARIA DE OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEMÁQUINAS, autorizado através do Processo nº 014/2016, Dispensa de Licitação nº. 007/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: CHAPEMÁQUINAS

CNPJ nº. 07.869.457/0001-86

Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 222-E, São Cristóvão
CHAPECÓ-SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A SERVIÇO REALIZADO EM RETROSCAVADEIRA RANDON DA SECRETARIA DE OBRAS, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço no valor de R\$ 5.984,24 (cinco mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade....: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Mod. Aplicação....: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 27 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

CHAPEMÁQUINAS

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 020/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 020/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A CONSTRUÇÃO DE MURO NA ENTRADA DA CRECHE MUNICIPAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa LAUDEMIR DUARTE, autorizado através do Processo nº 015/2016, Dispensa de Licitação nº. 008/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: LAUDEMIR DUARTE

CNPJ n.º 17.592.756/0001-70

Endereço: Rua Pedro Zago

PINHEIRO PRETO-SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A CONSTRUÇÃO DE MURO NA ENTRADA DA CRECHE MUNICIPAL, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade...: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois

(02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 25 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
LAUDEMIR DUARTE

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 021/2016. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 021/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A CONCERTO DE CAMINHÃO TANQUE MERCEDES BENZ PLACA MCI-2714 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECANICA ATLAS LTDA, autorizado através do Processo nº 013/2016, Dispensa de Licitação nº. 006/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: MECANICA ATLAS LTDA.
CNPJ n.º 86.547.601/0001-34
Endereço: Rodovia SC 453 KM 536, Rio das Pedras
VIDEIRA-SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A CONCERTO DE CAMINHÃO TANQUE MERCEDES BENZ PLACA MCI-2714 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o concerto no valor de R\$ 5.567,00 (cinco mil quinhentos e sessenta e sete reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO
Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE
Proj/Atividade...: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA
Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer

tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 25 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

MECANICA ATLAS LTDA.

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 022/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 022/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A COMPRA DE EPI'S PARA USO NA UNIDADE DE SAÚDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa RG EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA, autorizado através do Processo nº 012/2016, Dispensa de Licitação nº. 005/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: RG EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA.

CNPJ nº. 73.527.095/0001-70

Endereço: Rua Humberto de Campos

LAGES-SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A COMPRA DE EPI'S PARA USO NA UNIDADE DE SAÚDE, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 1.419,80 (um mil quatrocentos e dezenove reais e oitenta centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade...: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela

Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 25 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

RG EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA.

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 027/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 027/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A REVISÃO REALIZADA EM TRATOR DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COOTAN, autorizado através do Processo nº 021/2016, Dispensa de Licitação nº. 009/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COOTAN.

CNPJ nº 05.948.057/0011-02

Endereço: Rua Francisco Nardi, 170 - Centro

TANGARÁ-SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A REVISÃO REALIZADA EM TRATOR DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço no valor de R\$ 5.091,98 (cinco mil e noventa e um reais e noventa e oito centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade...: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 26 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COOTAN

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

PORTARIA N. 053, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA N. 053, DE 27 DE Janeiro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Daiane Grutzmann Chiesa Ramos APTA PARA exercer a função DE Contadora, Processo seletivo 004/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Daiane Grutzmann Chiesa Ramos, para a função de Contadora.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 27 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 054, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA N. 054, DE 01 DE fevereiro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Andressa Guzzi APTA PARA O CARGO DE Atendente de Creche, Concurso público 002/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Andressa Guzzi, para o cargo de Atendente de Creche.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 050, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 050, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 001/2016 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 001/2016, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I – JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.623.987/0001-17, os seguintes itens e respectivos preços unitários:

Item 2) Lavação completa interna e externa dos automóveis/utíl-tários corsa, voyage, classic, spin, jetta, gol, uno, celer: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por lavagem;

Item 3) Lavação completa, interna e externa de veículos de transporte de passageiros tipo dobrô, kombi, ducato, kangoo e ambulância: R\$ 40,00 (quarenta reais) por lavagem;

Item 8) Lavação completa interna e externa para camionete leve, carroceria aberta (saveiro, S10): R\$ 40,00 (quarenta reais) por lavagem;

Item 11) Lavação completa interna e externa para micro-ônibus: R\$ 70,00 (setenta reais) por lavagem.

II – FRANCISCO OLIVO - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 97.422.075/0001-00, os seguintes itens e respectivos preços unitários:

Item 1) Lavação completa de motor de veículos automóveis e utilitários: R\$ 20,00 (vinte reais) por lavagem;

Item 4) Lavação completa, interna e externa de caminhão basculante truck: R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) por lavagem;

Item 5) Lavação completa, interna e externa para caminhão tanque: R\$ 115,00 (cento e quinze reais) por lavagem;

Item 6) Lavação completa, interna e externa para prancha truck: R\$ 100,00 (cem reais) por lavagem;

Item 7) Lavação completa, interna e externa caminhão basculante toco: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);

Item 9) Lavação completa interna e externa para caminhão com coletor de lixo (lavagem com/quente): R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) por lavagem;

Item 10) Lavação completa de motor de caminhão: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por lavagem;

Item 12) Lavagem completa interna e externa para ônibus grande aprox. 30 lugares: R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por lavagem;

Item 13) Lavagem completa interna e externa para ônibus grande aprox. 44 lugares: R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por lavagem;

Item 14) Lavação completa, interna e externa para escavadeira hidráulica: R\$ 120,00 (cento e vinte reais);

Item 15) Lavação completa, interna e externa para Motoniveladora (patrôla): R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por lavagem;

Item 16) Lavação completa, interna e externa para retroescavadeira: R\$ 105,00 (cento e cinco reais) por lavagem;

Item 17) Lavação completa, interna e externa para carregadeira: R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) por lavagem;

Item 18) Lavação completa, interna e externa para trator de pneus: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por lavagem;

Item 19) Lavação completa, interna e externa para rolo compactador: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por lavagem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 27 DE JANEIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 055, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 055, DE 01 DE fevereiro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR FABIO ZUANAZZI.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor FABIO ZUANAZZI, ocupante do emprego público de Médico-psf, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 13/07/2014 a 12/07/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 01 de fevereiro de 2016 a 01 de março 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 01 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 056, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 056, DE 01 DE fevereiro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR HADRIEL DALMOLIN.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor HADRIEL DALMOLIN, ocupante do cargo efetivo de fiscal de rendas, tributos e obras, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/06/2014 a 31/05/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 01 de fevereiro de 2016 a 15 de fevereiro 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 01 de fevereiro de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 057, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 057, DE 01 DE fevereiro DE 2016.

EXONERA NELIZE SCHLOSSER DO EXERCÍCIO Do cargo em comissão de assistente de gabinete do executivo municipal.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido, NELIZE SCHLOSSER, brasileira, inscrita no CPF n.º 091.776.879-57, do cargo em comissão de "Assistente de gabinete do executivo municipal", lotada na Secretaria de Administração e Finanças, nomeada através da Portaria 100, de 14 de março de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 059, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 059, DE 01 DE fevereiro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA SONIA MARIA HENTZ.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora SONIA MARIA HENTZ, ocupante do cargo em comissão de diretora de informática e transparência, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 01 de fevereiro de 2016 a 01 de março 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 01 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 51, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 51, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 057/2015 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 057/2015, modalidade Pregão Presencial, cujo objeto visa a aquisição de material escolar, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I – Empresa RICARL DISTRIBUIDORA EIRELLI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 21.304.312/0001-69, lotes nºs 01, 03, 04, 08 e 09, pelo preço total de R\$ 6.810,86 (seis mil, oitocentos e dez reais e oitenta e seis centavos);

II – Empresa ROBERTO TESSARO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 85.248.680/0001-10, lotes nºs 02 e 07, pelo preço total de R\$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais);

III – Empresa BOZZANO E BOZZANO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 85.323.392/0001-82, lotes nºs 05 e 11, pelo preço total de R\$ 1.556,30 (um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos);

IV – Empresa GRÁFICA AMÉRICA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.827.627/0001-85, lotes nºs 06, 10 e 12, pelo preço total de R\$ 6.570,00 (seis mil, quinhentos e setenta reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 27 DE JANEIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

Pomerode

PREFEITURA

4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 011 / 2013 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 011 / 2013
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 011 / 2013.
Dispensa de Licitação n.º 001 / 2013.
Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Locador: PARCERIA – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.
Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA XV DE NOVEMBRO, N.º 555 - CENTRO, AO LADO DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, COM O PROPÓSITO DE UTILIZAR O ESPAÇO PARA AS INSTALAÇÕES DA GERÊNCIA DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE POMERODE.
Prorrogação – 12 meses – Prazo final – 31/12/2016.
Valor mensal do aluguel – R\$2.868,16 (dois mil, oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos).
Valor total – 12 meses – R\$34.417,92 (trinta e quatro mil, quatrocentos e dezessete reais e noventa e dois centavos).
Justificativa: Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, permanecendo inalterado valor mensal do aluguel, em conformidade com o disposto nas Cláusulas Terceira e Quarta do Contrato Administrativo n.º 011/2013 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 16 de Dezembro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO N.º 3.053, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO N.º 3.053, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
ESTABELECE O REGULAMENTO GERAL DO CONCURSO PARA ESCOLHA DA RAINHA E PRINCESAS DA FESTA POMERANA.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n" da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Regulamento Geral do Concurso para a escolha da Rainha e Princesas da Festa Pomerana.

Art. 2º O concurso englobará as categorias Rainha da Festa Pomerana e Rainha da Festa Pomerana Mirim, sendo que em cada uma delas estão compreendidas a Rainha, 1ª e 2ª Princesas.

Art. 3º Poderão participar do concurso somente as Rainhas eleitas nos Clubes de Caça e Tiro de Pomerode.

§ 1º Será vetada a inscrição das candidatas adulta e mirim que já tenham sido eleitas Rainha e/ou 1ª e 2ª Princesas da Festa Pomerana em edições anteriores.

§ 2º Quando eleita rainha, 1ª ou 2ª princesa na categoria mirim, a candidata poderá concorrer novamente quando estiver na idade de

participar na categoria adulta.

Art. 4º As inscrições deverão ser efetuadas pelas diretorias dos Clubes de Caça e Tiro de Pomerode junto à Secretaria de Turismo e Cultura (SETUC), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data da realização do concurso, onde obrigatoriamente, deverá estar presente o presidente ou representante legal da sociedade, a candidata e, no caso da candidata mirim, responsável ou representante legal para assinatura de documentos, oficializando o ato da inscrição.

Art. 5º As participantes de cada categoria deverão cumprir integralmente os seguintes requisitos:

CATEGORIA ADULTA	CATEGORIA MIRIM
1. Ser representante escolhida pelo Clube representado;	1. Ser representante escolhida pelo Clube representado;
2. Apresentar-se com traje típico alemão;	2. Apresentar-se com traje típico alemão;
3. Usar a faixa com o nome do Clube que representa;	3. Usar a faixa com o nome do Clube que representa;
4. Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 25 (vinte e cinco) anos na data da realização do concurso;	4. Ter a idade mínima de 08 (oito) anos e máxima de 11 (onze) anos na data da realização do concurso.
5. Não ser casada e não ter filhos.	

§ 1º Os quesitos mencionados no "caput" deste artigo deverão ser comprovados perante o Clube que a candidata representa, ficando este responsável pelas informações que serão prestadas no ato da inscrição para o concurso das Realezas da Festa Pomerana.

§ 2º Em caso de quaisquer dúvidas ou reclamações quanto à veracidade dos requisitos estabelecidos no "caput" deste artigo, a candidata será desclassificada sumariamente, não podendo participar do concurso e sem direito de indenização de alguma natureza em face da administração pública.

Art. 6º A Secretaria de Turismo e Cultura (SETUC) terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para deferir ou não a inscrição da candidata, bem como, de comunicar o Clube sobre a oficialização da inscrição, que por sua vez será o responsável por informar sua candidata.

Art. 7º As candidatas serão avaliadas com a pontuação de 05 (cinco) a 10 (dez), assim distribuídos:

1. Simpatia;
2. Desenvoltura;
3. Beleza;
4. Oralidade.

§ 1º Em caso de empate o critério de desempate será a que obtiver maior nota no primeiro quesito (simpatia). Caso persista o empate, será considerado o segundo quesito e assim por diante, até o desempate.

§ 2º A ordem das candidatas para o desfile será definida por sorteio.

§ 3º A coreografia será definida em quatro ensaios programados pela Secretaria de Turismo e Cultura (SETUC), com data e local de ensaio previamente divulgados, nos quais é obrigatório o comparecimento das candidatas e, caso a candidata deixe de comparecer

em dois ensaios, estará desclassificada sumariamente.

§ 4º O Concurso será realizado sempre no último domingo da Festa Pomerana, às 19 h.

Art. 8º A Comissão Julgadora do concurso, integrada por 05 (cinco) jurados, entre eles um presidente de mesa, será composta por personalidades do "trade" turístico ou convidados, sendo que a Secretaria de Turismo e Cultura (SETUC), será responsável por esta composição.

§ 1º Serão classificadas e premiadas em 1º lugar a Rainha da Festa Pomerana e a Rainha da Festa Pomerana Mirim, em 2º lugar a 1ª Princesas e, em 3º lugar a 2ª Princesa de cada categoria.

§ 2º Também será premiada a torcida que durante a realização do evento se destacar pela sua organização, animação e comportamento bem como, pelo acatamento das Normas e Regulamento do Evento. Essa avaliação será efetuada por uma comissão formada pelo promotor do evento e o prêmio será entregue ao final do concurso.

§ 3º No prazo de 07 (sete) dias úteis após a realização do evento, a Rainha, 1ª e 2ª Princesas da categoria adulto deverão entregar fotocópia autenticada do comprovante de residência, RG e CPF e, a Rainha e 1ª e 2ª Princesa da categoria mirim deverão entregar fotocópia autêntica do comprovante de residência, RG e/ou Certidão de nascimento, para a Secretaria de Turismo e Cultura (SETUC).

Art. 9º Na categoria adulta, a Rainha da Festa Pomerana receberá, a título de incentivo, o equivalente a 01 (um) salário mínimo e as Princesas 1/2 (meio) salário mínimo mensalmente. O início do pagamento será no mês de fevereiro do ano do certame e cessará no mês de janeiro do ano subsequente.

§ 1º A concessão do estímulo está condicionada a participação das candidatas eleitas em eventos oficiais do município, visitas oficiais e a empresas locais, feiras, bem como, a condição de representantes do município e da Festa Pomerana sempre que forem convocadas e onde terão sua imagem divulgada em matérias promocionais do município.

§ 2º Em caso de não comparecimento a qualquer evento, salvo motivo devidamente justificado e comprovado, fica a Secretaria de Turismo e Cultura (SETUC) desobrigada do pagamento do valor concedido como incentivo em relação ao mês em que ocorrer a falta.

§ 3º Serão tolerados apenas três atrasos consecutivos, de no máximo 15 (quinze) minutos, do horário solicitado para chegarem aos eventos. Após três atrasos serão descontados 10% (dez por cento) do incentivo financeiro, no mês consecutivo ao fato, de cada uma que se atrasar.

Art. 10. Para ambas as categorias, os custos de salão de beleza, quando relacionados a compromissos oficiais fora do município, correrão por conta da Secretaria de Turismo e Cultura (SETUC), exceto durante a Festa Pomerana, onde o custeio será feito pela organização do evento.

Parágrafo Único: Às eleitas na categoria mirim, por não receberem incentivo financeiro, a Secretaria de Turismo e Cultura ficará responsável pelo cabelo, maquiagem, transporte e alimentação, durante todo o ano, exceto no período da Festa Pomerana em que esta responsabilidade cabe a organização da Festa.

Art. 11. Nas categorias adulto e mirim, durante o período de reinado, as eleitas receberão a título de empréstimo, 03 (três) trajes típicos completos para serem utilizados sempre que houver a

necessidade de representar a Festa Pomerana e o Município, sendo que a manutenção desses trajes durante o certame é de responsabilidade de cada eleita. Durante o período da Festa Pomerana as seis representantes receberão mais 02 (dois) vestidos cada uma, que deverão ser devolvidos após o término da Festa.

§ 1º Os trajes deverão ser devolvidos em bom estado de uso e conservação, juntamente com demais acessórios que por ventura tenham sido cedidos, num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o término da edição da Festa Pomerana que estiveram representando.

§ 2º Durante todo o reinado a coroa e a faixa utilizada terão que ser as que foram recebidas no dia do Concurso, ou quando alteradas pela Secretaria de Turismo e Cultura (SETUC) ou com a aprovação deste órgão.

Art. 12. Durante o período da Festa Pomerana as eleitas serão transportadas de suas residências até o local da Festa Pomerana e vice-versa, pelos organizadores do evento. Contudo, em outras ocasiões e eventos que acontecerem no perímetro do município, o transporte correrá por conta de cada eleita. E no caso de eventos fora do perímetro do município o transporte das eleitas será provido pela Secretaria de Turismo e Cultura (SETUC).

Art. 13. As despesas relacionadas à alimentação das eleitas será provida pela Secretaria de Turismo e Cultura (SETUC) quando estiverem representando a Festa Pomerana e/ou o município, exceto durante a Festa Pomerana, quando então será provida pela organização do evento.

Art. 14. Haverá programação específica para a divulgação da Festa Pomerana em outros eventos e as eleitas deverão ser comunicadas com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas, pela Secretaria de Turismo e Cultura (SETUC).

Art. 15. As três candidatas eleitas na categoria adulta e mirim deverão participar de aulas de turismo, de história de Pomerode e de postura para que possam estar aptas a divulgar o Município em Feiras, Congressos, Encontros e outros eventos para as quais sejam convidadas, cabendo a Secretaria de Turismo e Cultura (SETUC) organizar, ministrar e estabelecer datas para a realização das aulas e orientações.

Art. 16. Não será permitido o uso de bebidas alcoólicas, cigarros, drogas ou congêneres, assim como também é vetado tatuagens ou "piercings" que possam interferir ou não ser condizentes na identidade visual germânica pelas candidatas durante todo o período do concurso.

Art. 17. Sempre que requerida a presença, as eleitas deverão estar à disposição da Secretaria de Turismo e Cultura para a realização de viagens, participação em festas, eventos, confraternizações e demais trabalhos que o cargo impõe, sendo que, a presença das eleitas na categoria mirim somente será requerida para eventos diurnos. Todas as eleitas sempre deverão estar de porte de seus documentos de identificação.

Parágrafo Único: No caso da eleita não desempenhar a função de maneira satisfatória e que atenda aos requisitos do cargo que representa, a organização do evento se reserva o direito de substituí-la, usando o critério da classificação obtido no concurso.

Art. 18. Caberá a Secretaria de Turismo e Cultura (SETUC) o pagamento das despesas de hotel, alimentação, transporte aéreo e/ou terrestre das eleitas quando estiverem oficialmente em eventos representando a Festa Pomerana e o município.

Art. 19. A Secretaria de Turismo e Cultura, bem como, a promotora

do concurso, ficam isentas de quaisquer despesas que a Rainha ou princesas venham a adquirir durante o reinado que não estejam previstas no presente Decreto ou contrato.

Art. 20. Havendo alterações nas disposições deste Decreto, antes, durante ou após a realização do concurso, deverá a candidata notificar imediatamente a Secretaria de Turismo e Cultura e a comissão organizadora do evento e tais infringências poderão resultar na sua desclassificação, inclusive com a devolução dos prêmios recebidos.

Art. 21. Todas as participantes do concurso autorizam, a título gratuito, o uso do seu nome, sons, fotos e imagens, em todos os tipos de mídia nacional e internacional, a serem utilizados pela Secretaria Turismo e Cultura (SETUC) e patrocinadores ou terceiros por ele expressamente autorizados, para divulgação do evento.

Art. 22. As participantes que forem eleitas não poderão concorrer em nenhum outro Clube de Caça e Tiro de Pomerode no decorrer do ano do seu reinado, antes de entregarem as respectivas faixas as suas sucessoras.

Art. 23. Os casos omissos neste Decreto serão dirimidos pela Entidade realizadora da Festa Pomerana e pela Secretaria de Turismo e Cultura.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 2.844, de 30 de abril de 2014 e demais disposições em contrário.

Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 003 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 003 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 003 / 2016.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO BRITADOR DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, POR DEMANDA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS ORIGINAIS, COMPREENDENDO A PARTE MECÂNICA E ELÉTRICA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 19/02/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 19/02/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 03 de Fevereiro de 2016.

MOACIR BAUMANN

Prefeito Municipal de Pomerode

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

LEILÃO 01/2016

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

EDITAL DE LICITAÇÃO LEILÃO N.º 001/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2016

LEILÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL PROCEDENTE DE PROCESSO DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, CLASSIFICADOS PELO DECRETO Nº 3.049 de 21 de Janeiro de 2016.

Local: Auditório da Prefeitura Municipal de Pomerode Rua XV de Novembro nº 525 Centro Pomerode SC.

Abertura da Sessão : 09:00 horas do dia 22/02/2016

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica WWW.pomerode.sc.gov.br ou www.samaepomerode.com.br Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 samae@samaepomerode.com.br ou pelo fone (47) 3387 2550.

Pomerode SC, 02 de Fevereiro de 2016.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 056 /2016

DECRETO Nº 056/2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"DECLARA PONTO FACULTATIVO E FERIADO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município e no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º – Fica declarado Ponto Facultativo a todos os funcionários públicos municipais de Ponte Serrada, no dia 08 de Fevereiro de 2016 (segunda-feira) e no dia 10 de Fevereiro de 2016 (quarta-feira) até as 13h00min, em virtude do Carnaval.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Porto União

PREFEITURA

ATA 001/2016

ATA 001/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: A. G. Kienen & Cia Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: A. G. Kienen & Cia Ltda, CNPJ/MF nº 82.225.947/0001-65, Sítio a Avenida Brasil, N.º 98, Centro, CEP 85.501-071, Telefone (46) 3224-2100, Município de Pato Branco, Estado do Paraná, representado pelo Senhor Ademir Geraldo Kienen, inscrito no CPF sob o número 329.374.669-15.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
33	40.000	Comprimido	Nifedipina 10 mg	R\$ 0,0240	R\$ 960,00
90	3.200	Comprimido	Espiramicina 500 mg	R\$ 2,8500	R\$ 9.120,00
152	50	Ampola	Deslanosídeo 0,2 mg/ml - 2 ml	R\$ 1,3000	R\$ 65,00
168	900	Ampola	Butilbrometo de escopolamina - 20 mg/ml - 1 ml	R\$ 0,7500	R\$ 675,00
Valor Total: R\$ 10.820,00 (dez mil oitocentos e vinte reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Ademir Geraldo Kienen, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

A. G. Kienen & Cia Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 002/2016

ATA 002/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda – ME, CNPJ/MF nº 20.590.555/0001-48, Sítio a Avenida Prefeito Guiomar de Jesus Lopes, N.º 418, Bairro Cristo Rei, CEP 85.602-510, Telefone (46) 3523-6613, Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, representado pelo Senhor Anderson Ribeiro Lazzari, inscrito no CPF sob o número 050.166.999-09.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
22	30.000	Comprimido	Fenofibrato 200 mg	R\$ 0,5600	R\$ 16.800,00
Valor Total: R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Anderson Ribeiro Lazzari, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda – ME
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 003/2016

ATA 003/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, CNPJ/MF nº 00.802.002/0001-02, Sítio a Estrada Boa Esperança, N.º 2320, Bairro Fundo Canoas, CEP 89.163-554, Telefone (47) 3520-9000, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Anacleto Ferrari, inscrito no CPF sob o número 523.140.819-00.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
04	3.000	Comprimido	Salbutamol 2 mg	R\$ 0,1530	R\$ 459,00
42	50.000	Comprimido	Carbamazepina 400 mg	R\$ 0,1045	R\$ 5.225,00
47	50	Ampola	Clorpromazina 5mg/ml - 5ml	R\$ 0,6000	R\$ 30,00
54	50	Ampola	Fenobarbital 200 mg/ml - 1ml	R\$ 1,6400	R\$ 82,00
80	100.000	Comprimido	Carbonato de Calcio +Colecalciferol (Vitamina D) 600 mg+400UI	R\$ 0,1614	R\$ 16.140,00
147	50	Ampola	Atropina 0,25 mg/ml - 1 ml	R\$ 0,4000	R\$ 20,00
155	720	Ampola	Epinefrina, cloridrato de 1 mg/ml	R\$ 1,2500	R\$ 900,00
Valor Total: R\$ 22.856,00 (vinte e dois mil oitocentos e cinquenta e seis reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos adotados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Anacleto Ferrari, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Altermed Material Médico Hospitalar Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 004/2016

ATA 004/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Angeomed Comércio de Produtos Médico Hospitalar EIRELI – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Angeomed Comércio de Produtos Médico Hospitalar EIRELI – EPP, CNPJ/MF nº 02.607.956/0001-81, Sítio a Rua Octaviano T. dos Santos, N.º 1132, Centro, CEP 85.601-030, Telefone (46) 3523-5454, Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, representado pelo Senhor Angelo Foliador Sobrinho, inscrito no CPF sob o número 413.598.600-53.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
37	60.000	Comprimido	Varfarina Sodica 5 mg	R\$ 0,0844	R\$ 5.064,00
55	300	Frasco	Fenobarbital solução Oral 40 mg/ml (4%) - gotas - 20 ml	R\$ 1,5990	R\$ 479,70
84	3.200	Comprimido	Clindamicina, cloridrato de 300 mg	R\$ 0,8990	R\$ 2.876,80
108	50.000	Comprimido	Metoclopramida, cloridrato de 10 mg	R\$ 0,0426	R\$ 2.130,00
142	1.000	Frasco	Simeticona 75 mg/ml - gotas 10 ml	R\$ 0,7040	R\$ 704,00
171	200	Ampola	Fitomenadiona (vit K) injetável	R\$ 0,8630	R\$ 172,60
Valor Total: R\$ 11.427,10 (onze mil quatrocentos e vinte e sete reais e dez centavos)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Angelo Foliador Sobrinho, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Angeomed Comércio de Produtos Médico Hospitalar EIRELI – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 005/2016

ATA 005/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ/MF nº 03.652.030/0001-70, Site a Rodovia BR 480, N.º 795, CEP 99.740-000, Telefone (54) 3523-2700, Município de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Edivar Szymanski, inscrito no CPF sob o número 670.481.290-34.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
111	200	Frasco	Metronidazol 4%- Susp.Oral - 80ml	R\$ 1,5400	R\$ 308,00
114	600	Bisnaga	Miconazol, nitrato de - creme 2% - 20 g	R\$ 1,3300	R\$ 798,00
Valor Total: R\$ 1.106,00 (um mil cento e seis reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Edivar Szymanski, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 006/2016

ATA 006/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda., CNPJ/MF nº 05.782.733/0001-49, Sítio a Rua Severino Augusto Pretto, N.º 560, Bairro Antão, CEP 95.960-000, Telefone (51) 3751-9300, Município de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul, representado pela Senhora Renata Casagrande Galiotto, inscrita no CPF sob o número 488.351.100-68.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
12	100.000	Comprimido	Carvedilol 3,125 mg	R\$ 0,0890	R\$ 8.900,00
13	200.000	Comprimido	Carvedilol 6.25 mg	R\$ 0,0670	R\$ 13.400,00
14	200.000	Comprimido	Carvedilol 12.5 mg	R\$ 0,0890	R\$ 17.800,00
24	200.000	Comprimido	Glibenclamida, 5 mg	R\$ 0,0210	R\$ 4.200,00
62	50.000	Comprimido	Valproato de Sódio 250 mg (caixa com 25 comprimidos)	R\$ 0,1960	R\$ 9.800,00
63	100.000	Comprimido	Valproato de Sódio 500mg (caixa com 50 comprimidos)	R\$ 0,5900	R\$ 59.000,00
Valor Total: R\$ 113.100,000 (cento e treze mil e cem reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pela Senhora Renata Casagrande Galiotto, qualificada preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda.
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 007/2016

ATA 007/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, CNPJ/MF nº 67.729.178/0004-91, Sítio a Rua da Saudade, N.º 45-A, Bairro Campo da Mogiana, CEP 37.701-331, Telefone (19) 3522-5801, Município Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, representado pelo Senhor Walter Prochnow Junior, inscrito no CPF sob o número 139.498.468-59.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
19	300.000	Comprimido	Enalapril, maleato de 5 mg	R\$ 0,0418	R\$ 12.540,00
29	100.000	Comprimido	Metformina 500 mg	R\$ 0,0498	R\$ 4.980,00
141	31.500	Drágeas	Norfloxacino 400mg	R\$ 0,1337	R\$ 4.211,55
Valor Total: R\$21.731,55 (vinte e um mil setecentos e trinta e um reais e cinquenta e cinco centavos)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Walter Prochnow Junior, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 008/2016

ATA 008/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ/MF nº 94.516.671/0002-34, Sítio a Rua Luiz Fagundes, N.º 1486, Bairro Picadas do Sul, CEP 88.196-000, Telefone (51) 2107-9000, Município de São José, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Ademar Paulo Schuster, inscrito no CPF sob o número 219.912.940-34.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
08	250.000	Comprimido	Anlodipino, besilato de 5 mg	R\$ 0,0156	R\$ 3.900,00
39	500.000	Comprimido	Amitriptilina, cloridrato de 25mg (blister fracionável com 10 comprimidos, com lote e validade em cada cpr)	R\$ 0,0330	R\$ 16.500,00
162	50	Ampola	Terbutalina 0,5 mg/ml - 1 ml	R\$ 1,5000	R\$ 75,00
Valor Total: R\$ 20.475,00 (vinte mil quatrocentos e setenta e cinco reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo Licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos adotados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Ademar Paulo Schuster, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 009/2016

ATA 009/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda, CNPJ/MF nº 05.531.725/0001-20, Sítio a Rua Ary Miguel da Silveira, N.º 391, Bairro Jardim Eldorado, CEP 88.133-531, Telefone (48) 3348-2629, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Pedro Antônio Lapinski, inscrito no CPF sob o número 168.237.020-87.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
11	300.000	Comprimido	Captopril 25 mg	R\$ 0,0100	R\$ 3.000,00
17	80.000	Comprimido	Clopidogrel 75 mg	R\$ 0,3000	R\$ 24.000,00
18	50.000	Comprimido	Digoxina 0,25 mg	R\$ 0,0300	R\$ 1.500,00
20	300.000	Comprimido	Enalapril, maleato de 20 mg	R\$ 0,0360	R\$ 10.800,00
21	150.000	Comprimido	Espironolactona 25 mg	R\$ 0,0870	R\$ 13.050,00
23	200.000	Comprimido	Furosemida 40 mg	R\$ 0,0200	R\$ 4.000,00
25	500.000	Comprimido	Hidroclorotiazida 25 mg	R\$ 0,0100	R\$ 5.000,00
34	300.000	Comprimido	Propranolol 40 mg	R\$ 0,0100	R\$ 3.000,00
36	500.000	Comprimido	Sinvastatina 40 mg	R\$ 0,1000	R\$ 50.000,00
41	300.000	Comprimido	Carbamazepina 200mg	R\$ 0,0650	R\$ 19.500,00
44	80.000	Comprimido	Carbonato de lítio 300 mg	R\$ 0,1000	R\$ 8.000,00
48	2.000	Frasco	Clonazepam 2.5mg/ml - 15 ml	R\$ 1,3900	R\$ 2.780,00
69	4.800	Comprimido	Alendronato de Sódio 70 mg	R\$ 0,2750	R\$ 1.320,00
79	400	Frasco	Brometo de Ipratropio 0.25mg/ml - Gotas	R\$ 0,5370	R\$ 214,80
83	50.250	Comprimido	Ciprofloxacino 500 mg	R\$ 0,1300	R\$ 6.532,50
85	3.000	Bisnaga	Dexametasona 1mg/g- creme - 10g	R\$ 0,5300	R\$ 1.590,00
91	94.500	Comprimido	Etinilestradiol + Levonorgestrel - 0,03 mg + 0,15 mg	R\$ 0,0100	R\$ 945,00
93	500	Comprimido	Folinato de cálcio 15 mg	R\$ 0,9000	R\$ 450,00
96	600.000	Comprimido	Ibuprofeno 600 mg	R\$ 0,0550	R\$ 33.000,00
101	30.000	Comprimido	Levodopa + Carbidopa 250+25 mg	R\$ 0,1500	R\$ 4.500,00
105	30.000	Comprimido	Loratadina 10 mg	R\$ 0,0360	R\$ 1.080,00
117	1.000.000	Comprimido	Omeprazol 20 mg	R\$ 0,0330	R\$ 33.000,00
124	200.000	Comprimido	Ranitidina, cloridrato de, 150 mg	R\$ 0,0630	R\$ 12.600,00
128	600	Frasco	Sulfametoxazol + trimetoprima (200mg +40mg) 5ml - 100ml	R\$ 1,1800	R\$ 708,00
130	50.000	Comprimido	Sulfato Ferroso 40 mg Fe++	R\$ 0,0300	R\$ 1.500,00
153	5.000	Ampola	Dexametasona, fosfato sódico de 4 mg/ml - ampola 2,5 ml	R\$ 0,6450	R\$ 3.225,00
154	7.000	Ampola	Dipirona injetável 500mg/ml - 2ml	R\$ 0,3500	R\$ 2.450,00
156	800	Ampola	Furosemida 10 mg/ml - ampola 2 ml	R\$ 0,3700	R\$ 296,00
158	800	Ampola	Hidrocortizona 500mg	R\$ 5,0580	R\$ 4.046,40
161	2.400	Ampola	Ranitidina, cloridrato de 25 mg/ml-2ml	R\$ 0,4250	R\$ 1.020,00
165	5.000	Ampola	Água destilada para injeção - 10 ml	R\$ 0,1400	R\$ 700,00
167	200	Ampola	Aminofilina 24mg/ml - 10 ml sol inj	R\$ 0,8000	R\$ 160,00
170	12.000	Ampola	Diclofenaco injetável 75mg/3ml - 3ml	R\$ 0,4000	R\$ 4.800,00
172	2.000	Ampola	Gentamicina, sulfato de - sol injetável - 80 mg/2ml	R\$ 0,5810	R\$ 1.162,00
175	5.000	Ampola	Vitaminas do Complexo B (B1; B2; B6; PP; pró-B5) - ampola 2 ml	R\$ 0,6496	R\$ 3.248,00

Valor Total: R\$ 263.177,70 (duzentos e sessenta e três mil cento e setenta e sete reais e setenta centavos)

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o numero Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Pedro Antônio Lapinski, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 010/2016

ATA 010/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Dimeva Distribuidora e Importadora Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Dimeva Distribuidora e Importadora Ltda – EPP, CNPJ/MF nº 76.386.283/0001-13, Sítio a Rua Argentina, N.º 645, Bairro Jardim das Américas, CEP 85.502-040, Telefone (46) 3224-3767, Município de Pato Branco, Estado do Paraná, representado pelo Senhor Luiz Augusto Varnier, inscrita no CPF sob o número 396.067.919-04.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
43	1.000	Frasco	Carbamazepina suspensão oral - 20 mg/ml (2%) - 100 ml	R\$ 3,9649	R\$ 3.964,90
45	30.000	Comprimido	Clomipramina 25 mg	R\$ 0,5919	R\$ 17.757,00
137	100	Frasco	Cloranfenicol sol oftálmica 0.5% - frasco 10 ml	R\$ 7,9900	R\$ 799,00
174	30	Frasco	Tetracaina 1%+Fenilefrina 0.1% solução oftálmica 10 ml	R\$ 6,4690	R\$ 194,07
Valor Total: R\$ 22.714,97 (vinte e dois mil setecentos e quatorze reais e noventa e sete centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o numero Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

- 2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.
- 2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.
- 2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.
- 2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.
- 2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.
- 2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- 2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Luiz Augusto Varnier, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Dimeva Distribuidora e Importadora Ltda – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 011/2016

ATA 011/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: DRV Comércio de Medicamentos Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: DRV Comércio de Medicamentos Ltda – ME, CNPJ/MF nº 19.156.566/0001-35, Site a Rua Nilo Peçanha, N.º 68, Centro, CEP 85.610-000, Telefone (46) 3550-1510, Município de Renascença, Estado do Paraná, representado pelo Senhor Rafael André Cella, inscrito no CPF sob o número 047.026.989-82.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
32	50.000	Comprimido	Metoprolol, succinato de, 50 mg	R\$ 1,0240	R\$ 51.200,00
Valor Total: R\$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do

parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Rafael André Cella, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

DRV Comércio de Medicamentos Ltda – ME
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 012/2016

ATA 012/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda, CNPJ/MF nº 12.889.035/0001-02, Sítio a Rua Dr. Sidney Guerra, N.º 283, Bairro Linho, CEP 99.701-760, Telefone (54) 3522-4273, Município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Vanderlei Stievens, inscrita no CPF sob o número 007.304.360-55.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
60	20.000	Comprimido	Nortriptilina 25 mg	R\$ 0,2240	R\$ 4.480,00
102	300.000	Comprimido	Levotiroxina sódica 25 mcg	R\$ 0,0990	R\$ 29.700,00
103	300.000	Comprimido	Levotiroxina sódica 50 mcg	R\$ 0,0990	R\$ 29.700,00
104	100.000	Comprimido	Levotiroxina sódica 100 mcg	R\$ 0,0970	R\$ 9.700,00
Valor Total: R\$ 73.580,00 (setenta e três mil quinhentos e oitenta)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que

em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Vanderlei Stievens, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 013/2016

ATA 013/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Klima Comércio de Medicamentos Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Klima Comércio de Medicamentos Ltda, CNPJ/MF nº 11.011.226/0001-04, Sito a Rua 21 de abril, N.º 270, Centro, CEP 99.740-000, Telefone (54) 3523-1116, Município de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, representado pela Senhora Manuela Samonek Haas, inscrita no CPF sob o número 003.534.600-01.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
113	800	Bisnaga	Miconazol, nitrato de - creme vaginal - 20mg/g - 80g	R\$ 4,0540	R\$ 3.243,20
Valor Total: R\$ 3.243,20 (três mil duzentos e quarenta e três reais e vinte centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Manuela Samonek Haas, qualificada preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti Klima Comércio de Medicamentos Ltda
Prefeito Municipal em Exercício Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 014/2016

ATA 014/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Marcofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Marcofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda, CNPJ/MF nº 06.935.554/0001-67, Sito a Rua Pedro Toniollo, N.º 1141, Bairro Industrial, CEP 99.900-000, Telefone (54) 3341-1831, Município de Gerônimo Vargas, Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Marcos Wawzenkiewicz, inscrito no CPF sob o número 727.402.640-20.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
65	15.000	Comprimido	Aciclovir 200 mg	R\$ 0,1078	R\$ 1.617,00
74	3.000	Frasco	Azitromicina 200/5ml - 600 mg - frasco 15 ml	R\$ 2,0900	R\$ 6.270,00
75	20.000	Comprimido	Azitromicina 500 mg	R\$ 0,3590	R\$ 7.180,00
86	40.000	Comprimido	Dexclorfeniramina 2 mg	R\$ 0,0499	R\$ 1.996,00
143	2.000	Frasco	Solução fisiológica nasal 0,9% (cloreto de sódio) - 30 ml	R\$ 0,4900	R\$ 980,00
145	60.000	Comprimido	Vitaminas do Complexo B (B1; B2; B6; PP; pró-B5)	R\$ 0,0380	R\$ 2.280,00
Valor Total: R\$ 20.323,00 (vinte mil trezentos e vinte e três reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015

- Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Marcos Wavzenkievicz, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Marcofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 015/2016

ATA 015/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda, CNPJ/MF nº 94.894.169/0001-86, Site a Rua Samuel Kruschim, N.º 200, Bairro Patronato, CEP 97.020-670, Telefone (55) 3212-2447, Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Mauro Marciano Garcia de Freitas, inscrito no CPF sob o número 374.624.900-72.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
125	4.000	Envelopes	Sais para reidratação oral	R\$ 0,3680	R\$ 1.472,00
131	40	Frasco	Timolol colírio 0,5%	R\$ 0,9500	R\$ 38,00
132	5.000	Frasco	Xarope de guaco (Mikania glomerata) - 120 ml	R\$ 1,6500	R\$ 8.250,00
Valor Total: R\$ 9.760,00 (nove mil setecentos e sessenta reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito

Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Mauro Marciano Garcia de Freitas, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 016/2016

ATA 016/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A, CNPJ/MF nº 07.752.236/0001-23, Sítio a Rua Norberto Otto Wild, N.º 420, Bairro Imigrante, CEP 96.880-000, Telefone (51) 3084-6804, Município de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul, representado pela Senhora Adriana Wilke Marques, inscrita no CPF sob o número 654.211.080-15.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
35	500.000	Comprimido	Sinvastatina 20 mg	R\$ 0,0480	R\$ 24.000,00
64	500	Ampola	Acetato de medroxiprogesterona 150 mg/ml - ampola 1 ml	R\$ 7,5000	R\$ 3.750,00
Valor Total: R\$ 27.750,00 (vinte e sete mil setecentos e cinquenta reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pela Senhora Adriana Wilke Marques, qualificada preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 017/2016

ATA 017/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Novasul Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Novasul Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ/MF nº 14.595.725/0001-84, Sítio a Rua Gotardo Mazzarollo, N.º 330, Centro, CEP 99.740-000, Telefone (54) 3523-2005, Município de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, representado pela Senhora Jacilde Tonin, inscrita no CPF sob o número 718.767.740-53.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
01	2.000	Frasco	Prednisolona, fosfato sódico de - solução oral 4,2mg/ml (equivalente 3mg/ml)	R\$ 2,3690	R\$ 4.738,00
95	1.000	Frasco	Hidróxido de Magnésio + Hidróxido de Alumínio susp.oral 35,6mg+37mg - 100 ml	R\$ 1,6190	R\$ 1.619,00
144	1.200	Frasco	Vitamina A+D 3.000UI + 800UI/ml - 15 ml	R\$ 2,3990	R\$ 2.878,80
146	50	Ampola	Amiodarona, cloridrato de 50mg/ml - 3 ml	R\$ 1,7398	R\$ 86,99
Valor Total: R\$ 9.322,79 (nove mil trezentos e vinte e dois reais e setenta e nove centavos)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pela Senhora Jacilde Tonin, qualificada preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Novasul Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 018/2016

ATA 018/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda, CNPJ/MF nº 85.247.385/0001-49, Sítio a Rua Uruguai, N.º 1538-E, Bairro Maria Goretti, CEP 89.801-447, Telefone (49) 3324-5585, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Christiano Altair Mattana Giordani, inscrito no CPF sob o número 076.332.029-39.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
38	30.000	Comprimido	Verapamil, cloridrato de, 80 mg	R\$ 0,0480	R\$ 1.440,00
87	2.500	Frasco	Dexclorfeniramina, maleato de 0,4 mg/ml - solução oral - 120 ml	R\$ 0,8700	R\$ 2.175,00
Valor Total: R\$ 3.615,00 (três mil seiscentos e quinze reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Christiano Altair Mattana Giordani, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 019/2016

ATA 019/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: S & R Distribuidora Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: S & R Distribuidora Ltda, CNPJ/MF nº 04.889.315/0001-92, Sítio a Rua Regente Diogo A. Feijó, N.º 451 D, Bairro São Cristóvão, CEP 89.803-230, Telefone (49) 3323-0360, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Sergio Jacir Portela, inscrita no CPF sob o número 182.633.649-49.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
28	1.000.000	Comprimido	Losartana Potássica 50 mg	R\$ 0,0284	R\$ 28.400,00
31	20.000	Comprimido	Metildopa 250 mg	R\$ 0,0898	R\$ 1.796,00
94	40.000	Comprimido	Hidróxido de Magnésio + Hidróxido de Alumínio comp mastigável 200+200 mg	R\$ 0,1510	R\$ 6.040,00
110	60.000	Comprimido	Metronidazol 400 mg	R\$ 0,2659	R\$ 15.954,00
126	2.000	Comprimido	Sulfadiazina 500 mg	R\$ 0,1329	R\$ 265,80
148	200	Ampola	Bicarbonato de sódio sol. Inj.8,4% - 10 ml	R\$ 0,4690	R\$ 93,80
150	100	Ampola	Cloreto de Potássio 19,1% - 10 ml	R\$ 0,2000	R\$ 20,00
151	100	Ampola	Cloreto de Sódio 20% - 10 ml	R\$ 0,2000	R\$ 20,00
Valor Total: R\$ 52.589,60 (cinquenta e dois mil quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos adotados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Sergio Jacir Portela, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

S & R Distribuidora Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 020/2016

ATA 020/2016

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 081/2015 - Saúde, Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda, CNPJ/MF nº 09.994.371/0001-04, Sítio a Avenida Santos Dumont, N.º 1335, Bairro Santo Antônio, CEP 89.218-105, Telefone (47) 3473-8845, Município Joinville, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor José Paulo Gesser, inscrito no CPF sob o número 541.063.899-91.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
46	100.000	Comprimido	Clorpromazina 100 mg	R\$ 0,1558	R\$ 15.580,00
159	3.000	Ampola	Metoclopramida ,cloridrato de solução inj. 5mg/ml - 2 ml	R\$ 0,2497	R\$ 749,10
Valor Total: R\$ 16.329,10 (dezesseis mil trezentos e vinte e nove reais e dez centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 012/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor José Paulo Gesser, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 021/2016

ATA 021/2016

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 084/2015 - SAÚDE, Pregão Eletrônico 014/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, CNPJ/MF nº 00.802.002/0001-02, Sítio a Estrada Boa Esperança, N.º 2320, Bairro Fundo Canoas, CEP 89.163-554, Telefone (47) 3520-9000, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Anacleto Ferrari, inscrito no CPF sob o número 523.140.819-00.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
19	1.000	Frasco	Anestésico sem vaso: lidocaína 2%; embalagem c/ 20 ml.	R\$ 2,29	R\$ 2.290,00
84	5.000	Unid.	Lancetas picadora com lancetador.	R\$ 0,26	R\$ 1.300,00
141	100	Litro	Vaselina líquida; frasco com 1000 ml.	R\$ 16,43	R\$ 1.643,00
Valor Total: R\$ 5.233,00 (cinco mil duzentos e trinta e três reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

1.

2.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, com os termos adotados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Anacleto Ferrari, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Altermed Material Médico Hospitalar Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 022/2016

ATA 022/2016

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 084/2015 - SAÚDE, Pregão Eletrônico 014/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Cirúrgica JAW Com. de Material Médico Hospitalar Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Cirúrgica JAW Com. de Material Médico Hospitalar Ltda, CNPJ/MF nº 79.250.676/0001-93, Sítio a Rua Joaquim Nabuco, N.º 1695, Bairro Capoeiras, CEP 88.090-060, Telefone (48) 3244-3524, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, representado pela Senhora Shirley Correa Peixoto Gershenson, inscrita no CPF sob o número 151.644.970-34.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
148	500	Unid.	Soro c/glicose 5%; embalagem c/ 500 ml.	R\$ 2,65	R\$ 1.325,00
150	5.000	Frasco	Solução fisiológica de cloreto de sódio a 0,9%; frasco c/ 100 ml.	R\$ 1,62	R\$ 8.100,00
151	5.000	Frasco	Solução fisiológica de cloreto de sódio a 0,9%; frasco c/ 250 ml.	R\$ 1,96	R\$ 9.800,00
152	5.000	Frasco	Solução fisiológica de cloreto de sódio a 0,9%; frasco c/ 500 ml.	R\$ 2,26	R\$ 11.300,00
153	5.000	Frasco	Solução fisiológica de cloreto de sódio a 0,9%; frasco c/ 1000 ml.	R\$ 3,45	R\$ 17.250,00
Valor Total: R\$ 47.775,00 (quarenta e sete mil setecentos e setenta e cinco reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

1.

2.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pela Senhora Shirley Correa Peixoto Gershenson, qualificada preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Cirúrgica JAW Com. de Material Médico Hospitalar Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 023/2016

ATA 023/2016

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 084/2015 - SAÚDE, Pregão Eletrônico 014/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Erimar Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Erimar Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda, CNPJ/MF nº 11.463.608/0001-79, Site a Rua Ipê, N.º 70, Centro, CEP 85.935-000, Telefone (44) 3528-5085, Município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, representado pelo Senhor Adão da Silva Leite, inscrito no CPF sob o número 492.895.009-72.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
22	750	Pct.	Atadura de crepom 8 cm; 1,8 M; composição mínima de 92% algodão e 8% poliamina; pacote c/ 12 unidades.	R\$ 2,58	R\$ 1.935,00
23	750	Pct.	Atadura de crepom 10 cm; 1,8 M; composição mínima de 92% algodão e 8% poliamina; pacote c/ 12 unidades.	R\$ 3,19	R\$ 2.392,50
25	1.000	Pct.	Atadura de crepom 15 cm; 1,8 M; composição mínima de 92% algodão e 8% poliamina; pacote c/ 12 unidades.	R\$ 4,79	R\$ 4.790,00
Valor Total: R\$ 9.117,50 (nove mil cento e dezessete reais e cinquenta centavos)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

1.

2.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Adão da Silva Leite, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Erimar Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 024/2016

ATA 024/2016

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 084/2015 - SAÚDE, Pregão Eletrônico 014/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Geneticorp do Brasil Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Geneticorp do Brasil Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ/MF nº 11.873.020/0001-93, Sítio a Avenida Angelo Caleffi, N.º 72, Centro, CEP 99.740-000, Telefone (54) 3523-1323, Município de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Fabio Dal Bello de Menezes, inscrito no CPF sob o número 560.108.850-00.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
65	10.000	Unid.	Fralda geriátrica descartável para adulto tamanho M com gel absorvente, anatômicas, com fitas adesivas e com elásticos.	R\$ 0,80	R\$ 8.000,00
66	10.000	Unid.	Fralda geriátrica descartável para adulto tamanho G com gel absorvente, anatômicas, com fitas adesivas e com elásticos.	R\$ 0,80	R\$ 8.000,00
Valor Total: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

1.

2.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Fabio Dal Bello de Menezes, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Geneticorp do Brasil Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 025/2016

ATA 025/2016

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 084/2015 - SAÚDE, Pregão Eletrônico 014/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Goldenplus Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Goldenplus Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ/MF nº 17.472.278/0001-64, Sítio a Rua Dirceu José Filipetto, N.º 29, Centro, CEP 99.740-000, Telefone (54) 3523-2202, Município de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Guilherme Berria, inscrito no CPF sob o número 028.430.540-52.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
67	10.000	Unid.	Fralda geriátrica descartável para adulto tamanho EG com gel absorvente, anatômicas, com fitas adesivas e com elásticos.	R\$ 1,17	R\$ 11.700,00
69	200	Unid.	Almotolia plástica clara; 125 ml; graduado em alto relevo com bico reto.	R\$ 1,14	R\$ 228,00
Valor Total: R\$ 11.928,00 (onze mil novecentos e vinte e oito reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

1.

2.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Guilherme Berria, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Goldenplus Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 026/2016

ATA 026/2016

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 084/2015 - SAÚDE, Pregão Eletrônico 014/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Isamed Materiais Médico Hospitalares Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Isamed Materiais Médico Hospitalares Ltda – ME, CNPJ/MF nº 05.948.061/0001-07, Site a Rua XV de Novembro, N.º 132, Sala 08, Centro, CEP 88.870-000, Telefone (48) 3466-1269, Município de Orleans, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Luiz Henrique Alberton, inscrito no CPF sob o número 888.913.219-15.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
10	300	Pct.	Algodão em bolas; 100% puro algodão: macio e extra absorvente; formato: arredondado; cor branco; peso: 95g.	R\$ 2,06	R\$ 618,00
27	45	Lt.	Benzina; frasco c/ 1 litro.	R\$ 12,50	R\$ 562,50
32	50	Unid.	Cateter Intravenoso estéril n.º 14.	R\$ 0,55	R\$ 27,50
33	50	Unid.	Cateter Intravenoso estéril n.º 16.	R\$ 0,53	R\$ 26,50
34	100	Unid.	Cateter Intravenoso estéril n.º 18.	R\$ 0,55	R\$ 55,00
35	400	Unid.	Cateter Intravenoso estéril n.º 20.	R\$ 0,55	R\$ 220,00
36	1.000	Unid.	Cateter Intravenoso estéril n.º 22.	R\$ 0,55	R\$ 550,00
37	2.000	Unid.	Cateter Intravenoso estéril n.º 24.	R\$ 0,60	R\$ 1.200,00
43	200	Cx.	Hastes flexíveis; caixa com 75 unidades.	R\$ 0,65	R\$ 130,00
68	1.000	Frasco	Frascos para alimentação enteral; capacidade de 500 ml.	R\$ 0,88	R\$ 880,00
70	200	Unid.	Almotolia plástica clara; 250 ml; graduado em alto relevo com bico reto.	R\$ 1,75	R\$ 350,00
74	500	Lt.	Hipoclorito de sódio 2,5%, frasco c/ 1 litro.	R\$ 3,20	R\$ 1.600,00
78	10	Cx.	Lâmina para bisturi nº 10; caixa c/ 100 unidades.	R\$ 14,17	R\$ 141,70
79	10	Cx.	Lâmina para bisturi nº 11; caixa c/ 100 unidades.	R\$ 14,17	R\$ 141,70
80	10	Cx.	Lâmina para bisturi nº 12; caixa c/ 100 unidades.	R\$ 14,17	R\$ 141,70
81	10	Cx.	Lâmina para bisturi nº 15; caixa c/ 100 unidades.	R\$ 14,17	R\$ 141,70
82	10	Cx.	Lâmina para bisturi nº 20; caixa c/ 100 unidades.	R\$ 14,17	R\$ 141,70
83	10	Cx.	Lâmina para bisturi nº 21; caixa c/ 100 unidades.	R\$ 14,17	R\$ 141,70
93	500	Unid.	Máscara para nebulizador; em P.V.C. atóxico; transparente; modelo adulto.	R\$ 1,85	R\$ 925,00
94	500	Unid.	Máscara para nebulizador; em P.V.C. atóxico; transparente; modelo infantil.	R\$ 1,86	R\$ 930,00
97	400	Unid.	Scalp nº 19.	R\$ 0,16	R\$ 64,00
110	100	Unid.	Sonda Foley nº 10.	R\$ 2,57	R\$ 257,00
111	400	Unid.	Sonda Foley nº 12.	R\$ 2,18	R\$ 872,00
112	400	Unid.	Sonda Foley nº 14.	R\$ 2,18	R\$ 872,00
113	1.000	Unid.	Sonda Foley nº 16.	R\$ 2,18	R\$ 2.180,00
114	800	Unid.	Sonda Foley nº 18.	R\$ 2,18	R\$ 1.744,00
115	800	Unid.	Sonda Foley nº 20.	R\$ 2,18	R\$ 1.744,00
131	20	Unid.	Tubo endotraqueal nº 5,5.	R\$ 2,65	R\$ 53,00
132	20	Unid.	Tubo endotraqueal nº 6,0.	R\$ 2,65	R\$ 53,00
133	20	Unid.	Tubo endotraqueal nº 7,0.	R\$ 2,65	R\$ 53,00
134	20	Unid.	Tubo endotraqueal nº 7,5.	R\$ 2,70	R\$ 54,00
135	20	Unid.	Tubo endotraqueal nº 8,0.	R\$ 2,70	R\$ 54,00
136	20	Unid.	Tubo endotraqueal nº 8,5.	R\$ 2,65	R\$ 53,00
137	20	Unid.	Tubo endotraqueal nº 9,0.	R\$ 2,65	R\$ 53,00
139	3.000	Unid.	Tubete para coleta de sangue tampa amarela.	R\$ 0,53	R\$ 1.590,00
140	3.000	Unid.	Tubete para coleta de sangue tampa vermelha.	R\$ 0,29	R\$ 870,00
Valor Total: R\$ 19.490,70 (dezenove mil quatrocentos e noventa reais e setenta centavos)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

1.

2.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela

determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Luiz Henrique Alberton, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Isamed Materiais Médico Hospitalares Ltda – ME
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 027/2016

ATA 027/2016

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 084/2015 - SAÚDE, Pregão Eletrônico 014/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: LA Dalla Porta Junior – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: LA Dalla Porta Junior – EPP, CNPJ/MF nº 11.145.401/0001-56, Sítio a Rua Pascoal G. Librelotto, N.º 20, Parque Dom Antônio Reis, CEP 97.065-290, Telefone (55) 3025-9900, Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Luis Alberto Dalla Porta Junior, inscrito no CPF sob o número 016.047.580-58.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
08	150	Cx.	Agulha descartável 30 x 8 – cx. c/100 unid.	R\$ 5,57	R\$ 835,50
11	300	Rolo	Algodão hidrófilo; 100% puro algodão: macio e extra absorvente; formato: rolo; cor: branco; peso: 500g.	R\$ 7,20	R\$ 2.160,00
17	200	Cx.	Anestésico para cirurgia: mepivacaína HCl 2%; caixa com 50 tubetes de 1,8 ml cada, acondicionados em blisters lacrados com 10 tubetes em cada; com vaso constritor.	R\$ 85,00	R\$ 17.000,00
18	200	Cx.	Anestésico local: novocol 100; cloridratos de lidocaína e de fenilefrina; caixa com 50 anestúbes de 1,8 ml cada.	R\$ 31,90	R\$ 6.380,00
38	500	Pct.	Gaze: tamanho 7,5 x 7,5; fios 100% algodão, alvejadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e alvejantes ópticos; não soltam fiapos, pois possuem acabamento lateral em toda a sua extensão; 13 fios; embalagem c/ 500 unidades.	R\$ 7,00	R\$ 3.500,00
46	1.000	Unid.	Equipo para nutrição enteral.	R\$ 0,91	R\$ 910,00
49	50	Pct.	Espátula de ayres; em madeira; pacote c/ 100 unidades.	R\$ 4,60	R\$ 230,00
50	1.000	Unid.	Espéculo ginecológico; descartável; pequeno.	R\$ 0,64	R\$ 640,00
51	1.000	Unid.	Espéculo ginecológico; descartável; médio.	R\$ 0,68	R\$ 680,00
52	1.000	Unid.	Espéculo ginecológico; descartável; grande.	R\$ 0,79	R\$ 790,00

61	300	Rolo	Fita microporosa; medidas: 50 mm x 10m; hipoalergênica; cor: branco	R\$ 2,84	R\$ 852,00
63	300	Rolo	Fita adesiva para autoclave; medidas: 19 mm x 30m.	R\$ 2,38	R\$ 714,00
77	1.000	Cx.	Lâmina de vidro fosca; medidas: 26 x 76 mm – caixa c/ 100 unidades.	R\$ 2,79	R\$ 2.790,00
96	250	Frasco	Óleo mineral; frasco com 100 ml.	R\$ 1,90	R\$ 475,00
100	10.000	Unid.	Seringa descartável; capacidade de 1 ml; para insulina; com agulha.	R\$ 0,14	R\$ 1.400,00
Valor Total: R\$ 39.356,50 (trinta e nove mil trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Luis Alberto Dalla Porta Junior, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

LA Dalla Porta Junior – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas

ATA 028/2016

ATA 028/2016

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 084/2015 - SAÚDE, Pregão Eletrônico 014/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ/MF nº 05.343.029/0002-70, Sito a Rua Alfredo Galeno, N.º 3225 - C, Galpão 02, Bairro Nova Zelândia, CEP 29.175-701, Telefone (21) 2570-0749, Município de Serra, Estado do Espírito Santo, representado pelo Senhor José Marcos Szuster, inscrito no CPF sob o número 633.791.987-49.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
72	50	Unid.	Aparelho teste de glicose.	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00
Valor Total: R\$ 1.250,00 (Um mil duzentos e cinquenta reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

1.

2.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor José Marcos Szuster, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 029/2016

ATA 029/2016

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 084/2015 - SAÚDE, Pregão Eletrônico 014/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda, CNPJ/MF nº 83.157.032/0001-22, Sítio a Estrada Boa Esperança, N.º 1918, Bairro Fundo Canoas, CEP 89.163-920, Telefone (47) 3531-9800, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Nelsi Felisberto da Silva, inscrito no CPF sob o número 292.800.449-15.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
09	150	Cx.	Agulha descartável 40 x 12 – cx. c/100 unid.	R\$ 6,00	R\$ 900,00
16	100	Lt.	Água oxigenada 10 volumes; princípio ativo: peróxido de hidrogênio 3%; frasco c/ 1 litro.	R\$ 2,55	R\$ 255,00
48	250	Rolo	Esparadrapo; tamanho: 10cm x 4,5m; composto de tecido 100% algodão que recebe tratamento especial para proporcionar facilidade de rasgo sem desfiamento, resina acrílica impermeabilizante, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas; cor branca.	R\$ 4,00	R\$ 1.000,00
64	50	Frasco	Fixador citológico; spray; frasco com 100 ml.	R\$ 5,00	R\$ 250,00

75	500	Lt.	Iodopovodine PVPI degermante; frasco c/ 1 litro.	R\$ 12,20	R\$ 6.100,00
76	500	Lt.	Iodopovodine PVPI tópico; frasco c/ 1 litro.	R\$ 11,80	R\$ 5.900,00
104	20.000	Unid.	Seringa descartável; capacidade de 20 ml; sem agulha.	R\$ 0,31	R\$ 6.200,00
105	25	Unid.	Sonda uretral nº 6.	R\$ 0,36	R\$ 9,00
106	25	Unid.	Sonda uretral nº 8.	R\$ 0,39	R\$ 9,75
107	25	Unid.	Sonda uretral n.10.	R\$ 0,41	R\$ 10,25
108	400	Unid.	Sonda uretral nº 12.	R\$ 0,41	R\$ 164,00
109	400	Unid.	Sonda uretral nº 14.	R\$ 0,44	R\$ 176,00
116	1.000	Unid.	Sonda nasogástrica curta nº 10.	R\$ 0,40	R\$ 400,00
117	3.000	Unid.	Sonda nasogástrica curta nº 12.	R\$ 0,42	R\$ 1.260,00
118	3.000	Unid.	Sonda nasogástrica curta nº 14.	R\$ 0,50	R\$ 1.500,00
119	3.000	Unid.	Sonda nasogástrica curta nº 16.	R\$ 0,47	R\$ 1.410,00
120	500	Unid.	Sonda nasogástrica curta nº 18.	R\$ 0,65	R\$ 325,00
121	500	Unid.	Sonda nasogástrica longa nº 8.	R\$ 0,57	R\$ 285,00
122	500	Unid.	Sonda nasogástrica longa nº 12.	R\$ 0,65	R\$ 325,00
123	500	Unid.	Sonda nasogástrica longa nº 14.	R\$ 0,63	R\$ 315,00
124	1.000	Unid.	Sonda nasogástrica longa nº 16.	R\$ 0,80	R\$ 800,00
125	2.000	Unid.	Sonda nasogástrica longa nº 18.	R\$ 0,86	R\$ 1.720,00
126	2.000	Unid.	Sonda nasogástrica longa nº 20.	R\$ 0,95	R\$ 1.900,00
127	400	Unid.	Sonda Aspiração nº 06.	R\$ 0,38	R\$ 152,00
128	400	Unid.	Sonda Aspiração nº 08.	R\$ 0,40	R\$ 160,00
129	3.000	Unid.	Sonda Aspiração nº 14.	R\$ 0,44	R\$ 1.320,00
130	3.000	Unid.	Sonda Aspiração nº 12.	R\$ 0,43	R\$ 1.290,00
138	100	Mt.	Tubo cirúrgico de látex.	R\$ 2,30	R\$ 230,00
142	200	Pct.	Saco de lixo branco hospitalar; capacidade de 15 litros; pacote c/100 unidades.	R\$ 8,83	R\$ 1.766,00
Valor Total: R\$ 36.132,00 (trinta e seis mil cento e trinta e dois reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

1.

2.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Nelsi Felisberto da Silva, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 030/2016

ATA 030/2016

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 084/2015 - SAÚDE, Pregão Eletrônico 014/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Noeli Vieira Distribuidora de Soros – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Noeli Vieira Distribuidora de Soros – EPP, CNPJ/MF nº 01.733.345/0001-17, Sítio a Rua Alvares Cabral, N.º 1000 F, Distrito Industrial, CEP 99.050-070, Telefone (54) 3317-5800, Município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, representado pela Senhora Noeli Vieira, inscrito no CPF sob o número 347.180.280-00.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
146	500	Unid.	Soro c/ glicose 5%; embalagem c/ 100 ml.	R\$ 2,00	R\$ 1.000,00
147	1.000	Unid.	Soro c/glicose 5%; embalagem c/ 250 ml.	R\$ 2,30	R\$ 2.300,00
149	500	Unid.	Soro c/glicose 5%; embalagem c/ 1000 ml.	R\$ 4,05	R\$ 2.025,00
Valor Total: R\$ 5.325,00 (cinco mil trezentos e vinte e cinco reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

1.

2.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Noeli Vieira, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Noeli Vieira Distribuidora de Soros – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 031/2016

ATA 031/2016

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 084/2015 - SAÚDE, Pregão Eletrônico 014/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Olimed Material Hospitalar Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Olimed Material Hospitalar Ltda, CNPJ/MF nº 03.033.589/0001-12, Sítio a Via Expressa Paul Fritz Kuehnrich, N.º 1515, Bairro Itoupava, CEP 89.052-381, Telefone (47) 3144-9700, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Marcos Maurílio Pereira, inscrito no CPF sob o número 808.696.299-72.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
02	150	Cx.	Agulha descartável 13 x 4,5 – cx. c/100 unid.	R\$ 4,80	R\$ 720,00
03	150	Cx.	Agulha descartável 20 x 0,55 – cx. c/ 100 unid.	R\$ 4,31	R\$ 646,50
04	150	Cx.	Agulha descartável 25 x 6 – cx. c/100 unid.	R\$ 5,11	R\$ 766,50
05	150	Cx.	Agulha descartável 25 x 7 – cx. c/100 unid.	R\$ 4,80	R\$ 720,00
06	150	Cx.	Agulha descartável 25 x 8 – cx. c/100 unid.	R\$ 4,31	R\$ 646,50
07	150	Cx.	Agulha descartável 30 x 7 – cx. c/100 unid.	R\$ 4,75	R\$ 712,50
44	500	Unid.	Drenos de penrose; com gaze estéril; tamanho nº 1	R\$ 1,35	R\$ 675,00
85	1.500	Par	Luva cirúrgica estéril; tamanho 7,0; embalagem com 01 par.	R\$ 0,82	R\$ 1.230,00
86	1.500	Par	Luva cirúrgica estéril; tamanho 7,5; embalagem com 01 par.	R\$ 0,82	R\$ 1.230,00
87	1.500	Par	Luva cirúrgica estéril; tamanho 8,0; embalagem com 01 par.	R\$ 0,82	R\$ 1.230,00
88	1.500	Par	Luva cirúrgica estéril; tamanho 8,5; embalagem com 01 par.	R\$ 0,82	R\$ 1.230,00
89	250	Cx.	Luva de procedimento: tamanho PP; compostas látex 100% natural; não estéril, ambidestras; lubrificadas com pó bioabsorvível; caixa c/ 100 unid.	R\$ 14,23	R\$ 3.557,50
90	250	Cx.	Luva de procedimento: tamanho P; compostas látex 100% natural; não estéril, ambidestras; lubrificadas com pó bioabsorvível; caixa c/ 100 unid.	R\$ 14,23	R\$ 3.557,50
91	250	Cx.	Luva de procedimento: tamanho M; compostas látex 100% natural; não estéril, ambidestras; lubrificadas com pó bioabsorvível; caixa c/ 100 unid.	R\$ 14,23	R\$ 3.557,50
92	250	Cx.	Luva de procedimento: tamanho G; compostas látex 100% natural; não estéril, ambidestras; lubrificadas com pó bioabsorvível; caixa c/ 100 unid.	R\$ 14,23	R\$ 3.557,50
102	20.000	Unid.	Seringa descartável; capacidade de 5 ml; sem agulha.	R\$ 0,11	R\$ 2.200,00
Valor Total: R\$ 26.237,00 (vinte e seis mil duzentos e trinta e sete reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

1.

2.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Marcos Maurilio Pereira, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Olimed Material Hospitalar Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 032/2016

ATA 032/2016

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 084/2015 - SAÚDE, Pregão Eletrônico 014/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Plasmedic Comércio de Materiais para Uso Médico e Laboratorial EIRELI.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Plasmedic Comércio de Materiais para Uso Médico e Laboratorial EIRELI, CNPJ/MF nº 09.200.303/0001-22, Sítio a Avenida Maurício Cardoso, N.º 706, Centro, CEP 99.700-450, Telefone (54) 3519-1224, Município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Nédio Justino Massochim Junior, inscrito no CPF sob o número 010.448.960-00.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
12	12	Pct.	Atadura ortopédica; 100% puro algodão: macio e extra absorvente; formato: rolo; cor: branco; tamanho: 10 cm x 1,8 m; pacote c/ 10 unid.	R\$ 3,71	R\$ 44,52
13	12	Pct.	Atadura ortopédica; 100% puro algodão: macio e extra absorvente; formato: rolo; cor: branco; tamanho: 15 cm x 1,8 m; pacote c/ 10 unid.	R\$ 7,14	R\$ 85,68
14	12	Pct.	Atadura ortopédica; 100% puro algodão: macio e extra absorvente; formato: rolo; cor: branco; tamanho: 20 cm x 1,8 m; pacote c/ 10 unid.	R\$ 12,00	R\$ 144,00
15	600	Lt.	Álcool 70%; frasco c/ 1 litro.	R\$ 3,79	R\$ 2.274,00
20	750	Pct.	Atadura de crepom 4 cm; 1,8 M; composição mínima de 92% algodão e 8% poliamina; pacote c/ 12 unidades.	R\$ 1,94	R\$ 1.455,00
21	750	Pct.	Atadura de crepom 6 cm; 1,8 M; composição mínima de 92% algodão e 8% poliamina; pacote c/ 12 unidades.	R\$ 1,97	R\$ 1.477,50
24	750	Pct.	Atadura de crepom 12 cm; 1,8 M; composição mínima de 92% algodão e 8% poliamina; pacote c/ 12 unidades.	R\$ 3,92	R\$ 2.940,00
39	500	Pct.	Gaze: tamanho 10x10; fios 100% algodão, alvejadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e alvejantes ópticos; não soltam fiapos, pois possuem acabamento lateral em toda a sua extensão; 13 fios; embalagem c/ 500 unidades.	R\$ 16,23	R\$ 8.115,00
40	250	Rolo	Gaze em rolo tipo queijo; 91mm x 91 mts; com 13 fios.	R\$ 17,10	R\$ 4.275,00
47	50	Pct.	Escova ginecológica; descartável ; pacote c/100 unidades.	R\$ 14,80	R\$ 740,00
59	300	Rolo	Fita microporosa; medidas: 12 mm x 10m; hipoalergênica; cor: branca.	R\$ 0,93	R\$ 279,00
60	300	Rolo	Fita microporosa; medidas: 25 mm x 10m; hipoalergênica; cor: branca.	R\$ 1,50	R\$ 450,00
62	300	Rolo	Fita adesiva hospitalar; medidas: 16 mm x 50m; cor branca.	R\$ 1,70	R\$ 510,00
98	5.000	Unid.	Scalp nº 21.	R\$ 0,16	R\$ 800,00
99	5.000	Unid.	Scalp nº 23.	R\$ 0,16	R\$ 800,00
101	10.000	Unid.	Seringa descartável; capacidade de 3 ml; sem agulha.	R\$ 0,09	R\$ 900,00
103	20.000	Unid.	Seringa descartável; capacidade de 10 ml; sem agulha.	R\$ 0,21	R\$ 4.200,00
155	50	Pct.	Touca descartável; Sanfonada e com elástico; Cor: branca; Produzidas a partir de polipropileno/tecido não tecido (TNT); Tamanho: 45 x 52 cm; Descartáveis, individuais e de uso único; Embalagem c/ 100 unidades.	R\$ 5,20	R\$ 260,00

Valor Total: 29.749,70 (vinte e nove mil setecentos e quarenta e nove reais e setenta centavos)

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

- 1.
- 2.
- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.
- 2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.
- 2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.
- 2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.
- 2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.
- 2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.
- 2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.
- 2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde.
- 2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.
- 2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- 2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Nédio Justino Massochim Junior, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Plasmedic Comércio de Materiais para Uso Médico e Laboratorial EIRELI
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 033/2016

ATA 033/2016

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 084/2015 - SAÚDE, Pregão Eletrônico 014/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aloísio Francisco Salvatti E O DETENTOR DA ATA: Prohospital Sul Com. de Materiais Médicos e Odontológicos EIRELI – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Prohospital Sul Com. de Materiais Médicos e Odontológicos EIRELI – EPP, CNPJ/MF nº 05.077.346/0001-01, Sito a Rua Tuiuti, N.º 165, Sala 04, Centro, CEP 89.160.045, Telefone (47) 3522-7474, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Carlos Andrade dos Santos, inscrito no CPF sob o número 004.584.799-18.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
01	200	Pct.	Abaixador de língua; descartável; de madeira; superfície e bordas perfeitamente acabadas; pacote c/ 100 unid.	R\$ 2,80	R\$ 560,00
26	1.000	Pct.	Atadura de crepom 25 cm; 1,8 M; composição mínima de 92% algodão e 8% poliamina; pacote c/ 12 unidades.	R\$ 5,80	R\$ 5.800,00
28	300	Unid.	Bolsa coletora de urina sistema fechado; capacidade para 2000 ml.	R\$ 2,00	R\$ 600,00
41	100	Unid.	Coletor de materiais perfurocortantes: capacidade de 13 litros; contendo sacola de revestimento; fundo de papelão e cinta; e bandeja interna.	R\$ 2,50	R\$ 250,00
42	200	Unid.	Coletor de materiais perfurocortantes: capacidade de 7 litros; contendo sacola de revestimento; fundo de papelão e cinta; e bandeja interna.	R\$ 2,00	R\$ 400,00

45	7.500	Unid.	Equipo para soro; macro gotas; com filtro/respiro/injetor.	R\$ 0,80	R\$ 6.000,00
53	30	Cx.	Fio de sutura; nylon; nº 0-0; fio de 45 cm; com agulha ½ CT (Círculo triangular) 1,5cm; embalagem c/ 24 envelopes.	R\$ 23,00	R\$ 690,00
54	30	Cx.	Fio de sutura; nylon; nº 2-0; fio de 45 cm; com agulha ½ CT (Círculo triangular) 1,5cm; embalagem c/ 24 envelopes.	R\$ 23,00	R\$ 690,00
55	30	Cx.	Fio de sutura; nylon; nº 3-0; fio de 45 cm; com agulha ½ CT (Círculo triangular) 1,5cm; embalagem c/ 24 envelopes.	R\$ 23,00	R\$ 690,00
56	30	Cx.	Fio de sutura; nylon; nº 4-0; fio de 45 cm; com agulha ½ CT (Círculo triangular) 1,5cm; embalagem c/ 24 envelopes.	R\$ 23,00	R\$ 690,00
57	30	Cx.	Fio de sutura; nylon; nº 5-0; fio de 45 cm; com agulha ½ CT (Círculo triangular) 1,5cm; embalagem c/ 24 envelopes.	R\$ 23,00	R\$ 690,00
58	30	Cx.	Fio de sutura; nylon; nº 6-0; fio de 45 cm; com agulha ½ CT (Círculo triangular) 1,5cm; embalagem c/ 24 envelopes.	R\$ 23,00	R\$ 690,00
71	50	Frasco	Gel neutro ECG; frasco c/ 1000g.	R\$ 3,40	R\$ 170,00
95	250	Frasco	Acidos graxos essenciais / óleo de girassol; frasco com 200 ml.	R\$ 2,50	R\$ 625,00
143	200	Pct.	Saco de lixo branco hospitalar; capacidade de 30 litros; pacote c/100 unidades.	R\$ 14,90	R\$ 2.980,00
144	200	Pct.	Saco de lixo branco hospitalar; capacidade de 50 litros; pacote c/100 unidades.	R\$ 20,00	R\$ 4.000,00
145	200	Pct.	Saco de lixo branco hospitalar; capacidade de 100 litros; pacote c/100 unidades.	R\$ 28,50	R\$ 5.700,00
154	100	Unid.	Termômetro clínico digital; Visor digital de fácil visualização; 100% resistente à água; Beep sonoro indicando fim de medição.	R\$ 6,00	R\$ 600,00
Valor Total: R\$ 31.825,00 (trinta e um mil oitocentos e vinte e cinco reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

1.
2.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 014/2015 - Saúde, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Aloísio Francisco Salvatti, Prefeito Municipal em Exercício de Porto União e pelo Senhor Carlos Andrade dos Santos, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

Prohospital Sul Com. de Materiais Médicos e Odontológicos EIRELI – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ERRATA DE PREGÃO ELETRÔNICO 001/2016 - AMASPU

AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União (SC)

Errata referente ao Extrato de Edital do Processo Licitatório 001/2016 - Pregão Eletrônico 001/2016

No extrato de Edital anteriormente citado, publicado na página 1040, da edição 1924, do dia 01 de fevereiro de 2016 do Diário Oficial dos Municípios,

onde lê – se “[...] Anízio de Souza – Prefeito Municipal[...]”,
leia – se “[...] Aloísio Francisco Salvatti – Prefeito Municipal [...]”,
e onde lê-se “[...] 29 de janeiro de 2016 [...]”,
leia – se “[...] 21 de janeiro de 2016 [...]”

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 02 de fevereiro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

MARGARETH FLISSAK

Presidente IMPRESS/AMASPU

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 007/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 014/2016

Extrato de Edital de Pregão Presencial 007/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de material de higiene e limpeza e gêneros alimentícios para manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 22 de fevereiro de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 03 de fevereiro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 013/2016

Dispensa de Licitação n.º 002/2016

Caracterização da Situação: O Município necessita repassar recursos para o atendimento da Saúde na APAE de Porto União, para fins de pagamento dos serviços tecnicamente prestados na reabilitação em deficiência intelectual e/ou distúrbio do espectro autista, conforme a Deliberação 180/CIB/2015, SENDO QUE OS REPASSES A INSTITUIÇÃO FICAM CONDICIONADOS AO REPASSE DOS RECURSOS PELO ESTADO.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, o repasse de recursos para o atendimento da Saúde na APAE de Porto União, para fins de pagamento dos serviços tecnicamente prestados na reabilitação em deficiência intelectual e/ou distúrbio do espectro autista, conforme a Deliberação 180/CIB/2015. SENDO QUE OS REPASSES A INSTITUIÇÃO FICAM CONDICIONADOS AO

REPASSE DOS RECURSOS PELO ESTADO.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Porto União, inscrita no CNPJ 82.752.601/0001-15

Do Preço: O valor a ser repassado mensalmente será de R\$ 17.762,64 (dezesete mil setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), pelo período de 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União

Unidade 0213 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2106 – Média e Alta Complexidade Saúde

Modalidade 3390-169 – Aplicações diretas

Cód. 183

Complemento 33903950 – Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor.

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 24 incisos XX e XXIV, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 03 de fevereiro de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 861/2016

PORTARIA Nº 019/2016- RH

PORTARIA Nº 019, de 01 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “a”, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 01 de fevereiro de 2016, referente ao período aquisitivo de janeiro de 2011 a janeiro de 2016, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Daniela Peres da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 012/2015 - SAÚDE

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 081/2015 – SAÚDE

Pregão Eletrônico 012/2015 – Registro de Preços

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

A. G. Kienen & Cia Ltda,

Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda – ME,

Altermed Material Médico Hospitalar Ltda,

Angeomed Comércio de Produtos Médico Hospitalar EIRELI – EPP,

Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda,
Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda,
Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda,
Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda,
Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda,
Dimeva Distribuidora e Importadora Ltda – EPP,
DRV Comércio de Medicamentos Ltda – ME,
Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda,
Klima Comércio de Medicamentos Ltda,
Marcofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda,
Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda,
Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A,
Novasul Comércio de Produtos Hospitalares Ltda,
Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda,
S & R Distribuidora Ltda e
Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda.

Porto União SC, 22 de janeiro de 2016.
Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 014/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 084/2015 – SAÚDE
Pregão Eletrônico 014/2015 – Registro de Preços
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Altermed Material Médico Hospitalar Ltda,
Cirúrgica JAW Com. de Material Médico Hospitalar Ltda,
Erimar Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda,
Geneticorp do Brasil Comércio de Produtos Hospitalares Ltda,
Goldenplus Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda,
Isamed Materiais Médico Hospitalares Ltda – ME,
LA Dalla Porta Junior – EPP,
Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda,
Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda,
Noeli Vieira Distribuidora de Soros – EPP,
Olimed Material Hospitalar Ltda,
Plasmedic Comércio de Materiais para Uso Médico e Laboratorial EIRELI,
Prohospital Sul Com. de Materiais Médicos e Odontológicos EIRELI – EPP,

Porto União SC, 28 de janeiro de 2016.
Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício.

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL 06-2016 SEMÊM BOVINO

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 22 (vinte e dois) de fevereiro de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais e doses de sêmen bovino nacional e importado para realização das Inseminações Artificiais, conforme especificações, detalhamento e preço máximo dos itens constantes no Anexo I do presente Edital, destinado a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Presidente Castello Branco/SC. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

Marisa Petkov Talini

Prefeita Municipal em Exercício

Presidente Nereu

PREFEITURA

CONVITE Nº03/2016 CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016.

Convite p/ Compras e Serviços Nº 03/2016

DATA DE EMISSÃO: 03/02/2016

JULGAMENTO: menor preço

COMPARAÇÃO: por itens

1 - PREÂMBULO

O Município de PRESIDENTE NEREU-SC comunica aos interessados que está promovendo Processo Licitatório, na modalidade de Convite p/ Compras e Serviços n.º 3/2016, sob o regime de menor preço, sendo regido pela Lei n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, consolidada, cujo recebimento dos envelopes contendo a documentação e propostas será realizado pelo Departamento de Compras, no Centro Administrativo Municipal, situado na Praça Leão Dehon, 50 Presidente Nereu - SC, CEP 89194.000, até às 14:00 do dia 15/02/2016, no mesmo local, iniciando-se, em seguida, os procedimentos de abertura dos envelopes e julgamento das propostas às 14:15 do dia 15/02/2016 no mesmo local.

2 - DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E FUNDOS.

3-CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1 - Da habilitação: Poderão participar desta licitação todas as empresas cadastradas na Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU-SC. Deverão os proponentes interessados apresentar em envelope lacrado com a seguinte descrição:

AO

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU-SC

A/C COMISSÃO DE LICITAÇÕES

REF. Convite p/ Compras e Serviços Nº 3/2016

ENVELOPE Nº 01 - D O C U M E N T A Ç Ã O

EMPRESA PROPONENTE:

Deverá ser entregue até às 14:00 do dia 15/02/2016, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU-SC, sito a PRACA LEAO DEHON, cujo conteúdo será apreciado no horário e data de julgamento do presente edital e deverá conter:

3.2.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

3.2.1.1 - Prova de inscrição, em vigor no Cadastro de Fornecedores do Município de PRESIDENTE NEREU/SC comprovada através da Certidão de Registro Cadastral;

3.2.2 – HABILITAÇÃO FISCAL PESSOA JURÍDICA

3.2.2.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, comprovada através da Certidão Conjunta Negativa de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União;

3.2.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através da Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

3.2.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada através da Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede da proponente;

3.2.2.4 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

3.2.2.5 – Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

3.2.2.6 - Prova de Regularidade com a Justiça do Trabalho;

3.2.2.7 - Declaração de que é Microempresa ou Empresa de Pequeno porte (se for o caso) (caso deseje usufruir dos direitos) enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006 e IN 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comercio (DNRC), acompanhado com a Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sob pena de ser desconsiderada de tal condição.

3.2.2.8 - Certidão negativa de fâlecia e concordata expedida pela comarca sede do proponente.

3.2.2.9 - Cópia do Certificado junto com a OAB.

3.2.3 - HABILITAÇÃO FISCAL PESSOA JURÍDICA

3.2.3.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, comprovada através da Certidão Conjunta Negativa de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União;

3.2.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através da Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

3.2.3.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada através da Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede da proponente;

3.2.3.4 - Cópia do Certificado junto com a OAB.

3.2.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.2.4.1 - Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

3.2.4.5 – Comprovação, fornecida pelo Departamento de Compras e Licitações, de que cada proponente recebeu os documentos pertinentes e tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto desta licitação.

3.2.5 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor da Prefeitura de PRESIDENTE NEREU/SC designado para esta finalidade, ou por publicação em órgão de imprensa oficial.

3.2.6 - A Comissão Permanente de Licitações fará consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela internet, ficando o proponente dispensado de autenticá-las.

3.3- Da Proposta: A proposta deverá ser apresentada em envelope lacrado com a seguinte descrição:

AO
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU/SC
A/C COMISSÃO DE LICITAÇÕES
REF. Convite p/ Compras e Serviços Nº 03/2016
ENVELOPE Nº 02 – P R O P O S T A
EMPRESA PROPONENTE:

Deverá ser entregue até às 14:00 do dia 15/02/2016, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU/SC, sito a PRACA LEAO DEHON, cujo conteúdo será apreciado no horário e data de julgamento do presente edital e deverá conter:

3.3.1 - Carta de apresentação da proposta, datada, com validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da abertura, em papel timbrado, devidamente rubricada e assinada pelo seu representante legal em todas as páginas e anexos, constando valores unitários e totais, com valores em Moeda Corrente nacional.

4 - DO JULGAMENTO

4.1 - O julgamento será às 14:15 do dia 15/02/2016 e será efetuado em duas fases distintas a saber:

4.1.1 - Habilitação - A Comissão abrirá os envelopes, e os documentos neles contidos serão rubricados por todos os membros da Comissão de Licitações, facultando-se aos interessados o exame dos mesmos. A comissão de licitações analisará a documentação definindo as habilitações e inabilitações, abrindo o prazo recursal conforme o artigo 109 da lei n. 8666/93 consolidada. Contudo, se todos os proponentes estiverem presentes ou através de pessoa legalmente habilitada a representá-la, havendo interesse, podem desistir do direito de recurso referente a esta fase, conforme incisos II e III do artigo 43 da mesma Lei, o que se caracteriza por constar na ata a respectiva opção, bem como, sendo subscrita esta pelos participantes. A Comissão poderá suspender a reunião para melhor análise dos documentos, se assim julgar conveniente e marcar nova reunião, ocasião em que será apresentado o resultado da habilitação.

4.1.2 - Proposta: Somente serão abertos os envelopes das propostas dos proponentes habilitados, após o prazo recursal, desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos. A Comissão abrirá os envelopes de proposta dos proponentes habilitados, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente com os fatores e critérios estabelecidos no Edital, os respectivos documentos serão rubricados por todos os membros da Comissão e pelos representantes dos proponentes participantes. Será vencedor o licitante que apresentar proposta de acordo com o Edital e cotar o menor preço, por itens.

Para efeito de julgamento das propostas, não serão consideradas vantagens não previstas nesta Licitação, nem ofertas de redução sobre propostas concorrentes.

Para efeito de julgamento da proposta será considerado o menor preço, por itens. O inabilitado receberá de volta seu envelope-proposta intacto, após o prazo recursal, desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos.

4.1.2.1 - Desclassificação

Serão DESCLASSIFICADAS as propostas que não atendam às exigências deste Edital e seus anexos, bem como aquelas com preço manifestamente inexequível, como também as licitantes consideradas impedidas e/ou inidôneas.

4.1.2.2 - Classificação

As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela comissão, levando-se em conta exclusivamente o menor preço:

- a) A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos;
- b) Em caso de empate ocorrerá, para fins de desempate, sorteio a ser realizado em ato público, com a presença dos proponentes.

4.2 – Os serviços objetos desta Convite p/ Compras e Serviços serão adjudicados na totalidade à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

5 - DO REAJUSTE

Os valores não serão reajustados.

6 - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

7 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente conforme descrição abaixo:

03	DEPTO DE ADMINISTRACAO
001	DEPTO DE ADMINISTRACAO
0004	ADMINISTRACAO
0122	ADMINISTRACAO GERAL
1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL
2003	Manutenção das Atividades Administrativas
33903606000000	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS
01000000	Recursos Ordinários
03	DEPTO DE ADMINISTRACAO
001	DEPTO DE ADMINISTRACAO
0004	ADMINISTRACAO
0122	ADMINISTRACAO GERAL
1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL
2003	Manutenção das Atividades Administrativas
33903905000000	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS
01000000	Recursos Ordinários

8 - SANÇÕES PARA OS CASOS DE INADIMPLEMENTO

8.1-Pagamentos.

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

8.2-Não cumprimento contratual.

Eventuais não cumprimentos de cláusulas contratuais de parte do Contratado, serão penalizados de acordo com a gravidade do fato.

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

9 - DAS CONDIÇÕES DAS MICRO EMPRESAS E DE PEQUENO PORTE

9.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

9.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

9.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

9.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

9.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

9.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

9.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

9.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

9.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (Lei complementar 147/2014).

10- RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n.º 8.666/93 consolidada. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11 – DO CONTRATO

11.1 – Será firmado contrato conforme minuta, identificada como Anexo I, com a licitante vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

11.2 – Farão parte integrante do contrato, todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento desta (e) Convite p/ Compras e Serviços bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, independentemente

de transcrição.

11.3 – O contrato a ser assinado com a licitante vencedora terá sua vigência adstrita ao prazo de execução dos serviços, estipulado neste Edital.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO:

PAGAMENTO PARCELADO CONFORME APRESENTAÇÃO DE DOC. FISCAL

13. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.

b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

14. DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Não serão admitidas a esta licitação empresas suspensas ou impedidas de licitar.

15.2 - É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto que for adjudicado em consequência desta licitação.

15.3 - Não haverá pagamentos antecipados.

15.4 - A Comissão Permanente de Licitações dirimirá as dúvidas que suscitem o edital, desde que argüidas por escrito, até cinco dias antes da data fixada para abertura dos envelopes.

15.5 - As empresas podem ser representadas, no procedimento licitatório, por procurador legalmente habilitado, desde que apresente o instrumento procuratório, até o início da sessão de abertura dos envelopes.

15.6 - O licitante adjudicado do objeto da presente Licitação compromete-se integralmente pela entrega do objeto desta Licitação, aplicando-se no que couber, o código de defesa do consumidor.

15.7 - Os casos omissos serão resolvidos observando-se o que dispõe a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

15.8 - O proponente vencedor terá o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, para assinar o contrato. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento desta Licitação.

15.9 - Os interessados poderão se dirigir pessoalmente ao endereço citado no preâmbulo deste Edital, ligar para o fone (0**47-3362-1108) ou enviar fax para o mesmo número, em horário de expediente da 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, para obter maiores informações, esclarecer dúvidas ou outros interesses sobre este certame.

15.10 - São anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante, os seguintes:

Anexo I – Minuta do Contrato

Anexo II - tabela de itens

16. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul - Estado de Santa Catarina, com privilégio sobre qualquer outro, para dirimir quaisquer questões oriundas deste processo licitatório.

Aprovo o edital.

PRESIDENTE NEREU-SC, 03 de fevereiro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico

OAB/SC

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ , com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua John Kennedy, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrito no CPF 311.191.829-72 de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa, Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E FUNDOS

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente conforme descrição abaixo:

03	DEPTO DE ADMINISTRACAO
001	DEPTO DE ADMINISTRACAO
0004	ADMINISTRACAO
0122	ADMINISTRACAO GERAL
1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL
2003	Manutenção das Atividades Administrativas
33903606000000	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS
01000000	Recursos Ordinários
03	DEPTO DE ADMINISTRACAO
001	DEPTO DE ADMINISTRACAO
0004	ADMINISTRACAO
0122	ADMINISTRACAO GERAL
1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL
2003	Manutenção das Atividades Administrativas
33903905000000	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS
01000000	Recursos Ordinários

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO PARCELADO CONFORME APRESENTAÇÃO DE DOC FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para onze meses, após a emissão da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Convite p/ Compras e Serviços nº 03/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico
OAB/SC

ANEXO II

Segue abaixo relação dos itens a serem cotados em valores unitário e valor total, a proposta deve ser preenchida neste mesmo anexo, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, datada, assinada e carimbada pelo representante da empresa devidamente cadastrado.

RELAÇÃO DOS ITENS.

ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX VL. UNIT.VL. TOTAL

1	11,00	MES	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ADVOCACIA A SEREM PRESTADOS EM ATENDIMENTO A SOLICITACAO SEMPRE QUE NECESSARIO A INTERVENIENCIA DO PROFISSIONAL NO ACOMPANHAMENTO, DEFESA JURIDICA, EMISSAO DE PARECERES REFERENTE AOS ATOS ADMINISTRATIVOS DESTA PREFEITURA.	66.000,00		
---	-------	-----	---	-----------	--	--

VALOR TOTAL : _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: ____/ ____/ ____

Nome
Carimbo



EDITAL CREDENCIAMENTO 02/2016 - AGRICULTURA FAMILIAR

MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

CREDENCIAMENTO 02/2016

O Município de Presidente Nereu, torna público que fará realizar até o dia 15/07/2016, na sala de licitações da Prefeitura, CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICA PARA AQUISICAO DE MERENDA COM DESTINO AOS NUCLEOS DE EDUCACAO DA REDE MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, ADQUIRIDA PELA AGRICULTURA FAMILIAR SEM AGROTÓXICO CONFORME LEI 11.947/2009.O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 13:00 às 18:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal ou site www.presidentenereu.sc.gov.br, no link licitações.

Presidente Nereu, 02 de fevereiro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

Edital de Chamada Pública n.º 02/2016.

A Prefeitura de PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, n.º 50, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 21, da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Prefeitura Municipal Presidente Nereu-SC, até o dia 15/07/2016, com finalidade de apresentar Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e habilitação dos fornecedores.

1 - DA HABILITAÇÃO

Para o processo de habilitação os fornecedores da Agricultura Familiar deverão entregar as Entidades Executoras os documentos prescritos nos § 2º e § 3º, do art. 22 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009.

1.1. Os Grupos Informais de Agricultores Familiares deverão entregar:

- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes;
- prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.
- Documento comprobatório que produz produtos alimentícios sem agrotóxico.
- Cópias das certidões negativas Municipal, Estadual e Federal.

1.2. Os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
- Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
- Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
- Documento comprobatório que produz produtos alimentícios sem agrotóxico.

2. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), por DAP por ano, conforme disciplinado no art. 24 da Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16/07/2009.

3 - DOS PRODUTOS

Gêneros alimentícios a serem adquiridos para alimentação escolar:

RELAÇÃO DOS ITENS.

ITENS	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	COT. MÁX	VL. UNIT	VL. TOTAL
1	66,00	KG	CENOURA	330,0000		
2	110,00	KG	BATATA DOCE	385,0000		
3	102,00	KG	AIPIM SEM CASCA	459,0000		
4	99,00	UN	REPOLHO	347,4900		
5	207,00	UN	ALFACE	517,5000		
6	40,00	MAÇO	ESPINAFRE FRESCO.	100,0000		
7	105,00	KG	FEIJAO PRETO	631,0500		
8	440,00	KG	LARANJA	1.320,0000		
9	68,00	KG	NABO	340,0000		
10	8,00	KG	ALHO	160,0000		

11	51,00	KG	BANANA BRANCA	153,5100		
12	40,00	MAÇO	BROCOLIS	100,0000		
13	70,00	KG	ABOBRINHA DE BOA QUALIDADE	210,0000		

4. As amostras dos produtos deverão ser entregues até dois dias antes do início de entrega dos produtos, até as 18 hs, no Depósito Central de Alimentação Escolar, maiores informações na sede da Secretaria Municipal de Educação, no mesmo endereço da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu/SC, pelos telefones (47) 33621108, no horário das 13:00 às 18:00. As especificações e as quantidades dos produtos estarão disponíveis nas Secretarias de Educação.

6 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O julgamento do processo será submetido à homologação da Comissão de Licitação, a qual o prefeito do Município adjudicará o objeto.

7 - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

O Prefeito Municipal, a qualquer tempo, em despacho fundamentado, poderá revogar o presente processo no todo ou em parte, por razões de interesse público, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, sem obrigação de indenizar.

8 - DOS RECURSOS

Dos atos praticados no curso do procedimento caberá recurso, nos termos da Lei nº 8666/93. As impugnações e recursos deverão ser formulados nos prazos e na forma disposto em lei. As impugnações contra este edital deverão ser entregues diretamente na Secretaria Municipal de Educação de Presidente Nereu (endereço indicado no preâmbulo), nos dias úteis, das 13:00 às 18:00 horas. Os recursos contra os atos de habilitação ou de julgamento deverão ser entregues no mesmo local. Não serão admitidos recursos ou impugnações por e-mail.

9 - DO CONTRATO

13.1 - O Contrato terá vigência da data de sua assinatura com validade em consonância com os respectivos créditos orçamentários.

13.2 - O não cumprimento dos prazos estabelecidos na entrega, e demais procedimentos necessários para a execução do objeto, sujeitará a contratada à pena de multa, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

13.3 - Os preços contratuais, expressos em real, somente serão reajustados, nas bases determinadas pelo Governo Federal, segundo condições estipuladas no Contrato a ser firmado com o Município.- Prefeitura de Presidente Nereu;

10 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante apresentação de boletins contendo o controle de entrega, assinado pelo responsável por receber os produtos entregues no mês anterior e deverá ser apresentado até o terceiro dia útil do mês subsequente ao vencido, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Após análise e aprovação do faturamento a CONTRATADA deverá emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura, conforme solicitação, até o último dia útil do mês, solicitação esta que deverá ser atestada e aprovada pelo representante da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO designado para o acompanhamento dos procedimentos.

14.2 - A realização de pagamentos não isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicará na aceitação e aprovação dos produtos.

11 - DAS PENALIDADES

a) A contratada que descumprir as obrigações estabelecidas neste Edital ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida ampla defesa, mediante comunicado oficial:

1) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por sua inexecução parcial;

2) Suspensão do contrato de prestação de serviços.

3) Suspensão de participação em licitações promovidas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, por prazo não superior a dois anos.

4) Declaração de inidoneidade para participar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade.

5) Considerando o que for apurado em processo regular, a gravidade da infração e das consequências dela resultantes, as multas poderão ser reduzidas, relevadas ou substituídas por outras sanções que forem adequadas, observado o princípio da razoabilidade e o interesse público.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

Para o cumprimento do objeto a CONTRATADA se obriga a:

a) Arcar com todas as despesas necessárias para a entrega dos objetos, tais como: mão-de-obra, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação;

b) manter durante o prazo de execução do contrato as exigências de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13 - DA ENTREGA DOS PRODUTOS Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no Depósito de Merenda da Prefeitura Municipal situado à Praça Leão Deohn, n.º50, nos dias e horários a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação de Presidente Nereu.

A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar sem Agrotóxico para Alimentação Escolar.

Presidente Nereu, 01 de fevereiro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

Rio das Antas

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº 0001/2016 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0002/2016 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0001/2016 - PMRA, tendo como Objeto: Aquisição de motor novo CUMMINS 4BT compacto, composto por: bloco, virabrequim, bronzinas, bielas, pistão c/ anéis (S21260), cabeçote, junta de cabeçote, válvulas, molas, pratos, travas, bomba de óleo, comandos e tuchos. PARA REALIZAR A SUBSTITUIÇÃO DO MOTOR DANIFICADO DA RETRO ESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110 / HOL 5500. Demais informações no edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 18/02/2016, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço por Item. RETIRADA DO EDITAL: No Município de Rio das Antas, sito a Rua do Comércio, 780, no Setor de licitações, de Segunda a Sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 15:30 horas ou pelo email: licita@riodasantas.sc.gov.br sem custo, mediante pré cadastro. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06, e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 03 de Fevereiro de 2016 / Alcir José Bodanese-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 007.040.149-71, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Oscar Strey, nº 888 – Bairro Fundo Canoas – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Padre Angelo Moser, em substituição a Silvana Tomedi, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES, portador(a) do CPF nº 936.732.809-53, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Guido Vota, nº 92 – Bairro Fundo Canoas – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Dr. Romão Trauczynski, em substituição a Eliane Citadini, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) IVONETE DO PRADO, portador(a) do CPF nº 128.297.838-16, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Andradina, nº 26 – Bairro Santa Rita – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Daniel Maschio, em substituição a Wilmaria Adriana Bubitiz, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa

indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	IVONETE DO PRADO
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLENE TEREZINHA TRIDAPALLI DEMARCHI, portador(a) do CPF nº 400.253.659-91, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Valmor Pasqualini, nº 439 – Bairro Santa Rita – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Daniel Maschio, em substituição a Ana Cristina Klau-berg Dolzan, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa

do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	MARLENE TEREZINHA TRIDAPALLI DEMARCHI
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA CARDOZO HOEPERS, portador(a) do CPF nº 005.042.029-10, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Indira Gandhi, nº 219 – Bairro Boa Vista – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Ella Kurt, em substituição a Lindamir Luciana Schneider da Silva, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância

correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	ANA PAULA CARDOZO HOEPERS
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARISA LOPES QUEIROZ ANDRADE, portador(a) do CPF nº 069.746.556-06, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Guilherme Hamann nº 87 – Bairro Fundo Canoas – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Dr. Romão Traucznski, em substituição a Marli Kanitz Muzfeld, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência

administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	MARISA LOPES QUEIROZ ANDRADE
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA FRANCYLEE SOUZA, portador(a) do CPF nº 047.176.549-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Estrada Blumenau, nº 2301 – Lot. 25 – Bairro Brehmer – Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Daniel Maschio, em substituição a Angela Cristina Hamann Scussel, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	CARLA FRANCYLEE SOUZA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANE NIENKOTTER PARMA, portador(a) do CPF nº 073.467.209-89, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Vereador Laudelino da Cunha, nº 134 – Bairro Centro – Agrônômica - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Danilo Lourival Schmidt, em substituição a Nádia Aparecida Erkmann Agostini, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao

vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	CRISTIANE NIENKOTTER PARMA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES, portador(a) do CPF nº 006.414.499-25, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Geremias Medeiros, nº 333 – Bairro Taboão – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em substituição a Marileusa Adriana Fronza Stolf, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e

desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 02 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) EDITE CARDOSO SAMULEWSKI, portador(a) do CPF nº 049.454.089-39, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Justino de Oliveira, nº 560 – Bairro Centro – Lôntras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, em substituição a Sonia Aparecida Klettenbrg.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes. Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	EDITE CARDOSO
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NEIVA WEISS, portador(a) do CPF nº 988.573.209-87 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Bahia, nº 188 – Bairro Eugênio Schneider – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Favo de Mel I, em substituição a Nilva Wessner, que está readequada.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é

admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 02 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	NEIVA WEISS
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NOELI STEINHEUSER, portador(a) do CPF nº 033.116.289-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Loc. Itaquá, SC 409 – Bairro Itaquá – Presidente Nereu - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Daniel Maschio, em substituição a Celestina Laurete, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância

mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes. Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	NOELI STEINHEUSER
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SUSANA MARIA FERREIRA VIEIRA, portador(a) do CPF nº 005.820.929-81, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Evaldo Volkmann, nº 1154 – Bairro Taboão – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Canta Galo em substituição a Simone Rosires Barbetta Thiede, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	SUSANA MARIA FERREIRA VIEIRA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSEMARY LEHMKUHL, portador(a) do CPF nº 963.560.659-15, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Washington Luiz, lado nº 250 - Bairro Santana – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Shirley Dolores Sedrez, em substituição a Marlene Vilani, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo

o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	ROSEMERY LEHMKUHL
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA BERNARDETE BACK, portador(a) do CPF nº 725.496.299-49, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Hugo Haverroth, nº 327 - Bairro Boa Vista - Ituporanga - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Pedagogo, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Ella Kurt, em substituição a Josela Estoele, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a)

receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 02 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	MARIA BERNARDETE BACK
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA, portador(a) do CPF nº 732.617.699-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Gonçalves Dias, nº 65 - Bairro Eugênio Schneider - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Pedagogo, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Pedro dos Santos, em substituição a Edolar Pavanello, designada

para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER, portador(a) do CPF nº 928.659.849-15, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua João Ledra, nº 1213 - Bairro Taboão - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Pedagogo, com jornada de 40

horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Ulrich Hubsch, em substituição a Janara Eliana Doege, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DIOMIR ODILON GARBIN, portador(a) do CPF nº 528.673.749-87, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Cerejeira, nº 76 - Bairro Pamplona - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de História, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Pedro Santos (20h) e Centro Educacional Sebastião Back (20h), em substituição a Marineusa Doerner Olivio, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	DIOMIR ODILON GARBIN
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA portador(a) do CPF nº

747.562.029-34, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Madre Paulina, nº 140– Bairro Albertina – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Ella Kurt, em substituição a Dulce Bini Tinti, que está em Licença Tratamento de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

Portaria Nº 0073/2016

PORTARIA N. 0073/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 13/01/2016, a servidora IVANIR SCHLEMPER NEVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do cargo em comissão de Secretário Adjunto de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Art. 11, § 2º, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vf

RESOLUÇÃO Nº 01/2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

Dispõe sobre credenciamento e autorização de funcionamento e reconhecimento de instituição educacional integrante do Sistema Municipal de Ensino.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições regimentais, e conforme incisos VI e X do art. 3º do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 1º de fevereiro de 2016, mais o Parecer nº 01/CME/2016.

RESOLVE:

Art. 1º O Parecer emitido às unidades educacionais é o ato legal pelo qual se concede o credenciamento e a autorização de funcionamento e reconhecimento, de acordo com o que dispõe as Resoluções nº 08/2015 e nº 01/2006 do Conselho Municipal de Educação do município de Rio do Sul do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Credenciar e autorizar o funcionamento e reconhecimento da instituição educacional abaixo nomeada:

Centro de Educação Infantil Caminho do Farol.

Art. 3º As instituições certificadas oficialmente, com credenciamento e autorização de funcionamento, estarão passíveis de supervisão pelo Conselho Municipal de Educação deste município, para acompanhamento e verificação das condições de funcionamento, estando sujeitas à notificação.

Art. 4º De acordo com o que dispõe o Parecer sobredito, identificadas as deficiências ou irregularidades no processo de avaliação e esgotado o prazo fixado para saneamento, haverá reavaliação.

Art. 5º Constatando-se a permanência das deficiências e irregularidades na reavaliação, a mesma resultar-se-á na suspensão temporária ou desativação do nível e/ou modalidade de ensino da Unidade.

Art. 6º A certificação de credenciamento e autorização de funcionamento deverá ser renovada anualmente até o final do quinto ano de funcionamento, mediante verificação "in loco", pelos membros

do Conselho Municipal de Educação de Rio do Sul, tendo a certificação de credenciamento e autorização de funcionamento a validade de 1 (um) ano.

Art. 7º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 1º de fevereiro de 2016

Lara Aparecida Guse Ramos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER - RETIFICAÇÃO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PEDAGOGO, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 28 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ADELINE SCHAFFER NAU

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ADELINE SCHAFFER NAU, nomeado (a) pela Portaria n. 0014/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 27 de janeiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS, nomeado (a) pela Portaria n. 0039/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015. Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 28 de janeiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CARLA HOEPERS EZIDIO
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) CARLA HOEPERS EZIDIO, nomeado (a) pela Portaria n. 0011/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015. Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 28 de janeiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CARLA RODE KIRCHNER**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) CARLA RODE KIRCHNER, nomeado (a) pela Portaria n. 0023/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 28 de janeiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CINEIDE MARILEIA MOSER
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) CINEIDE MARILEIA MOSER, nomeado (a) pela Portaria n. 0010/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 28 de janeiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - DANIELA PAUL PARMA**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) DANIELA PAUL PARMA, nomeado (a) pela Portaria n. 0016/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 28 de janeiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH, nomeado (a) pela Portaria n. 0034/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 27 de janeiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - JESSICA MARTINS HOLDORF**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) JESSICA MARTINS HOLDORF, nomeado (a) pela Portaria n. 0019/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 28 de janeiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - PATRICIA KOHLS VON PARASKI**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) PATRICIA KOHLS VON PARASKI, nomeado (a) pela Portaria n. 0041/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 28 de janeiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ROSELI CALBUCH**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ROSELI CALBUCH, nomeado (a) pela Portaria n. 0037/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 28 de janeiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - SIDIANE LAURETE**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SIDIANE LAURETE, nomeado (a) pela Portaria n. 0026/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 27 de janeiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - TANIA REGINA FERREIRA**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) TANIA REGINA FERREIRA, nomeado (a) pela Portaria n. 0012/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 27 de janeiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - VIVIANE VIEIRA POSSAMAI**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) VIVIANE VIEIRA POSSAMAI, nomeado (a) pela Portaria n. 0027/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 27 de janeiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Rio dos Cedros

PREFEITURA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS METAS FISCAIS COMPETÊNCIA 2º QUADRIMESTRE 2015 II

Ata da Audiência Pública das Metas Fiscais Competência 2º Quadrimestre 2015

Ata da audiência pública do 2º QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E QUINZE, em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis no auditório do Salão Nobre Municipal (antiga Câmara Municipal de Rio dos Cedros), realizou-se a audiência pública relativa as metas fiscais do segundo quadrimestre de dois mil e dezesseis às quinze horas, estando presente a população de Rio dos Cedros.

Abrindo a sessão o Agente de Controle Interno, Sr. Eduardo Osti, inicialmente justificou o atraso na apresentação destes relatórios em virtude de vários problemas administrativos ocorridos no ano de 2015, migração de sistema, alteração plano contábil, estado de emergência, e a restrição de pessoal, que ocasionaram um descompasso no envio dos relatórios para o Tribunal de Contas e por sua vez nos relatórios a serem apresentados, como de costume explanei sobre: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida, Execução Orçamentária, Metas de Arrecadação, Cronograma de Desembolso, Aplicação de Recursos na Saúde, Aplicação de Recursos na Educação, Aplicação de Recursos Recebidos do FUNDEB, Despesas com Pessoal.

Após apresentar o relatório contendo o resumo dos resultados obtidos, detalhou item a item, e ressaltou dois pontos importantes que foram os 24,71% aplicados no desenvolvimento do ensino, ficando abaixo do que preconiza a Constituição Federal no Art. 222, "...os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo...", 22,15 % aplicados em ações da saúde, superando os quinze por cento preconizados pelo Artigo sétimo, parágrafo III da ADCT. E ainda os índices: de folha do poder executivo com 50,08%, configurando muito próximo do limite prudencial, reflexo da queda receita.

Foi solicitado ainda um controle maior nos gastos na reta final deste ano, devido a situação de crise no país e a previsão da queda na arrecadação. Nada mais havendo a tratar, o eu declarei encerrada a sessão, para constar, lavrei esta ata, e todos os membros da reunião assinaram a lista de presença, anexa a esta ata, bem os relatórios demonstrados.

Eduardo Osti - Agente de Controle Interno

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 259

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 259/2016
PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016

O Município de Romelândia (SC) realizará licitação na modalidade Pregão Registro de Preços, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA PARA ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, CONCURSO PÚBLICO E TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO, EM TODAS AS SUAS FASES PREVENDO A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROVAS ESCRITAS E OU PRÁTICAS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL MÉDIO, FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO. Tudo em conformidade com a Lei Federal 10.520/02 e, subsidiariamente, lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (49) 3624-1002. Os documentos e propostas deverão ser entregues até às 09h00min do dia 19/02/2016. Romelândia (SC), 28/01/2016. VALDOCI SAUL – PREFEITO MUNICIPAL .

EXTRATO INEXG 04 SEBRAE

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
ESTADO DE SANTA CATARINA
INEXIGIBILIDADE 04/2016

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, torna público que está aberto, contratação de serviços de consultoria destinadas às micro e pequenas empresas do Município e estudo de Conformidade Ambiental do Cemitério Central do Município na modalidade de inexigibilidade de licitação. O presente foi regido pelas Leis nº 8.666/93, e alterações posteriores. Romelândia (SC), 27 /01 /2016. VALDOCI SAUL . PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA 7948

PORTARIA Nº 7948/2016
CONCEDE FÉRIAS REMANESCENTES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias remanescentes ao Servidor Público Municipal Sr. VOLMIR MASSOLINI, no período de 03 de fevereiro de 2016 à 21 de fevereiro de 2016, as quais foram suspensas por conveniência do município conforme portaria 7923/2016. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário. Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 03 de fevereiro de 2016.
Valdocí Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 7949

PORTARIA Nº 7949/2016
CONCEDE FÉRIAS REMANESCENTES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias remanescentes ao Servidor Público Municipal Sr. JONES VANDERLEI HASS, no período de 03 de fevereiro de 2016 à 21 de fevereiro de 2016, as quais foram suspensas por conveniência do município conforme portaria 7922/2016. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário. Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 03 de fevereiro de 2016.
Valdocí Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 7950

PORTARIA Nº 7950/2016
CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder LICENÇA PREMIO à Servidora Pública Municipal Srª CLARICE NHOATTO GRUMOVSKI, pelo período de 03 (três) meses, a contar de 03 de fevereiro de 2016 à 02 de maio de 2016, conforme autoriza a Lei Municipal nº 005/2009, de 29 de dezembro de 2013. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário. Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 03 de fevereiro de 2016.
Valdocí Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 7951

PORTARIA Nº 7951/2016

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Nomear candidatos abaixo relacionados para o cargo, carga horária de trabalho, secretaria e respectiva classificação, em virtude de ter obtido aprovação no processo seletivo nº 01/2015 devendo os mesmos comparecer junto à Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, a fim de receber a relação de documentos e exames médicos necessário e complementares, a serem apresentados para efeitos de HABILITAÇÃO DE POSSE, devendo entregar os mesmos no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação da Portaria de Nomeação, podendo a pedido, ser prorrogado por igual período.

O não comparecimento ou não apresentação dos exames médicos e documentos complementares solicitados no prazo estabelecido importa a desistência do candidato em ingresso no serviço público municipal.

DOS NOMEADOS:**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, MICRO AREA 05, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Sergio José Rech 1º Lugar

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, MICRO AREA 06, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Fernando Domingues 1º Lugar

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, MICRO AREA 07, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Marcos Alberto Mayer 1º Lugar

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, MICRO AREA 10, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Daniela Rampazzo 1º Lugar

CARGO: PSICOLOGO NASF, carga horária 20 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Eduardo Hubner 2º Lugar

SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.

CARGO: MOTORISTA, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Ederson Zatt 2º Lugar

Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 03 de fevereiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA 002 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA 002 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, art. 23, II, c,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo disciplinar em face do servidor João Carneiro, matrícula funcional nº 429.

Art. 2º. Nomear os seguintes servidores públicos municipais para composição da Comissão Disciplinar: Zuriel Marco Azzolini Bussi, Mozar Ganasini, Débora Baronchello e como suplente José Fernando Escandiel.

Art. 3º. A presidência da Comissão Disciplinar caberá ao sr. Zuriel Marco Azzolini Bussi.

Art. 3º. O membro suplente da Comissão instituída poderá substituir qualquer dos membros em seus impedimentos.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 03 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 013/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 19 de Fevereiro de 2016 às 09h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para contratação eventual e futura de prestação de serviços no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do município em veículos tipo van e serviços de remoção de pacientes em ambulância equipada. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 03 de fevereiro de 2016.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 26/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 26/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Educação, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 11.947/09 de 16/07/2009, que receberá de até às 08:30 horas do dia 25 de fevereiro de 2016, no horário de expediente, em sua sede, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas dos Grupos Formais para:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, PELO PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2016.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 as 17:00 horas.

São Bento do Sul, 28 de janeiro de 2016.

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 29/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 19 de fevereiro de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR CURSOS DE CUSTOMIZAÇÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO PARA PESSOAS DO INTERIOR, BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CONFORME DESCRITIVO ANEXO, PARA O PERÍODO DE 04 MESES.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 07h30min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 01 de fevereiro de 2016.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração – Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
Pregoeira

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 009/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 009/2015 FMS

DA ESPÉCIE: Termo de Rescisão do Contrato de Prestação de Serviços de Fisioterapia de nº 009/2015 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SÃO LUCAS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 10/2015. Cláusula Primeira – Fica rescindido a partir da data de 01 de fevereiro de 2016 o Termo Aditivo nº 078/2015 do Contrato de nº 009/2015 que consiste na contratação da empresa especializada para prestação de serviços de FISIOTERAPIA para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de São Bento do Sul, conforme Edital de Chamada Pública nº 007/2014, de 02 de dezembro de 2014, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 10/2015, de 03 de fevereiro de 2015. O mesmo ocorre devido à homologação do Edital de Chamada Pública nº 114/2015 no dia 27 de dezembro de 2015 e com vigência a partir de 01 de fevereiro de 2016, sendo assim gerado novo Contrato.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma amigável, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

São Bento do Sul, 29 de janeiro de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo Municipal de Saúde.
SÃO LUCAS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 010/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 010/2015 FMS

DA ESPÉCIE: Termo de Rescisão do Contrato de Prestação de Serviços de Fisioterapia de nº 010/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa FISIOMAS – CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E MASSOTERAPIA LTDA, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 11/2015.

Cláusula Primeira – Fica rescindido a partir da data de 01 de fevereiro de 2016 o Termo Aditivo nº 076/2015 do Contrato de nº 010/2015 que consiste na contratação da empresa especializada para prestação de serviços de FISIOTERAPIA para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de São Bento do Sul, conforme Edital de Chamada Pública nº 007/2014, de 02 de dezembro de 2014, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 11/2015, de 03 de fevereiro de 2015. O mesmo ocorre devido à homologação do Edital de Chamada Pública nº 114/2015 no dia 27 de dezembro de 2015 e com vigência a partir de 01 de fevereiro de 2016, sendo assim gerado novo Contrato.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma amigável, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

São Bento do Sul, 29 de janeiro de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo Municipal de Saúde.
FISIOMAS – CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E MASSOTERAPIA LTDA,
como Contratada.

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 014/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 014/2015 FMS

DA ESPÉCIE: Termo de Rescisão do Contrato de Prestação de Serviços de Fisioterapia de nº 014/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CENTRO DE REABILITAÇÃO INTEGRADA LTDA, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 15/2015. Cláusula Primeira – Fica rescindido a partir da data de 01 de fevereiro de 2016 o Termo Aditivo nº 077/2015 do Contrato de nº 014/2015 que consiste na contratação da empresa especializada para prestação de serviços de FISIOTERAPIA para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Unico de Saúde – SUS do Município de São Bento do Sul, conforme Edital de Chamada Pública nº 007/2014, de 02 de dezembro de 2014, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 15/2015, de 04 de fevereiro de 2015. O mesmo ocorre devido à homologação do Edital de Chamada Pública nº 114/2015 no dia 27 de dezembro de 2015 e com vigência a partir de 01 de fevereiro de 2016, sendo assim gerado novo Contrato.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma amigável, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal n.

8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

São Bento do Sul, 29 de janeiro de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo Municipal de Saúde.
CENTRO DE REABILITAÇÃO INTEGRADA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2016 FMD

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2016 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste no fornecimento parcelado de 14.000 Passes de Estudantes para os Atletas das diversas Escolinhas de várias Modalidades Esportivas da Fundação Municipal de Desportos, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 001/2016, de 25 de janeiro de 2016.

DO VALOR: R\$ 36.960,00 – Valor Total

DA VIGÊNCIA: 5 (cinco) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2016 e a terminar em 30 de junho de 2016.

São Bento do Sul, 29 de janeiro de 2016.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.
NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA, como Contratada.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

PORTARIA IPRESBS Nº 017/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 017/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 29/01/2016 a 31/05/2016, ao servidor JOSÉ ERVINO ZIMMER ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 14/01/2016 a 28/01/2016, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/01/2016.

São Bento do Sul, 28/01/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 018/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 018/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 02/02/2016 a 16/02/2016, ao servidor GILMAR SCHWIRKOWSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social. Benefício concedido por Ofício de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 18/01/2016 a 01/02/2016, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/02/2016.

São Bento do Sul, 28/01/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 019/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 019/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 27/01/2016 a 28/01/2016, ao servidor SIDNEI JOSÉ NENEVÊ ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 12/01/2016 a 26/01/2016, compete ao SAMAE.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/01/2016.

São Bento do Sul, 28/01/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 020/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 020/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 23/01/2016 a 31/03/2016, concedido a servidora ITAMARA FERREIRA STIEGLER ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº 334/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/01/2016.

São Bento do Sul, 28/01/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 021/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 021/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 23/01/2016 a 29/01/2016, concedido ao servidor LUIS CARLOS ANTON ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal em Vigilância em Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº 183/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/01/2016.

São Bento do Sul, 28/01/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 022/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 022/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/01/2016 a 31/07/2016, concedido a servidora ELIANE APARECIDA MATOSO AMANCIO ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 451/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/01/2016.

São Bento do Sul, 29/01/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 023/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 023/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/02/2016 a 21/05/2016, concedido ao servidor JOSÉ ALCEU MULLER ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº 417/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/02/2016.

São Bento do Sul, 29/01/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 024/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 024/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no

período de 05/01/2016 a 06/03/2016, a servidora MICHELE MACHADO ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 12/12/2015 a 26/12/2015, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/01/2016.

São Bento do Sul, 29/01/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 025/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 025/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, a partir de 01/02/2016 a servidora OLGA CRISTINA ROCHA PESSIN ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme tutela antecipada no processo judicial nessa comarca de Nº 0300224-80.2016.8.24.0058

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/02/2016.

São Bento do Sul, 03/02/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 06/2016

Pregão Presencial nº 06/2016
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 06/2016
MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 18 de fevereiro de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE RESERVATÓRIO METÁLICO APOIADO, COM CAPACIDADE DE 420 M3.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
(22) 4.4.90.51.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 03 de fevereiro de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 003/2016

DECRETO Nº 003/2016

DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO EM NOME DE BEYOND EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADO E CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO do imóvel descrito como Parte da Chácara Número 92, de propriedade de BEYOND EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S/A, por escritura pública de compra e venda, matrícula n.º 13.783, no Cartório e Comarca de São Carlos SC.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES CONFORME A MATRÍCULA Nº. 13.783

IMÓVEL: PARTE DA CHÁCARA NÚMERO 92 (noventa e dois), com a área de 6.433,58m² (seis mil, quatrocentos e trinta e três metros e cinquenta e oito décimos quadrados), sem construções, situado na Rua Pedro José Knorst, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NOROESTE, com a Rua Pedro José Knorst, onde mede 126,19 metros;

ao SUL, com parte da chácara nº 92 (mat. 6.301), onde mede 78,39 metros, e com parte da chácara nº 92 (mat. 3.238), onde mede 20,00 metros;

ao LESTE, com parte da chácara nº 93 (mat. 10.754), onde mede 99,39 metros, e com parte da chácara nº 92 (mat. 6.301), onde mede 26,10 metros;

ao OESTE, com parte da chácara nº 91 (mat. 12.825), onde mede 44,93 metros.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

- O presente Desmembramento é constituído por 04 Lotes Urbanos.

01- LOTE URBANO NÚMERO 10 (dez), da quadra nº 158 (cento e cinquenta e oito), com a área de 3.880,46m² (três mil, oitocentos e oitenta metros e quarenta e seis décimos quadrados), sem construções, destinado a Área Verde do Loteamento Patagônia, situado na Rua Pedro José Knorst, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NOROESTE, com a Rua Pedro José Knorst, onde mede 23,36 metros, com o lote urbano nº 11, onde mede 72,00 metros, com o lote urbano nº 13, onde mede 18,83 metros;

ao SUL, com parte da chácara nº 92 (mat. 6.301), onde mede 78,39 metros, e com parte da chácara nº 92 (mat. 3.238), onde mede 20,00 metros;

ao LESTE, com parte da chácara nº 93 (mat. 10.754), onde mede 99,39 metros, e com parte da chácara nº 92 (mat. 6.301), onde mede 26,10 metros;

ao OESTE, com parte do lote urbano nº 13, onde mede 12,25 metros, com parte da chácara nº 91 (mat. 12.825), onde mede 14,93 metros.

ao SUDOESTE, com lote urbano nº 11, onde mede 24,21 metros;

ao NORTE, com lote urbano nº 12, onde mede 24,86 metros.

02- LOTE URBANO NÚMERO 11 (onze), da quadra nº 158 (cento e cinquenta e oito), com a área de 1.743,12m² (um mil, setecentos e quarenta e três metros e doze décimos quadrados), sem construções, situado na Rua Pedro José Knorst, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NOROESTE, com a Rua Pedro José Knorst, onde mede 72,00 metros;

ao SUDESTE, com parte do lote urbano nº 10, onde mede 72,00 metros;

ao NORDESTE, com parte do lote urbano nº 10, onde mede 24,21 metros;

ao SUDOESTE, com lote urbano nº 12, onde mede 24,21 metros.

03- LOTE URBANO NÚMERO 12 (doze), da quadra nº 158 (cento e cinquenta e oito), com a área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem construções, destinado a Área de Equipamentos Públicos do Loteamento Patagônia, situado na Rua Pedro José Knorst, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NOROESTE, com a Rua Pedro José Knorst, onde mede 12,00 metros;

ao NORDESTE, com lote urbano nº 11, onde mede 24,21 metros;

ao OESTE, com parte do lote urbano nº 13, onde mede 17,75 metros;

ao SUL, com parte do lote urbano nº 10, onde mede 24,86 metros.

04- LOTE URBANO NÚMERO 13 (treze), da quadra nº 158 (cento e cinquenta e oito), com a área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), sem construções, situado na Rua Pedro José Knorst, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NOROESTE, com a Rua Pedro José Knorst, onde mede 18,83 metros;

ao SUDESTE, com parte do lote urbano nº 10, onde mede 18,83 metros;

ao LESTE, com lote urbano nº 12 e parte do lote urbano nº 10, onde mede 30,00 metros;
ao OESTE, com parte da chácara nº 91 (mat. 12.825), onde mede 30,00 metros.

São Carlos/SC, em 26 de janeiro de 2016.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MATÉRIA			
Mural Público Municipal			
de	___/___/___	a	___/___/___
DOM – Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br			
Edição nº		de	___/___/___
Responsável pela Publicação			

RESUMO CONTRATO N.09/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.:09/2016
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA EPP
Objeto :RECONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO PRÉ
FABRICADO –
VÃO LIVRE DE 9,25M
Valor :R\$258.510,69(duzentos e cinquenta e oito mil
quinhentos e dez reais e sessenta e nove centavos)
Vigência : 150 dias
Licitação :89/2015

SAO CARLOS,02 de fevereiro de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

CONTRATO FMS N. 002 DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JANEIRO/2016

NÚMERO CONTRATO: FMS n. 002 de 29 de janeiro de 2016

VALOR DO CONTRATO: R\$ 90,00 (noventa reais) a hora.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/02/2016

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE CLÍNICO(S) - GERAL(IS) PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES MÉDICOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: SERVICOS DE SAUDE LTDA ME

CNPJ n. 23.844.941/0001-07

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2016

TIPO PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ:05.925.691/0001-58CONTRATADO:MCRDIGITAÇÕES LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2016 CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 001/2016 POSTO IPUAÇU

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto AQUISIÇÕES DE GASOLINA AUTOMOTIVA COMUM PARA UTILIZAÇÃO EM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, AUTOMÓVEIS E DEMAIS VEÍCULOS AUTOMOTORES PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Fornecedor Registrado: POSTO IPUAÇU LTDA., CNPJ n. 83.430.900/0001-04

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	AQUISIÇÕES DE GASOLINA AUTOMOTIVA COMUM PARA UTILIZAÇÃO EM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, AUTOMÓVEIS E DEMAIS VEÍCULOS AUTOMOTORES PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	280.000,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Vigência da Ata: 03/02/2016 a 03/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO CONTRATO 01 PROTEÇÃO

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEV /2016 NÚMERO DO CONTRATO: Nº 0001/2016

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 375,00 mensais

INICIO DA VIGÊNCIA: 01/02/2016

DESCRIÇÃO: o objeto do presente instrumento contratual é a prestação de serviços de segurança patrimonial privada denominada MONITORAMENTO ELETRÔNICO, pela CONTRATADA, nas instalações do CONTRATANTE, situada na Rua, SÃO CRISTOVÃO nº380, na cidade de São Domingos, Estado de Santa Catarina, mediante a utilização de agentes de segurança, veículo automotor tático-móvel e Centro de Operações.

RESPONSÁVEL: VEREADOR NEUDI JOSÉ BURATTI – PRESIDENTE

CONTRATADO: PROTEÇÃO EQUIPAMENTOS LTDA – ME CNPJ 18.005.554/0001-47.

DATA VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2016 CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$

EXTRATO CONTRATO 02 MCR

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEV/16 NÚMERO DO CONTRATO: Nº 02/2016

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 318,18 mês

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/02/ 2016

DESCRIÇÃO: O presente instrumento consiste na prestação de serviços na manutenção e formulação do conjunto de páginas eletrônicas e gráficas, denominado simplesmente por "SITE" ou "HOME PAGE", para uso exclusivo na Internet, com referências institucionais da Câmara de Vereadores.

RESPONSÁVEL: VEREADOR NEUDI JOSÉ BURATTI – PRESIDENTE

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 131/2015 JEFERSON LOPES

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 131/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 048/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE MATERIAL GRÁFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS, GABINETE DO PREFEITO E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC. Fornecedor Registrado: JEFERSON LOPES., CNPJ n. 23.841.024/0001-79

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
33	AQUISIÇÕES DE MATERIAL GRÁFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS, GABINETE DO PREFEITO E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC	R\$ 86.352,40

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Vigência da Ata: 03/02/2016 a 03/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 131/2015 ALTA DEFINIÇÃO**EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 131/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 048/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE MATERIAL GRÁFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS, GABINETE DO PREFEITO E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC. Fornecedor Registrado: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA., CNPJ n. 13.919.051/0001-63

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
14	AQUISIÇÕES DE MATERIAL GRÁFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS, GABINETE DO PREFEITO E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC	R\$ 127.225,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 03/02/2016 a 03/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 131/2015 GL GRÁFICA EDITORA**EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 131/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 048/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE MATERIAL GRÁFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS, GABINETE DO PREFEITO E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC. Fornecedor Registrado: GL EDITORA GRÁFICA LTDA., CNPJ n. 04.137.442/0001-35

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
10	AQUISIÇÕES DE MATERIAL GRÁFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS, GABINETE DO PREFEITO E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC	R\$ 168.003,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 03/02/2016 a 03/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 131/2015 JORNAL DO OESTE**EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 131/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 048/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE MATERIAL GRÁFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS, GABINETE DO PREFEITO E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC. Fornecedor Registrado: JORNAL DO OESTE SC LTDA. ME., CNPJ n. 15.294.056/0001-73

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
05	AQUISIÇÕES DE MATERIAL GRÁFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS, GABINETE DO PREFEITO E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC	R\$ 5.185,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 03/02/2016 a 03/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 131/2015 NOVELLO E CARBONELI**EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 131/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 048/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE MATERIAL GRÁFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS, GABINETE DO PREFEITO E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC. Fornecedor Registrado: NOVELLO & CARBONELLI LTDA., CNPJ n. 04.252.224/0001-41

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
10	AQUISIÇÕES DE MATERIAL GRÁFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS, GABINETE DO PREFEITO E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC	R\$ 125.550,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 03/02/2016 a 03/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

SICONFI

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	587.487,68	0,00
Pessoal Ativo	587.487,68	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	587.487,68	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.949.735,77	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	587.487,68	2,80
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.256.984,15	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.194.134,94	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.131.285,73	5,40
FONTE:		

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 01/2016

OBJETO: O presente convênio visa desenvolver ações conjuntas entre o MUNICIPIO de São João do Sul e a Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima, em que, além de prestar os serviços de emergência 24 horas, assumem o serviço de pronto atendimento nos sábados, domingos e feriados, prestados aos cidadãos residentes e domiciliados na jurisdição do município de São João do Sul.

CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

VIGÊNCIA: 02/02/2016 à 31/12/2015

VALOR: R\$ 120.000,00 - Total

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1.742 de 11/12/2014, que autoriza firmar convênio e no que couber na Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 – 10.301.0127.2024 – 3.3.50.00.00.00.00.0085

São João do Sul – SC, 02 de Fevereiro de 2016.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

São Joaquim

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o Resultado Final do Concurso Público nº 02/2015 que será homologado pelo Prefeito Municipal, conforme segue:

AGENTE ADMINISTRATIVO

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
103	MARCELO RODRIGUES ZAPELINI	3,00	3,80	0,00	6,80		6,80	APROVADO(A)	1º	01/08/1983
303	MATEUS ALVES MACEDO	2,20	3,60	0,00	5,80		5,80	APROVADO(A)	2º	02/08/1997
300	ELIELI PRISCILA DA SILVA	1,80	3,60	0,00	5,40		5,40	APROVADO(A)	3º	31/01/1992
299	FERNANDA ABADIA FRANÇA MARTINS	1,60	3,60	0,00	5,20		5,20	APROVADO(A)	4º	15/05/1984
197	NATHIELLE WALDRIGUES BRANCO	2,20	3,00	0,00	5,20		5,20	APROVADO(A)	5º	08/01/1992
35	JAISON COMIN LIMA	1,60	3,40	0,00	5,00		5,00	APROVADO(A)	6º	30/07/1997
104	VANUSA MICHELI FERREIRA	1,80	3,20	0,00	5,00		5,00	APROVADO(A)	7º	05/08/1985

CONTADOR

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
269	DAIANE RAUPP MARTINS	2,80	4,60	0,00	7,40		2,00	6,32	APROVADO(A)	1º	26/05/1987
5	LARA APARECIDA SCHMIDT	2,00	4,40	0,00	6,40		2,00	5,52	APROVADO(A)	2º	12/10/1985
252	JOSÉ NOCY PEREIRA	2,60	4,20	0,00	6,80		0,00	5,44	APROVADO(A)	3º	04/09/1958
79	HEILDSON DE OLIVEIRA	1,60	3,60	0,00	5,20		0,00	4,16	APROVADO(A)	4º	20/08/1985

COORDENADOR JURÍDICO

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
297	LUCAS TADEU CHIARELLI	3,40	4,80	0,00	8,20		2,00	6,96	APROVADO(A)	1º	15/10/1992
173	DINO DORFANI	3,00	4,40	0,00	7,40		5,00	6,92	APROVADO(A)	2º	26/01/1979
20	ALEX DA SILVA ANHAIA	2,40	4,80	0,00	7,20		5,00	6,76	APROVADO(A)	3º	17/10/1987
320	LUANA BOEIRA PEREIRA	2,60	5,00	0,00	7,60		2,00	6,48	APROVADO(A)	4º	16/12/1992
221	KERLEN PITZ GODINHO DE LIMA COSTA	3,20	4,40	0,00	7,60		2,00	6,48	APROVADO(A)	5º	03/01/1982
266	EVERTON ANNITO BUNN	2,40	4,20	0,00	6,60		5,00	6,28	APROVADO(A)	6º	21/09/1972
23	WAGNER CARBONI DA SILVA	2,60	4,60	0,00	7,20		2,00	6,16	APROVADO(A)	7º	02/11/1988
213	ANDERSON ELI RODRIGUES	3,00	4,60	0,00	7,60		0,00	6,08	APROVADO(A)	8º	19/08/1985
152	DONATO PADILHA NETO	2,40	4,40	0,00	6,80		2,00	5,84	APROVADO(A)	9º	26/06/1981
235	ALCERI CHIODELI JUNIOR	2,80	4,00	0,00	6,80		2,00	5,84	APROVADO(A)	10º	07/06/1988
306	FERNANDA GABRIELA VIEIRA	2,80	4,40	0,00	7,20		0,00	5,76	APROVADO(A)	11º	05/09/1985
292	LUANA FUCKS SASSO	3,00	4,20	0,00	7,20		0,00	5,76	APROVADO(A)	12º	02/08/1992
268	EVANDRO LUIZ SCHONINGER	2,40	3,20	0,00	5,60		5,00	5,48	APROVADO(A)	13º	27/02/1978
178	LEONARDO HERING PEDROSO	2,40	4,40	0,00	6,80		0,00	5,44	APROVADO(A)	14º	06/04/1992
17	PAULO VICTOR KOZIURA ROMERO MAGRI	3,00	3,80	0,00	6,80		0,00	5,44	APROVADO(A)	15º	12/06/1976
314	RENAN AMARANTE DA SILVA SOUZA	3,20	3,60	0,00	6,80		0,00	5,44	APROVADO(A)	16º	28/06/1991

37	LILIAN BIOLO NUNES	2,20	4,40	0,00	6,60		0,00	5,28	APROVADO(A)	17º	04/04/1990
12	CRISTIANE NUNES NESI	2,60	4,00	0,00	6,60		0,00	5,28	APROVADO(A)	18º	13/02/1981
102	LUIZ DE OLIVEIRA JÚNIOR	2,80	3,80	0,00	6,60		0,00	5,28	APROVADO(A)	19º	06/11/1975
86	ANDERSON DORVAL COSTA	2,60	3,80	0,00	6,40		0,00	5,12	APROVADO(A)	20º	09/12/1989
21	UESLEI JOSÉ MACHADO	3,00	3,20	0,00	6,20		0,00	4,96	APROVADO(A)	21º	19/03/1985
336	MARCELLO LOPES DE SOUZA	2,20	3,40	0,00	5,60		2,00	4,88	APROVADO(A)	22º	26/01/1981
67	RODRIGO RIBEIRO MELO	2,00	4,00	0,00	6,00		0,00	4,80	APROVADO(A)	23º	11/07/1978
270	RICARDO TADEU DE MORAES	1,40	3,80	0,00	5,20		0,00	4,16	APROVADO(A)	24º	16/08/1980
95	LUCAS DA SILVA	2,00	3,00	0,00	5,00		0,00	4,00	APROVADO(A)	25º	22/10/1989

FARMACÊUTICO

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
202	BOLIVAR SOARES	2,60	4,40	0,00	7,00		8,00	7,20	APROVADO(A)	1º	24/03/1973
8	HILDA CORDOVA MEDEIROS	2,40	4,40	0,00	6,80		2,00	5,84	APROVADO(A)	2º	11/01/1987
193	RICARDO FERREIRA DA SILVA	3,00	4,20	0,00	7,20		0,00	5,76	APROVADO(A)	3º	19/10/1977
100	LUIZI MACEDO SILVA	2,00	4,40	0,00	6,40		0,00	5,12	APROVADO(A)	4º	22/06/1990
32	NICOLLE VIEIRA MADUREIRA	1,80	3,60	0,00	5,40		2,00	4,72	APROVADO(A)	5º	18/10/1990
53	FRANCIELI CANTON	1,80	3,80	0,00	5,60		0,00	4,48	APROVADO(A)	6º	01/06/1992
31	CORA MARIA PAES ALMEIDA	2,00	3,40	0,00	5,40		0,00	4,32	APROVADO(A)	7º	24/11/1987
237	FERNANDO AGUSTO RIBEIRO	1,20	3,80	0,00	5,00		0,00	4,00	APROVADO(A)	8º	21/08/1989

MOTORISTA

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTICA		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
177	EDVALDO ALVES DE FREITAS	2,00	2,50	5,00	9,50	9,50		9,50	APROVADO(A)	1º	09/02/1974
201	DOUGLAS RIBEIRO DE SOUZA	1,50	2,50	4,00	8,00	10,00		8,80	APROVADO(A)	2º	26/08/1994
283	BRUNO QUIRINO PADILHA	1,50	2,00	4,00	7,50	9,50		8,30	APROVADO(A)	3º	13/09/1990
99	ANDERSON NIADA PADILHA	2,50	1,00	4,00	7,50	9,00		8,10	APROVADO(A)	4º	17/05/1982
258	CRISTIANO CASSÃO NORONHA	2,50	1,00	3,50	7,00	9,00		7,80	APROVADO(A)	5º	01/08/1989
234	JOSE CARLOS ANTUNES	0,50	2,00	4,00	6,50	9,50		7,70	APROVADO(A)	6º	17/07/1957
127	CLEBER ANTONIO DA ROSA	2,50	1,50	2,50	6,50	9,50		7,70	APROVADO(A)	7º	17/10/1975
246	CLAUDINEI FERNANDES	1,50	1,50	3,50	6,50	9,00		7,50	APROVADO(A)	8º	11/07/1979
131	PAULO SERGIO BONFIM	1,50	1,00	3,50	6,00	9,50		7,40	APROVADO(A)	9º	07/07/1979
217	BRUNO BORGES SANTOS	1,00	1,50	4,00	6,50	8,00		7,10	APROVADO(A)	10º	21/12/1991
280	JONILSON BORGES DE JESUS	2,00	1,00	3,00	6,00	8,25		6,90	APROVADO(A)	11º	03/01/1991
166	ROBERTO CAVANHOLI	1,50	2,00	1,50	5,00	9,00		6,60	APROVADO(A)	12º	01/04/1988
143	OLAVO PEREIRA DA SILVA	1,50	1,00	2,50	5,00	8,00		6,20	APROVADO(A)	13º	12/09/1960
285	EDINEI DE LIMA KUSTER	1,50	1,00	2,50	5,00	7,50		6,00	APROVADO(A)	14º	10/10/1991

OPERADOR DE MÁQUINAS

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTICA		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
82	HELISON PEREIRA GUIMARAES	1,50	1,00	3,00	5,50	10,00		7,30	APROVADO(A)	1º	13/01/1990
161	EVERTON OLIVEIRA PEREIRA	1,00	2,00	4,00	7,00	6,25		6,70	APROVADO(A)	2º	20/02/1989
281	MARCELO DOS SANTOS GUEDES	1,50	1,00	2,50	5,00	8,00		6,20	APROVADO(A)	3º	08/04/1988
25	JULIANO ANTUNES RICARDO	1,50	1,00	2,50	5,00	5,00		5,00	APROVADO(A)	4º	18/06/1978

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
116	DEYSE MERY COSTA DA SILVA	2,20	4,00	0,00	6,20		5,00	5,96	APROVADO(A)	1º	26/05/1970
196	RITA DE CÁSSIA RIBEIRO	2,80	2,80	0,00	5,60		5,00	5,48	APROVADO(A)	2º	03/11/1968
176	CRISTIANE DE FATIMA RODRIGUES	1,60	4,60	0,00	6,20		2,00	5,36	APROVADO(A)	3º	05/11/1982
223	JANETE BARBOSA DE SOUZA	1,80	3,60	0,00	5,40		5,00	5,32	APROVADO(A)	4º	05/01/1977
157	LUIZA CARDOSO DE OLIVEIRA SOUZA	1,60	3,60	0,00	5,20		5,00	5,16	APROVADO(A)	5º	03/01/1965
287	EDIMARA BORGES DE OLIVEIRA	2,00	3,20	0,00	5,20		5,00	5,16	APROVADO(A)	6º	04/05/1978
194	MARIA REJANE FELTRIN MARCA	2,20	3,00	0,00	5,20		5,00	5,16	APROVADO(A)	7º	19/09/1971
240	GLECI TEREZINHA DOS SANTOS	1,80	3,20	0,00	5,00		5,00	5,00	APROVADO(A)	8º	13/02/1963
168	MARLISE PADILHA NESI	1,80	3,60	0,00	5,40		0,00	4,32	APROVADO(A)	9º	18/01/1993

PROFESSOR DE ARTES 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
162	CLEONIR TERESINHA DO NASCIMENTO NUNES	2,00	4,40	0,00	6,40		5,00	6,12	APROVADO(A)	1º	23/12/1978
212	ELIANE OLIVEIRA NUNES	2,20	3,60	0,00	5,80		5,00	5,64	APROVADO(A)	2º	13/09/1982
39	LUCILENE TEREZINHA DE SOUZA	1,80	3,60	0,00	5,40		2,00	4,72	APROVADO(A)	3º	31/08/1969
117	LUCIA DENISE ROSA RODRIGUES	1,40	3,80	0,00	5,20		2,00	4,56	APROVADO(A)	4º	14/05/1982

PROFESSOR DE CIÊNCIAS 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
230	CHAYANE CRISTINA DE SOUZA	2,00	4,20	0,00	6,20		8,00	6,56	APROVADO(A)	1º	23/11/1990
121	DAIANE MARTINS DE SOUZA	1,60	3,40	0,00	5,00		2,00	4,40	APROVADO(A)	2º	04/11/1988

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
175	YASMIN SILVA RODRIGUES	2,80	4,60	0,00	7,40		2,00	6,32	APROVADO(A)	1º	18/11/1992
69	ALINE RODRIGUES	2,60	2,80	0,00	5,40		5,00	5,32	APROVADO(A)	2º	11/09/1986
192	HELOISA VANESSA PALHANO	2,20	3,60	0,00	5,80		2,00	5,04	APROVADO(A)	3º	03/06/1988
119	RICARDO COSTA CANDIDO DA SILVA	1,40	4,00	0,00	5,40		2,00	4,72	APROVADO(A)	4º	21/10/1992

PROFESSOR DE HISTÓRIA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
60	THAIANA ARRUDA CAVALHEIRO	1,80	4,00	0,00	5,80		0,00	4,64	APROVADO(A)	1º	26/03/1994
133	JULIANO ARRUDA SCHWEITZER	1,80	3,20	0,00	5,00		0,00	4,00	APROVADO(A)	2º	21/06/1993

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
136	CLARA APARECIDA FORMIGA	2,20	4,60	0,00	6,80		5,00	6,44	APROVADO(A)	1º	17/01/1985
215	JAMAIANA DE LOURDES SOUZA GUEDES	1,80	4,80	0,00	6,60		5,00	6,28	APROVADO(A)	2º	29/11/1987
73	CLAUDIA ELENICE PADILHA	1,00	4,00	0,00	5,00		5,00	5,00	APROVADO(A)	3º	03/09/1983

15	ELAINE CRISTINA SILVERIO VELHO DO AMARAL	2,00	3,60	0,00	5,60		2,00	4,88	APROVADO(A)	4º	23/10/1985

PROFESSOR DE MATEMÁTICA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
153	TATIANA DE SOUZA ARRUDA GOEDERT	3,20	4,40	0,00	7,60		0,00	6,08	APROVADO(A)	1º	23/09/1988
274	RITA DE CASSIA DO AMARAL MUNIZ	2,80	3,80	0,00	6,60		2,00	5,68	APROVADO(A)	2º	06/01/1989
111	EDISON LUIZ DE SOUZA HUGEN	2,80	3,60	0,00	6,40		2,00	5,52	APROVADO(A)	3º	10/09/1958
165	MAIARA PADILHA NESI	2,00	3,00	0,00	5,00		0,00	4,00	APROVADO(A)	4º	18/01/1993

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
261	RAFAELA FERREIRA MATTOS	3,60	5,20	0,00	8,80			8,80	APROVADO(A)	1º	30/04/1997
110	DIOGO XAVIER	2,80	4,80	0,00	7,60			7,60	APROVADO(A)	2º	03/04/1989
126	TATIANA DA SILVA SOUZA	2,40	4,80	0,00	7,20			7,20	APROVADO(A)	3º	01/09/1982
107	HENRIQUE MORITZ NETO	2,40	4,60	0,00	7,00			7,00	APROVADO(A)	4º	13/05/1968
282	JEFFERSON ANTONIO BIOLO MONTEIRO	2,20	4,60	0,00	6,80			6,80	APROVADO(A)	5º	22/08/1979
130	VALÉRIA SILVA RODRIGUES	2,20	4,60	0,00	6,80			6,80	APROVADO(A)	6º	14/11/1995
147	JAISON NUNES PEREIRA	2,60	4,00	0,00	6,60			6,60	APROVADO(A)	7º	14/04/1981
174	LISIANA APARECIDA BERNARDO	2,60	4,00	0,00	6,60			6,60	APROVADO(A)	8º	23/12/1982
204	MARISTELA DA SILVA LIMA	2,60	3,60	0,00	6,20			6,20	APROVADO(A)	9º	24/01/1985
329	LUCIANO COSTA PADILHA	2,60	3,60	0,00	6,20			6,20	APROVADO(A)	10º	20/12/1991
278	DARIO AUGUSTO RODRIGUES DABOIT	2,80	3,40	0,00	6,20			6,20	APROVADO(A)	11º	09/12/1976
260	AMANDA BORGES FERNANDES	1,20	4,80	0,00	6,00			6,00	APROVADO(A)	12º	03/07/1994
36	DANIELE HUGEN RODRIGUES	2,00	4,00	0,00	6,00			6,00	APROVADO(A)	13º	06/05/1989
3	GISELE PAUL	2,40	3,60	0,00	6,00			6,00	APROVADO(A)	14º	17/08/1978
167	DAIANI ROSA PADILHA	1,80	4,00	0,00	5,80			5,80	APROVADO(A)	15º	04/08/1986
11	JAMILE MARIA DE ANDRADE SANTOS	1,80	4,00	0,00	5,80			5,80	APROVADO(A)	16º	21/05/1988
190	ELAINE LOPES ARTISMO	1,60	4,00	0,00	5,60			5,60	APROVADO(A)	17º	02/12/1984
276	JOÃO PAULO MORAIS ROSA	1,60	4,00	0,00	5,60			5,60	APROVADO(A)	18º	02/12/1992
199	CRENDI MELO RIBEIRO	2,00	3,60	0,00	5,60			5,60	APROVADO(A)	19º	15/11/1979
244	DIEGO DE MACEDO	2,00	3,60	0,00	5,60			5,60	APROVADO(A)	20º	26/12/1986
249	DENIZE SALIB VIEIRA DA ROSA	1,80	3,60	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	21º	18/06/1963
247	DALIANE DE SOUZA ANTUNES UME-MIYA	1,80	3,60	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	22º	08/11/1987
243	JOSE TEODORO DE SENA AMARAL	2,00	3,40	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	23º	18/03/1981
232	IDEVALDO DOS SANTOS	2,20	3,20	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	24º	20/07/1981
144	EMILANE NUNES DA ROSA PEREIRA	2,20	3,20	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	25º	31/05/1990
151	MARIA DO SOCORRO PONTE LINHARES	1,60	3,60	0,00	5,20			5,20	APROVADO(A)	26º	14/12/1974
62	ITALIA VLADIS COSTA	1,80	3,40	0,00	5,20			5,20	APROVADO(A)	27º	09/10/1980
48	ADRIANA BAESSO	2,00	3,20	0,00	5,20			5,20	APROVADO(A)	28º	11/03/1974
150	CLAUDIO PORTO VELHO	2,20	3,00	0,00	5,20			5,20	APROVADO(A)	29º	10/07/1979
40	DEISE DA SILVA	2,20	3,00	0,00	5,20			5,20	APROVADO(A)	30º	08/03/1989
295	DAIANA SILVA SOUZA	1,40	3,60	0,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	31º	10/06/1984
24	DARLENE DA SILVA RODRIGUES	1,40	3,60	0,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	32º	24/09/1984
97	LIAMARA SIMONI DE ALMEIDA FONSECA	1,60	3,40	0,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	33º	11/08/1973
220	DAYANNE PEREIRA DE OLIVEIRA	2,00	3,00	0,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	34º	05/10/1982

259	ISRAEL DA SILVA AMARAL	2,00	3,00	0,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	35º	28/04/1984
TÉCNICO EM INFORMÁTICA											
Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
14	ERNESTO EDUARDO DE MELO LEMOS	2,80	5,40	0,00	8,20		0,00	6,56	APROVADO(A)	1º	15/12/1992
171	PATRICIA BORGES VELHO	2,20	4,20	0,00	6,40		0,00	5,12	APROVADO(A)	2º	23/04/1985
149	FABIANO DE OLIVEIRA BARBOSA	1,40	3,60	0,00	5,00		0,00	4,00	APROVADO(A)	3º	10/03/1994
19	KELVIN JHONATHAN SALESIO	1,40	3,60	0,00	5,00		0,00	4,00	APROVADO(A)	4º	27/01/1997

CB = Conhecimentos Básicos

ESP = Conhecimentos Específicos

LP = Língua Portuguesa

MAT = Matemática

T.P.O. = Total de Pontos da Prova Objetiva

Class. = Classificação

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim, 03 de fevereiro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA

Presidente da Comissão

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO SELETIVO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o Resultado Final do Processo Seletivo nº 03/2015 conforme segue:

2º PROFESSOR 20H											
Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
205	VERÔNICA RODRIGUES BORGES	2,00	4,80	0,00	6,80		4,00	6,24	APROVADO(A)	1º	08/01/1980
178	KEILA MARIA RODRIGUES MACIEL	1,60	5,40	0,00	7,00		2,00	6,00	APROVADO(A)	2º	15/11/1992
49	CLAUDIA ELENICE PADILHA	1,80	5,00	0,00	6,80		2,00	5,84	APROVADO(A)	3º	03/09/1983
219	EVANIR CEQUINEL DO AMARAL	1,80	4,40	0,00	6,20		2,00	5,36	APROVADO(A)	4º	02/08/1966
110	NEOMAR NESI DE MATOS	1,20	4,20	0,00	5,40		4,00	5,12	APROVADO(A)	5º	28/05/1973
230	NALVA GRAZIELA MATTOS	1,80	4,40	0,00	6,20		0,00	4,96	APROVADO(A)	6º	28/04/1981
251	FRANCIELLY SOUZA DE ABREU	1,60	4,00	0,00	5,60		0,00	4,48	APROVADO(A)	7º	04/10/1978
127	ADRIANA MATIAS DO AMARAL MATOS	1,20	3,80	0,00	5,00		2,00	4,40	APROVADO(A)	8º	13/04/1982
237	PATRICIA DA SILVA	1,20	4,00	0,00	5,20		0,00	4,16	APROVADO(A)	9º	17/11/1984
165	MARIA INÊS LUCIANO	2,00	2,60	0,00	4,60		2,00	4,08	APROVADO(A)	10º	31/03/1958
99	ANDREA ARRUDA CAMARGO	1,40	2,80	0,00	4,20		0,00	3,36	APROVADO(A)	11º	12/11/1969
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF ESTRELA BRILHANTE											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
25	MAGAIVER MACHADO FERNANDES	1,50	2,50	3,50	7,50			7,50	APROVADO(A)	1º	27/03/1998
256	KARINE APARECIDA DOS SANTOS	1,00	1,50	2,50	5,00			5,00	APROVADO(A)	2º	11/09/1991
158	MARISTELA FATIMA LOPES ARTISMO	0,50	1,00	3,00	4,50			4,50	APROVADO(A)	3º	16/04/1963
259	DANIELA QUIRINO CAMARGO	0,50	1,00	2,00	3,50			3,50	APROVADO(A)	4º	23/10/1995
184	ANDREA APARECIDA PADILHA	0,00	0,50	2,00	2,50			2,50	APROVADO(A)	5º	24/09/1977

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF FLOR DE LIZ

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
235	MARIA DE JESUS GUIMARÃES DA SILVA	1,00	0,50	3,00	4,50			4,50	APROVADO(A)	1º	25/12/1960
19	ELAINE CRISTINA RODRIGUES	0,50	0,00	2,50	3,00			3,00	APROVADO(A)	2º	04/06/1978
265	GISELI CANDIDO DA SILVA	0,00	0,50	2,00	2,50			2,50	APROVADO(A)	3º	21/12/1984
174	DANIELLE OLIVEIRA MIGUEL	0,50	0,00	1,00	1,50			1,50	APROVADO(A)	4º	07/02/1979

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF GIRASSOL

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
58	LEOSANE DORIZETE MARCHESINE DE LIMA	2,00	1,00	4,50	7,50			7,50	APROVADO(A)	1º	26/03/1970
220	FRANCIÉLE MOSSI HUGEN	2,00	1,00	3,50	6,50			6,50	APROVADO(A)	2º	11/01/1995
30	ERETUZA PADILHA ARAÚJO	1,00	1,00	3,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	3º	05/07/1989
81	CRISTIANI RIBEIRO SOUZA	2,00	1,00	2,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	4º	19/08/1979
54	BRUNA CRISTINA PEREIRA	1,50	0,50	2,50	4,50			4,50	APROVADO(A)	5º	30/07/1990
189	KEILA DA SILVA MATOS	1,00	0,50	2,50	4,00			4,00	APROVADO(A)	6º	30/12/1990
83	LUZIANE RIBEIRO SOUZA	0,00	1,00	2,50	3,50			3,50	APROVADO(A)	7º	23/07/1982
140	PAULA BORGES VELHO	0,00	1,00	2,50	3,50			3,50	APROVADO(A)	8º	08/01/1994
104	REGIANE DE FATIMA THOMAZ	0,50	1,00	2,00	3,50			3,50	APROVADO(A)	9º	03/08/1988
236	MIRELE DA CRUZ ALMEIDA	0,00	1,00	2,00	3,00			3,00	APROVADO(A)	10º	02/03/1986
130	ROZIANE DE SOUZA AZI	1,00	0,00	1,50	2,50			2,50	APROVADO(A)	11º	27/04/1986
228	LUCIANA VIEIRA	0,00	1,00	1,50	2,50			2,50	APROVADO(A)	12º	02/10/1985
262	ARGENTINA DAS GRAÇAS FOGAÇA ALMEIDA	0,00	0,50	0,50	1,00			1,00	APROVADO(A)	13º	02/09/1964

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF NOVOS TEMPOS

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
21	LISLIANE PAULINA MENDES SOUZA	2,00	2,00	3,50	7,50			7,50	APROVADO(A)	1º	09/07/1992
160	VIVIANE GUIMARÃES PADILHA	1,00	1,00	4,00	6,00			6,00	APROVADO(A)	2º	26/09/1992
243	ALINE ROSA CARVALHO	1,00	1,50	3,00	5,50			5,50	APROVADO(A)	3º	11/08/1997
38	SILVANA SANTOS ROSA	1,00	1,00	3,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	4º	28/02/1986
96	JAQUELINA DA ROSA	1,50	0,50	2,50	4,50			4,50	APROVADO(A)	5º	06/11/1982
221	DANIELA APARECIDA ALANO	1,00	0,50	2,50	4,00			4,00	APROVADO(A)	6º	19/11/1988
188	TAINA FERNANDES DOS SANTOS	1,00	1,00	2,00	4,00			4,00	APROVADO(A)	7º	10/08/1998
234	CAMILA EDUARDA FERRASSO	0,50	1,00	1,50	3,00			3,00	APROVADO(A)	8º	13/04/1998

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF RAIÃO DE SOL

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
103	CLAUDIA MARIA DOS SANTOS	2,50	1,00	3,00	6,50			6,50	APROVADO(A)	1º	15/01/1985
223	VILCILENE MACEDO AMARAL PEREIRA	0,00	1,00	3,50	4,50			4,50	APROVADO(A)	2º	07/01/1985
145	DAYANE DA SILVA XAVIER	1,00	1,00	2,50	4,50			4,50	APROVADO(A)	3º	28/03/1987
109	FERNANDA ANTUNES	0,00	1,50	2,50	4,00			4,00	APROVADO(A)	4º	14/05/1986
80	SIMONI ALI HUSEIN	0,50	0,00	3,00	3,50			3,50	APROVADO(A)	5º	13/06/1969
246	MAIARA CASSAO SILVA	0,50	0,00	2,00	2,50			2,50	APROVADO(A)	6º	06/06/1997

175	KARLINE LEITE IZIDORO	1,00	0,50	1,00	2,50			2,50	APROVADO(A)	7º	24/01/1996
172	GLADES APARECIDA MARTINS GOBETTI	0,00	0,50	0,50	1,00			1,00	APROVADO(A)	8º	13/11/1964
207	CRISTIANE DE FATIMA BARBOSA	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	APROVADO(A)	9º	30/03/1980
78	CRISTIANA DA SILVA SOUZA OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	APROVADO(A)	10º	07/05/1981

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – FAXINEIRA

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTICA		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
14	VANESSA ELISETE ROTTA	0,00	1,50	4,50	6,00	9,75		7,50	APROVADO(A)	1º	19/08/1990
43	SIMONE DE FATIMA ROSA	1,50	0,50	4,00	6,00	9,75		7,50	APROVADO(A)	2º	02/11/1976
245	MARIA COSTA LIMA	1,50	0,00	4,00	5,50	9,75		7,20	APROVADO(A)	3º	13/09/1969
92	ROSA ELIZABETE OLIVEIRA	1,50	0,50	3,00	5,00	10,00		7,00	APROVADO(A)	4º	17/12/1958
225	NAIR MATTOS DE SOUZA	1,00	1,00	4,00	6,00	8,25		6,90	APROVADO(A)	5º	10/05/1959
143	VANUSA APARECIDA PINTO	0,50	0,50	4,00	5,00	9,75		6,90	APROVADO(A)	6º	22/01/1975
77	TATIANA DA SILVA SOUZA	0,00	1,00	4,00	5,00	9,75		6,90	APROVADO(A)	7º	25/09/1982
51	MICHELE CASSÃO MUNIZ	0,00	1,00	4,50	5,50	8,00		6,50	APROVADO(A)	8º	11/03/1987
201	MARCIANA DAS GRAÇAS HASCKEL	0,50	0,00	4,00	4,50	9,50		6,50	APROVADO(A)	9º	08/08/1954
97	FABIANE REGINALDA ALVES NUNES	0,50	1,00	4,00	5,50	7,50		6,30	APROVADO(A)	10º	28/09/1979
118	LENITA DE FATIMA SOUZA DIEL	0,50	0,00	4,00	4,50	8,50		6,10	APROVADO(A)	11º	20/05/1967
120	ARIADNY DAVOGLIO DE ARAÚJO	0,50	0,50	3,50	4,50	8,50		6,10	APROVADO(A)	12º	08/05/1997
42	LIDIANE POLLI	0,00	1,50	3,00	4,50	8,50		6,10	APROVADO(A)	13º	02/02/1976
86	ROSANA NUNES DE JESUS	0,50	0,50	2,50	3,50	8,25		5,40	APROVADO(A)	14º	17/05/1977
125	MARIA DORVALINA TAVARES DE JESUS	0,50	0,00	2,50	3,00	6,00		4,20	APROVADO(A)	15º	28/08/1964
151	JOZE CARLA DE SOUZA	0,50	1,00	0,50	2,00	7,50		4,20	APROVADO(A)	16º	09/02/1988

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – MERENDEIRA

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTICA		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
119	ROSA MARIA DAVOGLIO	1,50	1,50	4,00	7,00	9,50		8,00	APROVADO(A)	1º	26/02/1967
116	ORALICE SANTOS DE OLIVEIRA GODINHO	1,00	1,00	5,00	7,00	8,75		7,70	APROVADO(A)	2º	23/03/1974
17	TATIANE DE FATIMA IENDRAS	1,00	0,50	5,00	6,50	8,25		7,20	APROVADO(A)	3º	01/07/1981
48	JOSIANE LEHMKUHL	1,00	0,50	4,50	6,00	8,75		7,10	APROVADO(A)	4º	12/02/1986
141	VANDERLEIA DE BARROS MELLO	1,50	0,50	4,50	6,50	7,25		6,80	APROVADO(A)	5º	10/02/1983
240	HELENA MARIA RODRIGUES	0,50	0,50	4,50	5,50	8,75		6,80	APROVADO(A)	6º	17/01/1960
39	EDNÉIA NAZARÉ BORGES VELASCO	1,00	0,50	4,00	5,50	8,75		6,80	APROVADO(A)	7º	24/12/1973
146	ELIZA CABRAL GOMES ALVES	0,50	0,00	5,00	5,50	8,50		6,70	APROVADO(A)	8º	28/01/1986
154	IRENE SALETE MACHADO	0,50	0,50	3,00	4,00	8,75		5,90	APROVADO(A)	9º	17/12/1960
124	ELZA DOS SANTOS	1,00	1,00	2,00	4,00	8,75		5,90	APROVADO(A)	10º	20/10/1965
218	JORGE GIOVANE PEREIRA	0,00	0,50	4,00	4,50	7,00		5,50	APROVADO(A)	11º	27/07/1979
45	EMILIA MARCIA RODRIGUES	0,00	0,00	3,00	3,00	8,75		5,30	APROVADO(A)	12º	27/12/1963

ENFERMEIRO DE SAMU

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
213	PAULA FERREIRA MATTOS	3,20	5,60	0,00	8,80		1,00	7,24	APROVADO(A)	1º	01/05/1992
22	ROBERTO ELIÉSER SILVÉRIO ZANCHI	2,80	5,60	0,00	8,40		1,00	6,92	APROVADO(A)	2º	16/10/1980
5	MILLENA MARIA PICCOLIN	1,80	5,20	0,00	7,00		5,00	6,60	APROVADO(A)	3º	07/03/1982

257	IVANISE DE OLIVEIRA GOULART	2,60	4,60	0,00	7,20		1,00	5,96	APROVADO(A)	4º	13/12/1989
152	ZILMARA RIBEIRO SOUZA	1,60	5,20	0,00	6,80		2,50	5,94	APROVADO(A)	5º	13/03/1978
263	LETÍCIA ALVES KRIEQUER	2,20	5,00	0,00	7,20		0,00	5,76	APROVADO(A)	6º	27/07/1993
65	FELIPE PACHECO COSTA NUNES	2,60	4,40	0,00	7,00		0,00	5,60	APROVADO(A)	7º	15/12/1981
112	ARIANA OLIVEIRA	1,40	5,40	0,00	6,80		0,00	5,44	APROVADO(A)	8º	03/06/1987
8	THAISI SOUZA BATISTA	1,60	5,00	0,00	6,60		0,00	5,28	APROVADO(A)	9º	06/10/1994
70	ALESSANDRA WALTRICK MUNIZ	1,80	4,80	0,00	6,60		0,00	5,28	APROVADO(A)	10º	25/12/1981
72	MARÍLIA TASCA	1,80	4,40	0,00	6,20		0,00	4,96	APROVADO(A)	11º	21/07/1986
159	ANDRÉIA DE SOUZA	1,80	4,20	0,00	6,00		0,00	4,80	APROVADO(A)	12º	02/02/1991
117	THAIS DA SILVA AMARAL	2,00	4,00	0,00	6,00		0,00	4,80	APROVADO(A)	13º	20/08/1992
261	JOÃO RICARDO PALHANO	1,60	4,00	0,00	5,60		0,00	4,48	APROVADO(A)	14º	06/04/1980
203	ANTONIO IVANDEL RIBEIRO	1,20	4,00	0,00	5,20		0,00	4,16	APROVADO(A)	15º	28/09/1980
33	SABRINA CARDOSO LUDVECH	1,00	4,00	0,00	5,00		0,00	4,00	APROVADO(A)	16º	06/10/1993

MOTORISTA

Inscri- ção	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁ- TICA		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
229	BRUNO QUIRINO PADILHA	0,50	2,50	2,50	5,50	9,00		6,90	APROVADO(A)	1º	13/09/1990
167	DOUGLAS RIBEIRO DE SOUZA	0,50	2,00	2,50	5,00	9,50		6,80	APROVADO(A)	2º	26/08/1994
46	ADRIANO QUIRINO DA SILVA	0,50	1,50	2,00	4,00	9,50		6,20	APROVADO(A)	3º	19/01/1989
129	ROBERTO CAVANHOLI	0,50	1,50	0,50	2,50	9,25		5,20	APROVADO(A)	4º	01/04/1988
18	VILSON RIBEIRO DA ROSA	1,00	1,00	0,00	2,00	10,00		5,20	APROVADO(A)	5º	18/08/1978
171	EVALDO DA ROSA GOULART	0,50	0,50	0,50	1,50	9,50		4,70	APROVADO(A)	6º	21/05/1985

ORIENTADOR DE TECELAGEM

Inscri- ção	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
199	ENOEMIA DE LOURDES MEDEIROS	0,60	1,00	0,00	1,60		0,00	1,28	APROVADO(A)	1º	18/08/1959

PROFESSOR ANOS INICIAIS 20H

Inscri- ção	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
11	LEONOR SERAFIM DE SOUZA NUNES	2,00	4,60	0,00	6,60		4,00	6,08	APROVADO(A)	1º	14/06/1969
224	ANA MARIA MATOS DO AMARAL	2,00	3,80	0,00	5,80		4,00	5,44	APROVADO(A)	2º	15/08/1978
50	DEIZIANE PADILHA	1,80	4,20	0,00	6,00		3,00	5,40	APROVADO(A)	3º	19/04/1989
9	LINDOLFO RODRIGUES DOS SANTOS	2,20	3,80	0,00	6,00		2,50	5,30	APROVADO(A)	4º	16/05/1965
164	RITA DE CÁSSIA RIBEIRO	2,20	3,40	0,00	5,60		4,00	5,28	APROVADO(A)	5º	03/11/1968
190	VANEZA GODINHO	1,80	4,20	0,00	6,00		1,00	5,00	APROVADO(A)	6º	17/12/1985
41	ISMENIA DE SOUZA ARRUDA	1,80	3,40	0,00	5,20		4,00	4,96	APROVADO(A)	7º	20/08/1970
7	GRAZIELI MAURICIO	1,60	3,80	0,00	5,40		2,50	4,82	APROVADO(A)	8º	30/07/1980
183	ANGELINA COSTA LINHARES	1,80	3,20	0,00	5,00		3,00	4,60	APROVADO(A)	9º	27/01/1987
176	ANA PAULA DOS SANTOS	1,60	3,60	0,00	5,20		0,50	4,26	APROVADO(A)	10º	20/05/1989
84	RITA DE CASSIA RODRIGUES BORGES	1,20	3,20	0,00	4,40		3,00	4,12	APROVADO(A)	11º	01/08/1997
134	LUIZA CARDOSO DE OLIVEIRA SOUZA	1,20	2,60	0,00	3,80		2,00	3,44	APROVADO(A)	12º	03/01/1965
194	NERIZE COSTA GUEDES	1,00	3,20	0,00	4,20		0,00	3,36	APROVADO(A)	13º	23/07/1987
133	SUZANA RAMOS NUNES RIBEIRO	1,40	2,20	0,00	3,60		2,00	3,28	APROVADO(A)	14º	23/02/1963
198	MARIA GORETE GARCIA	1,00	2,40	0,00	3,40		2,50	3,22	APROVADO(A)	15º	24/11/1952
100	NEURA MARA DOS SANTOS	1,60	1,80	0,00	3,40		0,00	2,72	APROVADO(A)	16º	12/05/1974

102	CIRINHA DE OLIVEIRA	0,20	0,00	0,00	0,20		0,00	0,16	APROVADO(A)	17º	11/03/1986

PROFESSOR DE ARTES 10H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
82	LUCIA DENISE ROSA RODRIGUES	1,20	3,80	0,00	5,00		3,00	4,60	APROVADO(A)	1º	14/05/1982
210	ERICA DE SOUZA AMARAL	2,00	3,00	0,00	5,00		2,00	4,40	APROVADO(A)	2º	18/09/1983
250	SABRINA ARCARO MATOS	1,80	3,20	0,00	5,00		1,50	4,30	APROVADO(A)	3º	31/05/1984
209	MARCIA RIBEIRO	1,60	2,60	0,00	4,20		3,00	3,96	APROVADO(A)	4º	12/11/1978
153	FRANCIELI MACHADO DE SOUZA	1,80	2,60	0,00	4,40		0,00	3,52	APROVADO(A)	5º	18/08/1989
270	ANDREIA RAMOS FLORES	1,20	2,60	0,00	3,80		0,00	3,04	APROVADO(A)	6º	11/10/1969

PROFESSOR DE CIÊNCIAS 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
241	DENISE NUNES PEREIRA	2,40	3,00	0,00	5,40		4,00	5,12	APROVADO(A)	1º	10/04/1990
180	TATYANA VIEIRA DE SOUZA DA SILVA	2,00	2,00	0,00	4,00		2,50	3,70	APROVADO(A)	2º	06/04/1982
142	CÉLIA TEREZINHA PEREIRA	1,20	1,40	0,00	2,60		3,00	2,68	APROVADO(A)	3º	08/09/1972
150	ADRIANA APARECIDA MACEDO	0,60	1,60	0,00	2,20		4,00	2,56	APROVADO(A)	4º	04/05/1974

PROFESSOR DE DANÇA

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
56	SUELEN AMARAL	1,80	3,60	0,00	5,40		0,00	4,32	APROVADO(A)	1º	13/11/1985
166	GUILHERME SOUZA SANTOS	2,00	3,40	0,00	5,40		0,00	4,32	APROVADO(A)	2º	30/04/1991

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
266	LUCAS GABRIEL HUGEN	3,00	4,80	0,00	7,80		0,00	6,24	APROVADO(A)	1º	12/12/1990
163	EDSON DOS SANTOS OLIVEIRA	1,00	2,60	0,00	3,60		0,00	2,88	APROVADO(A)	2º	10/02/1982

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
3	JUCELINO HECK	2,80	4,20	0,00	7,00		0,00	5,60	APROVADO(A)	1º	06/08/1972
217	CASSIANO SUHRE DA ROSA	2,60	4,20	0,00	6,80		0,50	5,54	APROVADO(A)	2º	16/08/1994
208	ADRIELI COSTA MARTINS	1,80	4,00	0,00	5,80		0,00	4,64	APROVADO(A)	3º	08/04/1992
75	MAIANE VIEL	1,20	3,60	0,00	4,80		2,00	4,24	APROVADO(A)	4º	17/09/1994
89	ADRIANA PEREIRA DE SOUZA	1,60	3,20	0,00	4,80		2,00	4,24	APROVADO(A)	5º	16/03/1992
69	ANNELISE SILVA SANTOS	1,20	3,40	0,00	4,60		0,00	3,68	APROVADO(A)	6º	14/10/1991

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
191	MARLI PEREIRA CARDOSO	2,40	4,80	0,00	7,20		4,00	6,56	APROVADO(A)	1º	04/11/1970

74	MARIA ELIZABETE CARVALHO DE OLIVEIRA	2,00	4,60	0,00	6,60		3,50	5,98	APROVADO(A)	2º	26/02/1986
106	ANA PAULA DE LIMA	1,80	4,80	0,00	6,60		3,00	5,88	APROVADO(A)	3º	18/08/1980
122	CLEONIR TERESINHA DO NASCIMENTO NUNES	1,60	4,40	0,00	6,00		4,00	5,60	APROVADO(A)	4º	23/12/1978
144	SONIA LARA BORGES	1,80	4,20	0,00	6,00		4,00	5,60	APROVADO(A)	5º	15/08/1979
53	VIVIANE PEREIRA DA SILVA	1,40	4,40	0,00	5,80		4,00	5,44	APROVADO(A)	6º	11/04/1986
216	DAIANE BIRK DA SILVA	2,60	4,20	0,00	6,80		0,00	5,44	APROVADO(A)	7º	18/02/1986
200	GLECI TEREZINHA DOS SANTOS	2,60	3,20	0,00	5,80		4,00	5,44	APROVADO(A)	8º	13/02/1963
192	KELEN APARECIDA VARGAS	1,80	4,40	0,00	6,20		2,00	5,36	APROVADO(A)	9º	31/12/1986
40	ELIZIA VIEIRA RIZZI CASSÃO	1,80	4,00	0,00	5,80		3,50	5,34	APROVADO(A)	10º	24/09/1979
31	JAQUELINE APARECIDA SERAFIMHUGEN	1,60	4,80	0,00	6,40		0,00	5,12	APROVADO(A)	11º	24/10/1996
123	MARIA HELENA NUNES RIBEIRO	1,40	4,00	0,00	5,40		4,00	5,12	APROVADO(A)	12º	05/12/1961
73	AMELIA MACHADO VIEIRA	1,20	4,60	0,00	5,80		1,50	4,94	APROVADO(A)	13º	20/09/1969
233	EDIMARA BORGES DE OLIVEIRA	1,40	3,40	0,00	4,80		4,00	4,64	APROVADO(A)	14º	04/05/1978
255	LUCIANA DE FATIMA DA SILVA	2,00	3,60	0,00	5,60		0,00	4,48	APROVADO(A)	15º	29/04/1980
52	SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING	1,80	3,20	0,00	5,00		2,00	4,40	APROVADO(A)	16º	20/10/1982
88	JANAINA APARECIDA RIBEIRO ROSA	0,80	4,60	0,00	5,40		0,00	4,32	APROVADO(A)	17º	13/10/1972
111	VERÔNICA SCHLISCHTING MULLER	1,80	3,60	0,00	5,40		0,00	4,32	APROVADO(A)	18º	25/07/1995
121	EDMARA MARTINS	1,00	3,40	0,00	4,40		4,00	4,32	APROVADO(A)	19º	28/11/1987
135	CLEUZA APARECIDA BORGES	1,80	3,20	0,00	5,00		1,50	4,30	APROVADO(A)	20º	11/08/1971
114	JACIARA DA SILVA KIYZANOSKI	1,20	4,00	0,00	5,20		0,50	4,26	APROVADO(A)	21º	14/12/1991
85	ELIZANDRA DA SILVA PEREIRA	0,60	4,40	0,00	5,00		1,00	4,20	APROVADO(A)	22º	20/03/1980
202	ROSILENI FIGUEIREDO AMARAL	1,00	4,00	0,00	5,00		1,00	4,20	APROVADO(A)	23º	03/10/1979
44	ELIANA OLIVEIRA DA SILVA	2,40	2,20	0,00	4,60		2,00	4,08	APROVADO(A)	24º	12/05/1983
4	DAIANE PORTO DA ROSA ROTTA	1,80	2,80	0,00	4,60		1,50	3,98	APROVADO(A)	25º	05/06/1992
90	KARINE JORDÃO	2,20	2,20	0,00	4,40		0,00	3,52	APROVADO(A)	26º	27/03/1997
161	LUANA PEREIRA DE SOUZA	1,20	3,00	0,00	4,20		0,00	3,36	APROVADO(A)	27º	10/09/1984
91	IVONETE DOS PRAZERES RODRIGUES DO AMARAL	1,60	2,00	0,00	3,60		0,00	2,88	APROVADO(A)	28º	24/02/1954

PROFESSOR DE GEOGRAFIA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
36	JOÃO PEREIRA LIMA DA SILVA	2,20	2,80	0,00	5,00		4,00	4,80	APROVADO(A)	1º	08/02/1969
239	JOSIELLI DA SILVA PADILHA	2,00	3,20	0,00	5,20		0,00	4,16	APROVADO(A)	2º	18/12/1987
148	ANA ECILVIA DE SOUZA CARDOSO	2,00	2,60	0,00	4,60		2,00	4,08	APROVADO(A)	3º	05/09/1957
170	LUÃ ALANO PADILHA	1,20	2,60	0,00	3,80		0,00	3,04	APROVADO(A)	4º	30/05/1993

PROFESSOR DE HISTÓRIA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
16	GIZELI RIBEIRO MATTOS	2,20	3,20	0,00	5,40		3,50	5,02	APROVADO(A)	1º	17/04/1986
132	MARIA ZALMIRA PEREIRA DA SILVEIRA	2,20	3,80	0,00	6,00		0,00	4,80	APROVADO(A)	2º	28/04/1972
93	JULIANO ARRUDA SCHWEITZER	2,20	3,40	0,00	5,60		0,00	4,48	APROVADO(A)	3º	21/06/1993
98	SUELEN SOUZA CAVALHEIRO	1,40	3,00	0,00	4,40		0,00	3,52	APROVADO(A)	4º	09/02/1992
254	VALÉRIA DA SILVA BATISTA	1,80	2,20	0,00	4,00		0,00	3,20	APROVADO(A)	5º	28/05/1980
105	CLAUDIONEI GÓSS	1,40	1,80	0,00	3,20		2,50	3,06	APROVADO(A)	6º	26/01/1979

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
181	JAMAIANA DE LOURDES SOUZA GUEDES	2,40	5,80	0,00	8,20		4,00	7,36	APROVADO(A)	1º	29/11/1987
128	GABRIEL ALMEIDA DA SILVA	2,00	5,40	0,00	7,40		0,00	5,92	APROVADO(A)	2º	08/01/1979
101	CLARA APARECIDA FORMIGA	1,60	4,60	0,00	6,20		3,00	5,56	APROVADO(A)	3º	17/01/1985
10	ELAINE CRISTINA SILVERIO VELHO DO AMARAL	2,40	4,00	0,00	6,40		0,00	5,12	APROVADO(A)	4º	23/10/1985
29	DAYANI APARECIDA CAMARGO NUNES DE SOUZA	2,40	3,40	0,00	5,80		0,00	4,64	APROVADO(A)	5º	10/03/1984
87	ELAINE RODRIGUES DO AMARAL	0,80	3,00	0,00	3,80		0,00	3,04	APROVADO(A)	6º	28/07/1984

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 10H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
55	MARIA JULIA RUPNIEVSKI	1,20	3,00	0,00	4,20		2,00	3,76	APROVADO(A)	1º	21/07/1973

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
242	TAMARA NUNES DA SILVA	2,40	5,60	0,00	8,00		2,50	6,90	APROVADO(A)	1º	08/01/1992
27	FABIANA PORTO	2,40	5,00	0,00	7,40		1,50	6,22	APROVADO(A)	2º	01/08/1985
71	MARISTELA SCHMIDT LIMA	1,80	4,00	0,00	5,80		3,50	5,34	APROVADO(A)	3º	19/10/1967
196	GEISELA MENDONÇA GOULART	1,80	4,20	0,00	6,00		1,50	5,10	APROVADO(A)	4º	19/11/1982
28	MARICRIS TEREZINHA VELHO DE ANDRADE MATOS	1,40	3,60	0,00	5,00		2,00	4,40	APROVADO(A)	5º	12/09/1983
147	MAIARA FIGUEIREDO	1,60	3,40	0,00	5,00		1,00	4,20	APROVADO(A)	6º	29/05/1989
47	PATRICIA NUNES DE BRIDA	1,40	2,80	0,00	4,20		2,00	3,76	APROVADO(A)	7º	25/02/1988
156	JOZIANI DOS SANTOS	1,80	2,80	0,00	4,60		0,00	3,68	APROVADO(A)	8º	13/01/1983
187	JANAINA UIARA DE ANDRADE	1,40	2,80	0,00	4,20		0,00	3,36	APROVADO(A)	9º	14/08/1985

PROFESSOR DE MATEMÁTICA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
76	EDISON LUIZ DE SOUZA HUGEN	3,20	2,80	0,00	6,00		0,00	4,80	APROVADO(A)	1º	10/09/1958
113	TATIANA DE SOUZA ARRUDA GOEDERT	2,80	3,00	0,00	5,80		0,00	4,64	APROVADO(A)	2º	23/09/1988
126	MAIARA PADILHA NESI	2,00	2,00	0,00	4,00		0,00	3,20	APROVADO(A)	3º	18/01/1993
131	MARLISE PADILHA NESI	2,20	1,80	0,00	4,00		0,00	3,20	APROVADO(A)	4º	18/01/1993
137	RENATA STEFFEN DE BETIO	1,80	2,00	0,00	3,80		0,00	3,04	APROVADO(A)	5º	30/06/1989
60	JANAINA BORGES HABITZREUTER	2,00	1,80	0,00	3,80		0,00	3,04	APROVADO(A)	6º	08/01/1989
23	TAIZE DE SOUZA VELHO	1,60	2,00	0,00	3,60		0,50	2,98	APROVADO(A)	7º	09/01/1995
67	MARINÊS IUNG FIGUEIREDO	1,80	1,40	0,00	3,20		2,00	2,96	APROVADO(A)	8º	06/04/1992

PROFESSOR DE MÚSICA

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.	PRÁTICA	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
63	SUIANI ELINIS OLIVEIRA DA ROSA	2,20	2,80	0,00	5,00	8,50	1,00	5,25	APROVADO(A)	1º	14/04/1989

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - GINÁSIO 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
238	SUELEN LUCIANO DA SILVEIRA	2,00	4,20	0,00	6,20		3,50	5,66	APROVADO(A)	1º	18/11/1965

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - GINÁSIO 40H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
32	GILBERTO MARTINS	2,40	4,80	0,00	7,20		3,00	6,36	APROVADO(A)	1º	15/02/1977

PROFESSOR DE TURISMOLOGIA

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
162	PRISCILA PIRES BERTOLLO	2,00	4,20	0,00	6,20		0,00	4,96	APROVADO(A)	1º	29/05/1986
12	DAIANI BECCARI NUNES	1,20	3,60	0,00	4,80		0,00	3,84	APROVADO(A)	2º	10/08/1993

PROFESSOR DO AEE 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
169	ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA	2,00	4,40	0,00	6,40		4,00	5,92	APROVADO(A)	1º	24/11/1978
258	MARIELA TAINA DE JESUS	2,20	4,40	0,00	6,60		0,00	5,28	APROVADO(A)	2º	16/11/1984
182	DANIELA DE SENA AMARAL	0,80	4,20	0,00	5,00		2,00	4,40	APROVADO(A)	3º	10/07/1986
1	GRAZIELA RAIZER DA CRUZ	0,80	4,20	0,00	5,00		2,00	4,40	APROVADO(A)	4º	14/05/1990
61	PATRÍCIA CAMARGO PALMA	1,20	3,40	0,00	4,60		2,00	4,08	APROVADO(A)	5º	07/06/1974

PROFESSOR PRÉ-ESCOLAR 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
138	CRISTIANE DE FATIMA RODRIGUES	2,00	4,40	0,00	6,40		2,00	5,52	APROVADO(A)	1º	05/11/1982
79	DAIANE APARECIDA VITORINO	2,00	4,00	0,00	6,00		2,50	5,30	APROVADO(A)	2º	08/10/1986
186	JANETE BARBOSA DE SOUZA	1,00	4,80	0,00	5,80		3,00	5,24	APROVADO(A)	3º	05/01/1977
173	FABIANA MOREIRA HENRIQUE	1,60	3,80	0,00	5,40		3,50	5,02	APROVADO(A)	4º	17/08/1982
185	MARIA IZABEL BORGES	1,40	4,20	0,00	5,60		1,50	4,78	APROVADO(A)	5º	15/07/1986
35	LAURA MARISTELA ROCHA MORAES	1,00	3,40	0,00	4,40		0,00	3,52	APROVADO(A)	6º	13/11/1968

CB = Conhecimentos Básicos

ESP = Conhecimentos Específicos

LP = Língua Portuguesa

MAT = Matemática

T.P.O. = Total de Pontos da Prova Objetiva

Class. = Classificação

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim, 03 de fevereiro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA

Presidente da Comissão

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA CONCURSO (1)

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o Julgamento dos Recursos Contra Notas e Classificação Provisória do Concurso Público nº 02/2015 conforme segue:

RECURSO 01

Os candidatos de inscrição nº 12, 17, 37, 173 e 292 impetraram recurso contra a contagem de 2 pontos para o título de graduação. Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A contagem de títulos ocorreu conforme estipulado na tabela do Anexo IV do edital. Salientamos que conforme o item 6.2.2 do edital a prova de títulos não é eliminatória sendo apenas classificatória para todos os cargos de Nível Superior e o cargo de Técnico em Informática e suas regras encontram-se dispostas no anexo IV do referido edital, que todos os candidatos declaram terem lido ao realizar sua inscrição. Ressaltamos aqui que todos os candidatos inscritos no cargo citado poderiam ter enviado os títulos conforme especificava o Anexo IV e ter obtido a pontuação estabelecida.

RECURSO 02

O candidato de inscrição nº 173 impetrou recurso solicitando revisão da nota de títulos do candidato de inscrição nº 297. Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. O candidato de inscrição nº 297 apresentou diploma de graduação conforme expresso o Anexo IV do edital.

RECURSO 03

O candidato de inscrição nº 145 impetrou recurso solicitando explicação sobre o motivo de aparecer reprovado. Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. O candidato não obteve nota mínima de 5,0 pontos na prova objetiva.

RECURSO 04

A candidata de inscrição nº 162 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota de títulos, pois a nota de títulos aparece como 0,00. Despacho/Justificativa: DEFERIDO. A candidata apresentou títulos que geram a nota de 5,0 pontos, porém a nota não havia sido computada. Acrescentar nota 5,0 na prova de títulos e reclassifica-la.

RECURSO 05

A candidata de inscrição nº 250 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota de títulos. Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A nota da candidata condiz com os títulos apresentados. A candidata justifica que a nota de títulos do processo seletivo está diferente da nota do concurso. Pelo exposto pela candidata acreditamos que a mesma deve ter se confundido ao observar as notas, pois são idênticas. Lembramos também que a tabela de contagem de títulos do concurso e do processo seletivo são distintas.

RECURSO 06

O candidato de inscrição nº 064 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota da prova objetiva e esclarecimento sobre sua reprovação. Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A nota do candidato condiz com o número de acertos do cartão resposta, cópia do cartão será enviado para o e-mail do candidato. Sua reprovação se da pelo fato de não atingir nota mínima na prova objetiva.

RECURSO 07

A candidata de inscrição nº 006 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota da prova objetiva. Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A nota da candidata condiz com o número de acertos do cartão resposta, cópia do cartão será enviado para o e-mail da candidata.

RECURSO 08

O candidato de inscrição nº 058 impetrou recurso afirmando que não foi julgado o recurso da questão 49 de Professor de Geografia. Despacho/Justificativa: DEFERIDO. Ao analisar os recursos impetrados a banca confirma que o candidato impetrou recurso contra as questões de nº 40 e 49. Houve um erro de julgamento, pois foi anulada a questão nº 40 com a justificativa para a questão nº 49. A banca decide manter o gabarito inicialmente proposto para a questão de nº 40 e anular a questão de nº 49 e reclassificar o cargo com o gabarito e justificativas a seguir:

Questão nº 40: O candidato afirma em seu recurso que todas as alternativas da questão estão corretas, senão vejamos:

a) El Nino é um fenômeno que se caracteriza pela estabilidade da temperatura atmosférica; = Alternativa incorreta, pois este fenômeno altera as temperaturas e precipitações em diversas partes do mundo.

<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/influencia-el-nino-no-brasil.htm>

b) O fenômeno conhecido por inversão térmica, provoca a concentração de poluentes na baixa camada da atmosfera; = Questão correta.

c) Efeito estufa é um procedimento artificial criado pelo homem e desnecessário ao meio ambiente; = Alternativa incorreta, o efeito estufa é natural e intensificado pela ação humana.

<http://www.biojr.ib.usp.br/mitigacao-de-gases-do-efeito-estufa/efeito-estufa/>

d) O fenômeno conhecido como ilha de calor, se caracteriza pelo aumento de temperaturas nas periferias das cidades. = Alternativa incorreta, a ilha de calor caracteriza-se pelo de temperatura nas áreas centrais das cidades.

<http://www.unesp.br/aci/jornal/203/ilhas.php>

A banca decide por manter a alternativa "b" da questão.

Questão nº 49: Tanto a alternativa "a" quanto a "b" podem ser assinalada como correta, pois as Serras localizam-se nos planaltos. Portanto, a Banca Decide pela anulação da questão 49.

O gabarito do Cargo de Professor de Geografia fica da seguinte forma:

PROFESSOR DE GEOGRAFIA 20H									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	C	B	B	D	B	B	A	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	D	A	C	B	A	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	A	B	D	C	A	B	N	C

Por sua vez a classificação do cargo fica da seguinte forma:

PROFESSOR DE GEOGRAFIA 20H											
Inscrição	Candidato	CB	ESP			T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
58	JOÃO PEREIRA LIMA DA SILVA	1,80	3,00	0,00	0,00	4,80	5,00	4,84	REPROVADO(A)	--	08/02/1969
46	LUCIA PEREIRA ARAÚJO	1,60	2,80	0,00	0,00	4,40	0,00	3,52	REPROVADO(A)	--	10/08/1963
180	ANA ECILVIA DE SOUZA CARDOSO	0,80	2,20	0,00	0,00	3,00	5,00	3,40	REPROVADO(A)	--	05/09/1957
255	GENECI RIBEIRO LIMA	1,20	2,20	0,00	0,00	3,40	2,00	3,12	REPROVADO(A)	--	03/02/1979

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim,
03 de fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA
Presidente da Comissão

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA SELETIVO (1)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o Julgamento dos Recursos Contra Notas e Classificação Provisória do Processo Seletivo nº 03/2015 conforme segue:

RECURSO 01

A candidata de inscrição 031 impetrou recurso alegando que o magistério não foi contado como título.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. O edital não especifica que será atribuído nota a magistério.

RECURSO 02

A candidata de inscrição 044 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota de títulos alegando que a mesma apresentou declaração de conclusão de graduação.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A candidata apresentou declaração de conclusão de curso superior "graduação", porém a declaração está em nome de outra pessoa.

RECURSO 03

A candidata de inscrição 041 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota de títulos.

Despacho/Justificativa: DEFERIDO. A candidata apresentou títulos que geram a nota de 4,0 pontos, porém a mesma aparece com nota 3,0. Alterar a nota da candidata e reclassifica-la.

RECURSO 04

A candidata de inscrição 052 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota de títulos.

Despacho/Justificativa: DEFERIDO. A candidata apresentou títulos que geram a nota de 2,0 pontos, porém a mesma aparece com nota 1,5. Alterar a nota da candidata e reclassifica-la.

RECURSO 05

A candidata de inscrição 138 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota de títulos, pois a nota de títulos aparece como 0,00.

Despacho/Justificativa: DEFERIDO. A candidata apresentou títulos que geram a nota de 2,0 pontos, porém a mesma não foi computada.

Acrescentar nota 2,0 na prova de títulos e reclassifica-la.

RECURSO 06

A candidata de inscrição 010 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota de títulos.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A candidata encaminhou apenas um envelope contendo títulos e os mesmos foram computados no concurso público, desta forma a candidata não tem títulos a serem computados no seletivo.

RECURSO 07

A candidata de inscrição 270 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota de títulos.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A candidata encaminhou apenas um envelope contendo títulos e os mesmos foram computados no concurso público, desta forma a candidata não tem títulos a serem computados no seletivo.

RECURSO 08

A candidata de inscrição 123 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota de títulos.

Despacho/Justificativa: DEFERIDO. A candidata apresentou títulos que geram a nota de 4,0 pontos, porém a mesma aparece com nota 2,0. Alterar a nota da candidata e reclassifica-la.

RECURSO 09

A candidata de inscrição 051 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota da prova objetiva.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A nota da candidata condiz com o número de acertos do cartão resposta, cópia do cartão será enviado para o e-mail da candidata.

RECURSO 10

A candidata de inscrição 146 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota da prova objetiva.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A nota da candidata condiz com o número de acertos do cartão resposta, cópia do cartão será enviado para o e-mail da candidata.

RECURSO 11

A candidata de inscrição 096 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota da prova objetiva.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A nota da candidata condiz com o número de acertos do cartão resposta, cópia do cartão será enviado para o e-mail da candidata.

RECURSO 12

A candidata de inscrição 233 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota de títulos, pois a nota de títulos aparece como 0,00.

Despacho/Justificativa: DEFERIDO. A candidata apresentou títulos que geram a nota de 4,0 pontos, porém a mesma não foi computada. Acrescentar nota 4,0 na prova de títulos e reclassifica-la.

RECURSO 13

A candidata de inscrição 233 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota da prova objetiva.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A nota da candidata condiz com o número de acertos do cartão resposta, cópia do cartão será enviado para o e-mail da candidata.

RECURSO 14

A candidata de inscrição 005 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota da prova objetiva.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A nota da candidata condiz com o número de acertos do cartão resposta, cópia do cartão será enviado para o e-mail da candidata.

RECURSO 15

A candidata de inscrição 101 impetrou recurso solicitando alteração na classificação dos candidatos.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A classificação dos candidatos seguiu as regras estabelecidas em edital.

RECURSO 16

A candidata de inscrição 182 impetrou recurso solicitando alteração na classificação dos candidatos.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A conferência da habilitação mínima do cargo se dará na hora da contratação, sendo que o candidato que não comprovar essa habilitação não poderá assumir a vaga oferecida.

RECURSO 17

A candidata de inscrição 038 impetrou recurso solicitando a desclassificação de outra candidata.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Para o cargo de agente comunitário de saúde o candidato deve residir na área de atuação desde o dia de publicação do edital, porém essa conferência deve ser feita na hora da contratação.

RECURSO 14

A candidata de inscrição 085 impetrou recurso solicitando a revisão de sua nota da prova objetiva e nota final.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A nota da candidata condiz com o número de acertos do cartão resposta, cópia do cartão será enviado para o e-mail da candidata. A nota final segue a fórmula do item 6.3.4 do edital.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim, 03 de fevereiro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA
Presidente da Comissão

PP 03/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 06/2016

Pregão Presencial 03/2016 - Registro De Preço

Objeto: Contratação de Prestação de Serviço de Transporte Escolar no Interior do Município

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 17/02/2016 às 09:15 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com e site www.saojoaquim.sc.gov.br inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 03 de fevereiro de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 024/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRA Nº 375/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 024/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA (PROJETOS COMPLEMENTARES) PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA VILA FORMOSA, REAL PARQUE, FLORESTA, FAZENDA, FORQUILHAS E PARA A POLICLÍNICA DE CAMPINAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações, reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

EMPRESAS HABILITADAS:

- ENGELIX ENGENHARIA LTDA;
- MAGNUS PROJETOS, CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES COM. LTDA ME;
- MUNDO URBANO ECO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA ME;
- ESTEL ENGENHARIA LTDA EPP.

É o relatório.

ANÁLISE DA COMISSÃO

Em análise às propostas apresentadas pelas empresas habilitadas, a Comissão Permanente de Licitações constatou irregularidades em relação às propostas das empresas MUNDO URBANO ECO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA ME e MAGNUS PROJETOS, CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES COM. LTDA ME. As empresas descumpriram o item 12, subitem 12.5 do edital, que solicita:

“12.5 - O licitante deverá apresentar a composição analítica da Bonificação e Despesas Indiretas - BDI utilizados na sua proposta, que não poderá ser superior a 22,12% (vinte e dois vírgula doze por cento).” (grifo nosso)

Sendo assim, como o Edital determina, sem exceção, a apresentação da composição analítica da bonificação e despesas indiretas; e que tal composição não poderá ser superior a 22,12%, o descumprimento dessas exigências incorre em violação ao instrumento convocatório, tornando as propostas das empresas MUNDO URBANO e MAGNUS desclassificadas.

Em vista das irregularidades nas propostas apresentadas, por todo o exposto acima, à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

DECLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- MUNDO URBANO ECO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA ME e
- MAGNUS PROJETOS, CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES COM. LTDA ME;

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- ENGELIX ENGENHARIA LTDA;
- ESTEL ENGENHARIA LTDA EPP.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

1ª Classificada: ENGELIX ENGENHARIA LTDA: R\$ 169.806,79 (cento e sessenta e nove mil, oitocentos e seis reais e setenta e nove centavos).

2ª Classificada: ESTEL ENGENHARIA LTDA EPP: R\$ 225.767,65 (duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM) no dia 04/02/2016, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 03 de fevereiro de 2016.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Rejane Magali dos S. Medeiros	Kety Silva Trierveiler	
Membro da CPL	Membro da CPL	
Humberto Alcino da Silva		
Membro da CPL		

DECRETO Nº 5638/2016

DECRETO Nº 5638/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado PAULO GUSTAVO SALOMON para exercer o cargo de Secretário Adjunto de Serviços Públicos – SMA com lotação na Secretaria de Serviços Públicos, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 1º de fevereiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/2015 – PROCESSO Nº 499/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/2015 – Processo nº 499/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO, EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 04 de fevereiro de 2016 às 18h00min até dia 17 de fevereiro de 2016, às 13h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h30min do dia 17 de fevereiro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO PRESENCIAL 169/2015 – PROCESSO Nº 520/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 169/2015 – Processo nº 520/2015: Objeto: objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CERIMONIAS DE OUTORGA DE GRAU DOS GRADUANDOS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ – USJ A SEREM REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ - FUNDESJ. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 19/02/2016 às 14h15min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 19/02/2016 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 173/2015 – PROCESSO Nº 538/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 173/2015 – Processo nº 538/2015: Objeto: objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES E AUTARQUIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 18/02/2016 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 18/02/2016 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

RESOLUÇÃO Nº. 033/2015

RESOLUÇÃO Nº. 033/2015.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (cmdca)

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, órgão formulador, deliberativo e controlador das políticas e das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente Município de São José, criado por força da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), regido pela Lei Municipal nº 5.482 de 12 de maio 2015 (Política Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), conforme previamente deliberado na Reunião Plenária de 09/12/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado, nos termos do Anexo Único desta Resolução, o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), órgão normativo, deliberativo e controlador da política de atendimento à criança e ao adolescente, criado pela Lei Municipal nº. 5.482, de 12 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 09 de dezembro de 2015.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO N. 33 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ-CMDCA/SJ

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADE E OBJETIVOS

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), órgão normativo, deliberativo e controlador da política de atendimento à criança e ao adolescente, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos do art. 27, da Lei nº 5.482, de 12 de maio de 2015.

Art. 2º Nos termos do Art. 2º da Resolução 105/2005 do CONANDA, o CMDCA será composto paritariamente de representantes do governo e da sociedade civil organizada, garantindo-se a participação popular no processo de discussão, deliberação e controle da política de atendimento integral dos aos direitos da criança e ao

adolescente, que compreende as políticas sociais básicas e demais políticas necessárias à execução das medidas protetivas e socioeducativas dispostas nos arts. 87, 101 e 112, da Lei nº 8.069/90.

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – elaborar seu Regimento Interno;

II – eleger anualmente a sua mesa diretora, composta pelo presidente, vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário;

III – formular a política municipal de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução em todos os níveis;

IV – deliberar sobre:

a) a conveniência e a oportunidade de implementação dos programas, projetos e serviços destinados ao atendimento de crianças e adolescentes;

b) a criação de entidades governamentais ou a realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento a crianças e adolescentes; e

c) a destinação dos auxílios ou benefícios a serem concedidos a entidades não governamentais que tenham por objetivo proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, e fiscalizar a aplicação desses auxílios ou benefícios;

V – propor modificações nas estruturas das Secretarias e órgãos da Administração Municipal ligados à proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VI – efetuar e manter atualizado registro das entidades governamentais e não governamentais que desenvolvam programas, projetos e serviços com crianças e adolescentes, inscrever os respectivos programas, projetos e serviços de proteção e socioeducativos e suas alterações, dando ciência aos Conselhos Tutelares e à autoridade judiciária;

VII – fixar critérios de utilização, mediante planos de aplicação, das doações subsidiadas e demais receitas, destinando, necessariamente, percentual para o incentivo do acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado;

VIII – determinar e fiscalizar as competências da Coordenação Municipal do Fundo para a Infância e Adolescência, estabelecidas nos artigos 41 e 42 desta Lei;

IX – opinar sobre o orçamento municipal destinado à assistência social, saúde e educação, quando atinente à política de proteção à criança e ao adolescente, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;

X – estabelecer política de formação de pessoal, com vistas à qualificação do atendimento da criança e do adolescente;

XI – manter intercâmbio com entidades internacionais, federais e estaduais congêneres ou que tenham atuação em proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XII – realizar e incentivar campanhas promocionais de conscientização dos direitos da criança e do adolescente;

XIII – estabelecer critérios e organizar o processo para escolha dos Conselheiros Tutelares, observadas as competências estabelecidas nesta Lei;

XIV – realizar a prova referida na letra "a", inc. IX do art. 57 desta Lei de nº 5.482/2015, sob a fiscalização do Ministério Público;

XV - deliberar sobre os critérios de utilização das doações previstas no art. 260 da Lei nº 8.069/1990.

§ 1º A deliberação sobre os critérios de utilização das doações previstas no art. 260 da Lei nº 8.069/1990, deverá observar o Art. 40 da Lei Municipal 5.482/2015 e as Resoluções do CONANDA.

§ 2º Resolução específica versará sobre o registro das entidades governamentais e não governamentais que desenvolvam programas, projetos e serviços com crianças e adolescentes, inscrever os respectivos programas, projetos e serviços de proteção e socioeducativos e suas alterações.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO CMDCA

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por 18 (dezoito) membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I – 9 (nove) representantes do Poder Público Municipal, lotados da seguinte forma:

a) 3 (três) na Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) 1 (um) na Secretaria Municipal de Educação;

c) 1 (um) na Secretaria Municipal da Saúde;

d) 1 (um) no Centro Universitário Municipal de São José;

e) 1 (um) na Secretaria Municipal da Finanças;

f) 1 (um) na Fundação Municipal de Esporte e Lazer; e

g) 1 (um) na Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

II – 9 (nove) representantes de entidades não governamentais que exerçam trabalho direto com crianças e adolescentes.

§ 1º - Os representantes do Poder Executivo serão indicados pelo Prefeito Municipal para um mandato de 2 (dois) anos e, preferencialmente, deverão deter poder de decisão no âmbito de sua competência, resguardando-lhes, ainda, o direito de se afastar de suas atividades ordinárias provisoriamente, ou compensá-las quando em horário diverso do de expediente, para participar das atividades do CMDCA.

§ 2º - As entidades referidas no inciso II do caput deste artigo serão eleitas pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução, salvo se não houver número suficiente de novas entidades interessadas, quando se admitirá que haja tantas reconduções quanto necessárias, desde que observadas sua escolha na respectiva eleição do Fórum.

§ 3º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se entidades que exerçam trabalho direto com crianças e adolescentes aquelas que desenvolvem serviços, projetos ou programas específicos.

§ 4º - Cada entidade deverá indicar um Conselheiro Titular e um Suplente, sendo ambos vinculados diretamente à entidade e que nela desenvolvam suas atividades.

Art. 5º- A ausência injustificada de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente por 03(três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, no decurso do seu mandato, implicará:

I – a exclusão automática da respectiva entidade, sendo substituída por entidade eleita no Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitada a ordem de suplência; e

II – a cientificação do gestor do respectivo órgão municipal de origem, quando se tratar de representante do Poder Público Municipal.

Art. 6º- A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E DA FUNCIONALIDADE

Art.7º Os trabalhos do CMDCA serão desenvolvidos na forma de Reunião Plenária coordenada por uma Mesa Diretora.

Seção I Da Plenária

Art. 8º A Plenária do CMDCA é o órgão de deliberação máxima, composta por 18 (dezoito) membros, e suas decisões serão sempre por maioria simples.

Subseção I Da Convocação e da Pauta

Art. 9º As reuniões Plenárias serão:

I – ordinárias: convocadas pelo Presidente para as segunda quarta-feira de cada mês, com duração de três horas, primeira convocação 08:30 e segunda convocação 08:45. Em caso de feriado, a reunião será na quarta-feira subsequente;

II – extraordinárias: convocadas pelo Presidente, ou por decisão da maioria simples da Mesa Diretora ou da Plenária, sempre que necessário.

§ 1º A convocação das reuniões Plenárias poderá ser feita por ofício ou correio eletrônico, definindo a pauta, data, horário e o local das reuniões, devendo ser encaminhada aos Membros Titulares e aos Suplentes.

§ 2º As Reuniões Ordinárias deverão ser comunicadas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias e as extraordinárias com antecedência mínima de três dias úteis.

Subseção II

Do Funcionamento das Reuniões

Art. 10. A Plenária será instaurada com a presença da maioria absoluta de seus membros, obedecendo a seguinte ordem:

I - abertura e verificação do quórum;

II - justificativas de ausência;

III - leitura e aprovação da ata da reunião anterior;

IV - leitura de expediente, comunicação, requerimentos, moções, indicações e proposições;

V - discussão e deliberação sobre as matérias em pauta;

VI - distribuição de processos para elaboração dos respectivos pareceres por parte da Mesa Diretora e das comissões temáticas;

VII - sugestão da pauta para a reunião subsequente;

VIII - assuntos gerais.

Art. 11. As sessões serão declaradas abertas no horário previamente fixado, considerando-se os suplentes que estiverem substituindo os titulares. Conforme artigo 10.

§ 1º Os Conselheiros assinarão lista de presença, indicando sua condição de titular ou suplente.

§ 2º Todos os Conselheiros presentes em Reunião Plenária terão direito a voz, mas apenas os Membros Titulares e os Suplentes quando em substituição terão direito a 1 (um voto), competindo ao Presidente, além do voto nominal, a prerrogativa do voto de desempate.

§ 3º As deliberações e os assuntos tratados em reunião serão registrados em ata, que será submetida à aprovação na reunião subsequente.

§ 4º As reuniões Plenárias serão públicas, porém, pela natureza da matéria a Mesa Diretora poderá determinar o seu sigilo.

§ 5º A convite dos Conselheiros e com comunicação prévia à Mesa Diretora, poderão participar de reuniões e debates, com direito a voz, mas sem direito a voto, representantes de entidades ou pessoas capazes de contribuir para o esclarecimento de matéria em avaliação pelo Conselho.

Subseção III

Das Deliberações e dos Conselheiros

Art. 12. As deliberações da Plenária dar-se-ão da seguinte forma:

I – por maioria qualificada (2/3 do Colegiado):

a) matérias referentes à aplicação de leis e atos normativos de origem da Administração Municipal;

b) aprovação e alterações do Regimento Interno.

c) Eleição da mesa diretora.

II - por maioria absoluta (50% mais 1) dos membros presentes:

a) matérias incluídas na ordem do dia, ressalvado o disposto no inciso I;

b) as matérias não incluídas na ordem do dia que, por decisão da Mesa Diretora, sejam submetidas a deliberação da Plenária;

III – por maioria simples dos membros presentes, excluídos as abstenções, os votos brancos ou nulos: propostas, pareceres ou recomendações elaboradas ou encaminhadas pelas comissões temáticas.

a) eleição dos membros da Mesa Diretora;

Art. 13. As intervenções verbais durante as Plenárias terão a duração de 03 (três) minutos, podendo esse tempo ser prorrogado em mais 02 (dois) minutos pela Mesa Diretora, se necessário.

Art. 14. As denúncias recebidas pelo CMDCA serão distribuídas pela Secretaria Executiva para as Comissões Temáticas, comunicando respectivamente ao coordenador para as providências cabíveis, bem como também ao presidente.

Art. 15. O Conselho, quando entender oportuno, poderá, por meio de seus membros integrantes, convidar para participar de suas reuniões e atividades técnicas, representantes de instituições ou da sociedade civil.

Art. 16. A matéria que esta sendo relatada, com a participação do conselheiro suplente deverá ser esgotado com a participação deste, ainda que, nesse ínterim, compareça o titular.

Art. 17. São atribuições e deveres dos Conselheiros:

I - avaliar, examinar, deliberar e propor soluções para as matérias constantes das pautas e para os problemas submetidos ao Conselho, conforme suas atribuições e competências;

II - comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias e reuniões de comissões;

III - justificar as faltas a reuniões, por escrito;

IV - apresentar, em nome da Comissão de que participa, voto, parecer, proposta ou recomendação por ela defendida;

V - fornecer à Secretaria Executiva todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem na área de sua competência, sempre que os julgar importantes para o trabalho do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;

VI - participar de eventos de capacitação e aperfeiçoamento;

VII - exercer outras atribuições e atividades inerentes à sua função;

VIII - representar o Conselho quando designado pela Mesa Diretora;

IX - apresentar relatórios sempre que participar de eventos externos em representação do Conselho.

Art. 18. São prerrogativas dos Conselheiros:

I - declarar-se impedido de proceder à relatoria e de participar de comissões, justificando seu impedimento;

II - solicitar à Mesa Diretora a inclusão, na agenda de trabalhos, de assuntos que deseja discutir;

III - propor a convocação de sessões extraordinárias;

IV - proferir declaração de voto, quando assim o desejar;

V - requerer vista de processo em discussão e adiamento de votação;

VI - solicitar ao Presidente, e deliberar junto a plenária quando julgar necessária, a presença, em sessão, do postulante ou de titular de qualquer órgão para audiências que se mostrarem importantes ou indispensáveis;

VII - propor alteração do Regimento Interno;

VIII - votar e ser votado para os cargos e comissões do Conselho;

IX - requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;

X - requerer votação de matéria, em regime de urgência;

XI - apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos ligados à Política da Criança e do Adolescente;

XII - propor a criação de comissões temáticas e sugerir seus componentes;

XIII - participar e acompanhar os encontros e as conferências da área ou áreas afins, no País ou no exterior;

§ 1º O requerimento de vista de processos em discussão será deliberado pela plenária e, caso aprovado, será registrado em ata e devolvido com parecer no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis e, caso a matéria tramite em regime de urgência, a vista concedida será de 24 (vinte e quatro) horas

§ 2º O requerimento de adiamento de votação será submetido para a deliberação da Plenária.

Seção II

Da Mesa Diretora

Art. 19. A Mesa Diretora é órgão executivo da Plenária, composta pelos seguintes cargos:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1º Secretário;
- IV - 2º Secretário;

§ 1º Os integrantes da Mesa Diretora serão eleitos no entre os Conselheiros Titulares, por maioria qualificado, em reunião Plenária convocada pelo(a) titular da Secretaria de Assistência Social, preferencialmente na primeira reunião plenária após a posse.

§ 2º Até a eleição a presidência será exercida pelo conselheiro com maior idade.

Art. 20. Compete à Mesa Diretora:

- I - organizar e coordenar as reuniões Plenárias, ordinárias e extraordinárias, do CMDCA;
- II - dar encaminhamento as providências e as recomendações determinadas pela Plenária;
- III - divulgar, amplamente, as atividades e as deliberações do CMDCA;

Art. 21. A Mesa Diretora realizará reuniões periódicas internas, convocadas pelo Presidente, para organizar as Reuniões Plenárias e para atender às suas necessidades e competência.

Parágrafo Único. As reuniões da Mesa Diretora poderão ser estabelecidas em calendário próprio.

Subseção I

Do Presidente

Art. 22. O Presidente do CMDCA será eleito anualmente, em reunião Plenária convocada pelo (a) titular da Secretaria de Assistência Social.

§ 1º O Presidente terá mandato de 1 (um) ano, havendo alternância entre representantes do Poder Público e da Sociedade, ao final de cada mandato.

§ 2º O exercício da função de Presidente é intransferível e indelegável, cabendo ao Vice-Presidente substituí-lo na sua ausência ou impedimento. Na ausência do Vice-Presidente assumirá os trabalhos o 1º Secretário e na ausência deste último, assumirá os trabalhos o 2º Secretário.

§ 3º Havendo vacância do cargo, a Plenária deverá eleger um novo Presidente.

Art. 23. São atribuições do Presidente:

- I - convocar e presidir as reuniões Plenárias do CMDCA;
- II - divulgar, dar encaminhamento e fazer cumprir as decisões aprovadas pelo Conselho;
- III - coordenar a elaboração da pauta e especificar as atividades para cada reunião;

- IV - assinar documentos e os atos administrativos praticados;
- V - propor projetos e planos de ação;
- VI - sugerir os Membros das Comissões Temáticas e demais comissões especiais;
- VII - expedir normas complementares relativas ao funcionamento do Conselho, em decorrência da necessidade dos trabalhos;
- VIII - representar o Conselho perante órgãos, entidades e instituições, bem como em solenidades onde se fizer necessário, ou designar um membro do próprio Conselho como seu representante;
- IX - propor ou requerer aos Conselheiros esclarecimentos necessários à apreciação de assuntos pertinentes ao Conselho e solicitar pareceres;
- X - acompanhar os trabalhos das Comissões Temáticas e da Secretaria Executiva;
- XI - solicitar à instituição, poder ou entidade representada, a substituição sequenciais dos representantes titulares, quando ocorrer mais de 3(três) faltas injustificadas, no prazo de doze meses e ou

cinco alternadas.

XII - sugerir ao titular da Secretaria de Assistência Social, servidores da Administração para colaborarem em funções técnicas ou burocráticas, com ou sem indicação;

XIII - Sugerir titular da Secretaria de Assistência Social, quando necessário, o funcionário para o cargo de Secretario Executiva do Conselho;

XIV - solicitar recursos materiais e financeiros necessários ao funcionamento do CMDCA;

XV - participar das discussões realizadas na Plenária, nas mesmas condições dos demais Conselheiros;

XVI - dar conhecimento à Plenária, dos convites para participação em eventos externos, apresentando o nome do Conselheiro indicado;

XVII - desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da Mesa Diretora;

XVIII - decidir sobre questões de ordem;

XIX - cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno.

Subseção II

Do Vice-Presidente

Art. 24. São atribuições do Vice-presidente:

- I - auxiliar o Presidente em suas atribuições;
- II - substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos legais;
- III - desempenhar outras funções que lhe forem definidas pelo Plenário e/ou pelo Presidente do CMDCA.

Subseção III

Do 1º Secretário

Art. 25. Compete ao 1º Secretário:

- I - colaborar com a Mesa Diretora e demais membros do CMDCA em todos os assuntos, conforme solicitações;
- II - dar encaminhamento às deliberações do Plenário do CMDCA;
- III - acompanhar e avaliar o andamento das Comissões Temáticas permanentes ou transitórias instaladas pelo Conselho;
- IV - zelar pelo bom funcionamento da Secretaria Executiva do CMDCA;
- V - redigir ata da Reunião Plenária na ausência do Secretário Executivo.
- VI - substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos legais;
- VII - exercer outras funções que lhe forem delegadas pelo Plenário e/ou pelo Presidente.

Subseção IV

Do 2º Secretário

Art. 26 - Compete ao 2º Secretário:

- I - auxiliar o 1º Secretário em suas atribuições;
- II - substituir o 1º Secretário em suas faltas e impedimentos legais;
- III - exercer funções delegadas pelo Plenário e/ou pelo Presidente.

Seção III

Da Secretaria Executiva

Art. 27. A Secretaria Executiva é órgão de assessoramento técnico, administrativo e operacional do CMDCA.

§ 1º O Secretário Executivo será indicado pelo Executivo Municipal dentre os servidores do quadro da administração, consoante o Art. 32, da Lei Municipal 5.482/2015.

§ 2º A Secretaria Executiva funcionará nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, em horário previamente definido.

Art. 28. São atribuições do Secretário Executivo:

- I - dar assessoramento técnico, administrativo e operacional ao CMDCA, à Mesa Diretora e, em especial, ao Presidente;
- II - coordenar as atividades administrativas do Conselho;

III - organizar a pauta das reuniões e enviá-la aos membros do Conselho;

IV- prover os serviços de secretaria nas reuniões do Conselho, inclusive, elaborando as atas;

V- colher a assinatura dos Conselheiros na lista de presença e nas atas das reuniões após aprovação pela Plenária;

VI - organizar a documentação e numerar os atos praticados;

VII - manter em arquivo as atas das reuniões Plenárias, as listas de frequência, bem como enviar cópia desses documentos, quando solicitado, à Secretaria de Assistência Social.

VIII - encaminhar para publicação no Diário Oficial do Município as Deliberações da Plenária;

IX - organizar os serviços de arquivo e ementário de assuntos de interesse do Conselho, bem como das decisões tomadas em reuniões;

X - acompanhar e avaliar o andamento das Comissões Temáticas permanentes ou transitórias instaladas pelo Conselho;

XI - zelar pelo bom funcionamento da Secretaria Executiva do CMDCA;

XII - acompanhar os trabalhos e prestar apoio administrativo às Comissões Temáticas;

XIII - acompanhar a elaboração e a execução do Plano Anual de Trabalho, do Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros destinados ao CMDCA e da Proposta Orçamentária;

XIV- exercer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Plenário ou pelo Presidente, compatíveis com as suas funções.

Seção IV Das Comissões Temáticas

Art. 29. As Comissões Temáticas, de constituição permanente, serão instâncias de articulação do CMDCA com a finalidade de discutir, emitir pareceres, promover e propor consensos, estratégias e metodologias relativas às áreas de que trata a Política Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 30. As Comissões Temáticas serão constituídas em Plenária, com a função de assessorar tecnicamente o CMDCA e terão as seguintes designações e atribuições:

I - Comissão de Políticas da Infância e Adolescência:

a) Acompanhar e avaliar a execução da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, definindo prioridades e controlando suas ações e execuções, elaborando ainda parecer anual para aprovação do Conselho Municipal;

b) Acompanhar o desenvolvimento do Plano Municipal para a Infância e Adolescência, elaborando pareceres para aprovação do Conselho Municipal;

c) Identificar informações, dados e indicadores da infância e adolescência do município para elaboração e acompanhamento do Plano Municipal para a Infância e Adolescência, podendo para isto propor instrumentais para levantamento de dados;

d) Promover junto ao Conselho a realização bial de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência, bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito da competência do CMDCA.

e) Acompanhar os trabalhos das conferências municipais, estaduais e federal, bem como, monitorar a efetivação das deliberações aprovadas nestas instâncias, para informar ao CMDCA;

f) Elaborar processos para a mobilização da comunidade e de organizações não governamentais e governamentais na promoção dos direitos da criança e do adolescente no município;

g) Incentivar e propor estudos e pesquisas relativos à criança e ao adolescente, com finalidade de fornecer subsídios para formulação e avaliação das Políticas de atendimento.

II - Avaliação, Acompanhamento e Fiscalização de Programas:

a) Analisar pedidos de inscrição de programas das entidades governamentais e não governamentais, e emitir pareceres para apreciação da Plenária do CMDCA.

b) Acompanhar e fiscalizar os programas de entidades não governamentais e de entidades governamentais inscritas no CMDCA e

emitir pareceres para apreciação da Plenária.

c) Emitir pareceres ao CMDCA sobre suspensão ou cancelamento de inscrições de Programas.

d) Apresentar relatório anual das inscrições, suspensão e cancelamentos de programas ao CMDCA.

e) Propor ao Conselho a conveniência e oportunidade de implementação de programas de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente no município.

f) Reavaliar os programas a cada dois (2) anos e emitir pareceres ao Conselho utilizando como critérios da Legislação em vigor.

III - Finanças e Comunicação:

a) Elaborar o Plano de Aplicação Anual dos recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA) para propor à Plenária.

b) Acompanhar e emitir parecer sobre a gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

c) Acompanhar e emitir parecer sobre doações do FIA, nos termos da legislação em vigor.

d) Prestar contas ao CMDCA anualmente dos recursos destinados aos convênios e das regularidades das ações pertinentes ao FIA.

e) Acompanhar anualmente a apuração do Orçamento Criança e Adolescente (OCA) no município.

f) Colaborar na elaboração da proposta orçamentária destinada à execução de políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente, inclusive a que se refere aos conselhos tutelares.

g) Propor procedimentos para campanhas de mobilização pelos direitos da criança e do adolescente, de divulgação do CMDCA e de captação de recursos para o FIA.

h) Elaborar peças de comunicação de campanhas de divulgação dos direitos da criança e do adolescente, do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, do CMDCA e do FIA.

i) Analisar solicitações e emitir pareceres sobre a vinculação do nome e da logomarca do CMDCA em materiais impressos e meios eletrônicos e submeter apreciação da Plenária.

j) Contribuir com o CMDCA e Órgão Gestor, na elaboração de critérios e instrumental para distribuição dos recursos do FIA no âmbito dos direitos da Criança e do Adolescente.

IV - Inscrição, Registro e Normas:

a) Analisar e emitir pareceres sobre pedidos e manutenção de registro das entidades sociais de acordo com as normativas estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

b) Analisar e emitir pareceres acerca de suspensão e cancelamento de registros de entidades no CMDCA.

c) Propor critérios e instrumental referente ao processo de registro e cadastro das entidades sociais;

d) Propor critérios e instrumental para a inscrição dos programas dos órgãos governamentais e não governamentais;

e) Apresentar relatório anual dos registros, cancelamentos e outras normatizações ao CMDCA;

f) Apresentar, analisar, propor e dar pareceres sobre legislação / normatizações pertinentes ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

V - Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Conselho Tutelar:

a) Exercer o acompanhamento e fiscalização permanente da gestão dos Conselhos Tutelares, elaborando pareceres para apresentação ao CMDCA, com exceção das atribuições previstas SEÇÃO V, da Lei Municipal 5.482/2015.

b) Criar instrumental de acompanhamento dos trabalhos dos Conselhos Tutelares.

c) Propor a criação de instrumentais e formas de relacionamento dos Conselhos Tutelares com o governo municipal e órgãos da sociedade.

d) Emitir parecer acerca do Regimento Interno dos Conselhos Tutelares, verificando a concordância com as diretrizes da Lei Municipal 5482/2015, das Resoluções do CONANDA e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

e) Propor ao CMDCA mediante a conveniência e oportunidade a contratação de cursos de capacitação e de formação continuada e ou organização de palestras aos conselheiros tutelares e conselheiros de direitos, para melhor entendimento das atribuições dos Conselhos Tutelares frente ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

f) Propor ao CMDCA a organização de audiência pública anual, para a prestação de contas dos Conselhos Tutelares.

Art. 31. Cabe à Plenária do Conselho indicar ou aprovar a indicação dos componentes das Comissões Temáticas, bem como dos seus Coordenadores.

Art. 32. Poderão participar das atividades das Comissões Temáticas, a convite de seu Coordenador, e com aprovação da Plenária do Conselho, sem direito a qualquer remuneração ou ressarcimento, representantes de organizações dos setores público e privado e da sociedade civil organizada, que atuem na área da Política da Criança e do Adolescente.

§ 1º O Coordenador de Comissão Temática será um Conselheiro titular do CMDCA.

§ 2º As Comissões Temáticas serão constituídas de no mínimo 3 (três) membros.

§ 3º Os Membros Suplentes do CMDCA deverão compor as Comissões Temáticas.

Art. 33. As Comissões Temáticas reunir-se-ão de acordo com calendário previamente aprovado ou quando convocada por solicitação do seu Coordenador.

Parágrafo Único. A reunião será instalada com a presença da maioria simples dos seus membros.

Art. 34. As reuniões serão registradas em atas e assinadas pelos membros presentes, após a sua aprovação.

Art. 35. As decisões das Comissões Temáticas serão tomadas por maioria simples de votos.

Art. 36. As proposições, pareceres ou decisões das Comissões serão encaminhados para apreciação da Plenária do Conselho, datadas e assinadas pelo Coordenador e membros da respectiva Comissão.

Art. 37. Os atos das Comissões Temáticas poderão ser revistos, em qualquer tempo, por solicitação da Plenária CMDCA.

Art. 38. As Comissões Temáticas poderão realizar sessões conjuntas quando o assunto assim o exigir.

Art. 39. Caberá à Plenária do CMDCA, em maioria simples, aprovar ou rejeitar, parcial ou integralmente, os pareceres, proposições e atos encaminhados pelas Comissões.

Art. 40. São atribuições comuns aos Coordenadores das Comissões Temáticas:

I - coordenar as atividades da Comissão;

II - convocar e coordenar os trabalhos nas reuniões da Comissão;

III - assinar as atas das reuniões, expedientes e pareceres;

IV - representar a Comissão Temática perante o Plenário do Conselho;

VI - assegurar o apoio logístico necessário ao pleno funcionamento da Comissão.

Art. 41. Excepcionalmente, para desenvolvimento de suas atividades, a Plenária do CMDCA poderá criar Comissões Especiais ou Grupos de Trabalho.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42. O CMDCA será instalado em local disponibilizado pela Secretaria de Assistência Social.

Art. 43. Os casos omissos e as dúvidas de interpretação deste Regimento Interno serão deliberados pela Plenária do Conselho por maioria absoluta.

Art. 44. As propostas de alteração do presente Regimento Interno deverão ser feitas por escrito e encaminhadas à Mesa Diretora para análise e deliberação da Plenária.

Art. 45. O presente Regimento Interno entrarem vigor da data da sua publicação, observado o inciso I, do Art. 31, da Lei Municipal 5.482/2015.

São José, 09 de dezembro de 2015.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

TERMO ADITIVO/TA Nº 248/2014-02 – TP 022/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 248/2014-02 – TP 022/2014 - Processo 269/2014 – Contratado: ANDRESUL EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA COZINHA, DESPENSA, REFEITÓRIO/PÁTIO COBERTO, DIREÇÃO, SALA DOS PROFESSORES, LAVANDERIA E SANITÁRIOS DO CEI JARDIM PINHEIROS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Readequação Qualitativa: o Contrato nº 248/2014 contará com itens novos em seu projeto (conforme planilha de fls. 41/44 e justificativa de fls. 33/40), os quais representam 14,65% do valor inicialmente contratado, perfazendo a importância de R\$ 35.880,05 (trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta reais e cinco centavos). Supressão: Nos termos do art. 65, I, "b" e §1º da Lei nº 8.666/1993 e conforme solicitação e justificativa firmadas no Processo Administrativo nº 29.687/2015, ficam alterados os seguintes itens do Contrato nº 248/2014: 5.2 e 5.4 da planilha de fls. 33/40, representando uma supressão de 2,07%, que corresponde à importância de R\$ 5.082,99 (cinco mil, oitenta e dois reais e noventa e nove centavos). Prorrogação do Prazo: ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 248/2014 por mais 90 (noventa) dias, com efeitos a partir do dia posterior aos termos do contrato originário, considerando a paralisação efetuada. Valor do Contrato: O valor do Contrato é de R\$ 301.308,84 (trezentos e um mil, trezentos e oito reais e oitenta e quatro centavos), e vigorará com a importância global de R\$ 332.105,90 (trezentos e trinta e dois mil, cento e cinco reais e noventa centavos). Data da assinatura: 22 de janeiro de 2016.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 27/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 27/2015.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CENTRO EDUCACIONAL PRINCÍPE DA PAZ.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 202 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2016 a 30/12/2016.

VALOR: R\$ 822.948,00 divididos em 11 parcelas.

LOCAL E DATA: São José, SC, 22 de janeiro de 2016.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Daniela da Silva Fraga e Ivonete Aparecida Sartor.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 005/2016**

PORTARIA Nº 005/2016

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I - CONCEDER trinta (30) dias de férias ao Servidor: GABRIEL NIENCHOTTER a partir de 01/02/2016 a 02/03/2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

III - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 01 de fevereiro de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.707/2016

DECRETO Nº 5.707, DE 22 DE JANEIRO DE 2016
"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício, de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal ANA PAULA BIANCHINI, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, Grupo ANS, Matrícula nº 1887, no período de 22 de janeiro de 2016 a 26 de janeiro de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 22 de janeiro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 5.708/2016

DECRETO Nº 5.708, DE 25 DE JANEIRO DE 2016
"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício, de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal VANUSA ZINI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – Saúde I, Grupo TSG, nível 01, Matrícula nº 1530, a partir de 25 de janeiro de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 25 de janeiro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 5.709/2016

DECRETO Nº 5.709, DE 25 DE JANEIRO DE 2016
"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício, de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal MIRIA SALETE LORSCHETER SPIRONELLO, ocupante do cargo efetivo de Professora, Classe QE, Nível 03, Matrícula nº 241, designada para suporte pedagógico junto a Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 25 de janeiro de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 25 de janeiro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 5.710/2016

DECRETO Nº 5.710, DE 25 DE JANEIRO DE 2016
"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício, de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal MARISA ONGARATTO BONIATTI, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitário, Grupo AIM, nível 07, Matrícula nº 2696, a partir de 25 de janeiro de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 25 de janeiro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 5.711/2016

DECRETO Nº 5.711, DE 25 DE JANEIRO DE 2016
"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício, de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal SUELI CARMELA ROCKENBACH, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Secretaria, Grupo DAC, nível 12, Matrícula nº 3022, a partir de 25 de janeiro de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 25 de janeiro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 5.712/2016

DECRETO Nº 5.712, DE 25 DE JANEIRO DE 2016
"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício, de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal ADRIANA PELISSER, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, Grupo PSF, Matrícula nº 2444, a partir de 25 de janeiro de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 25 de janeiro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 5.713/2016

DECRETO Nº 5.713, DE 27 DE JANEIRO DE 2016
"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias do funcionário público municipal MAURO WEBER, ocupante do cargo efetivo de Professor, nível 03, Classe E, Matrícula nº 1537, designado para atuar no suporte pedagógico junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 27 de janeiro de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 27 de janeiro de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 5.714/2016

DECRETO Nº 5.714, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, ANDRESSA FATIMA NEUMANN, para exercer o cargo de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS I, carga horária de 160 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, classificada em 14º lugar, média final 4,00, a partir de 01 de fevereiro de 2016, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 5.715/2016

DECRETO Nº 5.715, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016
"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal LORINDA SILVESTRE DE VARGAS, ocupante do cargo efetivo de telefonista, Grupo SAU, Matrícula nº 31, no período de 01 de fevereiro a 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 01 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 5.716/2016

DECRETO Nº 5.716, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016
"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal JOANA ANZOLIN, ocupante do cargo comissionado de Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Grupo DAC, nível 19, Matrícula nº 3069, no período de 01 de fevereiro a 11 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 01 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 5.717/2016

DECRETO Nº 5.717, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
"CRIA COMISSÃO ESPECIAL E NOMEIA SEUS MEMBROS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990, Lei Complementar nº 009/2005, de 27 de setembro de 2005 e Lei Complementar nº 052/2015, de 17 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Especial composta pelos seguintes servidores públicos municipais: LUIZ CARLOS BATTAGLIN, ELANDIR JOÃO ZANARDI, JULIANA DEMARCO, ISETE BASSANI ROSA, e ELIZANDRA SIMONE SANTIN CANTON, para sob a presidência do primeiro e vice-presidência do segundo, analisar e julgar aos pedidos de isenção do IPTU do Exercício 2016, conforme artigo 139 da Lei Complementar nº 009/2005, de 27 de setembro de 2005, do Código Tributário Municipal e alterações da Lei Complementar nº 052/2015, de 17 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.718/2016

DECRETO Nº 5.718, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016
"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal GENECI MARIA ESCHER FAVERO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº 1403, Grupo TSG, Nível 01, a partir de 03 de fevereiro de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 03 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.719/2016

DECRETO Nº 5.719, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016
"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias do funcionário público municipal LEOMAR LUIZ LOHMANN, ocupante do cargo de Motorista, Matrícula nº 1239, Grupo TSG, Nível 08, a partir de 03 de fevereiro de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 03 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.720/2016

DECRETO Nº 5.720, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016
"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias do funcionário público municipal EDSON FINGER, ocupante do cargo de Assistente Social, Matrícula nº 3.111, Grupo ANS, Nível 08, a partir de 03 de fevereiro de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 03 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.721/2016

DECRETO Nº 5.721, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
"DECRETA PONTO FACULTATIVO".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos IX e XXXVI do Art.69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais, nos dias 08 e 09 de fevereiro de 2016, em virtude do Feriado de Carnaval.

Parágrafo primeiro. Os serviços emergenciais na área da saúde estarão de plantão para qualquer eventualidade, junto à Associação Beneficente Hospitalar de Cedro.

Parágrafo segundo. Os serviços emergenciais prestados pelo SEMAE, para eventualidades relacionadas ao abastecimento de água, serão prestados pelo plantão previamente estabelecido pelo órgão.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 03 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

MONITOR DE CRECHE

FRANCIELE CRISTINA MAYER KAUFER KLAUCH
MARISETE ZACHI
CRISTIANE GARBIN
FRANCIELE HERBERT MANTOVANI

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2016

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

SILVIA BRUSAMARELLO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de fevereiro de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO Nº. 001/CMS/2016

RESOLUÇÃO Nº. 001/CMS/2016

"APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS TRIMESTRAL, RELATIVA AO 4º TRIMESTRE DE 2015".

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, com fundamento em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto no inciso VI, do artigo 9º, da Lei nº. 3.788, de 07 de dezembro de 2010, conforme deliberação da Reunião Ordinária nº 001/2016, realizada no dia 28 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR a Prestação de Contas Trimestral, relativa ao 4º Trimestre do ano de 2015, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº. 141, de 13 de Janeiro de 2012, que regulamenta a Emenda Constitucional nº. 29.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 01 de Fevereiro de 2016.

FRANCYELY CASAGRANDA,
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário do Conselho Municipal de Saúde.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
www.diariomunicipal.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº. 002/CMS/2016

RESOLUÇÃO Nº. 002/CMS/2016

"APROVA A PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE - 2016".

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, com fundamento em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto no inciso VI, do artigo 9º, da Lei nº. 3.788, de 07 de dezembro de 2010, conforme deliberação da Reunião Ordinária nº 001/2016, realizada no dia 28 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR a Programação Anual de Saúde referente ao ano de 2016, que operacionaliza do Plano Municipal de Saúde 2014 - 2017.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2016.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 01 de Fevereiro de 2016.

FRANCYELY CASAGRANDA,
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário do Conselho Municipal de Saúde.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
www.diariomunicipal.sc.gov.br

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 07/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 07/2016
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 04/2016

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Prefeito Municipal, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação por Inexigibilidade tendo como objeto: Contratação de instituição especializada para formação de professores, especialistas e equipe pedagógica e demais servidores da Secretaria Municipal de Educação da Rede Municipal de Ensino Fundamental, que será realizado no Salão Paroquial no Município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: MAXXI CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA. Valor Total de R\$ 4.500,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312005.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de fevereiro de 2016
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 08/2016
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 05/2016

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Prefeito Municipal, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação por Inexigibilidade tendo como objeto: Contratação de instituição especializada para formação de professores, especialistas e equipe pedagógica e demais servidores da Secretaria Municipal de Educação da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, que será realizado no Salão Paroquial no Município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: VM TREINAMENTO CAPACITAÇÃO E EVENTOS LTDA - ME. Valor Total de R\$ 6.000,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312005.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de fevereiro de 2016
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 09/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 09/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 06/2016

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Prefeito Municipal, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: aquisição de combustíveis destinados aos veículos, máquinas e equipamentos vinculados nas Secretarias Municipais, conforme edital, necessidade emergencial, para suprir, momentaneamente, a frota municipal. Contratado: STANG & STANG LTDA, Valor Total de R\$ 9.430,47. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312005.

São Miguel do Oeste – SC, 03 de fevereiro de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 019/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 019/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora LUCINEIA VIEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 006.007.999-13, residente a Rua Bertolino Manoel Dutra, nº 141, Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 04/02/2016, findando no dia 01/08/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal nº 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente,

na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

LUCINEIA VIEIRA
CONTRATADA

Testemunhas:

PLANILHA RETIFICADA DO EDITAL 08.2016

			PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA			
			EDITAL 08/2016			
MATERIAL E SERVIÇO – PLANILHA RETIFICADA						
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Unitários	Totais	
1	8	und	PERFIL DUTO SISTEMA (CANALETA) 53X15MMX2M COM TAMPA (BRANCA)	R\$45,42	R\$ 363,36	
2	8	und	TAMPA TERMINAL DA CANALETA 53X15MM (BRANCA)	R\$1,95	R\$ 15,60	
3	4	und	MODULO TOMADA DE TELEFONE C/ CONECTOR RJ45 (BRANCO)	R\$16,15	R\$ 64,60	
4	4	und	MODULO TOMADA DE TELEFONE C/ CONECTOR RJ11 (BRANCO)	R\$ 2,42	R\$ 9,68	
5	10	MT	SPIRAL TUBO 1/2 BRANCO	R\$ 2,45	R\$ 24,50	
6	5	und	CAIXA DE LUZ 4X2 (PVC)	R\$ 2,21	R\$ 11,05	
7	5	und	SUPORTE PARA PLACA 4X2	R\$ 2,72	R\$ 13,60	
8	5	und	PLACA 4X2 (BRANCO)	R\$15,50	R\$ 77,50	
9	3	und	MODULO CEGO 1M 2 PEÇAS (BRANCO)	R\$ 3,50	R\$ 10,50	
10	4	und	MODULO INTERRUPTOR SIMPLES 16A (BRANCO)	R\$ 5,50	R\$ 22,00	
11	4	und	MODULO TOMADA 2P+T 10A (BRANCO)	R\$ 9,10	R\$ 36,40	
12	1	und	SPOT TRILHO DE ALUMINIO PARA 4 LÂMPADAS (BRANCO)	R\$ 199,00	R\$ 199,00	
13	4	und	LAMPADA LED PAR 20 7W BRANCA BIVOLT	R\$ 57,09	R\$ 228,36	
14	2	und	CAIXA DE TOMADA PARA TELEFONE POR BAIXO 53X15MM	R\$ 7,13	R\$ 14,26	
15	12	und	CAIXA DE TOMADA PARA TELEFONE PELA FRENTE 53X15MM	R\$ 7,13	R\$ 85,56	
16	2	und	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO 16MM	R\$ 3,55	R\$ 7,10	
17	2	und	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO 25MM	R\$ 4,19	R\$ 8,38	
18	12	und	TERMINAL COMPRESSÃO MAÇICO CURTO P/CABO FLEX 6/10MM	R\$ 7,76	R\$ 93,12	
19	1	und	DISJUNTOR MONOPOLAR 50A	R\$ 17,05	R\$ 17,05	
20	1	und	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PVC 18/24 DISJUNTORES C/ TAMPA (BRANCO)	R\$ 98,90	R\$ 98,90	
21	2	und	BARRAMENTO PENTE MONOFASICO 80A 12 PINOS	R\$ 10,30	R\$ 20,60	
22	1	und	DISJUNTOR MONOPOLAR 40A CURVA	R\$ 9,10	R\$ 9,10	
23	1	und	INTERRUPTOR BIPOLAR DR RDW 40A - 30mA	R\$ 111,95	R\$ 111,95	
24	2	und	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO 20KA 275V CLASSE II	R\$ 58,35	R\$ 116,70	
25	3	peca	HASTE DE ATERRAMENTO DE COBRE 5/8 X 2,40M	R\$ 26,70	R\$ 80,10	
26	1	und	GRAMPO PARA HASTE 1/2 E 5/8'	R\$ 2,67	R\$ 2,67	
27	50	metro	MANGUEIRA FLEXIVEL CORRUGADA 25MM	R\$ 1,24	R\$ 62,00	
28	4	und	CAIXA DE LUZ 4X4 FUNDO MÓVEL OCTAGONAL 5CM	R\$ 1,50	R\$ 6,00	

29	4	und	DISJUNTOR MONOPOLAR 25A CURVA	R\$ 6,90	R\$ 27,60		
30	4	und	DISJUNTOR MONOPOLAR 20A CURVA	R\$ 6,90	R\$ 27,60		
31	4	und	DISJUNTOR MONOPOLAR 16A CURVA	R\$ 6,90	R\$ 27,60		
32	2	und	DISJUNTOR MONOPOLAR 32A CURVA	R\$ 6,90	R\$ 13,80		
33	2	ROLO	FITA ISOLANTE ANTI CHAMA 19MM X 20M	R\$ 7,30	R\$ 14,60		
34	10	und	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40W FRIA T10 LUZ DO DIA	R\$ 4,70	R\$ 47,00		
35	22	und	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 20W FRIA T10 LUZ DO DIA	R\$ 5,20	R\$ 114,40		
36	5		REATOR ELETRONICO PARA 2 LÂMPADAS TUBULAR 40W	R\$ 36,00	R\$ 180,00		
37	11	und	REATOR ELETRONICO PARA 2 LÂMPADAS TUBULAR 20W	R\$ 25,00	R\$ 275,00		
38	70	und	SOQUETE PARA FLORESCENTE COM RABICHO T8/T10	R\$ 0,81	R\$ 56,70		
39	1	SERV	MÃO DE OBRA REFERENTE A INSTALAÇÃO ELETRICA DE CIRCUITO INDEPENDENTE PARA O MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VIDEO JUNTO A DELEGACIA DE POLICIA MILITAR DO MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.	R\$ 4.980,00	R\$ 4.980,00		
40	1	Rolo	CABO COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 750v 2,50mm2 AZ	R\$ 92,94	R\$ 92,94		
41	1	Rolo	CABO COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 750v 2,50mm2 PT	R\$ 92,94	R\$ 92,94		
42	1	Rolo	CABO COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 750v 2,50mm2 VD	R\$ 92,94	R\$ 92,94		
43	10	Metro	CABO COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 750v 6,00mm2 AZ	R\$ 2,26	R\$ 22,60		
44	10	Metro	CABO COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 750v 6,00mm2 PT	R\$ 2,26	R\$ 22,60		
45	10	Metro	CABO COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 750v 6,00mm2 VD	R\$ 2,24	R\$ 22,40		
46	60	Metro	CABO COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 750v 10,00mm2 AZ	R\$ 4,30	R\$ 258,00		
47	60	Metro	CABO COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 750v 10,00mm2 PT	R\$ 4,30	R\$ 258,00		
48	60	Metro	CABO COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 750v 10,00mm2 VD	R\$ 4,30	R\$ 258,00		
					R\$ 8.694,36		
			Valor Global R\$ 8.694,36 (oito mil e seiscentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos).				

1.0- A CONTRATADA DEVERÁ REALIZAR AS MODIFICAÇÕES ELETRICAS DESDE O RAMAL DE ENTRADA DE ENERGIA ATÉ O QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO.

2.0- A Contratada deve proceder à instalação dos equipamentos e acessórios integrantes do sistema de vigilância eletrônica obedecendo às normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.0- Após concluir os serviços de instalação, a Contratada deve retirar todo o material existente, entulho ou quaisquer materiais remanescentes do trabalho executado. Os locais deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, bem como acompanhar os padrões estéticos da Contratante.

			PLANILHA RETIFICADA				
			São Pedro de Alcântara/SC, 02 de fevereiro de 2016				
			EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO				
			Prefeito Municipal e.e				

PORTARIA N.º 045/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 045/2016

NOMEIA, DÁ POSSE e determina o início do EXERCÍCIO de JOSÉ MARIO DE CASTRO para o Cargo de Provimento Efetivo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 14 e 15, da Lei Complementar n.º 05/1997 RESOLVE:

Art. 1.º- Nomeia-se JOSÉ MARIO DE CASTRO para o Cargo de Provimento Efetivo de Motorista II, Grupo II, Atividade de Nível Operacional – ANO, Letra A, com vencimento inicial de R\$ 1.247,49 (um mil duzentos e quarenta sete reais e quarenta nove centavos), carga horária semanal de 40 horas, em virtude de sua classificação n.º. 02 no Concurso Público Municipal – Edital n.º 001/2015, homologado em 17 de julho de 2015.

Art. 2.º- Neste mesmo ato dá-se POSSE ao servidor acima nomeado.

Parágrafo único. O servidor aqui nomeado e empossado entre em exercício neste dia 04/02/2016.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 046/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 046/2016

NOMEIA, DÁ POSSE e determina o início do EXERCÍCIO de ANGELA DE ALMEIDA E SILVA para o Cargo de Provimento Efetivo de Professora II Horista - Língua Portuguesa.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 14 e 15, da Lei Complementar n.º 05/1997 RESOLVE:

Art. 1.º- Nomeia-se ANGELA DE ALMEIDA E SILVA para o Cargo de Provimento Efetivo de Professora II Horista – Língua Portuguesa, Grupo Docente, Letra A, com vencimento inicial de R\$ 15,31 (quinze reais e trinta um centavos) por hora/aula, carga horária de 16 horas/aulas semanais, em virtude de sua classificação n.º. 01 no Concurso Público Municipal – Edital n.º 001/2015, homologado em 17 de julho de 2015.

Art. 2.º- Neste mesmo ato dá-se POSSE a servidora acima nomeada.

Parágrafo único. A servidora aqui nomeada e empossada entre em exercício neste dia 04/02/2016.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 047/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 047/2016

Admite em Caráter Temporário LUCINEIA VIEIRA para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, LUCINEIA VIEIRA para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 019/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 048/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 048/2016

NOMEIA, DÁ POSSE e determina o início do EXERCÍCIO de ALINA LOPES GÓYA para o Cargo de Provimento Efetivo de Professora II Horista - Ciências.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 14 e 15, da Lei Complementar n.º 05/1997 RESOLVE:

Art. 1.º- Nomeia-se ALINA LOPES GÓYA para o Cargo de Provimento Efetivo de Professora II Horista – Ciências, Grupo Docente, Letra A, com vencimento inicial de R\$ 15,31 (quinze reais e trinta um centavos) por hora/aula, carga horária de 12 horas/aulas semanais, em virtude de sua classificação n.º. 01 no Concurso Público

Municipal – Edital n.º 001/2015, homologado em 17 de julho de 2015.

Art. 2.º- Neste mesmo ato dá-se POSSE a servidora acima nomeada.

Parágrafo único. A servidora aqui nomeada e empossada entre em exercício neste dia 04/02/2016.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

TERMO DE POSSE DA SRA. ANGELA DE ALMEIDA E SILVA EDITAL 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

TERMO DE POSSE da Sra. ANGELA DE ALMEIDA E SILVA para o Cargo de Provimento Efetivo de Professora II Horista – Língua Portuguesa.

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e.e, EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, no Gabinete do Prefeito Municipal, compareceu a Sra. ANGELA DE ALMEIDA E SILVA, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de São Pedro de Alcântara/SC, a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de Professora II Horista – Língua Portuguesa, em razão de sua aprovação na classificação n.º 01, no Concurso Público n.º 001/2015.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao emprego em que sou investida, envidando todo esforço e tudo quanto em mim couber ao bem no Município e dos meus concidadãos.”.

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

ANGELA DE ALMEIDA E SILVA

Empossada

TERMO DE POSSE DA SRTA. ALINA LOPES GÓYA EDITAL 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

TERMO DE POSSE da Srta. ALINA LOPES GÓYA para o Cargo de Provimento Efetivo de Professora II Horista – Ciências.

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e.e, EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, no Gabinete do Prefeito Municipal, compareceu a Srta. ALINA LOPES GÓYA, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de São José/SC, a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de Professora II Horista – Ciências, em razão de sua aprovação na classificação n.º 01, no Concurso Público n.º 001/2015.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao emprego em que sou investida, envidando todo esforço e tudo quanto em mim couber ao bem no Município e dos meus concidadãos.”.

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

ALINA LOPES GÓYA

Empossada

TERMO DE POSSE DO SR. JOSÉ MARIO DE CASTRO EDITAL 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

TERMO DE POSSE do Sr. JOSÉ MARIO DE CASTRO para o Cargo de Provimento Efetivo de Motorista II.

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e.e., EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, no Gabinete do Prefeito Municipal, compareceu o Sr. JOSÉ MARIO DE CASTRO, brasileiro, união estável, residente e domiciliado no Município de São Pedro de Alcântara/SC, a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de Motorista II em razão de sua aprovação na classificação n.º 02, no Concurso Público n.º 001/2015.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao emprego em que sou investido, envidando todo esforço e tudo quanto em mim couber ao bem no Município e dos meus concidadãos.”.

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

JOSÉ MARIO DE CASTRO

Empossado

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 04/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 04/2016-PMS

Dispensa de Licitação nº. 03/2016-PMS - Processo nº. 06/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LIBERTE VEÍCULOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.796.973/0004-94, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba nº. 1292, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-501.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para revisão dos 40.000 km, Fluence DYN 2.0, placa MLO2393, 2013/2014, na cor prata lotado no Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Filtro óleo fluence	1	Unidade	36,34	36,34
02	Filtro ar fluence caixa	1	Unidade	87,98	87,98
03	Filtro habitaculo fluence	1	Unidade	47,55	47,55
04	óleo 10W40	5	Litro	30,34	151,70
05	Filtro combustível	1	Unidade	37,20	37,20
06	Arruela de vedação bujao	1	Unidade	5,23	5,23
07	desarbonizante stp	1	Unidade	40,00	40,00
08	Limpa parabrisa	1	Unidade	10,00	10,00
09	Limpa freio stp	1	Unidade	60,00	60,00
10	Revisão de 40.000km	2	Unidade	153,50	307,00
11	Balanceamento das rodas	0,4	Unidade	100,00	40,00
12	Geometria	0,6	Unidade	100,00	60,00
13	pacote recomendado	0,9	Unidade	155,55	140,00
TOTAL R\$					1.023,00

Valor do contrato: R\$ 1.023,00 (Um mil e vinte e três reais).

Data da Assinatura: 03/02/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.405/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 6.405/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Ivana Pereira Gomes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.406/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.406/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS - Magistério;

Considerando o Decreto nº. 3.469/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Ana Paula Stoeberl para exercer o cargo de Professora B - Artes, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS - Magistério, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.407/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.407/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS - Magistério;

Considerando o Decreto nº. 3.469/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Jaqueline Heloise Modrock para exercer o cargo de Professora B - Artes, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº.

003/2015 – GAB/PMS - Magistério, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.408/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.408/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS - Magistério;

Considerando o Decreto nº. 3.469/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Priscila Barboza Amorim de Oliveira para exercer o cargo de Professora B - Artes, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS - Magistério, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.409/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.409/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS - Magistério;

Considerando o Decreto nº. 3.469/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Caren Aparecida Mafra para exercer o cargo de Professora B - Artes, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS - Magistério, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.410/2016, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.410/2016, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Leonida Aparecida Pinheiro Loth, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DAIANE REGINA AZEVEDO WOLF
Diretora de Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.411/2016, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 6.411/2016, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Elizabeth de Fatima Portz, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, percebendo o nível salarial nº 07 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.412/2016, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.412/2016, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2015-SE-CEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.363/2015, de 1º de julho de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Noenice Maske Mundel, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível salarial 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2015/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.413/2016, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.413/2016, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS - Magistério;

Considerando o Decreto nº. 3.469/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Carlos Alberto Gomes para exercer o cargo de Professor B - Artes, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS - Magistério, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

Seara

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 – FMES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 – FMES - REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 001/2016

Processo Licitatório nº 001/2016 - Pregão Presencial nº. 001/2016

Gestor: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Fundação Municipal de Esportes de Seara, entidade jurídica com CNPJ nº 02.292.540/0001-11, com sede e foro na rua Ferdinando Kirchner, nº. 181, Centro Educacional Esportivo, bairro Industrial, Seara, SC, neste ato representada pelo seu Superintendente, o Sr. Rogério André Francio, brasileiro, solteiro, professor de educação física, residente e domiciliada na Rua Antônio Pierozan, nº 108, centro, Seara, SC., RG nº. 2.690.830, CPF nº. 016.982.439-01, Seara, SC., e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Liga Desportiva de Árbitros Searaense – LIDAS, CNPJ nº. 05.124.790/0001-30, estabelecida na rua Sete de Setembro, nº. 135, centro, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Valdir de Lima, brasileiro, casado, empresário, RG nº. 1.149.535, CPF nº. 486.287.519-04, residente e domiciliado na rua do Comércio, nº. 216, bairro Niterói, Seara, SC., para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 001/2016 - FMES, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para contratação de serviços de arbitragem, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 80.730,00 (oitenta mil setecentos e trinta reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 03/02/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 02/02/2017.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 001/2016 - FMES, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 03/02/2016.

Rogério André Francio
Fundação Municipal de Esportes de Seara
Município de Seara

Valdir de Lima
Liga Desp. de Arb. Searaense - LIDAS
Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 – FMES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 – FMES - REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 001/2016

Processo Licitatório nº 001/2016 - Pregão Presencial nº. 001/2016

Gestor: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Fundação Municipal de Esportes de Seara, entidade jurídica com CNPJ nº 02.292.540/0001-11, com sede e foro na rua Ferdinando Kirchner, nº. 181, Centro Educacional Esportivo, bairro Industrial, Seara, SC, neste ato representada pelo seu Superintendente, o Sr. Rogério André Francio, brasileiro, solteiro, professor de educação física, residente e domiciliada na Rua Antônio Pierozan, nº 108, centro, Seara, SC., RG nº. 2.690.830, CPF nº. 016.982.439-01, Seara, SC., e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Liga Desportiva Xaxinense, CNPJ nº. 80.639.768/0001-49, estabelecida na rua Rui Barbosa, s/nº, centro, Xaxim, SC, neste ato representada pelo Sr. Otavio João Skrzypczak, brasileiro, solteiro, funcionário público, RG nº. 1.783.073, CPF nº. 767.673.109-72, residente e domiciliado na Rua Euzides Lurdes Teston, nº. 123, bairro Primavera, Xaxim, SC., para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 001/2016 - FMES, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para contratação de serviços de arbitragem, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 33.150,00 (trinta e três mil cento e cinquenta reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 03/02/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 02/02/2017.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 001/2016 - FMES, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 03/02/2016.

Rogério André Francio
Fundação Municipal de Esportes de Seara
Município de Seara

Otavio João Skrzypczak
Liga Desportiva Xaxinense
Contratada

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2016

Processo Licitatório nº 016/2016.

Edital de Pregão Presencial nº. 009/2016 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 11h20min do dia 19/02/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de gêneros alimentícios. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 03 de fevereiro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtdte Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 1/2016 Licitação: 1/2016 - PR Data da Homologação: 03/02/2016 Fornecedor: 6238 - LIGA DESPORTIVA DE ARBITROS SEARAENSE - LIDAS									
1	3536	DIÁRIAS DE 08 HORAS (01 ARBITRO + DESLOCAMENTO)	LIDAS	DIAR	50,000	0,0000	149,0000	7.450,00	Venceu
2	3923	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM BOCHA RAFA VOLLO (01 ARBITRO + DESLOCAMENTO), CADA PARTIDA COMPREENDE: (JOGO INDIVIDUAL, DUPLA E TRIO).	LIDAS	UN	50,000	0,0000	123,0000	6.150,00	Venceu
4	1139	SERVIÇO DE ARBITRAGEM FUTEBOL SUÍÇO (2 ARBITROS; 1 MESARIO + DESLOCAMENTO)	LIDAS	JOGO	150,000	0,0000	143,0000	21.450,00	Venceu
5	4063	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL CATEGORIAS 1ª, 2ª E 3ª DIVISÃO (02 ARBITROS, 01 MESARIO, 01 CRONOMETRISTA E DESLOCAMENTO).	LIDAS	UN	230,000	0,0000	137,0000	31.510,00	Venceu
6	4066	SERVIÇO DE ARBITRAGEM FUTSAL CATEGORIAS FEMININO, VETERANOS, MASTER E SUB-15. (02 ARBITROS, 01 MESARIO, 01 CRONOMETRISTA E DESLOCAMENTO).	LIDAS	UN	130,000	0,0000	109,0000	14.170,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								80.730,00	

Seara, 3 de Fevereiro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr do Processo: 1/2016			Licitação: 1/2016 - PR			Data da Homologação: 03/02/2016			
Fornecedor: 6771			- LIGA DESPORTIVA XAXINENSE						
3	1140	SERVIÇO DE ARBITRAGEM FUTEBOL DE CAMPO (3 ARBITROS, 1 MESÁRIO + DESLOCAMENTO)	XAXIM	JOGO	130.000	0,0000	255,0000	33.150,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					130.000			33.150,00	

Seara, 3 de Fevereiro de 2016.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 019/2016

DECRETO Nº 019/2016 DE 03 DE FEVEREIRO 2016

“Dispõe sobre alteração do período de férias da Servidora Clair Fátima Andreis, referente ao exercício de 2015, e dá outras providências”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº110/1991, Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 498/2001 de setembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o período de férias da Servidora Clair Fátima Andreis, constante do Decreto nº 164/2015, passando para:

- 10/02/2016 a 10/03/2016, referente ao período aquisitivo de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2015;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de fevereiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

05-07 2016 AVISO INEXIGIBILIDADE FARMACIAS

Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis comunica que após o Credenciamento nº 01/2016, realizado no dia 02/02/2016, credenciaram-se as empresas abaixo mencionadas, em conformidade com o "caput" do art. 25 da Lei 8.666/93 e Edital de Credenciamento n. 01/2016, para CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS para fornecimento de medicamentos constantes no guia de farmácia (disponível no site da ANVISA) destinados à pacientes em situação de vulnerabilidade grave ou de urgência, e ainda para fornecimento imediato por determinação judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possui em estoque, observados os prazos e procedimentos descritos no Termo Contratual e seus anexos.

farmácias / drogarias Credenciadas:

Proc.05/2016 – IL.01/2016 – AMBROFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME

Proc.06/2016 – IL.02/2016 – DROGASIDER COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MANIPULAÇÃO LTDA

Proc.07/2016 – IL.03/2016 – FARMACIA DOMINGOS E ROSSA LTDA ME

VALOR GLOBAL: O valor Global será de até R\$ 3.000,00 reais mensais para cada credenciado, conforme serviço prestado, comprovado pelas guias de requisição entregues aos Municípios.

VIGÊNCIA: 12 meses contados a partir da assinatura do Termo Contratual.

Siderópolis, 03 de fevereiro de 2016.

Helio Roberto Cesa

Prefeito Municipal

08-09 AVISO INEXIGIBILIDADE LABORATORIOS

Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis comunica que após o Credenciamento nº 01/2016, realizado no dia 02/02/2016, credenciaram-se as empresas abaixo mencionadas, em conformidade com o "caput" do art. 25 da Lei 8.666/93 e Edital de Credenciamento n. 01/2016, para CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS, para realização de exames laboratoriais, ao preço da tabela SIA/SUS, durante o exercício de 2016, observados os prazos e procedimentos descritos no Termo Contratual e seus anexos.

LABORATÓRIOS Credenciados:

Proc.08/2016 – IL.04/2016 – LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS SIDEROPOLIS LTDA ME

Proc.09/2016 – IL.05/2016 – LABORATORIO CESA DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

VALOR GLOBAL: O valor Global será de até R\$ 5.000,00 reais mensais, para cada credenciado, conforme serviço prestado e comprovado pelas guias de requisição entregues aos Municípios.

VIGÊNCIA: 12 meses contados a partir da assinatura do Termo Contratual.

Siderópolis, 03 de fevereiro de 2016.

Hélio Roberto Cesa

Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

CONVITE 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/CARTA CONVITE

Processo Administrativo nº 007/2016

Edital: CARTA CONVITE nº 002/2016

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CARTA CONVITE PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DE MICROONIBUS ESCOLAR VOLARE V8L PLACA MHJ1526, MICROONIBUS ESCOLAR IVECO PLACA MKW 7146, E ONIBUS VW URBANO PLACA MGA 7380.

Entrega dos envelopes: 13:30 horas do dia 16 de fevereiro de 2016

Abertura dos envelopes: 13:45 horas do dia 16 de fevereiro de 2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 04 de fevereiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

DECRETO 018/2016

DECRETO Nº. 018, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 002/2015 PARA PROVIMENTO DE CARGOS NO QUADRO GERAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e de conformidade como disposto nas Leis Municipais nº385 de 01 de junho de 2001, Complementar nº640, de 11 de dezembro de 2007, Lei Complementar nº678, de 19 de janeiro de 2009 e Lei Complementar nº776, de 10 de janeiro de 2011 e Edital de Processo Seletivo nº 002/2015 de 12 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado do Processo Seletivo nº 002/2015, para cargos do quadro geral de pessoal da Prefeitura Municipal, na sua exata ordem de classificação, conforme segue:

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, aos 11 de janeiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

Timbé do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 01/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 01/2016
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Maria das Graças Conti Fagundes ME
Objeto: Prestação de serviços de apoio administrativo e assistência técnica na área de Compras, Licitações, Contratos e Convênios da Prefeitura Municipal e seus Fundos, para o exercício de 2016.
Valor: R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais) mensal
Vigência: de 04/01/2016 a 31/12/2016

EXTRATO DO CONTRATO 01/2016_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 01/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Colix Soluções para Resíduos Ltda EPP
Objeto: Coleta, transporte e destino final (Incineração) dos resíduos do serviço de saúde ("lixo hospitalar") gerados na geradora.
Valor: R\$ 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais) mensal.
Vigência: de 04/01/2016 a 31/12/2016

EXTRATO DO CONTRATO 02/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 02/2016
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Protásio Goulart Junior
Objeto: Prestação de serviços de serviços de assessoramento, bem como executar os serviços na área de pessoal (departamento de RH), nas contratações, remanejamento, elaborações de Leis, e tudo o que diz a respeito de recursos humanos, na área de Tributos e área financeira da Prefeitura Municipal e seus Fundos, para o ano de 2016.
Valor: R\$ 5.080,00 (cinco mil e oitenta reais) mensal
Vigência: de 04/01/2016 a 31/12/2016

EXTRATO DO CONTRATO 02/2016_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 02/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Newsystem Comércio de Relógio Ponto Ltda
Objeto: Locação de 02 (dois) relógios ponto com leitura biométrica de impressão digital e suporte técnico especializado, para controle do ponto dos servidores públicos do Fundo Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul/SC.
Valor: R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensal.
Vigência: de 04/01/2016 a 31/12/2016

EXTRATO DO CONTRATO 03/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 03/2016
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Alcides Stecanella
Objeto: Prestação de serviço de Engenheiro Civil, devidamente inscrito no CREA para atuar junto ao departamento da estrutura organizacional do Município, para o exercício de 2016.
Valor: R\$ 1.660,00 (um mil, seiscentos e sessenta reais) mensal.
Vigência: de 04/01/2016 a 31/12/2016

EXTRATO DO CONTRATO 03/2016_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 03/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Pietsch e Menegaro Ltda ME
Objeto: prestação de serviços de telecomunicações necessários (gerenciamento de rede e locação de antena distribuidora) para a conexão e acesso a Internet, pela NETVALE, para os computadores do Fundo Municipal de Saúde.
Valor: R\$ 423,30 (quatrocentos e vinte e três reais e trinta centavos) mensal.
Vigência: de 04/01/2016 a 31/12/2016

EXTRATO DO CONTRATO 04/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 04/2016
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Casa do Ônibus Peças e Veiculos Eireli ME
Objeto: Fornecimento de peças para reforma geral dos veículos coletivos (ônibus) de placas: AKP4801, IEL 6935, MLF 7967, MKW 7266, IEL 8446, IEL 8476, MLE 4367 da Secretaria de Educação do município de Timbé do Sul.
Valor: R\$ 74.413,00 (setenta e quatro mil, quatrocentos e treze reais) global estimado.
Vigência: de 04/01/2016 a 30/04/2016

EXTRATO DO CONTRATO 04/2016_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 04/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Hospclin Comércio Atacadista de Materiais Hospitalares Eireli ME
Objeto: Fornecimento parcelado material odontológico manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul, para o ano de 2016.
Valor: R\$ 81.689,41 (oitenta e um mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos) global estimado
Vigência: de 04/01/2016 a 31/12/2016

EXTRATO DO CONTRATO 05/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 05/2016
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Eduardo Rovaris
Objeto: Assessoramento jurídico ao poder executivo nas demandas de executivo fiscal, acompanhando todos os processos de exigência tributária do contribuinte devedor, e assessoria jurídica em geral, na condição de advogado, para o ano de 2016.
Valor: R\$ 5.690,00 (cinco mil, seiscentos e noventa reais) mensal.
Vigência: de 04/01/2016 a 31/12/2016

EXTRATO DO CONTRATO 05/2016_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 05/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: La Dalla Porta Junior EPP
Objeto: Fornecimento parcelado material odontológico manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul, para o ano de 2016.
Valor: R\$ 13.695,50 (treze mil, seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) global estimado
Vigência: de 04/01/2016 a 31/12/2016

EXTRATO DO CONTRATO 06/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 06/2016
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Pietsch e Menegaro Ltda ME
Objeto: Prestação de serviços de telecomunicações necessários (gerenciamento de rede e locação de antena distribuidora) para a conexão e acesso a Internet, pela NETVALE, para os computadores da Administração Municipal.
Valor: R\$ 666,50 (seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) mensal.
Vigência: de 04/01/2016 a 31/12/2016

EXTRATO DO CONTRATO 06/2016_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 06/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Hospclin Comércio Atacadista de Materiais Hospitalares Eireli ME
Objeto: Fornecimento parcelado material médico hospitalar para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul, para o ano de 2016.
Valor: R\$ 124.112,50 (cento e vinte e quatro mil, cento e doze reais e cinquenta centavos) global estimado
Vigência: de 04/01/2016 a 31/12/2016

EXTRATO DO CONTRATO 07/2016_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 07/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: La Dalla Porta Junior EPP
Objeto: Fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul, para o ano de 2016.
Valor: R\$ 5.822,00 (cinco mil, oitocentos e vinte e dois reais) global estimado
Vigência: de 04/01/2016 a 31/12/2016

EXTRATO DO CONTRATO 08/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 08/2016
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Portabilis Tecnologia Ltda
Objeto: Prestação de serviços técnico especializado para manutenção, hospedagem e suporte técnico do sistema de gestão escolar i-Educar aos usuários da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.
Valor: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) mensal.
Vigência: de 04/01/2016 a 31/12/2016

PORTARIA 05/2016

PORTARIA Nº. 05, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido à servidora abaixo identificada, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 1º/02/2016 até 1º/03/2016.

Nome	Matrícula	Cargo	Período aquisitivo
Ediana Pizzolo	441	Professor Mag	21/01/2015 a 20/01/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 1º de fevereiro de 2016.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 06/2016

PORTARIA Nº. 06, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores abaixo identificados, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 04/02/2016 até 04/03/2016.

Nome	Matrícula	Cargo	Período aquisitivo
Dionei Manente	588	Motorista	02/01/2013 a 01/01/2014
Norma Regina Machado Crepaldi	2881	Motorista	04/02/2015 a 03/02/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 02 de fevereiro de 2016.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 07/2016

PORTARIA Nº. 07, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores abaixo identificados, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 05/02/2016 até 05/03/2016.

Nome	Matrícula	Cargo	Período Aquisitivo
Zenaide Ghellere Araujo	2883	Diretor do Departamento da Indústria, comércio e Serviço	05/02/2015 a 04/02/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 03 de fevereiro de 2016.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 77 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 77 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "IMOBILIÁRIA E EMPREENDIMENTOS BOM JARDIM LTDA", situado no lado par da Rua Noruega, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 67,88 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Oscar Piske, com a área de 2.677,73m² (Dois mil, seiscentos e setenta e sete metros e setenta e três décimos quadrados), processo D-025/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente IMOBILIÁRIA E EMPREENDIMENTOS BOM JARDIM LTDA, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 6.760, datado de 16 de outubro de 2015 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional Rafael Constante, Técnico em Agrimensura, CREA/SC 056589-2, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 24.996, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.04.022.0147.001, constituído de 01 (um) lote e mais uma área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas as exigências da Lei Complementar nº. 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 01 de fevereiro de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Município de Timbó

CERTIDÃO Nº 78 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

CERTIDÃO Nº 78 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pela Certidão nº 049/2015 de 18/06/2015, alterada pela Certidão nº 061, de 18/09/2015.

Fica renovado o DESMEMBRAMENTO denominado "USINAGENS ELIMAK LTDA ME", cuja aprovação primeira se deu por força da Certidão nº 049/2015 de 18/06/2015, alterada pela Certidão nº 061/2015 de 18/09/2015 e em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal nº. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de USINAGENS ELIMAK LTDA

ME, conforme matrícula nº 25.028, livro 2.

Esta certidão revalida a Certidão nº. 049/2015 de 18 de junho de 2015, alterada pela Certidão nº. 061/2015 de 18 de setembro de 2015 e RATIFICA OS DEMAIS TERMOS.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 01 de fevereiro de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

EXTRATO DE DISPENSA Nº 03 2016 PMT - CÉLIO PASQUALI

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2016

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Célio Pasquali.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (banana caturra) destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, de acordo com a Lei nº. 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº. 26/2013 pelo período de janeiro a dezembro de 2016, conforme Chamada Pública nº. 01/2016.

VALOR TOTAL: R\$ 19.990,80 (dezenove mil novecentos e noventa reais e oitenta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: janeiro a dezembro.

TIMBO (SC), 02/02/2016

SERGI F. MENGARDA

Secretário de Educação

EXTRATO DE DISPENSA Nº 05 2016 PMT - MARCIANO GIOVANELLA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 05/2016

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Marciano Giovanella.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (couve-flor) destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, de acordo com a Lei nº. 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº. 26/2013 pelo período de janeiro a dezembro de 2016, conforme Chamada Pública nº. 01/2016.

VALOR TOTAL: R\$ 6.786,00 (seis mil setecentos e oitenta e seis reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: janeiro a dezembro.

TIMBO (SC), 03/02/2016

SERGI F. MENGARDA

Secretário de Educação

EXTRATO DE DISPENSA Nº 06 2016 PMT - COPAJÁS
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 06/2016

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Cooperativa de Produção Agropecuária de Jaraguá do Sul - COPAJÁS.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (iogurte) destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 26/2013 pelo período de janeiro a dezembro de 2016, conforme Chamada Pública n.º 01/2016.

VALOR TOTAL: R\$ 44.159,50 (quarenta e quatro mil centos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: janeiro a dezembro.

TIMBO (SC), 03/02/2016

SERGI F. MENGARDA

Secretário de Educação

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 99 2015 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 99/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preços destinado à contratação de empresa (s) para prestação de serviços de guinchos hidráulicos, munck, plataforma para caminhões e veículos leves, reboque e transporte de máquinas pesadas, incluindo combustível, motorista especializado e habilitado e demais equipamentos obrigatórios para atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Renato Schumann Epp

TOTAL ESTIMADO: R\$ 486.602,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil seiscientos e dois reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 01/11/2016

Timbó, 03/11/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 01/2016

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei n.º 01/2016 – Fixa para o exercício de 2016 o índice de revisão geral anual que dispõe o art. 37, X da Constituição Federal, regulado pela Lei n.º 2.822, de 28 de dezembro de 2015.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Municipal em exercício Darcízio Bona
Relator: Vereador Reimar Raddatz

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito, que estabelece índice para revisão geral anual para o exercício 2016, de que trata artigo 37, inciso X da CF/88, e dá outras providências.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 29 de janeiro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 02 de fevereiro, em Sessão Ordinária, conforme §§1º e 2º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. No dia 03 de fevereiro, em reunião ordinária, esta Comissão teve como pauta a proposição exarando seu parecer que ora segue.

Este é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A competência para iniciar o processo legislativo que concede a revisão geral anual aos servidores e agentes políticos municipais, é exclusivo do Prefeito, de acordo com a alínea "b" do inciso II do §1.º do art. 30 da Lei Orgânica Municipal.

O direito à revisão geral anual é preceito constitucional reconhecido no inciso X do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil. Com base deste preceito, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina manifesta seu entendimento quanto a revisão geral anual, com suas peculiaridades, no seu Prejulgamento 1686. Ainda que o §6º do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal exclua do reajustamento de remuneração de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal os requisitos prévios aos atos que ampliem as despesas de caráter continuado, os documentos juntados as fls. 08 e 09 apresentam a estimativa de impacto

orçamentário-financeiro no exercício que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e, ainda, a declaração do ordenador de despesa que o aumento tem adequação orçamentária e financeira nas leis orçamentárias.

Por fim, o Projeto respeita as determinações da Lei nº 2.822, de 28 de dezembro de 2015, que estabelece os critérios que devem ser observados na revisão geral anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e fundações públicas municipais.

III - CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei n.º 01/2016. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2016.

RUBENS BORCHARDT

Presidente

REIMAR RADDATZ

Relator

GUILHERME VOIGT JÚNIOR

Membro

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº.4.571 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº.4.571 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 08 E 09 DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO NAS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica estabelecido ponto facultativo nos dias 08 e 09 de fevereiro do corrente ano, em razão do Carnaval, nas repartições públicas do Município de Três Barras – SC.

Art. 2º.- O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior, deverá ser garantido pelo órgãos da Secretaria de Saúde, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 02 de Fevereiro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2016

Vigência: 28/01/2016 até 27/04/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Nubes Tecnologia e Serviços LTDA ME - CNPJ nº. 18.398.197/0001-24.

Objeto: Constitui objeto do presente pacto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS E DO EMPREGO PÚBLICO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC., INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS NECESSÁRIOS E EXIGIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE PERTINENTE A MATÉRIA.

Valor Total: R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 03 de fevereiro de 2016.

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA 025/2016

PORTARIA Nº 025/16 DE 25 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o senhor VALDIR RODRIGUES DE JESUS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade N.º 2.406.498, inscrito no CPF sob o N.º 636.947.789-34, residente e domiciliado na cidade de Treze Tílias/SC, aprovado em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 25 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 026/2016

PORTARIA Nº 026/16 DE 25 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o senhor JEAN ANTÔNIO DOS SANTOS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade N.º 5.276.542, inscrito no CPF sob o N.º 068.727.939-96, residente e domiciliado na cidade de Treze Tílias/SC, aprovado em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de

Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 25 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 027/2016

PORTARIA Nº 027/16 DE 26 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora MARTINA BORBA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade N.º 4.434.772, inscrita no CPF sob o N.º 031.227.849-71, residente e domiciliada na cidade de Treze Tílias/SC, aprovada em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 26 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 028/2016

PORTARIA Nº 028/16 DE 27 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora JOCIELI DOS SANTOS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade N.º 6.201.381, inscrita no CPF sob o N.º 088.111.759-50, residente e domiciliada na cidade de Treze Tílias/SC, aprovada em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 27 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 029/2016

PORTARIA Nº 029/16 DE 27 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o senhor DOUGLAS CHIAMOLERA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade N.º 4.731.380, inscrito no CPF sob o N.º 065.206.259-81, residente e domiciliado na cidade de Treze Tílias/SC, aprovado em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 27 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 030/2016

PORTARIA Nº 030/16 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora ELIANE CRISTINA ANSILIERO SLONGO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade N.º 4.755.987, inscrita no CPF sob o N.º 009.282.879-55, residente e domiciliada na cidade de Treze Tílias/SC, aprovada em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 031/2016

PORTARIA Nº 031/16 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - REVOGAR a Portaria nº 023/16 de 22 de janeiro de 2016, a qual demitia o Sr. Ramon Botelho Felizardo, CPF nº 098.312.786-74 do cargo de Auxiliar de Obras e Serviços Públicos.

Artigo 2º - Os efeitos desta Portaria retroagem à 22 de janeiro de 2016.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Mun. de Administração e Finanças

PORTARIA 032/2016

PORTARIA Nº 032/16 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Osimara Issler de Oliveira	30/07/2014 a 29/07/2015	03/02/2016 a 03/03/2016	30
Maria Lúcia D. Costa Cenci	18/01/2015 a 17/01/2016	01/02/2016 a 20/02/2016	20
Ismael Brandalise	17/08/2015 a 16/08/2016	02/02/2016 a 16/02/2016	15
Iliseo Alfredo Michel	09/02/2015 a 08/02/2016	02/02/2016 a 02/03/2016	30
Diles Battistella	13/06/2014 a 12/06/2015	01/02/2016 a 01/03/2016	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 03/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 01/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 05.2106

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 05/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 03/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 01/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 05.2106

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PARA O ANO 2016.

Aos 19 dias do mês de JANEIRO de 2016, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E FUNDO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF n. 656.321.769/91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 05/2016 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 01/2016, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município e Fundo, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor :Noar Turismo Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 18.780.623.0001-90, com sede na Rua Cunha Porã,136 D, Bairro Efapi, no Município de Chapecó, telefone: neste ato representado Mauro Alves Ferreira, portadora do RG n.º 3.927.356 e do CPF n.º 0036.115.609-01.

b) Descrição do(s) item(s):

Item Fornecimento e reserva de bilhetes de passagens e serviços de transporte aéreo nacional e internacional. Preço Total R\$ 46.000,00(quarenta e seis mil reais)

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 01/2016.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº 03/2016 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS APOS O FORNECIMENTO dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - O prazo de entrega dos bilhetes será de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação do município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo de 12 meses a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.3 - Imediatamente após a entrega das passagens aéreas, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 meses, a contar da data da assinatura da mesma.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n.03/2016.

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s)

obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 03/2016 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, de 19 de janeiro de 2016.

ENOI SCHERER	Noar Turismo Ltda ME
Prefeito Municipal	Fornecedor Registrado.
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF:918.368.409-34	CPF: 020.226.259.60

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 24/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 18/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 04/2016

Processo de Compra Nº.: 24/2016

Pregão Presencial nº: 18/2016

Registro de Preços nº: 04/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, REGISTRO DE PREÇOS da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE DESTINADO PARA AS MÁQUINAS PESADAS, ÔNIBUS, E VEÍCULOS destinados para diversas Secretarias desta Municipalidade.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 10h do dia 19 de fevereiro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 04 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2016

Edital de Pregão Presencial nº 11/2016

REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2016

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, REGISTRO DE PREÇOS na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

Entrega dos envelopes até às 8h30min do dia 18 de fevereiro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 03 de fevereiro de 2016.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016. REGISTRO DE PREÇOS 02/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2016

Edital de Pregão Presencial nº 16/2016.

REGISTRO DE PREÇOS 02/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, REGISTRO DE PREÇOS da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA para as atividades administrativas dos órgãos do município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 10h do dia 18 de fevereiro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 03 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 23/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016. REGISTRO DE PREÇOS 03/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 23/2016

Edital de Pregão Presencial nº 17/2016.

REGISTRO DE PREÇOS 03/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, REGISTRO DE PREÇOS da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEMANTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM TODOS OS VEICULOS PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo licitatório.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 14h do dia 18 de fevereiro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 03 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

Turvo

PREFEITURA

PREGAO PRESENCIAL FMS 07/2016

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 07/2016 - Pregão Presencial nº 07/2016

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de exames laboratoriais para pessoas carentes do município de Turvo.

Entrega dos envelopes: até as 08h45min do dia 19/02/2016

Abertura da Sessão: á partir das 09:00 horas do dia 19/02/2016

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo – SC, 01 de fevereiro de 2016.

Nestor Reco

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE CONTRATO Nº. 01/2016.

TERMO DE CONTRATO Nº. 01/2016.

Proponente: HASS SEGURANÇA ELETRÔNICA.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Objetivo: Prestação de Serviços de Monitoramento Eletrônico.

Valor: R\$ 100,00 (cem reais) mensais.

Vigência: De 04 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016.

TERMO DE CONTRATO Nº. 02/2016.

TERMO DE CONTRATO Nº. 02/2016.

Proponente: ZAIB PROCESSAMENTOS DE DADOS LTDA ME.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Objetivo: Prestação de Serviços de Hospedagem, Suporte, Atualização do Site e Serviços de e-mail.

Valor: R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) mensais.

Vigência: De 04 de janeiro a 31 de Dezembro de 2016.

TERMO DE CONTRATO Nº. 03/2016.

TERMO DE CONTRATO Nº. 03/2016.

Proponente: Carlessi Comércio e Soluções de Internet LTDA ME.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Objetivo: Prestação de Serviços de Acesso a Internet.

Valor: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais.

Vigência: De 04 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016.

TERMO DE CONTRATO Nº. 04/2016.

TERMO DE CONTRATO Nº. 04/2016.

Proponente: Multiseg Serviço e Segurança do Trabalho Ltda.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Objetivo: Prestação de Serviços de Implantação, Elaboração e Conservação de PPRAT, LTCAT e PCMSO.

Valor: R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais) mensais.

Vigência: De 04 de janeiro a 31 de Dezembro de 2016.

Urussanga

PREFEITURA

DECRETO 102016

DECRETO GP/Nº 10, de 28 de janeiro de 2016.

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NOS DIAS 08 E 09 DE FEVEREIRO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições:

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, dias 08 e 09 de fevereiro de 2016 - Carnaval.

Parágrafo único. Excetuam-se do alcance deste decreto, os servidores municipais que prestam serviços tidos como essenciais.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 28 de janeiro de 2016.

JOHNNY FELIPPE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e oito dias do mês de janeiro de 2016.

JOANINHA COPETTI

Assistente Administrativo

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2016

Extratos de EDITAL

Edital de Pregão Presencial n° 03/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal n.º 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 18 de fevereiro de 2016 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para aquisição parcelada de materiais didáticos pedagógicos e equipamentos a serem utilizados na rede municipal de ensino de Vargeão, SC, conforme especificações constantes do Edital de Pregão n° 03/2016. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 03 de fevereiro de 2016.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVÊNIO N° 06/2016

EXTRATO DE CONVÊNIO n° 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA DE VARGEÃO

OBJETO: Repasse de recursos financeiros destinando-se ao pagamento do transporte dos estudantes que estejam matriculados em Instituições de Ensino Superior ou Cursos Técnicos e façam parte do quadro da Associação beneficiada.

VALOR: Até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais num total de 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas para o exercício 2016.

AMPARO LEGAL: Lei n° 1.518/2013 e Convênio n° 06/2016.

Vargeão, SC, 01 de fevereiro de 2016.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N. 433/2015

PORTARIA N 433/2015

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Dezembro de 2015, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
33	Ezair de Tomin	10/05/13 à 09/05/14	01/12/15 à 30/12/15
1340	Gabriela Conceição de Almeida	11/05/13 à 10/05/14	01/12/15 à 30/12/15
1333	Ivanildo Basilio	02/05/14 à 01/05/15	01/12/15 à 30/12/15
823	José Diomar Bandeira	14/01/14 à 13/01/15	01/12/15 à 30/12/15
1159	Jucerlei Fátima da Cruz Menda da Silva	03/09/13 à 02/09/14	01/12/15 à 30/12/15
683	Marlene Margarida Sartori	01/03/14 à 28/02/15	01/12/15 à 30/12/15

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 434/2015

PORTARIA N. 434/2015

"CONCEDE LICENÇA PARA CASAMENTO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "INGRIDIAMARA QUECHIN DA SILVA DAL MORO", inscrita no CPF n. 075.768.749-02, ocupante do cargo efetivo de "MONITOR", "LICENÇA PARA CASAMENTO" pelo período de 07 (sete) dias consecutivos a contar de 04 à 10 de Dezembro de 2015, conforme faculta o artigo 144, capítulo XI do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 04 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 435/2015

PORTARIA N. 435/2015

"CONCEDE LICENÇA PARA CASAMENTO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor "LEONARDO DAL MORO", inscrito no CPF n. 022.852.700-70, ocupante do cargo efetivo de "PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA", "LICENÇA PARA CASAMENTO" pelo período de 07 (sete) dias consecutivos a contar de 04 à 10 de Dezembro de 2015, conforme faculta o artigo 144, capítulo XI do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 04 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 436/2015

PORTARIA N. 436/2015

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "ROSANGELA MARIA DE ALMEIDA AMARAL", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 18/11/1971, inscrita no CPF n. 808.355.899-00, carteira de identidade n. 11/R 4.373.965, título eleitoral n. 041903480906, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", nomeada através da portaria n. 469/2006 de 03 de Julho de 2006, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 21 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 437/2015

PORTARIA N. 437/2015

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a "MARCIA CRISTINA RODRIGUES ANZOLIN", brasileira, casada, residente neste Município, nascida em 30/06/1981, inscrita no CPF n. 005.972.559-11, carteira de identidade n. 11/R 3.777.552, título eleitoral n. 036975670922, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, "LICENÇA MATERNIDADE" pelo período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar de 22 de Dezembro de 2015 a 19 de Abril de 2016, tendo em vista ter apresentado Atestado Médico conforme faculta o artigo 126, capítulo IV do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 22 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 438/2015

PORTARIA N. 438/2015

"EXONERA CONSELHEIRO TUTELAR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "MARLENE MARIA DE BASTIANI ABREU", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 29/07/1970, inscrita no CPF n. 044.344.089-17, carteira de identidade n. 2.141.127, título eleitoral n. 029854580906, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "CONSELHEIRO TUTELAR" no setor de Assistência Social, através da portaria n. 037/2013 de 09 de Janeiro de 2013, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 31 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 439/2015

PORTARIA N. 439/2015

"EXONERA CONSELHEIRO TUTELAR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "ELIANA BEATRIZ MIOTTO", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 18/03/1970, inscrita no CPF n. 899.495.109-10, carteira de identidade n. 11/R 2.818.918, título eleitoral n. 024149010922, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "CONSELHEIRO TUTELAR" no setor de Assistência Social, através da portaria n. 308/2014 de 18 de Novembro de 2014, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 31 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 440/2015

PORTARIA N. 440/2015

"EXONERA CONSELHEIRO TUTELAR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "MONIZETE LETICIA ROCHA", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 08/07/1983, inscrita no CPF n. 044.764.409-24, carteira de identidade n. 4.434.631-0, título eleitoral n. 036980780914, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "CONSELHEIRO TUTELAR" no setor de Assistência Social, através da portaria n. 309/2014 de 18 de Novembro de 2014, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 31 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 441/2015

PORTARIA N. 441/2015

"EXONERA CONSELHEIRO TUTELAR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "LUCIMAR MARIANO DE OLIVEIRA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 20/06/1978, inscrita no CPF n. 039.763.759-42, carteira de identidade n. 4.055.255, título eleitoral n. 041889060914, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "CONSELHEIRO TUTELAR" no setor de Assistência Social, através da portaria n. 310/2014 de 19 de Novembro de 2014, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 31 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 442/2015

PORTARIA N. 442/2015

"EXONERA CONSELHEIRO TUTELAR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "FABIANA ALVES DA SILVA", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 29/06/1981, inscrita no CPF n. 040.684.139-08, carteira de identidade n. 4.216.913, título eleitoral n. 037847590973, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "CONSELHEIRO TUTELAR" no setor de Assistência Social, através da portaria n. 035/2013 de 09 de Janeiro de 2013, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 31 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2016 - EMPRESA CONCURSO

Prefeitura de Vidal Ramos
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 15/2016

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo receber propostas para: contratação de Instituição de Ensino Superior ou empresa vinculada a Instituição de Ensino Superior, OBJETIVANDO A ELABORAÇÃO DE EDITAIS, PROVAS, RESULTADO E DEMAIS ATOS LEGAIS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 15/2016, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 18 de fevereiro de 2016

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 09:00 hrs do dia 18 de fevereiro de 2016, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 04 de fevereiro de 2016.
HELMUT STOLTENBERG
Prefeito em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2016 - EVENTUAL CONTRATAÇÃO PROFESSOR DE MÚSICA

Prefeitura de Vidal Ramos
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 16/2016

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo receber propostas para: eventual contratação de prestação de serviços de aulas de Música para o Programa Complementar da Escola de Música Evaldo Boing, a fim de promover o desenvolvimento físico, artístico e cultural desde Município, pois sabemos da importância da música e do aprendizado de alguns instrumentos.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 16/2016, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 11:00 hrs do dia 18 de fevereiro de 2016

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 09:00 hrs do dia 18 de fevereiro de 2016, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 04 de fevereiro de 2016.
HELMUT STOLTENBERG
Prefeito em Exercício

TOMADA DE PREÇOS Nº. 17/2016 - PRE MOLDADO PRAÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 17/2016

O Município de Vidal Ramos/SC, torna público, que fará realizar no Gabinete da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de Estrutura e montagem pré moldado com telhado de um ginásio multi uso com área de 504,00 m², na Comunidade de PRAÇA STOLTENBERG neste município de VIDAL RAMOS. Em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a
Prefeitura – Setor de Compras, horário comercial, ou pelo email: compras@prefeituravidalramos.com.br

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 09:00 horas do dia 26 de fevereiro de

2016, devem do ser protocolados na Divisão de Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 26 de fevereiro de 2016, no Gabinete no Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Vidal Ramos, 04 de fevereiro de 2016
HELMUT STOLTENBERG
Prefeito em Exercício

Videira

PREFEITURA

ATA Nº 208/16

ATA 208 – Ao primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às treze horas e trinta minutos, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, nº 288, bairro Alvorada, neste município Videira, Santa Catarina, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Iniciada a reunião, o Sr. Presidente do CMDCA, Sr. Ricardo Buratto, cumprimentou e agradeceu a presença de todos e expôs a pauta da reunião – deliberação acerca do horário de trabalho dos conselheiros tutelares. Após, houve a apresentação da Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, Sabrina Surdi. Repassada, então, a palavra aos conselheiros tutelares, os membros argumentaram pela alteração do Decreto que determina a jornada de trabalho dos conselheiros tutelares, pois “o plano que prevê uma semana de trabalho, com sobreaviso, por um dia de descanso sobrecarrega o trabalho dos conselheiros, de forma que o serviço não é prestado com praticidade. O Conselho Tutelar vem atuando pelo procedimento de escala de plantões e de compensação, o qual não traz qualquer prejuízo ao serviço. Por esse sistema, cada Conselheiro tem um dia definido para plantão e a possibilidade de compensação de 4 horas no dia seguinte, de forma não cumulativa. O plantão de 24 horas dos finais de semana é compensado em 8 horas. O plantão em escalas também facilita para os Conselheiros que cursam a graduação no período da noite, uma vez que, mesmo estando em aula, estão à disposição pelo telefone celular. O Conselho Tutelar, além disso, alterou as datas de suas reuniões em colegiado para as quintas-feiras, a fim de possibilitar o melhor andamento do trabalho e em razão do acúmulo das ocorrências dos finais de semana para a segunda-feira. O repasse das ocorrências averiguadas já ocorre diariamente entre os membros e se trabalha com a possibilidade de solicitação de ajuda de outro conselheiro, que não esteja de plantão, para o atendimento de ocorrências. O trabalho do Conselho Tutelar deve acontecer conforme a necessidade da população”. Após, discorreu-se acerca do horário de expediente, sendo afirmado pelos membros do Conselho Tutelar que “o atendimento ao meio-dia não é viável pois não procura pela população no referido horário, e que a sugestão é de parada do expediente às 12h e retorno às 13h30min, sem prejuízo do plantão nesse horário”. Disseram os membros do Conselho Tutelar, também, que “o Conselho atende com a porta fechada, em razão do ar condicionado, mas que há placa informando a possibilidade de entrada”. Sobre isso, o Conselho de Direitos opinou que “a porta deve ficar aberta durante o expediente, pois a população pode entender que não está ocorrendo o atendimento”. O Sr. Presidente do CMDCA esclareceu, em sequência, que “o ofício encaminhado ao Prefeito acerca do horário de trabalho, pelo Conselho Tutelar, foi encaminhado ao Centro de Apoio do Ministério Público, o qual entendeu que compete ao município legislar sobre o assunto e não há impedimento para alteração do horário de trabalho, desde que cumprida a carga horária. Após, os Conselheiros de Direitos explicaram que “foi realizado estudo para a edição do decreto que especifica o horário do plantão dos Conselheiros Tutelares e que foi somente após esse estudo que houve a informação de que não seria possível cumprir o horário. A norma que deve ser seguida para o horário dos plantões é o Decreto, não a de outras resoluções”. Encerradas as discussões, o CMDCA decidiu pela aprovação da proposta de sistema de plantões em escala diária, conforme apresentado pelo Conselho Tutelar. Nesse sistema, o conselheiro de plantão tem possibilidade de compensação de 4 horas de segunda a sexta-feira, no dia seguinte ao do plantão, de forma não cumulativa. O plantão dos finais de semana tem a possibilidade de compensação em 8 horas, não cumulativas. Ficou aprovado,

de igual forma, que o horário de expediente do Conselho Tutelar é das 8h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min, sendo que o plantonista do dia fica também responsável pelo plantão no horário do almoço. Registre-se que o plantão realizado durante a semana compreende o horário das 17h45min de cada dia até às 8h do dia seguinte. O horário dos plantões aos sábados e domingos é o das 17h45min da sexta-feira até às 8h da segunda-feira. O atendimento do Conselho Tutelar deve ser a portas abertas, independentemente de placas ou avisos. Certifica-se, com igual efeito, que a questão do horário de expediente aberto ao meio dia não foi levantada em ofício, mas apenas verbalmente. Deve-se consignar, ademais, o esclarecimento de que a utilização do veículo do Conselho Tutelar deve atender à finalidade pública a que se destina e que qualquer situação fora da normalidade deve ser certificada. Por fim, registra-se o pedido de cópia do Regimento do CMDA pela Conselheira Juliana Rostirola. Após essa etapa, houve a dispensa dos Conselheiros Tutelares.

Proferindo sequência à reunião, o Sr. Presidente Ricardo Buratto apresentou Denúncia encaminhada pelas enfermeiras de plantão que atendem junto ao PAME. A Sra. Sonia Gheller procedeu à leitura, relatando o caso de uma adolescente que foi encaminhada ao PAME pelo Corpo de Bombeiros Militar para atendimento com a companhia dos pais. As enfermeiras de plantão solicitaram orientação ao Conselho Tutelar para prestar atendimento. A Conselheira Tutelar de plantão disse não ser de sua competência, que a responsabilidade era dos pais da menor e que casos envolvendo a adolescente são recorrentes junto ao Conselho. Após as devidas discussões, os membros do Conselho de Direito da Criança e do Adolescente deliberaram pela criação de comissão de sindicância, a qual apurará o fato. Encerradas as discussões, a comissão de sindicância ficou formada pelos membros Luciana K. Argenta, Aline Zago e Luana Barauna, sob a presidência da Sra. Luciana, e Sabrina Surdi como Secretária.

Em consequência, passou-se a discussão do Plano de Ação e Aplicação do FIA. Foi esclarecido pelos Membros do Conselho de Direito que “os recursos do FIA manterão o Programa Juventude Ativa até o mês de junho do corrente ano. É necessário estudo para melhor destinação desse recurso, pois após esse período o Programa ficará a cargo da Assistência Social”. afirmou-se, de igual forma, que “é necessária a elaboração do Plano Decenal”. O Presidente do CMDCA, por sua vez, afirmou “ser necessária a nomeação de comissão para estudo do Plano de Ação e Aplicação”. Encerradas as discussões, a comissão para estudo do Plano de Ação e Aplicação do FIA ficou composta pelos membros Ivanor Lucas de Melo, Terezinha Francio, Luana Barauna, Rodolfo Pires Filho e Maristela Martinez de Ávila.

Em sequência, o Sr. Presidente do CMDCA trouxe à pauta o recurso apresentado pela Conselheira Tutelar que está afastada de suas funções. O Presidente proferiu que “a base do recurso é a argumentação acerca de que os atos praticados, os quais ensinaram o seu afastamento, foram em outra gestão. Por essa razão, afirma-se que não é devido o afastamento”. Encerradas as discussões, o CMDCA entende por manter a decisão de afastamento da Conselheira, até decisão judicial em contrário.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do CMDCA, Ricardo Buratto, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Eu, Sabrina Surdi _____, digitei e assino esta Ata, assim como os demais presentes, conforme o livro de assinaturas.

DECRETO Nº 12.698/16

DECRETO Nº 12.698/16, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, por determinação judicial – Autos 0001885-17.2010.8.24.0079, com fundamento no art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2012, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 23/2002, a servidora NAIR TOMAZ DOS SANTOS, declara a vacância do cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e à vista do que consta no Acórdão proferido pelo Relator Juiz Rodrigo Collaço, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, nos autos de Apelação nº 2011.091770-9 – Ação Ordinária nº 0001885-17-2010.8.24.0079 e do Processo Administrativo INPREVID nº 004/2016,

DECRETA

Art.1º Fica aposentada por Invalidez, em caráter integral, por determinação judicial – autos 0001885-17.2010.8.24.0079/2011.091770-9, com fundamento no art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2012, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 23/2002, a servidora NAIR TOMAZ DOS SANTOS, inscrita no CPF nº 629.878.529-91, RG 1.100.498 e no PIS/PASEP nº 106.26798.76-8, detentora da matrícula funcional nº 5497, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zeladora, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, nos termos fixados no Acórdão (Autos nº 2011.091770-9), na data de 27/01/2010, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserida pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo inicialmente a importância de R\$ 756,47 (setecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e sete centavos)

Art. 3º O valor inicial dos proventos de aposentadoria estabelecido nos termos do art. 2º deste Decreto, após sofrer a aplicação de todos os índices de revisão e reajustamento concedidos, após a data de 27/01/2010, aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, corresponderá, na posição de 02/2016, a R\$ 1.152,35 (Um mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos), que serão pagos mensalmente pelo INPREVID.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 27/01/2010, conforme Acórdão – Autos 2011.091770/0001885-17.2010.8.24.0079, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 10/2016 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS MONOCROMÁTICAS PARA USO DOS DEPARTAMENTOS DE EXPEDIENTE, JURÍDICO E DE PESSOAL DO MUNICÍPIO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CRENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 24/02/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 03 de fevereiro 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 002/16

RESOLUÇÃO Nº 002/2016

Dispõe sobre a aprovação da nomeação da Comissão de Sindicância para apurar os fatos narrados em denúncia.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

1º- DESIGNAR os Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente, Sras.LUCIANA K. ARGENTA, ALINE ZAGO e LUANA BARAUNA, sob a presidência da Sra. Luciana, e SABRINA SURDI, como Secretária, para comporem Comissão de Sindicância para apuração, no prazo de 30 (trinta) dias, dos fatos relatados em denúncia, conforme os documentos encaminhados em anexo.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 03 de fevereiro de 2016.

Ricardo Buratto

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 003/16

RESOLUÇÃO Nº 003/2016

Dispõe sobre a aprovação da nomeação da Comissão de Sindicância para estudo do Plano de Ação e Aplicação do FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

1º- Designar os Conselheiros de Direitos, Srs.IVANOR LUCAS DE MELO, TEREZINHA FRANCIO, LUANA BARAUNA, RODOLFO PIRES FILHO e MARISTELA MARTINEZ DE ÁVILA e SABRINA SURDI, como Secretária, para comporem Comissão de Sindicância, a fim de elaborarem estudo para o Plano de Ação e Aplicação do FIA, no prazo de 30 (trinta) dias.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 03 de fevereiro de 2016.

Ricardo Buratto

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 004/16

RESOLUÇÃO Nº 004/2016

Dispõe sobre a decisão do CMDCA em relação a recurso de membro do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

1º- DECIDIR pelo não provimento do recurso apresentado por Zeli do Prado, que está afastada de suas funções de Conselheira Tutelar, até decisão judicial em contrário.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 03 de fevereiro de 2016.

Ricardo Buratto

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 005/16

RESOLUÇÃO Nº 005/2016

Dispõe sobre a decisão do CMDCA em relação à solicitação apresentada pelo Conselho Tutelar para alteração do horário de plantão/sobre-aviso.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

1º. APROVAR o pedido de alteração do horário de expediente do Conselho Tutelar, qual foi realizado verbalmente por ocasião de reunião extraordinária, para o horário das 8h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min.

Parágrafo único. O plantão realizado pelos Conselheiros Tutelares, durante a semana, compreende o horário das 17h45min de cada dia até às 8h do dia seguinte e o horário de almoço, das 11h45min até às 13h30min. Fica responsável o plantonista do dia pelo plantão no intervalo para o almoço. O horário dos plantões aos sábados e domingos é o das 17h45min da sexta-feira até às 8h da segunda-feira.

2º- APROVAR, de igual forma, pela aprovação da alteração do horário de plantão/sobreaviso proposto pelo Conselho Tutelar, nos sistema de escala. Nesse sistema, o conselheiro de plantão tem possibilidade de compensação de 4 horas de segunda a sexta-feira, no dia seguinte ao do plantão, de forma não cumulativa. O plantão dos finais de semana tem a possibilidade de compensação em 8 horas, não cumulativas.

3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 03 de fevereiro de 2016.

Ricardo Buratto

Presidente do CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 008/2016

PORTARIA Nº 008/2016

ESTABELECE O FERIADO DO CARNAVAL PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL BALESTRIN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições legais, considerando que não tem pauta de votação de projetos para a semana do carnaval, subscreve a presente Portaria:

Art. 1º. Estabelece que o feriado de carnaval da Câmara de Vereadores será nos dias 08 e 09 do mês de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial os Municípios.

Publique-se. Registre-se.

Videira 03 de fevereiro de 2016.

RAFAEL BALESTRIN

Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 003/2016

DECRETO N. 003, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

FIXA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE VITOR MEIRELES.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, usando de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - O horário de funcionamento das Secretarias Municipais de Vitor Meireles obedecerá as disposições dos Anexos I e II do presente Decreto.

Art. 2º - Em casos específicos, o horário de expediente dos funcionários do município poderá ser fixado ou alterado pelo Chefe do Executivo, mediante Portaria.

Art. 3º - Excepcionalmente e respeitada a carga horária prevista em Lei, poderá o Chefe do Executivo ou os Diretores de Departamento, requisitar funcionário das Secretarias Municipais, objetivando auxiliar nos serviços urgentes ou emergenciais nas diversas áreas, mediante aviso prévio com data anterior ao serviço.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 064/15.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 03 de fevereiro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

ANEXO I

QUADRO DE HORÁRIO: 2ª Feira a 6ª Feira

SECRETARIA	Entrada	Saída	Entrada	Saída
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	08:00	12:00	14:00	17:00
Secretaria Municipal de Educação	08:00	12:00	14:00	17:00
Secretaria Municipal de Saúde	08:00	12:00	14:00	17:00
Secretaria Municipal de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente	08:00	12:00	14:00	17:00
Secretaria Municipal de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico	08:00	12:00	14:00	17:00
Secretaria Municipal de Assistência Social	08:00	12:00	14:00	17:00
Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo	08:00	12:00	14:00	17:00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento do Distrito da Barra da Prata	08:00	12:00	14:00	17:00

ANEXO II

QUADRO DE HORÁRIO

SECRETARIA	Dia da Semana	Entrada	Saída	Entrada	Saída
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	4 dias por semana, a critério do Secretário	07:00	12:00	13:00	18:00

I – Cabe ao Secretário de Obras e Serviços Públicos especificar quais os dias da semana que serão trabalhados, efetuando o prévio aviso aos funcionários.

II – Reportam-se ao quadro de horário da Secretaria de Obras e Serviços Públicos os servidores nos cargos de Operador de Máquinas da Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente e da Secretaria de Desenvolvimento do Distrito da Barra da Prata.

III – Serão concedidos 15 (quinze) minutos de café no período da manhã e 15 (quinze) minutos de café no período da tarde, nos dias trabalhados.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 001/2016 FAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 001/2016 FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA – Município de Vitor Meireles

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016 FAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: NAPOLEÃO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROMOVER AULA DE MÚSICA NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

VALOR TOTAL: R\$ 22.000,00

Vitor Meireles – SC, 03 de Fevereiro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 025/2016

PORTARIANº 025/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROZANE DA SILVA

Cargo: PROFESSOR NIVEL III - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas, na E.M. Rio Denecke, como 2º professor do 3º ano no período matutino e 20 (vinte) horas na E.M. Barra da Prata, com o 3º e 4º anos no período vespertino, a partir do dia 03 de fevereiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 026/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 026/2016.

ESTABELECE DIRETRIZES PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VITOR MEIRELES.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, com base no Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; o Decreto nº 7.612 de novembro de 2011 que institui o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver Sem Limite; a Política Nacional de Educação Especial

na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e a Nota Técnica 019, de setembro de 2010, do Ministério da Educação, a Lei nº 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

RESOLVE:

Art. 1º Fica assegurada a contratação de professor auxiliar de educação especial para estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, nos termos desta portaria,

§ 1º Dentre os serviços da educação especial que os sistemas de ensino devem prover estão os profissionais de apoio, necessários para promoção da acessibilidade e atendimento a necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção, aos estudantes que não realizam essas atividades com independência.

§ 2º A contratação de professor auxiliar de educação especial será autorizada quando as condições do estudante, objeto dessa portaria, assim o recomendar, considerando sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência, tendo em vista que nem todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação necessitam de professor auxiliar de educação especial.

§ 3º Somente em casos específicos, avaliados pela Secretaria Municipal de Educação, o professor auxiliar poderá acompanhar a um único estudante.

§ 4º A contratação de professor auxiliar de educação especial deverá ser precedida de solicitação a Secretaria Municipal de Educação, mediante parecer descritivo individual e laudo diagnóstico, providenciados pela direção da unidade educativa, equipe pedagógica e profissionais das salas multifuncionais.

§ 5º As atividades de intérprete de Libras e de guia-intérprete para alunos surdocegos seguem regulamentação própria, devendo ser orientada sua atuação na escola pela educação especial, em articulação com o ensino comum.

§ 6º Cabe à Secretaria Municipal de Educação analisar o requerimento e emitir parecer, de acordo com os critérios especificados nesta portaria.

Art. 2º Para efeitos desta portaria são considerados estudantes elegíveis para contratação de professor auxiliar de educação especial:

- I. Estudantes com transtorno do espectro autista devidamente comprovados nos termos do art. 1º, § 1;
- II. Estudantes com comprometimentos físico-motores, que apresentam dependência na realização das atividades de locomoção, alimentação e cuidados pessoais.

Art. 3º – Fica vedada a contratação de professor auxiliar de educação especial nas seguintes situações:

- I. Estudantes com ou sem deficiência que apresentam somente crises convulsivas;
- II. Estudantes com deficiência visual ou com surdez;
- III. Estudantes com deficiência intelectual sob alegação de dificuldades na aprendizagem;
- IV. Estudantes com algum tipo de síndrome sem comprometimento em sua funcionalidade motora;
- V. Estudantes com deficiência física que não apresentam dependências na locomoção, alimentação e cuidados pessoais;
- VI. Estudantes que necessitam de acompanhamento pedagógico;

VII. Estudantes com ou sem deficiência que apresentam problemas comportamentais.

Art. 4º São consideradas atribuições do professor auxiliar de educação especial:

I. Realizar atividades de locomoção, cuidados pessoais e alimentação dos estudantes com deficiência em articulação com as atividades escolares e pedagógicas, garantindo a participação desses estudantes com os demais colegas;

II. Auxiliar o estudante com transtorno do espectro autista na organização de suas Atividades escolares;

III. Auxiliar os estudantes na resolução de tarefas funcionais e realização de atividades de vida diária, ampliando suas habilidades em busca de uma vida independente e autônoma;

IV. Participar dos momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da escola, tais como: reuniões pedagógicas, conselho classe, planejamento, grupos de estudos entre outros;

V. Conduzir o estudante, juntamente com o professor de Educação Física e a turma, para as aulas de Educação Física de modo a envolvê-lo nas atividades coletivas, planejadas pelo professor de Educação Física;

VI. Trabalhar em parceria e de forma articulada com o professor de sala de aula e o professor da Sala de Recursos Multifuncionais, sem que assuma atividades de escolarização ou de Atendimento Educacional Especializado;

VII. Elaborar relatórios sobre o estudante que acompanha, anexando-os às pastas dos estudantes arquivadas na Sala de Recursos Multifuncional.

Art. 5º Nenhum estudante, objeto dessa portaria, deve ser dispensado na ausência do professor auxiliar de educação especial, cabendo à unidade educativa se organizar para melhor atender as necessidades específicas desse estudante.

Art. 6º Na ausência do estudante, o professor auxiliar de educação especial deverá seguir as atribuições da direção da escola, conforme previsto na legislação em vigor.

Art. 7º A necessidade de permanência do serviço de professor auxiliar de educação especial deve ser, periodicamente, avaliada pelos profissionais da unidade educativa, Salas de Recursos Multifuncional e Secretaria Municipal de Educação, quanto a sua efetividade e necessidade de continuidade.

Parágrafo único: A família deve ser informada e esclarecida sobre a avaliação da necessidade de permanência do serviço de professor auxiliar de educação especial.

Art. 8º Os profissionais da área clínica, tais como médicos, psicólogos, fisioterapeutas entre outros não definem de forma isolada, quanto à necessidade de contratação de professor auxiliar de educação especial para estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, é imperiosa a articulação com a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º Na desistência ou transferência do estudante com deficiência, transtorno do espectro autista, superdotação/altas habilidades, o professor auxiliar de educação especial deverá ter seu contrato por tempo de serviço cancelado ou deverá ser remanejado para outra unidade educativa ou turno escolar que necessite de seus serviços.

Art. 10º Quando houver a necessidade de contratação de professor auxiliar de educação especial para atender crianças da Educação Infantil, a contratação somente será feita a partir do Pré-escolar, após cumprimento dos requisitos esculpidos no art. 1º, § 1, ou que atendam aos critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;

Art. 11º O professor auxiliar de educação especial deverá estar, preferencialmente, fora de sala de aula a serviço dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, sendo chamado para auxiliar quando necessário ou em momentos pontuais como alimentação, locomoção e cuidados pessoais.

Parágrafo único: O professor auxiliar de educação especial deverá ter um plano de trabalho para os estudantes que acompanha de forma que possa atender suas necessidades.

Art. 12º Quando necessária à permanência do professor auxiliar de educação especial em sala de aula, em função da especificidade funcional do estudante, ele deverá exercer a função de professor auxiliar da turma, não restringindo sua atuação ao estudante objeto dessa portaria, evitando a segregação e o estigma desse público.

Art. 13º A hora/atividade do professor auxiliar de educação especial é destinada a:

I. Estudos individuais e formação continuada.

II. Momentos de interação com o professor da Sala de Recursos Multifuncional e o professor de sala de aula.

III. Planejamento dos horários de acompanhamento aos estudantes, a partir das necessidades apresentadas por cada um, respeitando suas especificidades.

Art. 14º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/2009 e do Decreto nº 055/2011.

Vitor Meireles, 03 de fevereiro de 2016.

PAULO ROBERTO DE FREITAS

Secretário Municipal de Educação

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 019/2016

DECRETO Nº AJG 019/2016

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EDITAL Nº 006/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do Processo Seletivo, Edital nº 006/2015, da Secretaria Municipal de Educação, conforme relação anexa, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 1º de fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 028/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 028/2016

ATRIBUIR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FUNÇÃO DE DIREÇÃO DA EMEB NOSSA SENHORA APARECIDA.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3675/2011, art 21.

RESOLVE

ATRIBUIR a Servidora Pública Municipal função de Diretora da EMEB Nossa Senhora Aparecida a Sra. ELIANE MULLER, brasileira, estado civil solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 17R/3.209.373 e CPF nº 933.630.609-04, nomeada conforme Decreto nº AM 044/2002 no cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 5ª a 8ª - CIÊNCIAS com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta atribuição de Direção vigore a partir de 02.02.2016 por período indeterminado. Conforme Ofício nº SME/M 029/2016, datado de 02.02.2016.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Atribuição a partir de 02.02.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 03 de Fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 029/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 029/2016

EXONERAR A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91 Artigo 34.

RESOLVE

EXONERAR a pedido a partir de 03.02.2016, a Servidora Pública Municipal, a Sr.(a) MARISETE RODRIGUES DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 3.288.365 e CPF nº 022.928.849-92, nomeada conforme Decreto nº AJG 199/2013, no cargo de COZINHEIRA, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 00325/2016 datado de 03.02.2016.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº AJG 199/2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de Fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 0012/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0012/2016, tendo como objeto a Aquisição de Cargas de Oxigênio Medicinal. O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 23/02/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 03 de fevereiro de 2016.

Ademir José Gasparini

Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

ATA PP 37-2015 PMXV - QUINTA SESSÃO

5ª ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 37/2015 PMXV. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE MÁQUINAS PESADAS PARA SERVIÇOS EM GERAL PARA O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "C" DESTA EDITAL.

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, às oito horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o Pregoeiro Sr. Emerson Salvagni e sua Equipe de Apoio constituída pelos servidores Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo, Taciane Caon e Alex Lorenzet, designada pelo Decreto 001/2016, com a finalidade de efetuar recebimento e análise de recurso da Licitante ROLEPEÇAS PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA. Após leitura e análise, verificou-se que a licitante ROLEPEÇAS PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA declinou do direito de interpor recursos, acatando a decisão da Comissão. Assim, mantem-se as empresas vencedoras, sendo: XAVANTINA MADEIRAS LTDA sagrou-se vencedora dos Itens nº 02, 03 e 04 do processo licitatório com o valor total dos itens em R\$ 309.600,00 (trezentos e nove mil e seiscentos reais). A empresa FERRAZZO TERRAPLENAGEM LTDA sagrou-se vencedora dos Itens nº 01 e 06 do processo licitatório com o valor total dos itens em R\$ 226.800,00 (duzentos e vinte e seis mil e oitocentos reais). A empresa SARTORETTO LOCADORA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA sagrou-se vencedora do Item nº 05 do processo licitatório com o valor total do item em R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, e os membros da Equipe de Apoio.

Emerson Salvagni Pregoeiro	Taciane Caon Membro da Equipe de Apoio
Alex Lorenzet Membro da Equipe de Apoio	Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo Membro da Equipe de Apoio

PE 007/2016 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2016 PMXV

Objeto: Registro de preços para a possível contratação exclusiva de micro e/ou pequena empresa para ministrar aulas de artesanato de: pintura em tecido, pintura em MDF e confecção de edredom, profissional habilitado para realização de capacitação com a equipe do CRAS e contratação de peça teatral para trabalhar contra a violência doméstica e violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, afim de atender os programas desenvolvidos no CRAS (Centro de Referência De Assistência Social) atendendo crianças, adolescentes e adultos residentes neste Município, inseridos nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, geração de renda e PAIF (Proteção e atendimento integral a família), conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 18/02/2016, no endereço eletrônico: www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

Abertura: dia 18/02/2016, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 04 de fevereiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTI,
Prefeito Municipal.

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 37-2015 PMXV - FERRAZZO

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 37/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa FERRAZZO TERRAPLENAGEM LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.578.981/0001-87, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Aristeu Ferrazzo, portador do CPF nº 854.138.449-72, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 37/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de horas de máquinas pesadas para serviços em geral para o Município de Xavantina.

ITEM	QTDE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA MÁQUINA	VALOR UNITÁRIO DA HORA EM R\$
1	800,00	HORA	SERVIÇO COM RETROESCAVADEIRA CUJA MÁQUINA ATENDA ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MOTOR TURBO, POTÊNCIA BRUTA DE 90 HP, CAÇAMBA DA RETRO COM CAPACIDADE PARA 0,75M³, 4X4, ANO NÃO INFERIOR A 2010.	99,50
6	800,00	HORA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA COM TRATOR SOBRE ESTEIRAS, COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13.400 KG (TREZE E QUATROCENTOS QUILOS), EQUIPADO COM LAMINA DIANTEIRA ARTICULADA, MOTOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 125 HP, COM ESCALIFICADOR, ANO NÃO INFERIOR A 2010.	184,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 06 (seis) meses consecutivos contados da data de assinatura, podendo ser prorrogados por mais 06 (seis) meses, nos mesmos termos do Pregão Presencial SRP nº 37/2015 PMXV.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 37/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 03 de fevereiro de 2016.

FERRAZZO TERRAPLENAGEM LTDA Aristeu Ferrazzo	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 37-2015 PMXV - SARTORETTO

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 37/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa SARTORETTO LOCADORA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.602.346/0001-22, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Jairo Luiz Sartoretto, portador do CPF nº 182.652.199-20, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 37/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de horas de máquinas pesadas para serviços em geral para o Município de Xavantina.

ITEM	QTDE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA MÁQUINA	VALOR UNITÁRIO DA HORA EM R\$
5	800,00	HORA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA COM TRATOR SOBRE ESTEIRAS, COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 14.400 KG (QUATORZE MIL E QUATROCENTOS QUILOGRAMAS), EQUIPADO COM LAMINA DIANTEIRA ARTICULADA, MOTOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 118 HP, SEM ESCALIFICADOR, ANO NÃO INFERIOR A 2010.	195,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 06 (seis) meses consecutivos contados da data de assinatura, podendo ser prorrogados por mais 06 (seis) meses, nos mesmos termos do Pregão Presencial SRP nº 37/2015 PMXV.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 37/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 03 de fevereiro de 2016.

SARTORETTO LOCADORA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Jairo Luiz Sartoretto	MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal.
--	--

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 37-2015 PMXV - XAVANTINA

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 37/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa XAVANTINA MADEIRAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.262.968/0001-60, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Mauro Cesar Suzana, portador do CPF nº 493.950.179-53, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 37/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de horas de máquinas pesadas para serviços em geral para o Município de Xavantina.

ITEM	QTDE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA MÁQUINA	VALOR UNITÁRIO DA HORA EM R\$
2	600,00	HORA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS MÁQUINA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 14.500 KG (QUATORZE MIL E QUINHENTOS QUILOGRAMAS), MOTOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 88 HP, EQUIPADA COM CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,78M ³ , ANO NÃO INFERIOR A 2010.	160,00
3	600,00	HORA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS MÁQUINA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 17.500 KG (DEZESSETE MIL E QUINHENTOS QUILOGRAMAS), MOTOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 115 HP, EQUIPADA COM CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,90 ³ , ANO NÃO INFERIOR A 2010.	160,00
4	600,00	HORA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS MÁQUINA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 21.500 KG (VINTE E UM MIL E QUINHENTOS QUILOGRAMAS), MOTOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 130 HP, EQUIPADA COM CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,35 ³ , ANO NÃO INFERIOR A 2010.	196,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 06 (seis) meses consecutivos contados da data de assinatura, podendo ser prorrogados por mais 06 (seis) meses, nos mesmos termos do Pregão Presencial SRP nº 37/2015 PMXV.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela

poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 37/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 03 de fevereiro de 2016.

XAVANTINA MADEIRAS LTDA Mauro Cesar Suzana	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Processo Licitatório n. 10/2016

Pregão n. 006/2016

O município de Xaxim através de seu Prefeito torna publico a anulação da licitação supra.

Justifica-se a presente anulação, considerando que a administração constatou, mesmo após lançamento de Edital, que não haveria tempo hábil para diagramação, reprodução e entrega do material a ser produzido;

Assim, o parecer da Procuradoria-geral do município, com a concordância do prefeito municipal, é de que o processo Licitatório em voga DEVE SER ANULADO, visto que a Administração Pública detém a prerrogativa de anular ou revogar seus próprios atos (Súmula 473 do STF).

Xaxim (SC), 03 de fevereiro de 2016.

Luís Antônio Cipriani

Procurador-Geral - OAB/SC – 35.698

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO 011/2016

MUNICIPIO DE XAXIM

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 11/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 20/2016

O Município de Xaxim – SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a Contratação de profissional de nível médio para prestar serviços no CRAS e profissional técnico nível médio para prestar serviços no CREAS, através da secretaria de Assistência Social, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 13h: 00min do dia 18 de fevereiro de 2016, procedendo à abertura às 13h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 03 de fevereiro de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

CONTRATOS E ADITIVOS 2015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
MUNICIPIO DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		
Aditivo Nº : CT123/15AD01/16 - Contrato Nº: CT0123/2015		
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM		
Contratada...: NEREU FOLLE		
Valor : 10.000,00 (dez mil reais)		
Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 30/04/2016		
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 26/2015		
Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 1.172.212,16		
Objeto : Constitui obeto do presente instrumento contratual a locação de imóvel para uso industrial com 3.477,50 m2 com estrutura pré moldada com 02 pavimentos com area total de 1.159,64m2 sob matrícula 17.978.		
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016		
Contrato Nº...: CT0213/2015		
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM		
Contratada...: JOBE LUV INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		
Valor : 5.132,00 (cinco mil cento e trinta e dois reais)		
Vigência : Início: 23/11/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 56/2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Aquisição de conjuntos de combate a incêndio para uso do 2º Pelotão de Bombeiros Militar de Xaxim - SC		
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016		
Contrato Nº...: CT0214/2015		
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM		
Contratada...: CHAPEACAO E MECANICA XAXIENSE LTDA - ME		
Valor : 6.000,00 (seis mil reais)		
Vigência : Início: 26/11/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 97/2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de reforço estrutural nos veículos caçambas, placas MML 3525 - QHB6085 - QHB 6065 - QHB 6098.		
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016		
Contrato Nº...: CT0215/2015		
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM		
Contratada...: TERRAMAX - CONSTRUCOES E OBRAS LTDA		
Valor : 16.425,00 (dezesseis mil quatrocentos e vinte e cinco reais)		
Vigência : Início: 26/11/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Aquisição de materiais para obra de canalização do trecho Avenida Luiz Lunardi no município de Xaxim - SC.		
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016		

Contrato Nº.: CT0216/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: TERRAMAX - CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA
 Valor : 6.460,00 (seis mil quatrocentos e sessenta reais)
 Vigência : Início: 26/11/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de materiais para obra de canalização do trecho Avenida Luiz Lunardi no município de Xaxim - SC.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0217/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: TUPY PRE-MOLDADOS LTDA - EPP
 Valor : 4.410,00 (quatro mil quatrocentos e dez reais)
 Vigência : Início: 25/11/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 57/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de tubos de concreto para reforma da estrada Linha Pedro Guerreiro, Município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0218/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: AGUA RARA ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - ME
 Valor : 4.165,00 (quatro mil cento e sessenta e cinco reais)
 Vigência : Início: 30/11/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 58/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para uso do 2º Pelotão de Bombeiros Militar de Xaxim - SC.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0219/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: CHAPEACAO E MECANICA XAXIENSE LTDA - ME
 Valor : 10.000,00 (dez mil reais)
 Vigência : Início: 01/12/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 100/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de reforço estrutural na escavadeira hidráulica Hyundai n. 74, e na Retro caçamba Escavadeira Randon (dianteira e traseira).

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0220/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: FRANCIELE INAYE GONCALVES VEICULOS
 Valor : 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais)
 Vigência : Início: 02/12/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 59/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de kit completo de tecnologia móvel e embarcada, kits de adaptação - PMSC Mobile, para serem instalados nas viaturas do 5º Pelotão de Polícia Militar de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0119/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0119/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: CONSTRUTORA COLINA LTDA - EPP
 Valor : 9,30 (nove reais e trinta centavos)
 Vigência : Início: 04/12/2015 Término: 16/02/2016
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Constitui objeto do presente instrumento contratual a contratação de empresa para prestação de serviços para execução de obras de um conjunto de intervenções que visam à requalificação da Praça Frei Bruno de Xaxim/SC.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0057/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: STANG & STANG LTDA
 Valor : 20.371,50 (vinte mil trezentos e setenta e um reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 04/12/2015 Término: 04/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de Gasolina comum, Diesel Comum, Diesel S-10 e ARLA 32 com abastecimento na bomba do proponente vencedor, destinada à manutenção dos veículos do segundo pelotão de Bombeiros Militar de Xaxim - SC.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0004/2014/AD03 - Contrato Nº: CT0004/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: OFFICE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA ME
 Valor : 2.185,80 (dois mil cento e oitenta e cinco reais e oitenta centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 30/06/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de licença e uso anual, incluso assistência técnica e manutenção do Programa de Computador e - PROCON, utilizado pelo Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0223/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: ADILSO ANTONIO MICHAILOFF 03770949943
 Valor : 6.807,75 (seis mil oitocentos e sete reais e setenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 15/12/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 60/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de profissional para execução de serviços de roçada, alinhamento, escavação, fixação de palanques com colocação de arame (cerca), para proteção de nascente de água existente no local denominado Eco Parque Sol Nascente.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0176/2014/AD02 - Contrato Nº: CT0176/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: DIADEMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME
 Valor : 45.360,00 (quarenta e cinco mil trezentos e sessenta reais)
 Vigência : Início: 12/12/2015 Término: 13/12/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 55/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Locação de um imóvel com área total de 4.000 m2 (quatro mil metros quadrados) situado nas proximidades do Frigorífico Aurora, através da Chamada Pública n. 011/2014.
 Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0103/2014/AD03 - Contrato Nº: CT0103/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: SERGIO MARIANO DA SILVA 46119752900
 Valor : 12.900,00 (doze mil novecentos reais)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2014
 Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (60) Saldo: 1.524.750,85
 Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa para execução dos serviços de limpezas em geral, jardinagem, manutenção e conservação das instalações e do terreno de localização do (Eco Parque), de acordo com o termo de referência anexo ao Edital.
 Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0109/2015/AD02 - Contrato Nº: CT0109/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: RUI LAUCHZER 53840666953
 Valor : 11.700,00 (onze mil setecentos reais)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2015
 Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (60) Saldo: 1.524.750,85
 Objeto : O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para execução dos serviços de limpeza em geral, ajardinamento, manutenção elétrica, hidráulica, pintura, poda de arvores e conservação das instalações e do terreno onde está localizado o ECO PARQUE Eduval Ogliari.
 Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0075/2015/AD02 - Contrato Nº: CT0075/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: ELIVAR LUIS BACKES 05331351921
 Valor : 11.640,00 (onze mil seiscentos e quarenta reais)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2015
 Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 1.900.000,00
 Objeto : Contratação de Empresa Especializada em serviço de Jornalismo on line, com divulgação de todas as matérias/notícias de interesse da Prefeitura Municipal na página inicial do site, dando o destaque necessário a cada uma delas, indiferente de qualidade.
 Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0133/2015/AD11 - Contrato Nº: CT0133/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: LUIZ ADOLFO PIEREZAN
 Valor : 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 30/2015
 Recursos : Dotação: 2.035.3.3.90.00.00.00.00 (24) Saldo: 280.000,00
 Objeto : Constitui objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de sala Comercial, localizada na Rua Duque de Caxias, 1123, de alvenaria, com 215 m2, objetivando o funcionamento do Departamento de Merenda Escolar.
 Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0267/2013/AD04 - Contrato Nº: CT0267/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: HIGIENIZA SERVICOS, LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - E
 Valor : 29.180,87 (vinte e nove mil cento e oitenta reais e oitenta e sete centavos)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 14/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para manutenção das unidades de ensino municipal através de serviços de higienização conforme descrito no termo de referência anexo ao presente edital
 Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0060/2013/AD05 - Contrato Nº: 0060/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: GLOBAL ASSESSORIA E SERVICOS S/C LTDA
 Valor : 15.696,00 (quinze mil seiscentos e noventa e seis reais)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2013
 Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (23) Saldo: 90.000,00
 Objeto : O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA, ENVOLVENDO ORIENTAÇÕES NA ELABORAÇÃO E/OU REVISÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA MUNICIPAL, CONFORME DESCRIÇÃO DESCRITO COMPLETA NO EDITAL.
 Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0049/2013/AD04 - Contrato Nº: 0049/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: ASSIS FRANCISCO PIAIA
 Valor : 64.763,40 (sessenta e quatro mil setecentos e sessenta e três reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2013
 Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (9), 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (23)
 Objeto : LOCAÇÃO DA QUATRO (04) SALAS COMERCIAIS, PARA FUNCIONAMENTO DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO, ENGENHARIA, COM 376,72 m2, PARA O PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2013.
 Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0014/2013/AD07 - Contrato Nº: 0014/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada....: PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA
 Valor : 660.948,75 (seiscentos e sessenta mil novecentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2013
 Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 2.300.000,00
 Objeto : AQUISIÇÃO DE APOSTILAS PARA ALUNOS E PROFESSORES DA REDE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO MEDIO PARA 3.820 ALUNOS, E SERVIÇOS TÉCNICOS PARA O ANO LETIVO DE 2013.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0215/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0215/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada....: TERRAMAX - CONSTRUÇOES E OBRAS LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de materiais para obra de canalização do trecho Avenida Luiz Lunardi no município de Xaxim - SC.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº...: CT0226/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada....: SHOPPING DO REAL COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS
 Valor : 7.101,22 (sete mil cento e um reais e vinte e dois centavos)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 61/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de materiais para decoração natalina, junto a Praça Central Frei Bruno.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0216/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0216/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada....: TERRAMAX - CONSTRUÇOES E OBRAS LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de materiais para obra de canalização do trecho Avenida Luiz Lunardi no município de Xaxim - SC.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0110/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0110/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada....: BETHA SISTEMAS LTDA
 Valor : 94.278,65 (noventa e quatro mil duzentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/05/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015
 Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (9), 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (23)
 Objeto : Constitui objeto do presente instrumento contratual, o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0130/2013/AD03 - Contrato Nº: 0130/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada....: OSMAR PALAURO ME
 Valor : 93.552,00 (noventa e três mil quinhentos e cinquenta e dois reais)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLAR A SEREM REALIZADOS COM VEÍCULOS TIPO: ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, VANS E KOMBI, PARA O EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR, NAS QUILOMETRAGENS DESCRITAS NAS LINHAS LISTADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0127/2013/AD04 - Contrato Nº: 0127/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada....: LEODIR CARLOS COSTA - ME
 Valor : 49.280,00 (quarenta e nove mil duzentos e oitenta reais)
 Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLAR A SEREM REALIZADOS COM VEÍCULOS TIPO: ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, VANS E KOMBI, PARA O EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR, NAS QUILOMETRAGENS DESCRITAS NAS LINHAS LISTADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0167/2013/AD03 - Contrato Nº: 0167/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada....: FELTRIN TRANSPORTES & TURISMO LTDA - ME
 Valor : 56.826,00 (cinquenta e seis mil oitocentos e vinte e seis reais)
 Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de Transporte Escolar (Linha 06 - Xaxim / Linha Pedro Guerreiro).

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0131/2013/AD03 - Contrato Nº: 0131/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada....: TRANSPORTES DALLA RIVA LTDA - ME
 Valor : 30.996,00 (trinta mil novecentos e noventa e seis reais)
 Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLAR A SEREM REALIZADOS COM VEÍCULOS TIPO: ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, VANS E KOMBI, PARA O EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR, NAS QUILOMETRAGENS DESCRITAS NAS LINHAS LISTADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0126/2013/AD02 - Contrato Nº: 0126/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: LEITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME
 Valor : 129.102,00 (cento e vinte e nove mil cento e dois reais)
 Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLAR A SEREM REALIZADOS COM VEÍCULOS TIPO: ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, VANS E KOMBI, PARA O EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR, NAS QUILOMETRAGENS DESCRITAS NAS LINHAS LISTADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0092/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0092/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: AGENOR RAYMUNDO CERATTO - ME
 Valor : 41.040,00 (quarenta e um mil e quarenta reais)
 Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de transportes escolar, de acordo com o itinerário disposto na solicitação parte integrante deste processo.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0132/2013-AD07 - Contrato Nº: 0132/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: TRANSPORTES ZAFAMA LTDA - ME
 Valor : 63.852,00 (sessenta e três mil oitocentos e cinquenta e dois reais)
 Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLAR A SEREM REALIZADOS COM VEÍCULOS TIPO: ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, VANS E KOMBI, PARA O EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR, NAS QUILOMETRAGENS DESCRITAS NAS LINHAS LISTADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0011/2014/AD02 - Contrato Nº: CT0011/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: TRANSPORTES ZAFAMA LTDA - ME
 Valor : 44.968,00 (quarenta e quatro mil novecentos e sessenta e oito reais)
 Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar considerando 200 dias do ano letivo de acordo com o etinerário disposto na solicitação e edital partes integrantes deste processo.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0201/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0201/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: TRANSPORTES ZAFAMA LTDA - ME
 Valor : 81.305,00 (oitenta e um mil trezentos e cinco reais)
 Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 88/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar de acordo com o itinerário descrito no anexo I do edital.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0123/2013/AD05 - Contrato Nº: 0123/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: ANTONINHO GODOY - ME
 Valor : 53.196,00 (cinquenta e três mil cento e noventa e seis reais)
 Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para serviços de transportes escolar a serem realizados com veículos tipo: ônibus, micro-ônibus, vans e kombi, para o exercício de 2013, conforme calendário escolar, nas quilometragens descritas nas linhas listadas no anexo i do edital.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0003/2015/AD04 - Contrato Nº: CT0003/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: JHONATAN LUIS TRENTIN 09658783929
 Valor : 44.492,80 (quarenta e quatro mil quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)
 Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 115/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de Transporte Escolar (Linha 24 - Linha Pilão de Pedra / Vila Tigre).

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0124/2013/AD03 - Contrato Nº: 0124/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: FOPPA TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME
 Valor : 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLAR A SEREM REALIZADOS COM VEÍCULOS TIPO: ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, VANS E KOMBI, PARA O EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR, NAS QUILOMETRAGENS DESCRITAS NAS LINHAS LISTADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0128/2013/AD04 - Contrato Nº: 0128/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: NELSON DOMINGOS ROMANELLI - ME
 Valor : 50.655,00 (cinquenta mil seiscentos e cinquenta e cinco reais)
 Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLAR A SEREM REALIZADOS COM VEÍCULOS TIPO: ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, VANS E KOMBI, PARA O EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR, NAS QUILOMETRAGENS DESCRITAS NAS LINHAS LISTADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Aditivo Nº : CT0096/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0096/2015 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada....: CORDITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME Valor : 218.814,00 (duzentos e dezoito mil oitocentos e quatorze reais) Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de transportes escolar, de acordo com o itinerário disposto na solicitação parte integrante deste processo.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Aditivo Nº : CT0132/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0132/2015 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada....: CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA. Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 30/06/2016 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 28/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços para execução de obras de mobilidade urbana - sinalização - abrigos de passagens, remoção e estreitamento de canteiros, pavimentação asfáltica calçada em pavers, meio fio.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Aditivo Nº : CT0144/2014/AD02 - Contrato Nº: CT0144/2014 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada....: CONSTRUTORA COLINA LTDA - EPP Valor : 44.691,00 (quarenta e quatro mil seiscentos e noventa e um reais) Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2014 Recursos : Dotação: 1.007.4.4.90.00.00.00.00.00 (44) Saldo: 100.000,00 Objeto : Ampliação de edificação em alvenaria destinada ao espaço de educação infantil - Creche Maria Lunedo Batistella, com área a construir de 331,12 m² na Rua Luiz Roman - Bairro Ari Lunardi.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Aditivo Nº : CT0037/2014/AD03 - Contrato Nº: CT0037/2014 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada....: CAIXA ECONOMICA FEDERAL Valor : 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2014 Recursos : Dotação: Objeto : Serviços bancários, no recolhimento de tributos municipais, com exclusividades nas agências da Caixa Econômica Federal, salas de autoatendimento, internet banking, casas lotéricas, caixa aqui e correspondentes bancários.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	

Aditivo Nº : CT0048/2012/AD04 - Contrato Nº: 0048/2012 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada....: INTELLIBR SISTEMAS LTDA - ME Valor : 8.748,14 (oito mil setecentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos) Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2012 Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (34) Saldo: 1.943.103,50 Objeto : Contratação de Sistema de Implantação Informatizado de Gestão Escolar para o Município de Xaxim de acordo com o Edital.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Aditivo Nº : CT0038/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0038/2015 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada....: MERINVESTES S/A Valor : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/01/2016 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2015 Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (86) Saldo: 105.000,00 Objeto : Locação de Imovel para uso industrial com 4000 m2, com estrutura pre moldada com 01 pavimento de 16 X 40m, com pe direito de 5,50m, coberta com aluzinco, cfe matricula 12367 Comarca Xaxim-SC - Distrito Industrial.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Aditivo Nº : CT0072/2013/AD04 - Contrato Nº: 0072/2013 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada....: CRI COLETA E INDUSTRIALIZAO DE LIXO LTDA - EPP Valor : 364.259,20 (trezentos e sessenta e quatro mil duzentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos) Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 30/04/2016 Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013 Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (60) Saldo: 1.897.722,50 Objeto : Contratação de empresa especializada p/coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos do município e a disposição final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, através da operação, manutenção e monitoramento de unidade de triagem e aterro sanitário. Coleta e transporte de resíduos sólidos recicláveis, coleta seletiva no perímetro urbano e interior do município, com destinação final em unidade de triagem, de propriedade da empresa.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Aditivo Nº : CT0002/2013/AD03 - Contrato Nº: 0002/2013 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO FREI BR Valor : 3.210,00 (três mil duzentos e dez reais) Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2013 Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (34) Saldo: 1.882.573,76 Objeto : LOCAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DO BAIRRO PARA A PRATICA DE ESPORTES DOS ALUNOS DA REDE DE ESNINO MUNICIPAL, DURANTE O EXERCICIO DE 2015	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	

CONTRATOS E ADITIVOS 2015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM	
EXTRATO CONTRATUAL	
Aditivo Nº : CT0113/2014/AD02 - Contrato Nº: CT0113/2014	
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM	
Contratada....: DELESIA TEREZINHA BRUNHEROTTO	
Valor : 10.802,76 (dez mil oitocentos e dois reais e setenta e seis centavos)	
Vigência : Início: 16/11/2015 Término: 16/05/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 47/2014	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Serviços de coordenação, instrutores de violão, Informática, Bateria, Horta, direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, conforme especificações constantes do projeto básico anexo I deste Edital.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: CT0211/2015	
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM	
Contratada....: MARIA NALIN GUOLO	
Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais)	
Vigência : Início: 21/11/2015 Término: 21/05/2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação de uma casa de alvenaria, localizada na Avenida Luiz Lunardi, no Bairro Primavera, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, edificada sobre o imóvel Lote Urbano nº 05 do desmembramento da Chácara nº52, com área superficial de 368,80 m2, Matricula nº 8.551 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: RP0055/2015-A	
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM	
Contratada....: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	
Valor : 2.374,01 (dois mil trezentos e setenta e quatro reais e um centavo)	
Vigência : Início: 01/12/2015 Término: 01/05/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Registro de preço para aquisição de produtos de higiene e limpeza para atender as necessidades do Abrigo Municipal através do Fundo Municipal de Assistência Social.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: RP0055/2015-B	
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM	
Contratada....: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	
Valor : 68,60 (sessenta e oito reais e sessenta centavos)	
Vigência : Início: 01/12/2015 Término: 01/05/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Registro de preço para aquisição de produtos de higiene e limpeza para atender as necessidades do Abrigo Municipal através do Fundo Municipal de Assistência Social.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	

Contrato Nº...: RP0055/2015-C	
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM	
Contratada....: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	
Valor : 5.481,80 (cinco mil quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta centavos)	
Vigência : Início: 01/12/2015 Término: 01/05/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Registro de preço para aquisição de produtos de higiene e limpeza para atender as necessidades do Abrigo Municipal através do Fundo Municipal de Assistência Social.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: RP0055/2015-D	
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM	
Contratada....: SCS COMERCIO LTDA - ME	
Valor : 1.472,40 (um mil quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos)	
Vigência : Início: 01/12/2015 Término: 01/05/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Registro de preço para aquisição de produtos de higiene e limpeza para atender as necessidades do Abrigo Municipal através do Fundo Municipal de Assistência Social.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: RP0055/2015-E	
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM	
Contratada....: SUPER-ABC COMERCIO DE ALIMENTOS - EIRELI - EPP	
Valor : 3.126,57 (três mil cento e vinte e seis reais e cinquenta e sete centavos)	
Vigência : Início: 01/12/2015 Término: 01/05/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Registro de preço para aquisição de produtos de higiene e limpeza para atender as necessidades do Abrigo Municipal através do Fundo Municipal de Assistência Social.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: CT0221/2015	
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM	
Contratada....: MARLI BOIANI DUZ	
Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais)	
Vigência : Início: 09/12/2015 Término: 03/09/2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação de uma casa de alvenaria, localizada na Ruas Gilberto Vicenzi e Odair Dervanoski, Loteamento Ferrazzo IV, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, edificada sobre o imóvel Lote Urbano nº 389, Quadra nº 549, com área superficial de 270 m2, Matricula nº 22.822, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: CT0222/2015	
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM	
Contratada....: ERALDO FERNANDES DE SOUZA	
Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais)	
Vigência : Início: 09/12/2015 Término: 09/06/2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação de uma casa de alvenaria, localizada na Rua Ricardo Panizzi, no Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, edificada sobre o imóvel Lote Urbano nº 13, Quadra "P", no loteamento Santa Brígida com área superficial de 600 m2, Matricula nº 13.289, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	

Aditivo Nº : CT0001/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0001/2015 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM Contratada...: ANTONIO MAROCCO Valor : 33.001,56 (trinta e três mil e um reais e cinquenta e seis centavos) Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 56/2014 Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (21) Saldo: 90.000,00 Objeto : Locação de Sala Comercial para funcionamento do CRAS Primavera. Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Aditivo Nº : CT0143/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0143/2015 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM Contratada...: ACADEMIA DE GINASTICA CIA DO MOVIMENTO LTDA - ME Valor : 20.454,00 (vinte mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais) Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2015 Recursos : Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (2) Saldo: 1.253.450,00 Objeto : Constitui objeto do presente instrumento contratual, a contratação de empresa para prestação de serviços em treinamentos de equilíbrio funcional, musculação e alongamento muscular, com espaço físico e equipamentos disponíveis para realização de atividades direcionadas aos atendimentos dos usuários dos programas da Secretaria de Assistência Social. Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Aditivo Nº : CT0065/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0065/2015 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM Contratada...: SALETE ALBERTON MAIER Valor : 16.332,24 (dezesseis mil trezentos e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos) Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2015 Recursos : Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (2) Saldo: 1.253.450,00 Objeto : Contratação de Profissional para serviços gerais, para atuar junto ao Abrigo de Crianças e Adolescentes na Rua Antônio Lunardi, 755 - Bairro Dr. Ari Lunardi - Xaxim - SC, com carga horária de 40 hrs semanais, para fazer limpeza de calçadas, pátios, lixeiras, lavagem de toalhas, tapetes, cortinas, cobertores, roupa de cama, carrinhos de bebês; Manutenção e conservação de toda a área interna e externa bem como fazer outros afazeres diários. Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Aditivo Nº : CT0134/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0134/2015 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM Contratada...: SALETE FATIMA DA SILVA 02575225906 Valor : 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais) Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Constitui objeto do presente instrumento contratual, a contratação de profissional para serviços gerais, para atuar junto ao CE-ACA na Rua Santo Antônio, n. 1680 - Bairro Guarany - Xaxim - SC, com carga horária de 40 hrs semanais. Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	

Aditivo Nº : CT0005/2013/AD03 - Contrato Nº: 0005/2013 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM Contratada...: JUARES ANTONIO ZAMPROGNA Valor : 9.375,72 (nove mil trezentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos) Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2013 Recursos : Dotação: Objeto : LOCAÇÃO DE UMA (01) SALA COMERCIAL, EM ALVENARIA COM ÁREA DE OITENTA E CINCO (85) METROS QUADRADOS, LOCALIZADA NA AVENIDA LUIZ LUNARDI, 599, CENTRO - XAXIM, SC, FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR. Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Aditivo Nº : CT0087/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0087/2015 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM Contratada...: ALISON LUIS MATIELLO Valor : 17.280,00 (dezesete mil duzentos e oitenta reais) Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2015 Recursos : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (18) Saldo: 104.000,00 Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de Tecnólogo em Informática, com experiência na área, para ministrar aulas no CEACA, através da secretaria de Assistência Social. Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº..: RP0058/2015-A Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD Valor : 20.843,80 (vinte mil oitocentos e quarenta e três reais e oitenta centavos) Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 21/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, suas Secretarias e Departamentos vinculados. Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº..: RP0058/2015-B Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM Contratada...: ECO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP Valor : 27.103,85 (vinte e sete mil cento e três reais e oitenta e cinco centavos) Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 21/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, suas Secretarias e Departamentos vinculados. Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	

Contrato Nº.: RP0058/2015-C
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
 Valor : 6.666,95 (seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos)
 Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 21/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, suas Secretarias e Departamentos vinculados.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0223/2015
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: ANGELO JERONIMO DE ANDRADE 04551879916
 Valor : 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 22/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 103/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para execução de pintura do CRAS Santa Terezinha, incluindo: Tintas para pintura interna, pintura externa com textura, pintura de muros, grades, janelas, portas e forro, conforme planilha detalhada no anexo I do edital; Mão de obra.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0224/2015
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME
 Valor : 4.608,02 (quatro mil seiscentos e oito reais e dois centavos)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 22/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 103/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para execução de pintura do CRAS Santa Terezinha, incluindo: Tintas para pintura interna, pintura externa com textura, pintura de muros, grades, janelas, portas e forro, conforme planilha detalhada no anexo I do edital; Mão de obra.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0111/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0111/2015
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA
 Valor : 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/05/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015
 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM
 Recursos : Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 1.066.698,91
 Objeto : Constitui objeto do presente instrumento contratual, o licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0033/2015/AD02 - Contrato Nº: CT0033/2015
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: IVANIO HAMMES HERMES
 Valor : 32.405,23 (trinta e dois mil quatrocentos e cinco reais e vinte e três centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de profissional especializado em artes marciais (karatê e taekwondo) para realização das oficinas para crianças e jovens vinculados ao co-financiamento serviço conveniente e fortalecimento de vínculos (SCFV).

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0032/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0032/2015
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: FENIX CURSOS E TREINAMENTOS LTDA- ME
 Valor : 24.189,99 (vinte e quatro mil cento e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de profissional especializado em artes marciais (karatê e taekwondo) para realização das oficinas para crianças e jovens vinculados ao co-financiamento serviço conveniente e fortalecimento de vínculos (SCFV).

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

CONTRATOS E ADITIVOS 2015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº : CT0127/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0127/2015		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE XAXIM		
Contratada.: LEANDRO PAGLIARI - ME		
Valor : 0,00 (zero)		
Vigência : Início: 23/11/2015 Término: 30/06/2016		
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contratação de empresa especializada para execução de reforma e conclusão de 24 (vinte e quatro) unidades habitacionais (Convenio firmado entre Caixa Economica Federal e Município de Xaxim/ SC - Fundo Municipal de Habitação / Contrato de Repasse nº0249.923-12 / PAC1)		
Xaxim, 28 de Janeiro de 2016		
Aditivo Nº : CT0114/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0114/2015		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE XAXIM		
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA		
Valor : 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)		
Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/05/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015		
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM		
Recursos : Dotação: 1.010.3.3.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 35.130,00		
Objeto : Licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital.		
Xaxim, 28 de Janeiro de 2016		

CONTRATOS E ADITIVOS 2015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROPECUARIO DE XAXIM	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: CT0112/2015</p> <p>Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROPECUARIO DE XAXIM</p> <p>Contratada....: BETHA SISTEMAS LTDA</p> <p>Valor : 3.418,80 (três mil quatrocentos e dezoito reais e oitenta centavos)</p> <p>Vigência : Início: 01/12/2015 Término: 31/12/2015</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015</p> <p>Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM</p> <p>Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (1) Saldo: 141.991,82</p> <p>Objeto : Licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital.</p>	
<p>Aditivo Nº : CT0112/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0112/2015</p> <p>Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROPECUARIO DE XAXIM</p> <p>Contratada....: BETHA SISTEMAS LTDA</p> <p>Valor : 440,00 (quatrocentos e quarenta reais)</p> <p>Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/01/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015</p> <p>Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital.</p>	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	

CONTRATOS E ADITIVOS 2015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº.: CT0137/2015</p> <p>Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM</p> <p>Contratada....: MARCIO ROBERTO THOME</p> <p>Valor : 30.420,00 (trinta mil quatrocentos e vinte reais)</p> <p>Vigência : Início: 19/06/2015 Término: 31/12/2015</p> <p>Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 18/2015</p> <p>Recursos : Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (19) Saldo: 258.563,84</p> <p>Objeto : Contratação de profissional especializado, para prestar serviço/atendimento em procedimento de fisioterapia convencional.</p>	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
<p>Contrato Nº.: RP0032/2015-A</p> <p>Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM</p> <p>Contratada....: FRANCIELI HAIDUK RIGO - ME</p> <p>Valor : 6.200,00 (seis mil e duzentos reais)</p> <p>Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 30/06/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2015</p> <p>Recursos : Dotação: 2.043.4.4.90.00.00.00.00 (49) Saldo: 32.000,00</p> <p>Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisição futuras de material/equipamento permanente para ESF Frei Bruno, através da Secretaria Municipal de Saúde. A prestação dos serviços será requisitada conforme necessidade da Secretaria.</p>	

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
<p>Contrato Nº.: RP0032/2015-C</p> <p>Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM</p> <p>Contratada....: MB CATARINENSE LTDA - ME</p> <p>Valor : 9.760,00 (nove mil setecentos e sessenta reais)</p> <p>Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 30/06/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2015</p> <p>Recursos : Dotação: 2.043.4.4.90.00.00.00.00 (49) Saldo: 32.000,00</p> <p>Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisição futuras de material/equipamento permanente para ESF Frei Bruno, através da Secretaria Municipal de Saúde. A prestação dos serviços será requisitada conforme necessidade da Secretaria.</p>	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
<p>Aditivo Nº : CT0026/2015/AD06 - Contrato Nº: 0026/2013</p> <p>Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM</p> <p>Contratada....: LABORATORIO PADRAO LTDA - EPP</p> <p>Valor : 70.000,08 (setenta mil reais e oito centavos)</p> <p>Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Contratação de empresa especializada para serviços laboratoriais, para pacientes da Secretaria de Saúde.</p>	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
<p>Contrato Nº.: RP0008/2015</p> <p>Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM</p> <p>Contratada....: CELSO ANTONIO DE DEUS - ME</p> <p>Valor : 105.760,00 (cento e cinco mil setecentos e sessenta reais)</p> <p>Vigência : Início: 19/01/2015 Término: 19/01/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 116/2014</p> <p>Recursos : Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 100.000,00</p> <p>Objeto : Preços que registramos com a finalidade de contratação de serviços para serviços laboratoriais para elaboração e confecção de prótese total e prótese parcial removível, através de Recurso Federal teto média e alta complexidade, incluindo mão de obra e material, para atendimento aos pacientes da rede Básica de Saúde do Município de Xaxim.</p>	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
<p>Aditivo Nº : CT0026/2013/AD04 - Contrato Nº: 0026/2013</p> <p>Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM</p> <p>Contratada....: LABORATORIO PADRAO LTDA - EPP</p> <p>Valor : 0,00 (zero)</p> <p>Vigência : Início: 28/01/2015 Término: 30/04/2015</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 90 (noventa) dias, a contar de 31 de janeiro de 2015, com o término em 30 de abril de 2015.</p>	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
<p>Aditivo Nº : CT0048/2013/AD04 - Contrato Nº: 0048/2013</p> <p>Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM</p> <p>Contratada....: LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS GIACHIM LTDA</p> <p>Valor : 0,00 (zero)</p> <p>Vigência : Início: 28/01/2015 Término: 30/04/2015</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais de 90 (noventa) dias a contar de 31 de janeiro de 2015, com o término em 30 de abril de 2015.</p>	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	

Aditivo Nº : CT0030/2013/AD04 - Contrato Nº: 0030/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: AREUSTE TEREZINHA BADOTTI DA SILVA
 Valor : 4.422,70 (quatro mil quatrocentos e vinte e dois reais e setenta centavos)
 Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 30/04/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais um mes (1), a contar de 31 de janeiro de 2015, com o término em 30 de abril de 2015.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0031/2013/AD03 - Contrato Nº: 0031/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: VERA DALCANALE - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 30/04/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para serviços laboratoriais, para pacientes da Secretaria de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0110/2014/AD01 - Contrato Nº: CT0110/2014
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: METALURGICA PONTUAL LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 27/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para reforma e adaptações de ambiente da sala de vacinas do Posto de Saúde Central por empreitada global.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº..: CT0029/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: MECANICA BORTOLANZA LTDA - ME
 Valor : 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)
 Vigência : Início: 04/02/2015 Término: 04/04/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para manutenção e mecânica a ser realizado no veículo Van Master placas MFL 6991.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº..: CT0042/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA - EPP
 Valor : 11.700,00 (onze mil setecentos reais)
 Vigência : Início: 29/01/2015 Término: 14/02/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de jornal personalizado epidemias de verão: A ameaça dos mosquitos, para uso nas atividades de prevenção e combate a dengue.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº..: RP0041/2015-G
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor : 4.157,50 (quatro mil cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 06/08/2015 Término: 06/08/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisições futuras de medicamentos, para distribuição aos usuarios da Rede Publica de Saúde do Município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº..: CT0053/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: LUIS ALDO ROSSATO - ME
 Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 12/02/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de medicamentos manipulados, para pacientes da Secretaria de Saúde através da chamada Pública para credenciamento 003/2015.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0124/2014/AD01 - Contrato Nº: CT0124/2014
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: LENOIR TISSIANI JUNIOR
 Valor : 8.000,00 (oito mil reais)
 Vigência : Início: 02/03/2015 Término: 02/05/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2014
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 815.002,34
 Objeto : O valor total do contrato original é R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais), sendo que com o percentual de 25%, o reajuste de valor do presente aditivo é R\$8.000,00 (oito mil reais), totalizando um montante de R\$40.000,00 (quarenta mil reais).

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº..: CT0062/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: FARMACIA XAXIM LTDA
 Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 12/02/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de medicamentos manipulados, para pacientes da Secretaria de Saúde através da chamada Pública para credenciamento 003/2015.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº..: CT0066/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: VALCIR DEDONATTO 34623752968
 Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
 Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de profissional especializado para execução dos serviços de limpeza externa nos arredores das Unidades de Saúde, ajardinamento, manutenção hidráulica, elétrica, conserto em geral.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0019/2015-A
 Contratante... FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada... FIOREZANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
 Valor : 64.580,00 (sessenta e quatro mil quinhentos e oitenta reais)
 Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisições futuras de suplementos alimentares, leite e fraldas, para pacinetes da Secretaria de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0019/2015-B
 Contratante... FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada... LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME
 Valor : 48.935,00 (quarenta e oito mil novecentos e trinta e cinco reais)
 Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisições futuras de suplementos alimentares e leite, para pacinetes da Secretaria de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0019/2015-C
 Contratante... FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada... MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
 Valor : 31.968,00 (trinta e um mil novecentos e sessenta e oito reais)
 Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisições futuras de suplementos alimentares e leite, para pacinetes da Secretaria de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0019/2015-D
 Contratante... FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada... NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
 Valor : 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
 Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisições futuras de suplementos alimentares e leite, para pacinetes da Secretaria de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0021/2015
 Contratante... FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada... OESTE GASES ATMOSFERICOS LTDA EPP
 Valor : 68.750,00 (sessenta e oito mil setecentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 17/03/2015 Término: 17/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisição visando a locação de concentrador de oxigênio, para atendimento de pacientes a domicílio, através da Secretaria Municipal de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0078/2015
 Contratante... FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada... FABIANI WOUTERS
 Valor : 117.000,00 (cento e dezessete mil e reais)
 Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Credenciamento de prestador de serviços na área da Saúde para sessão de fisioterapia convencional conforme edital de chamada pública 0006/2015

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0079/2015
 Contratante... FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada... MENTRAQUIRON-EIRELI ME
 Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
 Vigência : Início: 24/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de profissional especializado, para prestar serviço/atendimento em procedimento de fisioterapia convencional.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0067/2015
 Contratante... FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada... TEREZINHA DE JESUS PADILHA
 Valor : 10.000,00 (dez mil reais)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 21/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de Alimentação / Almoço para Pacientes da Secretaria Municipal de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0088/2015
 Contratante... FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada... RAFAEL HENRIQUE DALLA CORT
 Valor : 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de profissional especializado para prestação de serviços de montagem e manutenção de computadores, eletrônica básica, cabeamento estruturado, com experiência comprovada na área, para atuar junto às unidades de saúde do município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0089/2015
 Contratante... FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada... KELEN DAIANE ORSO
 Valor : 10.800,00 (dez mil oitocentos reais)
 Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 8/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de profissional especializado, para prestar serviço/atendimento em procedimento de sessão de drenagem linfática manual e ou/ mecânica, para mulheres mastectomizadas da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0031/2013/AD04 - Contrato Nº: 0031/2013 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: VERA DALCANALE - ME Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa especializada para serviços laboratoriais, para pacientes da Secretaria de Saúde.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Aditivo Nº : CT0068/2013/AD03 - Contrato Nº: 0068/2013 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: SW SISTEMA DE GESTÃO WEB LTDA. Valor : 854,92 (oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos) Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2013 Recursos : Dotação: Objeto : O valor total do contrato original é R\$1.950,00 (um mil novecentos cinquenta reais) mensais, sendo que no ano de 2015 reajustado com o percentual de 4.87%, o valor total do presente aditivo é R\$ 2.044,92(dois mil quarenta quatro reais e noventa e dois centavos) mensais, totalizando o montante R\$ 18.404.28(dezoito mil quatrocentos e quatro reais e vinte oito centavos), pelo período de 09 (nove) meses.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Aditivo Nº : CT0048/2013/AD05 - Contrato Nº: 0048/2013 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS GIACHIM LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 01/05/2015 Término: 31/12/2015 Recursos : Dotação: Objeto : SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA DA SAÚDE, PARA DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE, PAR AO MUNICIPIO DE XAXIM, SC.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: CT0098/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: DETETIZADORA QUALIDADE LTDA - ME Valor : 20.950,00 (vinte mil novecentos e cinquenta reais) Vigência : Início: 24/04/2015 Término: 24/05/2015 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2015 Recursos : Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (19) Saldo: 257.141,24 Objeto : Contratação de empresa especializada em comercialização e execução de pinturas no ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA GUARANY, incluindo mão de obra e materiais.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Aditivo Nº : CT0026/2015/AD05 - Contrato Nº: 0026/2013 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: LABORATORIO PADRAO LTDA - EPP Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 01/05/2015 Término: 31/12/2015 Recursos : Dotação: Objeto : SERVIÇOS DE CREDENCIAMENTOS PARA EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDER OS PACIENTES ENVIADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	

Aditivo Nº : CT0029/2013/AD05 - Contrato Nº: 0029/2013 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: VITAL-LABOR ANALISES CLINICAS LTDA - ME Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 01/05/2015 Término: 31/12/2015 Recursos : Dotação: Objeto : SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER OS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: CT0100/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: GAMBATTO VEICULOS LTDA Valor : 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais) Vigência : Início: 29/04/2015 Término: 10/05/2015 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 111/2014 Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de 1 (um) veículo zero km para ser utilizado junto a Estratégia de Saúde da Família Frei Bruno através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme convenio proposta n. 82.854.670000/1120-02.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: CT0101/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: ASSOCIACAO COMUNIDADE TERAPEUTICA NOVA VIDA XANXER Valor : 7.080,00 (sete mil e oitenta reais) Vigência : Início: 23/04/2015 Término: 23/10/2015 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 9/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa especializada para serviço de internação e tratamento de Saúde mental para pacientes do Centro de Atenção Psicossocial.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: CT0102/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: DIGIOTICA OPTICA E JOALHERIA LTDA - EPP Valor : 16.698,71 (dezesseis mil seiscentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos) Vigência : Início: 28/04/2015 Término: 31/12/2015 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de lentes e armações destinados para pacientes da Secretaria de Saúde em situação de vulnerabilidade, conforme edital de chamada pública 0007/2015.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: CT0103/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: KAHER & KAHER LTDA - ME Valor : 16.698,71 (dezesseis mil seiscentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos) Vigência : Início: 28/04/2015 Término: 31/12/2015 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de lentes e armações destinados para pacientes da Secretaria de Saúde em situação de vulnerabilidade, conforme edital de chamada pública 0007/2015.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	

Contrato Nº.: CT0104/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: RELOJOARIA E OPTICA TISSIANI LTDA - ME
 Valor : 16.698,71 (dezesseis mil seiscentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos)
 Vigência : Início: 28/04/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de lentes e armações destinados para pacientes da Secretaria de Saúde em situação de vulnerabilidade, conforme edital de chamada pública 0007/2015.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0105/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: MARINA BETANIA PEGORARO - ME
 Valor : 61.950,00 (sessenta e um mil novecentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 30/04/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 11/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Credenciamento de prestador de serviços na área da Saúde para sessão de fisioterapia especializada em sessão de drenagem linfática manual em mastectomizadas, e sessão de fisioterapia Convencional, conforme edital de chamada pública 0006/2015.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0030/2013/AD05 - Contrato Nº: 0030/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: AREUSTE TEREZINHA BADOTTI DA SILVA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 01/05/2015 Término: 31/12/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA PACIENTES ENCAMINHANDO PELA SECRETARIA DA SAÚDE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0108/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: LILIAN CHIODI & CIA LTDA - ME
 Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 04/05/2015 Término: 24/05/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de cortinas, para uso da Secretaria de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0110/2014/AD03 - Contrato Nº: CT0110/2014
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: METALURGICA PONTUAL LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 27/02/2015 Término: 27/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para reforma e adaptações de ambiente da sala de vacinas do Posto de Saúde Central por empreitada global, conforme especificações constantes no edital e seus anexos

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0112/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
 Valor : 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais)
 Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015
 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para o licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuarios previstos no edital.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0116/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: LENOIR TISSIANI JUNIOR
 Valor : 70.000,00 (setenta mil reais)
 Vigência : Início: 20/05/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2015
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 118.502,38
 Objeto : Contratação de profissional especializado, para prestar serviço/atendimento em procedimento de fisioterapia no método bobath e consultas pediátricas.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0098/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0098/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: DETETIZADORA QUALIDADE LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 25/05/2015 Término: 25/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de Empresa Especializada em Comercialização e Execução de Pinturas no ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA GUARANY, incluindo mão de obra e materiais.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0108/2014/AD02 - Contrato Nº: CT0108/2014
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: HIGIENIZA SERVICOS, LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - E
 Valor : 257.379,99 (duzentos e cinquenta e sete mil trezentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos)
 Vigência : Início: 01/06/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2014
 Recursos : Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (19) Saldo: 258.563,84
 Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de limpeza, conservação e manutenção junto as Unidades de Saúde do Município de Xaxim - SC, de acordo com o termo de referência anexo ao Edital.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0131/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA - EPP
 Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 09/06/2015 Término: 30/06/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 27/2015
 Recursos : Dotação: 2.045.3.3.90.00.00.00.00 (29) Saldo: 55.941,15
 Objeto : Aquisição de vira mate para distribuição para pacientes da Secretaria de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: RP0030/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: MARIA ANA PIANA - ME Valor : 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) Vigência : Início: 16/06/2015 Término: 16/06/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2015 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 37.069,38 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de contratação de serviços de desmontagem, consertos e montagem de pneus dos veículos automotores vinculados à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Xaxim.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: RP0029/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP Valor : 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais) Vigência : Início: 12/06/2015 Término: 12/06/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2015 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 32.664,23 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisição visando a locação de concentrador de oxigênio, para atendimento de pacientes a domicílio, através da Secretaria Municipal de Saúde.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: CT0141/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: FABIANI WOUTERS Valor : 117.000,00 (cento e dezessete mil e reais) Vigência : Início: 24/06/2015 Término: 31/12/2015 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 785.430,92 Objeto : Contratação de profissional especializado, para prestar serviço/atendimento em procedimento de fisioterapia convencional.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: CT0142/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: MARINA BETANIA PEGORARO - ME Valor : 61.950,00 (sessenta e um mil novecentos e cinquenta reais) Vigência : Início: 24/06/2015 Término: 31/12/2015 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 11/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de profissional especializado, para prestar serviço/atendimento em procedimento de fisioterapia convencional drenagem Linfática em mulheres mastectomizadas.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: RP0032/2015-B Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI-ME Valor : 14.050,00 (quatorze mil cinquenta reais) Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 30/06/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2015 Recursos : Dotação: 2.043.4.4.90.00.00.00.00 (49) Saldo: 32.000,00 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisição futuras de material/equipamento permanente para ESF Frei Bruno, através da Secretaria Municipal de Saúde. A prestação dos serviços será requisitada conforme necessidade da Secretaria.	

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Aditivo Nº : CT0116/2013/AD04 - Contrato Nº: 0116/2013 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: CONSTRUTORA COLINA LTDA - EPP Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 31/12/2015 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2013 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa especializada para construção de 03 unidades básicas de saúde sendo um na Vila Diadema, um no Bairro Frei Bruno e um no Bairro Dr. Ari Lunardi, através do FNS/FMS de Xaxim - propostas 11323.985000/1100-01, 82854.670000/1120-02 e 11323.985000/1120-01 tudo de acordo com os projetos e memorial descritivo anexo ao processo.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: CT0155/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: TRANSPORTES & POSTO DE LAVAGEM RUBBO LTDA - ME Valor : 3.583,21 (três mil quinhentos e oitenta e três reais e vinte e um centavos) Vigência : Início: 09/07/2015 Término: 31/12/2015 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 16/2015 Recursos : Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (19) Saldo: 153.356,20 Objeto : Credenciamento de empresa especializada para Serviços de lavagem e limpeza dos Veículos da Frota Municipal, especialmente para Secretaria de Saúde.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: CT0156/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: TIAGO BURATTI - ME Valor : 3.583,21 (três mil quinhentos e oitenta e três reais e vinte e um centavos) Vigência : Início: 09/07/2015 Término: 31/12/2015 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 16/2015 Recursos : Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (19) Saldo: 153.356,20 Objeto : Credenciamento de empresa especializada para Serviços de lavagem e limpeza dos Veículos da Frota Municipal, especialmente para Secretaria de Agricultura.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
Contrato Nº...: CT0157/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: POSTO DE LAVAGEM FREI BRUNO LTDA Valor : 3.583,21 (três mil quinhentos e oitenta e três reais e vinte e um centavos) Vigência : Início: 09/07/2015 Término: 31/12/2015 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 16/2015 Recursos : Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (19) Saldo: 153.356,20 Objeto : Credenciamento de empresa especializada para Serviços de lavagem e limpeza dos Veículos da Frota Municipal, especialmente para Secretaria de Agricultura.	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	

Contrato Nº.: CT0158/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: CLAUDIR SILVESTRE - ME
 Valor : 3.583,21 (três mil quinhentos e oitenta e três reais e vinte e um centavos)
 Vigência : Início: 09/07/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 16/2015
 Recursos : Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (19) Saldo: 153.356,20
 Objeto : Credenciamento de empresa especializada para Serviços de lavagem e limpeza dos Veículos da Frota Municipal, especialmente para Secretaria de Agricultura.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0035/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: NOVARTE COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME
 Valor : 26.820,00 (vinte e seis mil oitocentos e vinte reais)
 Vigência : Início: 10/07/2015 Término: 10/07/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2015
 Recursos : Dotação: 2.045.3.3.90.00.00.00.00 (29) Saldo: 47.157,15
 Objeto : Preços que registramos, visando a contratação de serviços e aquisição de informativos e calendários de geladeira para prevenção e combate a dengue, onde serão distribuídos para população Xaxinense.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0160/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: GILMAR ANTONIO BRANDALIZE
 Valor : 7.250,00 (sete mil duzentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 13/07/2015 Término: 13/05/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 35/2015
 Recursos : Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00 (42) Saldo: 70.566,07
 Objeto : Contratação de profissional especializado para prestar consultoria e assessoria para implantação, adequação e manutenção dos sistemas de Saúde, a nível municipal, estadual e federal como: BPAMAG, SAI, VERSIA, SIAB, CNES, TRANSMISSOR, FPOMAG, API, SI-AIU, SIPRE-NATAL.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0033/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: LUBRICAP LUBRIFICANTES CHAPECO LTDA.
 Valor : 26.399,00 (vinte e seis mil trezentos e noventa e nove reais)
 Vigência : Início: 25/02/2015 Término: 25/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2015
 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisições futuras e fracionadas de lubrificantes para utilização em veículos automotores vinculados à Secretaria de Saúde do Município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0167/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA - EPP
 Valor : 7.000,00 (sete mil reais)
 Vigência : Início: 23/07/2015 Término: 23/08/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 38/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de toalhinhas para Campanha Nacional de Vacinação contra Poliomielite.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0041/2015-B
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
 Valor : 1.386,00 (um mil trezentos e oitenta e seis reais)
 Vigência : Início: 06/08/2015 Término: 06/08/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisições futuras de medicamentos, para distribuição aos usuarios da Rede Publica de Saúde do Município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0041/2015-D
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
 Valor : 43.520,00 (quarenta e três mil quinhentos e vinte reais)
 Vigência : Início: 06/08/2015 Término: 06/08/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisições futuras de medicamentos, para distribuição aos usuarios da Rede Publica de Saúde do Município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0041/2015-I
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
 Valor : 11.414,75 (onze mil quatrocentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 06/08/2015 Término: 06/08/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisições futuras de medicamentos, para distribuição aos usuarios da Rede Publica de Saúde do Município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0041/2015-A
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
 Valor : 25.887,06 (vinte e cinco mil oitocentos e oitenta e sete reais e seis centavos)
 Vigência : Início: 06/08/2015 Término: 06/08/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisições futuras de medicamentos, para distribuição aos usuarios da Rede Publica de Saúde do Município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0041/2015-C
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPIT. LTDA
 Valor : 22.058,00 (vinte e dois mil e cinquenta e oito reais)
 Vigência : Início: 06/08/2015 Término: 06/08/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisições futuras de medicamentos, para distribuição aos usuarios da Rede Publica de Saúde do Municipio de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0041/2015-E
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP
 Valor : 10.581,00 (dez mil quinhentos e oitenta e um reais)
 Vigência : Início: 06/08/2015 Término: 06/08/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisições futuras de medicamentos, para distribuição aos usuarios da Rede Publica de Saúde do Municipio de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0041/2015-F
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
 Valor : 2.739,35 (dois mil setecentos e trinta e nove reais e trinta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 06/08/2015 Término: 06/08/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisições futuras de medicamentos, para distribuição aos usuarios da Rede Publica de Saúde do Municipio de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0041/2015-H
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: KLIMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
 Valor : 12.356,00 (doze mil trezentos e cinquenta e seis reais)
 Vigência : Início: 06/08/2015 Término: 06/08/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Preços que registramos com a finalidade de aquisições futuras de medicamentos, para distribuição aos usuarios da Rede Publica de Saúde do Municipio de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0041/2015-J
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
 Valor : 11.414,75 (onze mil quatrocentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 06/08/2015 Término: 06/08/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de medicamentos para atendimento a Farmácia Básica e aos programas de Saúde, do Município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0041/2015-K
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
 Valor : 1.920,00 (um mil novecentos e vinte reais)
 Vigência : Início: 06/08/2015 Término: 06/08/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de medicamentos para atendimento a Farmácia Básica e aos programas de Saúde, do Município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0041/2015-L
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: S & R DISTRIBUIDORA LTDA
 Valor : 5.088,00 (cinco mil e oitenta e oito reais)
 Vigência : Início: 06/08/2015 Término: 06/08/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de medicamentos para atendimento a Farmácia Básica e aos programas de Saúde, do Município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0043/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: PANIFICADORA FREI BRUNO LTDA - ME
 Valor : 40.661,50 (quarenta mil seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 11/08/2015 Término: 11/08/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação/lanche para os pacientes usuários dos serviços do CAPS - Centro de Atenção Psicossocial.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0017/2015-A
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: BELLENZIER PNEUS LTDA
 Valor : 29.632,00 (vinte e nove mil seiscentos e trinta e dois reais)
 Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2015
 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município destinados aos Veículos, Caminhões e Máquinas da Frota Municipal.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0067/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: COLOR SUL IMPRESSORAS E SUPRIMENTOS LTDA - ME
 Valor : 3.787,00 (três mil setecentos e oitenta e sete reais)
 Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2015
 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para locação e manutenção de copiadoras e impressoras, com fornecimento de equipamentos assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e reposição de todo o material necessário à execução dos serviços para atender as necessidades das secretarias e fundos do município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016		
<p>Contrato Nº...: RP0045/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: REUNIDAS TURISMO S.A. Valor : 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) Vigência : Início: 14/08/2015 Término: 14/08/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 72/2015 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de agendamento de viagens compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação desdobramento, substituição, revalidação, cancelamento, fornecimento e endosso de bilhetes de passagens rodoviárias para passageiros destinados a pacientes que necessitam de tratamento fora do domicílio (TFD) e benefício eventuais pelo estudo sócio econômico.</p>		
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016		
<p>Contrato Nº...: CT0180/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: DAIANE VALLER & CIA LTDA. - ME Valor : 23.333,32 (vinte e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos) Vigência : Início: 26/08/2015 Término: 31/12/2015 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Recursos : Dotação: 2.044.3.3.90.00.00.00.00 (28) Saldo: 79.039,21 Objeto : Prestação de serviços (exames laboratoriais) em conformidade com o descrito no termo de requerimento do credenciado, para pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, entre os meses de Setembro e Dezembro/2015 (Edital de Chamamento para Credenciamento nº 0003/2013)</p>		
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016		
<p>Contrato Nº...: CT0188/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP Valor : 19.000,00 (dezenove mil reais) Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 14/12/2015 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 81/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de câmara vertical para conservação de vacina, para uso no ESF Alvorada, através da Secretaria de Saúde.</p>		
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016		
<p>Contrato Nº...: RP0048/2015-A Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME Valor : 27.371,80 (vinte e sete mil trezentos e setenta e um reais e oitenta centavos) Vigência : Início: 08/09/2015 Término: 08/09/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2015 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de material de expediente e produtos de limpeza para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município.</p>		
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016		
<p>Contrato Nº...: RP0048/2015-B Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: CLAUDINICE PAPEIS E PRESENTES LTDA - ME Valor : 8.947,80 (oito mil novecentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos) Vigência : Início: 08/09/2015 Término: 08/09/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2015 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de material de expediente e produtos de limpeza para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município.</p>		
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016		
<p>Contrato Nº...: RP0048/2015-D Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP Valor : 15.194,00 (quinze mil cento e noventa e quatro reais) Vigência : Início: 08/09/2015 Término: 08/09/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2015 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de material de expediente e produtos de limpeza para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município.</p>		
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016		
<p>Contrato Nº...: RP0048/2015-E Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: MARISA A. DE SOUZA BRANCO DOMINGOS - ME Valor : 7.616,00 (sete mil seiscentos e dezesseis reais) Vigência : Início: 08/09/2015 Término: 08/09/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2015 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM Recursos : Dotação: Objeto : Registro de preço para aquisição de material de expediente e produtos de limpeza para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município.</p>		
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016		
<p>Contrato Nº...: RP0049/2015-A Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA Valor : 19.797,27 (dezenove mil setecentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos) Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 14/09/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de equipamentos e materiais ambulatoriais para atendimento as unidades de saúde do município.</p>		
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016		
<p>Contrato Nº...: RP0049/2015-B Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPIT. LTDA Valor : 5.082,00 (cinco mil e oitenta e dois reais) Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 14/09/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de equipamentos e materiais ambulatoriais para atendimento as unidades de saúde do município.</p>		
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016		

Contrato Nº.: RP0049/2015-C
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
 Valor : 52.324,96 (cinquenta e dois mil trezentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos)
 Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 14/09/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de equipamentos e materiais ambulatoriais para atendimento as unidades de saúde do município.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0049/2015-D
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: DENTAL OESTE EIRELI
 Valor : 36.510,50 (trinta e seis mil quinhentos e dez reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 14/09/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de equipamentos e materiais ambulatoriais para atendimento as unidades de saúde do município.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0049/2015-E
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
 Valor : 21.533,05 (vinte e um mil quinhentos e trinta e três reais e cinco centavos)
 Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 14/09/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de equipamentos e materiais ambulatoriais para atendimento as unidades de saúde do município.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0049/2015-F
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI - EPP
 Valor : 8.789,24 (oito mil setecentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos)
 Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 14/09/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de equipamentos e materiais ambulatoriais para atendimento as unidades de saúde do município.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0049/2015-G
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: ODONTOESTE LTDA - EPP
 Valor : 6.492,70 (seis mil quatrocentos e noventa e dois reais e setenta centavos)
 Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 14/09/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de equipamentos e materiais ambulatoriais para atendimento as unidades de saúde do município.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0049/2015-H
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: ODONTOMEDI - PRODUTO ODONTOLOGICOS E HOSPITA- LARES
 Valor : 7.887,30 (sete mil oitocentos e oitenta e sete reais e trinta centavos)
 Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 14/09/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de equipamentos e materiais ambulatoriais para atendimento as unidades de saúde do município.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0049/2015-I
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: PLASMEDIC-COM. DE MAT.PARA USO MEDICO E LABORA- TORI
 Valor : 141.932,00 (cento e quarenta e um mil novecentos e trinta e dois reais)
 Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 14/09/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de equipamentos e materiais ambulatoriais para atendimento as unidades de saúde do município.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0049/2015-J
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
 Valor : 5.453,40 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 14/09/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de equipamentos e materiais ambulatoriais para atendimento as unidades de saúde do município.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0049/2015-K
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
 Valor : 98.809,00 (noventa e oito mil oitocentos e nove reais)
 Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 14/09/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de equipamentos e materiais ambulatoriais para atendimento as unidades de saúde do município.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0194/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: VALDIR ANTONIO IEISBICK
 Valor : 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais)
 Vigência : Início: 18/09/2015 Término: 18/09/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 48/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Locação de imóvel com área de 150 m², para uso da Farmácia Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0052/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: CENTRO OESTE COMERCIO E INSTALACAO DE MATERIAIS EL
 Valor : 17.302,50 (dezesete mil trezentos e dois reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 25/09/2015 Término: 25/09/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de materiais diversos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0053/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: CLAUDETE TEREZINHA DA SILVA - ME
 Valor : 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)
 Vigência : Início: 25/09/2015 Término: 25/09/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 85/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para contratação de empresa para confecção de camisetas para atividades de promoção, educação e prevenção em saúde que serão desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0206/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: LUIS FLAVIO RODRIGUES DOS SANTOS - ME
 Valor : 102.671,16 (cento e dois mil seiscentos e setenta e um reais e dezesseis centavos)
 Vigência : Início: 27/10/2015 Término: 27/03/2016
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para ampliação do posto de saúde do Bairro Santa Terezinha, com área de 63,40 m² (sessenta e três vírgula quarenta metros quadrados) - tudo em conformidade com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico Financeiro e Projetos.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0207/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: SRV PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA - ME
 Valor : 83.490,09 (oitenta e três mil quatrocentos e noventa reais e nove centavos)
 Vigência : Início: 23/10/2015 Término: 23/03/2016
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para ampliação do posto de saúde do Bairro Primavera, com área de 51,40 m² (cinquenta e um, vírgula quarenta metros quadrados) - tudo em conformidade com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico Financeiro e Projetos anexos ao processo.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0056/2015-A
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: ACR MEDCAL PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME
 Valor : 6.946,10 (seis mil novecentos e quarenta e seis reais e dez centavos)
 Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 03/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de material odontológico para consumo nas unidades de saúde do município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0056/2015-C
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: DENTAL OESTE EIRELI
 Valor : 42.307,42 (quarenta e dois mil trezentos e sete reais e quarenta e dois centavos)
 Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 03/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de material odontológico para consumo nas unidades de saúde do município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0056/2015-E
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME
 Valor : 4.909,40 (quatro mil novecentos e nove reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 03/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de material odontológico para consumo nas unidades de saúde do município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0056/2015-B
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA.
 Valor : 39.361,60 (trinta e nove mil trezentos e sessenta e um reais e sessenta centavos)
 Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 03/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de material odontológico para consumo nas unidades de saúde do município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0056/2015-D
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP
 Valor : 12.385,45 (doze mil trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 03/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de material odontológico para consumo nas unidades de saúde do município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0056/2015-F
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: ODONTOESTE LTDA - EPP
 Valor : 1.259,80 (um mil duzentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos)
 Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 03/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de material odontológico para consumo nas unidades de saúde do município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0056/2015-G
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: ODONTOMEDI - PRODUTO ODONTOLOGICOS E HOSPITA-
 LARES
 Valor : 18.273,49 (dezoito mil duzentos e setenta e três reais e
 quarenta e nove centavos)
 Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 03/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de material odontológi-
 co para consumo nas unidades de saúde do município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0056/2015-H
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: PLASMEDIC-COM. DE MAT.PARA USO MEDICO E LABORA-
 TORI
 Valor : 6.057,50 (seis mil e cinquenta e sete reais e cinquenta
 centavos)
 Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 03/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de material odontológi-
 co para consumo nas unidades de saúde do município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0056/2015-I
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: POSSATTO & MARCELLO LTDA - ME
 Valor : 26.856,00 (vinte e seis mil oitocentos e cinquenta e seis
 reais)
 Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 03/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de material odontológi-
 co para consumo nas unidades de saúde do município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0056/2015-J
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: PRHODENT COM. E REP. DE PROD.HOSP. E DEN
 Valor : 12.400,30 (doze mil quatrocentos reais e trinta centavos)
 Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 03/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de material odontológi-
 co para consumo nas unidades de saúde do município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: RP0056/2015-K
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: VANUSA DIAS EIRELI - EPP
 Valor : 431,00 (quatrocentos e trinta e um reais)
 Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 03/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisição de material odontológi-
 co para consumo nas unidades de saúde do município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0006/2014/AD03 - Contrato Nº: CT0006/2014
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: DOACIR FRANCISCO BALAN
 Valor : 9.720,00 (nove mil setecentos e vinte reais)
 Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2014
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo:
 3.008.033,50
 Objeto : Locação de 01 apartamento para acomodar o profissional
 médico do Programa Mais Médicos do Governo Federal.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0108/2015/AD03 - Contrato Nº: CT0108/2014
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: HIGIENIZA SERVICOS, LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA -
 E
 Valor : 183.842,85 (cento e oitenta e três mil oitocentos e qua-
 renta e dois reais e oitenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/05/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2014
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo:
 3.008.033,50
 Objeto : Contratação de empresa especializada para execução
 dos serviços de limpeza, conservação e manutenção junto as Unidades
 de Saúde do Município de Xaxim - SC.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0062/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0062/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: FARMACIA XAXIM LTDA
 Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2015
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo:
 3.008.033,50
 Objeto : Aquisição de medicamentos manipulados, para pacientes
 da Secretaria de Saúde através da chamada Pública para credenciamento
 003/2015.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0029/2015/AD06 - Contrato Nº: 0029/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: VITAL-LABOR ANALISES CLINICAS LTDA - ME
 Valor : 70.000,08 (setenta mil reais e oito centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para serviços
 laboratoriais, para pacientes da Secretaria de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0053/2015/AD02 - Contrato Nº: CT0053/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: LUIS ALDO ROSSATO - ME
 Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2015
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo:
 3.008.033,50
 Objeto : Aquisição de medicamentos manipulados, para pacientes
 da Secretaria de Saúde através da chamada Pública para credenciamento
 003/2015.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0116/2013/AD05 - Contrato Nº: 0116/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: CONSTRUTORA COLINA LTDA - EPP
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 03 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SENDO UM NA VILA DIADEMA, UM NO BAIRRO FREI BRUNO E UM NO BAIRRO DR ARI LUNARDI ATRAVÉS DO FNS/FMS DE XAXIM - PROPOSTAS 11323.985000/1100-01, 82854.670000/1120-02 E 11323.985000/1120-01 TUDO DE ACORDO COM OS PROJETOS E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO PROCESSO

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0106/2013/AD02 - Contrato Nº: 0106/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: MOBLIFE TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA - ME
 Valor : 780,00 (setecentos e oitenta reais)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 3.008.033,50
 Objeto : SOFTWARE-COMUNICADOR MÓBILE PARA USO DOS PROFISSIONAIS ENTRE AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICIPIO, PARA FAIXA DE ATÉ CEM (100) USUÁRIOS.
 CONTRATO 0106/2013

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0088/2013/AD03 - Contrato Nº: 0088/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
 Valor : 26.632,20 (vinte e seis mil seiscentos e trinta e dois reais e vinte centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 3.008.033,50
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE DE ACORDO COM A RDC 306 DA ANVISA E RESOLUÇÃO CONSAMA N. 358, COM VEÍCULOS APROPRIADOS, LICENCIADOS PELA FATMA, IAP, FEPAN, CONFORME DESCRIÇÃO COMPLETA NO EDITAL.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0002/2013/AD04 - Contrato Nº: 0002/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: NEY ROQUE MOCELIN
 Valor : 13.043,76 (treze mil e quarenta e três reais e setenta e seis centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2013
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 3.008.033,50
 Objeto : LOCAÇÃO DE UM ESPAÇO FÍSICO, PARA FUNCIONAMENTO DO ALMOXERIFADO, DA SECRETARIA DE SAÚDE, SITUADO NA RUA SILVIO LUNARDI, 1805 - BAIRRO GUARANY XAXIM, SC.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0088/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0088/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: RAFAEL HENRIQUE DALLA CORT
 Valor : 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2015
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 3.008.033,50
 Objeto : Contratação de profissional especializado para prestação de serviços de montagem e manutenção de computadores, eletrônica básica, cabeamento estruturado, com experiência comprovada na área, para atuar junto às unidades de saúde do município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0066/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0066/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: VALCIR DEDONATTO 34623752968
 Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 29/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2015
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 3.008.033,50
 Objeto : Contratação de profissional especializado para execução dos serviços de limpeza externa nos arredores das Unidades de Saúde, ajardinamento, manutenção hidráulica, elétrica, conserto em geral.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0145/2014/AD02 - Contrato Nº: CT0145/2014
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: GENOR PAGANI
 Valor : 1.992,36 (um mil novecentos e noventa e dois reais e trinta e seis centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 40/2014
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 3.008.033,50
 Objeto : Locação de linha telefônica para comunicação entre a Unidade de Saúde de Anita Garibaldi e as demais Unidades do município de Xaxim e outras localidades

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0092/2013/AD03 - Contrato Nº: 0092/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada....: FARMACIA XAXIM LTDA
 Valor : 50.400,00 (cinquenta mil quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2013
 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 (12) Saldo: 590.000,00
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO FARMACÊUTICO, PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DA TABELA ABC FARMA, COM A CONCESSÃO DE DESCONTOS DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DE REQUISIÇÕES/AUTORIZAÇÕES EMITIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DEVIDAMENTE ASSINADA PELA GESTORA, PARA RETIRADA DO PACIENTE, OU SERVIDOR PÚBLICO AUTORIZADO, PERANTE O ESTABELECIMENTO CREDENCIADO.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0091/2013/AD03 - Contrato Nº: 0091/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: FOPPA E ZANELLA LTDA
 Valor : 50.400,00 (cinquenta mil quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2013
 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 590.000,00
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO FARMACÊUTICO, PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DA TABELA ABC FARMA, COM A CONCESSÃO DE DESCONTOS DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DE REQUISIÇÕES/AUTORIZAÇÕES EMITIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DEVIDAMENTE ASSINADA PELA GESTORA, PARA RETIRADA DO PACIENTE, OU SERVIDOR PÚBLICO AUTORIZADO, PERANTE O ESTABELECIMENTO CREDENCIADO.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0090/2013/AD03 - Contrato Nº: 0090/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: DROGARIA E FARMACIA FREI BRUNO LTDA- ME
 Valor : 50.400,00 (cinquenta mil quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2013
 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 590.000,00
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO FARMACÊUTICO, PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DA TABELA ABC FARMA, COM A CONCESSÃO DE DESCONTOS DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DE REQUISIÇÕES/AUTORIZAÇÕES EMITIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DEVIDAMENTE ASSINADA PELA GESTORA, PARA RETIRADA DO PACIENTE, OU SERVIDOR PÚBLICO AUTORIZADO, PERANTE O ESTABELECIMENTO CREDENCIADO.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0093/2013/AD03 - Contrato Nº: 0093/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: LUIS ALDO ROSSATO - ME
 Valor : 50.400,00 (cinquenta mil quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2013
 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 590.000,00
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO FARMACÊUTICO, PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DA TABELA ABC FARMA, COM A CONCESSÃO DE DESCONTOS DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DE REQUISIÇÕES/AUTORIZAÇÕES EMITIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DEVIDAMENTE ASSINADA PELA GESTORA, PARA RETIRADA DO PACIENTE, OU SERVIDOR PÚBLICO AUTORIZADO, PERANTE O ESTABELECIMENTO CREDENCIADO.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0095/2013/AD03 - Contrato Nº: 0095/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: SONIA MARASCHIN PEDOTTI-ME
 Valor : 50.400,00 (cinquenta mil quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2013
 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 590.000,00
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO FARMACÊUTICO, PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DA TABELA ABC FARMA, COM A CONCESSÃO DE DESCONTOS DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DE REQUISIÇÕES/AUTORIZAÇÕES EMITIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DEVIDAMENTE ASSINADA PELA GESTORA, PARA RETIRADA DO PACIENTE, OU SERVIDOR PÚBLICO AUTORIZADO, PERANTE O ESTABELECIMENTO CREDENCIADO.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0094/2013/AD03 - Contrato Nº: 0094/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: ARTHURO MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA - EPP
 Valor : 50.400,00 (cinquenta mil quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2013
 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 590.000,00
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO FARMACÊUTICO, PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DA TABELA ABC FARMA, COM A CONCESSÃO DE DESCONTOS DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DE REQUISIÇÕES/AUTORIZAÇÕES EMITIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DEVIDAMENTE ASSINADA PELA GESTORA, PARA RETIRADA DO PACIENTE, OU SERVIDOR PÚBLICO AUTORIZADO, PERANTE O ESTABELECIMENTO CREDENCIADO.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0068/2013/AD04 - Contrato Nº: 0068/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: SW SISTEMA DE GESTÃO WEB LTDA.
 Valor : 27.230,28 (vinte e sete mil duzentos e trinta reais e vinte e oito centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2013
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9), 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (25)
 Objeto : Contratação de empresa especializada para implantação de sistemas de gestão software-web para a Secretaria Municipal de Saúde .

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0031/2013/AD05 - Contrato Nº: 0031/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: VERA DALCANALE - ME
 Valor : 70.000,08 (setenta mil reais e oito centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para serviços laboratoriais, para pacientes da Secretaria de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0048/2013/AD06 - Contrato Nº: 0048/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS GIACHIM LTDA
 Valor : 70.000,08 (setenta mil reais e oito centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para serviços laboratoriais, para pacientes da Secretaria de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0030/2013/AD06 - Contrato Nº: 0030/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: AREUSTE TEREZINHA BADOTTI DA SILVA
 Valor : 70.000,08 (setenta mil reais e oito centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para serviços laboratoriais, para pacientes da Secretaria de Saúde.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0180/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0180/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: DAIANE VALLER & CIA LTDA. - ME
 Valor : 70.000,08 (setenta mil reais e oito centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Prestação de serviços (exames laboratoriais) em conformidade com o descrito no termo de requerimento do credenciado, para pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, entre os meses de Setembro e Dezembro/2015 (Edital de Chamamento para Credenciamento nº 0003/2013)

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0103/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0103/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: KAHER & KAHER LTDA - ME
 Valor : 16.698,17 (dezesseis mil seiscentos e noventa e oito reais e dezessete centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de lentes e armações destinados para pacientes da Secretaria de Saúde em situação de vulnerabilidade, conforme edital de chamada pública 0007/2015.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0102/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0102/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: DIGIOTICA OPTICA E JOALHERIA LTDA - EPP
 Valor : 16.698,17 (dezesseis mil seiscentos e noventa e oito reais e dezessete centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de lentes e armações destinados para pacientes da Secretaria de Saúde em situação de vulnerabilidade, conforme edital de chamada pública 0007/2015.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0104/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0104/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: RELOJOARIA E OPTICA TISSIANI LTDA - ME
 Valor : 16.698,17 (dezesseis mil seiscentos e noventa e oito reais e dezessete centavos)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de lentes e armações destinados para pacientes da Secretaria de Saúde em situação de vulnerabilidade, conforme edital de chamada pública 0007/2015.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0142/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0142/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: MARINA BETANIA PEGORARO - ME
 Valor : 35.820,00 (trinta e cinco mil oitocentos e vinte reais)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 11/2015
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 3.008.033,50
 Objeto : Contratação de profissional especializado, para prestar serviço/atendimento em procedimento de fisioterapia convencional drenagem Linfática em mulheres mastectomizadas.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0141/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0141/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: FABIANI WOUTERS
 Valor : 30.420,00 (trinta mil quatrocentos e vinte reais)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 3.008.033,50
 Objeto : Contratação de profissional especializado, para prestar serviço/atendimento em procedimento de fisioterapia convencional.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Aditivo Nº : CT0116/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0116/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: LENOIR TISSIANI JUNIOR
 Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
 Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/01/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2015
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 3.008.033,50
 Objeto : Contratação de profissional especializado, para prestar serviço/atendimento em procedimento de fisioterapia no método bobath e consultas pediátricas.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

Contrato Nº.: CT0225/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
 Valor : 15.113,50 (quinze mil cento e treze reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 22/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 102/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de material de limpeza para uso nas unidades de saúde do Município de Xaxim.

Xaxim, 29 de Janeiro de 2016

<p>Contrato Nº...: CT0113/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA Valor : 4.545,45 (quatro mil quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 48.911,12 Objeto : Constitui objeto do presente instrumento contratual, o licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital.</p>	
<p>Aditivo Nº : CT0113/2015/AD01 - Contrato Nº: CT0113/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA Valor : 3.325,00 (três mil trezentos e vinte e cinco reais) Vigência : Início: 22/12/2015 Término: 31/05/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 2.818.033,50 Objeto : Constitui objeto do presente instrumento contratual, o licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital.</p>	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
<p>Aditivo Nº : CT0033/2014/AD02 - Contrato Nº: CT0033/2014 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: DENTAL GORGES LTDA - EPP Valor : 16.750,00 (dezesseis mil setecentos e cinquenta reais) Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2014 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 2.605.193,89 Objeto : Contratação de serviços técnicos especializados na área de manutenção e conserto de equipamentos e periféricos odontológicos para atendimento nas Unidades de Saúde do Município.</p>	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	
<p>Aditivo Nº : CONV01/2009/AD08 - Contrato Nº: CONV01/2009 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: SOCIEDADE HOSPITALAR BENEF. FREI BRUNO Valor : 1.986.396,48 (um milhão novecentos e oitenta e seis mil trezentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos) Vigência : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Constitui objeto deste Convênio a cooperação técnica e financeira entre as partes, visando a prestação, pela conveniada, através do SUS, de serviços médico-hospitalares de Pronto Socorro, Serviço de Urgência / Emergência (incorporando o Pronto Atendimento 24hs Municipal), Serviço de Apoio a Diagnóstico e Terapia, e Plantão de Sobreaviso Médico, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, em todos os dias da semana.</p>	
Xaxim, 29 de Janeiro de 2016	

Associações

AMAVI

EXTRATO CONTRATO Nº 01/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI.

Credenciada: Portugal Telecomunicações Ltda. ME

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA para veiculação em rádio FM de programa jornalístico denominado "Jornal da AMAVI" com duração de 05 (cinco) minutos, de acordo com o calendário de inserções previstos no Edital de Credenciamento nº 03/2015, no horário das 12h40min.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 76,25 (setenta e seis reais e vinte e cinco centavos) por veiculação.

Vigência: até 31 de dezembro de 2016, a contar de sua assinatura.

Data de Assinatura: 01/02/2016.

Assinam: Antonio Oscar Laurindo, Presidente da AMAVI e Ranieri Moacir Bertoli, representante legal da Portugal Telecomunicações Ltda. ME.

EXTRATO CONTRATO Nº 02/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2016

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI.

Credenciada: Rede Serrana de Radiodifusão Ltda.

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA para veiculação em rádio FM de programa jornalístico denominado "Jornal da AMAVI" com duração de 05 (cinco) minutos, de acordo com o calendário de inserções previstos no Edital de Credenciamento nº 03/2015, no horário das 12 horas.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 103,25 (cento e três reais e vinte e cinco centavos) por veiculação.

Vigência: até 31 de dezembro de 2016, a contar de sua assinatura.

Data de Assinatura: 01/02/2016.

Assinam: Antonio Oscar Laurindo, Presidente da AMAVI e Iroldo Friese, representante legal da Rede Serrana de Radiodifusão Ltda.

EXTRATO CONTRATO Nº 03/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI.

Credenciada: Rádio Belos Vales Ltda.

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA para veiculação em rádio AM de programa jornalístico denominado "Jornal da AMAVI" com duração de 05 (cinco) minutos, de acordo com o calendário de inserções previstos no Edital de Credenciamento nº 03/2015, no horário das 17h15min.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 53,97 (cinquenta e três reais e noventa e sete centavos) por veiculação.

Vigência: até 31 de dezembro de 2016, a contar de sua assinatura.

Data de Assinatura: 01/02/2016.

Assinam: Antonio Oscar Laurindo, Presidente da AMAVI e Fabio Ayres Marchetti, representante legal da Rádio Belos Vales Ltda.

EXTRATO CONTRATO Nº 04/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2016

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI.

Credenciada: Rádio Difusora Alto Vale Ltda.

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA para veiculação em rádio AM e FM de programa jornalístico denominado "Jornal da AMAVI" com duração de 05 (cinco) minutos, de acordo com o calendário de inserções previstos no Edital de Credenciamento nº 03/2015, nos horários das 11h45min e 22 horas respectivamente.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 57,48 (cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos) por veiculação em rádio AM e de R\$ 53,97 (cinquenta e três reais e noventa e sete centavos) por veiculação em rádio FM.

Vigência: até 31 de dezembro de 2016, a contar de sua assinatura.

Data de Assinatura: 01/02/2016.

Assinam: Antonio Oscar Laurindo, Presidente da AMAVI e Humberto Ohf de Andrade, representante legal da Rádio Difusora Alto Vale Ltda.

EXTRATO CONTRATO Nº 05/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2016

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI.

Credenciada: Rádio Mirador Ltda. EPP

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA para veiculação em rádio AM de programa jornalístico denominado "Jornal da AMAVI" com duração de 05 (cinco) minutos, de acordo com o calendário de inserções previstos no Edital de Credenciamento nº 03/2015, no horário das 12h20min.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 96,21 (noventa e seis reais e vinte e um centavos) por veiculação.

Vigência: até 31 de dezembro de 2016, a contar de sua assinatura.

Data de Assinatura: 03/02/2016.

Assinam: Antonio Oscar Laurindo, Presidente da AMAVI e Rubens Gonçalves, representante legal da Rádio Mirador Ltda. EPP

EXTRATO CONTRATO Nº 06/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2016

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI.

Credenciada: Rádio Aliança 93 Ltda. EPP

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA para veiculação em rádio FM de programa jornalístico denominado "Jornal da AMAVI" com duração de 05 (cinco) minutos, de acordo com o calendário de inserções previstos no Edital de Credenciamento nº 03/2015, no horário das 21h30min.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 53,97 (cinquenta e três reais e noventa e sete centavos) por veiculação.

Vigência: até 31 de dezembro de 2016, a contar de sua assinatura.

Data de Assinatura: 03/02/2016.

Assinam: Antonio Oscar Laurindo, Presidente da AMAVI e Renee Gonçalves, representante legal da Rádio Aliança 93 Ltda. EPP

EXTRATO CONTRATO Nº 07/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2016

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI.

Credenciada: Rádio Educadora Taió Ltda. ME

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA para veiculação em rádio AM de programa jornalístico denominado “Jornal da AMAVI” com duração de 05 (cinco) minutos, de acordo com o calendário de inserções previstos no Edital de Credenciamento nº 03/2015, no horário das 17 horas.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 53,97 (cinquenta e três reais e noventa e sete centavos) por veiculação.

Vigência: até 31 de dezembro de 2016, a contar de sua assinatura.

Data de Assinatura: 03/02/2016.

Assinam: Antonio Oscar Laurindo, Presidente da AMAVI e Márcia Hosang Kellermann, representante legal da Rádio Educadora Taió Ltda. ME

AMFRI

RESOLUÇÃO Nº. 01 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº. 01 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS EMPREGADOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI PELO AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DA RESPECTIVA SEDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI, no uso de suas atribuições, de acordo com suas disposições Estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - O empregado que se deslocar para outro ponto do território nacional e internacional para participar de eventos de interesse da Associação ou ainda constituir exigência relacionada às funções atribuídas ao empregado e ocorrer durante o horário de trabalho terá direito a percepção de diárias nos termos desta Resolução.

Art. 2º - O pagamento de diárias destina-se a indenizar despesas de alimentação e hospedagem, sendo concedidas por dia de afastamento da sede do serviço.

§1º - As despesas que se fizerem necessárias com locomoção urbana, tais como táxi, ônibus, metrô e demais outros meios de transporte de locomoção, serão recebidos a título de adiantamento ao empregado, o qual deverá prestar contas do mesmo quando do retorno.

§2º - As despesas referentes a deslocamento ao local de destino serão custeadas pela AMFRI, os quais se incluem passagens aéreas e rodoviárias.

§3º - Quando o deslocamento do empregado se der mediante utilização de veículo próprio, ficará a AMFRI obrigado a ressarcir no montante de R\$ 0,77 (setenta e sete centavos) por quilometro rodado.

§4º - As despesas de deslocamento mencionada no §3º deste artigo não excluem a possibilidade do empregado de receber diária em conformidade com o art. 1º desta Resolução.

Art. 3º - A autorização para deslocamento e a concessão de diárias serão deferidas pelo Secretário Executivo da AMFRI, mediante solicitação do empregado, onde constará:

I – nome, cargo ou função do empregado;

II – justificativa do deslocamento; e

III – indicação dos locais e período de deslocamento.

Art. 4º - Os valores das diárias serão fixados por grupos de cargos e funções e corresponderão aos valores estabelecidos no Anexo I desta Resolução.

Art. 5º - Entende-se por diária o período de 24 (vinte e quatro) horas, contado da partida do empregado, tendo o direito a percepção de 100% (cem por cento) da diária.

§ 1º - Quando o período de deslocamento for igual a 04 (quatro) e menos de 06 (seis) horas, o empregado terá direito a 25% (vinte e cinco por cento) da diária.

§ 2º - Quando o período de deslocamento for igual a 06 (seis) e menos de 12 (doze) horas e não houver pernoite, o empregado terá direito a 50% (cinquenta por cento) do valor da diária.

§ 3º - Quando o período de deslocamento for igual a 06 (seis) e menos de 12 (doze) horas e houver pernoite, o empregado terá direito a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da diária.

§ 4º - Quando o período de deslocamento for superior a 12 (doze) horas até 24 (vinte e quatro) horas e não houver pernoite, o empregado

terá direito a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da diária.

§ 5º - Quando o período de deslocamento for superior a 12 (doze) horas até 24 (vinte e quatro) horas e houver pernoite, o empregado terá direito a 100% (cem por cento) do valor da diária;

§ 6º - No caso de deslocamento para fora do Estado, as diárias terão valores diferenciados, conforme os Estados de deslocamento, previstos no Anexo I desta Resolução.

Art. 6º - Em qualquer hipótese não será devido o pagamento de diárias quando no período de deslocamento não exigir do empregado a realização de almoço ou janta e pousada.

Art. 7º - As diárias serão pagas antes do início da viagem, de uma só vez, exceto nas seguintes situações, a critério da autoridade competente:

I – em casos de emergências, hipótese em que poderão ser processadas no decorrer do deslocamento;

II – quando o deslocamento compreender período superior a 15 (quinze) dias, caso em que poderão ser pagas parceladamente.

§ 1º - As propostas de concessão de diárias, quando o deslocamento tiver início a partir da sexta-feira, bem como as que incluam sábados, domingos e feriados, serão expressamente justificadas, configurando a autorização de pagamento pelo ordenador de despesas, a aceitação da justificativa.

§ 2º - Nos casos em que o deslocamento se estender por tempo superior ao previsto, desde que autorizada sua prorrogação, o empregado terá direito às diárias, correspondente ao período prorrogado.

Art. 8º - O empregado deverá prestar contas e apresentar relatórios, conforme Anexo II desta Resolução, por escrito, anexando os documentos comprobatórios de saída e retorno quando o seu deslocamento requerer diária integral e, no caso de fração de diária, apenas o comprovante da despesa.

Art. 9º - Quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o deslocamento, o empregado restituirá as diárias em sua totalidade e no mesmo prazo estabelecido no caput deste artigo, a contar da data em que deveria ter viajado.

Art. 10 - Responderão solidariamente a autoridade proponente, o ordenador de despesas e o empregado que tenha recebido diárias, pelos atos praticados com infração a qualquer dispositivo desta Resolução.

Art. 11 - Fica por este ato regulamentado o reajuste legal da Tabela de Concessão de Diárias pela Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, concernente ao afastamento temporário passando a ser através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, com data base de 30 de outubro de cada ano.

Art. 12 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ITAJAÍ/SC, 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

RODRIGO COSTA

Presidente AMFRI

Anexo I

Tabela de Diárias

CARGOS	VALOR DIÁRIA EM REAIS (R\$)												
	No Estado de Santa Catarina				Fora do Estado								
					Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro				Municípios de outros Estados				Exterior
	Completa	75%	50%	25%	Completa	75%	50%	25%	Completa	75%	50%	25%	
Presidente	502,74	377,05	251,37	125,68	837,92	628,43	418,95	209,48	670,33	502,74	335,16	167,57	1.173,07
Secretário Executivo	418,95	314,21	209,48	104,73	754,12	565,59	377,06	209,48	586,54	439,90	293,27	146,63	1.173,07
Empregos de Nível Superior	335,16	251,37	167,57	83,78	670,33	502,74	335,16	167,57	502,74	377,05	251,37	125,68	1.173,07
Empregos de Nível Ensino Médio	251,38	188,52	125,68	62,84	586,54	439,90	293,27	146,63	418,95	314,21	209,48	104,73	1.173,07
Auxiliar de Serviços Gerais	167,59	125,68	83,79	41,89	502,74	377,05	251,37	125,68	335,16	251,37	167,57	83,78	1.173,07

ANEXO II

RELATÓRIO DE VIAGEM

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Cargo/Função:

Objeto/Projeto:

Destino:

Período:

Data e Hora de Partida:

Data e Hora de Chegada:

Número de diárias:

Meio de transporte utilizado:

DESCRIÇÃO

AÇÕES REALIZADAS

AUTORIDADE CONCEDENTE

Nome:

Cargo:

Função:

Assinatura:

DATA: ____/____/____

ASSINATURA: _____

AMPLANORTE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2016 PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMPLANORTE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2016

A Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (AMPLANORTE), inscrita no CNPJ sob o nº 83.244.954/0001-77, com sede na Rua Maria do Espírito Santo, nº 400 - Centro, CEP: 89300-000, Mafra -SC, por meio de seu presidente e prefeito de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os interessados que estará procedendo a presente chamada para cotação de preço para escolha de empresa para a ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA AMPLANORTE.

1. DO OBJETO

1.1 – O presente Edital tem por objeto tornar público que a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (AMPLANORTE) escolherá a proposta mais vantajosa com MENOR PREÇO para a elaboração e implantação DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOS MUNICÍPIOS de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Itaiópolis, Irineópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanova, Porto União e Três Barras no qual atenda ao Termo de Referência anexo a este.

1.2 - O presente Edital não é um processo licitatório na forma da Lei 8.666/83 e suas alterações posteriores, pois a AMPLANORTE é uma entidade privada sem fins lucrativos e portanto, dispensada dos requisitos do direito administrativo no que tange ao processo licitatório.

1.3 - A realização da presente chamada pública de cotação de preços considera entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que "A entidade recebedora de recursos públicos não integrante da Administração Pública não se submete à Lei n. 8.666/93 para execução do objeto conveniado (Prejudicado n.1241)" e ainda que "Para aquisição de bens e contratação de serviços com recursos de órgãos ou entidades da Administração Pública estadual ou municipal, poderão as entidades privadas sem fins lucrativos realizar cotação prévia de preços ou adotar o sistema de registro de preços do Estado (prejudicado 2105)."

2 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - As empresas interessadas deverão apresentar até o dia 15 de fevereiro de 2016 no horário das 08h as 17h junto a sede da

AMPLANORTE, a seguinte documentação:

- a) Ofício/Carta Proposta redigida em papel timbrado ou carimbado com identificação da empresa, assinada pelo representante legal da empresa apresentando o valor para a realização dos trabalhos não podendo exceder ao valor máximo fixado em R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) para um período de 12 meses de contrato.
 - b) Comprovante de Inscrição no CNPJ;
 - c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União;
 - d) Certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais;
 - e) Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais da sede da empresa;
 - f) Certidão Negativa de Débito do INSS (CND);
 - g) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
 - h) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
 - i) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - j) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - k) Certidão negativa de pedidos de falência ou concordata, expedida por distribuidor judicial, da sede da empresa, com antecedência máxima de 30 dias da data de apresentação;
 - l) Registro ou inscrição do estabelecimento em que exerce a atividade;
 - m) Apresentar um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica (empresa pública ou privada) comprovando a Empresa que já atuou na execução de plano de desenvolvimento regional ou atividades similares ao objeto da presente chamada pública.
 - n) A comprovação do vínculo empregatício dos profissionais relacionados no subitem anterior, será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS onde conste o(s) nome(s) do(s) profissional(ais). Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e quando se tratar de autônomo com contrato de prestação de serviços. Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional, em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.
 - o) Declaração conforme Anexo I assinado pelo representante legal da empresa concordando com as disposições constantes neste Edital, bem como especificando que está apta a realizar todos os trabalhos necessários e exigíveis para a execução do objeto aqui previsto;
 - p) CND - Certidão trabalhista conforme Lei nº 12.440/2011
- 2.2 – Os documentos apresentados deverão estar em nome da empresa responsável com o número do CNPJ e endereço respectivo;
- 2.3 – Os participantes do presente Edital deverão obedecer ao que determina a legislação específica da sede da empresa, concernente à prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Federal;
- 2.4 – Os documentos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada;
- 2.5 – O valor da proposta poderá ser reajustado caso haja a prorrogação do prazo de vigência do contrato, conforme índice oficial.
- 2.5.1 - Caso haja interesse do contratante em ampliar a gama dos serviços prestados desde que não previsto no Termo de Referência anexo ao presente edital, o valor originário será reajustado conforme valor justo proposto pela Contratante.
- 2.6 - Serão aceitas propostas encaminhadas via Correios encaminhadas com

AR (aviso de recebimento) desde que estas sejam entregues até o prazo limite

estabelecido no item 2.1 deste Edital (efetivamente entregue pelos Correios até o dia 15 de fevereiro de 2016 até as 17h junto a sede da AMPLANORTE).

2.7 - Os documentos exigidos deverão ser acondicionados e apresentados em um único envelope devidamente fechado e inviolado, timbrado e/ou identificado com carimbo padronizado do (CNPJ/MF) da empresa participante, contendo em sua parte frontal os seguintes dizeres mínimos:

PARA A AMPLANORTE
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2016

3 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 – Atender na íntegra todas as exigências previstas no Termo de Referência

(anexo III) para a elaboração e implantação do PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOS MUNICÍPIOS Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Itaiópolis, Irineópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras.

3.2 – Preencher planilhas de acompanhamento e de execução, a qual deve identificar os procedimentos e trabalhos realizados mês a mês, bem como demais encaminhamentos realizados;

3.3 – Entrega de nota fiscal na sede da AMPLANORTE ou eletronicamente, até o 5º dia útil do mês subsequente a execução dos serviços, devendo conter em anexo relatório detalhado da realização dos respectivos serviços;

3.4 - Todo mês até o dia 20 deverá ser apresentado cópias de guias de recolhimento de FGTS e da folha de pagamento do pessoal contratado pelo regime celetista que porventura prestem serviços a empresa, bem como, o comprovante de pagamento de seus prestadores de serviços e das respectivas retenções tributárias.

3.5 - Comprovar o recolhimento do ISS (Imposto Sobre Serviços).

3.6 – O contratado, em hipótese alguma poderá cobrar qualquer complementação de valores dos serviços prestados, sendo responsável pela entrega final do objeto contratado;

3.7 – É de responsabilidade exclusiva e integral do contratado a utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a AMPLANORTE;

4 - OBRIGAÇÕES DA AMPLANORTE

4.1 – Pagar o CONTRATADO os valores contratados, até três dias úteis a contar da apresentação da referida nota fiscal sem que haja incidência de juros ou correção monetária, mediante a apresentação dos documentos mencionados no item 3.3 do presente Edital.

5 - DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 – Os serviços contratados serão prestados através dos referidos profissionais indicados na documentação, sendo aceito a substituição de profissionais durante a execução do trabalho mediante solicitação expressa com 30 (trinta) dias de antecedência a AMPLANORTE, devendo o nome do novo profissional ser aprovado pela AMPLANORTE;

5.2 – Os demais direitos e obrigações das partes serão objeto de contrato de prestação de serviço, na forma da minuta de contrato que faz parte deste Edital;

5.3 – Fica reservado a AMPLANORTE, a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, de acordo com seus interesses, ou anular o presente Edital, sem direito, às empresas ou pessoas, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

5.4 - Para a seleção da proposta que atenda aos requisitos mínimos solicitados e tenha o menor preço será efetuada ato público, no dia 15 de fevereiro as 17:15 horas na sede da AMPLANORTE e será coordenada pela Assessoria Jurídica da AMPLANORTE.

5.4.1 - O resultado do julgamento com a proposta vencedora será afixado no mural localizado no hall de entrada da AMPLANORTE, no sítio eletrônico da AMPLANORTE (www.amplanorte.org.br) e remetido por e-mail às empresas participantes, para conhecimento.

5.4.2 - Da decisão da comissão que apontar a proposta VENCEDORA será lavrada

Ata da qual caberá recurso administrativo em até 2 (dois dias) úteis para a Assembléia de Prefeitos.

5.5 – Outras informações poderão ser obtidas junto à sede da AMPLANORTE ou pelo email: amplanorte@amplanorte.org.br

5.6 - Todos os termos em anexo fazem parte integrante do presente edital de chamada pública.

5.7 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra - SC, 03 de fevereiro de 2016.

Welligton Roberto Bielecki

Presidente da AMPLANORTE

Hélio Daniel Costa Douglas Antonio Conceição

Secretário Executivo da AMPLANORTE OAB/SC 28.754

ANEXO I – TERMO DE DECLARAÇÃO

À Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (AMPLANORTE)

Ref.: Edital de Chamada Pública nº 1/2016

_____, (qualificação), propõe a essa ASSOCIAÇÃO que sendo sua proposta vencedora e contratada para o Plano de Desenvolvimento Regional do Planalto Norte dos municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras atenda ao Termo de Referência anexo a este, DECLARA QUE:

I) nos serviços oferecidos estão incluídas todas as despesas com material de consumo, instrumentais, encargos sociais, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto;

II) que os preços contratados são justos e certos, não podendo sofrer reajuste;

II) que realizará os serviços nas hipóteses e condições previstas no instrumento contratual, cuja minuta conhecemos, bem como, observando o Termo de Referência do objeto deste Edital;

V) examinamos cuidadosamente o Edital de Chamada Pública e seus anexos e nos inteiramos de todos os seus detalhes e com eles concordamos, bem como todas as dúvidas e/ou questionamentos formulados foram devidamente esclarecidos. Estamos cientes e aceitamos todas as condições do Edital e a elas desde já nos submetemos.

V) que todas as cópias de documentos apresentados são fiéis aos originais.

_____ de _____ de 2016.

Assinatura e nome legível

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

A Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (AMPLANORTE), inscrita no CNPJ sob o nº 83.244.954/0001-77, com sede na Rua Maria do Espírito Santo, nº 400 Centro, CEP: 89.300-000, Mafra-SC, por meio de seu presidente WELLIGTON ROBERTO BIELECKI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado:[...] doravante denominada simplesmente de CONTRATADO (A), ajustam e contratam a prestação de serviços, nos moldes do Edital de Chamada Pública nº1/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Elaboração e Implantação DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO PLANALTO NORTE - DOS MUNICIPIOS de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Itaiópolis, Irineópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras, que atenda ao Termo de Referência Anexo ao Edital de Chamada Pública 01/2016 como se aqui estivesse transcrito, e ainda que atenda as exigências previstas pelos prefeitos que compõe a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

Os serviços objeto do presente contrato serão prestados no prazo máximo de 12 (doze) meses conforme cronograma proposta constante do Edital de Chamada Pública 01/2016.

Parágrafo único: É facultado ao CONTRATADO utilizar o espaço físico (salas) da

AMPLANORTE, Rua Maria do Espírito Santo, nº 400, Centro, CEP: 89.300-000, Mafra-SC para realizar atividades específicas de apoio e suporte durante a realização do objeto do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme com a realização dos trabalhos, e o relatório de atividades se dará até o final da primeira quinzena do mês subsequente da realização dos serviços, mediante a apresentação do documento fiscal correspondente.

§ 1º - O documento fiscal deverá ser entregue na sede da AMPLANORTE, até o 5º dia útil do mês subsequente a execução dos serviços, devendo conter em anexo relatório detalhado da realização dos respectivos serviços;

§ 2º - O contratado não poderá cobrar da Associação ou de qualquer município membro qualquer complementação de valores aos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades

de multa de até 10% (dez por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação

judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e ainda pelos seguintes motivos:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Associação a comprovar a

impossibilidade da conclusão do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início do serviço ou fornecimento;

V - a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Associação;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

VII - o desatendimento das determinações regulares da pessoa designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

§ 1º - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Associação;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo;

III - judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

O presente contrato terá vigência a partir da sua assinatura, com término após 12 meses, podendo ser aditivado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário através de pessoa indicada para tal fim.

CLÁUSULA OITAVA– DAS CONDIÇÕES GERAIS

É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a ASSOCIAÇÃO.

CLÁUSULA NONA– DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

O presente instrumento encontra-se vinculado ao Edital de Chamada Pública nº 01/2016 da AMPLANORTE, sendo que o disposto naquele faz parte integrante do presente, como se aqui transcrito estivesse.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro da comarca de Mafra/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Mafra, 03 de fevereiro de 2016.
CONTRATANTE – AMPLANORTE

CONTRATADO - EMPRESA

Testemunhas:

1)

2)

ANEXO III

Termo de Referência PDR- AMPLANORTE

1) Objeto

O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para assessorar a elaboração e a implantação do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE. Salientamos que a CONTRATANTE detém informações adquiridas através de Seminário realizados pelo Ministério da Integração e pela AMPLANORTE e outros informes e estudos.

2) Escopo do Trabalho

Os trabalhos a serem desenvolvidos durante o contrato incluem:

- Desenvolvimento de pesquisas e organização de conteúdos relacionadas ao objeto deste Termo, que venham a contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos;
- Elaboração do PDR incluindo 1- Diagnostico com apresentação do perfil da região, 2-Planejamento com elaboração de pautas regionais prioritárias, organização de agenda de desenvolvimento, definição e organização de comitês gestores de cada área do PDR, 3- Plano de ação dos projetos de cada área do plano, cronogramas, metas, entre outros e, 4- Avaliação e indicadores de atenção.
- Os documentos elaborados deverão ser entregues em formatos compatíveis para edição, impressão e arquivamento.
- No prazo final de entrega deverão ser fornecidas duas cópias impressas e em CD.
- Os estudos e projetos deverão ser desenvolvidos em estrita obediência as normas técnicas da ABNT,
- Assessoria na organização de Reuniões, Seminários e Conferências.
- Assessorar a Associação no processo de implantação do Plano de Desenvolvimento Regional da AMPLANORTE;
- Assessoria na elaboração de projetos.

Todos os serviços serão elaborados de acordo com as especificações a seguir e apresentados na forma de relatórios do serviço. As faturas somente serão liberadas para pagamento após a aprovação pela Fiscalização AMPLANORTE, do relatório completo das etapas, não sendo aceito, para efeito de pagamento, relatórios parciais.

Nota: a) Todas as informações deverão ser embasadas em documentos oficiais, fotos, registros, relatório e projetos indicando as fontes de referência.

3) FASE-1 Elaboração do PDR

O Plano de Desenvolvimento Regional da Amplanorte deverá ser elaborado e organizado da seguinte forma:

1) Plano de Desenvolvimento Regional

Os trabalhos de desenvolvimento e implantação do PDR serão coordenados por uma Coordenação Geral a ser presidido por um Prefeito indicado pela Assembléia Geral da ASSOCIAÇÃO e

representantes dos governos estadual e federal, universidades, instituições de pesquisa e assistência técnica e da sociedade civil organizada.

Será da Coordenação Geral a responsabilidade de estabelecer as diretrizes gerais dos trabalhos bem como deliberar a respeito do processo de desenvolvimento e implantação do PDR como o estabelecimento do calendário de eventos, formas de comunicação, mobilização e articulação com as instituições públicas e organizações sociais.

2) Eixos

O trabalho de desenvolvimento do PDR deverá setorizar o Planejamento com especificações de cada setor aproximando a realidade existente com a realidade desejada, buscando solucionar os apontamentos levantados no diagnóstico e abordados no plano em maior amplitude.

3) Projetos: Planejamento estratégico

O PDR deverá ser estruturado, a partir do diagnóstico, com Projetos que estabelecerão as ações a serem executadas, com a proposição de metas, cronogramas, avaliação, indicadores de atenção e outros, com o objetivo de superar a realidade atual e atingir um novo estágio de desenvolvimento econômico e social.

3.1. Desenvolvimento dos trabalhos do PDR

3.1.1 - Coleta e Análise dos Dados

3.1.1.1 - Diagnóstico

3.1.1.1.1 – Especificação do Perfil Regional

3.1.1.2 – Justificativa e Fundamentação Teórica

3.1.1.3 – Objetivo Geral

3.1.1.4- Metodologia

3.2 – Eixos e Projetos

3.2.1- Objetivos específicos

3.2.2- Definir as pautas regionais prioritárias;

3.2.3- Estabelecer uma agenda de desenvolvimento;

3.2.4- Organização de comitês gestores

3.3- Projetos/ Planejamento estratégico

3.3.1. Planejamento estratégico dos projetos indicados nas pautas regionais

3.3.2. Elaboração de indicadores de atenção e avaliação

3.4- Avaliação e instrumental indicativo

3.4.1 Elaboração de critérios avaliativos, indicadores de atenção e metodologia de monitoramento do Plano, Programas e Projetos do PDR.

3.5 – Relatórios

Ao final de cada atividade a Contratada deverá elaborar um relatório, obedecendo aos parâmetros estabelecidos acima, e fazer a entrega para a AMPLANORTE conforme estabelecido no item 4 presente Termo de Referência.

3.6 - Relatório Final

Elaborar Relatório Final contendo todos os trabalhos aprovados, devidamente editados, contendo ainda no capítulo final com os principais indicadores físicos e econômicos do estudo, as conclusões e recomendações dos Consultores e finalmente um breve comentário a respeito da viabilidade técnica e econômica, bem como da necessidade e oportunidade de investimentos.

4. Prazos de Execução da Fase 1

· Coleta e Análise dos Dados: abril de 2016

· Organização, Programas/Eixos: maio 2016

· Organização Projetos/ Planejamento estratégico: junho 2016

· Avaliação e instrumental indicativo: julho 2016

· RELATORIO FINAL: agosto 2016

Observações:

· A entrega de cada relatório deverá ser acompanhada da versão revisada e aprovada da etapa anterior (se for o caso). A versão final do plano, orçamentos, especificações, deverá conter documento de aprovação emitido pela AMPLANORTE, conforme instrução normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC.

· Na hipótese de necessidade de prorrogação de prazo, por razões justificáveis, a empresa contratada deverá encaminhar correspondência com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao prazo estabelecido em contrato.

5- FASE 2 - Implantação do Plano de Desenvolvimento Regional da AMPLANORTE

5.1 Atividades

A Contratada deverá assessorar a AMPLANORTE nas seguintes atividades:

· Realização de um Seminário de Desenvolvimento Regional, no segundo semestre de 2016, com a participação da sociedade civil da região, a fim de promover a integração das organizações públicas e organizações da sociedade civil para o fortalecimento do Plano e das ações de desenvolvimento regional;

· Realização de um Seminário, no início do segundo semestre de 2016 com todos os candidatos a prefeito dos municípios da região;

· Realização de uma CONFERENCIA anual para avaliação sistêmica dos encaminhamentos e metas cumpridas no PDR

· Assessorar a Coordenação do Plano de Desenvolvimento Regional na gestão das atividades através da adoção de uma metodologia específica de gerenciamentos para assegurar o controle e monitoramento das ações planejadas, prazos, responsáveis e metas estabelecidas;

· Assessoria no planejamento, agendamento e na realização de audiência com autoridades estaduais e federais para a busca de apoio técnico, político e financeiro para a execução dos projetos previstos no Plano de Desenvolvimento Regional;

· Aplicação de metodologia de planejamento estratégico na realização dos seminários acima previstos e sistematização dos conteúdos produzidos;

· Assessoria na elaboração de Projetos e Planos de Trabalho para a captação de recursos junto aos governos federal e estadual;

· Acompanhamento da tramitação dos projetos junto aos órgãos concedente, bem como suporte no atendimento a eventuais diligências e pedidos de esclarecimentos para viabilizar a aprovação técnica dos mesmos ao longo do contrato;

· Assessoria na execução dos convênios com a aplicação de técnicas em gerenciamento de projetos;

· Suporte na elaboração das prestações de contas dos convênios até a sua aprovação junto ao órgão concedente;

6. Qualificação Técnica

6.1. A Empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica ou Declaração emitida por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente realizou o fornecimento de serviços compatível em característica com o objeto do presente Edital de Chamada Pública. O atestado ou Declaração deverá ser emitido em papel timbrado da emitente, datado e assinado, com especificação dos trabalhos realizados e informações relativas ao desempenho na realização dos trabalhos.

6.2. A Empresa proponente deverá ainda apresentar as seguintes Declarações:

· Possuir disponibilidade para atuação de profissionais com as seguintes especialidades: Administradores Públicos, Sociólogos, Antropólogos, Especialistas ou Mestres em Desenvolvimento Regional ; apresentando diplomas específicos nas áreas solicitadas.

7. Valor previsto para contratação e prazo de execução do contrato

7.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por mês.

7.2. Na proposta de preço da empresa pelo trabalho desenvolvido devem ser consideradas já inclusas as despesas com o deslocamento dos seus técnicos e gastos com estadias e refeições, bem como, quaisquer tipos de encargos.

7.3. A Empresa Contratada não poderá cobrar qualquer taxa de êxito sobre os projetos aprovados e liberados.

7.4. O contrato será executado em 01 (ano) podendo ser prorrogado se houver interesse das partes.

7.5

RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Declaro para os devidos fins, que o serviço referente ao Contrato será realizado pelos responsáveis abaixo relacionados:

Nome	Qualificação	Nível
****	*****	Superior

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Sócio Proprietário

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016

O Presidente da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE, Wellington Roberto Bielecki, de acordo com o Estatuto Social,

CONVOCA:

Os Senhores Prefeitos Municipais a participarem da 1ª Assembleia Geral Ordinária, com a seguinte programação:

DATA: 12/02/2016 - sexta-feira

Local: Sala de Reuniões - AMPLANORTE

HORA: 16:00

PAUTA

- Licenciamento Ambiental;
- Agenda - Governo Estado 2016;
- Agenda Federativa 2016;
- Cinquentenário da AMPLANORTE;
- Assuntos Gerais.

Att.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal de MAFRA

Presidente da AMPLANORTE

EGEM**EDITAL Nº 01.2016 - CHAMAMENTO_DOCENTE NOVOS EGEM**

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2016

1. OBJETO

1.1 O presente edital busca selecionar docentes e assessores/consultores para prestarem serviços nas diferentes áreas da gestão pública municipal.

1.2 A presente seleção visa a contratação de novos professores e assessores/consultores para atuarem nos cursos e assessorias da EGEM em todo território do estado de Santa Catarina.

2. PROCEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO

1
2

2.1 Para participar do processo seletivo o docente, assessor/consultor deve possuir disponibilidade para assumir os serviços propostos pela escola.

2.2 Os interessados deverão entrar em contato com a EGEM até o dia 15 de março de 2016.

2.3 O contato deverá ser feito via e-mail, com o envio do Currículo

Lattes atualizado. Os docentes interessados devem encaminhar o currículo para (coordenacao@egem.org.br) aos cuidados de Camille Martinelli Silveira, já os assessores/consultores devem encaminhar seu currículo para (social@egem.org.br) aos cuidados de Denise Aparecida Michelute Girardi.

2.4 A escola analisará os requisitos de formação acadêmica para a prestação dos serviços e comunicará ao interessado acerca da possibilidade de contratação.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 Os casos omissos neste Edital de chamamento público serão resolvidos pela Direção da EGEM.

Florianópolis, 04 de fevereiro de 2016

Alexandre Alves

Diretor

EDITAL Nº 02.2016 - PAIF_AMPLANORTE

EDITAL Nº 02/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre o CRAS com ênfase para o PAIF

1. OBJETIVO DO CURSO

Qualificar os trabalhadores da política de assistência social, em especial os que atuam na proteção social básica, com vistas qualificar o oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF).

2. PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores da política de assistência social, em especial os que atuam na proteção social básica e conselheiros de assistência social.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Mafrá/SC Auditório da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE Rua Maria do Espírito Santo, 400 Centro CEP: 89300-000
Período das inscrições	03 a 22 de fevereiro de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	12/02/2016
Período de realização	25 e 26 de fevereiro de 2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	50

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia – 25 de fevereiro de 2016	
8h30 às 12h	1- Breve contextualização da política de assistência social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 2- Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais 3- Aprofundamento de concepção de família e território
13h30 às 17h30	4- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - Concepção - Organização - base teórica - Premissas de trabalho no CRAS Metodologia de trabalho com famílias: Abordagem metodológica
2º dia – 26 de fevereiro de 2016	
8h30 às 12h	5- Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF): - Organização - Metodologia de trabalho - Atendimento e acompanhamento - Oficinas com Famílias 6- Ações Comunitárias

7. PALESTRANTES**KARLA CARDOSO BORGES**

Assistente Social, Mestra em Serviço Social na PUC/RS, Especialista em Gestão da Política de Assistência Social, Especialista em Políticas Públicas e Cidadania; Servidora Pública da Prefeitura Municipal de Criciúma, atuando diretamente na assessoria técnica as equipes de CRAS na Secretaria Municipal de Assistência Social. Já atuou como: Coordenadora da Proteção Social Básica da Secretaria do Sistema Social do município de Criciúma/SC (2009 a 2012), Conselheira Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Professora na disciplina de Participação Cidadã no ProJovem Urbano de Criciúma, Técnica representante da AMREC no Colegiado de Assistentes Sociais das associações dos municípios (2010 a 2012), Assistente Social na política habitacional, política de saúde, coordenação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Albergue e atuação na equipe de pesquisadores do Diagnóstico sobre Trabalho Infantil em regiões de Fronteira do Mercosul da Organização Internacional do Trabalho (2012). Atualmente desenvolve atividades como docente em cursos de especialização e junto a Escola de Gestão Pública Municipal (EGEM), realiza assessoria na área de gestão da política de Assistência Social – SUAS, planejamento, qualificação e ordenamento das atividades do CRAS, ministra cursos em Política

Pública de Assistência Social/SUAS/Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Teoria e Prática para Conselhos Municipais de Assistência Social inscrição das entidades socioassistenciais, Direito da Criança e do Adolescente, Currículo Lattes: Currículo Vitae disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7525891965523566>

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 03.2016 - PREGOEIRO_FLORIANÓPOLIS

EDITAL Nº 03/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso de formação de Pregoeiros

1. OBJETIVO DO CURSO

O tema licitações públicas é de suma importância para a Gestão Pública, revelando-se um dos grandes ramos do direito administrativo. Guarda inúmeras complexidades e especificidades, que à luz dos princípios norteadores da Administração Pública precisam ser

avaliadas e compreendidas.

Assim, justifica-se a realização do presente curso, que almeja apresentar e debater a licitação pública na modalidade Pregão, a fim de capacitar os servidores públicos que exercerão as funções de pregoeiro, em suas formas presencial e eletrônica.

Ao final do curso, os participantes receberão certificado de Formação de Pregoeiro, estando aptos a realizar licitações nesta modalidade, nos termos do art. 7º, Parágrafo Único, do Decreto Federal nº 3.555/00.

2. PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos que exerçam função de pregoeiro, presidentes e membros de comissão de licitação, membros de equipe de apoio, chefes de departamento de compras, assessores jurídicos e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis/SC A definir
Período das inscrições	03 a 26 de fevereiro de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	12/02/2016
Período de realização	29 de fevereiro e 01 de março de 2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	100

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Dia	
08h30 às 12h	Pregão Presencial e Eletrônico Conceito de Pregão Cabimento do Pregão: bens e serviços comuns Pregão para serviços de engenharia e obras públicas Obrigatoriedade do Pregão Agentes públicos envolvidos no pregão Pregoeiro: perfil, atribuições Membros da equipe de apoio: perfil e atribuições Autoridade competente: atribuições Edital do Pregão Termo de Referência
13h30 às 17h30	Sessão Pública do Pregão Fase de credenciamento Amostras e pré-qualificação de produtos Etapa de Lances Habilitação Benefícios para Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/06) Recursos Administrativos Adjudicação e Homologação Procedimentos especiais do Pregão Eletrônico Saneamento de processos licitatórios Contratos Administrativos decorrentes do Pregão Formalização Duração e Execução Aditivos quantitativos e qualitativos Revisão, reajuste e repactuação Rescisão Sanções Administrativas em Pregão
Segundo Dia	
08h30 às 12h	Sistema de Registro de Preços (SRP) Cabimento Licitação para SRP: Pregão ou Concorrência Edital de licitação para SRP Ata de Registro de Preços Prazo de validade da ata Reajuste de preços no SRP Aditivo quantitativo à Ata de Registro de Preços Contratos administrativos decorrentes do SRP

7. PALESTRANTES

Edinando Luiz Brustolin

Advogado inscrito na OAB/SC nº 21.087. Consultor Jurídico da FECAM. Mestre em Direito, Estado e Sociedade pela UFSC. Professor convidado em cursos de especialização e pós-graduação. Tem experiência na área de Direito Administrativo, com ênfase em

Licitações Públicas e Contratos Administrativos.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 04.2016 - PREGOEIRO_AMERIOS

EDITAL Nº 04/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso de formação de Pregoeiros

1. OBJETIVO DO CURSO

O tema licitações públicas é de suma importância para a Gestão Pública, revelando-se um dos grandes ramos do direito administrativo. Guarda inúmeras complexidades e especificidades, que à luz dos princípios norteadores da Administração Pública precisam ser avaliadas e compreendidas.

Assim, justifica-se a realização do presente curso, que almeja apresentar e debater a licitação pública na modalidade Pregão, a fim

de capacitar os servidores públicos que exercerão as funções de pregoeiro, em suas formas presencial e eletrônica.

Ao final do curso, os participantes receberão certificado de Formação de Pregoeiro, estando aptos a realizar licitações nesta modalidade, nos termos do art. 7º, Parágrafo Único, do Decreto Federal nº 3.555/00.

2. PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos que exerçam função de pregoeiro, presidentes e membros de comissão de licitação, membros de equipe de apoio, chefes de departamento de compras, assessores jurídicos e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Maravilha/SC Auditório da Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS Av. Euclides da Cunha, 160 CEP: 89874-000
Período das inscrições	03 de fevereiro a 06 de março de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	12/02/2016
Período de realização	07 e 08 de março de 2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	80

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 280,00
Demais participantes	R\$ 380,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Dia	
08h30 às 12h	Pregão Presencial e Eletrônico Conceito de Pregão Cabimento do Pregão: bens e serviços comuns Pregão para serviços de engenharia e obras públicas Obrigatoriedade do Pregão Agentes públicos envolvidos no pregão Pregoeiro: perfil, atribuições Membros da equipe de apoio: perfil e atribuições Autoridade competente: atribuições Edital do Pregão Termo de Referência
13h30 às 17h30	Sessão Pública do Pregão Fase de credenciamento Amostras e pré-qualificação de produtos Etapa de Lances Habilitação Benefícios para Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/06) Recursos Administrativos Adjudicação e Homologação Procedimentos especiais do Pregão Eletrônico Saneamento de processos licitatórios Contratos Administrativos decorrentes do Pregão Formalização Duração e Execução Aditivos quantitativos e qualitativos Revisão, reajuste e repactuação Rescisão Sanções Administrativas em Pregão
Segundo Dia	
08h30 às 12h	Sistema de Registro de Preços (SRP) Cabimento Licitação para SRP: Pregão ou Concorrência Edital de licitação para SRP Ata de Registro de Preços Prazo de validade da ata Reajuste de preços no SRP Aditivo quantitativo à Ata de Registro de Preços Contratos administrativos decorrentes do SRP

7. PALESTRANTES

Edinando Luiz Brustolin

Advogado inscrito na OAB/SC nº 21.087. Consultor Jurídico da FECAM. Mestre em Direito, Estado e Sociedade pela UFSC. Professor convidado em cursos de especialização e pós-graduação. Tem experiência na área de Direito Administrativo, com ênfase em

Licitações Públicas e Contratos Administrativos.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 05.2016 - CONDUTAS_AMEOSC

EDITAL Nº 05/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE CONDUTAS VEDADAS EM ANO ELEITORAL

1. OBJETIVO DO CURSO

O curso objetiva capacitar os agentes públicos sobre as condutas vedadas previstas na Lei n. 9.504/1997, que rege as eleições no país, permitindo que a Administração Pública possa exercer suas funções em consonância com a legalidade e os demais princípios constitucionais.

2. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, vereadores, secretários municipais, procuradores e assessores municipais e demais servidores públicos.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	São Miguel do Oeste/SC Auditório da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC Rua Padre Aurélio Canzi, 1628 CEP: 89.900-000
Período das inscrições	03 de fevereiro a 07 de março de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	19/02/2016
Período de realização	09 de março de 2016
Carga horária total	10h/a
Quantidade de vagas	50

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

08h30 às 12h	<ol style="list-style-type: none"> 1. Condutas vedadas na legislação eleitoral: introdução ao tema 2. Extensão das normas proibitivas na Administração Pública Direta e Indireta 3. Agente Público: definição de agente público segundo a Lei nº 9.504/97; 4. As condutas vedadas em espécie na Lei n. 9.504/97: permissões, proibições e cuidados especiais 4.1. A aplicação da revisão geral da remuneração dos servidores públicos e os gastos com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal 4.2. Cessão ou uso, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta 4.3. Uso de materiais ou serviços pelo Executivo e Legislativo municipais 4.4. Cessão de servidor público ou empregado da administração do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal 4.5. Uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social, custeados os subvencionados pelo Poder Público 4.6. Nomeação, transferência e readaptação de vantagens de servidores públicos em ano eleitoral 4.7. Realização de transferência voluntária de recursos públicos e a vedação da distribuição gratuita de bens, valores e benefícios: o problema das subvenções e dos programas sociais 4.8. Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito 4.9. Contratação de apresentações artísticas pagas com recursos públicos 4.10. As inaugurações em ano eleitoral e a participação de candidatos e gestores públicos na solenidade
13h30 às 17h30	<ol style="list-style-type: none"> 5. O abuso do poder político e a promoção pessoal do gestor público: cuidados e restrições 6. Regras e limites à publicidade Institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos 7. O problema da média dos gastos com publicidade institucional: novidades e desafios 8. A desincompatibilização dos agentes públicos: prazos, licenças e remuneração 9. Medidas preventivas ao gestor público e aos candidatos no período eleitoral

7. PALESTRANTES

MARCOS FEY PROBST

Doutorando em Direito Público pela Universidade Federal de Santa Catarina, Palestrante na área do Direito Administrativo e Eleitoral, Professor de Direito Administrativo e Eleitoral em cursos de graduação e pós-graduação, Consultor jurídico da Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), advogado militante.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 06.2016 - CONDUTAS_AMOSC

EDITAL Nº 06/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE CONDUTAS VEDADAS EM ANO ELEITORAL

1. OBJETIVO DO CURSO

O curso objetiva capacitar os agentes públicos sobre as condutas vedadas previstas na Lei n. 9.504/1997, que rege as eleições no país, permitindo que a Administração Pública possa exercer suas funções em consonância com a legalidade e os demais princípios constitucionais.

2. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, vereadores, secretários municipais, procuradores e assessores municipais e demais servidores públicos.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Chapecó/SC Auditório da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC Av. Getúlio Vargas, 571-S CEP: 89812-000
Período das inscrições	03 de fevereiro a 08 de março de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	19/02/2016
Período de realização	10 de março de 2016
Carga horária total	10h/a
Quantidade de vagas	60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

08h30 às 12h	<ol style="list-style-type: none"> Condutas vedadas na legislação eleitoral: introdução ao tema Extensão das normas proibitivas na Administração Pública Direta e Indireta Agente Público: definição de agente público segundo a Lei nº 9.504/97; As condutas vedadas em espécie na Lei n. 9.504/97: permissões, proibições e cuidados especiais <ol style="list-style-type: none"> A aplicação da revisão geral da remuneração dos servidores públicos e os gastos com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal Cessão ou uso, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta Uso de materiais ou serviços pelo Executivo e Legislativo municipais Cessão de servidor público ou empregado da administração do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal Uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social, custeados os subvencionados pelo Poder Público Nomeação, transferência e readaptação de vantagens de servidores públicos em ano eleitoral Realização de transferência voluntária de recursos públicos e a vedação da distribuição gratuita de bens, valores e benefícios: o problema das subvenções e dos programas sociais Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito Contratação de apresentações artísticas pagas com recursos públicos As inaugurações em ano eleitoral e a participação de candidatos e gestores públicos na solenidade
13h30 às 17h30	<ol style="list-style-type: none"> O abuso do poder político e a promoção pessoal do gestor público: cuidados e restrições Regras e limites à publicidade Institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos O problema da média dos gastos com publicidade institucional: novidades e desafios A desincompatibilização dos agentes públicos: prazos, licenças e remuneração Medidas preventivas ao gestor público e aos candidatos no período eleitoral

7. PALESTRANTES

MARCOS FEY PROBST

Doutorando em Direito Público pela Universidade Federal de Santa Catarina, Palestrante na área do Direito Administrativo e Eleitoral, Professor de Direito Administrativo e Eleitoral em cursos de graduação e pós-graduação, Consultor jurídico da Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), advogado militante.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!**8. ANEXOS**

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 07.2016 - CONDUTAS_AMMVI

EDITAL Nº 07/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE CONDUTAS VEDADAS EM ANO ELEITORAL

1. OBJETIVO DO CURSO

O curso objetiva capacitar os agentes públicos sobre as condutas vedadas previstas na Lei n. 9.504/1997, que rege as eleições no país, permitindo que a Administração Pública possa exercer suas funções em consonância com a legalidade e os demais princípios constitucionais.

2. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, vereadores, secretários municipais, procuradores e assessores municipais e demais servidores públicos.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Blumenau/SC Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI Rua Alberto Stein, 466 CEP: 89036-200
Período das inscrições	03 de fevereiro a 19 de março de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	19/02/2016
Período de realização	21 de março de 2016
Carga horária total	10h/a
Quantidade de vagas	80

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: “Dados para a emissão da nota fiscal”.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

08h30 às 12h	<p>1. Condutas vedadas na legislação eleitoral: introdução ao tema</p> <p>2. Extensão das normas proibitivas na Administração Pública Direta e Indireta</p> <p>3. Agente Público: definição de agente público segundo a Lei nº 9.504/97;</p> <p>4. As condutas vedadas em espécie na Lei n. 9.504/97: permissões, proibições e cuidados especiais</p> <p>4.1. A aplicação da revisão geral da remuneração dos servidores públicos e os gastos com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal</p> <p>4.2. Cessão ou uso, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta</p> <p>4.3. Uso de materiais ou serviços pelo Executivo e Legislativo municipais</p> <p>4.4. Cessão de servidor público ou empregado da administração do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal</p> <p>4.5. Uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social, custeados os subvencionados pelo Poder Público</p> <p>4.6. Nomeação, transferência e readaptação de vantagens de servidores públicos em ano eleitoral</p> <p>4.7. Realização de transferência voluntária de recursos públicos e a vedação da distribuição gratuita de bens, valores e benefícios: o problema das subvenções e dos programas sociais</p> <p>4.8. Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito</p> <p>4.9. Contratação de apresentações artísticas pagas com recursos públicos</p> <p>4.10. As inaugurações em ano eleitoral e a participação de candidatos e gestores públicos na solenidade</p>
13h30 às 17h30	<p>5. O abuso do poder político e a promoção pessoal do gestor público: cuidados e restrições</p> <p>6. Regras e limites à publicidade Institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos</p> <p>7. O problema da média dos gastos com publicidade institucional: novidades e desafios</p> <p>8. A desincompatibilização dos agentes públicos: prazos, licenças e remuneração</p> <p>9. Medidas preventivas ao gestor público e aos candidatos no período eleitoral</p>

7. PALESTRANTES

MARCOS FEY PROBST

Doutorando em Direito Público pela Universidade Federal de Santa Catarina, Palestrante na área do Direito Administrativo e Eleitoral, Professor de Direito Administrativo e Eleitoral em cursos de graduação e pós-graduação, Consultor jurídico da Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), advogado militante.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 08.2016 - CONSÓRCIOS_FLORIANÓPOLIS

EDITAL Nº 08/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso de Gestão de Consórcios Públicos

1. OBJETIVO DO CURSO

Contribuir para desenvolver e sensibilizar os profissionais que atuam nos consórcios intermunicipais e formar novos profissionais para atuar em consórcios públicos, visando a potencialização de estratégias para o exercício do seu processo de trabalho, ampliando a visão a respeito do modelo existente, de forma a contribuir com as mudanças das práticas cotidianas e na melhoria da qualidade da gestão dos recursos públicos que em última instância visa a melhoria da qualidade de vida da população..

2. PÚBLICO-ALVO

Profissionais que atuam em consórcios intermunicipais uni ou multifinalitários, e aqueles que têm interesse em atuar ou formar consórcios intermunicipais.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis/SC Auditório da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS Rua General Liberato Bittencourt, 1885 Sala: 1201 Bairro: Canto CEP: 88101-800
Período das inscrições	03 de fevereiro a 08 de março de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	20/02/2016
Período de realização	Março à Setembro de 2016
Carga horária total	105h/a
Quantidade de vagas	40

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Opção 1:
Todos os módulos

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 1.500,00
Demais participantes	R\$ 2.500,00

Opção 2:
Pode optar por realizar módulos isolados

Participante	Valor (por inscrição)	
	Servidores de municípios filiados a FECAM	Demais participantes
Módulo 1- Legislação Aplicada aos Consórcios Públicos	R\$ 350,00	R\$ 500,00
Módulo 2- Planejamento Estratégico	R\$ 350,00	R\$ 500,00
Módulo 3- Instrumentos de Gestão	R\$ 350,00	R\$ 500,00
Módulo 4- Prestação de Contas	R\$ 350,00	R\$ 500,00
Módulo 5- Gestão de Pessoas por competência	R\$ 350,00	R\$ 500,00
Módulo 6- Precificação e Custos	R\$ 350,00	R\$ 500,00
Módulo 7- Governança Participativa	R\$ 350,00	R\$ 500,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1- Legislação Aplicada aos Consórcios Públicos	
Facilitador: Ana/Rita	Carga horária: 10 h/a
Especialista: Edinando Brustolin	Carga horária: 05 h/a
Conteúdo Programático:	
<ul style="list-style-type: none"> Lei Geral dos Consórcios Públicos (Lei n. 11.107/05) Contratação, alteração e extinção de consórcios públicos Limites legais de atuação dos consórcios públicos Regimes Jurídicos dos consórcios públicos Regime de Pessoal Regime de Contratações Administrativas Contratos especiais entre consórcio e consorciados 	
Data: 10 e 11 de março de 2016	

2- Planejamento Estratégico	
Facilitador: Ana/Rita	Carga horária: 10 h/a
Especialista: Marivana Groff	Carga horária: 05 h/a
Conteúdo Programático:	
<ul style="list-style-type: none"> Globalização e seus Impactos no Planejamento Estratégico das Organizações. Planejamento e a Gestão Estratégica. A estratégia empresarial em suas diversas abordagens Planejamento estratégico: metodologia clássica, conceitos e tecnologias 	
Data: 14 e 15 de abril de 2016	

3- Instrumentos de Gestão	
Facilitador: Rita	Carga horária: 10 h/a
Especialista: Ana Jansen	Carga horária: 05 h/a
Conteúdo Programático:	
<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos de governo Instrumentos de gestão do SUS Instrumentos dos consórcios públicos 	
Data: 19 e 20 de maio de 2016	

4- Prestação de Contas	
Facilitador: Ana/Rita	Carga horária: 10 h/a
Especialista: a confirmar	Carga horária: 05 h/a
Conteúdo Programático:	
Em elaboração.	
Data: 16 e 17 de junho de 2016	

5- Gestão de Pessoas por competência	
Facilitador: Ana/Rita	Carga horária: 10 h/a

Especialista: Sarah Klokner	Carga horária: 05 h/a
Conteúdo Programático: <ul style="list-style-type: none"> Contexto histórico e estratégico das organizações. Porque implantar Gestão Por Competência As definições e dimensões das competências técnicas e humanas Como identificar e definir as competências que a instituição precisa para alcançar resultados. Desdobramento de competências organizacionais em competências de equipe e de gestores. A Gestão por Competência nos subsistemas de gestão humana: Recrutamento e Seleção, Treinamento, Cargos e Salários, Avaliação de Desempenho e Resultados e Planos de Carreira. 	
Data: 14 e 15 de julho de 2016	

6- Precificação e Custos	
Facilitador: Ana/Rita	Carga horária: 10 h/a
Especialista: a definir	Carga horária: 05 h/a
Conteúdo Programático: <ul style="list-style-type: none"> Modelos de Decisão para Gestão de Preços Decisões orientadas pelo mercado Decisões orientadas pela Teoria Econômica Decisões orientadas pelos custos Precificação e comercialização hedônica Componentes Mercadológicos dos Preços Criação de Valor: a fonte da vantagem dos preços Estrutura de preços Política de preços 	
Data: 18 e 19 de agosto de 2016	

7- Governança Participativa	
Facilitador: Rita	Carga horária: 10 h/a
Especialista: Ana Jansen	Carga horária: 05 h/a
Conteúdo Programático: <ul style="list-style-type: none"> Conceito de Governança Participativa Governabilidade X Governança Articulação entre Governança e as funções de planejamento e controle na gestão de políticas públicas Desafios da governança participativa em consórcios públicos Sustentabilidade e governança participativa 	
Data: 15 e 16 de Setembro de 2016	

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 09.2016 - CONGRESSO DE CONTADORES_ AMUNESC

EDITAL Nº 09/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

12ª edição do Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais

1. APRESENTAÇÃO

Chegamos a 12ª edição do Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais se consolidando como um dos principais eventos da área financeira, contábil e de controle do estado de Santa Catarina, trazendo para o debate assuntos de total relevância para os gestores e administrados de recursos públicos municipais.

Nesta edição, multiplicamos nossos esforços e nos unimos ao XIV Congresso Catarinense de Municípios, o qual está com o tema: "Eleições 2016 - Condutas vedadas e encerramento de mandato", possibilitando aos participantes o acesso a informações que visam o aperfeiçoamento da gestão municipal, objetivando o desenvolvimento local e o bem estar da população.

2. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os técnicos das áreas de Finanças, Contabilidade e Controladoria com relação aos temas relevantes do ano eleitoral e final de mandato.

3. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, vereadores, secretários municipais, procuradores e assessores municipais e demais servidores públicos.

4. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Joinville/SC Cento de Convenções e Exposições – EX-POVILLE Rua 15 Novembro, 4315 Bairro: Glória CEP: 89216-201
--------------	--

Período das inscrições	03 de fevereiro a 13 de março de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	12/02/2016
Período de realização	15, 16 e 17 de março de 2016
Carga horária total	20h/a
Quantidade de vagas	1000

5. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 350,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 4.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: “Dados para a emissão da nota fiscal”.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

6. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

7. PROGRAMAÇÃO

TEMA: ELEIÇÕES 2016 – CONDUTAS VEDADAS E ENCERRAMENTO DE MANDATO

	1º DIA – 15 DE MARÇO DE 2016
14h	Credenciamento dos participantes
16h	Conferência de Abertura: Perspectivas para o desenvolvimento sustentável do País na próxima década Conferencista: Enfoques: social, ambiental e econômico na gestão pública.
17:30	Solenidade de Abertura:
18:00	Coquetel e atração cultural da região
	2º DIA – 16 DE MARÇO DE 2016 (QUARTA-FEIRA)
8h30	Palestra: A crise de representatividade: (Re)pensando o modelo de democracia de partidos. Palestrante: Orides Mezzaroba (confirmado)
9h30	Painel I: Encerramento de Mandato – Diálogo com os órgãos de controle Coordenador: Prefeito (pontos que impactam na gestão) Representante do TCE (30 min) Representante da CGU (30 min) Representante do MP (30 min) Debate (1 hora)
12h	Almoço oferecido pelo evento
13h30	Painel II: Condutas Vedadas em ano eleitoral- gastos com publicidade - regras para o Encerramento do Mandato Coordenador: Representante do TRE (30 min) Representante do TSE (30 min) Representante da MPSC (30 min) Representante do TCE (30 min) Debate (30 min)
16h	Apresentação do Conselho de Cultura e CONGES
16h30	Governança propositiva para o desenvolvimento do Estado (confirmado)
	3º DIA - 17 DE MARÇO DE 2016 (QUINTA-FEIRA)
8h30	Painel III: Consolidação da Pauta Municipalista CNM FECAM ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS
10h	Debate e proposições municipalistas
11h	Conferência de Encerramento: Marketing Político Digital
12h	Encerramento do Congresso

DISPOSIÇÕES GERAIS

- O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 10.2016 - METODOLOGIA DE TRABALHO COM FAMÍLIAS_AMAUC

EDITAL Nº 10/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre a Metodologia de Trabalho com Famílias na Proteção Social Básica

1. OBJETIVO DO CURSO

Preparar as equipes da Proteção Social Básica no trabalho social com as famílias atendidas pelos serviços socioassistenciais.

2. PÚBLICO-ALVO

Equipes da Proteção Social Básica, Trabalhadores do SUAS, Gestores e Conselheiros Municipais e demais interessados no Trabalho com Famílias.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Itá/SC Centro de Divulgação Ambiental - CDA Av. Tancredo Neves, 1900 Centro CEP: 99760-000
Período das inscrições	03 de fevereiro a 15 de março de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	12/02/2016
Período de realização	17 e 18 de março de 2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
8h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Único de Assistência Social • Proteção Social Básica • Tradição de Trabalho Social • Concepção de Família
13h30 às 17h30	<ul style="list-style-type: none"> • A segurança de Convívio • Vulnerabilidade Social • A dimensão relacional como vulnerabilidade
2º dia	
8h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none"> • Convivência e Fortalecimento de Vínculos: concepções • Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Básica: instrumentos e processos de trabalho

7. PALESTRANTES**ABIGAIL TORRES**

Docente do Ensino Superior, Consultora e Pesquisadora na Política de Assistência Social, assessora a implementação do SUAS em municípios. Atua como consultora do MDS e, dentre outros trabalhos, co-autora da concepção de convivência e fortalecimento de vínculos na Assistência Social.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!**8. ANEXOS**

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 11.2016 - METODOLOGIA DE TRABALHO COM FAMÍLIAS FLORIANÓPOLIS

EDITAL Nº 11/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre a Metodologia de Trabalho com Famílias na Proteção Social Básica

1. OBJETIVO DO CURSO

Preparar as equipes da Proteção Social Básica no trabalho social com as famílias atendidas pelos serviços socioassistenciais.

2. PÚBLICO-ALVO

Equipes da Proteção Social Básica, Trabalhadores do SUAS, Gestores e Conselheiros Municipais e demais interessados no Trabalho com Famílias.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Florianópolis/SC Hotel Maria do Mar Rodovia João Paulo, 2285 João Paulo CEP: 88030-300
Período das inscrições	03 de fevereiro a 18 de março de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	12/02/2016
Período de realização	21 e 22 de março de 2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do

pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
8h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none"> · Sistema Único de Assistência Social · Proteção Social Básica · Tradição de Trabalho Social · Concepção de Família
13h30 às 17h30	<ul style="list-style-type: none"> · A segurança de Convívio · Vulnerabilidade Social · A dimensão relacional como vulnerabilidade
2º dia	
8h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none"> · Convivência e Fortalecimento de Vínculos: concepções · Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Básica: instrumentos e processos de trabalho

7. PALESTRANTES

ABIGAIL TORRES

Docente do Ensino Superior, Consultora e Pesquisadora na Política de Assistência Social, assessora a implementação do SUAS em municípios. Atua como consultora do MDS e, dentre outros trabalhos, co-autora da concepção de convivência e fortalecimento de vínculos na Assistência Social.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 12.2016 - BANCOS E CARTÓRIOS_ AMPLANORTE

EDITAL Nº 12/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre a Fiscalização de Bancos e Cartórios

1. OBJETIVO DO CURSO

O curso tem como foco o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre segmentos específicos: Cartórios, Instituições Financeiras e Construção Civil.

Propõe-se a desvendar os conceitos e questões de ordem legal e prática envolvidos, capacitando os participantes a atuar de forma eficiente na identificação dos fatos geradores e na constituição do crédito tributário pelo lançamento, com a minimização dos riscos de erros formais ou materiais.

Desta forma, objetiva o curso preparar tecnicamente os servidores responsáveis pela fiscalização do ISSQN para o exercício de suas funções, contribuindo para a melhora da receita própria municipal.

2. PÚBLICO-ALVO

Fiscais e Auditores Tributários, Procuradores, Secretários de Fazenda e Finanças e demais gestores da Administração Tributária e Procuradoria Jurídica.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Mafra/SC Auditório da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE Rua Maria do Espírito Santo, 400 Centro CEP: 89300-000
Período das inscrições	03 de fevereiro a 18 de março de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	12/02/2016
Período de realização	21 e 22 de março de 2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	50

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia – 21/03/2016	
08h30 às 12h	<p>Módulo I – Cartórios</p> <ol style="list-style-type: none"> Os serviços notariais e de registro público: contextualização da tributação pelo ISSQN O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN: análise dos aspectos do fato gerador <ol style="list-style-type: none"> Critério Material - a Incidência e o Fato Gerador do ISSQN <ol style="list-style-type: none"> A Lista de Serviços tributáveis e o enquadramento dos serviços O critério material do ISSQN e os serviços de registros públicos, cartorários e notariais: <ul style="list-style-type: none"> Identificação dos fatos tributáveis no âmbito das serventias extrajudiciais O que abrange os serviços de registros públicos, cartorários e notariais Quais são os serviços delegados? Os serviços realizados no âmbito das serventias restringem-se aos serviços delegados? Tratamento tributário e enquadramento na Lista de Serviços dos serviços delegados e dos serviços não próprios Critério Temporal Critério Espacial Critério Subjetivo: sujeito ativo e sujeito passivo Critério Quantitativo: base de cálculo e alíquota
	<ol style="list-style-type: none"> O Procedimento de Fiscalização do ISSQN: apresentação dos aspectos gerais elementares relativos à competência, conteúdo, prazos e formalização. Auditoria fiscal nas serventias extrajudiciais <ol style="list-style-type: none"> Procedimentos de auditoria fiscal; Início da ação fiscal; Documentação a ser solicitada; Análise da documentação; Identificação dos serviços prestados; Identificação do preço dos serviços; Levantamentos da base de cálculo; Confronto e análise das informações; A infração e a respectiva prova O arbitramento da base de cálculo e os requisitos de validade; Confecção dos Autos de Infração e Lançamento - elementos indispensáveis; Relatórios da Auditoria Fiscal e Encerramento da Ação Fiscal. <p>Módulo II - Instituições Financeiras</p> <ol style="list-style-type: none"> O sistema financeiro nacional e seus órgãos: conceitos e características fundamentais Os serviços prestados pelas instituições financeiras e a tributação pelo ISSQN <ol style="list-style-type: none"> Serviços prestados pelas Instituições Financeiras; Enquadramento na Lista de Serviços;
2º dia – 22/03/2016	

08h30 às 12h	<p>3. Plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF</p> <p>3.1. Normas básicas;</p> <p>3.2. Elenco de contas do grupo de receitas;</p> <p>3.3. Função e funcionamento das contas do grupo de receitas;</p> <p>4. O Procedimento de Fiscalização do ISSQN: apresentação dos aspectos gerais elementares relativos à competência, conteúdo, prazos e formalização.</p> <p>5. Auditoria fiscal nas instituições financeiras</p> <p>5.1. Procedimentos de auditoria fiscal;</p> <p>5.2. Início da ação fiscal;</p> <p>5.3. Documentação a ser solicitada;</p> <p>5.3. Análise da documentação;</p> <p>5.4. Definição das contas a serem tributadas;</p> <p>5.5. Identificação dos serviços prestados na agência fiscalizada;</p> <p>5.6. Confeção de planilhas para apuração da receita tributável;</p> <p>5.7. Análise das informações coletadas e confeção de planilhas;</p> <p>5.8. A infração e a respectiva prova;</p> <p>5.9. O arbitramento da base de cálculo e os requisitos de validade;</p> <p>5.10. Autos de Infração e Lançamento - elementos indispensáveis;</p> <p>5.11. Relatórios da Auditoria Fiscal e Encerramento da Ação Fiscal.</p>
--------------	--

7. PALESTRANTES

Márcia Zilá Longen

Auditora Fiscal Tributária do Município de Blumenau/SC. Atua na fiscalização e lançamento dos tributos municipais, no planejamento de ações fiscais, na elaboração de projetos de legislação tributária municipal e no julgamento do contencioso administrativo tributário como Julgadora da Unidade de Julgamento Singular, tendo atuado igualmente junto ao Conselho Municipal de Contribuintes. Graduação: Direito e Ciências Econômicas. Pós-Graduação: MBA em Gestão Pública e Especialização lato sensu em Administração de Recursos Humanos. Professora da disciplina Tributos Municipais curso de Pós Graduação em Contabilidade e Gestão Tributária da FURB Blumenau. Autora de artigos publicados em revistas científicas. Palestrante em congressos e seminários na área de Administração Tributária Municipal, com ênfase em fiscalização e lançamento dos tributos municipais. Ministrante de cursos presenciais, todos relacionados à problemática da incidência, fiscalização e lançamento dos tributos municipais por diversas entidades. Currículo disponível na Plataforma Lattes <http://lattes.cnpq.br>

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 13.2016 - BANCOS E CARTÓRIOS_AMUREL

EDITAL Nº 13/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre a Fiscalização de Bancos e Cartórios

1. OBJETIVO DO CURSO

O curso tem como foco o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre segmentos específicos: Cartórios, Instituições Financeiras e Construção Civil.

Propõe-se a desvendar os conceitos e questões de ordem legal e prática envolvidos, capacitando os participantes a atuar de forma eficiente na identificação dos fatos geradores e na constituição do crédito tributário pelo lançamento, com a minimização dos riscos de erros formais ou materiais.

Desta forma, objetiva o curso preparar tecnicamente os servidores responsáveis pela fiscalização do ISSQN para o exercício de suas funções, contribuindo para a melhora da receita própria municipal.

2. PÚBLICO-ALVO

Fiscais e Auditores Tributários, Procuradores, Secretários de Fazenda e Finanças e demais gestores da Administração Tributária e Procuradoria Jurídica.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	<p>Tubarão/SC</p> <p>Auditório da Associação dos Municípios da Região de Laguna – AMUREL</p> <p>Rua Rio Branco, 67</p> <p>CEP: 88705-160</p>
--------------	--

Período das inscrições	03 de fevereiro a 16 de abril de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	12/02/2016
Período de realização	18 e 19 de abril de 2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	50

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia – 21/03/2016	
08h30 às 12h	<p>Módulo I – Cartórios</p> <ol style="list-style-type: none"> Os serviços notariais e de registro público: contextualização da tributação pelo ISSQN O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN: análise dos aspectos do fato gerador <ol style="list-style-type: none"> Critério Material - a Incidência e o Fato Gerador do ISSQN <ol style="list-style-type: none"> A Lista de Serviços tributáveis e o enquadramento dos serviços O critério material do ISSQN e os serviços de registros públicos, cartorários e notariais: <ul style="list-style-type: none"> Identificação dos fatos tributáveis no âmbito das serventias extrajudiciais O que abrange os serviços de registros públicos, cartorários e notariais Quais são os serviços delegados? Os serviços realizados no âmbito das serventias restringem-se aos serviços delegados? Tratamento tributário e enquadramento na Lista de Serviços dos serviços delegados e dos serviços não próprios Critério Temporal Critério Espacial Critério Subjetivo: sujeito ativo e sujeito passivo Critério Quantitativo: base de cálculo e alíquota
	<ol style="list-style-type: none"> O Procedimento de Fiscalização do ISSQN: apresentação dos aspectos gerais elementares relativos à competência, conteúdo, prazos e formalização. Auditoria fiscal nas serventias extrajudiciais <ol style="list-style-type: none"> Procedimentos de auditoria fiscal; Início da ação fiscal; Documentação a ser solicitada; Análise da documentação; Identificação dos serviços prestados; Identificação do preço dos serviços; Levantamentos da base de cálculo; Confronto e análise das informações; A infração e a respectiva prova O arbitramento da base de cálculo e os requisitos de validade; Confecção dos Autos de Infração e Lançamento - elementos indispensáveis; Relatórios da Auditoria Fiscal e Encerramento da Ação Fiscal. <p>Módulo II - Instituições Financeiras</p> <ol style="list-style-type: none"> O sistema financeiro nacional e seus órgãos: conceitos e características fundamentais Os serviços prestados pelas instituições financeiras e a tributação pelo ISSQN <ol style="list-style-type: none"> Serviços prestados pelas Instituições Financeiras; Enquadramento na Lista de Serviços;
2º dia – 22/03/2016	

08h30 às 12h

3. Plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF

3.1. Normas básicas;

3.2. Elenco de contas do grupo de receitas;

3.3. Função e funcionamento das contas do grupo de receitas;

4. O Procedimento de Fiscalização do ISSQN: apresentação dos aspectos gerais elementares relativos à competência, conteúdo, prazos e formalização.

5. Auditoria fiscal nas instituições financeiras

5.1. Procedimentos de auditoria fiscal;

5.2. Início da ação fiscal;

5.3. Documentação a ser solicitada;

5.3. Análise da documentação;

5.4. Definição das contas a serem tributadas;

5.5. Identificação dos serviços prestados na agência fiscalizada;

5.6. Confeção de planilhas para apuração da receita tributável;

5.7. Análise das informações coletadas e confeção de planilhas;

5.8. A infração e a respectiva prova;

5.9. O arbitramento da base de cálculo e os requisitos de validade;

5.10. Autos de Infração e Lançamento - elementos indispensáveis;

5.11. Relatórios da Auditoria Fiscal e Encerramento da Ação Fiscal.

7. PALESTRANTES

Márcia Zilá Longen

Auditora Fiscal Tributária do Município de Blumenau/SC. Atua na fiscalização e lançamento dos tributos municipais, no planejamento de ações fiscais, na elaboração de projetos de legislação tributária municipal e no julgamento do contencioso administrativo tributário como Julgadora da Unidade de Julgamento Singular, tendo atuado igualmente junto ao Conselho Municipal de Contribuintes. Graduação: Direito e Ciências Econômicas. Pós-Graduação: MBA em Gestão Pública e Especialização lato sensu em Administração de Recursos Humanos. Professora da disciplina Tributos Municipais curso de Pós Graduação em Contabilidade e Gestão Tributária da FURB Blumenau. Autora de artigos publicados em revistas científicas. Palestrante em congressos e seminários na área de Administração Tributária Municipal, com ênfase em fiscalização e lançamento dos tributos municipais. Ministrante de cursos presenciais, todos relacionados à problemática da incidência, fiscalização e lançamento dos tributos municipais por diversas entidades. Currículo disponível na Plataforma Lattes <http://lattes.cnpq.br>

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 14.2016 - MÉDIA COMPLEXIDADE_ AMPLANORTE

EDITAL Nº 14/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre os Serviços de Média Complexidade

1. OBJETIVO DO CURSO

Aprimorar os serviços ofertados no CREAS, com ênfase no Atendimento Socioeducativo, através da qualificação dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

2. PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores do SUAS, em especial aos que atuam na Proteção Social Especial de Média Complexidade, Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, Orientadores e/ou Educadores Sociais e demais interessados que atuam conjuntamente com os serviços do SUAS.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Mafr/SC Auditório da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE Rua Maria do Espírito Santo, 400 Centro CEP: 89300-000
Período das inscrições	03 de fevereiro a 26 de março de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	12/02/2016

Período de realização	28 e 29 de março de 2016
Carga horária total	20h/a
Quantidade de vagas	50

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 380,00
Demais participantes	R\$ 480,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: “Dados para a emissão da nota fiscal”.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Dia 28 de março de 2016

08h30 às 12h	1. TRABALHANDO COM FAMÍLIAS a. Atendimento/ acompanhamento Familiar: Concepção de família; Fases do Ciclo Vital; Metodologias de atendimento; Técnicas Interventivas; Trabalho Interdisciplinar; Intersetorialidade; instrumentais interventivos. 2. PAEFI a. A importância das redes de serviços e apoio às famílias e indivíduos. b. Organização funcional do serviço: Fluxograma; Plano de acompanhamento familiar; Relatórios. c. Interface Proteção e Prevenção
13h30 às 17h30	3. Serviço de Atendimento Socioeducativo de Liberdade Assistida/LA e de Prestação de Serviço à Comunidade/ PSC a. SINASE/Planos Decenais - A importância das redes intersetoriais e os desafios do atendimento socioeducativo. b. Organização funcional do serviço: Fluxograma; Plano Individual de Atendimento (PIA); Relatórios. c. Acompanhamento interdisciplinar individual e familiar. d. Perspectivas através da intersetorialidade e da articulação de redes.
Dia 29 de março de 2016	
08h30 às 12h	4. Oficina prática de atendimento a indivíduos/famílias – Atividade em grupos: Abordagem social e busca ativa; Acolhida com escuta qualificada; Estudo de Caso; Plano de Acompanhamento Familiar; Supervisão Externa.
13h30 às 17h30	5. Apresentação das equipes e considerações finais.

7. PALESTRANTES

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA

Assistente Social (FURB-SC), Especialista em Família e Práticas Interventivas (UNIDAVI), Especialista em Sistema Único de Assistência Social e o Trabalho Interdisciplinar (UNIDAVI); Conselheira Tutelar em Rio do Sul – SC (1995-1997); Militante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí (1994-2008); Assistente Social em Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório – CASEP – Rio do Sul (2003-2004); Assistente Social em instituição de ensino - Colégio Dom Bosco – Rio do Sul (atualmente- desde 2006); Conselheira Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (2008 a 2013); Assistente Social do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), Coordenadora da Proteção Social Especial e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de Rio do Sul (2010 e 2011); Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação de Rio do Sul (2013 e 2014); Diretora de Assistência Social (2015); Assistente Social do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos – PAEFI (2015); Diversas contribuições em eventos como Seminários e Capacitações de Atendimentos Socioeducativos, Colóquios sobre o SINASE – Ministério Público de SC; Capacitações nas áreas de Assistência Social, Crianças e Adolescentes e Conselheiros Tutelares.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 15.2016 - SCFV_AMPLANORTE

EDITAL Nº 15/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

1. OBJETIVO DO CURSO

Realizar formação e ou atualização com equipes de profissionais que organizam a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV para melhor atuarem juntos aos usuários do SUAS na perspectiva do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

2. PÚBLICO-ALVO

Coordenação, Técnicos de referencia dos CRAS, orientadores sociais e facilitadores de oficinas/grupos que atuam no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Mafra/SC Auditório da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE Rua Maria do Espírito Santo, 400 Centro CEP: 89300-000
Período das inscrições	03 de fevereiro a 02 de abril de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	19/02/2016
Período de realização	04 e 05 de abril de 2016
Carga horária total	20h/a
Quantidade de vagas	60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 380,00
Demais participantes	R\$ 480,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
8h30 às 17h30 (12h00 às 13h30 – intervalo para almoço)	Modulo I O SUAS: Proteção Social Básica e Especial, Tipificação Nacional de Serviços Sócioassistenciais; Centro de Referência da Assistência Social- CRAS: Trabalho Social com Famílias, Território, Vulnerabilidade Social, Matricialidade sóciofamiliar e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários.
2º dia	
8h30 às 17h30 (12h00 às 13h30 – intervalo para almoço)	Módulo II Público Prioritário, perfil do usuário do SCFV, e a equipe técnica. Perfil e atribuições das equipes técnicas responsáveis pelo planejamento das ações socioeducativas; (atribuições e formação) Organização dos grupos/atividades e o local para atender/acompanhar os usuários. Módulo III A ação socioeducativa: Criança de 0 até 6 anos de idade – descrever as atividades: Crianças e adolescentes de 6ª a 15 anos – descrever as atividades Adolescentes 15 a 17 anos – descrever as atividades Módulo IV Planejamento de atividades – Metodologia Oficina/grupo de planejamento e elaboração de ações socioeducativas; . Organização e preparação do material de ações socioeducativas no SUAS.

7. PALESTRANTES

MARIA DOLORES PELISÃO TOMÉ

Especialista em Violência Doméstica Contra Criança e Adolescentes pela USP (2005); Graduada em Serviço Social pela FURB (2001). Conselheira Tutelar - Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul/SC - 2002/2008; Mobilizadora Estadual do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência/SIPIA CT WEB - Secretaria Nacional dos Direitos Humanos/SDH/Banksistem Período: 2009/2011; Coordenadora Estadual de 21 Seminários Regionais da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares/ACCT- 2009 a 2013; Assessoria para: Conselheiros Tutelares e Sistema de Informação para a Infância e Adolescência/SIPIA CT WEB Período: 2008 /2011; Assistente Social na PMJS/Semasc/ Centro de Referência do Idoso/CRI 2011 a junho de 2012; Coordenadora do Abrigo Provisório Municipal de Jaraguá do Sul de 2012- 2013; Coordenadora CREAS III Jaraguá do Sul-SC – 2013; Atual gerente dos Serviços de Proteção Social Básica (Centro de Atendimento a Família- CRAS- Bolsa Família- Acessosuas PRONATEC-).

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do

portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 16.2016 - RPPS_FLORIANÓPOLIS

EDITAL Nº 16/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre Regime Próprio de Previdência Social – RPPS

1. OBJETIVO DO CURSO

Estudar as peculiaridades da contabilidade aplicada ao Regime Próprio de Previdência Social.

2. PÚBLICO-ALVO

Contadores, Téc. em Contabilidade e servidores que atuam nos serviços contábeis do RPPS ou de entidades que tenham regime próprio.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis/SC Auditório da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS Rua General Liberato Bittencourt, 1885 Sala: 1201 Bairro: Canto CEP: 88101-800
Período das inscrições	03 de fevereiro a 05 de abril de 2016

1º Vencimento do boleto de cobrança	20/02/2016
Período de realização	07 e 08 de abril de 2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia- 07/04

8h30 às 12h	· Regras Gerais de Escrituração · Registros Contábeis do RPPS (contribuição do Servidor, contribuição Patronal, Parcelamentos, Cálculo Atuarial, Aportes, compensações previdenciárias, Ganhos e Perdas em Aplicações Financeiras)
13h30 às 17h30	· Continuação do tema iniciado pela manhã · Conferências contábeis nos balancetes
2º dia- 08/04	
8h30 às 12h	· Demonstrações Contábeis aplicadas ao RPPS

7. PALESTRANTES

PAULO CESAR FLORES

Contador, Sócio Diretor do IGAM – Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos, MBA em Controladoria, Especialista em Contabilidade, Auditoria e Finanças Governamentais, Professor Universitário, Professor de Cursos de Pós-Graduação, Instrutor de cursos nas áreas de Planejamento e Orçamentos, Contabilidade, Controles Internos, Auditoria, Contabilidade de Custos e Gestão Governamental, autor de artigos e livros.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 17.2016 - RETENÇÕES_FLORIANÓPOLIS

EDITAL Nº 17/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE RETENÇÕES DE INSS, IR E ISS

1. OBJETIVO DO CURSO

Trazer a discussão questões teóricas e práticas que permeiam o dia a dia do servidor nas questões que envolvem retenções de contribuição previdenciária ao INSS, retenção de imposto de renda na fonte e retenções de ISSQN.

2. PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos municipais de compras, licitações, contabilidade, tesouraria, tributos, recursos humanos e controle interno.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis/SC Auditório da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS Rua General Liberato Bittencourt, 1885 Sala: 1201 Bairro: Canto CEP: 88101-800
Período das inscrições	03 de fevereiro a 10 de abril de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	20/02/2016
Período de realização	12 e 13 de abril de 2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições

pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
08h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none"> Retenções de INSS na contratação de pessoas jurídicas e de pessoas físicas pelos órgãos públicos Fato gerador, deduções base de cálculo, listas de serviços, dispensas e não incidências, retenção na construção civil. Conceito de contribuinte individual, fato gerador, comprovantes de retenção, obrigações acessórias.
13h30 às 17h30	<ul style="list-style-type: none"> Retenção de imposto de renda na fonte nas contratações pelos órgãos públicos de pessoas jurídicas e pessoas físicas para prestação de serviços. Fato gerador, base de cálculo, tabela progressiva, isenções, imunidades, deduções e outros assuntos correlatos.
2º dia	
08h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none"> Retenção de ISSQN – Serviços sujeitos a retenção do ISSQN, retenção do ISSQN das empresas do simples nacional.

7. PALESTRANTES

LUIS FERNANDO RAMOS

Contador, Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Rio dos Sinos, pós graduado em perícia e auditoria pela PUC/RS, pós graduado em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera – rede LFG, certificado CPA-10 e CPA-20 pela ANBIMA. Consultor e instrutor de cursos pelo IGAM, nas áreas fiscal, contábil e tributária. Escritor do Eboock Retenção previdenciárias nas contratações do Setor Público publicado pela Editora Revolução Eboock.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 18.2016 - SEMINÁRIO AS_AMAUC

EDITAL Nº 18/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

VII SEMINÁRIO ESTADUAL DE GESTORES E TRABALHADORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. OBJETIVO DO CURSO

Possibilitar aos Gestores e Trabalhadores a atualização dos temas pertinentes a implementação e qualificação do Sistema Único de Assistência Social em Santa Catarina.

2. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, Vice-prefeitos, Vereadores, Gestores, Trabalhadores do SUAS e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Piratuba/SC Centro de Eventos Piratuba R. Florianópolis, CEP: 89667-000
Período das inscrições	03 de fevereiro a 08 de maio de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	12/02/2016
Período de realização	11, 12 e 13 de maio de 2016
Carga horária total	20h/a
Quantidade de vagas	700

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

	III Encontro do COEGEMAS (Programação definida pelo COEGEMAS)
1º DIA – 11/05/2016 – Manhã e Tarde (Quarta-feira)	
8h	Credenciamento
9h	Solenidade de Abertura do III Encontro do COEGEMAS/SC (gratuito)
17h	Encerramento do Encontro do COEGEMAS
	VII Seminário Estadual de Assistência Social
1º DIA – 11/05/2016 – Tarde e Noite (Quarta-feira)	
17h	Credenciamento
17h	Solenidade de Abertura
18h	Conferência de Abertura: "Análise dos 10 anos do SUAS no Brasil"
	Conferencista: Maria Carmelita Yazbek, Mestrado e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutoramento no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – USP. Docente da Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Membro do Conselho Científico e Acadêmico da Faculdade de Serviço Social da UNLP - Argentina. Pesquisadora 1 A do CNPq, Professora visitante do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.
19h	Debate
20h	Jantar de Confraternização
2º DIA – 12/05/2016 – Manhã (Quinta-feira)	
8h30	Palestra: A Articulação entre Serviços e Benefícios
	Palestrante: Maria Carmelita Yazbek, Mestrado e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutoramento no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – USP. Docente da Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Membro do Conselho Científico e Acadêmico da Faculdade de Serviço Social da UNLP - Argentina. Pesquisadora 1 A do CNPq, Professora visitante do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.
10h	Debate
11h	Palestra: A Interfase dos Direitos Humanos com a Política de Assistência Social
	Palestrante: Caio Felipe Campos Cerqueira, Mestre e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é pesquisador assistente do Instituto de Saúde Coletiva (UFBA). Professor EaD no curso de Especialização em Políticas de Igualdade Racial na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).
12h	Almoço oferecido pelo evento
2º DIA – 12/05/2016 -Tarde	
13h30	Palestra: Trabalho Social com Famílias no Sistema Único de Assistência Social - SUAS
	Palestrante: Abigail Torres, Docente do Ensino Superior, Consultora e Pesquisadora na Política de Assistência Social, Asucessora a implementação do SUAS em Municípios. Consultora do MDS e co-autora da concepção de convivência e fortalecimento de vínculos na Assistência Social.

15h	Oficinas Temáticas para Troca de Experiência entre os Municípios Oficina 1 (Sala 1): Gestão e Financiamento da Política de Assistência Social Público-alvo: Gestores e Trabalhadores da Gestão Municipal Oficina 2 (Sala 2): Proteção Social Básica Público-alvo: Coordenadores e Trabalhadores dos Serviços de Proteção Social Básica – CRAS Oficina 3 (Sala 3): Proteção Social Especial de Média Complexidade Público-alvo: Coordenadores e Trabalhadores dos Serviços de Média Complexidade – CREAS ou Equipe Oficina 4: Proteção Social Especial de Alta Complexidade (SALA 4) Público-alvo: Coordenadores e Trabalhadores dos Serviços de Alta Complexidade
18h	Palestra: "A mágica do sucesso: perseguindo altos níveis de desempenho" Palestrante: Jardel Beck Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina, Master em Programação Neurolinguística pela World Neurolinguistic Program Council
3º DIA – 13/05/2016 – Manhã	
8h30	Relato de Experiência "Boas Práticas na Política de Assistência Social" 1. Proteção Social Básica 2. Proteção Social Especial de Média Complexidade 3. Proteção Social Especial de Alta Complexidade 4. Gestão do SUAS
10h30	Debatedora: Darlene de Moraes Silveira, Mestre em Educação e Serviço Social, Doutora em Serviço Social, Docente do Curso de Serviço Social da UNISUL e Coordenadora do Curso de Pós-graduação em Políticas Sociais e Demandas Familiares.
11h	Conferência de Encerramento Análise das Políticas Sociais: fundamentos e perspectivas! Palestrante: Yolanda Guerra, Doutora em Serviço Social, Professora Associada da Escola de Serviço Social da UFRJ, Chefe da Divisão de Assistência Social da Fundação de Bem Estar Social do Pará (1986-1989).
12h	Encerramento do Seminário

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 19.2016 - SEMINÁRIO ACOLHIMENTO_ FLORIANÓPOLIS

EDITAL Nº 19/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

I Seminário Estadual de Acolhimento Institucional e Familiar

1. OBJETIVO DO CURSO

Aprofundar o conhecimento acerca dos serviços de acolhimento institucional e familiar em Santa Catarina, garantindo seu reordenamento e efetiva qualidade nos serviços prestados.

2. PÚBLICO-ALVO

Gestores, Equipe Técnica que atua nos Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar, Famílias Acolhedoras, Técnicos do Judiciário e Ministério Público, demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis/SC Hotel Maria do Mar Rodovia João Paulo, 2285 João Paulo, Florianópolis – SC CEP: 88030-300
Período das inscrições	03 a 29 de fevereiro de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	15/02/2016
Período de realização	03 e 04 de março de 2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	300

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 280,00
Demais participantes	R\$ 380,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º DIA – 03 de março (Quinta-feira)	
7h30	Credenciamento
8h30	Solenidade de Abertura
9h	Conferência de Abertura "O Sistema Único de Assistência Social e a Proteção Social Especial de Alta Complexidade: com ênfase para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes". Conferencista: Jane Valente, Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela PUC de São Paulo, Secretária de Municipal de Assistência de Campinas/SP, Consultora da Rede Latinoamericana de Acolhimento Familiar (RELAF).

10h	A Regionalização dos Serviços de Alta Complexidade para atendimento de Crianças e Adolescentes Debatedoras: Representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST Vânia Guareski Souto, Representando a FECAM e Associações de Municípios Claudia da Silveira Quege, Presidente do COEGEMAS. Daphne de Castro Fayad, Psicóloga do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público/SC. Coordenador: Dr. Marcelo Wegner, Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público/SC.
11h30	Debate
12h30	Intervalo para o almoço
TARDE	
13h30	Mesa-redonda: Metodologias de Trabalho nos Serviços de Acolhimento Tema: Projeto Político Pedagógico e o papel do voluntário no Serviço de Acolhimento Júlio César Vieira Guimarães. Psicólogo. Especialista em Psicologia Social. Atua na área da infância e adolescência há 27 anos. Especialista convidado na elaboração das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Membro do GT Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária por São Paulo. Coordenou o reordenamento de 8 abrigos. Coordenador do Centro Municipal de Proteção à Criança e Adolescente - CMPCA em Campinas / SP. Tema: Plano Individual de Atendimento – PIA e Apadrinhamento Afetivo Janice Merigo, Mestre em Serviço Social pela PUC/RS, Docente do Curso de Serviço Social da UNIFRA e UNISUL de 2002 a 2014, Assistente Social da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Docente da Escola de Gestão Pública Municipal, Coordenadora do Curso de Pós-graduação “SUAS e o Trabalho Interdisciplinar”, Ministra Capacitação sobre o Acolhimento Institucional e Familiar, Elaborou em conjunto com os Municípios o Projeto Político Pedagógico dos Serviços de Acolhimento da Região da AMFRI. Tema: A articulação dos Serviços de Acolhimento com a Rede Intersetorial e com o Sistema de garantia de Direitos. Isabel Bittencourt, Assistente social, com graduação pela UFSC; Especialização em Recursos Humanos pela UFSC; Especialização em Metodologia de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes pela PUC/PR; membro do Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária; Assessora Técnica do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção - Gerando Amor; autora de artigos publicados, palestrante em eventos nacionais e internacionais na área da Infância e da Juventude; Assistente Social do Poder Judiciário de Santa Catarina/Comarca de São Bento do Sul.
16h30	Debate
17h30	Palestra: As Relações de Cuidado e de Proteção nos Serviços de Acolhimento Palestrante: Jane Valente, Assistente Social, Doutoranda em Serviço Social pela PUC de São Paulo, Secretária de Municipal de Assistência de Campinas/SP, Consultora da Rede Latinoamericana de Acolhimento Familiar (RELAF).
18h30	Debate
19h	Happy hour e Seção de autógrafos do livro “Família Acolhedora – As relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento”. Nesse livro, Jane Valente aprofunda os diversos ângulos e perspectivas do cuidado e da proteção inerentes ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, tendo como referência o trabalho desenvolvido no município de Campinas.

2º DIA – 04 de março (Sexta-feira)

MANHÃ

8h30	Relato de Experiência “Execução dos Serviços de Acolhimento Familiar e Institucional em Santa Catarina” 1. Abrigos Institucionais – Municipal, Consórcio e Organização Não Governamental 2. Famílias Acolhedoras
10h30	Orientações sobre o Processo de Reordenamento em Santa Catarina Representante da Secretaria de Estado da Assistência Social - SST
11h15	Conferência de Encerramento: “A importância e urgência do Reordenamento Institucional no Atendimento de Crianças e Adolescentes”. Conferencista: Júlio César Vieira Guimarães. Psicólogo. Especialista em psicologia Social. Atua na área da infância e adolescência há 27 anos. Especialista convidado na elaboração das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Membro do GT Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária por São Paulo. Coordenou o reordenamento de 8 abrigos. Coordenador do Centro Municipal de Proteção à Criança e Adolescente - CMPCA em Campinas / SP.
12h30	Encerramento do Seminário

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 20.2016 - FÓRUM DE CULTURA_ FLORIANÓPOLIS

EDITAL Nº 20/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

VI Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura

1. OBJETIVO DO CURSO

Proporcionar a integração das regiões catarinenses, além de promover o debate das políticas públicas do setor cultural, ampliando o diálogo entre o Ministério da Cultura - MinC, as prefeituras e o governo do Estado, com o objetivo de fortalecer as ações de programas já existentes e abrir caminhos para futuras parcerias.

2. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais, dirigentes da área cultural e servidores da administração pública envolvidos com a gestão cultura.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Chapecó/SC Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes Rua Assis Brasil, 20-D, Centro
Período das inscrições	03 de fevereiro a 27 de março de 2016
1º Vencimento do boleto de cobrança	15/02/2016
Período de realização	29, 30 e 31 de março de 2016
Carga horária total	20h/a
Quantidade de vagas	220

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 150,00
Demais participantes	R\$ 250,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

29 de Março Terça-feira	
14h	Credenciamento
15h	Solenidade de Abertura FECAM, Ministério da Cultura-MinC, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, AMOSC, Prefeitura de Chapecó, Conselho Estadual de Cultura-CEC, Conselho dos Gestores Municipais de Cultura-CONGESC.
16h	Conferência de Abertura Antonio Albino Rubim é professor doutor em sociologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e especialista em política cultural. Tem mais de dez livros publicados com pesquisas e reflexões sobre as políticas culturais brasileiras, além de dezenas de artigos. Foi Secretário de Cultura do Estado da Bahia e acompanha as formulações de políticas públicas de cultura desde a criação do Ministério da Cultura, em 1985.
17h	Painel Desafios da Implementação das Ferramentas de Gestão do Sistema Nacional de Cultura - Representante do Ministério da Cultura - Representante da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte - Representante do Conselho dos Gestores Municipais de Cultura-CONGESC Moderação: Presidência da FECAM
19h	Abertura da Feira Multicultural do Oeste Catarinense e Café Campeiro
19h30	Apresentações Culturais Regionais
30 de Março Quarta-feira	
Oficinas	

Ministrante	Detalhamento
Oficina 1 - Museus: Conceitos, técnicas, práticas Renata Citadin, Museóloga.	Objetivo: Apresentar fundamentos e construir conhecimentos da gestão museológica, para que seja possível estabelecer políticas públicas que auxiliem na qualificação das instituições museológicas.
Oficina 2 - Marco regulatório das organizações da sociedade civil- Lei 13019 Alexandre Alves, Assessor Contábil da FECAM	Objetivo: Orientar os participantes acerca das regras advindas da Lei 13.019 quanto as parcerias realizadas pelo poder público com as Organizações da Sociedade Civil. Apontar os instrumentos necessários para viabilizar as parcerias entre os municípios e a Sociedade Civil. Esclarecer quanto as principais mudanças nas fases de elaboração, execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas nas transferências voluntárias para as Organizações da Sociedade Civil.
Oficina 3 - Dragon Dreaming - Criação Colaborativa de Projetos Marcos Montagna, Gestor Cultural	Objetivo: Trabalhar com o sistema integrado "Dragon Dreaming", que é um método para realização de projetos criativos, colaborativos e sustentáveis. O Dragon Dreaming dá suporte a indivíduos, organizações e comunidades para criarem, de maneira altamente eficaz, projetos bem-sucedidos a partir de seus sonhos e visões coletivas.
Oficina 4 - Sistema Municipal de Cultura e seus elementos constitutivos	Objetivo: Auxiliar os Municípios na implementação dos Sistemas Municipais de Cultura e de seus elementos Constitutivos: Conselho Municipal de Política Cultural, Plano Municipal de Cultura, Construção das Metas e Fundo Municipal de Cultura.
Programação Oficinas	
8h30	Abertura das Oficinas
12h às 13h30	Intervalo para almoço
16h às 16h45	Café Campeiro na Feira Multicultural com apresentações artísticas dos Municípios do Oeste Catarinense
16h45 às 18h	Continuação das Oficinas
18h15	Palestra Transição de Mandato: Responsabilidades e Compromissos do Gestor de Cultura Aldair Nascimento Carvalho, Diretor Geral da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul
19h	Encerramento
20h	Programação por adesão - Jantar típico no CTG e Baile Gaúcho
31 de Março Quinta-feira	
8h30	Palestra - Formas de Execução das Ações Culturais: Terceirização, Parceria ou Execução direta por servidores públicos
9h45	Plenária do Fórum – Carta de Chapecó e definição do local de realização do VII Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura.
12h	Programação por adesão - Saída para "Rota Italiana" com almoço e visitas

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

AGIR

DECRETO Nº 011/2016 - AGIR

DECRETO Nº 011/2016

PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA DA AGIR DELEGA ATRIBUIÇÕES AO DIRETOR GERAL

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30 e seus incisos, em especial pelo que dispõe os parágrafos 1º e 2º do Estatuto do Consórcio e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis, e:

CONSIDERANDO, os termos do Decreto nº 010/2015, publicado no DOM/SC, Edição nº 1916, do dia 22/01/2016, página 644, que

ratificou a recondução em seu cargo, para o exercício de 2016, do atual Diretor Geral da AGIR, Sr. Heinrich Luiz Pasold;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam delegadas ao Diretor Geral as atribuições competentes ao Diretor Executivo da AGIR, respeitados os ditames constantes no artigo 30, parágrafos 1º e 2º do Estatuto Social da AGIR;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Blumenau (SC), em 02 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

ARIS

ATA Nº 56 - CONSELHO DE REGULAÇÃO

ATA DA 56ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro, do ano de dois mil e dezesseis (29/01/2016), às 8 horas e 30 minutos, estiveram reunidos, na sala de reuniões da ARIS, localizada na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Canto, Florianópolis/SC, os Conselheiros da ARIS, Srs. Afonso Veiga Filho, Gilberto Valente Canali, Nádia Boff Ribeiro, Willian Carlos Narzetti, Michele Batista de Mello e Stefânia Martins Hofmann Mohedano. Participaram também o Diretor Geral, Sr. Adir Faccio, o Diretor de Regulação, Engº Ricardo Martins, o Diretor de Administração e Finanças, Sr. Alexandre Lima Grams, o Coordenador Jurídico, Sr. Magnus Caramori e o Ouvidor, Sr. Luiz Aurélio de Oliveira. Os trabalhos da 56ª reunião do Conselho de Regulação foram iniciados pelo Conselheiro, Sr. Afonso Veiga Filho, que presidiu a reunião, conforme edital de convocação nº 01/2016, com a seguinte ordem do dia: Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 63/2015, Município de Rio do Sul; 2) Relatório de Ouvidoria; 3) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação; 4) Assuntos Gerais. Abertos os trabalhos, o Conselheiro Afonso Veiga Filho, passou a palavra ao Conselheiro Gilberto Canali, relator do Processo Administrativo Punitivo nº 63/2015, Município de Rio do Sul, para leitura de relatório e voto. Por unanimidade os demais conselheiros acompanharam o voto do relator mantendo a penalidade de advertência à autuada, com exceção da Conselheira Stefânia Martins Hofmann Mohedano que declarou-se impedida. Em seguida, passou a palavra para o Sr. Luiz Aurélio, Ouvidor da ARIS, que fez a apresentação do relatório de Ouvidoria referente as manifestações ao longo de mês de janeiro 2016, bem como do ano de 2015. Em seguida, o Conselheiro Afonso Veiga Filho, passou a palavra Sr. Ricardo Martins que fez um breve relato das ações da Diretoria de Regulação ao longo do mês de janeiro. Em assuntos gerais, o Diretor de Administração e Finanças, Sr. Alexandre Lima Grams, apresentou as ações de administração e gestão financeira e orçamentária a serem desenvolvidas durante o ano, nos termos do artigo 49 do Contrato de Consórcio Público. Os Conselheiros solicitaram que a ARIS submeta a aprovação do conselho as normas sobre mecanismos para reajustes anuais e revisão tarifária e o acompanhamento das tarifas praticadas, assim como os mecanismos para garantir a publicidade das planilhas tarifárias, nos termos do artigo 11 do Contrato de Consórcio Público (Protocolo de

Intenções ratificado por lei). Por fim, foi pré-agendada, a próxima reunião do Conselho de Regulação para a data de 25 de fevereiro de 2016, às 8h30, a ser confirmada pelo Presidente. Sem mais nada a tratar, o Conselheiro Afonso Veiga Filho, agradeceu a todos pela participação, dando-se por encerrados os trabalhos. Eu, Magnus Caramori, lavrei a presente ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes.

Afonso Veiga Filho (Conselheiro da ARIS)
Gilberto Valente Canali (Conselheiro da ARIS)
Michele Batista (Conselheira da ARIS)
Nádia Boff Ribeiro (Conselheira da ARIS)
Stefânia Martins Hofmann Mohedano (Conselheira da ARIS)
Willian Carlos Narzetti (Conselheiro da ARIS)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016 - SUL BRASIL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016

O Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Adir Faccio, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 8º, inciso X do Contrato de Consórcio Público e em conformidade com o disposto nos artigos 2º, inciso X, 3º, inciso IV, 27, I da Lei Federal nº 11.445/2007, artigo 34, inciso I, em conjunto com o artigo 36, inciso II, "a" do Decreto Federal nº 7.217/2010, faz saber a quem interessar possa que será realizada a AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DA COBRANÇA DA TARIFA DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, do município de Sul Brasil.

Data da Audiência: 25/02/2016

Início: 19:00 horas

Local: Centro de Idosos - Avenida Dr. José Leal Filho N. 576 Centro - SUL BRASIL - SC

Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento

Em 02 de Fevereiro de 2016

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

PORTARIA/DIRETOR GERAL Nº 04 - NOMEIA O CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

PORTARIA/Diretor geral nº 04, de 02 de fevereiro de 2016

Nomeia o candidato aprovado no Concurso Público n. 01/2015 para provimento do cargo público de Analista de Fiscalização e Regulação – Engenheiro Civil, na ordem de classificação.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o candidato abaixo listado, na ordem de classificação do Concurso Público nº 01/2015, homologado em 17 de junho de 2015, para tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste ato, no cargo público abaixo indicado:

NOME	Nº inscrição	CARGO PÚBLICO	LOCAL DE TRABALHO	Classificação Final
Eduardo Henrique Ribeiro	768	Analista de Fiscalização e Regulação – Engenheiro Civil	Florianópolis	1º

Art. 2º No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda (Anexo I) e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública (Anexo II) e comprovará os seguintes requisitos básicos:

- Nacionalidade brasileira, sendo admitidos estrangeiros na forma da lei;
- O gozo dos direitos políticos;
- A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- Escolaridade em conformidade com a habilitação exigida (diploma de conclusão do curso);
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da posse
- Ser considerado APTO por perícia médica oficial em todos os exames médicos pré-admissionais relacionados, devendo o candidato apresentar os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas, observada as condições do Anexo III. Caso o candidato seja considerado INAPTO para as atividades relacionadas ao cargo, por ocasião dos exames médicos pré-admissionais, este não será investido no cargo. Essa avaliação terá caráter eliminatório;
- Regular registro no Conselho Regional de Classe em Santa Catarina, quando for o caso;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, em âmbito estadual e federal do domicílio do candidato;
- Ter carteira de motorista categoria "B";
- 01 (uma) foto 3x4;
- Certidão de casamento ou nascimento se for solteiro;
- Certidão de nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos;
- Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidades no exercício de suas atividades na Administração Pública (Anexo IV);
- Informar nº da conta corrente e Agência do Banco do Brasil S.A;
- Informar nº PIS/PASEP;
- Informar dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico.

§ 1º Deverão os candidatos comparecer na sede da ARIS, sito a Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Canto, Florianópolis-SC, para a entrega dos documentos listados neste artigo e a assinatura do respectivo termo de posse.

§ 2º É de 15 (quinze) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 3º Caso não obedecidos os prazos fixados neste artigo pelo candidato, o ato de posse tornar-se-á sem efeito, sendo que a ARIS convocará os próximos candidatos, na ordem da listagem de classificação e do Cadastro de Reserva. O candidato preterido será colocado ao final da lista de classificação do Cadastro de Reserva.

Art. 3º Ficam os candidatos autorizados a retirar todos os documentos junto à sede da ARIS.

Art. 4º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 02 de fevereiro de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

ANEXO I – DA DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, que:

() Não possuo bens a declarar

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:				
Casa, apartamento ou terreno				
Endereço	Data da aquisição		Valor de aquisição	Valor de venda atual
Veículo				
Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Outros				

Fontes de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura do candidato

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, _____, brasileiro(a), _____ (estado civil), inscrito (a) no RG nº _____, e CPF nº _____, declaro para os fins, para tomar posse no cargo de _____, que não sou titular, não exerço e/ou não estou em licença, remunerada ou não, de qualquer cargo, emprego, ou função pública da administração pública direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de qualquer Município, Estado, do Distrito Federal ou da União, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO, que não percebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse.

DECLARO, outrossim, estar ciente de que devo comunicar à Diretoria na Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Florianópolis/SC, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do candidato

ANEXO III – DA AVALIAÇÃO MÉDICA**DA AVALIAÇÃO MÉDICA**

1. Quanto à Avaliação Médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato de posse dos exames clínicos e laboratoriais abaixo listados deverá agendar horário para Avaliação Clínica na CLINIMETRA – Clínica Médica e Medicina do Trabalho, situada a Rua: Dr. Heitor Blum, 522 – Bairro Estreito – Florianópolis – SC. Telefones da Clinimetra: (48) 3248 7914 ou (48) 3248 3800 com Sra. Daiane.

2. O valor referente a Avaliação Clínica será de R\$ 70,00 (setenta reais) e será ressarcido pela ARIS mediante apresentação pelo candidato da nota fiscal da Clinimetra.

3 Os exames clínicos e laboratoriais abaixo indicados correrão as expensas do candidato:

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS:**3. EXAMES DE EXIGÊNCIA BÁSICA DE CARÁTER GERAL:****3.1 EXAMES LABORATORIAIS:**

3.1.1 Hemograma Completo

3.1.2 Glicose

3.1.3 Parasitológico de fezes

3.1.4 Parcial de urina

3.1.5 VDRL

3.2 EXAMES RADIOLÓGICOS:

3.2.1 Raio X de Tórax (PA e Perfil)

3.2.2 Raio de Coluna Lombo - Sacra (PA e Perfil)

3.3 EXAMES PARA MAIORES DE 40 ANOS DE IDADE:

3.3.1 Exames Laboratoriais e Radiológicos descritos no item anterior

3.3.2 Colesterol

3.3.3 Triglicerídeos

3.3.4 Creatinina

3.3.5 Eletrocardiograma com laudo

3.3.6 Acuidade visual de fundo de Olho com Laudo de Oftalmologista.

3.4 COMPROVANTES DAS SEGUINTE VACINAS:

3.4.1 Antitetânica

3.4.2 Tríplex Viral

3.4.3 Hepatite B

ANEXO IV**D E C L A R A Ç Ã O**

_____, portador(a) da carteira de identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Florianópolis/SC, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 054/2015

Processo Administrativo Punitivo nº 054/2015

Auto de Infração nº 054/2015

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água – SAA, de Ituporanga - SC

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 12, XIV DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 054/2015. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência.

Participaram do julgamento, realizado no dia 19 de novembro de 2015, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, Gilberto Valente Canali, Michele Batista Correia de Mello (relatora), Willian Carlos Narzetti e Nádia Boff Ribeiro.

Florianópolis, 19 de novembro de 2015

Michele Batista Correia de Mello

Conselheira Relatora

DO RELATÓRIO

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, em 27 de Julho de 2015, emitiu Auto de Infração nº 054/2015 em face da CASAN, no Município de Ituporanga, com a seguinte descrição dos atos constitutivos da infração:

“3 - DESCRIÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA INFRAÇÃO

Em 19 de maio de 2014, foi realizada a segunda fiscalização do SAA da CASAN no Município de Ituporanga. Na respectiva fiscalização foram levantadas não conformidades encontradas em todo o SAA, sendo essas elencadas no Relatório de Fiscalização SAA – 002/2014 e Termo de Notificação Nº 055/ 2013.

Em resposta, a AUTUADA não demonstrou o atendimento das não conformidades elencadas nos itens abaixo, senão vejamos:

ITEM	NÃO CONFORMIDADE
2	Apresentar falha e deficiência na proteção e segurança da captação, ETA e reservatórios.
3	Obras inacabadas sem prazo para conclusão (captação, ETA e reservatórios).
5	Apresentar irregularidades nos aspectos de conservação e manutenção das unidades do SAA: <ul style="list-style-type: none"> · Pintura (em todas as unidades do SAA) · Tubos e conexões oxidados · Rachaduras e infiltrações (Reservatórios e ETA) · Vidros quebrados na ETA · Fiação exposta na ETA e laboratório · Ausência de placas de identificação de todas as unidades · Erosão no entorno do Reservatório R1.

Sendo assim, a AUTUADA descumpriu com suas obrigações contratuais, enquadrando-se nas penalidades previstas no artigo 98 do Protocolo de Intenções da ARIS e pelo artigo 4 da Resolução Normativa/ARIS nº 3, as quais foram legitimadas pela Lei municipal nº 2451/2013, que autorizou o ingresso do Município de Ituporanga na ARIS.

Desta foram, em que se pese à gravidade das condutas, é caso de aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, com fundamento no artigo 4, I, c/c art. 12, XIV, da Resolução Normativa ARIS n 3 /2011.

Outrossim, em observância ao disposto no § 1, do artigo 4 da Resolução Normativa/ARIS n 3/2011, concede-se o prazo, improrrogável, de 30 dias, para que a CASAN proceda o atendimento das determinações previstas nos itens do TN nº 55/2013, apresentando comprovação de cumprimento/solução da não conformidade.

Ficou definido o prazo de 15 dias, a contar da data de recebimento deste Auto de Infração para, querendo, interpor recurso ao Conselho de Regulação, em observância ao art. 12,&1º, V, da Resolução Normativa/ ARIS Nº 2/11.

Por sua vez, a CASAN encaminhou o ofício CT/COMITE - 0173/2015, datado de 14/08/2015, com RECURSO encaminhado ao CONSELHO DE REGULAÇÃO requerendo que seja RECONSIDERADA a decisão de aplicação de penalidades, tendo em vista os fundamentos já declinados nos autos, somados aos do presente recurso, para que seja excluída a penalidade de advertência. Bem como explicando as razões de recurso ao Auto de Infração nº 054/2015.

Diante das Razões de Recurso apresentadas pela CASAN, e do Parecer do Diretor de Regulação da ARIS, Sr. Ricardo Martins, que relata que a Prestadora ainda não fez as adequações e melhorias necessárias e que levará aproximadamente 09 meses para resolver o problema, conforme previsto no cronograma da prestadora. E segundo o Diretor identificou-se que não foram resolvidas as não conformidades e recomenda-se a manutenção do Auto de Infração. Segue abaixo resumo do despacho do Diretor de Regulação, conforme mencionado acima:

Em Julho/2013 foi realizada a primeira visita, e identificadas 28 não conformidades, as mesmas constam no relatório 001/2013 do SAA de Ituporanga e elencadas no Termo de Notificação 055/2013. Na resposta a Diretoria de Operações da CASAN informa os investimentos que estão sendo realizados e os previstos, bem como a existência de processo licitatório aberto para algumas das adequações necessárias.

ITEM	NÃO CONFORMIDADE
1	Apresentar irregularidades na limpeza e organização de todas as unidades de SAA.
2	Apresentar falha e deficiência na proteção e segurança da captação, ETA e reservatórios.
3	Obras inacabadas sem prazo para conclusão (captação, ETA e reservatórios).
4	Não dispor de guarda corpo junto aos tanques de tratamento na ETA.
5	Apresentar irregularidades nos aspectos de conservação e manutenção das unidades do SAA: <ul style="list-style-type: none"> · Pintura (em todas as unidades do SAA) · Tubos e conexões oxidados · Rachaduras e infiltrações (Reservatórios e ETA) · Vidros quebrados na ETA · Fiação exposta na ETA e laboratório · Ausência de placas de identificação de todas as unidades · Erosão no entorno do Reservatório R1.
6	Apresentar irregularidades de vedação na tampa do tanque dos reservatórios.
7	Falta dispositivo de medição e controle de vazão dos reservatórios.
8	Laboratórios de análises necessitando de manutenção.
9	Deposito para produtos químicos em desacordo com as normas.
10	Não apresentar placa de identificação em todas as unidades do SAA.
11	Apresentar equipamentos e sistemas de dosagem de produtos químicos com tecnologia defasada na ETA.
12	Utilizar equipamentos de análises de água com tecnologia defasada.
13	Ausência de organização e reforma de almoxarifado.
14	Vazamentos nos reservatórios R3.
15	Irregularidades na tampa do Reservatório R2 de 40 metros quadrados

16	Não há cadastro georreferenciado de todas as unidades de SAA.
17	Não apresentar planta de pressões da rede de abastecimento.
18	Não há anotações ou declarações de responsabilidade técnica do SAA junto aos conselhos de classe.
19	Não apresentou licença ambiental e outorga do uso da água do SAA.
20	Não há sistema de macromedicação no SAA.
21	Não há plano de emergência e contingência no SAA.
22	Apresentou falta de dispositivos de controle da vazão nos poços.
23	Não há manual e registro de controle de manutenções preventivas e corretivas para as unidades pertencentes ao SAA.
24	Não há fichas com informações de segurança dos produtos químicos usados no tratamento de água.
25	Não há relatório e plano de vistoria, limpeza e descargas periódicas na rede.
26	Não estar encaminhando o SISARIS – Modulo SAA a ARIS para acompanhamento das análises conforme a Portaria 2914 MS 2011.
27	Ausência de boas praticas e todas as unidades da ETA.
28	Ausência de procedimentos técnicos elaborados pela CASAN sobre armazenamento e transporte dos produtos químicos e embalagens vazias usadas na ETA.

Em Novembro /2013 foi realizada a segunda visita, a fim de verificar se a ETA estava iniciando sua operação (prevista para esta data), porém identificou-se o atraso na conclusão da ETA compacta.

Em análise aos documentos, constatou-se:

- A prestadora evidenciou o atendimento das seguintes não conformidades: 5, 21, 25 e 26;
- De acordo com as justificativas da prestadora, recomenda-se a concessão de novos prazos para atendimento das seguintes não conformidades: 2,3,4,10,12,13,14,23,24,27 e 28;
- Os prazos para os atendimentos as não conformidades 5, 6,7,8,9,11,15,16,17,18,19 e 20 estão em andamento, sendo assim, recomenda-se que ao final, sejam apresentadas evidências do cumprimento das determinações;
- A prestadora não evidenciou o atendimento das seguintes não conformidade: 1, 22 e 27, cujos prazos para atendimento expiraram.

Em Maio/2014 a CASAN envia ofício a ARIS com diversos documentos em anexo, a ARIS realiza nova fiscalização neste mês, identificando 53% das não conformidades não foram atendidas.

Em Julho/2014 foi realizada uma reunião com a CASAN, Prefeitura e ARIS, onde a Prestadora relatou as ações que estavam sendo realizadas para o cumprimento das não conformidades, ficando resolvido com aceite de toda a readequação dos prazos;

Em Março/2015, quando finalizou os novos prazos e o término do processo licitatório, a ARIS realizou nova visita, visto que a Prestadora não enviou justificativa a mesma. Nesta visita foi identificado novamente que grande parte das inconsistências não havia sido cumprida. Logo a ARIS solicitou o envio de relatórios mensais sobre os tramites para conclusão do processo licitatório. Não recebendo nenhum retorno da Prestadora.

Em Julho/2015 emitiu o Auto de Infração nº 054/2015 contra a CASAN. Este seria o relato do Diretor de Regulação.

O Diretor Geral da ARIS, manteve o Auto de Infração N.º 54/2015, pelos seus próprios fundamentos. E encaminhou os autos ao Conselho de Regulação da ARIS, com fulcro no artigo 13, da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011.

É o relatório.

DO VOTO

Após realizar uma minuciosa leitura dos documentos apresentados e que compõe os autos do processo, conheço das alegações da recorrente e, no mérito, nego provimento ao RECURSO, concluindo pela manutenção da decisão nos autos do Processo Administrativo nº 028/2013 e, conseqüentemente, do Auto de Infração nº 054/2015, impondo-se a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA

à Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, nos termos da fundamentação.

É o voto.

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 063/2015 - RIO DO SUL

Processo Administrativo Punitivo nº 063/2015

Auto de Infração nº 063/2015

Recorrente: CASAN

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

ECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 11, XI E 12, XIV DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 063/2015. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência.

Participaram do julgamento, realizado no dia 29 de janeiro de 2016, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, Willian Narzetti, Gilberto Valente Canali (relator), Michele Batista Correia de Mello e Nádia Boff Ribeiro.

Florianópolis, 03 de fevereiro de 2016

Gilberto Valente Canali

Conselheiro Relator

DO RELATÓRIO

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, em 09 de setembro de 2015, emitiu Auto de Infração nº 063/2015 e aplicou a penalidade de ADVERTÊNCIA, em face da CASAN, no Município de Rio do Sul, com a seguinte descrição dos atos constitutivos da infração:

“3 - DESCRIÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA INFRAÇÃO

Durante o mês de outubro de 2014 foram realizadas fiscalizações, vistorias e verificações no SAA da CASAN no Município de Rio do Sul quando da situação de desabastecimento gerada por avarias nos conjuntos motobombas da estação de recalque de água bruta. Na respectiva fiscalização foram levantadas não conformidades sendo estas elencadas nos Relatórios de Fiscalização Referente ao Desabastecimento no Sistema Integrado de Abastecimento de Rio do Sul e Termo de Notificação nº 176/2014.”

Ressalte-se que o fato gerador do desabastecimento ocorreu no dia 12 de outubro de 2014 e que o Termo de Notificação foi emitido pela ARIS no dia 14 de outubro e na mesma data recebido pela CASAN. Neste, foram elencadas quatro não conformidades:

- utilização de material, equipamento e método operativo nas instalações de captação e recalque água bruta em condições inadequadas e insuficientes para garantir a prestação de serviço adequado ao usuário (não-conformidade esta já constatada anteriormente, conforme Relatório de Fiscalização e Termo de Notificação emitidos em 2012);
- descumprimento das normas técnicas e procedimentos estabelecidos na operação das instalações do SAA, especificamente na unidade de captação e recalque de água bruta, que culminou na descontinuidade do abastecimento (igualmente, objeto do mesmo Relatório de Fiscalização e Termo de Notificação emitidos em

2012);

c) danos causados aos usuários em função da descontinuidade no abastecimento, conforme notificações recebidas na ouvidoria da Agência;

d) encaminhamento tardio à Agência Reguladora de informações precisas e detalhadas sobre o evento gerador do desabastecimento, na forma e nos prazos estabelecidos.

A Agência determinou à prestadora o prazo máximo de dois dias para que normalizasse os serviços e que encaminhasse a ARIS informações detalhadas, diariamente, sobre as medidas que estariam em curso para a resolução imediata do problema. Os autos não contêm informação quanto ao cumprimento dessa última determinação. Adicionalmente, a Agência determinou o prazo de 15 dias para que a prestadora se manifestasse sobre o objeto da notificação.

Em resposta, datada de 28 de outubro de 2014, a prestadora apresentou esclarecimentos sobre o ocorrido e providências adotadas e em 31 de outubro de 2014, a Diretoria de Regulação emitiu Relatório Referente ao Desabastecimento no SIA de Rio do Sul, no qual comenta as não conformidades constadas anteriormente e faz considerações sobre as ações que deveriam ser tomadas pela prestadora, bem como recomendações ao Diretor Geral da Agência, dentre as quais vale destacar a recomendação de que o parecer (Relatório) fosse incorporado aos demais processos punitivos já existentes na ARIS contra a CASAN, com o intuito de verificar se há continuidade dos problemas e descumprimento de determinações. Os autos não informam se esta e demais recomendações foram adotadas e portanto não é possível estabelecer nexo entre o processo em pauta e os anteriores.

Em 25 de maio de 2015, a ARIS solicitou à CASAN um relatório de benfeitorias e investimentos realizados no SIA de Rio do Sul que haviam sido sinalizados pela prestadora na sua resposta ao Termo de Notificação, em outubro de 2014. O relatório da prestadora foi recebido pela ARIS em 11 de junho de 2015, o qual foi objeto de Parecer Técnico da Coordenadoria de Fiscalização de 12 de agosto de 2015, que conclui que as não-conformidades a) e b) não foram solucionadas e recomenda a abertura de processo administrativo punitivo com fulcro na Instrução Normativa nº 003/2011 da ARIS.

Em despacho sobre o Parecer Técnico, o Diretor de Regulação conclui que está claro que a CASAN não cumpriu o Termo de Notificação nº 176/2014, e que há necessidade de abertura de processo punitivo em razão das sérias e graves não conformidades identificadas. Solicitou também que fosse verificado se haveria "reincidência pela falta de investimentos previstos no Contrato Programa e que caso haja, seja aberto processo punitivo com lavratura de multa após trâmite processual".

Os autos não informam se esta solicitação foi atendida e portanto resta prejudicada a possibilidade de aplicação de multa no presente processo.

Em 18 de agosto de 2015, o Diretor Geral da ARIS resolveu instaurar o Processo Administrativo Punitivo nº 063/2015, referente às citadas não conformidades ainda não resolvidas e através de Auto de Infração aplicou a penalidade de ADVERTÊNCIA à prestadora. Informou que a penalidade seria devidamente registrada na ARIS para fins de verificação de reincidência.

O Auto de Infração assinado pelo Diretor de Regulação concedeu o prazo, improrrogável, de 30 dias para que a CASAN procedesse o atendimento das determinações previstas no Termo de Notificação nº 176/2014, "apresentando comprovação de cumprimento/solução da não-conformidade" (no singular). Ficou também definido o prazo de 15 dias, a contar da data de recebimento do Auto de Infração, para a Autuada, querendo, apresentar recurso

ao Conselho de Regulação, em conformidade com a Resolução da ARIS nº 02/11.

O Auto de Infração foi encaminhado à CASAN em 9 de setembro de 2015, que o recebeu em 14 de setembro de 2015. Em 25 de setembro, a CASAN encaminhou Recurso ao Conselho de Regulação, por meio de ofício ao Diretor Geral da ARIS, a quem primeiramente requereu reconsideração da decisão de aplicação da penalidade, tendo em vista os fundamentos já declinados nos autos.

Nas Razões de Recurso, a CASAN discorda da aplicação da penalidade alegando que o evento que culminou com o desabastecimento de parte do SAI de Rio do Sul ocorreu por motivo de força maior e alega ainda que a Companhia já vinha providenciando os melhoramentos necessários no sistema, especialmente no que diz respeito à unidade de captação e recalque de água bruta. Porém reconhece que as obras e serviços ainda não foram concluídos.

Com efeito, a Recorrente tenta em sua defesa desconstituir as razões da aplicação da penalidade pelo viés da caracterização de caso fortuito ou de força maior, que em seu entender deu causa ao desabastecimento. Porém, é de se ressaltar que não atacou o cerne das duas não conformidades que sustentaram a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Ou seja, a ARIS não questiona o caso fortuito ou de força maior, e sim, nos termos em que descreve as não conformidades, caracteriza a imprevidência da prestadora - utilização de material, equipamento e método operativo em condições inadequadas e insuficientes para garantir a prestação de serviço adequado ao usuário - e o descumprimento de normas técnicas e procedimentos estabelecidos no SAI.

O Recurso foi analisado pela Diretoria de Regulação que aduziu novas informações sobre ocorrências semelhantes em julho do corrente ano, evidenciando seu entender que a não realização de investimentos por parte da prestadora para a reforma do sistema elétrico tem recorrentemente contribuído para a ocorrência de eventos de desabastecimento no SAI de Rio do Sul e assim sendo recomendou ao Diretor Geral a manutenção da penalidade. O Diretor Geral manifestou-se de acordo com o parecer do Diretor de Regulação e como tal o Recurso foi encaminhado ao Conselho de Regulação para julgamento.

Este é o RELATÓRIO.

DO VOTO

A leitura atenta e cuidadosa dos fatos resumidos no Relatório, e considerando que as fiscalizações realizadas pela ARIS tem como fundamento a busca de adequada prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não conformidades constatadas nos prazos estabelecidos;

Considerando que os Relatórios das Fiscalizações efetuadas foram dados ao conhecimento da Prestadora de SAA do Município de Rio do Sul, a Companhia Catarinense de águas e Saneamento – CASAN, com indicação de prazos para o cumprimento/solução das não conformidades constatadas;

Considerando que os prazos concedidos à Prestadora foram vencidos restando pendentes as não conformidades a) e b) do Termo de Notificação Nº 176/2012;

Tendo em vista a gravidade das não conformidades e as implicações negativas para a qualidade dos serviços prestados, como atestam as reiteradas ocorrências de desabastecimento no SAI de Rio do Sul;

Ademais, considerando que o Auto de Infração expedido pelo Diretor Geral da ARIS está de acordo com o devido processo previsto no Protocolo de Intenções que deu origem à Agência;

Considerando que foi assegurado à RECORRENTE o contraditório e o direito à ampla defesa;

CONHEÇO das alegações de defesa apresentadas pela RECORRENTE e, no mérito, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, concluindo, pelos fatos examinados, que a RECORRENTE não cumpriu com suas obrigações contratuais, relativamente às não conformidades a) e b), enquadrando-se nas penalidades previstas no artigo 98 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Público que deu origem à ARIS e que foi ratificado pela Lei Municipal nº 5.228/2011, bem como nas disposições contidas no artigo 11, Parágrafo Único, incisos I e IV da Resolução Normativa ARIS nº 002/2011, de 25 de agosto de 2011. Portanto VOTO pela manutenção da penalidade de ADVERTÊNCIA à Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN relativamente às não conformidades a) e b) conforme constam nos autos em pauta.

É o voto.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2016
DISPENSA Nº 05/2016

OBJETO: Aquisição de bens permanentes, na seguinte proporção:

Itens	Quant.	Especificação	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	01	Refrigerador Panasonic 435 L	R\$2.210,000	R\$2.210,00
02	01	Forno Microondas Brastemp 30L	R\$ 470,00	R\$ 470,00
03	01	Frigobar Midea 83 L	R\$ 705,00	R\$ 705,00
				R\$ 3.385,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADA: CASAS DA ÁGUA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

CNPJ: 13.501.187/0015-54

VALOR: R\$ 3.385,00 (Três mil trezentos e oitenta e cinco reais).

Florianópolis, 02 de fevereiro de 2016.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

CIGA

Extrato de Contrato n. 539 - Prefeitura Municipal de Otacílio Costa

EXTRATO DE CONTRATO Nº 539/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Otacílio Costa

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Otacílio Costa

CNPJ: 75.326.066/0001-75

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 146/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão

dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 15.390,00 (quinze mil e trezentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 540 - Prefeitura Municipal de Gaspar

EXTRATO DE CONTRATO Nº 540/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Gaspar

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar

CNPJ: 83.102.244/0001-02

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 115/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do

ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 31.110,00 (trinta e um mil e cento e dez reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 72 - Prefeitura Municipal de Ouro

EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Ouro

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ouro

CNPJ: 82.777.228/0001-57

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 5/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão

dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 8.520,00 (oito mil e quinhentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 73 - Prefeitura Municipal de Lontres

EXTRATO DE CONTRATO Nº 73/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Lontres

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lontres

CNPJ: 83.102.665/0001-33

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 03/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 8.910,00 (oito mil e novecentos e dez reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 22 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 74 - Câmara Municipal de Iomerê

EXTRATO DE CONTRATO Nº 74/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Iomerê

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Iomerê

CNPJ: 01.612.744/0001-20

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 06/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 75 - Prefeitura Municipal de São Carlos

EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Carlos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Carlos

CNPJ: 82.945.718/0001-15

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas

de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 11.010,00 (onze mil e dez reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 13 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 77 - Prefeitura Municipal de Vargão

EXTRATO DE CONTRATO Nº 77/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Vargão

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargão

CNPJ: 83.009.928/0001-64

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 52/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.770,00 (sete mil e setecentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 78 - Prefeitura Municipal de Curitibaanos

EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Curitibaanos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Curitibaanos

CNPJ: 83.754.044/0001-34

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes

nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 29.100,00 (vinte e nove mil e cem reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0018/2015 - PNEUS E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0018/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Pinheiro Preto, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0118;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0119.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, Resolução 05 de 16 de março de 2015, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 19.01.2016 à 31.03.2016. PAL nº: 0022/2015. Pregão Eletrônico nº: 0018. Registro de Preços nº: 0019.

Fraiburgo (SC), 03 de fevereiro de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2015 - MEDICAMENTOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Curitibaanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis,

Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará e Timbó Grande, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0104;

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0105;

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0106;

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0107;

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0108;

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0109;

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0110;

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0111;

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0112;

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0113;

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0114;

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0115;

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0116;

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0117.

Regidas pelas Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução

nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 12.01.2016 à 31.01.2016. PAL nº: 0023/2015. Pregão Eletrônico nº: 0019. Registro de Preços nº: 0020.

Fraiburgo (SC), 03 de fevereiro de 2016.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS PE 0019_2015 - MEDICAMENTOS E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Curitiba, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

A.G. KIENEN & CIA LTDA – AT16CIMCATARINA0120.

Regidas pelas Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 20.01.2016 à 31.01.2016. PAL nº: 0023/2015. Pregão Eletrônico nº: 0019. Registro de Preços nº: 0020.

Fraiburgo (SC), 03 de fevereiro de 2016.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS PE 0022_2015 - MEDICAMENTOS E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0022/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Curitiba, Frei Rogério, Ibiã, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Videira e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0086;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0087;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0088;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0089;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0090;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0091;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0092;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0093;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0094;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0095;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº

AT16CIMCATARINA0096;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0097;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0098;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0099;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0100;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0101;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0102;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0103.

Regidas pelas Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 12.01.2016 à 31.01.2016. PAL nº: 0027/2015. Pregão Eletrônico nº: 0022. Registro de Preços nº: 0024.

Fraiburgo (SC), 03 de fevereiro de 2016.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS PE 0024_2015 - CARTUCHO DE TONER E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0025/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Cartuchos de Toner e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Curitiba, Fraiburgo, Ibiã, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Tangará, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA0021;
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA0022;
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA0023;
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA0024;
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA0025;
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA0026;
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA0027;
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA0028;
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA0029;
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA0030;
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA0031;
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA0032;
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA0033;
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº

AT16CIMCATARINA0034;
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA0035;
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0036;
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0037;
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0038;
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0039;
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0040;
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0041;
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0042;
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0043;
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0044;
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0045;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0046;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0047;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0048;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0049;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0050;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0051;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0052;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0053;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0054;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0055;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0056;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0057;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0058;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0059;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0060;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0061;
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0062;
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0063;
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0064;
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0065;
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0066;
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0067;
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0068;
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0069;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0070;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0071;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0072;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0073;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0074;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0075;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0076;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0077;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0078;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0079;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0080;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0081;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0082;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0083;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0084;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0085.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 12.01.2016 à 30.06.2016. PAL nº: 0030/2015. Pregão Eletrônico nº: 0024. Registro de Preços nº: 0027.

Fraiburgo (SC), 03 de fevereiro de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS PE 0025_2015 - TIRAS DE GLICEMIA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0025/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Tiras para teste de glicose, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Itá, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0001;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0002;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0003;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0004;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0005;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0006;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0007;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0008;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0009;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0010;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0011;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0012;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0013;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0014;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0015;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0016;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0017;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0018;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0019;

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0020;

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho

de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 11.01.2016 à 31.12.2016. PAL nº: 0031/2015. Pregão Eletrônico nº: 0025. Registro de Preços nº: 0028.

Fraiburgo (SC), 03 de fevereiro de 2016.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS NORDESTE

EXTRATO D E DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

EXTRATO D E DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016
Processo Administrativo nº 03/2016

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC.

Contratada: JVO Comércio e Representações LTDA (CNPJ 80.701.766/0001-32).

Objeto: Compra de material de expediente para utilização na sede do CISONORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23 § 8º da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 274,79 (duzentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

Joinville, 01 de fevereiro de 2016.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISONORDESTE/SC

CONTRATANTE

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISONORDESTE/SC
Rainoldo Grüdtnr Júnior - CDA – Centro de Diagnósticos Avançados SS Ltda

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2015

Extrato do contrato nº 23/2015

Data: 15/12/2015

Contratante: CISONORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Centro de Medicina Nuclear de Joinville SS Ltda - CNPJ: 83.635.326/0001-12

Objeto: Prestação de serviços de saúde: exames por Medicina Nuclear In Vivo

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ R\$ 260.880,00 (duzentos e sessenta mil, oitocentos e oitenta reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISONORDESTE/SC

Rainoldo Grüdtnr Júnior - Centro de Medicina Nuclear de Joinville SS Ltda

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2015

Extrato do contrato nº 21/2015

Data: 15/12/2015

Contratante: CISONORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: São Marcos Medicina Nuclear SS - CNPJ: 977.397.829-04

Objeto: Prestação de serviços de saúde: exames por Medicina Nuclear In Vivo.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 260.880,00 (duzentos e sessenta mil, oitocentos e oitenta reais).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISONORDESTE/SC

Mônica Soares Stacheski - São Marcos Medicina Nuclear SS

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2012

Extrato do Nono Termo Aditivo ao Contrato nº 031/2012

Data: 18/12/2015

Contratante: CISONORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Instituto Espaço Clin Diagnósticos Por Imagem Ltda - ME – CNPJ 10.747.668/1000-50

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 1.819.758,00 (um milhão, oitocentos e dezenove mil, setecentos e cinquenta e oito reais).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISONORDESTE/SC

Instituto Espaço Clin Diagnósticos Por Imagem Ltda - ME – Patrícia Maria da Costa Neves.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2015

Extrato do contrato nº 22/2015

Data: 15/12/2015

Contratante: CISONORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: CDA – Centro de Diagnósticos Avançados SS Ltda - CNPJ: 01.719.779/00001-62

Objeto: Prestação de serviços de saúde: exames de Radiodiagnóstico sem Contraste

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 39.672,00 (trinta e nove mil, seiscentos e setenta e dois reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2012

Extrato do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 011/2012

Data: 18/12/2015

Contratante: CISONORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Mastocentro – Centro de investigação e Tratamento da Mama Ltda – CNPJ nº 05.897.987/0001-02

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, reajuste dos exames contratualizados e exclusão contratual de procedimentos.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 416.106,00 (quatrocentos e dezesseis mil, cento e seis reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Geraldo Antonio Cassol – Mastocentro – Centro de investigação e Tratamento da Mama Ltda

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2015

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clínica Cardiológica Vittacor SS Ltda – CNPJ: 06.262.373/0001-17

Objeto: A prorrogação do prazo de vigência do contrato, o reajuste dos exames contratualizados e alteração de cotas para o exame de teste ergométrico.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 208.947,00 (duzentos e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Marylane Christian Feitosa Dantas - Clínica Cardiológica Vittacor SS Ltda

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2015

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Pulmoclinica Clínica do Pulmão Gabriela Menezes Lopes SS – CNPJ nº 03.277.300/0001-00

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, reajuste dos exames contratualizados e exclusão contratual de procedimentos.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 416.106,00 (quatrocentos e dezesseis mil, cento e seis reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Jair Bráulio Lopes e Rozane Menezes Lopes – Pulmoclinica Clínica do Pulmão Gabriela Menezes Lopes SS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2015

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clínica Urológica DJ Coutinho Ltda ME – CNPJ 08.256.214/0001-35

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste das consultas e dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 111.789,60 (cento e onze mil, setecentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Clínica Urológica DJ Coutinho Ltda ME – Daniel Joaquim Coutinho

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2015

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Prontomed SS Ltda – CNPJ: 00.808.918/0001-61

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste das consultas contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

João Lauro Schmidt - Prontomed SS Ltda

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 12/2015

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Maccagnini – Clínica de Diagnósticos Médicos - EIRELI – CNPJ 20.822.410/0002-06

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 115.560,00 (cento e quinze mil, quinhentos e sessenta reais).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Maccagnini – Clínica de Diagnósticos Médicos - EIRELI – Luciano Osório Maccagnini.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 15/2015

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clínica Cardíaca Mulinari SS

Objeto: A prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste das consultas contratualizadas.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Carlos Roberto Pereira Mulinari - Clínica Cardíaca Mulinari SS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 16/2015

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Cardio Imagem SS ME – CNPJ 40.198.632/0001-26

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 343.986,00 (trezentos e quarenta e três mil, novecentos e oitenta e seis reais).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC
Cardio Imagem SS ME – José Roberto de Souza Bernardino

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 17/2015
Data: 18/12/2015
Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina
Contratada: Instituto de Olhos Dr. Carlo Wille SS Ltda – CNPJ nº 02.462.541/0001-67
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, reajuste das consultas e dos exames contratualizados e inclusão contratual de exames.
Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 1.211.202,00 (um milhão, duzentos e onze mil, duzentos e dois reais)
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC
Carlo Gustavo de Castro Wille e Sandra Emília Floriani - Instituto de Olhos Dr. Carlo Wille SS Ltda

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 19/2015
Data: 18/12/2015
Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina
Contratada: Yoshii e Toscano Oftalmologistas Associados – SS (Clínica Visão Joinville)
Objeto: Prorrogação por 12 meses do prazo de vigência do contrato e o reajuste das consultas e procedimentos oftalmológicos contratualizados.
Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 230.922,00 (duzentos e trinta mil, novecentos e vinte e dois reais).
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC
Aderval Junhiti Yoshii, Renato Machado Toscano, Patrícia Zanotelli Cagliari, Rafael Fulte Moreira - Yoshii e Toscano Oftalmologistas Associados – SS

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2012

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 16/2015
Data: 18/12/2015
Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina
Contratada: Cardio Imagem SS ME – CNPJ 40.198.632/0001-26
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.
Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 343.986,00 (trezentos e quarenta e três mil, novecentos e oitenta e seis reais).
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC
Cardio Imagem SS ME – José Roberto de Souza Bernardino

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2013

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2013
Data: 18/12/2015
Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina
Contratada: Clínica Medifono Audiometria e Conservação Auditiva SS – CNPJ Nº 08.620.085/0001-12
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, reajuste dos exames contratualizados e exclusão contratual de procedimentos.
Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais)
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC
Marina Marchiori e Rosane Farah Zimmermann - Clínica Medifono Audiometria e Conservação Auditiva SS

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2013

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2013
Data: 18/12/2015
Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina
Contratada: Clínica Densitom Jaraguá SS Ltda – CNPJ: 01.005.059/0001-35
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.
Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 17.331,00 (dezesete mil, trezentos e trinta e um reais)
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC
Wandér Luiz Watzko, Johnny Adams Valle Vargas, Marcos Fernando Ferreira Subtil - Clínica Densitom Jaraguá SS Ltda

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2014

Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2014
Data: 18/12/2015
Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina
Contratada: Instituto Santé – CNPJ: 08.776.971/0002-10.
Objeto: A prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.
Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 331.061,76 (trezentos e trinta e um mil, sessenta e um reais e setenta e seis centavos).
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC
Tércio Egon Paulo Kasten - Insituto Santé

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2012

Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 037/2012
Data: 18/12/2015
Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina
Contratada: Ultraimagem Ultra Sonografia SS Ltda – CNPJE: 14.229.037/0001-09
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, reajuste das

consultas e dos exames contratualizados e inclusão contratual de exames.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 667.212,00 (seiscentos e sessenta e sete mil, duzentos e doze reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISONORDESTE/SC

Mário Augusto Olaio Roscalli - Ultraimagem Ultra Sonografia SS Ltda

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2013

Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2013

Data: 18/12/2015

Contratante: CISONORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Instituto Adonhiran de Assistência a Saúde – CNPJ: 11.074.062/0001-64.

Objeto: A prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste das consultas contraatualizadas.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISONORDESTE/SC

Tércio Egon Paulo Kasten - Instituto Santé

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 015/2014

Data: 18/12/2015

Contratante: CISONORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Femina Clínica de Ginecologia e Obstetrícia S/S Ltda – CNPJ: 85.329.233/000-95

Objeto: Prorrogação por 12 meses do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 40.212,00 (duzentos e quarenta mil, duzentos e doze reais).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISONORDESTE/SC

Deonízio Werlich - Femina Clínica de Ginecologia e Obstetrícia S/S Ltda

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2014

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2013

Data: 18/12/2015

Contratante: CISONORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Digest Endoscopia e Fisiologia Digestiva Ltda

Objeto: A prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames e procedimentos em gastroenterologia.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 219.267,00 (duzentos e dezenove mil, duzentos e sessenta e sete reais).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISONORDESTE/SC

Luiz Renato Faoro, Roland Amauri Dagnoni, Roman Wulf Viera e

Hans Roman Wulf Vieira - Digest Endoscopia e Fisiologia Digestiva Ltda

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2014

Data: 18/12/2015

Contratante: CISONORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clínica de Neurologia e Especialidades Integradas SS Ltda – CNPJ: 07.941.066/0001-25

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, reajuste das consultas e dos exames contratualizados e inclusão contratual de exames.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 125.265,00 (cento e vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e cinco reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISONORDESTE/SC

Lúcio Mérida Aspeti - Clínica de Neurologia e Especialidades Integradas SS Ltda

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2014

Data: 18/12/2015

Contratante: CISONORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clínica Pró-Mulher SS – CNPJ: 01.233.798/0001-87

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 98.880,00 (noventa e oito mil, oitocentos e oitenta reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISONORDESTE/SC

Carlos Alberto Hasstenteufel dos Santos, Leo Cezar Vieira e Luiz Henrique Nicolazzi - Clínica Pró-Mulher SS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2014

Data: 18/12/2015

Contratante: CISONORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clínica Endogin – Serviço de Vídeo-Endoscopia Ginecológica Ltda – CNPJ 02.692.084/0001-05

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 47.124,00 (quarenta e sete mil, cento e vinte e quatro reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISONORDESTE/SC

Clínica Endogin – Serviço de Vídeo-Endoscopia Ginecológica Ltda – Valdir Martins Lampa

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 021/2014

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Uroclínica de Joinville SS Ltda – CNPJ: 81.141.459/0001-07

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste das consultas e dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 146.184,00 (cento e quarenta e seis mil, cento e oitenta e quatro reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Roberto Gomes Junqueira, Odival Timm Júnior, Marcelo José Sette - Uroclínica de Joinville SS Ltda

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 022/2014

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: MOB Laboratório de Análises Clínicas SS Ltda – CNPJ: 05.465.560/0001-35.

Objeto: A prorrogação do prazo de vigência do contrato e do exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 768.000,00 (setecentos e sessenta e oito mil reais).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Omar Amin Ghanem Filho e Monique Amin Ghanem -

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 022/2014

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: MOB Laboratório de Análises Clínicas SS Ltda – CNPJ: 05.465.560/0001-35.

Objeto: A prorrogação do prazo de vigência do contrato e do exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 768.000,00 (setecentos e sessenta e oito mil reais).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Omar Amin Ghanem Filho e Monique Amin Ghanem - MOB Laboratório de Análises Clínicas SS Ltda.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 024/2014

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Serviços de Radiologia DMI – Curitiba SS Ltda – CNPJ: 76.706.589/0001-00

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste

dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 1.460.970,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta mil, novecentos e setenta reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Edson Luiz Casagrande - Serviços de Radiologia DMI – Curitiba SS Ltda

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2014

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clínica Pró-Mulher SS – CNPJ: 01.233.798/0001-87

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 98.880,00 (noventa e oito mil, oitocentos e oitenta reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Carlos Alberto Hasstenteufel dos Santos, Leo Cezar Vieira e Luiz Henrique Nicolazzi - Clínica Pró-Mulher SS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2014

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Neurogene – Laboratório e Clínica Médica SS Ltda – CNPJ Nº 00.427.671/0001-33

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, reajuste dos exames contratualizados e exclusão contratual de procedimentos.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 484.704,00 (quatrocentos e oitenta e quatro mil e setecentos e quatro reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Ingrid Tremel Barbato - Neurogene – Laboratório e Clínica Médica SS Ltda

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2013

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2013

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Instituição Bethesda – CNPJ: 84.712.983/0001-89

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 1.963.284,00 (um milhão, novecentos e sessenta e três mil, duzentos e oitenta e quatro reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Valmir Sebastião Bröske - Instituição Bethesda

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2014

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Pneumoclínica Doenças Respiratórias S/S Ltda – CNPJ: 02.385.906/0001-05

Objeto: Prorrogação por 12 meses do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos procedimentos em pneumologia contratualizados. Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 311.724,00 (trezentos e onze mil, setecentos e vinte e quatro reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Almir Antonio Krein - Pneumoclínica Doenças Respiratórias S/S Ltda

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2015

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2015

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Gastrocentro S/C Ltda – CNPJ 05.639.628/0001-55

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, reajuste dos exames contratualizados e exclusão contratual de procedimentos. Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 101.414,40 (cento e um mil, quatrocentos e quatorze reais e quarenta centavos)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Dalva Maria Alves Alcantâra – Gastrocentro S/C Ltda

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2014

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: SPX Serviços de Imagem Ltda – CNPJ 09.158.640/0001-07

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 2.297.676,00 (dois milhões, duzentos e noventa e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

SPX Serviços de Imagem Ltda – Carmela Cristina Luchetta

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2015

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2015

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul – CNPJ 12.846.027/0001-89.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 115.560,00 (cento e quinze mil, quinhentos e sessenta reais).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul – Maurício José Souto Maior.

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2012

Extrato do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2012

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: CAF – Centro de Atendimento Fonoaudiológico Ltda

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste das consultas e dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 202.956,00 (duzentos e dois mil, novecentos e cinquenta e seis reais).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Francine Berti - CAF – Centro de Atendimento Fonoaudiológico Ltda.

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2012

Extrato do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 040/2012

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clínica de Olhos Dr. Roberto von Hertwig Ltda – CNPJ nº 79.375.044/0001-56

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, reajuste das consultas e dos exames contratualizados e inclusão contratual de exames.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 771.875,40 (setecentos e setenta e um mil, oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Roberto Von Hertwig - Clínica de Olhos Dr. Roberto von Hertwig Ltda

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2013

Extrato do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2013

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Instituição Bethesda – CNPJ: 84.712.983/0001-89

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 1.963.284,00 (um milhão, novecentos e sessenta e três mil, duzentos e oitenta e quatro reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Valmir Sebastião Brüske - Instituição Bethesda

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2013

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2013

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Saúde Popular Central de Consultas Ltda – CNPJ 13.374.454/0001-74

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, reajuste dos exames contratualizados e inclusão contratual de novos exames.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 347.184,00 (trezentos e quarenta e sete mil, cento e oitenta e quatro reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Saúde Popular Central de Consultas Ltda – Aline Mainardi

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2012

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 043/2012

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clínica de Olhos Dr. Márcio Diniz Borges Ltda – CNPJ 04.444.571/0001-76

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, reajuste dos exames contratualizados e inclusão contratual de exames.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 258.507,00 (duzentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e sete reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Clínica de Olhos Dr. Márcio Diniz Borges Ltda – Márcio Diniz Borges

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2013

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2013

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Instituto de Olhos Joinville SS Ltda – CNPJ nº 10.715.421/0001-52

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, reajuste das consultas e dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 312.060,00 (trezentos e doze mil e sessenta reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Eduardo Pessoa Olivet e Luciano da Silva - Instituto de Olhos Joinville SS Ltda

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2013

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2014

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Cardioprime SS – CNPJ 81.160.251/0001-35.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 460.678,20

(quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e setenta e oito reais e vinte centavos)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Cardioprime SS – Siegmair Starke

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2013

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2013

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clinox Oxigenoterapia Hiperbárica SS Ltda – CNPJ nº 07.178.446/0001-50

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 853.920,00 (oitocentos e cinquenta e três mil, novecentos e vinte reais)

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Mário Tadeu Waltric Rodrigues - Clinox Oxigenoterapia Hiperbárica SS Ltda

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2014

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 14/2014

Data: 18/12/2015

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: São Marcos Radiologia EIRELLI – CNPJ 79.401.055/0001-63

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 2.107.309,20 (dois milhões, cento e sete mil, trezentos e nove reais e vinte centavos).

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

São Marcos Radiologia EIRELLI – Cláudio Edmundo Vendramini

RESOLUÇÃO Nº 28/2015

Resolução nº 28/2015.

Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito suplementar por mudança de per capita.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, resolve expedir a presente resolução:

Resolve:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$176.169,10 (cento e setenta e seis mil, cento e sessenta e nove reais e dez centavos) no orçamento vigente do CISNORDESTE/SC, nas seguintes classificações funcionais programáticas:

Fonte de Recurso: 102 Recursos Municípios Consorciados	
4.1.7.2.3.37.03.00.00.00 Prefeitura Municipal de Barra Velha	R\$ 112.063,50
4.1.7.2.3.37.03.01.00.00 Prefeitura Municipal de Barra Velha – Saúde	R\$ 100.857,15
4.1.7.2.3.37.03.02.00.00 Prefeitura Municipal de Barra Velha - Administração	R\$ 11.206,35
4.1.7.2.3.37.11.00.00.00 Prefeitura Municipal de Massaranduba	R\$ 31.172,00
4.1.7.2.3.37.11.01.00.00 Prefeitura Municipal de Massaranduba - Saúde	R\$ 28.054,80
4.1.7.2.3.37.11.02.00.00 Prefeitura Municipal de Massaranduba - Administração	R\$ 3.117,20
4.1.7.2.3.37.13.00.00.00 Prefeitura Municipal de Rio Negrinho	R\$ 32.933,60
4.1.7.2.3.37.13.01.00.00 Prefeitura Municipal de Rio Negrinho - Saúde	R\$ 29.640,24
4.1.7.2.3.37.13.02.00.00 Prefeitura Municipal de Rio Negrinho - Administração	R\$ 3.293,36

Art. 2º - Para fazer face às despesas mencionadas no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do aumento do valor de repasse per capta dos municípios.

Art. 3º - Esta Resolução retroage sua validade a partir do dia 03/10/2015.

Joinville/SC, 10 de dezembro de 2015.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISNORDESTE/SC

RESOLUÇÃO Nº 29/2015

Resolução nº 29/2015.

Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, resolve expedir a presente resolução:

Resolve:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$24.002,88 (vinte e quatro mil, dois reais e oitenta e oito centavos) no orçamento vigente do CISNORDESTE/SC, nas seguintes classificações funcionais programáticas:

Fonte de Recurso: 102 Recursos Municípios Consorciados	
4.1.7.2.3.37.08.00.00.00 Prefeitura Municipal de Itapoá	R\$ 24.002,88
4.1.7.2.3.37.08.01.00.00 Prefeitura Municipal de Itapoá - Saúde	R\$ 21.602,59
4.1.7.2.3.37.08.02.00.00 Prefeitura Municipal de Itapoá - Administração	R\$ 2.400,29

Art. 2º - Para fazer face às despesas mencionadas no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do aumento do valor de repasse per capta dos municípios.

Art. 3º - Esta Resolução retroage sua validade a partir do dia 01/12/2015.

Joinville/SC, 10 de dezembro de 2015.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISNORDESTE/SC

RESOLUÇÃO Nº 30/2015

Resolução nº 30/2015.

Dispõe sobre autorização para alteração na previsão do orçamento do município de Guaramirim por alteração no per capta.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, resolve expedir a presente resolução:

Resolve:

Art. 1º - Fica autorizada a redução no valor de R\$1.165,53 (um mil, cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e três centavos) no orçamento vigente do CISNORDESTE/SC, nas seguintes classificações funcionais programáticas:

Fonte de Recurso: 102 Recursos Municípios Consorciados	
4.1.7.2.3.37.07.00.00.00 Prefeitura Municipal de Guaramirim	R\$ 1.165,53
4.1.7.2.3.37.07.01.00.00 Prefeitura Municipal de Guaramirim - Saúde	R\$ 1.048,98
4.1.7.2.3.37.07.02.00.00 Prefeitura Municipal de Guaramirim - Administração	R\$ 116,55

Art. 2º - Esta redução se dá em virtude da alteração do repasse do valor do per capta do município de Guaramirim pela Lei Municipal nº 3525/2009 concomitante com o Decreto nº 554/2015.

Art. 3º - Esta Resolução retroage sua validade a partir do dia 01/12/2015.

Joinville/SC, 10 de dezembro de 2015.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISNORDESTE/SC

CIS/AMARP**PORTARIA 02/2016**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Portaria nº 02/2016

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado para exercer o cargo de Gerente de Programa do CISAMARP, Vera Matheus de Castro, com carga horária semanal de 32 horas.

Art.2º Esta Portaria terá seus efeitos legais retroativos a 1º de fevereiro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 03 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Presidente CISAMARP

CIS/AMFRI**DECRETO Nº. 01 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016**

DECRETO Nº. 01 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO PESSOAL LOTADO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI PELO AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DA RESPECTIVA SEDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio, no uso de suas atribuições, de acordo com suas disposições Estatutárias, bem como do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI,

DECRETA:

Art. 1º - O servidor que se deslocar para outro ponto do território nacional e internacional para participar de eventos de interesse da Administração Pública ou ainda constituir exigência relacionada às funções atribuídas ao servidor e ocorrer durante o horário de trabalho terá direito a percepção de diárias nos termos deste Decreto.

Art. 2º - O pagamento de diárias destina-se a indenizar despesas de alimentação e hospedagem, sendo concedidas por dia de afastamento da sede do serviço.

§1º - As despesas que se fizerem necessárias com locomoção urbana, tais como táxi, ônibus, metrô e demais outros meios de transporte de locomoção, serão recebidos a título de adiantamento ao servidor, o qual deverá prestar contas do mesmo quando do retorno.

§2º - As despesas referentes a deslocamento ao local de destino serão custeadas pelo CIS-AMFRI, os quais se incluem passagens aéreas e rodoviárias.

§3º - Quando o deslocamento do servidor se der mediante utilização de veículo próprio, ficará o CIS-AMFRI obrigado a ressarcir no montante de R\$ 0,77 (setenta e sete centavos) por quilometro rodado.

§4º - As despesas de deslocamento mencionada no §3º deste artigo não excluem a possibilidade do servidor de receber diária em conformidade com o art. 1º deste Decreto.

Art. 3º - A autorização para deslocamento e a concessão de diárias serão deferidas pelo Diretor Administrativo do CIS-AMFRI, mediante solicitação do servidor, onde constará:

- I – nome, cargo ou função do servidor;
- II – justificativa do deslocamento; e
- III – indicação dos locais e período de deslocamento.

Art. 4º - Os valores das diárias serão fixados por grupos de cargos e funções e corresponderão aos valores estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

Art. 5º - Entende-se por diária o período de 24 (vinte e quatro) horas, contado da partida do servidor, tendo o direito a percepção de 100% (cem por cento) da diária.

§ 1º - Quando o período de deslocamento for igual a 04 (quatro) e menos de 06 (seis) horas, o servidor terá direito a 25% (vinte e cinco por cento) da diária.

§ 2º - Quando o período de deslocamento for igual a 06 (seis) e menos de 12 (doze) horas e não houver pernoite, o servidor terá direito a 50% (cinquenta por cento) do valor da diária.

§ 3º - Quando o período de deslocamento for igual a 06 (seis) e menos de 12 (doze) horas e houver pernoite, o servidor terá direito a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da diária.

§ 4º - Quando o período de deslocamento for superior a 12 (doze) horas até 24 (vinte e quatro) horas e não houver pernoite, o servidor terá direito a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da diária.

§ 5º - Quando o período de deslocamento for superior a 12 (doze) horas até 24 (vinte e quatro) horas e houver pernoite, o servidor terá direito a 100% (cem por cento) do valor da diária;

§ 6º - No caso de deslocamento para fora do Estado, as diárias terão valores diferenciados, conforme os Estados de deslocamento, previstos no Anexo I deste Decreto.

Art. 6º - Em qualquer hipótese não será devido o pagamento de diárias quando no período de deslocamento não exigir do servidor a realização de almoço ou janta e pousada.

Art. 7º - As diárias serão pagas antes do início da viagem, de uma só vez, exceto nas seguintes situações, a critério da autoridade competente:

I – em casos de emergências, hipótese em que poderão ser processadas no decorrer do deslocamento;

II – quando o deslocamento compreender período superior a 15 (quinze) dias, caso em que poderão ser pagas parceladamente.

§ 1º - As propostas de concessão de diárias, quando o deslocamento tiver início a partir da sexta-feira, bem como as que incluam sábados, domingos e feriados, serão expressamente justificadas, configurando a autorização de pagamento pelo ordenador de despesas, a aceitação da justificativa.

§ 2º - Nos casos em que o deslocamento se estender por tempo superior ao previsto, desde que autorizada sua prorrogação, o servidor terá direito às diárias, correspondente ao período prorrogado.

Art. 8º - O servidor deverá prestar contas e apresentar relatórios, conforme Anexo II deste Decreto, por escrito, anexando os documentos comprobatórios de saída e retorno quando o seu deslocamento requerer diária integral e, no caso de fração de diária, apenas o comprovante da despesa.

Art. 9º - Quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o deslocamento, o servidor restituirá as diárias em sua totalidade e no mesmo prazo estabelecido no caput deste artigo, a contar da data em que deveria ter viajado.

Art. 10 - Responderão solidariamente a autoridade proponente, o ordenador de despesas e o servidor que tenha recebido diárias, pelos atos praticados com infração a qualquer dispositivo deste Decreto.

Art. 11 - Fica por este ato regulamentado o reajuste legal da Tabela de Concessão de Diárias pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, concernente ao afastamento temporário passando a ser através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, com data base de 30 de outubro de cada ano.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ITAJAÍ/SC, 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

RODRIGO COSTA

Presidente CIS-AMFRI

Anexo I

Tabela de Diárias

CARGOS	VALOR DIÁRIA EM REAIS (R\$)													
	No Estado de Santa Catarina				Fora do Estado									
					Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro				Municípios de outros Estados				Exterior	
	Completa	75%	50%	25%	Completa	75%	50%	25%	Completa	75%	50%	25%		
Presidente	502,74	377,05	251,37	125,68	837,92	628,43	418,95	209,48	670,33	502,74	335,16	167,57	1.173,07	
Diretor Administrativo	418,95	314,21	209,48	104,73	754,12	565,59	377,06	209,48	586,54	439,90	293,27	146,63	1.173,07	
Assessor Contábil, As- sessor Jurídico, Contro- lador Interno, Gerente Administrativo.	335,16	251,37	167,57	83,78	670,33	502,74	335,16	167,57	502,74	377,05	251,37	125,68	1.173,07	

Assistente Administra- tivo	251,38	188,52	125,68	62,84	586,54	439,90	293,27	146,63	418,95	314,21	209,48	104,73	1.173,07
Auxiliar de Serviços Gerais	167,59	125,68	83,79	41,89	502,74	377,05	251,37	125,68	335,16	251,37	167,57	83,78	1.173,07

ANEXO II

RELATÓRIO DE VIAGEM

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Cargo/Função:

Objeto/Projeto:

Destino:

Período:

Data e Hora de Partida:

Data e Hora de Chegada:

Número de diárias:

Meio de transporte utilizado:
DESCRIÇÃO

AÇÕES REALIZADAS

AUTORIDADE CONCEDENTE

Nome:

Cargo:

Função:

Assinatura:

DATA: __/__/____

ASSINATURA: _____

CIS/AMUREL**EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 07/2016 - LABORATÓRIO BIOVITA**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 07/2016.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: JS LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Nevanir Jorge Schultz pelo Contratado.

CITMAR**DECRETO Nº. 01 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016**

DECRETO Nº. 01 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO PESSOAL LOTADO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR PELO AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DA RESPECTIVA SEDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 6º e 7º da Seção I, do Título II, do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR,

DECRETA:

Art. 1º - O servidor que se deslocar para outro ponto do território nacional e internacional para participar de eventos de interesse da Administração Pública ou ainda constituir exigência relacionada às funções atribuídas ao servidor e ocorrer durante o horário de trabalho terá direito a percepção de diárias nos termos deste Decreto.

Art. 2º - O pagamento de diárias destina-se a indenizar despesas de alimentação e hospedagem, sendo concedidas por dia de afastamento da sede do serviço.

§1º - As despesas que se fizerem necessárias com locomoção urbana, tais como táxi, ônibus, metrô e demais outros meios de transporte de locomoção, serão recebidos a título de adiantamento ao servidor, o qual deverá prestar contas do mesmo quando do retorno.

§2º - As despesas referentes a deslocamento ao local de destino serão custeadas pelo CITMAR, os quais se incluem passagens aéreas e rodoviárias.

§3º - Quando o deslocamento do servidor se der mediante utilização de veículo próprio, ficará o CITMAR obrigado a ressarcir no montante de R\$ 0,77 (setenta e sete centavos) por quilometro rodado.

§4º - As despesas de deslocamento mencionada no §3º deste artigo não excluem a possibilidade do servidor de receber diária em conformidade com o art. 1º deste Decreto.

Art. 3º - A autorização para deslocamento e a concessão de diárias serão deferidas pelo Diretor Executivo do CITMAR, mediante solicitação do servidor, onde constará:

- I – nome, cargo ou função do servidor;
- II – justificativa do deslocamento; e
- III – indicação dos locais e período de deslocamento.

Art. 4º - Os valores das diárias serão fixados por grupos de cargos e funções e corresponderão aos valores estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

Art. 5º - Entende-se por diária o período de 24 (vinte e quatro) horas, contado da partida do servidor, tendo o direito a percepção de 100% (cem por cento) da diária.

§ 1º - Quando o período de deslocamento for igual a 04 (quatro) e menos de 06 (seis) horas, o servidor terá direito a 25% (vinte e cinco por cento) da diária.

§ 2º - Quando o período de deslocamento for igual a 06 (seis) e menos de 12 (doze) horas e não houver pernoite, o servidor terá direito a 50% (cinquenta por cento) do valor da diária.

§ 3º - Quando o período de deslocamento for igual a 06 (seis) e menos de 12 (doze) horas e houver pernoite, o servidor terá direito a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da diária.

§ 4º - Quando o período de deslocamento for superior a 12 (doze) horas até 24 (vinte e quatro) horas e não houver pernoite, o servidor terá direito a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da diária.

§ 5º - Quando o período de deslocamento for superior a 12 (doze) horas até 24 (vinte e quatro) horas e houver pernoite, o servidor terá direito a 100% (cem por cento) do valor da diária;

§ 6º - No caso de deslocamento para fora do Estado, as diárias terão valores diferenciados, conforme os Estados de deslocamento, previstos no Anexo I deste Decreto.

Art. 6º - Em qualquer hipótese não será devido o pagamento de diárias quando no período de deslocamento não exigir do servidor a realização de almoço ou janta e pousada.

Art. 7º - As diárias serão pagas antes do início da viagem, de uma só vez, exceto nas seguintes situações, a critério da autoridade competente:

I – em casos de emergências, hipótese em que poderão ser processadas no decorrer do deslocamento;

II – quando o deslocamento compreender período superior a 15 (quinze) dias, caso em que poderão ser pagas parceladamente.

§ 1º - As propostas de concessão de diárias, quando o deslocamento tiver início a partir da sexta-feira, bem como as que incluam sábados, domingos e feriados, serão expressamente justificadas, configurando a autorização de pagamento pelo ordenador de despesas, a aceitação da justificativa.

§ 2º - Nos casos em que o deslocamento se estender por tempo superior ao previsto, desde que autorizada sua prorrogação, o servidor terá direito às diárias, correspondente ao período prorrogado.

Art. 8º - O servidor deverá prestar contas e apresentar relatórios, conforme Anexo II deste Decreto, por escrito, anexando os documentos comprobatórios de saída e retorno quando o seu deslocamento requerer diária integral e, no caso de fração de diária, apenas o comprovante da despesa.

Art. 9º - Quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o deslocamento, o servidor restituirá as diárias em sua totalidade e no mesmo prazo estabelecido no caput deste artigo, a contar da data em que deveria ter viajado.

Art. 10 - Responderão solidariamente a autoridade proponente, o ordenador de despesas e o servidor que tenha recebido diárias, pelos atos praticados com infração a qualquer dispositivo deste Decreto.

Art. 11 - Fica por este ato regulamentado o reajuste legal da Tabela de Concessão de Diárias pelo Consórcio Intermunicipal de Turismo – Costa Verde e Mar – CITMAR, concernente ao afastamento temporário passando a ser através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, com data base de 30 de outubro de cada ano.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ITAJAÍ/SC, 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

RODRIGO COSTA

Presidente CITMAR

Anexo I

Tabela de Diárias

CARGOS	VALOR DIÁRIA EM REAIS (R\$)													
	No Estado de Santa Catarina				Fora do Estado									
					Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro				Municípios de outros Estados				Exterior	
	Completa	75%	50%	25%	Completa	75%	50%	25%	Completa	75%	50%	25%		
Presidente	502,74	377,05	251,37	125,68	837,92	628,43	418,95	209,48	670,33	502,74	335,16	167,57	1.173,07	
Diretor Executivo	418,95	314,21	209,48	104,73	754,12	565,59	377,06	209,48	586,54	439,90	293,27	146,63	1.173,07	
Assessor Jurídico, Assessor Técnico, Contador, Técnico em Turismo, Técnico em Comunicação Social – Relações Públicas, Técnico em Marketing	335,16	251,37	167,57	83,78	670,33	502,74	335,16	167,57	502,74	377,05	251,37	125,68	1.173,07	
Assistente Administra- tivo	251,38	188,52	125,68	62,84	586,54	439,90	293,27	146,63	418,95	314,21	209,48	104,73	1.173,07	
Auxiliar de Serviços Gerais	167,59	125,68	83,79	41,89	502,74	377,05	251,37	125,68	335,16	251,37	167,57	83,78	1.173,07	

ANEXO II

RELATÓRIO DE VIAGEM

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Cargo/Função:

Objeto/Projeto:

Destino:

Período:

Data e Hora de Partida:

Data e Hora de Chegada:

Número de diárias:

Meio de transporte utilizado:
DESCRIÇÃO

AÇÕES REALIZADAS

AUTORIDADE CONCEDENTE

Nome:

Cargo:

Função:

Assinatura:

DATA: __/__/____

ASSINATURA: _____

CODEPLAN

ATA 001/2014

ATA 001/2014

ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO CODEPLAN

Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2014, às treze e trinta horas, teve início na sede do CODEPLAN a reunião de Prefeitos para a eleição da diretoria do Consórcio para o Desenvolvimento do Planalto Norte – CODEPLAN. Na oportunidade estavam presentes Aldomir Roskamp, Prefeito de Monte Castelo, Dario Schicovski, Prefeito de Papanduva; Eloi José Quege, Prefeito de Três Barras; Gilberto Damaso da Silveira, Prefeito de Bela Vista do Toldo; Anízio de Souza, Prefeito de Porto União; Aloísio Salvatti, Vice-Prefeito de Porto União; Wilson Pereira, Vice-Prefeito de Canoinhas; Helio Daniel Costa, Secretário Executivo da AMPLANORTE e Adriana Bonin, assessora de comunicação da AMPLANORTE conforme lista de presença em anexo. Fazendo uso da palavra Helio Daniel Costa expôs aos presentes a proposta de Estatuto do Consórcio. Falou ainda da necessidade da aprovação tendo em vista que o Deputado Mauro Mariani acenou com a possibilidade de alocar pelo menos R\$ 1.000.000,00 para 2015, a fim de contribuir para o projeto da Usina de Asfalto, projeto pelo qual esta sendo pretendido pelos Prefeitos para implementação de um grande programa de pavimentação. Falou ainda da possibilidade de uma emenda de bancada no valor de R\$ 15.000.000,00 para constituição de uma Patrulha mecanizada que terá um fim específico de atender o Programa Planorte Leite e por consequência atuar de forma planejada nas estradas vicinais dos municípios consorciados atendendo as demandas dos produtores de leite. Sobre o Estatuto o Secretário já havia enviado para análise prévia dos Prefeitos bem como dos procuradores para que fizéssemos devidos apontamentos. Pontuou os principais pontos do documento. Na sequência colocou para aprovação dos presentes e em condições de voto sendo aprovado por unanimidade. Ato contínuo o Secretário observou a sua condição de ser Coordenador do CODEPLAN, e que muito em breve gostaria de contar com um corpo técnico mínimo necessário para dar eficiência a gestão e as responsabilidades em relação à parte contábil que terá íntima relação com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC. Mencionou sobre um bom assessor jurídico com pleno conhecimento das leis dos consórcios públicos o qual sugeriu o nome do Sr. Douglas Conceição que já atuou diretamente na construção do Protocolo de Intenções bem como no próprio

Estatuto do Consórcio. Por fim, foi levado a aprovação a chapa de consenso para a Diretoria do Consórcio para o exercício 2015, sendo homologado da seguinte forma. Presidente – Gilberto Damaso da Silveira – Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, 1º Vice Presidente – Dario Schicovski, Tesoureiro - Luiz Alberto Rincoski Faria – Prefeito Municipal de Canoinhas, Conselho Fiscal – Aldomir Roskamp – Prefeito Municipal de Monte Castelo, Julianos Pozzi Pereira – Prefeito Municipal de Irineópolis e Eloi José Quege Prefeito Municipal de Três Barras. Encerrada a pauta, o Presidente eleito deu por encerrado a presente reunião agradecendo a presença de todos solicitando ao Secretário a lavratura da presente ata para fiel registro que vai assinada por mim e pelo Presidente.

HÉLIO DANIEL COSTA

Coordenador Técnico-Administrativo do CODEPLAN

ALDOMIR ROSKAMP

Prefeito Municipal de Monte Castelo

Presidente do CODEPLAN

ATA 002/2015

ATA Nº 002/2015

CODEPLAN

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do corrente, às 10h00, reuniram-se nas dependências do restaurante Suchara no município de Canoinhas, os Prefeitos que compõem o Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte - CODEPLAN. Estiveram presentes o Presidente e prefeito de Bela Vista do Toldo Sr. Gilberto Damaso da Silveira, Prefeito de Canoinhas, Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, Prefeito de Irineópolis, Sr. Julianos Pozzi Pereira, Prefeito de Mafra, Sr. Wellington Bielecki, Prefeito de Major Vieira, Sr. Orildo Severgnini, Prefeito de Monte Castelo, Sr. Aldomir Roskamp, Prefeito de Três Barras, Sr. Eloi José Quege, Prefeito de Porto União Sr. Anízio de Souza, Vice Prefeito de Porto União, Sr. Aluizio Salvatti, Secretário Executivo Sr. Helio Daniel Costa e o Advogado Sr. Douglas da Conceição. Gilberto deu boas vindas a todos passando a palavra ao secretário da Amplanorte, o qual reafirmou a necessidade de constituição do consórcio que visa a busca de ações

que integrem a microrregião que coincide com os interesses da AMPLANORTE. Observou a expectativa de captar recursos ainda este ano advindos de emenda parlamentar e também do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - PROINF, que visa a estruturação do SUASA. Daniel apresentou a proposta orçamentária do CODEPLAN para o exercício de 2016, sendo o valor de R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais) rateado entre os municípios consorciados e R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) recursos transferidos da União. Assim, totalizando o orçamento no valor de R\$ 183.750,00 (cento e oitenta e três mil reais). Após discussão e esclarecimento aos presentes foi aprovado por unanimidade os valores dos contratos de rateio, conforme a tabela a seguir:

FONTES	Unidade de Destinação	Valor
01 Prefeitura Municipal de Irineópolis	- PM Irineópolis	257,25
02 Prefeitura Municipal de Major Vieira	- PM Major Vieira	184,88
03 Prefeitura Municipal de Papanduva	- PM Papanduva	439,50
04 Prefeitura Municipal de Canoinhas	- PM Canoinhas	1.267,50
05 Prefeitura Municipal de Porto União	- PM Porto União	816,00
06 Prefeitura Municipal de Três Barras	- PM Três Barras	443,25
07 Prefeitura Municipal de Monte Castelo	- PM Monte Castelo	195,37
08 Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo	- PM Bela Vista do Toldo	146,25
09 Transferências de Convênio da União	União	180.000,00
TOTAL		183.750,00

Ato contínuo sugeriu a composição da Diretoria para o exercício 2016 que de forma unânime ficou assim constituída
Composição Diretoria CODEPLAN 2016 – 01/01/2016 à 31/12/2016
Presidente: Eloi José Quege – Prefeito Municipal de Três Barras
Vice Presidente: Aldomir Roskamp – Prefeito Municipal de Monte Castelo

Conselho Fiscal efetivo:

Luiz Alberto Rincoski Faria – Prefeito Municipal de Canoinhas

Anízio de Souza – Prefeito Municipal de Porto União

Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal de Irineópolis

Orildo Antonio Severgnini – Prefeito Municipal de Major Vieira

Conselho Fiscal suplente:

Gilberto Damaso da Silveira – Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo

Dario Shicovski – Prefeito Municipal de Papanduva

Uma vez eleita a Diretoria, Daniel falou da necessidade de realizar concurso para emprego público para contratação de contador e assessor jurídico para dar início a estruturação técnica do CODEPLAN, considerando que 2016 a entidade terá recursos captados para atender as demandas dos municípios. Esgotada a ordem do dia o Presidente agradeceu a todos pela presença, solicitando ao Secretário a lavratura da presente ata para fiel registro que vai assinada por todos os presentes.

HÉLIO DANIEL COSTA

Coordenador Técnico-Administrativo do CODEPLAN

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo

Presidente do CODEPLAN

ESTATUTO SOCIAL - CODEPLAN

ESTATUTO SOCIAL

I - Da Denominação

Art. 1º - O Consórcio de Municípios se denominará de "CONSÓRCIO de desenvolvimento econômico do planalto norte", e de forma abreviada como "codeplan", constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos entes consorciados.

II - Das finalidades e dos objetivos

Art. 2º - São finalidades do CODEPLAN:

I - a gestão associada de serviços públicos;

II – a prestação direta ou indireta e integrada de serviços públicos de assistência técnica, execução de obras e serviços especializados, consultoria e assessoria, produção de informações, elaboração e execução de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos, serviços públicos especializados nas diversas áreas da administração pública municipal em âmbito municipal e regional, visando o desenvolvimento territorial sustentável;

III – a aquisição, administração, gestão associada, compartilhamento e uso comum de instrumentos, equipamentos, instalações, máquinas, pessoal técnico, bens e serviços para o desenvolvimento de ações ou programas nos municípios consorciados;

IV – a realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entidades de sua administração indireta;

V – a administração, supervisão e fiscalização de projetos, obras e serviços de iluminação pública; energia; transmissão de dados e aprimoramento dos sistemas de telecomunicações vinculados às novas tecnologias, de forma regionalizada;

VI – a atuação pela implantação de um sistema integrado de gestão e execução dos serviços de saneamento e de manejo de resíduos sólidos, inclusive para a co-geração de energia elétrica nos termos da legislação vigente;

VII – o apoio e o fomento de intercâmbio de experiências, informações, encontros, seminários, congressos e eventos de interesse do consórcio, sem prejuízo de que os entes consorciados desenvolvam ações e programas iguais ou semelhantes;

VIII – a aquisição de bens ou contratação de serviços técnicos especializados para o uso individual ou compartilhado dos municípios consorciados;

IX – a angariação de recursos onerosos e não onerosos, visando o financiamento das ações regionalizadas dentro dos objetivos e finalidades do consórcio;

X – o aprimoramento dos sistemas logísticos de transporte rodoviário, ferroviário, dutoviário, aéreo e hidroviário da região;

XI – o incentivo a gestão associada e integrada dos recursos hídricos e de soluções para a universalização do saneamento básico;

XII – a atuação pela implantação de um sistema integrado de gestão e destinação final de resíduos sólidos nos termos da legislação vigente;

XIII – a representação do conjunto dos municípios que o integram, em matéria referente à sua finalidade, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais;

XIV – o exercício das competências pertencentes aos entes consorciados, nos termos das autorizações e delegações conferidas pela Assembleia Geral;

XV - delegação do poder de polícia administrativa dos Municípios, dentro das áreas específicas da administração pública, mediante determinação expressa do Chefe do Executivo do Ente consorciado, que especificará as atribuições, as condições e o prazo da delegação mediante Decreto;

XVI – receber, processar e disponibilizar entre os entes federados, dados cadastrais, tributários, econômicos ou analíticos de qualquer tipo, que possam ser utilizados direta ou indiretamente para acompanhamento ou fiscalização, incluindo dados de Notas Fiscais Eletrônicas, operações de crédito, inclusive de Cartões de Crédito,

compra e venda de mercadorias ou de prestações de serviços sujeitos ao ISSQN ou ICMS, inclusive serviços bancários, operação de vendas de bens móveis e imóveis e outras composições de informações que os sistemas fiscalizadores possam realizar cruzamentos ou auditorias;

XVII – receber e analisar a documentação técnica encaminhada por requerentes de cada um dos Entes consorciados, no sentido de cumprir as determinações legais vigentes em face da tramitação administrativa dos procedimentos de licenciamento ambiental, exigindo as complementações que se fizerem necessárias para o correto enquadramento das atividades licenciáveis sob responsabilidade do Consórcio, definindo ainda a indicação de condicionantes e limites para a instalação e operação das atividades pretendidas;

XVIII – exercer, em caráter concorrente com os Entes consorciados e sob delegação dos mesmos, o poder de polícia, no sentido de cumprir as ações fiscalizatórias que visem à preservação e à proteção dos recursos naturais e do patrimônio histórico, artístico, cultural e arquitetônico;

XIX – atuar em conjunto com os Entes consorciados, em atividades, programas e projetos destinados à conscientização e à difusão de conhecimento sobre a importância do meio ambiente equilibrado para as atuais e futuras gerações, ações de educação fiscal e tributária, de maneira integrada ou isolada.

XX – o fortalecimento e a institucionalização das relações entre o Consórcio e as Associações de Municípios das quais os entes consorciados participam, em especial a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE, sede permanente do consórcio;

XXI – o estabelecimento de relações cooperativas com outros consórcios através do Colegiado de Consórcios Públicos da Federação Catarinense de Municípios – FECAM e de outros fóruns do gênero que por ventura surjam;

XXII – viabilizar licitações conjuntas de materiais diversos bem como, medicamentos, insumos e equipamentos voltados a saúde pública;

Art. 3º - Para cumprir as suas finalidades o CODEPLAN poderá:

I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

II - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão ou não o seu patrimônio;

III – contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação.

III - Do prazo de duração

Art. 4º - O prazo de duração do Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte será por tempo indeterminado.

IV - Da sede e foro

Art. 5º - A sede administrativa e foro do CONSÓRCIO de desenvolvimento econômico do planalto norte será na Rua Prof. Maria do Espírito Santo - 400 - CEP 89.300-000, Mafra, Estado de Santa Catarina, anexo a Associação dos Municípios do Planalto Norte – AMPLANORTE.

V - Da identificação dos entes da Federação que integram o Consórcio

Art. 6º - O CODEPLAN será constituído pelos Municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Monte Castelo, Papanduva e Três Barras, localizados no Estado de Santa Catarina.

VI - Da possibilidade da inclusão de novos associados

Art. 7º - A qualquer momento e a critério da Assembléia Geral, será facultado o ingresso de novos sócios através de assinatura de termo de protocolo de intenções, firmado entre o Presidente do Consórcio e o Prefeito do Município ingressante, mediante

apresentação de autorização legislativa da Câmara Municipal de Vereadores do município ingressante.

VII - Da área de atuação

Art. 8º - A área de atuação do Consórcio será formada pela totalidade das superfícies dos Municípios consorciados, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para a finalidade a que se propõe.

Parágrafo único: Em caso de interesse comum, condicionado a aprovação da Assembleia Geral, o consórcio poderá exercer atividades fora de sua unidade territorial.

VIII - Da personalidade jurídica

Art. 9º - Será constituído como uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.

IX - Do Estatuto

Art. 10º - O CODEPLAN será organizado por Estatuto Social cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas previstas no protocolo de intenções e do contrato constitutivo, será aprovado pela assembléia geral.

Art. 11 - O Estatuto Social somente poderá ser alterado pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Assembléia Geral, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 12 - O Estatuto Social e suas alterações produzirão seus efeitos mediante publicação na imprensa oficial, podendo ser de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores-internet em que se poderá obter seu texto integral.

X - Dos critérios para a representatividade do Consórcio perante outras esferas de governo

Art. 13 - Ao Presidente do Consórcio competirá representar os Municípios integrantes, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacional ou internacional, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos e convênios, bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad juditia", mediante decisão da Assembléia Geral.

XI - Das normas de convocação e funcionamento da Assembléia Geral, inclusive para elaboração, aprovação e modificação dos estatutos

Art. 14 - Os municípios que integram o CODEPLAN terão direito a um membro titular e um suplente na Assembléia Geral, que terão voto desde que quites com seus compromissos financeiros com o Consórcio e demais obrigações estatutárias. O membro titular é o Prefeito Municipal e, o membro suplente, o Vice-Prefeito, que terá vez e voto na falta daquele.

Art. 15 - Poderão participar da Assembléia Geral, sem direito a voto, representantes das Câmaras de Vereadores, de outros entes da federação e da sociedade civil, desde que convidados pela Diretoria do Consórcio.

Art. 16 - A assembléia geral será convocada ordinariamente pelo Presidente do Consórcio, sempre que houver pauta para deliberação e extraordinariamente para tratar de assunto específico. A reunião ordinária deverá ser convocada com antecedência de no mínimo 7 (sete) dias úteis, e a reunião extraordinária com antecedência mínima de 3 (tres) dias úteis, e publicada em jornal de circulação regional ou através de convocação pessoal de todos os representantes dos associados.

§1º. A Assembléia Geral Extraordinária poderá ser convocado por no mínimo 1/5 (um quinto) de seus membros.

§2º. A Assembleia Geral reunir-se-á:

I – em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II – em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

Art. 17 - A Assembléia Geral será a instância máxima de decisão do Consórcio, sendo que o voto de cada titular será singular, independentemente dos investimentos feitos no Consórcio. Havendo consenso entre seus membros, as deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação. As decisões serão tomadas por maioria simples dos municípios associados presentes, com exceção as previstas no presente protocolo e no presente estatuto social.

XII - Da Diretoria, eleição e duração do mandato

Art. 18 - O presente consórcio será dirigido por uma Diretoria, composta por Presidente, primeiro Vice-Presidente, segundo Vice-Presidente, secretário e tesoureiro, eleitos em assembléia geral, por escrutínio secreto para o mandato de 1 (um) ano, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

§1º - Havendo uma única chapa a eleição poderá ocorrer por aclamação. No caso de empate será declarada eleita a chapa que tiver como Presidente o Prefeito mais idoso.

Art. 19 - A eleição da Diretoria será realizada no mês de dezembro de cada ano, para o exercício seguinte, assumindo automaticamente em 1º de janeiro.

Art. 20 - Os membros da Diretoria não receberão remuneração a qualquer título pelo exercício do cargo.

Art. 21 - O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos, e os respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, devendo seu mandato coincidir com os membros da Diretoria.

§ 1º. Nenhum dos membros do Conselho Fiscal perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 2º. Somente poderá ocupar cargo no Conselho Fiscal o Chefe de Poder Executivo do ente consorciado.

Art. 22 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar trimestralmente as demonstrações fiscais, financeiras e contábeis do consórcio;

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade;

III - emitir parecer sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas a Assembleia Geral;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo único: O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar a Diretoria e o Coordenador Técnico-administrativo para prestarem informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

XIII - DA COORDENADORIA

Art. 23 - A Coordenadoria é composta por 01 (um) Coordenador Técnico-administrativo de livre nomeação e exoneração da Diretoria.

Art. 24 - Compete à Coordenadoria:

I - organizar e supervisionar os serviços do consórcio, zelando pela eficiência dos mesmos;

II - representar oficialmente a Diretoria, sempre que credenciado;

III - despachar os expedientes dirigidos ao consórcio;

IV - colaborar com o Presidente na elaboração do Relatório Geral

de Atividades, bem como, na Prestação de Contas Anual a serem apresentados ao Conselho Fiscal e posteriormente à Assembleia Geral;

V - acompanhar as reuniões de Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

VI – elaborar o Plano de Trabalho e o Orçamento do consórcio, em conjunto com a Diretoria e a equipe técnica;

VII – executar as ações definidas no Plano de Trabalho do consórcio;

VIII - executar demais tarefas atribuídas pela Diretoria do consórcio.

Art. 25 - Compete ao Coordenador Técnico-administrativo:

I - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, mediante homologação do Presidente;

II – julgar ou delegar a terceiros, os recursos relativos à homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários, observadas as disposições legais;

IV – Solicitar que o consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

V – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

VI - movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros;

VII - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades da Coordenadoria;

VIII - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal, em sintonia com a Secretaria Executiva da Associação dos Municípios em que ocorrer a reuniões;

IX - providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal;

XIV - O número, as formas de provimento e a remuneração dos empregados do Consórcio e os casos de contratação temporária

Art. 26 - Preferencialmente, o quadro de pessoal do CODEPLAN será composto por servidores cedidos pelos municípios consorciados, na forma e condições da legislação de cada um.

Art. 27 - Os servidores cedidos permanecerão no seu regime originário, somente lhes sendo concedidos adicionais ou gratificações nos termos e valores previstos no contrato de consórcio público.

Art. 28 - O pagamento de adicionais ou gratificações não configura vínculo novo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

Art. 29 - Na hipótese do município consorciado assumir o ônus da cessão do servidor, tais pagamentos poderão ser contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio.

Art. 30 - O regime de trabalho dos empregados do Consórcio será o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que obedecerá a teste de seleção simplificado, de acordo com o Plano de Cargos e Salários e ao que determina o art. 6º, § 2º, da Lei 11.107, de 5 de abril de 2005.

§ 1º. A dispensa de empregados públicos do consórcio dependerá da anuência prévia do Coordenador Técnico-administrativo, observadas as formalidades legais.

§ 2º. Os agentes públicos incumbidos da gestão do Consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com

as disposições dos estatutos do consórcio.

XV - Contrato de gestão, termo de parceria e gestão associada de serviço público

Art. 31 - O CODEPLAN poderá firmar contrato de gestão obedecendo, no que couber, os termos da Lei 9.649/1998, e celebrar termo de parceria, na forma da Lei nº 9.790/1999, ficando a cargo da Diretoria a elaboração dos mesmos, submetidos à apreciação da Assembléia Geral, especialmente convocada para tal finalidade. Tanto o contrato de gestão como o termo de parceria, será considerado aprovado mediante voto favorável da maioria absoluta dos consorciados.

XVI - Direitos e obrigações dos consorciados

Art. 32 - Constituem direitos dos consorciados:

I – participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado para os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio;

IV – compor a Diretoria ou Conselho Fiscal do consórcio nas condições estabelecidas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

Art. 33 - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio ou no Estatuto.

Art. 34 - Constituem deveres dos consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o Contrato de Programa e o Contrato de Rateio;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do Consórcio.

Art. 35 - O município poderá se retirar da sociedade com prévia autorização da respectiva Câmara Municipal e desde que participe sua intenção com prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias.

§1º - A retirada do membro não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio, inclusive os contratos de Programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

Art. 36 - Fica a cargo da Assembléia Geral, deliberar os termos da redistribuição dos custos da execução dos programas ou projetos de que participa o retirante.

Art. 37 - Os municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público e, os dirigentes, respondem pessoalmente pelas obrigações por eles contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou decisão da assembléia geral.

XVII - Do regime contábil e financeiro e da publicidade dos atos

Art. 38 - A execução das receitas e das despesas do consórcio deverá obedecer às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 39 - O CODEPLAN estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado para apreciar as contas de seu representante legal, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a

ser exercido em razão de cada um dos contratos que os municípios consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

Art. 40 - O Consórcio obedecerá ao princípio da publicidade, tornando públicas as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive as que digam respeito à admissão de pessoal, bem como permitindo que qualquer do povo tenha acesso a suas reuniões e aos documentos que produzir, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos por prévia e motivada decisão.

XIII - O contrato de Consórcio Público do Consórcio

Art. 41 - O contrato de consórcio público do CODEPLAN será celebrado com a ratificação, mediante lei, do presente protocolo de intenções, sendo que a recusa ou demora na ratificação não poderá ser penalizada.

Art. 42 - A ratificação pode ser realizada com reserva que deverá ser clara e objetiva, preferencialmente vinculada à vigência de cláusula, parágrafo, inciso ou alínea do protocolo de intenções, ou que imponha condições para a vigência de qualquer desses dispositivos.

Art. 43 - Caso a lei do município preveja reservas, a admissão do município no consórcio dependerá da aprovação pela Assembléia Geral.

Art. 44 - O contrato do Consórcio poderá ser celebrado por 2/3 (dois terços) dos signatários do Protocolo de Intenções, sem prejuízo de que os demais venham a integrá-lo posteriormente.

Art. 45 - A ratificação realizada após dois anos da primeira subscrição do protocolo de intenções dependerá da homologação da Assembléia geral.

Art. 46 - Dependerá de alteração do contrato de consórcio público o ingresso de novos municípios limítrofes aos municípios consorciados, não mencionados no protocolo de intenções como possível integrante do consórcio público.

Art. 47 - É dispensável a ratificação para o município que, antes de subscrever o protocolo de intenções, disciplinar por lei a sua participação no consórcio público, de forma a poder assumir todas as obrigações previstas no protocolo de intenções.

XIX - Da Gestão do CODEPLAN

Art. 48 - Para cumprimento de suas finalidades, o CODEPLAN, ainda poderá:

I - ser contratado pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, dispensada a licitação;

II – firmar convênio em nome dos Municípios consorciados, com o Governo Estadual, Governo Federal, Empresas Públicas, Autarquias, de Economia Mista, Secretarias de Estado, Ministérios e organismos internacionais.

Art. 49 - No caso de contratação de operação de crédito, o CODEPLAN se sujeita aos limites e condições próprios estabelecidos pelo Senado Federal, de acordo com o disposto no Art. 52, inciso VII, da Constituição Federal.

XX - Do Contrato de Rateio

Art. 50 - Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.

Art. 51 - O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Art. 52 - Constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art. 10, inciso XV, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

Art. 53 - As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar, ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

Art. 54 - Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CODEPLAN são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

Art. 55 - Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o município consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao Consórcio, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

Art. 56 - A eventual impossibilidade de o município consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em contrato de rateio obriga o CODEPLAN a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Art. 57 - É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

Art. 58 - Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida.

Art. 59 - Não se considera como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

Art. 60 - O prazo de vigência do contrato de rateio não será superior ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Art. 61 - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o CODEPLAN deverá fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

XXI - Da Contratação do CODEPLAN por Município

Art. 62 - O CODEPLAN poderá ser contratado por município consorciado, ou por entidade que integra a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 20, inciso III, da Lei nº 11.107, de 2005.

Art. 63 - O Contrato, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado município consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

XXII - Das Licitações Compartilhadas

Art. 64 - O CODEPLAN poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

XXIII - Da Exclusão de Município Consorciado

Art. 65 - A exclusão de município consorciado só é admissível havendo justa causa.

Art. 66 - Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa a não inclusão, pelo município consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do consórcio público, prevê-se devam ser assumidas por meio de contrato de rateio, ou tornar-se inadimplente.

Art. 67 - A exclusão mencionada somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o município consorciado poderá se reabilitar.

Art. 68 - A exclusão de consorciado exige processo administrativo onde lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

XXIV - Da extinção do CODEPLAN

Art. 69 - A extinção do CODEPLAN dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados, sendo que em caso de extinção:

I - os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantidos o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

Art. 70 - Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio.

XXV - Disposições Gerais

Art. 71 - Nenhum município poderá ser obrigado a se consorciar ou a permanecer consorciado, sendo que a retirada do município do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na assembléia geral, na forma previamente disciplinada por Estatuto Social.

Art. 72 - Os bens destinados ao CODEPLAN pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão do contrato de consórcio público ou do instrumento de transferência ou de alienação.

Art. 73 - A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

Mafrá-SC/ maio de 2014.

Gilberto Damaso da Silveira
Prefeito de Bela Vista do Toldo

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito de Canoinhas

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito de Irineópolis

Dario Schicovski
Prefeito de Papanduva

Aldomir Roskamp
Prefeito de Monte Castelo

Eloi José Quege
Prefeito de Três Barras

Visto: Douglas Antonio Conceição
OAB/SC nº 28754

PROTOCOLO DE INTENÇÕES - CODEPLAN

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

PREÂMBULO

Considerando a crescente delegação de serviços aos Municípios por parte dos demais entes federados, na maioria das vezes sem a necessária contrapartida econômico-financeira,
Considerando a necessidade de viabilização destes serviços a fim de garantir a qualidade, economicidade e perenidade dos mesmos, em benefício da população,
Considerando a possibilidade de ganho de escala através da gestão associada e da prestação de serviços públicos de forma consorciada,
Considerando a homogeneidade administrativa e identidade cultural comum aos dez Municípios que compõem a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE,
Considerando a necessidade da região da AMPLANORTE, disporem de um organismo institucional capaz de atuar de forma multifinalitária, no compartilhamento de ações que visem a gestão associada e a prestação de serviços públicos consorciados com ênfase na racionalização de recursos, visando o fortalecimento, a transparência e a eficiência na administração pública municipal, através de ações integradas de interesse público, na implementação de políticas públicas e no exercício de competências delegadas pelos entes consorciados,
Os Municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Mafra, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras representados neste ato pelos respectivos Chefes do Poder Executivo,

deliberam

constituir o “CONSÓRCIO DE Desenvolvimento Econômico do Planalto norte catarinense – codeplan”, o qual reger-se-á pelo disposto na Lei nº. 11.107, de 6 de abril de 2005, pelo Decreto nº. 6.017, de 17 de janeiro de 2007, pelo Contrato de Consórcio Público, pelo Estatuto do Consórcio Público e pelos demais atos; adotando o regime de total sintonia e plena cooperação com sua formuladora, a “ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE - AMPLANORTE”.

Para tanto, os Chefes do Poder Executivo, legítimos representantes de cada um dos entes federativos acima mencionados subscrevem o presente “PROTOCOLO DE INTENÇÕES”, conforme cláusulas a seguir:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS e do consorciamento

CLÁUSULA 1.^a - Subscrevem o Protocolo de Intenções:

I – O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede à Rua Estanislau Schumann – 839 - Centro, CEP 89.478-000, telefone (47) 3629-0182, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Gilberto Damaso da Silveira, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº. 2.318.341, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº.754.056.019-34;

II – O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt – 10 - Centro, CEP 89.460-000, telefone (47) 3621-7700, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº. 482.932, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº. 477.740.299-15;

III – O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.558/0001-05, com sede na Rua Paraná – 200 -, Centro, CEP 89.440-000, telefone (47)3625-1111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº 827.405, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 455.173.049-15;

IV – O MUNICÍPIO DE MAFRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.509.0001/72, com sede na Praça Des. Flávio Tavares - 12, Centro, CEP 89.300-000, telefone (47) 3641 4000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Wellington Roberto Bielecki, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº2.775.898, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 003.959.569-27;

V – O MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.525/0001-65, com sede na Rua Alfredo Becker – 385 - Centro, CEP 89.380-000, telefone (47) 3654-0166, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Aldomir Roskamp, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº2.014.310, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº615.249.569-53;

VI- O MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.392/0001-27, com sede na Travessa Otacílio F. de Souza -200, Centro, CEP 89480-000, telefone (47) 3655-1112, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Orildo Antonio Severgnini, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº768.353 emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº445.512.079-34;

VII- O MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.533/0001-01, com sede na Rua Sergio Glevinski - 134, Centro, CEP 89.370-000, telefone (47) 3653-2166, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Dario Schicovski, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº.607.166, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº248.839.219-72;

VIII- O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.541/0001-58, com sede na Rua Padre Anchieta – 126 -Centro, CEP 89.400-000, telefone (42) 3523-1155, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Anízio de Souza, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº.325.323, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 180.245.569-87;

IX – O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Av. Santa Catarina – 616 -Centro, CEP 89.490-000, telefone (47) 3623-1084, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Eloi José Quege, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº.4.189.806-2, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 740.219.589-91;

§ 1º - Todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do caput desta cláusula poderão consorciar-se mediante ratificação, nos termos da cláusula segunda.

§ 2º - Os municípios não subscritores deste Protocolo de Intenções, membros de Associação de Municípios confrontante com a área geográfica da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE e devidamente reconhecida junto a Federação Catarinense de Municípios – FECAM poderão, a qualquer tempo, ingressar no consórcio, o que se fará através de pedido formal ao Presidente do Consórcio, o qual, uma vez atendidos os requisitos legais do estatuto do consórcio e devidamente aprovado na Assembleia Geral, decidirá pela aceitação do novo consorciado, que deverá providenciar Lei de Ratificação, dotação orçamentária para destinação de recursos financeiros ao consórcio, subscrição dos contratos de programa e celebração dos contratos de rateio.

CLÁUSULA 2.ª - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos 03 (três) dos municípios que o subscrevem, converter-se-á no contrato de consórcio público.

§ 1º - Somente será considerado consorciado o Ente da Federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por lei.

§ 2º - Será automaticamente admitido no consórcio o Ente da Federação que efetuar a ratificação em até 02 (dois) anos da sua assinatura.

§ 3º - A ratificação realizada após 02 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da Assembleia Geral do Consórcio Público.

§ 4º - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do município dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais entes consorciados, em Assembleia Geral.

CAPÍTULO II

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

CLÁUSULA 3.ª - O “CONSÓRCIO de desenvolvimento econômico do planalto norte – codeplan”, constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos entes consorciados.

Parágrafo único: O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO III

DO PRAZO, DA SEDE E DA ÁREA DE ATUAÇÃO

CLÁUSULA 4.ª - O CONSÓRCIO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN, vigorará por prazo indeterminado.

Parágrafo único: A alteração ou a extinção do consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, e ratificação, através de lei, por todos os entes consorciados.

CLÁUSULA 5.ª - A sede do Consórcio será junto à sede da Associação dos Municípios do Planalto Norte – AMPLANORTE, situada a Prof. Maria do Espírito Santo - 400 - CEP 89.300-000, Mafra, Estado de Santa Catarina.

§ 1º. A Assembleia Geral do Consórcio poderá alterar a sede, mediante motivação relevante e plenamente justificada, bem como aprovar sub-sedes operacionais regionais de acordo com a necessidade do Consórcio.

§ 2º. A Assembleia Geral do Consórcio poderá aprovar e instituir sub-sedes operacionais de acordo com a necessidade expressa pela Diretoria e Coordenadoria do Consórcio.

CLÁUSULA 6.ª - A área de atuação do consórcio será formada pela soma do território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Parágrafo único: Em caso de interesse comum, condicionado a aprovação da Assembleia Geral, o consórcio poderá exercer atividades fora de sua unidade territorial.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS E DEVERES

CLÁUSULA 7.ª - Constituem direitos dos consorciados:

I – participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado para os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio;

IV – compor a Diretoria ou Conselho Fiscal do consórcio nas condições estabelecidas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

CLÁUSULA 8.ª - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio ou no Estatuto.

CLÁUSULA 9.ª - Constituem deveres dos consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o Contrato de Programa e o Contrato de Rateio;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do Consórcio.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO

CLÁUSULA 10.ª - O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE – CODEPLAN, poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar de assuntos relacionados com seu objetivo e suas finalidades previstas nas Cláusulas 11 e 12 deste Protocolo de Intenções, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

I – firmar protocolo de intenções;

II – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;

III – prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;

IV – outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI**DO OBJETIVO GERAL E DAS FINALIDADES**

CLÁUSULA 11 - O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE – CODEPLAN, tem por objetivo geral o compartilhamento de ações que visem a gestão associada e a prestação de serviços públicos consorciados com ênfase na racionalização de recursos, visando o fortalecimento, a transparência e a eficiência na administração pública municipal, através de ações integradas de interesse público, na implementação de políticas públicas e no exercício de competências delegadas pelos entes consorciados.

CLÁUSULA 12 - O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE – CODEPLAN, tem as seguintes finalidades:

I - a gestão associada de serviços públicos;

II – a prestação direta ou indireta e integrada de serviços públicos de assistência técnica, execução de obras e serviços especializados, consultoria e assessoria, produção de informações, elaboração e execução de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos, serviços públicos especializados nas diversas áreas da administração pública municipal em âmbito municipal e regional, visando o desenvolvimento territorial sustentável;

III – a aquisição, administração, gestão associada, compartilhamento e uso comum de instrumentos, equipamentos, instalações, máquinas, pessoal técnico, bens e serviços para o desenvolvimento de ações ou programas nos municípios consorciados;

IV – a realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entidades de sua administração indireta;

V – a administração, supervisão e fiscalização de projetos, obras e serviços de iluminação pública; energia; transmissão de dados e aprimoramento dos sistemas de telecomunicações vinculados às novas tecnologias, de forma regionalizada;

VI – a atuação pela implantação de um sistema integrado de gestão e execução dos serviços de saneamento e de manejo de resíduos sólidos, inclusive para a co-geração de energia elétrica nos termos da legislação vigente;

VII – o apoio e o fomento de intercâmbio de experiências, informações, encontros, seminários, congressos e eventos de interesse do consórcio, sem prejuízo de que os entes consorciados desenvolvam ações e programas iguais ou assemelhados;

VIII – a aquisição de bens ou contratação de serviços técnicos especializados para o uso individual ou compartilhado dos municípios consorciados;

IX – a angariação de recursos onerosos e não onerosos, visando o financiamento das ações regionalizadas dentro dos objetivos e finalidades do consórcio;

X – o aprimoramento dos sistemas logísticos de transporte rodoviário, ferroviário, dutoviário, aéreo e hidroviário da região;

XI – o incentivo a gestão associada e integrada dos recursos hídricos e de soluções para a universalização do saneamento básico;

XII – a atuação pela implantação de um sistema integrado de gestão e destinação final de resíduos sólidos nos termos da legislação vigente;

XIII – a representação do conjunto dos municípios que o integram, em matéria referente à sua finalidade, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais;

XIV – o exercício das competências pertencentes aos entes consorciados, nos termos das autorizações e delegações conferidas pela Assembleia Geral;

XV - delegação do poder de polícia administrativa dos Municípios, dentro das áreas específicas da administração pública, mediante determinação expressa do Chefe do Executivo do Ente consorciado, que especificará as atribuições, as condições e o prazo da delegação mediante Decreto;

XVI – receber, processar e disponibilizar entre os entes federados, dados cadastrais, tributários, econômicos ou analíticos de qualquer tipo, que possam ser utilizados direta ou indiretamente para acompanhamento ou fiscalização, incluindo dados de Notas Fiscais Eletrônicas, operações de crédito, inclusive de Cartões de Crédito, compra e venda de mercadorias ou de prestações de serviços sujeitos ao ISSQN ou ICMS, inclusive serviços bancários, operação de vendas de bens móveis e imóveis e outras composições de informações que os sistemas fiscalizadores possam realizar cruzamentos ou auditorias;

XVII – receber e analisar a documentação técnica encaminhada por requerentes de cada um dos Entes consorciados, no sentido de cumprir as determinações legais vigentes em face da tramitação administrativa dos procedimentos de licenciamento ambiental, exigindo as complementações que se fizerem necessárias para o correto enquadramento das atividades licenciáveis sob responsabilidade do Consórcio, definindo ainda a indicação de condicionantes e limites para a instalação e operação das atividades pretendidas;

XVIII – exercer, em caráter concorrente com os Entes consorciados e sob delegação dos mesmos, o poder de polícia, no sentido de cumprir as ações fiscalizatórias que visem à preservação e à proteção dos recursos naturais e do patrimônio histórico, artístico, cultural e arquitetônico;

XIX – atuar em conjunto com os Entes consorciados, em atividades, programas e projetos destinados à conscientização e à difusão de conhecimento sobre a importância do meio ambiente equilibrado para as atuais e futuras gerações, ações de educação fiscal e tributária, de maneira integrada ou isolada.

XX – o fortalecimento e a institucionalização das relações entre o Consórcio e as Associações de Municípios das quais os entes consorciados participam, em especial a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE, sede permanente do consórcio;

XXI – o estabelecimento de relações cooperativas com outros consórcios através do Colegiado de Consórcios Públicos da Federação Catarinense de Municípios – FECAM e de outros fóruns do gênero que por ventura surjam;

XXII – viabilizar licitações conjuntas de materiais diversos bem como, medicamentos, insumos e equipamentos voltados a saúde pública;

§ 1º - Os bens adquiridos ou administrados na forma dos incisos III e VII do caput serão de uso somente dos entes que contribuíram para a sua aquisição ou administração, na forma dos contratos de programa e de rateio.

§ 2º - É facultado o uso compartilhado de bens ou serviços adquiridos ou administrados na forma dos incisos III e VII do caput pelos demais entes consorciados mediante a celebração de contrato de rateio.

§ 3º - Para cumprimento de seus objetivos, o consórcio poderá:

I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

II - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão ou não o seu patrimônio;

III – contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação.

CAPÍTULO VII**DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

CLÁUSULA 13 - Os Municípios autorizam a gestão associada de serviços públicos nos termos do inciso XI, do artigo 4º da Lei Federal nº 11.107/2005, abrangendo o território daqueles que efetivamente se consorciarem.

Parágrafo único - Para a consecução da gestão associada, os Municípios delegam ao consórcio o exercício das competências que ensejem o cumprimento dos objetivos e finalidades do consórcio, previstas nas cláusulas 11 e 12.

CLÁUSULA 14 - Para o cumprimento de suas finalidades deverá o CONSÓRCIO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN, realizar obrigatoriamente licitações para as obras, serviços, compras e alienações, na forma prevista na Lei Federal n.º 8.666/93 e demais normas legais atinentes à espécie, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade permitidos por essas normas.

§ 1º - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

§ 2º - Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação federal respectiva, sendo instauradas pelo Presidente.

§ 3º - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

§ 4º - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo consórcio.

§ 5º - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos sobre a execução do contrato.

CLÁUSULA 15 - O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN, poderá aprovar e cobrar tarifas dos serviços pertinentes as suas finalidades, observados os seguintes critérios:

I - elaboração de planilha detalhada mediante cálculo dos componentes de custo de cada serviço, inclusive de cobrança do mesmo, usando as metodologias e técnicas de apuração de custos praticados no mercado;

II - submeter a análise e aprovação da Assembleia Geral.

Parágrafo único: As tarifas previstas neste artigo poderão ser atualizadas anualmente, mediante revisão do custeio e dos cálculos e aplicação do índice de atualização anual do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, após prévia aprovação da Assembleia Geral.

CLÁUSULA 16 - O consórcio fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de bens públicos por ele administrados.

CLÁUSULA 17 - O consórcio fica autorizado a ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

CLÁUSULA 18 - O patrimônio do consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

Parágrafo único: Os bens do consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e somente serão alienados por apreciação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII**Do contrato de programa**

CLÁUSULA 19 - Ao CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN, é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º - O consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos entes consorciados.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 3º - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público, observando-se necessariamente a legislação em vigor, as que estabeleçam:

I – o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais a continuidade dos serviços;

II – o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III – procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

IV – os direitos, garantias e obrigações do titular e do consórcio, inclusive os relacionados as previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

V – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VI – as penalidades e sua forma de aplicação;

VII – os casos de extinção;

VIII – os bens reversíveis;

IX – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

X – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do consórcio ao titular dos serviços;

XI – a periodicidade em que o consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XII – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais;

XIII – demais cláusulas previstas na Lei 11.107/2005 e seu regulamento.

§ 4º - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 5º - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

§ 6º - Nas operações de crédito contratadas pelo consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 7º - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 8º - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo consórcio, por razões de economia.

§ 9º - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I – o titular se retirar do consórcio ou da gestão associada;

II – extinção do consórcio.

§ 10 - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos em lei.

§ 11 - No caso de desempenho de serviços públicos pelo consórcio, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

CAPÍTULO IX

DO CONTRATO DE RATEIO

CLÁUSULA 20 - O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN, elaborará e firmará com os entes consorciados contrato de rateio, como forma de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, bem como assegurar a execução dos serviços.

Parágrafo único: São cláusulas obrigatórias do contrato de rateio:

I - a qualificação do consórcio e do ente consorciado;

II - o objeto e a finalidade do rateio;

III - a previsão de forma discriminada e detalhada das despesas de custeio de cada serviço, vedada a inclusão de despesas genéricas;

IV - a forma, as condições e a data de desembolso de cada parcela do custeio pelo Ente consorciado;

V - as penalidades pelo descumprimento do contrato de rateio pelas partes;

VI - a vigência do contrato de rateio, que deverá coincidir com o exercício financeiro do consorciado, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados no plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos;

VII - a indicação das dotações orçamentárias do ente consorciado que garante o cumprimento do contrato de rateio;

VIII - o direito e obrigações das partes;

IX - a garantia do direito do exercício de fiscalização da execução do contrato de rateio pelas partes, pelos entes consorciados pelos órgãos de controle interno e externo e pela sociedade civil;

X - o direito do consórcio e dos entes consorciados, isolados ou conjuntamente, como partes legítimas, de exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio;

XI - demais condições previstas na Lei Federal n.º 11.107/2005 e no Decreto n.º 6.017/2007.

CAPÍTULO X

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CLÁUSULA 21 - O CONSÓRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por lei, deste Protocolo de Intenções, pelo Estatuto do Consórcio e Regimento Interno.

Parágrafo Único - O consórcio regulamentará em Regimento Interno, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público e Estatuto do Consórcio.

CAPÍTULO XI

Dos órgãos

CLÁUSULA 22 - O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN, é constituído pelos seguintes órgãos:

I – Assembleia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Fiscal;

IV – Coordenadoria;

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

CLÁUSULA 23 - A Assembleia Geral, instância máxima do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados.

§ 1º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembleia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de 01 (um) ano, sendo permitida 01 (uma) reeleição.

§ 2º - Poderão concorrer à eleição para a Diretoria e o Conselho Fiscal, os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais, até 90 (noventa) dias antes da eleição.

§ 3º - Os Vice-Prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz.

§ 4º - No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do Município na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 5º - O disposto no § 4º desta cláusula não se aplica nos casos em que tenha sido enviado representante designado pelo Prefeito, o qual assumirá apenas os direitos de voz.

§ 6º - O servidor ou ocupante de cargo ou emprego de um município não poderá representar outro município na Assembleia Geral. A mesma

proibição se estende aos servidores do consórcio.

§ 7º - Ninguém poderá representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembleia Geral.

§ 8º - A Assembleia Geral será presidida pelo representante legal do consórcio, ou pelo Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos.

CLÁUSULA 24 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente 02 (duas) vezes ao ano, para proceder às eleições e apreciar o orçamento, o plano de trabalho e a prestação de contas, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do consórcio, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1.º. A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, declarando-se local, horário e pauta.

§ 2.º. As convocações se darão por meio eletrônico aos endereços previamente cadastrados junto a Coordenadoria do Consórcio e através de publicação no órgão oficial de publicações do Consórcio de acordo com o disposto na Cláusula 47.

§ 3º. A Assembleia Geral reunir-se-á:

I – em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II – em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

CLÁUSULA 25 - Cada Município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo único - O voto será público e nominal.

CLÁUSULA 26 - Compete à Assembleia Geral:

I – eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;

II – homologar o ingresso no consórcio de município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição, conforme previsto na § 3º da Cláusula 2.º;

III – aprovar as alterações do Estatuto do Consórcio;

IV – aplicar a pena de exclusão do ente consorciado;

V – aprovar o Regimento Interno e suas alterações;

VI – deliberar sobre as contribuições mensais a serem definidas em contrato de rateio;

VII – aprovar:

a) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) as diretrizes orçamentárias e o plano plurianual de investimentos;

c) o programa anual de trabalho;

d) a realização de operações de crédito;

e) a celebração de convênios;

f) a alienação e a oneração de bens imóveis do Consórcio;

VIII – criar fundo destinado aos investimentos em obras, estudos e outras atividades de interesse comum dos entes consorciados;

IX – aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao Consórcio;

X – autorizar o Presidente do consórcio a prover os empregos públicos;

XI – ratificar a nomeação do Coordenador Técnico-administrativo pela Diretoria do consórcio;

XII – deliberar sobre assuntos gerais do consórcio;

XIII – aprovar a extinção do consórcio;

XIV – apreciar e aprovar a mudança da sede.

CLÁUSULA 27 - O quorum de deliberação da Assembleia Geral será de:

I – Unanimidade de votos de todos os consorciados para a competência disposta no inciso XIII e XIV da cláusula anterior;

II - 2/3 (dois terços) dos presentes para as competências dispostas nos incisos II a XI da cláusula anterior;

III – maioria simples dos consorciados presentes para as demais deliberações.

CLÁUSULA 28 – As deliberações da Assembleia Geral deverão ser registradas em atas numeradas sequencialmente seguidas do ano e as decisões que visem tomar efeito deverão ser registradas na forma de resoluções numeradas sequencialmente dentro de cada exercício.

SEÇÃO II

DA DIRETORIA

CLÁUSULA 29 - A Diretoria é composta por 05 (cinco) membros, de diferentes municípios consorciados, compreendendo:

I – 01 (um) Presidente;

II – 01 (um) 1.º Vice-Presidente;

III – 01 (um) 2.º Vice-Presidente;

IV – 01 (um) Diretor-Secretário;

V – 01 (um) Diretor-Tesoureiro.

Parágrafo único – Os membros da Diretoria serão eleitos pelos seus pares em Assembleia Geral convocada especificamente para esta finalidade.

§ 1º. Os membros eleitos a Diretoria deverão manifestar-se imediatamente sobre a indicação.

§ 2º. Nenhum dos membros da Diretoria perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 3º. Somente poderá ocupar cargo na Diretoria o Chefe do Poder Executivo do ente consorciado.

CLÁUSULA 30 - A Diretoria deliberará de forma colegiada, exigida a maioria de votos. Em caso de empate, o Presidente exercerá voto minerva.

§ 1.º. A Diretoria reunir-se-á mediante a convocação do Presidente.

§ 2.º. A Diretoria será convocada com antecedência mínima de 2 (dez) dias, declarando-se local, horário e pauta.

§ 2.º. As convocações se darão por meio eletrônico aos endereços previamente cadastrados junto a Coordenadoria do Consórcio.

CLÁUSULA 31 - Compete à Diretoria:

I – elaborar o Regimento Interno

II – julgar recursos relativos à:

a) impugnação de edital de licitação e de concurso público, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação de seu objeto;

b) aplicação de penalidades a servidores do consórcio;

III – nomeação e exoneração do Coordenador Técnico-administrativo;

IV – autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes.

Parágrafo único. As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo estatuto.

CLÁUSULA 32 - O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência ou nos demais cargos da Diretoria.

SEÇÃO III

DO PRESIDENTE

CLÁUSULA 33 - Compete ao Presidente:

I – representar o Consórcio judicial e extrajudicialmente;

II – ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

III – convocar as reuniões da Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

IV – nomear e exonerar os servidores do consórcio, observado o disposto no inciso III da Cláusula 31;

V – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio.

VI – Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio;

VII - movimentar recursos financeiros do consórcio, através de ordens bancárias, transferências, cheques nominiais, gerenciador eletrônico financeiro, juntamente com o Diretor-Tesoureiro.

§ 1º. Com exceção das competências previstas nos incisos I, e IV, todas as demais poderão ser delegadas ao Coordenador Técnico-administrativo.

§ 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Coordenador Técnico-administrativo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA 34 - O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos, e os respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, devendo seu mandato coincidir com os membros da Diretoria.

§ 1º. Nenhum dos membros do Conselho Fiscal perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 2º. Somente poderá ocupar cargo no Conselho Fiscal o Chefe de Poder Executivo do ente consorciado.

CLÁUSULA 35 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar trimestralmente as demonstrações fiscais, financeiras e contábeis do consórcio;

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade;

III - emitir parecer sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas a Assembleia Geral;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo único: O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar a Diretoria e o Coordenador Técnico-administrativo para prestarem informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

SEÇÃO V

DA COORDENADORIA

CLÁUSULA 36 - A Coordenadoria é composta por 01 (um) Coordenador Técnico-administrativo de livre nomeação e exoneração da Diretoria.

CLÁUSULA 37 - Compete à Coordenadoria:

I - organizar e supervisionar os serviços do consórcio, zelando pela eficiência dos mesmos;

II - representar oficialmente a Diretoria, sempre que credenciado;

III - despachar os expedientes dirigidos ao consórcio;

IV - colaborar com o Presidente na elaboração do Relatório Geral de Atividades, bem como, na Prestação de Contas Anual a serem apresentados ao Conselho Fiscal e posteriormente à Assembleia Geral;

V - acompanhar as reuniões de Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

VI – elaborar o Plano de Trabalho e o Orçamento do consórcio, em conjunto com a Diretoria e a equipe técnica;

VII – executar as ações definidas no Plano de Trabalho do consórcio;

VIII - executar demais tarefas atribuídas pela Diretoria do consórcio.

CLÁUSULA 38 - Além do previsto no Estatuto do Consórcio, compete ao Coordenador Técnico-administrativo:

I - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, mediante homologação do Presidente;

II – julgar recursos relativos à homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários, observadas as disposições legais;

IV – Solicitar que o consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

V – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

VI - movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros;

VII - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades da Coordenadoria;

VIII - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal, em sintonia com a Secretaria Executiva da Associação dos Municípios em que ocorrer a reuniões;

IX - providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal;

X - propor ao Presidente e a Diretoria a requisição e contratação dos empregados públicos do consórcio.

CLÁUSULA 39 - O emprego público de Coordenador Técnico-administrativo deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência e qualificação em gestão, com formação de nível superior, e seu provimento se dará por livre nomeação e exoneração, observado o

disposto neste Protocolo.

CAPÍTULO XII

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DOS AGENTES PÚBLICOS

CLÁUSULA 40 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN os contratados para ocupar os empregos públicos, previstos no Anexo II do presente Protocolo de Intenções e os servidores cedidos pelos entes consorciados, bem como, em caso de necessidade motivada, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

CLÁUSULA 41 - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo estatuto, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e na Diretoria não serão remuneradas, sendo considerado trabalho público relevante.

Parágrafo único – Os empregados públicos do consórcio perceberão remuneração estabelecida para os cargos prevista no Anexo II, conforme proporcionalidade da carga horária estipulada, parte integrante do presente Protocolo de Intenções, acaso não percebam quaisquer outros tipos de remuneração de qualquer outro Ente federado ou órgão do Poder Público.

CLÁUSULA 42 - Os empregados públicos próprios do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º. Somente serão recebidos em cessão os empregados públicos ou servidores sem ônus para o consórcio, ficando vinculados ao regime jurídico e previdenciário estabelecido no órgão de origem.

§ 2º. O regulamento aprovado pela Assembleia Geral deliberará sobre a estrutura administrativa do consórcio e plano de empregos e salários, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, tratando especificamente das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho, regime disciplinar e denominação de seus empregos públicos.

§ 3º. A dispensa de empregados públicos do consórcio dependerá da anuência prévia do Coordenador Técnico-administrativo, observadas as formalidades legais.

§ 4º. Os agentes públicos incumbidos da gestão do Consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

CLÁUSULA 43 - O quadro de pessoal do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN é composto pelos empregados públicos constantes no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§ 1º - Os empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os cargos de provimento em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 2º - No prazo de 01(um) ano, da aprovação do plano de empregos e salários dos empregados públicos, o Consórcio realizará concurso público para preenchimento das vagas de seu quadro de pessoal.

§ 3º - As faixas de remuneração, a carga horária e as atribuições dos empregos públicos são as definidas no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§ 4º - Observado o orçamento anual do Consórcio, o vencimento dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do Consórcio serão revistos anualmente, após discussão prévia da Diretoria que considerar-se-á a média adotada pelos municípios que compõem o Consórcio e índice oficial de reajuste e/ou reposição.

§ 5º - Não poderá haver recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

§ 6º - A Assembleia Geral poderá autorizar o pagamento de gratificação de função aos empregados públicos, bem como alterar as faixas de remuneração, limitado as já existentes especificadas respectivamente para cada emprego, no quadro de agentes públicos do Anexo II.

CLÁUSULA 44 - Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente, mediante parecer da assessoria jurídica.

CLÁUSULA 45 - Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, da Constituição Federal, através de processo seletivo simplificado, mediante disponibilidade orçamentária, nas seguintes situações:

I - até que se realize concurso público previsto no § 2º, da Clausula 43, deste Protocolo de Intenções;

II - até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que vierem a vagar;

III - na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;

IV - para atender demandas de serviço, com programas, convênios e serviços excepcionais;

V - assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;

VI - realização de levantamentos declarados urgentes e inadiáveis;

VII - execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta.

§ 1º. Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º. As contratações temporárias terão prazo de até 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA 46 - Além do salário e das demais vantagens previstas neste Protocolo de Intenções, serão pagas aos empregados públicos do consórcio os seguintes adicionais:

I - décimo terceiro salário;

II – férias e adicional de férias;

III - adicional por serviço extraordinário;

IV - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;

V - adicional noturno.

Parágrafo único: O Estatuto preverá as formas de concessão de outras vantagens a serem concedidas aos empregados públicos, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

CAPÍTULO XIII**das publicações**

CLÁUSULA 47 – O órgão oficial de publicações dos atos expedidos pelos órgãos do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN será o Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, expedido pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

Capítulo XIV**DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

CLÁUSULA 48 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

CLÁUSULA 49 - Constituem receitas do Consórcio as provenientes de:

I - as transferências mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembleia Geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107/2005 e seu regulamento;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;

XI - os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres.

§ 1º. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;

II - quando tenham contratado o consórcio para a prestação de serviços na forma deste Protocolo de Intenções;

III - na forma do respectivo contrato de rateio.

§ 2º. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio.

§ 3º. Os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições do estatuto.

§ 4º. O consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

§ 5º - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas, conforme disposto na Cláusula 47.

§ 6º - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 7º - Fica o consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CLÁUSULA 50 - A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00.

CLÁUSULA 51 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

Parágrafo único - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e o arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

CAPÍTULO XV**DA SAÍDA DO CONSÓRCIO E DO RECESSO**

CLÁUSULA 52 - A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, ratificado por lei.

CLÁUSULA 53 - A retirada do membro não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio, inclusive os contratos de Programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

Parágrafo único: Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

II - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

CAPÍTULO XVI**DA EXCLUSÃO**

CLÁUSULA 54 - São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do Consórcio, devem ser assumidas por meio de contrato de rateio;

II - Inadimplência das obrigações assumidas no contrato de rateio;

III - a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia

Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

§ 1º. A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º. O estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão.

CLÁUSULA 55 - O Estatuto estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

CAPÍTULO XVII

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO

DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CLÁUSULA 56 - A extinção de contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por taxas tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

§ 2º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º. A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

§ 5º. A alteração do contrato de consórcio público observará o mesmo procedimento previsto no caput.

CAPÍTULO XVIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 57 - O Consórcio será regido pelo disposto na Lei Federal nº. 11.107, de 6 de abril de 2005; Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; pelo Contrato de Consórcio Público originado pela ratificação do Presente Protocolo de Intenções; pelas leis de ratificação, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram; pelo Estatuto do Consórcio e pelo Regimento Interno.

CLÁUSULA 58 - A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com os seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer documento ou ato do Consórcio;

IV – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

V – respeito aos princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo Consórcio sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência:

CAPÍTULO XIX

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA 59 - A Assembleia Geral definirá os índices oficiais a serem aplicados para correção dos valores monetários previstos nos contratos de rateio.

CLÁUSULA 60 - O Regimento Interno do consórcio público deverá dispor no mínimo sobre:

I - procedimentos sobre eleição e posse dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal;

II - procedimentos a serem observados quando houver vacância de cargos da diretoria;

III - registro das atas das Assembléias Gerais;

IV - criação do site oficial do consórcio na rede mundial de computadores – Internet;

V - publicações dos documentos do consórcio e dos atos praticados pelos seus gestores;

VI - normas sobre processo administrativo, observados os princípios constantes na Lei nº 9.784/99;

VII - o exercício do poder disciplinar e regulamentar, as atribuições administrativas, hierarquia, avaliação de eficiência, lotação e jornada de trabalho dos empregados públicos;

VIII – Forma de expedição dos atos dos órgãos do Consórcio, observado o disposto na Cláusula 28.

CLÁUSULA 61 - As funções do Coordenador Técnico-administrativo do Consórcio poderão, a critério da Diretoria, serem exercidas, de forma cumulativa não remunerada pelo Secretário Executivo da AMPLANORTE, desde que atendidos os critérios para investidura, observando-se o disposto na descrição do emprego constante no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO XX

DO FORO

CLÁUSULA 62 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público que originar, dos Contratos de Programa e Contratos de Rateio e Estatuto do Consórcio, fica eleito o foro da Comarca de Mafra, Estado de Santa Catarina.

Mafra, ____/____/____.

Municípios subscritores do Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODE-PLAN:

Gilberto Damaso da Silveira
BELA VISTA DO TOLDO

Luiz Alberto Rincoski Faria
CANOINHAS

Juliano Pozzi Pereira
IRINEÓPOLIS

Wellington Roberto Bielecki
MAFRA

Orildo Antonio Severgnini
MAJOR VIEIRA

Aldomir Roskamp
MONTE CASTELO

Dario Schicosvski
PAPANDUVA

Anízio de Souza
PORTO UNIÃO

Elói José Quege
TRÊS BARRAS

Municípios membros das Associações de Municípios confrontantes com a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLA-NORTE e passíveis de integrarem o CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN

- Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina Catarinense – AMUNESC: Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul.
- Associação dos Municípios da Região Sul do Paraná – AMSULEP: Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Agudos do Sul, Quitandinha e Pien.
- Associação dos Municípios da Região do Rio do Peixe – AMARP – Calmon, Matos Costa e Timbó Grande.
- Associação dos Municípios da Região do Contestado – AMURC – Santa Cecília.

ANEXO I ESTATUTO DOS SERVIDORES CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN

Capítulo I Das Disposições Preliminares

Art. 1º Para os efeitos deste Estatuto, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 2º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Capítulo II Do Provimento

Art. 3º São requisitos básicos para investidura nos cargos públicos constantes do Anexo II do Protocolo de Intenções do consórcio público denominado CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

Art. 4º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 5º São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;
- II - readaptação;
- III - reversão;
- IV - aproveitamento;
- V - reintegração;
- VI - recondução.

Art. 6º A nomeação far-se-á:

- I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo;
- II - em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo efetivo ou em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro

cargo em comissão, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

Art. 7º A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Art. 8º O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem as normas do consórcio público, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

Art. 9º O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no órgão oficial de publicação da CODEPLAN e no sítio que o consórcio mantiver na rede mundial de computadores - Internet.

§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

§ 3º Os aprovados em concurso público, dentro do número de vagas estabelecida em edital, poderão ser nomeados até o prazo final de validade do concurso público, obedecidas as regras e os limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 10. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

§ 2º A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 3º Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 4º No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 5º Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 11. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 12. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo ou função pública.

§ 1º É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para cargo em comissão, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo.

Art. 13. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 14. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.

§ 1º O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a duração de trabalho estabelecida em leis especiais, que disciplinam as regras e limites do exercício profissional.

Art. 15. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguinte fatores:

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V - responsabilidade.

§ 1º A pontuação dos critérios referidos neste artigo varia de 1 (um) a 10 (dez), correspondendo respectivamente a:

I - Ótimo - 10,0 (dez).

II - Bom - 8,0 (oito).

III - Regular - 5,0 (cinco).

IV - Insatisfatório - 1,0 (um).

§ 2º A avaliação de desempenho será considerada positiva se o servidor alcançar, na média das avaliações anuais, o mínimo de 60% (sessenta por cento) da pontuação total possível; e insatisfatória se a avaliação não atingir o percentual de 60% (sessenta por cento).

§ 3º O Regimento Interno disciplinará os procedimentos e as situações não prevista neste artigo.

§ 4º Quatro meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade, sem prejuízo da continuidade de apuração, ao longo dos anos, dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput deste artigo.

§ 5º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado, sendo inadmissível sua recondução ao cargo anteriormente ocupado, mesmo que estável no cargo de origem.

§ 6º O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos concedidos ao servidor, salvo os decorrentes de férias e da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e será retomado a partir do término do impedimento.

Art. 16. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício e desde que aprovado em estágio probatório.

Parágrafo único. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Art. 17. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, de processo administrativo disciplinar ou de avaliação periódica de desempenho, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 18. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

§ 1º Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será encaminhado para aposentadoria.

§ 2º A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 19. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

§ 3º Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 20. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 22.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Art. 21. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no art. 22.

Art. 22. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Art. 23. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Art. 24. A vacância do cargo público decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - readaptação;

IV - aposentadoria;

V - posse em outro cargo inacumulável;

VI - falecimento.

Art. 25. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício dar-se-á:

I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Art. 26. A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á:

I - a juízo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio servidor.

Capítulo III

Da Remoção e da Redistribuição

Art. 27. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

I - de ofício, no interesse da Administração;

II - a pedido, a critério da Administração;

Capítulo IV

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 28. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado no Anexo II do Protocolo de Intenções da CODEPLAN.

Art. 29. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

Art. 30. O servidor perderá:

I - a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências justificadas, ressalvadas as concessões de que trata o art. 62, e saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subsequente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela chefia imediata.

Parágrafo único. As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

Art. 31. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, salvo no que toca às reposições e indenização em favor do erário.

Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

Art. 32. As reposições e indenizações ao erário serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a dez por cento da remuneração, provento ou pensão.

§ 2º Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.

§ 3º Na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento à decisão liminar, à tutela antecipada ou à sentença que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados até a data da reposição.

Art. 33. O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

Parágrafo único. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

Art. 34. O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Capítulo V

Das Vantagens

Art. 35. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - gratificações;

III - adicionais; e

IV - premiações.

Parágrafo único. As indenizações, premiações, gratificações e adicionais não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito, salvo se expressamente indicados em lei.

Art. 36. As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores.

Art. 37. Constituem indenizações ao servidor:

I - diárias;

II - transporte.

III - auxílio-moradia.

Art. 38. Os valores das indenizações estabelecidas no artigo anterior, assim como as condições para a sua concessão, serão estabelecidos em regulamento.

Art. 39. O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

§ 2º Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

§ 3º Também não fará jus a diárias o servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas.

Art. 40. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de seu recebimento.

Parágrafo único. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no caput.

Art. 41. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

Art. 42. Além do vencimento e das vantagens previstas neste Estatuto, serão deferidos aos servidores as seguintes gratificações, adicionais e premiações:

- I - gratificação pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento;
- II - gratificação natalina;
- III - adicional Por Tempo de Serviço
- IV - adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- V - adicional noturno;
- VI - adicional de férias;
- VIII - premiação pelo Cumprimento de Metas

Art. 43. Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, nos termos do Regimento Interno do consórcio público, é devida gratificação pelo seu exercício, no percentual de 15% (quinze por cento) do vencimento base do cargo efetivo originariamente ocupado.

Parágrafo único. Cessada a função de direção, chefia ou assessoramento, extingue-se automaticamente a referida gratificação, sem qualquer incorporação.

Art. 44. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Art. 45. A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Art. 46. O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

Art. 47. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Art. 48. Fica instituído o Adicional por Tempo de Serviço, designado de quinquênio, caracterizado pela progressão de 01 (uma) referência a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício das funções junto à CODEPLAN, contados da data da posse no cargo público do consórcio.

§ 1º Para fins de aplicação deste artigo, o servidor, ao ser beneficiado pelo quinquênio, passará a ter como vencimento base o valor da referência imediatamente superior à anteriormente fixada para o cargo público ocupado, incorporando-se ao seu patrimônio jurídico.

§ 2º Fica suspensa a contagem do tempo, para fins de quinquênio, relativo ao período em que o servidor público não esteja em efetivo exercício, salvo se decorrente de acidente de trabalho, férias, licença maternidade e licença paternidade.

§ 3º Não será concedido o quinquênio nos casos em que o servidor público tenha auferido avaliação insuficiente em qualquer Avaliação Periódica de Desempenho, nos termos deste Estatuto e das normas regimentais do consórcio público, realizada durante o período de contagem do referido quinquênio.

§ 4º O quinquênio será concedido por ato do Diretor Geral do consórcio, após analisados os requisitos fixado por este Estatuto e pelas normas regimentais para sua concessão.

Art. 49. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, nos termos da Constituição da República.

Art. 50. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada diária.

Art. 51. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no art. 49.

Art. 52. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.

Parágrafo único. No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

Art. 53. Fica criada a Premiação pelo Cumprimento de Metas, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do vencimento base percebido pelo servidor.

§ 1º A referida gratificação será atribuída em função do alcance, pelo servidor público, das metas de desempenho funcional, dentro de cada período de 6 (seis) meses, consoante critérios estabelecidos em ato do Conselho de Administração do consórcio público, após aprovação pela Assembleia Geral.

§ 2º Caso alcançadas as metas e condições estabelecidas em Regimento Interno, a premiação será concedida em parcela única, devida no mês posterior à comprovação do alcance das metas fixadas, não se incorporando à remuneração do servidor público sob nenhuma circunstância.

§ 3º Poderão ser criados níveis progressivos de desempenho para fins da concessão da Premiação pelo Cumprimento de Metas, a fim de incentivar a eficiência no serviço público, sempre limitado ao percentual fixado no caput deste artigo.

§ 4º Não será concedida a premiação prevista neste artigo nos casos em que o servidor público tenha auferido avaliação insuficiente em Avaliação Periódica de Desempenho realizada nos últimos 12 (doze) meses, nos termos deste Estatuto e das normas regimentais.

§ 5º A premiação referida no caput deste artigo necessita, para sua implementação, da prévia regulamentação pelo Conselho de Administração do consórcio público.

Capítulo VI Das Férias

Art. 54. O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

Art. 55. O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

§ 1º O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.

Art. 56 A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.

Art. 57. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pelo Diretor Geral do consórcio público.

Parágrafo único. O restante do período interrompido será gozado de uma só vez.

Capítulo VII Das Licenças

Art. 58. Conceder-se-á ao servidor licença para o serviço militar e para atividade política.

Art. 59. Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo único. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

Art. 60. O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2º A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses.

Art. 61. O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no País.

§ 1º Ato do Diretor Geral do consórcio público definirá, em conformidade com a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós-graduação no País, com ou sem afastamento do servidor, que serão avaliados por um comitê constituído para este fim.

§ 2º Os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos há pelo menos 2 (dois) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado, excluído o período de estágio probatório.

§ 3º Os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargo efetivo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 6 (seis) anos, excluído o período de estágio probatório.

§ 4º Os servidores beneficiados pelos afastamentos previstos nos parágrafos anteriores deste artigo terão que permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno por um período igual ao do afastamento concedido.

§ 5º Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria, antes de cumprido o período de permanência previsto no parágrafo anterior deste artigo, deverá ressarcir o consórcio público, na forma do art. 44 deste Estatuto, dos gastos com seu aperfeiçoamento.

§ 6º Caso o servidor não obtenha o título ou grau que justificou seu afastamento no período previsto, aplica-se o disposto no parágrafo anterior deste artigo, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, a critério do dirigente máximo do órgão ou entidade.

§ 7º Aplica-se à participação em programa de pós-graduação no Exterior as mesmas regras deste artigo.

Capítulo VIII Das Concessões

Art. 62. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por 1 (um) dia, para doação de sangue;

II - por 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor;

III - por 3 (três) dias consecutivos em razão de :

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Art. 63. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário, respeitada a duração semanal do trabalho.

§ 2º Também será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.

§ 3º As disposições do parágrafo anterior são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física, exigindo-se, porém, neste caso, compensação de horário na forma do inciso II do art. 30.

Capítulo IX Do Tempo de Serviço

Art. 64. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

Art. 65. Além das ausências ao serviço previstas no art. 97, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

- I - férias;
- II - participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação stricto sensu no País ou exterior, conforme dispuser o regimento interno do consórcio público;
- III - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, exceto para premiação pelo cumprimento de metas;
- IV - júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- V - licença:
 - a) à gestante, à adotante e à paternidade;
 - b) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;
 - c) para capacitação, conforme dispuser o regimento interno do consórcio público;
 - d) por convocação para o serviço militar;

Capítulo X Do Direito de Petição

Art. 66. É assegurado ao servidor o direito de requerer ao consórcio público, em defesa de direito ou interesse legítimo.

Art. 67. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 68. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado. Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 69. Caberá recurso:

- I - do indeferimento do pedido de reconsideração;
 - II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.
- § 1o O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.
- § 2o O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 70. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 71. O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente. Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 72. O direito de requerer prescreve:

- I - em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;
- II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 73. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 74. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Art. 75. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Art. 76. A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 77. São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo, salvo motivo de força maior.

Capítulo XI Dos Deveres dos Servidores Públicos

Art. 78. São deveres do servidor:

- I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II - ser leal ao consórcio público e aos entes consorciados;
- III - observar as normas legais e regulamentares;
- IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza:

- a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- c) às requisições para resguardar o Poder Público.

VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - tratar com urbanidade as pessoas;

XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

Capítulo XII

Das Proibições aos Servidores Públicos

Art. 79. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos casos de participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que os entes consorciados detenham, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros.

Capítulo XIII

Da Acumulação de cargos, empregos e funções

Art. 80. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Art. 81. O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 82. O servidor vinculado ao regime deste Estatuto, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.

Capítulo XIV

Das Responsabilidades dos Servidores Públicos

Art. 83. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 84. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§ 1º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 2º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 85. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 86. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 87. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 88. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Capítulo XV

Das Penalidades aos Servidores Públicos

Art. 89. São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V - destituição de cargo em comissão;

VI - destituição de função comissionada.

Art. 90. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 91. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 79, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 92. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

§ 1º Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 93. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 94. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 79.

Art. 95. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o Diretor Geral do consórcio notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores efetivos, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1º A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, observado o disposto nos arts. 125 e 126.

§ 3º Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à

responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 4º No prazo de cinco dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 5º A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que deverá ser trazido comprovante do requerimento de exoneração dos cargos acumulados ilegalmente.

§ 6º Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições do processo administrativo disciplinar.

Art. 96. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Art. 97. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada nos termos do art. 25 será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 98. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 94, implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 99. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 79, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público nos municípios consorciados, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público nos municípios consorciados o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 94, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 100. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

Art. 101. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

Art. 102. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 133, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a sessenta dias interpoladamente, durante o período de doze meses;

II - após a apresentação da defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 103. Todas as penalidades disciplinares serão aplicadas pelo Diretor Geral do consórcio público, salvo no caso de penalidade imputada a este, quando o Presidente do Conselho de Administração analisará, julgará e aplicará as sanções aplicáveis à espécie.

Art. 104. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Capítulo XVI

Disposições Gerais do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 105. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 106. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 107. Da sindicância poderá resultar:

- I - arquivamento do processo;
- II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;
- III - instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 45 (quarenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 108. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Capítulo XVII Do Afastamento Preventivo

Art. 109. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

Capítulo XVIII Do Processo Disciplinar

Art. 110. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 111. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores efetivos designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 1º A Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 2º Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 3º No caso de não existirem servidores efetivos nas condições previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, a comissão poderá composta, parcialmente ou integralmente, por servidores comissionados ou pelos prefeitos municipais dos municípios consorciados.

Art. 112. A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo único. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

Art. 113. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

- I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;
- II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;
- III - julgamento.

Art. 114. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 2º As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 115. O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 116. Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 117. Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 118. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

Art. 119. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

Art. 120. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

Art. 121. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos arts. 119 e 120.

§ 1º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 122. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 123. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

§ 2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, mediante requerimento tempestivo do interessado, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de (2) duas testemunhas.

Art. 124. O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 125. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no órgão de publicação oficial do consórcio público e em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 126. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 3º Na ausência de servidor público efetivo, nos termos do parágrafo anterior, poderá ser nomeado como defensor dativo servidor exercente de cargo em comissão.

Art. 127. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 128. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Art. 129. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

Parágrafo único. Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

Art. 130. O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

Parágrafo único. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 131. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

§ 1º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 2º A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o art. 104, § 2º, será responsabilizada na forma do Capítulo XIV.

Art. 132. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 133. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando trasladado na repartição.

Art. 134. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo único. Ocorrida a exoneração de que trata o parágrafo único, inciso I do art. 34, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Art. 135. Serão assegurados transporte e diárias:

I - ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado;
II - aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Art. 136. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 137. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 138. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 139. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do consórcio público, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente competente para a instauração do processo de revisão.

Parágrafo único. Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão, na forma do art. 111.

Art. 140. A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 141. A comissão revisora terá 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogável por igual prazo.

Art. 142. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 143. O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 144. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

Capítulo XIX

Disposições Finais

Art. 145. As disposições estabelecidas neste Estatuto aplicam-se somente aos servidores públicos do consórcio público designado de CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN, não se estendendo, sob nenhuma circunstância, aos servidores, empregados e demais agentes públicos dos municípios consorciados.

Art. 146. No caso da extinção do consórcio público, os servidores públicos estáveis serão aproveitados nos quadros funcionais dos entes consorciados, nos termos definidos em Assembléia Geral e na lei de extinção do consórcio público.

Art. 147. As disposições deste Estatuto integram o Protocolo de Intenções do consórcio público designado de CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN.

ANEXO II

QUADRO DE SERVIDORES

Emprego	Vagas	Provimento	Ref. salarial Máxima/ proporcional a carga horária	Carga Horária	Requisito
Coordenador Técnico-administrativo	01	Livre admissão e exoneração		40h	Ensino superior completo
Analista de Projetos	01	Concurso Público	R\$ 1.500,00	20h	Ensino Superior
Agente Administrativo	05	Concurso Público	R\$ 1.356,00	40h	Ensino Médio Completo
Fiscal Movimento Econômico	05	Concurso público	R\$ 1.356,00	40	Ensino Médio Completo

DESCRIÇÃO DOS CARGOS

TÍTULO DO CARGO: Coordenador Técnico-administrativo

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Administrar as ações desenvolvidas pelo consórcio, na condição de gestor e articulador, fomentando discussões, debates e reuniões, no

intuito de atingir os objetivos e finalidades do Consórcio.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Controlar a movimentação de documentos internos e externos;
- Implantar na esfera do Consórcio, técnicas de organização e métodos, administração financeira, administração de recursos humanos, administração de materiais e compras, administração de patrimônio (bens, valores e capitais), administração de custos e administração do serviço público;
- Coordenar as atividades dos demais empregos públicos vinculados ao Consórcio, como gestor delegado pela Diretoria;
- Elaborar as pautas das reuniões, responsabilizando-se por todas as questões afeitas ao tema, tais como convocação, preparação de espaço físico e material de apoio, em comum acordo com a Secretaria Executiva da Associação de Municípios em que ocorrer as reuniões;
- Manter sob controle a agenda de atividades, editais e atas do Consórcio;
- Administrar as questões orçamentárias e administrativas do Consórcio, solicitando a elaboração de análises e relatórios junto as Assessorias Jurídica e Contábil;
- Propor pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos relacionados às atividades do Consórcio, perseguindo os objetivos e finalidades definidas;
- Quando cabível, subscrever documentos em nome do Consórcio;
- Encarregar-se da representação do Consórcio perante os agentes de controle e a opinião pública de maneira geral, prestando contas e apresentando realizações, balanços, estratégias e ações de valorização, no âmbito das competências do Consórcio;
- Exercer o gerenciamento em cada operação/tarefa, observando os parâmetros de qualidade e segurança estabelecidos, avaliando-os e registrando se necessários os resultados obtidos;
- Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação da Diretoria;
- Auxiliar as Assessorias Jurídica e Contábil nos processos de licitação pública e nos contratos administrativos;
- Planejar, organizar, dirigir e controlar os serviços de tesouraria, com o necessário acompanhamento do fluxo financeiro;
- Superintender e coordenar as atividades referentes à arrecadação, lançamento e registro dos atos e fatos de natureza contábil, financeira e patrimonial, execução orçamentária e atividades correlatas;
- Auxiliar a Diretoria nas suas atribuições;

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO:

Escolaridade: Superior completo, e comprovação de que o profissional possui competência (emérita e/ou pós-graduação).

Cursos Específicos: não exige.

TÍTULO DO CARGO: ANALISTA DE PROJETOS

DESCRIÇÃO: Cadastrar o Consórcio junto ao Sistema de Convênios – SICONV assessorando o Consórcio bem como os municípios filiados na elaboração de projetos visando a captação de recursos junto aos Governo Federal e Estadual e outras fontes financiadoras de recursos.

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO:

Escolaridade: Superior Completo, preferencialmente em administração.

Curso Específico: Gestão de Projetos através do Sistema de Convênios – SICONV.

TÍTULO DO CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: executar os serviços de suporte operacional nas áreas de recursos humanos, administração, contabilidade, regulação e fiscalização, devendo, para tanto, elaborar relatórios, planilhas e demais ações de expediente, bem como executar as ações requeridas pelos superiores hierárquicos.

ESCOLARIDADE: ensino médio completo.

TÍTULO DO CARGO: FISCAL MOVIMENTAÇÃO ECONÔMICA

DESCRIÇÃO: Executa no âmbito dos municípios consorciados operações de fiscalização de mercadorias em trânsito conforme estabelece a Lei Complementar 63 de 11 de janeiro de 1990 em especial o Art. 6º, bem como o que estabelece o Convênio 2013 TN 000161 que celebram Estado de Santa Catarina, Federação Catarinense de Municípios – FECAM e Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO:

Escolaridade: Ensino Médio completo.

Cursos Específicos: Cursos de capacitação oferecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda direcionados a fiscalização de mercadorias.

RESOLUÇÃO 001/2015

RESOLUÇÃO N.º 001 /2015.

APROVA ORÇAMENTO GERAL DO CODEPLAN PARA O EXERCÍCIO DE 2016

O Conselho Deliberativo do Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte reunido ordinariamente em Dezembro de 2015 por decisão de seus membros presentes, com fundamento nas disposições do protocolo de intenções aprovado e ratificado, estatuto e regimento interno,

RESOLVE:

Art. 1.º - O Orçamento do Codeplan, para o exercício de 2016, é constituído pela previsão da Receita no valor de R\$ 183.750,00 (cento e oitenta e três mil, setecentos e cinquenta reais), e fixa a despesa em igual valor conforme detalhamento abaixo:

RECEITAS PREVISTAS

1.7.0.0.00.00.00 – Transferências Correntes R\$ 183.750,00

1.7.2.3.00.00.00 – Transferências dos Municípios

1.7.2.3.37.00.00 – Transferências a Consórcios Públicos R\$ 3.750,00

1.7.6.1.00.00.00 – Transferências de Convênios da União

1.7.6.1.99.00.00 – Outras Transferências de Convênio da UniãoR\$ 180.000,00

FONTES	Unidade de Destinação	Valor
01 Prefeitura Municipal de Irineópolis	- PM Irineópolis	257,25
02 Prefeitura Municipal de Major Vieira	- PM Major Vieira	184,88
03 Prefeitura Municipal de Papanduva	- PM Papanduva	439,50
04 Prefeitura Municipal de Canoinhas	- PM Canoinhas	1.267,50
05 Prefeitura Municipal de Porto União	- PM Porto União	816,00
06 Prefeitura Municipal de Três Barras	- PM Três Barras	443,25
07 Prefeitura Municipal de Monte Castelo	- PM Monte Castelo	195,37
08 Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo	- PM Bela Vista do Toldo	146,25
09 Transferências de Convênio da União	União	180.000,00
R\$		183.750,00

Art. 2.º - Fica o Diretor Administrativo do CODEPLAN – Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte, autorizado a ajustar este orçamento através do superávit financeiro, excesso de arrecadação, ou outros recursos que ingressarem pelos seus totais, e ainda pelas anulações de saldos dentro da mesma unidade administrativa, para o exercício de 2016, até 50% do valor total estimado.

Art. 3.º - Esta Resolução entrará em vigor a partir do dia primeiro de janeiro de 2016.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra (SC), 04 de Dezembro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Presidente

HELIO DANIEL COSTA

Diretor Administrativo

ELAINE CRISTINA ECKEL

Contadora CRC/SC 36432/O-1

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2016

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA E TRANSFERÊNCIAS (Repasse Municípios e União)

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	183.750,00
1.7.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	183.750,00
1.7.2.0.00.00.00	Transferências Intragovernamentais	3.750,00
1.7.2.3.00.00.00	Transferências dos Municípios	3.750,00
1.7.2.3.37.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	
1.7.2.3.37.01.00	Pref. Municipal Irineópolis	257,25
1.7.2.3.37.02.00	Pref. Municipal Major Vieira	184,88
1.7.2.3.37.03.00	Pref. Municipal Papanduva	439,50
1.7.2.3.37.04.00	Pref. Municipal de Canoinhas	1.267,50
1.7.2.3.37.05.00	Pref. Municipal de Porto União	816,00
1.7.2.3.37.06.00	Pref. Municipal de Três Barras	443,25
1.7.2.3.37.07.00	Pref. Municipal de Monte Castelo	195,37
1.7.2.3.37.08.00	Pref. Municipal de Bela Vista do Toldo	146,25
1.7.6.1.00.00.00	Transferência de Convênio da União	180.000,00
1.7.6.1.99.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	180.000,00

Mafra, 04 de Dezembro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Presidente

HELIO DANIEL COSTA

Diretor Administrativo

ELAINE CRISTINA ECKEL

Contadora CRC/SC 36432/O-1

PLANILHA ORÇAMENTO DA DESPESA PARA 2016 ANEXO II

ÓRGÃO:	CODEPLAN – Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte	01
UNIDADE:	CODEPLAN	01
FUNÇÃO:	Administração	04
SUB-FUNÇÃO:	Administração Geral	122
PROGRAMA:	Desenvolvimento Econômico	1001
ATIVIDADE:	Manutenção e Funcionamento do CODEPLAN	2001

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

4.4.90.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas	3.750,00

ÓRGÃO:	CODEPLAN – Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte	01
UNIDADE:	CODEPLAN	01
FUNÇÃO:	Administração	04
SUB-FUNÇÃO:	Administração Geral	122
PROGRAMA:	Desenvolvimento Econômico	1001
ATIVIDADE:	Manutenção e Funcionamento do CODEPLAN convênio	2001

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

4.4.90.00.00.00.00	Outras Despesas de Serviços – Aplicações Diretas	180.000,00
TOTAL		180.000,00

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Presidente

HELIO DANIEL COSTA

Diretor Administrativo

ELAINE CRISTINA ECKEL

Contadora CRC/SC 36432/O-1

CIGAMERIOS**EXTRATO DE ATAS REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005/2015
EXTRATO DE ATA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0019/2016**

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios **CIGAMERIOS**, e a empresa **KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP**.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ACARBOSE - DOSE 50MG

ACETAZOLAMIDA - DOSE 250MG

BRIMONIDINA, TARTARATO DE TIMOLOL, MALEATO DE - DOSE 0,2% 0,5%

DIIDROERGOCRISTINA, MESILATO DE - DOSE 6MG

HIDROXICLOROQUINA - DOSE 400 MG

IMIPRAMINA - DOSE 150 MG

INDACATEROL - DOSE 300MCG

PAROXETINA CR - DOSE 25MG

ACETAZOLAMIDA - DOSE 250MG

ÁCIDO VALPRÓICO - DOSE 250MG

BRINZOLAMIDA - DOSE 10 MG/ML

BRINZOLAMIDA + TIMOLOL - DOSE 10/5 MG/ML

ESTRADIOL, VALERATO DE + DIENOGESTE (REF. QLAIRA)

FANCICLOVIR - DOSE 500MG

FLUCONAZOL - DOSE 150MG

FLUTICASONA, FUROATO DE - DOSE 27,5 MCG

IBANDRONATO DE SÓDIO - DOSE 150MG

INDACATEROL - DOSE 300MCG

LEVOMEPROMAZINA, MALEATO DE - DOSE 0,40%

LEVOMEPROMAZINA, MALEATO DE - DOSE 100MG

PAROXETINA CR - DOSE 25MG

TEOFILINA - DOSE 200MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 548.252,38

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0013/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibí, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ACEBROFILINA ADULTO S/SACAROSE - DOSE 50MG/5ML

ATENOLOL CLORTALIDONA - DOSE 100MG 25MG

BRONFENIRAMINA, MALEATO DE FENILEFRINA, CLORIDRATO DE - DOSE 2MG 2,5MG/ ML

BRONFENIRAMINA, MALEATO DE FENILEFRINA, CLORIDRATO DE - DOSE 4MG 5MG

CANDESARTANA HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 16MG 12,5MG

CARBAMAZEPINA - DOSE 20MG/ML

CARBOXIMETILCELULOSE SODICA - DOSE 0,50%

DEXTRANA 70 HIPROMELOSE - DOSE 0,1 MG/ML 0,3 MG/ML

DEXTRANA 70 HIPROMELOSE GLICEROL - DOSE 1MG/ML 3MG/ML 2MG/ML

DIACEREINA - DOSE 50MG

DICLOFENACO DIETILAMONIO - DOSE 11,6 MG/G

ESTRIOL CR VAG - DOSE 1MG/G

FENOFIBRATO - DOSE 200MG

FENOFIBRATO - DOSE 200MG

FENOFIBRATO - DOSE 200MG

FENOFIBRATO - DOSE 200MG

FERROCARBONILA - DOSE 126 MG

FLUOCINOLONA ACETONIDA SULFATO DE POLIMIXINA B SULFATO DE NEOMICINA CLORIDRATO DE LIDOCAINA - DOSE 0,275MG/11000UI/3,85G/0,02G

GENFIBROZILA - DOSE 600MG

GLICERINA POLISSORBATO (ENDURA) - COLIRIO

GLICOSAMINA, SULF CONDROITINA - DOSE 1,5 1,2 G

GLICOSAMINA, SULFATO DE CONDROITINA, SULFATO DE - DOSE 500 MG 400 MG

INSULINA HUMANA REGULAR - DOSE 100UI/ML 10ML

IPRATROPIO, BROMETO DE FENOTEROL, BROMIDRATO DE - DOSE 0,02 MG/DOSE 0,05 MG/DOSE

ISOFLAVONA - DOSE 75MG

LEVODROPOPIZINA XAROPE ADULTO - DOSE 120ML

LEVODROPOPIZINA XAROPE PEDIÁTRICO - DOSE 120ML

LEVONORGESTREL 0,75MG (PÍLULA DO DIA SEGUINTE)

LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 88MCG

MELOXICAM - DOSE 15MG

METOPROLOL,TARTARATO HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 100MG/12,5MG

METOTREXATO - DOSE 2,5MG

NORTRIPTILINA - DOSE 50MG

PASSIFLORA INCARNATA CRATAEGUS OXYACANTHA SALIX ALBA - DOSE 100MG 30MG 100 MG

PASTA D'AGUA 100 G

PENTOXIFILINA - DOSE 400MG

PLANTAGO OVATA FORSK - DOSE 3,5G

PREGABALINA - DOSE 75MG
RAMIPRIL - DOSE 5MG
RETINOL, ACETATO DE + AMINOÁCIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL - DOSE 10.000 UI +25MG +5MG +5MG/G
RETINOL, COLECALCIFEROL E ÓXIDO DE ZINCO
TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL
TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL
TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL
TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL
TIMOMODULINA - DOSE 20MG/5ML
TIMOMODULINA - DOSE 80MG
TINIDAZOL + NITRATO DE MICONAZOL CREME VAGINAL - DOSE 30MG+20MG
TIOCONAZOL + TINIDAZOL - DOSE 100+150MG/5G
TIOTRÓPIO, BROMETO DE - DOSE 2,5MCG
TOBRAMICINA + DEXAMETASONA - DOSE 0,3+0,1%
TRAMADOL - DOSE 100MG/ML
IBERSARTANA 300MG+HIDROCLOROTIAZIDA DOSE 300MG+12,5MG
POLICRESULENO+CLORIDRATO DE CHINCHOCAÍNA
ACARBOSE - DOSE 50MG
ALENDRONATO SÓDICO - DOSE 70MG
ALPRAZOLAM - DOSE 0,5MG
ANLODIPINO+BENAZEPRIL - DOSE 2,5/10MG
BAMIFILINA - DOSE 300MG
BAMIFILINA - DOSE 600MG
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE - DOSE 250MCG/DOSE ORAL
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE - DOSE 50MCG
BENZOILMETRONIDAZOL + NISTATINA + CLORETO DE BENZALCÔNIO - DOSE 62,5MG/G + 25.000 UL/G + 1,25 MG/G
BETAISTINA, DICLORIDRATO DE - DOSE 8MG
BEZAFIBRATO - DOSE 200MG
BIMATOPROSTA + TIMOLOL - DOSE 0,03% + 0,5%
BRIMONIDINA, TARTARATO DE + TIMOLOL,MALEATO DE - DOSE 0,2% + 0,5%
BRONFENIRAMINA, MALEATO DE + FENILEFRINA, CLORIDRATO DE - DOSE 2MG + 2,5MG/ ML
BRONFENIRAMINA, MALEATO DE + FENILEFRINA, CLORIDRATO DE - DOSE 2MG + 2,5MG/ML
BRONFENIRAMINA, MALEATO DE + FENILEFRINA, CLORIDRATO DE - DOSE 4MG + 5MG
CARBOXIMETILCELULOSE SODICA - DOSE 0,50%
CARMELOSE SÓDICA - DOSE 5MG/ML
CELECOXIBE - DOSE 100MG
CETOPROFENO - DOSE 50MG
CICLOBENZAPRINA - DOSE 10MG
CLOMIPRAMINA - DOSE 25MG
CLOMIPRAMINA - DOSE 75MG
CLONAZEPAM - DOSE 2,5 MG/ML
CLOXAZOLAM - DOSE 1MG
CLOXAZOLAM - DOSE 2MG

DESOGESTREL - DOSE 75 MCG
DEXTRANA 70 + HIPROMELOSE - DOSE 0,1 MG/ML +0,3 MG/ML
DEXTRANA 70 + HIPROMELOSE+ GLICEROL- DOSE 1MG/ML +3MG/ML +2MG/ML
DIACEREINA - DOSE 50MG
DROSPIRENONA +ETINILESTRADIOL DOSE 3MG+ 0,03MG
DULOXETINA- DOSE 30MG
ESTRADIOL + ACETATO DE NORETISTERONA - DOSE 1MG + 0,5 MG
ESTRADIOL + GESTODENO - DOSE 1 MG +0,025 MG
ESTRIOL CR VAG - DOSE 1MG/G
ETODOLACO - DOSE 400MG
FERROCARBONILA - DOSE 126 MG
FLUNARIZINA, DICLORIDRATO + DIIDROERGOCRISTINA, MESILATO - DOSE 10MG/3MG
FLUOCINOLONA ACETONIDA+ SULFATO DE POLIMIXINA B+SULFATO DE NEOMICINA+ CLORIDRATO DE LIDOCAINA - DOSE 0,275MG/11000UI/3,85G/0,02G
FLUOXETINA, CLORIDRATO DE - DOSE 40MG/ML
GENFIBROZILA - DOSE 600MG
GLICOSAMINA, SULF + CONDROITINA - DOSE 1,5 + 1,2 G
GLICOSAMINA, SULFATO DE + CONDROITINA, SULFATO DE - DOSE 500 MG + 400 MG
HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS (GARRA DO DIABO) - DOSE 400MG
HIDRALAZINA, CLORIDRATO DE - DOSE 25MG
HIDROXIQUINOLINA+TROLAMINA - DOSE 0,4MG/ML+140MG/ML
HIDROXOCOBALAMINA (VIT. B12) + FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA + DIPIRONA SÓDICA - DOSE 5.000 MCG/ 1,5 MG/500 MG
INSULINA GLARGINA - DOSE 100UI/ML 10 ML
IPRATROPIO, BROMETO DE + FENOTEROL, BROMIDRATO DE- DOSE 0,02 MG/DOSE +0,05 MG/DOSE
ISOFLAVONA - DOSE 150MG
ISOFLAVONA - DOSE 75MG
LEVONORGESTREL 0,75MG (PÍLULA DO DIA SEGUINTE)
MELOXICAM - DOSE 15MG
METOPROLOL, SUCCINATO DE + HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 100/12,5MG
METOTREXATO - DOSE 2,5MG
MICONAZOL, NITRATO DE, CREME TÓPICO - DOSE 2%
MONTELUCASTE DE SÓDIO - DOSE 10MG
NITRENDIPINO - DOSE 10MG
NITROFURANTOÍNA - DOSE 100 MG
NORELGESTROMINA+ ETINILESTRADIOL - DOSE 6MG/0,60MG
ÔMEGA 3- DOSE 1000 MG
ORLISTATE - DOSE 12 0MG
PAROXETINA - DOSE 20MG
PASSIFLORA INCARNATA+CRATAEGUS OXYACANTHA+SALIX ALBA - DOSE 100MG + 30MG +100 MG
PLANTAGO OVATA FORSK - DOSE 3,5G
PRAMIPEXOL, DICLORIDRATO DE - DOSE 1MG
PREGABALINA - DOSE 75MG
PROGESTERONA - DOSE 200MG
PROPILTIOURACIL - DOSE 100MG

RAMIPRIL - DOSE 5MG

RAMIPRIL+ HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 5MG+12.5MG

RAMIPRIL+ANLODIPINO - DOSE 5MG/5MG

SOTALOL - DOSE 160MG

SULFATO DE GLICOSAMINA + CONDROITINA - DOSE 1500 + 1200 MG

TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL

TIMOMODULINA - DOSE 20MG/5ML

TIMOMODULINA - DOSE 80MG

Tiotropio, Brometo de - DOSE 2,5 MCG/DOSE

TOBRAMICINA - DOSE 0,30%

TOPIRAMATO - DOSE 50MG

TRAMADOL - DOSE 100MG/ML

VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 160MG+12.5MG

VILDAGLIPTINA + METFORMINA - DOSE 50 + 850 MG

HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL + HIDROCLOROTIAZIDA– DOSE 5MG+ 12,5MG

RIVAROXABANA – DOSE 20MG

BRIMONIDINA, TARTARATO DE - DOSE 2MG/ML

PRIMIDONA – DOSE 100MG

DES Loratadina – DOSE 0,5MG/ML

IBERSARTANA 300MG+HIDROCLOROTIAZIDA DOSE 300MG+12,5MG

SITAGLIPTINA, FOSFATO DE +METFORMINA – DOSE 50MG+850MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 3.382.428,29

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0018/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa **INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ACEBROFILINA PEDIÁTRICO S/ SACAROSE - DOSE 25 MG/5ML

ACECLOFENACO - DOSE 100MG

ALENDRONATO SÓDICO - DOSE 70MG

ALGESTONA ENANTATO DE ESTRADIOL - DOSE 150MG/ML 10MM/ML

AZITROMICINA - DOSE 200MG/5ML

BETAISTINA, DICLORIDRATO DE - DOSE 16MG

BETAISTINA, DICLORIDRATO DE - DOSE 24MG

BETAISTINA, DICLORIDRATO DE - DOSE 8MG

CEFALOTINA SÓDICA 1G/ML DILUENTE - DOSE 1G/ML DILUENTE

CEFTRIAXONA DISSÓDICA DILUENTE - DOSE 1G

CICLOBENZAPRINA - DOSE 10MG

CILOSTAZOL - DOSE 100MG

CITALOPRAM - DOSE 20MG

DIVALPROATO DE SÓDIO - DOSE 500 MG

DORZOLAMIDA TIMOLOL - DOSE 20/5 MG

ENANTATO DE NORETISTERONA VALERATO DE ESTRADIOL - DOSE 50 MG/ML 5 MG/ML

GINKGO BILOBA - DOSE 120MG

GINKGO BILOBA - DOSE 80MG

GLIMEPIRIDA - DOSE 1MG

LORATADINA - DOSE 10MG

NORTRIPTILINA - DOSE 25 MG

PARACETAMOL CODEÍNA - DOSE 500/30 MG

PAROXETINA - DOSE 20MG

SOTALOL - DOSE 160MG

TIMOLOL, MALEATO DE - DOSE 0,25%

TOPIRAMATO - DOSE 50MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 793.336,42

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0010/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa **DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ACETILCISTEÍNA GRANULADO SEM SABOR - DOSE 600MG

ALOPURINOL - DOSE 300MG

ALPRAZOLAM XR - DOSE 0,5MG

AMIODARONA - DOSE 50MG/ML

BENZOILA, PEROXIDO DE - DOSE 5%

BENZOILA, PEROXIDO DE - DOSE 5%

BENZOILA, PEROXIDO DE - DOSE 5%

BENZOILA, PEROXIDO DE - DOSE 5%

BIMATOPROSTA - DOSE 0,01%

CARMELOSE SÓDICA - DOSE 5MG/ML

CIPROFLOXACINO HIDROCORTISONA - DOSE 2 MG/ML 10MG/ML

CLOPRIMAZINA - DOSE 5 MG/ML

CLOTRIMAZOL - DOSE 10MG/G

CLOXAZOLAM - DOSE 1MG

CLOXAZOLAM - DOSE 2MG

COBAMAMIDA CLORIDRATO DECIPROEPTADINA - DOSE 1MG 4MG

CURCUMA LONGA EXTRATO SECO - DOSE 250MG

DECANOATO DE ZUCLOPENTIXOL 200MG/ML

DEFLAZACORTE - DOSE 6MG

DESOGESTREL ETINILESTRADIOL - DOSE 150MCG 20MCG

DEXAMETASONA COLÍRIO 1MG/ML

DEXAMETASONA COLÍRIO 1MG/ML

DICLOFENACO SODICO CODEINA - DOSE 50 50 MG

DIMETICONA GOTAS - DOSE 75MG/ML

DOXICICLINA - DOSE 100MG

DROSPIRONA ETINILESTRADIOL DOSE 3MG 0,03MG

ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE DIPIRONA SÓDICA - DOSE 10 MG/250 MG

ESPIRONOLACTONA FUROSEMIDA - DOSE 100MG 20MG

ESTRADIOL - DOSE 2MG

GABAPENTINA - DOSE 600MG

GABAPENTINA 200MG

GLICOSE HIPERTÔNICA - DOSE 25% 10 ML

GLICOSE HIPERTÔNICA - DOSE 50% 10 ML

GLIMEPIRIDA - DOSE 6MG

GLUCONATO DE CÁLCIO - DOSE 10%

HIDROCORTISONA - DOSE 10MG/G

HIDROCORTISONA NEOMICINA POLIMIXINA B - DOSE 10 MG/ML 5 MG/ML 10.000 UI/ML

ITRACONAZOL - DOSE 100MG
LATANOPROSTA - DOSE 50MCG
LEVANLODIPINO, BESILATO DE - DOSE 2,5MG
LEVOCETIRIZINA - DOSE 5MG
LEVOMEPROMAZINA, MALEATO DE - DOSE 0,40%
LEVOMEPROMAZINA, MALEATO DE - DOSE 100MG
LEVOMEPROMAZINA, MALEATO DE - DOSE 25MG
LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 112MCG
LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 150MCG
LEVOTIROXINA SÓDICA ? DOSE 150MCG
LEVOTIROXINA SODICA - DOSE 175MCG
LISINOPRIL - DOSE 5MG
LOÇÃO OLEOSA COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, ÓLEO DE GIRASSOL E VITAMINAS A E E
LORATADINA PSEUDOEFEEDRINA - DOSE 1 MG 12 MG/ML
METILFENIDATO - DOSE 10MG
METOPROLOL, TARTARATO - DOSE 100MG
METRONIDAZOL - DOSE 400MG
MICONAZOL - DOSE 2%
MOMETASONA, FUROATO DE - DOSE 50MCG
MORFINA - DOSE 10MG/ML
OXIBUTININA LIQUIDA SUSPENSÃO ORAL - DOSE 1MG/ML 100ML
PIMOZIDA - DOSE 1MG8
PIMOZIDA - DOSE 1MG8
PIMOZIDA - DOSE 1MG8
PIMOZIDA - DOSE 1MG8
PINAVERIO, BROMETO DE - DOSE 100MG
PINAVERIO, BROMETO DE - DOSE 50MG
POLIVITAMÍNICO CONTENDO: LUTEÍNA + ÁCIDO ASCÓRBICO + ACETATO DE TOCOFEROL + SELENATO DE SÓDIO + ÓXIDO DE ZINCO REF. NEOVITELUTEINN - DOSE 3MG+30MG+4.4MG+10MCG+2.5MG
POLIVITANICO+ POLIMINERAL: ACIDO ASCORBICO+ACETATO DE RACEALFATOCOFEROL+ BETACAROTENO+ZINCO+COBRE+RIBOFLAVINA+SELENIO - DOSE 300MG+100UI+10000UI+25MG+2MG+50MG+0,1MG
PRAMIPEXOL, DICLORIDRATO DE - DOSE 0,25 MG
PROPRANOLOL - DOSE 10MG
SECNIDAZOL - DOSE 450MG
SILDENAFILA- DOSE 25MG
TIAMINA - DOSE 300MG
TINIDAZOL - DOSE 500MG
TRIANCINOLONA ACETONIDA ORABASE - DOSE 1MG/G
VALSARTANA - DOSE 320MG
VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 160MG+12.5MG
VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 320MG+25MG
VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 80MG+12.5MG
VITAMINA A + VITAMINA D2 - DOSE 50.000 UI/ 10.000 UI/ ML
VITAMINA C- DOSE 1G
VITAMINA D - DOSE 200UI/GOTA

ZOLPIDEM, HEMITARTARATO DE - DOSE 6,25 MG
RAMIPRIL - DOSE 10MG
BUCLIZINA – DOSE 25MG
MECLIZINA – DOSE 25MG
COLECALCIFEROL – DOSE 1000UI
METFORMINA DE AÇÃO PROLONGADA – DOSE 500MG
CASSIA ANGUSTIFOLIA+TAMARINDUS INDICA+CASSIA FISTULA+ CORIANDRUM SATIVUM- 240MG-11,7MG+11,7MG+5,4MG
DESLOTATADINA – DOSE 0,5MG/ML
HALURONADO DE SÓDIO 1MG/ML – HYLO COMOD
RIFAMPICINA 300MG
ÁCIDO ACETILSALICÍLICO - DOSE 300MG
ACICLOVIR - DOSE 200MG
ACIDO ACETIL SALICILICO TAMPONADO - DOSE 200MG
ACIDO URSODESOXICOLICO - DOSE 150MG
ALBENDAZOL - DOSE 400MG
ALOPURINOL - DOSE 300MG
AMILORIDA + HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 5MG + 50MG
AMIODARONA - DOSE 100MG
AMPICILINA - DOSE 500MG
ANLODIPINO, BESILATO DE - DOSE 2,5MG
ATENOLOL+CLORTALIDONA - DOSE 25/12,5 MG
ATORVASTATINA CÁLCICA - DOSE 40MG
BACLOFENO - DOSE 10MG
BETAISTINA, DICLORIDRATO DE - DOSE 16MG
BEZAFIBRATO - DOSE 400MG
CALCIO TRIBASICO, FOSFATO DE + COLECALCIFEROL - DOSE 600MG/400UI
CANDESARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 16MG +12,5MG
CANDESARTANA CILEXETINA - DOSE 8MG
CARBOCISTEINA - DOSE 50MG/ML
CETOCONAZOL - DOSE 200MG
CIMETIDINA - DOSE 200MG
CITALOPRAM - DOSE 20MG
CLARITROMICINA - DOSE 500MG
CLINDAMICINA - DOSE 300MG
CLOBAZAM - DOSE 10MG
CLOBETASOL - DOSE 0,5MG/G
CLONAZEPAM - DOSE 0,5MG
DEFLAZACORTE - DOSE 30 MG
DEFLAZACORTE - DOSE 6MG
DESOGESTREL + ETINILESTRADIOL - DOSE 150MCG +20MCG
DEXAMETASONA COLÍRIO 1MG/ML
DEXAMETASONA+TIAMINA+PIRIDOXINA+CIANOCOBALAMINA - DOSE 4MG+100MG+100MG+5000MCG4MG+100MG+100MG+5000MCG
DEXCLORFENIRAMINA - DOSE 2MG

DEXCLORFENIRAMINA+BETAMETASONA XAROPE - DOSE 2MG+0,25MG/5ML
DIAZEPAM - DOSE 10MG
DICLOFENACO DIETILAMONIO - DOSE 11,6 MG/G
DICLOFENACO SÓDICO - DOSE 75 MG/ 3 ML
DILTIAZEM, CLORIDRATO DE - DOSE 30MG
DILTIAZEM, CLORIDRATO DE - DOSE 90MG
DIMETICONA - DOSE 40MG
DIMETICONA GOTAS - DOSE 75MG/ML
DULOXETINA- DOSE 60MG
ENALAPRIL 5 MG
ENALAPRIL MALEATO DE 5MG
ESTRADIOL + ACETATO DE NORETISTERONA - DOSE 2MG + 1 MG
ESTRADIOL, VAL - DOSE 1MG
FENOBARBITAL - DOSE 40MG/ML
FENOTEROL, BROMIDRATO DE - DOSE 0,5MG/ML
FLURAZEPAM - DOSE 30MG
FLUTICASONA, PROPIONATO DE - DOSE 50 MCG
HEDERA HELIX L. - DOSE 7MG
INSULINA GLARGINA - DOSE 100UI/ML
INSULINA LISPRO - DOSE 100UI/ML 10 ML
ITRACONAZOL - DOSE 100MG
LEVANLODIPINO, BESILATO DE - DOSE 2,5MG
LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 88MCG
LÍTIO, CARBONATO DE - DOSE 300MG
LORATADINA - DOSE 1MG/ML
LORATADINA + PSEUDOEFEDRINA - DOSE 1 MG+12 MG/ML
LORAZEPAM - DOSE 2MG
MELOXICAM - DOSE 15MG
MEMANTINA, CLORIDRATO DE - DOSE 10MG
METILDOPA - DOSE 250MG
METILDOPA - DOSE 500MG
METOPROLOL, SUCCINATO - DOSE 25MG
METRONIDAZOL - DOSE 400MG
METRONIDAZOL SUSPENSÃO ORAL - DOSE 40MG/ML
MICONAZOL, NITRATO DE, CREME VAGINAL - DOSE 2%
NAFAZOLINA, CLORIDRATO DE + FENOLSULFONATO DE ZINCO - DOSE 0,05%/0,1%
NAPROXENO - DOSE 500MG
NEOMICINA + BACITRACINA - DOSE 5MG+250UI
NISTATINA SUSPENSÃO ORAL - DOSE 100.000 UI/ML
ONDANSETRONA, CLORIDRATO - DOSE 4MG
PINAVERIO, BROMETO DE - DOSE 50MG
PREDNISONA - DOSE 5MG
PREGABALINA - DOSE 150MG
SECNIDAZOL - DOSE 1000MG

SILDENAFILA- DOSE 25MG
SOTALOL - DOSE 120MG
SULFADIAZINA - DOSE 500MG
SULFASSALAZINA - DOSE 500MG
TADALAFILA - DOSE 5MG
TIAMINA - DOSE 300MG
TIBOLONA - DOSE 2,5 MG
TIMOLOL, MALEATO DE - DOSE 0,25%
TINIDAZOL - DOSE 500MG
TOBRAMICINA + DEXAMETASONA - DOSE 0,3+0,1%
TOCOFEROL, ACETATO DE (VITAMINA E) - DOSE 400MG
TOPIRAMATO - DOSE 25MG
TRIANCINOLONA ACETONIDA ORABASE - DOSE 1MG/G
VALSARTANA - DOSE 320MG
VALSARTANA + ANLODIPINO - DOSE 320MG+5MG
VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 320MG+25MG
VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 80MG+12.5MG
VERAPAMIL, CLORIDRATO DE - DOSE 80MG
VERAPAMIL, CLORIDRATO DE - DOSE 80MG
VERAPAMIL, CLORIDRATO DE - DOSE 80MG
VERAPAMIL, CLORIDRATO DE - DOSE 80MG
VERAPAMIL, CLORIDRATO DE- DOSE 120MG
CANDESARTANA CILEXETILA + FELODIPINO - DOSE 16MG + 2,5MG
METFORMINA DE AÇÃO PROLONGADA – DOSE 500MG
OMESARTANA MEDOXOMILA – DOSE 40MG
LAMOTRIGINA – DOSE 50 MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.728.517,81

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0002/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ACETILCISTEÍNA XAROPE PEDIATRICO - DOSE 20MG/ML
ACIDO VALPRÓICO VALPROATO DE SODIO CR - DOSE 300MG
ACIDO VALPRÓICO VALPROATO DE SODIO CR - DOSE 500MG
ADRENALINA - DOSE 1MG/1ML
AMBROXOL - DOSE 15MG/5ML
AMINOFILINA - DOSE 200MG
BENZOATO DE BENZILA - DOSE 250MG/ML
BROMOPRIDA - DOSE 4 MG/ML
CALCIO VITAMINA D - DOSE 600 MG 400UI
CÁLCIO, CARBONATO DE - DOSE 500 MG(EQUIVALENTE A 200MG CA)
CÁLCIO, CARBONATO DE COLECALCIFEROL - DOSE 500MG 200UI
CARBAMAZEPINA - DOSE 400MG
CARVEDILOL - DOSE 12,5MG
CARVEDILOL - DOSE 25MG
CARVEDILOL - DOSE 3,125 MG
CARVEDILOL - DOSE 6,25MG
CETOPROFENO - DOSE 50MG
CLORETO DE POTÁSSIO INJETÁVEL - DOSE 19,1% 10ML
DESLANOSÍDEO - DOSE 0,2MG
DIMENIDRINATO PIRIDOXINA, CLORIDRATO DE - DOSE 50 MG 10 MG
DIOSMINA HESPERIDINA - DOSE 450 50MG
DONEPEZILA - DOSE 5MG
DUTASTERIDA CLORIDRATO DE TANSULOSINA - DOSE 0,5 MG 0,4MG
ERITROMICINA - DOSE 250MG/5ML
ESCITALOPRAM, OXALATO DE - DOSE 10MG
ETILEFRINA, CLORIDRATO DE - DOSE 10MG
FLUTICASONA, FUROATO DE - DOSE 27,5 MCG
FLUTICASONA, FUROATO DE - DOSE 27,5MCG
FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO - DOSE 0,06 0,16G/ML
GEL HIDRATANTE COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA
GEL LUBRIFICANTE INTIMO - DOSE 5G
GLICAZIDA - DOSE 30MG
GLICEROL - DOSE 72MG
GLIMEPIRIDA - DOSE 2MG
HALOPERIDOL - DOSE 1MG
HALOPERIDOL DECANOATO - DOSE 70,52 MG/ML EQUIVALENTE A 50 MG
HEPARINA SODICA - DOSE 5000UI

HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 50MG
INDAPAMIDA - DOSE 1,5 MG
IODETO DE POTASSIO - DOSE 100MG
IODETO DE POTASSIO - DOSE 20MG/ML
ISOSSORBIDA DINITRATO - DOSE 5 MG (SUBLINGUAL)
LAMOTRIGINA - DOSE 100MG
LAMOTRIGINA - DOSE 25MG
LORATADINA - DOSE 1MG/ML
LOSARTANA - DOSE 25MG
LOSARTANA HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 50MG 12,5MG
MAGNÉSIO, SULFATO DE - DOSE 10%
MANITOL
MEBENDAZOL - DOSE 100MG
MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO DE - DOSE 150 MG/ML
MEMANTINA, CLORIDRATO DE - DOSE 10MG
METILERGOMETRINA 0,2 MG/ML
METOCLOPRAMIDA - DOSE 10MG
MIRTAZAPINA - DOSE 30MG
MULTIVITAMINICO SAIS MINERAIS (MATERNA)
NAPROXENO - DOSE 500MG
NEBIVOLOL - DOSE 5MG
NIMESULIDA - DOSE 50 MG/ML
NITROFURAZONA - DOSE 2MG/G
ÓLEO MINERAL - DOSE 100ML
OXCARBAZEPINA - DOSE 300MG
OXCARBAZEPINA - DOSE 60MG/ML (SUSP)
PASTA D'ÁGUA (OXIDO DE ZINCO A 25%) 90G
RISPERIDONA - DOSE 1MG
RISPERIDONA - DOSE 2MG
RISPERIDONA - DOSE 3MG
ROSUVASTATINA - DOSE 20MG
SUPOSITORIO DE GLICERINA ADULTO
TICLODIPINA - DOSE 250MG
TIORIDAZINA, CLORIDRATO DE - DOSE 50MG
TIORIDAZINA, CLORIDRATO DE- DOSE 100MG
TIORIDAZINA, CLORIDRATO DE- DOSE 25MG
VALPROATO DE SÓDIO - DOSE 300MG
VENLAFAXINA - DOSE 150MG
VENLAFAXINA - DOSE 37,5MG
VENLAFAXINA - DOSE 75MG
VITAMINA C - DOSE 200MG/ML
VITAMINA C - DOSE 500MG
XAROPE GUACO (MIKANIA GLOMERATA) SEM AÇÚCAR - DOSE 117,6MG/ML
XINAFOATO DE SALMETEROL + PROPIONATO DE FLUTICASONA - DOSE 50 MCG/100 MCG

XINAFOATO DE SALMETEROL- DOSE 50 MCG

XINAFOATO DE SALMETEROL/PROPIONATO DE FLUTICASONA - DOSE 25/250MCG

XINAFOATO DE SALMETEROL/PROPIONATO DE FLUTICASONA - DOSE 50/100MCG

XINAFOATO DE SALMETEROL/PROPIONATO DE FLUTICASONA - DOSE 50/250MCG

XINAFOATO DE SALMETEROL/PROPIONATO DE FLUTICASONA - DOSE 50/500MCG

TRAMADOL- DOSE 100MG/ML

NORADRENALINA 1MG/ML INJETÁVEL

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.666.707,03

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa A G KIENEN & CIA LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ACICLOVIR - DOSE 200MG

ACIDO GAMAMINOBUTIRICO - DOSE 200MG/ML

ALCAFTADINA - DOSE 2,5MG/ML

AMILORIDA HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 5MG 50MG

ANLODIPINO, BESILATO DE - DOSE 2,5MG

ATROPINA - DOSE 0,5 MG/ML

BENZILPENICILINA BENZATINA - DOSE 300.000UI

BETAMETASONA, ACETATO DE BETAMETASONA, FOSFATO DISSODICO DE - DOSE 3 3 MG/ML

BICARBONATO DE SÓDIO - DOSE 8,40%

BIMATOPROSTA TIMOLOL - DOSE 0,03% 0,5%

BIPERIDENO, CLORIDRATO - DOSE 2MG

BROMOPRIDA - DOSE 5 MG/ML

CALCIPTRIOL - DOSE 50MCG/G

CEFALEXINA ? DOSE 500MG

CICLOBENZAPRINA - DOSE 5MG

CIMETIDINA - DOSE 150 MG/ML

CLARITROMICINA - DOSE 500MG

CLOBAZAM - DOSE 20MG

CLORETO DE POTÁSSIO - DOSE 19,1% 10 ML

CLORPROMAZINA - DOSE 40MG/ML 20 ML

CLORPROMAZINA - DOSE 100MG

CLORPROPAMIDA - DOSE 250MG

CLORTALIDONA - DOSE 12,5 MG

COLCHICINA - DOSE 1G

DEFLAZACORTE - DOSE 30 MG

DEFLAZACORTE - DOSE 7,5MG

DEXACITONEURIN(VITAMINA B1), (VITAMINA B6),(VITAMINA B12), CLORIDRATO DE PROCAÍNA, ACETATO DE DEXAMETASONA

DEXAMETASONA TIAMINA PIRIDOXINA CIANOCOBALAMINA - DOSE 4MG 100MG 100MG 5000MCG4MG 100MG 100MG 5000MCG

DICLOFENACO SÓDICO - DOSE 75 MG/ 3 ML

DICLOFENACO SÓDICO - DOSE 75 MG/ 3 ML

DICLOFENACO SÓDICO - DOSE 75 MG/ 3 ML

DICLOFENACO SÓDICO - DOSE 75 MG/ 3 ML

DIMENIDRINATO PIRIDOXINA - DOSE 50 MG 50 MG/ML

DIMETICONA METOCLOPRAMIDA PEPSINA - DOSE 7MG 40MG 50MG

DOCUSATO DE SODIO BISACODIL - DOSE 60/5 MG

DOPAMINA - DOSE 50MG/10ML

DOXAZOSINA - DOSE 1MG
DROPROPIZINA - DOSE 3MG/ML
EBASTINA - DOSE 1MG/ML
EPINASTINA, CLORIDRATO DE - DOSE 0,05%
EPINEFRINA - DOSE 12,5MG
ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE - DOSE 10MG
ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE - DOSE 10MG/ML
ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE PARACETAMOL - DOSE 10MG/500MG
ESOMEPRAZOL 40 MG
ESTRADIOL - DOSE 0,5MG
ESTRADIOL, VAL - DOSE 1MG
FEMPROCUMONA - DOSE 3MG
FENITOÍNA SÓDICA - DOSE 50MG/ML
FENOBARBITAL - DOSE 100MG/ML
FENOBARBITAL - DOSE 40MG/ML
FERRO POLIMALTOSADO - DOSE 50MG/ML
FEXOFENADINA PSEUDOEFE DRINA - DOSE 60MG/120MG
FEXOFENADINA PSEUDOEFE DRINA - DOSE 6MG/ML
FLUMAZENIL - DOSE 0,5 MG/5 ML
FLUNARIZINA, DICLORIDRATO DIIDROERGOCRISTINA, MESILATO - DOSE 10MG/3MG
FLUORMETOLONA, ACETATO
FLURAZEPAM - DOSE 30MG
GENTAMICINA, SULFATO DE - DOSE 5MG/ML
GENTAMICINA,SULFATO DE - 80 MG
HALOPERIDOL - DOSE 5MG
HIDROCORTISONA - DOSE 100 MG/ML
IMIPRAMINA - DOSE 25MG
INSULINA GLARGINA - DOSE 100UI/ML
INSULINA LISPRO - DOSE 100UI/ML 10 ML
IOIMBINA - DOSE 5,4MG
LEVODOPA BENSERAZIDA - DOSE 200 MG 50 MG
LEVONORGESTREL ETINILESTRADIOL - DOSE 0,05/0,075/0,125 MG 0,03/0,04/0,03 MG
LIDOCAÍNA 2% S/ VASOCONSTRI TOR INJETÁVEL - DOSE 20 ML
LIDOCAÍNA, CLORIDRATO DE - DOSE 2%
LISINA CICLOBENZAPRINA - DOSE 125 MG 5 MG
LORNOXICAM - DOSE 8MG
LOVASTATINA - DOSE 20MG
MESALAZINA - DOSE 800MG
MORFINA - DOSE 10MG
MORFINA - DOSE 2 MG/ML
NORELGESTROMINA ETINILESTRADIOL - DOSE 6MG/0,60MG
OMEPRAZOL - DOSE 40 MG/10 ML IV
ORLISTATE - DOSE 12 0MG
OXIBUTININA, CLORIDRATO DE - DOSE 5MG

PENICILINA - DOSE 400 000 UI INJ

PREGABALINA - DOSE 150MG

PROGESTERONA - DOSE 200MG

RAMIPRIL+ANLODIPINO - DOSE 5MG/5MG

RISPERIDONA- DOSE 1MG/ML

SACARATO DE HIDROXIDO FERRICO - DOSE 100 MG/5ML

SORBITOL + LAURILSULFATO DE SODIO - DOSE 714 MG/G +7,70MG/G

TERBUTALINA, SULFATO DE - DOSE 0,5MG/ML

TOPIRAMATO - DOSE 100MG

TRAMADOL - DOSE 100MG

SILYBUM MARIANUM – DOSE 200MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.648.324,54

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0011/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa **DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ACICLOVIR - DOSE 5MG/G

ACIDO ACETILSALICILICO - DOSE 500MG

ACIDO ASCÓRBICO - DOSE 100MG/ML

ÁCIDO FÓLICO - DOSE 5MG

ADENOSINA - DOSE 3MG/ML

ALBENDAZOL - DOSE 400MG

AMINOFILINA - DOSE 24MG/ML

AMOXICILINA - DOSE 500MG

BISACODIL - DOSE 5MG

BROMAZEPAM - DOSE 3MG

BROMAZEPAM - DOSE 6MG

CAPTOPRIL - DOSE 12.5 MG

CAPTOPRIL - DOSE 25MG

CARBAMAZEPINA - DOSE 200MG

CARBIDOPA/LEVODOPA - DOSE 25/250 MG

CARBONATO DE CÁLCIO VITAMINA D 1250 200UI

CINARIZINA - DOSE 25MG

CINARIZINA - DOSE 25MG

CINARIZINA - DOSE 25MG

CINARIZINA - DOSE 25MG

CIPROFLOXACINO - DOSE 500MG

CLONAZEPAM - DOSE 2,5 MG/ML

CLOPIDOGREL - DOSE 75 MG

CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% SEM VASOCONTRITOR

CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML EPINEFRINA 0,005MG/ML

CLORTALIDONA - DOSE 25MG

COMPLEXO B - DOSE 2ML

DELTAMETRINA - DOSE 0,02%

DEXAMETASONA - DOSE 2 MG/ML

DEXAMETASONA - DOSE 4MG EM 2,5 ML

DEXAMETASONA CREME - DOSE 0,1%

DIAZEPAM - DOSE 10MG

DIAZEPAM - DOSE 5MG

DIGOXINA - DOSE 0,25 MG

DILTIAZEM, CLORIDRATO DE - DOSE 60MG

DIPIRONA - DOSE 1G / 2ML

DIPIRONA - DOSE 500 MG

DIPIRONA GOTAS - DOSE 0,5 G / ML
DIPIRONA SÓDICA - DOSE 500MG/ML 2ML
DOBUTAMINA - DOSE 250MG
ENALAPRIL - DOSE 10MG
ENALAPRIL - DOSE 20MG
ENALAPRIL MALEATO DE 5MG
ERITROMICINA - DOSE 125MG/5ML
ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE DIPIRONA SÓDICA - DOSE 2,5 20MG 5/ML
ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE - DOSE 20MG/ML
ESPIRONOLACTONA - DOSE 100MG
ESPIRONOLACTONA - DOSE 25MG
ESPIRONOLACTONA - DOSE 50MG
FENOBARBITAL - DOSE 100MG
FENOTEROL, BROMIDRATO DE - DOSE 0,5MG/ML
FITOMENADIONA (VITAMINA K) - DOSE 10 MG / ML
FLUCONAZOL - DOSE 150MG
FLUNARIZINA - DOSE 10 MG
FLUOXETINA - DOSE 20MG
FUROSEMIDA - DOSE 10 MG/ ML
FUROSEMIDA - DOSE 40MG
GABAPENTINA - DOSE 300MG
GLIBENCLAMIDA - DOSE 5MG
HALOPERIDOL - DOSE 5MG/ML
HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 25MG
HIDROCORTISONA - DOSE 500 MG/ML
IBUPROFENO - DOSE 600 MG
MEBENDAZOL - DOSE 100MG/5ML
MELOXICAM - DOSE 15MG
METFORMINA ? DOSE 500MG
MIDAZOLAM, CLORIDRATO DE - DOSE 5 MG/ML
NEOMICINA BACITRACINA - DOSE 5MG 250UI
NIFEDIPINA - DOSE 10MG
NIFEDIPINA - DOSE 20MG
NIFEDIPINA - DOSE 20MG
NIMODIPINA - DOSE 30MG
NITROFURANTOÍNA - DOSE 100 MG
OMEPRAZOL - DOSE 40MG
OMEPRAZOL - DOSE 20MG
PARACETAMOL - DOSE 500MG
PERMANGANATO DE POTÁSSIO - DOSE 100MG
PERMETRINA LOÇÃO - DOSE 5%
PRAMIPEXOL, DICLORIDRATO DE - DOSE 1MG
PREDNISONA - DOSE 20MG
PROMETAZINA - DOSE 50 MG/ 2ML

PROPRANOLOL - DOSE 40MG

RANITIDINA - DOSE 150MG

SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL NATURAL

SULFATO FERROSO - DOSE 125 MG/ML

SULFATO FERROSO - DOSE 40MG

TIBOLONA - DOSE 2,5 MG

TIMOLOL, MALEATO DE - DOSE 0,50%

TOBRAMICINA - DOSE 0,30%

TRAMADOL - DOSE 50MG

TRAMADOL - DOSE 50MG/ML

VERAPAMIL, CLORIDRATO DE - DOSE 80MG

ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE + DIPIRONA SÓDICA- DOSE 4MG/ML + 500MG/ML C/ 5ML

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.049.957,89

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0017/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa GRAMS & GRAMS LTDA. - ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ACIDO ACETIL SALICILICO TAMPONADO - DOSE 200MG

ACIDO ACETILSALICÍLICO TAMPONADO - DOSE 100MG

ACIDO ACETILSALICILICO TAMPONADO - DOSE 325MG

ACIDO ACETILSALICILICO TAMPONADO - DOSE 81MG

ACIDO URSODESOXICOLICO - DOSE 150MG

ALPRAZOLAM - DOSE 0,5MG

ALPRAZOLAM - DOSE 1MG

ALUMÍNIO, HIDROXIDO DE MAGNÉSIO, HIDROXIDO DE - DOSE 35,6 MG 37MG/ML

AMILORIDA HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 2,5MG 25MG

AMISSULPRIDA 50MG

AMITRIPTILINA - DOSE 75MG

AMOXICILINA - DOSE 875MG 125MG

ANLODIPINO BENAZEPRIL - DOSE 5/20MG

ANLODIPINO BENAZEPRIL - DOSE 2,5/10MG

ATENOLOL CLORTALIDONA - DOSE 25/12,5 MG

ATENOLOL CLORTALIDONA - DOSE 50MG 12,5MG

ATORVASTATINA CÁLCICA - DOSE 40MG

BENZOILMETRONIDAZOL NISTATINA CLORETO DE BENZALCÔNIO - DOSE 62,5MG/G 25.000 UL/G 1,25 MG/G

BEZAFIBRATO - DOSE 200MG

BIMATOPROSTA - DOSE 0,3 MG/ML

BISOPROLOL, FUMARATO DE - DOSE 10MG

BRINZOLAMIDA - DOSE 10 MG/ML

BRINZOLAMIDA TIMOLOL - DOSE 10/5 MG/ML

BRONFENIRAMINA FENILEFRINA - DOSE 12MG 15MG

BRONFENIRAMINA FENILEFRINA - DOSE 2MG 5MG/5ML

BRONFENIRAMINA, MALEATO DE FENILEFRINA, CLORIDRATO DE - DOSE 2MG 2,5MG/ML

BUDESONIDA - DOSE 200MCG

BUDESONIDA - DOSE 32MCG

BUDESONIDA - DOSE 50MCG

BUDESONIDA - DOSE 64MCG

BUPROPIONA, CLORIDRATO - DOSE 150MG

CAFEINA CARISOPRODOL DICLOFENACO SODICO PARACETAMOL - DOSE 30 MG 125 MG 50 MG 300 MG

CÁLCIO, CARBONATO DE LACTOGLICONATO DE CÁLCIO - DOSE 500MG

CANDESARTANA CILEXETINA - DOSE 8MG

CANDESARTANA CILEXETINA - DOSE 16MG

CARMELOSE SODICA - DOSE 1%

CEFTRIAXONA 500MG - INTRAMUSCULAR - PÓ PARASOLUÇÃO INJETÁVEL
CELECOXIBE - DOSE 100MG
CELECOXIBE - DOSE 200MG
CERUMIN (BORATO DE 8 - HIDROXIQUINOLINA 0,40MG TROLAMINA 140,0MG) - DOSE 0,4MG/140MG/ML
CETOCONAZOL DIPROPIONATO DE BETAMETASONA - DOSE 20 MG/G 0,5MG/G
CILOSTAZOL - DOSE 50MG
CITRATO DE POTASSIO - DOSE 10MG
CLOBAZAM - DOSE 10MG
CLOMIPRAMINA - DOSE 10MG
CLOMIPRAMINA - DOSE 25MG
CLOMIPRAMINA - DOSE 75MG
CLONIDINA - DOSE 0,150 MG
CLONIDINA - DOSE 0,200 MG
CLORDIAZEPOXIDO CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA - DOSE5MG 12,5MG
CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 10MG
CLORPROMAZINA - DOSE 25 MG
CLORTALIDONA AMILORIDA - DOSE 25 MG 5MG
CODEÍNA - DOSE 30 MG
CODERGOCRINA, MESILATO DE - DOSE 1 MG/ML
DESLORATADINA - DOSE 5MG
DESGESTREL ETINILESTRADIOL ETINILESTRADIOL - DOSE 150 MCG 20 MCG 10 MCG
DESVENLAFAXINA, SUCCINATO DE - DOSE 100 MG
DESVENLAFAXINA, SUCCINATO DE - DOSE 50 MG
DILTIAZEM, CLORIDRATO DE - DOSE 120MG
DILTIAZEM, CLORIDRATO DE - DOSE 90MG
DILTIAZEM, CLORIDRATO DE - DOSE 90MG
DIPROPIONATO DE BETAMETASONA FOSFATO DISSODICOBETAMETASONA INJETÁVEL - DOSE 5MG/ML 2MG/ML
DISSULFIRAM - DOSE 250MG
DOXAZOSINA - DOSE 2MG
DULOXETINA - DOSE 30MG
DULOXETINA - DOSE 60MG
EBASTINA - DOSE 10MG
ESTRADIOL, VALERATO DE DIENOGESTE (REF. QLAIRA)
ETODOLACO - DOSE 400MG
EZETIMIBA - DOSE 10MG
EZETIMIBA SIN VASTATINA - DOSE 10 MG 20 MG
FANCICLOVIR - DOSE 125MG
FENAZOPIRIDINA - DOSE 100MG
FERROCARBONILA (COMO FERRO) NITRATO DE TIAMINA RIBOFLAVINA CLORIDRATO DE PIRIDOXINA CIANOCOBALAMINA NICOTINAMIDA ÁCIDO FÓLICO PANTOTENATO DE CÁLCIO - DOSE 120 MG 4 MG 1 MG 1 MG 25 MCG 10 MG 2 MG 2 MG
FLUNITRAZEPAM - DOSE 1MG
FLUOXETINA, CLORIDRATO DE - DOSE 40MG/ML
FLUTICASONA, PROPIONATO DE - DOSE 50 MCG
FLUTICASONA, PROPIONATO DE - DOSE 50MCG

GESTODENO ETINILESTRADIOL - DOSE 75MCG/20MCG
GESTODENO ETINILESTRADIOL - DOSE 75MCG 30MCG
GESTODENO ETINILESTRADIOL - DOSE 75MCG 30MCG
GLICOSAMINA, SULF - DOSE 1,5G
GLIMEPIRIDA - DOSE 4MG
HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS (GARRA DO DIABO) - DOSE 400MG
HIDROCLOTIAZIDA VALSARTANA ? DOSE 160/25MG
HIDROXIQUINOLINA TROLAMINA - DOSE 0,4MG/ML 140MG/ML
HIDROXOCOBALAMINA (VIT. B12) FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA DIPIRONA SÓDICA - DOSE 5.000 MCG/ 1,5 MG/500 MG
HIPROMELOSE - DOSE 3MG/ML
IBANDRONATO DE SÓDIO - DOSE 150MG
IMIPRAMINA - DOSE 75MG
INSULINA GLARGINA - DOSE 100UI/ML 10 ML
INSULINA GLARGINA - DOSE 100UI/ML 3 ML
INSULINA GLARGINA - DOSE 100UI/ML 3 ML
INSULINA GLARGINA - DOSE 100UI/ML 3 ML
INSULINA GLARGINA - DOSE 100UI/ML 3 ML
LÍTIO, CARBONATO DE - DOSE 450MG
METFORMINA GLIMEPIRIDA - DOSE 1000MG 2MG
NAFAZOLINA, CLORIDRATO DE FENOLSULFONATO DE ZINCO - DOSE 0,05%/0,1%
NITRENDIPINO - DOSE 10MG
NORTRIPTILINA - DOSE 10MG
OLEO DE PEIXE (REF. PROEPA) - DOSE 1000 MG
OLMESARTANA MEDOXOMILA ANLODIPINO - DOSE 40MG 5MG
OXICODONA - DOSE 10MG
OXICODONA - DOSE 40MG
OXITETRACICLINA SULFATO DE POLIMIXINA B - DOSE 5MG/G 10000U/G
PANTOPRAZOL - DOSE 40MG
PENCICLOVIR - DOSE 1%
PIRACETAM - DOSE 300MG/5ML
PIRACETAM - DOSE 400MG
PIRACETAM - DOSE 800MG
POLICARBOFILA CÁLCIA - DOSE 625MG
POLIVITAMINICO+POLIMINERAL+ PANAX GINSENG: GINSENG+PALMITATO DE RETINOL+COECALCIFEROL+ACETATO DE RACEALFATOCOFEROL+TIAMINA+RIBOFLAVINA+ PIRIDOXINA+ CIANOCOBALAMINA+BIOTINA+NICOTINAMIDA+ACIDO ASCORBICO+ACIDO FOLICO+COBRE+MANGANES+MAGNESIO+FERRO+ZINCO+CALCIO+SELENIO+LECITINA DE SOJA - DOSE 40MG+2667UI+200UI+10MG+1,40 MG+1,6MG+2MG+1MCG+150MCG+18MG+60MG+0,1MG+2MG+2,5MG+10MG+10MG+1MG+100MG+50MCG+100MG
PRAMIPEXOL 1,5MG - DOSE 1,5MG
PRAMIPEXOL, DICLORIDRATO DE - DOSE 0,125 MG
PROMESTRIENO - DOSE 10MG/G
PROMETAZINA + SULFOGUAIACOL - DOSE 0,565 MG/ML +9MG/ML
PROPAFENONA - DOSE 150MG
PROPATILNITRATO - DOSE 10MG
PROPILOTIOURACIL - DOSE 100MG

QUETIAPINA, FUMARATO DE - DOSE 100MG
QUETIAPINA, FUMARATO DE - DOSE 25MG
QUETIAPINA, FUMARATO DE - DOSE 50MG
RAMIPRIL+ HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 5MG+12.5MG
RAMIPRIL+HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 5MG/5MG
RANITIDINA - DOSE 15MG/ML
RETINOL, ACETATO DE + COLECALCIFEROL - DOSE 50.000 UI/ML+ 10.000 UI/ML
SODIUM HYALURONATO (HYLO GEL) - DOSE 2MG/ML
SOTALOL - DOSE 120MG
SULPIRIDA - DOSE 50MG
TADALAFILA - DOSE 5MG
TETRACAÍNA, CLORIDRATO DE + FENILEFRINA, CLORIDRATO DE - DOSE 1% + 0,1%
TIAMAZOL - DOSE 10MG
TIAMAZOL - DOSE 5MG
TIOTROPIO, BROMETO DE - DOSE 2,5 MCG/DOSE
TIZANIDINA - DOSE 2MG
TOCOFEROL, ACETATO DE (VITAMINA E) - DOSE 400MG
TOLTERODINA, TARTARATO - DOSE 4MG
TOPIRAMATO - DOSE 25MG
TRAVOPROSTA + MALEATO DE TIMOLOL - DOSE 0,004%+0,5%
TRAZODONA - DOSE 100MG
TRAZODONA - DOSE 50MG
TRIETANOLAMINA + BORATODE 8-HIDROXIQUINOLINA, COMPOSTO DE EDETATO DISSÓDICO, SULFITO DE SÓDIO - DOSE 0,14G+0,0004G
TRIXIFENIDIL, CLORIDRATO DE - DOSE 2MG
TRIMEBUTINA - DOSE 200MG
TROMETAMOL, CETOROLACO - DOSE 10MG
VITAMINA A+VITAMINA B1+VITAMINA B2+VITAMINA B3+VITAMINA B5+VITAMINA B6+VITAMINA B8+VITAMINA C+VITAMINA D2+VITAMINA E (REF. PROTOVIT) - DOSE 3000 UI/ML + 2 MG/ML +1,5 MG/ML + 15 MG/ML +10 MG/ML + 2 MG/ML + 80 MG/ML + 900 UI/ML + 15 MG/ML
XINAFOATO DE SALMETEROL + PROPIONATO DE FLUTICASONA - DOSE 25 MCG/125 MCG
ZOLPIDEM, HEMITARTARATO DE - DOSE 10MG
ZUCLOPENTIXOL - DOSE 10MG
POLIVITAMINICO + ASSOCIAÇÕES: CIANOCOBALAMINA + CLORIDRATO DE LEVOLISINA + CLORIDRATO DE LEVOCARNITINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + NICOTINAMIDA + NITRATO DE TIAMINA + FOSFATO SODICO DE RIBOFLAVINA – DOSE 6MCG+100MG+75MG+2MG+10MG+4,8MG+1,5MG (CARNABOL KIDS)
CARMELOSE SODICA + GLICEROL + POLISSORBATO 80 – DOSE 5MG/ML + 10MG/ML + 5MG/ML
BISOPROLOL, FUMARATO DE - DOSE 5MG
HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL + HIDROCLOROTIAZIDA– DOSE 5MG+ 12,5MG
TINTURA DE PAPAVER SOMNIFERUM CANFORADA
TINTURA DE PAPAVER SOMNIFERUM CANFORADA
TINTURA DE PAPAVER SOMNIFERUM CANFORADA
TINTURA DE PAPAVER SOMNIFERUM CANFORADA
COLAGENO NÃO HIDROLISADO TIPO II - DOSE 40MG (REF: CONDRES)
RIVAROXABANA – DOSE 20MG
ACIDO FOLICO + ACETATO DE DEXTROALFATOCOFEROL – DOSE 400MCG+ 10MG

HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS (GARRA DO DIABO) - DOSE 300MG
PRIMIDONA – DOSE 100MG
ÁCIDO NITOTÍNICO 500MG- DOSE 500MG
CARBOMERO (LIPOSIG GEL OFTALMICO) 2+4,85MG
SUCCINATO DE SOLIFENACINA 10MG
ACECLOFENACO - DOSE 100MG
ACIDO ACETILSALICÍLICO TAMPONADO - DOSE 100MG
ACIDO ACETILSALICILICO TAMPONADO - DOSE 325MG
ACIDO ACETILSALICILICO TAMPONADO - DOSE 81MG
AESCLUS HIPPOCASTANUM - DOSE 300MG
ALCACHOFR (CYNARA SCOLYMUS L.)
ALGESTONA+ENANTATO DE ESTRADIOL - DOSE 150MG/ML+10MM/ML
ALPRAZOLAM - DOSE 1MG
AMANTADINA - DOSE 100MG
AMILORIDA + HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 2,5MG+ 25MG
AMINOFILINA - DOSE 200MG
AMISSULPRIDA 50MG
AMOXICILINA - DOSE875MG+125MG
AMOXICILINA + CLAVULANATO POTÁSSICO - DOSE 500 MG + 125 MG
AMOXICILINA + CLAVULANATO POTÁSSICO - DOSE 500 MG + 125 MG
AMOXICILINA + CLAVULANATO POTÁSSICO - DOSE 500 MG + 125 MG
AMOXICILINA + CLAVULANATO POTÁSSICO - DOSE 500 MG + 125 MG
ANLODIPINO + BENAZEPRIL - DOSE 5/20MG
ANLODIPINO + ENALAPRIL - DOSE 5MG+20MG
ATENOLOL+CLORTALIDONA - DOSE 100MG+25MG
ATORVASTATINA CÁLCICA - DOSE 20MG
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE - DOSE 400MCG
BETAISTINA, DICLORIDRATO DE - DOSE 24MG
BETAMETASONA, GENTAMICINA, TOLNAFTATO, CLIOQUINOL - DOSE 0,5MG+1MG+10MG+10MG
BIMATOPROSTA - DOSE 0,3 MG/ML
BIPERIDENO, CLORIDRATO - DOSE 2MG
BISOPROLOL, FUMARATO DE - DOSE 10MG
BISOPROLOL, FUMARATO DE - DOSE 2,5MG
BRONFENIRAMINA + FENILEFRINA - DOSE 12MG + 15MG
BRONFENIRAMINA + FENILEFRINA - DOSE 2MG + 5MG/5ML
BUDESONIDA - DOSE 200MCG
BUDESONIDA - DOSE 32MCG
BUDESONIDA - DOSE 50MCG
BUDESONIDA - DOSE 64MCG
BUPROPIONA, CLORIDRATO - DOSE 150MG
CAFEINA + CARISOPRODOL+ DICLOFENACO SODICO + PARACETAMOL - DOSE 30 MG + 125 MG + 50 MG+ 300 MG
CALCIPOTRIOL - DOSE 50MCG/G
CANDESARTANA CILEXETINA- DOSE 16MG
CARBAMAZEPINA - DOSE 20MG/ML

CARMELOSE SODICA - DOSE 1%
CARVEDILOL - DOSE 25MG
CARVEDILOL - DOSE 6,25MG
CELECOXIBE - DOSE 200MG
CERUMIN (BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLINA 0,40MG +TROLAMINA 140,0MG) - DOSE 0,4MG/140MG/ML
CETOCONAZOL +DIPROPIONATO DE BETAMETASONA - DOSE 20 MG/G + 0,5MG/G
CETOCONAZOL+BETAMETASONA+NEOMICINA - DOSE 200MG+0,5MG+2,5MG
CICLOBENZAPRINA - DOSE 5MG
CILOSTAZOL - DOSE 100MG
CILOSTAZOL - DOSE 50MG
CITRATO DE POTASSIO - DOSE 10MG
CLOBAZAM - DOSE 20MG
CLOMIPRAMINA - DOSE 10MG
CLONAZEPAM - DOSE 2MG
CLONIDINA - DOSE 0,150 MG
CLONIDINA - DOSE 0,200 MG
CLORDIAZEPOXIDO+ CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA - DOSE5MG +12,5MG
CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 10MG
CLORPROMAZINA- DOSE 25 MG
CLORPROMAZINA- DOSE 100MG
CLORTALIDONA + AMILORIDA - DOSE 25 MG +5MG
COBAMAMIDA+CLORIDRATO DECIPROEPTADINA - DOSE 1MG +4MG
CODERGOCRINA, MESILATO DE - DOSE 1 MG/ML
DECANOATO DE ZUCLOPENTIXOL 200MG/ML
DESVENLAFAXINA, SUCCINATO DE - DOSE 100 MG
DESVENLAFAXINA, SUCCINATO DE- DOSE 50 MG
DIAZEPAM - DOSE 5MG
DICLOFENACO SODICO+CODEINA - DOSE 50 +50 MG
DI-HIDROERGOTAMINA, MESILATO DE + PARACETAMOL + CAFEINA +- DOSE 1 MG+ 450 MG+ 75 MG+ 10 MGMETOCLOPRAMINA
DIIDROERGOCRISTINA, MESILATO DE - DOSE 6MG
DILTIAZEM, CLORIDRATO DE - DOSE 120MG
DILTIAZEM, CLORIDRATO DE - DOSE 60MG
DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSODICOBETAMETASONA INJETÁVEL - DOSE 5MG/ML+2MG/ML
DISSULFIRAM - DOSE 250MG
DIVALPROATO DE SÓDIO - DOSE 500 MG
DOCUSATO DE SODIO+BISACODIL - DOSE 60/5 MG
DOXAZOSINA - DOSE 2MG
DUTASTERIDA+CLORIDRATO DE TANSULOSINA - DOSE 0,5 MG +0,4MG
EBASTINA - DOSE 10MG
EPINASTINA, CLORIDRATO DE - DOSE 0,05%
ESOMEPRAZOL 40 MG
ESPIRONOLACTONA + FUROSEMIDA - DOSE 100MG+20MG
ESTROGÊNIO CONJUGADOS - DOSE 0,625 MG

EZETIMIBA - DOSE 10MG
EZETIMIBA + SINVASTATINA - DOSE 10 MG + 20 MG
FANCICLOVIR - DOSE 125MG
FEMPROCUMONA - DOSE 3MG
FENAZOPIRIDINA - DOSE 100MG
FENOFIBRATO - DOSE 200MG
FEXOFENADINA+ PSEUDOEFEEDRINA - DOSE 60MG/120MG
FINASTERIDA - DOSE 5MG
FLUORMETOLONA, ACETATO
FLUTICASONA, PROPIONATO DE - DOSE 50MCG
GENTAMICINA, SULFATO DE - DOSE 5MG/ML
GESTODENO +ETINILESTRADIOL - DOSE 75MCG/20MCG
GESTODENO+ETINILESTRADIOL - DOSE 75MCG+30MCG
GESTODENO+ETINILESTRADIOL - DOSE 75MCG+30MCG
GLICERINA + POLISSORBATO (ENDURA) - COLIRIO
GLICOSAMINA, SULF - DOSE 1,5G
GLIMEPIRIDA - DOSE 2MG
HIDROXICLOROQUINA - DOSE 400 MG
IMIPRAMINA - DOSE 150 MG
IMIPRAMINA - DOSE 25MG
IMIPRAMINA - DOSE 75MG
INSULINA GLARGINA - DOSE 100UI/ML 3 ML
INSULINA HUMANA REGULAR - DOSE 100UI/ML 10ML
INSULINA HUMANA REGULAR - DOSE 100UI/ML 3ML
IOIMBINA - DOSE 5,4MG
ISOSSORBIDA, DINITRATO DE - DOSE 10MG
LACTULOSE SABOR AMEIXA - DOSE 667MG
LATANOPROSTA - DOSE 50MCG
LEVOCETIRIZINA - DOSE 5MG
LEVODOPA + BENSERAZIDA - DOSE 100 MG+25 MG HBS
LEVODOPA + BENSERAZIDA - DOSE 200 MG+50 MG
LEVODOPA+BENSERAZIDA - DOSE 100MG+ 25MG BD
LEVODROPOPIZINA XAROPE ADULTO - DOSE 120ML
LEVODROPOPIZINA XAROPE PEDIÁTRICO - DOSE 120ML
LEVOFLOXACINO - DOSE 500MG
LEVOMEPRIMAZINA, MALEATO DE - DOSE 25MG
LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 112MCG
LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 125MCG
LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 150MCG
LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 150MCG
LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 175MCG
LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 200MCG
LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 38MCG
LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 50MCG

LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 75MCG
LINAGLIPTINA - DOSE 5MG
LISINA + CICLOBENZAPRINA - DOSE 125 MG +5 MG
LÍTIO, CARBONATO DE - DOSE 450MG
LORNOXICAM - DOSE 8MG
LOSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA- DOSE 100MG +25MG
MEDICAMENTOS LUBRIFICANTE OFTÁLMICO (SYSTANE) - COLÍRIO
MAPROTILINA - DOSE 25MG
MELOXICAM - DOSE 7,5MG
METFORMINA + GLIMEPIRIDA - DOSE 1000MG +2MG
METOPROLOL, SUCCINATO - DOSE 50MG
METOPROLOL, SUCCINATO DE - DOSE 100MG
METOPROLOL, TARTARATO - DOSE 100MG
METOPROLOL,TARTARATO + HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 100MG/12,5MG
MULTIVITAMÍNICO + SAIS MINERAIS (MATERNAL)
NAFAZOLINA, CLORIDRATO DE + FENIRAMINA, MALEATO DE - DOSE 0.25MG / 3.0MG / ML
NIFEDIPINA - DOSE 20MG
NIMESULIDA BETACICLODEXTRINA - DOSE 400MG
NORETISTERONA - DOSE 0,35 MG
NORTRIPTILINA - DOSE 25 MG
NORTRIPTILINA - DOSE 50MG
OLANZAPINA - DOSE 5MG
OLEO DE PEIXE (REF. PROEPA) - DOSE 1000 MG
OLMESARTANA MEDOXOMILA + ANLODIPINO - DOSE 40MG + 5MG
OXCARBAZEPINA - DOSE 600MG
OXIBUTININA LÍQUIDA SUSPENSÃO ORAL - DOSE 1MG/ML 100ML
OXIBUTININA, CLORIDRATO DE - DOSE 5MG
OXICODONA - DOSE 10MG
OXICODONA - DOSE 40MG
PENTOXIFILINA - DOSE 400MG
PICOSSULFATO SÓDICO - DOSE 7,5MG/ML C/ 20ML
PIRACETAM - DOSE 400MG
PIRACETAM - DOSE 800MG
POLICARBOFILA CÁLCIA - DOSE 625MG
POLIVITAMÍNICO CONTENDO: LUTEÍNA + ÁCIDO ASCÓRBICO + ACETATO DE TOCOFEROL + SELENATO DE SÓDIO + ÓXIDO DE ZINCO REF. NEOVITELUTEINN - DOSE 3MG+30MG+4.4MG+10MCG+2.5MG
PRAMIPEXOL, DICLORIDRATO DE - DOSE 0,125 MG
PRAMIPEXOL, DICLORIDRATO DE - DOSE 0,25 MG
PROMESTRIENO - DOSE 10MG/G
PROPAFENONA - DOSE 300MG
PROPAFENONA, CLORIDRATO DE - DOSE 300MG
PROPATILNITRATO - DOSE 10MG
QUETIAPINA, FUMARATO DE - DOSE 100MG
QUETIAPINA, FUMARATO DE - DOSE 25MG
RETINOL, ACETATO DE + AMINOÁCIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL - DOSE 10.000 UI +25MG +5MG

+5MG/G
RISEDRONATO SÓDICO - DOSE 35MG
SODIUM HYALURONATO (HYLO GEL) - DOSE 2MG/ML
SORBITOL + LAURILSULFATO DE SÓDIO - DOSE 714 MG/G +7,70MG/G
SULPIRIDA - DOSE 50MG
SUSTAGEM
TAMOXIFENO - DOSE 20MG
TETRACAÍNA, CLORIDRATO DE + FENILEFRINA, CLORIDRATO DE - DOSE 1% + 0,1%
TIAMAZOL - DOSE 10MG
TIAMAZOL - DOSE 5MG
TICAGRELOR 90MG
TICLODIPINA - DOSE 250MG
TIOCONAZOL + TINIDAZOL - DOSE 100+150MG/5G
TIORIDAZINA, CLORIDRATO DE - DOSE 50MG
TIORIDAZINA, CLORIDRATO DE- DOSE 100MG
TIORIDAZINA, CLORIDRATO DE- DOSE 25MG
TIOTRÓPIO, BROMETO DE - DOSE 2,5MCG
TIZANIDINA - DOSE 2MG
TOLTERODINA, TARTARATO - DOSE 4MG
TOPIRAMATO - DOSE 100MG
TRAVOPROSTA - DOSE 0,04 MG/ ML
TRAVOPROSTA + MALEATO DE TIMOLOL - DOSE 0,004%+0,5%
TRAZODONA - DOSE 100MG
TRAZODONA - DOSE 50MG
TRIETANOLAMINA + BORATODE 8-HIDROXIQUINOLINA, COMPOSTO DE EDETATO DISSÓDICO, SULFITO DE SÓDIO - DOSE 0,14G+0,0004G
TRIEFENIDIL, CLORIDRATO DE - DOSE 2MG
TRIMEBUTINA - DOSE 200MG
TROMETAMOL, CETOROLACO - DOSE 10MG
VALSARTANA - DOSE 160MG
VALSARTANA - DOSE 80MG
VITAMINA A+VITAMINA B1+VITAMINA B2+VITAMINA B3+VITAMINA B5+VITAMINA B6+VITAMINA B8+VITAMINA C+VITAMINA D2+VITAMINA E (REF. PROTOVIT) - DOSE 3000 UI/ML + 2 MG/ML +1,5 MG/ML + 15 MG/ML +10 MG/ML + 2 MG/ML + 80 MG/ML + 900 UI/ML + 15 MG/ML
XINAFOATO DE SALMETEROL + PROPIONATO DE FLUTICASONA - DOSE 25 MCG/125 MCG
XINAFOATO DE SALMETEROL/PROPIONATO DE FLUTICASONA - DOSE 25/250MCG
XINAFOATO DE SALMETEROL/PROPIONATO DE FLUTICASONA - DOSE 50/250MCG
XINAFOATO DE SALMETEROL/PROPIONATO DE FLUTICASONA - DOSE 50/500MCG
ZOLPIDEM, HEMITARTARATO DE - DOSE 10MG
ZOLPIDEM, HEMITARTARATO DE - DOSE 6,25 MG
ZUCLOPENTIXOL - DOSE 10MG
POLIVITAMINICO + ASSOCIAÇÕES: CIANOCOBALAMINA + CLORIDRATO DE LEVOLISINA + CLORIDRATO DE LEVOCARNITINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + NICOTINAMIDA + NITRATO DE TIAMINA + FOSFATO SÓDICO DE RIBOFLAVINA – DOSE 6MCG+100MG+75MG+2MG+10MG+4,8MG+1,5MG (CARNABOL KIDS)
CARMELOSE SÓDICA + GLICEROL + POLISSORBATO 80 – DOSE 5MG/ML + 10MG/ML + 5MG/ML
BISOPROLOL, FUMARATO DE - DOSE 5MG

HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS (GARRA DO DIABO) - DOSE 300MG

CARBOMERO (LIPOSIG GEL OFTALMICO) 2+4,85MG

MONTELUCASTE DE SÓDIO – DOSE 4MG

POLICRESULENO+CLORIDRATO DE CHINCHOCAÍNA

SUCCINATO DE SOLIFENACINA 10MG

ZOLPIDEM, HEMITARTARATO DE- 5MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 9.005.903,87

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0012/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ACIDO ACETILSALICILICO - DOSE 100MG

AMOXICILINA CLAVULANATO POTÁSSICO - DOSE 250MG/5ML 62,5/5ML

CLOANFENICOL FIBRINOLISINA DEXOSIRRIBUNUCLEASE - DOSE 1U/G 666U/G

CLORETO DE SÓDIO - DOSE 0,9%

ESTROGÊNIOS CONJUGADOS - DOSE 0,625 MG

FINASTERIDA - DOSE 5MG

FRUTOSE ASSOCIAÇÕES

IBUPROFENO GOTAS - DOSE 50 MG/ML 30ML

LACTULOSE SABOR AMEIXA - DOSE 667MG

LEVONORGESTREL ETINILESTRADIOL - DOSE 0,15 MG 0,03 MG

LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 100MCG

LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 75MCG

METILDOPA - DOSE 500MG

NORETISTERONA - DOSE 0,35 MG

NORETISTERONA ESTRADIOL - DOSE 50MG/ML 5MG/ML 1ML

NORFLOXACINO - DOSE 400 MG

PREDNISONA - DOSE 5MG

SALBUTAMOL - DOSE 100 MCG/JATO-DOSE

SINVASTATINA- DOSE 10MG

SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA - DOSE 200MG+40MG/5ML

TRAVOPROSTA - DOSE 0,04 MG/ ML

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.136.608,05

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0030/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ACIDO ASCÓRBICO - DOSE 1G

AESCLUS HIPPOCASTANUM L POLYGANUM ACRE L SMILAX PAPYRACEA L RUTINA - DOSE 10MG 10MG 40M

ATORVASTATINA CÁLCICA - DOSE 20MG

BETAMETASONA, GENTAMICINA, TOLNAFTATO, CLIOQUINOL - DOSE 0,5MG 1MG 10MG 10MG

BICARBONATO DE SÓDIO - DOSE 500MG

BISOPROLOL, FUMARATO DE - DOSE 2,5MG

CALAMINA 80MG CLORIDRATO DIFENIDRAMINA 10MG CÂNFORA 0,9MG

CALCIO CITRATO MALATO VITAMINA D3 - DOSE 250MG/2,5MCG

CALCIO, CITRATO DE VIT D - DOSE 500MG 200UI

CARBAMIDA, PEROXIDO DE - DOSE 100MG/ML

CETOPROFENO - DOSE 20MG/ML

CLOBETASOL - DOSE 0,5MG/G

CLOBETASOL PROPRIONATO - DOSE 0,05%

CLORANFENICOL LIDOCAINA - DOSE 25MG 30MG/ML

CLORETO DE SODIO INJETÁVEL - DOSE 20% 10ML

CLORIDRATO DE BENAZEPRIL HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 10MG 12,5MG

COLAGENASE - DOSE 0,6 U/G

COMPLEXO B LIQUIDA

DICLOFENACO POTÁSSICO - DOSE 50 MG

DICLOFENACO RESINATO - DOSE 15MG/ML

DILTIAZEM, CLORIDRATO DE - DOSE 30MG

DIMENIDRINATO PIRIDOXINA, CLORIDRATO DE - DOSE 50 MG 10 MG

DIPIRONA MALEATO DE CLORFENIRAMINA CAFEINA - DOSE 500 MG 2MG 30 MG

DOMPERIDONA - DOSE 10 MG

ENALAPRIL HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 20MG 12,5MG

ENALAPRIL 5 MG

ENALAPRIL, MALEATO DE HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 10MG 25MG

ESTRADIOL - DOSE 1MG

ESTRADIOL HEMIDRATADO - DOSE 1MG/G

FORMOTEROL, FUMARATO DIIDRATADO DE - DOSE 12 MCG

GLICOSE, COMPLEXO B, VITAMINA C, TÔNICO,

HIDROCORTISONA ALUMÍNIO OXIDO DE ZINCO - DOSE 2,5 MG 35 MG 180 MG

HIDROXIZINA, CLORIDRATO DE - DOSE 25 MG

INSULINA ASPARTE INSULINA ASPARTE PROTAMINADA - DOSE 30%/70% 100U/ML

INSULINA HUMANA REGULAR - DOSE 100UI/ML 3ML

INSULINA NPH - DOSE 100 UI/ML

INSULINA NPH ? DOSE 100UL/ML 3ML

ISOFLAVONA - DOSE 150MG
LEVAMISOL - DOSE 80MG
LEVONORGESTREL ETINILESTRADIOL - DOSE 0.10 0.02 MG
LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 200MCG
LISINOPRIL - DOSE 10MG
MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO DE - DOSE 10MG
MELISSA OFFICINALIS L. - DOSE 0,65 ML/ML
METRONIDAZOL GELÉIA VAGINAL - DOSE 100MG/G
MICONAZOL - DOSE 2%
MICONAZOL - DOSE 2%
MICONAZOL - DOSE 2%
NAFAZOLINA BENZALCÔNIO SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO SOLUÇÃO NASAL - DOSE 0,5MG 0,1
NAFAZOLINA, CLORIDRATO DE FENIRAMINA, MALEATO DE - DOSE 0.25MG / 3.0MG / ML
NEOMICINA TARTARATO DE BISMUTO E SODIO CLORIDRATO DE PROCAINA - DOSE 15 MG/ML 25 MG/ML 15 MG
NISTATINA OXIDO DE ZINCO - DOSE 10000UI 200MG/G
OLMESARTANA MEDOXOMILA - DOSE 20MG
OXIMETAZOLINA, CLORIDRATO DE - DOSE 0.5MG/ML
POLIVITAMINICO E POLIMINERAIS CONTENDO: VITAMINA C + SELÊNIO + IODO + NICOTINAMIDA + VITAMINA E + ZINC B12 + VITAMINA D3 + VITAMINA B6 + VITAMINA B2 + VITAMINA B1 + COBRE + VITAMINA A + CROMO + ÁCIDO FÓLICO - 45MG+17MG+17MG+16MG+10MG+8,7129MG+7,075MG+5,459MG+2,40MG+2MG+1,30MG+1,30MG+1,20MG+1,1266MG+0,0001MG
SACCHAROMYCES BOULARDII-17 LIOFILIZADO - DOSE 1G
SACCHAROMYCES BOULARDII-17 LIOFILIZADO - DOSE 200MG
SACCHROMYCES BOULARDDII-17 LIOFILIZADO - DOSE 100MG
SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL COM SABOR
SALBUTAMOL - DOSE 2,5MG/2,5MG
SULFADIAZINA - DOSE 500MG
SULFASSALAZINA - DOSE 500MG
TESTE RÁPIDO DE GRAVIDEZ
TETRACICLINA - DOSE 500MG
VALSARTANA - DOSE 80MG
VALSARTANA + ANLODIPINO - DOSE 320MG+5MG
VERAPAMIL, CLORIDRATO DE- DOSE 120MG
VERAPAMIL, CLORIDRATO DE- DOSE 120MG
VITEX AGNUS-CASTUS L - DOSE 40MG
VITIS VINIFERA - DOSE 150MG
VITIS VINIFERA - DOSE 150MG
BRIMONIDINA, TARTARATO DE - DOSE 2MG/ML
ATORVASTATINA CÁLCICA - DOSE 10MG
CÁLCIO DE OSTRAS, CARBONATO DE+ VITAMINA D3 – DOSE 1250MG+200UI
MONTELUCASTE DE SÓDIO – DOSE 4MG
OMESARTANA MEDOXOMILA – DOSE 40MG
PIOGLITAZONA 15MG
TERBUTALINA, SULFATO DE – DOSE 0,3MG/ML
TROMETAMOL, CETOROLACO – DOSE 5MG/ML

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.793.660,28

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0007/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ÁCIDO VALPRÓICO - DOSE 250MG

ÁCIDO VALPRÓICO - DOSE 500MG

AMOXICILINA CLAVULANATO POTÁSSICO - DOSE 500 MG 125 MG

BENZALCÔNIO, CLORETO SÓDIO, CLORETO DE - DOSE 0,1MG 9MG/ML

CIPROTERONA ESTRADIOL (CARTEL COM 21) - DOSE 1MG 2MG

COLAGENASE CLORANFENICOL - DOSE 0,6 U/G 0,01 G/G

ESTRADIOL ACETATO DE NORETISTERONA - DOSE 2MG 1 MG

ESTRADIOL GESTODENO - DOSE 1 MG 0,025 MG

HALOPERIDOL - DOSE 2MG/ML

HEDERA HELIX L. - DOSE 7MG

ONDANSETRONA, CLORIDRATO - DOSE 4MG

PETIDINA, CLORIDRATO DE - DOSE 50MG/ML

TEOFILINA - DOSE 100MG

TEOFILINA - DOSE 200MG

LAMOTRIGINA - DOSE 50 MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 480.430,38

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0029/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ACIDO VALPRÓICO - DOSE 250MG/ML

ALOPURINOL - DOSE 100MG

AMINOFILINA - DOSE 100MG

AMOXICILINA SUSPENSÃO ORAL - DOSE 250MG/5ML

CETOCONAZOL - DOSE 20MG/G

DIAZEPAM - DOSE 10MG/2ML

METOCLOPRAMIDA - DOSE 4MG/ML

MICONAZOL, NITRATO DE, CREME VAGINAL - DOSE 2%

OLEO DE GIRASSOL PARA PROTEÇÃO DA PELE DE PESSOAS ACAMADAS E COM PELE SENSÍVEL (DERMOPROTETOR). USO DERMATOLÓGICO NO CURATIVO DA PELE LESADA, AUXILIA NA MANUTENÇÃO DA INTEGRALIDADE DA PELE E NA CICATRIZAÇÃO MAIS RÁPIDA. COMPOSTO DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS (ÁCIDO LINOLÊNICO) TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA (ÁCIDO CAPRILICO, ÁCIDO LAURICO), LECITINA DE SOJA, VITAMINA A E VITAMINA E, NÃO POSSUIR COMPONENTES QUE AGRIDEM A PELE OU OUTROS FERIMENTOS. DEVERÁ POSSUIR REGISTROS NO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE CORRELATO GRAM III, REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA.

PROMETAZINA - DOSE 25MG

SERTRALINA - DOSE 50MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 257.934,17

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0005/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

AESCLUS HIPPOCASTANUM - DOSE 100MG

AESCLUS HIPPOCASTANUM - DOSE 200MG

AESCLUS HIPPOCASTANUM - DOSE 300MG

ALCACHOFRA (CYNARA SCOLYMUS L.)

ALUMINIO, HIDROXIDO DE MAGNÉSIO, HIDROXIDO DE - DOSE 200MG 200MG

BRIMONIDINA, TARTARATO DE - DOSE 0,15%

CALCIO TRIBASICO, FOSFATO DE COLECALCIFEROL - DOSE 600MG/400UI

CASCARA SAGRADA - DOSE 380MG

CEFADROXILA - DOSE 500MG

CETOCONAZOL - DOSE 20MG/ML

CETOCONAZOL BETAMETASONA NEOMICINA - DOSE 200MG 0,5MG 2,5MG

DEXAMETASONA NEOMICINA POLIMIXINA B - DOSE 0,1% 0,5% 6000UI

DIMENIDRINATO, PIRIDOXINA, GLICOSE E FRUTOSE - DOSE 30 50 1.000 1.000 10 ML

FENITOÍNA - DOSE 100MG

HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS (GARRA DO DIABO) - DOSE 500MG

IBUPROFENO - DOSE 300 MG

ISOMETEPTENO DIPIRONA CAFEÍNA - DOSE 30 300 30 MG

LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 50MCG

LISINOPRIL - DOSE 20MG

LOPERAMIDA - DOSE 2MG

LORAZEPAM - DOSE 2MG

LOSARTANA HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 100MG 25MG

MELOXICAM - DOSE 7,5MG

METFORMINA - DOSE 850MG

NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE - DOSE 75MG

OLANZAPINA - DOSE 5MG

ÔMEGA 3 - DOSE 1000 MG

PASSIFLORA INCARNATA - DOSE 260MG

PROPAFENONA - DOSE 300MG

PROPAFENONA, CLORIDRATO DE - DOSE 300MG

RISEDRONATO SÓDICO - DOSE 35MG

SINVASTATINA - DOSE 20MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 739.217,36

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0027/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa **PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ÁGUA DESTILADA INJET - DOSE 10ML

AMPICILINA - DOSE 250MG/5ML

AMPICILINA - DOSE 500MG

ANLODIPINO, BESILATO DE - DOSE 10MG

ATENOLOL - DOSE 100MG

BROMEXINA, CLORIDRATO DE - DOSE 4MG/5 ML

BROMEXINA, CLORIDRATO DE - DOSE 8MG/5ML

CAPTOPRIL - DOSE 50MG

CETOCONAZOL - DOSE 200MG

CINARIZINA - DOSE 75MG

CIPROFIBRATO - DOSE 100MG

DESOGESTREL - DOSE 75 MCG

DEXCLORFENIRAMINA - DOSE 2MG

DICLOFENACO SÓDICO - DOSE 50MG

DOXAZOSINA - DOSE 4MG

ESTOLATO DE ERITROMICINA - DOSE 500MG

IBUPROFENO GOTAS - DOSE 100 MG/ML

ISOSSORBIDA, MONONITRATO DE - DOSE 40MG

IVERMECTINA - DOSE 6MG

LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 25MCG

LOSARTANA - DOSE 50MG

MONTELUCASTE DE SÓDIO - DOSE 10MG

PANTOPRAZOL - DOSE 20MG

PARACETAMOL - DOSE 750MG

ROSUVASTATINA- DOSE 10MG

SALBUTAMOL - DOSE 2MG/5ML

TAMOXIFENO - DOSE 20MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 495.789,88

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0020/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa **MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ALBENDAZOL - DOSE 400MG

ATENOLOL - DOSE 25MG

AZITROMICINA - DOSE 500MG

CEFALEXINA - DOSE 250MG/5ML

CLOBETASOL - DOSE 0,5MG/ML

DEXCLORFENIRAMINA BETAMETASONA XAROPE - DOSE 2MG 0,25MG/5ML

IBUPROFENO - DOSE 200MG

METRONIDAZOL NISTATINA - DOSE 100MG/G 20.000UL/G

PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO DE - DOSE 3MG/ML

SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA - DOSE 400 MG +80 MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 379.159,65

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0006/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ALUMINIO, HIDROXIDO DE - DOSE 6%

AMBROXOL - DOSE 30MG/5ML

BROMOPRIDA - DOSE 10MG

CALCIO VITAMINA D - DOSE 600 MG 200UI

CARBOCISTEINA - DOSE 20MG/ML

CARBOCISTEINA - DOSE 50MG/ML

CIMETIDINA - DOSE 200MG

COMPLEXO B - DOSE

DIMETICONA - DOSE 40MG

HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO SUSPENSÃO 240ML

IPRATRÓPIO, BROMETO DE - DOSE 0,25MG/ML

ISOFLAVONA DE SOJA (EXTRATO SECO DE GLYCINE MAX) - DOSE 60MG

LÍTIO, CARBONATO DE - DOSE 300MG

LOSARTANA - DOSE 100MG

METRONIDAZOL - DOSE 250MG

METRONIDAZOL SUSPENSÃO ORAL - DOSE 40MG/ML

MICONAZOL, NITRATO DE, CREME TÓPICO - DOSE 2%

PERMETRINA LOÇÃO CAPILAR - DOSE 1%

PIROXICAM - DOSE 20MG

PIROXICAM - DOSE 20MG

SECNIDAZOL - DOSE 1000MG

SINVASTATINA- DOSE 40MG

TENOXICAM - DOSE 20 MGEV

VALPROATO DE SÓDIO - DOSE 250MG – SUSP. ORAL

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 725.606,91

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

AMANTADINA - DOSE 100MG

AMIODARONA - DOSE 200MG

BAMIFILINA - DOSE 300MG

BAMIFILINA - DOSE 600MG

BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE - DOSE 250MCG/DOSE ORAL

BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE - DOSE 400MCG

BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE - DOSE 50MCG

BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE SALBUTAMOL, SULFATO - DOSE 250MCG 100MCG

CLORTALIDONA - DOSE 50MG

COLCHICINA - DOSE 0,5MG

DROPROPIZINA - DOSE 1,5MG/ML

ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE DIPIRONA SÓDICA - DOSE 6,7 333,4 MG/ML

FERRANE - DOSE 35

FUROSEMIDA POTASSIO - DOSE 40MG/100MG

ISOSSORBIDA, DINITRATO DE - DOSE 10MG

ISOSSORBIDA, MONONITRATO DE - DOSE 20MG

LEVOFLOXACINO - DOSE 500MG

LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 125MCG

NIMESULIDA BETACICLODEXTRINA - DOSE 400MG

OXCARBAZEPINA - DOSE 600MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.063.932,82

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0008/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

AMIODARONA - DOSE 100MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 38.100,00

DATA DE ASSINATURA: 01/02/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0031/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

AMITRIPTILINA - DOSE 25MG

METOCLOPRAMIDA - DOSE 10 MG/2ML

RANITIDINA - DOSE 25MG/ML

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 33.827,95

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0028/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa **PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

AMOXICILINA 250 MG/5ML ? 60 ML

ATENOLOL - DOSE 50MG

BENZILPENICILINA BENZATINA - DOSE 1200 000 UI INJ

CEFTRIAXONA 1G - INTRAVENOSO - PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL

DEXAMETASONA - DOSE 0.1MG/ML

DEXAMETASONA - DOSE 4 MG

DEXCLORFENIRAMINA XAROPE - DOSE 0,4MG/ML

DIMENIDRINATO PIRIDOXINA, CLORIDRATO DE - DOSE 25 MG 5 MG/ML

NISTATINA - DOSE 25.000 UI/G

PENICILINA - DOSE 1200 000 UI INJ

PENICILINA - DOSE 600 000 UI INJ

VARFARINA- DOSE 5MG

BENZILPENICILINA BENZATINA - DOSE 600 000 UI INJ

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 681.951,26

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0009/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa **DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ANLODIPINO ENALAPRIL - DOSE 5MG 20MG

ANLODIPINO LOSARTANA - DOSE 5MG 50MG

BEZAFIBRATO - DOSE 400MG

CANDESARTANA CILEXETILA FELODIPINO - DOSE 16MG 5MG

CIPROFLOXACINO DEXAMETASONA - DOSE 3,5 MG/ML 1 MG/ML

CLORANFENICOL - DOSE 0,5%

CLORETO DE POTÁSSIO - DOSE 600MG

CLORETO DE SÓDIO NAFAZOLINA - DOSE 9,0 MG/ML

CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 2MG/ML - SOLUÇÃO ORAL

CUMARINA HEPARINA SÓDICA - DOSE 5 MG/ML 50 UI/ML

CUMARINA TROXERRUTINA - DOSE 15MG 90MG

DI - HIDROERGOTAMINA, MESILATO DE PARACETAMOL CAFEINA - DOSE 1 MG 450 MG 75 MG 10 MGMTOC

DIMENIDRINATO - DOSE 100MG

DIPIRONA MONO - HIDRATADA CITRATO DE ORFENADRINA CAFEÍNA ANIDRA - DOSE 300MG 35MG 50MG

DUTASTERIDA - DOSE 0,5MG

ESPINHEIRA SANTA - DOSE 280MG

ESTRADIOL ACETATO DE NORETISTERONA - DOSE 1MG 0,5 MG

ESTROGÊNIOS CONJUGADOS CREME VAGINAL - DOSE 0,625 MG/G

FANCICLOVIR - DOSE 500MG

FORMOTEROL, FUMARATO DE BUDESONIDA - DOSE 12 400 MG

HAMAMELIS VIRGINIANA - DOSE 6,66 MG/G

HIDRALAZINA, CLORIDRATO DE - DOSE 25MG

HIPROMELOSE - DOSE 0,2%

LEVAMISOL - DOSE 150MG

LEVODOPA BENSERAZIDA - DOSE 100 MG 25 MG HBS

LEVODOPA BENSERAZIDA - DOSE 100MG 25MG BD

LEVOTIROXINA SODICA - DOSE 38MCG

LINAGLIPTINA - DOSE 5MG

LUBRIFICANTE OFTÁLMICO (SYSTANE) - COLÍRIO

MAPROTILINA - DOSE 25MG

PAROXETINA, CLORIDRATO DE - DOSE 30MG

PICOSSULFATO SÓDICO - DOSE 7,5MG/ML C/ 20ML

POLIVITAMÍNICO CONTENDO: ACETATO DE DEXTROALFATOCOFEROL + ÁCIDO ASCÓRBICO + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + SULFATO DE MANGANÊS + LUTEÍNA + ÓXIDO DE ZINCO + CIANOCOBALAMINA + RIBOFLAVINA + MONONITRATO DE TIAZOL + ÁCIDO FÓLICO + ÔMEGA 3 + NIACINA + SELÊNIO + VITAMINA A + COBRE + ÁCIDO DOCOSAHEXAENOÍCO (DHA) + ÁCIDO EICOSAPENTAENOÍCO (EPA) + ZEAXANTINA REF. VITALUX PLUS - DOSE 10MG+45MG+1.3MG+2.3MG+10MG+7MG+2.4MCG+1.3MG+1.2MG+240MCG+0.3G+16MG+34MCG+600MCG+900MCG+0.1

RENALVIT PLUS - DOSE (POLIVITAMINICO E MINERAL PARA QUEM FAZ HEMODIALISE)

RIVASTIGMINA - DOSE 13,3MG/24H

RIVASTIGMINA - DOSE 9,5MH/24H

SALBUTAMOL - DOSE 2MG

SITAGLIPTINA, FOSFATO DE - DOSE 50MG

SULFATO DE GLICOSAMINA + CONDROITINA - DOSE 1500 + 1200 MG

SUPLEMENTO DE VITAMINAS E MINERAIS (CENTRUM) DOSE: 400MCG+ 1,2MG+ 1,3MG+ 16MG+ 5MG+ 1,3MG+ 240MCG+ 45MG+ 5MCG+ 6,7MG+ 30MCG+ 65MCG+ 250 MG+ 320 MCG+450MCG+18MCG+8,1MG+ 125MG+ 33MCG+ 100MG+ 1,2MG+ 10MCG+20MCG+7MG

TIBOLONA - DOSE 1,25MG

TRAMADOL - DOSE 10 MG/ML

TRIMETAZIDINE - DOSE 35MG

VILDAGLIPTINA + METFORMINA - DOSE 50 + 850 MG

VITAMINA C ENFERVECENTE 1G

CANDESARTANA CILEXETILA + FELODIPINO - DOSE 16MG + 2,5MG

TESTOSTERONA – DOSE 40MG

GLIPIZIDA 5MG

SITAGLIPTINA, FOSFATO DE +METFORMINA – DOSE 50MG+850MG

ZOLPIDEM, HEMITARTARATO DE- 5MG

ACIDO ASCÓRBICO - DOSE 1G

ACIDO GAMAMINOBUTIRICO - DOSE 200MG/ML

ÁCIDO VALPRÓICO - DOSE 500MG

AESCULUS HIPPOCASTANUM - DOSE 100MG

AMITRIPTILINA - DOSE 75MG

BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE + SALBUTAMOL, SULFATO - DOSE 250MCG+100MCG

CALCIO + VITAMINA D - DOSE 600 MG + 400UI

CÁLCIO, CARBONATO DE + COLECALCIFEROL - DOSE 500MG + 200UI

CANDESARTANA CILEXETILA + FELODIPINO - DOSE 16MG +5MG

CODEÍNA - DOSE 30 MG

DEFLAZACORTE - DOSE 7,5MG

DILTIAZEM, CLORIDRATO DE - DOSE 90MG

DIMETICONA +METOCLOPRAMIDA+ PEPSINA - DOSE 7MG+40MG+50MG

DORZOLAMIDA+TIMOLOL - DOSE 20/5 MG

DUTASTERIDA - DOSE 0,5MG

EBASTINA - DOSE 1MG/ML

ENALAPRIL + HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 20MG+12,5MG

ENALAPRIL, MALEATO DE + HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 10MG+25MG

ESPINHEIRA SANTA - DOSE 280MG

ESTRADIOL - DOSE 0,5MG

ESTRADIOL - DOSE 1MG

FERRANE - DOSE 35

FORMOTEROL, FUMARATO DE + BUDESONIDA - DOSE 12 + 400 MG

HIDROCLOTIAZIDA + VALSARTANA – DOSE 160/25MG

LEVONORGESTREL + ETINILESTRADIOL - DOSE 0,05/0,075/0,125 MG +0,03/0,04/0,03 MG

MOMETASONA, FUROATO DE - DOSE 50MCG

NORTRIPTILINA - DOSE 10MG

OLMESARTANA MEDOXOMILA - DOSE 20MG

OXCARBAZEPINA - DOSE 60MG/ML (SUSP)

PAROXETINA, CLORIDRATO DE - DOSE 30MG

POLIVITAMÍNICO CONTENDO: ACETATO DE DEXTROALFATOCOFEROL + ÁCIDO ASCÓRBICO + CLORIDRATO DE PIRIL SULFATO DE MANGANÊS + LUTEÍNA + ÓXIDO DE ZINCO + CIANOCOBALAMINA + RIBOFLAVINA + MONONITRATO DE ÁCIDO FÓLICO + ÔMEGA 3 + NIACINA + SELÊNIO + VITAMINA A + COBRE + ÁCIDO DOCOSAHEXAENÓICO (DHA) + ÁCIDO EICOSAPENTAENÓICO (EPA) + ZEAXANTINA REF. VITALUX PLUS - DOSE 10MG+45MG+1.3MG+2.3MG+10MG+7MG+2.4MCG+1.3MG+1.2MG+240MCG+0.3G+16MG+34MCG+600MCG+900MCG+0.1

SITAGLIPTINA, FOSFATO DE - DOSE 50MG

SUPLEMENTO DE VITAMINAS E MINERAIS (CENTRUM) DOSE: 400MCG+ 1,2MG+ 1,3MG+ 16MG+ 5MG+ 1,3MG+ 240MCG+ 45MG+ 5MCG+ 6,7MG+ 30MCG+ 65MCG+ 250 MG+ 320 MCG+450MCG+18MCG+8,1MG+ 125MG+ 100MCG+ 1,2MG+ 10MCG+20MCG+7MG

TEOFILINA - DOSE 100MG

TIBOLONA - DOSE 1,25MG

TRIMETAZIDINE - DOSE 35MG

VITAMINA C ENFERVECENTE 1G

ÁCIDO NITOTÍNICO 500MG- DOSE 500MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.035.204,26

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0015/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa **WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ANLODIPINO, BESILATO DE - DOSE 5MG

BACLOFENO - DOSE 10MG

CLINDAMICINA - DOSE 300MG

CLONAZEPAM - DOSE 0,5MG

CLONAZEPAM - DOSE 2MG

METILDOPA - DOSE 250MG

NISTATINA SUSPENSÃO ORAL - DOSE 100.000 UI/ML

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 125.749,10

DATA DE ASSINATURA: 01/02/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0032/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa **MIRASSOL MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

CEFTRIAXONA SÓDICA DILUENTE - DOSE 50MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 61.008,75

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0023/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

CETOPROFENO - DOSE 100 MG IV

CETOPROFENO - DOSE 50 MG/ML IM

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 58.592,99

DATA DE ASSINATURA: 01/02/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0026/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

GOSSERRELINA ACETATO DE INJETÁVEL - DOSE 3,6 MG

METOPROLOL, SUCCINATO - DOSE 25MG

METOPROLOL, SUCCINATO - DOSE 25MG

METOPROLOL, SUCCINATO - DOSE 25MG

METOPROLOL, SUCCINATO - DOSE 25MG

METOPROLOL, SUCCINATO - DOSE 50MG

METOPROLOL, SUCCINATO DE - DOSE 100MG

METOPROLOL, SUCCINATO DE HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 100/12,5MG

TICAGRELOR 90MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 859.229,98

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0016/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa GAMACORP HOSPITALAR - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibí, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

NIMESULIDA - DOSE 100MG

ANLODIPINO, BESILATO DE - DOSE 10MG

ATENOLOL+CLORTALIDONA - DOSE 50MG +12,5MG

CEFADROXILA - DOSE 500MG

IBUPROFENO - DOSE 300 MG

LORATADINA - DOSE 10MG

NIMESULIDA - DOSE 100MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 265.827,74

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0004/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

PARACETAMOL GOTAS - DOSE 200MG/ML

SULFADIAZINA DE PRATA - DOSE 10MG/G

SULFADIAZINA DE PRATA- DOSE 10MG/G

VALSARTANA - DOSE 160MG

ACETILCISTEÍNA XAROPE PEDIATRICO - DOSE 20MG/ML

ACIDO VALPRÓICO - DOSE 250MG/ML

ÁGUA DESTILADA INJET - DOSE 10ML

AMINOFILINA - DOSE 100MG

AMITRIPTILINA - DOSE 25MG

AMOXICILINA + CLAVULANATO POTÁSSICO - DOSE 250MG/5ML + 62,5/5ML

CETOCONAZOL - DOSE 20MG/G

CLOPIDOGREL - DOSE 75 MG

DEXAMETASONA- DOSE 4 MG

DIGOXINA - DOSE 0,25 MG

DOXAZOSINA- DOSE 4MG

FENOBARBITAL - DOSE 100MG

FUROSEMIDA - DOSE 40MG

GINKGO BILOBA - DOSE 120MG

GINKGO BILOBA - DOSE 80MG

HALOPERIDOL - DOSE 2MG/ML

IPRATRÓPIO, BROMETO DE - DOSE 0,25MG/ML

IVERMECTINA - DOSE 6MG

METFORMINA - DOSE 850MG

METRONIDAZOL - DOSE 250MG

METRONIDAZOL GELÉIA VAGINAL - DOSE 100MG/G

OMEPRAZOL- DOSE 20MG

OMEPRAZOL- DOSE 20MG

OMEPRAZOL- DOSE 20MG

OMEPRAZOL- DOSE 20MG

PARACETAMOL - DOSE 500MG

PARACETAMOL GOTAS - DOSE 200MG/ML

PROPRANOLOL - DOSE 40MG

SINVASTATINA- DOSE 10MG

SINVASTATINA- DOSE 20MG

SINVASTATINA- DOSE 40MG

TIMOLOL, MALEATO DE - DOSE 0,50%

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 749.328,13

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0024/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA (SANTA CATARINA)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

SUSTAGEM

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 96.200,00

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0014/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa **ESTRELA PRODUTOS PARA SAUDE - EIRELI - ME**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ACEBROFILINA PEDIÁTRICO S/ SACAROSE - DOSE 25 MG/5ML

ALBENDAZOL - DOSE 400MG

AMIODARONA - DOSE 200MG

AMOXICILINA - DOSE 500MG

AMOXICILINA 250 MG/5ML – 60 ML

AMOXICILINA SUSPENSÃO ORAL - DOSE 250MG/5ML

AMPICILINA - DOSE 250MG/5ML

ANLODIPINO, BESILATO DE - DOSE 5MG

ATENOLOL - DOSE 100MG

ATENOLOL - DOSE 25MG

ATENOLOL - DOSE 50MG

AZITROMICINA - DOSE 200MG/5ML

AZITROMICINA - DOSE 500MG

BETAMETASONA, ACETATO DE +BETAMETASONA, FOSFATO DISSODICO DE - DOSE 3+3 MG/ML

BROMEXINA, CLORIDRATO DE - DOSE 4MG/5 ML

BROMEXINA, CLORIDRATO DE - DOSE 8MG/5ML

CAPTOPRIL - DOSE 25MG

CAPTOPRIL - DOSE 50MG

CARBAMAZEPINA - DOSE 200MG

CARBOCISTEINA - DOSE 20MG/ML

CETOCONAZOL - DOSE 20MG/ML

CIPROFIBRATO - DOSE 100MG

CIPROFLOXACINO - DOSE 500MG

DIPIRONA - DOSE 500 MG

ENALAPRIL - DOSE 10MG

GLIBENCLAMIDA - DOSE 5MG

IBUPROFENO GOTAS - DOSE 100 MG/ML

ISOSSORBIDA, MONONITRATO DE - DOSE 20MG

ISOSSORBIDA, MONONITRATO DE - DOSE 40MG

LEVOTIROXINA SÓDICA - DOSE 100MCG

LEVOTIROXINA SÓDICA- DOSE 25MCG

LOSARTANA - DOSE 100MG

METFORMINA – DOSE 500MG

PARACETAMOL - DOSE 750MG

PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO DE - DOSE 3MG/ML

RANITIDINA - DOSE 150MG

SALBUTAMOL - DOSE 2MG/5ML

SULFADIAZINA DE PRATA - DOSE 10MG/G

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 599.164,01

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA - EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ACIDO VALPRÓICO+VALPROATO DE SODIO CR - DOSE 300MG

ACIDO VALPRÓICO+VALPROATO DE SODIO CR - DOSE 500MG

ALOPURINOL - DOSE 100MG

AMBROXOL - DOSE 15MG/5ML

AMBROXOL - DOSE 30MG/5ML

CARVEDILOL - DOSE 12,5MG

CARVEDILOL - DOSE 3,125 MG

DICLOFENACO SÓDICO - DOSE 50MG

DONEPEZILA - DOSE 5MG

ESCITALOPRAM, OXALATO DE - DOSE 10MG

ESTOLATO DE ERITROMICINA - DOSE 500MG

GABAPENTINA - DOSE 300MG

GLICAZIDA - DOSE 30MG

INDAPAMIDA - DOSE 1,5 MG

LAMOTRIGINA - DOSE 100MG

LAMOTRIGINA - DOSE 25MG

LOSARTANA - DOSE 25MG

LOSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 50MG + 12,5MG

MIRTAZAPINA - DOSE 30MG

NEBIVOLOL - DOSE 5MG

OXCARBAZEPINA - DOSE 300MG

PIROXICAM - DOSE 20MG

PREDNISONA - DOSE 20MG

RISPERIDONA - DOSE 1MG

RISPERIDONA - DOSE 2MG

RISPERIDONA - DOSE 3MG

ROSUVASTATINA - DOSE 20MG

ROSUVASTATINA- DOSE 10MG

SERTRALINA - DOSE 50MG

SULFADIAZINA DE PRATA- DOSE 10MG/G

VALPROATO DE SÓDIO - DOSE 300MG

VENLAFAXINA - DOSE 150MG

VENLAFAXINA - DOSE 37,5MG

VENLAFAXINA - DOSE 75MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 243.961,82

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0025/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

ENALAPRIL - DOSE 20MG

FLUOXETINA - DOSE 20MG

HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 25MG

IBUPROFENO- DOSE 600 MG

LOSARTANA - DOSE 50MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 93.470,75

DATA DE ASSINATURA: 01/02/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0022/2016

PARTES: CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0005/2015, para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos para uso dos ÓRGÃOS CONSORCIADOS, formado pelos seguintes Municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos de acordo com a cota estipulada para cada Município no Edital.

PINAVERIO, BROMETO DE - DOSE 100MG

VERAPAMIL, CLORIDRATO DE- DOSE 120MG

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Dec. 7.892/13, LC 123/06 e alterações da LC 147/14 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 7.539,00

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2015